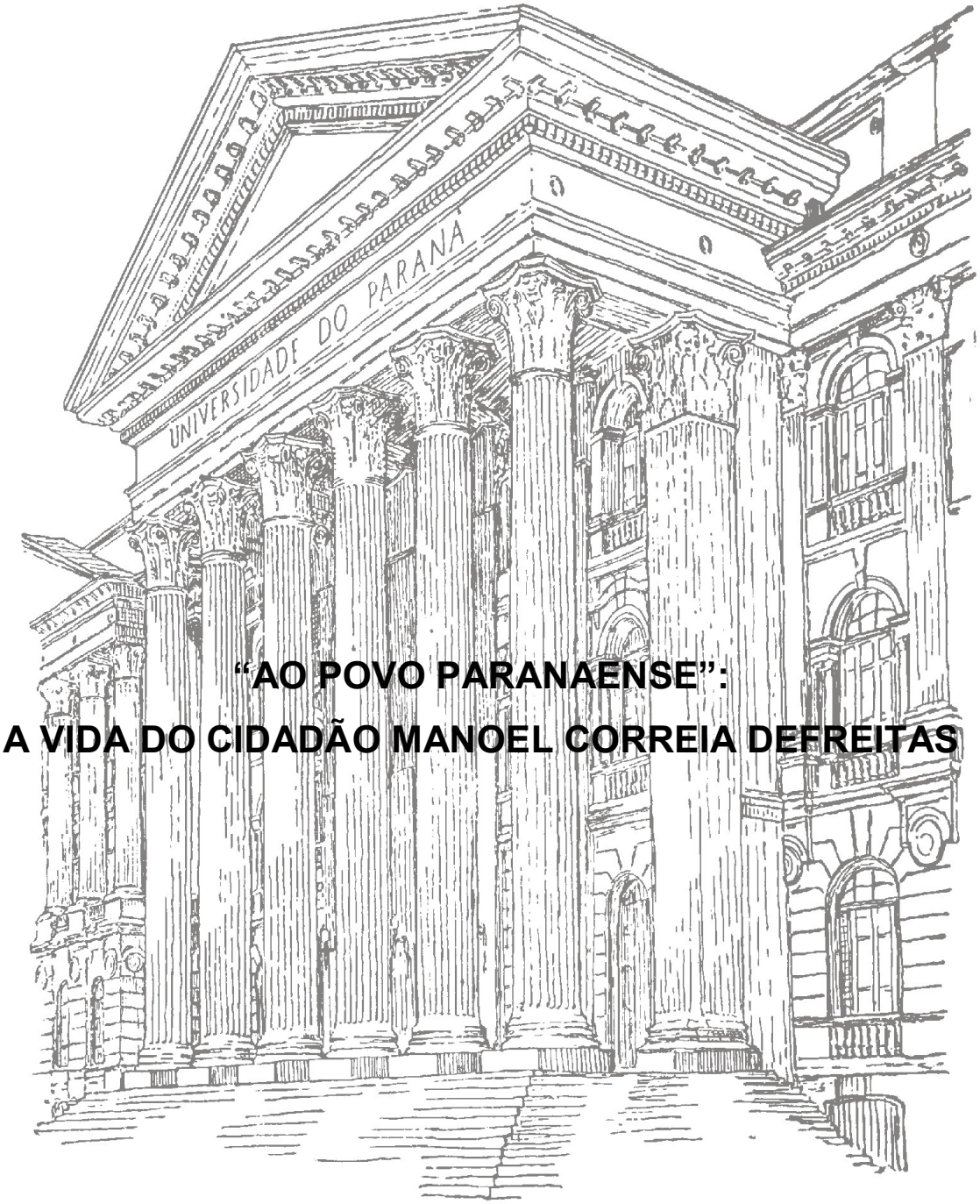
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ANA CRHISTINA VANALI



"AO POVO PARANAENSE": A VIDA DO CIDADÃO MANOEL CORREIA DEFREITAS

CURITIBA
2017

ANA CRHISTINA VANALI

“AO POVO PARANAENSE”:
A VIDA DO CIDADÃO MANOEL CORREIA DEFREITAS

Tese apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Doutora pelo Programa de Pós–graduação em Sociologia, Departamento de Ciências Sociais, do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Professor Doutor Ricardo Costa de Oliveira

CURITIBA

2017

Catalogação na publicação
Mariluci Zanela – CRB 9/1233
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Vanali, Ana Crhistina
Ao povo paranaense: a vida do cidadão Manoel Correia Defreitas / Ana Crhistina Vanali – Curitiba, 2017.
857 f.; 29 cm.

Orientador: Ricardo Costa de Oliveira.
Tese (Doutorado em Sociologia) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná.

1. Defreitas, Manoel Correia, 1851-1932 - Biografia. 2. Família - Genealogia. 3. Paraná – Historia - Revolução Constitucionalista. 4. Paraná – Política e governo. I. Título.

CDD 320.98162

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
Setor CIÊNCIAS HUMANAS
Programa de Pós-Graduação SOCIOLOGIA

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em SOCIOLOGIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da tese de Doutorado de **ANA CRHISTINA VANALI** intitulada: **"AO POVO PARANAENSE": A VIDA DO REPUBLICANO MANOEL CORREIA DEFREITAS**, após terem inquirido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO.

Curitiba, 10 de Abril de 2017.

RICARDO COSTA DE OLIVEIRA
Presidente da Banca Examinadora (UFPR)

MARIA JULIETA WEBER CORDOVA
Avaliador Externo (UEPG)

JOSÉ MARCIANO MONTEIRO
Avaliador Externo (UFCG)

MÔNICA HELENA HARRICH SILVA GOULART
Avaliador Externo (UFPR)

ALESSANDRO CAVASSIN ALVES
Avaliador Externo (UNIANDRADE)

Rua General Carneiro, 460 - 9º. Andar - Curitiba - Paraná - Brasil
CEP 80060-150 - Tel: (41) 3360-5173 - E-mail: pgsocio@ufpr.br

Aos meus pais, Joaquina e Valdomiro (in memoriam)

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Ricardo Costa de Oliveira que desde o início incentivou e aceitou o desafio de orientar esse trabalho. Pela confiança em mim depositada, pela autonomia no processo de orientação e por todas as outras conquistas.

A CAPES pela concessão da bolsa de estudos durante todo o período do doutorado, inclusive da Bolsa Sanduíche na Universidade Nova de Lisboa o que proporcionou o aprimoramento desse estudo com a realização da pesquisa de campo em arquivos e universidades portuguesas.

Ao Professor Luís Antônio Vicente Baptista da Universidade Nova de Lisboa que me recebeu e forneceu as condições necessárias para o bom andamento do trabalho em Portugal.

Aos professores da banca de qualificação Mônica Helena Harrich Silva Goulart e Alessandro Cavassin Alves pela leitura atenciosa e criteriosa do texto e pelas importantes e valiosas observações, críticas e sugestões.

Aos professores da banca de defesa José Marciano Monteiro, Maria Julieta Weber Córdova, Mônica Helena Harrich Silva Goulart e Alessandro Cavassin Alves pelas críticas profundas e contundentes que ajudaram na revisão do texto e nos encaminhamentos de novos projetos.

Aos grandes mestres José Miguel Rasia e Maria Tarcisa Silva Bega que me honraram com suas presenças na defesa. Foram minhas maiores descobertas nessa caminhada do doutorado como exemplos de seriedade, retidão, compromisso, espírito coletivo e luta. Junto com o meu orientador Ricardo sempre passaram a mensagem de que a luta continua. Esmorecer, jamais!

Ao funcionário do Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFPR Katiano pela competência como profissional e pelos ouvidos como amigo.

A todos os companheiros do NEP (Núcleo de Estudos Paranaenses).

Ao amigo de turma do doutorado Derivan por toda “comidinha e cervejinha” deliciosas e nas horas certas.

Aos novos amigos que surgiram no caminho durante o desenvolvimento dessa pesquisa e que já são parceiros de trabalho, de copos e de vida: Andrea Kominek e Celso Oliveira no Brasil. Nilson Filho e Claudia Cabrita em Portugal.

A minha família portuguesa: Paula, Norberto e Tércia por todo mimo a mim dispensado quando de minha estadia em seu país. Não poderia ter ficado em lugar melhor. Saudades!

As amizades verdadeiras de sempre Adriane Ferrari e Lucélia Mildemberger. Elas saberão se reconhecer nesse trabalho.

São muitas as pessoas que me ajudaram no processo de desenvolvimento dessa tese fornecendo e compartilhando informações e documentos públicos e privados. A cada uma delas dediquei uma nota ao longo do texto.

Aos familiares do Manoel: Lucirene (neta) e Beatriz (bisneta) pelas entrevistas e materiais concedidos. E as netas Joseline e Flávia pelas presenças no dia da defesa. Não poderia ter tido mais grata surpresa e reconhecimento.

Obrigada a tod@s!

RESUMO

Manoel Correia Defreitas (Paranaguá, 1851 - Curitiba, 1932) foi um dos mais importantes republicanos históricos do Paraná e de Santa Catarina. O resgate existencial, familiar, social, cultural e político deste importante personagem, praticamente "esquecido" pela memória oficial é o tema desse trabalho. A tese avançou sobre as narrativas biográficas já existentes com relação a discussão entre biografia e teoria sociológica, as origens sociais das velhas famílias da "nobreza da terra" do litoral entre Paranaguá e São Francisco do Sul, o fim da escravidão, as mudanças sociais no fim do Império e os ideais republicanos. Manoel estava no Rio de Janeiro no dia 15 de novembro de 1889 e presenciou os acontecimentos da Proclamação da República. Esse trabalho trata das intensas lutas pela institucionalização republicana, das exclusões, da Revolta Federalista dos cargos ocupados e do impedimento de Manoel ao Senado. Demonstra a oligarquização familiar e as estruturas políticas elitizadas das primeiras décadas republicanas. Com a morte de Vicente Machado, Manoel Correia Defreitas consegue emplacar como parlamentar estadual e federal, depois da Coligação Republicana de 1908. As novidades na virada do século e associações como o Clube Curitibano, a maçonaria, o espiritismo, os círculos católicos, as lutas populares, a Revolta do Contestado, as oligarquias Nacarina e Camargo-Munhoz da Rocha, o afastamento, o ostracismo final de Manoel Correia Defreitas, a vida cultural e intelectual do ativista, os cadernos pessoais de recortes, os panfletos, textos, os materiais políticos e culturais preservados são analisados nessa tese. A família de Manoel e os descendentes ocultos foram redescobertos uma vez que não foram tratados pelos biógrafos do passado. Ainda no final da vida um encontro com o quiromante Sana Khan e a previsão de poder com Getúlio Vargas! A República que ainda não "aconteceu" de Manoel Correia Defreitas pela falta de cidadania e de justiça no Paraná e Brasil é o objeto central desse trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Defreitas, Manoel Correia (1851-1932) – Biografia. Genealogia – Família Correia de Freitas. Movimento Republicano – Paraná. Política Paranaense – Brasil.

ABSTRACT

Manoel Correia Defreitas (Paranaguá, 1851 - Curitiba, 1932) was one of the most important historical republicans of Paraná and Santa Catarina. The existential, family, social, cultural and political rescue of this important character, practically "forgotten" by the official memory, is the theme of this work. The thesis advanced on the existing biographical narratives regarding the discussion between biography and sociological theory, the social origins of the old families of the "land nobility" of the coast between Paranaguá and São Francisco do Sul, the end of slavery, the social changes in the End of the Empire and republican ideals. Manoel was in Rio de Janeiro on November 15, 1889 and witnessed the events of the Proclamation of the Republic. This work deals with the intense struggles for Republican institutionalization, exclusions, the Federalist Revolt of the positions held and Manoel's impediment to the Senate. It demonstrates family oligarchy and the elitist political structures of the early Republican decades. With the death of Vicente Machado, Manoel Correia Defreitas manages to become a state and federal parliamentarian, after the Republican Coalition of 1908. The novelties at the turn of the century and associations like Clube Curitibano, Freemasonry, Spiritism, Catholic circles, fights Popular, the Revolt of the Contestado, the oligarchies Nacarina and Camargo-Munhoz da Rocha, the estrangement, the final ostracism of Manoel Correia Defreitas, the cultural and intellectual life of the activist, personal notebooks, pamphlets, texts, political materials Preserved are analyzed in this thesis. The Manoel family and the hidden descendants were rediscovered since they were not treated by the biographers of the past. Still at the end of the life an encounter with the palmist Sana Khan and the forecast of power with Getúlio Vargas! The Republic that has not yet "happened" by Manoel Correia Defreitas for lack of citizenship and justice in Paraná and Brazil is the central object of this work.

Key-words: Defreitas, Manoel Correia (1851-1932) - Biography. Genealogy - Family Correia de Freitas. Republican Movement - Paraná. Paranaense Politics - Brazil.

LISTA DE SIGLAS

AJL – Academia Joinvillense de Letras
ALEP – Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
APL – Academia Paranaense de Letras
CMC – Câmara Municipal de Curitiba
CNG - Conselho Nacional de Geografia
EMBAPA – Escola de Música e Belas Artes do Paraná
EMEIEF – Escola Municipal de Educação Infantil e Educação Básica
FEP – Federação Espírita do Paraná
GOB – Grande Oriente Brasil
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IHGP – Instituto Histórico e Geográfico do Paraná
LDN – Liga da Defesa Nacional
PRF – Partido Republicano Federal
SGL – Sociedade de Geografia de Lisboa
SGRJ – Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro
SNA – Sociedade Nacional de Agricultura
SPI – Serviço de Proteção ao Índio
SPILTN – Serviço de Proteção ao Índio e Localização de Trabalhadores Nacionais
STF – Supremo Tribunal Federal
UEPG – Universidade Estadual de Ponta Grossa
UFPR – Universidade Federal do Paraná
URP – União Republicana Paranaense

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Pequena cronologia da vida de Lamartine Correia de Miranda 208

Quadro 2 – Redes familiares (principais cargos e atividades) de alguns membros da Família Correia de Freitas 216

Quadro 3 – Relação dos escravos de Domingos Correia de Freitas (1863) 221

Quadro 4 – Dívidas de Domingos Correia de Freitas quando do seu falecimento em 05/11/1862 227

Quadro 5 – Relação dos escravos da Família Correia de Freitas arrematados em praça pública entre 1864-1866 228

Quadro 6 - Valor recebido por Manoel Correia Defreitas no inventário bens da mãe Josepha Leite Bastos (1880) 232

Quadro 7 - Anúncios do candidato Manoel Correia Defreitas 359

Quadro 8 - Congressos Brasileiros de Geografia 454

Quadro 9 - Vultos abolicionistas de Paranaguá e Curitiba 480

Quadro 10 – Congressos Republicanos com a participação de Manoel Correia Defreitas 505

Quadro 11 – Como combater os males sociais? 635

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Fac-símile do Manifesto Político de Manoel Correia de Freitas de 1890 25

Figura 2 - Caricatura de Manoel Correia Defreitas feita por Narciso Figueiras em 1890 33

Figura 3 – Retrato de Manoel Correia Defreitas mandado tirar pelo Clube Tiradentes/RJ em 1887 40

Figura 4 – Imagem de Manoel Correia Defreitas no livro “O Brazil nas Escolas” de Lindolpho Pombo (1912) 43

Figura 5 - Fac-símile do jornal A Vanguarda, Ponta Grossa, 21 de abril de 1921 46

Figura 6 - Coluna Galeria Política de Ottoni Maciel sobre Correia Defreitas (1923) 54

Figura 7 – Imagem de Correia Defreitas no livro “Bastidores Políticos” de Ottoni Maciel (1925) 55

Figura 8 - Políticos paranaenses relegados ao ostracismo (1924) 57

Figura 9 – Imagens de Correia Defreitas e Niepce da Silva (1927) 58

Figura 10 - Fac-simile do Manifesto apresentado Ao Povo Paranaense a favor da candidatura de Manoel Correia Defreitas como deputado federal do Paraná nas eleições de 1927 61

Figura 11 - Ilustração de Manoel Correia Defreitas no Boletim do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná (1972) 65

Figura 12 – Imagem de Correia Defreitas (sem data) 69

Figura 13 - Fac-símile da publicação de Nascimento Júnior sobre Correia Defreitas (1951) 74

Figura 14 - Informações sobre Manoel Correia Defreitas no site da Assembleia Legislativa do Paraná 75

Figura 15 - Notícia sobre o Grupo Escolar Correia Defreitas de Ribeirão Claro (1940) 91

Figura 16 – Aspecto da EMEIEF Correia Defreitas de Ribeirão Claro (2014) 92

Figura 17 - Anúncio da conferência proferida por Augusto Faria Rocha no Círculo de Estudos Bandeirantes em homenagem ao centenário de nascimento de Manoel Correia Defreitas (1951) 94

Figura 18 - Bento Munhoz da Rocha Neto em comemoração do Centenário de Manoel Correia de Freitas, no Círculo de Estudos Bandeirantes. Curitiba, 29 de maio de 1951 95

Figura 19 - Publicação do Senado Federal onde figura a homenagem aos cem anos de nascimento de Manoel Correia Defreitas (1951) 96

Figura 20 - Mapa de localização do Distrito Correia de Freitas, Apucarana – PR 97

Figura 21 – A direita Antônio Roque Pedroso, genro de Manoel Correia Defreitas junto a um dos pés de café do Patrimônio Correia Defreitas no ano de 1951 98

Figura 22 – Aspecto do Distrito Correia de Freitas, Apucarana – PR. Paróquia de São Sebastião 99

Figura 23 – Aspectos do Distrito Correia de Freitas, Apucarana – PR 99

Figura 24 - Fac-símile do Boletim do IHGPR em comemoração ao centenário da Proclamação da República (1889-1989) 101

Figura 25 – Relação dos eleitores suplentes da oposição em Paranaguá (1852) 113

Figura 26 - Grafia Manoel Corrêa de Freitas (1880) 123

Figura 27 - Grafia Manoel Correia de Freitas (1890) 123

Figura 28 - Grafia Manoel Corrêa Defreitas (1891) 123

Figura 29 - Declaração de homônimo de Manoel Correia Defreitas (1888) 125

Figura 30 – Assinatura de Josepha Leite Bastos (1871) 142

Figura 31 – Anúncio de donativo à Sociedade Socorro aos Necessitados em comemoração as datas de falecimento de Josepha Leite Bastos e Escolástica Correia de Freitas (1931) 142

Figura 32 – Francisco Bastos, tio materno de Manoel Correia Defreitas (sem data) 144

Figura 33 – Antônio José Leite Bastos, tio materno de Manoel Correia Defreitas (sem data) 145

Figura 34 - Assinatura de Domingos Correia de Freitas (1862) 146

Figura 35 - Anúncio do falecimento de Manoel Correia Defreitas (1932) 148

Figura 36 - Anúncio do falecimento de Augusto de Figueiredo (1905) 150

Figura 37 – Lápide do túmulo de Manoel Correia Defreitas onde consta o nome do filho Nihil Emmanuel 151

Figura 38 – Lucilia Landal, filhas e netos de Manoel Correia Defreitas (sem data) 153

Figura 39 – Meden Correia Defeitas filha caçula de Manoel Correia Defreitas (década 1930) 154

Figura 40 – Caricatura de Meden Correia Defeitas filha caçula de Manoel Correia Defreitas (sem data) 155

Figura 41 – Assinatura de Amélia Correia de Freitas da Silva (1880) 159

Figura 42 – Anúncios do falecimento de Amélia Correia de Freitas (1888) 160

Figura 43 – Anúncio do aniversário de Maria do Rosário Stresser (1932) 757

Figura 44 – Anúncio casamento de Shara Machado Busse (1932) 757

Figura 45 – Anúncio do falecimento de Ernesto Henrique Busse (1937) 757

Figura 46 - Anuncio de aniversário de Leonor Machado (1906) 757

Figura 47 – Anúncio aniversário Jandyra Machado (1905) 758

Figura 48 – Anúncio aniversário Ary Machado (1906) 758

Figura 49 – Anúncio falecimento de Maria dos Anjos Correia de Freitas (1937) 166

Figura 50 – Anúncio falecimento de Maria dos Anjos Correia de Freitas (1937) 166

Figura 51 - Nomeação de Antônio Correia de Miranda para ajudante de coletor federal em Curitiba (1908) 759

Figura 52 – Anúncio falecimento de Antônio Correia de Miranda (1949) 760

Figura 53 - Proclamas para o casamento entre Antônio Correia de Miranda e Maria da Conceição Braga (1913) 760

Figura 54 - Decreto Nº 215 de 7 de junho de 1907 nomeando a normalista Julieta Correia de Miranda para reger a Escola Promíscua da Colônia Wirmond, município da Lapa 761

Figura 55 - Falecimento de Francisca Correia de Freitas (1929) 168

Figura 56 - Notícias de falecimento de José Correia de Freitas (1933) 171

Figura 57 – Anúncio do casamento de José Correia de Freitas e de Luiza da Costa Netto (1886) 173

Figura 58 – Anúncio aniversário de Luiza Netto Correia de Freitas (1902) 173

Figura 59 – Anúncio falecimento de Luiza Netto Correia de Freitas (1947) 174

Figura 60 - Anúncio falecimento de Josepha Correia de Freitas (1960) 175

Figura 61 – Josepha Correia Defreitas em 1912 176

Figura 62 - Anúncio falecimento de Conceição Correia de Freitas (1892) 177

Figura 63 - Anúncio do Colégio Soledade de propriedade de Luiza Netto Correia de Freitas (1906) 178

Figura 64 - Assinatura de Lourenço Machado da Silva (1880) 195

Figura 65 – Anúncio falecimento de Lourenço Machado da Silva (1884) 195

Figura 66 – Anúncio do falecimento de Ernesto Busse (1937) 196

Figura 67 – Retrato de Ernesto (esposo de Thereza Correa Machado) (sem data) 197

Figura 68 - Proclamas de Maria do Rosário e João Augusto (1896) 198

Figura 69 - Aniversário de Maria do Rosário (1932) 198

Figura 70 – Assinatura Norberto José de Miranda (1880) 200

Figura 71 – Anúncio do falecimento de Norberto José de Miranda (1884) 200

Figura 72 - Falecimento de Maria dos Anjos Correia de Miranda (1937) 200

Figura 73 – Anúncio de batizado de filha de escrava de Norberto José de Miranda (1883) 203

Figura 74 - Benção inaugural do Círculo de Estudos Bandeirantes por Dom Attico Euzebio da Rocha em 12 de setembro de 1945, onde se vê o Monsenhor Lamartine Correia de Miranda 207

Figura 75 – Anúncio do falecimento Maria Francisca Correia de Miranda (1910) 209

Figura 76 - Escola Jardim de Infância anexo à Escola Normal de Curitiba (1906) 210

Figura 77 – Nomeação de Maria Francisca Correia de Miranda para assumir a direção da Escola Jardim de Infância (1905) 211

Figura 78 – Inauguração Escola Jardim de Infância em Curitiba sob a direção de Maria Francisca Correia de Miranda (1906) 212

Figura 79 - Notícia do juiz Norberto de Miranda Ramos, sobrinho-neto de Manoel Correia Defreitas (1937) 214

Figura 80 – Anúncio alforria de escravos por José Correia de Freitas (1887) 219

Figura 81 - Resumo das libertações de escravos, que tiveram lugar em Curitiba a contar de 1º de dezembro de 1888 - José Correia de Freitas libertou 8 escravos 220

Figura 82 - Agradecimento à Domingos Correia de Freitas pelo empréstimo de escravos entre outros (1856) 224

Figura 83 - Valor de um alqueire de terra virgem própria para a lavoura de café em São Paulo na década de 1880 234

Figura 84 - Valor de um hectare de terreno dessecado em Curitiba na década de 1880 235

Figura 85 – Anúncio de Manoel Correia Defreitas como agente de seguro de escravos da Companhia Equitativa Brasileira (1877) 239

Figura 86 - Anúncio do Colégio Moderno de propriedade de Luiza Netto Correia de Freitas (1922) 240

Figura 87 - Anúncio de aulas particulares de música ministradas por Josepha e Soledade Correia de Freitas (1926) 241

Figura 88 – Assinatura de Joaquim Soares Gomes (1886) 245

Figura 89 – Aspectos externos do Caderno 1 e do Caderno 2, respectivamente, que contêm os recortes pessoais de Manoel Correia Defreitas 254

Figura 90 - Imprensa humorística satirizando Manoel (sem data) 260

Figura 91 - Poema em homenagem à Correia Defreitas pela reeleição como deputado federal pelo Paraná (1912) 262

Figura 92 – Homenagem de Barbosa Lima à Correia Defreitas pela reeleição como deputado federal pelo Paraná (1912) 275

Figura 93 – Panfleto político referente as eleições para deputado federal pelo Paraná (1926)..... 276

Figura 94 – Emendas de cabo de esquadra/ anedota envolvendo Manoel Correia Defreitas (O Malho, 31/12/1910) 283

Figura 95 – Versos para Manoel Correia (O Olho da Rua, 15/02/1908) 285

Figura 96 – Campanha eleitoral para deputado federal nas eleições de 1909 (O Olho da Rua, 23/01/1909) 287

Figura 97 – Estilhaços, versos para Correia Defreitas (A Bomba, 1913) 288

Figura 98 – Anedota referente a Correia Defreitas (O Olho da Rua, 19/06/1909) 289

Figura 99 – Anedota referente a Correia Defreitas (O Olho da Rua, 05/06/1909) 290

Figura 100 – Caricatura referente a posse de Manoel Correia Defreitas como deputado federal pelo Paraná (O Olho da Rua, 19/06/1909) 291

Figura 101 – Anedota referente a Manoel Correia de Freitas (A Bomba, 10/09/1913) 292

Figura 102 – Perversidade (nota referente a Correia Defreitas) (CARETA,08/01/1910) 292

Figura 103 – Os Corrêas, charge referente a Manoel Correia Defreitas (O Malho, 12/06/1909) 293

Figura 104 – Encontro entre Xavier da Silva e Manoel Correia Defreitas (O Olho da Rua, 27/05/1911) 294

Figura 105 – Anedota referente aos discursos longos e prolixos de Correia Defreitas (Revista da Semana, 01/02/1913) 294

Figura 106 – Ameaça conjurada: referente projeto de lei para mandato de 9 anos para os deputados federais (O Malho, 06/01/1912) 295

Figura 107 - Referente ao exame de sanidade mental que os candidatos a deputado federal deveriam se submeter (CARETA, 12/10/1912) 296

Figura 108 - Referente ao projeto de lei de proteção às aves e aos animais (O Olho da Rua, 16/05/1908) 296

Figura 109 – Mensagem relativa ao projeto de lei referente a proteção das aves e animais presentando por Correia Defreitas (O Olho da Rua, 16/05/1908) 298

Figura 110 – Capa do jornal O Olho da Rua de 24/06/1911 299

Figura 111 – Anedota de esquecido (O Olho da Rua, 17/04/1909) 300

Figura 112 – Doação de arruelas para Correia Defreitas (O Olho da Rua, 20/02/1909) 301

Figura 113 – A cabeça do Defreitas (A Bomba, 30/09/1913) 301

Figura 114 – Correia Defreitas é lunático (O Olho da Rua, 31/10/1908) 302

Figura 115 – Distração de Correia Defreitas (O Olho da Rua, 14/03/1908) 302

Figura 116 – Distrações de sábio (O Olho da Rua, 19/08/1911) 303

Figura 117 - Caricatura de Manoel Correia Defreitas feita por G. Poncé em 1915 306

Figura 118 - Charge referente a reforma da instrução pública no Paraná (O Olho da Rua, 11/05/1907) 308

Figura 119 – Mapa da região contestada 310

Figura 120 - Reunião no Palácio do Catete, em 20 de outubro de 1916 quando foi assinado o tratado estabelecendo os limites entre os estados do Paraná e de Santa Catarina 322

Figura 121 – Imagem do Coronel Antônio Maria Rocha Tico, emissário do Diário da Tarde 326

Figura 122 - Charge retratando a figura do presidente da república Wenceslau Brás com a divisão do território contestado em mãos (1916) 344

Figura 123 - Carimbo de comerciante de Manoel Correia Defreitas (sem data) 359

Figura 124 - Declaração de Manoel Correia Defreitas como negociante para concorrer às eleições de 1891 e de 1906..... 360

Figura 125 - Anúncio em italiano de venda de chácara (1883) 361

Figura 126 - Anúncio em alemão do agente comissionário Manoel Correia Defreitas (1879) 362

Figura 127 - Anúncio em alemão do agente comissionário Manoel Correia Defreitas (sem data) 363

Figura 128 - Anúncio em alemão do agente comissionário Manoel Correia Defreitas (1879) 364

Figura 129 – Telegrama de Lauro Muller (governador de Santa Catarina) e José Boiteux (chefe de gabinete do governo) à Manoel Correia Defreitas saudando-o pela nomeação ao cargo de Superintendente de Terras e Colonização do Paraná e de Santa Catarina (1890) 375

Figura 130 – Telegrama do Ministro da Agricultura Serzedello Correia para Manoel Correia Defreitas cobrando resposta ao convite para o cargo de inspecionar dos serviços de terras e colonização do Paraná (1892) 377

Figura 131 – Homenagem do Clube Literário de Paranaguá a um dos seus fundadores – Manoel Correia de Freitas no ano de 1922 380

Figura 132 – Convocação de reunião para os acionistas da Companhia Thalia Paranaguense (1876) 381

Figura 133 – Governo provisório: primeiro ministério republicano (1890) 385

Figura 134 – Manoel Correia Defreitas, grau 3 na maçonaria no ano de 1897 389

Figura 135- Fachada do prédio da Loja Perseverança – Paranaguá/PR (sem data) 391

Figura 136 – Sedes da Loja Fraternidade Paranaense em 1899 e 1919 391

Figura 137 – Felicitações pela passagem do aniversário de Manoel Correia Defreitas em 29 de maio de 1899 396

Figura 138 – Fac-símile do jornal maçônico O Pelicano – primeiro número de 1° de outubro de 1897 396

Figura 139 – Alegoria em homenagem ao Congresso Maçônico (1911) 398

Figura 140 – Os 12 membros da Comissão Central da FEP em 1908 402

Figura 141 – Os 12 membros da Comissão Central da FEP em 1908 403

Figura 142 – Charge referente aos periódicos espíritas existentes em Curitiba em 1907 405

Figura 143 – Charge referente a doutrina kardeciana (1907) 407

Figura 144 – Mozart Teixeira (1925) 410

Figura 145– Auto cura física do Dr. Moura Lacerda (1920) 418

Figura 146– A leitura das mãos de Getúlio Vargas por Sana-Khan (1929) 420

Figura 147– Charge referente a quiromancia (1931) 421

Figura 148 – 1ª Bandeira do Paraná de 1892 a 1905 429

Figura 149 - 2ª bandeira do Paraná de 1905 a 1923 430

Figura 150 - 3ª bandeira do Paraná, a partir de 1947 431

Figura 151 – Nomeação Maria Mendes para o Itamaraty (1918) 437

Figura 152 – Exemplar do diploma de sócio IHGP, concedido em 1900 450

Figura 153 – Diploma da Academia de História Internacional de Paris concedido à Manoel Correia Defreitas em 21 de janeiro de 1915 452

Figura 154 - Delegados do 2º Congresso Brasileiro de Geografia, São Paulo – 1910 459

Figura 155 - Delegados portugueses do 2º Congresso Brasileiro de Geografia, São Paulo – 1910 460

Figura 156 - Participantes do 3º Congresso Brasileiro de Geografia, Curitiba – 1911 451

Figura 157 - Inauguração da Exposição Regional de São José dos Pinhais em 1º de abril de 1916 468

Figura 158 - Encerramento da Exposição Regional de São José dos Pinhais em 9 de abril de 1916 469

Figura 159 – Presença de Manoel Correia Defreitas (ao centro) no encerramento da Exposição Regional de São José dos Pinhais em 9 de abril de 1916 470

Figura 160 - 19º Prêmio Manoel Correia Defreitas concedido ao expositor Wladyslaw Szczepanski 471

Figura 161 – Declaração do Folha Livre como abolicionista (1887) 485

Figura 162 – Propaganda conferência republicana de Manoel Correia Defreitas em Curitiba (1888) 496

Figura 163 – Propaganda conferência republicana de Manoel Correia Defreitas em Curitiba (1888) 497

Figura 164 – Extrato da ata de inauguração do Clube Republicano de Paranaguá onde aparecem os resultados das eleições para escolha do candidato republicano para as próximas eleições que iriam ocorrer no ano de 1888..... 498

Figura 165 – Notícia referente a instalação do Tribunal Republicano Histórico do Brasil 509

Figura 166 – Charge referente ao Congresso dos Republicanos Históricos 514

Figura 167 – Publicidade no jornal Folha Livre de Joinville (1887) 518

Figura 168 – Cabeçalho do jornal Folha Livre de Joinville (1887) 519

Figura 169 – Mapa com as cidades da peregrinação republicana de Manoel Correia Defreitas por Santa Catarina ..... 524 e 525

Figura 170 – Vista da Rua Visconde de Maranguapé esquina com Avenida Mem de Sá/RJ (sem data) 528

Figura 171 – Charge da república aos seus 30 anos: pinturas e disfarces para esconder o “cansaço” expresso pela sua face (1919) 533

Figura 172 – Anúncio confusão entre Correia Defreitas e Martins Franco (1925) 536

Figura 173 – Santa Casa de Misericórdia de Curitiba – Anos 1920 538

Figura 174 – Santa Casa de Misericórdia de Curitiba (sem data) 538

Figura 175– Túmulo de Manoel Correia Defreitas no Cemitério do Água Verde 539

Figura 176 – Notícia do falecimento de Manoel Correia Defreitas (1932) 541

Figura 177 – O ardoroso tribuno e republicano histórico Correia Defreitas tendo ao lado o jovem Guilherme Leite Júnior (fotografia tirada em 1895) 546

Figura 178 – Homenagem à Correia Defreitas (1926) 547

Figura 179 – Homenagem a Correia Defreitas por seu retorno ao Paraná em 1890 550

Figura 180 – Membros da chapa de conciliação para as eleições dos representantes do Paraná na primeira assembleia constituinte republicana 553

Figura 181 – Propaganda da candidatura de Correia Defreitas como deputado federal pelo Partido Operário 556

Figura 182 – Clube dos Girondinos de Curitiba, 1891 576

Figura 183 – Os compadres Esparrama (gordo) e Futrica (magro) (1897) 580

Figura 184 – As comadres Clemência e Prudência (1897) 581

Figura 185 – Francisco Xavier da Silva, Artthur Cerqueira, Costa Carvalho, Otávio Ferreira do Amaral e Carvalho Chaves (1904) 601

Figura 186 – Charge referente a oposição de Caio Machado à Coligação Republicana de 1908 601

Figura 187 – Charge referente à eleição de Xavier da Silva para presidente do Estado e Generoso Marques para o cargo de vice-presidente pela Coligação Republicana (1908) 602

Figura 188 – Charge referente a distribuição de cargos entre os membros da Coligação Republicana de 1908. Os “cavalos” que atropelam o bem público trazem a caricaturas de Generoso Marques e de Manoel Alencar Guimarães (1908) 603

Figura 189 – Charge do Affonso Camargo referente a equilíbrio que se deveria fazer com a Coligação para se agradar a maragatos e pica-paus. A “pinguela da adesão” deveria ser consolidada (1908) 604

Figura 190 – Charge do Generoso Marques referente a equilíbrio que se deveria fazer com a Coligação para se agradar a maragatos e pica-paus. A “pinguela da adesão” deveria ser consolidada (1908) 605

Figura 191 – Quadro sessão da Assembleia Legislativa do Paraná (sem data) 612

Figura 192 – Panfleto político para a reeleição de Manoel Correia Defreitas como deputado federal (1912) 626

Figura 193 – Panfleto político para a reeleição de Manoel Correia Defreitas como deputado federal (1912) 627

Figura 194 – Panfleto político para a reeleição de Manoel Correia Defreitas como deputado federal (1912) 628

Figura 195 – Manoel no curso público sobre a questão social no Brasil ofertado pelo Partido Socialista do Brasil na Universidade Livre/RJ (1925) 648

Figura 196 – Charge com Manoel Correia Defreitas (1929) 649

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 1

Capítulo 1 – Uma biografia sociológica 6

1.1 – Valor sociológico da experiência humana 10

1.2 – Um homem, uma época, um contra discurso 17

1.3 – “Saúde e fraternidade!”: votos de Manoel Correia Defreitas aos seus concidadãos 23

1.4 – Olhares sobre Manoel Correia Defreitas 31

1.5 – A criação de uma identidade política-cultural paranaense 82

1.6 – *In Memoriam* de Manoel Correia Defreitas 88

Capítulo 2 – Família ainda importa 105

2.1 – Estudos genealógicos 115

2.2 – Nome e sobrenome: identidade pessoal ou lógica de distinção? 119

2.3 – Família Correia de Freitas 127

2.4 – Condição de celibatário 183

2.5 – Laços de parentesco, espaço da família e relações sociais 191

2.6 – Histórias de uma família escravocrata 218

Capítulo 3 – Coleção de si, coleção para si, coleção para os outros 250

3.1 – CORREIA DEFREITAS COMO TESOURO: considerações sobre memória e identidade a partir da produção de si 257

3.2 – Falando de si mesmo 263

3.3 – A produção da memória através da homenagem 266

3.4 – A produção da memória através da crítica 277

3.5 – A produção da memória através da sátira 278

3.6 – A produção da memória através da guerra 309

Capítulo 4 – Um novo olhar, uma nova biografia: as várias facetas de Manoel Correia Defreitas 352

4.1 – Correia Defreitas trabalhador

4.1.1 – Comerciante, negociante, agente de seguros 355

4.1.2 - Cargos públicos: agente da Lloyd Brasileira, Superintendente de Terras e Colonização e funcionário do Ministério da Agricultura 368

4.1.3 – Clube Literário de Paranaguá 378

4.1.4 – Maçonaria 382

4.1.5 – Clube Curitibano 399

4.1.6 – Espiritismo 401

4.1.7 – Auto Cura, Esoterismo, Quiromancia e Igreja Presbiteriana Independente 417

4.2 – Correia Defreitas livre pensador

4.2.1 – Seminário Episcopal do Paraná e Círculo Católico Paranaense 424

4.2.2 – Positivismo e a bandeira paranaense 426

4.2.3 – Leituras de Manoel 431

4.2.4 – Literatura nacional 441

4.2.5 – Instituto Histórico e Geográfico Paranaense e outros institutos 444

4.2.6 – Congressos Brasileiros de Geografia 453

4.2.7 – Outras atuações 467

4.3 – Correia Defreitas militante

4.3.1 – Campanha abolicionista 479

4.3.2 – Propaganda republicana 486

4.3.3 – Campanha republicana em Santa Catarina 515

4.3.4 – Proclamação da república 526

4.3.5 – Falecimento 534

Capítulo 5 – Perfil parlamentar 543

5.1 - Deputado Estadual na Primeira Assembleia Constituinte do Paraná e 2º Vice-presidente do Estado do Paraná 548

5.2 - Eleição bico de pena e degola: Senado Federal em 1895 e Câmara dos Deputados em 1906 582

5.3 – Coligação Republicana e Deputado Estadual (1908) 597

5.4 – Deputado Federal (1909-1914) 613

5.5 – Outras candidaturas 644

CONSIDERAÇÕES FINAIS 654

REFERÊNCIAS

Capítulo 1 667

Capítulo 2 679

Capítulo 3 691

Capítulo 4 698

Capítulo 5 706

ANEXOS

Anexo 1 – Decreto Nº 1841/1932 de 27 de julho de 1932 - dá a denominação de "Correia Defreitas" ao grupo escolar de Ribeirão Claro 710

Anexo 2 – Lei Ordinária Nº 361/1951 de 08 de outubro de 1951 - dá a denominação de "Manoel Correia de Freitas", à uma das vias públicas de Curitiba 711

Anexo 3 – Decreto Nº 5871 de 25 de novembro de 1937 desapropriando um terreno em Paranaguá pertencente aos herdeiros de Manoel Correia Defreitas 712

Anexo 4 – Certidão de Batismo de Manoel Correia Defreitas da Cúria Diocesana de Paranaguá 714

Anexo 5 – Certidão de Batismo de Manoel Correia Defreitas da Mitra Diocesana de Joinville 715

Anexo 6 – Certidão de Sepultamento de Manoel Correia Defreitas 716

Anexo 7 – Livros de Registros de Óbitos dos Cemitérios Municipais São Francisco de Paula e do Água Verde 719

Anexo 8 – Certidão de Batismo de Domingos Correia de Freitas da Mitra Diocesana de Joinville 723

Anexo 9 – Certidão de Batismo de José Correia de Freitas da Mitra Diocesana de Joinville 724

Anexo 10 – Inventário de Antônia Correia de Freitas, esposa de José Correia de Freitas (homônimo do irmão do Manoel) 725

Anexo 11 – Certidão de casamento entre José Antônio de Oliveira e Amália Correia de Freitas em 08 de setembro de 1859 729

Anexo 12 – Decreto Estadual do Paraná Nº 8 de 9 de janeiro de 1892 estabelecendo a primeira bandeira republicana paranaense 730

Anexo 13 - Telegrama de Bento Lamenha Lins e Carvalho de Mendonça para Manoel Correia Defreitas parabenizando-o pelo decreto assinado adotando seu projeto de bandeira (Curitiba, 9 de janeiro de 1892) 732

Anexo 14 - Outro telegrama para Manoel Correia Defreitas parabenizando-o pelo decreto assinado adotando seu projeto de bandeira e o convidando para o festival que foi realizado no Passeio Público dia 10 de janeiro de 1892 apresentando a bandeira ao povo paranaense (Curitiba, 9 de janeiro de 1892) 733

Anexo 15 – Recibo de pagamento do imposto de Meia Siza (Paranaguá, 23 de setembro de 1867) 734

Anexo 16 - Relação de Sócios do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná (1900-1916) 735

Anexo 17 – Documento onde aparece o Visconde de Nácar como procurador dos herdeiros de Josepha Leite Bastos 736

Anexo 18 - Ata de fundação do Clube Republicano de Paranaguá em 21 de agosto de 1887 737

Anexo 19 – Manifesto Republicano de 1870 738

Anexo 20 – Ata da instalação do Clube Republicano do Desterro (24/06/1887) .. 741

Anexo 21 – Termo de juramento prestado pelos membros do governo provisório (16/11/1889) 742

Anexo 22 – Família de Meuma Defreitas e Antônio Roque Pedroso (1951) 747

Anexo 23 – Carta de Manoel Correia Defreitas ao governador do Paraná anunciando sua nomeação como Superintendente de Terras e Colonização do Paraná (1890) 751

Anexo 24 – Carta definindo o destino dos subsídios do deputado estadual Manoel Correia Defreitas referente ao período de 30 de maio a 3 de julho de 1891 752

Anexo 25 – Propaganda política em alemão para o senado em (1895) 754

Anexo 26 – Panfleto político campanha para o senado (1895) 756

Anexo 27 – Anúncios em jornais referentes a familiares de Manoel Correia Defreitas por parte da irmã Amélia Correia Machado 757

Anexo 28 – Anúncios em jornais referentes a familiares de Manoel Correia Defreitas por parte da irmã Maria dos Anjos Correia de Miranda 759

Anexo 29 – Material da imprensa satirizando a atuação do STF e dos Congressos Brasileiros de Geografia frente à questão de limites entre o Paraná e Santa Catarina 762

Anexo 30 – Modelo de cédula eleitoral de 1927 771

APÊNDICES

Apêndice 1 – Levantamento do material sobre Manoel Correia Defreitas realizado no sítio da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro entre 19.09.2014 e 30.03.2016 773

Apêndice 2 – Locais de pesquisa 782

Apêndice 3 – Bibliografia que cita Manoel Correia Defreitas 786

Apêndice 4 – Relação das narrativas biográficas de Manoel Correia Defreitas utilizadas nesse trabalho 791

Apêndice 5 – Membros da Oligarquia Correia-Nacar (1854-1930) 795

Apêndice 6 – Acervo documental do Museu de Justiça do Paraná referente a Domingos Correia de Freitas e Josepha de Leite Bastos (pais de Manoel Correia Defreitas) 797

Apêndice 7 – Lojas maçônicas no Paraná de 1837 a 1940 799

Apêndice 8 – Participantes da Loja Perseverança desde sua fundação em 5 de maio de 1864 até maio de 1973 800

Apêndice 9 – Participantes da Loja Modéstia desde sua fundação em 22 de junho de 1871 805

Apêndice 10 – Participantes da Loja Fraternidade Paranaense desde sua fundação em 1º de abril de 1897 até dezembro de 1943 807

Apêndice 11 – Fundadores da Loja Fraternidade Paranaense 815

Apêndice 12 – Cronograma das missões pacifistas na região do Contestado 816

Apêndice 13 – O habeas corpus de Deocleciano Martyr (1914) 818

Apêndice 14 – Relação dos Clubes Republicanos fundados por Manoel Correia Defreitas 827

Apêndice 15 – Cronologia de José Correia de Freitas (1856-1933) 830

Apêndice 16 – Resultados da eleição de 1º de março de 1894 para presidente da república 834

Apêndice 17 – Trajetória política de Manoel Correia Defreitas (1888-1927) 837

Apêndice 18 – Quadro cronológico de Manoel Correia Defreitas (1853-1932) 839

Apêndice 19 – Detalhes dos cadernos de recortes 1 e 2 da Coleção Manoel Correia Defreitas 861

ÁRVORES GENEALÓGICAS

Árvore Genealógica Nº 1 – Emília Maria do Rosário (avó materna – Título Rodrigues de França) 130

Árvore Genealógica Nº 2: Manoel Correia Defreitas (sem Amália) ..... 133 e 149

Árvore Genealógica Nº 3: Manoel Leite Bastos (tio materno) 143

Árvore Genealógica Nº 4: Domingos Correia de Freitas (bisavô paterno) 147

Árvore Genealógica Nº 5: Amélia Correia de Freitas (irmã) 161

Árvore Genealógica Nº 6: Thereza Correa Machado Busse (sobrinha) 162

Árvore Genealógica Nº 7: Maria do Rosário Correa Machado Stresser (sobrinha) 163

Árvore Genealógica Nº 8: Francisco Machado da Silva (sobrinho) 164

Árvore Genealógica Nº 9: Maria dos Anjos Correia de Freitas (irmã) 167

Árvore Genealógica Nº 10: Amália Correia de Freitas (não era irmã – provavelmente prima) 181

Árvore Genealógica Nº 11: Amália Correia de Freitas (casamento) 182

Árvore Genealógica Nº 12: José Correia de Freitas (irmão) 172

Árvore Genealógica Nº 13: Manoel Correia Defreitas (2 MANUÉIS) 136

Árvore Genealógica Nº 14: Manoel Correia Defreitas e Lucilia Landal (união não oficial) 156

Árvore Genealógica Nº 15: Meuma Defreitas Pedroso e Antônio Roque Pedroso (filha) 157

Árvore Genealógica Nº 16: Meden Defreitas 158

INTRODUÇÃO

Há alguns anos ocorreu-me estudar sobre o movimento propagandista republicano. Não foi uma decisão repentina, mas algo sobre o qual eu vinha acumulando algumas leituras que me levaram a refletir sobre o momento histórico da transição monarquia-república e a participação paranaense nesse processo, apontada como "periférica" pelos trabalhos até então realizados sobre o tema.

Na verdade, eu estava cansada de ler e reler as sucessivas citações da historiografia tradicional paranaense[1], que apesar de realizada em outros contextos, contribuía muito pouco para o real entendimento da participação paranaense nesse momento da formação social brasileira. Meu questionamento era essa condição "periférica" apontada ao Paraná: será que realmente nenhum paranaense havia participado de maneira mais profunda nesse momento de nossa história? Por que essa mania de considerar a participação paranaense como diminuta? Decidi começar a pesquisar as pessoas atuantes desse momento histórico, saber os nomes e sobrenomes que tinham um destaque maior para poder levantar as suas teias de relações e descobrir outros nomes que também tiveram atuações importantes, mas não foram considerados, e que quando apareciam eram apenas em rápidas citações. A história do pensamento social brasileiro é excludente, ela omite sistematicamente a importância de alguns autores do passado, apesar do que fizeram em vida ou da obra que legaram. São autores que, por uma razão ou outra, foram "esquecidos". E no caso do Paraná não é diferente. A questão era procurar uma explicação para essa hierarquia de relevância, onde alguns autores são reconhecidos e outros, são colocados de escanteio.

Essa escala de prestígio não se altera nos estudos que vão sendo realizados sobre a história do Paraná, mas tende a se perpetuar e a reproduzir, cristalizando julgamentos e valores. Para o trabalho ser reconhecido e atrativo era melhor tratar de algum ícone do pensamento social paranaense afinal o pesquisador tem que saber escolher quem estudar e sobre quem escrever. Com

[1] Consultar BALHANA, Altiva P.; MACHADO, Brasil P.; WESTPHALEN, Cecília M. **História do Paraná.** Curitiba: Grafipar, 1969. 4 volumes.

essa orientação as escolhas acabavam não sendo meramente científicas, mas acabavam reafirmando o prestígio dos ícones como temas consagrados de teses, estudos e ensaios. O que se tornar um ciclo vicioso: porque são os mais estudados, os ícones são reconhecidos como notáveis representantes do pensamento social paranaense, o que constitui uma forma de excluir os demais, menos estudados ou esquecidos, mas não menos participativos e atuantes.

Os autores poucos citados eram pouco estudados e por isso considerados como autores de menor relevância, embora nas suas áreas desfrutassem de prestígios. É o caso de Manoel Correia Defreitas, autor que já se encontrava próximo do esquecimento. Autor que pela posição que ocupa na hierarquia de relevância no pensamento social paranaense não chega a transmitir renome acadêmico aqueles que o elegeram como tema de estudo.

Este trabalho é uma biografia sociológica de um autor incluído no rol dos quase esquecidos: o propagandista republicano e político Manoel Correia Defreitas. Atacado e reconhecido ao mesmo tempo por seus contemporâneos, interessei-me por Correia Defreitas quando justamente examinava o movimento propagandista republicano e a formação dos partidos políticos no Paraná. Sempre citado pelo seu Manifesto Político, escrito em 1890, que se tornou a base para o estatuto do Partido União Republicana, não se sabia quase nada sobre ele. Um autor acabava citando os dados dos outros trabalhos anteriores e não se avançava muito em saber quem foi esse paranaense. Decidi então me debruçar sobre ele e descobri, então, um homem inovativo, sempre disposto a questionar por dentro e com coragem, os cânones políticos e ideológicos de seu tempo. Um pensador rebelde, dotado de poderosa cultura humanista e extrema capacidade de argumentação. Dedico-me a procurar nas suas circunstâncias e na sua trajetória pessoal respostas para entender como ele pôde construir suas reflexões e ideias tão opostas e díspares das ideias e reflexões comuns do seu tempo e da sua classe social de origem, bem como as razões e motivos que o fizeram ser, enfim, um autor esquecido nos estudos do pensamento social paranaense.

Encontrei imensas dificuldades para escrever a biografia sociológica de Manoel Correia Defreitas. Diversos momentos e fases da sua vida estão hoje ou irremediavelmente perdidos ou envoltos em versões desencontradas e confusas. Ele não era uma pessoa comunicativa a respeito da sua vida pessoal. Não

escreveu nenhum ensaio autobiográfico, não expos sua intimidade ao conhecimento do público, muito pouco falou de si, e não falou dos parentes. A discrição com relação à sua vida pessoal era um traço muito próprio de seu temperamento e da sua visão das coisas e do mundo. Embora tenha escrito bastante em jornais, esse material não foi reunido em um livro. O que temos, em termos de acervo pessoal, são dois cadernos com recortes de seus escritos ou escritos sobre sua pessoa, que ele próprio colecionou[2], uma pequena coleção de sua documentação particular que se encontra no Museu Paranaense[3], uma pequena coleção de sua correspondência com Ruy Barbosa[4] e o pouquíssimo material disperso nos arquivos históricos dos estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais, Brasília e Rio de Janeiro[5]. Esse material foi complementado pelo garimpo realizado nos jornais e revistas de sua época[6]. Mas isto, que seria um "osso a mais que todo biógrafo deve roer" não foi o mais grave. O pior foi a constatação de que muitos documentos foram destruídos ou seriamente danificados por fungos e traças que infestam as bibliotecas e arquivos brasileiros. Escrever a biografia sociológica de Manoel Correia Defreitas tem sido uma experiência gratificante, pois está me dando a oportunidade de resgatar a vida e a obra de um pensador social originalíssimo e fecundo.

O recorte temporal, 1851-1932, segue os anos de nascimento e morte de Manoel Correia Defreitas. O contexto histórico do final do século XIX e início do século XX no Brasil, e especificamente no Paraná e sua relação com o universo político daquela época serão a base para a compreensão, com maior amplitude, da

---

[2] Acervo particular do Professor Ricardo Costa de Oliveira que me disponibilizou integralmente o acesso a esse material e a quem sou imensamente grata.

[3] Essa coleção é originária do antigo Museu David Carneiro que existia em Curitiba. Foi adquirida pelo governo do Estado do Paraná na década de 1990 após a morte do proprietário do museu que era particular. Não conseguimos levantar como essa documentação incorporada ao acervo do Museu David Carneiro uma vez que Manoel Correia Defreitas não deixou descendentes diretos e as poucas pessoas localizadas que se identificam como seus descendentes não forneceram documentos que comprovassem seu vínculo familiar ficando apenas o "dito" por essas pessoas. Disponível em http://www.tribunapr.com.br/noticias/estado-adquire-acervo-historico-do-museu-coronel-david-carneiro/. Acesso 29.janeiro.2017.

[4] Material disponibilizado no site da Fundação Casa de Ruy Barbosa (http://www.casaruibarbosa.gov.br/).

[5] Esses foram os locais da pesquisa de campo realizada entre os anos de 2013 e 2016.

[6] A principal fonte de consulta, mas não a única foi o site da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/).

vida do biografado, entender as rupturas e continuidades e a sua ação em seu tempo. Biografia e contexto são as bases desse trabalho, onde a biografia conserva sua especificidade em torno do sujeito histórico, pois a época e o meio são valorizados como aspectos capazes de caracterizar uma atmosfera propícia para explicar a singularidade da trajetória do biografado, sem com isso tentar normalizar os comportamentos e ideias de um grupo ou de uma época. A intenção da pesquisa é utilizar a biografia como um instrumento do conhecimento histórico e assim se despojar da tradicional biografia linear e factual. Procurarei mostrar as qualidades intelectuais e a personalidade de Manoel Correia Defreitas em toda a sua dimensão, não deixando de apontar as suas virtudes e idiossincracias, suas contradições e inconsistências. Para isso o trabalho será dividido em cinco capítulos.

No primeiro é apresentado a escolha teórica que irá nortear toda a tese. A velha questão colocada aos que decidem escrever uma biografia: como manter um distanciamento crítico de seu personagem para não transformar o biografado em um herói ou num santo ou demônio, acima de sua condição humana, mas apresentá-lo como um ser social resultante de seu momento histórico e social. São retomadas as narrativas biográficas sobre Manoel Correia Defreitas já existentes e apresentados os seus autores e meios de divulgação dessas biografias.

No segundo capítulo apresentamos a família Correia de Freitas e sua genealogia. Entender a importância da família como uma categoria de análise sociológica para compreendermos a realidade social nos revela como, apesar de sua excentricidade e “rebeldia”, Manoel Correia Defreitas manteve-se atuante junto aos membros da classe dominante tradicional. O que lhe permitiu livre trânsito no campo político paranaense e brasileiro foi justamente os capitais herdados de sua família, que o habilitava como “um deles”.

O terceiro capítulo traz a análise do material colecionado por Meuma, filha mais velha de Manoel Correia Defreitas sobre ele. Apresentamos o que essa coleção procurou guardar como memória, o que procurou preservar de sua trajetória, o que merecia ser recordado segundo sua filha. A coleção desse material sobre a sua pessoa faz parte da construção de Manoel Correia Defreitas como o grande republicano paranaense, sempre esperado com ansiedade, sempre

perseguido pelos membros da política dominante e sempre pronto a se sacrificar pela causa democrática.

No quarto capítulo será apresentada uma nova narrativa de Manoel Correia Defreitas onde iremos abordar as várias facetas do biografado visando superar as narrativas anteriormente realizadas onde a ênfase foi dada a atuação política do biografado. A intenção é ampliar a discussão fornecendo uma nova visão a partir dos novos dados coletados durante a pesquisa de campo.

No último capítulo será apresentado o perfil parlamentar e político de Manoel Correia Defreitas. Visto ele ter sempre sido lembrado por essa atuação iremos aprofundar a análise dessa parte de sua trajetória – já tendo sido analisada anteriormente as outras facetas, essa faceta específica ficará melhor entendida. Esse capítulo será sobre sua trajetória política visando demonstrar como o propagandista foi sempre ativo na construção da sua trajetória. Acompanharemos os esforços empreendidos e as dificuldades superadas ou não na implantação de seus projetos nos diferentes campos de possibilidades que encontrou. Veremos como ocupou diferentes posições sociais em diferentes momentos e como nunca agiu isolado, mas sempre em meios sociais efervescentes.

Em suma, esse estudo não trata apenas da trajetória de vida de um indivíduo, mas também permite tematizar os ambientes sociais em que ele viveu: as sociedades pelas quais passou, as influências que sofreu, os empréstimos culturais em que se envolveu, ao valores, conceitos e hierarquias atualizados por ele e pelos atores sociais que o cercavam. Correia Defreitas é também um personagem privilegiado por intermédio do qual poderemos fala do Paraná e do Brasil.

CAPÍTULO 1 – UMA BIOGRAFIA SOCIOLÓGICA

> *Se todo grande homem chega a ser considerado, acima de tudo, precisamente como o filho autêntico do seu tempo e, em todo caso, sofre de todas as suas mazelas com mais força e mais sensibilidade do que todos os homens menores, então o combate de um tal "contra" seu tempo é, ao que parece apenas um combate sem sentido e destrutivo contra si mesmo. Mas justamente, apenas ao que parece; pois o que ele combate em seu tempo é aquilo que o impede de ser grande, e isto para ele significa apenas: ser livre e inteiramente ele mesmo. (NIETZCHE, 1999, p.291)*

A biografia foi restituída como um tipo de abordagem voltada para a explicação das experiências coletivas através da perseguição de singularidades capazes de expressar o indivíduo como uma representação da sociedade e do contexto onde ele viveu, em finais do século XX. Essa perseguição poderia ser percebida através da noção de como tratar as fontes históricas considerando os indícios e pistas que, mesmo com uma perspectiva indireta, acabam por oferecer especificidades sobre as pessoas. Atualmente, é bastante expressiva a proliferação de estudos sobre trajetórias individuais, sejam elas de homens ilustres ou comuns. Assim, gostaria de refletir sobre as potencialidades da abordagem biográfica no campo de estudos da Sociologia ofertando uma breve contribuição para se pensar a memória dos excluídos no mundo moderno[7], pois *"toda vida pode ser descrita, tanto a pequena quanto a poderosa, tanto a vida cotidiana quanto a extraordinária"*[8] (DILTHEY, 2010, p. 241).

---

[7] Apesar de antigo, os estudos biográficos sempre estão cercados por muitas polêmicas. Ver recentemente o caso brasileiro sobre à censura de biografias referente ao Projeto de Lei 393/11, a chamada Lei das Biografias, que modifica o Código Civil e libera a publicação de "imagens, escritos e informações" biográficas de personalidades públicas, sem necessidade de autorização do biografado ou de seus descendentes (TEIXEIRA, 2013; TEPEDINO, 2013; PASSOS, 2014). Ver também a reportagem "Câmara aprova projeto de lei que libera biografias não autorizadas", de 06/05/2014 (UOL, 2014). Disponível em http://entretenimento.uol.com.br/noticias/redacao/2014/05/06/camara-aprova-projeto-de-lei-que-libera-biografias-nao-autorizadas.htm. Acesso em 10.julho.2016.

[8] Segundo Dilthey (2010) a vida de um indivíduo comum é capaz de revelar o diferente e por isso mesmo tem tanto valor quanto a vida de um homem laureado pela glória. O presente estudo

A biografia está em voga e os estudos acadêmicos, ainda que num ritmo mais lento, também acompanham essa ampliação do interesse pelos estudos biográficos. Dosse (2009) aponta que a crise nos modelos globalizantes de explicação histórica está na origem da maior abertura em direção às estratégias individuais de personagens e homens comuns, mesmo que se admita que *"escrever a vida é um horizonte inacessível"* (DOSSE, 2009, p. 11). As narrativas em torno de um indivíduo continuam desafiando todas as gerações, que buscam respostas para a inescapável necessidade de compreender o outro. Uma das incorporações aos trabalhos biográficos recentes situa-se justamente na ampliação dos personagens enfocados, em direção aos indivíduos "destituídos de interesse". Assim, podemos passar a considerar a biografia como a escrita da diferença, a narrativa de uma individualidade e cabe refletir sobre o lugar da biografia como possibilidade de compreensão da sociedade.

A tensão está na formatação da narrativa biográfica e a busca pelo entendimento de uma realidade – como esse tipo de abordagem dá conta das relações que marcaram um período da vida social sendo baseada na trajetória de um indivíduo? Dosse (2009) nos ajuda nessa reflexão apontando justamente o que ele considera como sendo uma das características da biografia histórica: seu hibridismo, a mistura de documentos com a exposição das ações, emoções e sentimentos de um indivíduo. A tarefa do pesquisador-biógrafo seria fornecer as conexões de efeitos nas quais *"o indivíduo é determinado pelo seu meio e reage a ele"* (DILTHEY, 2010, p.241). O biógrafo deve proceder ao exame criterioso das influências dos elementos externos ao indivíduo e de como ele se situa diante dessas ações, compreendendo o particular e esforçando-se para apreender as suas relações com o geral - nesse exercício é que o valor científico da biografia é colocado em dúvida, ou seja, como apreender a totalidade através de um indivíduo? (LORIGA, 2011). O todo e as partes se misturam e configuram a vida em conjunto e é possível apreender uma vida a partir dessa mistura, compreender o sentido dos acontecimentos históricos a partir desse entrelaçamento, apesar das várias limitações que a pesquisa biográfica impõem. O alcance da narrativa biográfica se revela, em algum momento perturbador e incompleto, pois *"a*

---

trata-se de uma biografia sociológica de Manoel Correia Defreitas (1851-1932), pois consideramos sua vida um capítulo interessante e esquecido da história paranaense.

possibilidade de dilatar o próprio eu, de acolher outras experiências de vida, não é infinita" (LORIGA, 2011, p. 151).

No século XIX a biografia foi um gênero que dividiu opiniões entre literatos, intelectuais e pesquisadores. Entre as acusações mais duras direcionadas ao texto biográfico apareciam: narrativa menor, repositório de recomendações morais, palco de devaneios subjetivos dos biógrafos. Com as reflexões de Dilthey (2010) que defendia que o indivíduo, como ator histórico, poderia ser um dos caminhos para a compreensão da realidade social, passamos a trabalhar com a tensão entre indivíduo e os sistemas normativos, com a ambiguidade entre particularidade e totalidade como uma forma particular de acesso ao mundo histórico através da revivência desse indivíduo na narrativa biográfica. Na segunda metade do século XX o tema da "ilusão biográfica"[9] passou a ser o centro do debate: os indivíduos vivem a história de formas distintas e o risco de fechá-los em categorias sociais rígidas, ignorando sua experiência era "um perigo". Como abordar a singularidade de uma vida como problema de pesquisa sem cair na tentação de pressupor as trajetórias individuais como amostras representativas do todo social? Quais os limites entre liberdade e determinismo na elaboração narrativa da vida de um indivíduo? Como escrever uma tese de doutorado a partir da singularidade de uma vida?[10]

Cândido (1999a) aponta que metodologicamente, a biografia é um instrumento perigoso, no qual é possível encontrarmos uma série de obstáculos que podem prejudicar o resultado final do trabalho. O risco de simplificação, por

[9] O termo "ilusão biográfica" foi desenvolvido por Pierre Bourdieu (2006; 2010) na década de 1980 para tratar dos estudos biográficos. O autor faz uma severa crítica e define como ilusória um tipo de retórica, com tradição consolidada na história, que faz associação direta entre uma cronologia unidirecional, um "eu" coerente e constante e ações que excluem as noções de risco e incerteza. Essa crença de que a vida em si é uma história, um caminho que percorremos e deve ser percorrido é o cerne da ilusão retórica definida por Bourdieu. É uma imposição arbitrária, que assegura uma constância através do tempo e uma unidade através de diversos espaços sociais. Assim, a nominação introduziria categorias como trajetória, indiferente às particularidades circunstanciais e aos acidentes individuais no fluxo das realidades sociais. Como um ponto fixo em um mundo que se move, ela em nada contribuiria para o debate sobre o biografado, e só poderia ser útil na análise do social, considerando-se a necessidade de se reconstruir a estrutura de rede na qual esse indivíduo está inscrito e age.

[10] O programa de pós-graduação em Sociologia da UFPR tem desenvolvido alguns trabalhos nessa linha de exercícios biográficos, onde a biografia é considerada analiticamente como representativa de uma forma típica de comportamento social deixando assim de ser a história de uma pessoa singular e tornando-se a de um indivíduo representativo de um grupo. Ver KULAITIS (2004), CORDEIRO (2005), SALTURI (2007), BEZERRA (2009) e SIMÃO (2010).

exemplo, é um deles. Ocorre quando o biógrafo reduz a situação histórica a acessória, colocando o biografado como ator central. O processo todo e os outros personagens que atuam sobre as ações são apagados no que diz respeito ao biografado, traçando diretamente um nexo causal entre personagem e acontecimento, colocando a culpa ou o mérito de processos históricos complexos sobre os ombros de uma única pessoa que, quando muito, foi um ator privilegiado. Outras vezes, o biógrafo, esquecendo-se um dos pontos centrais do trabalho, que é o estudo de personalidade, dissolve o biografado no contexto histórico-social. Nesse ponto, ele pode fazer uma excelente obra de historiador, mas estará hipertrofiando o que não deveria passar de um quadro. Os pesquisadores biógrafos agem:

> [...] com relativa angústia, mas com o intento de "defender" nossas "obras", acabamos por criar heróis – paladinos em sua coerência – e poucas vezes nos contentamos em deixar brotar ambivalências tão próprias às vidas dos outros, que são também nossas. O resultado, muitas vezes, é a construção de biografias que se comportam quase que como destinos; ou verdadeiros tribunais de defesa", diz Schwarcz (2013, p.52).

A biografia histórica é realmente método quando o biógrafo tem plena consciência do contexto em que se insere o biografado, de modo a resultar não apenas uma interpretação da personalidade, mas a compreensão do seu papel e, através dele, da época (CÂNDIDO, 1999b).

Afinal, "o que podemos saber de um homem?" Sartre (1966) propõe para os estudos biográficos o método progressivo-regressivo onde a inteligibilidade é alcançada pela relação dialética entre a história do indivíduo e as circunstâncias objetivas onde esse indivíduo realizou esta história, ou seja, é necessário compreender ao mesmo tempo o homem e o lugar. Entender o seu entorno, a questão das determinações do contexto histórico, a relação objetiva com essa realidade, assim, procurando compreender o indivíduo desde seu interior (regressão) até a sua vida e obras (progressão). O homem faz a história ao mesmo tempo em que ele a suporta. A fim de abordar esse duplo movimento do indivíduo em direção às suas circunstâncias objetivas e destas em direção ao indivíduo, é que o autor propõe esse método que se aplica na medida em que ele se constrói. O método progressivo-regressivo é o que permite ao filósofo francês empreender o seu estudo sobre Gustavo Flaubert a partir de uma

interpretação da obra e da vida desse escritor francês, ao mesmo tempo em que ele procura estabelecer a inteligibilidade do vivido por Flaubert como significante-significado da época pós-romântica (SARTRE, 2013). Sartre associa a vida do escritor às condições históricas, sociais e culturais do seu tempo, revelando a convergência entre a trajetória individual e o processo coletivo de transformação social. Sartre afirma, no prefácio do livro*: "o homem nunca é um indivíduo; seria melhor chamá-lo universal singular"* (SARTRE, 2013, p.8) porque está situado em sua época, no mundo social e imaginário, e nela se estabelece como individualidade. Por isso, para compreendê-lo, é sempre necessário estudá-lo por essas duas óticas, sendo redutora a opção por um ponto de vista único: a simples universalização faria do biografado nada mais que a soma de generalidades abstratas, enquanto a singularização absoluta restringiria sua vida a uma sequência de episódios particulares: *"É preciso ir de um ponto de vista ao outro, incessantemente. É preciso saber tudo o que é possível saber",* escreve Sartre (1966, p.91).

1.1 – Valor sociológico da experiência humana

Meu interesse pela vida de Manoel Correia Defreitas teve início com a leitura de seu "Manifesto político do cidadão Manoel Correia Defreitas"[11] escrito em 8 de abril de 1890, após a implantação da república ocorrida no dia 15 de novembro do ano anterior[12]. Esse texto é muito citado em trabalhos que trataram e tratam sobre

[11] DEFREITAS, Manoel Correia (1890). **Manifesto político do cidadão Manoel Correia Defreitas**. Curitiba: Typographia do Dezenove de Dezembro, 16 páginas. Uma versão mais completa, incluindo a proposta de uma união entre os estados da região sul com São Paulo, foi publicada no jornal Diário do Paraná do dia 22 de abril de 1890 com o título "Manifesto político do cidadão Manoel Corrêa de Freitas ao estado do Paraná". A análise das duas versões desse documento será realizada detalhadamente no capítulo 5 desse trabalho.

[12] O Dicionário Bibliográfico do Paraná, de autoria de Júlio Estrella Moreira, trouxe a compilação referente aos trabalhos publicados no Paraná, trabalhos de autores paranaenses e trabalhos relativos ao Paraná até o ano de 1957. A página 246 traz a informação desse manifesto como produção bibliográfica de relevância para o entendimento da história paranaense.

a política paranaense, sobretudo no período da Primeira República[13] por ter sido a base do estatuto do futuro Partido União Republicana[14]. Mas os trabalhos falavam muito do documento e pouco do autor. Então, após a leitura do Manifesto original decidi conhecer o autor do mesmo, o tal "Manequinho Defreitas" como alguns de seus contemporâneos o chamavam.

Ao decidir fazer a biografia sociológica de Manoel Correia Defreitas sempre escutei a questão: - por que Correia Defreitas? Quem foi? Não conheço! Nunca ouvi falar! E como resposta costumava e costumo ser imediata – e por que não Correia Defreitas já que justamente você nunca ouviu falar? Em meio a tantos autores que poderia estudar e que aceitariam e repetiriam sem hesitação ou crítica os cânones ideológicos, políticos e éticos do seu tempo, surpreendeu-me ouvir a voz dissonante de Manoel Correia Defreitas que ousava dizer o indizível e de pensar o impensável, num meio social conservador como era (e infelizmente ainda sob muitos aspectos continua sendo) a sociedade brasileira, e especificamente a paranaense, do final do século XIX e início do século XX. Surpreendeu-me sobretudo a coerência e a lúcida rebeldia desse comerciante paranaense, que se tornou um propagandista republicano, e o fato de ter ele dedicado à sua vida a divulgar o projeto que julgava ser imprescindível para se alcançar uma sociedade mais justa, qual seja, a implantação de uma república socialista[15].

---

[13] Ver SILVA (1996), GOULART (2004; 2008; 2014), CORREA (2006a; 2006b; 2009).

[14] A União Republicana foi inspirada na organização do Partido Republicano Riograndense feita por Júlio de Castilhos, Assis Brasil, Demétrio Ribeiro e Borges de Medeiros. Defreitas viu que o número de republicanos paranaenses "puros e sinceros" não era suficiente para compor os quadros administrativos após o 15 de novembro de 1889 então decide criar uma arregimentação democrática com os republicanos históricos mais os políticos monarquistas que haviam aderido ao novo regime. O Manifesto de abril de 1890 propunha uma aliança entre os estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e São Paulo para impor-se como força política frente ao governo federal sempre que estivessem em jogo problemas comuns a esses estados que possuíam semelhanças do meio físico e de identidade étnica. A primeira comissão executiva da União Republicana foi composta por Francisco José Cardoso Júnior, Generoso Marques, Emigdio Westphalen, Joaquim Inácio Silveira da Mota, José Pacheco dos Santos Lima, Celestino Júnior e José Gonçalves Lobo (Diário do Paraná de 22 de abril de 1890 e A República de 29 de março de 1890).

[15] Na época de Manoel Correia Defreitas todo indivíduo que procurava desmascarar o panorama da desigualdade e da opressão na sociedade brasileira no final do século XIX e início do século XX era considerado "socialista". Um século depois, os indivíduos que continuam lutando por uma sociedade brasileira menos desigual e mais justa continuam a serem rotulados, mas dessa vez com o título de "comunistas" (aqui estou me referindo às manifestações pró-impedimento de Dilma Roussef. Como exemplo pode-se acessar http://www.pragmatismopolitico.com.br/2016/03/as-cenas-mais-inacreditaveis-das-manifestacoes-de-domingo-13-de-marco.html. Acesso 18.setembro.2016).

Numa época em que tantos intelectuais e políticos, velada ou ostensivamente, tendiam à adesão e a justificar os atos e comportamentos das nossas elites, Correia Defreitas era considerado por seus contemporâneos como socialista porque pregava uma outra forma de organização da sociedade, onde a instrução pública e políticas públicas de apoio aos trabalhadores iriam redimir o contingente imenso de ex-cativos ignorantes, mestiços embrutecidos e brancos analfabetos que compunham a maior parte da sociedade brasileira marcada profundamente por uma desigualdade autoritária, impermeável à mudança e à cidadania[16].

Escrever a biografia de Manoel Correia Defreitas é uma aventura em busca de uma utopia, pois ele foi um crítico de sua época discordando dos padrões dominantes, elaborando seus pensamentos e projetos em desacordo com tudo o que caracterizava o meio social em que vivia. Correia Defreitas procurava iluminar caminhos e refletir esperanças, pois queria mudar o mundo através da luta consciente e do trabalho. Sabia o que estava falando, era um utopista por acreditar numa forma diferente de organização da sociedade, e não um utópico que não tem nem os pés e nem as mãos no mundo real.

Esmiuçar os momentos da sua vida e da sua obra[17], conhecê-lo em profundidade, desde a remota infância em Paranaguá à maturidade no Rio de

---

[16] Pelo presente trabalho não se tratar de uma obra de ficção, mas sim de um trabalho científico, qualquer semelhança com a realidade da sociedade brasileira no ano de 2016 NÃO é mera coincidência. Se estivesse vivo em 2016, Correia Defreitas seria completamente contra a PEC 241 (Câmara) e 55 (Senado) que institui o novo regime fiscal que vigorará por 20 exercícios financeiros “congelando” os investimentos na área da educação e contra a MP 746 de reforma da previdência na qual o trabalhador para ter direito à aposentadoria integral terá que ter a idade mínima de 65 anos e 49 anos de contribuição. Disponível em http://www2.planalto.gov.br/. Acesso 23.dezembro.2016.

[17] Considero aqui “a obra de Manoel Correia Defreitas” toda a produção escrita que ele deixou em diferentes periódicos do Brasil. Exceto o Manifesto escrito em 1890, até o momento não consegui localizar outra publicação de Manoel Correia Defreitas, somente o material esparso em vários periódicos. A principal fonte de pesquisa para o levantamento de sua obra foi o site da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/). A pesquisa foi realizada de 10 de setembro de 2014 a 30 de março de 2016 (ver Apêndice 1). A outra fonte de dados foi o levantamento documental realizado em várias instituições de pesquisas no Brasil e no exterior (ver Apêndice 2). Haveria um outro opúsculo publicado por Manoel Correia Defreitas em 1895, o "Protestos do cidadão Manoel Corrêa de Freitas contra a validade da eleição senatorial de 16 de março de 1895." Editado no Rio de Janeiro, com 12 páginas. Porém até o momento da redação desse trabalho não tivemos acesso a ela e o colecionador particular que indicou essa referência não disponibilizou o material para consulta. O periódico carioca Correio da Tarde de 25 de maio de 1895 publicou uma pequena nota informando que Manoel Correia Defreitas havia enviado para a redação do jornal um exemplar do avulso em que estava publicado seu protesto

Janeiro nos permite entender porque Correia Defreitas está na galeria fosca dos pensadores paranaenses esquecidos. Sua obra é quase toda ela inacessível ao grande público. Questionamos em que medida ele mesmo, ao longo da vida, pelas atitudes e posições que assumiu diante dos acontecimentos, ideias e personalidades de seu tempo não contribui direta ou indiretamente para que isso acontecesse. O papel da família também é levantado e questionado: até que ponto sua experiência pessoal e familiar são as chaves para a compreensão da sua obra e até que ponto não se acha nessas experiências a sua concepção de mundo? Uma biografia sociológica[18] aponta momentos que podem justificar a obra e a origem das ideias do autor, pois autor e circunstâncias, obra e posições assumidas diante dos acontecimentos são fatores que se combinam dialeticamente, são indissociáveis, não podem ser compreendidos senão como elementos interligados e interdependentes. Entendemos por biografia sociológica a junção do trabalho acadêmico, do qual se exige rigor no uso dos conceitos com o prazer estético que uma biografia, como gênero literário, deve proporcionar aos leitores. É uma biografia porque se centra na vida de um personagem. É sociológica porque procura, através da atuação desse personagem, investigar o jogo conflituoso de interesses políticos e os traços marcantes de um campo intelectual e político numa determinada época histórica brasileira.

O exercício biográfico permite a busca de situações e atitudes que ensejaram este ou aquele destino do biografado. Afinal, se a vida humana, o percurso existencial, não é exclusivamente uma sucessão caótica de acasos e de fatos desconexos, ela tampouco pode ser entendida como a dramatização de um "script" previamente definido, pois entre o fortuito e as relações sociais há o mundo ilimitado das ações individuais, as escolhas diante das opções, das relações e dos atos pessoais em face dos desafios e do sentimento pelas pessoas e pelas coisas.

---

contra as últimas eleições federais no Paraná. O mesmo protesto encontra-se publicado no Jornal do Brasil/RJ de 19 de maio de 1895 e na Gazeta de Notícias/RJ de 03 de junho de 1895.

[18] Nosso trabalho procura inserir as transformações da época do biografado na narrativa conforme realizado por Febvre (2012) e sua biografia sobre Martin Lutero. Descreveremos do melhor modo que pudermos Manoel Correia Defreitas, sua força, seu entusiasmo e tudo o que ele trazia ao mundo sendo ele mesmo, ou seja, uma nova forma de pensar, de sentir e de praticar a política. As biografias anteriores concentraram-se na sua figura, doutrina e obra do homem feito. Só se interessaram pelo chefe de partido político, pelo fundador de jornais republicanos. Mas como se constituíra sua doutrina? Como se formara esse chefe de partido? Essas são algumas das questões norteadoras desse trabalho.

Relacionar o papel do indivíduo com as circunstâncias de seu tempo é uma das razões dos estudos biográficos que investiga momentos e reavalia experiências de vida com o objetivo de explicar o acontecido e o lugar que o biografado ocupou ou ocupa na história. Bourdieu (1990, p.177-178) trata o assunto da seguinte maneira:

> Para ler adequadamente uma obra na singularidade de sua textualidade, é preciso lê-la consciente e inconscientemente na sua intertextualidade, isto é, através do sistema de desvios pelo qual ela se situa no espaço das obras contemporâneas. Mas essa leitura diacrítica é inseparável de uma apreensão estrutural do respectivo autor, que é definido, quanto às suas disposições e tomadas de posição, pelas relações no espaço que definem e determinam sua posição no espaço de produção e que determinam ou orientam as relações de concorrência que ela mantém com os demais autores.

Assim, a exata compreensão da obra singular de um autor se dá precisamente em meio à pluralidade, no espaço das obras que lhes são contemporâneas. Isto significa que a obra de um autor não se explica ou define por si mesma. Ela, de fato, só se torna compreensível no contexto ou no meio político e social de que faz parte, seja se diferenciando, seja se identificando com os pressupostos ou valores dominantes da época. A dinâmica desse processo seria a concorrência política, o confronto de ideias e de prestígio entre os autores. A concorrência política não é neutra e nem isenta de paixões, ela se manifesta por meios de tensões, conflitos e polêmicas entre autores, grupos e instituições.

Segundo Bourdieu (1990), é imprescindível que o exame, ou a leitura da obra singular, de um determinado autor, esteja articulado à apreensão do comportamento, disposições e tomadas de decisões do autor no campo político[19] em que ele atua e, sobretudo, concorre com os demais autores. Ao final temos um método de análise da obra de um autor (a obra singular) e das circunstâncias

[19] O conceito de campo é definido por Bourdieu (2001), como um espaço estruturado de relações, onde as condições objetivas (aquelas que são da estrutura social) e as práticas sociais se manifestam. Pode ser definido ainda como uma esfera autônoma da vida social. A autonomia de cada campo apresenta-se nas relações sociais, conteúdos e recursos diferenciados que possuem, ou seja, como uma espécie de autonomia relativa. O campo, em linhas gerais, é um espaço estruturado de relações. Para Bourdieu, as condições objetivas (aquelas que são da estrutura social) e as práticas sociais se manifestam no campo. Cada campo possui seu capital específico, como por exemplo, o campo científico, em que o capital social se expressa pelos títulos, publicações, etc. Dessa mesma forma tem-se os campos político, cultural, religioso, artístico, intelectual, etc.

políticas, históricas e sociais (o campo) em que ela foi pensada e realizada. Para falar de Correia Defreitas não se pode separar sua vida da sua obra. Essa separação apagaria a dimensão humana de sua obra, pois ela não está suspensa em um plano separado da sua existência. A obra produzida por ele é constitutivamente um discurso social: o uso que faz de determinadas linguagens em determinados momentos nos diz muito de suas buscas, sonhos e aspirações. Vida e obra são um só fenômeno. Equivale dizer que não podemos compreender uma trajetória sem que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual se desenrolou o conjunto das relações sociais objetivas que uniram o biografado ao conjunto de outros agentes envolvidos no mesmo campo e confrontado com o mesmo espaço de possíveis (BOURDIEU, 2010).

O pressuposto fundamental deste trabalho é que os indivíduos estão sempre ligados a rede de relações, o que implica a regulação social de suas trajetórias. Conforme Elias (1991) as pessoas estão constantemente imersas em redes de dependências recíprocas que as leva, a atuar considerando a projeção que fazem de suas posições nessas redes. Assim, interesses, valores e aspirações são regulados socialmente de acordo com a percepção que cada indivíduo tem, a cada momento, de sua situação na configuração social à qual está ligado. Essa configuração não tem existência independente; nasce a cada momento do constante processo de integração e interpenetração das diversas pessoas que se relacionam entre si. A pesquisa de uma trajetória individual nos permite compreender tanto a vida do indivíduo quanto as relações que se estabeleceram entre o ele e o contexto social, ou seja, indivíduo e sociedade coexistem numa relação unívoca, não se consegue separar (ELIAS, 1995).

Todo indivíduo ocupa um lugar em uma teia humana composta por relações que não lhe é permitido modificar senão dentro de certos limites. Fazer uma biografia é, desse modo, pensar essas relações que se precipitam sobre os indivíduos no momento do nascimento e através das quais eles se colocam no mundo (ELIAS, 1994). O conceito de configuração expressa essa rede de dependência de forma plástica, como inter-relações em constante adaptação. Os lugares por onde um indivíduo circulou, o modo como agia em relação às pessoas e o que decidia, lhe permitiam dar continuidade, reelaborar ou romper com relações herdadas, além de lhe dar a chance de fazer novas alianças. É nesse jogo

relacional que vai se desenhando o que entendemos por biografia, ou seja, cada indivíduo acha-se inscrito em redes específicas de dependência, estando sujeito às contingências da experiência. Essas redes constituem uma conduta, um modo de articular e expressar interesses, aspirações e sentimentos e engendram práticas concretamente negociadas frente a um campo de possibilidades (ELIAS, 1991; 1994; 1995; 2000). Assim, a experiência individual serve para interrogar a pluralidade e as incertezas do passado, pois está inserida numa estrutura de rede onde o individual não está em oposição ao social, e este passa a ser visto como resultado da ação de indivíduos com outros indivíduos. Por fim, o biógrafo pode centrar-se na análise de um indivíduo para, por meio dela, percorrer as relações nas quais ele se inscrevia em múltiplos tempos e espaços (LORIGA, 1991, 1998, 2011).

Retomando Bourdieu (2006; 2010) e seu conceito de ilusão biográfica que criticava os trabalhos biográficos tradicionais que concebiam a vida como uma unidade coerente que se desenrolava de forma linear no tempo fazendo com que ao se elaborar uma biografia, o conceito de trajetória fosse uma noção indiferente às particularidades circunstanciais e aos acidentes individuais no fluxo das realidades sociais e com isso corria-se o risco de fazer uma história cronológica, factual, linear e pouco problemática da reflexão biográfica, entendemos a trajetória como uma brecha de acesso ao passado que nos oferece meios para pensar as questões mais gerais, tais como as relativas as relações familiares, à formação escolar e as estratégias de socialização e de ação no mundo. É um conceito que serve de estratégia analítica, pois cada indivíduo age em função de uma situação que lhe é própria, singular. Uma trajetória individual está vinculada a um mundo social inteiro. O comportamento social de um ator social não depende simplesmente da obediência mecânica a um sistema de normas e regras. Para tentar compreendê-lo é preciso levar em conta sua posição particular no interior de uma rede social. Analisar relações sociais, que são sempre marcadas por relações de poder, exige uma análise da interação entre pessoas, do modo como agiam, das decisões tomadas (ou forçadas a tomar) e de como elaboravam essas experiências (REVEL, 1998).

1.2 - Um homem, uma época, um contra discurso

Antes de começar a falar da trajetória de Correia Defreitas, é necessário descrever o imaginário que se constituiu a seu respeito ao longo dos anos. Esse imaginário foi construído por pessoas das mais diversas origens a partir de uma fonte principal: o artigo do jornal A Vanguarda[20], de Ponta Grossa, do dia 21 de abril de 1921, biografia escrita por Augusto Faria Rocha, membro do Centro Cívico de Ponta Grossa. A maior parte das narrativas biográficas de Correia Defreitas baseia-se nas informações desse artigo, por isso ele será o ponto de partida da análise da produção biográfica sobre nosso biografado antes da presente tese, para tentar entender como foi feita e demonstrar o impacto que teve sobre os leitores e outros autores. Correia Defreitas deu diversas entrevistas ao longo da vida e a cada momento sempre reforçava seu ponto de vista político e nunca tratava da vida pessoal. Não podemos afirmar que a cada entrevista olhava de forma distinta para o seu passado. Ainda assim não escapou do funcionamento usual da memória onde toda lembrança é uma reconstrução do passado, operada de acordo com os interesses e as preocupações da pessoa no presente. A memória também é viva e dinâmica: o contato com novas pessoas, experiências e ideias altera as lembranças e combina-se com elas. Conforme Halbwachs (1968, p.57) *"uma lembrança é em grande medida uma reconstrução do passado com o auxílio de dados emprestados ao presente, e preparada além disso por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem do passado sai já alterada".* Isso significa que não foram tomadas as biografias anteriores sobre a vida de Correia Defreitas como fontes privilegiadas. Esses relatos só nos dizem como esses autores o viam ou como o próprio biografado se via. Por isso, foi necessário buscar informações nas fontes primárias referentes à cada época para compreender o que Correia Defreitas dizia sobre suas opções, atitudes e obras no momento em que as realizava, e perceber como sua visão do presente e seu relato do passado foram constituídos.

[20] A VANGUARDA, jornal de Ponta Grossa fundado em 6 de novembro de 1915. Editada pela Livraria Globo de Mario Carvalho Guimarães. No editorial de lançamento se coloca como a serviço do progresso para o engrandecimento do Paraná, pois via que a imprensa local se afundar na lama e nas "vinganças mesquinhas e das ambições desmedidas" (PILOTTO, 1973). Agradeço ao Professor Niltonci Chaves da Universidade Estadual de Ponta Grossa pelo envio de material e indicações bibliográficas sobre a imprensa pontagrossense.

É necessário também entender e descrever as configurações sociais a que ele esteve ligado. Isso implica falar de suas origens familiares, de descrever as características sociais e políticas dos ambientes em que ele se movimentou, de explicar as características e os valores atribuídos a diferentes posições políticas nesses ambientes, de mostrar as ideias divulgadas a seu respeito em revistas, jornais, cartas e depoimentos e suas reações a esses escritos.

Alguns autores[21] que escreveram sobre Manoel Correia Defreitas afirmaram que ele estava "à frente de seu tempo". A ideia de que Correia Defreitas estava à frente de seu tempo é ambígua. Considero que ele se situou diante da época em que viveu, viu o mundo e refletiu sobre ele. Sua excentricidade[22] não está nesta suposta atemporalidade, mas justamente na sua capacidade de compreender os meandros da realidade empírica de seu tempo, extraindo daí os argumentos para suas ideias e propostas de organização da sociedade. Correia Defreitas trabalhou sobre a realidade que conhecia, pensando-a de maneira crítica, em oposição os conceitos até então dominantes e aceitos. Foi precisamente porque refletiu radicalmente sobre seu mundo e elaborou uma interpretação nova sobre as questões da sua atualidade, que é considerado um transgressor da época em que viveu, projetando no tempo ideias e conceitos críticos. Daí advém a falsa impressão de que estava à frente da sua época. Não estava. Correia Defreitas é um homem fruto do seu tempo. Viveu exatamente o seu momento histórico, pensou os mesmos problemas que afligiam a sua geração, observou os mesmos fatos e acontecimentos, viveu as mesmas emoções que os seus contemporâneos, assimilou experiências políticas e sociais semelhantes e absorveu os conhecimentos disponíveis na ocasião. A verdade é que Correia Defreitas elaborou uma síntese particular e diferenciada tendo como referência os mesmos elementos históricos, sociais, culturais e políticos postos à disposição dos demais indivíduos de sua época.

O pensamento e a obra de Correia Defreitas, com todas as suas virtudes e contradições, se inscrevem no interior do campo político do seu tempo,

[21] FARIA (1909), POMBO (1912), ABRANCHES (1918), SOTTOMAIOR (1922), MACIEL (1923; 1925), NEGRÃO (1928), FIGUEIRA (1948), NICOLAS, (1948; 1977a; 1978; 1984), CORTES (1948; 1972), ROCHA (1951), NASCIMENTO JUNIOR (1951; 1980), CORREA (2006a; 2006b; 2009).

[22] Excêntrico aqui no sentido de extravagante, singular e não no sentido de fora do centro.

diferenciando-se, no entanto, como um contra discurso, ou como um discurso crítico, do discurso ideológico dominante, ao qual, com singularidades, matizes e características próprias, a obra e o pensamento da maioria dos seus pares estavam atados.

Para Eribon (1990) só se pode compreender um projeto político e seu desenvolvimento (no caso, a obra e o pensamento de Manoel Correia Defreitas) em relação ao espaço teórico, institucional e político definido. O projeto político de Correia Defreitas materializado na sua atividade parlamentar e como batalhador ativo por uma nova forma de organização da sociedade, assumiu verdadeiramente a forma de um contra discurso e com ele Correia Defreitas concorreu conscientemente com os demais autores no campo político do seu tempo.

Porém, nem sempre o binômio vida e obra é tudo numa biografia sociológica. É necessário ainda que a biografia esteja interligada com a história, que contextualiza o acontecido, o vivido, o pensado. Ao escrever sobre o esforço biográfico, Bourdieu destacou a importância de se buscar na complexidade do mundo social a compreensão mais exata da "história de vida" e advertiu:

> Tentar compreender uma vida como uma série única e, por si só, suficiente de acontecimentos sucessivos, sem outra ligação que a vinculação a um sujeito cuja única constância é a do nome próprio, é quase tão absurdo quanto tentar explicar um trajeto no metrô sem levar em conta a estrutura da rede, isto é, a matriz das relações objetivas entre as diversas estações (BOURDIEU, 2010, p. 81).

A "estrutura da rede", segundo a metáfora de Bourdieu (2010), compreende o conjunto de relações objetivas entre o sujeito social (o biografado), os demais agentes e o espaço social de interesses (conflitantes ou conciliantes), no qual se dá precisamente a trajetória de vida[23]. Os acontecimentos biográficos *"definem-se antes como alocações e como deslocamentos no espaço social"* (BOURDIEU, 2010, p.81), isto é, a biografia é a expressão do conjunto de posições ocupadas, num dado momento, por uma individualidade biológica socialmente instituída, que

[23] A trajetória social não é simplesmente a justaposição de acontecimentos históricos. Bourdieu (2001) propõe o conceito de trajetória social como uma possibilidade para o estudo da trajetória de vida de um indivíduo dentro da Sociologia. A trajetória social é definida pelo autor *"como a série das posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente ou por um mesmo grupo de agentes em espaços sucessivos"* (2001, p. 292). Assim, é necessário estudar não só o agente, como também suas relações com outros agentes e os diversos campos pelos quais este circula.

pode vir a assumir também a dimensão de um documento histórico e sociológico, adquirindo o que Rouanet chamou de função cognitiva:

> Podemos, numa biografia, ignorar a história da época? Nesse caso, a história da vida se tornaria abstrata e ininteligível. Temos o direito de privilegiar a história coletiva? Nesse caso, a história individual que nos propomos narrar seria submersa pela história global. São os indivíduos que fazem a história? Nesse caso, a história se limitaria a um feixe de biografias individuais. Os indivíduos são meros efeitos de determinismos coletivos que os ultrapassam? Nesse caso, o indivíduo é o produto passivo da história externa que o modela, e o trabalho do biógrafo consistiria somente em identificar na história individual o reflexo da história coletiva, vendo no comportamento individual apenas o sintoma de forças globais e, no sujeito, a sinédoque – pars pro toto – de um grande processo sem sujeito (ROUANET, 1993, p.392).

O debate proposto por Rouanet (1993) gira em torno de um possível ponto de equilíbrio entre a biografia centrada exclusivamente nos fatos e atos da vida do biografado, a qual, se assim fosse, seria destituída de qualquer valor sociológico; e a biografia fundada tão somente no contexto histórico, a qual, nesse caso, seria o reconhecimento tácito de que o elemento individual não tem qualquer importância na história. A ideia da fusão dos elementos individual e coletivo, que fundamenta o conceito aqui adotado de biografia sociológica é baseado em Rouanet (1993) que considera que as duas histórias devem entrar em cena, a individual e a coletiva e em Mills (1975) que defende justamente a ideia de que a sociologia tem que dar conta da articulação entre biografia e história.

> A imaginação sociológica capacita seu possuidor a compreender o cenário histórico mais amplo, em termos de seu significado para a via íntima e para a carreira exterior de numerosos indivíduos ... Chegamos a saber que todo individuo vive, de uma geração até a seguinte, numa determinada sociedade; que vive uma biografia, e que vive dentro de uma sequência histórica. E pelo fato de viver, contribui, por menos que seja, para o condicionamento dessa sociedade e para o curso de sua história, ao mesmo tempo em que é condicionado pela sociedade e pelo seu processo histórico (MILLS, 1975, p.11-12).

Assim, ao realizar uma biografia sociológica não podemos temer e buscar no plano dito subjetivo a interpretação mais exata do comportamento social e político do indivíduo, relacionando-o aos fenômenos sociais mais complexos da realidade, para que o biógrafo possa recriar a vida que se extinguiu e restaurar o tempo que passou. A boa biografia não é aquela que busca a reconstituição exaustiva de uma

vida a partir da soma de todos os acontecimentos vividos pelo biografado, mas aquela que estabelece os nexos e as relações entre o biografado, seus pares e o seu meio social, onde desenrolou as suas ideias e trajetória como testemunhas distintas de uma época significativa na história. A trajetória é compreendida aqui não de forma linear, mas como um campo de possibilidades em que atua o biografado (BOURDIEU, 2006; 2010).

Loriga aponta que Bourdieu escreveu seu parecer sobre os estudos biográficos tradicionais criticando a maneira excessivamente linear, com começo, algumas etapas e fins com que as narrativas dos biografados eram apresentadas. E concorda com ele nesse ponto, pois não podemos limitar a existência a uma improvável unidade de sentido visto que o real é de natureza descontínua e provisória. Porém, aponta que essa visão de Bourdieu traz certos riscos, como o de homologar condutas individuais e de confirmar os laços normativos, a força do habitus[24] e aponta um caminho para superar essa proposta:

> ... tomar em conta a experiência individual não significa sempre, automaticamente, adotar a forma tradicional de biografia. Nós podemos, devemos pensar também em outras formas de narrativa. ... [podemos] utilizar a experiência individual para quebrar o excesso de coerência do discurso histórico, ou seja, para se interrogar sobre a pluralidade e a incerteza do passado (LORIGA, 1998, p.19).

O objetivo do pesquisador-biógrafo, para Loriga (2011) é literalmente demonstrar “o X da questão”, ou seja, demonstrar a contribuição individual para o desenvolvimento histórico, desenvolvimento não no sentido de uma melhora, mas no sentido de uma realização histórica. Segundo a autora, todo indivíduo tem uma fórmula que acompanha sua vida, qual seja, VIDA = A + X, sendo A tudo aquilo que chega ao indivíduo (por exemplo, circunstâncias externas do seu país, do seu povo, da sua época) e X a sua contribuição individual, a obra do livre arbítrio do indivíduo. O X é fundamental porque é o responsável por dar à história seu movimento. Em outras palavras, o indivíduo traz no “seu espírito” marcas de onde nasceu, do que viveu (A), mas ele pode ser inovador e dar uma contribuição além

[24] A compreensão da trajetória de um indivíduo levanta problemas que a teoria de campos de Bourdieu não dá conta de explicar. Segundo Loriga (2011), Bourdieu se empenha em iluminar os grandes palcos onde ocorrem as disputas pelo poder, mas não procura compreender os indivíduos que montam esse palco, instalam os cenários, varrem o chão e os bastidores, fotocopiam os documentos, etc.

do seu contexto (X). Assim, a representatividade biográfica estaria pautada na generalização, pois o pesquisador tem que descobrir um ponto que contém todas as circunstâncias do conjunto, por um lado identificando o indivíduo representativo e de outro lado estendendo as características desse indivíduo à uma categoria inteira. No nosso caso de estudo, escolhemos o indivíduo Manoel Correia Defreitas e iremos, através da análise da sua trajetória, procurar demonstrar como eram sobretudo o pensamento e a atuação da classe política de sua época. Isso não implica que fugiremos da narração cronológica das etapas da vida, como nascimento, formação, carreira, maturidade, declínio, morte, tão comuns nas chamadas biografias tradicionais. Porém, não temos a ilusão de reconstituir uma a uma todas as etapas da vida de Correia Defreitas. Iremos sublinhar as ligações que existem entre a dependência e a autonomia pessoal de suas experiências que marcaram sua trajetória, pois um indivíduo é ao mesmo tempo ator crítico e produto de sua época que é, por sua vez, marcada por uma rede de relações sociais diversificadas. Na vida de um indivíduo convergem fatos e forças sociais, assim como um indivíduo tem suas ideias, representações e imaginário que convergem para o contexto social ao qual pertence. Um indivíduo representa mais do que ele mesmo e ao seu modo exprime algo do coletivo do qual não pode abstrair. Os destinos individuais estão situados em diversas redes que se cruzam (ELIAS, 1994).

Nossa pesquisa procura desvendar um pouco o mistério sobre a figura de Manoel Correia Defreitas e a sua época, o cenário histórico em que se movimentou. Queremos identificar os antecedentes que ajudam a explicar o porquê da sua militância durante maior parte da sua vida para a formação de um espaço político autônomo diferente do que então vigorava. A trajetória de Correia Defreitas não pode ser entendida sem um enquadramento de sua época, as práticas e relações estabelecidas entre os diferentes atores sociais envolvidos. É por meio da pesquisa empírica que indicaremos quais foram as práticas e mecanismos sociais através dos quais sua posição social e a dos outros personagens foram legitimadas, bem como as evidências da pluralidade de significações que acompanham toda essa trajetória de vida. Sua trajetória individual terá duas considerações paralelas: de um lado será vista sob uma ótica objetiva como uma sequência de posições num ou mais campos da prática social e de outro lado, sob

uma ótica subjetiva como uma história pessoal com as visões que o indivíduo tem de si e do mundo. Esses dois momentos Dubar (1998; 2004) identifica como sendo um da identidade individual ou pessoal (o que sou, o que gostaria de ser) e o outro a identidade estrutural ou social (como sou definido, o que dizem que sou). Segundo esse autor, nos estudos biográficos a mesma importância deve ser dada tanto às categorias institucionais (as posições objetivas transmitidas pelas instituições) quanto às categorias utilizadas pelos indivíduos (as posições subjetivas, as falas que o indivíduo tem de si mesmo), visto que nos estudos biográficos, estamos analisando um processo. Não podemos reduzir uma categoria à outra e correr o risco de ocultar a pluralidade de papéis sociais que um indivíduo tem, pois ele age de acordo com o campo social em particular e no sistema de classe em geral, e isso lhe confere várias identidades que são vividas simultameamente.

1.3 - Saúde e fraternidade: votos de Manoel Correia Defreitas aos seus concidadãos

Não possuímos uma autobiografia de Correia Defreitas, não com essa denominação, mas iniciaremos o estado da arte de suas narrativas biográficas com a sua publicação mais conhecida. Trata-se do “Manifesto Político do cidadão Manoel Correia Defreitas”, escrito e publicado em 8 de abril de 1890 (figura 1)[25]. Após um longo período ausente das terras paranaenses, Correia Defreitas volta à Curitiba em final de fevereiro de 1890, acompanhando o novo governador nomeado para o estado do Paraná, Américo Lobo:

> Por isso, só depois que vi nomeado o dr. Americo Lobo para o lugar que hoje ocupa, é que entendi, nada mais tendo a fazer na capital federal, que era tempo de vir para o Estado [Paraná]. Com a nomeação de um antigo correligionário, que se mostrava de perfeita harmonia comigo, e a quem até eu devo a fineza de ter aceito aquele cargo por instâncias minhas,

[25] Esse documento será analisado em duas etapas: a primeira, neste capítulo, tratando dos dados referentes as “falas de si” de Correia Defreitas e a segunda, no capítulo 5, tratando do seu teor político e histórico.

> outra cousa não podia eu esperar senão que a política do Paraná pudesse afinal encaminhar-se sob uma justa e sensata orientação (DEFREITAS, 1890, p.8).

Ao chegar em Curitiba, é realizada uma eleição para a população escolher os quinze membros da comissão que iria ajudar o novo governador no levantamento dos dados sobre as condições do estado e que ao final iria propor um plano de ação para o poder executivo[26]. Correia Defreitas é um dos eleitos para essa comissão e por indicação dos outros membros acaba se tornando o relator dela. Ao final acaba sendo acusado de não ter "escutado" os outros membros da comissão para a elaboração do relatório final entregue ao governador, então ele decide escrever esse manifesto ao povo paranaense explicando o ocorrido.

[26] A eleição ocorreu dia 16 de março de 1890 em Curitiba e faziam parte dela: Manoel Correia Defreitas, General Cardoso Junior, Major Norberto de Amorim Bezerra, Generoso Marques, Gabriel Pinto da Silva, Carlos Cornelsen e José Celestino Junior. Os outros oito nomes que comporiam essa comissão não aparecem nos periódicos da época (O Século, 17/03/1890).

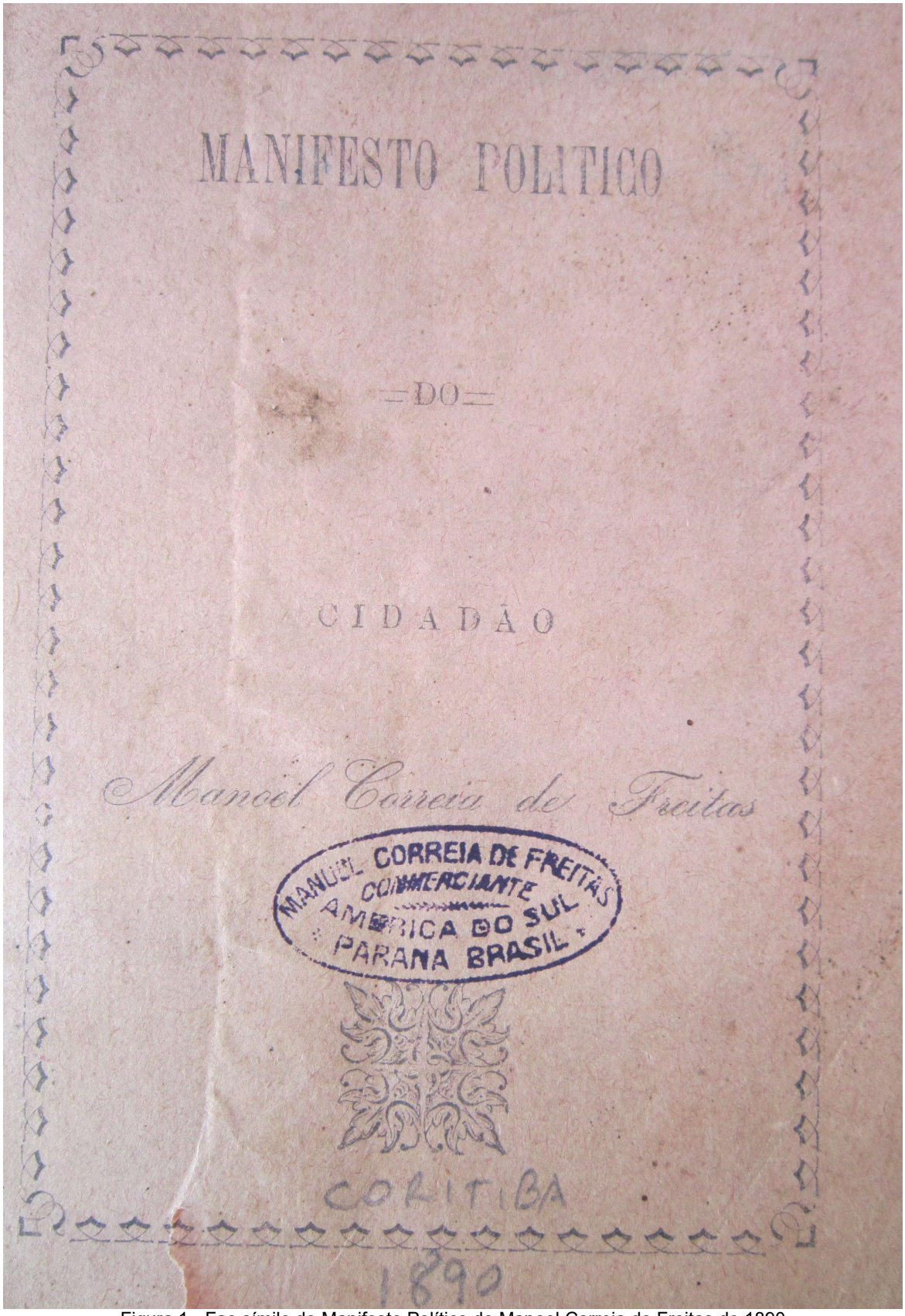


Figura 1 - Fac-símile do Manifesto Político de Manoel Correia de Freitas de 1890
Acervo do Professor Ricardo Costa de Oliveira

Inicia o texto do Manifesto Político destacando seu passado na propaganda republicana, para a qual se *"dedicou desde a mais tenra idade".* Reforça essa sua dedicação à luta republicana, onde entrou de *"todo coração e com todas as forças do seu espírito"*, dispendendo toda a energia de que pode dispor até o objetivo ser alcançado em 15 de novembro de 1889 (DEFREITAS, 1890, p.1). Essa dedicação extremada à causa lhe daria legitimidade para discorrer e agir sobre o assunto, e para reforçar esse ponto destaca o fato de seu nome ser conhecido dentro e fora do Paraná justamente pelos sacrifícios a que se submeteu "voluntariamente" para a realização desse ideal. Ao mesmo tempo utiliza uns termos de resignação para atenuar esse reforço da sua imagem como um republicano histórico reconhecido. Aponta que sua ajuda foi "fraca", se comparada com a atuação de outros republicanos históricos reconhecidos a nível nacional na luta republicana e que o "destino" quis que ele tivesse presente no ato da proclamação no dia 15 de novembro.

Apesar de implantada a república, a luta não havia acabado e Correia Defreitas sentindo-se um dos responsáveis pelos fatos que mudaram o regime político brasileiro vê se com o "dever inalienável" de vigiar sua implantação. Ele e todos os outros "republicanos convencidos"[27] - expressão utilizada pelo próprio Correia Defreitas para se definir. O Paraná, devido ao número reduzido de republicanos históricos, iria demandar mais trabalho para sua reorganização com o fim da monarquia, então Correia Defreitas teria que se sacrificar ainda mais para ajudar no futuro da república brasileira e justifica argumentando que:

> Foi por isso que eu julguei que, como paranaense, era para aqui que eu devia dirigir minhas vistas. **Tendo o direito pelo meu passado** de julgar que posso dizer sem que se considere o que eu digo por uma frase banal, isto é, que **venho sem aspirações de honras ou de proveitos pessoais**; assim como na época da propaganda plantei neste solo as sementes que pude, desde o dia da proclamação da república foi no Paraná que pensei e é com o Paraná que exclusivamente me tenho preocupado dessa hora por diante (DEFREITAS, 1890, p.4-5, grifo nosso).

Dois pontos chamam atenção na passagem acima. O primeiro é que Correia Defreitas baseia-se em seu passado para mostrar que tem "direito", legitimidade

[27] "Porque nós, os republicanos convencidos, não nos empenhamos pela simples questão de mudança de nome: queríamos sim uma nova ordem de coisas, uma reforma de fato, o aniquilamento de uma pátria que nos envergonhava, para o renascimento de uma pátria que nos honre" (DEFREITAS, 1890, p. 2-3).

para discorrer sobre o assunto “regime republicano” sem ser considerado um oportunista do momento. Assim, ele puxa para si a causa da implantação do regime republicano no Paraná – ele estava preparado para isso – e com isso dá uma “cutucada” na oposição e nos dissidentes do Partido Republicano. Se desculpa por não estar no Paraná logo após o 15 de novembro, mas justifica que mesmo do Rio de Janeiro, então capital federal, estava trabalhando em prol do Paraná, atuando junto ao Governo Provisório para garantir os interesses paranaenses, sobretudo orientando os principais elementos políticos do Estado para aderirem ao novo governo republicano e acompanhando o desenrolar dos acontecimentos em território paranaense.

O segundo ponto que chama atenção é o destaque para o fato de não estar correndo atrás de honrarias e proveitos pessoais, característica essa recorrentemente apontada pelos diferentes autores que escreveram sobre sua vida. Esse desprendimento da parte material e de status e a sua dedicação apenas à causa ideológica é recorrente quando se fala de Correia Defreitas. Agora temos que refletir sobre afinal de contas o que ele queria? Por que razão se debatia tanto atrás de uma nova sociedade?

A situação no Paraná ficou tensa depois do 15 de novembro. Alguns republicanos locais trocaram “os pés pelas mãos”. Fizeram uma eleição para escolherem os membros de uma Comissão Executiva[28] do Partido Republicano e não abriram para as negociações com os dissidentes. Com o apoio do então governador José Marques Guimarães[29] e de membros da oligarquia Correia-Nacar[30], não consideravam as demandas da maioria e realizavam as nomeações dos cargos excluindo os republicanos históricos que não estavam na dita

[28] A comissão executiva do governo provisório de José Marques Guimarães era composta por Vicente Machado, Mauricio Sinke, Ernesto de Campo Lima, Francisco de Almeida Torres, Celestino Junior, Chichorro Junior e Lufrido Costa (GOULART, 2014, p. 216).

[29] José Marques Guimarães, segundo presidente do Paraná no período republicano, atuou de 4 de dezembro de 1889 a 18 de fevereiro de 1890.

[30] Ver Apêndice 5 - Membros da Oligarquia Correia-Nacar ou Oligarquia Nacarina (1854-1930). Essa relação não é exaustiva. Ela foi elaborada na consulta das obras de OLIVEIRA (2001); NICOLAS (1977b; 1978; 1984) e abrange apenas o período de 1854-1930. Para uma cartografia completa dos membros da oligarquia Correia-Nacar teríamos que aprofundar a parte dos estudos genealógicos, o que tornaria possível chegar à relação dos representantes da oligarquia nos dias atuais.

comissão[31]. Isso Correia Defreitas aponta como sendo uma atitude totalmente contrária a ideia democrática do novo regime que teria que ser aberto para escutar e negociar com a oposição. Diante dessa situação caótica em que se encontrava a política paranaense, Correia Defreitas se coloca como o salvador da pátria e decide voltar ao Paraná após a nomeação de um correligionário para o cargo de governador, pois assim considerava que teria condições de trabalhar na reorganização da política paranaense. Com a nomeação de Américo Lobo para o governo do estado, o vice-governador nomeado em exercício Uladislau Herculano de Freitas[32] desfaz a Comissão Executiva e ao assumir Américo Lobo uma nova comissão é eleita[33]. A principal função dessa comissão era fornecer uma análise da

[31] Entre os objetivos dessa comissão destaca-se a organização político-administrativa do Paraná, a promoção da aliança entre os liberais e os conservadores, a organização do Partido Republicano local e as normas eleitorais para o primeiro pleito republicano (GOULART, 2014, p. 216).

[32] Américo Lobo presidente do Paraná de 4 de março a 28 de julho de 1890.

Uladislau Herculano de Freitas foi presidente do Paraná de 18 de fevereiro a 4 de março de 1890.

Uladislau Herculano de Freitas Guimarães (1865-1926), filho de Rogério José de Freitas Guimarães e de Joaquina Caetana de Freitas Guimarães nasceu no Rio Grande do Sul. Em 1885 matriculou-se na Faculdade de Direito de São Paulo onde manteve estreitas relações com os chefes do movimento republicano. Na cidade de Campinas, então centro das idéias republicanas, a sua palavra alcançou grande sucesso. Alí casou em 1887, com a filha do chefe político local Francisco Glicério, onde fixou residência, passando a trabalhar ao lado do sogro advogado. Em 1889 já formado foi para a cidade de Ribeirão Preto (SP), onde montou um escritório de advocacia, e participou ativamente na campanha republicana. Com a proclamação da República foi nomeado chefe de polícia do Paraná, quando da administração de Serzedelo Corrêa, continuando nessa função na gestão de Américo Lobo. Elaborou, a pedido de Serzedelo, o projeto que serviu de base para a Constituição do Estado, que seria discutida e aprovado pelo Congresso Constituinte paranaense em 4 de julho de 1891. Exerceu interinamente, de 18 de fevereiro a 4 de março de 1890, o cargo de governador do Paraná. De volta a São Paulo, foi em dezembro de 1890, nomeado lente substituto da Faculdade de Direito de São Paulo, tomando posse e recebendo o grau de doutor em 16 de janeiro de 1891. No dia 15 de dezembro de 1891 foi convidado para ser secretário de governo do Estado, cargo que exerceu até ano seguinte. Filiado ao Partido Republicano Paulista em 1892 foi eleito deputado estadual. Eleito deputado federal em 1894 não chegou a concluir o mandato, resolvendo retornar a São Paulo reassumindo o seu cargo de professor de Direito e a sua profissão de advogado. Foi novamente eleito deputado estadual em 1896. Com a cisão no Partido Republicano Paulista, entre Francisco Glicério e o presidente da República Prudente de Moraes, ficou ao lado de seu sogro, e se afastou momentaneamente da política, assumindo a direção do matutino A Nação, combateu em suas páginas o governo Campos Salles. Em 1900 foi eleito deputado estadual e permanece nessa função sendo reeleito até 1907 quando assume como senador até o ano de 1913. Renunciou ao mandato de senador para ser Ministro da Justiça e Negócios Interiores do presidente da República marechal Hermes da Fonseca. Ocupou os cargos de Senador e deputado federais e estaduais até falecer em 1926 no cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal (Freitas, 2000).

[33] Conforme já apontado na nota 24, essa comissão executiva do Américo Lobo era composta por Manoel Correia Defreitas, general Francisco Cardoso Júnior, major Norberto Bezerra, Carlos Cornelsen, Gabriel Pinto da Silva, Generoso Marques e Celestino Júnior (Sete de Março, 22/03/1890) e foi eleita pelos cidadãos no dia 16 de março de 1890 (Diário do Paraná, 06/05/1890).

situação atual do Paraná e indicar plano de ações para o poder executivo provisório poder convocar as eleições para o congresso estadual, eleger os representantes nacionais, formular a constituição estadual enfim, estabelecer o caminho para a instalação do governo republicano definitivo em território paranaense. Por se tratar da organização política do regime republicano é que Correia Defreitas afirma em seu manifesto que eles não poderiam "arrepiar a carreira"[34] apesar da oposição que estavam sofrendo dos membros da antiga Comissão Executiva, dos membros da tradicional e dominante oligarquia Correia-Nacar e dos dissidentes da comissão atual. O que o entristecia não era o fato de estar sendo acusado de não ter escutado os outros correligionários na formulação do plano de ação, pois ele havia apresentado o plano para o atual governador e para os outros membros da comissão o assinaram demonstrando que o relatório final estava de acordo com todos os envolvidos, exceto os três membros dissidentes da comissão que se retraíram na última hora[35], mas sim o fato do governador Américo Lobo estar indo para o "caminho da anarquização" demonstrando afeições pelos dissidentes e pelos membros da oligarquia Correia-Nacar. Novamente a história iria se repetir, lamenta Correia Defreitas, com o governador atual adotando o caminho do antigo governador.

Ao se justificar nessa pequena narrativa para os seus concidadãos, Correia Defreitas recorre ao seu passado como propagandista republicano para dar legitimidade às suas posições, ou seja, ele tinha autoridade, o direito, o conhecimento de causa para poder falar do regime republicano e para indicar qual seria o melhor caminho para a viabilização da implantação dessa forma de governo. Afinal, segundo ele, como já mencionado anteriormente, dedicou-se voluntariamente, por muitos anos, de todo coração, com toda a sua energia e força de espírito para a causa republicana. Para amenizar o reconhecimento que ele exigia desse seu direito de poder falar sobre as coisas da república, ele utiliza alguns adjetivos para deixar sua narrativa mais branda e declara que seu prestígio era fraco quando comparado com os outros republicanos históricos reconhecidos a nível nacional e que também foi fraco o seu auxílio para a proclamação da república se comparado mais uma vez com os mesmos republicanos. Ainda se

[34] Expressão popular que significa: voltar atrás, desistir, fugir.

[35] Correia Defreitas não indica quem eram esses três dissidentes e até o momento não encontramos outras fontes que tratem do mesmo assunto.

serve de outros termos para demonstrar sua resignação frente a implantação do novo regime e aponta que o destino e a sorte comandaram em algumas etapas da sua vida, ele apenas seguiu o que foi se abrindo. Puxa para si a responsabilidade maior no processo de implantação do regime republicano no Paraná quando diz sentir-se no dever inalienável de ajudar.

Como a maioria das autobiografias, apesar dessa narrativa não ser voltada exclusivamente para esse fim, Correia Defreitas procurar evitar o esquecimento, proclamando e glorificando os seus feitos, através do gênero confessional (narrativa de primeira pessoa), para justificar suas atitudes perante seus contemporâneos. Esse manifesto pode ser considerado como uma “escrita de si”, uma narrativa que procurou organizar um conjunto de dados sobre a leitura produzida pelo indivíduo, a respeito de seu entorno, para ser usada em um momento de necessidade, no caso de estar sendo acusado de não ter escutado os outros membros da comissão para a elaboração do relatório final. Além disso, podemos apontar que tinha como objetivo também estabelecer uma coerência interna, pois as ideias fragmentadas e recolhidas a partir dessa escrita deveriam ganhar sentido e coesão por meio de uma reelaboração pessoal na interseção entre o indivíduo e suas vivências,

Esse manifesto é um exemplo de que o estudo de subjetividades torna-se importante para elucidar não só, as tramas dos discursos, mas também por ser um horizonte possível de se visualizar novos e antigos objetos. Essa escrita de si feita por Correia Defreitas ajuda a organizar as suas ideias, a promover a coerência e a unicidade, pois é uma narrativa com aparência de linearidade e de totalidade baseada em uma lógica do princípio, meio e fim, uma apresentação sincera de parte de sua vida.

Porém, nesse gênero, as questões relativas ao vivido e imaginado devem ser relativizadas e redimensionadas visto que a narrativa produzida é sempre o resultado de escolhas elaboradas por aquele que quer se mostrar e não as faz sem que haja algum nível de refração.

1.4 - Olhares sobre Manoel Correia Defreitas

Num mapeamento inicial das narrativas publicadas sobre a trajetória de Manoel Correia Defreitas localizamos muitas notícias em diversos periódicos que se estendem do ano de 1890 a 2016, além de algumas poucas publicações dedicadas à sua biografia. Dessas selecionamos 32 narrativas que serão aqui apresentadas e analisadas para entendermos a imagem de Correia Defreitas que foi construída[36].

No dia 19 de janeiro de 1890 o jornal curitibano Quinze de Novembro publica uma homenagem a Manoel Correia Defreitas (figura 2). Não faz uma narrativa biográfica retomando dados de sua vida pessoal, apenas exalta sua atuação pela causa republicana, sua missão patriótica de organização de um novo partido e anuncia o seu retorno ao Paraná depois de um longo tempo afastado de sua terra natal. Esse periódico, fundado em 24 de novembro de 1889 (nove dias após a proclamação da república) e tendo como redator-chefe Leôncio Correia[37] tinha uma coluna de homenagens aos *"cidadãos nobres que se elevavam pela grandeza do talento e brilhantismo do caráter"*, que sempre vinha acompanhada pelo retrato do homenageado. O motivo pelo qual Correia Defreitas fez parte dessa galeria[38], foi que ele congregava essas duas "grandes forças" citadas acima: talento e caráter. O artigo não está assinado, mas foi redigido de forma poética e comparou Correia

[36] Ver relação completa no Apêndice 4 - Relação das narrativas biográficas de Manoel Correia Defreitas utilizadas nesse trabalho.

[37] Leôncio Correia (1865-1950) foi um advogado, escritor e jornalista. Sobrinho do Barão do Serro Azul, membro da oligarquia Nacarina. Exerceu os cargos de diretor da Instrução Pública do Rio Janeiro, diretor do colégio Dom Pedro II, diretor da Imprensa Nacional, diretor do Instituto de Educação do Rio de Janeiro, deputado estadual no Paraná (de 1892 a 1897) e deputado federal pelo Paraná (1899). Fundou os jornais Quinze de Novembro e Diário do Comércio e colaborou com as revistas Club Curitibano e Cenáculo (ABRANCHES, 1918; NICOLAS, 1984). Somente a partir da edição de 25 de janeiro de 1890 o jornal Quinze de Novembro para a ter como editor o seu fundador e proprietário Narciso Figueiras.

[38] O periódico Quinze de Novembro também homenageou entre outros José Marques Guimarães, Francisco José Cardoso Júnior, Quintino Bocayuva, Eduardo Mendes Gonçalves, Francisco Glicério, Manoel Eufrásio Correia, Américo Lobo Leite Pereira, Ismael da Rocha e Tiradentes. Esse jornal é de difícil localização. Contamos apenas com os poucos exemplares pertencentes ao acervo do Museu Paranaense e que se encontrada em estado que exige o máximo de cuidado para o manuseio. O ideal seria a digitalização desse material para fins de conservação.

Defreitas com o escritor Vitor Hugo quando este retornou para a França depois de 15 anos de exílio.[39]

> Como há de se sentir feliz aquele que hoje deve pisar as plagas natais, vendo no céu azul de sua terra o poema já terminado, da liberdade, do qual tantas vezes foram por ele as primeiras páginas soletradas ansiosamente! (QUINZE DE NOVEMBRO, 19/01/1890)

Ainda destaca a importância do nome de Correia Defreitas para a política paranaense pois *"era o nome que mais adesões em torno de si"* conseguiu quando chegaram as batalhas eleitorais, recebendo expressiva sagração nas urnas, pois lograva a *"imensa ventura de ser sempre acompanhado de um largo e indefinível círculo de simpatias".* Mas sua missão patriótica ainda não havia acabado. Agora era necessário realizar a organização política do novo partido. Havia muito a fazer.

Na mesma edição de 19 de janeiro de 1890 há um artigo de Jayme Ballão também fazendo menção ao retorno de Correia Defreitas ao Paraná e a sua luta em prol da implantação da república, *"na pátria libertada enfim! ... A pátria te agradece, adorável patriota!"* Antes, numa das primeiras edições do periódico, Ballão já havia feito uma homenagem à Correia Defreitas, o *"grande apóstolo da República"* que suportou toda espécie de sacrifício e perseguições em prol do regime republicano (QUINZE DE NOVEMBRO, 26/11/1889). São várias as menções feitas ao cidadão Manoel Correia Defreitas nesse jornal, sobretudo a publicação dos manifestos apresentados a ele reconhecendo seu trabalho na causa republicana, como os dos centros republicano de Guaratuba, Morretes, Antonina, além das diversas homenagens e comemorações por seu trabalho incansável a favor da república e por seu retorno ao Paraná (QUINZE DE NOVEMBRO, 05/03/1890, 12/03/1890, 15/03/1890). *"E houve um tempo em que o chamavam de louco! ... e graças a sua loucura a república agora era realidade."*

[39] O francês Victor Hugo exilou-se logo após o golpe de 2 de dezembro de 1851 por ser feroz opositor do império de Napoleão III. Permaneceu longe da França por 15 anos.



Figura 2 – Caricatura de Manoel Correia Defreitas feita por Narciso Figueiras
Fonte: Quinze de Novembro de 19 de janeiro de 1890

A primeira notícia de um perfil biográfico sobre Manoel Correia Defreitas (que conseguimos localizar) teria sido publicada no jornal A Platea[40], de São Paulo no ano de 1890. Apesar de várias tentativas, em diferentes instituições brasileiras não conseguimos localizar o original desse material[41]. Mas, o jornal O Século[42], órgão do Clube Republicano de Paranaguá, do dia 21 de agosto de 1890 fez a transcrição dessa *"resenha biográfica do distintíssimo democrata".*[43] A linha editorial do jornal chama a atenção para o fato do *"nome do ilustre democrata paranaense ser um nome nacional"*. Segue a linha de narrativas para a glorificação e transformação em mitos de certas personalidades, pois essas são "pessoas fortes e raras", então, por mais que se tende denegrir sua imagem elas continuam a brilhar e a causar uma *"boa inveja, é essa que se sente ante estes vultos que são verdadeiros símbolos, e que ainda em vida podem assistir à sua glorificação!"* (O SÉCULO, 21/08/1890, p.3). Mas, a humildade era a principal característica de Correia Defreitas, segundo esse artigo, pois ele próprio não reconhecia seu valor de peso para esse "momento de reorganização do país" com a implantação da

[40] A Platéa surgiu em 1888 e seus artigos realizavam sátiras ao cotidiano paulista. Por volta de 1891, tornou-se um periódico de publicação diária, estampando em suas páginas preferências políticas (apoiava o Partido Republicano) e críticas ao governo do Marechal Floriano Peixoto. Considerado como grande formador da opinião da época, A Platéa narrou guerras e revoluções, tais como as duas guerras mundiais, a Revolução de 1930 e a Revolução Constitucionalista de 1932. Nesta última, defendeu abertamente o movimento paulista e a preservação da autonomia de São Paulo. Mais tarde, em 1935, apoiou a ANL – Aliança Nacional Libertadora – frente antifascista liderada pelo Partido Comunista. Nesta ocasião foi fechado e só voltou a circular em 1940. A linha editorial do jornal era bastante fluida e instável, o que ajuda a explicar os intervalos em que ficou fechado. Por exemplo, em 1942, durante a II Guerra Mundial, a publicação foi novamente suspensa, e um dos motivos alegados foi o apoio dado em seu noticiário aos países do Eixo. Só voltou às bancas em 1952, para fechar definitivamente no mesmo ano. Com intervalos, A Platéa circulou durante 64 anos, expondo em suas páginas suas opiniões sobre a vida política e cultural do país. O acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo possui exemplares desse periódico a partir do ano de 1895. O ano que nos interessa é 1890 e até o momento não foi possível localizar os periódicos desse ano. FONTE: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/memoria. Acesso em 25.julho.2016.

[41] Uma cópia dessa narrativa encontra-se no livro de recortes de Manoel Correia Defreitas (material pertencente ao professor Ricardo Costa de Oliveira), mas o recorte não possui as referências completas, como a data da publicação, traz somente o ano e o nome do jornal. O periódico carioca Diario do Commercio de 14/08/1890 também faz menção a esse artigo do jornal paulista A Platea Nº 100, III Anno que vem com o retrato de Manoel Correia Defreitas e de Alexandre Stockler. A data de publicação no jornal paulista foi antes de 13 de agosto de 1890.

[42] O SÉCULO, jornal de Paranaguá cuja primeira edição é de 27 de março de 1890 e anunciava que vinha "proclamar bem alto seu franco apoio à causa republicana, pela qual combaterá firmemente no terreno da justiça e da moralidade." Representava as ideias do Clube Republicano de Paranaguá, centro da propaganda republicana. (MARTINS, 1908, p.234).

[43] A mesma narrativa biográfica de A Platea foi publicada no jornal O Paiz/RJ de 25 de agosto de 1890 e Gazeta de Notícias/RJ de 31 de agosto de 1890.

república. Clama pelo reconhecimento desse "glorioso filho paranaense" que tem mais consideração em terras catarinenses do que no torrão em que nasceu. Não podemos esquecer que o jornal O Século era do Clube Republicano de Paranaguá e que Correia Defreitas era sempre apontado como correligionário e chefe nos editais publicados por esse periódico.

A resenha biográfica de A Platéa inicia com vários elogios à Correia Defreitas e fala que vai tratar da vida dele em dois momentos: como paranaense e como homem político. Quando trata da parte paranaense destaca seu esforço em ampliar o mercado de consumo da erva-mate, principal produto da economia paranaense, incentivando a propaganda nas províncias do norte brasileiro e em outros países, como nos Estados Unidos. Ressalta também que teve um importante papel na construção da estrada de ferro do Paraná ajudando na organização do abaixo-assinado que exigia a liberação da garantia por parte do governo e de sua iniciativa. Aponta a preocupação de Correia Defreitas com a arte, pois juntamente com Fernando Simas ajuda na fundação da Companhia Thalia,[44] entidade criada para levantar capital visando a construção de um teatro em Paranaguá, mas esse projeto acabou não sendo executado.

Na parte referente ao homem político, a narrativa destaca o republicano ativo que foi Correia Defreitas. Aponta dois lados desse republicanismo: de um a sua própria intuição e de outra as lições que teve com Joaquim Soares Gomes[45].

---

[44] Sociedade Loterica Thalia ou Companhia Thalia foi fundada em setembro de 1876 para ajudar no estabelecimento de um teatro em Paranaguá. Teve como primeiro presidente Fernando Machado Simas (CONS, 1994, p.69). Ver também LACERDA, Maria Theresa B. (1980). **Subsídios para a História do Teatro no Paraná: as Associações Literárias e Dramáticas e os Teatros no Paraná (1872-1892). A Associação Literária Lapeana e o Teatro São João (1873/1976)**. Curitiba: IHGPR. Manoel Correia Defreitas era procurador também da Sociedade Lotérica Theatral, cujo os outros membros eram Luiz Machado da Silva (diretor), Fernando Machado Simas (secretário) e Affonso Camargo (tesoureiro) conforme Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Província do Paraná para 1877.

[45] Joaquim Soares Gomes (1833 - ????) nasceu em Portugal. Não foram localizadas suas datas de chegada ao Brasil e nem de seu falecimento. Na década de 1860, quando Manoel Correia Defreitas começa a trabalhar, ainda adolescente, tem seu primeiro emprego numa das casas comerciais de Joaquim e foi com ele que teria aprendido as "primeiras lições republicanas". Joaquim Soares Gomes era maçom da Loja Perseverança, sendo seu venerável entre 1871-1872. Delegado do Grande Oriente Unido do Brasil, no Paraná, de 30/12/1872 a 12/05/1873. Foi vice-cônsul de Portugal (Diário do Comércio, 24/10/1877). Em 1876 foi membro da comissão nomeada para formar a companhia da "Sociedade Teatral Thalia Paranaguense" (ver Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Província do Paraná para 1877). Foi candidato a deputado estadual da chapa "União Republicana" nas eleições de 10 de abril de 1891. Ficou em 16º lugar com 6254 votos (Diário do Comércio de 21/02/1891 e de 25/04/1891). Era colaborador do jornal Livre Paraná conhecido por seu tratamento crítico e vigoroso, abordando a política nacional e o predomínio das dinastias locais.

Algumas datas apontadas no artigo não conferem com a documentação pesquisada, mas ao longo da tese será tratada a parte cronológica da biografia. Nessa seção analisaremos a imagem ou as imagens construídas de Correia Defreitas, e como as narrativas que pretendem construir mitos e heróis não se prendem em datas e nem apontam as fontes, esse ponto será tratado em separado.

A precocidade de Correia Defreitas é o pontapé inicial para a descrição desse homem político. Ainda na adolescência teria começado suas conferências republicanas. Identifica-o como maçom, abolicionista e republicano. Fundou, ajudou a fundar e escreveu em vários jornais republicanos do Paraná e de Santa Catarina, e se *"seus artigos não conseguiram fazer adeptos, abalaram todavia convicções velhas e enraizadas"*[46] (O SÉCULO, 1890). Em 1884 teria viajado para as repúblicas platinas para conhecer esses regimes republicanos e *"volta mais convencido das práticas republicanas".* Na volta ao Brasil vai direto para Santa Catarina onde inicia sua participação na campanha da propaganda republicana em terras catarinenses. Em 1885 teria voltado ao Paraná para tratar da organização do Clube Republicano de Curitiba, mas logo volta para Santa Catarina e inicia sua peregrinação pelo norte do estado fundando clubes republicanos em diferentes cidades. Em 1887 participa do Congresso Nacional Republicano que aconteceu no Rio de Janeiro como delegado da província de Santa Catarina.[47] Aqui tem contato

---

O alvo era o Visconde de Nácar, importante político paranaense e ferrenho monarquista, mas incluía também Manuel Eufrásio e Leocádio Correia, todos membros da oligarquia nacarina (disponível em http://www.academiapr.org.br/artigos/a-propaganda-republicana-em-paranagua/. Acesso em 21.julho.2016). Por ser poliglota traduzia os artigos estrangeiros para serem publicados no jornal Livre Paraná de Paranaguá. Esse jornal fez a propaganda republicana em Paranaguá até a fundação do Clube Republicano da cidade em 21 de agosto de 1887. Foi o procurador do inventário de Josepha Leite Bastos, mãe de Manoel Correia Defreitas a partir de 26 de junho de 1882 substituindo Manoel Antonio Guimarães, o Visconde de Nacar (Museu da Justiça do Paraná, Nº Registro 2403 de 1880). Ver também Chaves (1990).

[46] Não conseguimos localizar nenhuma outra referência ou documentação sobre essa viagem às repúblicas platinas no ano de 1884. Somente no ano de 1914, quando era deputado federal pelo Paraná, após missão pacificadora realizada na região da Guerra do Contestado é que realiza uma excursão para as repúblicas platinas (item tratado no capítulo 4).

[47] Entre 30 de junho e 5 de julho de 1887 foi realizado o Congresso Republicano do Rio de Janeiro. Manoel Correia Defreitas e Antonio Justiniano Esteves Junior foram os representantes do movimento republicano de Santa Catarina (Folha Livre de 15/05/1887 e de 03/07/1887). Não localizamos quem teriam sido os representantes do Paraná no Congresso Nacional Republicano de 1887. Já no congresso seguinte, realizado em 1888, Manoel Correia Defreitas vai representando os dois estados: Paraná e Santa Catarina (Diário de Notícias, 29/10/1888 e Gazeta da Tarde, 22/07/1889).

com republicanos históricos como Quintino Bocaiúva que o elogia pelas suas conferências. No ano seguinte sai candidato à Assembleia Provincial de Santa Catarina e do Paraná, mas não é eleito. Em 1889 inicia uma série de conferências republicanas em Paranaguá e Curitiba, participa dos dois congressos republicanos que aconteceram em maio e julho e nesse intervalo teria percorrido várias cidades de Minas Gerais e do Rio de Janeiro realizando conferências republicanas. No dia 15 de novembro estava na cidade do Rio de Janeiro e participou do ato da proclamação da república na Câmara Municipal da cidade. Em 1890 volta ao Paraná e se reúne com os correligionários e rivais que em "obediência ao seu talento e prestígio e aceitando suas orientações" assinam um acordo político fundando a União Republicana, mas o governo pressiona e o grupo se divide entre os que passam a seguir as orientações da situação e os que passam a combatê-la, e Correia Defreitas opta pela segunda opção, se posiciona na oposição.

Essa narrativa procura demonstrar a importância e o reconhecimento que Correia Defreitas tinha dentro da política paranaense. Finaliza apontando, como ainda não haviam ocorrido as eleições para a escolha dos deputados paranaenses para a assembleia constituinte da primeira constituição republicana do Brasil, que a União Republicana iria apresentar Correia Defreitas como candidato e que se não houvessem fraudes o eleitorado independente iria votar no dia 15 de setembro de 1890[48] nele, pois *"no Paraná todo governo torna-se impossível sem o apoio de Correia de Freitas!"* (O SÉCULO, 1890, p.3).

As próximas narrativas biográficas de Correia Defreitas são do ano de 1893 e foram publicadas em dois jornais curitibanos. A primeira no jornal O Democrata[49] de 21 de março de 1893, saúda o retorno de Correia Defreitas, o *"ilustre paranaense ... que é a consubstanciação perfeita de inestimáveis virtudes",* à capital paranaense depois de uma viagem ao Rio de Janeiro. E segue apresentando esse paranaense devotado à causa do povo cuja vida e serviços

[48] Mas Correia Defreitas não foi indicado na chapa dos candidatos da União Republicana para deputado federal pelo Paraná na Assembleia Constitutinte Nacional de 1891 e em seu lugar foi eleito Fernando Machado Simas.

[49] O DEMOCRATA - jornal de Curitiba cuja primeira edição foi de 19 de abril de 1892. Órgão do Partido Democrático. Diretor Roberto Negrão. Redatores diversos. Publicação semanal. No editorial da primeira edição se apresenta como defensor dos interesses e direitos populares, da verdade e da justiça (MARTINS, 1908, p. 228).

servem de exemplo, portanto considera desnecessário rememorar o papel que esse infatigável cidadão representava para a sociedade, pois:

> Para rememorar os seus feitos, para determinar a soma de esforço e energia que despendeu em bem da causa, naqueles tempos tão escarnecida, hoje triunfante, seria preciso longa biografia e não uma rápida descrição.
> Caráter de tempera antiga, educado na escola do sacrifício e da abnegação; coração costumado a ouvir as dores dos fracos e a revoltar-se contra a injustiça dos fortes, Correa de Freitas fez de sua vida uma única aspiração incessante – a república. Não tinha família e não cogitava do bem-estar particular, fizera desaparecer a sua personalidade e só via como até hoje só vê diante de seus olhos a imagem da pátria (O DEMOCRATA, 21/03/1893).

Continua o artigo apontando que Correia Defreitas lutou pela implantação da república, mas o 15 de novembro não trouxe a república que ambicionava, viu frustradas suas ilusões pois não conseguiu "ensarilhar as armas"[50] após a chegada da república, mas ao contrário, precisou continuar a luta combatendo um governo anti-patriótico. Sentindo-se desprestigiado ajudou na fundação da União Republicana, um partido político com bases verdadeiramente democráticas e *"em cedo teve que curtir amarga decepção. Esses homens nada mais fizeram do que explorar seu prestígio político"* (O DEMOCRATA, 21/03/1893). Após sua renúncia como deputado estadual eleito pela chapa da União Republicana em 1891 fica sem partido político e o artigo finaliza indicando que naquele momento o governo federal o havia incumbido de estudar e propor um novo plano para o serviço de colonização, o que lhe dava mais uma chance de mostrar suas "aptidões de acrisolados civismo".

O próximo artigo, publicado no jornal Diario do Commercio[51] de 24 de maio de 1893 possuía uma seção intitulada Galeria Paranaense onde procurava, como faziam os "antigos", rememorar os feitos notáveis dos grandes homens que haviam travados grandes lutas e empreendimentos e que rememorar suas vidas servia de incentivo sobretudo para a mocidade, despertando a "inveja do heroismo". Aponta

[50] Ensarilhar as armas = colocar (as armas) em grupos de três, de pé, apoiando-se umas nas outras.

[51] DIARIO DO COMMERCIO - jornal de Curitiba cuja primeira edição foi de 1º de janeiro de 1891 e tinha como redator Leôncio Correia. Na edição analisada o redator e proprietário era Jayme Ballão (MARTINS, 1908, p. 227).

que com o “desenvolvimento da civilização”, na sociedade atual o egoísmo dominava e que com essa seção o jornal procurava fazer como os “antigos”, recuperar os bons exemplos e *que “Manoel Corrêa de Freitas é, com efeito, um desses caracteres de rija tempera, intransigentes na prática da verdade, ... devotado à causa da liberdade”* (DIARIO DO COMMERCIO, 24/05/1893). Segue narrando alguns fatos da vida de Correia Defeitas e destaca a “luta sem tréguas” que empreendeu pela propaganda oral e escrita em favor da república. Foi um dos fundadores do Clube Tiradentes[52] do Rio de Janeiro e a sua fotografia mandada tirar por esse clube foi oferecida a todos os clubes republicanos do país (figura 3). Nessa foto Correia Defreitas ostenta um cartaz com os seguintes dizeres:

> Trabalhar pela república democrática federal importa o mesmo que construir a barca que nos hade transportar ao verdadeiro paraíso que é o socialismo racional (prático).
>
> Ou viver pela liberdade (positiva, socialista), conforme as leis da natureza ou então morrer!
>
> A humanidade deve ser cosmopolita para ser verdadeiramente feliz.
>
> Organizar e distribuir socialmente o trabalho afim de que ninguém sofra os ataques da miséria.
>
> A mulher deve ser emancipada e habilitada a tudo que for compatível com a natureza de seu sexo.

[52] Tiradentes era o herói republicano, ícone máximo do movimento. A fixação dos republicanos por Tiradentes pode ser entendida pela necessidade que tinham de construir um mito, um herói que representasse os seus ideais. A construção do mito de Tiradentes e a batalha historiográfica que teve lugar no século XIX em torno da sua figura e participação na Conjuração Mineira foram analisadas por José Murilo de Carvalho (2004). Para o autor a construção do mito de Tiradentes teve como contraponto a desconstrução da imagem de Dom Pedro I pelos republicanos, sendo materializada a disputa em torno da estátua de Dom Pedro I construída no local onde Tiradentes foi enforcado. Tiradentes era o herói dos propagandistas da república e dos clubes republicanos. Em 21 de abril de 1885 foi realizada em Curitiba a primeira sessão pública em homenagem a Tiradentes sendo o orador oficial Justiniano de Mello.

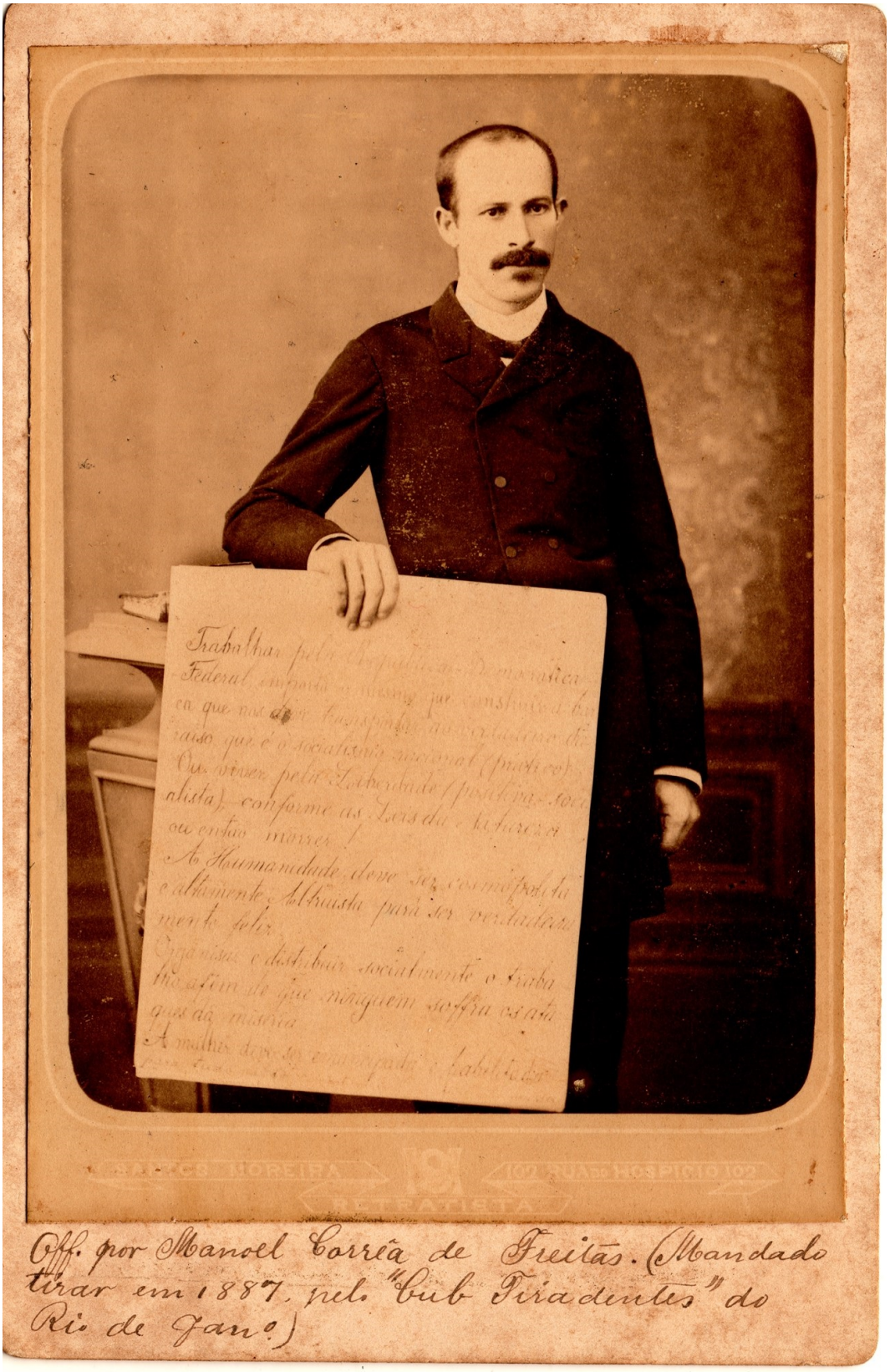


Figura 3 – Retrato de Manoel Correia Defreitas mandado tirar pelo Clube Tiradentes/RJ em 1887. Segundo o Diário do Commercio (1923) Correia Defreitas teria sido um dos fundadores do Clube Tiradentes do Rio de Janeiro. O clube teria mandado tirar uma foto (modelo acima) e ofertado a todos os clubes republicanos do país. Correia Defreitas foi redator e colaborador da folha especial Tiradentes que era distribuída nas sessões solenes do clube realizadas no Teatro Príncipe Imperial (Folha Livre, 24/04/1887).
Foto acervo particular de Paulo José da Costa.

Os monarquistas zombavam dos propagandistas republicanos. Correia Defreitas e seus companheiros teriam jurado morrer pela pátria se preciso fosse. Bem ao contrário do que imaginavam, em 15 de novembro de 1889 a república é proclamada e a partir desse dia os monarquistas se tornaram devotadíssimos republicanos e acabam assumindo as altas posições políticas do país. O Governo Provisório logo após a proclamação da república nomeou Correia Defreitas para o governo paranaense, mas esse não aceitou o cargo e segundo o artigo não se sabe se declinou por *"modéstia ou porque não quis assumir a responsabilidade de um governo revolucionário que, naquele momento oferecia enormes dificuldades devido ao estado anárquico e confuso do nosso meio político"* (DIARIO DO COMMERCIO, 24/05/1893). De qualquer maneira, independente do motivo do declínio do convite, Correia Defreitas continuou trabalhando pela consolidação do novo regime.

Gastão Faria[53] (1909) também apresenta uma narrativa biográfica sobre Correia Defreitas. Publicada na revista Palladium[54], inicia seu artigo indicando o *"singular e completo contraste que nos oferece os estudos da vida dos homens públicos",* sendo que esses estudos podem ser dos bravos ou dos mesquinhos, mas que o objetivo é destacar para além das paixões políticas os vultos dos grandes cidadãos e que nesse caso é oportuno para se falar do perfil de Correia Defreitas, defensor da liberdade que *"ninguém põem em dúvida o patriotismo e a abnegação desse forte ... e assim ele passará à posteridade!"* (FARIA, 1909, p.1). O artigo centra-se na atuação de Correia Defreitas na campanha anti-hermista que era o assunto político do momento e reforça sua característica *"que longe de pugnar pelos vis e destetáveis interesses pessoais, pugna pelos interesses duradouros duma coletividade"* (FARIA, 1909, p.2). Compara Correia Defreitas ao

[53] Gastão Faria (1891-1963) era filho de José Maximiano de Faria e de Dona Maria da Glória Guimarães da Costa Faria. Nasceu em Rio Negro onde alfabetizou-se e depois foi para Curitiba, onde se diplomou Bacharel em Direito, pela Universidade do Paraná. Foi advogado militante, jornalista, curador de Menores, conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil/Seção do Paraná. Foi um dos fundadores do Centro de Letras do Paraná. Faleceu em 16 de junho de 1963 em Curitiba. Disponível em http://centrodeletrasdoparana.blogspot.com.br/. Acesso 22.julho.2016.

[54] PALLADIUM, revista literária, crítica e humorística de publicação mensal em Curitiba. Redatores A. Lopes, Gastão Faria e J. Rocha com colaboradores diversos em 1909. A primeira edição dessa revista foi em 1898 (ANDRADE, 2015, p.29).

revolucionário Mirabeau[55]. Assim como o grande orador do parlamento francês despedaçou a monarquia francesa com seus discursos, Correia Defreitas iria ruir com a candidatura de Marechal Hermes e fazer resplandecer a imagem da pátria.

Na edição de 11 de fevereiro de 1910 do Diário da Tarde[56] temos um "Perfil Excelso" de Correia Defreitas. Assinado por LVD[57] (1910) o destaque é dado a abnegação e ao elevado civismo de Correia Defreitas que está no rol dos que não se curvam, mas aspiram uma pátria livre da "politiquice absorvente", a luta agora era para "republicanizar a república". O assunto do momento era a questão de limites entre Paraná e Santa Catarina do qual Correia Defreitas sempre foi um defensor do lado paranaense e por este motivo o *"Paraná inteiro o aclama como único homem capaz de salvaguardar sua integridade"* (LVD, 1910).

A próxima narrativa biográfica não se encontra em jornais, mas na obra "O Brazil nas escolas: leituras progressivas", de Lindolpho Pires da Rocha Pombo[58], publicada em 1912. Essa obra foi premiada com medalha de prata na Exposição Nacional de 1908[59] realizada na capital federal da época, a cidade do Rio de

[55] Honoré Gabriel Riqueti, conde de Mirabeau (1749-1791) foi um ativista e teórico da Revolução Francesa destacando-se pela sua retórica apaixonada e convincente, tanto oral como escrita. Teve um papel relevante na fase inicial da revolução da qual foi um dos moderados que pretendia a transição para uma monarquia constitucional. A sua morte foi um dos fatores que precipitou a queda da monarquia francesa. Disponível em https://global.britannica.com/biography/Honore-Gabriel-Riqueti-comte-de-Mirabeau. Acesso 28.julho.2016.

[56] Diário da Tarde, jornal de Curitiba cuja primeira edição é de 18 de março de 1899. Foi fundado por Estácio Correia que no editorial da primeira edição anuncia que o periódico surgiu em virtude da necessidade do Paraná de ter uma folha que fosse um elemento ponderativo entre as lutas partidárias. Foi o periódico de mais longa duração no Paraná (PILOTTO, 1976, p. 31).

[57] L.V. D seria uma mulher que assina esse artigo do Diário da Tarde. Durante a redação ela se identifica como "moça" e o editorial do jornal se refere ao autor do artigo como "inteligente senhorita". Até o momento não conseguimos decifrar essas iniciais para saber de quem se trata.

[58] Lindolpho Pires da Rocha Pombo (1863-1936) filho de Manuel Francisco Pombo e de Angélica Pires da Rocha Pombo. Era irmão do famoso historiador paranaense João Francisco da Rocha Pombo (1857-1933). Foi professor, diretor de escola pública, fundou sua própria escola particular e escreveu entre outros Geografia ilustrada: a infância paranaense (1910) e Cartilha Progressiva (1907) (POMBO, 1957). Ver também PARANÁ. Departamento Estadual de Arquivo Público. **Relatório apresentado pelo professor Lindolpho Pires da Rocha Pombo ao inspetor escolar da Capital**. Coleção Correspondência do Governo, v. 28, p. 138-145, 1908b. AP. 1323.

[59] Entre os dias 28 de janeiro e 15 de novembro de 1908, na cidade do Rio de Janeiro, então Capital Federal, ocorreu uma grande exibição de bens naturais e produtos manufaturados, oriundos de diversos estados brasileiros. A chamada Exposição Nacional de 1908 foi promovida pelo Governo Federal, com a justificativa de celebrar o centenário da Abertura dos Portos (1808-1908) e de fazer um inventário da economia do país. Seu principal objetivo, porém, era o de

Janeiro e adotada pelo governo do Paraná em todos as escolas públicas do estado. Pombo (1912) ressalta em sua obra os fatos heróicos e os vultos históricos da história do Brasil, salientando o nacionalismo e civismo, o que expressava os aspectos ideológicos do recente estado republicano. Fornece uma imagem fotográfica com os respectivos traços biográficos dos representantes políticos do período (figura 4). Assim, Correia Defreitas, nessa época deputado federal pelo Paraná, é retratado ao lado de Hermes da Fonseca (presidente do Brasil), Ruy Barbosa (senador), Manoel Joaquim de Albuquerque Lins (presidente do estado de São Paulo), Manoel Alencar Guimarães (senador pelo Paraná), Costa Carvalho (juiz federal no Paraná), Carlos Cavalcanti (presidente do estado do Paraná), Carvalho Chaves (deputado federal pelo Paraná), Romário Martins (deputado estadual) e Coronel Luiz Xavier (deputado federal pelo Paraná).



Figura 4 – Imagem de Manoel Correia Defreitas no livro "O Brazil nas Escolas" de Lindolpho Pombo
Fonte: POMBO, 1912, p. 166

---

apresentar a nova Capital da República, urbanizada pelo prefeito Pereira Passos e saneada por Oswaldo Cruz, para as diversas autoridades nacionais e estrangeiras que a visitaram. Disponível em **"Rio 1908: a cidade de portos abertos"**, http://www.exposicoesvirtuais.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=187. Acesso em 21.julho.2016.

O retrato de Correia Defreitas vem na quarta parte do livro, “A proclamação da república: 15 de novembro de 1889”, ao lado da descrição de Tiradentes, símbolo maior da luta pela independência do Brasil. Condenado injustamente, traído por um amigo, Tiradentes teria sido vítima de seus sonhos, de seus ideais. Passado (Tiradentes) e presente (Correia Defreitas) se unem; afinal, o alferes defendera a República, que havia sido concretizada no movimento de 15 de novembro de 1889 e no qual Correia Defreitas participou pessoalmente. Na busca de um herói que simbolizasse o momento político vivido, isto é, o regime republicano, o 21 de abril foi pela primeira vez declarado feriado nacional, em 1890.

Em onze pequenas linhas Pombo (1912) descreve Correia Defreitas com sete adjetivos:

- insigne orador: destacando a grande capacidade de eloquência do biografado;

- talentoso jornalista: referindo-se a contribuição do biografado em numerosos periódicos seja como redator, seja como escritor;

- ardoroso propagandista: remetendo-se ao passado do biografado como republicano histórico;

- caráter diamantino: referindo-se as posições tomadas pelo biografado frente as diferentes questões nacionais e internacionais que revelavam a excelente qualidade de seu caráter;

- acrisolado patriotismo: o biografado era um verdadeiro patriota, sempre defendendo a nação e a modernização dela antes de tudo;

- grande coração: destacando o lado humano do biografado que se preocupava com as minorias e com os abandonados pela sociedade e pelo sistema e por isso apresentou vários projetos de lei em defesa deles;

- amor aos animais e as aves: referindo-se a um projeto de lei apresentado pelo biografado primeiro a nível estadual e depois a nível federal para defesa dos animais e das aves.

O próprio autor considera sua narrativa um *“esboço biográfico, ... pálido, de nosso ilustre compatriota”* (POMBO, 1912, p.8). Ressaltamos que essa narrativa foi escrita quando Correia Defreitas estava em pleno exercício de sua atividade

parlamentar, mas mesmo assim é uma narrativa memorialista que procura destacar o mito do maior propagandista republicano paranaense e ao mesmo tempo é uma espécie de monumento que procura realizar uma construção da sua memória política. Essas características da personalidade de Correia Defreitas destacadas por Pombo serão retomadas por outros biógrafos.

Em 1918 Dunshée de Abranches[60] faz o apontamento biográfico de Correia Defreitas em uma obra que reúne todos os presidentes, vice-presidentes, ministros de estado, senadores e deputados federais entre os anos de 1889 a 1917. Muitas das informações estão equivocadas como a data de nascimento e o apontamento de que Correia Defreitas teria sido eleito diversas legislaturas para deputado estadual do Paraná (na verdade foi eleito apenas uma única vez em 1908 e nem chegou a concluir o mandato pois no ano seguinte foi eleito deputado federal pelo Paraná e seguiu para o Rio de Janeiro). É uma pequena narrativa de 16 linhas onde a precocidade e a dedicação ardorosa de Correia Defreitas para a causa republicana são destacadas. *"Tem sido sempre eleito pela oposição e é um dos principais propugnadores do civilismo"* (ABRANCHES, 1918, p. 333).

A próxima narrativa foi escrita por Augusto Faria Rocha[61], membro do Centro Cívico de Ponta Grossa. Foi publicada no jornal A Vanguarda[62], da mesma

[60] João Dunshée de Abranches Moura (1868-1941) foi deputado federal pelo Maranhão de 1905 a 1917. Nasceu em São Luís do Maranhão. Seus pais foram o negociante Antonio da Silva Moura – nascido em Portugal e educado desde os cinco até os 21 anos no Havre e em Paris -, e Dona Raimunda Emília de Abranches Moura – filha de Garcia de Abranches, o Censor. Abranches casou-se com D. Maurina Porto Dunshee de Abranches, filha do filantropo José Maria da Silva Porto; tiveram seis filhos: Carmen, Iza, Nadir, Clovis, Hugo, e Maurina Dunshee Marchesini. Presidiu a Comissão de Diplomacia e Tratados, Comissão Especial de Justiça Militar e Comissão Organizadora do Código Pena Militar entre outras. Abranches fez poesia, ensinou Direito na Alemanha, escreveu romances, militou na imprensa, exerceu mandatos políticos e foi memorialista de um longo período da vida maranhense e brasileira. Disponível em http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/ABRANCHES,%20Dunshee%20de.pdf. Acesso 31.julho.2016.

[61] O artigo não está assinado por Augusto Faria Rocha, apenas no segundo parágrafo tem-se a indicação de que o Centro Cívico de Ponta Grossa *"encarregou um de seus membros de organizar a seguinte notícia com os principais dados biográficos do grande paranaense, ardoroso republicano histórico, ex-deputado federal Correia Defreitas ..."* (A VANGUARDA, 21/04/1921, p.1). Mais tarde, no centenário de nascimento de Correia Defreitas, no ano de 1951, Augusto Faria Rocha proferiu uma palestra no Círculo de Estudos Bandeirantes em homenagem ao "ilustre paranaense" e que foi publicada pelo IHGPR. Já no segundo parágrafo do texto assinala que foi ele o autor da notícia biográfica publicada em 21 de abril de 1921 no jornal A Vanguarda. Disponível em https://www.yumpu.com/pt/document/view/12583270/correia-de-freitas-manuel-augusto-faria-rocha-instituto-. Acesso em 27.junho.2016.

cidade no dia 21 de abril de 1921 (figura 5). Como na narrativa anterior de Lindolpho Pombo, o nome de Correia Defreitas aparece ao lado do de Tiradentes. Na chamada do artigo temos essa invocação a figura do mártir, bem como a justificativa para ser fazer a narrativa biográfica: “impõe-se a reparação histórica pró Correia Defreitas”, afinal:

> ... é um velho propagandista desta tempera que o seu, o nosso Paraná, sempre estremecido deixa vegetar na obscuridade do ostracismo; e são os serviços beneméritos que ele tem prestado, à terra de seu berço, como paranaense nato, e ao seu país como representante republicano histórico, que hoje se olvida no dia glorioso de tua ideia vitoriosa – ó Tiradentes!” (A VANGUARDA, 21/04/1921, p.4)



A Vanguarda

Redação e Gerencia
Rua 15 de Nov. n. 40
P. Grossa - Paraná
Publica-se Segundas e quintas feira

Assignaturas:
Anno 12$000
Semestre 8$000
Trimestre 5$000

ANNO VII Numero 498 | Ponta Grossa, 4-feira, 21 de Abril de 1921 | Collaboradores Diversos

Sob a invocação do Tiradentes

Impõe-se a reparação historica

Pró Correia Defreitas

A missão do Centro Civico de Ponta Grossa

Figura 5 - Fac-símile do jornal A Vanguarda, Ponta Grossa, 21 de abril de 1921

O objetivo da narrativa[63] era mostrar para a “juventude da época” o “espelho de uma vida virtuosa” como a de Correia Defreitas que há mais de 50 anos vinha semeando as ideias de “liberdade, de amor à terra e a sua gente” e que ainda era

[62] Periódico da cidade de Ponta Grossa começou a circular em 6 de novembro de 1915. Propriedade de Mário Carvalho Guimarães (PILOTTO, Valfrido. **Imprensa pontagrossense**: **ideiais de ontem da cidade sempre jovem**. Ponta Grossa, 1976).

[63] O objetivo dos centros cívicos era promover o culto à pátria, aos símbolos e aos heróis nacionais, e de incentivar a defesa da nacionalidade contra quaisquer ideias ou princípios contrários às tradições. Até o momento não conseguimos levantar o histórico do Centro Cívico de Ponta Grossa.

um exemplo vivo de como a democracia podia ser uma madrasta para aqueles que dedicaram anos de sua mocidade e vida, lutando com o espírito e o coração, por uma sociedade mais justa. Alguns chegaram ao holocausto, como Tiradentes, morto em 21 de abril de 1792 ou relegados ao esquecimento em vida como o caso de Correia Defreitas. Aponta que a causa desse não reconhecimento por parte do povo era devido à falta de instrução que não deixava a população diferenciar o verdadeiro patriota dos exploradores do patriotismo, o republicano convicto dos adesistas da república quando ela se tornou a única opção. Lembra que o combate contra o analfabetismo e a campanha pela instrução pública gratuita sempre foi uma das principais bandeiras de luta de Correia Defreitas.

O texto foi redigido para enaltecer a figura de um grande patriota que deveria servir de exemplo, seguindo as orientações dos objetivos dos centros cívicos. São destacadas etapas da vida de Correia Defreitas, mas sem apontar as fontes e as datas precisas. Inicia falando da precocidade com que Correia Defreitas se dedicou à propaganda republicana. Teria iniciado na cidade de Paranaguá, por volta de 1866 quando ele tinha apenas 15 anos de idade. Depois expandiu sua área de atuação para outros pontos da província e funda com José Francisco Rocha Pombo o jornal republicano A Verdade, porém antes já havia contribuído para outros periódicos como Echo Literário, Livre Paraná, A República e no Pátria Livre que havia fundado com Albino Silva. Depois retirou-se para Santa Catarina e lá contribui para os periódicos locais Gazetta de Joinville, O Globo, Balão Correio e Evolução. Para destacar a “respeitabilidade pessoal” que Correia Defreitas já havia conquistado e a importância que ele tinha para a arregimentação republicana é citado o caso da fraude nas eleições em São Francisco do Sul que Correia Defreitas denunciara. Acabou sendo julgado e condenado a três meses de prisão, mas não chegou a cumprir a pena. Depois mudou-se para o Rio de Janeiro e lá colaborou no periódico Correio do Povo e se aproximou de João Clapp na luta abolicionista. Residiu com Lauro Muller e Alexander Stockler nesse período.

Decidiu expandir a militância republicana além da atuação na imprensa e passou a fazer conferências. A de 1886, no Clube Tiradentes do Rio de Janeiro, teve a presença dos republicanos históricos Saldanha Marinho, Quintino Bocaiúva e Ubaldino do Amaral. Realizou conferências republicanas em São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Paraná. Nas conferências afirmava que *“a*

forma republicana nada mais era do que a barca que nos havia de conduzir ao regime do socialismo racional e prático" (A VANGUARDA, 21/04/1921, p. 2). A última conferência republicana, antes da proclamação da república, é atribuída a Correia Defreitas que no dia 18 de outubro de 1889, em Friburgo, a teria finalizado com um "Viva a república!" desobedecendo as instruções do gabinete de Ouro Preto de não se fazer apologia à causa republicana.

Foi representante do Paraná e de Santa Catarina nos congressos republicanos realizados entre 1887 e 1889 no Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Tomou parte do dia 15 de novembro de 1889 assinando a ata de proclamação da república. Com a instalação do governo provisório republicano, Benjamin Constant e Aristides Lobo o convidam para ser governador ou do Paraná ou de Santa Catarina, mas recusou o cargo – o que para o autor da narrativa demonstra *o "desprendimento absoluto das posições políticas e que a sua luta pela implantação da república era sincera"* (A VANGUARDA, 21/04/1921, p.2). Voltou para Curitiba fins de janeiro de 1890[64], para organizar a arregimentação democrática que conciliaria os republicanos históricos com os elementos políticos antigos que aderiram o novo regime fundando, juntamente com outras personalidades políticas - a União Republicana. O artigo faz menção ao manifesto político escrito por Correia Defreitas em 8 de abril de 1890 que teria lançado as bases do partido recém-criado.

Fala da carreira parlamentar de Correia Defreitas que foi deputado do primeiro congresso constituinte do Paraná, mas que renunciou quando seu substitutivo de reforma da constituição não foi aprovado por ter sido considerado *"muito avançado e concebido sob princípios socialistas".* Com o fim do golpe de Deodoro, em novembro de 1891, cujos princípios ele não aderiu, foi convocado por Floriano, por ser segundo vice-presidente do Paraná, para assumir o governo local. Veio de Joinville para Curitiba e chegando na capital paranaense realizou uma

[64] Essa informação diverge com a que o próprio Correia Defreitas fornece em seu Manifesto Político de 7 de abril de 1890 (DEFREITAS, 1890). Ele teria voltado para Curitiba em finais de fevereiro, juntamente com o governador nomeado Américo Lobo. No jornal Quinze de Novembro de 5 de fevereiro de 1890 encontramos uma nota referente justamente do retorno de Correia Defreitas do Paraná. O artigo começa com as palavras de Hamlet que questiona: Ser ou não ser? No caso do Correia Defreitas era: *"Vem ou não vem? Vem, pois não! Hade vir! Nós o esperamos de braços abertos, a cidade toda o espera ansiosa, doida, transportada de alegria antegostada – e ele há de vir! Dizem que vinha e não veio, mas hade vir e simpático e valente Correia Defreitas!"*

conferência com a Junta Militar local e decidiu não assumir o cargo seguindo para o Rio de Janeiro. A narrativa aponta que a desistência do cargo foi em função de Correia Defreitas não concordar com as propostas de medidas reacionárias da Junta Militar. Por discordâncias políticas com Herculano Teixeira de Freitas, teve seu nome retirado da lista de concorrentes para deputado do Paraná para a primeira constituição republicana. Santa Catarina quis "reparar esse erro" e o convida para ser seu representante, visto ele ter sido um dos fundadores do Partido Republicano Catarinense e de vários clubes republicanos no estado, mas devido as questões de limites entre os dois estados e por ser paranaense declinou do convite. Somente após 18 anos de tentativas, se candidatando, é que foi eleito deputado pelo Paraná por duas legislaturas seguidas no Congresso Federal[65]. Mas antes havia passado pelo regime de degola[66]. Em sua primeira legislatura conquistou a juventude paranaense que organizaram duas comissões para atuar na campanha da sua reeleição: o Comité Pró-Defreitas em Curitiba e o Centro Paranaense no Rio de Janeiro. Essa primeira eleição foi disputadíssima e Correia Defreitas foi reconhecido pelo parecer do parlamentar Carlos Peixoto[67] que proclamou a sua vitória pela maioria dos votos (teria conseguido sozinho mais votos que a soma dos votos dos outros três concorrentes).

As questões abordadas por Correia Defreitas em sua carreira parlamentar são apresentadas, bem como alguns dos temas de seus projetos de lei. Ele abordava problemas nacionais de toda ordem: desde orçamento até questões sociais. Eram projetos de cunho humanitário, social e político, como a questão do seguro operário, reforma jurídica, regularização da caça e da pesca, criação de um tribunal arbitral, obrigatoriedade da instrução elementar, *"e muitas mais que o espaço não permite abordar"* (A VANGUARDA, 21/04/1921, p.3-4). Aponta a

[65] O artigo não cita a sua eleição para deputado estadual na legislatura de 1908-1909. Correia Defreitas termina essa legislatura estadual e depois é eleito deputado federal pelo Paraná.

[66] Referência às eleições de 1906 para deputado federal pelo Paraná onde assumiu Victor Ferreira do Amaral no lugar de Correia Defreitas. Antes, nas eleições para senador em 1895, também foi "degolado" e Arthur Ferreira de Abreu foi quem assumiu a vaga de Senador no lugar de Correia Defreitas. Essa vaga no senado foi aberta devido a renuncia de Ubaldino do Amaral.

[67] Carlos Peixoto de Melo Filho (1871-1917) foi deputado federal por Minas Gerais de 1903-1911 e de 1915-1917. Foi eleito presidente da Câmara em 1907 e reeleito em 1909. Era opositor do senador Pinheiro Machado (NETO, 2003).

capacidade de eloquência de Correia Defreitas durante seus discursos na Câmara dos Deputados.

O artigo é finalizado destacando que Correia Defreitas tinha tanto conhecimento que ele transitava em várias áreas com bastante desenvoltura, ia da pesquisa teórica aos negócios financeiros e industriais. E para reforçar seu lado de atuação revolucionária, quando o artigo fala da criação da bandeira republicana paranaense em 1892, que é de autoria de Correia Defreitas e que foi por ele apresentada em evento público no Passeio Público, o compara com Camille Desmoulins[68], um dos líderes da Revolução Francesa, que fazia seus comícios no Palais Royal para os grupos revolucionários de Paris:

> Os que escutaram a comovente oração com que Defreitas apresentou o pavilhão e lhe explicou a simbologia recordaram Camille Desmoulins, no parque legendário do Palais Royal, propondo a turba revolucionária de Paris o distintivo viridente das folhas das castanheiras[69]. (A VANGUARDA, 21/04/1921, p.4)

O lamento do último parágrafo, pelo ostracismo em que Correia Defreitas se encontrava após tantos anos da sua vida dedicados à causa republicana e democrática tenta ser superado com a publicação desse artigo e a reparação feita à figura de Correia Defreitas pode-se sentir pelos trinta e oito adjetivos utilizados ao longo da narrativa para descrever sua figura: abnegado cidadão, denodado propagandista, destacado propagandista, intrépido, digno compatrício, filho devotado, ardoroso republicano, conspícuo cidadão, grande paranaense, iniciador conferências, vida virtuosa, jovem democrata, infatigável, ardoroso tribuno, apologista da democracia, paranaense valoroso, nobre coração, popular republicano, candidato do povo, preclaro representante, vivacidade de argumentação, maneira singela e variada, presença de espírito, simpático tribuno,

[68] Camille Desmoulins (1760-1794), advogado, jornalista e revolucionário francês é considerado como um dos principais oradores da Revolução Francesa, apesar da notável gagueira. Conta-se que, ao fazer discursos públicos, a gagueira sumia. Seu primeiro grande discurso foi realizado diante da multidão reunida nos jardins do Palais-Royal. (MIRANDA, 2015).

[69] Os que apoiavam a ascensão do 3º Estado ao poder usavam cocardes/rosetas de fitas presas aos chapéus. Segundo a lenda revolucionária a primeira roseta foi na verdade uma folha, arrancada de uma árvore no Palais Royal em 12 de julho de 1789 por Camille Desmoulins, que incitava seus concidadãos a tomar armas contra a coroa. Em seu discurso, ele descreveu o novo adorno como sendo da “cor da esperança”. As rosetas modeladas segundo a de Desmoullins foram, contudo, rapidamente abandonadas, porque o verde vinha a ser também uma das cores do impopular Conde d’Artois, representante da monarquia. Assim, o azul e o vermelho se tornaram as cores preferidas (WEBER, 2008, p.222).

zelo desinteressado, digníssimo coestadino, operoso conterrâneo, plasticidade intelectual, velho propagandista, paranaense nato, republicano histórico, sempre muito apaixonado, símbolo honroso, fé inquebrantável, energia que lhe é peculiar, inteligência culta e bela e capacidade de trabalho sobejante.

O ensaio biográfico sobre Correia Defreitas escrito por Sebastião Paraná[70] em sua "Galeria Paranaense: notas biográficas" é de 1922 (SOTTOMAIOR, 1922), portanto 10 anos antes da morte do biografado. Esse livro é uma edição comemorativa ao primeiro centenário da independência do Brasil e traz notas biográficas de mais de cem personalidades paranaenses. O autor faz a transcrição do ensaio biográfico do jornal A Vanguarda de 21 de abril de 1921[71], conforme ele mesmo declara. Acrescenta algumas informações a mais como o local de nascimento e os nomes dos pais de Correia Defreitas: nasceu em Paranaguá, filho

[70] Sebastião Paraná de Sá Sottomaior (1864-1938) foi um dos grandes educadores do Paraná. Diplomou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Casou-se com Elvira da Costa Faria Paraná, em 19 de dezembro de 1905. Não teve filhos. Entre suas publicações temos: *Esboço geográfico do Paraná* (1889), *Corografia do Paraná* (1899), *O Brasil e o Paraná* (1925), *Guia do comerciante* (1909), *Os Estados da República* (1911), *Exultação* (1913), *O alcoolismo e o jogo* (1913), *Galeria Paranaense* (1922), *Países da América* (1922), *Países da Europa* (1926), *Efemérides da Revolução de outubro de 1930 no Estado do Paraná* (1931). Sua obra *O Brasil e o Paraná* alcançou um número expressivo de edições, nunca antes registrado na bibliografia local. Em 1941, apareceu a 22ª edição. Como homem público exerceu altos cargos: foi Diretor da Secretaria do Interior e Justiça do Paraná, a pedido, foi transferido para a direção do Museu Paranaense e Biblioteca Pública do Paraná, professor catedrático de Geografia e Corografia do Brasil, no Ginásio Paranaense e Escola Normal de Curitiba. Em 1916, exerceu a Superintendência Geral do Ensino, foi Diretor do Ginásio Paranaense e professor da Universidade Federal do Paraná. Alcançou a patente de capitão da reserva do Exército Nacional, tendo servido como praça, no Batalhão Patriótico Benjamin Constant e foi deputado no Congresso Legislativo do Paraná, na legislatura 1902/1903. Pertenceu à Comissão de Instrução Pública, fez parte do Conselho Superior do Ensino Público no Paraná. Em 1905, foi nomeado, por indicação do Governo do Estado, agente auxiliar do Arquivo Nacional, no Paraná. Pertenceu ainda ao Centro de Letras do Paraná e Academia de Letras do Paraná. Sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do Instituto Geográfico Argentino, da Sociedade de Geografia de Lisboa. Como jornalista foi Diretor do *Jornal A Tribuna*, Redator de *A República* e de *O Município.* Foi um dos fundadores da Federação Espírita do Paraná, em 24 de agosto de 1902 e foi seu primeiro presidente eleito, após a aprovação do Estatuto Social, em 4 de outubro de 1903. Permaneceu no cargo, por reeleição, até 13 de janeiro de 1907. Também foi, na Federação Espírita do Paraná – FEP, Membro da Comissão Central de 2 de agosto de 1908 a 18 de julho de 1909 e de 13 de janeiro de 1918 a 1919. Ocupou ainda o cargo de diretor do Núcleo Central, diretor da Caixa Escolar e de Estudos Doutrinários (Correio do Paraná, 17/11/1964, Diário do Paraná, 05/05/1957, 23/10/1969 e 14/10/1970).

[71] De acordo com GOMES (1957) Sebastião Paraná "intimava as personalidades a lhe fornecerem uma auto-biografia". Nas primeiras páginas do livro o próprio autor escreve que o livro *"poderia aparecer menos falho, se eu tivesse sido atendido por todos os dignos conterrâneos a quem solicitei sucintos informes"* (SOTTOMAIOR, 1922, p.7). Não encontramos documentos que comprovassem que Manoel Correia Defreitas tenha respondido ao apelo do autor.

de Domingos Correia Defreitas e de Josepha Leite Bastos Defreitas[72]. Também destaca a atuação de Correia Defreitas frente à questão de limites entre o Paraná e Santa Catarina sempre defendendo o lado paranaense. Durante o período da Guerra do Contestado visitou alguns redutos dos sertanejos com a intenção de dispersá-los e não enfrentarem as forças legais e evitar o massacre. Com "ousadia e coragem" consegue pacificá-los, mas as forças legais inutilizaram seu trabalho e atacaram o que fez com que Correia Defreitas tivesse que sair fugido da região para evitar o ataque dos sertanejos[73].

Destaca mais uma vez seu combate ao analfabetismo e a "matança" de pássaros e aves. E finaliza com a reprodução da nomeação de Correia Defreitas como delegado do Paraná na Exposição do 1º Centenário da Independência do Brasil[74], e *"na delegacia da Comissão Executiva Federal da exposição, Correia Defreitas cumpriu com zelo o seu dever"* (SOTTOMAIOR, 1922, p.68). Além dos 38 adjetivos para descrever Correia Defreitas no artigo do jornal A Vanguarda já mencionados, Sebastião Paraná acrescenta mais sete: altruísmo, grande defensor, ousadia, abnegado, ardoroso combatente, ilustre patrício e íntegro republicano.

Ottoni Maciel[75] em 1923 tinha uma coluna no jornal O Dia[76] onde escrevia a trajetória de algumas personalidades políticas paranaenses (figura 6)[77]. Entre os

---

[72] O capítulo 2 será dedicado apenas ao estudo genealógico da família Correia Defreitas.

[73] No capítulo 3 abordamos a missão de Correia Defreitas junto aos redutos dos sertanejos.

[74] A Exposição Internacional Comemorativa do 1º Centenário da Independência, foi realizada em 1922, no Castelo, centro do Rio de Janeiro. Mais imponente que a sua predecessora (Exposição Nacional de 1908), a Exposição de 1922 contou com a participação de diversos países e foi a maior dentre todas as exposições já realizadas no Brasil. Foi sugerido aos responsáveis pela organização dos eventos comemorativos que se realizasse uma monumental Exposição Nacional. Esta relevaria o acontecimento da Independência do Brasil e exibiria ao mundo os avanços da nação brasileira enquanto nação republicana. No entanto, devido à grande quantidade de países estrangeiros interessados em participar das comemorações do nosso centenário, houve, pois, uma mudança no caráter do evento - tornando-se assim internacional. A Exposição Internacional do Centenário da Independência foi oficialmente aberta em 7 de setembro de 1922, durante o governo do presidente Epitácio Pessoa, e o seu encerramento se deu na primeira semana de julho de 1923. O evento ocupou uma extensa área decorrente de aterramentos e intervenções diversas. A área destinada à "Avenida das Nações" se estendeu do Palácio Monroe até a Ponta do Calabouço e dentre os principais pavilhões ali construídos estava o edifício que hoje abriga o Museu Histórico Nacional: o Palácio das Indústrias. Disponível em **As exposições que o Brasil esqueceu: Exposição Internacional de 1922.** http://www.exposicoesvirtuais.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=187. Acesso em 21.julho.2016.

[75] Ottoni Ferreira Maciel (1870-1944) filho de Pedro Ferreira Maciel (1832-1898) e irmão de Luís Ferreira Maciel, sendo os Ferreira Maciel uma linhagem de descendentes de Baltazar Carrasco dos Reis e uma família muito participativa na vida pública paranaense. Ottoni foi o

retratados, está Correia Defreitas cuja trajetória aparece na edição do dia 21 de julho de 1923. O mesmo material será publicado dois anos mais tarde na obra "Bastidores políticos", como anexo (figura 7).

verdadeiro herdeiro político de seu pai. Em Palmeira, foi promotor da comarca e várias vezes presidente da Câmara Municipal e ao longo da vida exerceu cargos eletivos e honorários no poder público. Muito jovem e com ideias republicanas, disputou uma vaga de deputado no Congresso Constituinte de 1891 e eleito, foi o mais jovem deputado na elaboração da Carta Constitucional do Estado, promulgada em 7 de abril de 1892. Em 1893 foi nomeado delegado literário da 3ª circunscrição escolar. Em 1896 é novamente eleito deputado do Congresso Legislativo do Estado e reeleito nas duas legislaturas seguintes (de 1897 a 1901). Em 20 de outubro de 1907 foi eleito 1° vice-presidente do estado, porém, numa manobra de alguns caciques políticos, estes anularam o poder das urnas e assim o Congresso não reconheceu a vitória de sua coligação. Este episódio ficou marcado como a "*degola*" de João Cândido Ferreira, Ottoni Maciel e Olegário Macedo. Este fato e diversos outros testemunhos da vida política paranaense fizeram com que Ottoni escrevesse, em 1925, o livro "*Bastidores Político: minha atividade política. Subsídios para a história republicana do Paraná*"; um verdadeiro relato das manobras e mecanismos dos chefes políticos locais. Retornou ao Congresso Estadual no biênio 1914-1915, quando chegou a ser o 2° presidente da casa. Em 1918 foi eleito como deputado federal pelo Paraná e integrou a 3ª Comissão de Inquérito da Câmara. No final de década de 1920, era um dos líderes da Aliança Liberal e assim sendo, participou ativamente dos movimentos pré-revolução de 1930 e em 5 de outubro deste ano tomou as armas e entrincheirou-se contra as tropas legalistas. Após a Revolução de 1930, ocupou o cargo de alto conselheiro do estado no governo de Manuel Ribas. Foi um dos fundadores do jornal "*A Tarde*", juntamente com Antonio Jorge Machado Lima e Barros Cassal, além de ter colaborado no jornal "*Gazeta do Povo*", entre outros (OLIVEIRA, 1997).

[76] O DIA, jornal de Curitiba, surgiu em 1º de julho de 1923, propriedade de uma empresa constituída por capitalistas da cidade, entre os quais estava David Carneiro. Anunciava-se como um diário ilustrado, político, social, econômico e noticioso. Um jornal independente com o compromisso de combater pela verdade e pela justiça, dentro da ordem. Colocava-se como representante da imprensa livre e consciente da sua missão de iluminar, orientar opinião (PILOTTO, 1976, p. 49).

[77] Entre as trajetórias tratadas estão as de Generoso Marques, Caetano Munhoz da Rocha, Affonso Camargo, Carlos Cavalcanti, Eurides Cunha, João Cândido Ferreira, Manoel Alencar Guimarães, Luiz Xavier, Alberto Gonçalves, Eneas Marques, Brasílio Luz, João Pernetta, Caio Machado e o próprio Ottoni Maciel (assinado por Caio Machado), além de Manoel Correia Defreitas.

Galeria politica

Sr. Correia Defreitas

O sr. Correia Defreitas é um paranaense illustre, republicano historico com reaes serviços á causa da democracia e enthusiasta amigo da liberdade e da justiça.

E' um dos fundadores do jornal «A Republica», hoje orgão do P. R. P., cuja publicação se iniciou em 1880 e que contou naquelles prisos tempos com a sua collaboração e com a dos seus companheiros de ideaes politicos, Eduardo Gonçalves, Octavio do Amaral, Emiliano Perneta, Chichorro Junior e outros.

Tomou parte activa na conspiração republicana, que derrubou o throno imperial e trouxe ao Brasil a aurora de 15 de Novembro de 1889, implantando em nossa patria o regimen republicano federativo. Assistiu, na camara municipal do Rio, o discurso com o qual José do Patrocinio annunciou, aos povos da antiga côrte, o grande acontecimento, substituindo a candida monarchia pelo novo symbolo da Republica.



Sr. Correia Defreitas

Assignou, ao lado de Quintino Bocayuva, a «Acta da Proclamação», e esse solemne e historico documento lhe levará o nome ás pesquizas insuspeitas da posteridade.

Em Janeiro de 1890, veio a Curityba, e, com fortes elementos partidarios, promoveu a organisação da «União Republicana», que em 7 de Abril seguinte publicou o seu programma politico.

Não foi seu nome contemplado na chapa de representantes do Paraná na Constituinte Federal, mas, por sua designação, foi escolhido o energico combatentista sr. Fernando Machado Simas, republicano de tradicções.

Eleito deputado á primeira Constituinte do Paraná, renunciou o seu mandato, quando seus pares regeitaram um subsidio com pendores socialistas que apresentou ao projecto de organisação constitucional, desistindo, então, do subsidio e ajuda de custas a que tinha direito, em beneficio do ensino publico.

No governo provisorio, convidado por Benjamin Constant e Aristides Lobo para governador do Paraná ou de Santa Catharina, se preferisse, recusou o honroso cargo por se não compadecer tal posição com o seu desprendimento e sinceridade com que propugnou pela implantação do novo regimen.

Não tendo adherido ao golpe de Estado de 3 de Novembro de 1891, que dissolveu o Congresso Nacional, e sendo 2.o vice-presidente do Estado, foi chamado de Santa Catharina, onde se achava, pelo inclyto marechal Floriano Peixoto, afim de assumir, n'aquella qualidade, o governo do Paraná.

Chegando, porém, á Curityba, já encontrou installada a Junta Governativa, presidida pelo general Roberto Ferreira e depois de uma longa e demorada conferencia com os membros do goverao provisorio do Estado, resolveu renunciar o seu cargo e seguir immediatamente para o Rio de Janeiro.

Em 1908, com o advento da politica coligada foi eleito deputado federal, em companhia dos srs. Carlos Cavalcanti, Lamenha Lins e Carvalho Chaves.

Foi reeleito na legislatura seguinte, por elementos independentes, visto ter divergido da orientação governamental, no caso da successão presidencial do dr. Nilo Peçanha.

Contrario á caudilhagem militar e civilista de principios, condemnou a attitude do marechal Hermes da Fonseca, para com o conselheiro Affonso Penna e deu decisivo apoio á acção culminante do egregio conselheiro Ruy Barbosa.

Na memoravel campanha eleitoral de 1910 em que este grande brasileiro immortalisou o seu verbo em conferencias admiraveis no Rio, Bahia, S. Paulo e Minas, o sr. Correia Defreitas desenvolveu energias masculas no Paraná, e o povo, despertado da antiga lethargia, correu ás urnas com enthusiasmo nunca visto, dominado pela belleza dos ideaes que a Aguia de Haya consubstanciava.

O sr. Xavier da Silva deu, nessa occasião, bello exemplo de comprehensão republicana, garantindo a liberdade do voto e recusando medidas de compressão. Defensor acerrimo da integridade paranaense, nunca deixou de se bater pela defeza dos direitos do Estado natal, quer na Camara dos Deputados, quer nos comicios populares, por isso, o sr. Correia Defreitas repelliu o accordo de 20 de Outubro e o condemnou com altivez e sinceridade.

Perdeu as graças do dr. Affonso Camargo e foi rojado ao ostracismo completo, sinão ao mais injustificado dos esquecimentos.

Homem de principios rigidos, ideias firmes, como se vê, é o venerando republicano historico, dado ao estudo de investigações scientificas e aos problemas politico-sociaes de actualidade.

Filho da democracia, o sr. Correia Defreitas não abdicou jamais da sua condição de soldado fiel da liberdade.

OTTONI MACIEL

Figura 6 - Coluna Galeria Política de Ottoni Maciel sobre Correia Defreitas
Fonte: O Dia, 21/07/1923.



Figura 7 - Ilustração do livro “Bastidores Políticos” de Ottoni Maciel
Fonte: Maciel (1925, p. 297)

“O sr. Correia Defreitas é um paranaense ilustre, republicano histórico com reais serviços à causa da democracia e entusiasta amigo da liberdade e da justiça” (MACIEL, 1925, p. 297). Eis as palavras iniciais com que Ottoni Maciel começa descrevendo a figura de Correia Defreitas. Ao longo da narrativa o autor segue as informações já veiculadas no jornal A Vanguarda de 1921 e acrescenta algumas novas informações. Pelo fato do autor ser membro do Partido Republicano Federal Paranaense ele destaca que Correia Defreitas foi um dos fundadores do jornal A República, órgão desse partido político. Mais tarde, com a fundação da União Republicana, Correia Defreitas passa para a oposição. Como essa obra de Maciel (1925) é um testemunho do processo político por ele vivenciado, é destacado a Coligação Política de 1908, pois somente com esse advento é que Correia Defreitas é eleito deputado federal, juntamente com Carlos Cavalcanti, Lamenha Lins e Carlos Chaves. Maciel chama a atenção para o advento da coligação, mas não menciona a eleição de Correia Defreitas para deputado estadual antes de ser deputado federal. Também fornece mais detalhes da forte campanha para a reeleição de Correia Defreitas como deputado federal, apoiado por elementos independentes uma vez que rompeu com o partido político por ter divergido da orientação governamental na sucessão presidencial de Nilo Peçanha. Affonso

Pena faleceu em 14 de junho de 1909 e Nilo Peçanha, o vice-presidente do Brasil, assume até o final do mandato (15 de novembro de 1910). Nas eleições presidenciais de 1910 Peçanha apoia a candidatura do Marechal Hermes da Fonseca. Correia Defreitas apoia a candidatura de Ruy Barbosa e se torna um ardoroso propagandista da Campanha Civilista, anti-hermista. Viaja por vários municípios paranaenses fazendo a difusão do candidato civilista combatendo a "caudilhagem militar".

Maciel (1923; 1925) lamenta o esquecimento e o ostracismo em que se encontrava Correia Defreitas na década de 1920 e aponta que isso ocorreu porque ele "perdeu as graças de Affonso Camargo". Maciel não fornece mais detalhes dessa situação, mas o que aconteceu foi que nas eleições para presidente do estado em 1915, Correia Defreitas era o chefe do Partido Liberal no Paraná. Para não deixar o representante da oligarquia nacarina ganhar - o candidato Manuel Alencar Guimarães - os liberais votaram em Affonso Camargo, candidato da situação. Quando questionado pela imprensa se os liberais haviam "aderido à situação", Correia Defreitas diz que não, que os liberais haviam votado em Affonso Camargo apenas como forma de combater à oligarquia nacarina e não que estavam aderindo a situação. A partir dessa declaração Correia Defreitas não consegue mais se eleger em nenhum dos pleitos a que se candidatou, começando pelas eleições de 1915 para deputado estadual para o biênio 1916-1917, pois não contava mais com o apoio de Affonso Camargo[78]. A primeira página do jornal curitibano O Dia de 7 de fevereiro de 1924 traz as imagens de nove políticos paranaenses que teriam sido relegados ao ostracismo devido a oposição a oligarquia camargista, são eles: João Cândido Ferreira, Alberto Gonçalves, Alencar Guimarães, Generoso Marques, João Pernetta, Ottoni Maciel, Luiz Xavier, Enéas Marques, além de Manoel Correia Defreitas (figura 8).

[78] A Noite, 01/03/1915. Diário da Tarde, 02/03/1915.


100 Reis

EDIÇÃO DA MANHÃ

N. 200, Domingo, 17 de Fevereiro.

O DIA

Não temas a injustiça, o desterro, a morte, tem, sim, medo ao medo.
EPICTETO

JA' ESTÃO, A ESTAS HORAS, ELEITOS, RECONHECIDOS E PROCLAMADOS, REPRESENTANTES DO PARANA', TODOS OS CANDIDATOS DA SOCIEDADE BENEFICENTE E RECREATIVA SUCCO DO P. R. P.
VIVA A REPUBLICA!

Director CAIO MACHADO Caixa Postal, 393 Telephone n.º 633 — Propriedade da Empreza Editora „ O DIA" Ltda Ender. Teleg.: "O DIA" Praça Carlos Gomes CURITYBA — Gerente A. NACAR CORREIA

A Soberania Nacional após 35 annos de regimen Republicano

Nilo Peçanha
Um propagandista da Republica e seu ex-presidente que não conseguirá fazer reconhecer um unico deputado.

Quem me substitue?

E no Paraná?

Reaes valores politicos lançados e conservados no ostracismo pela felonia:

Dr. João Candido Ferreira
D. Alberto Gonçalves
Dr. Alencar Guimarães
Dr. Generoso Marques dos Santos
Manoel Correia Defreitas
Dr. João Pernetta
Cel Ottoni Maciel
Cel Luiz Xavier
Dr. Enéas Marques

Figura 8 - Políticos paranaenses relegados ao ostracismo – entre eles figura Manoel Correia Defreitas[79]
Fonte: O Dia, 07/02/1924.

Maciel é mais comedido nos adjetivos utilizados para descrever a figura de Correia Defreitas. O considera *"filho da democracia ... jamais abdicou da sua condição de soldado fiel da liberdade"* (MACIEL, 1925, p. 299) além de paranaense

[79] Felonia = Rebelião de vassalo para com o seu senhor.

ilustre, amigo da liberdade e da justiça, defensor acérrimo da integridade paranaense, venerado republicano, ideais firmes e princípios rígidos.

O jornal O Dia de 24 de fevereiro de 1927 publicou a biografia dos candidatos avulsos Correia Defreitas e Niepce da Silva para render homenagem a esses “respeitáveis paranaenses” (figura 9). No caso de Correia Defreitas, segundo o artigo, era uma pessoa que trabalhava pela república e não por ele. Destaca alguns pontos da sua vida política e aponta as questões tratadas por ele quando da sua atividade parlamentar. Como se trata de um texto referente as eleições para as vagas de deputado federal pelo Paraná, a narrativa parece a apresentação de um currículo para conferir legitimidade à vaga pela qual estava concorrendo. A última frase “atualmente mora no Rio de Janeiro” fechava com chave de ouro para demonstrar como Correia Defreitas estava “por dentro” do que estava ocorrendo no centro político do país, portanto a melhor escolha entre os candidatos.



Candidatos avulsos

Apresentaram-se, tambem, como candidatos avulsos, os illustres paranaenses, srs. Corrêa Defreitas e engenheiro Niepce da Silva, os quaes contam com sympathias em varios pontos do Estado.

O pleito de hoje, disputado e trabalhado como foi, expressará os indices do prestigio civico de cada qual

Ambos, segundo ouvimos, suppõem elementos no Norte do Estado, sobretudo o dr. Niepce da Silva, que dirige as construcções viaférreas do ramal do Paranapanema.

Damos, a seguir, breves notas biographicas daquelles distinctos conterraneos.

Sr. Correia Defreitas

Paraná ou Santa Catharina, não quiz acceitar, alegando não lhe ficar bem isso, pois pareceria que trabalhou, não pela Republica, mas para si.

Foi eleito deputado á Constituinte Estadoal do Paraná, ao qual apresentou um projecto de constituição.

Collocando-se ao lado de Floriano,

Dr. Niepce da Silva

contra o golpe d'Estado de Deodoro, foi pelo Marechal de Ferro incumbido de assumir o governo do Paraná, o que fez, desistindo logo depois, pois não queria acompanhar as tendencias de represalias violentas que elementos da Junta Governativa intentavam

Figura 9 – Imagens de Correia Defreitas e Niepce da Silva
Fonte: O Dia, 24/02/1927.

Nesse mesmo mês de fevereiro de 1927 circulou o Manifesto ao Povo Paranaense apresentando aos eleitores do Paraná o candidato Manoel Correia Defreitas (figura 10)[80]. O manifesto não apresenta o programa que Correia Defreitas pretendia fazer, mas o que já havia feito numa longa vida de serviços à pátria e foi por esse motivo que Negrão (1928) o utilizou como fonte para escrever a narrativa biográfica desse paranaense em sua famosa obra Genealogia Paranaense. O manifesto era um resgate do ostracismo em que se encontrava Correia Defreitas, segundo o autor "por vontade própria", mas que se fosse feito o apelo, como alguém que sempre sacrificou o bem-estar pessoal em favor da coletividade, Correia Defreitas atenderia o pedido e retornaria à vida pública. São muitos os serviços que Correia Defreitas prestou à pátria e isso daria um extenso volume somente para descrevê-los, mas para o manifesto seriam destacados *"por alto os mais reconhecidos e que recomendam a sua atividade patriótica"* (POVO PARANAENSE, 1927). Inicia destacando sua atuação como propagandista republicano e a sua entrada para a vida pública como deputado da primeira assembleia constituinte do Paraná e depois como 2º vice-presidente do estado. Fala dos processos de degola sofridos por Correia Defreitas quando das eleições para senador em 1895 e deputado federal em 1906. Como também atuou no movimento republicano de Santa Catarina, esse estado sempre o estava convidando para ser seu representante, mas devido a questão antiga dos limites entre os dois estados nunca aceitou o convite. Depois centra-se na sua vida parlamentar destacando suas tomadas de posição na Câmara de Deputados, sua participação na Guerra do Contestado, o teor dos seus projetos de lei que abrangiam questões de ordem política, moral e material. Com o fim da atividade parlamentar Correia Defreitas dedica-se às questões da agricultura e funda a Sociedade Nacional de Agricultura e percorre o país fazendo conferências e criando sociedades agrícolas locais em diversos municípios. Dedica-se à causa de proteção dos animais e das aves. Participa de vários congressos que ocorreram paralelo à exposição pelo centenário da independência do Brasil. Afirma *que "sem receio de contestação que Correia Defreitas foi o precursor, em nosso país de*

[80] Trata-se de um panfleto político que foi distribuído na sociedade paranaense. Não tem o nome do autor (ou autores?) que redigiu esse manifesto. Apenas no primeiro parágrafo tem a indicação de que destina-se aos eleitores do Estado do Paraná sem distinção de classe ou cor política. É a apresentação do *"amigo que é e sempre foi do povo, o eminente republicano Manoel Correia Defreitas"* para a eleição de deputado federal no pleito de fevereiro de 1927.

ideias mais avançadas (há 38 anos)" (POVO PARANAENSE, 1927) como a reforma constitucional, a criação do Tribunal Supremo da República, o Tribunal Inter-Americano de Arbitragem, o desenvolvimento de diferentes indústrias como o da erva-mate, papel, sal, carvão, cerâmica, energia hidráulica e o prolongamento de estradas de ferro. Por alto essas são as ideias que Correia Defreitas tem defendido e pelas quais pode-se sentir seus princípios e lhe reconduzir ao alto cargo que tanto soube honrar como deputado federal pelo Paraná. *"A vitória de sua candidatura é a vitória do ideal republicano – e vitória do povo"* (POVO PARANAENSE, 1927).

Essa narrativa não é assinada. Os periódicos da época apenas indicam que se trata de um manifesto de AMIGOS de Manoel Correia Defreitas recomendando ao eleitorado independente a candidatura do "esforçado paranaense". Esses limitam-se a recordar o seu ofício como político, os relevantes serviços que tem prestado ao Paraná e a União e as iniciativas que conseguiu converter em leis. Afirmam os apresentantes da candidatura de Correia Defreitas que uma vez eleito estará no posto para a defesa dos altos interesses de seu estado e da república e nele permanecerá pelo tempo que lhe for imposto pelo povo do Paraná, satisfeito por ver o mesmo povo não foi indiferente a uma vida inteira de serviços e dedicação à causa pública. "A vitória de sua candidatura é a vitória do ideal republicano do povo!" (CORREIO DA MANHÃ, 18/02/1927)

AO POVO PARANAENSE

Os amigos eleitores do Esto do Paraná, sem distincção de classe ou côr politica, num movimento expontaneo, agregando todos os elementos esparsos da opinião, para formar uma unidade de acção, de pensamento, vêm apresentar e recommelar ao suffragio de seus patricios, pela eleição de deputado federal, no pleito de fevereiro proximo, o nome de seu destacado amigo— amigo que é e sempre foi do povo — o eminente republicano Manoel Correia Dreitas.

São tão conhecidos os serviços do grande republico patricio, que não precisariamos enumeral-os em manifo.

Elles ahi estão na sciencia de todos os paranaenses, que lão saber fazer-lhe justiça.

Elle não apresenta mo programma o que pretende fazer, mas sim o que já fez numa longa vida de serviços á Patria.

Republicano da propaganda, com uma folha de serviço á Republica, que desafia confrontos, ante e depois de 15 de novembro de 89, a sua acção na formação e consolidação do regimen, a abolição, a adopção de medidas e consagrão de prinipios, que a democracia reclamave ainda recama, como justas franquias offecidas ao pvo, a sua reconducção no logar de os seus amigos lhe offerecem mais uma vez uma mereeda e necessaria contraprova de que a sua intervenção como representantdo povo na alta assembléa politica, foi util redundou em beneficios para a Nação.

A eleição, embora não immediata, terá esta ná significação.

O povo, expontaneamente, sem nenhuma espec de suggestão, sem nenhum interesse, a não ser o de entregar a sua causa ao seu legitimo mandatario, vae buscal-o ao ostracismo, á obscuridade a que, voluntariamente, se votou para reclamar de seu patriotismo mais uma prova de abnegação, mais um sacrificio ao seu bem estar pessoal em favor da collectividade.

E, como sabemos que o povo nunca appellou em vão para a boa vontade e patriotismo do velho republicano, temos o direito de esperar que, dominado ainda do mesmo ardor patriotico da sua mocidade, agitando e defendendo os mesmos principios, desfraldados ao tempo das pugnas gloriosas da propaganda, elle attenderá promptamente ao appello de seus patricios e virá ainda uma vez para o campo da luta ao serviço da Patria.

Lembrar os inestimaveis serviços do eminente patriota, durante a sua longa e proveitosa existencia de labor e renuncia ao bem estar pessoal, não é obra para um simples manifesto, senão para um extenso volume; entretanto, ser-nos-á permittido referir por alto os mais conhecidos e que mais recommendam a sua actividade patriotica.

Propagandista da Republica, na phase mais ardorosa de sua mocidade, elle, não só disseminou por toda a parte, mas, principalmente, nos Estados do Paraná, Santa Catharina, Rio, S. Paulo, Minas e na então Côrte os idéaes dos raros sonhadores de então, mas ainda, fundou clubs, centros e jornaes republicanos, para a coordenação do movimento de propaganda; interveiu em pleitos memoraveis, realizou conferencias publicas, etc. Proclamada a Republica em 15 de Novembro de 89, chamado para dirigir o governar o seu Estado, declinou da honrosa incumbencia, indicando para o elevado posto um seu amigo, tambem propagandista.

Eleito deputado na primeira Constituinte Republicana do Estado, organizou e defendeu um projecto de Constituição, contendo idéas e principios adiantadissimos, que ainda hoje representam aspirações de raros espiritos ultraliberaes. A sua actuação no Congresso Legislativo do Estado foi proficua e concretizou-se em uma serie de projectos de real utilidade.

Antes disso o Partido Republicano de Santa Catharina, por elle fundado, convidou-o, por intermedio do então governador, dr. Lauro Muller, por escolha do partido, para representante daquelle Estado na Constituinte Republicana, tendo elle declinado do honroso convite por estar convencido dos direitos do Paraná, na questão de limites e por não acceitar senão posições definidas. Em seu logar foi então eleito o illustre Capitão, hoje General de Divisão, Carlos Campos, ornamento do nosso Exercito.

Occupando o cargo de vice-presidente do Estado, por occasião do golpe de Estado do Marechal Deodoro, e, não tendo adherido a esse movimento, foi convidado para assumir o governo, mas, recusou o convite por não querer sacrificar os seus amigos, compromettidos no golpe de estado. Por um natural escrupulo,não pleiteou um logar na Constituinte Republicana, onde, aliás, a sua intervenção era natural e justa.

Enviado para o Senado em 1895 e mais tarde para a Camara dos Deputados como representante do Estado viu seu diploma tanto de senador como de deputado rasgado por mais de uma vez, pelos defensores da olygarchia republicana. Deu ao mandato popular o mais brilhante desempenho, traduzindo em uma serie de projectos, que consubstanciam as idéas e principios de sua longa evangelização republicana.

Todos os assumptos politicos ou sociaes, theoricos ou praticos, de ordem moral ou material, foram tratados e defendidos pelo operoso e vibrante representante paranaense, que interveiu, efficazmente, em todos os debates, agitando e defendendo sempre as idéas e principios novos e liberaes.

Foi o unico deputado que votou, na Camara, contra o estado de sitio, por occasião da revolução da esquadra, em 1910.? Ao fundamentar o seu voto e protesto contra essa medida odiosa e violenta, tambem declarou que se despojava de todas as immunidades parlamentares, afim de ficar na mesma situação em que ficava o povo.

Verdadeiro filantropo, offerece na sua vida rasgos de notavel abnegação e coragem moral, bastando citar, para mostrar o seu desprendimento e amor ao proximo, a sua intervenção pessoal junto aos fanaticos do Contestado, na qual, para despertal-os do erro e salval-os, affrontou os maiores perigos e grandes fadigas.

No terreno politico, a verdade da expressão dos suffragios e punição effectiva, real e rigorosa dos defraudadores do voto, e o voto uninominal e obrigatorio como base para a representação de todos os agrupamentos politicos e outras reformas igualmente liberaes foram objectos de projectos seus.

No terreno social, mereceram-lhe especial attenção e carinho a questão operaria, a dos ferro-viarios, sendo de sua autoria os primeiros projectos de pensões e aposentadorias, apresentados á Camara dos Deputados; o seguro dos operarios, garantido pelo Estado, e os seguros de vida, em geral, como instituição exclusiva do Estado, e por offerecer verdadeira garantia ás economias do povo, como já está adoptado em varios paizes; as Caixas economicas populares; os assumptos agrarios, considerando a terra como a fonte principal da riqueza; a eliminação dos impostos sobre a lavoura; o estabelecimento do credito agricola; o imposto generalizado, calcado nos moldes mais democraticos, etc., etc.

Em ordem politica, ainda, a liberdade de consciencia, a liberdade da imprensa honesta e bem orientada, a liberdade de trabalho, a liberdade de commercio e de industria e de profissões, o regimen da livre concurrencia e das verdadeiras competencias.

Na ordem moral a plena responsabilidade dos agentes do Poder Publico, a alphabetização geral do povo pelo ensino elementar e obrigatorio, o ensino profissional, o ensino agricola, o ensino civico e moral, a emancipação e educação da mulher para a sua nobre e elevada funcção, na familia e na sociedade, as escolas maternaes, as creches para os filhos das operarias, o soccorro directo e pessoal aos pobres, aos velhos e aos enfermos, a assistencia, não só em recolhimentos, mas tambem aos domicilios, á infancia abandonada, e á velhice e invalidez e outras providencias de amparo social.

Na ordem material, a construcção de estradas de ferro para ligar o interior aos portos de mar; as estradas de penetração; construcção de estradas de rodagem e caminhos vicinaes como tributarios das estradas de ferro; a acquisição e distribuição equitativa das terras, de modo a poderem ser cultivadas e aproveitadas, de preferencia pelos colonos nacionaes; a facilitação dos meios de transporte e de exportação ,da producção; a protecção á industria agricola e pastoril, etc.

Nenhum membro das classes commerciaes do Brasil tem se batido com mais enthusiasmo pelas justas causas do commercio, quer na Camara estadoal e federal, quer nas associações Commerciaes, sendo ainda elle quem representou o Paraná no ultimo Congresso das 23 Associações Commerciaes do Brasil, reunido no Rio de Janeiro, por occasião da commemoração do Centenario da Independencia, em 1922.

Quem foi que se bateu no Congresso Estadoal do Paraná em 1909 contra o imposto, chamado de Patente Commercial, conseguindo derrubal-o pela maioria de 15 votos?

Na Camara Federal quem foi que se bateu contra o imposto do consumo ou imposto do sello, dando logar a sua acção á manifestações e applausos do Commercio do Paiz, inclusive da Associação Commercial do Paraná?

Bateu-se como ninguem pela integridade do solo paranaense, unico motivo que o levou a afastar-se de seus velhos e leaes amigos, para ficar bem com a sua consciencia, pois tem sabido defender com a fé de um verdadeiro paladino a terra sagrada de seu nascimento.

E' exacto que esta sua abnegação, este seu voluntario sacrificio, arrastou-o á situação de uma vida cheia de privações e amarguras por algumas dezenas de annos, mas é tambem bem verdade que essas privações curtidas em tão prolongado ostracismo serviram para retemperar-lhe as forças e as masculas energias, em cujo cadinho foram fundidos o seu caracter de bronze e essa consciencia superior das cousas e dos factos, que o tornaram o apostolo do Bem e acerrimo defensor da causa dos fracos e dos humildes, que formam a grande massa soffredora — o Povo.

Essa sua tendencia e irrefreavel dedicação pelos fracos, levou-o tambem a esposar a causa dos animaes, nossos irmãos inferiores, ou menores, na bella phrase de S. Francisco de Assis, aos quaes se irmanou e identificou com inexcedivel ardor e amor, fazendo a sua defesa e apologia, especialmente das aves e dos passaros, que povoam o ar e as mattas de azas e cantos. Estas idéas já estão concretizadas em lei estadoal, no Paraná, e, em projecto

Figura 10 - Fac-simile do Manifesto apresentado Ao Povo Paranaense a favor da candidatura de Manoel Correia Defreitas como deputado federal do Paraná nas eleições de 1927
Fonte: Caderno de Recortes de Manoel Correia Defreitas pertencente à Ricardo Costa de Oliveira

Francisco Negrão[81] (1928) em sua reconhecida obra Genealogia Paranaense, no terceiro volume fala de Manoel Correia Defreitas. A parte genealógica dessa obra é analisada no capítulo 2 desse trabalho[82]. Nessa seção iremos nos deter somente na narrativa biográfica de Correia Defreitas. Negrão se baseia em duas narrativas anteriores escritas em prol do biografado para *"traçar sua biografia com todas as minudências"* (NEGRÃO, 1928, p. 375). A primeira é o artigo do jornal A Vanguarda de 21/04/1921 do qual transcreve alguns pontos principais. No final apenas acrescenta a participação de Correia Defreitas no Congresso Inter-americano de 1922 ao lado da figura de Ruy Barbosa.

A segunda narrativa é o Manifesto Político ao Povo Paranaense de 1927 escrito por um grupo de admiradores[83] de Correia Defreitas para as eleições a deputado federal daquele ano. Negrão também extrai alguns pontos desse artigo e logo em seguida finaliza sua narrativa apontando que a república instalada não

---

[81] Francisco de Paula Dias Negrão (1871-1937), filho do capitão e deputado provincial João de Souza Dias Negrão e de Maria Francisca da Luz Negrão, casados em 24 de novembro de 1866. Pelo lado materno era tetraneto de Balthazar Carrasco dos Reis, um dos fundadores de Curitiba. Foi capitão honorário do Exército por serviços de guerra prestados ao governo durante a Revolta da Armada, de 1893. Funcionário público, servidor da Fazenda, especializou-se em legislação fiscal, tornando-se perito na área tarifária. Sua carreira começou em Paranaguá, como escriturário da Alfândega, onde depois foi guarda-mor. Mais tarde tornou-se administrador da Mesa de Rendas em Antonina e instalou e dirigiu a seção aduaneira do Armazém de Encomendas Postais em Curitiba. Em 1921 foi posto à disposição do Ministério da Guerra, nomeado presidente da Junta de Alistamento Militar na Vila Teixeira Soares, aposentando-se em 1930. Foi colaborador em diversos jornais e revistas do Paraná, com artigos sobre história, costumes, tradições e etnografia. Foi membro efetivo e 2º tesoureiro do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense; membro do Centro de Letras do Paraná e da Associação de Imprensa. Dirigiu o Boletim do Arquivo Municipal de Curitiba, publicação mensal oficial, da qual foram publicados 23 volumes, com 100 páginas cada. Colaborou com Silva Leme na Genealogia Paulistana e publicou a famosa "Genealogia Paranaense", editada pela Imprensa Oficial do Estado, uma obra composta de 6 volumes, à qual dedicou 24 anos de pesquisa, sendo o primeiro volume publicado em 1926, e o último em 1950, 13 anos após a sua morte. Fez parte também dos Institutos Históricos e Geográficos do Ceará, Mato Grosso, Amazonas, Santa Catarina, além dos Institutos genealógicos de São Paulo e Rio Grande do Sul. Disponível em http://www.arquivopublico.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=98 e http://www.cbg.org.br/novo/colegio/historia/patronos/francisco-dias-negrao/. Acesso 22.julho.2016.

[82] Algumas datas apontadas por Negrão não estão corretas e localizamos a documentação para a correção dessas informações que serão tratadas no capítulo 4.

[83] Conforme já apontado não conseguimos levantar com precisão quais seriam os membros desse grupo de amigos que escreveu esse manifesto de 1927, mas pressupomos que entre eles figuram Jayme Ballão, Ulysses Oliveira, Duarte Velloso, Jabal Junior, Hugo dos Reis, Rodrigo Junior, Costa Faria, Avelino Lopes, Sebastião Paraná, Alberico Figueira, J.Rocha e A.Ferreira que escreveram material semelhante para as eleições de 1911 na qual Correia Defreitas concorria à reeleição para deputado estadual e que estão registrados no jornal curitibano O POVO edição especial de 25 de fevereiro de 1912 consagrada pelo povo do Paraná ao seu eleito Correia Defreitas e edição especial de 14 de agosto de 1913 consagrada ao grande defensor da causa paranaense.

implantou uma democracia e sim uma oligarquia e que não foi com esse sistema que Correia Defreitas "sonhou". A república trouxe conquistas materiais, mas falhou na parte política levando a descrença das instituições republicanas. Porém, a esperança em dias melhores permanecia e a justiça e liberdade ainda iriam raiar no horizonte e apesar de seus quase oitenta anos, Correia Defreitas ainda transmitia com convicções suas ideias liberais como se fosse um jovem de 20 anos. Para Negrão sua ação se fazia sentir tanto entre o povo como entre os altos cargos governamentais. Em 1928, quando da publicação dessa narrativa, Negrão (1928, p.392) fala que Correia Defreitas vivia *"em voluntariado ostracismo, pobre e sem posições políticas".* Quatro anos depois viria a falecer, em 1932.

Alberico Figueira[84] (1948) em palestra pronunciada na rádio Difusora Parananguense em 21 de agosto de 1948, em comemoração aos 61 anos de fundação do Clube Republicano de Paranaguá (21/08/1887) destaca a participação de Manoel Correia Defreitas na propaganda republicana no Paraná (especialmente em Paranaguá) e no Brasil apresentando um perfil biográfico centrado sua atuação na campanha republicana. Do encontro na adolescência com Joaquim Soares Gomes até a propaganda oral e escrita da república, Correia Defreitas se destaca por seu "esforço próprio e espírito consoante". É elogiado por republicanos históricos como Quintino Bocayuva, Prudente de Morais (de quem era amigo íntimo) e Campos Salles ao realizar conferências republicanas em diferentes cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e Minas Gerais. Uma vez

[84] Alberico Figueira de Alcântara nasceu em Parati/RJ em 1º de agosto de 1873 e faleceu em São Paulo/SP em 10 de setembro de 1952 (CASTAGNOLLI, 1954, p.15). Ainda criança, com 6 anos, mudou-se com a família para Paranaguá onde foi aluno do professor José Cleto da Silva. Foi jornalista, poeta, compositor e membro do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná. Filho de Manoel Figueira de Alcântara (falecido em 22/07/1904) e de Albertina de Oliveira de Alcântara (falecida 25/02/1951). Irmão de Venina Figueira da Silva (casada com o tenente Brasilio da Silva). O pai era natural de Angra dos Reis/RJ e veio para o Paraná com o primo Luiz Ramos Figueira que foi promotor e deputado provincial. Casou com Julia da Costa Figueira. Tiveram uma filha adotiva Leontina A. De Alcântara que casou com Gilberto Bellegard e tiveram os filhos Renaud e Nelson. Foi diretor do Almanach dos Municípios e da revista do Clube Republicano de Paranaguá. Foi o primeiro presidente da Sociedade Recreativa e Instrutora União Porteense inaugurada em 12 de setembro de 1908 e que possuía uma biblioteca. Os outros membros da diretoria eram Ibrahim G. Ferreira (secretário), José Antonio Lopes (tesoureiro), Nicolau Lourenço (procurador). Era membro do Comité Pró-Defreitas das eleições de 30 de janeiro de 1912. Concorreu às eleições municipais de Curitiba em 20 de junho de 1912 e conseguiu 109 votos. Em 1915 Wallace de Mello lhe ofereceu um almoço em comemoração ao seu aniversário dia 1º de agosto. Nas eleições para governador em 1929 era membro do Comitê Affonso Camargo (A República de 23/07/1904, 21/06/1912, 24/08/1929; O Dia de 04/03/1951, 24/09/1952 e Diário da Tarde de 23/12/1911 e de 27/01/1912). Pela Lei Nº 1190 de 7 de dezembro de 1955, na gestão do prefeito Ney Braga é dada a denominação de Alberico Figueira a um logradouro de Curitiba no bairro Seminário.

proclamada a república, Correia Defreitas combatia o profissionalismo político e viu "seu sonho realizado" quando foi eleito para a Câmara Federal como candidato avulso, "sem compromissos políticos" com partidos. Finaliza comparando a atuação de Defreitas com Joaquim José Seabra[85] na propagação das palavras cheias de fé e patriotismo.

José Saboia Cortes[86] (1948) em comemoração ao aniversário de 300 anos de Paranaguá coloca Correia Defreitas como um dos grandes vultos da cidade (figura 11). Utiliza como fonte da sua narrativa o texto de Sebastião Paraná (SOTTOMAIOR, 1922) e informações que obteve do Monsenhor Lamartine, sobrinho de Manoel Correia Defreitas[87]. Coloca o biografado como um batalhador e uma das figuras mais brilhantes do republicanismo de seu tempo. *"Todos os grandes potentados da época o admiravam ... Nada quis para si ... faleceu pobre, deixando como fortuna um nome auréolo de cidadão e de patriota, que as gerações saberão cultuar, como um símbolo imortal da própria república que ele sonhou e ajudou a construir como nenhum outro"* (CORTES, 1948). Isso indica o prestígio pessoal que possuía na época. Finaliza com a dica de que o seu precioso arquivo pessoal deveria ser adquirido pelo museu estadual[88].

---

[85] Joaquim José Seabra (1855-1942) conhecido como JJ Seabra nasceu em Salvador. Tido como notável orador, participou da campanha abolicionista e foi um dos poucos parlamentares a participar do processo de promulgação das duas primeiras constituições republicanas (1891 e 1934). É lembrado pela ampla obra de reurbanização empreendida na capital baiana, pela oratória, gestos largos e suas controvérsias políticas (SARMENTO, 2011).

[86] José Saboya Cortes (08.10.????-29.10.1950) era filho de Manoel Eufrásio Cortes e Maria da Gloria Saboia Cortes. Nasceu na Lapa. Casou com Aldina Cordeiro em 1920 e tiveram os filhos Alcidea (casado com Dulcina Werneck), Afonso (casado com Edith Lopes), Amauri (advogado) e Almir (médico). Era funcionário público federal (telegrafista), membro do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná (correspondente da Lapa), do Círculo de Estudos Bandeirantes, do Instituto Histórico de Minas Gerais, da diretoria do Círculo Militar do Paraná e da Sociedade Thalia. Um dos fundadores da Sociedade de Tiro de Guerra da Lapa. Foi secretário geral da Associação dos Funcionários Públicos do Paraná e representante do Clube Atlético Paranaense. Em 1929 era do Grupo da Bandeira Paranaense Pró Julio Prestes e Vital Soares (O Estado do Paraná de 09/10/1926, 17/03/1936, 04/08/1946 e o Diário da Tarde de 06/11/1950 e de 30/10/1950). Pela Lei Nº 1190 de 7 de dezembro de 1955, na gestão do prefeito Ney Braga é dada a denominação de José Sabóia Cortes a um logradouro de Curitiba no bairro Bom Retiro.

[87] A mesma narrativa foi publicada em 1972 no boletim comemorativo do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná ao sesquicentenário da independência do Brasil. Ver Cortes (1972).

[88] Apesar de várias tentativas não conseguimos localizar nenhum familiar com um acervo particular significativo de Manoel Correia Defreitas. Sua neta e bisneta que foram entrevistadas possuem muito pouco material e fotos sobre ele. Segundo a indicação de uma pessoa que se diz familiar de Correia Defreitas o seu acervo foi entregue ao Museu David Carneiro, mas não soube dar detalhes de quando e como isso teria ocorrido, porém realmente o acervo documental de

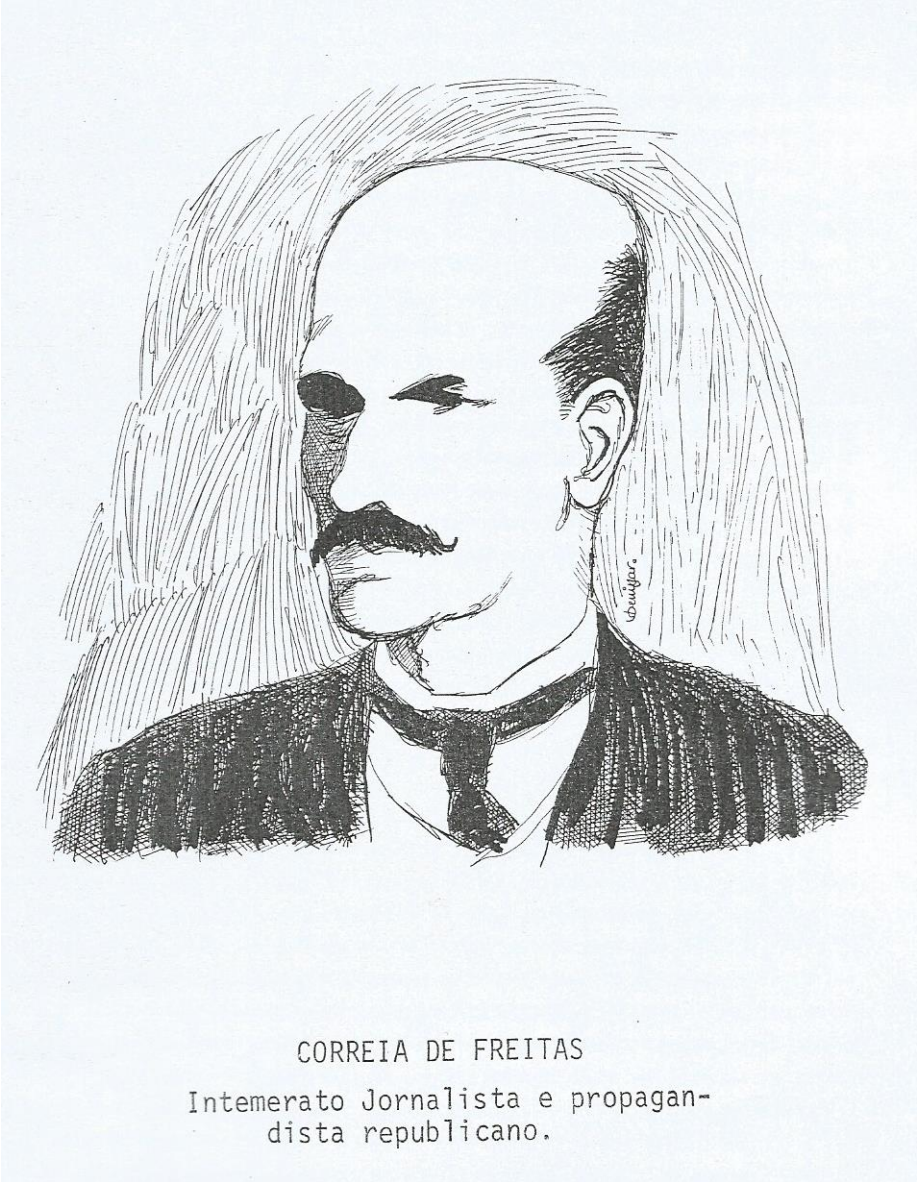


Figura 11 - Ilustração do Boletim do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná
Fonte: Cortes (1972, p.200)

Manoel Correia Defreitas estava com David Carneiro. Com o falecimento de David Carneiro em 1990 esse museu particular foi fechado e seu acervo leiloado. Parte do acervo documental de Manoel Correia Defreitas foi para o Museu Paranaense e a outra parte acabou indo parar em antiquários de Curitiba. Numa dessas lojas o Professor Ricardo Costa de Oliveira da Universidade Federal do Paraná adquiriu dois cadernos de recortes feitos pela filha mais velha de Correia Defreitas, Meuma, e que é analisado especificamente no capítulo 3. O restante acabou sendo comprado por outras pessoas que adquiriam o material de acordo com o que lhe interessavam. Assim, esse material do arquivo pessoal de Correia Defreitas acabou se dispersando. Os colecionadores particulares que adquiriram parte desse material não disponibilizaram o material para consulta.

Maria Nicolas[89] fez três narrativas biográficas de Correia Defreitas. A primeira está no primeiro volume da obra Vultos Paranaenses (NICOLAS, 1948). Nela a autora fala das três causas pelas quais Correia Defreitas se bateu ardorosamente: lutar pela república, pela abolição e pela instrução. Não acrescenta nada de diferente das narrativas anteriores, apenas fornece a informação de que Correia Defreitas teria sido sócio efetivo da Sociedade de Geografia do qual foi vice-presidente honorário. De *"temperamento impulsivo e ardoroso, pertenceu ao brioso pelotão dos que fora do nosso estado, souberam elevar bem alto o nome da 'terra das araucárias'"* (NICOLAS, 1948, p. 84). Trinta anos depois, em 1978 publica nova narrativa biográfica na obra "O Paraná na Câmara dos Deputados" e em 1984 a última narrativa na obra "130 anos de vida parlamentar", mas são apenas reproduções da primeira narrativa, não foram nem revistas e nem atualizadas pela autora.

Em 5 de maio de 2013 o jornal O Paraná[90] publicou um artigo sobre Manoel Correia Defreitas e apontou Augusto Faria Rocha[91] como seu biógrafo (O

[89] Maria Nicolas (1899-1988) filha de um homem ligado a história do antigo Teatro Guaíra, o administrador Alyr Leon e de Josefa Nicolas, formou-se professora primária em 1916. Foi a segunda professora contrata pelo estado do Paraná e durante mais de trinta anos ensinou em várias cidades. Desde 1934, quando publicou seu primeiro livro ("E as rosas morreram...") não houve praticamente um ano em que não tenha conseguido fazer um novo livro mesmo enfrentando dificuldades imensas para editá-los. Escreveu crônicas, contos, poesias e voltada à pesquisa histórica publicou "Vultos Paranaenses" (dois volumes, 1941/51) e, do período em que trabalhou como bibliotecária na Assembleia Legislativa, escreveu a importante obra de referência sobre os homens que passaram por aquela instituição ("Cem anos de vida parlamentar", 1954) que foi revista, atualizada e reeditada em 1984 com o título "130 anos de vida parlamentar". Outra obra da professora Maria Nicolas é "Alma das Ruas", levantamento biográfico dos patronos das ruas e logradouros de Curitiba. Disponível em https://museuafroparanaense.wordpress.com/2016/02/23/professora-maria-nicolas/. Acesso 30.julho.2016.

[90] O Paraná: jornal de fato, da cidade de Cascavel. Existe desde 15 de maio de 1976. Disponível no sítio https://www.oparana.com.br/variedades/nao-quis-ser-governador-do-parana-30809/. Acesso 22.abril.2014. O artigo indica como fonte Retratos Paranaenses que é uma coleção organizada pelo Projeto Livrai-Nos! que criou uma microlivraria ofertando sobretudo obras de escritores paranaenses, promovendo iniciativas de estímulo e valorização dos escritores do Paraná. Disponível em http://livrai-noscascavel.blogspot.com.br/p/projeto-livrai-nos.html. Acesso em 18.setembro.2016. "Retratos Paranaenses" foi uma série de biografias que o Projeto Livrai-Nos! publicou no jornal O Paraná, de Cascavel, no período de um ano. A publicação teve início em novembro de 2012 e seguiu até outubro de 2013. Em 2015 foi publicado um complemento ao material elaborado em 2013 (SPERANÇA, 2015).

[91] Augusto Faria Rocha (02.02.1883-????) foi advogado, professor, poeta e membro do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná (sócio correspondente de Ponta Grossa). Filho de José Elias da Rocha e de Francisca V. Faria. Irmão de Alva Faria da Rocha e José Elias da Rocha Júnior. Casou com Maria José da Cunha Rocha. Pai de Álvaro Augusto Cunha Rocha, primeiro reitor da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Augusto Faria Rocha foi estudar Direito no Rio de Janeiro e lá se tornou correspondente do jornal Diário do Paraná. Estudou e trabalhou no Rio de

PARANÁ, 2013). A base para essa consideração foi sua narrativa biográfica publicada em 1951 em um boletim do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná em comemoração ao centenário de nascimento de Correia Defreitas[92] (ROCHA, 1951). Essa publicação é a transcrição da palestra que Faria Rocha proferiu nas dependências do Círculo de Estudos Bandeirantes a convite de Aluizio França, então presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná. Inicia assinalando que irá "reavivar alguns traços biográficos" de Correia Defreitas "individualidade singular e forte" e que boa parte de sua vida já havia sido escrita no jornal A Vanguarda de 21 de abril de 1921, "em longo artigo" de sua autoria. O autor repete as informações da narrativa anterior e acrescenta informações posteriores ao ano de 1921, como a data de falecimento e indica que

> Ele [Correia Defreitas] deve ser estudado na sua vida interior e fora dela, sob o ângulo da destinação que lhe foi traçada, com a ponderação do analista, sem as demasias do ufanismo, sem os exageros das apologias distanciadas da realidade (ROCHA, 1951, p. 7).

Apresenta a vida de Correia Defreitas em dois momentos: a da trajetória parlamentar (da qual não fala muito, apenas aponta alguns projetos de lei) e a sua "curiosa contextura psicológica" revelando alguns pontos da personalidade que tinha "mais virtudes do que defeitos". Era ao mesmo tempo um homem de doutrina, da luta política e um homem de negócios com interesses particulares. Essa

---

Janeiro na época em que Manoel Correia Defreitas era deputado federal pelo Paraná. Se conheceram nessa época. Relata que no dia da Revolta da Esquadra, em 1910 *"naquela manhã trágica caminhava com Correia Defreitas pela praia em frente dos navios revoltados ... os canhões apontados para a cidade"* (ROCHA, 1951, p. 11). Após formar-se, em 1913, retorna ao Paraná e assume como secretário da Comissão de Melhoramentos de Curitiba. Quando o presidente Washington Luís visitou o Paraná em 1913 Faria Rocha foi um dos membros da comissão de recepção que o acompanhou. Foi candidato a deputado estadual nas eleições de novembro de 1913 na qual recebeu 1867 votos. Em 1914 era um dos membros da diretoria da A Iris Paranaense (sociedade de pecúlios, sorteios e beneficência de mutualidade) juntamente com João Cândido Ferreira, Petit Carneiro, Augusto Loureiro e Salustiano Salgado, além de proprietário e membro do conselho fiscal da Companhia Paranaense de Publicidade. Em 1914 foi membro da comissão de recepção do Flamengo Football Clube. Participou do almoço ofertado pela Colônia Paranaense do Rio de Janeiro ao então governador eleito Affonso Camargo em 1916. Foi juiz de direito em diversos municípios paranaenses entre os quais Antonina, Wenceslau Brás, Clevelândia, Piraí. Foi o primeiro juiz de Londrina em 1938 (WANKE, 1999; GOMES, 1970; PLAISANT, 1938). Agradeço ao professor Itamar Lopes, de Ponta Grossa, pelo material enviado e indicações bibliográficas sobre Augusto Faria Rocha.

[92] A mesma narrativa foi publicada em quatro edições do jornal O Dia. A primeira parte sob o título **"O centenário de Correia de Freitas"** no dia 8 de julho de 1951, a segunda parte, **"A vida de Correia de Freitas"** dia 13 de julho de 1951. A terceira e quarta partes sob o título **"Correia Defreitas"** nos dias 12 de agosto e 2 de setembro de 1951, respectivamente.

ambiguidade podia ser percebida em suas “bizarrices”: nos discursos públicos pregava o fim da ambição reinante, e na prática comprava terras e emprestava dinheiro a juros. Rocha alega que os contemporâneos de Correia Defreitas via que a sua fama de distraído era pura dissimulação, uma propaganda pessoal, um jogo de conveniências pois gostava na verdade de popularidade.

Dentre as narrativas até agora analisadas, foi o primeiro a apontar o gosto de Correia Defreitas pelas plantas. Embrenhava-se nas matas em busca de ervas medicinais, flores exóticas, mudas de árvores frutíferas e tudo o que fosse diferente. Essa paixão sempre esteve presente em sua vida desde os pomares que mantinham em casa, em seus projetos de lei e até na atuação que teve na Sociedade Nacional Agrícola.

Por ter conhecido pessoalmente Correia Defreitas essa narrativa está marcada por muitas estórias que Faria Rocha teria vivenciado juntamente com o biografado ou escutado diretamente dele[93]. Como exemplo, Correia Defreitas teria testemunhado o duelo travado entre o senador Pinheiro Machado e o jornalista Edmundo Bittencourt do Correio da Manhã[94]. Há também vários relatos de situações constrangedoras causadas pela distração de Correia Defreitas, dos seus desentendimentos com alguns opositores aos seus projetos de lei e que estes para atingir Correia Defreitas enviavam para sua residência caixa com chifres para insinuar que ele era traído pela esposa, ou o envio de amas de leite e de cavouqueiros conforme anúncio em jornais indicando seu endereço para lhe causar transtornos, ou de vestir o colete por debaixo da camisa e depois o sair procurando. Ainda cita outros casos nesse “desfiar de lembranças”.

Finaliza dizendo que a vida de Correia Defreitas foi *“fecunda e proveitosa, e com todas as suas originalidades, algumas pitorescas, deve ser ela entendida em bloco e no seu ambiente histórico ... foi um dos vultos mais notáveis de seu tempo.*

---

[93] A única referência apontada por Faria Rocha é a publicação de VIEIRA, José (1912). **A cadeia velha: memória da Câmara dos deputados**. RJ: Jacintho Silva.

[94] A iniciativa de propor um duelo, como resposta às ofensas recebidas pela imprensa, partiu do senador Pinheiro Machado que desafiou publicamente o jornalista Edmundo Bittencourt. O embate ocorreu na manhã de 08 de julho de 1906, num lugar distante, a Praia de Ipanema, perante testemunhas. O senador “levou a melhor”, acertando um tiro no glúteo do jornalista (ROCHA, 1951, p.12).

Honrou o nome paranaense. Em suma: Correia Defreitas foi digno do Paraná" (ROCHA, 1951, p.16).

Ainda com relação à publicação do jornal O Paraná de 2013 o destaque é dado ao suposto "desapego ao poder" que tinha Correia Defreitas. O título da matéria *"Não quis ser governador do Paraná: Freitas teve a chance de governar dois estados, mas recusou. Podia ser rico e preferiu morrer pobre"* e os subtítulos das seções *"agente ativo na conquista republicana"* e de *"deputado sempre radical"* procuram reforçar esse desprendimento do mundo oficial e material que teria marcado a vida de Correia Defreitas. Outro aspecto interessante dessa matéria é o destaque para a *"imensa facilidade em ganhar dinheiro"* e como *"a riqueza lhe vinha fácil"* para Correia Defreitas, conforme imagem vinculada no artigo (figura 12), reforçando sua imagem memorialística, de exemplo a ser lembrado para ser seguido.



Figura 12 – Imagem de Correia Defreitas (sem data)
Fonte: O Paraná, 05/05/2013.

Outra narrativa biográfica publicada em comemoração ao seu centenário de nascimento foi a de Nascimento Junior[95] (1951) – Correia Defreitas: sua vida e sua obra - que vem com alguma indicação bibliográfica ao final (diferente das outras narrativas) (figura 13)[96] [97]. O autor inicia sua narrativa com o subtítulo: "a vida dinâmica e atribulada de Manoel Correia Defreitas" e aponta:

> Historiar a vida de um homem que, como Correia Defreitas tanto agiu com destemor em prol do seu ideal político e sempre inspirado por verdadeiro

[95] Vicente Montepoliciano do Nascimento Júnior (1880-1958) nasceu em 24 de janeiro de 1880 na vila de São Luís de Guaratuba, mas foi criado e educado em Paranaguá. Filho do casal Vicente Montepoliciano Nascimento e Maria Júlia da Silva Nascimento. Faleceu em Curitiba a 4 de fevereiro de 1958. Começou a vida profissional em Curitiba, no comércio, passando depois a exercer a sua atividade jornalística no *Diário da Tarde*, na *A República*, *Tribuna* (Redator Secretário) e *Comércio do Paraná* (como diretor). Iniciando sua vida pública, serviu como oficial de gabinete do Secretário da Agricultura. Mudando para Antonina, serviu como Secretário da Prefeitura e da Câmara e, nessa cidade, fundou seu primeiro jornal, *O Município*. Como funcionário estadual acompanhou a missão de Yonosuke Yamada, que fundou a primeira colônia de japoneses em Cacatú, em Antonina. Tendo alguns órgãos de imprensa combatido essa colonização, por julgarem inassimilável à sociedade brasileira, defendeu-a como fator de trabalho inteligente e produtivo, e sobre os aspectos etnográficos e sociológico. Seus artigos foram publicados numa revista de Tóquio, com a tiragem de um milhão de exemplares. Retornando a Paranaguá, desempenhou cargos públicos municipais e integrou a redação do *Diário do Comércio*, por várias vezes. Ali fundou, com o Dr. Hugo Corrêa e com o Professor Manoel Viana, o Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá. Por nomeação do Interventor Federal exerceu, em 1948, o cargo de Prefeito de Paranaguá, aposentando-se com trinta e três anos de grandes serviços prestados ao Estado e municípios. Foi membro do Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá, da Academia Paranaense de Letras, do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Paraná, do Centro de Letras do Paraná e da Academia José de Alencar. Foi um dos fundadores da Federação Espírita do Paraná, representando, ao mesmo tempo, os Grupos Espíritas *Allan Kardec* e *Luz nas Trevas*, da cidade de Antonina. Foi presidente da FEP de 13/01/1907 a 30/08/1908. Sua produção literária foi vasta, estando dispersa em jornais, revistas e folhetos. Elevado a sócio honorário do Clube Literário, por serviços à cultura, do Rotary Clube de Paranaguá e de diversas outras instituições. De suas diversas publicações destacam-se *Gabriel de Lara*, estudando a individualidade desse bandeirante e 1º capitão-mor de Paranaguá e o drama histórico *A conquista do Itiberê*, em homenagem ao tricentésimo aniversário do município, em 1948. Fonte: Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, nº 13, 1958. Disponível em http://www.feparana.com.br/biografia.php?cod_biog=275. Acesso em 27.junho.2016. Ver Viana (1971).

[96] Referência consultada por Nascimento Junior:
SOTTOMAIOR, Sebastião Paraná (19??). **Paranaenses ilustres**. S.l: [s.n]
CORREIA, Leôncio (1939). **A verdade histórica sobre o 15 de novembro**. RJ: Imprensa Nacional
SIMAS, Hugo (1949). **Paranaguá e a república**. Curitiba: Edição de Dicesar Plaisant.
COSTA, Didio (1948). **Tricentenário de Paranaguá (1648-1948).** RJ: Imprensa Naval.
FIGUEIRA, Alberico Figueira (1926). **Oradores republicanos**. Paranaguá: Revista Itiberê, abril/maio, n.84/85.
O ITIBERÊ (1922). **Histórico do Club Literário**. Paranaguá: Revista Itiberê, setembro, n.39/41.

[97] No ano de 1980 Nascimento Júnior publica uma obra sobre Paranaguá e Manoel Correia Defreitas aparece em várias partes do livro, mas é na seção "Paranaguenses ilustres" que seu passado brilhante e heroico é destacado. Paranaguá era considerada a Atenas Paranaense cuja mocidade era ávida de saber, e entre os jovens estava Correia Defreitas *"o ardoroso propagandista da abolição e da república, filho de simples lavradores dos arredores, de enciclopédica cultura, jamais alisou os bancos de um curso secundário ou superior, adquirindo aqui mesmo [Paranaguá] esse enorme acervo de conhecimentos a manusear livros"* (NASCIMENTO JUNIOR, 1980, p.394).

> sentimento de patriotismo sem o menor laivo de interesse material, é tarefa das maiores maximé dada a carência de documentação pela modéstia com que atuou, avesso a registros e publicidades dos seus feitos, esse notável paranaense que foi um dos mais ativos e pertinazes propagandistas do credo republicano. (NASCIMENTO JUNIOR, 1951, p. 3)

Dentre as narrativas selecionadas, além de Rocha (1951) que aponta que Correia Defreitas era calvo e gostava de usar roupas claras e chapéu de coco, essa o descreve fisicamente como *"alto, magro, nervoso e loquaz, comunicativo ao extremo"* (NASCIMENTO JUNIOR, 1951, p.3).

Assim como Faria Rocha, Nascimento Junior também conheceu pessoalmente Correia Defreitas e nos fornece em sua narrativa várias estórias do mesmo. Destaca sua erudição enciclopédica que conhecia desde a origem dos mares e a formação geológica do litoral atlântico, da Bíblia, até Direito, Filosofia, botânica e saúde. Não havia problema de ordem social, política e econômica que escapasse à sua análise, assim considera

> Correia Defreitas, pelas suas ideias avançadas, um homem antecipado dum século à época em que nasceu ... para a maioria de seus contemporâneos era um cidadão do Reino da Utopia, anunciando e preconizando causas julgadas impossíveis para o tempo em que viveu, culminando em escândalo ... É que Manequinho de Freitas não regulava bem, com o juízo alterado por tantas leituras ... previam seu fim na cadeia ou no hospício" (NASCIMENTO JUNIOR, 1951, p. 4).

A narrativa segue com a descrição cronológica da vida de Correia Defreitas. Apesar de indicar que o biografado tinha uma vida atribulada e dinâmica, na narrativa tudo é encadeado: termina um ato, inicia outro, sem problemas, como por exemplo com relação à propaganda republicana: com a propaganda bem organizada no Paraná segue para Santa Catarina. Organizando lá [SC] segue para o Rio de Janeiro e assim prossegue. Divide o texto em duas partes: a primeira apresenta o lado teórico e político de Correia Defreitas e a segunda parte apresenta aspectos mais práticos de sua vida. A eloquência e a preparação doutrinária são destacadas a todo momento pelo autor que quer passar a ideia de que Correia Defreitas não tinha ambições por cargos políticos, mas era um idealista e lutava para ver a república implantada e consolidada. Por isso foi excluído de muitos dos processos, colocado à margem. Foi perseguido e sofreu ao não ser

indicado para a chapa de composição dos deputados constituintes do Paraná para a primeira constituição republicana do Brasil por estar em divergência com Herculano Freitas (governador do Paraná) e genro de Francisco Glicério[98] (Ministro da Agricultura do governo provisório) - injustiça que, segundo o autor, demonstra práticas de nepotismo nascente com a república brasileira.

Seus projetos de lei considerados de cunho socialista eram engavetados, pois não convinha discutir as "fantasias" do Correia Defreitas. Tudo o que emanava dele era olhado com temor, desconfiança ou ironia pelos colegas. Alterou a grafia do seu nome de "Correia de Freitas" para "Correia Defreitas" para não parecer fidalgo. Era um "livre pensador" e gostava de conhecer a fundo todos os sistemas religiosos.

Após deixar o cargo de deputado federal em 1915 caiu no ostracismo e passou a perambular entre o Paraná e outros estados visitando velhos camaradas da campanha republicana. Segundo Raul Gomes (1932)[99] Correia Defreitas passou sua existência vagando pelos lares dos amigos do Brasil inteiro, pois contava com amizade nos domínios sociais, sendo familiar das personalidades mais importantes, mas particularmente entre a **arraia-miúda** é que ele dispunha das mais antigas, profundas e inalteráveis estimas e admirações. Essa admiração da

[98] Francisco Glicério de Cerqueira Leite (1846-1916). Nascido em Campinas, era filho do Tenente Antônio Benedicto de Cerqueira Leite e de Maria Zelinda da Conceição. Tinha como irmãos: Antônia Benedicta, Maria Jacintha, Olegário, Candida Rosa, Jorge Miranda, Maria Pureza, Antonio Benedicto Filho, Júlio César, Leão e Eloy Cerqueira. Trabalhou como tipógrafo, professor de primeiras letras e escrevente de cartório. Mais tarde conseguiu o título de advogado provisionado. No Direito, passou a prosperar, mesmo sendo autodidata. Republicano e abolicionista, esteve envolvido na jornada de 15 de novembro de 1889. Era a figura que fazia a propaganda da República, em São Paulo sendo a encarnação do Partido Republicano Paulista ao lado de Américo Brasiliense, Prudente de Moraes e Campos Salles. Foi Ministro da Agricultura de 31 de janeiro de 1890 a 22 de janeiro de 1891. Deputado federal de 1891 a 1899. Senador de 1902 a 1916. Era casado com Adelina Melloni Glycério. Tinha como filhos: Clotilde Glycerio de Freitas, casada com o Uladisláu Herculano de Freitas Guimarães, Clóvis Glycério, engenheiro industrial, casado com Lucilla Rocha Giycerio, Henriqueta Glycerio e Maria Zelinda Glycerio**.** Disponível em https://campinasnostalgica.wordpress.com/tag/francisco-glycerio/. Acesso 11.abril.2017. FREITAS (2000).

[99] Raul Rodrigues Gomes (1889-1975) foi jornalista e professor normalista e da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná. É considerado como o "príncipe dos jornalistas" paranaenses. Fez forte campanha de combate ao analfabetismo (SOUZA, Eliezer Felix de. **Trajetória e discursos educativos do jornalista e professor Raul Rodrigues Gomes (1907-1975).** Caxias do Sul: IX ANPED SUL, 2012. Disponível em http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2012/Historia_da_Educacao/Trabalho/04_59_41_220-6375-1-PB.pdf. Acesso em 31.julho.2016)

"arraia-miúda"[100] demonstra como Correia Defreitas era portador de capitais que lhe possibilitaram ser aceito e circular por esse campo político apesar de todos os adjetivos utilizados para demonstrar sua excentricidade, sua posição de oposição a situação estabelecida e suas ideias socialistas. Com a Revolução de 1930, já próximo dos 80 anos ainda dizia aos que o visitavam: *"É preciso libertar o Brasil e salvar a república ..."* (GOMES, 1932).

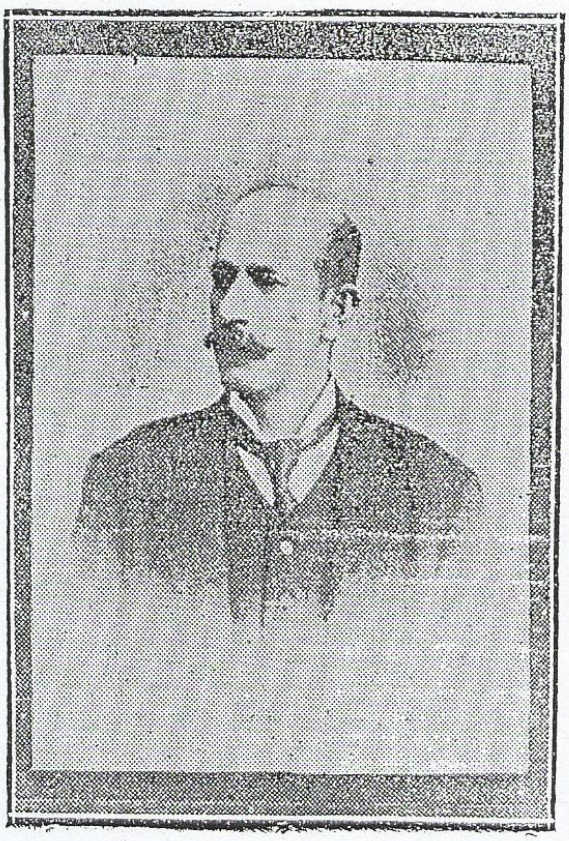
A intenção apontada na narrativa por Nascimento Junior era realizar um relato fiel da vida de Correia Defreitas para servir de modelo às novas gerações:

> Homem de caráter puro e avesso as traições ou a cambalachos da política, preferindo a obscuridade e o ostracismo à transigências contrárias à sua consciência de republicano sincero e desapegado de ambições, assim foi o nosso homenageado (NASCIMENTO JUNIOR, 1951, p. 20).

[100] Conforme o jornal O Dia de 29 de julho de 1932 *"Manoel Correia Defreitas passou sua existência vagando pelos lares dos amigos do Brasil inteiro pois contava com amizade nos domínios sociais, sendo familiar das personalidades mais importantes, mas particulamente entre a arraia-miuda é que ele dispunha das mais antigas, profundas e inalteráveis estimas e admirações"* (O Dia, 29/07/1932).

NASCIMENTO JUNIOR

CORREIA DEFREITAS



Sua Vida e sua Obra

Homenagem da Prefeitura de Paranaguá ao transcurso de seu centenario.

Figura 13 - Fac-símile da publicação de Nascimento Júnior (1951)

Atualmente se uma pessoa se interessa em conhecer a vida de Manoel Correia de Freitas e recorre à pesquisa na internet, entre as várias opções que aparecem temos o sítio da Assembleia Legislativa do Paraná cujas informações são alguns itens da narrativa de Maria Nicolas de 1984 (ALEP, 2016). O sítio da ALEP utiliza uma linguagem direta, sem procurar fazer apologia de herói, destaca a sua colaboração em diversos periódicos, sua mudança para Santa Catarina e depois para o Rio de Janeiro, sua participação no dia 15 de novembro de 1889, os projetos de lei sobre a educação e o combate ao alcoolismo, a criação de sociedades agrícolas e a participação na Sociedade de Geografia e no Congresso Inter-Americano de 1922. Apenas o ano de nascimento está equivocado (figura 14)[101].

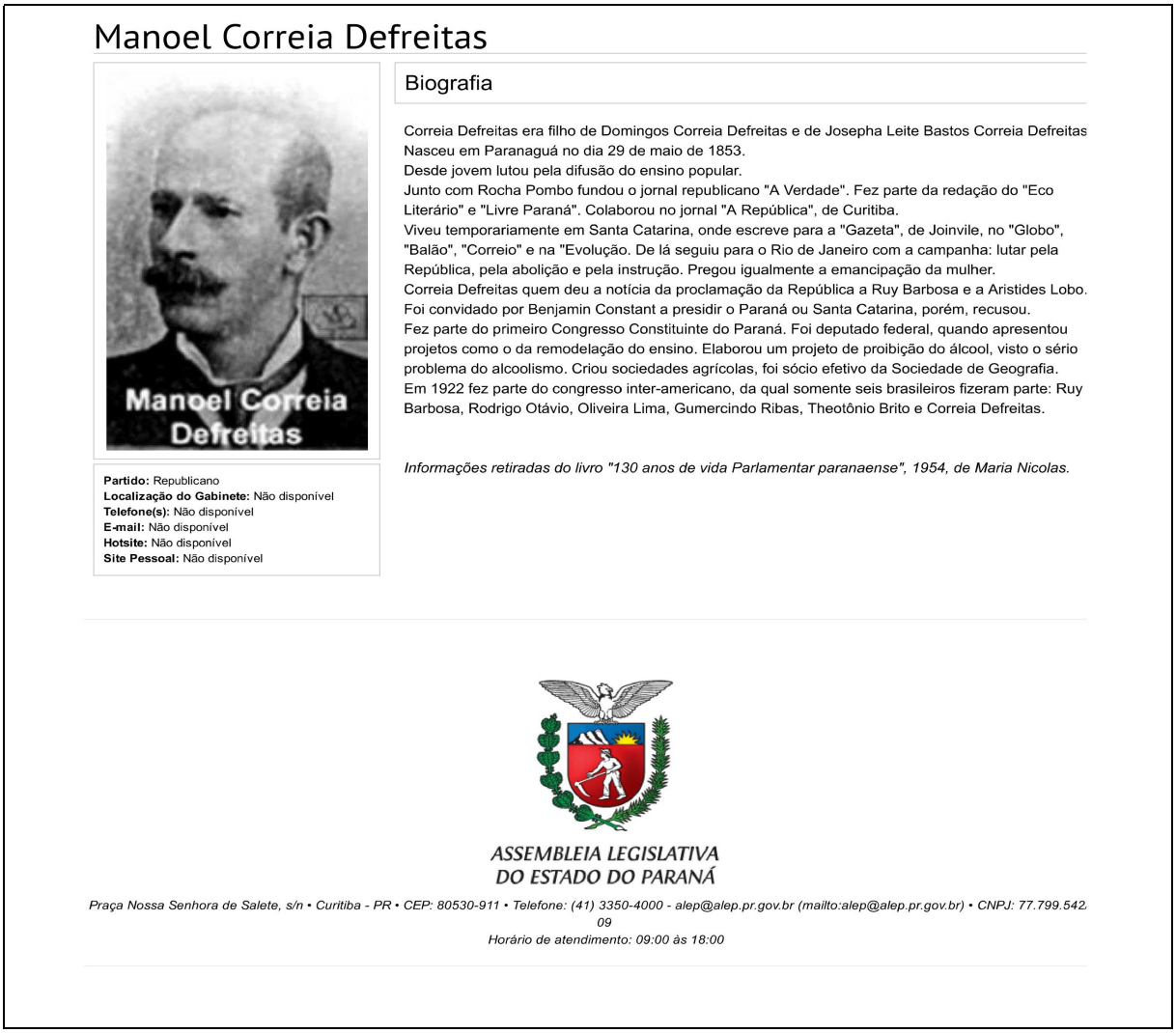


Figura 14 - Informações sobre Manoel Correia Defreitas no sítio da Assembleia Legislativa do Paraná
Fonte: http:// www.alep.pr.org.br/deputados/perfil/447-manoel-correia-defreitas. Acesso em 16.julho.2016

[101] O ano correto de nascimento de Correia Defreitas é 1851 e não 1853.

Outra instituição oficial que fornece dados biográficos de Manoel Correia Defreitas é o sítio da Câmara dos Deputados[102]. Ao acessarmos a opção para a biografia do deputado Correia Defreitas somos direcionados para o verbete Correia Defreitas do Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930) (ABREU, 2015; 2016). Esse verbete foi escrito por Luciana Pinheiro que utilizou como fonte NICOLAS (1984), CORREA (2006a) e CÂMARA DEPUTADOS (1968). Numa linguagem mais direta e sem também fazer apologia a condição de herói, a autora selecionou alguns pontos das narrativas consultadas indicando sua adesão à causa republicana e abolicionista, sua atuação como jornalista em diferentes estados brasileiros. O destaque é dado à sua atuação como deputado federal entre os anos de 1909-1914. O texto também traz informações equivocadas como o ano de nascimento e o fato de ser um dos fundadores do Clube Republicano de Paranaguá[103]. Fornece uma informação não encontrada em nenhuma outra bibliografia e fonte documental consultada até o momento: de que Correia Defreitas teria sido pecuarista no estado de Minas Gerais[104]. O texto é finalizado de forma abrupta apenas indicando que o seu nome consta na história paranaense como criador da primeira bandeira republicana do estado.

Trabalhos acadêmicos que tratam especificamente ou dedicam uma seção à biografia de Manoel Correia Defreitas são dois: Ribeiro (2004) e Correa (2006a)[105]. Ribeiro (2004) analisa a participação de Correia Defreitas na Guerra do Contestado quando visitou alguns redutos dos sertanejos no ano de 1914. Sua intenção não é fazer uma biografia, mas *"apresentar um pequeno quadro sinóptico de sua vida e de sua experiência como congressista"* para compreender as ideias defendidas pelo parlamentar (RIBEIRO, 2004, p. 15). A autora aponta que apesar do "tom elogioso" dos textos de Sottomaior (1922) e de Nascimento Junior (1951) eles serão as suas fontes privilegiadas. Lamenta que a preocupação central dessas

[102] Disponível em http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/FREITAS,%20Correia%20de.pdf. Acesso 31.julho.2016.

[103] Manoel Correia Defreitas foi um dos militantes do movimento republicano em Paranaguá e um dos articuladores para a criação do Clube Republicano da cidade, mas não estava presente no dia da sua fundação em 21 de agosto de 1887.

[104] Aqui provavelmente temos um erro de digitação e o correto seria Campos Gerais (presumido a partir da leitura das fontes utilizadas por Luciana Pinheiro).

[105] Muitos outros trabalhos acadêmicos citam Manoel Correia Defreitas, mas não se dedicam ao estudo de sua biografia (ver Apêndice 3).

narrativas tenha sido apenas destacar as atividades de Correia Defreitas como republicano histórico, bem como a associação de sua "faceta socialista" apenas aos temas dos projetos de lei para questões sociais apresentados por ele enquanto parlamentar. A autora ainda aponta que essas narrativas não apresentaram a vinculação partidária do biografado, o que faz com que a sua conotação como socialista seja mais ideológica do que partidária, o que é um indicativo da visão diferenciada que Correia Defreitas tinha perante as questões sociais, políticas e econômicas de seu tempo. A imagem construída por Sottomaior (1922) e Nascimento Junior (1951) é de uma figura visionária, despojada e mal compreendida pelo seu tempo.

Correa (2006a) em sua dissertação de mestrado realiza o estudo da trajetória de dez redatores de jornais paranaenses que escreveram sobre a questão republicana em Curitiba no final do século XIX e elabora uma prosopografia desse grupo que atuava no campo político paranaense[106]. Correia Defreitas está entre os dez selecionados o que demonstra a importância da sua atuação na sociedade e política paranaenses. A autora fez uso de narrativas biográficas já existentes sobre esses redatores, não avançando em termos de revisão textual e documental para o fornecimento de novos dados sobre os biografados. Problematiza a imagem construída de Correia Defreitas que 'apesar de ser um dos republicanos mais exaltados em sua época, preferiu o ostracismo e morreu pobre', pois a autora destaca que ele estava inserido na rede de interdependência das grandes figuras políticas da época e chegou a ocupar posições nas estruturas de poder nacional, porém ela não indica quais teriam sido essas posições ocupadas por Correia Defreitas para termos uma comprovação empírica dessa afirmação[107]. Concordamos com a autora quando ela aponta que essa ideia de "desterro voluntário" de Correia Defreitas estaria vinculada as suas posições ideológicas e tomadas de posição diante dos acontecimentos políticos da época, pois *"seu discurso e sua prática política batiam de frente com as elites*

[106] São eles: Rocha Pombo, Vicente Machado, Manoel Correia Defreitas, Justiniano de Mello e Silva, Eduardo Gonçalves, Leôncio Correia, Albino Silva, Menezes Doria, Chichorro Junior e Nestor Victor.

[107] No capítulo 4 desse trabalho é refeita a trajetória de Manoel Correia Defreitas baseada na documentação levantada. As narrativas biográficas anteriores citam muitos fatos, acontecimentos e participações, mas não apontam as fontes utilizadas. Fomos atrás desse material para ver o que realmente procedia nessas narrativas.

políticas que comandavam o Paraná, o que o manteve afastado de posições formais nas estruturas de poder" (CORREA, 2006a, p. 101). Essa excentricidade característica de Correia Defreitas também não foi analisada pela autora que poderia ter fornecido alguns exemplos dessas tomadas de decisão contra as elites dominantes para caracterizar esse embate.

Para a autora essas tomadas de posição ideológica contrária as ideias da elite política dominante, assumida por Correia Defreitas teria sido possível devido a sua situação financeira confortável herdada da família. Mesmo sendo de uma família do "setor médio em ascensão" possuía um capital de relações familiares que possibilitou sua inserção nos campos políticos paranaense e catarinense. Ainda não levantamos documentação suficiente para entender bem de onde "vinha o dinheiro" que o mantinha, uma vez que diferentemente de seu irmão José Correia de Freitas que era funcionário público, Manoel Correia Defreitas atuava em várias atividades econômicas ao mesmo tempo. Sem dúvida os capitais (econômico, simbólico, cultural, político) herdados de sua família foi o que permitiu a ele entrar e circular na esfera da elite política paranaense apesar de sua excentricidade, mas ainda não estamos convencidos de que o capital econômico foi o preponderante. Apesar de não ocupar cargos formais na estrutura de poder na mesma extensão em que era conhecido no mundo político[108], ele nunca deixou de ser consultado (pela própria elite política e por outras instituições como a impressa e organizações de classe) perante os diferentes assuntos que causavam grande discussão na sua época. Jornais de diferentes estados brasileiros sempre publicavam sua opinião sobre o tema em debate e para lhe dar legitimidade recorriam a lembrança de sua atuação (capital simbólico)[109] como republicano histórico, ou como ex-deputado federal, ou como ex-superintendente de terras e colonização, ou como membro da Sociedade de Geografia, ou como membro da Sociedade Nacional Agrícola, por exemplo.

Correa (2006a) buscou reconstruir os núcleos de formação do poder (círculo familiar e de sociabilidade) nos quais Correia Defreitas estava inserido para

[108] Os cargos formais na estrutura de poder e os disputados e não alcançados por Manoel Correia Defreitas estão Apêndice 17 – Trajetória política de Manoel Correia Defreitas (1888-1927).

[109] Suas amizades e relações com os republicanos históricos nacionais como Quintino Bocaiúva, Lopes Trovão e Prudente de Moraes lhe dava certa visibilidade e constituía parte de seu capital simbólico.

compreender suas tomadas de posição e seus ideários políticos, mas utilizou como fonte somente as narrativas biográficas já existentes e não avançou no levantamento de outras fontes, sobretudo a documental e a primária, para averiguação das informações vinculadas nessas narrativas. Indica que apesar do reconhecimento de Correia Defreitas por elites políticas de diferentes localidades como Paraná, Santa Catarina e Rio de Janeiro[110] "poucas fontes sobre a sua vida foram encontradas" e as principais referências utilizadas para seu trabalho foram Nascimento Junior (1951) e o *"restante reproduz uma homenagem prestada pelo Centro Cívico de Ponta Grossa em 1921*" (CORREA, 2006a, p. 102). Infelizmente a autora não apresenta uma relação "desse restante" consultado por ela e que teria produzido narrativas biográficas sobre Correia Defreitas. Mesmo todo "o restante" tendo utilizado a mesma fonte, uma vez indicado o autor e o local de veiculação dessas narrativas já temos indícios de como foi a construção da imagem e da memória de Manoel Correia Defreitas. A própria autora chama a atenção que devemos refletir sobre as dinâmicas utilizadas pelos grupos dirigentes para a construção de fontes, de imagens, de quem deve ser lembrado e quem deve ser esquecido, então acreditamos que indicar os autores e o meio de divulgação desse "restante" de trabalhos produzidos sobre Manoel Correia Defreitas ajuda nessa reflexão.

Com relação as fontes sobre a vida de Manoel Correia Defreitas, realmente podem ser consideradas "poucas", conforme aponta Correa (2006a) por estarem esparsas em diferentes instituições do país. É um trabalho de "garimpo" que estava por ser realizado e que por mais que o tenhamos iniciado para a elaboração desse trabalho está longe de ser considerado como finalizado[111]. Uma das maiores dificuldades encontradas no acesso aos documentos originais e inéditos de Manoel Correia Defreitas está no fato de seu acervo pessoal, após seu falecimento[112], ter

[110] Pela pesquisa documental por nós realizada incluímos Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul nessa relação.

[111] Ver Apêndices 1 e 2 (Levantamento do material sobre Manoel Correia Defreitas realizado no sítio da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro entre 19/09/2014 e 30/03/2016 e Locais de pesquisa).

[112] Inúmeras foram as tentativas de tentar localizar o inventário de Manoel Correia Defreitas após a sua morte em 23 de junho de 1932, mas todas sem sucesso. A única referência que localizamos até o momento foi o Decreto Nº 5871 de 25/11/1937 desapropriando um terreno em Paranaguá pertencente aos herdeiros de Manoel Correia Defreitas, mas não cita os nomes desses herdeiros (O Estado, 26/11/1937, ver Anexo 3). Ao que tudo indica no ano de 1948 o acervo pessoal

ido parar em um museu particular de Curitiba, o Museu David Carneiro e que após o falecimento do proprietário do museu (em 1990), o que foi adquirido pelo governo do Estado do Paraná encontra-se hoje como parte integrante do acervo do Museu Paranaense e o que não foi adquirido por ele está nas mãos de colecionadores particulares que nem sempre estão dispostos fornecer o material para consulta e pesquisa[113]. Infelizmente localizamos alguns colecionadores particulares que adquiram parte desse acervo pessoal de Manoel Correia Defreitas, mas que não nos disponibilizaram a consulta a essas fontes.

Como já apontado, a atividade de escritor de Manoel Correia Defreitas não extrapolou a imprensa, publicando apenas um folheto que localizamos até o momento[114]. Mas diferentemente de Correa (2006a, p.102) consideramos essa produção jornalística a sua "obra para a posteridade". O que precisa é ela ser levantada, analisada e divulgada para acesso ao grande público. Assim, muitas das informações divulgadas sobre Correia Defreitas também poderão ser reavaliadas ampliando a compreensão da sua importância para as histórias paranaense e brasileira.

Outro ponto interessante apontado pela autora é de que Correia Defreitas se envolveu com todos os tipos de ações políticas e culturais existentes em seu tempo para "deslegitimar o regime monárquico e propagar o ideário republicano", mas não indica quais teriam sido essas ações e como elas ajudaram na construção da sua rede de sociabilidades. A maior parte do texto decorre dessa maneira: muitas indicações do que Correia Defreitas teria sido ou feito, mas sem fornecer maiores análises e indicações de fontes – tal qual as narrativas anteriores muitas ações presumidas. Sua avaliação final sobre a trajetória de Correia Defreitas era de que ele, empenhado em implantar a república, não participou de nenhum dos partidos

---

de Correia Defreitas ainda estava em posse de seus familiares pois, após entrevista realizada com seu sobrinho o Monsenhor Lamartine, Alberico Figueira sugere a aquisição desse acervo pelo Museu Paranaense, mas isso não ocorreu.

[113] Em uma conversa informal com um dos familiares responsáveis pelo inventário do antigo Museu David Carneiro ele não soube informar como o acervo pessoal de Manoel Correia Defreitas e de outras "personalidades" paranaenses foram "parar no acervo do avô". Como a pessoa indicada não concordou em nos fornece uma entrevista formal deixo aqui o registro da tentativa de contato, não obtendo maiores informações.

[114] O material localizado foi o "Manifesto do cidadão Manoel Correia Defreitas" de abril de 1890. Segundo um colecionador particular, já mencionado antes, haveria outro opúsculo escrito por Correia Defreitas em 1895 intitulado "Protestos do cidadão Manoel Corrêa de Freitas contra a validade da eleição senatorial de 16 de março de 1895", publicado no Rio de Janeiro, mas não tivemos acesso a esse material até o momento.

monárquicos. Uma vez proclamada a república, estava no habitus dos intelectuais de classe média, ver a oportunidade de atuar politicamente com propostas socialistas para democratizar o novo regime, essa perspectiva colocou Correia Defreitas como oposição das elites políticas. E com o fim da monarquia uma nova forma de atuação política se configurou e não foi aquela almejada pelos republicanos históricos. Correa (2006a) aponta que ele teria demorado para perceber que a república instaurada não foi aquela pela qual ele lutou e associa à sua situação econômica estável somada ao alto investimento simbólico que fez pela república como as causas da demora dessa percepção, mas não indica quando e quão tardiamente ela teria ocorrido. Não concordamos com a autora nesse ponto, pois Correia Defreitas manifesta sua percepção da república instaurada, que não foi aquela pela qual ele lutou, quando escreve que trocamos "uma monarquia de coroa para uma monarquia de cartola" ao analisar os resultados das eleições republicanas do ano de 1895[115]. Podemos apontar que antes mesmo ele se deu conta de que essa república instaurada não era a almejada quando renunciou como deputado estadual da primeira constituição republicana do Paraná em 1891. A autora finaliza apontando que após muitas decepções ele decidiu participar formalmente do campo político adaptando seu capital simbólico ao jogo de poder, mas não indica e nem dá exemplos de como teria se dado essa adaptação. Sim, as decepções foram várias, mas de acordo com a documentação levantada Correia Defreitas tentava participar do campo político formal desde a época da monarquia, nas eleições provinciais do Paraná e de Santa Catarina mas, não conseguia entrar, se eleger. Mesmo após a implantação da república, quando foi eleito e nomeado para cargos políticos, sempre entrava em conflito, até mesmo com o partido pelo qual fora eleito. Ele procurava se candidatar pela minoria ou pelos independentes, como candidato avulso. O momento dessa "adaptação" indicado pela autora seria quando ocorreu a Coligação Republicana no Paraná, no ano de 1908, após a morte de Vicente Machado, mas essa "adaptação" não foi uma atitude exclusiva e isolada de Correia Defreitas e sim um "acordão" entre os membros da elite política paranaense após a morte do "grande cacique Vicente".

[115] A Pátria, 12/03/1895. Operário Livre, 31/03/1895.

As 32 narrativas analisadas aparecem influenciadas pelo tipo de biografia realizada no século XIX, ou seja, a de repositório de indicações morais e como palco para as ações subjetivas de Correia Defreitas. É colocado sobre seus ombros o mérito dos fatos históricos, dissolvendo o contexto histórico e social em que estava inserido e sua história de vida acaba sendo apresentada como a escolha que Correia Defreitas fez para seu destino. As narrativas acabam servindo como uma espécie de tribunal de defesa para as suas ações e fornecem uma sequência de episódios particulares que dão uma singularidade à sua vida revelando sua característica de biografias memorialistas.

1.5 - A criação de uma identidade político-cultural paranaense

Conforme exposto no item anterior, Manoel Correia Defreitas é reconhecido pelos seus biógrafos como um "grande paranaense e honrado republicano". Entre eles Sottomaior (1922) o considera altruísta, ousado, abnegado, íntegro e corajoso. Para Maciel (125, p. 299) era *"filho da democracia, ... não abdicou jamais da sua condição de soldado fiel da liberdade".* O Século (1890) já declarava que no *"Paraná todo governo torna-se impossível sem o apoio de Correia Defreitas".* O Democrata (1893) apontava que "a sua vida e os seus serviços são um exemplo salutaríssimo, digno por certo do maior acatamento". Em 1909 Faria (p. 1) previa que ele *"passaria à posteridade ... por reunir caracteres impolutos".* No ano seguinte, O Diário da Tarde (LVD,1910) proclamava que o *"Paraná inteiro o alcandora e o acalma como único homem capaz de salvaguardar a sua integridade periclitante"*. Negrão (1928, p. 392) destaca que sua ação *"não se fez sentir apenas entre o povo, subiu pelos palácios governamentais, no parlamento, nos altos tribunais judiciários, lutando em prol do seu ideal. É este homem que vive em voluntário ostracismo, pobre e sem posições políticas".* Nicolas (1984, p. 296) afirma *"foi uma das inteligências mais cultas da nossa terra".* Rocha (1951, p. 16) o considera um *dos "vultos mais notáveis de seu tempo. Honrou o nome paranaense*. *Em suma: Correia Defreitas foi digno do Paraná."* Cortes (1948) sentencia que *"faleceu pobre, deixando como fortuna um nome aureolado de cidadão e de*

patriota, que as gerações republicanas saberão cultuar, como um símbolo imortal da própria república, que ele sonhou e ajudou a construir, mais do que nenhum outro".

Há nessas biografias, conforme excertos acima, uma necessidade em se fortalecer uma identidade político-cultural paranaense, um tipo de representação biográfica que Schmidt (1996; 2003) denominou de cunho "positivista", a qual privilegia a atuação dos considerados grandes homens em relação aos acontecimentos político-sociais, utilizando uma abordagem empirista dos documentos, uma biografia tradicional. Quase toda essa seleção de narrativas biográficas foi construída em torno do artigo do jornal A Vanguarda de 21 de abril de 1921, referência obrigatória para todos que queiram falar do propagandista Manoel Correia Defreitas. Todas podem ser consideradas de cunho oficial, com narrativa memorialista que procuravam manter vivo um mito, no caso de Manoel Correia Defreitas, o mito do maior propagandista republicano paranaense. Essas biografias são escritas como uma espécie de monumento que procuram realizar uma construção da memória política. Com exceção de Ribeiro (2004) e Correa (2006a) que problematizam essas escritas, mas não avançam nas fontes e revisão delas, o restante ou são narrativas para cerimônias oficiais, no caso a comemoração do primeiro centenário de nascimento de Correia Defreitas (FARIA, 1951; NASCIMENTO JUNIOR, 1951) ou do tricentenário de fundação da cidade de Paranaguá (CORTES, 1948; FIGUEIRA, 1948), ou são escritas para divulgação da história paranaense (A VANGUARDA, 1921; NICOLAS, 1948; 1978; 1984, NASCIMENTO JUNIOR, 1980; ALEP, 2016; O PARANÁ, 2013; CORTES, 1972; NEGRÃO, 1928; SOTTOMAIOR, 1922; MACIEL 1923; 1925) ou para divulgação da história do Brasil (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2016; ABRANCHES, 1918) ou propaganda política (O SÉCULO, 1890; O DEMOCRATA, 1893; FARIA, 1909; LVD, 1910; AO POVO PARANAENSE, 1927; O DIA, 1927). Uma das características que marcam essas narrativas e que considero um dos problemas dos trabalhos memorialistas é que não incluem as referências, as fontes dos dados e nem fornecem as datas. Isso promove na narrativa o silenciamento de certas questões e o centramento em outras. Diferentemente desses trabalhos, a presente pesquisa procura ir além da análise da atuação de Correia Defreitas no exercício de cargos políticos e recompor a rede político-social em que ele se achava inserido nos

diferentes momentos da sua vida. A intenção é, inserindo-se nesse jogo de forças, destacar os vínculos sociais a partir dos quais ele veio a se tornar o principal republicano histórico paranaense, já apontado por essas narrativas anteriores.

Assim, por meio do diálogo com as biografias já existentes de Correia Defreitas, que nos legaram uma imagem exclusivamente de memória política, baseada mais na cronologia do que nas estruturas, procuro apresentar novos dados para a compreensão da construção social da sua pessoa e da sociedade entre finais do século XIX e início do século XX. Bourdieu (2010) nos fala de forma esclarecedora a respeito de escrever uma biografia, o que está longe de constituir um simples relato de fatos:

> O sujeito e o objeto da biografia (o entrevistador e o entrevistado) têm de alguma forma o mesmo interesse em aceitar o postulado do sentido da existência narrada (e, implicitamente, de toda existência). Pode-se sem dúvida supor que o relato autobiográfico se inspira sempre, ao menos em parte, na preocupação de dar sentido, de emprestar razão, de destacar uma lógica a um tempo retrospectiva e prospectiva, uma consistência e uma constância, estabelecendo relações inteligíveis, como aquela do efeito à causa eficiente ou final, entre os estados sucessivos, assim constituídos em etapas de um desenvolvimento necessário. (...) Essa inclinação a se fazer a ideologia da própria vida selecionando, em função de uma intenção global, certos eventos significativos e estabelecendo entre eles conexões que lhes deem coerência (...) encontra a cumplicidade natural do biógrafo que tudo (...) leva a aceitar essa criação artificial de sentido (BOURDIEU, 2010, p.78)

A “ilusão biográfica” se constitui assim mediante a atribuição de uma lógica determinada a uma série de eventos que, no mundo real, aparecem de forma descontínua e sem uma razão de ser preestabelecida. Correia Defreitas não foi a mesma pessoa ao longo de toda a sua existência (faleceu com 81 anos), e seus diferentes projetos não foram coerentes entre si. Sua trajetória esteve sempre em processo, e essas mudanças não podem ser integradas entre si. Apenas o acompanhamento do que ele fez a cada momento de sua trajetória e dos motivos que o levaram a fazê-lo, detectados através de suas falas, entrevistas e escritos, pode nos dar alguma noção de como foi a sua vida. Segundo Revel:

> ... uma experiência biográfica (...) pode assim ser relida como um conjunto de tentativas, de escolhas, de tomadas de posição diante da incerteza. Ela não é mais pensável apenas sob a forma da necessidade – esta vida existiu e a morte a transformou em destino, mas como um campo de

> possibilidades entre as quais o ator histórico teve de escolher (REVEL, 1998, p.38).

O ato totalizador da ilusão biográfica, ilusão persuasiva e constitutiva do que chamamos de “identidade pessoal”, retorna sobre a pessoa que o realiza e institui a realidade do sentido que impõe. Quando realizado por uma terceira pessoa, tende a sofrer restrições e censuras impostas pela própria situação em que se dá o relato. Assim, muito mais do que um artigo em homenagem reparadora à Correia Defreitas, a narrativa de A Vanguarda (1921) pode ser considerado o trabalho pioneiro na verdadeira criação da imagem de Correia Defreitas, posteriormente reproduzida e recriada de diversas formas nas outras narrativas. Apesar da autoria ser atribuída ao Centro Cívico de Ponta Grossa, o autor foi Augusto Faria Rocha que conheceu e conviveu com o biografado, tinha proximidade com ele. Possuía impressões pessoais de Correia Defreitas então qualifica os elogios e agrava as restrições demonstrando parecer dominado pela personalidade marcante do biografado. Devido a inexistência de fontes externas, especialmente relativas à infância e juventude do propagandista, o relato de seus primeiros anos traçados pelo autor (ROCHA, 1951) é um artefato que, por um lado nos diz muito da imagem que o próprio Correia Defreitas passava e, por outro lado, nos diz da imagem que o próprio Faria Rocha achava condizente com o lugar de referência política ocupado pelo biografado.

Escrito por alguém que conheceu o biografado, a obra passou a servir de referência primária sobre o propagandista e a influenciar tudo o que se disse sobre ele desde então. Muitos dos relatos feitos por Faria Rocha foram utilizados em outras narrativas sobre Correia Defreitas. O destaque maior não é tanto pelo fato de ter sido uma das primeiras a ser publicada e o autor ter convivido com o biografado, mas sim a vitalidade da imagem que elabora de Correia Defreitas reforçada na publicação de 1951 onde aponta que o biografado rompeu com a classe a que pertencia na medida em que passou a devotar-se as ideias socialistas, não sendo um revolucionário, mas um reformista.

Augusto Faria Rocha é considerado o biógrafo de Correia Defreitas justamente por ter escrito o artigo de A Vanguarda de 1921 e depois a sua

biografia, a pedido do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, em 1951, na comemoração do seu centenário de nascimento[116].

Para Pollak (1989) um bom indicativo da eficácia do processo da instituição da memória, coletiva ou individual, é a repetição, o quanto ela é relembrada. Isto atesta sua capacidade de mobilizar pessoas e produzir identidades. As narrativas de Correia Defreitas lhe atribuem sempre adjetivos como socialista, elaborando uma imagem dele que conseguiu se perpetuar: a de um homem que era antes de tudo um cidadão preocupado com o bem comum e não apenas com sua própria vida e que estava à frente de seu tempo. Ao mesmo tempo, a imprensa humorística o satirizava como um ser que não vivia nesse mundo, um sonhador (VANALI, 2015). Mas nos dois casos as suas ideias políticas são sempre destacadas. O enredo de sua trajetória tem início com privilégios de nascimento, a família onde nasceu, e é atualizado por meio de sua atuação política. O tratamento que lhe é dispensado nas narrativas é de o grande paladino da república. Até as biografias escritas enquanto estava vivo A Vanguarda (1921), Sottomaior (1922), Negrão (1928) lhe rendem homenagem chamando-o de o grande paranaense.

A matriz discursiva que se repete após a publicação do artigo de A Vanguarda de 1921, ao longo das narrativas biográficas aqui apresentadas foi analisada nos capítulos 4 e 5 desse trabalho junto com as fontes que teriam originado a indicação da informação relatada. A intenção nesse capítulo é colocar as diversas narrativas biográficas de Manoel Correia Defreitas em perspectiva. Esses trabalhos contêm referências importantes dele que de outra forma não existiriam. No entanto, essas narrativas constituem mais do que um ato totalizador, tem mais haver com a produção de um passado para justificar seu presente e menos com os fatos do passado do propagandista. É um elemento a mais na construção da imagem de Correia Defreitas e de uma posição social que, longe de existir por si só teve que ser produzida pelo propagandista.

Fica clara a dimensão integrada do trabalho de Correia Defreitas, que, ao mesmo tempo em que fazia difusão das suas ideias, agia no sentido de inseri-las em diferentes universos simbólicos e de atribuir-lhes sentidos e significados. São

[116] Texto disponível em https://www.yumpu.com/pt/document/view/12583270/correia-de-freitas-manuel-augusto-faria-rocha-instituto-. Acesso em 27.junho.2016.

frequentes as dúvidas acerca de sua trajetória, o que causa inúmeros problemas para quem se dispõem a falar a seu respeito. Isso se deve em grande parte às várias histórias, com versões diferentes entre si que se espalhava sobre ele e que ele espalhava sobre si. Por isso, um dos objetivos do trabalho é mostrar o ator social Manoel Correia Defreitas agindo e construindo um lugar para si através de suas falas, de suas ações e dos relacionamentos sociais que estabeleceu. Ou seja, mostrá-lo a partir dos bastidores, não sob as luzes do palco ou sobre o pedestal da glória, assim, o estudo poderá contribuir para mostrar como e porque o discurso de Correia Defreitas alcançou sucesso. Era grande sua habilidade social, circulava em diferentes círculos sociais e transitava em diferentes camadas da sociedade, no entanto sua excentricidade o afastava dos altos cargos no poder. Os indicadores de seu sucesso são as homenagens que recebia como efígies nos jornais, charges, anedotas, publicação da sua biografia e após a sua morte virou nome de rua, escola e distrito municipal.

Como já apontado, não dispomos de uma autobiografia de Manoel Correia Defreitas, mas sua influência era muito forte, mesmo que indiretamente sobre tudo o que se escrevia a seu respeito. As narrativas analisadas nos falam tanto das representações construídas em torno da figura de Correia Defreitas quanto do processo de constituição de um lugar para ele enquanto célebre propagandista.

Biografias, livros, discursos, imagens e trabalhos acadêmicos parecem dizer mais sobre o lugar ocupado por Correia Defreitas do que sobre ele mesmo, mais sobre o propagandista do que sobre a pessoa, mais do que se espera da trajetória de alguém que atinge uma posição como a dele do que da construção dessa trajetória, mais do seu resultado final do que do seu processo. Assim, apaga-se o homem sob o propagandista.

A biografia tradicional difundida sobre Manoel Correia Defreitas nos informa que ele é reconhecido no Paraná e em Santa Catarina como um dos principais republicanos históricos desses estados. Temos as narrativas que são atos de memórias visto terem sido escritas por pessoas que viveram com Correia Defreitas e narrativas que são lugares de memória, ou seja, foram feitas por pessoas que não conviveram com ele e utilizaram material e discursos do passado, não possuem memória direta com o biografado, mas escrevera para lembrar. O desafio desse trabalho é construir um novo olhar e uma nova biografia, uma biografia

sociológica sobre esse homem sendo abordado como um sujeito não homogêneo e não linear, mas um sujeito com uma vida feita de tramas sociais, por vezes contraditórias, algumas singulares, marcadas por contextos históricos que as justificam. O trabalho considera que os indivíduos não existem senão numa rede de relações sociais diversificadas, e que essa diversidade é o que permite o desenvolvimento do jogo social (ELIAS, 1995).

1.6 - *In Memoriam* de Manoel Correia Defreitas

Como adverte Bourdieu (2010), para o biógrafo é necessário desvendar a personalidade designada pelo nome próprio, aqui considerando Manoel Correia Defreitas, seria desvendar o conjunto das posições simultaneamente ocupados num dado momento por sua individualidade biológica e socialmente instituída e que agiu como suporte de um conjunto de atributos e atribuições que lhe permitiu intervir como agente eficiente em diferentes campos e além de seu tempo, na criação de uma memória.

Ao analisarmos os atos de escolhas de um nome próprio, de um enunciado ou até mesmo de palavras, compreendemos que isto não ocorre de forma aleatória, sempre há desejo e valores, ou seja, uma “intenção” por trás de cada significado. O espaço público, a partir do momento que é nomeado, contém a memória de um grupo que o ‘batizou’, ou de parte dos indivíduos deste grupo que fizeram prevalecer sua vontade, tornando-a ‘dominante’. Estabelece-se, desta forma, uma identidade que produz a significação do espaço, cuja denominação de alguma forma está inserida no contexto social, político ou mesmo cultural. Compreendemos que o nome de uma rua, de uma escola e de um distrito registram no tempo e na memória as transformações sociopolítica e cultural de um lugar. São apontamentos da memória individual e coletiva.

A história demonstra a importância dos nomes que se dão aos espaços públicos. Esses registram no tempo e na memória a evolução sociopolítica e cultural de um lugar. São espelhos de uma época, registros da memória. Como o espaço físico, também o espaço da memória é disputado e a denominação dos

logradouros e outros espaços públicos sofrem o processo de intervenção governamental. De maneira especial os nomes dos espaços físicos não escapam do desejo de certa camada social, representada por políticos ávidos por nomear praças, ruas, viadutos, escolas, ou o que mais lhe for útil para garantir a perpetuação dos nomes de pais, parentes ou de famílias "influentes". Desta forma, a própria nomenclatura. Observamos, desta maneira, que a camada dominante da sociedade e o Poder Público buscam fazer valer suas decisões por meio deste processo de triunfo da própria memória do grupo. O nome da rua (ou de outro espaço público como escola, praça) se transforma em um importante campo de batalha da memória coletiva, onde se constrói e se perpetuam nomes, datas ou fatos da História local ou nacional. O simples ato de aposição de uma placa para indicar o nome de uma rua não é um ato deslocado, alheio a realidade das vivências e territorialidades da cidade. Paradoxalmente, ela pode até conter certa falta de conhecimento (em relação ao morador não saber quem foi Manoel Correia Defreitas[117]), mas até mesmo nisso estão ocultos interesses do ponto de vista histórico e são importantes para a compreensão das relações sociais e da memória que foi triunfante por meio da nomeação e renomeação dos logradouros e outros espaços.

Com essa visão de que o nome da rua (ou de outros espaços públicos) perpetua homens e fatos relegados ao esquecimento pelas gerações seguintes, alguns homens públicos "precavidos" se encarregaram de perpetuar a memória de Correia Defreitas.

Após sua morte, em 23 de junho de 1932, Correia Defreitas foi homenageado com nome de ruas, nome de escola e nome de distrito municipal, nomeações que demonstram a preservação de sua memória. Uma memória oficial, baseada na tradição que destaca atores sociais que tiveram vidas a serem imitadas e que reforçavam a construção de uma identidade paranaense. Essas nomeações estão dentro do processo de monumentalização de seu nome onde a memória é

[117] Tenho uma relação pessoal com a Rua Manoel Correia de Freitas, na cidade de Curitiba. Passei parte de minha adolescência frequentando a casa de uma amiga que até hoje mora nessa rua. Quando do início da pesquisa passei uma tarde indagando informalmente alguns moradores que passavam se eles conheciam a pessoa que dava nome à sua rua. Nenhum soube responder quem era Manoel Correia de Freitas e confessaram que nunca haviam se interessado em pesquisar sobre ele.

levada para o espaço público (rua, escola, distrito municipal) numa tentativa de perpetualização.

A primeira homenagem veio logo após seu falecimento, visto que Correia Defreitas foi *"do mais apaixonado apóstolo da democracia nascido no Paraná"* (GOMES, 1932). O interventor do Paraná, Manoel Ribas, assinou o Decreto Nº 1841 de 29 de julho de 1932[118] dando o nome de CORREIA DEFREITAS ao Grupo Escolar de Ribeirão Claro (figuras 15 e 16)[119], uma homenagem para quem sempre defendeu a educação popular[120]. No último encontro que Raul Gomes (1932) teve com Correia Defreitas percebeu a sua tristeza com relação ao desinteresse que a Revolução de 1930 tinha pela causa educacional e relembra que um dos seus projetos de lei, do ano de 1910, estabelecia a instrução como elemento obrigatório em todo país e propunha larga difusão do ensino profissional incorporando nas escolas mais importantes das cidades e vilas uma seção de aprendizado de ofício (precursor das correntes de introdução do ensino profissional no sistema educacional). Correia Defreitas se inspirava na democracia norte-americana e sabia quanto sua estrutura se devia a educação e a instrução profissional. Foi por acreditar na educação como meio para a melhoria do povo, que em 1927, já com a saúde debilitada, foi às sessões da 1ª Conferência Nacional de Educação[121] onde infelizmente não logrou ser ouvido porque parecia aos participantes da conferência ele ser um "passadista oportuno", mas Correia Defreitas *"sempre foi um educador das massas, um legítimo e admirável professor da democracia, sua cátedra era*

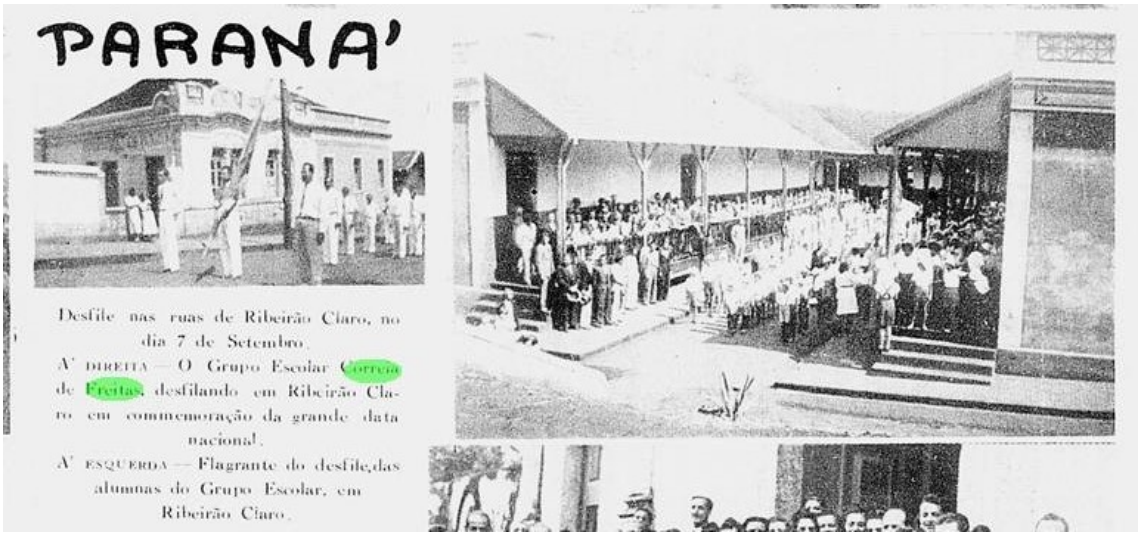
[118] Conforme Diário Oficial do Estado do Paraná de 29 de julho de 1932, página 3, Decreto Nº 1841 (ver Anexo 1).

[119] Município fundado em 13 de maio de 1908. Está localizado no Norte Pioneiro do estado do Paraná, vizinho de Itapeva, Sengés e Jaguariaíva. Faz fronteira com Chavantes, no Estado de São Paulo, cuja divisória natural é o Rio Paranapanema. Hoje o antigo Grupo Escolar Correia Defreitas é denominado Escola Municipal Correia de Freitas, estabelecimento de ensino fundamental, mas ainda é conhecida como "grupo" ou "grupão" pela população local. Disponível em http://www.ribeiraoclaro.pr.gov.br/. Acesso 08.agosto.2016.

[120] O jornal Diário da Manhã de 21 de março de 1935 noticia que no Paraná havia 24 clubes agrícolas e que em Ribeirão Claro o clube do Grupo Escolar Correia Defreitas organizou interessante jornal, A Cooperação, para intercâmbio com as crianças dos outros estados. O jornal Correio do Paraná, de 30 de maio de 1941 fala da imprensa escolar no estado e também cita o jornal A Cooperação.

[121] O 1ª Congresso Nacional de Educação foi realizado de 19 a 23 de dezembro em Curitiba. Ver VANALI (2016).

ambulante e seus alunos o povo" (GOMES, 1932)[122]. A princípio Correia Defreitas parece não ter tido nenhuma relação com essa localidade. Presume-se que pelo mês de seu falecimento, junho de 1932, e o mês de assinatura do decreto, julho de 1932, essa foi a primeira escola nomeada pelo governo do estado após a sua morte e que o objetivo principal era relacionar o nome de Correia Defreitas com a educação, uma de suas bandeiras de luta, portanto uma 'coincidência'.


PARANA'

Desfile nas ruas de Ribeirão Claro, no dia 7 de Setembro.
A' DIREITA — O Grupo Escolar Correia de Freitas, desfilando em Ribeirão Claro em commemoração da grande data nacional.
A' ESQUERDA — Flagrante do desfile das alumnas do Grupo Escolar, em Ribeirão Claro.

Figura 15- Notícia sobre o Grupo Escolar Correia Defreitas de Ribeirão Claro
Fonte: REVISTA DA SEMANA, edição 42, 19/10/1940, pg. 47

[122] Existe no município de Belford Roxo/RJ um Centro Educacional Correia de Freitas, da rede privada, cujo nome fantasia é Brincando e Aprendendo que foi fundado em 11 de fevereiro de 2010. Não conseguimos averiguar se existe alguma relação de parentesco entre Manoel Correia Defreitas e o proprietário desse estabelecimento. Disponível em http://www.prefeiturabelfordroxo.com.br/. Acesso 08.agosto.2016.

No município de Monbaça, no estado do Ceará também existe um Escola Pública de Ensino Fundamental com o nome de Manoel Correia de Freitas (disponível em http://www.escol.as/65362-manoel-correia-de-freitas. Acesso 13.agosto.2016).

No século XIX havia uma família Correia de Freitas ativa na política no estado do Pará cuja principal figura foi o médico Joaquim Pedro Correia de Freitas (17.08.1829 – 12.04.1888) que entrou para a vida pública e parlamentar em 1855 quando foi eleito pela primeira vez deputado da Assembleia Legislativa do Pará. Produziu o material didático utilizado nas escolas do Pará na segunda metade do século XIX (FREITAS, Joaquim Pedro Corrêa de. **Paleógrafo, ou Arte de aprender a ler a letra manuscripta, para uso das escólas da Provincia do Pará**. Lisboa: Lith. de J. L. Palhares, 1871). Disponível em http://www.fcp.pa.gov.br/acervodigital/paleographo/index.html#. Acesso em 13.agosto.2016. Pelo levantamento genealógico realizado até o momento não conseguimos apontar se há algum parentesco entre as famílias do Pará e do Paraná. Disponível em http://comunidadedrfreitas.blogspot.com.br/2008/10/dr-joaquim-pedro-corra-de-freitas.html. Acesso 13.agosto.2016.



Figura 16 – Aspecto da EMEIEF Correia Defreitas de Ribeirão Claro
Fonte: Disponível em http://educacaoribclaro.blogspot.com.br/2013/09/professoras-da-escola-correia-defreitas.html. Acesso 14.outubro.2014.

No ano do centenário do seu nascimento Manoel Correia Defreitas vira o nome de um logradouro em Curitiba pela Lei Nº 361 de 8 de outubro de 1951[123]. O autor do projeto foi o vereador Myltho Anselmo da Silva[124]. A lei foi sancionada pelo então prefeito de Curitiba Erasto Gaetner. A rua localiza-se no bairro Jardim

[123] Disponível no Sistema de Proposições Legislativas da Câmara Municipal de Curitiba - http://www.cmc.pr.gov.br/wspl/sistema/BibLegVerForm.do?select_action=&popup=s&chamado_por_link&nor_id=1288&pesquisa=manoel%20correia%20de%20freitas. Acesso em 08.agosto.2016. Ver Anexo 2.

[124] Myltho Anselmo da Silva (13/01/1917-03/05/1980) filho de Miguel Anselmo da Silva e Ana Garcia Anselmo da Silva. Casou-se com Genoveva Romaniuk e teve dois filhos: Daniel Romaniuk da Silva (casado com Ana França e Silva) e Eli da Silva Budolla (casada com Erico Budolla e mãe de Marcello da Silva Budolla). Foi um dos fundadores do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) em Curitiba. Era da Comissão Executiva do PTB/PR eleita em setembro de 1951, fazia parte do Conselho Fiscal do partido juntamente com Rubens de Mello Braga e Sebastião Vieira Lins (Gazeta do Povo, 11/09/1951). Foi um dos responsáveis pelo lançamento da candidatura de Ney Braga (cunhado do então governador do Paraná Bento Munhoz da Rocha) à prefeitura de Curitiba em 1954. Trabalhou para inviabilizar a candidatura de Wallace Thadeu de Mello e Silva (pai de Roberto Requião) que mesmo assim ficou em segundo lugar no pleito (CARNEIRO JUNIOR, 2014). Era funcionário público da Fazenda e foi eleito vereador de Curitiba pela primeira vez para a legislatura de 1947-1950. Foi reeleito para a legislatura seguinte (1951-1955, sendo presidente da CMC nos anos de 1951 e 1953). Sua última legislatura foi de 1956-1959 (sendo 1º Secretário em 1957). Foi prefeito interino de Curitiba em 1953 (ano do centenário da emancipação política do Paraná), em substituição ao prefeito Erasto Gaetner (MARTINS, 2016). Também teve destaque como presidente de times de futebol na capital paranaense. (CMC, 1980; BATTISTELA, 2015). Aposentou-se com os vencimentos de Prefeito beneficiado por lei especial que determinava a aposentadoria para o servidor público municipal que tivesse exercido o cargo de chefia do Poder Executivo. Ver também Galeria dos Ex-presidentes da Câmara Municipal de Curitiba – disponível em https://www.cmc.pr.gov.br/galeria.php?ano=1951. Acesso em 09.outubro.2016.

Social[125] (NICOLAS, 1977a). O parecer da Comissão de Legislação e Justiça foi favorável ao anteprojeto de lei Nº 72/51 de 16 de março de 1951 que visava homenagear a memória de Manoel Correia Defreitas vinculando seu nome a uma das ruas da cidade[126]. O anteprojeto é encaminhado à Comissão de Educação e Cultura que também dá seu parecer favorável:

> Digno por todos os títulos a homenagem da cidade de Curitiba, a inolvidável figura de Manoel Correia de Freitas, paranaense ilustre que muito serviu o seu torrão natal[127].

Outros municípios paranaenses também homenagearam Manoel Correia Defreitas denominando logradouros em suas cidades com seu nome como Paranaguá[128], Ponta Grossa, Mallet e Foz do Iguaçu[129].

Na cidade de Curitiba, no dia 29 de maio de 1951 houve toda uma programação para a comemoração do centenário de nascimento de Correia Defreitas, "uma grande figura da história regional", promovida pela Sociedade de Amigos de Paranaguá, pelo Centro Paranaense e pelo Governo de Estado através da Secretaria de Educação e Cultura com a seguinte programação:

- às 9h00 missa na catedral metropolitana com presença de autoridades civis, militares e eclesiásticas;

- às 10h00 visita ao túmulo no cemitério da Água Verde com a presença de alunos do Instituto de Educação, do Grupo Escolar Água Verde e de um pelotão da Polícia Militar que deu salvos de estilo (salvas com tiros de festim);

---

[125] Conforme pesquisa no IPPUC (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba). Código E303, quadrícula H16/J16.

[126] Conforme Parecer 30/51 da Comissão de Legislação e Justiça da Câmara Municipal de Curitiba de 17 de agosto de 1951 assinado pelo presidente da comissão Joaquim de Almeida Peixoto.

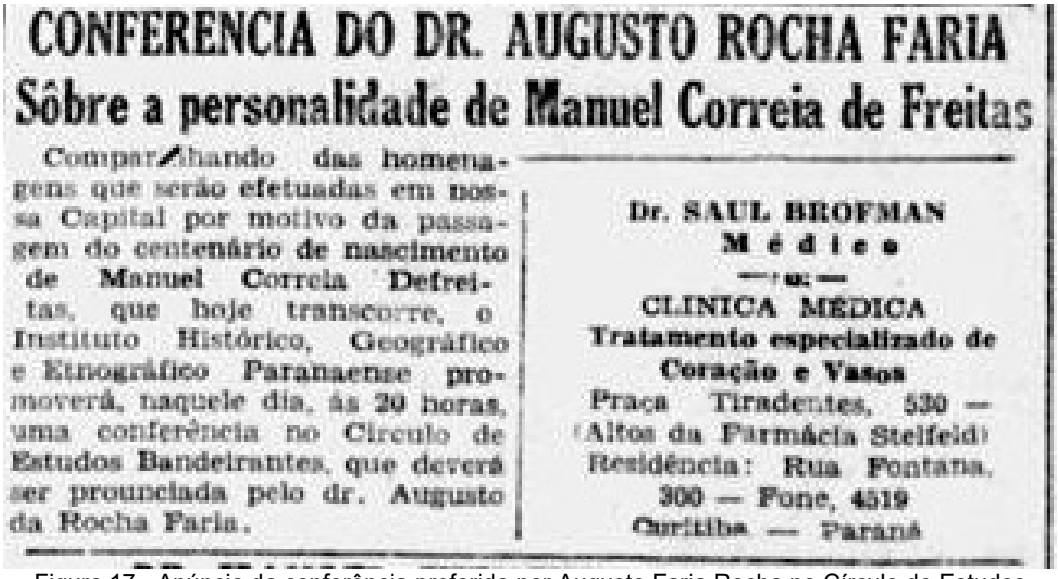
[127] Conforme Parecer 29/51 da Comissão de Educação e Cultura da Câmara Municipal de Curitiba de 11 de setembro de 1951 assinado pelo presidente da comissão Evaristo Chalbaud Biscaia.

[128] Em Paranaguá a antiga Rua Conselheiro Barrados passou a se chamar Rua Correia Defreitas, em sua homenagem por ter falecido por esses dias, conforme O Dia de 06/07/1932.

[129] Disponível em http://www.correios.com.br/. Acesso 06.agosto.2016.

- às 14h00 uma sessão extraordinária solene na Assembleia Legislativa do Paraná onde falaram os deputados Gastão Vieira de Alencar, João Xavier Viana, Joaquim Linhares de Lacerda, Mario Faraco, Atílio de Almeida Barbosa e João Chede sobre a vida do homenageado, ressaltando seu exemplo de vida para as gerações futuras[130];

- às 20h conferência no Círculo de Estudos Bandeirante, comandada pelo Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, proferida por Augusto Faria Rocha (figuras 17 e 18);



CONFERENCIA DO DR. AUGUSTO ROCHA FARIA

Sôbre a personalidade de Manuel Correia de Freitas

Comparticipando das homenagens que serão efetuadas em nossa Capital por motivo da passagem do centenário de nascimento de Manuel Correia Defreitas, que hoje transcorre, o Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense promoverá, naquele dia, às 20 horas, uma conferência no Circulo de Estudos Bandeirantes, que deverá ser pronunciada pelo dr. Augusto da Rocha Faria.

Dr. SAUL BROFMAN
Médico
CLINICA MÉDICA
Tratamento especializado de Coração e Vasos
Praça Tiradentes, 530 — (Altos da Farmácia Stelfeld)
Residência: Rua Fontana, 300 — Fone, 4519
Curitiba — Paraná

Figura 17 - Anúncio da conferência proferida por Augusto Faria Rocha no Círculo de Estudos Bandeirantes em homenagem ao centenário de nascimento de Manoel Correia Defreitas
Fonte: Diário da Tarde, 29/05/1951

[130] Foram inúmeras as tentativas de localizar o 2º volume dos ANAIS da ALEP de 1951 onde estaria registrado os discursos desses deputados sobre Manoel Correia Defreitas. Foram localizados apenas o 1º e o 3º volumes.

Dos seis partidos políticos da época, ano de 1951, apenas o Partido da Representação Popular não discursou na sessão extraordinária em homenagem ao centenário de nascimento de Manoel Correia Defreitas. Os outros cinco partidos fizeram uso da palavra: Partido Trabalhista Brasileiro (deputado Gastão Vieira de Alencar), Partido Republicano (deputado João Xavier Viana), Partido Democrático Nacional (deputado Joaquim Linhares de Lacerda), Partido Social Democrático (deputados Mario Faraco e João Chede) e Partido Social Progressista (deputado Atílio de Almeida Barbosa). IN: Anais da ALEP (período de 1º de junho a 31 de julho de 1951), 3º volume, Curitiba.

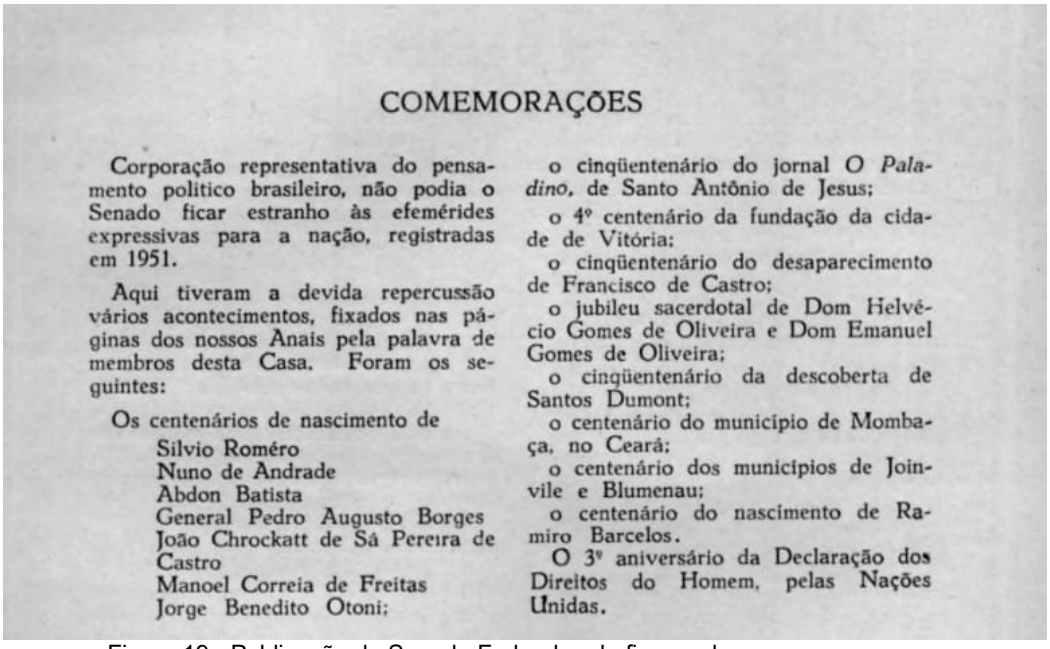


Figura 18 - Bento Munhoz da Rocha Neto presente na comemoração do Centenário de Manoel Correia de Freitas, no Círculo de Estudos Bandeirantes. Curitiba, 29 de maio de 1951.
Da esquerda para a direita: Augusto Rocha Faria, Bento Munhoz da Rocha, Aluízio França e Monsenhor Lamartine (sobrinho de Manoel Correia Defreitas).
Fonte: Acervo do Museu Paranaense

Em todos os estabelecimentos de ensino (público e privado): grupos escolares, escolas profissionais, ginásio e colégios de Curitiba houveram palestras focalizando os episódios notáveis da vida de Correia Defreitas[131].

O Senado Federal, apresentando-se como representante do pensamento político brasileiro coloca-se como responsável por lembrar os acontecimentos que ficaram fixados nas páginas dos anais do congresso, assim, também registra uma homenagem à Correia Defreitas pelo centenário de seu nascimento (SENADO FEDERAL, 1952). Seu nome aparece ao lado de outras personalidades homenageadas como Silvio Romero e Abdon Batista que também comemoravam seus centenários de nascimento nesse ano de 1951 (figura 19).

[131] O Dia, 29 e 30/05/1951. A Tarde, 30/05/1951.



COMEMORAÇÕES

Corporação representativa do pensamento politico brasileiro, não podia o Senado ficar estranho às efemérides expressivas para a nação, registradas em 1951.

Aqui tiveram a devida repercussão vários acontecimentos, fixados nas páginas dos nossos Anais pela palavra de membros desta Casa. Foram os seguintes:

Os centenários de nascimento de

Silvio Roméro
Nuno de Andrade
Abdon Batista
General Pedro Augusto Borges
João Chrockatt de Sá Pereira de Castro
Manoel Correia de Freitas
Jorge Benedito Otoni;

o cinqüentenário do jornal *O Paladino*, de Santo Antônio de Jesus;

o 4º centenário da fundação da cidade de Vitória;

o cinqüentenário do desaparecimento de Francisco de Castro;

o jubileu sacerdotal de Dom Helvécio Gomes de Oliveira e Dom Emanuel Gomes de Oliveira;

o cinqüentenário da descoberta de Santos Dumont;

o centenário do município de Mombaça, no Ceará;

o centenário dos municípios de Joinvile e Blumenau;

o centenário do nascimento de Ramiro Barcelos.

O 3º aniversário da Declaração dos Direitos do Homem, pelas Nações Unidas.

Figura 19 - Publicação do Senado Federal onde figura a homenagem aos cem anos de nascimento de Manoel Correia Defreitas
Fonte: SENADO FEDERAL, 1952, p.25.

Pela Lei estadual nº 4343, de 21 de março de 1961[132], foi criado o distrito de Correia de Freitas e anexado ao município de Apucarana (figuras 20, 22 e 23). Confirmando Faria Rocha, Correia Defreitas possuía terras nessa localidade para a plantação de café[133]. Quando do seu falecimento no ano de 1932 coube as filhas Meuma e Medem essas terras. Cada uma herdou 365,5 alqueires. As terras pertencentes a Medem foram vendidas pelo marido Ivo Soares Janson. Meuma mudou-se com o marido Antônio Roque Pedroso para Apucarana afim de administrarem esse patrimônio[134]. Segundo a Revista Café e Açúcar de 1951, o casal Meuma e Antônio chegou na região no ano de 1936 e em pouco tempo possuíam na propriedade mais de 80 mil pés de café, além da criação de gado. Era um casal desbravador que fez muitos melhoramentos estruturais na região,

[132] Conforme http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/parana/apucarana.pdf. Acesso em 06.agosto.2016. Para saber mais da localidade atualmente consultar https://www.facebook.com/pages/Distrito-De-Correia-De-Freitas/312957642180348.

[133] Conforme artigo de Augusto Faria Rocha intitulado “A vida de Correia de Freitas”, publicado no jornal O Dia de 13 de julho de 1951.

[134] Conforme entrevista cedida por Lucirene Defreitas Machado, filha de Medem e neta de Manoel Correia Defreitas dia 17 de fevereiro de 2017. Dados a serem confirmados quando da localização do inventário de Manoel Correia Defreitas.

distante 16 km de Apucarana, como escola, linha de ônibus e instalação de máquinas para beneficiamento do café. O conjunto de suas terras era conhecido como “Patrimônio Correia Defreitas”. Tornaram-se muito conhecidos na região e eram vistos como os continuadores da obra iniciada por Manoel Correia Defreitas de amparo à lavoura – daí a origem do nome do distrito criado 10 anos após essa publicação da Revista Café e Açúcar (figura 21)[135]. Antônio Roque Pedroso na década de 1950 era um reconhecido selecionador de café (Diário do Paraná, 28/10/1956).



Figura 20 - Mapa de localização do Distrito Correia de Freitas, Apucarana - PR
Correia de Freitas é um distrito do município de Apucarana, Paraná.
Cidades vizinhas: Ortigueira, Londrina, Pirapozinho
Coordenadas: 23°37'3"S 51°20'55"W
Fonte: Google Mapas. Disponível em https://www.google.com.br/maps/correia-freitas-apucarana-43496449. Acesso 20.agosto.2016.

[135] Revista do Café e Açúcar, Curitiba, Ano 21, Nº 19, novembro-dezembro de 1951, p.96-98.



Figura 21 – A direita Antônio Roque Pedroso, genro de Manoel Correia Defreitas junto a um dos pés de café do Patrimônio Correia Defreitas no ano de 1951.
Fonte: Revista do Café e Açúcar, Nº 19, Ano 21, Novembro-Dezembro de 1951, p. 98.



Figura 22 – Aspecto do Distrito Correia de Freitas, Apucarana – PR. Paróquia de São Sebastião.
Foto de Adauto Sanches disponível em http://www.panoramio.com/photo/58146006. Acesso 11.janeiro.2017.



Figura 23– Aspectos do Distrito Correia de Freitas, Apucarana – PR.
Fotos de Adauto Sanches disponíveis em http://www.panoramio.com/photo/58146001 e http://www.panoramio.com/photo/58145994. Acesso 11.janeiro.2017.

Em 1977 Correia Defreitas foi o homenageado regional da 40ª Corrida do Fogo Simbólico da Pátria realizado pela Liga da Defesa Nacional (LDN), seção Paraná. A Corrida de Revezamento do Fogo Simbólico da Pátria é uma prática que marca o início das comemorações da “Semana da Pátria”. Iniciou em Porto Alegre,

no final da década de 1930, e foi institucionalizada pela Liga da Defesa Nacional, em 1938 constituindo-se numa das suas principais atividades realizadas em parceria com clubes esportivos e entidades, para comemorar a Semana da Pátria. É uma tradição com caráter patriótico e a cada ano, difundi temas de interesse nacional e da sociedade, visto que o fogo também representa o saber e o conhecimento.

> O comemorar a Semana da Pátria provoca conversações sobre o sentido de brasilidade, instiga o exercício da cidadania responsável e atuante, desenvolve a corresponsabilidade sócio ambiental e promove o civismo. O pensar aguça a racionalidade e a esperança unidas para que todos os brasileiros façam boas escolhas que nos permitam superar dificuldades e projetar e construir um Brasil muito melhor (LDN/PR, 1977, p.51).

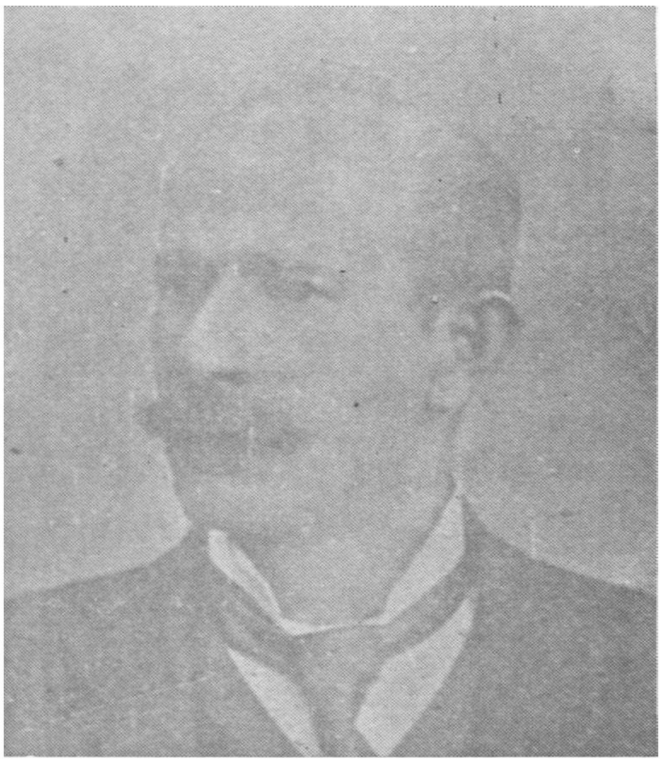
O ano de 1977 marcava a passagem do sesquicentenário de nascimento do Marechal Deodoro da Fonseca, o homenageado nacional. O homenageado regional foi Manoel Correia Defreitas, por ter entre outras ações cívicas criado a primeira bandeira republicana do Paraná em 1892, além de ter participado de maneira "cívico-patriótica" na proclamação da república[136].

No primeiro centenário da implantação da república no Brasil, em 1989, o Instituto Histórico e Geográfico do Paraná em seu boletim comemorativo coloca a imagem de Correia Defreitas na capa para homenagear todos os paranaenses que de uma forma ou de outra contribuíram para a mudança do regime evocando sua memória de republicano histórico (IHGPR, 1989) (figura 24).

[136] Disponível em http://www.ligadadefesanacional.org/#!fogo-simbolico/fc70v. Acesso em 06.agosto.2016.

BOLETIM DO INSTITUTO
HISTÓRICO, GEOGRÁFICO E ETNOGRÁFICO
PARANAENSE

VOLUME XLVI ANO 1989



MANOEL CORREIA DEFREITAS
Republicano Histórico

Figura 24 - Fac-símile do Boletim do IHGPR em comemoração ao centenário da Proclamação da República (1889-1989)

O nome de Manoel Correia de Freitas chegou a ser cotado para ser Patrono de uma das 40 cadeiras de membros-efetivos da Academia Joinvillense de Letras (AJL), ou de Patrono de uma das 20 cadeiras de membros-correspondentes quando da reativação da AJL em 2013. No entanto, outros nomes acabaram sendo escolhidos. Nos arquivos da AJL restou uma pequena informação guardada acerca

dele: "61. MANOEL CORREA DE FREITAS, jornalista republicano e abolicionista, dirigiu dois jornais locais, um deles o "Folha Livre", sendo o único redator"[137].

Com exceção da nomeação do distrito de Apucarana, que não conseguimos localizar a documentação original, todas as outras nomeações e homenagens ocorreram evocando a memória de Manoel Correia Defreitas como republicano histórico, um exemplo de vida da história paranaense. No momento da proclamação da República o personagem de destaque no Paraná foi Manoel Correia Defreitas. Em torno de sua figura ocorreu a tentativa de fazê-lo referencial, torná-lo o exemplo do homem que lutou pelo povo paranaense para a vitória da causa republicana. Sua imagem, assim como no caso dos outros participantes do 15 de novembro, foi exaltada em livros e jornais, e seu nome foi dado a ruas, escola e distrito municipal como meio de imortalizá-lo mantendo viva a lembrança do seu sacrifício e da sua luta como adepto fervoroso da liberdade e justiça social para todos.

É importante percebermos que nomear ruas e escolas não é um mero ato de governo distante do cotidiano. Na verdade, este processo passa pelo campo da disputa da “memória dominante” do lugar, onde podemos compreender o que se buscou lembrar e o que se procurou esconder (POLLACK, 1992). Neste sentido, nomes de pessoas e datas foram enaltecidos, ao passo que outros nomes e grupos populares foram relegados ao esquecimento. Nomear não é um processo “neutro”: tem “intenções” construídas por um determinado grupo social em um tempo histórico.

Com certeza, os nomes mais populares não são os que as autoridades e as camadas abastadas da sociedade gostam de pronunciar quando se referem a estes espaços, pois é preciso assear o ambiente e uma das maneiras é impondo a nomenclatura desses espaços públicos. Quando nos deparamos com os espaços públicos, como a rua, estamos na verdade diante de algo praticamente incorporado a nossa vida, sem que, contudo, paremos para refletir sobre sua dinâmica e influência no dia a dia, mas aqui temos um exemplo do reflexo da “memória dominante” que diz respeito ao que hoje conhecemos de nossa história e que foi

[137] Conforme entrevista realizada em 11 de agosto de 2016 com um membro da Academia Joinvilense de Letras. Consultar também https://www.facebook.com/academiajoinvilense/. Acesso em 26.junho.2016.

construído como um processo deixando aquilo que pretende ser lembrado e expurgando o que se almeja esconder ou renegar ao esquecimento. Determinadas nomeações de espaços públicos possuem esse pensamento intrínseco. Ao analisarmos os atos de escolhas de um nome próprio, de um enunciado ou até mesmo de palavras, compreendemos que isto não ocorre de forma aleatória, sempre há desejo e valores, ou seja, uma “intenção” por trás de cada significado. O espaço público, a partir do momento que é nomeado, contém a memória de um grupo que o “batizou”, ou de parte dos indivíduos deste grupo que fizeram prevalecer sua vontade, tornando-a “dominante”. Estabelece-se, desta forma, uma identidade que produz a significação do espaço, cuja denominação de alguma forma está inserida no contexto social, político ou mesmo cultural da população.

A história demonstra a importância dos nomes que se dão aos espaços públicos. Esses registram no tempo e na memória a evolução sociopolítica e cultural de um lugar. São espelhos de uma época, registros da memória, não é um processo “neutro”: Tem “intenções” construídas em um determinado tempo histórico. Conferindo esta importância, Maria Helena Santos Gomes, nos diz que:

> ... podemos entender os topônimos como um elemento preservador da cultura porque funciona como detonador da memória coletiva, além de ser entendido o seu lado útil, pois serve para localizar com mais facilidade ruas, avenidas, praças, etc (GOMES, 2005).

Assim, todos os exemplos aqui apresentados das homenagens prestadas à Manoel Correia Defreitas após seu falecimento tiveram a intenção de arrancar do esquecimento seu nome e fazer com que ele fosse conhecido e lembrado pelas futuras gerações que não presenciaram suas ações realizadas, como um exemplo de vida a ser seguido que ajudou na construção da identidade paranaense. A prática de nomear ruas, quase sempre identificada como o trabalho dos vereadores, não é atividade gratuita. É parte do processo caracterizado pelo esforço de preservação da memória de personagens e fatos da história nacional e local. Trata-se de uma recorrente forma de reprodução e perpetuação da chamada história oficial.

A imagem de Correia Defreitas criada por essas homenagens evidencia o fortalecimento do ideário cívico e de exaltação à pátria. As simbologias ganham destaque nesse processo de atribuição de significado histórico aos espaços

públicos. O culto à nação apresenta-se como uma tendência impulsionada por políticos ou intelectuais da sociedade brasileira da época. Nessa direção, a história oficial assume um papel de destaque na formação de uma nação soberana e nacionalista bem na linha da Invenção das Tradições de Eric Hobsbawm (1997) que defende a ideia de nação como sendo um projeto de aspecto cultural, social e político, construído por meio da invenção dos valores e legitimado pela história. Uma das suas variantes dessa ideia configura-se na lógica da representação para sustentar valores históricos particulares de um povo. Simbologias como temas, personagens e datas condicionam uma legitimação desse passado histórico.

O processo de nomeação de espaços públicos está associado ao interesse em atribuir a determinados cidadãos já falecidos o seu reconhecimento na história oficial do município, como é o caso de Manoel Correia Defreitas. Além da ideia de “homenagem”, outra percepção que recai sobre seus ombros é a representação do imaginário paranaense. Na memória de uma localidade, lembranças são forjadas sobre diferentes aspectos, pois rememorar é também dialogar com o passado, mas um passado que deve ser digno de ser lembrado, como o caso de Correia Defreitas.

CAPÍTULO 2 – FAMÍLIA AINDA IMPORTA!

O sangue nos faz parentes,
a lealdade nos torna uma família![138]

> *No Brasil, a mais importante das instituições foi sempre a grande família, aristocrática e patriarcal. Raramente este grupo social foi suplantado pela Igreja, como nos países latino-americanos, ou pela escola, como foi o caso da comunidade norte-americana. ... a forma patriarcal de organização social conseguiu expandir-se sem obstáculos, desde os primórdios da colonização no Brasil. Durante séculos, a América Portuguesa permaneceu dominada por milhares de casas grandes ... (SMITH, 1969, p.29)*

O termo família, é derivado de famulus (escravo doméstico) – foi uma expressão inventada pelos romanos para designar um novo organismo social que surgiu entre as tribos latinas, ao serem introduzidas à agricultura e à escravidão legal. Esse novo organismo caracterizava-se pela presença de um chefe que mantinha sob seu poder, os filhos e um certo número de escravos e do poder de vida e morte sobre todos eles. Afirma Aries (1978, p.37) que, até o século XV, a família era *"uma realidade moral e social, mais do que sentimental".* A família quase não existia sentimentalmente, e, quando havia riqueza e ambição, o sentimento se inspirava no mesmo sentimento provocado pelas antigas relações de linhagem. As famílias, até então, não tiveram necessariamente a reprodução cotidiana ou geracional como função específica ou exclusiva, e, em muitos momentos, desempenharam simultânea e prioritariamente, funções políticas e econômicas. A família antiga era concebida como instituição fundada na e para a reprodução cotidiana e geracional dos seres humanos. Sua maior missão recaia na conservação dos bens, na prática comum do oficio. A ajuda mútua era essencial para a sobrevivência em um mundo em que seres humanos isolados não sobreviveriam. A função afetiva não pode ser identificada como algo fundamental à família nessa época, já que as trocas afetivas e contatos sociais aconteciam entre as pessoas mais próximas, e não necessariamente entre membros familiares.

[138] Disponível em http://pensador.uol.com.br/autor/flavio_goncalves_filho/. Acesso em 20.agosto.2016.

Assim, a instituição família consolidou-se na antiga aristocracia, não propriamente por laços afetivos, mas visando à questão econômica, ou seja, além do vínculo consanguíneo, a maior preocupação era assegurar que o poder aquisitivo não saísse das mãos de seus membros (ARIES, 1978).

A família como objeto de estudo teve início na Europa a partir do século XV com pesquisadores ingleses e franceses. São muitos e variados os temas a respeito de estudos da família, sobretudo os da historiografia moderna que teve por base as fontes paroquiais como registros de nascimentos, casamentos e óbitos (LE GOFF,1957) até os estudos da contemporaneidade que podem utilizar a documentação da Igreja de Jesus Cristo dos Últimos Dias (Mórmons) que contém mais de 240 milhões de nomes no Internacional Genealogical Index, através da Family Search, que abrange países como os Estados Unidos, da Europa Ocidental, a Escandinávia, o México, a Finlândia, as Ilhas Britânicas e o Brasil que permitem pesquisas sobre a história das famílias[139].

No Brasil, no início do século XX, a temática da família é tratada de forma diferente, e a preocupação central estava voltada para examinar a família e a sua relação com o Estado[140], procurando entender o processo de formação da nação brasileira. Nesse contexto, aparecem os estudos de Gilberto Freyre que sublinhavam o perfil patriarcal da família brasileira, que se tornaram clássicos da literatura nacional e internacional. A família de tipo patriarcal pode ser definida como um grupo complexo e numeroso, que congregava o senhor – todo poderoso – e sua esposa, seus filhos, noras, genros e netos, aos quais se adicionavam parentes, afilhados, concubinas, filhos ilegítimos e agregados, acompanhados pela escravaria e circundado pelos vizinhos e amigos (FREYRE, 1986). Também inserida nessa vertente está a contribuição de Oliveira Vianna ao utilizar a noção de clã parental para estudar a família senhorial e a formação da sociedade brasileira (VIANNA, 1987). Os ensaios sobre a família produzidos por esses

[139] Disponível em http://www.lds.org.br/ (sítio da Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias: Brasil).

[140] Os estudos sobre família que abordam os aspectos demográficos, migratórios, territoriais, econômicos, psicológicos e de colonização também fornecem aspectos importantes para a compreensão das organizações e das dinâmicas familiares e não podem ser desconsiderados.

autores não podiam desvincular-se das especificidades de nossa sociedade, marcada pelo escravismo e pelo patriarcalismo. Gilberto Freyre, em Casa Grande & Senzala, cuja primeira edição é do ano de 1933, colocou a família no centro do debate, pois era considerada a base da estruturação da sociedade colonial. Na sua perspectiva era a família e não o indivíduo ou o Estado, o verdadeiro fator colonizador do Brasil, exercendo a justiça, controlando a política, produzindo riquezas, ampliando territórios e imprimindo o ritmo da vida religiosa.

Sérgio Buarque de Holanda (1977) também deu sua contribuição à discussão, no livro “Raízes do Brasil” apontando a importância do pater-familias na empresa colonial, sublinhando que a família patriarcal e latifundiária, não pretendia formar cidadãos, e sim, parentes, propiciando a invasão do público pelo privado, do Estado pela família.

A temática continuou a receber atenção crescente de outros estudiosos nas décadas de 1950 e 1960, através da incorporação de inúmeros intelectuais que escreveram sobre a organização e a estrutura da família brasileira, dando ênfase à questão do poder e das parentelas, buscando as bases patriarcais da sociedade brasileira[141]. Na década de 1970 os estudos da família, caracterizam-se pela diversificação temática incorporando análises sobre a condição feminina, a criança, a ilegitimidade, o casamento, o concubinato, a transmissão de fortunas[142]. E na década de 1980 o estudo da família negra surgiu com mais força, ligado à reflexão sobre a questão escravista devido ao primeiro centenário da abolição da escravidão no Brasil no ano de 1988[143]. A maioria desses estudos são de caráter regional demonstrando uma realidade e identidade social local, mas na hora da apresentação se colocam como representativos do Brasil, por exemplo, estuda-se os sindicatos de São Paulo e apresenta-se como a história do sindicalismo no Brasil, ou estuda-se a periferia do Rio de Janeiro e apresenta-se como a periferia brasileira. Estuda-se a família patriarcal nordestina e apresenta-se como a família

[141] Consultar Antonio Cândido (1951), Emilio Willems (1953), Donald Pierson (1954), Oracy Nogueira (1962) e Charles Wagley (1968).

[142] Consultar Marcílio (1973; 1977; 1993) e Silva (1984; 1989; 1995).

[143] Consultar Cardoso (1977), Leite (1986), Schwartz (1988), Florentino e Goes (1997), Slenes (1999), Rocha (2004), Mattos (2005) e Reis (2007).

brasileira. Devemos considerar essa característica e relativizar esses estudos, mas isso não invalida suas importâncias.

Existe uma grande diversidade de formas familiares, daí decorre a inexistência de um consenso em torno da definição de família. Os estudos que retomam a família como uma categoria de análise para o entendimento da cultura política brasileira são relativamente recentes, ressurgem a partir dos anos de 1990[144]. Esses centram-se nas análises relativas às estratégias familiares e às redes sociais estabelecidas por essas famílias para lidar com os sistemas existentes, aproveitando-se de suas brechas. Nesse contexto surge as redes familiares e sociais que é uma contribuição conceitual importante para a análise do universo familiar, especialmente quando se opta pela abordagem do campo político. Além de estudar as estratégias familiares e as redes sociais de que se valem, a indicação nominativa é fundamental para o estudo dessas redes, constituídas não apenas pelos vínculos de consanguinidade, aliança ou afinidade, mas a partir de relações de outra natureza, como o vínculo de subordinação e dependência.

Desde o período colonial até o final do século XIX[145], não é possível deixar de notar que a família continuou a exercer papel central, não só entre os grupos mais privilegiados, como também entre os segmentos menos favorecidos. O tema família, seja considerando a sua relação com o Estado, seja articulado ao movimento de busca de novos objetos – intenções que, a princípio, podem ter sido diferentes – são diferentes perspectivas de estudo e não são excludentes, podem andar juntas. Isto é, tanto o estudo das trajetórias individuais, quanto os das estratégias familiares podem oferecer uma outra chave de compreensão sobre esse tema fundamental para o entendimento da sociedade brasileira, quando procura-se desatar os “nós” das teias que são tecidas pela família.

Estudos como o de Oliveira (2000) têm demonstrado que no Brasil quando falamos de classe dominante, falamos em família no sentido de haver um vínculo,

[144] Consultar Canedo (1994; 1997; 2003; 2004) e Oliveira (2000; 2001; 2005; 2011; 2012; 2016).

[145] Trabalhos como Grill (2003) e Monteiro (2016), com recortes nos séculos XX e XXI, têm demonstrado como a categoria FAMÍLIA ainda se configura em uma chave de compreensão e de constituição de poder político no Brasil.

uma teia de alianças que faz com que ela se mantenha no poder. Usam da sua racionalidade para “eleger” os filhotes que serão criados por ela, decidem quem incluir e excluir, de quem se aproximar e de quem se afastar do convívio. Na proposta de estudo presente se faz necessário encontrar uma formulação do conceito de família adequada à realidade que se tem estudado e que é mediada pela documentação analisada: centra-se nas pessoas e nas suas relações que podem aglutinar diferentes agentes sociais em algo que pode ser chamado de família. Ou seja, a família é definida como um conjunto de relações recíprocas, tanto simétrica como assimétricas, estabelecidas e normatizadas socialmente, das quais estabelecem relações que vinculam e estabelecem “lugares sociais” condicionados por valores e regras próprios. A história do Brasil pode ser contada a partir da história das famílias dominantes, das grandes famílias (HORTA, 1956). Por exemplo, o trabalho de Darrel Levi (1977) sobre “A Família Prado” no qual ele recuperou os perfis individuais de membros dessa família para compor o quadro da família de elite modernizante paulista do século XIX ou mais recentemente o trabalho de Monteiro (2016) sobre as famílias políticas da Paraíba apontando como o parentesco se transforma em um recurso social para a constituição dos quadros políticos no estado entre os anos de 1985 a 2015.

No caso das famílias dominantes[146], o parentesco é fundamental para entender a sustentação das redes de poder político e econômico[147]. O matrimônio arranjado entre parentes é uma garantia para a preservação do grupo e do patrimônio e um reforço entre ramos familiares[148]. Lewin (1979), em seu clássico

[146] Alguns estudos utilizam o termo “famílias de elite” para designar esse grupo específico das famílias dominantes. Levi, 1977 ao estudar os Prado os definiu como uma elite modernizante caracterizada por traços tradicionais e modernos e cuja atuação foi importante no processo de transformações econômicas, culturais e políticas da cidade de São Paulo no final do século XIX (transição monarquia-república). Para Brioschi (1984) a família de elite se vincularia a um conjunto de pessoas reconhecidas e que se reconhecem como um grupo distinto, com sobrenome notável, posição de destaque e continuidade por várias gerações, em situação de poder econômico, político e prestígio social, associada a relações de parentesco.

[147] Ver Oliveira (2001, 2012); Canedo (1994, 1997, 2003, 2004), Silva (1984), Lewin (1979), Bacellar (1997). Os textos de Letícia Bicalho Canedo estão disponíveis, a sua maioria, no blog http://leticiacanedo.blogspot.com.br/. Acesso em 18.setembro.2016.

[148] Veremos que a Família Correia de Freitas é caracterizada por uma excentricidade - a maioria dos seus membros eram celibatários, portanto o casamento como uma forma de ascensão ou de preservação do grupo e do patrimônio parece não ter sido a estratégia adotada por essa família. Mas isso não diminuiu seu capital simbólico e seus membros, mesmos solteiros continuaram circulando entre a classe dominante tradicional. Já o outro mecanismo de ascenção social – o estudo – foi utilizado pela família. Nosso biografado não realizou os estudos superiores,

estudos sobre as famílias dominantes da Paraíba, recusa o termo elite explicando que no terreno político não se pode falar de famílias de elite, mas em redes de base familiar trazendo para o primeiro plano a família extensa ou parentela. A parentela definida pela autora abrangia as interligações de parentesco e de amizade entre várias famílias a partir de interesses comuns, formando uma rede política de base familiar. Assim, o conceito de classe é mais apropriado para o entendimento dessa grande rede social e política de famílias viabilizadas por longas genealogias no poder desde a época colonial conforme aponta Ricardo Costa de Oliveira em seus vários estudos sobre as famílias políticas no Paraná, no Brasil e no mundo[149]. Ao realizar a cartografia do poder no estado do Paraná, Oliveira (2000; 2001) demonstra a complexa rede entre famílias e poder que compõem a sociedade paranaense com seus patrimônios, cargos e insígnias simbólicas ficando evidente as relações entre as estruturas de parentesco e as estruturas de poder em termos de longa duração, conexão essa já apontada por Doria em sua obra "Os herdeiros do poder", de 1994, para o qual os poderes sociais e políticos também são em boa parte questões genealógicas.

Algumas poucas famílias formam o núcleo duro da classe dominante histórica, suas estruturas de parentesco formam parte da realidade social e política brasileira desde os tempos coloniais, portanto, **"<u>família ainda importa</u>"** (OLIVEIRA, 2012, p.13, grifo nosso). A família, ao lado de outros fatores, é um dos principais elementos explicativos do social visto que não herdamos apenas ativos como renda, patrimônio e propriedades, mas também herdamos privilégios e desigualdades. Os membros de uma família são agentes navegando na sociedade, organizando estruturas e o que os mantêm "dentro do circuito", como peso maior, é a estrutura familiar. Estrutura essa que é seletiva e expressa o interesse das classes dominantes, que apoia ou não a composição de novos quadros sociais.

---

mas vemos vários outros membros da família sendo referência em suas áreas devido aos estudos, é o caso das suas sobrinhas Jospeha e Soledade na área da música e educação e do sobrinho Lamartine na área eclesiástica.

[149] Ver "**Political Families in Brazil and India. Social Structure and Hereditary Power**" apresentado no Third ISA (International Sociological Association) Forum of Sociology realizado em Viena/Aústria de 10 a 14 de julho de 2016. Disponível em http://www.isa-sociology.org/forum-2016/. Acesso em 31.agosto.2016. Os textos de Ricardo Costa de Oliveira estão disponíveis no sítio da Academia EDU - https://ufpr.academia.edu/RicardoCostadeOliveira.

Segundo Pierre Bourdieu (1998), o espírito de família, alicerçado pelo capital cultural herdado e pelo habitus, tende a definir o campo da produção cultural, operando numa lógica de reprodução e distribuição desse capital. Bourdieu afirma que a família transmite a seus filhos um conjunto de bens que permite a conservação de uma boa posição social por estes descendentes, tornando possível sua inserção nos grupos sociais de maior prestígio e poder, ao longo do tempo histórico. Há, portanto, uma herança passada de geração em geração, que permite manter a estabilidade social da família diante das mudanças sócio históricas. Essa herança constitui-se dos capitais econômico, escolar, social e, dentre estes, do capital cultural. Desse modo as crianças oriundas dos meios mais favorecidos não devem ao seu meio somente os hábitos e treinamento diretamente utilizáveis nas tarefas escolares, e a vantagem mais importante não é aquela que retiram da ajuda direta que seus pais lhes possam dar. Elas herdam também saberes (e um "saivor-faire"), gostos e um "bom gosto":

> Como o deciframento de uma obra da cultura […] supõe o conhecimento do código segundo o qual ela está codificada, pode-se considerar que os fenômenos de difusão cultural são um caso particular da teoria da comunicação. Mas o domínio do código só pode ser adquirido mediante o preço de uma aprendizagem metódica e organizada por uma instituição expressamente ordenada para esse fim (BOURDIEU, 1998, p. 125-133).

Esse "espírito de família" pode ser compreendido por uma série de atitudes presentes nas dinâmicas familiares, como generosidade, solidariedade, ajuda mútua entre seus membros, troca de gentilezas, entre outras que operam para reproduzir e distribuir as estratégias familiares que visam perpetuar seu ser social com todos os poderes e privilégios. Essas estratégias familiares seriam as trocas simbólicas e materiais que vão além dos laços de parentesco[150]. Nesse caso, o que Manoel Correia Defreitas teria herdado da sua família para ser um republicano histórico? Segundo Negrão (1934) o *"temido e agitador propagandista da república Manoel Correia Defreitas"* era neto por parte materna do sargento-mor Antonio José de Leite Bastos, que pode ser considerado seu mestre em agitações

[150] Para maior entendimento da importância do conceito bourdieusiano de "espírito de família" consultar Cordova (2009; 2016) que analisa as produções intelectuais de Bento Munhoz da Rocha Netto, David Carneiro e Brasil Pinheiro Machado ressaltando a herança familiar de cada um desses intelectuais paranaenses e suas relações com o poder regional. A autora demonstra que os diferentes grupos sociais são identificados através de seu espírito de família, que por sua vez é alicerçado pelo capital cultural herdado e que estabelece a lógica de reprodução e distribuição desse mesmo capital.

patrióticas. Seu avô foi adepto da Conjura Separatista[151], uma manifestação de caráter emancipacionista encabeçado pelo Capitão Floriano Bento Vianna, Comandante da Guarda do Regimento de Milícias, no dia 15 de junho de 1821, na praça de Paranaguá, perante o juiz de fora Antônio de Azevedo Melo e Carvalho, onde estavam presentes o povo e as demais autoridades da cidade por ocasião do juramento das bases da Constituição do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Os adeptos dessa manifestação queriam a separação da Comarca de Curitiba e Paranaguá, conhecida como Quinta Comarca, da Capitania de São Paulo (ZATTI, 2014; MANFREDINI, 2010). Então, parte desse espírito agitador e a favor da independência política remonta a seu avô materno que Manoel Correia Defreitas não chegou a conhecer, pois ele faleceu antes de seu nascimento. Mas, provavelmente teve ter crescido escutando as histórias referentes ao avô Antônio e suas posições políticas.

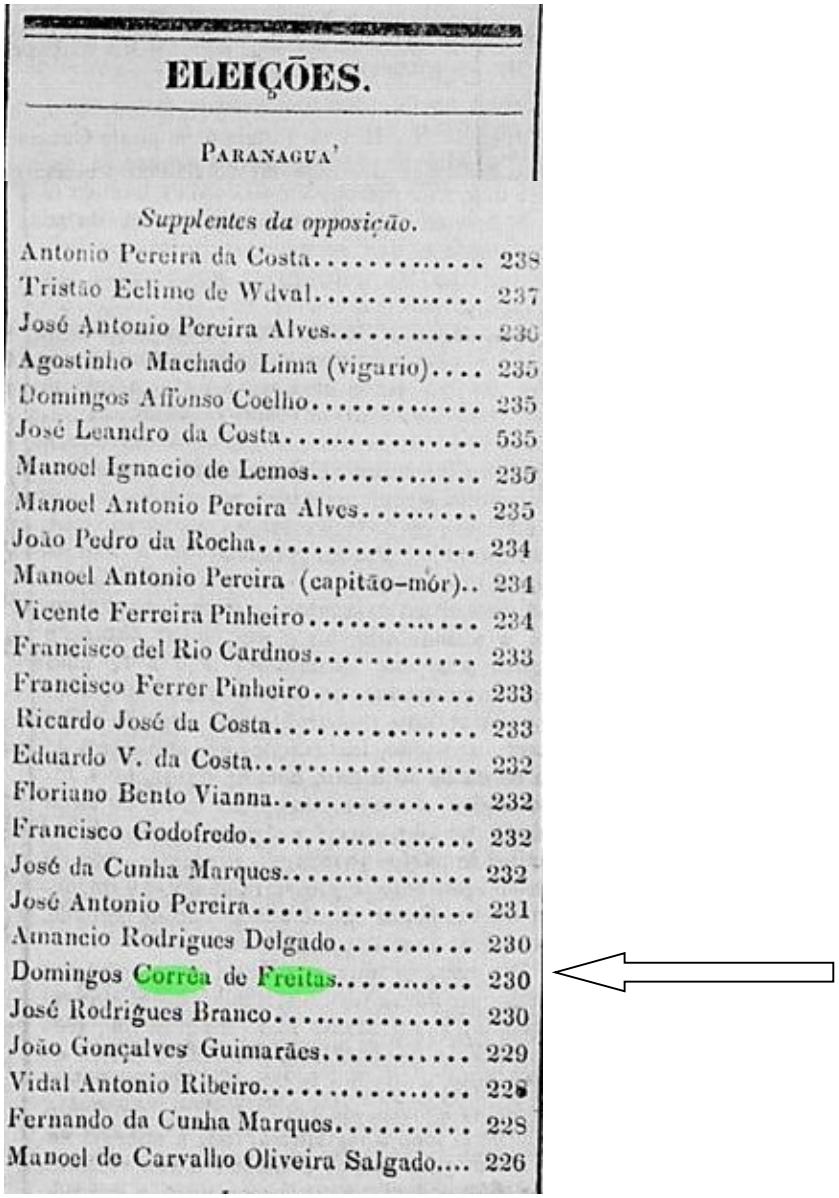
Outra herança política, resultado de laço de parentesco por descendência, de Manoel podemos atribuir a seu pai Domingos, que no início da década de 1850, ainda quando o Paraná era uma das comarcas de São Paulo, já era eleitor suplente da oposição[152], ou seja, fazia parte da pequena parcela que participava da vida política da época (figura 25). Conforme notícia veiculada no jornal A Aurora

---

[151] Na Comarca de Curitiba, como era chamada a região que depois será o Paraná, no dia 15 de julho de 1821, em Paranaguá, ocorreu a CONJURA SEPARATISTA. Foi um ato público pacífico, mas bastante simbólico das pretensões emancipatórias dos paranaenses. Nesse dia a autoridade e o povo de Paranaguá juraram, em praça pública, fidelidade às bases da Constituição do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, bem como às autoridades de São Paulo. Então, após esse ato convidaram o comandante Bento Vianna para dar o grito da separação, que acabou não ocorrendo. Ele preferiu levar a reivindicação de autonomia ao Juiz de Fora que estava em Paranaguá. Os motivos da insatisfação dos parnanguaras, eram: a) ignorância e despotismo dos comandantes militares na comarca; b) falta de justiça devido à dificuldade que havia em impetrar recursos perante as autoridades de São Paulo; c) fornecimento, pela comarca de Curitiba, de grande número de praças de guerra às milícias portuguesas, sobretudo para as Entradas, deixando muitas famílias na miséria; d) falta de moeda na comarca, devido às grandes somas que eram remetidas a São Paulo; e) abandono administrativo da província de São Paulo. A autonomia não foi concedida. Mas estes motivos continuarão como os principais para a emancipação política do Paraná (ZATTI, 2014; MANFREDINI, 2010).

[152] De acordo com a legislação imperial, era necessário estabelecer listagens de eleitores e elegíveis em cada distrito eleitoral, conforme suas faixas de renda. Todo homem livre que tivesse renda anual superior a 200$000 réis era qualificado como votante. Tais listas são importantes para se identificar não somente os indivíduos de mais alta renda em dada comunidade, mas, também, para se tentar perceber a divisão dos votos entre os diversos grupos rivais locais, no jogo político bipolar do império. Uma importante análise do processo eleitoral do império foi realizada por Richard Graham, em seu conhecido estudo **Clientelismo e política no Brasil do século XIX**. RJ: Editora da UFRJ, 1997.

Paulista de 3 de março de 1852, Domingos Correia de Freitas, pai de Manoel, era da oposição em Paranaguá. Nas eleições 1860 para vereador de Paranaguá, Domingos ficou na suplência (XIX de Dezembro, 19/09/1860). Talvez se não tivesse falecido em 1862 tivesse chegado a posição de camarista na cidade. Todo esse histórico familiar deve ter contribuído para a formação política do “agitador” Manoel Correia Defreitas.



ELEIÇÕES.

PARANAGUA'

Supplentes da opposição.

Antonio Pereira da Costa	238
Tristão Eclime de Wdval	237
José Antonio Pereira Alves	236
Agostinho Machado Lima (vigario)	235
Domingos Affonso Coelho	235
José Leandro da Costa	535
Manoel Ignacio de Lemos	235
Manoel Antonio Pereira Alves	235
João Pedro da Rocha	234
Manoel Antonio Pereira (capitão-mór)	234
Vicente Ferreira Pinheiro	234
Francisco del Rio Cardnos	233
Francisco Ferrer Pinheiro	233
Ricardo José da Costa	233
Eduardo V. da Costa	232
Floriano Bento Vianna	232
Francisco Godofredo	232
José da Cunha Marques	232
José Antonio Pereira	231
Amancio Rodrigues Delgado	230
Domingos Corrêa de Freitas	230
José Rodrigues Branco	230
João Gonçalves Guimarães	229
Vidal Antonio Ribeiro	228
Fernando da Cunha Marques	228
Manoel de Carvalho Oliveira Salgado	226

Figura 25 – Relação dos eleitores suplentes da oposição em Paranaguá
Fonte: A Aurora Paulista, 03/03/1852.

A família Correia de Freitas possuía um considerável capital político regional e Manoel acabou herdando esse capital simbólico[153] que permitia sua circulação nas altas posições sociais convivendo entre os membros das outras famílias que compunham a classe dominante tradicional. O avô materno (Antônio José Leite Bastos) foi sargento-mor[154] em Paranaguá. O avô paterno (também Manoel Correia de Freitas) foi alferes em São Francisco do Sul/SC e o pai (Domingos Correia de Freitas) foi capitão em Paranaguá. Todos fizeram parte do poder estruturado, ocupando postos de oficiais militares[155], o que lhes conferia certo capital político e econômico que acabou se associando ao nome da família. Um dos maiores problemas que os genealogistas encontram ao lidar com registros dos séculos passados, como os dos XVIII e XIX, mas também até mesmo com alguns do início do século XX, é a profusão e generalidade dos títulos e postos militares que recebiam os antepassados: capitão-mor, coronel, sargento-mor, capitão, alferes, entre outros, e ficamos sem entender corretamente o significado desses títulos e postos. De maneira geral, a ocupação dessas posições titulares oficiais por membros da família Correia de Freitas foi pelo sistema de escolha. A escolha dos ocupantes dos cargos dos subordinados era realizada pelos superiores e a escolha dos cargos superiores era realizada pelos membros da classe dominante (MELO, 1982). Portanto, para ser escolhido e nomeado para essas posições, o indivíduo deveria dispor de certos capitais (político, econômico, cultural) para “serem lembrados”, o que demonstra que a família Correia de Freitas era uma das

[153] Seguindo as orientações de Bourdieu (1983; 1989; 1998) CAMPO é o segmento do social onde os agentes, os indivíduos e os grupos possuem disposições específicas delimitadas pelos diferentes capitais que lhe dão sustentação. A dinâmica social no interior de cada campo é regida pelas lutas em que os agentes procuram manter ou alterar as relações de força e a distribuição das formas de capital específico. O CAPITAL se transmite por herança, se acumula por operações de investimentos e se reproduz conforme a habilidade do detentor. Entre os diferentes tipos de capitais temos o CAPITAL SOCIAL (pertencer a uma grande família com vasta rede de relações de parentesco e outras relações cultivadas/relacionamentos/redes de contato), CAPITAL ECONÔMICO (rendimentos, lucros, salários, cargos, bens, patrimônios, dinheiro, riqueza material), CAPITAL CULTURAL (conhecimento, habilidades, qualificações intelectuais transmitidas pela família e pelas instituições escolares), CAPITAL POLÍTICO (cargos ocupados nas instituições políticas como senado, câmara, associações, sindicatos, título escolar), CAPITAL SIMBÓLICO (nome, título de nobreza, prestígio, honra – uma sínteses dos outros capitais) entre outros.

[154] Até ao início do século XIX, sargento-mor era a designação da primeira patente de oficial superior no Exército Português. A partir do final do século XVIII começa-se a utilizar a designação "major" como alternativa ao nome do posto (SOBRAL, José. **Postos e Cargos Militares Portugueses.** Lisboa: Editora Audaces, 2008).

[155] A hierarquia desses postos, do mais baixo para o mais alto era: soldado => cabo => alferes => sargento => capitão (MELO, 1982).

principais famílias históricas de Paranaguá, reconhecida também em São Francisco do Sul[156] visto que eram funcionários da alta burocracia e ocupantes titulares de cargos públicos.

2.1 – Estudos genealógicos

A genealogia é uma importante ferramenta para conhecermos as redes de poder que moldaram e moldam a sociedade brasileira e a forma como origens consideradas menos nobres foram disfarçadas por determinadas famílias ao longo dos séculos[157]. Conforme Oliveira (2016):

> A genealogia genética é uma das principais fontes de referência para os estudos históricos e demográficos atualmente. Os avanços na genealogia genética oferecem um importante conjunto de informações para os especialistas e estudiosos das populações. Importantes laboratórios[158] e

[156] Como sempre lembra Ricardo Costa de Oliveira: "se está na genealogia de Francisco Negrão é uma das famílias históricas e formadoras do Paraná, é CDT (classe dominante tradicional)"!

[157] Com a entrada em cena da genética vários mitos caíram por terra. Primeiro a biologia mostrou que não se pode usar o conceito de raça vinculado à espécie humana. Depois provou que é muito difícil encontrar um brasileiro, independentemente da cor, que não descenda de uma mistura de ancestrais indígenas, africanos e europeus. Conforme Oliveira (2016) *"a genealogia genética pode determinar com grande precisão as origens continentais das populações. Em uma sociedade, como a brasileira formada a partir de grupos Ameríndios, Euroasiáticos e Africanos, esta informação pode ser fundamental para o esclarecimento de várias questões e problemas de pesquisas demográficas. E muito mais está sendo pesquisado e oferecido pela genealogia genética atualmente. Antigas camadas populacionais tribais europeias podem ser pesquisadas e avaliadas, novas hipóteses de trabalho podem ser levantadas e testadas em novas séries de resultados. Mesmo uma população nacional histórica, como por exemplo, a população portuguesa, antes vista como 'um bloco único, homogêneo', começa a ser inventariada em possíveis marcadores e tipologias etnohistóricas a partir de hipóteses reconstruindo as antigas movimentações de tribos pré-históricas e históricas".*

[158] Verificar 23andme DNA Genetics testing & analysis (https://www.23andme.com); Family Tree DNA genetic testing for Ancestry and Family History (https://www.familytreedna.com/); Ancestry: genealogy, family trees & family history records (http://www.ancestry.com/), Novo Projeto Brasil de Genealogia Genética (http://geneall.net/pt/forum/138056/novo-projeto-brasil-de-genealogia-genetica/). Outras fontes de pesquisa para os estudos genealógicos são Arquivo dos Mórmons (http://www.lds.org.br/), Colégio Brasileiro de Genealogia (http://www.cbg.org.br/), Arquivo do Itamaraty (http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/servicos), BrazilGenWeb (http://www.rootsweb.ancestry.com/~brawgw/), Arquivo Nacional

> projetos de pesquisa oferecem base públicas de dados e resultados disponíveis para consulta e análise. Os novos desenvolvimentos e pesquisas na área da genealogia genética tem se organizado na forma de uma grande inteligência coletiva, na mútua colaboração e interação entre diferentes laboratórios, pesquisadores e participantes, cuja contribuição tem sido variada e relevante. Pesquisadores individuais, podem fazer diferença ao produzir novos resultados e fontes. A genealogia genética, tal como a astronomia, é um campo aberto a novas descobertas por parte de qualquer pesquisador individual.

Sendo a genealogia uma das antigas ferramentas para reconstruir a memória, ela pode ser utilizada com objetivo político, como por exemplo, atestar direitos sobre posses (DUBY, 2013) ou como preservação do símbolo de uma identidade (MATTOS & RIOS, 2005). Mas não se pode restringir a genealogia a mero instrumento de construção de identidade simbólica. O discurso da memória pode ser corroído pelo tempo, mas pode ser confirmado pela documentação escrita e ainda confrontado pela memória oral familiar. A árvore genealógica desenhada oralmente por um membro da família pode ser confirmada com registros de nascimento, casamento, óbito, testamentos e inventários.

Muitos acadêmicos[159] estão se dedicando aos estudos genealógicos e através de suas pesquisas têm demonstrado como uma árvore genealógica pode render uma excelente história. Como exemplo podemos citar o estudo de Mello (1989, p.7)[160] que esclarece que a genealogia nos séculos XVII e XVIII era um *"saber vital, pois classificava ou desclassificava o indivíduo e a sua parentela aos olhos dos seus iguais e dos seus desiguais, contribuindo assim para a reprodução dos sistemas de dominação".* Outro exemplo importante é o livro de Doria (1994), *"Herdeiros do poder",* que relaciona poder político e herança familiar centrando seus estudos nos grupos dominantes e seus mecanismos de poder e de

---

(http://www.arquivonacional.gov.br/), Genea Portugal (http://archive.is/genealogia.netopia.pt) entre outros.

[159] Mello (1989), Doria (1994), Oliveira (2000; 2001; 2012), Monteiro (2016), Alves (2014; 2015). Além desses temos estudos recentes do NEP-UFPR (Núcleo de Estudos Paranaenses da UFPR) que podem ser consultados no sítio https://wordpress.com/posts/43785100 ou da Revista NEP-UFPR no sítio http://revistas.ufpr.br/nep.

[160] Mello (1989) desvenda como os genealogistas manipularam informações sobre os ancestrais de uma importante família em Pernambuco da segunda metade do século XVII e do século XVIII para esconder sua origem judaica. Ao estudar a trajetória de Felipe Paes Barreto o autor reconstrói toda a história da Capitania de Pernambuco desde o século XVI.

dominação. A pesquisa da trajetória histórica das redes familiares e seus ambientes sociais, culturais e políticos consegue explicar como tão poucos conseguem dominar tantos durante tanto tempo através da sucessão de gerações no controle do poder e da riqueza. Consideramos o trabalho de Doria (1994) o pioneiro nos estudos da continuidade e história do poder de poucos grupos familiares. Através do método tradicional de estudos genealógicos[161] ele demonstra como se deu a formação da classe dominante brasileira desde o período colonial e nos ajuda a entender até o comportamento político atual desse grupo fechado, excludente e privilegiado. Realiza uma sociologia política histórica da classe dominante que *"através de seus agentes sociais, poderosos senhores de engenho, grandes titulares de cargos públicos, altos funcionários da burocracia e prósperos comerciantes estruturaram as instituições políticas e as regras de dominação e de exercício do poder sobre o Brasil"* (DORIA, 1994, p.24). A continuidade histórica na descendência do poder que garante a reprodução do poder político é uma herança das relações de classe e de dominação que existia em Portugal e foram refeitas no Brasil por "*gente ligada sobretudo pelo sangue"* (DORIA, 1994, p. 40). O estudo da genealogia de grandes famílias é a proposta metodológica apontada por Doria (1994) e seguida por Oliveira (2000; 2001; 2012) e nos oferta novas questões e novas perspectivas para os estudos da política brasileira.

A genealogia vem conquistando um lugar de destaque nas discussões acadêmicas, mesmo ainda não sendo considerada por alguns como ciência[162]. Ainda há pouco conhecimento sobre a aplicação da genética nas pesquisas históricas. Trabalhos recentes têm demonstrado como as famílias formam redes de

[161] O método tradicional de estudos genealógicos é caracterizado pela elaboração das árvores genealógicas, ou seja, a construção das linhas de parentesco que parte de uma raiz, o genearca, fundador da família, e vai criando ramificações na medida em que são identificados os descendentes.

[162] Conforme Oliveira (2005, p.1) *"a reconstrução genealógica das famílias deve ser rigorosamente pautada em documentos e registros históricos nas mais diversas fontes. As fontes primárias são os registros civis, os livros eclesiásticos de batismo, casamentos, óbitos, testamentos e inventários, as habilitações e dispensas matrimoniais, os livros notariais dos tabelionatos e cartórios, os documentos das irmandades religiosas e das misericórdias, os processos judiciais, os ofícios administrativos das mais diferentes autoridades políticas e administrativas, as listas e mapas de habitantes. Estes são os documentos fundamentais para a reconstrução genealógica de uma família"* e continua indicando outras fontes essenciais nas reconstruções genealógicas. A genealogia contribui muito para os estudos de Ciências Sociais e o genealogista necessita de muita atenção e cuidado na hora da reconstrução genealógica.

poder que viabilizam tramas e dinâmicas de permanência no poder. No foco desses estudos estão as genealogias, as biografias e as trajetórias de vida[163]. As pesquisas genealógicas do professor Ricardo Costa de Oliveira recuperam, por exemplo, a cartografia dos grupos políticos presentes, desde a época da colonização, no território paranaense, demonstrando como a classe dominante se organizou e se organiza e se unificou e se mantém unificada no Estado.

Outro aspecto importante levantado pelos estudos genealógicos para a Sociologia tem sido a revelação das redes de relações estabelecidas, e podemos perceber isso através da observação dos cargos ocupados (superintendente de terras e colonização, deputado estadual constituinte, deputado estadual, deputado federal pelo Paraná, entre outros) e dos ofertados (suplente de juiz, presidente do estado do Paraná, deputado federal por Santa Catarina, etc) a Manoel Correia Defreitas a partir da importância do seu status familiar. Ele fazia parte de uma família articulada que defendia estratégias políticas como a separação da Comarca de Curitiba e de Paranaguá da Província de São Paulo, passando pela implantação da república e atuando em prol dos interesses de uma rede mais ampla como os seus projetos para a emancipação da mulher e a elaboração de uma lei de amparo aos trabalhadores. Alguns relacionamentos demonstram bases mais estruturadas, a partir das atribuições estabelecidas institucionalmente com os presidentes de

[163] Claude Dubar (2006) é uma outra fonte que também chama a atenção à contribuição dos estudos genealógicos para as humanidades quando fala da relação entre a identidade nominal/genealógica (prioridade dada à linhagem) e a identidade narrativa/genética (prioridade dada à existência subjetiva). A identidade nominal/genealógica reproduz e transmite os capitais que se herdaram e que vem pela transmissão familiar e, desta forma, o indivíduo ocupa um lugar numa linhagem privilegiado pelo seu princípio genealógico, que implica uma referência ao antepassado em comum, ao nome de família. Nossa identidade mais íntima é nosso nome e tudo o que ele implica, esse nome que nos distingue. A identidade nominal/genealógica fornece os valores de referência que são transmitidos de pai para filhos, através das gerações. Os que fazem parte de uma abastada família em recursos, patrimônios, histórias de famílias e em capitais serão os afortunados. Aqueles que fazem parte de uma família popular, sem histórias (tirando as pequenas histórias) e sem capitais (ou com poucos) serão os desafortunados. Nessa identidade o EU vale bem pouco face ao NÓS devido a linhagem e o antepassado fundador. É o que Dubar considera como identidade cultural. Já a identidade narrativa/genética constrói e inventa uma nova história com sentido pessoal e existencial. É uma identidade discursiva e não é nominal. É a identidade íntima, quando ocorre o afastamento dos papéis tradicionais fornecidos pela família de origem. É marcada pelas rupturas e continuidades, pelas crises e realizações, pelos indivíduos que se recusam a reproduzir e repetir a identidade nominal e tentam inventar novas formas de relação ultrapassando a vida familiar. Assim, qualquer mudança de configuração identitária leva a um momento de crise que implica na reconstrução de uma nova identidade pessoal.

algumas províncias, com ministros do governo federal e com antigos republicanos históricos que regiam esses cargos. Muitas nomeações eram (e ainda o são) influenciadas pelas relações de parentesco e ainda temos que considerar que uma dada nomeação abria espaço para outras influenciadas pela primeira, bem a "dança das cadeiras" apontado por Goulart (2014) que revela a importância das informações produzidas e compartilhadas por esses indivíduos, bem como os elos políticos, sociais e de parentesco que os entrelaçavam numa rede forte e frouxa o suficiente para dar sustentação e movimento à economia, a política e manter seus domínios. Manoel detinha um reconhecimento dentro do campo político proporcional ao capital simbólico que possuía e pelo qual os outros membros do grupo reconheciam essa autoridade do seu discurso revelando assim que a posição social ocupada por um indivíduo acaba sendo proporcional ao seu capital simbólico.

2.2 – Nome e sobrenome: identidade pessoal ou lógica de distinção?

Para Bourdieu (1989) um dos objetivos da classe dominante é garantir aos herdeiros a transmissão dos capitais econômico, cultural, social e simbólico e assegurar-lhes, por essa via, uma identidade distintiva, que encontrarão aliados da lógica de reprodução e distinção classista no nome/sobrenome[164]. O estudo dos

[164] O estabelecimento de ensino frequentado é outro meio de traço identitário e um identificador de pertença social que garante a distintividade almejada pelas classes dominantes, como acontece no que Bourdieu (1989) designa de "escola de elites", instituições que cumprem simultaneamente a função de consagração e de reconhecimento. Mas esse caso não se aplica ao nosso biografado uma vez que Manoel Correia Defreitas frequentou apenas o ensino primário. Porém se pensarmos a mesma questão para suas sobrinhas Josepha e Soledade vemos bem essa aplicação da distinção pelo estabelecimento de ensino frequentado uma vez que as duas saíram de Curitiba e foram estudar no Instituto Nacional de Música, no Rio de Janeiro e essa titulação acabou sendo utilizada para legitimar seus trabalhos como professoras de canto e música na cidade de

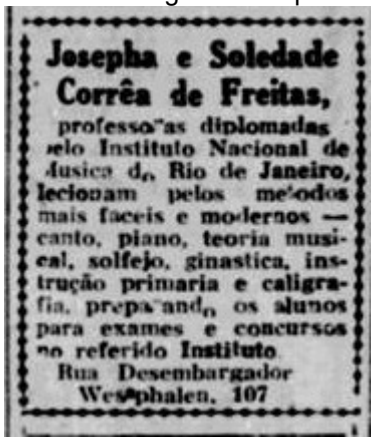
nomes/sobrenomes tem despertado pouca curiosidade analítica da comunidade sociológica (percebemos isso pela escassez de bibliografia), ainda é um campo de reflexão a ser desbravado mas que já está entreaberto por estudos sociológicos como os de OLIVEIRA (2001, 2005 e 2012).

Nomes/sobrenomes constituem um aspecto central da nossa condição de pessoa, não só de quem somos para os outros, mas ainda de quem somos para nós mesmos. O nome/sobrenome é um bem cuja particularidade reside no fato de ser de consumo obrigatório e de ser um bem simbólico na medida em que pode conferir ao seu portador benefícios ou desvantagens em termos de prestígio. É sobretudo ao nível do sobrenome que mais se evidenciam o peso desse capital simbólico e o seu caráter de distinção e distintividade (BOURDIEU, 1989).

A análise das famílias da classe dominante nos permite identificar *"... as estratégias ... de continuidade da situação de distinção e privilégio destas famílias [que] se apoiam, em grande medida, na transmissão de um patrimônio composto por diversos elementos de identificação social no qual os nomes desempenham um papel fundamental"* (BOURDIEU, 1989, p.41). O sobrenome funciona como um marcador de classe e recorda a *"mística de antiguidade da família"* (BOURDIEU, 1989, p.54) que é transmitida através dele. Um sobrenome de prestígio pode conferir vantagens, proporcionando aos seus detentores uma certa disponibilidade no acesso a determinados lugares de importância social (assim como também pode constituir um constrangimento). A importância de um sobrenome de prestígio herdado está no fato de que ele salvaguarda o seu detentor do efeito da

---

Curitiba (ver Diário da Tarde de 06/04/1936). Com relação ao seu irmão José Correia de Freitas segue-se a mesma lógica – sempre é lembrado que ele foi para a Corte estudar farmácia.



Anúncio das professoras Josepha e Soledade diplomadas pelo Instituto Nacional de Música do Rio de Janeiro (Fonte: Diário da Tarde, 06/04/1936).

desvalorização simbólica inerente à massificação a que está sujeita a generalidade dos bens de consumo, nesse caso sujeito ao anonimato. Os nomes/sobrenomes seguem uma trajetória social e estão marcados pelas lutas simbólicas no espaço social e da procura/manutenção da distinção (BOURDIEU, 1989).

A identidade das classes dominantes tem um dos seus pilares na família e no espírito de "clã". Legados em patrimônios e alimentados através da memória e das práticas de sociabilidade, os valores da família e a construção de um modelo à volta da família são transmitidos aos jovens herdeiros. O nome/sobrenome funciona como um operador de diferenciação social através do qual os grupos dominantes se reconhecem e são reconhecidos dentro e fora das fronteiras de classes. Reconstituir as trajetórias de famílias históricas e levantar os casos de parentescos nos permite identificar as complexas formas de manutenção que são utilizadas para manter sua identidade familiar, ao mesmo tempo em que são dependentes de outras referências externas, mas que as mantém sob controle[165].

A década de 1880, antes da implantação da república, foi marcada pela plena agitação antimonarquia. Esse sentimento, porém, não significava a simples troca de regime, mas caracterizava-se muito mais pelo desejo de uma nova forma de sociedade. Como prova desse desejo, Correia Defreitas, segundo Nascimento Junior (1951, p.12) que era um *"democrata da gema e tanto que para não parecer manifestação de pretensa fidalguia a partícula "de" do seu nome, alterou este, ligando a partícula ao nome de família, passando a assinar-se Defreitas em vez de "de Freitas"".*

Se algo distingue uma pessoa da outra é seu nome, porém esse não segue uma regra linear. Somente entre a nobreza verificava-se um sistema de nomeação linear composto pelo prenome, seguido do sobrenome/cognome, mais a partícula DE, e depois pelo local de origem que singulariza a pessoa[166]. Com relação a

[165] Como é o caso da escola. O nome da escola frequentada constitui um traço identitário e um indicador de pertença social conferindo ao seu público uma distinção acadêmica almejada pelas classes dominantes, como acontece no que Bourdieu designa de "escolas de elite", instituições que cumprem simultaneamente a função de consagração e reconhecimento.

[166] Não conseguimos localizar nenhuma declaração do próprio Manoel Correia Defreitas explicando o porquê da troca da grafia de seu sobrenome. Apenas pelos documentos consultados pudemos perceber a alteração da grafia adota por ele. Muitos outros trabalhos sobre Manoel

alteração da grafia de Manoel Correia Defreitas, o documento mais antigo que conseguimos localizar no qual a grafia apresenta a partícula “de” junto com o sobrenome Freitas data de 3 de julho de 1891, conforme figura 28. Os documentos localizados antes dessa data trazem a grafia da partícula “de” separado do sobrenome[167]. Outra variação que ocorre, de acordo com as figuras 26 e 27, é a alteração na grafia Correia para Corrêa[168], mas essa não é uma exclusividade desse sobrenome, pois muitos outros também acabavam sofrendo esse tipo de alteração no momento da escrita como por exemplo Moraes e Morais. E com relação ao prenome Manoel também localizamos documentos com a variação Manuel.

Correia Defreitas, depois da publicação de Nascimento Júnior em 1951, reproduzem essa ideia de “não aderência à fidalguia” pela alteração da grafia do nome, mas também não fornecem mais detalhes e nem fontes elucidando o tema.

[167] De origem portuguesa, o sobrenome Freitas é classificado como toponímico, uma vez que é derivado da palavra Fracta, que significa quebrado. Dessa forma, o sobrenome tem origem de um lugar onde possuía muitas pedras quebradas, um terreno acidentado ou uma pedreira em exploração. Os Freitas procedem de Diogo Gonçalves, que morreu na batalha de Ourique (1139). D. João de Freitas foi o primeiro que tomou este como sobrenome para uso, do julgado de Freitas, junto a Guimarães, solar desta família. Posteriormente este foi disseminado aos seus descendentes. Atualmente, não existem variantes conhecidas do sobrenome Freitas. Este é um sobrenome que, antes de se firmar como é hoje, teve algumas variáveis, mas hoje em dia, o que se passa pelos descendentes é só Freitas (TAVORA, 2010).

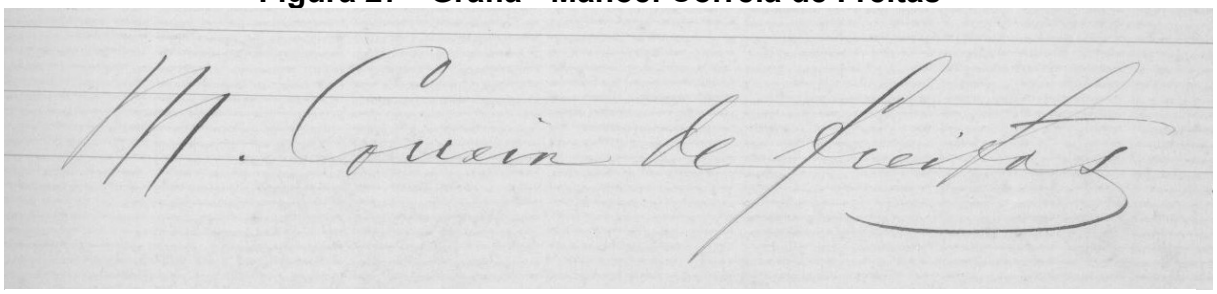
[168] De origem portuguesa, o sobrenome Correia ou Corrêa é classificado como um toponímico, ou seja, de origem geográfica. Este indica um lugar onde há muitas corriolas, corrijolas e correias (espécies de plantas), semelhantes em seus filamentos às correias ou tiras de couro. Também era o sobrenome de quem tratava da atividade feita por pessoas que fabricavam e vendiam correias de couro (TAVORA, 2010).

Figura 26 - Grafia - Manoel Corrêa de Freitas



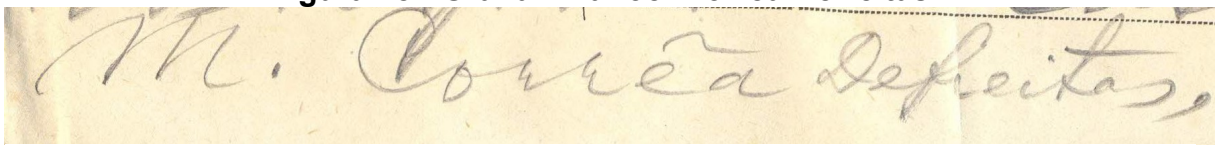
Documento de 29 de maio de 1880 referente ao inventário de Josepha Leite Bastos
Fonte: Inventário Nº de Registro 2403 da Vara do Juízo Municipal da Cidade de Paranaguá, ano de 1880, página 33. Acervo Museu da Justiça do Paraná.

Figura 27 - Grafia - Manoel Correia de Freitas



Documento de 5 de outubro de 1890 no qual Manoel Correia Defreitas se apresenta como o novo superintendente de Terras e Colonização dos estados do Paraná e Santa Catarina ao governador do Paraná.
Acervo: Arquivo Público do Paraná (AP 912, p.47)

Figura 28 - Grafia - Manoel Corrêa Defreitas



Documento de 3 de julho de 1891 no qual Manoel Correia Defreitas renuncia ao cargo de vice-presidente do estado do Paraná
Acervo: Museu Paranaense (Acervo David Carneiro 05.21.0034)

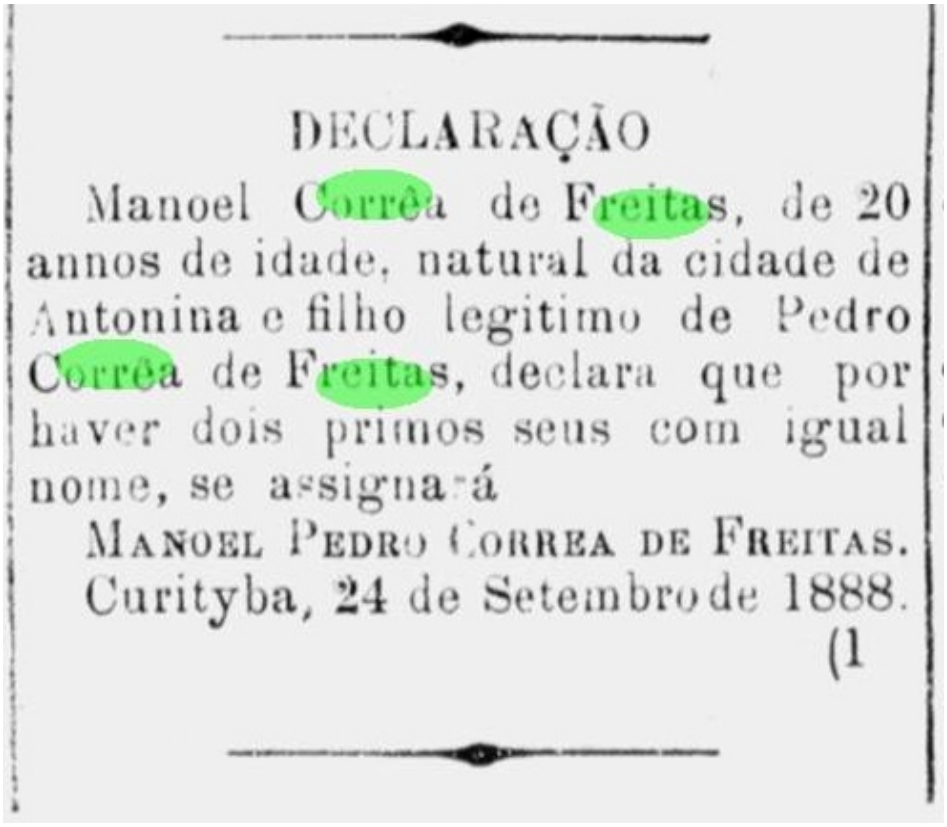
Visto o nome/sobrenome ser tão importante, ele é mais do que uma categoria de identificação social, é uma marca de distinção social, um marcador de classe. Por isso ao estudar genealogia temos que ter um cuidado especial com os homônimos. Manoel Correia Defreitas além de ter o mesmo nome do avô paterno, também possuía primos no litoral paranaense com o mesmo nome (figura 29)[169]. Em Minas Gerais também encontramos um Manoel Correia de Freitas casado com Maria Josepha de Jesus[170]. Por isso é necessário o levantamento da documentação oficial de nascimentos, casamentos, óbitos, inventários, etc, pois eles nos fornecem dados e datas que ajudam tanto na reconstituição genealógica quanto na histórica do indivíduo estudado[171]. Conforme aponta Oliveira (2016):

> Somente a comparação entre vários documentos primários pode ratificar ou retificar os dados das estruturas de parentesco e construir uma epistemologia científica da genealogia. O maior inimigo da cientificidade da genealogia é a conexão fundada em homonímias, quando se estabelece um parentesco pela simples homonímia entre dois indivíduos em termos de nome, sobrenome ou patronímico.

[169] Existiram três MANOEL CORREIA DE FREITAS no litoral paranaense:
1. filho de Domingos Correia de Freitas, natural de Paranaguá, nascido em 1851 (nosso biografado).
2. filho de Pedro Correia de Freitas, natural de Antonina, nascido em 1868 (conforme o jornal XIX de Dezembro de 24 de setembro de 1888).
3. o outro era casado com Clarinda Correia de Freitas, faleceu em 1917 (conforme Autos do inventário de Leocádia Correia de Freitas e de Joaquim Correia de Freitas, Nº Registro 3985 da Comarca de Paranaguá do ano de 1917. Acervo do Museu de Justiça do Paraná).

[170] DOCUMENTOS 08/09/1859 - Inventário de Maria Josepha da Silveira. Disponível em http://www.cavallaro.com.br/genealogia/borges/antonio_goncalves_borges.html. Acesso 30.agosto.2016.

[171] José Correia de Freitas, irmão de Manoel, também possuía um homônimo na cidade de Paranaguá (ver Nº registro 2724 de 1886, Vara de Juízo da cidade de Paranaguá, acervo Museu da Justiça do Paraná).



DECLARAÇÃO

Manoel Corrêa de Freitas, de 20 annos de idade, natural da cidade de Antonina e filho legitimo de Pedro Corrêa de Freitas, declara que por haver dois primos seus com igual nome, se assignará

MANOEL PEDRO CORREA DE FREITAS.

Curityba, 24 de Setembro de 1888.

(1

Figura 29 - Declaração de homônimo de Manoel Correia Defreitas
Fonte: XIX de Dezembro, 24/12/1888

A prática de batizar as crianças com os nomes dos pais remete ao século XVI e início do século XX e demonstra que o nome/sobrenome é visto como um elo de vinculação do indivíduo com uma identidade coletiva. No nosso caso, Manoel recebeu o mesmo nome do pai de seu pai, do seu avô paterno. Essa atribuição aos filhos dos nomes próprios de membros da família (progenitores, avós, tios) corresponde a um ato intencional que pretende não deixar esquecer o passado, um ato que valida o presente pelo passado e que integra os recém-chegados à sua história de família. Manoel é o primeiro filho homem do casal Domingos e Josepha, recebeu o nome do avô paterno. O segundo filho homem do casal, que faleceu criança, recebeu o nome do pai, Domingos. Seu irmão caçula José deu o nome da mãe para a filha mais velha, Josepha, e o nome do pai para o filho Domingos. O pai de Manoel, Domingos já havia recebido o nome do avô paterno. Essa prática gera um núcleo restrito de nomes carregado de um sistema de significados afetivos e sociais que hierarquizam e distinguem “fazendo família” à medida que fazem

reviver os nomes mais significativos do passado familiar nos recém-nascidos que devem prolongar e respeitar ao mesmo tempo a linhagem.

Além de nos acompanhar toda a vida, o nome/sobrenome é nosso "cartão de visita" e fornece mais indicações de nossas origens do que de nossa pessoa. Leôncio Correia (1925; 1954) aponta a confusão que as pessoas faziam entre os membros da família Correia e os da família Corrêa, as consideravam membros da mesma família, mas segundo o autor "não havia nenhum grau de parentesco" entre eles.

> Os Correia do Paraná, os Correias dos quais Paranaguá foi o primeiro porto encontrado ou o berço venerável, os autênticos, portanto tem i .... i de que fizeram sinalefa[172] os Corrêas ... de Azevedo, Defreitas (CORREIA, 1925, p.1).

E finaliza indicando a distinção que os Correias tinham sobre os Corrêas:

> Correias isto, ... Correias aquilo. ... Correias, ... boas biscas é o que eles são ... Pior ainda os que possuem o duplo pecado de ser Correia e Guimarães, de possuir dois crimes: ser Correia e Nacar[173] (CORREIA, 1925, p.1).

Daniel Bertaux (1979) aponta que o lugar do nascimento, o casamento, as conexões sociais e todo um conjunto de interações sociais determinam o perfil de uma pessoa na estrutura de classe. O destino pessoal é definido pela estrutura de classe que distribui os seres humanos entre lugares coletivos de acordo com essa estrutura pré-determinada. Nessa linha de raciocínio, Oliveira (2001) aponta que a formação da classe dominante paranaense está estruturada a partir de sete grandes formações genealógicas[174] que são unidades privilegiadas de parentesco

---

[172] Sinalefa = reunião de duas sílabas numa só por sinérese, crase ou elisão. IN: Dicionário Priberam da Língua Portuguesa 2008-2013, https://www.priberam.pt/dlpo/sinalefa [consultado em 26-09-2016].

[173] Referência a oligarquia nacarina já mencionada anteriormente e tão combatida por Manoel Correia Defreitas. Em telegrama de 24 de agosto de 1885 de Manoel Correia Defreitas para Campos Salles ele já aponta que em Paranaguá a *"justiça era rancorosa e prevaricadora pois, estava atrelada ao castelo feudal de Paranaguá [oligarquia nacarina] e ameaçava de atuação ilegal o redator do jornal Livre Paraná [Fernando Simas], órgão republicano"* (Acervo do Museu Paranaense – Nº Documento 05.21.0100). Conforme Negrão (1928) Fernando Simas era casado com a irmã da esposa do Visconde de Nácar.

Os Correia-Nácar eram descendentes de imigrante português que enriqueceu.

Os Correia Defreitas eram descendentes da nobreza da terra de São Francisco do Sul, portanto suas origens remetem à elite colonial conforme aponta Oliveira (2007).

[174] Manoel de Lemos Conde, Gabriel de Lara, Mateus Leme, Baltazar Carrasco dos Reis, João Rodrigues Seixas, João Rodrigues França e Domingos Cardoso de Lima.

que atravessam o tempo e são relativamente abertas e flexíveis a incorporação de poucos novos e valorosos elementos. Nesses grupos familiares residem o poder político histórico do Paraná cujo eixo essencial de concentração de poder político é bem reduzido. Entre esses grupos familiares estão os descendentes de João Rodrigues França, que originam a família Correia, que por sua vez origina tanto os membros da oligarquia Correia-Nácar, quanto os membros da família de Manoel Correia Defreitas, portanto possuem a mesma raiz genealógica e pertencem à mesma família histórica.

2.3 - Família Correia de Freitas

De acordo com a genealogia paranaense de Francisco Negrão (1928)[175], a família Correia de Freitas é membro de uma das antigas famílias do Paraná, do título Rodrigues de França[176] que teve origem no

> Capitão Mór de Paranaguá, João Rodrigues de França, que aí casou com Francisca Pinheiro. Foi a sua Patente de Capitão Mór passada a 6 de dezembro de 1707 por D. Fernando de Mascarenhas, a qual foi a 19 de janeiro de 1711 confirmada por El-Rei D. João V. Governou até 1715, data em que faleceu. Era descendente de ilustre família paulista, de abastados bens. Foi morador em Santos, onde era estabelecido (NEGRÃO, 1928, p.3).

João Rodrigues de França foi um militar designado pela Coroa Portuguesa para administrar Paranaguá no início do século 18. Foi o quinto capitão-mor e último gestor da Coisa Pública de Paranaguá enquanto capitania (CARNEIRO,

---

[175] Oliveira (2011) aponta que a obra Genealogia Paranaense de Francisco Negrão é um grande inventário demográfico e genealógico da região de Paranaguá e Curitiba com cerca de 35 mil indivíduos listados.

[176] João Rodrigues de França (1645-1715) que deu origem a uma das primeiras famílias do Paraná se instalou em Paranaguá vindo de Santos. Era filho do francês Jacques Frestier (ou Jacomo Rodrigues) e de Maria de França de Itanhaem/SP (CARNEIRO, 2014).

2013)[177]. O Paraná era a Quinta Comarca de São Paulo quando Rodrigues de França veio ao estado e se casou duas vezes, tendo 12 filhos. A primeira esposa se chamava Francisca Pinheiro e era sua sobrinha (com ela teve 9 filhos). A segunda, Maria da Conceição (com quem teve 3 filhos) não tinha um sobrenome definido e algumas pesquisas levantam a hipótese de ela ter sido uma escrava[178] (CARNEIRO, 2013). Dos dois casamentos surgiram as famílias Godinho, Gomes da Silva, Carneiro dos Santos, Nascimento Carneiro, Costa Filgueira, Siqueira Cortes e Correia de Freitas. Segundo Carneiro (2013) o crescimento só não foi maior porque dos doze filhos de Rodrigues França, seis viraram padres. A descendência de João Rodrigues de França forma o título Rodrigues França do terceiro volume da Genealogia Paranaense de Negrão (1928). Foi uma família importantíssima para a formação do Paraná e possuía grande riqueza e patrimônio, pois estava vinculada às atividades de mineração, a grandes fazendas no planalto e a muitas propriedades no litoral e nos Campos Gerais (OLIVEIRA, 2011).

A mistura entre famílias consolidou a colonização do território paranaense e na segunda metade do século XVII João Rodrigues de França tinha a família constituída no espaço litorâneo e dos Campos Gerais. Paralelamente à expansão dessas famílias citadas acima, o Paraná viveu o ciclo do tropeirismo com a instalação de outras famílias no interior do Paraná que propiciaram o surgimento de cidades pelo interior. Carneiro (2013) resgatou as histórias das famílias Marcondes Carneiro e Rolim de Moura como principais precursoras dos Campos Gerais. A linhagem Marcondes Carneiro surgiu no século XIX através de uma das filhas do primeiro casamento de João Rodrigues de França – a Maria da Ascenção que se casou duas vezes. Dos núcleos familiares saíram fazendeiros e militares, todos

[177] Em 1660 Paranaguá é transformada em Capitania e Gabriel de Lara é nomeado seu primeiro capitão-mor. Em 1710 é extinta a Capitania de Paranaguá e anexada à São Paulo. Nessa época João Rodrigues de França era o capitão-mor, portanto ele foi o último oficial tenente do donatário Marques de Cascaes, haja vista haver vendido sua capitania a 19 de setembro de 1711 para a Coroa Portuguesa (era herdeiro do donatário Pedro Lopes de Souza que recebeu a Capitania de Sant'Anna como doação em 1534) (CARNEIRO, 2013). Foram capitães mores de Paranaguá Gabriel de Lara (1660-1682), Tomas Fernandes de Oliveira (1683-1688), Gaspar Teixeira de Azevedo (1689-1692), Francisco da Silva Magalhães (1692-1701) e João Rodrigues França (1645-1715) (FREITAS, 1999).

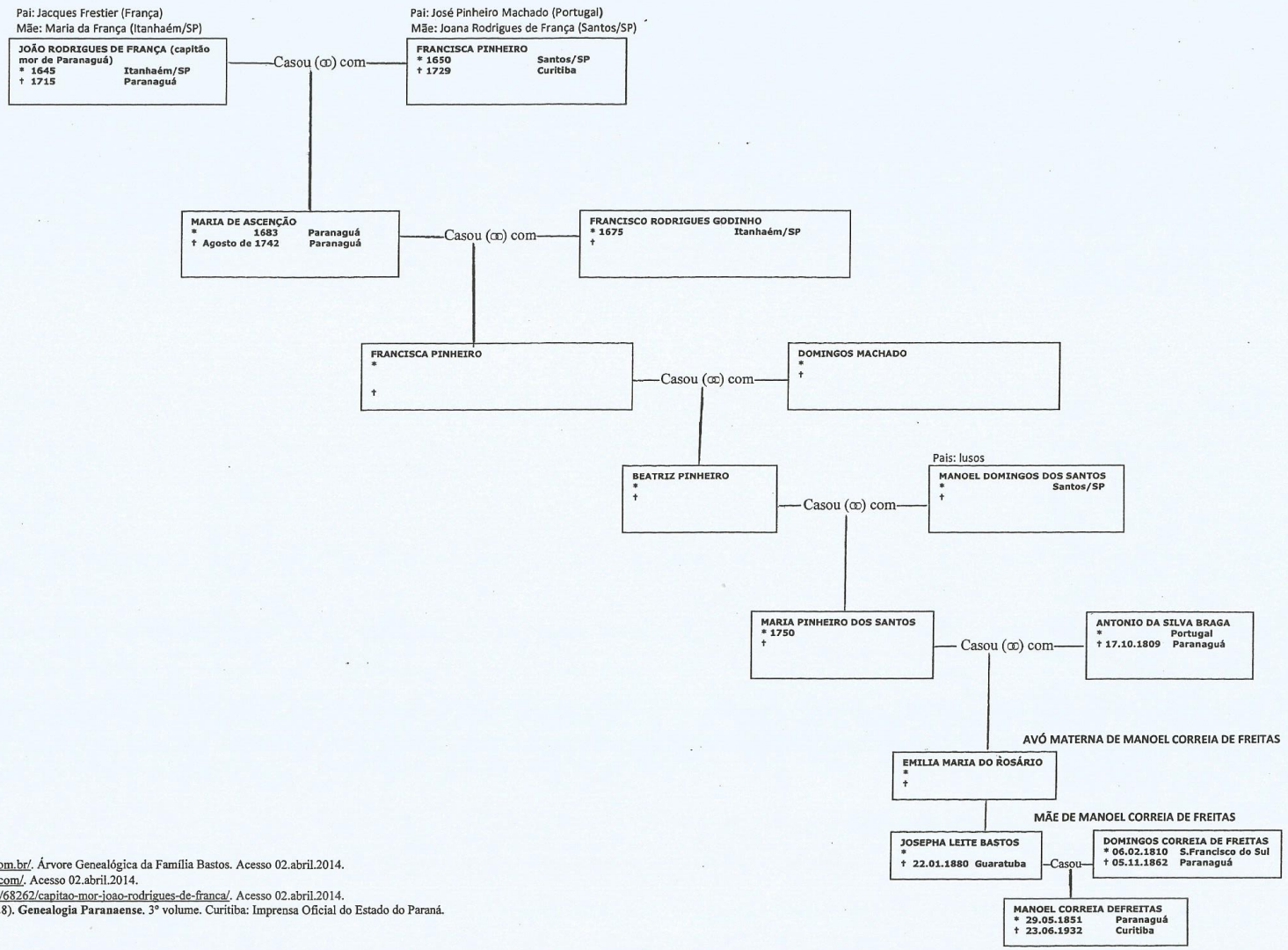
[178] Carneiro (2013) aponta que entre os fazendeiros campeiros – como eram chamados os moradores dos Campos Gerais de Curitiba – estava Luciano Carneiro Lobo, que é descendente de Maria da Conceição. Ele é citado como dono das maiores fazendas da Região dos Campos Gerais e, por consequência, dono de uma grande leva de escravos, perpetuando assim o regime do qual a matriarca Maria da Conceição pode ter pertencido.

homens e mulheres que tinham forte influência política na região[179]. Além disso, os Rodrigues França eram conquistadores, defensores e detentores de terras, haja vista as patentes militares que ocupavam e as alianças que estabeleciam por meio de matrimônios, sendo tais funções desempenhadas pelos homens que entravam na família - os genros de João Rodrigues França possuíam a patente de capitão (NEGRÃO, 1928).

A linhagem Godinho, que também surgiu através do primeiro casamento de Maria da Ascenção, é que vai dar origem à família Correia de Freitas que, portanto, vem de uma linhagem elitista que dominava as funções econômicas e sociais, haja vista João Rodrigues de França possuir fazendas de criação nos Campos Gerais, em Curitiba e São José dos Pinhais, além de minas de ouro nessa última localidade (NEGRÃO, 1928). Manoel Correia Defreitas é a sétima geração de João Rodrigues de França, pelo lado materno conforme Árvore Genealógica Nº 1.

[179] Concomitantemente à expansão da descendência de Rodrigues França, veio para o Brasil o português com descendência inglesa Antônio Rolim de Moura Tavarez. A família Rawlins, que surgiu no século 11 na Inglaterra, se transformou em Rolim, no Brasil, para facilitar a pronúncia dos brasileiros. Ele constituiu uma numerosa família no Brasil e voltou para Portugal sem parentes pois, tinha honrarias reais portuguesas e, por isso, não poderia voltar casado para a Europa. Um dos descendentes que ele deixou no Brasil foi Antônio Rolim de Moura. Ele nasceu em Sorocaba, numa rica família, e após casar-se passou a morar em Piraí do Sul ainda no século 19. Como Piraí do Sul era fruto de uma sesmaria criada por Rodrigues França, havia descendentes seu na região. Numa das uniões entre os descendentes de Antônio Rolim de Moura e de João Rodrigues de França surge a família Rolim Carneiro, que se fixou principalmente em Piraí do Sul e expandiu a colonização na região (CARNEIRO, 2013).

Árvore Genealógica Nº 1: EMÍLIA MARIA DO ROSÁRIO (AVÓ MATERNA DE MANOEL CORREIA DE FREITAS – Título Rodrigues de França)



FONTES:

http://www.rueidibastos.com.br/. Árvore Genealógica da Família Bastos. Acesso 02.abril.2014.
http://www.fidelis-soares.com/. Acesso 02.abril.2014.
http://geneall.net/pt/forum/68262/capitao-mor-joao-rodrigues-de-franca/. Acesso 02.abril.2014.
NEGRÃO, Francisco (1928). **Genealogia Paranaense**. 3° volume. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado do Paraná.

A data e local corretos de nascimento de Manoel Correia Defreitas é dia 29 de maio de 1851,[180] [181] na cidade de Paranaguá, estado do Paraná. Foi batizado em São Francisco do Sul, estado de Santa Catarina, no dia 4 de março de 1852[182]. Seus padrinhos foram José Caetano Corrêa e sua esposa Maria Corrêa da Graça, que era tia paterna do pai de Manoel Correia Defreitas, moradores em São Francisco do Sul[183] (NASCIMENTO, 2014a)[184]. O padre Antônio Francisco Nóbrega foi quem realizou a cerimônia de batismo[185]. Nascimento (1992) aponta como local

[180] Fonte: Livro Nº 21 de Assentos de Batizados da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá às folhas 141, Nº 196. Ver Anexo 4.

[181] Algumas narrativas biográficas de Manoel Correia Defreitas apontam erroneamente sua data de nascimento como o ano de 1853: Abranches (1918), O Dia (1927), Negrão (1928), Nicolas (1948, 1977a, 1978, 1984), Cortes (1948), ALEP (2016), Abreu (2016) e Correa (2006).

[182] Fonte: Livro 11, folha 267, 1852 de Assentos de Batizados da Igreja de Nossa Senhora das Graças de São Francisco do Sul. Ver Anexo 5. Também disponível no sítio conhecido como "Site dos Mormons", link https://familysearch.org/search (acesso 17.agosto.2016).

[183] O sítio que os pais de Manoel Correia Defreitas possuíam no Distrito de Sahy, num lugar chamado de Itapema fazia limites com a propriedade de Maria Correa da Graça. Conforme Inventário Nº Registro 2403, Vara do Juízo Municipal da Cidade de Paranaguá, ano 1880. Partes Josepha de Leite Bastos e Manoel Correa Defreitas, página 21. Acervo do Museu da Justiça do Paraná.

[184] Agradeço a entrevista que o senhor Antonio Roberto Nascimento me concedeu em sua residência em Joinville no mês de abril de 2014 onde pude esclarecer muitas dúvidas com relação à pesquisa genealógica da família Correia de Freitas e outras de Santa Catarina, sobretudo da região de São Francisco do Sul e Joinville. Além da entrevista me foi gentilmente disponibilizado o material inédito no qual ele estava trabalhando sobre a genealogia das famílias Fernandes Dias e Gomes de Oliveira, importantíssimas fontes citadas nesse trabalho.

[185] Padre Antonio Francisco Nóbrega (1839-1923) nasceu e morreu em São Francisco do Sul/SC. Filho do Capitão Antônio Francisco Nóbrega e de Maria Teresa de Jesus. De família de recursos, foi estudar no Seminário São José do Rio Comprido, no Rio de Janeiro, onde foi ordenado presbítero em 29 de dezembro de 1861. O Seminário do Rio Comprido formava a elite religiosa e administrativa do Império. Ali, além do cultivo das ciências naturais, das línguas latina e portuguesa, se ensinava o Regalismo, doutrina que definia a Igreja Católica como órgão do Estado. A Freguesia de Nossa Senhora da Graça do Rio São Francisco foi seu berço e também sua vida. Em 1867 assume a Paróquia de Nossa Senhora da Graça em substituição ao padre Benjamim Carvalho de Oliveira que atuou na paróquia de 1844 a 1867 e era seu parente. Por motivo de doença, em 1915, Padre Nóbrega retirou-se para a vida privada, sendo cuidado pela esposa e filhos (o retirar-se à vida privada fazia parte da estratégia de marginalizar os velhos padres nascidos no Império). Faleceu em 5 de fevereiro de 1923 e foi sepultado na igreja matriz onde fora batizado e na qual vivera o ministério. Foram 84 anos de vida e 61 de ministério presbiteral, conforme Besen (2014). Era proprietário de escravos (O Conservador, 17/04/1885), foi candidato à deputado provincial pelo Partido Liberal (A Regeneração, 11/10/1877), membro do diretório central do Partido Liberal em São Francisco do Sul (Gazetta de Joinville, 23/07/1878 e A Regeneração, 09/07/1889). Em 1872 foi convidado para compor a comissão de agências de donativos para a construção de edifício escolares e em 4 de julho de 1879 foi nomeado para o cargo de inspetor do Distrito Escolar de São Francisco do Sul (O Despertador, 08/07/1879).

de nascimento de Manoel Correia Defreitas o estado de Santa Catarina[186]. A confusão ocorreu devido a batizado de Manoel ter sido realizado na cidade catarinense de São Francisco do Sul, pois era praxe na época a criança "pertencer" à paróquia do local onde nasceu. Sem maiores pesquisas documentais não teria como entender o ocorrido. Na época de seu nascimento, os pais de Manoel Correia Defreitas residiam em um sítio no bairro de Imboguaçu em Paranaguá, mas solicitaram ao vigário da cidade autorização para realizar o seu batizado na cidade de residência dos padrinhos, no caso em São Francisco do Sul. A licença foi concedida e quando do retorno à cidade de Paranaguá os pais de Manoel Correia Defreitas apresentaram a certidão do batismo realizado na Igreja de Nossa Senhora da Graça, em São Francisco do Sul ao Vigário Agostinho Machado Lima de Paranaguá que lavrou o seu consentimento de realização do batizado em outra paróquia e a efetivação da colocação do óleo sagrado em Manoel (ver Anexo 4). Manoel Correia Defreitas faleceu em Curitiba no dia 23 de junho de 1932[187].

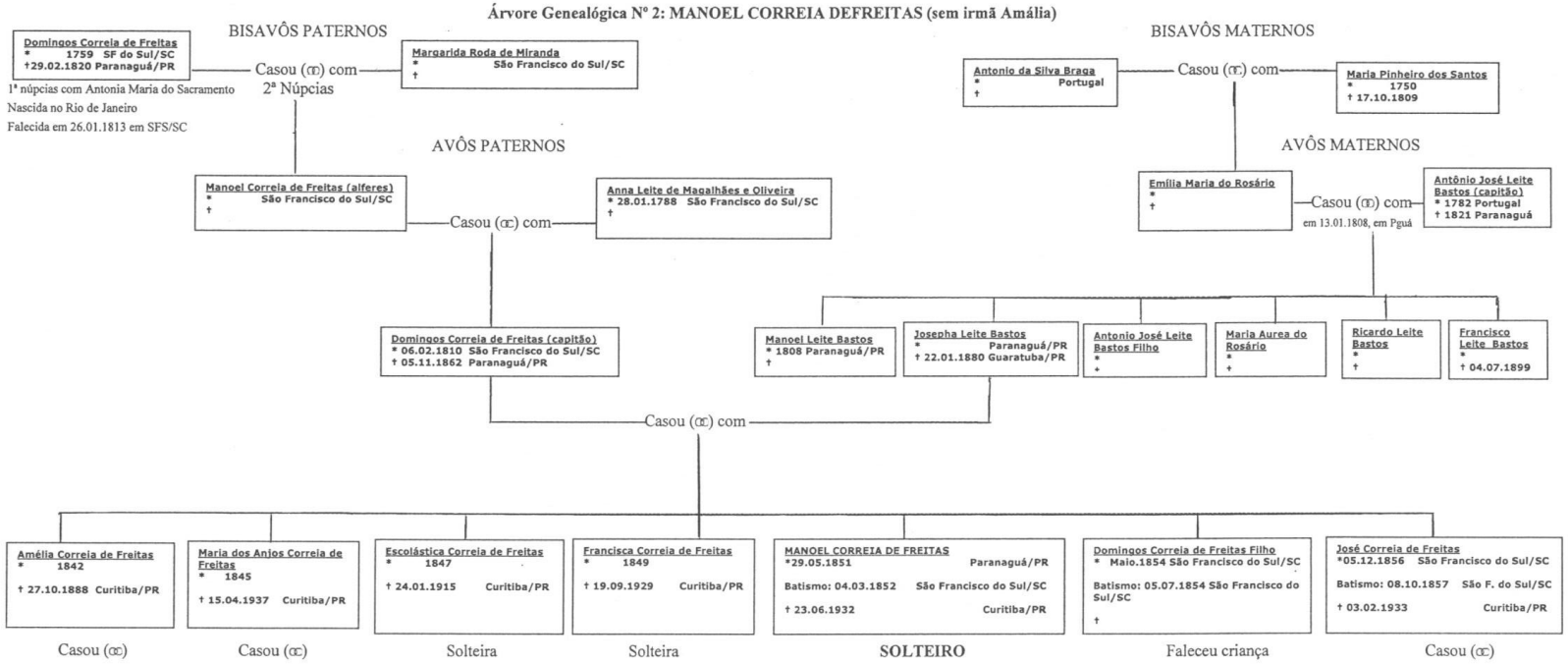
As duas principais referências para o estudo genealógico da Família Correia Defreitas são Negrão (1928) e Nascimento (1992). Partindo das indicações desses autores e de acordo com pesquisa documental realizada em diversas instituições e de diferentes localidades[188], a árvore genealógica da Família Correia de Freitas foi revisada e atualizada.

[186] Deixo aqui registrado minha profunda gratidão à Venceslau Muniz Filho do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná que me ajudou na localização da referência desse artigo de Nascimento do ano de 1992 e colocou a minha disposição sua valiosa biblioteca particular da qual consegui extrair importantes materiais sobre a história de Santa Catarina e do Paraná. Infelizmente, Muniz nos deixou no dia 9 de maio de 2016 e não pode ver a conclusão desse trabalho. Agradeço também ao colega do Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFPR Pablo Quintani que localizou o artigo original em Blumenau e me enviou.

[187] Fonte: Registro de Óbitos do Cemitério Municipal do Água Verde, Ordem Nº 5516, Certidão de Óbito 686. Ver Anexo 6.

[188] Para a confirmação dos anúncios dos falecimentos dos membros da família Correia de Freitas sepultados no Cemitério Municipal São Francisco de Paula agradeço imensamente à disposição e ao conhecimento de Clarissa Grassi, sempre pronta a me ajudar e compartilhar. Para os membros enterrados no Cemitério Municipal do Água Verde agradeço a atenção dos funcionários da Casa da Memória de Curitiba.

Árvore Genealógica Nº 2: MANOEL CORREIA DEFREITAS (sem irmã Amália)



Fontes:

http://www.rueidibastos.com.br/. Árvore Genealógica da Família Bastos. Acesso em 02 de abril de 2014.

Livros de Casamentos da Igreja de Nossa Senhora das Graças de São Francisco do Sul. Acervo Cúria de Joinville.

NASCIMENTO, Antonio Roberto (1992). *"O Republicano Manoel Correia Defreitas"*. IN: Blumenau em Cadernos, Tomo XXXIII, N.9, Setembro, p.319-320.

NASCIMENTO, Antonio Roberto (s.d). **Os Carvalhos Buenos.** Joinville: edição do autor.

NASCIMENTO, Antonio Roberto (2014a). **Os Fernandes Dias.** Joinville: (mimeo).

NASCIMENTO, Antonio Roberto (2014b). **Os Gomes de Oliveira.** Joinville: (mimeo).

NEGRÃO, Francisco (1928). **Genealogia Paranaense**. 3º volume. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado do Paraná.

Durante o levantamento documental para a reconstituição da árvore genealógica da Família Correia de Freitas, nos deparamos com uma indicação no sítio que apresenta a Árvore Genealógica do Capitão Antônio de Leite Bastos[189], de que talvez o primeiro filho do casal Domingos e Josepha tenha nascido no ano de 1841 e tenha sido batizado com o nome de Manoel Correia de Freitas Neto. Provavelmente tenha falecido ainda muito criança, pois não encontramos mais nenhuma outra referência e nem documentação referente a esse primeiro Manoel. Outro sítio, o Fidelis e Soares Genealogia on-line[190] também aponta a existência de um Manoel Correia de Freitas Neto, filho do casal Domingos e Josepha. Por se tratar de um sítio em que é necessário pagar uma taxa para se ter acesso ao conteúdo não conseguimos maiores informações. Nos dois sítios, o nascimento desse menino no ano de 1841 é apenas citado e não comprovado através de algum documento oficial, portanto, deixamos aqui registrado esse dado, mas ele não será considerado em nossa análise por falta de comprovação.

Outros sítios de genealogias[191] apontam a existência de mais de um Manoel Correia de Freitas como filho do casal Domingos e Josepha, mas a confusão desses sítios se dá entre os anos de 1851 e 1853 e esse ponto já foi esclarecido com a documentação levantada nas Cúrias de Paranaguá e de Joinville. Entre o batizado de Manoel Correia Defreitas realizado em 4 de março de 1852 e o batizado de se irmão Domingos Filho no dia 5 de julho de 1854 não foram localizados, em nenhuma das duas cúrias supracitadas, registros referentes ao nascimento ou batizado de um outro filho de Domingos e Josepha. Os sítios e a literatura que apontam o ano de nascimento como sendo 1853 também não indicam a fonte de onde retiraram esse ano. Portanto, essas referências também serão desconsideradas.

Negrão (1928) aponta Amélia como a primeira filha do casal Domingos e Josepha. Pelos inventários dos pais, quando analisa-se a relação dos herdeiros,

---

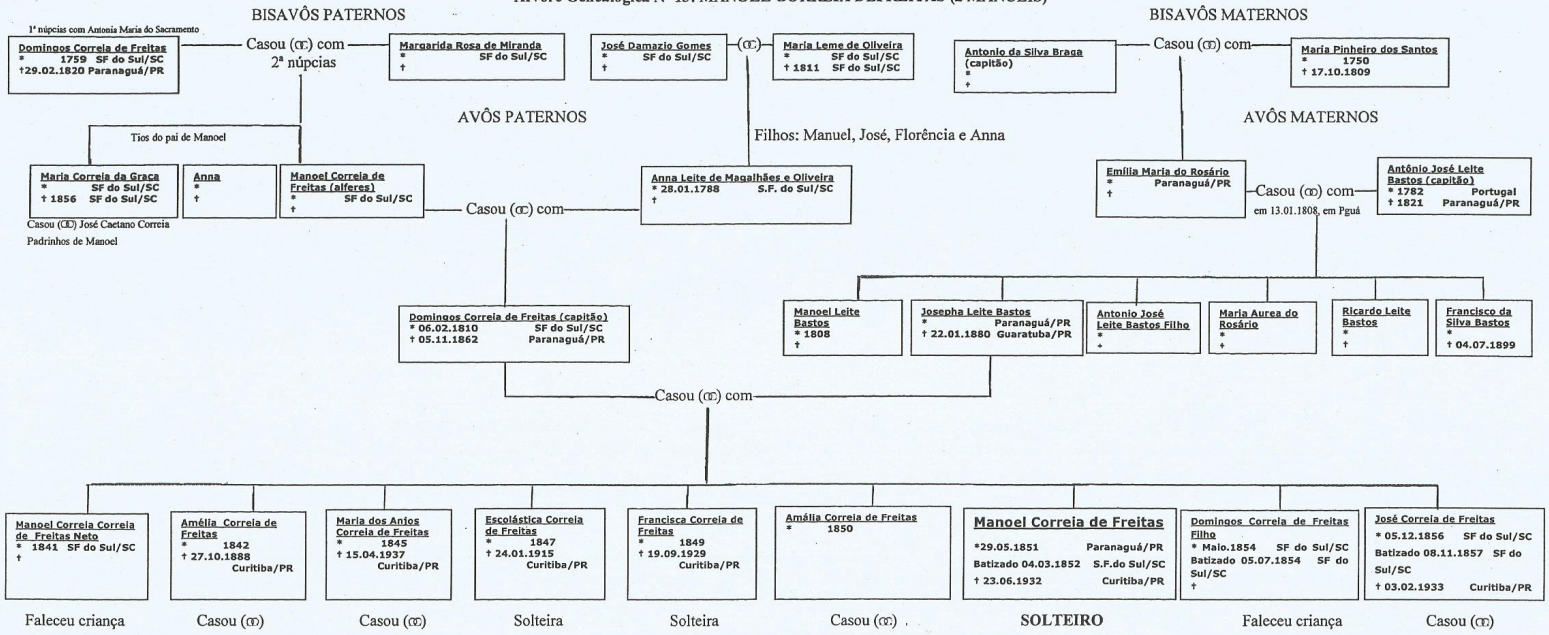
[189] Disponível em http://www.rueidibastos.com.br/leitebastos/pafg01.htm. Acesso em 16.abril.2014.

[190] Disponível em http://urlm.com.br/www.fidelis-soares.com. Acesso em 24.maio.2014.

[191] My Heritage – disponível em https://www.myheritage.com.br/names/correia_freitas Acesso em 3.maio.2014. Family Search – disponível em https://ident.familysearch.org/names/correia-de-freitas. Acesso em 15.maio.2014.

têm-se a constatação de que realmente Amélia era a filha mais velha do casal, nascida no ano de 1842. Deixamos aqui registrado, a título de curiosidade, na Árvore Genealógica Nº13, como seria a ordem dos filhos de Domingos e Josepha considerando a existência de dois “manueis” e continuamos a busca por mais documentos que possam elucidar a genealogia da Família Correia de Freitas.

Árvore Genealógica Nº 13: MANOEL CORREIA DEFREITAS (2 MANUÉIS)



Fontes:

http://www.rueidibastos.com.br/. Árvore Genealógica da Família Bastos. Acesso em 02 de abril de 2014.

Livros de Casamentos da Igreja de Nossa Senhora das Graças de São Francisco do Sul. Acervo Cúria de Joinville.

NASCIMENTO, Antonio Roberto (1992). *"O Republicano Manoel Correia Defreitas"*. IN: Blumenau em Cadernos, Tomo XXXIII, N.9, Setembro, p.319-320.

NASCIMENTO, Antonio Roberto (s.d). **Os Carvalhos Buenos.** Joinville: edição do autor.

NASCIMENTO, Antonio Roberto (2014a). **Os Fernandes Dias.** Joinville: (mimeo).

NASCIMENTO, Antonio Roberto (2014b). **Os Gomes de Oliveira.** Joinville: (mimeo).

NEGRÃO, Francisco (1928). **Genealogia Paranaense**. 3° volume. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado do Paraná.

Provedoria Geral da Comarca de Paranaguá. Autos Cíveis de Contas entre partes. Documento N.5064, ano de 1821. Inventário de Domingos Correia

GENEALOGIA DE MANOEL CORREIA DEFREITAS

BISAVÔS PATERNOS:

- Domingos Correia de Freitas, natural de São Francisco do Sul/SC e falecido a 29 de fevereiro de 1820 em Paranaguá/PR.

- Margarida Rosa de Miranda, natural de São Francisco do Sul/SC.

BISAVÔS MATERNOS:

- Antônio da Silva Braga, natural de Portugal.

- Maria Pinheiro dos Santos, nascida em 1750 e falecida a 17 de outubro de 1809.

AVÔS PATERNOS:

- Manoel Correia de Freitas, natural de São Francisco do Sul/SC.

- Ana Leite de Magalhães e Oliveira, nascida em 28 de janeiro de 1788 em São Francisco do Sul/SC.

AVÔS MATERNOS:

- Antônio José Leite Bastos, nascido em 1782 em Portugal e falecido em 1821 em Paranaguá/PR.

- Emília Maria do Rosário, natural de Paranaguá (do título de Rodrigues França).

PAIS:

- **Domingos Correia de Freitas**, nascido em 6 de fevereiro de 1810 em São Francisco do Sul/SC e falecido a 5 de novembro de 1862 em Paranaguá/PR.

- **Josepha Leite Bastos**, nascida em Paranaguá/PR e falecida a 22 de janeiro de 1880 em Guaratuba/PR.

Tiveram sete filhos:

1. **Amélia Correia de Freitas**, nascida em 1842 e falecida a 27 de outubro de 1888 em Curitiba/PR. Casou com Lourenço Machado da Silva falecido a 22 de setembro de 1884. Tiveram 6 filhos:

1.1. Thereza Correia Machado nascida em Paranaguá/PR e falecida a 1º de maio de 1947 em Juiz de Fora/MG. Casou com Ernesto Henrique Busse, nascido em 28 de janeiro de 1878 em Votuverava/PR e falecido a 9 de agosto de 1937 em Curitiba/PR. Tiveram 4 filhos:

1.1.1 Luiz Machado Busse (nascido 12/03/1898 e falecido 17/09/1960). Casou em 28 de julho de 1928 com Encarnacion Rodrigues, nascida na Espanha em 18 de outubro de 1910 e falecida a 18 de dezembro de 1964 em Curitiba. Tiveram 3 filhos:

1.1.1.1 Ibis Rodrigues Busse, nascido em 9 de junho de 1929

1.1.1.2 Ruth Rodrigues Busse, nascida em 21 de fevereiro de 1931

1.1.1.3 Assi Rodrigues Busse, nascido em 8 de junho de 1932

1.1.2 Sahra Machado Busse (nascida 21/04/1906 e falecida 01/11/1982). Casou em 1922 com Alvaro Lima.

1.1.3 Vera Machado Busse (nascida 15/02/1908)

1.1.4 Ione Machado Busse (nascida 12/09/1915 e falecida 04/01/1980)

1.2 Victor Machado da Silva, faleceu criança.

1.3 Francisco Machado da Silva. Casou com Leonor Guimarães. Tiveram 2 filhos:

1.3.1 Jandyra

1.3.2 Ary

1.4 Maria do Rosário Correa Machado. Casou em 1896 com João Augusto Stresser e tiveram 2 filhos:

1.4.1 Theodoro Machado Stresser, nascido em 28 de março de 1897 em Curitiba/PR. Casou com Celina da Silveira e tiveram 2 filhos:

1.4.1.1 Claudio Fernando da Silveira Stresser, nascido em 8 de agosto de 1936 em Curitiba/PR e falecido a 12 de outubro de 1937 em Curitiba/PR.

1.4.2 Scevola Machado Stresser, falecida criança a 30 de setembro de 1918 em Curitiba/PR.

1.5 Amália Machado da Silva, falecida criança.

1.6 Maria Amélia Machado da Silva, falecida criança.

2. **Maria dos Anjos Correia de Freitas**, nascida em 1845 e falecida a 15 de abril de 1937 em Curitiba. Casou com Norberto José de Miranda nascido em junho de 1836 em Guaratuba/PR e falecido a 10 de abril de 1884 em Joinville/SC. Tiveram 6 filhos:

2.1 Zulmira Correia de Miranda. Falecida em 1883 em Joinville. Solteira.

2.2 Maria Francisca Correia de Miranda, falecida a 12 de dezembro de 1910 em Curitiba/PR. Solteira.

2.3 Lamartine Correia de Miranda, nascido em 20 de novembro de 1871 em Guaratuba/PR e falecido a 7 de agosto de 1954 em Curitiba/PR. Solteiro.

2.4 Antônio Correia de Miranda, falecido a 29 de dezembro de 1959 em Curitiba/PR. Casou com Maria da Conceição Braga. Sem filhos.

2.5 Julieta Correia de Miranda. Casou com José Pereira Ramos. Tiveram 4 filhos:

2.5.1 Norberto de Miranda Ramos

2.5.2 Maria de Lourdes de Miranda Ramos

2.5.3 José de Miranda Ramos

2.5.4 Almiro de Miranda Ramos

2.6 Felisbina de Miranda, nascida em 1878 e falecida a 26 de novembro de 1883 em Joinville/SC.

3. **Escolástica Correia de Freitas**, nascida em 1847 e falecida em 24 de janeiro de 1915 em Curitiba/PR. Solteira.

4. **Francisca Correia de Freitas**, nascida em 1849 e falecida em 19 de setembro de 1929 em Curitiba/PR. Solteira.

5. **Manoel Correia Defreitas**, nascido em 29 de maio de 1851 em Paranaguá/PR e falecido a 23 de junho de 1932 em Curitiba/PR. Solteiro. Teve 3 filhos com Lucilia Landal[192].

5.1 Nihil Emmanuel, falecido em 24 de janeiro de 1910, criança com 10 meses.

5.2 Meuma Correia Defreitas, nascida em 27 de junho de 1911 em Curitiba e falecida em agosto de 2002 em Londrina/PR. Casou com Antônio Roque Pedroso e tiveram 4 filhos:

5.2.1 Lucilia Clara Defreitas Pedroso

5.2.2 Mozart Antônio Defreitas Pedroso

5.2.3 Joseline Maria Defreitas Pedroso

5.2.4 Flávia Defreitas Pedroso

5.3 Meden Correia Defreitas, nascida em 30 de dezembro de 1913 em Curitiba/PR e falecida a 21 de junho de 1986 em Curitiba/PR. Casou em 25 de outubro de 1935 com Ivo Soares Janson, sem filhos. Desquite em 1949. Em união estável com Adriano Virgulino Machado tiveram uma filha.

---

[192] Lucilia Landal era filha de Theodoro Landal e de Carolina Daniel. Nasceu em São José da Boa Vista. Casou em 5 de novembro de 1892 com Augusto de Figueiredo na Igreja de Nossa Senhora da Luz em Curitiba. Augusto era natural de Morretes onde nasceu no ano de 1860. Filho de Antônio Cândido de Figueiredo e de Deolinda de Figueiredo. Faleceu dia 27 de março de 1905 em Curitiba. Disponível em Familysearch/Brasil Casamentos 1730-1955.Microfilm 1,251,748. Acesso em 20.fevereiro.2017.

5.3.1 Lucirene Defreitas Machado, nascida em 8 de agosto de 1945 em Curitiba/PR. Casou em 8 de maio de 1974 Ozires Broska nascido na Tchecoslováquia em 30 de julho de 1918 e falecido no Rio de Janeiro. Não tiveram filhos.

5.3.1.1 Luciana Machado, nascida a 4 de agosto de 1965 em Curitiba/PR.

6. **Domingos Correia de Freitas Filho**, nascido em maio de 1854 em São Francisco do Sul/SC. Batizado em 5 de julho de 1854 em São Francisco do Sul/SC. Faleceu criança.

7. **José Correia de Freitas**, nascido em 5 de dezembro de 1856 em São Francisco do Sul/SC e falecido a 3 de fevereiro de 1933 em Curitiba/PR. Casou dia 8 de setembro de 1886 com Luiza da Costa Netto nascida em 7 de maio de 1862 em Paranaguá/PR e falecida a 20 de setembro de 1947 em Curitiba/PR. Era filha de Custódio Cardozo Netto, nascido em 2 de junho de 1812 em Portugal e falecido a 29 de maio de 1906 em Curitiba/PR, e de Gertrudes Leocádia da Costa Netto, falecida a 7 de outubro de 1916 em Curitiba/PR. Tiveram 5 filhos:

7.1 Josepha Correia de Freitas, nascida em 7 de janeiro de 1889 em Curitiba e falecida a 10 de outubro de 1960 em Curitiba/PR.

7.2 Maria Correia de Freitas, falecida criança.

7.3 Conceição Correia de Freitas, nascida em 1890 em Curitiba/PR e falecida a 1º de outubro de 1892 em Curitiba/PR.

7.4 Domingos Correia de Freitas Neto, nascido em agosto de 1891 em Curitiba/PR e falecido a 12 de novembro de 1892 em Curitiba/PR.

7.5 Soledade Correia de Freitas, nascida em 7 de julho de 1900 em Curitiba/PR.

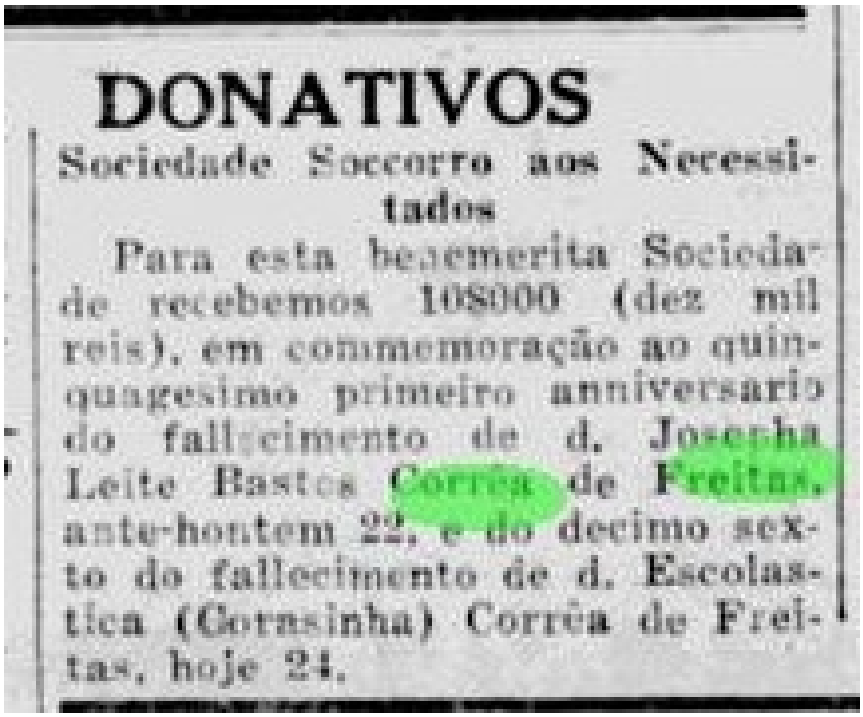
Josepha Leite Bastos (MÃE)

Nascimento: sem data localizada, em Paranaguá/PR

Falecimento: 22 de janeiro de 1880 em Guaratuba/PR[193]



Figura 30 – Assinatura de Josepha Leite Bastos
Fonte: Nº Registro 1475, Comarca de Paranaguá, Vara de Juízo de Órfão da Cidade de Paranaguá, ano 1871. Acervo do Museu da Justiça do Paraná



DONATIVOS

Sociedade Soccorro aos Necessitados

Para esta benemerita Sociedade recebemos 108000 (dez mil reis), em commemoração ao quinquagesimo primeiro anniversario do fallecimento de d. Josepha Leite Bastos Corrêa de Freitas, ante-hontem 22, e do decimo sexto do fallecimento de d. Escolastica (Cotasinha) Corrêa de Freitas, hoje 24.

Figura 31 - Donativo para a Sociedade Socorro aos Necessitados em comemoração as datas de falecimento de Josepha Leite Bastos e Escolástica Correia de Freitas.
Fonte: O Dia, 24/01/1931

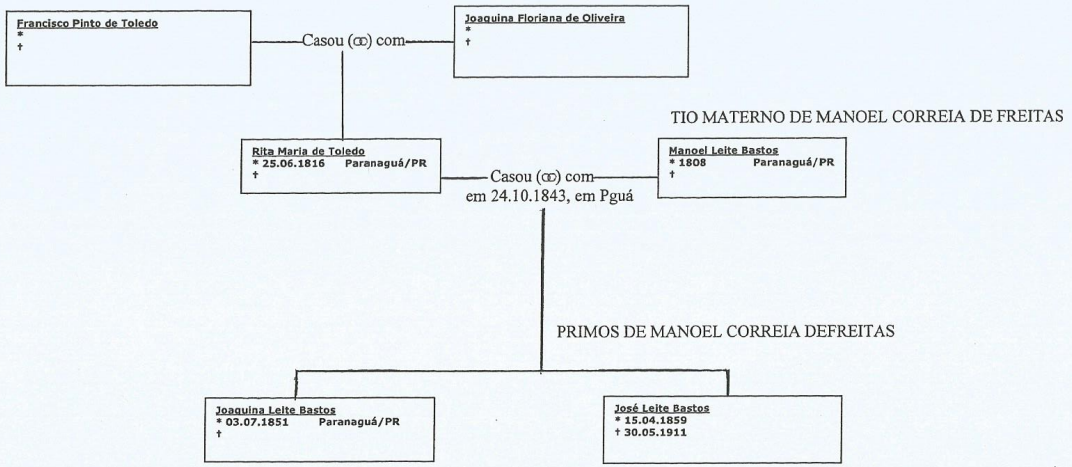
Ver Árvore Genealógica Nº 3: MANOEL LEITE BASTOS, irmão de Josepha e tio materno

Ver Figura 32 – Francisco Bastos, irmão de Josepha e tio materno de Manoel

Ver Figura 33 – Antônio José Leite Bastos, irmão de Josepha e tio materno de Manoel

[193] Fonte: Inventário Nº Registro 2403, Vara do Juízo Municipal da Cidade de Paranaguá, ano 1880. Partes Josepha de Leite Bastos e Manoel Correa Defreitas. Acervo do Museu da Justiça do Paraná.

Árvore Genealógica Nº 3: MANOEL LEITE BASTOS (tio materno)



FONTES:

http://www.rueidibastos.com.br/. Árvore Genealógica da Família Bastos. Acesso em 02 de abril de 2014.
NASCIMENTO, Antonio Roberto (1992). *"O Republicano Manoel Correia Defreitas"*. IN: Blumenau em Cadernos, Tomo XXXIII, N.9, Setembro, p.319-320.
NASCIMENTO, Antonio Roberto (s.d). **Os Carvalhos Buenos.** Joinville: edição do autor.
NASCIMENTO, Antonio Roberto (2014a). **Os Fernandes Dias.** Joinville: (mimeo).
NASCIMENTO, Antonio Roberto (2014b). **Os Gomes de Oliveira.** Joinville: (mimeo).
NEGRÃO, Francisco (1928). **Genealogia Paranaense**. 3° volume. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado do Paraná.



Figura 32 – Francisco Bastos, tio materno de Manoel Correia Defreitas (sem data)
Fonte: Acervo particular de Constance Beatriz Pedroso



Figura 33 – Antônio José Leite Bastos, tio materno de Manoel Correia Defreitas (sem data)
Fonte: Acervo particular de Constance Beatriz Pedroso

Domingos Correia de Freitas (PAI)

Nascimento: 6 de fevereiro de 1801, em São Francisco do Sul/SC

Falecimento: 5 de novembro de 1862 em Paranaguá/PR

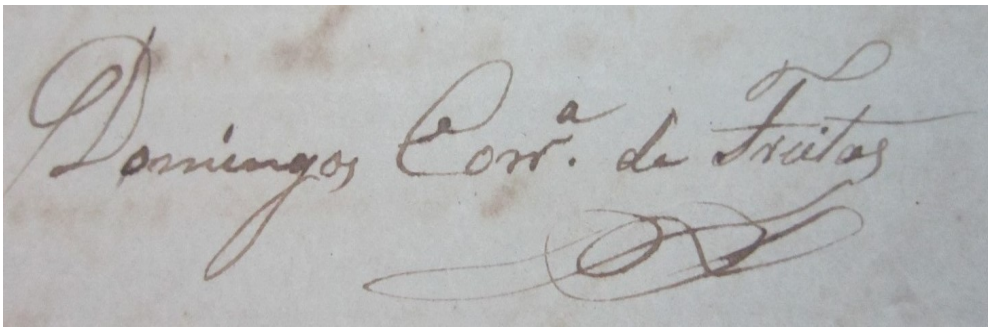
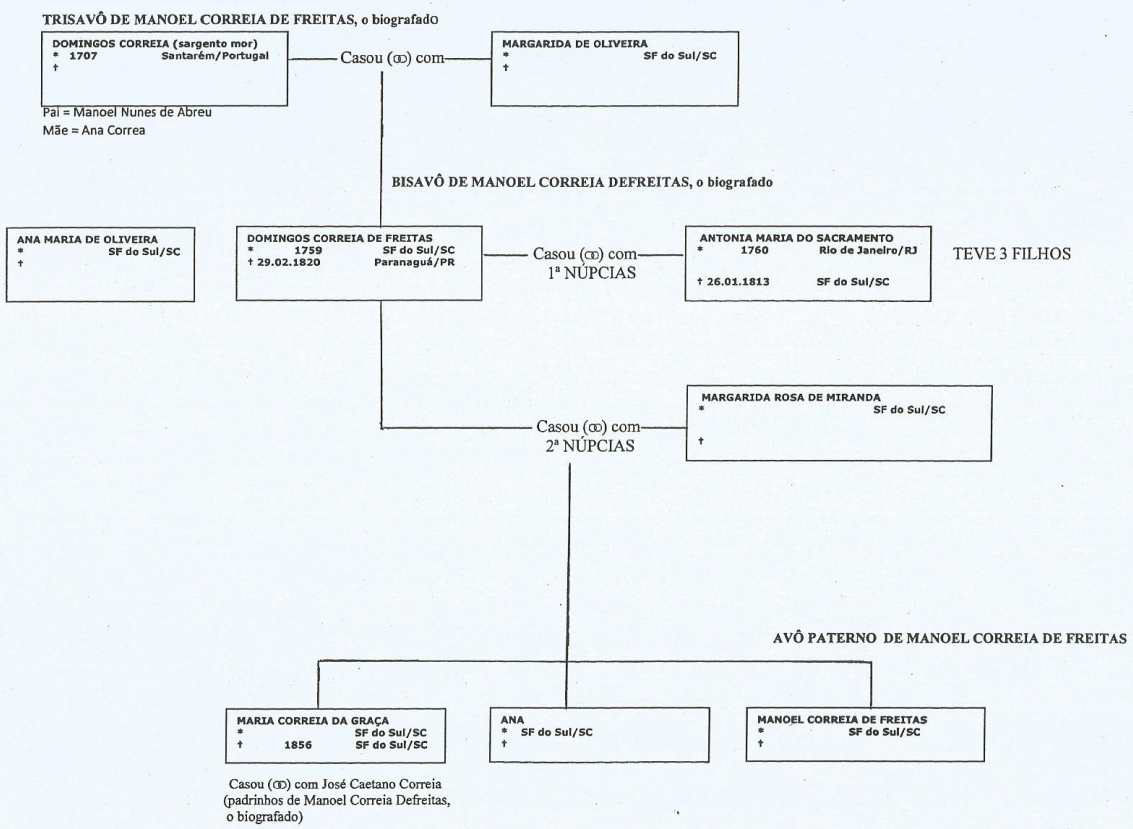


Figura 34 – Assinatura de Domingos Correia de Freitas (1862)
Fonte: Inventário Nº 1071, ano 1864. Juízo de Paranaguá, p.9.
Acervo Museu da Justiça do Paraná

Ver Árvore Genealógica Nº 4: DOMINGOS CORREIA DE FREITAS (bisavô paterno)

Árvore Genealógica Nº 4: DOMINGOS CORREIA DE FREITAS (BISAVÔ PATERNO)



FONTES:
http://www.rueidibastos.com.br/. Árvore Genealógica da Família Bastos. Acesso em 02 de abril de 2014.
NASCIMENTO, Antonio Roberto (1992). *"O Republicano Manoel Correia Defreitas"*. IN: Blumenau em Cadernos, Tomo XXXIII, N.9, Setembro, p.319-320.
NASCIMENTO, Antonio Roberto (s.d). **Os Carvalhos Buenos.** Joinville: edição do autor.
NASCIMENTO, Antonio Roberto (2014a). **Os Fernandes Dias.** Joinville: (mimeo).
NASCIMENTO, Antonio Roberto (2014b). **Os Gomes de Oliveira.** Joinville: (mimeo).
NEGRÃO, Francisco (1928). **Genealogia Paranaense.** 3º volume. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado do Paraná.
Ofício da Câmara de São Francisco do Sul de 19/04/1770. Arquivo Nacional Códice 110. Microfilme M026-0-78

Manoel Correia Defreitas, o biografado

Nascimento: 29 de maio de 1851 em Paranaguá/PR

Batizado: 4 de março de 1852 em São Francisco do Sul/SC

Falecimento: 23 de junho de 1932 em Curitiba/PR



O Paraná de luto

—— Falleceu hontem o historico republicano ——

Manoel Correia Defreitas

Nesta capital, falleceu hontem, ás ultimas horas da tarde, Manoel Correia Defreitas, paranaense illustre, republicano historico de larga projecção no scenario politico da Nação.

Espirito batalhador, Correia Defreitas, desde moço dedicara o maior dos seus esforços e de sua intelligencia ás causas politicas do seu Estado, ás quaes soube sempre defendel-as com o brilho invulgar do seu temperamento combativista.

O seu nome sempre acatado e respeitado, salientou-se no paiz, desde a propaganda republicana, onde apparecia como orador fervoroso, publicista notavel e jornalista de nomeada.

Foi, assim, um dos paranaenses e por certo um dos brasileiros que mais trabalhou pela propaganda e consolidação da Republica, quér pela tribuna, quér pela imprensa.

O passamento do illustre paranaense, verificou-se hontem, em quarto particular, na Santa Casa de Misericordia, ás 5 e 55 e os seus funeraes realizar-se-ão hoje, ás 4 horas da tarde, sahindo o feretro da rua Aquidaban nº 325 para o Cemiterio da Agua Verde.

N. R. — Manoel Correia Defreitas, nasceu no municipio de Paranaguá, no sitio denominado Imboguassú, sendo seus paes, Domingos Correia Defreitas e D. Josepha Leite Bastos Defreitas.

Moço ainda, aos 15 annos de idade Correia Defreitas empenhou se na campanha em pról do livro, em favor do ensino popular iniciando logo apoz a propaganda republicana em Paranaguá, com a organisação do respectivo partido politico.

Ampliando o raio de acção em outros pontos da então Provincia, o joven democrata fundou em Curityba, com o notavel brasileiro J. F. da Rocha Pombo, o jornal republicano "A Verdade", tendo anteriormente, feito parte da redacção do "Echo Literario" mais tarde "Livre Paraná", em cujas columnas lançaram tambem vibrantes trabalhos, Fernando Simas, director, Guilherme Leite e outros.

Escreveu ainda, na mesma época em a "Patria Livre", com Albino Silva.

Mais tarde, Correia Defreitas tendo como companheiros, Ernesto Lima, Octavio do Amaral, Chichôrro Junior, Emiliano Perneta e outros, collaborou na "A Republica", dirigida por Eduardo Meen des Gonçalves, jornal esse para cuja fundação concorreu em Curityba, no anno de 1886.

Retirando-se, temporariamente, para o visinho Estado de Santa Catharina, continuou a defeza de suas ideas, pela "Gazeta de Joinville", n'"O Globo" e "Balão Correio", escrevendo mais tarde, na "Evolução", orgão dedicado ao ideal democratico, abrilhantado pelas pennas de Lydio Barbosa e outros que, residindo no antigo Desterro, ahi se fizeram arautos do regimen republicano.

Por occasião de um pleito eleitoral, ainda no regimen monarchico, o presidente do partido republicano de S. Francisco teve a franqueza de trahir seus amigos, enxertando as cedulas dos eleitores republicanos, que as recebiam de bôa fé, com os nomes dos candidatos do partido situacionista.

Verberando, pela imprensa, esse facto, com energia, foi Correia Defreitas, processado e condemnado a tres mezes de prisão, não tendo sido, porem, executada a sentença, dadas a respeitabilidade pessoal do destacado propagandista e a força de que já dispunha a arregimentação republicana.

Seguindo para o Rio de Janeiro, fez-se collaborador assiduo do "Correio do Povo", orgão da propaganda. Ao lado de João Clapp, bateu-se igualmente pelo abolicionismo.

Não contente com a divulgação de suas opiniões pela valvula unica da imprensa, Correia Defreitas, encetou varias conferencias, sendo que as realisadas em 1886, no Club Tiradentes, tiveram o comparecimento de Saldanha Marinho, Quintino Bocayuva e Ubaldino do Amaral, em presença dos quaes o orador, varias vezes affirmou que a fórma republicana nada mais éra do que a barca que nos havia de conduzir ao regimen do socialismo racional politico.

E dahi por diante Correia Defreitas, respeitado como um dos mais ardorosos e vibrantes tribunos da actualidade, percorreu os Estados de São Paulo, Minas Geraes e outros do norte.

E a 18 de Outubro de 1889, no "Hotel do Commercio", na Capital fluminense, Correia Defreitas, levava a effeito a derradeira conferencia da propaganda levantando ao terminal-a enthusiastico viva á Republica!

A sua vida dahi por diante, fôra sempre de ingentes e profícuos trabalhos, sem descanço e sem desfallecimentos.

Foi uma vida de vibração e incommensuravel amôr pelas nobres cousas da Republica.

REGRESSARAM DE CASTRO OS SRS. INTERVENTOR FEDERAL E COMTE. DA REGIAO

Regressaram hontem da sua excursão a Castro, aonde tinham ido para resolver com o prefeito local a questão surgida sobre a localização ali do quartel do 5.º Regimento de Cavallaria, os srs. interventor Manoel Ribas e general Mauricio Cardoso, commandante da Região.

Segundo podemos apurar a citada questão ficou definitivamente resolvida a contento de ambas as partes.

O SR. NOGUEIRA FILHO VAE A PORTO ALEGRE

RIO, 23 (A. B.) — "A Noite" diz estar bem informada de que o sr Paulo Nogueira Filho, chefe do Partido Democratico Paulista partirá de avião, amanhã, para Porto Alegre como emissario do sr João Neves, afim de levar aos chefes das frentes unicas, as ultimas noticias exactas e os acontecimentos politicos havidos depois da partida do sr Flores da Cunha.

aderido ao movimento popular, estabelecendo o preço de $500 por pessoa.

Curitiba, 23 de Junho de 1932.

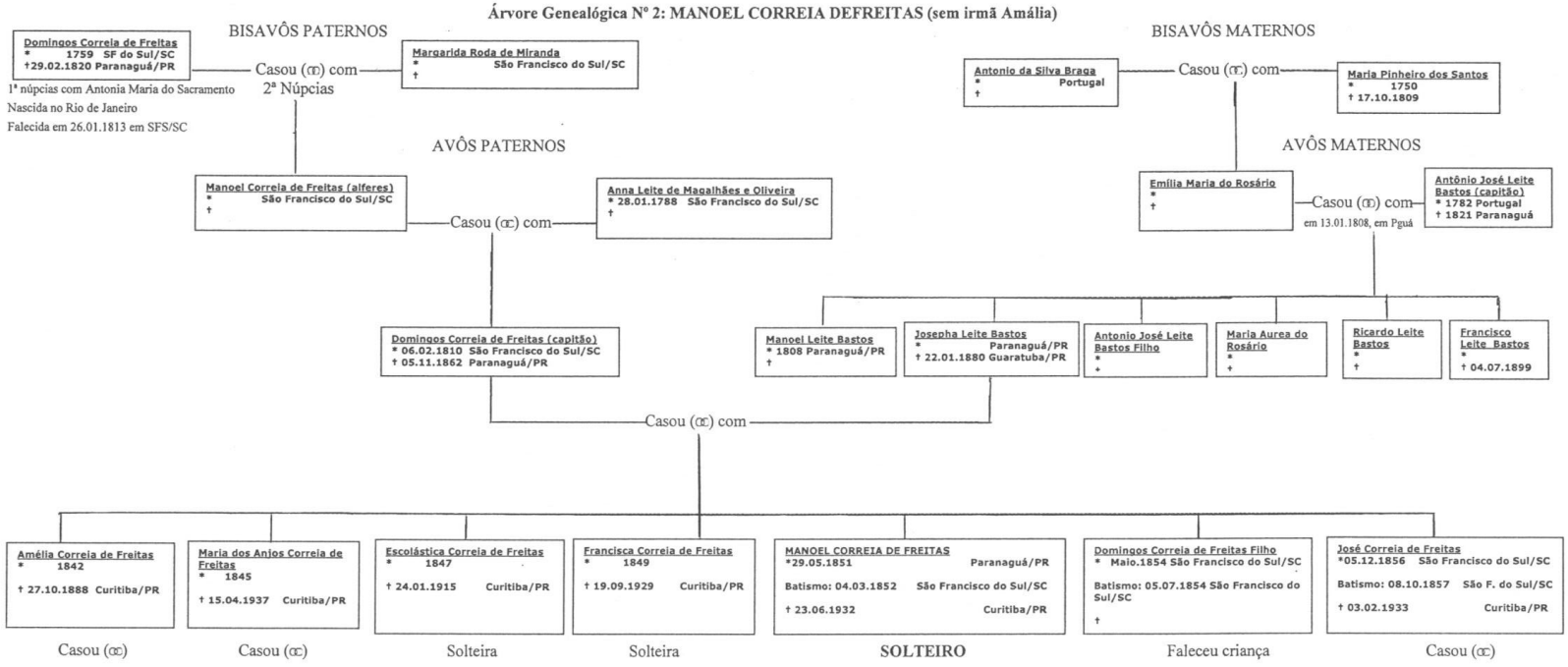
Pelas Commissões Popular e Proletaria:

Octacilio Costa, Affonso Hey, Tomaria F. da Silva, Waldrido Pilotto Cezar Muniz, Elias Karam; Ferval Silva, Esmeraldo Blasi, Ignacio S. Franco, Julio Moura.

Figura 35 - Anúncio do falecimento de Manoel Correia Defreitas
Fonte: O Dia, 24/06/1932

Ver Árvore Genealógica Nº 2: MANOEL CORREIA DEFREITAS

Árvore Genealógica Nº 2: MANOEL CORREIA DEFREITAS (sem irmã Amália)



Fontes:
http://www.rueidibastos.com.br/. Árvore Genealógica da Família Bastos. Acesso em 02 de abril de 2014.
Livros de Casamentos da Igreja de Nossa Senhora das Graças de São Francisco do Sul. Acervo Cúria de Joinville.
NASCIMENTO, Antonio Roberto (1992). *"O Republicano Manoel Correia Defreitas"*. IN: Blumenau em Cadernos, Tomo XXXIII, N.9, Setembro, p.319-320.
NASCIMENTO, Antonio Roberto (s.d). **Os Carvalhos Buenos.** Joinville: edição do autor.
NASCIMENTO, Antonio Roberto (2014a). **Os Fernandes Dias.** Joinville: (mimeo).
NASCIMENTO, Antonio Roberto (2014b). **Os Gomes de Oliveira.** Joinville: (mimeo).
NEGRÃO, Francisco (1928). **Genealogia Paranaense**. 3° volume. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado do Paraná.

Lucilia Landal

(MÃE DOS FILHOS DE MANOEL)

Nascimento:

Batizado:

Falecimento: em Londrina/PR entre 1965/1966 (a verificar)

Lucilia Landal era viúva de Augusto de Figueiredo (natural de Morretes) que faleceu em Curitiba dia 27 de março de 1905 (A República, 31/03/1905. Diário da Tarde, 27/03/1905 e 01/04/1905). Tiveram 6 ou 7 filhos[194].



Lucilia Landal de Figueiredo e seus filhos, Francisco Gheur e sua familia e mais parentes, immensamente penhorados agradecem de coração a todas as pessoas que se dignaram acompanhar até ultima morada os despojos preciosos de seu idolatrado marido, irmão, cunhado e parente.

AUGUSTO DE FIGUEIREDO

convidam novamente para assistir a missa que por sua alma mandam rezar segunda-feira, 3 do corrente, as 8 1|2 horas da manhã na Cathedral do Bispado, setimo dia do seu passamento.

Por este acto de religião e caridade antecipar os seus agradecimentos.

Será celebrante o Padre Tedesky.

Figura 36 - Anúncio do falecimento de Augusto de Figueiredo
Fonte: A República, 31/03/1905

[194] Informação a ser verificada. Fornecida em entrevistas realizadas com as descendentes direta de Manoel Correia Defreitas - Lucirene Defreitas Machado (neta) e Constance Beatriz Pedroso (bisneta) em fevereiro de 2017.

Lucilia Landal era vizinha de Manoel Correia Defreitas em Curitiba. O Despacho Nº 3425 de 3 de agosto de 1929 da Prefeitura Municipal de Curitiba autoriza a transferência para Lucilia Landal de Figueiredo, viúva, do terreno que ela requereu uso capião em edital de janeiro de 1927. Esse terreno, onde ela morava por mais de 30 anos, estava situado na Rua Visconde de Guarapuava (com 22 metros de frente e 61,5 metros de fundos), limitando-se de um lado com o terreno dos herdeiros de Augusto de Figueiredo, do outro com o terreno pertencente à Francisca Correia de Freitas (irmã de Manoel) e pelos fundos com o terreno da viúva Hauer. Nesse terreno Lucilia tinha plantações sobretudo de árvores frutíferas (O Dia, 11/01/1927).
Desde 1881, após o falecimento da mãe Josepha, Manoel quando estava em Curitiba, morava com as duas irmãs solteiras Escolástica e Francisca cuja residência ficava na Rua Visconde de Guarapuava.
Manoel e Lucilia (que tinha o apelido de Lita) nunca oficializaram a união. Tiveram três filhos:

1. o menino **Nihil Emmanuel**: que faleceu em 24 de janeiro de 1910, ainda criança (com 10 meses)[195]. Está sepultado no Cemitério Municipal do Água Verde/Curitiba.



Figura 37 – Lápide do túmulo de Manoel Correia Defreitas e de seu filho Nihil Emmanuel no Cemitério Municipal do Água Verde/Curitiba.
Foto de Ana Vanali

[195] Registro de Óbitos do Cemitério Municipal Água Verde (livro de 08/11/1909 a 04/06/1910, p.18). Acervo da Casa da Memória de Curitiba.

2. **<u>Meuma Correia Defreitas</u>**: nascida aos 27 de junho de 1911 em Curitiba e falecida em agosto de 2002 em Londrina. Casou com Antônio Roque Pedroso, natural de Guaratuba (Diário da Tarde, 27/12/1920). Tiveram 4 filhos: Lucilia Clara Defreitas Pedroso, Mozart Antônio Defreitas Pedroso, Joseline Maria Defreitas Pedroso e Flávia Defreitas Pedroso.
3. **<u>Meden Correia Defreitas (tinha o apelido de Lila)</u>** nascida aos 30 de dezembro de 1913 em Curitiba e falecida aos 21 de junho de 1986[196] na mesma cidade. Contraiu primeira núpcias com Ivo Soares Janson em 25 de outubro de 1935[197]. O Desembargador Santa Rita[198] foi uma das testemunhas por parte da noiva. Ivo nasceu em Porto Alegre aos 20 de setembro de 1911. Filho de Arvido Janson e de Rosalina Soares Janson, era comerciário (Correio do Paraná, 29/10/1935. Comércio do Paraná, 30/10/1935). Dois meses após o casamento Meden tentou o suicídio com um tiro no abdômen devido aos maus tratos que sofria do marido[199] (Comércio do Paraná, 19/12/1935). Após esse episódio Meden entra com o processo de separação e o desquite se efetiva apenas no ano de 1949 (O Dia, 07/09/1944 e 31/03/1949). No ano de 1943 Meden se inscreve no curso de enfermagem pois sua intenção era ser voluntária na Segunda Guerra Mundial, mas a guerra termina antes dela finalizar a formação (O Dia, 03/02/1943). Em união estável com Adriano Virgulino Machado tiveram a única filha Lucirene Defreitas Machado[200].

Ver Árvore Genealógica Nº 14: MANOEL CORREIA DEFREITAS E LUCILIA LANDAL

Ver Árvore Genealógica Nº 15: MEUMA DE FREITAS E ANTÔNIO ROQUE PEDROSO

Ver Árvore Genealógica Nº 16: MEDEN DEFREITAS E ADRIANO VIRGULINO MACHADO

Ver Anexo 22 – FAMÍLIA DE MEUMA DEFREITAS E ANTÔNIO ROQUE PEDROS (1951)

[196] Cartório do 2º ofício de Curitiba, óbito Nº 8313 de 22 de junho de 1986.

[197] Conforme Livro Nº 52, páginas 132-133 do livro do escrivão Octávio Francisco Dias.

[198] José Henrique de Santa Rita (1872-1944) foi contista, novelista e tribuno. Presidente do Centro de Letras do Paraná de 1921-1922.

[199] Infelizmente a violência contra a mulher é uma prática antiga e estrutural em nosso país. Segundo o IPEA, no Brasil, a população feminina ultrapassou 103 milhões de mulheres em 2014. Uma em cada cinco mulheres, considera já ter sofrido alguma vez "algum tipo de violência de parte de algum homem, conhecido ou desconhecido". Entre os diversos tipos de violação à integridade e à dignidade humana das mulheres, o *Dossiê Violência contra as Mulheres* sistematiza informações e dados sobre: violência doméstica e familiar, violência sexual, feminicídio, violência de gênero na internet, violência contra mulheres lésbicas, bi e trans e violência e racismo. Embora apareçam organizadas neste Dossiê de forma segmentada, as diversas formas e tipos de violência de gênero ocorrem de maneira combinada, como comprovado no Estudo Multipaíses sobre Saúde da Mulher e Violência Doméstica contra a Mulher, realizado pela OMS e divulgado em 2002. Disponível em http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/sobre-as-violencias-contra-a-mulher/. Acesso 18.janeiro.2017.

[200] 1º Ofício de Registro Civil Ermelino de Leão, Nascimento Nº 1820, folhas 72, livro Nº 190.



Figura 38 – Lucilia Landal , filhas e netos de Manoel Correia Defreitas (sem data)
A senhora sentada é Lucilia Landal, mãe das filhas de Manoel Correia Defreitas. Ao seu lado, sentada a filha caçula Meden e em pé a filha Meuma. As crianças são os netos de Manoel, filhos de Meuma, da esquerda para a direita: Lucilia Clara, Joseline Maria e Mozart Antônio.
Fonte: Acervo particular de Lucirene Defreitas Machado.

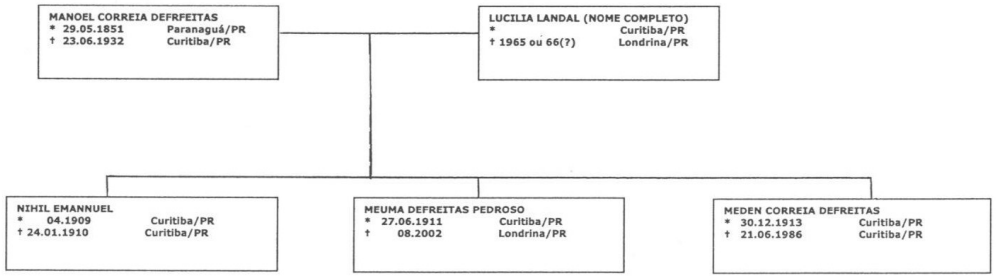


Figura 39 – Meden Correia Defeitas, filha caçula de Manoel Correia Defreitas (década 1930)
Fonte: Acervo particular de Lucirene Defreitas Machado

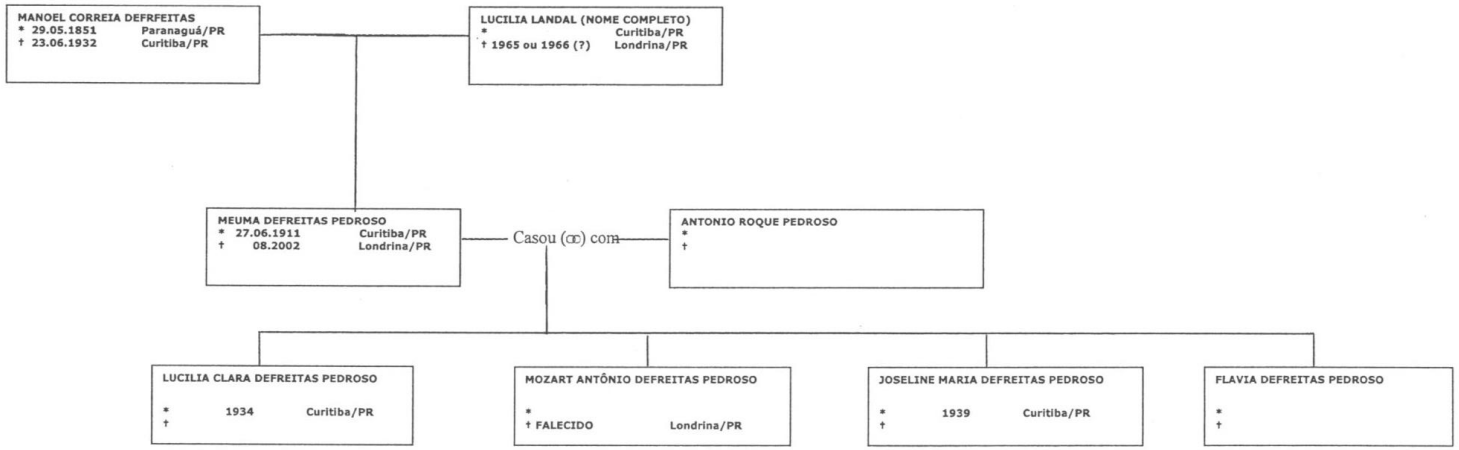


Figura 40 – Caricatura de Meden Correia Defreitas, filha caçula de Manoel Correia Defreitas
(sem data)
Fonte: Acervo particular de Lucirene Defreitas Machado

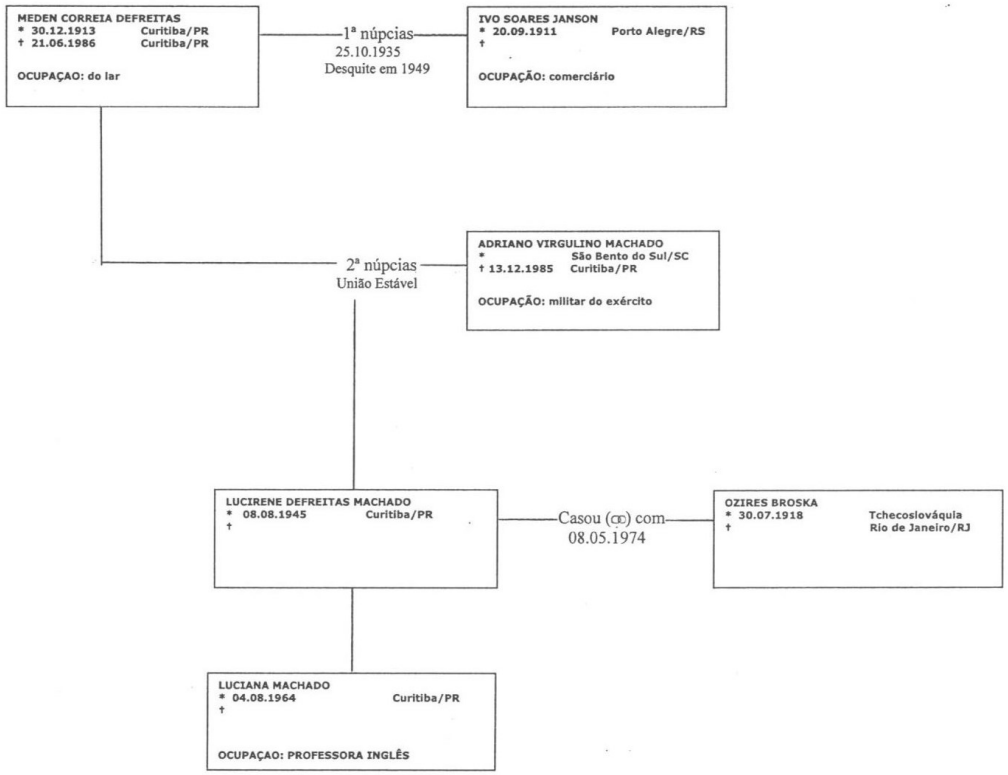
Árvore Genealógica Nº 14: MANOEL CORREIA DEFREITAS E LUCILIA LANDAL (união não oficial)



Árvore Genealógica Nº 15: MEUMA DEFREITAS PEDROSO E ANTONIO ROQUE PEDROSO



Árvore Genealógica Nº 16: MEDEN CORREIA DEFREITAS



Amélia Correia de Freitas (IRMÃ)

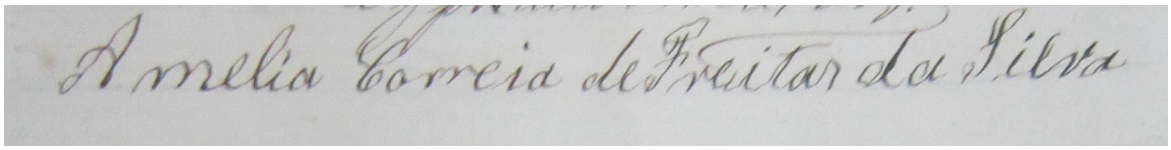


Figura 41 – Assinatura de Amélia Correia de Freitas da Silva
Fonte: Inventário Nº 2403, ano 1880. Juízo de Paranaguá, partes de Josepha de Leite Bastos, p.15.
Acervo Museu da Justiça

Nascimento: 1841, sem dados localidade[201]

Falecimento: 27 de outubro de 1888 com 47 anos, em Curitiba/PR[202]

Casamento: Lourenço Machado da Silva

Nome de casada: Amélia Correia Machado ou Amélia Correia de Freitas da Silva

Filhos: seis

1. Thereza Correa Machado, professora. Falecida em 1º de maio de 1947 em Juíz de Fora/MG.

   Casou com Ernesto Henrique Busse e teve 4 filhos

   1.1 Luiz Machado Busse

   1.2 Sahra Machado Busse, professora

   1.3 Vera Machado Busse, guarda livros

   1.4 Ione Busse, professora normalista

2. Victor Machado da Silva, faleceu criança

3. Francisco Machado da Silva, industrial
   Casou com Leonor Guimarães Machado (filha de Francisco Alves Guimarães e Ambrosina Rosa Guimarães)

[201] Fonte: Inventário Nº Registro 2403, Vara do Juízo Municipal da Cidade de Paranaguá, ano 1880. Partes Josepha de Leite Bastos e Manoel Correa Defreitas. Acervo do Museu da Justiça do Paraná.

[202] Livro 2 do Cemitério São Francisco de Paula (anos 1885 a 1891) – acervo Casa da Memória/Fundação Cultural de Curitiba. Gazeta Paranaense de 1º de novembro de 1888. Sete de Março de 31 de outubro de 1888.

4. Maria do Rosário Stresser

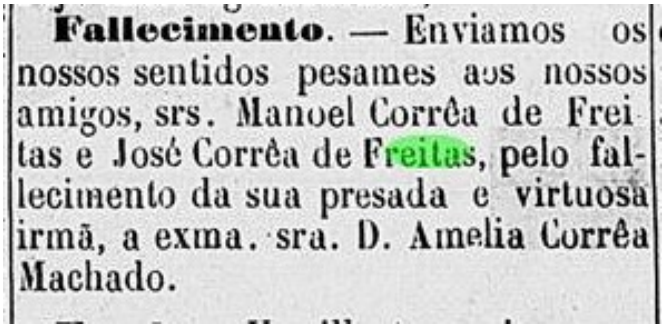
   Casou com João Augusto Stresser e teve 2 filhos

   4.1 Theodoro Stresser, engenheiro civil

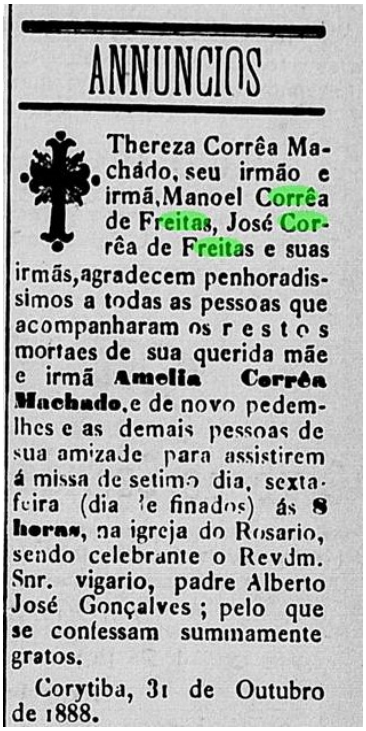
   4.2 Scevola Stresser, faleceu criança

5. Amália Machado da Silva, faleceu criança com 5 anos

6. Maria Amélia Machado da Silva, faleceu criança



Fallecimento. — Enviamos os nossos sentidos pesames aos nossos amigos, srs. Manoel Corrêa de Freitas e José Corrêa de Freitas, pelo fallecimento da sua presada e virtuosa irmã, a exma. sra. D. Amelia Corrêa Machado.



ANNUNCIOS

Thereza Corrêa Machado, seu irmão e irmã, Manoel Corrêa de Freitas, José Corrêa de Freitas e suas irmãs, agradecem penhoradissimos a todas as pessoas que acompanharam os restos mortaes de sua querida mãe e irmã **Amelia Corrêa Machado**, e de novo pedem-lhes e as demais pessoas de sua amizade para assistirem á missa de setimo dia, sexta-feira (dia de finados) ás **8 horas**, na igreja do Rosario, sendo celebrante o Revdm. Snr. vigario, padre Alberto José Gonçalves; pelo que se confessam summamente gratos.

Corytiba, 31 de Outubro de 1888.

Figura 42 – Anúncios do falecimento de Amélia Correia de Freitas
Fonte: Sete de Março,31/10/1888 e Gazeta Paranaense, 31/10/1888

Ver Árvore Genealógica Nº 5: AMÉLIA CORREIA DE FREITAS (irmã)

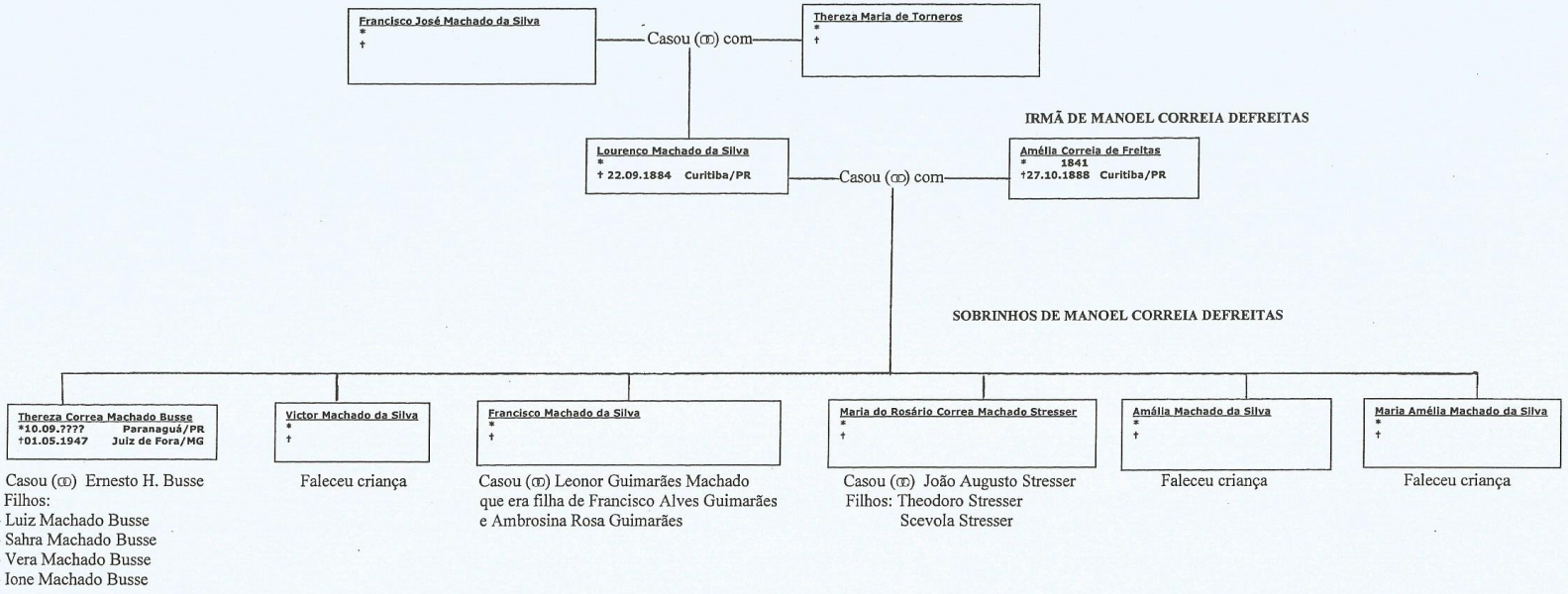
Ver Árvore Genealógica Nº 6: THEREZA CORREA MACHADO BUSSE (sobrinha)

Ver Árvore Genealógica Nº 7: MARIA DO ROSARIO CORREA MACHADO STRESSER (sobrinha)

Ver Árvore Genealógica Nº 8: FRANCISCO MACHADO DA SILVA (sobrinha)

Ver Anexo 27 – Anúncios em jorais referentes a familiafrees de Manoel Correia Defreitas por parte da irmã Amélia Correia Machado

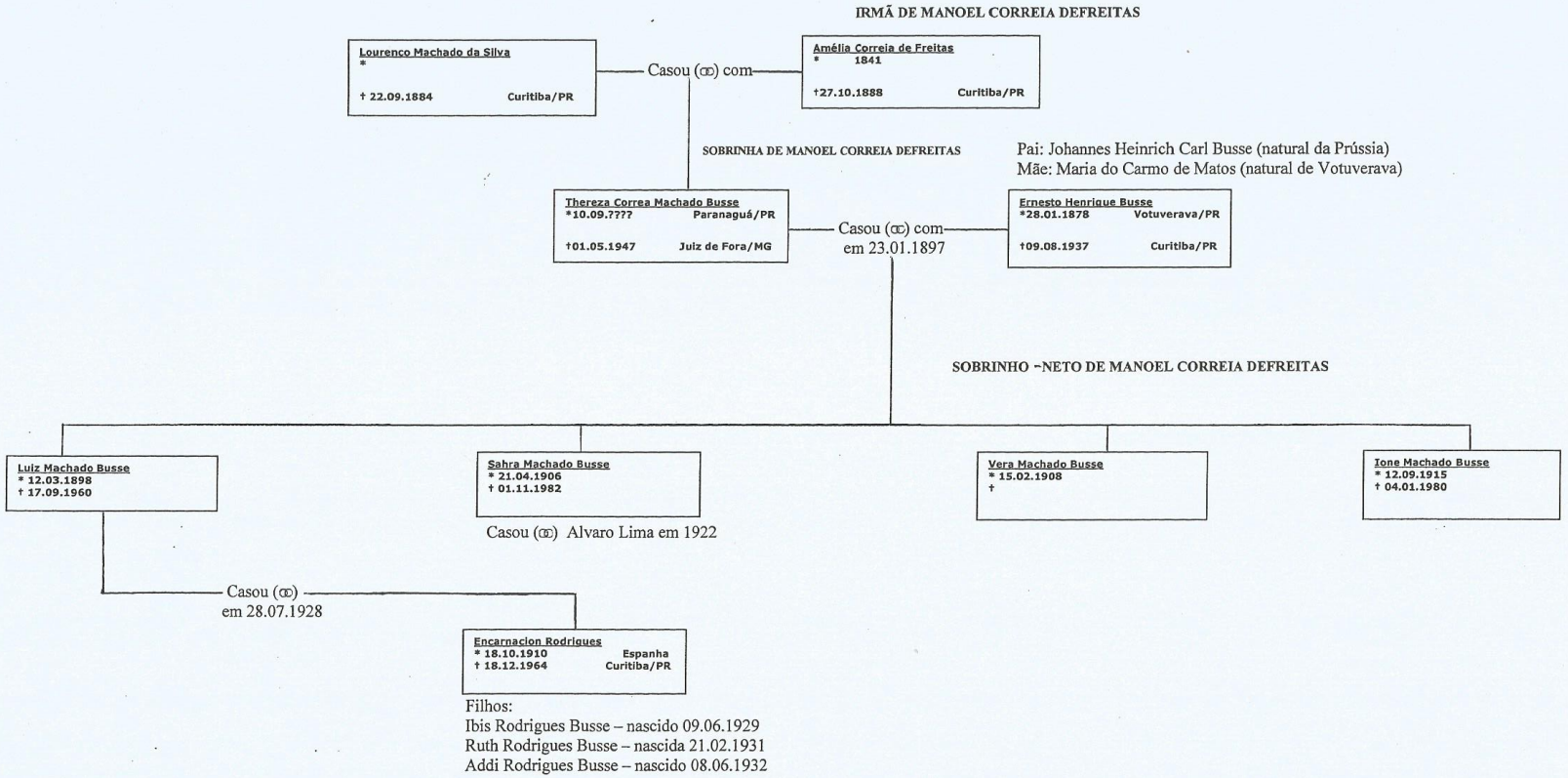
Árvore Genealógica Nº 5: AMÉLIA CORREIA DE FREITAS (irmã)



Fontes:

http://www.rueidibastos.com.br/. Árvore Genealógica da Família Bastos. Acesso em 02 de abril de 2014.
http://www4.netpar.com.br/doubusse/familias.htm. Árvore Genealógica da Família Busse. Acesso em 02 de setembro de 2016.
Livros de Casamentos da Igreja de Nossa Senhora das Graças de São Francisco do Sul. Acervo Cúria de Joinville.
NASCIMENTO, Antonio Roberto (1992). *"O Republicano Manoel Correia Defreitas"*. IN: Blumenau em Cadernos, Tomo XXXIII, N.9, Setembro, p.319-320.
NASCIMENTO, Antonio Roberto (s.d). **Os Carvalhos Buenos.** Joinville: edição do autor.
NASCIMENTO, Antonio Roberto (2014a). **Os Fernandes Dias.** Joinville: (mimeo).
NASCIMENTO, Antonio Roberto (2014b). **Os Gomes de Oliveira.** Joinville: (mimeo).
NEGRÃO, Francisco (1928). **Genealogia Paranaense.** 3° volume. Curitiba:[s.n].

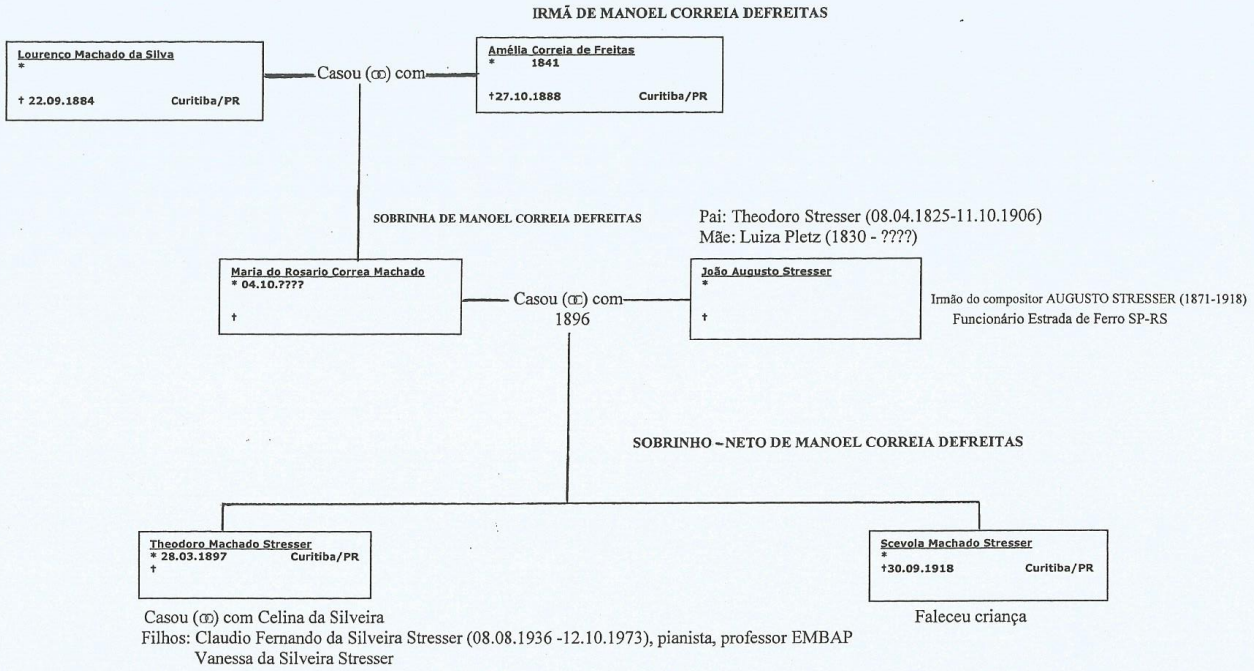
Arvore Genealógica Nº 6: THEREZA CORREA MACHADO BUSSE (sobrinha)



Fontes:

http://www.rueidibastos.com.br/. Árvore Genealógica da Família Bastos. Acesso em 02 de abril de 2014.
http://www4.netpar.com.br/doubusse/familias.htm. Árvore Genealógica da Família Busse. Acesso em 02 de setembro de 2016.
Livros de Casamentos da Igreja de Nossa Senhora das Graças de São Francisco do Sul. Acervo Cúria de Joinville.
NASCIMENTO, Antonio Roberto (1992). *"O Republicano Manoel Correia Defreitas"*. IN: Blumenau em Cadernos, Tomo XXXIII, N.9, Setembro, p.319-320.
NASCIMENTO, Antonio Roberto (s.d). **Os Carvalhos Buenos.** Joinville: edição do autor.
NASCIMENTO, Antonio Roberto (2014a). **Os Fernandes Dias.** Joinville: (mimeo).
NASCIMENTO, Antonio Roberto (2014b). **Os Gomes de Oliveira.** Joinville: (mimeo).
NEGRÃO, Francisco (1928). **Genealogia Paranaense**. 3° volume. Curitiba:[s.n].

Arvore Genealógica Nº 7: MARIA DO ROSARIO CORREA MACHADO STRESSER (sobrinha)



Fontes:

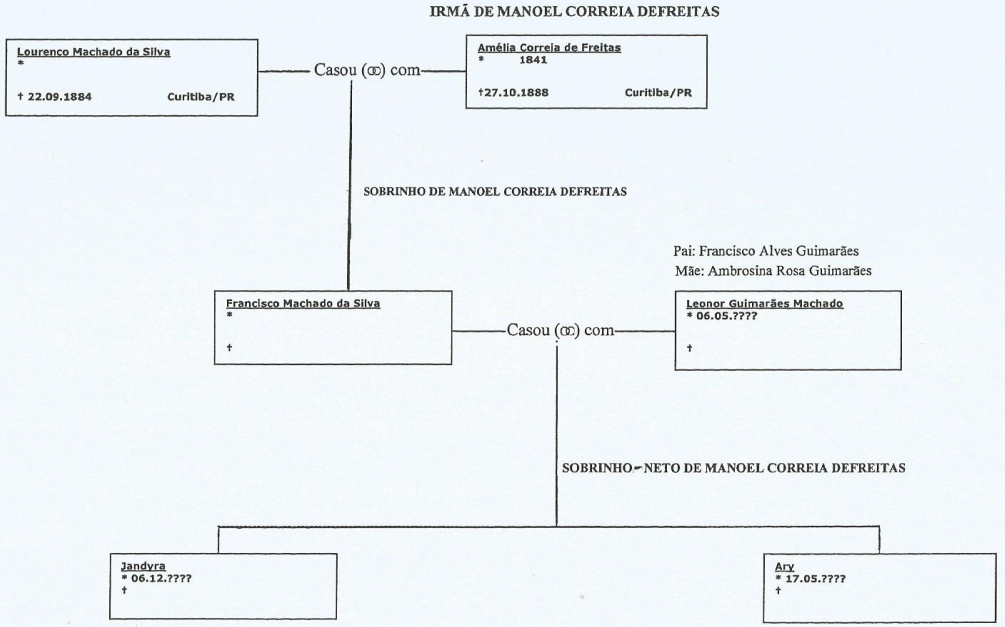
http://www.rueidibastos.com.br/. Árvore Genealógica da Família Bastos. Acesso em 02 de abril de 2014.
http://www4.netpar.com.br/doubusse/familias.htm. Árvore Genealógica da Família Busse. Acesso em 02 de setembro de 2016.
Brasil Batismos, 1688-1935," database, FamilySearch(https://familysearch.org/ark:/61903/1:1:XVSZ-JR9 : 5 December 2014).
Livros de Casamentos da Igreja de Nossa Senhora das Graças de São Francisco do Sul. Acervo Cúria de Joinville.
NASCIMENTO, Antonio Roberto (1992). *"O Republicano Manoel Correia Defreitas"*. IN: Blumenau em Cadernos, Tomo XXXIII, N.9, Setembro, p.319-320.
NASCIMENTO, Antonio Roberto (s.d). **Os Carvalhos Buenos.** Joinville: edição do autor.
NASCIMENTO, Antonio Roberto (2014a). **Os Fernandes Dias.** Joinville: (mimeo).
NASCIMENTO, Antonio Roberto (2014b). **Os Gomes de Oliveira.** Joinville: (mimeo).
NEGRÃO, Francisco (1928). **Genealogia Paranaense**. 3° volume. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado do Paraná.
ZATTI, Carlos (2011). **Campeiros do Paraná Tradicional (Comarca de Curitiba): esboço genealógico.** Curitiba: Clube de Autores.
Diário do Paraná de 18.10.1973, 21.10.1973, 28.10.1973

Avós de João Augusto Stresser

Pais de LUIZA PLETZ (mãe)
Pai: Johann Pletz
Mãe: Margaretha Schmidt Barbach

Pais de THEODORO STRESSER (pai)
Pai: Joahn Stresser
Mãe: Susana Maria Raiter

Árvore Genealógica Nº 8: FRANCISCO MACHADO DA SILVA (sobrinho)



Fontes:

http://www.rueidibastos.com.br/. Árvore Genealógica da Família Bastos. Acesso em 02 de abril de 2014.
http://www4.netpar.com.br/doubusse/familias.htm. Árvore Genealógica da Família Busse. Acesso em 02 de setembro de 2016.
Brasil Batismos, 1688-1935," database, FamilySearch(https://familysearch.org/ark:/61903/1:1:XVSZ-JR9 : 5 December 2014), Maria Do Rosario Correa Machado Stresser in entry for Theodoro Stresser, 1897; citing , reference ; FHL microfilm 1,251,737.
Livros de Casamentos da Igreja de Nossa Senhora das Graças de São Francisco do Sul. Acervo Cúria de Joinville.
NASCIMENTO, Antonio Roberto (1992). *"O Republicano Manoel Correia Defreitas"*. IN: Blumenau em Cadernos, Tomo XXXIII, N.9, Setembro, p.319-320.
NASCIMENTO, Antonio Roberto (s.d). **Os Carvalhos Buenos.** Joinville: edição do autor.
NASCIMENTO, Antonio Roberto (2014a). **Os Fernandes Dias.** Joinville: (mimeo).
NASCIMENTO, Antonio Roberto (2014b). **Os Gomes de Oliveira.** Joinville: (mimeo).
NEGRÃO, Francisco (1928). **Genealogia Paranaense.** 3° volume. Curitiba: [s.n].
ZATTI, Carlos (2011). **Campeiros do Paraná Tradicional (Comarca de Curitiba): esboço genealógico.** Curitiba: Clube de Autores.
A Notícia de 07.05.1906, de 06.12.1905 e de 17.05.1906.
Correio do Povo de 06.05.1934.

Maria dos Anjos Correia de Freitas (IRMÃ)

Nascimento: 1845, sem dados localidade[203]

Falecimento: 15 de abril de 1936 com 90 anos, em Curitiba/PR[204]

Casamento: Norberto José de Miranda

Nome de casada: Maria dos Anjos Correia de Miranda

Filhos: seis

1. Zulmira de Miranda, solteira. Faleceu em 1883 em Joinville/SC.
2. Maria Francisca de Miranda, professora, solteira. Faleceu em 12 de dezembro de 1910 em Curitiba/PR.
3. Lamartine Correia de Miranda, sacerdote. Nasceu aos 20 de novembro de 1874 em Guaratuba/PR e faleceu aos 7 de agosto de 1954 em Curitiba/PR.
4. Antônio Correia de Miranda, funcionário de banco em Ponta Grossa. Faleceu em 29 de dezembro de 1959 em Curitiba/PR.

   Casou com Maria da Conceição Braga[205], sem filhos
5. Julieta Correia de Miranda, professora

   Casou com José Pereira Ramos, 4 filhos

   5.1 Norberto de Miranda Ramos, juiz de Direito

   5.2 Maria de Lourdes de Miranda Ramos

   5.3 José de Miranda Ramos, advogado

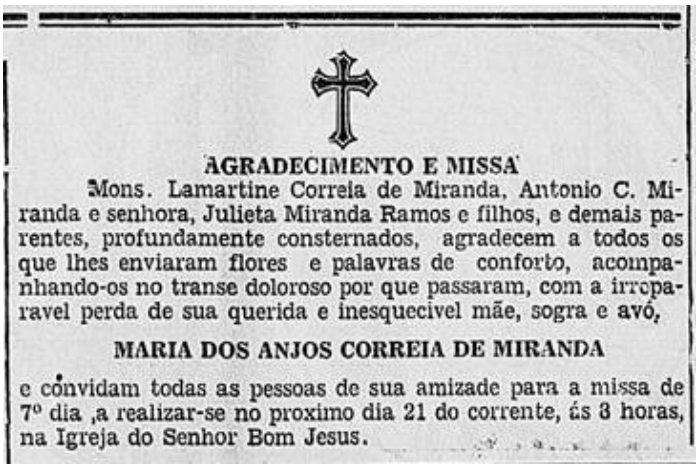
[203] Fonte: Inventário Nº Registro 2403, Vara do Juízo Municipal da Cidade de Paranaguá, ano 1880. Partes Josepha de Leite Bastos e Manoel Correa Defreitas. Acervo do Museu da Justiça do Paraná.

[204] O Estado, 20/04/1936.

[205] Negrão (1928) fornece o nome de Maria do Carmo Braga, mas conforme A República de 17 de janeiro de 1913 os proclamas para o casamento de Antônio Correia de Miranda foi com Maria da Conceição Braga. A notícia de falecimento de Antônio também traz como esposa Maria da Conceição (Diário do Paraná, 30/12/1959). Mais um ponto a ser verificado com documentação oficial e se proceder fazer a correção da Genealogia Paranaense de Francisco Negrão.

5.4 Almiro de Miranda Ramos

6. Felisbina Correia de Miranda, faleceu criança em 26 de novembro de 1883 em Joinville/SC.[206]



AGRADECIMENTO E MISSA

Mons. Lamartine Correia de Miranda, Antonio C. Miranda e senhora, Julieta Miranda Ramos e filhos, e demais parentes, profundamente consternados, agradecem a todos os que lhes enviaram flores e palavras de conforto, acompanhando-os no transe doloroso por que passaram, com a irreparavel perda de sua querida e inesquecivel mãe, sogra e avó,

MARIA DOS ANJOS CORREIA DE MIRANDA

e convidam todas as pessoas de sua amizade para a missa de 7º dia ,a realizar-se no proximo dia 21 do corrente, ás 8 horas, na Igreja do Senhor Bom Jesus.

Figura 49 - Falecimento de Maria dos Anjos Correia de Freitas
Fonte: O Estado, 21/04/1937



FALLECIMENTO

D.ª Maria dos Anjos Corrêa de Miranda

Falleceu hontem, após longa enfermidade, a exma. sra. d.ª Maria dos Anjos Corrêa de Miranda, viuva do major Norberto de Miranda.

A extincta era mãe de Monsenhor Lamartine C. de Miranda, Vigario Geral da Archidiocese; do sr. Antonio C. de Miranda, funccionario do Banco Nacional do Commercio em Ponta Grossa, e de d.ª Julieta de Miranda Ramos, e avó do dr. Norberto de Miranda Ramos, Juiz de Direito em Bom Retiro, Santa Catharina, e dos srs. José de Miranda Ramos, academico de Direito, e Almiro de Miranda Ramos, alumno do Internato Paranaense.

O enterramento realiza-se hoje, ás 10 horas, partindo da rua Lamenha Lins n.º 74.

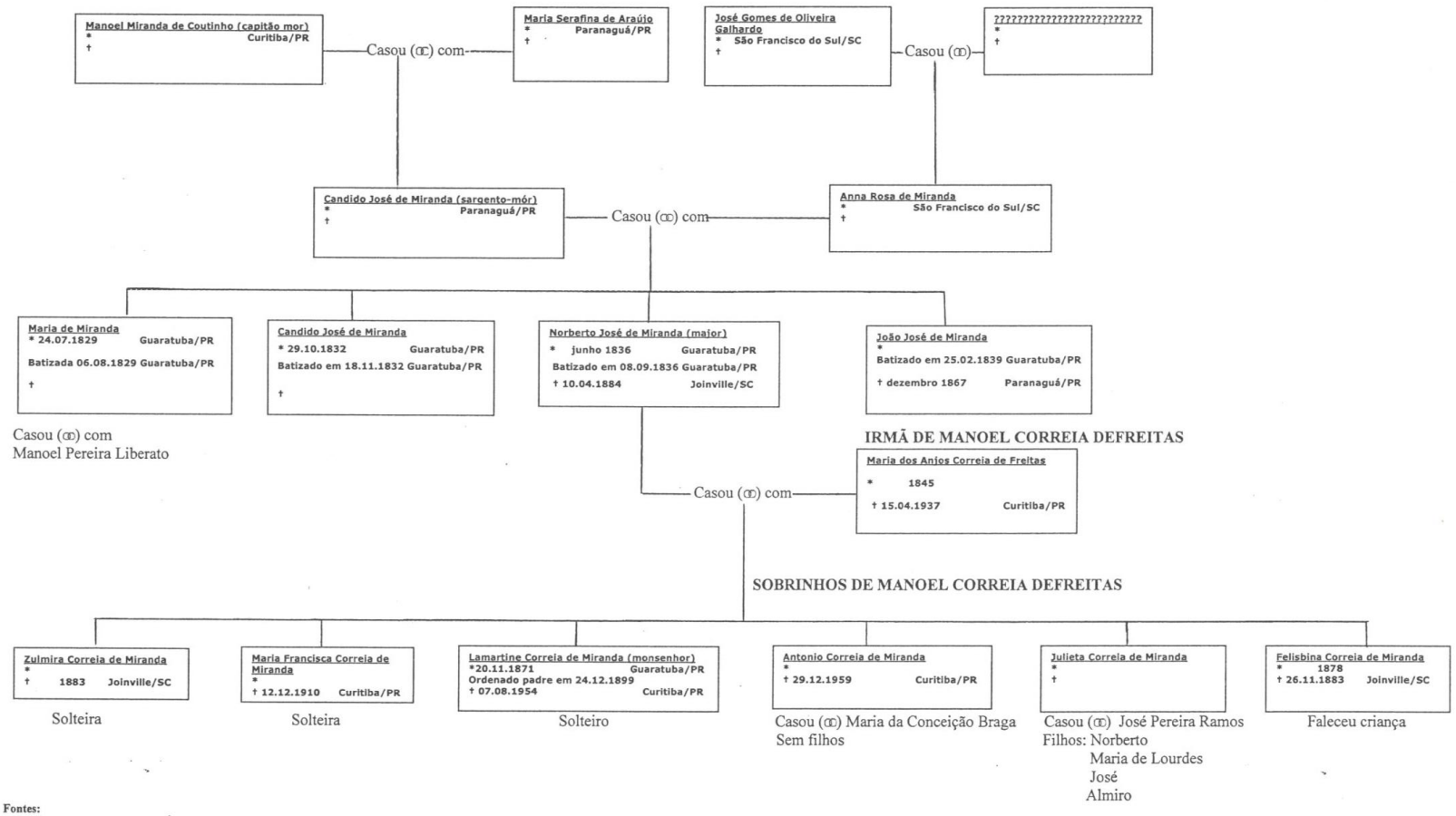
* * *

Figura 50 - Falecimento de Maria dos Anjos Correia de Freitas
Fonte: O Estado, 16/04/1937

Ver Árvore Genealógica Nº 9: MARIA DOS ANJOS CORREIA DE FREITAS (irmã)

[206] Negrão (1928) não menciona essa filha caçula do casal Norberto e Maria dos Anjos. O Jornal do Commercio/SC de 17/04/1884 fala do falecimento de Felisbina e de sua irmã Zulmira.

Árvore Genealógica Nº 9: MARIA DOS ANJOS CORREIA DE FREITAS (irmã)



Fontes:

http://www.rueidibastos.com.br/. Árvore Genealógica da Família Bastos. Acesso em 02 de abril de 2014.
http://www.fidelis-soares.com/. Acesso em 02 de abril de 2014.
Inventário Registro N.2403 de 1880 do Juízo Municipal de Paranaguá. Acervo Museu da Justiça do Paraná.
NASCIMENTO, Antonio Roberto (1992). *"O Republicano Manoel Correia Defreitas"*. IN: Blumenau em Cadernos, Tomo XXXIII, N.9, Setembro, p.319-320.
NASCIMENTO, Antonio Roberto (s.d). **Os Carvalhos Buenos.** Joinville: edição do autor.
NASCIMENTO, Antonio Roberto (2014a). **Os Fernandes Dias.** Joinville: (mimeo).
NASCIMENTO, Antonio Roberto (2014b). **Os Gomes de Oliveira.** Joinville: (mimeo).
NEGRÃO, Francisco (1928). **Genealogia Paranaense**. 3° volume. Curitiba: [s.n]. Imprensa Oficial do Estado do Paraná.

Escolástica Correia de Freitas (IRMÃ)

Nascimento: 1847, sem dados localidade[207]

Falecimento: 24 de janeiro de 1915 com 65 anos, em Curitiba/PR[208]

Solteira

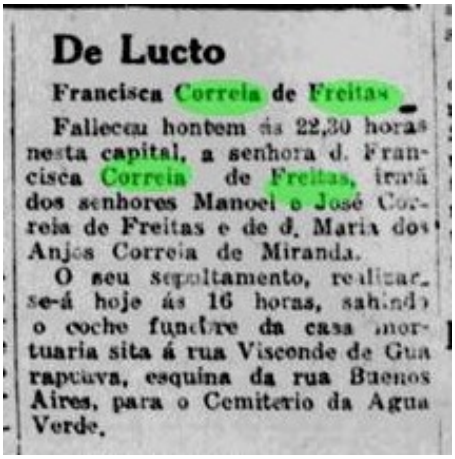
Apelido: Corasinha

Francisca Correia de Freitas (IRMÃ)

Nascimento: 1849, sem dados localidade[209]

Falecimento: 19 de setembro de 1929 com 80 anos, em Curitiba/PR[210]

Solteira



De Lucto

Francisca Correia de Freitas

Falleceu hontem ás 22,30 horas nesta capital, a senhora d. Francisca Correia de Freitas, irmã dos senhores Manoel e José Correia de Freitas e de d. Maria dos Anjos Correia de Miranda.

O seu sepultamento, realizar-se-á hoje ás 16 horas, sahindo o coche funebre da casa mortuaria sita á rua Visconde de Guarapuava, esquina da rua Buenos Aires, para o Cemiterio da Agua Verde.

Figura 55 - Falecimento de Francisca Correia de Freitas
Fonte: O Dia, 19/09/1929

[207] Fonte: Inventário Nº Registro 2403, Vara do Juízo Municipal da Cidade de Paranaguá, ano 1880. Partes Josepha de Leite Bastos e Manoel Correa Defreitas. Acervo do Museu da Justiça do Paraná.

[208] Fonte: Livro 01 de Registros de Óbitos do Cemitério Municipal do Água Verde, Ano 1888-1939, Nº de Ordem 1099. Acervo Casa da Memória/Fundação Cultural de Curitiba. Ver Anexo 7.

[209] Fonte: Inventário Nº Registro 2403, Vara do Juízo Municipal da Cidade de Paranaguá, ano 1880. Partes Josepha de Leite Bastos e Manoel Correa Defreitas. Acervo do Museu da Justiça do Paraná.

[210] Fonte: Livro 01 de Registros de Óbitos do Cemitério Municipal do Água Verde, Ano 1888-1939, Nº de Ordem 3389. Acervo Casa da Memória/Fundação Cultural de Curitiba. O Dia de 19 de setembro de 1929. Ver Anexo 7. A causa da morte teria sido embolia cerebral segundo O Jornal/RJ de 26 de setembro de 1929.

Domingos Correia de Freitas Filho (IRMÃO)[211]

Nascimento: maio de 1854, em São Francisco do Sul/SC[212]

Batizado: 5 de julho de 1854 com 2 meses, em São Francisco do Sul/SC[213]

Padrinho: Tenente Manoel de Miranda Coutinho[214]

Madrinha: Invocação de Nossa Senhora da Graça

Falecimento: não localizado (presume-se faleceu criança).

Ver Anexo 8 - Certidão de Batismo de Domingos Correia de Freitas

[211] Na Genealogia Paranaense de Francisco Negrão (1928) não aparece esse irmão de Manoel Correia Defreitas. Nascimento (1992) é a primeira indicação da existência desse irmão que presume-se ter falecido criança pois, não há menção da existência dele em nenhum dos periódicos consultados e somente pela localização da certidão do batismo ficamos sabendo de sua existência.

[212] Fonte: Livro de Batismo Nº 11 da Igreja de Nossa Senhora da Graça (anos 1850-1855), de São Francisco do Sul/SC. Acervo Mitra Diocesana de Joinville. Volume em mal estado e manchado. Consulta disponível em https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HT-X3Q3-JXY?i=299&wc=MFKV-ZNP%3A1030404001%2C1030404002%2C1030470201%3Fcc%3D2177296&cc=2177296. Acesso em 18.agosto.2016.

[213] Fonte: Livro de Batismo Nº 11 da Igreja de Nossa Senhora da Graça, de São Francisco do Sul/SC. Acervo Mitra Diocesana de Joinville. Volume em mal estado e manchado. Consulta disponível em https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HT-X3Q3-JXY?i=299&wc=MFKV-ZNP%3A1030404001%2C1030404002%2C1030470201%3Fcc%3D2177296&cc=2177296. Acesso em 18.agosto.2016.

[214] *"Manoel de Miranda Coutinho, Capitão-Mor de Guaratuba (filho do Capitão Miguel de Miranda Coutinho e de Isabel da Silva), batizado em Paranaguá em 27/4/1753, casado na mesma vila em 24/11/1779 com Maria Serafina de Araújo, natural de Paranaguá, batizada em 7/4/1766, filha do Tenente Joaquim Xavier de Araújo Morais, natural de Paranaguá e também lá casado em 2/3/1765 com Ana Maria Matoza, natural de Paranaguá. Neta paterna de Francisco de Araújo, natural de Lisboa e de Inácia de Morais, natural de Paranaguá (filha de Pedro de Moraes, natural da Ilha de São Jorge e de Catarina de Sene, natural de Paranaguá); neta materna de Manuel da Cunha, natural de Curitiba (filho de Tomaz Fernandes, natural de São Paulo e de Catarina de Almeida, natural de Paranaguá) e de Maria Vieira (filha de Antonio Colaço, natural de São Francisco do Sul e de Maria Correia, natural de Paranaguá). Informações no Processo de Genere de Higino de Miranda Coutinho (Arquivo da Cúria de São Paulo)"* (OLIVEIRA, 2005, p.8-9).

José Correia de Freitas (IRMÃO)

Nascimento: 5 de dezembro de 1856, em São Francisco do Sul/SC[215]

Batizado: 8 de outubro de 1857 com dez meses, em São Francisco do Sul/SC[216]

Padrinho: Vigário Benjamim Carvalho de Oliveira[217]

Madrinha: Carolina Floresta do Amor Divino[218]

Falecimento: 3 de fevereiro de 1933 com 76 anos, em Curitiba/PR [219]

Casamento: Luiza Costa Netto

Ver Anexo 9 - Certidão de Batismo de José Correia de Freitas

Ver Árvore Genealógica Nº 12: JOSÉ CORREIA DE FREITAS (irmão)

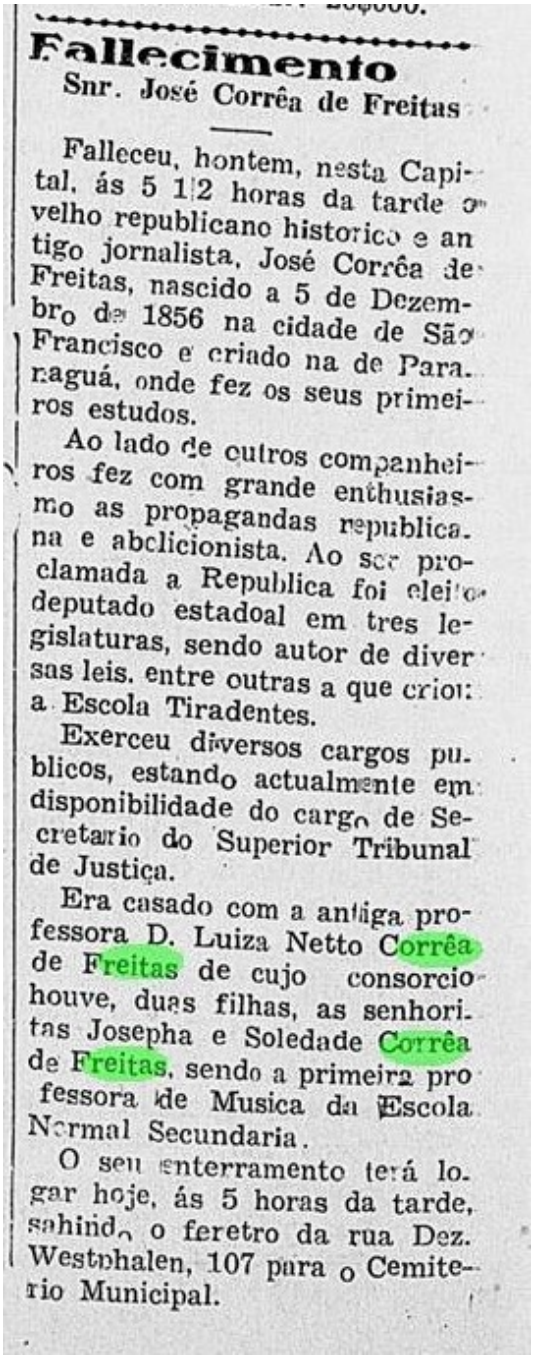
[215] Fonte: Livro de Batismo Nº 12 da Igreja de Nossa Senhora da Graça, de São Francisco do Sul/SC. Acervo Mitra Diocesana de Joinville.

[216] Fonte: Livro de Batismo Nº 12 da Igreja de Nossa Senhora da Graça (anos 1856-1857), de São Francisco do Sul/SC. Acervo Mitra Diocesana de Joinville. Consulta disponível em https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HT-X3Q3-NL5?i=108&wc=MFKV-ZNG%3A1030404001%2C1030404002%2C1030474801%3Fcc%3D2177296&cc=2177296. Acesso 18.agosto.2016. Nascimento (1992) indica como data de batizado de José Correia de Freitas o mês de novembro, mas o correto conforme documentação localizada é o mês de outubro. Outro documento que confirma a data de batismo de José Correia de Freitas como 8 de outubro de 1857 faz parte do acervo do Museu da Justiça do Paraná, Nº Registro 2517, Comarca de Paranaguá. Vara de Juízo de Direito da cidade de Paranaguá, ano 1881, requerimento de certidão de batismo de José Correia de Freitas.

[217] Benjamim Carvalho de Oliveira (faleceu 27/05/1867) foi o pároco da Igreja de Nossa Senhora da Graça, de São Francisco do Sul/SC de 1844 a 1867. Foi substituído por seu primo-irmão Padre Antônio Francisco de Nóbrega (O Mercantil de 13/06/1867). Criou tanto a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário quanto a Venerável Ordem Terceira de São Francisco por volta de 1846. Foi deputado suplente da Assembleia Legislativa Provincial de Santa Catarina para o biênio 1850-1851 (O Conciliador Catharinense de 06/10/1849).

[218] Sobrinha do Vigário Benjamim Carvalho de Oliveira, solteira à época (NASCIMENTO, 1912, p.320)

[219] Fonte: Livro de Registros de Óbitos do Cemitério Municipal São Francisco de Paula, Ano 1927-1939. Acervo Casa da Memória/Fundação Cultural de Curitiba. Correio do Paraná de 4 de fevereiro de 1933, de 8 de fevereiro de 1933 e de 1º de março de 1933. Ver Anexo 7.



Fallecimento

Snr. José Corrêa de Freitas

Falleceu, hontem, nesta Capital, ás 5 1|2 horas da tarde o velho republicano historico e antigo jornalista, José Corrêa de Freitas, nascido a 5 de Dezembro de 1856 na cidade de São Francisco e criado na de Paranaguá, onde fez os seus primeiros estudos.

Ao lado de outros companheiros fez com grande enthusiasmo as propagandas republicana e abolicionista. Ao ser proclamada a Republica foi eleito deputado estadoal em tres legislaturas, sendo autor de diversas leis, entre outras a que criou a Escola Tiradentes.

Exerceu diversos cargos publicos, estando actualmente em disponibilidade do cargo de Secretario do Superior Tribunal de Justiça.

Era casado com a antiga professora D. Luiza Netto Corrêa de Freitas de cujo consorcio houve, duas filhas, as senhoritas Josepha e Soledade Corrêa de Freitas, sendo a primeira professora de Musica da Escola Normal Secundaria.

O seu enterramento terá logar hoje, ás 5 horas da tarde, sahindo o feretro da rua Dez. Westphalen, 107 para o Cemiterio Municipal.

Fonte: Correio do Paraná, 04/02/1933



Agradecimento e †MISSA†

Luiza Neto Corrêa de Freitas e suas filhas Josepha e Soledade vêm por este meio externar os seus sinceros agradecimentos ás pessoas que tiveram a grande bondade de lhes consolar no duro transe por que acabam de passar com o fallecimento do seu estremoso Esposo e Pae

JOSE' CORRÊA DE FREITAS

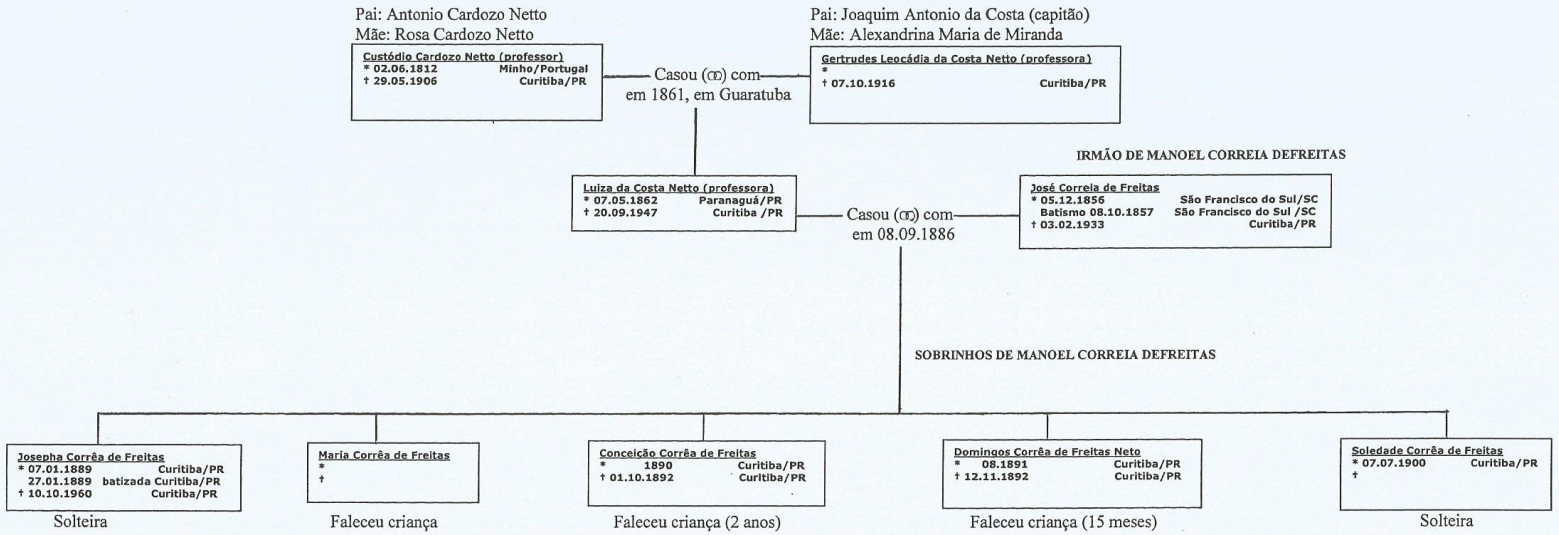
não só com palavras de conforto, como acompanhando o querido finado ao Cemiterio, e ainda offerecendo lindas palmas, ramalhetes e corôas. Confiando mais uma vez na sua piedade, convidam-nas a assistirem á Missa que, para descanso de sua alma, mandam rezar, 5.ª-feira, 9 do corrente, ás 8 1|2 horas, no altar môr da Cathedral do Arcebispado, sendo celebrante o Revm.º Cura Estanislau Kula.

Por mais este ato de caridade hipotecam desde já a sua eterna gratidão.

Fonte: Correio do Paraná, 08/02/1933

Figura 56 - Notícias de falecimento de José Correia de Freitas

Árvore Genealógica Nº 12: JOSÉ CORREIA DE FREITAS (irmão)



FONTES:

http://www.rueidibastos.com.br/. Árvore Genealógica da Família Bastos. Acesso em 02 de abril de 2014.
Livros de Casamentos da Igreja de Nossa Senhora das Graças de São Francisco do Sul. Acervo Cúria de Joinville.
NASCIMENTO, Antonio Roberto (1992). *"O Republicano Manoel Correia Defreitas"*. IN: Blumenau em Cadernos, Tomo XXXIII, N.9, Setembro, p.319-320.
NASCIMENTO, Antonio Roberto (s.d). **Os Carvalhos Buenos.** Joinville: edição do autor.
NASCIMENTO, Antonio Roberto (2014a). **Os Fernandes Dias.** Joinville: (mimeo).
NASCIMENTO, Antonio Roberto (2014b). **Os Gomes de Oliveira.** Joinville: (mimeo).
NEGRÃO, Francisco (1928). **Genealogia Paranaense**. 3º volume. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado do Paraná.

Luiza da Costa Netto (CUNHADA – esposa do irmão José Correia de Freitas)

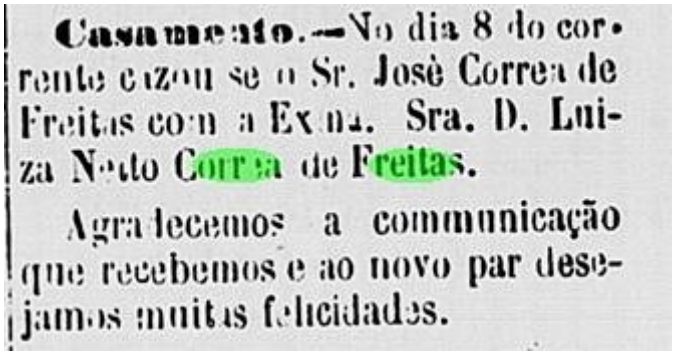
Nascimento: 7 de maio de 1862, em Paranaguá/PR[220]

Falecimento: 20 de setembro de 1947 aos 85 anos, em Curitiba/PR[221]

Casamento: José Correia de Freitas (em 8 de setembro de 1886)[222]

Nome de casada: Luiza Netto Correia de Freitas

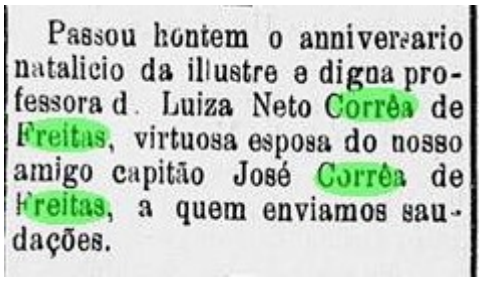
Professora



Casamento.—No dia 8 do corrente cazou se o Sr. Josè Correa de Freitas com a Exma. Sra. D. Luiza Netto Correa de Freitas.

Agradecemos a communicação que recebemos e ao novo par desejamos muitas felicidades.

Figura 57 - Casamento de José e de Luiza
Fonte: Gazetta Paranaense, 14/09/1886



Passou hontem o anniversario natalicio da illustre e digna professora d. Luiza Neto Corrêa de Freitas, virtuosa esposa do nosso amigo capitão José Corrêa de Freitas, a quem enviamos saudações.

Figura 58 - Aniversário de Luiza Netto Correia de Freitas
Fonte: A República, 08/05/1902

[220] A República, 08/05/1902. O Estado, 07/05/1937. Correio do Paraná, 08/05/1934.

[221] Livro de óbitos Nº 9 (1940-1950) do Cemitério Municipal São Francisco de Paula. Acervo Casa da Memória/Fundação Cultural de Curitiba. Ver Anexo 7.

[222] Gazetta Paranaense, 14/09/1886.



Falecimento

PROFA. LUIZA NETTO CORREIA DE FREITAS

Com a avançada idade de 85 anos, acaba de falecer a antiga e conceituada professora jubilada, d. Luiza Netto Correia de Freitas, que exerceu com brilhantismo o Magistério Publico e particular nesta Capital e em Paranaguá por espaço de mais de 50 anos. Foi creadora de um método de ensino que conseguiu obter os melhores resultados aplicado a muitas gerações. Era a saudosa extinta viuva do republicano historico José Correia de Freitas e genitora das Professoras Joséfa e Soledade Correia de Freitas.

O seu sepultamento realizou-se sabado á tarde.

Figura 59 - Falecimento de Luiza Netto Correia de Freitas
Fonte: Diário da Tarde, 22/09/1947

Josepha Correia de Freitas (SOBRINHA)

Nascimento: 7 de janeiro de 1889, em Curitiba/PR

Batizado: 27 de janeiro de 1889, em Curitiba/PR

Falecimento: 10 de outubro de 1960 com 71 anos, em Curitiba/PR[223]

Solteira

Pai: José Correia de Freitas

Mãe: Luiza da Costa Netto



MISSA DE 30.o DIA

Profa. D. Josefa Corrêa de Freitas

Ex-alunas da inesquecivel mestra D. Josefa Corrêa de Freitas vêm convidar o magistério e o povo de Curitiba para assistir à Missa de 30.o dia de falecimento que será rezada por sua bonissima alma no altar-mor da Igreja do Senhor Bom Jesus, por Excia. Rvdma. D. Jerônimo Mazzarotto, M. D. Bispo Auxiliar de Curitiba, às 9 horas do dia 10 de novembro, quinta-feira.

Figura 60 - Falecimento de Josepha Correia de Freitas
Fonte: Diário do Paraná, 09/11/1960

[223] Diário do Paraná de 9 de novembro de 1960

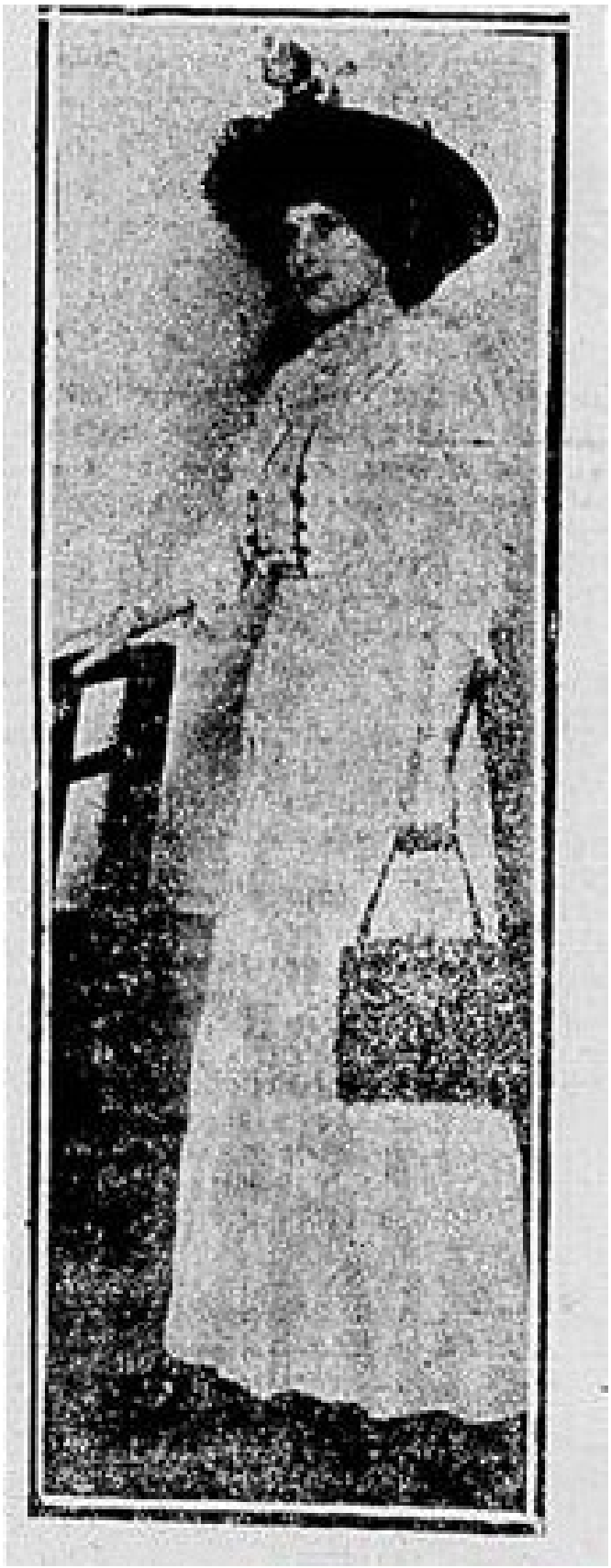


Figura 61 – Josepha Correia Defreitas (sobrinha) em 1912.
Fonte: A Época, 06/12/1912.

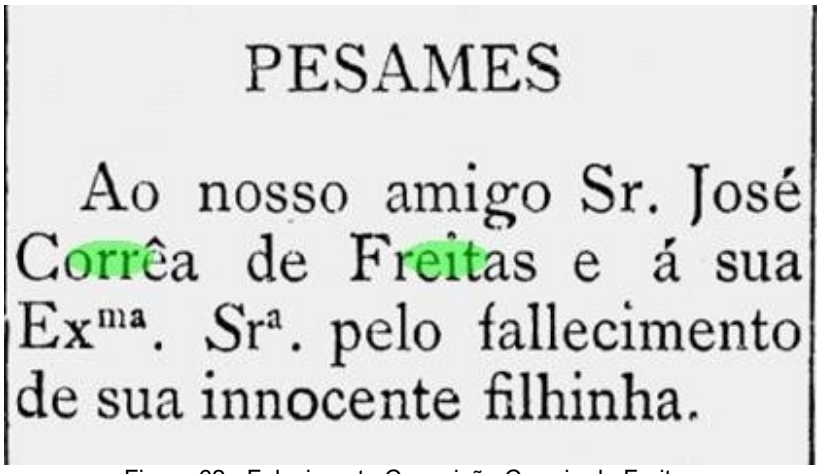
Conceição Correia de Freitas (SOBRINHA)

Nascimento: 1890, em Curitiba/PR

Falecimento: 1º de outubro de 1892 com 2 anos, em Curitiba/PR[224]

Pai: José Correia de Freitas

Mãe: Luiza da Costa Netto



PESAMES

Ao nosso amigo Sr. José Corrêa de Freitas e á sua Exma. Sra. pelo fallecimento de sua innocente filhinha.

Figura 62 - Falecimento Conceição Correia de Freitas
Fonte: O Futuro, 09/10/1892

Domingos Correia de Freitas (SOBRINHO)

Nascimento: agosto de 1891, em Curitiba/PR

Falecimento: 12 de novembro de 1892 com 15 meses, em Curitiba/PR[225]

Casamento: solteiro

Pai: José Correia de Freitas

Mãe: Luiza da Costa Netto

[224] Livro de Óbitos do Cemitério Municipal São Francisco de Paula, folha 37 (anos 1890-1892). Acervo Casa da Memória/Fundação Cultural de Curitiba. Ver Anexo 7.

[225] Livro de Óbitos do Cemitério Municipal São Francisco de Paula, folha 38 (anos 1890-1892). Acervo Casa da Memória/Fundação Cultural de Curitiba. Ver Anexo 7.

Soledade Correia de Freitas (SOBRINHA)

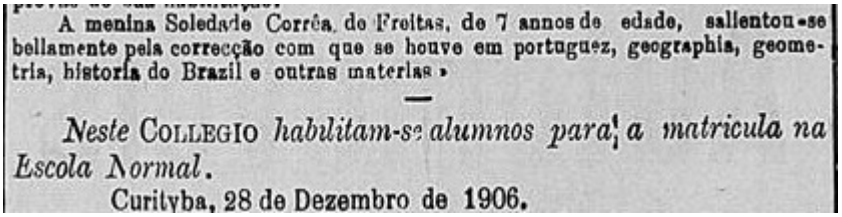
Nascimento: 7 de julho de 1899, em Curitiba/PR[226]

Falecimento: não localizado

Solteira

Pai: José Correia de Freitas

Mãe: Luiza da Costa Netto


A menina Soledade Corrêa, de Freitas, de 7 annos de edade, sallentou-se bellamente pela correcção com que se houve em portuguez, geographia, geometria, historia do Brazil e outras materias »

—

Neste COLLEGIO *habilitam-se alumnos para a matricula na Escola Normal.*

Curityba, 28 de Dezembro de 1906.

Figura 63 - Anúncio do Colégio Soledade de propriedade de Luiza Netto Correia de Freitas
Fonte: A Notícia de 24/01/1907

Nascimento (1992; 2004) em suas pesquisas genealógicas sobre a família Correia Defreitas já havia constatado que Negrão (1928) se equivocou ao considerar a primeira esposa do tenente-coronel José Antonio de Oliveira Junior, Amália Correia de Freitas, como irmã de Manoel Correia Defreitas. O casamento entre José e Amália ocorreu dia 5 de setembro de 1859[227]. Nesse ano, caso tivesse existido, a Amália irmã de Manoel teria por volta de seus 9 anos de idade, pois segundo o inventário de Josepha Leite Bastos, mãe de Manoel, realizado em 1880, Francisca a irmã antes de Amália nasceu em 1849 e Manoel, o irmão depois de Amália, nasceu em 1851, portanto, como ela teria nascido entre esses dois irmãos,

[226] A Notícia de 7 de julho de 1906.

[227] Livro de casamentos Nº 7 da Igreja matriz de Nossa Senhora da Graça de São Francisco do Sul (1857-1867), p.77. Infelizmente a parte onde está declarado a filiação de Amália encontra-se rasurada não sendo possível a leitura integral do documento. Ver Anexo 11.

seu provável ano de nascimento seria 1850, considerando a ordem genealógica de Negrão (1928, p. 375) que a coloca como a quinta filha do casal Domingos e Josepha. Porém, o nome Amália não aparece nem no inventário de 1863, quando faleceu Domingos Correia de Freitas (pai do Manoel) e nem no de 1880 quando faleceu Josepha (mãe de Manoel)[228], e, diferentemente dos outros seis irmãos de Manoel, não conseguimos localizar nenhum documento ou notícia em periódicos que mencionassem a sua existência dentro do ramo da Família Correia de Freitas do qual Manoel fazia parte.

Portanto, o casal Domingos e Josepha não tiveram uma filha chamada Amália. Afirmamos isso pelo fato que se ela tivesse nascido e chegado à vida adulta para ter se casado e tido um filho, mesmo tendo falecido antes de seus pais, seu nome, bem como de seu esposo, iria figurar na relação de herdeiros dos inventários supracitados.

O mais provável é que a Amália Correia de Freitas que se casou com José Antônio de Oliveira Júnior, era filha de João Correia de Freitas e de Senhorinha Serafina das Dores conforme aponta Nascimento (1992)[229]. Até o momento não conseguimos encontrar nenhuma documentação que comprove uma possível relação de parentesco entre Alexandre (o avô de Amália) e Domingos (o pai do Manoel).

Do casamento de Amália e José nasceu Antônio Amálio de Oliveira, mas que faleceu jovem, por volta dos 20 anos, no ano de 1880. Após o falecimento da esposa Amália (que deve ter ocorrido no ano de 1860), José contrai segunda núpcias com Emília Julieta Nóbrega em 22 de junho de 1861[230] cuja cerimônia teve como uma das testemunhas Domingos Correia de Freitas (NASCIMENTO, 2014a)[231], o que demonstra uma estreita ligação entre José de Oliveira e

[228] Nº Registro 1226, ano 1864 (1ª e 2ª partilhas de Domingos Correia de Freitas) e Nº Registro 2403, ano 1880 (inventário Josepha Leite Bastos), ambos da Comarca de Paranaguá. Acervo do Museu da Justiça do Paraná.

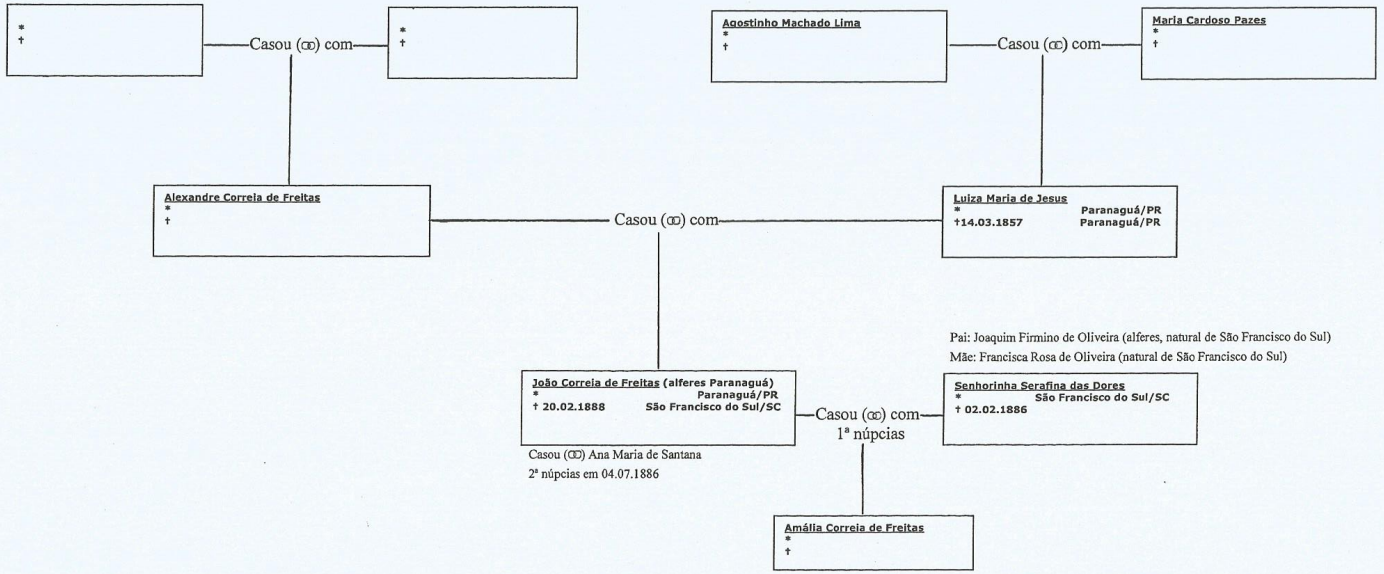
[229] Ver árvores genealógicas Nº 10 (filiação de Amália Correia de Freitas) e Nº 11 (casamento de Amália Correia de Freitas.

[230] Livro de casamentos N. 8 da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Graça de São Francisco do Sul.

[231] Como referência complementar ver VIEIRA, JOÃO ALFREDO MEDEIROS. **Notas para a História do Poder Judiciário em Santa Catarina**. Florianópolis: Edição da FCC, 1981

Domingos. Relação esta que se pode entender pelos inventários da morte de Domingos (1863) e de Josepha (1880), pais de Manoel. Nos dois documentos aparece o nome de José Antônio de Oliveira com dívida ativa com Domingos. O valor que José de Oliveira devia para Domingos entrou no espólio desses inventários e foi partilhado entre os herdeiros. Era uma dívida com um montante significativo, pois entre as mortes de Domingos e de Josepha se passam 18 anos e José de Oliveira não havia conseguido quitá-la. Esse fato também ilustra a estrita relação que havia entre os antigos povoamentos dos litorais paranaense e catarinense, principalmente entre Paranaguá, São Francisco do Sul e Guaratuba.

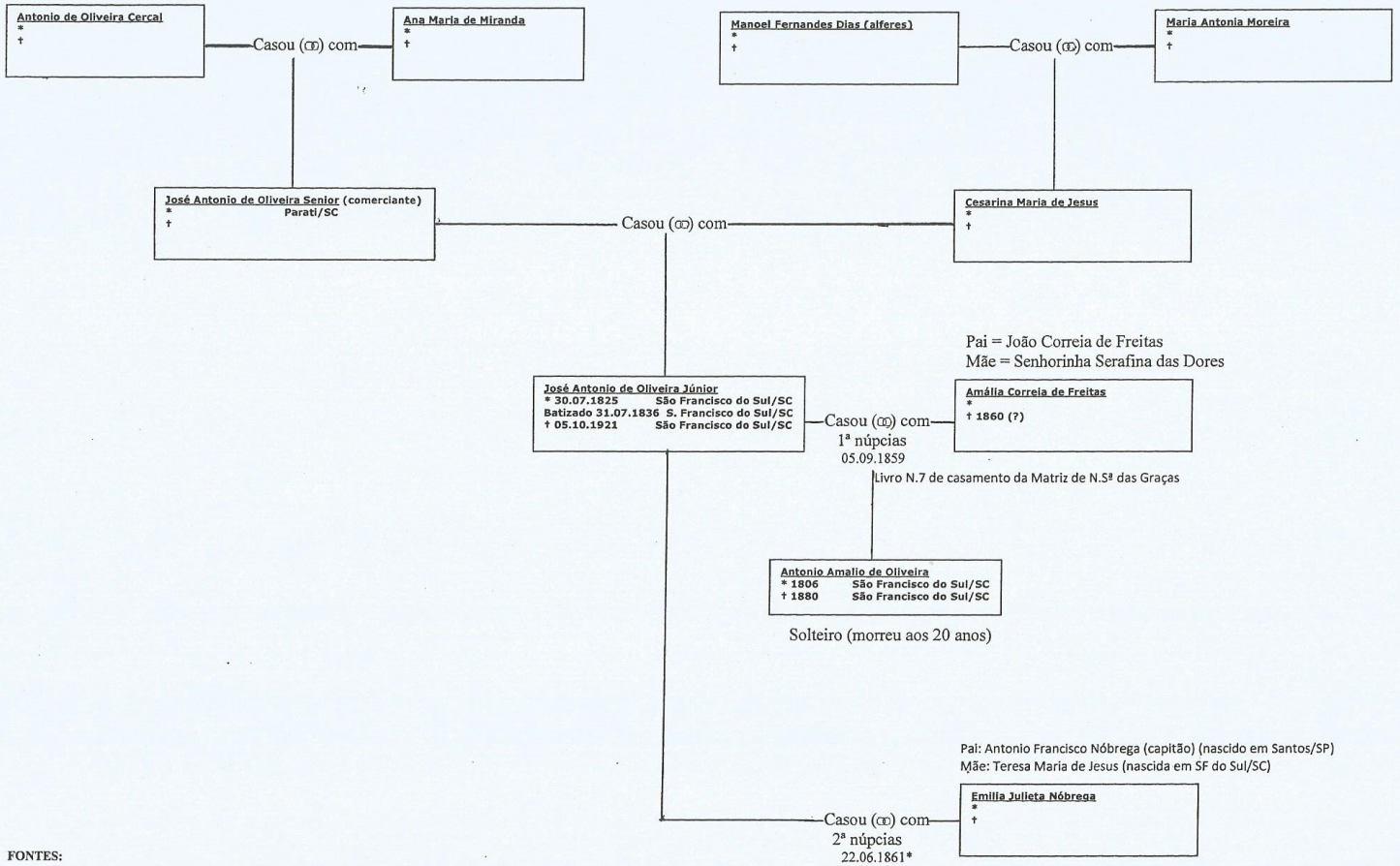
Árvore Genealógica Nº 10 - AMÁLIA CORREIA DE FREITAS (não era irmã)



FONTES:

http://www.rueidibastos.com.br/. Árvore Genealógica da Família Bastos. Acesso em 02 de abril de 2014.
Livros de Casamentos da Igreja de Nossa Senhora das Graças de São Francisco do Sul. Acervo Cúria de Joinville.
Livros de Óbitos N.10 da Igreja de Nossa Senhora das Graças de São Francisco do Sul. Acervo Cúria de Joinville.
NASCIMENTO, Antonio Roberto (1992). *"O Republicano Manoel Correia Defreitas"*. IN: Blumenau em Cadernos, Tomo XXXIII, N.9, Setembro, p.319-320.
NASCIMENTO, Antonio Roberto (s.d). **Os Carvalhos Buenos.** Joinville: edição do autor.
NASCIMENTO, Antonio Roberto (2014a). **Os Fernandes Dias.** Joinville: (mimeo).
NASCIMENTO, Antonio Roberto (2014b). **Os Gomes de Oliveira.** Joinville: (mimeo).
NEGRÃO, Francisco (1928). **Genealogia Paranaense**. 3° volume. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado do Paraná.

Árvore Genealógica Nº 11: AMÁLIA CORREIA DE FREITAS (casamento com José Antônio de Oliveira)



FONTES:

http://www.rueidibastos.com.br/. Árvore Genealógica da Família Bastos. Acesso em 02 de abril de 2014.
Livros de Casamentos da Igreja de Nossa Senhora das Graças de São Francisco do Sul. Acervo Cúria de Joinville.
NASCIMENTO, Antonio Roberto (1992). *"O Republicano Manoel Correia Defreitas"*: IN: Blumenau em Cadernos, Tomo XXXIII, N.9, Setembro, p.319-320.
NASCIMENTO, Antonio Roberto (s.d). **Os Carvalhos Buenos.** Joinville: edição do autor.
NASCIMENTO, Antonio Roberto (2014a). **Os Fernandes Dias.** Joinville: (mimeo).
NASCIMENTO, Antonio Roberto (2014b). **Os Gomes de Oliveira.** Joinville: (mimeo).
NEGRÃO, Francisco (1928). **Genealogia Paranaense.** 3º volume. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado do Paraná.

Algumas notícias dos periódicos consultados trazem informações confusas sobre a Família Correia de Freitas. No Jornal do Dia, de Porto Alegre, em sua edição de 4 de agosto de 1960, quando anuncia o falecimento do funcionário do Ministério da Fazenda e escritor Antônio de Oliveira Ramos casado com Maria de Freitas que seria *"sobrinha do deputado paranaense Correa de Freitas".* O pai de Maria era Crispim de Freitas[232] que faleceu em 21 de fevereiro de 1920 em São Francisco do Sul, conforme o jornal República, de Florianópolis, de 22 de fevereiro de 1920. Porém, não conseguimos encontrar nenhuma relação de parentesco de Crispim de Freitas com Manoel. Deixamos aqui registrado esse caso a ser elucidado.

2.4 – Condição de celibatário

Negrão (1928) aponta que Manoel Correia Defreitas:

> Nunca chegou a se casar; não que desamasse a felicidade do lar, o carinho da família, mas espírito irrequieto e sonhador, nunca teve descanso na vida. Só se preocupando da grandeza da pátria. Qual commis-voyageur[233], do liberalismo avançado, nunca teve residência certa; quando se o supõe no Paraná, lá se acha ele em Minas Gerais, em São Paulo, Rio de Janeiro, e por aí afora pregando e convencendo (NEGRÃO, 1928, p. 391).

Para Nascimento Junior (1951), Manoel Correia Defreitas via:

> A família como pedra angular da sociedade, sentimento singular num celibatário que jamais constituiu família para não prejudicá-la com a vida agitada e instável de luta sobre luta, desposando, como o feroz mas

[232] Era pai de Crispim de Freitas Júnior (escrivão da coleteria de vários municípios catarinenses que morreu assassinado em 1934), José Marcos de Freitas (sócio da companhia Abdon & Cia em Porto União) e de Maria de Freitas Ramos (residente em Joinville). Fonte: República, 22/02/1920; 05/03/1920 e 05/09/1934.

[233] commis-voyageur = caixeiro viajante.

> caridoso justo Cimourdain, do "Noventa e três", de Vitor Hugo[234], a humanidade e cujos problemas dedicava todo o seu ser, nos mais extremos carinhos (NASCIMENTO JUNIOR, 1951, p.21).

Faria Rocha (1951) também aponta a condição celibatária de Manoel Correia Defreitas:

> Ainda nos anos verdes, Correia Defreitas sofreu tremenda crise sentimental. Apaixonou-se; amou à moda antiga, traindo ele próprio a cada passo o segredo do seu coração. Porém, a eleita de seus sonhos, pertencia a família abastada e ostentava brasões de nobreza.
> Por esse motivo, os parentes dela se opuseram à continuidade do noivado e assim se findou melancolicamente o romance de um moço que nunca mais se casou.
> Desencantado da vida, Correia Defreitas retirou-se da poética cidade às margens do Itiberê.
> É interessante notar que a influência de amor contrariado também se fez sentir em favor da república em marcha, quando foi da extrema rivalidade entre dois grandes estadistas brasileiros que requestavam a mesma mulher, uma formosa gaúcha do sul[235]. A história do mundo está cheia desses exemplos (ROCHA, 1951, p. 4).

Manoel Correia Defreitas nunca chegou a se casar 'oficialmente', mas já apontamos no item anterior que ele constituiu família. Não oficializou sua união com Lucilia Landal, mas reconheceu e registrou os três filhos que teve com ela. Correia Defreitas circulava com as filhas pela sociedade curitibana, não as

---

[234] O romance Noventa e Três de Victor Hugo retrata um momento histórico importante da França e discute sobre a alma humana que é repleta de infinitas contradições e sonhos. Na masmorra o personagem Gauvain discute com seu mestre Cimourdain sobre a construção de um novo mundo antes de seguir para a morte na guilhotina. Fonte: HUGO, Victor. **Noventa e Três**. Lisboa: Editora Lello e Irmãos, [s.d].

[235] Faria Rocha se refere a gaúcha Maria Adelaide Andrade Neves Meireles, a Baronesa de Triunfo, pivô de um caso de amor e ciúmes envolvendo o marechal Manoel Deodoro da Fonseca e o senador liberal Gaspar da Silveira Martins. Em 1883, quando era presidente da Província do Rio Grande do Sul, Deodoro perdeu para Silveira Martins a disputa pelo coração da baronesa que, segundo testemunhas da época, seria uma viúva bonita, na casa dos 40 anos e fazendeira na região de Rio Pardo. Desse episódio surgiu uma rivalidade que teria desdobramentos na Proclamação da República. Para Laurentino Gomes, em momento algum do dia 15 de novembro de 1889 Deodoro proclamou a república. Apenas liderou o golpe militar que derrubou o gabinete do Visconde de Ouro Preto, acusado pelo marechal de perseguir o exército e seus oficiais. Deodoro só mudou de posição e concordou com a troca de regime na madrugada do dia 16 ao saber que o imperador Pedro II chamara para compor um novo ministério o seu rival Gaspar da Silveira Martins. A república teria em Maria Adelaide, portanto, uma madrinha secreta, cuja existência raramente aparece nos livros da História oficial. Disponível em http://laurentinogomes.com.br/blog/2013/09/a-gaucha-de-derrubou-a-monarquia-novos-detalhes/. Acesso em 31.julho.2016.

escondendo (O Estandarte, 26/08/1926). Elas estudaram em escolas da capital, tiveram seus enlaces matrimoniais divulgados na imprensa da época, mas até então a informação divulgada era que Manoel Correia Defreitas “jamais constituiu família”. Francisco Negrão (1928), Vicente Nascimento Júnior (1951) e Augusto Faria Rocha (1951) conheceram Correia Defreitas pessoalmente e produziram narrativas biográficas sobre a sua pessoa omitindo a existência dos filhos. Isso demonstra a visão conservadora e preconceituosa dominante no período: pelo arranjo familiar de Manoel Correia Defreitas não seguir o padrão considerado “normal e/ou aceitável” ela foi omitida. Isso traz muitos prejuízos para as pesquisas, pois são veiculadas informações erradas por puro juízo de valores dos produtores das narrativas.

Analisando as notícias encontradas na Hemeroteca Digital sobre a mobilidade de Correia Defreitas vemos que ela era intensa, constante. Circulava entre Paraná, Santa Catarina, Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais com muita frequência o que nos levar a supor que, praticamente, Lucilia criou as filhas sozinha. Segundo depoimento da neta Lucirene, sua mãe Meden lhe contava que havia a compensação: o pai estava na maior parte do tempo ausente de casa, mas quando estavam juntos era muito presente e faziam várias atividades juntos.

A ideia de Faria Rocha (1951) de que Correia Defreitas teria vivido um romance de Romeu e Julieta parece ser para justificar seu estado celibatário, condição essa que acompanha as relações da família Correia de Freitas desde seus primeiros genitores em território paranaense no século XVIII. Domingos e Josepha tiveram filhos, netos e bisnetos que optaram pela condição de celibatário. Além de Manoel Correia Defreitas que oficialmente morreu solteiro, também eram solteiras suas irmãs Escolástica e Francisca, suas sobrinhas Josepha e Soledade (filhas de José Correia de Freitas) e suas outras sobrinhas Zulmira e Maria Francisca (filhas de Maria dos Anjos). Seu sobrinho Lamartine (filho de Maria dos Anjos) seguiu a vida religiosa e se tornou uma autoridade eclesiástica em Curitiba.

A condição de celibatária entre as mulheres da Família Correia de Freitas é uma herança da linhagem Rodrigues de França onde a mulher por diversas razões tornara-se líder, principalmente pela viuvez que impunha a necessidade de cobrança de dívida e ou participação legal em abertura de testamento deixado por

membros da família (CARNEIRO, 2013). As transformações ocorridas na sociedade com a implantação da república transformaram a figura feminina exigindo novas posturas diante das velhas funções. As filhas das famílias tradicionais tinham acesso à uma instrução mais elaborada, além da aprendizagem das prendas do lar e das primeiras letras, chegavam ao curso superior – como foi o caso das filhas de José: Josepha e Soledade. Ambas cursaram o Instituto Nacional de Música no Rio de Janeiro. Nessa família a maioria das mulheres sempre teve posição de liderança devido a formação e a participação no mercado de trabalho como professoras.

O fato desses membros da Família Correia de Freitas não terem casado, os colocam na população definida pelos historiadores como "celibatário definitivo" (NADALIN, 2007). Permanecer no estado de solteiro/a era incomum para uma sociedade acentada na família. Nesse sentido pode-se apontar que, talvez, por considerar o casamento uma etapa tão importante (devido ao seu cabedal social) eles optaram por ficarem solteiros, visto que muito provavelmente não tivessem encontrado cônjuge a altura de suas expectativas sociais e sentimentais[236]. Nem sempre as condições do mercado matrimonial eram favoráveis, visto que para as famílias abastadas da sociedade:

> O casamento dividia o curso dos anos de uma vida em duas etapas distintas. Esse acontecimento social fundava a continuidade social e familiar da elite oitocentista e originava um núcleo que uniria dois troncos anteriores distintos. Essa união era intencionalmente calculada no sentido de proporcionar a manutenção dessas famílias como parte de um grupo seleto e privilegiado. Contudo, era preciso ir além e gerar novos elementos de poder e prestígio que as distinguisse socialmente, atualizando as disputas sociais intra e extragrupo. As exigências minuciosas feitas durante os processos de arranjos matrimoniais revelam o esforço de consolidação de novas alianças políticas, econômicas e sociais que objetivaram estruturar uma rede familiar complementar que, em última instância, ia dar continuidade às casas envolvidas. Dessa forma, ao final, acabava-se reproduzindo a dinâmica hierarquizante fundadora da composição social do Império (MUAZE, 2008, p.54-55).

Dentro das Ciências Sociais, as teorias do parentesco, sejam as "descendentistas" ou as "aliancistas", tomam como base a genealogia. Mas, afirma

[236] As informações coletadas até o momento sobre o porquê de Manoel não ter casado com Lucilia estão desencontradas: uns apontam que a família se opôs pelo fato dela ser viúva e ter muitos filhos, outros pelo fato dela ser condição social inferior a dele. Enfim, são especulações pois não temos até o momento fontes que nos ajudem a esclarecer esse ponto.

Bourdieu (1983), genealogias são apenas mapas que conduzem a uma percepção geométrica do parentesco. Mais do que os caminhos “formais” dos mapas, importam os caminhos efetivamente percorridos pelos sujeitos das relações de parentesco, por isso são os sobrinhos que fazem o nepotismo. O que torna o parentesco algo real são os caminhos cultivados pelos sujeitos. Caminhos não percorridos e não cultivados tendem a desaparecer. É como numa floresta, onde as trilhas não transitadas continuamente acabam sendo cobertas pela vegetação, ainda que continuem figurando num mapa abstrato. Em contraposição à percepção formalista do parentesco “genealógico”, o que Bourdieu propõe é centrar a atenção no parentesco “prático”, ou seja, nos caminhos cultivados, nas teias do nepotismo apontada por Oliveira (2012).

Político é também o ponto de vista de Bourdieu (1983), já não se trata apenas de constituir a sociedade, mas de assegurar a permanência dessa rede de sociabilidades estabelecidas, de explicar determinadas práticas no contexto de uma teoria da reprodução (social, política, simbólica, cultural, etc). Para Bourdieu (1983) o casamento é político, pois visa à preservação não só da casa, mas também da “honra”, da moral adquirida. Em sua perspectiva é preciso considerar cada casamento realizado, ou não realizado (no caso dos celibatários) e não apenas a troca matrimonial em abstrato. O caráter político do casamento leva Bourdieu (1983) à noção de jogo: cada casamento é um lance como num jogo de cartas; cada casamento individual é o resultado de um jogo de estratégias e depende de cada casamento anterior. Cada casamento tem, pois, sua temporalidade.

Se as trocas matrimoniais se fazem num campo de jogo, e se cada casamento implica um risco, o sucesso nesse jogo depende da habilidade de quem joga. E quem joga? A cada geração, a “casa” é como que encarnada por seu guardião, herdeiro não só de sua materialidade, mas também da honra da linhagem. No campo das práticas matrimoniais é preciso, pois, desenvolver estratégias visto que cada casamento é um cálculo que objetiva reproduzir a “casa” e, eventualmente, ampliar seus domínios, o que resulta em estratégias diferentes com relação ao primogênito e aos demais filhos e filhas.

Ao discutir o tema do celibato, Bourdieu (1983) ressalta que o celibatário também é construído pelo habitus e não se opõe à aliança, mas é uma peça no

jogo de alianças, garantia de sua continuidade.[237] Trata-se, portanto, de enfatizar não as estruturas, mas os sujeitos. Em outras palavras, o grupo se define por relações genealógicas, é preciso investigar a utilidade dos parentes, isto é, dos "parentes práticos", aqueles que compõem grupos concretos, e perceber que os usos "genealógicos" do parentesco não são restritos a situações oficiais, quando preencheriam a função de legitimação da ordem. Os parentes utilizáveis são aqueles próximos ou socialmente influentes. São o resultado de um trabalho contínuo de cultivo que resulta numa rede de relações práticas, "genealógicas" ou não. O parentesco oficial distingue-se do parentesco prático: este faz o casamento, é o primeiro que o celebra. Há o casamento ordinário e o extraordinário. Em ambos os casos, eles são precedidos de negociações. Há um cálculo presente em toda transação matrimonial.

Se a sociedade condenava o celibato, com Bourdieu vemos que ele pode ser mais uma das estratégias de reprodução e manutenção das redes de sociabilidade. No caso de Manoel, parece que seu sobrenome não lhe deu uma distinção social suficiente que permitisse obter a autorização dos familiares da "moça de origem nobre" para cortejá-la. Isso demonstra a dominação simbólica em relação a origem social e os conflitos entre as famílias que marcavam a sociedade de seu tempo. Infelizmente, não encontramos nenhuma outra referência a esse "amor proibido" de Manoel para podermos saber o nome de sua escolhida. Faria Rocha (1951) destaca que devido a essa decepção amorosa Manoel teria saído da cidade de Paranaguá e se estabelecido em Joinville, onde a irmã Maria dos Anjos estava residindo. De fato, um estranhamento que observamos foi o fato de após tanto propagar o regime republicano em território paranaense, Manoel Correia Defreitas não estava presente na instalação do clube republicano de Paranaguá e nem no de Curitiba. Fazendo uma retrospectiva de sua mobilidade, nesse período ele estava em Santa Catarina onde dedicou-se à propaganda republicana

[237] Para Bourdieu (1983), o celibatário não é apenas mão-de-obra, ele é necessário por outro motivo: a morte do herdeiro conduziria ao fim de uma aliança matrimonial (com o perigo da devolução do dote), o que é evitado se casando a viúva com esse irmão solteiro. O que temos, então, ademais de um habitus que legitima práticas, é um jogo no qual, para usar outra metáfora de Bourdieu, a todas as ameaças que o casamento faz pesar sobre o patrimônio são opostas jogadas ou golpes análogos aos do xadrez ou da esgrima.

percorrendo o norte do estado, ajudando na fundação de diversos clubes republicanos. Depois teria descido pelo litoral até a cidade de Desterro e retornado para Joinville pela Estrada Dona Francisca realizando o mesmo trabalho, fundando clubes republicanos em diversas cidades ao longo desse trajeto percorrido, veio para o Paraná em visitas esporádicas, mas não mais fixando residência no estado. De Santa Catarina seguiu direto para o Rio de Janeiro e retornou ao Paraná em definitivo somente em março de 1890, após a implantação da república. Apesar de sua excentricidade, Manoel era aceito no campo político devido a sua origem familiar, embora a Família Correia de Freitas não ser do núcleo duro da classe dominante, ficava no seu entorno, ainda assim era “de cima”, de “perto do centro” e não relegada às franjas da sociedade. Se Manoel fosse de origem popular dificilmente teria tido o alcance que teve em termos de importância na história política paranaense.

A família foi a base de formação do Brasil e é inegável sua importância na formação da nossa sociedade. A posição de cada indivíduo na sociedade brasileira era (e é) determinada e garantida por seu grupo familiar: fora da família, o indivíduo não tinha nenhum direito. Mesmo características particulares como raça, riqueza e profissão são consideradas a partir do ponto de vista familiar. A partir da família eram percebidas as relações sociais. Era ela quem determinava a pertença da pessoa à sociedade, com as vantagens e desvantagens que daí decorriam. A família ultrapassava a esfera privada projetando-se sobre a sociedade, fosse na fase imperial ou na fase republicana da história brasileira. As relações familiares estabelecem uma troca de influências na qual os dominadores também eram influenciados pelos dominados, daí a importância das famílias de camadas médias, mas não somente delas, estudos revelam como hábitos, culinária e vestimentas foram influenciados pelos negros e indígenas, famílias de camadas pobres e populares. Em suma, para se entender e compreender bem o funcionamento da sociedade brasileira deve-se privilegiar o estudo integrado da família, de suas gerações sucessivas, de suas políticas de casamento, suas atividades econômicas, etc.

Com relação as mulheres solteiras, elas sofrem com o preconceito e a discriminação desde os tempos coloniais. O papel da mulher era bem definido na

sociedade: esposa e mãe. Quem não se adequasse a este modelo era mal vista. Se não fosse casada e honrada, a mulher seria classificada como prostituta ou como solteirona enrustida. Conforme Del Priore:

> Em uma época em que havia mais homens que mulheres, aquelas que não conseguiam um companheiro eram vistas com desconfiança. Deveria haver algo de errado com elas …Numa sociedade em que as mulheres, nasciam, cresciam e casavam, para ter filhos, a donzelona era aquela que não cumpria as regras. Que se colocava fora do lugar certo. Que falhara. E tudo isso, com tanta discrição, que era como se não existisse (DEL PRIORE, 2009, p.37).

O magistério, nesse período, era a opção de trabalho “honesto” para aquelas que não se casavam. Os jornais a retratavam como uma mulher pouco atraente que, sem ter os próprios filhos, dedicava-se a tomar conta dos filhos dos outros. Não temos registros da formação das irmãs solteiras de Manoel, mas as sobrinhas solteiras eram todas professoras, mulheres instruídas e cultas que estudaram. Para as mulheres da elite, o estudo era opcional e, quando ele existia, tinha como objetivo melhorar as chances de um bom casamento e não apenas instruir a mulher. Os cursos superiores eram uma possibilidade que nem se colocava para elas, mas que fora realizado pela maioria das mulheres dessa família. Por isso se achavam superiores e não quiseram se casar? Possivelmente, porém não temos dados que nos permitam afirmar isso, nem que elas tenham participado do movimento feminista curitibano no início do século XX. Sabemos que através do casamento se pode fazer alianças políticas e financeiras importantes para a família, mas para realizar um bom casamento, há algumas exigências que devem ser cumpridas, visto ele ser uma estratégia para cimentar as alianças familiais e garantir os interesses da família e da parentela. Servia também para criar laços fundamentais de natureza social, política e econômica com indivíduos e grupos considerados importantes para a sobrevivência da família e providenciar os descendentes que iriam continuar a saga familiar, ou para recrutar novos membros. O casamento era uma das formas de ampliar o poder econômico, aumentar o prestígio e parentela e efetuar alianças políticas e econômicas.

No Brasil, o grau de interação entre família e poder é muito alto visto que a família teve papel essencial no estabelecimento das estruturas sobre as quais o Estado brasileiro foi construído, assim quando se estuda as instituições estatais

sempre nos reportarmos à família. Segundo Oliveira (2012) é na família que devemos procurar os elementos necessários à compreensão das hierarquias sociais visto que é em torno dela que giram as relações sociais.

2.5 – Laços de parentesco, espaço da família e relações sociais

Casar com uma família já estabelecida ajudava (e ajuda) a formar as redes sociais entre estruturas de parentesco e poder político. O casamento tinha (e tem) um papel de arranjo para o engrandecimento da casa familiar. Ele pode ser endógeno ao próprio grupo social ou entre grupos sociais distintos. Dos membros e casamentos da Família Correia de Freitas destacamos os seguintes[238], onde percebe-se sobretudo o casamento entre o grupo social de comerciantes, funcionários da burocracia e com membros da imigração alemã que conseguiram papel de destaque dentro da sociedade paranaense. Destacamos os membros dos quais conseguimos levantar alguma documentação.

1. Antônio José de Leite Bastos, avô materno

Segundo Kato (2011, p.111-112)[239] Antônio José de Leite Bastos *"era um portuense, casado com uma das filhas da nobreza da terra [Emilia Maria do Rosário]. Grande comerciante residente na rua do Terço em Paranaguá, possuía três escravos".* Conforme já mencionado Emília do Rosário era descendente de

[238] A escolha dos membros da família de Manoel Correia Defreitas tratadas nesse item foi feita com base naqueles em que foram encontrados dados e documentos referentes a sua trajetória.

[239] Agradecemos as informações obtidas com o pesquisador Allan Kato referentes ao comerciante Antônio José Leite Bastos.

João Rodrigues França por isso era considerada como “filha da nobreza”. Antônio nasceu em 1782 em Portugal, Vila de Bastos. Casou-se com Emília Maria do Rosário em 13 janeiro 1808 em Paranaguá. Tiveram seis filhos (ver Árvore Genealógica Nº 2). Morreu assassinado por um de seus escravos em 1821, em Paranaguá (NEGRÃO, 1926).

No Dicionário das Famílias Brasileiras aparece a seguinte informação referente à família Bastos: *“família estabelecida no Paraná, à qual pertence o Capitão Antônio Jose Leite Bastos, falecido antes de 1821, que deixou geração de seu casamento com Emília Maria do Rosario”* (BARATA e BUENO, 1999, volume 1, p. 408-409)[240].

Não conseguimos mais informações sobre o Capitão Antônio José de Leite Bastos. Da documentação levantada encontramos apenas do seu filho, que possuía o mesmo nome, era professor e morreu enquanto participava da Guerra do Paraguai [241].

2. Domingos Correia de Freitas, o pai

Domingos nasceu em 6 de fevereiro de 1810 em São Francisco do Sul. Casou com Josepha de Leite Bastos em data desconhecida. Tiveram sete filhos (ver Árvore Genealógica Nº 2). Faleceu em 5 de novembro de 1862 na cidade de Paranaguá.

No ano de 1841 Domingos ocupava o cargo de tenente da Guarda Nacional e como tal assina o abaixo-assinado de 4 de julho dos cidadãos, moradores e

[240] Existe um sítio sobre a descendência do Capitão Antônio José Leites Bastos - http://www.rueidibastos.com.br/leitebastos/pafn01.htm#1. Árvore Genealógica da Família Bastos. Acesso 02.abril.2014. Como a maioria dos sítios de árvores genealógicas de famílias as informações fornecidas devem ser verificadas pois, elas vão se sobrepondo umas às outras e fica muito confuso. Como exemplo temos o caso de Manoel Correia Defreitas. Inicialmente o ano de nascimento estava errado. Após levantarmos a documentação original e termos fornecidos os dados corretos para o administrador do sítio, ele manteve a informação anterior, o que causa dúvida. Os critérios para o fornecimento de informações nesse tipo de sítio não seguem um rigor metodológico e científico, mas podemos consultá-los para pegarmos algumas “dicas” iniciais.

[241] XIX de Dezembro, 23/09/1854. Correio Paulistano, 23/02/1865.

estabelecidos de Paranaguá destinado ao presidente da província de São Paulo, Barão de Monte Alegre (João da Costa Carvalho), atestando os vários serviços prestados pelo comendador Manoel Francisco Correia Junior na comarca. O Barão de Monte Alegre havia nomeado para comandante da Guarda Nacional de Curitiba o cidadão João da Silva Machado, mas esse recusou o cargo pois era do partido da oposição (Liberal). O abaixo-assinado indicava Manoel Francisco de Oliveira Júnior para o cargo por ser um defensor do trono e membro do partido da ordem (conservador), conforme destacam os assinantes[242]. O nome de Domingos Correia de Freitas vai estar relacionado com a oposição política em Paranaguá, sobretudo na sua condição de eleitor, mas nesse abaixo assinado vemos não apenas o seu nome, mas de outros membros da oposição como Floriano Bento Viana e Manoel Antônio Pereira, ao lado da "situação parnanguara", pois se tratava de uma questão maior: a oposição era entre um representante dos campos gerais com outro do litoral.

Ainda enquanto comarca de São Paulo, no ano de 1852 o nome de Domingos aparece na relação dos eleitores de Paranaguá como suplente da oposição. Na mesma relação aparecem os eleitores governistas encabeçados por Manoel Antônio Guimarães e membros da família Correa[243]. Foi suplente de vereador de Paranaguá na legislatura 1861-1864 tendo obtido 30 votos (ALVES, 2014, p. 445).

Domingos tinha três propriedades em Paranaguá, listadas no Livro do Registro de Terras de Paranaguá em 13 de novembro de 1855. As de número 295, 296 e 297. Uma de suas propriedades era um sítio no lugar denominado Bocuhy, medindo meia légua de frente (livro 22/26, registro 296) onde Manoel Correia Defreitas nasceu. Domingos Correia de Freitas era então morador na freguesia de Nossa Senhora da Glória do Sahy da cidade de São Francisco do Sul (BARACHO, 1995).

No ano de 1856 Domingos residia com a família em São Francisco do Sul e em nota de agradecimento publicada no jornal de Desterro, "O Argos da Província

[242] Sentinella da Monarchia/RJ, 18/07/1842.

[243] A Aurora Paulista, 03/03/1852.

de Santa Catharina" de 25 de abril de 1856, Emygdio Silveira de Miranda e Oliveira agradece a várias pessoas, entre elas o inspetor de quarteirão Domingos Correia de Freitas, morador da Barra do Norte em São Francisco do Sul, os favores prestados emprestando canoas, carros e escravos para salvar parte do navio naufragado Maria da Glória.

Em 1872 pelo Extrato do Expediente do dia 23 de abril do Governo Provincial de Santa Catarina, Domingos é exonerado da função de terceiro suplente do subdelegado da Freguesia do Sahy, Termo de São Francisco por se achar incompatibilizado (havia falecido em 1862)[244].

No ano de 1895, por despacho do juiz federal, proferido nas petições do procurador seccional é requerido mandados executivos para cobrança dos foros de terrenos de marinha, no município de São Francisco do Sul. Entre os citados, contribuintes ali residentes, aparece o nome de Domingos Correia de Freitas[245].

3. Lourenço Machado da Silva, cunhado

Lourenço era filho de Francisco José Machado da Silva e de Thereza Maria de Torneros (NEGRÃO, 1928, p. 374). Nasceu em data desconhecida. Casou com Amélia Correia de Freitas em data desconhecida. Tiveram seis filhos (ver Árvore Genealógica nº 5). Faleceu em 22 de setembro de 1884 em Curitiba (figura 65)[246].

[244] O Despertador/SC, 25/05/1872.

[245] A República/SC, 26/07/1895. Não sabemos se nesse caso temos um homônimo, cuja documentação não conseguimos levantar, ou se a família deixou a documentação da propriedade no nome do falecido Domingos e ele acabou aparecendo na relação como residente da localidade indicada 33 anos após seu falecimento.

[246] Jornal do Commercio, 18/10/1884.

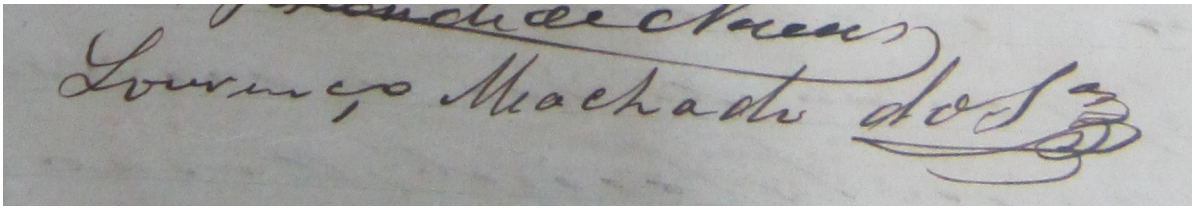
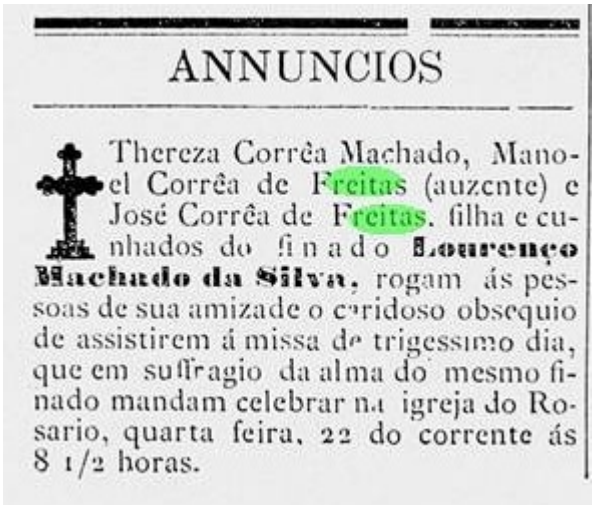


Figura 64 - Assinatura de Lourenço Machado da Silva.
Fonte: Inventário Nº 2403, ano 1880. Juízo de Paranaguá, partes de Josepha de Leite Bastos, p.44.
Acervo Museu da Justiça do Paraná



ANNUNCIOS

Thereza Corrêa Machado, Manoel Corrêa de Freitas (auzente) e José Corrêa de Freitas, filha e cunhados do finado **Lourenço Machado da Silva**, rogam ás pessoas de sua amizade o caridoso obsequio de assistirem á missa de trigessimo dia, que em suffragio da alma do mesmo finado mandam celebrar na igreja do Rosario, quarta feira, 22 do corrente ás 8 1/2 horas.

Figura 65 - Falecimento de Lourenço Machado da Silva
Fonte: Jornal do Commercio, 18/10/1884

Seu pai Francisco foi um dos fundadores do Clube Literário de Paranaguá no ano de 1872[247], ao lado de Manoel Correia Defreitas. Lourenço foi um dos fundadores da loja maçônica Perseverança em 5 de maio de 1864[248].

Sua família de origem lusa, dedicava-se ao comércio no porto de Paranaguá[249].

[247] Última Hora, 13/06/1960. XIX de Dezembro, 16/06/1875.

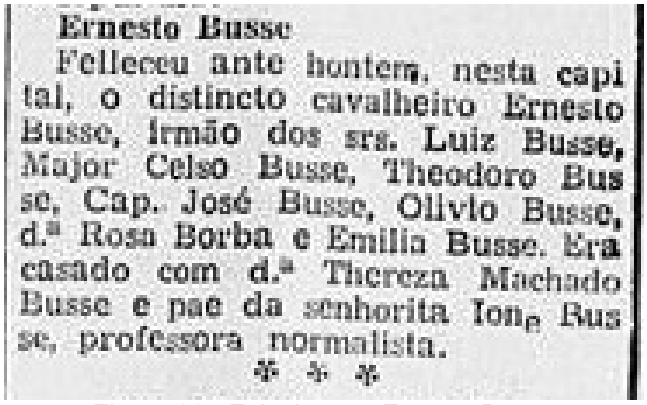
[248] A República, 06/05/1914.

[249] XIX de Dezembro, 28/09/1872. O Imparcial, 19/03/1845. Jornal do Commercio, 31/05/1861. Diário do Rio de Janeiro, 30/05/1842. Correio Mercantil, 12/05/1850.

4. Thereza Correa Machado, sobrinha

Thereza, sobrinha de Manoel, filha da sua irmã Amélia, nasceu em 10 de setembro de ano desconhecido em Curitiba. Casou com Ernesto Henrique Busse no dia 23 de janeiro de 1897 em Curitiba. Faleceu em 1º de maio de 1947 em Juiz de Fora, Minas Gerais. Era professora.

Ernesto Henrique Busse nasceu em 28 de janeiro de 1878 em Votuverava, Paraná (figura 67). Filho de Johannes Heinrich Carl Busse, natural da Prússia e de Maria do Carmo de Matos, natural da Votuverava. Faleceu em 9 de agosto de 1937 em Curitiba (figura 66)[250], Paraná. Era funcionário público e comerciante[251]. Foi nomeado para 1º suplente do Comissário de Polícia de Tibagi[252] e para 1º sub-comissário do Rio Azul, Comarca de Palmeira[253].



Ernesto Busse

Falleceu ante hontem, nesta capital, o distincto cavalheiro Ernesto Busse, irmão dos srs. Luiz Busse, Major Celso Busse, Theodoro Busse, Cap. José Busse, Olivio Busse, d.ª Rosa Borba e Emilia Busse. Era casado com d.ª Thereza Machado Busse e pae da senhorita Ione Busse, professora normalista.

* * *

Figura 66 - Falecimento Ernesto Busse
Fonte: O Estado, 11/08/1937

Busse é uma família originária da imigração alemã. No Brasil teve sua origem com a imigração de Johannes Heinrich Carl Busse, nascido em 23 de janeiro de 1836 na cidade de Herford-Westfalen, na Prússia. Foi batizado em 31 de janeiro de 1836, na Igreja Luterana de Kirchlengern, Westfalen, Prussia. Era filho

[250] O Estado, 11/08/1937.

[251] O Estado do Paraná, 16/01/1925.

[252] A República, 28/03/1905.

[253] Decreto Nº 465 de 02/12/1907. Ver A República, 02/12/1907.

de Caspar Heinrich Busse e Anne Marie Charlotte Nolting, casados em 02 de abril de 1835. Johannes Heinrich Carl Busse, tirou seu passaporte para emigrar para o Brasil em 22 de junho de 1858 na cidade de Braunschweig, de onde declarou ser natural. Imigrou para o Brasil no Navio Francisca, que saiu do Porto de Hamburgo em 22 de julho de 1858 e chegou ao Porto de São Francisco do Sul, em Santa Catarina dia 21 de setembro de 1858. Este navio naufragou posteriormente na entrada da Barra de São Francisco, no Sumidouro. Mudou-se para o Paraná, na Vila de Votuverava. Lá casou-se com Maria do Carmo de Matos Busse, filha de Bento Rodrigues de Matos e Carolina Martins de Matos. Adotou o nome de João Henrique Busse após se naturalizar em 05 de março de 1881. Faleceu em 26 de outubro de 1901 em Curitiba. Sua esposa faleceu em 26 de junho de 1917 também em Curitiba. Dedicava-se à indústria (VITECK, 2012).

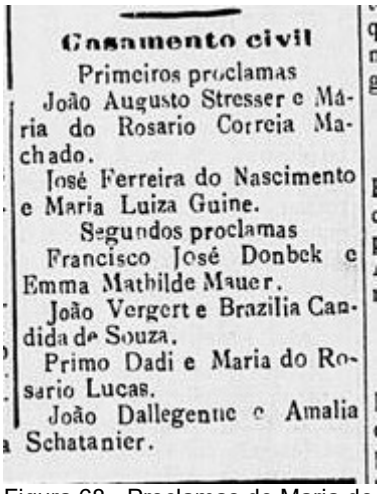


Figura 67 - De pé, Theodoro, Olivio, José (Juca). Sem data.
Sentados, João, **Ernesto (esposo de Thereza Correa Machado)**, Luiz e Celso
Fonte: http://www4.netpar.com.br/doubusse/Busse.htm. Acesso 30.agosto.2016

5. Maria do Rosário Correa Machado, sobrinha

Maria do Rosário, sobrinha de Manoel, filha da irmã Amélia, nasceu em 4 de outubro, em ano desconhecido (figura 69)[254]. Casou em 1896 com João Augusto Stresser (figura 68)[255], irmão do compositor Augusto Stresser, filho de Theodoro Stresser e de Luzia Pletz. Tiveram dois filhos: Theodoro e Scevola (ver Árvore Genealógica Nº 7).

João Augusto era funcionário da Rede da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande. O filho Theodoro Machado Stresser foi engenheiro ferroviário com carreira de destaque na área de viação e obras públicas e pai do professor de piano da Escola de Música e Belas Artes do Paraná (EMBAPA) Claudio Fernando da Silveira Stresser[256].



Casamento civil

Primeiros proclamas

João Augusto Stresser e Maria do Rosario Correia Machado.

José Ferreira do Nascimento e Maria Luiza Guine.

Segundos proclamas

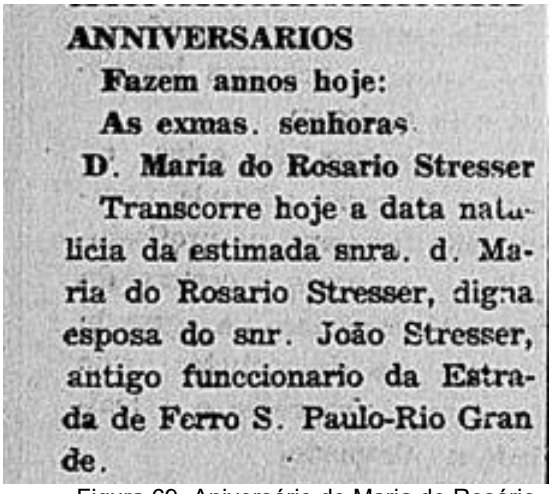
Francisco José Donbek e Emma Mathilde Mauer.

João Vergert e Brazilia Candida de Souza.

Primo Dadi e Maria do Rosario Lucas.

João Dallegenue e Amalia Schatanier.

Figura 68 - Proclamas de Maria do Rosário e João Augusto
Fonte: A República, 22/04/1896



ANNIVERSARIOS

Fazem annos hoje:

As exmas. senhoras

D. Maria do Rosario Stresser

Transcorre hoje a data natalicia da estimada snra. d. Maria do Rosario Stresser, digna esposa do snr. João Stresser, antigo funccionario da Estrada de Ferro S. Paulo-Rio Grande.

Figura 69- Aniversário de Maria do Rosário
Fonte: Correio do Paraná, 04/10/1932

A família Stresser é de origem alemã. O primeiro Stresser teria vindo na primeira leva de alemães que colonizaram Rio Negro em 1829 (NEGRÃO, 1928, p. 374). Gomes (1968) aponta que os descendentes do velho Theodoro Stresser foram constituindo famílias e estas se ligando a outros clãs tanto de descendência

[254] Correio do Paraná, 04/10/1932.

[255] A República, 22/04/1896.

[256] O Rio Negrense, 19/07/1925. Correio do Paraná, 17/10/1938. Diário do Paraná, 28/10/1937.

alemã quanto de descendência lusitana. Esses vários grupos familiares que foram surgindo deram *"a sociedade paranaense centenas de individualidades, numerosas delas se destacaram no exército, na burocracia, no direito, na medicina, nas artes plásticas e musicais".* O casamento entre Maria do Rosário e João Augusto é um exemplo da assimilação dos saxões à coletividade luso-brasileira. Pela análise dos laços genealógicos que foram se estabelecendo através dos matrimônios podemos perceber a extensa rede de sociabilidades que foi se tecendo entre as famílias de origem europeia e as famílias tradicionais de origem luso-brasileira.

6. Francisco Machado da Silva, sobrinho

Francisco, sobrinho de Manoel era filho da sua irmã Amélia. Casou com Leonor Guimarães Machado, filha de Francisco Alves Guimarães e Ambrosina Rosa Guimarães (NEGRÃO, 1928, p. 374). Tiveram dois filhos: Jandyra e Ary (ver Árvore Genealógica Nº 8). Francisco era industrial[257].

7. Norberto José de Miranda, cunhado

Norberto nasceu em 1836 na cidade de Guaratuba, Paraná na qual foi batizado em 8 de setembro do mesmo ano. Faleceu em 10 de abril de 1884 na cidade de Joinville, Santa Catarina (figura 71). Casou com Maria dos Anjos em data desconhecida. Tiveram seis filhos (figura 72). Maria dos Anjos nasceu no ano de 1845 e faleceu em 15 de abril de 1937 em Curitiba (ver Árvore Genealógica Nº 9).

[257] A Notícia, 07/05/1906.

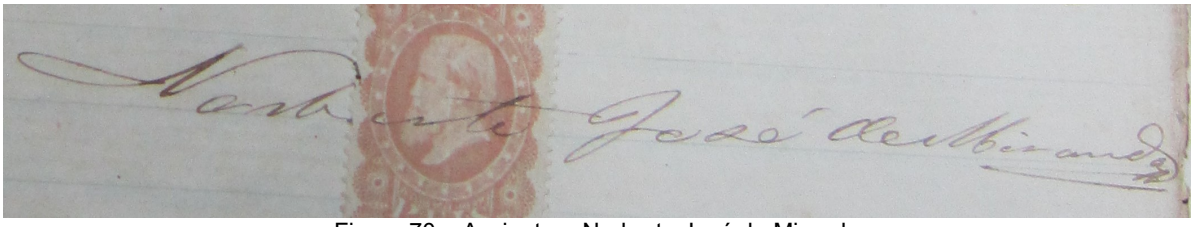
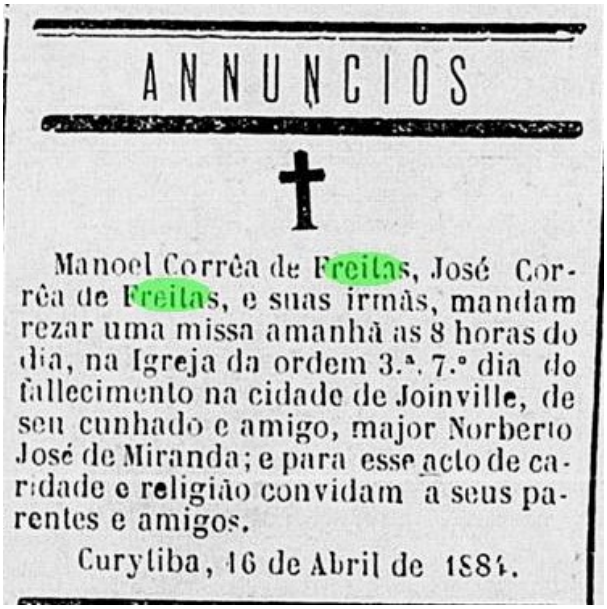


Figura 70 – Assinatura Norberto José de Miranda
Fonte: Inventário Nº 2403, ano 1880. Juízo de Paranaguá, partes de Josepha de Leite Bastos, p.7.
Acervo Museu da Justiça do Paraná

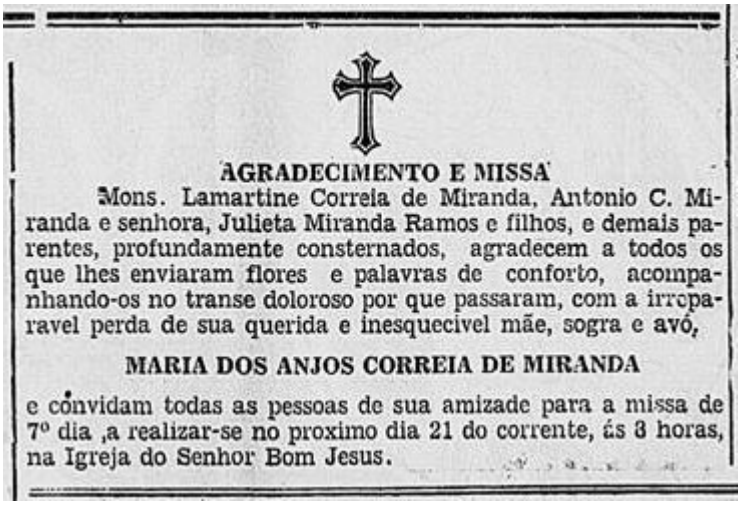


ANNUNCIOS

Manoel Corrêa de Freitas, José Corrêa de Freitas, e suas irmãs, mandam rezar uma missa amanhã as 8 horas do dia, na Igreja da ordem 3.ª. 7.º dia do fallecimento na cidade de Joinville, de seu cunhado e amigo, major Norberto José de Miranda; e para esse acto de caridade e religião convidam a seus parentes e amigos.

Curytiba, 16 de Abril de 1884.

Figura 71 - Falecimento de Norberto José de Miranda
Fonte: Província do Paraná, 16/04/1884



AGRADECIMENTO E MISSA

Mons. Lamartine Correia de Miranda, Antonio C. Miranda e senhora, Julieta Miranda Ramos e filhos, e demais parentes, profundamente consternados, agradecem a todos os que lhes enviaram flores e palavras de conforto, acompanhando-os no transe doloroso por que passaram, com a irreparavel perda de sua querida e inesquecivel mãe, sogra e avó,

MARIA DOS ANJOS CORREIA DE MIRANDA

e convidam todas as pessoas de sua amizade para a missa de 7º dia ,a realizar-se no proximo dia 21 do corrente, ás 8 horas, na Igreja do Senhor Bom Jesus.

Figura 72 - Falecimento de Maria dos Anjos Correia de Miranda
Fonte: O Estado, 21/04/1937

Norberto era major, foi um dos fundadores da Irmandade de Nossa Senhora do Bom Sucesso em Guaratuba no ano de 1857. Foi deputado provincial no biênio 1876/77, 12ª legislatura, eleito com 92 votos[258]. Em 1879 mudou-se para Joinville[259] para assumir o comando da seção de Batalhão da Guarda Nacional. Exerceu essa função entre 1879 a 1884 (ALVES, 2015, p.489).

De acordo com Mafra (1952) Norberto foi eleitor de Guaratuba no biênio 1861-1863 com 146 votos[260]. Vereador de Guaratuba na legislatura 1869-1872[261]. Novamente eleitor de Guaratuba entre 1872-1876 com 96 votos[262]. Em 1886 era novamente eleitor da Paróquia de Guaratuba.[263]

Além de ter sido eleito para os vários cargos acima citados, Norberto também teve várias nomeações do governo. Aos 8 de novembro de 1859 foi nomeado subdelegado de polícia de Guaratuba[264], sendo demitido desse cargo em 21 de dezembro de 1860[265]. Durante esse período solicitou licença de dois meses para ir tratar de seus negócios no Rio de Janeiro[266] já que Norberto também era comerciante. Em setembro de 1860 é nomeado o fabriqueiro[267] da matriz de Guaratuba[268]. Dia 11 de julho de 1869 é nomeado suplente do subdelegado de

[258] XIX de Dezembro, 25/09/1872.

[259] De acordo com o Jornal do Commercio de 17/04/1884 Norberto mudou com a família para a cidade de Joinville para atender a educação dos filhos. Nessa cidade além de enfrentar sérias adversidades financeiras, perdeu duas filhas: uma criança (Felisbina, a caçula) e uma moça (Zulmira, a primogênita).

[260] XIX de Dezembro, 05/01/1861 e de 26/01/1861.

[261] XIX de Dezembro, 30/09/1868.

[262] XIX de Dezembro, 24/08/1872.

[263] Commercial, 13/11/1886.

[264] XIX de Dezembro, 16/11/1859.

[265] XIX de Dezembro, 22/12/1860.

[266] XIX de Dezembro, 12/05/1860.

[267] Fabriqueiro = membro do conselho paroquial, encarregado de recolher os rendimentos de uma igreja, administrar-lhe o patrimônio e zelar pela conservação de alfaias e paramentos.

[268] XIX de Dezembro, 29/09/1860

.

polícia de Guaratuba, mas pede demissão em 9 de julho de 1870[269]. A partir de julho de 1870 assume o comando da seção do Batalhão de Guaratuba[270]. Em 1878 pede um ano de licença para tratar de seus negócios[271].

Foi nomeado juiz de paz no ano de 1875[272] e em fevereiro de 1878 lhe foi aplicada uma multa por não comparecer nas sessões de 1875 a 1877 [273]. Ainda em 1877 foi nomeado inspetor de instrução da Paróquia de Guaratuba e foi exonerado desse cargo a 8 de janeiro de 1880 por estar ausente a cerca de dois anos da função [274].

Em 1874 foi perdoado da multa por não ter dado em tempo à matrícula os filhos livres de suas escravas[275]. Foi um dos membros eleitos para a Comissão Política do Partido Conservador que dirigiu os trabalhos eleitorais do pleito do ano de 1878 [276].

Em 1883, residindo em Joinville ainda era proprietário de escravos conforme notícia da Gazeta de Joinville de 14 de fevereiro do mesmo ano (figura 73).

[269] XIX de Dezembro, 20.03.1869 e de 13.07.1870.

[270] XIX de Dezembro, 20/07/1870.

[271] XIX de Dezembro, 13/02/1878.

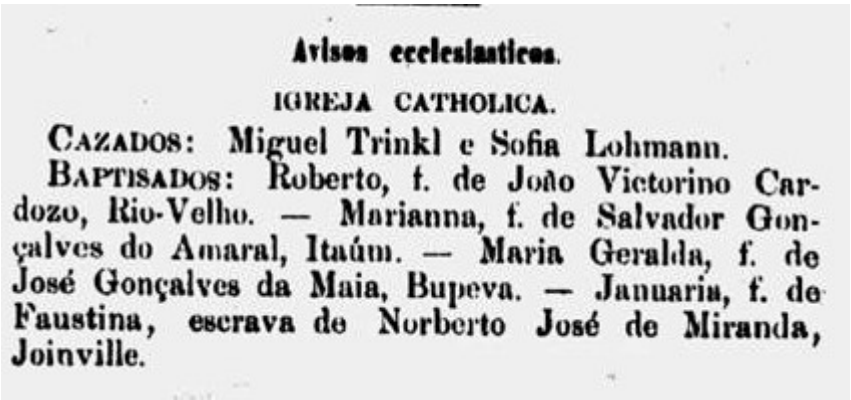
[272] Almanak da Província do Paraná para o ano de 1877. Organizado por José Ferreira de Barros. Editado no Rio de Janeiro por Dias da Silva Júnior.

[273] XIX de Dezembro, 27/02/1878.

[274] Almanak da Província do Paraná para o ano de 1877. Organizado por José Ferreira de Barros. Editado no Rio de Janeiro por Dias da Silva Júnior e XIX de Dezembro de 03/04/1880.

[275] XIX de Dezembro, 30/09/1874.

[276] O Paranaens, 26/07/1878.



Avisos ecclesiasticos.

IGREJA CATHOLICA.

CAZADOS: Miguel Trinkl e Sofia Lohmann.

BAPTISADOS: Roberto, f. de João Victorino Cardozo, Rio-Velho. — Marianna, f. de Salvador Gonçalves do Amaral, Itaúm. — Maria Geralda, f. de José Gonçalves da Maia, Bupeva. — Januaria, f. de Faustina, escrava de Norberto José de Miranda, Joinville.

Figura 73 – Anúncio de batizado de filha de escrava de Norberto José de Miranda
Fonte: Gazeta de Joinville, 14/02/1883.

Oliveira (2005) aponta a família Miranda Coutinho como uma das mais antigas do Paraná e estava centrada na clássica estrutura de poder do Brasil Colonial: sesmaria, patentes nas ordenanças, cargos da governança e posse de escravos. Também era uma família ligada a elementos culturais com a presença de padres e de poetas dentre seus membros[277]. Família do litoral Sul de Paranaguá, possuía extensas faixas de praias que se tornariam balneários no século XX. Oliveira (2005) informa somente as primeiras gerações desta importante família do litoral em alguns dos seus ramos genealógicos com importância social, econômica e política ao longo do século XVIII e início do XIX. Segundo o autor, um levantamento genealógico completo de todos os descendentes do Capitão Amaro de Miranda Coutinho envolveria muitos milhares de indivíduos e demandaria bastante esforço de pesquisa.

Além da irmã Maria dos Anjos que casou com um dos membros da tradicional Família Miranda, uma das mais antigas no litoral entre Paranaguá e São Francisco do Sul (OLIVEIRA, 2017), a bisavó materna (Margarida Rosa de Miranda) e uma tia materna (Maria Correia de Freitas Miranda) de Manoel também eram casadas com membros dessa família[278]. Essa tia faleceu em Paranaguá em 1914, conforme anuncia o Diário da Tarde de 13 de abril:

[277] O autor refere-se ao poeta Fernando Amaro. Filho de Antonio Dyonísio de Miranda e de Anna Rosa de Miranda, nasceu em Paranaguá, em 24 de junho de 1831. Faleceu em 16 de novembro de 1857 (VANALI, 2014).

[278] Provavelmente um estudo genealógico mais estendido entre as famílias Correia de Freitas e Miranda demonstraria mais ligações de parentesco entre essas duas famílias.

> ... faleceu em Paranaguá a veneranda matrona Maria Correia de Freitas Miranda, tia dos senhores Manoel Correia Defreitas, deputado federal, José Correia de Freitas, secretário do Superior Tribunal Federal e de Cândida Ribeiro da Fonseca Regis Gonçalves, esposa de João Regis Gonçalves, funcionário dos telégrafos em Paranaguá.

8. Lamartine Correia de Miranda, sobrinho

Lamartine, sobrinho de Manoel, filho da irmã Maria dos Anjos, nasceu em 20 de novembro de 1871 em Guaratuba. Foi ordenado padre em 24 de dezembro de 1899 por Dom José Barros de Camargo. Faleceu em 7 de agosto de 1954 em Curitiba.

Segundo Fedalto (2014) foi crismado em Nova Trento/SC pelo missionário jesuíta João Maria Cybeo que realizava missões pelo interior de Santa Catarina. Iniciou seus estudos fundamentais em Joinville.

Realizou os estudos no Seminário Episcopal de São Paulo[279] onde foi colega de ilustres membros do clero nacional como Dom Sebastião Leme, Monsenhor Manfredo Leite, Dom Barreto e inúmeros outros bispos e sacerdotes[280]. Em 1889 transferiu-se para Curitiba quando foi aberto o Seminário Menor Arquidiocesano São José. Foi o primeiro aluno que realizou o curso integral de Teologia nesse seminário (FEDALTO, 1958). Nos primeiros anos de sacerdócio foi o secretário particular do 1º bispo de Curitiba Dom José de Camargo Barros[281], além de secretário da cúria e coadjutor da catedral. Em 1904 foi nomeado vigário da paróquia de Santo Antônio da Lapa pelo 2º bispo de Curitiba Dom Duarte Leopoldo e Silva[282]. Atuou nessa localidade por mais de 30 anos, de 1904 a 1935[283]. No

---

[279] O Seminário Diocesano de São Paulo na segunda metade do século XIX, era um ativo centro de formação de quadros para o clero brasileiro.

[280] O Dia, 23/12/1949.

[281] José de Camargo Barros (1858-1906) filho de João Batista de Camargo Barros e de Gertrudes de Assunção Camargo. Foi o primeiro bispo de Curitiba de 1894 a 1904 (A República, 13/04/1904).

[282] Duarte Leopoldo e Silva (1867-1938) filho de Bernardo Leopoldo e Silva e de Ana Rosa Marcondes Leopoldo. Foi o segundo bispo de Curitiba de 1904 a 1907 (Diário do Paraná, 31/12/1970).

começo sua paróquia era extensa e abrangia Contenda, Quintandinha e Mariental. *"Sua locomoção era o burro e a carroça. Aos domingos, depois da missa na matriz da Lapa, empreendia longa viagem às capelas, em jejum absoluto, sem tomar um gole de água, apanhando pó e chuva"* (FEDALTO, 2014, p.259).

Em novembro de 1904 o padre Francisco Tollinger substituiu Lamartine no secretariado do bispado de Curitiba[284]. Foi agraciado com o título de prelado doméstico – MONSENHOR[285] – pelo Papa Pio XI no ano de 1926 a pedido do 3º bispo e 1º arcebispo de Curitiba Dom João Francisco Braga[286] que também o elevou à categoria de Vigário Geral da Arquidiocese de Curitiba, em 1935, cargo esse mantido pelo seu sucessor Dom Ático Eusébio da Rocha o 2º arcebispo de Curitiba e no qual ele permaneceu por mais de 14 anos sendo o vigário geral de 3 arcebispos (figura 74)[287] [288].

---

[283] Segundo Fedalto (2014) ao chegar na Lapa no ano de 1904 Monsenhor Lamartine ainda encontrou a população enlutada pela Revolução Federalista e pelo assassinato do Padre Francisco Pinto em 19 de abril de 1900.

Francisco da Costa Pinto nasceu em Antonina em 1865. Foi aluno no Seminário Diocesano de São Paulo. Adorava a discussão das ideias e a luta política. Escreveu muito para o jornal católico A Estrella, no qual combateu com vigor a Maçonaria. Suas missas eram famosas em Curitiba, onde permaneceu logo após ter vindo do seminário, e na Lapa, onde foi nomeado vigário em 1898. Sua morte foi motivo de grande alvoroço por ser politicamente contra o Coronel Joaquim Lacerda, um dos baluartes do Partido Republicano Federal na Lapa e no Paraná. O Coronel Lacerda foi, junto com o General Carneiro, um dos chefes do contingente florianista que se bateu contra os maragatos de Gumercindo Saraiva na tomada da Lapa, na revolução federalista de 1893-1894. A Lapa ainda vivia, no ano de 1900, o sabor amargo de uma cidade dividida numa guerra civil. Contra tantos inimigos poderosos, não é de se estranhar a violência de sua morte. O assassinato do Padre Pinto nunca foi esclarecido. Seria muito esperar a condenação dos assassinos de um inimigo político das forças situacionistas. No Paraná, a cicatrização das feridas da Revolução Federalista foi vital para a formação da classe política até hoje dominante. A vida do Padre Pinto, suas lutas e sua morte, por outro lado, abrem uma janela para se compreender aspectos interessantes da vida política no Paraná e no Brasil daquele início de século, um objeto de estudo a ser explorado. Segundo crença popular a partir do assassinato do Padre Pinto inicia-se a lenda de que quando um padre é assassinado, a cidade onde ocorreu o crime vive uma maldição de 100 anos. Muitas cidades progrediram e a Lapa teve um crescimento lento e isto é atribuído à maldição pela morte do padre (conforme "Lendas e Contos Populares do Paraná" – Cadernos Paraná da Gente nº 3, Curitiba: SEEC, 2005. Disponível em https://www.cidadao.pr.gov.br/arquivos/File/parana/livro_lendas.pdf. Acesso em 09.outubro.2016).

[284] A República, 14/11/1904.

[285] Monsenhor = título honorífico concedido pelo papa a alguns sacerdotes.

[286] João Francisco Braga (1868-1937) filho de Manoel Vieira Braga e de Maria Angélica Braga. Foi arcebispo de Curitiba de 1907 a 1935 (Diário do Paraná, 31/12/1970).

[287] Ático Eusébio Silveira da Rocha (1882-1950) foi arcebispo de Curitiba de 1935 a 1950 (Diário do Paraná, 31/12/1970).

Com a morte de Dom Ático Eusébio da Rocha em 1950, Lamartine assumiu a direção da Arquidiocese de Curitiba temporariamente como vigário capitular até a nomeação do 3º arcebispo de Curitiba Dom Manoel da Silveira D'Elboux[289] que o manteve no cargo de vigário geral até a sua morte em 1954, após quatro anos de intensa enfermidade[290].

Lamartine foi uma autoridade eclesiástica do seu tempo, um "vulto do clero diocesano de Curitiba" (FEDALTO, 2014, p. 259) e teve forte atuação na sociedade curitibana sendo homenageado com nome de rua em Curitiba através da Lei Nº 1356 de 28 de dezembro de 1956[291]. Em Guaratuba, sua cidade natal, também há uma rua com seu nome[292].

Dom Pedro Fedalto conheceu o Monsenhor Lamartine e deixou registrado algumas memórias desse tempo na obra "História da Igreja do Paraná", de sua autoria, publicada no ano de 2014. Entre as várias recordações relata que no dia do jubileu de ouro de sacerdócio de Lamartine, no dia 24 de dezembro de 1949, após assistir à missa foi cumprimentá-lo em sua casa na Rua do Rosário onde chegou a comer o bolo oferecido pela irmã de Lamartine, dona Julieta. Por ocasião de seu jubileu o clero de Curitiba lhe ofertou a quantia de nove contos de réis. Quando faleceu, cinco anos depois, essa quantia foi doada ao Seminário, entregue por sua irmã. Finaliza lembrando algumas palavras do Padre Jerônimo Mazzarotto ao Lamartine no dia da comemoração do seu jubileu de ouro, ressaltando seu lado

---

[288] Com a renúncia de Dom João Francisco Braga e até a posse de seu sucessor Dom Eusébio da Rocha em 1936, Lamartine permaneceu por mais de um ano sem nenhum cargo, vivendo apenas com a espórtula da missa diária na Catedral de Curitiba, de cinco mil réis (FEDALTO, 2014).

[289] Manoel da Silveira D'Elboux (1904-1970) era filho de Ozório Florêncio D'Elboux e foi arcebispo de Curitiba de 1950 a 1969 (Diário do Paraná, 31/12/1970). Depois assumiu o 4º arcebispo Dom Pedro Fedalto (nascido em 1926) filho de Jacob Fedalto e Corona Marchetti, de 1970 a 2004. O 5º arcebispo de Curitiba foi Dom Moacyr José Vitti (1940-2014) filho de João e Sophia Vitti, de 2004 a 2014. O atual Arcebispo Metropolitano de Curitiba é Dom José Antônio Peruzzo (nascido em 1960).

[290] Diário do Paraná, 10/09/1972. A República, 04/04/1902 e 21/06/1901. Costa, 1967.

[291] Disponível em https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/lei-ordinaria/1956/135/1356/lei-ordinaria-n-1356-1956. Acesso em 09.outubro.2016. O vereador que propôs o projeto de lei para dar a denominação de "MONSENHOR LAMARTINE", a uma das vias públicas da Capital foi Myltho Anselmo da Silva, o mesmo que propôs para seu tio Manoel Correia Defreitas. Essa rua localiza-se no bairro Jardim das Américas.

[292] Conforme http://www.camaraguaratuba.pr.gov.br/. Acesso 31.agosto.2016

“sereno e diplomático”, por isso de sua nomeação para Lapa logo após o fim da Revolução Federalista (era preciso recompor a cidade dividida pela luta política entre pica-paus e maragatos) e de sua convocação para uma missão em Ponta Grossa para acalmar a campanha contra os sacerdotes alemães que veio à tona quando do início da Primeira Guerra Mundial em 1914.

> Pouco depois da quadra tormentosa da Revolução Federalista, Padre Lamartine era o sacerdote providencialmente indicado para receber a investidura desta importante freguesia (Lapa) para recompor com a sua proverbial lhaneza de trato os espíritos ainda mal sanados das lutas dos partidos (Padre Jerônimo Mazzarotto no discurso de saudação do jubileu de prata de sacerdócio de Monsenhor Lamartine em 24/12/1949).



Figura 74 - Benção inaugural do Círculo de Estudos Bandeirantes por Dom Attico Euzebio da Rocha em 12 de setembro de 1945. No canto direito está Monsenhor Lamartine Correia de Miranda
Fonte: Acervo do Círculo de Estudos Bandeirantes

Possuía um largo círculo de amizades e do qual podemos ter ideia pelas listas de assinaturas da medalha comemorativa ao seu jubileu de ouro sacerdotal

comemorado dia 23 de dezembro de 1949 e que teve várias solenidades como as já citadas acima, além da homenagem realizada pelas irmãs do Colégio do Cajuru e de outra no salão do presbitério da Catedral onde falaram Laerte Munhoz em nome do povo, José Saboya Cortes em nome da Lapa e Guilherme Lacerda Braga que ofereceu em nome dos amigos a lembrança da medalha jubilar.

QUADRO 1 – PEQUENA CRONOLOGIA DA VIDA DE LAMARTINE CORREIA DE MIRANDA

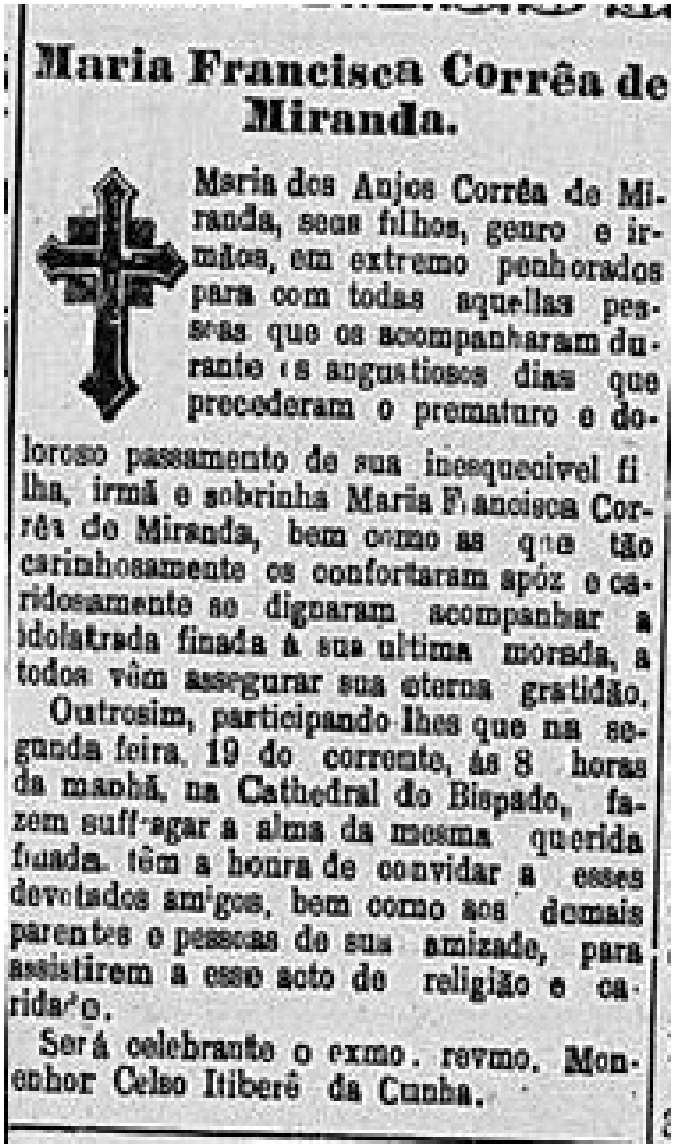
DATA	ACONTECIMENTO
20/11/1871	Nascimento em Guaratuba
1889	Inicia seus estudos no seminário
24/12/1899	Ordenado padre
1900 - 1903	Secretário particular de Dom José de Camargo Barros Vigário Cooperador da Catedral Escrivão da Cúria Mestre de Cerimônias
1901 - 1904	Secretário do Bispado
1904 - 1935	Pároco da Lapa
10/11/1926	Distinguido com o título de prelado doméstico (Monsenhor) pelo Papa Pio XI
1935 - 1954	Vigário Geral da Arquidiocese de Curitiba de Dom João Francisco Braga, Dom Ático Eusébio da Rocha e Dom Manoel da Silveira D'Elboux
13/04 A 08/12/1950	Vigário Capitular da Arquidiocese de Curitiba
08/08/1954	Falecimento em Curitiba

Elaboração da autora
Fonte: Referências do Capítulo 2 e Sítio da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

9. Maria Francisca Correia de Miranda, sobrinha

Maria Francisca, sobrinha de Manoel, filha da irmã Maria dos Anjos. Nasceu em data e local desconhecidos. Faleceu em Curitiba dia 12 de dezembro de 1910 (figura 75)[293].

[293] A República, 17/12/1910.



Maria Francisca Corrêa de Miranda.

Maria dos Anjos Corrêa de Miranda, seus filhos, genro e irmãos, em extremo penhorados para com todas aquellas pessoas que os acompanharam durante os angustiosos dias que precederam o prematuro e doloroso passamento de sua inesquecivel filha, irmã e sobrinha Maria Francisca Corrêa de Miranda, bem como as que tão carinhosamente os confortaram após o caridosamente se dignaram acompanhar a idolatrada finada á sua ultima morada, a todos vêm assegurar sua eterna gratidão.

Outrosim, participando lhes que na segunda feira, 19 do corrente, ás 8 horas da manhã, na Cathedral do Bispado, fazem suffragar a alma da mesma querida finada, têm a honra de convidar a esses devotados amigos, bem como aos demais parentes e pessoas de sua amizade, para assistirem a esse acto de religião e caridade.

Será celebrante o exmo. revmo. Monsenhor Celso Itiberê da Cunha.

Figura 75 - Falecimento Maria Francisca
Fonte: A República, 17/12/1910

Era professora particular e em 1904 foi escolhida pelo então presidente do Estado do Paraná, Vicente Machado para organizar a primeira escola maternal pública do estado segundo a orientação frobeliana[294]. Para isso, foi enviada para São Paulo, de 29 de outubro de 1904 a 20 de abril de 1905, com subsídio do governo paranaense, para ver de perto a experiência da Escola Normal Caetano de Campos. A escolha da professora Maria Francisca para realizar tal projeto recebeu muitas críticas pelo fato dela não possuir um “diploma oficial”,

[294] Friedrich Wilhelm August Fröbel (1782-1852) foi um pedagogo com raízes na escola Pestalozzi. Foi o fundador do primeiro jardim de infância. Brincar é a proposta de trabalho do professor na sala de aula – deve-se ocupar-se de diversões próprias à sua condição infantil. A orientação frobeliana é de uma metodologia lúdica já nos seus primórdios, contribuindo, assim, para uma educação de mais qualidade junto aos pequenos.

conforme relata Paulo Assumpção em A República de 13 de dezembro de 1910. Mas ao que parece, Vicente Machado decidiu apostar nas qualidades da educadora e pelo Decreto Nº 137 de 10 de abril de 1905 (figura 77)[295] a nomeia diretora da Escola Jardim de Infância. A Escola Jardim de Infância foi inaugurada em 2 de fevereiro de 1906 após a reforma do edifício do antigo Ginásio Paranaense, situado à Rua Aquibadan (figuras 76 e 78)[296], com 60 crianças matriculadas, entre 4 a 6 anos de idade, sob a direção da professora Maria Francisca conforme o relatório do diretor geral de instrução pública Arthur Pedreira de Cerqueira[297].

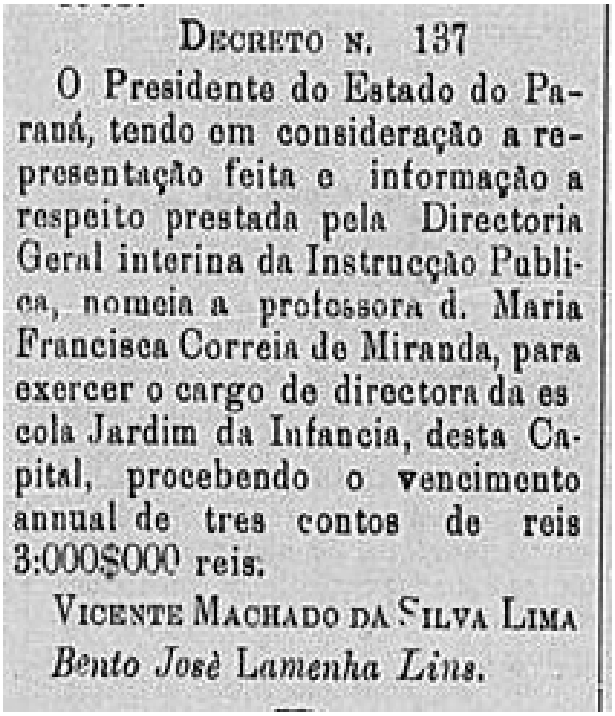


Figura 76 - Escola Jardim de Infância anexo à Escola Normal de Curitiba
Fonte: Relatório do Delegado de Ensino Raul Rodrigues Gomes, ao chefe da 3ª seção de Instrução Pública Júlio Pernetta, 1916, p.213
Acervo do Arquivo Público do Paraná

[295] A República, 10/04/1905.

[296] Atual Rua Emiliano Perneta.

[297] Arquivo Público do Paraná, Livro 54, 1906.



DECRETO N. 137

O Presidente do Estado do Paraná, tendo em consideração a representação feita e informação a respeito prestada pela Directoria Geral interina da Instrucção Publica, nomeia a professora d. Maria Francisca Correia de Miranda, para exercer o cargo de directora da escola Jardim da Infancia, desta Capital, procebendo o vencimento annual de tres contos de reis 3:000$000 reis.

VICENTE MACHADO DA SILVA LIMA

Bento José Lamenha Lins.

Figura 77 – Nomeação de Maria Francisca
Fonte: A República, 13/04/1905

O jardim de infância teve boa aceitação pela sociedade paranaense e por isso as autoridades avaliavam que outros estabelecimentos do mesmo gênero deveriam ser providenciados, principalmente para atender uma camada mais pobre da população[298]:

> ... sobretudo para os filhos dos rústicos e operários, os que mais precisam alijar os defeitos de educação recebidos do lar. O único que existe é insuficiente e é somente frequentado por crianças de famílias ricas ... No dia 1º de dezembro ocorreu o encerramento das aulas do Jardim de Infância, dirigido carinhosamente pela professora D. Maria Correia de Miranda em companhia de D. Maria Deolinda de Assumpção ... O festival realizado ali, ..., não poderia ser mais atraente, tal a delicadeza do programa posto em execução[299].

[298] O Jardim da Infância, Diário da Tarde, 03/02/1906 e de 18/11/1909.

[299] Relatório do inspetor escolar da capital, Sebastião Paraná, ao diretor geral de Instrução Pública, Arthur Pedreira de Cerqueira. Acervo do Arquivo Público do Paraná, AP Livro 54, 1906, p.23



AVISO

A directora da Escola *Jardim da Infancia* declara aos Srs. paes de familia que, a contar desta data até o dia inicial dos trabalhos lectivos d'aquelle estabelecimento de instrucção acha-se aberta a matricula para as crianças de 4 a 6 annos de idade.

A inauguração do *Jardim da Infancia* realisar-se-á no dia 2 de Fevereiro proximo futuro.

Curityba, 23 de Janeiro 1906.

Maria Francisca Correia de Miranda

Directora.

Figura 78 – Inauguração Escola Jardim de Infância
Fonte: A Republica, 29/01/1906

Maria Francisca teve uma morte repentina e prematura a 12 de dezembro de 1910, tendo sua carreira de professora interrompida, ela *"uma educadora que aliava competência e carinho no trato com os pequeninos"* (A Notícia, 03/12/1907).

10. Antônio Correia de Miranda, sobrinho

Antônio, cujo apelido era Sinhoca, sobrinho de Manoel, filho da irmã Maria dos Anjos, nasceu em data e local desconhecidos. Casou em janeiro de 1913 com Maria da Conceição Braga e não tiveram filhos[300]. Faleceu em Curitiba em 29 de dezembro de 1959[301].

Em julho de 1908 é nomeado ajudante do coletor federal de Curitiba. Depois foi funcionário do Banco Nacional do Comércio em Ponta Grossa[302].

[300] A República, 17/01/1913.

[301] Diário do Paraná, 30/12/1959.

[302] A República, 18/07/1908 e 29/01/1913.

11. Julieta Correia de Miranda, sobrinha

Filha de Maria dos Anjos, irmã do Manoel. Local e data de nascimento de Julieta são desconhecidos. Era normalista e em 8 de junho de 1907 foi nomeada professora na escola da Colônia Wirmond, na Lapa. Casou com José Pereira Ramos em 19 de junho de 1909 [303]. Tiveram quatro filhos (NEGRÃO, 1928, p. 375) (ver Árvore Genealógica Nº 9):

- **Norberto de Miranda Ramos** – começou a carreira como juiz de direito em Bom Retiro e Porto União, chegando a ser o desembargador presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Nasceu na Lapa por volta de 1912 (figura 79)[304].

- **Maria de Lourdes de Miranda Ramos** - professora normalista [305].

- **José de Miranda Ramos** – advogado, membro do diretório estadual do PTB[306]. Em 1942 ficou noivo de Silvia Taborda Ribas, filha de Manuel Taborda Ribas e Etelvina Cordeiro Ribas[307]. Em 1955 concorreu, como representante de Chapecó, para ser um dos candidatos a vice-governador de Santa Catarina na chapa com Jorge Lacerda, mas perdeu para Heriberto Hulse[308].

- **Almiro de Miranda Ramos** – foi aluno do Internato Paranaense. Militar[309].

[303] A República, 30/07/1909 e 08/06/1907.

[304] Diário do Paraná, 05/08/1947. O Estado, 27/02/1937. Correio do Paraná, 08/12/1933. Diário do Paraná, 16/03/1968 e 03/05/1972.

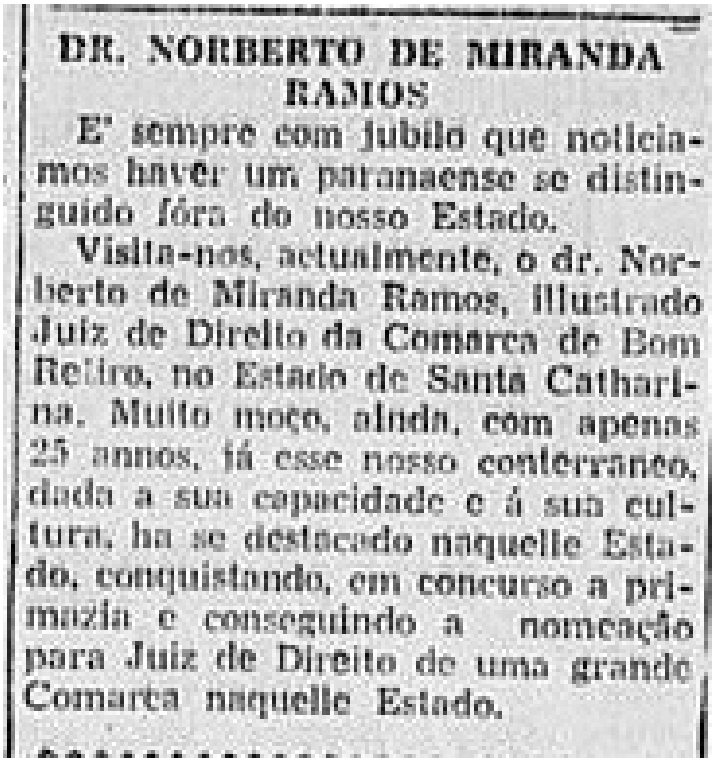
[305] A República, 29/06/1930.

[306] O Estado, 16/04/1937.

[307] Nos lares e salões, Correio do Paraná, 06/01/1942.

[308] Diário do Paraná, 15/11/1955 e 08/04/1965. Última Hora, 22/06/1960.

[309] Correio do Paraná, 08/07/1942.



DR. NORBERTO DE MIRANDA RAMOS

E' sempre com jubilo que noticiamos haver um paranaense se distinguido fóra do nosso Estado.

Visita-nos, actualmente, o dr. Norberto de Miranda Ramos, illustrado Juiz de Direito da Comarca de Bom Retiro, no Estado de Santa Catharina. Muito moço, ainda, com apenas 25 annos, já esse nosso conterraneo, dada a sua capacidade e á sua cultura, ha se destacado naquelle Estado, conquistando, em concurso a primazia e conseguindo a nomeação para Juiz de Direito de uma grande Comarca naquelle Estado.

Figura 79 - Notícia juiz Norberto de Miranda Ramos
Fonte: O Estado, 27/02/1937

12. JOSÉ CORREIA DE FREITAS, irmão

José nasceu em São Francisco do Sul no dia 5 de dezembro de 1856. Casou com Luiza da Costa Netto dia 8 de setembro de 1886 na cidade de Paranaguá. Faleceu dia 3 de fevereiro de 1933 em Curitiba (ver Árvore Genealógica Nº 12).

José e Luiza tiveram cinco filhos, mas somente duas chegaram a fase adulta: Josepha, a mais velha e Soledade a caçula. As duas, assim como a mãe, foram professoras. Atuavam na rede pública e possuíam sua escola particular, além de ofertarem aulas particulares de música e canto (VANALI, 2016).

Luiza era descendente da tradicional Família Miranda de Guaratuba. Sua avó materna era Alexandrina Maria de Miranda. Sua mãe Gertrudes e seu pai Custódio Cardozo Netto eram professores. Segundo Negrão (1928), Custódio saiu da cidade do Porto, em Portugal com 12 anos de idade no dia 26 de julho de 1827.

A única narrativa biográfica de José Correia de Freitas localizada foi escrita por Francisco Negrão (1928) para o qual José iniciou sua carreira profissional

trabalhando em Paranaguá na farmácia de Joaquim Antônio Pereira Alves. Depois foi para o Rio de Janeiro estudar farmácia no Instituto de Farmacêuticos onde permaneceu por 3 anos trabalhando em diversas farmácias naquela cidade. De retorno à Paranaguá foi guarda-livros na casa Empório Commercial do Comendador Antônio de Barros e empregado na Estradas de Ferro do Paraná. Participou da fundação do Clube Republicano de Curitiba em 22 de novembro de 1885 e em 1887 foi eleito seu vice-presidente. Nesse mesmo ano foi fundado o Clube Republicano de Paranaguá e seu nome foi indicado para concorrer nas eleições provinciais como deputado republicano, mas ganhou apenas um voto. Em 1890 foi nomeado fiscal de auxílio à lavoura no Banco do Estado do Paraná e secretário da Escola de Artes e Indústria do Paraná. No ano seguinte foi nomeado contador da delegacia da Inspetoria Geral das Terras e Colonização. Foi deputado estadual por três legislaturas de 1892 a 1897 sendo membro da comissão executiva compondo a mesa como 1º secretário na legislatura de 1894-1895. Nomeado Diretor Geral da Secretaria de Negócios de Obras Públicas e Colonização no ano de 1895. Em 1893 foi nomeado capitão secretário do Comando Superior da Guarda Nacional da Comarca de São José dos Pinhais. Foi suplente de juiz e participou de vários processos eleitorais em Curitiba como mesário. Era membro do Clube dos Girondinos. Em 1908 foi nomeado secretário do Superior Tribunal de Justiça do Estado, cargo no qual se aposentou em 1928[310].

[310] Para a legislatura 1873-1876 foi eleito vereador de Paranaguá o alferes José Correia de Freitas com 647 votos (ALVES, 2014, p. 475), porém esse não é o irmão de Manoel, que em 1873 estava com 17 anos. Trata-se do homônimo José Correia de Freitas, filho de Luzia Maria de Jesus e do Capitão Alexandre Correia de Freitas (NEGRÃO, 1926, p.304). Esse era casado com Antônia Correia de Freitas que faleceu em 4 de julho de 1886 na cidade de Paranaguá. Tiveram uma filha, Caetana Correia de Freitas, com 23 anos quando do falecimento da mãe no ano de 1886. Conforme Registro Nº 2724 da Comarca de Paranaguá, ano de 1886 (Inventário das partes Antônia e José Correia de Freitas) do Museu da Justiça do Paraná.

QUADRO 2 – REDES FAMILIARES (PRINCIPAIS CARGOS E ATIVIDADES DE ALGUNS MEMBROS DA FAMÍLIA CORREIA DE FREITAS)

Nome	Grau de parentesco com Manoel Correia Defreitas	Cargos e atividades
Antônio José de Leite Barros	Avó materno	Escravocrata, comerciante, capitão
Domingos Correia de Freitas	Pai	Escravocrata, negociante, capitão
Lourenço Machado da Silva	Cunhado	Maçom, comerciante
Antônio José de Leite Barros	Tio materno	Professor, militar voluntário morreu na Guerra do Paraguai
Thereza Correa Machado	Sobrinha	Professora
Ernesto Henrique Busse	Casado com a sobrinha Thereza	Comerciante e funcionário público
João Augusto Stresser	Casado com a sobrinha Maria do Rosário	Funcionário estrada de ferro SP-RS
Theodoro Machado Stresser	Filho da sobrinha Maria do Rosário	Engenheiro ferroviário
Claudio Fernando da Silveira Stresser	Neto da sobrinha Maria do Rosário	Professor de piano na EMBAP
Francisco Machado da Silva	Sobrinho	Industrial
Norberto José de Miranda	Cunhado	Escravocrata, comerciante, deputado provincial, vereador de Guaratuba, cargos públicos (major)
Lamartine Correia de Freitas	Sobrinho	Monsenhor (carreira eclesiástica)
Maria Francisca de Miranda	Sobrinha	Professora (jardim de infância)
Antônio Correia de Miranda	Sobrinho	Funcionário público
Julieta Correia de Miranda	Sobrinha	Professora
Norberto de Miranda Ramos	Filho da sobrinha Julieta	Juiz, desembargador
Maria de Lourdes de Miranda Ramos	Filha da sobrinha Julieta	Professora
José de Miranda Ramos	Filho da sobrinha Julieta	Advogado, membro diretório estadual do PTB
Almiro de Miranda Ramos	Filho da sobrinha Julieta	Militar
José Correia de Freitas	Irmã	Farmacêutico, deputado estadual, funcionário público
Luiza Netto Correia de Freitas	Cunhada	Professora rede pública e proprietária escolas particulares
Josepha Correia de Freitas	Sobrinha	Professora rede pública e proprietária escolas particulares
Soledade Correia de Freitas	Sobrinha	Professora rede pública e proprietária escolas particulares

Elaboração da autora
Fonte: Referências do Capitulo 2 e Sítio da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

As relações familiares também configuram relações de poder. As pessoas que fazem parte de uma determinada classe agem dentro de um marco estratégico familiar. A família é importante para articular poderes seja no âmbito econômico, político ou social. As alianças matrimoniais são chaves para alcançar e manter posições de destaque já que através delas a família poderia garantir a presença nos diferentes campos.

Dos casamentos realizados pelos membros da Família Correia de Freitas, vemos a união com militares, maçom, escravocratas, pessoas importantes no ramo do comércio, deputados provinciais, pessoas com diplomas acadêmicos, com influência na esfera política, representantes de destaque da imigração europeia (sobretudo a alemã) e ocupantes de altos cargos públicos. Os filhos desses casamentos obtiveram formação formal e temos engenheiros, médicos, juízes, músicos, autoridades eclesiásticas, professoras e industriais. Continuaram a ocupar funções em altos cargos públicos e estavam sempre presentes nos circuitos do campo político. Na maioria das vezes não chegavam a ser eleitos para os cargos políticos aos quais se candidatavam, mas estavam sempre no circuito, como o nosso biografado Manoel.

Através dessas redes de “amor e poder” a família estava bem articulada, com domínio nos diferentes campos de atuação social, garantindo a manutenção da posição da família. O casamento foi utilizado pela família como uma das formas de estratégia para a reprodução social e a manutenção do status. Os que optaram pela condição de celibatário não ficaram à margem desse campo social tornando-se referências em suas áreas como as irmãs Josepha e Soledade, a professora Maria Francisca e o monsenhor Lamartine.

2.6 – Histórias de uma família escravocrata

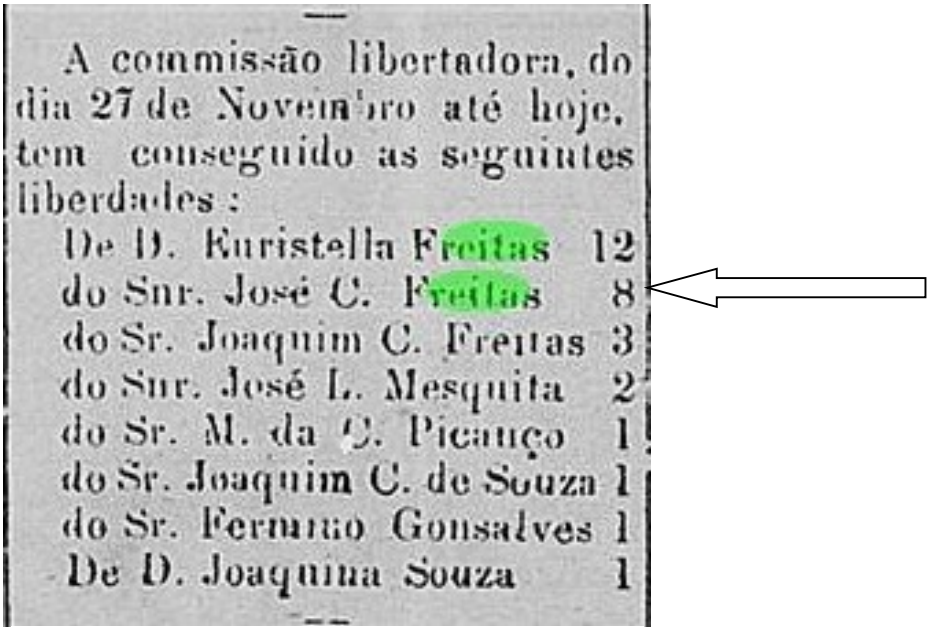
Afirma Correa (2006, p.103) que *“maiores indicações sobre a ocupação dos pais não foram encontradas, mas a caracterização do pai como 'homem do mar' e*

a notícia da libertação dos escravos de sua família na mesma ocasião de Vicente Machado permitem posicioná-lo ao menos entre os setores médios em ascensão". Apesar de Manoel ter sido o republicano histórico paranaense de mais longa atuação no combate contra o Terceiro Reinado e seu irmão José ter participado da fundação do Clube Republicano de Curitiba e ter feito parte de sua diretoria, o ramo da família Correia de Freitas do qual o nosso biografado Manoel fazia parte era escravocrata e não aderiu ao processo de abolição alforriando seus cativos por iniciativa própria. Não foram localizados documentos que comprovem que a família tenha libertado seus escravos. Muito pelo contrário, os documentos localizados comprovam que a família se serviu dos cativos como bens que faziam parte do conjunto do seu patrimônio. Infelizmente, como em todo seu texto, a autora não indica a fonte onde foi veiculada a notícia dessa libertação dos escravos para maiores verificações. Presume-se que se trata de um outro ramo da família Correia de Freitas que tenha realizado essa libertação ao mesmo tempo que a família de Vicente Machado, pois no ano de 1887, a comissão da Sociedade Libertadora de Paranaguá divulga que José Correia de Freitas teria libertado 8 escravos entre os dias 27 de novembro a 3 de dezembro daquele ano (figuras 80 e 81)[311]. Esse José não se trata do irmão de Manoel, mas sim de um homônimo. O José Correia de Freitas indicado nos anúncios (ver abaixo) era casado com Antônia Correia de Freitas e pai de Caetana Correia de Freitas. Antônia faleceu em 4 de julho de 1886, na cidade de Paranaguá, quando Caetana tinha 23 anos, e na relação de bens de seu inventário aparecem os escravos pertencentes ao casal e que seriam partilhados entre o viúvo e a filha[312]. Nessa mesma época, o José irmão de Manoel estava casando com a professora Luiza Cardozo Netto, residia em Curitiba e estava envolvido na fundação do Clube Republicano da cidade (VANALI, 2016). O

[311] Commercial, 03/12/1887. Depois no ano seguinte, 1888, teria libertado mais 8 escravos conforme Gazeta Paranaense, 18/05/1888.

[312] Inventário Nº Registro 2724. Comarca de Paranaguá. Vara de origem: Juízo Municipal da cidade de Paranaguá. Ano de 1886. Partes: Antônia Correia de Freitas e José Correia de Freitas. Acervo do Museu de Justiça do Paraná. Agradeço ao acadêmico Márcio Felix de Lima do curso de História da UNESPAR, campus de Paranaguá, pelo compartilhamento do material sobre José Correia de Freitas, o homônimo. Ver Anexo 10 - Inventário de Antônia Correia de Freitas, esposa de José Correia de Freitas (homônimo do irmão do Manoel).

José Correia de Freitas, marido de Antônia faleceu no ano de 1928. Sua filha Caetana casou-se com Brasílio Corrêa de Souza [313].

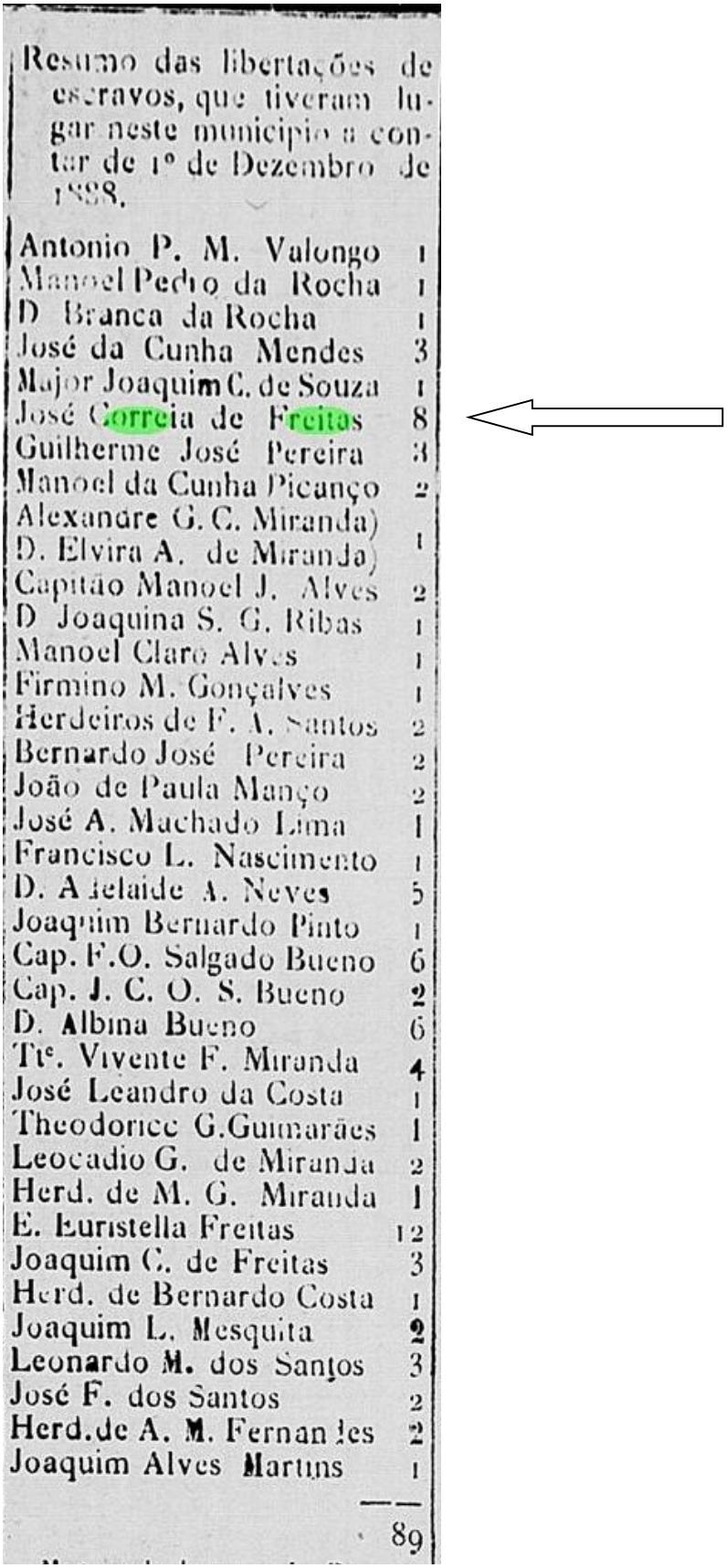


A commissão libertadora, do dia 27 de Novembro até hoje, tem conseguido as seguintes liberdades:

De D. Euristella Freitas	12
do Snr. José C. Freitas	8
do Sr. Joaquim C. Freitas	3
do Snr. José L. Mesquita	2
do Sr. M. da C. Picanço	1
do Sr. Joaquim C. de Souza	1
do Sr. Fermano Gonsalves	1
De D. Joaquina Souza	1

Figura 80 - Alforria de escravos por José Correia de Freitas
Fonte: Commercial, 03/12/1887

[313] Inventário Nº Registro 4872. Comarca de Paranaguá. Vara de origem: Juízo de Direito da cidade de Paranaguá. Ano de 1928. Partes: Brasílio Correa de Souza e José Correia de Freitas. Acervo do Museu de Justiça do Paraná.



Resumo das libertações de escravos, que tiveram lugar neste municipio a contar de 1º de Dezembro de 1888.

Antonio P. M. Valongo	1
Manoel Pedro da Rocha	1
D. Branca da Rocha	1
José da Cunha Mendes	3
Major Joaquim C. de Souza	1
José Correia de Freitas	8
Guilherme José Pereira	3
Manoel da Cunha Picanço	2
Alexandre G. C. Miranda) D. Elvira A. de Miranda)	1
Capitão Manoel J. Alves	2
D. Joaquina S. G. Ribas	1
Manoel Claro Alves	1
Firmino M. Gonçalves	1
Herdeiros de F. A. Santos	2
Bernardo José Pereira	2
João de Paula Manço	2
José A. Machado Lima	1
Francisco L. Nascimento	1
D. Adelaide A. Neves	5
Joaquim Bernardo Pinto	1
Cap. F. O. Salgado Bueno	6
Cap. J. C. O. S. Bueno	2
D. Albina Bueno	6
Tte. Vivente F. Miranda	4
José Leandro da Costa	1
Theodorico G. Guimarães	1
Leocadio G. de Miranda	2
Herd. de M. G. Miranda	1
E. Euristella Freitas	12
Joaquim C. de Freitas	3
Herd. de Bernardo Costa	1
Joaquim L. Mesquita	2
Leonardo M. dos Santos	3
José F. dos Santos	2
Herd. de A. M. Fernandes	2
Joaquim Alves Martins	1
	89

Figura 81 - Resumo das libertações de escravos, que tiveram lugar em Paranaguá a contar de 1º de dezembro de 1888 - José Correia de Freitas libertou 8 escravos.
Fonte: Gazeta Paranaense, 18/05/1888

A família Correia de Freitas não era do setor médio em ascensão, pelo simples fato de que família que possuía escravos não era da camada média. Além de escravos, também possuíam terras, então eram da camada mais alta da sociedade. Quando Domingos Correia de Freitas faleceu em 1862 aparece na relação do seu espólio: escravos, serviços de escravos, gado, canoas, terras no ribeirão, casas na cidade e dívidas ativas. Seus herdeiros, que entraram na partilha dos bens, foram a viúva Josepha, os filhos Francisca, Escolástica, Manoel e José, os genros Norberto (casado com Maria dos Anjos) e Lourenço (casado com Amélia). Sua escravaria era composta por 22 cativos: 13 homens e 9 mulheres conforme quadro abaixo[314]:

QUADRO 3 – RELAÇÃO DOS ESCRAVOS DE DOMINGOS CORREIA DE FREITAS (1863)

	NOME DO ESCRAVO	VALOR AVALIADO EM 1863
1	Antonio	1:100$000
2	Ilário	1:000$000
3	Damasia	500$000
4	João	300$000
5	Martinho	100$000
6	Hygino	200$000
7	Luisa	500$000
8	Rosa	100$000
9	Caetana	600$000
10	Joana	200$000
11	Maria	
12	Isidoro	
13	Pacífico	
14	José	
15	Manoel	
16	Alexandre	150$000
17	Margarida	
18	Benedito	
19	Rita	
20	Francisco	
21	Catharina	
22	Benedito (crioulinho)	

Elaboração da autora
Fonte: Nº Registro 1226 – 1ª e 2ª partilhas do espólio de Domingos Correia de Freitas. Ano de 1864, Vara do Juízo de Órfãos da Cidade de Paranaguá. Acervo do Museu da Justiça do Paraná.

[314] Nº Registro 1226 – 1ª e 2ª partilhas do espólio de Domingos Correia de Freitas. Ano de 1864, Vara do Juízo de Órfãos da Cidade de Paranaguá. Acervo do Museu da Justiça do Paraná. Para uma visão completa referente aos documentos localizados que nos dão suporte para o entendimento do capital econômico da família de Manoel Correia Defreitas ver Apêndice 7 - Acervo documental do Museu de Justiça do Paraná referente a Domingos Correia de Freitas e Josepha de Leite Bastos (pais de Manoel Correia Defreitas).

Gutiérrez (2006) em seu estudo nos demonstra que a posse de cativos era um divisor de águas na estrutura social do início do século XIX, mesmo numa economia pouco escravizada como o Paraná. Possuir escravos definia a posição que a família ocupava na sociedade, pois nem todos proprietários de terras possuíam escravos. Os dados permanentes sobre os escravos aparecem na segunda metade do século XVIII quando são realizados os primeiros recenseamentos denominados LISTAS NOMINATIVAS DE HABITANTES. A primeira lista com um quadro global reunia as localidades de Antonina, Guaratuba, Paranaguá, Castro, Curitiba, Lapa e São José dos Pinhais e contava com uma população de 20.999 pessoas, das quais 4.273 eram cativos, ou seja, 20,3% da população era escrava. Nas décadas seguintes Gutiérrez (2006) aponta que houve pouca variação nessa porcentagem, por exemplo, em 1830 a população era de 36.701 habitantes, dos quais 6.260 eram cativos, ou seja, 17,1% da população. As vilas mais escravistas no Paraná eram Castro e Palmeira, com 52,4% e 39% das propriedades com presença de escravos, respectivamente. Eram vilas dedicadas à pecuária. No litoral, Antonina e Paranaguá possuíam propriedades com escravos na porcentagem de 30,5% e 20,3%[315], respectivamente. Eram vilas dedicadas aos engenhos de arroz, cana, aguardente e erva-mate.

Possuir terras e escravos desvendava a posição ocupada na estrutura social vigente que era altamente estratificada. Gutiérrez (2006, p.107) identificou quatro categorias de chefes de domicílios em relação as variáveis terras e escravos:

1. chefes de domicílios com terras e com escravos: a elite da elite do Paraná;

2. chefes de domicílios sem terras e com escravos;

3. chefes de domicílios com terras e sem escravos;

4. chefes de domicílios sem terras e sem escravos.

Domingos Correia de Freitas era pertencente ao primeiro grupo: possuía terras e escravos, portanto correspondia a parte da riqueza na pirâmide social. Os

[315] Em 1818 das 428 propriedades que existiam em Paranaguá, 87 tinham a presença de escravos (20,3% das propriedades), num total de 483 cativos. Fonte: Inventário dos bens rústicos de 1818 (trata-se o Inventário de Bens Rústicos de um censo de propriedades rurais, realizado em 1818 em toda a Capitania de São Paulo à qual o Paraná estava incorporado como sua 5ª Comarca até 1853). Acervo do Arquivo do Estado de São Paulo, disponível no site http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio_digital. Acesso 18.janeiro.2017.

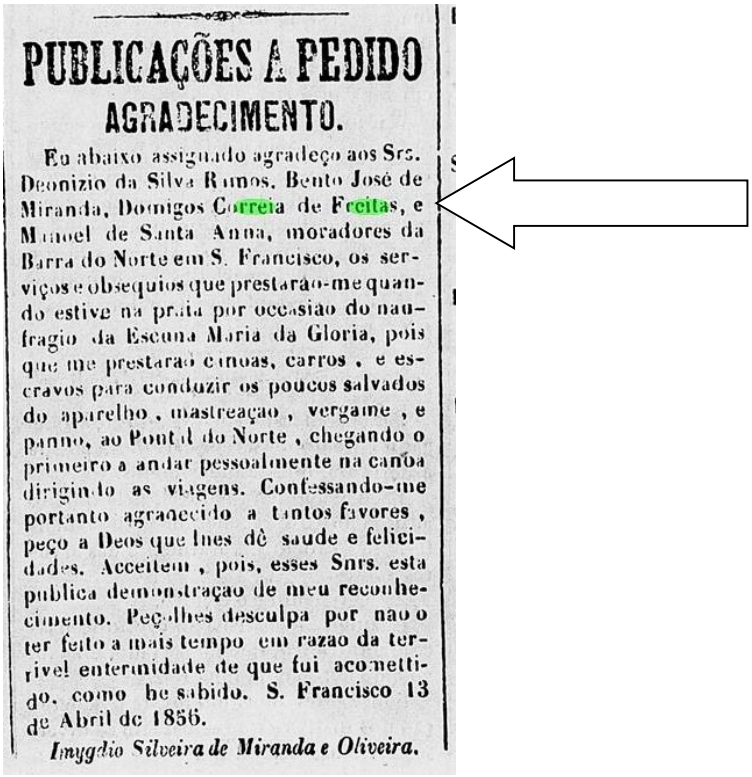
escravos tinham um peso importante no conjunto do patrimônio, pois afinal éramos uma sociedade escravista. Gutiérrez chega a argumentar que seu peso era maior do que o da terra, pois existiam muitos escravistas urbanos, sem terras e que estavam na segunda posição da pirâmide social. Outro aspecto que nos permite conhecer melhor esse grupo escravista está relacionado com o número de escravos que possuíam. Os proprietários mais abastados possuíam entre 20 a 60 escravos, grupo no qual estava o pai de Manoel Correia Defreitas com seus 22 cativos. A maioria dos proprietários de escravos nessa época possuíam de 1 a 4 cativos[316]. A posse de escravos representava vantagem nas possibilidades de produção frente aos que não os possuíam. O escravo era um elemento-chave na diferenciação, sendo empregado em diversas atividades econômicas no mercado interno. No litoral paranaense o trabalho escravo estava mais voltado à pequena lavoura cujo tamanho das propriedades estavam mais para as pequenas e médias. Nas atividades não mercantis o escravo aparecia menos, mas mesmo assim seu trabalho não pode ser menosprezado porque continuava demarcando a diferenciação de segmentação social e de acesso ao poder.

A família Correia de Freitas vivia em trânsito entre as cidades de Paranaguá e de São Francisco do Sul, portanto, o pai Domingos possuía terras e escravos nessas duas localidades. Em outubro de 1870 Josepha solicita ao juiz de Paranaguá o envio de carta precatória ao juiz de São Francisco do Sul solicitando a remessa do valor de 44$000 que havia no depósito público daquela cidade referente aos bens arrematados do finado Domingos Correia de Freitas pelo juiz de órfãos daquela localidade. O escrivão de órfãos de São Francisco do Sul informa que o valor encontrava-se nas mãos do Major Francisco da Costa Pereira. Após a dedução das despesas do processo o valor foi remetido à Josepha[317]. Além disso, no ano de 1856, quando a família estava residindo em São Francisco do Sul, Domingos emprestou alguns escravos e canoas para ajudar no resgate da

[316] Segundo Kato (2011) o avô materno de Manoel, Antônio José Leite Bastos no ano de 1808 possuía 3 escravos. Apesar de estabelecido na região dos grandes comerciantes em Paranaguá, era o menor entre eles. Os outros comerciantes chegaram a ser camaristas.

[317] Nº Registro 1922, ano 1870, Juízo de Órfãos da cidade de Paranaguá, inventário de Josepha Leite Bastos. Acervo do Museu da Justiça do Paraná.

embarcação de Emygdio Silveira de Miranda e Oliveira[318] que havia naufragado no litoral catarinense (figura 82).



PUBLICAÇÕES A PEDIDO

AGRADECIMENTO.

Eu abaixo assignado agradeço aos Srs. Deonizio da Silva Ramos, Bento José de Miranda, Domigos Correia de Freitas, e Manoel de Santa Anna, moradores da Barra do Norte em S. Francisco, os serviços e obsequios que prestarão-me quando estive na praia por occasião do naufragio da Escuna Maria da Gloria, pois que me prestarão canoas, carros, e escravos para conduzir os poucos salvados do aparelho, mastreação, vergame, e panno, ao Ponta do Norte, chegando o primeiro a andar pessoalmente na canôa dirigindo as viagens. Confessando-me portanto agradecido a tantos favores, peço a Deos que lhes dê saude e felicidades. Acceitem, pois, esses Snrs. esta publica demonstração de meu reconhecimento. Peço-lhes desculpa por não o ter feito a mais tempo em razão da terrivel enfermidade de que fui acomettido, como he sabido. S. Francisco 13 de Abril de 1856.

Emygdio Silveira de Miranda e Oliveira.

Figura 82 - Agradecimento à Domingos Correia de Freitas pelo empréstimo de escravos entre outros.
Fonte: O Argos da Província/SC, 25/04/1856

Além do pai, o avô materno de Manoel Correia Defreitas, Antônio José Leite Bastos, também era escravocrata e segundo Negrão (1928) foi morto por um de seus cativos. Infelizmente não encontramos mais dados sobre esse caso. O cunhado Norberto, da tradicional família Miranda de Guaratuba, casado com a irmã Maria dos Anjos, também era escravocrata, conforme aponta a imprensa da época. O padrinho de batizado, José Caetano Correa, casado com uma tia do pai de Manoel, também era escravocrata em São Francisco do Sul. No inventário, por ocasião da sua morte no ano de 1852, sua escravaria era composta de 9 peças: 3

[318] Não foram localizadas informações referente a Emygdio Silveira de Miranda e Oliveira. Apenas sabemos que em 1870 foi exonerado do cargo de coletor das rendas provinciais da cidade de São Francisco do Sul conforme relatório apresentado pelo presidente da Província de Santa Catarina André Cordeiro de Araújo Lima ao 2º vice-presidente Manoel do Nascimento da Fonseca Galvão por ocasião da passagem da administração em 10 de abril de 1870.

homens e 6 mulheres[319]. Em seu testamento deixa expresso a vontade de libertar as escravas Rosa, Antônia e Luiza após a morte da esposa (que ocorreu no ano de 1856). Antônia, na época com 12 anos de idade, era filha da escrava Maria, a qual ele não fez nenhuma referência à sua libertação. No desenrolar do processo de inventário, a escrava Maria foi vendida para pagar dívidas e os custos do inventário (caso semelhante ao que ocorrerá mais tarde com a morte do pai de Manoel que levou ao esfacelamento do patrimônio familiar).

> Declaro que as minhas escravas Rosa, mulata, Antonia, e Luiza pretas se conservarão captivas durante a vida de sua senhora minha mulher [Maria Correa da Graça], que delas poderá dispor e por morte da dita minha mulher deixo forras e libertas as três referidas escravas que gozarão de sua liberdade como se livre nascessem[320].

Portanto, Manoel Correia Defreitas era originário de uma família escravocrata e que pelo número de escravos pode ser considerada abastada para os parâmetros da região litorânea – um proprietário de mais de 20 escravos poderia ser considerado um grande senhor (SILVA, 2004). Até a morte de seu pai, em 1862 a família de Manoel gozava de uma ótima posição financeira.

Quando a narrativa biográfica de 2013 sobre Manoel Correia Defreitas aponta que *"a família tinha posses e escravos, mas Manoel escolheu trabalhar como simples caixeiro de balcão"* (O PARANÁ, 2013) ressaltamos que não foi bem uma escolha, pois após a morte do patriarca Domingos, a família Correia de Freitas passou por um período oneroso e de difícil instabilidade econômica, entrando em declínio financeiro. Com o falecimento do pai veio a falência material da família, gerando uma mutilação social que não permitiu, por exemplo, ao jovem Manoel (com 11 anos na época) dar continuidade aos seus estudos até chegar ao nível de ensino superior. A viúva e os herdeiros de Domingos Correia de Freitas foram cobrados pelas dívidas deixado pelo finado marido e pai. Eles as deveriam pagar quando se procedesse a partilha do espólio do inventário.

---

[319] Segundo Silva (2004) a maioria dos proprietários de escravos em São Francisco do Sul possuía um ou dois cativos. Uma pequena minoria possuía acima de 16 cativos. O padrinho de Manoel Correia Defreitas com 9 cativos estaria numa camada intermediária.

[320] Processo de inventário de José Caetano Corrêa feito em 1852. Acervo do Arquivo do Fórum de São Francisco do Sul. Também citado em Silva, 2004, p.71.

QUADRO 4 - DÍVIDAS DE DOMINGOS CORREIA DE FREITAS QUANDO DO SEU FALECIMENTO EM 05/11/1862

NOME DO CREDOR	DÍVIDA	VALOR DA DÍVIDA
João Pedro da Rocha	Compra de fazendas	258$025 - com prêmio de 1% ao mês
Leodovina Maria de Jesus	Devia 262$940 e pagaria juros de 1,5%	312$234
Serafim Pinto da Silva	Compra de fazendas, vestuário (calça, camisa, chita, renda francesa, fita, chinelos, tesouras, chales e lenços) para os escravos e membros da família	223$080
José Antônio Pereira Alves	2 letras (notas promissórias)	1:962$553
Alves de Araújo e Pancada*	prêmios	5:060$200
Maria Coreia do Rosário**	Empréstimo em moeda ao juro de 1% ao mês	572$000
José Caetano da Silva***	Empréstimo em moeda	600$000
José Pereira de Azevedo	Remédios	36$760
Potenciana Maria de Siqueira	Suprimento à escrava Catharina que ficou doente e aos cuidados de Potenciana	120$000
Euristela Habia Cezarina	Empréstimo em moeda	300$000
Norberto José de Miranda (genro)	Curativo e medicamentos ao escravo João	103$000
Miró Irmãos e Oliveira	Compra de fazendas	163$260
	TOTAL	**8:540$284**

Elaboração da autora
Fonte: Inventário Nº 1071 do ano de 1863 da Comarca de Paranaguá referente as dívidas de Domingos Correia de Freitas (acervo Museu da Justiça do Paraná)

* Caso essa dívida não fosse paga em dinheiro, os 5 escravos hipotecados seriam vendidos: Antônio (de 26 anos), João (de 23 anos), José (de 24 anos), Ilário (de 25 anos) e Luiza (de 10 anos). Esses cativos foram vendidos entre 1864 e 1866 para quitação das dívidas do finado Domingos conforme quadro 5[321].
** Maria Corrêa do Rosário era prima de Domingos Correia de Freitas. Sua dívida foi paga com a entrega do escravo Ilario conforme Nº Registro 1253 de 1864.
** José Caetano da Silva teve sua dívida paga com a entrega do escravo Antônio conforme Nº Registro 1253 de 1864.

O plantel de escravos de Domingos, composto por 22 peças, teve que ser parcialmente vendido para quitação da dívida com os credores. Por ordem judicial[322], dois escravos foram entregues diretamente para os credores como forma de quitar a dívida e doze escravos foram à leilão para levantar fundos para o pagamento das dívidas restantes conforme quadro abaixo:

[321] Ver também o periódico do Rio de Janeiro Correio Mercantil, Instructivo e Político Universal, edição 0306 de 05/11/1864, seção Parte Forense do Tribunal de Relação, sessão de 4 de novembro de 1864 quando foi julgada a apelação civil Nº 10169, de Paranaguá, tendo como escrivão A.Coutinho, apelante Alves de Araújo e Pancada, apelador viúva e herdeiros de Domingos Correia de Freitas.

[322] Em 5 de agosto de 1864 o juiz Manoel Leocádio de Oliveira decide pela venda de alguns escravos do espólio de Domingos Correia de Freitas em praça pública para levantar fundos para o pagamento das dívidas contraídas pelo finado, bem como para liquidar os custos referentes ao processo de inventário até aquele momento.

O juiz de órfãos Manoel Leocádio de Oliveira (1817-1879) era o responsável pelo inventário do falecido Domingos Correia de Freitas. Era um destacado comerciante de Paranaguá, escravocrata, membro do Partido Conservador e aliado de Manoel Antônio Guimarães/Barão de Nácar com quem tinha ligações de parentesco (era casado com a viúva de um dos filhos do Barão de Nácar e padrasto de seus netos). Foi deputado da 1ª legislatura da Assembleia Provincial (1854-1855) e depois na legislatura de 1872-1873, além de vereador de Paranaguá (ALVES, 2015). Foi também suplente de delegado e depois delegado em Paranaguá (1854), secretário da Companhia Progressista de Vapores (cujo diretor era Manoel Antônio Guimarães) em 1864, suplente de juiz e depois juiz em Paranaguá, tenente-coronel do 2º Batalhão de Infantaria, vice-cônsul da Grã-Bretanha em Paranaguá (1873) e vice-cônsul da Espanha em Paranaguá (1877) (O Paranaense de 03/07/1878, Província do Paraná de 15/02/1879, Diário do Paraná de 29/03/1857 e de 23/02/1873, A República de 05/03/1902, 04/01/1904 e 19/12/1913).

O juiz de órfãos é o juiz de Direito competente, constituído por autoridade legítima para cuidar dos incapazes (órfãos e viúvas). É eleito pela câmara entre os homens bons do lugar. Compete a ele fazer inventários e tratar das causas que se originam deles, tais como partilhas, contas, tutorias, habilitação de herdeiros, nomear tutores e curadores, conceder suprimento de idade, passar carta de emancipação, conceder licenças de casamentos, entre outras várias questões ligadas a menores ou administrados conforme decreto de 9 de maio de 1842 (RODRIGUES, Sonia Maria Troitiño. **O juízo de órfãos de São Paulo: caracterização de tipos documentais (séculos XVI-XX).** SP: Doutorado em História da USP, 2010).

QUADRO 5 - RELAÇÃO DOS ESCRAVOS DA FAMÍLIA DE MANOEL CORREIA DE FREITAS ARREMATADOS EM PRAÇA PÚBLICA ENTRE 1864-1866

	NOME DO ESCRAVO	VALOR AVALIADO EM 1863	DESTINO ENTRE 1864-1866
1	Antonio	1:100$000	Em 1866 foi entregue para o credor José Caetano da Silva correspondente ao valor de 600$000[323].
2	Ilário	1:000$000	Em 1866 foi entregue para a credora Maria Correia do Rosario correspondente ao valor de 600$000.
3	Damasia	500$000	Arrematado em junho de 1864 Valor 750$000 Por Manoel José Alves
4	João	300$000	Arrematado em junho de 1864 Valor 550$000 Por Manuel Carneiro dos Santos
5	Martinho	100$000	Arrematado em junho de 1864 Valor 210$000 Por José Gonçalves Marques
6	Hygino	200$000	Arrematado em junho de 1864 Valor 466$000 Por João Nepomuceno Pereira da Costa
7	Luisa	500$000	Arrematada em outubro de 1866 Valor 610$000 Por João Pedro da Rocha
8	Rosa	100$000	Arrematado em junho de 1864 Valor 170$000 Por João Chrisostomo d'Almeida
9	Caetana	600$000	Arrematada em junho de 1864 junto com a filha Maria Valor (das 2 peças) 1:205$000 Por João Nepomoceno Pereira da Costa.
10	Joana	200$000	Arrematada em junho de 1864 Valor 500$000 Por Ricardo José de Miranda
11	Maria		Arrematada em junho de 1864 junto com mãe Caetana Valor (das 2 peças) 1:205$000 Por João Nepomoceno Pereira da Costa

[323] Ver Anexo 15 - o recibo de imposto de Meia Siza de Escravos pago por José Caetano da Silva referente a aquisição do escravo Antônio.

12	Isidoro		Arrematado em junho de 1864 Valor 1:271$000 Por Antônio Justino de França
13	Pacífico		Arrematado em junho de 1864 Valor 300$000 Por Francisco José de Souza
14	José		Arrematado em agosto de 1864 Valor 433$000 Por Jacintho Alves A. da Cunha
15	Manoel		Arrematado em junho de 1864 Valor 265$000 Por Francisco José de Souza
16	Alexandre	150$000	Permaneceu com a família
17	Margarida		Permaneceu com a família
18	Benedito		Permaneceu com a família
19	Rita		Permaneceu com a família
20	Francisco		Permaneceu com a família
21	Catarina		Permaneceu com a família
22	Benedito (crioulinho)		Permaneceu com a família
		TOTAL	**7:336$000**

Elaboração da autora
Fonte: Nº Registro 1226 – 1ª e 2ª partilhas do espólio de Domingos Correia de Freitas. Ano de 1864, Vara do Juízo de Órfãos da Cidade de Paranaguá. Acervo do Museu da Justiça do Paraná

Após a realização do leilão em praça pública, sete escravos[324] permaneceram com a família. Desses, três foram repassados ao genro de

[324] Existiam os escravos produtivos que eram utilizados nas áreas rurais e os escravos domésticos que eram utilizados nas áreas urbanas que se dividiam em escravos de aluguel e escravos de ganho. Entre os sete escravos que permaneceram com a família após o leilão estavam os "escravos de serviços" que se encaixam na categoria dos escravos utilizados na área urbana. Eram aqueles que tinham um ofício e eram alugados. Nos documentos localizados têm-se a indicação de que haviam três cativos dessa categoria entre os que permaneceram com a família, mas infelizmente não nos fornecem nem seus nomes e nem os serviços que prestavam. A ideia de que o trabalho manual podia apenas ser exercido por escravos, fizeram do aluguel de escravos um negócio muito lucrativo para aumentar as riquezas dos senhores. Alguns escravos aprendiam ofícios para valorizá-los. Os escravos de aluguel prestavam serviços principalmente a pessoas ricas que não queriam trabalho para manter escravos, e os utilizavam temporariamente, a estrangeiros que visitavam a cidade, para atender às suas necessidades domésticas, a pequenos manufatureiros e artesãos que não tinham dinheiro suficiente para comprar escravos, e alugavam escravos para suprir a carência de pessoas trabalhando em seus estabelecimentos, e até mesmo a pessoas pobres que compartilhavam com os mais ricos a ideia de que trabalho manual deveria ser somente realizado por escravos negros. O escravo de serviço não participava do lucro angariado pelo seu

Josepha, Norberto de Miranda como forma de adiantamento da herança futura. Restaram com a viúva quatro escravos, mas não conseguimos localizar documentação indicando a maneira como eles foram dispostos pela família, pois quando da morte de Josepha, em 1880, nenhum escravo está arrolado nos bens para a partilha entre os herdeiros. O espólio do inventário de Josepha era composto de uma casa térrea em Paranaguá na rua Conselheiro Sinimbu, terreno e paredes de uma casa na Rua da Praia em São Francisco do Sul/SC, parte de uma fazenda em Itapema/SC e algumas dívidas ativas a serem recebidas de José Antônio de Oliveira, José Leandro da Costa, Phelippe Salgado Bueno e parte da herança adiantada para os genros Lourenço e Norberto[325].

No ano de 1866 tem um episódio interessante com a escrava Luisa que foi para leilão para quitar dívidas com credores de Domingos Correia de Freitas. Josepha solicita ao juiz de Paranaguá embargar a arrematação da escrava que havia ocorrido na praça do dia 15 de outubro de 1866: ela foi arrematada pelo valor de 610$000 por João Pedro da Rocha. Ela aponta alguns motivos para o leilão da escrava ser anulado:

1. a escrava não estava presente no pregão e por isso outros interessados em adquiri-la não fizeram seus lances pois não estavam “vendo o produto”;

2. o leiloeiro anunciava o pregão com o nome errado Luzia, e não o correto que era Luisa;

3. outras pessoas teriam lances maiores para ofertar no dia 15 mesmo, mas o leiloeiro anunciou que a escrava seria arrematada apenas no dia seguinte, então novos lances não foram realizados;

4. o leiloeiro ainda não havia entregue o ramo de arremate e mesmo assim não considerou o lance de 700$000 do coronel José Antonio Pereira Alves;

5. o lance inicial da escrava estava avaliado em 500$000, mas esse valor estava desatualizado, pois foi dado na idade em que ela ainda era criança e necessitava de cuidados, 4 anos antes quando do falecimento de Domingos. Agora ela estava

---

dono, diferentemente do escravo de ganho que podia receber do seu senhor parte do lucro obtido com sua atividade.

[325] Nº Registro 2403, ano 1880, Juízo Municipal da cidade de Paranaguá, inventário de Josepha Leite Bastos. Acervo do Museu da Justiça do Paraná.

com 15 anos de idade e preparada para realizar todo tipo de serviço doméstico, portanto uma nova avaliação teria que ter sido realizada para atualização do lance inicial.

Percebe-se que a preocupação de Josepha era com o baixo valor do lance final com que a escrava Luisa foi arrematada. Ela queria a anulação desse leilão para a realização de um outro onde o lance inicial fosse maior para o arremate final ser num valor maior também. A preocupação da viúva era saldar as dívidas deixadas pelo finado. O montante final das dívidas do finado Domingos ficou em 8:540$284. O valor total conseguido com os arremates dos escravos ficou em 7:336$000, ficando ainda um valor de 1:204$284 em dívida a ser pago.

O escrivão comunica ao juiz que o edital da praça seguiu as normas: foi afixado dia 1º de outubro e o mesmo fora publicado no jornal Commercio do Paraná do dia 13 de outubro. Para cada questão de Josepha é dada uma resposta explicando como foi o procedimento do leilão e o juiz decide por não tomar em conta o seu pedido e ainda lhe encaminha os custos da causa, aumentando o valor de sua dívida[326].

A análise dos inventários[327] referentes as mortes dos pais de Manoel Correia Defreitas nos revelam aspectos interessantes de sua família, como o fato de ser destacado que sua mãe Josepha sabia ler e escrever. Quase todos os procuradores dos herdeiros eram membros da oligarquia nacarina tão combatida por Correia Defreitas justamente por estarem presentes e dominarem todos os setores da vida social e política da época. Entre esses procuradores figuram:

- Manoel Antonio Guimarães que foi procurador de Norberto José de Miranda por cabeça de sua mulher (Maria dos Anjos com 17 anos) quando da morte de seu sogro em 1862 e foi procurador de Manoel Correia Defreitas e dos outros herdeiros quando da morte da mãe em 1880[328].

[326] Nº Registro 1475, ano 1866, Juízo de Direito da cidade de Paranaguá, inventário de Josepha Leite Bastos. Acervo do Museu da Justiça do Paraná.

[327] Ver Apêndice 7 - Acervo documental do Museu de Justiça do Paraná referente a Domingos Correia de Freitas e Josepha de Leite Bastos (pais de Manoel Correia Defreitas).

[328] Ver Anexo 17- Documento onde aparece o Visconde de Nácar como procurador dos herdeiros de Josepha Leite Bastos.

- Manoel Euphrasio Correia que foi procurador de José Antonio de Oliveira e de Lourenço Machado da Silva por cabeça de sua mulher (Amélia com 20 anos) quando da morte de Domingos em 1862.

- José Mathias Ferreira de Abreu foi procurador da viúva Josepha e dos menores Manoel com 11 anos e José com 8 anos quando da morte de Domingos em 1862.

- Ernesto Dias Laranjeira foi o procurador dos herdeiros maiores de 12 anos: Escolástica com 15 anos e Francisca com 13 anos quando da morte de Domingos em 1862.

Com relação a parte econômica, o capital da família Correia de Freitas era de grande importância na época em que o pai Domingos era vivo. Porém, quando da época do falecimento da mãe não era mais, se comparado com as outras famílias do núcleo duro do poder. Quando da partilha dos bens pela morte da mãe Josepha em 1880, coube a cada um dos seis herdeiros[329] a quantia de 819$154 réis conforme indicação abaixo:

QUADRO 6 – VALOR RECEBIDO POR MANOEL CORREIA DEFREITAS NA PARTILHA DOS BENS DO INVENTÁRIO DA MÃE JOSEPHA MEITE BASTOS

MANOEL CORREIA DE FREITAS	819$154
Haverá no seu pagamento	
Pgto dívida herdeiro Lourenço José da Silva	134$255
Dívida José Leandro da Costa	35$676
Dívida José Antonio de Oliveira	105$998
Dívida de Phelippe de Oliveira Salgado	7$776
Terreno de São Francisco do Sul	80$000
Sítio de Itapema	420$000
Casa de Paranaguá	35$449
TOTAL	819$154

Fonte: Inventário Nº de Registro 2403 da Vara do Juízo Municipal da Cidade de Paranaguá, ano de 1880, páginas 33.

Fonte: Inventário Nº de Registro 2403 da Vara do Juízo Municipal da Cidade de Paranaguá, ano de 1880. Acervo do Museu da Justiça do Paraná.

[329] A saber: Lourenço Machado da Silva (cunhado), Norberto José de Miranda (cunhado), Escolástica Correia de Freitas (irmã), Francisca Correia de Freitas (irmã), Manoel Correia Defreitas e José Correia de Freitas (irmão). Disponível em Inventário Nº de Registro 2403 da Vara do Juízo Municipal da Cidade de Paranaguá, ano de 1880, páginas 35 e 36. Acervo do Museu da Justiça do Paraná.

Foi possível achar uma solução para os valores herdados pelos Correia de de Freitas quando da morte da mãe. A fonte para os cálculos foi o Diário Oficial de 16 de janeiro de 1890[330], que traz a cotação do réis em franco francês lastreado em ouro. Como se pode observar mil réis valeriam 2,8316 francos. Transforma-se a herança de 819$154 réis em francos. Obtido o resultado, calcula-se quantas gramas de ouro equivalentes em franco ele herdou. Multiplica-se o resultado pela cotação atual da grama de ouro, R$ 92,50 e tem-se um valor atualizado. Conforme explanação anterior:

$1000 = 2,8316 francos
819$154 x 2,8316 = 2319,5164 francos
Ou seja, Manoel herdou 2316,5164 francos

20 francos = 5,806449 gr. de ouro
2319,5164 francos x 5,806449 = 673,401 gramas de ouro

Em ouro ele herdou 673,401 gramas de ouro.

O ouro foi cotado em 8 de setembro de 2016 a R$ 136,00[331] o grama:
673,401 x 136 = R$ 91.582,54

Está é a herança atualizada de Manoel Correia Defreitas em reais num primeiro cálculo. Utilizando-se do outro valor disponível no Diário Oficial de 6,45161 grama de ouro para 20 francos, que é um valor ao par, ou seja, sem desconto para eventual troca de moeda em ouro, teríamos como resultado R$ 114.582,54 o montante da herança. Uma terceira opção adotaria o critério, de 17,829 grama de ouro para 20$000, no item que trata dos réis no Diário Oficial, teríamos R$

[330] Disponível em http://www.jusbrasil.com.br/diarios/DOU/1890/01/16. Acesso em 30.agosto.2016. Agradeço nesse item a valorosa ajuda do Professor José Henrique do Carmo no cálculo estimado de valores.

[331] Conforme http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/produtos/listados-a-vista-e-derivativos/commodities/cotacoes-de-ouro.htm. Acesso em 8.setembro.2016.

112.946,84 de herança. Segundo os economistas, esse último resultado seria o mais coerente.

É importante lembrar que o ouro é uma *commodity* cotada internacionalmente e muito sujeita a variação de valor, além disto, os produtos e serviços ofertados em 1880, e seus preços, são totalmente diversos dos atuais. Esses números são meramente especulativos. O mais interessante para se auferir a condição financeira dos Correia de Freitas seria verificar alguns preços à época, por exemplo, com 800$000 se comprava um alqueire de terra virgem própria para a lavoura de café em São Paulo, conforme jornal A Sentinella de 14 de julho de 1884, ou seja, um pequeno sítio, uma chácara (figura 83). Ou em Curitiba um hectare de terreno dessecado (drenado) poderia custar entre 800 a 900 mil réis conforme a Gazeta Paranaense de 30 de novembro de 1880 (figura 84).



QUESTÕES ACTUAES

(Le Messagers du Brezil)

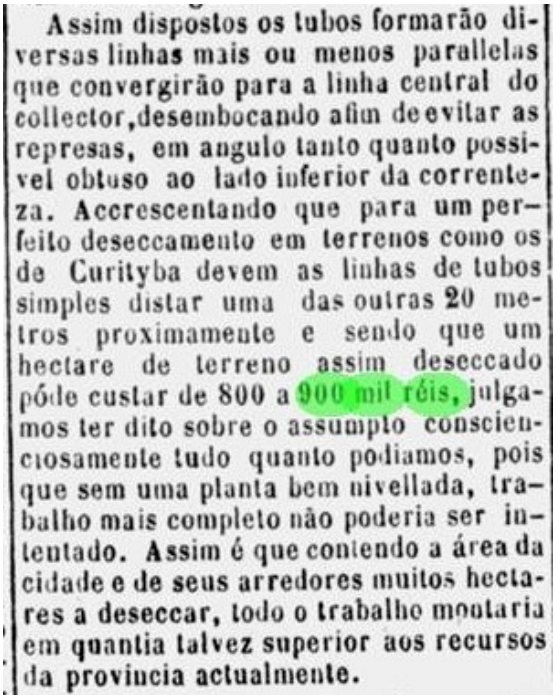
A RIQUEZA DOS FAZENDEIROS E A PEQUENA PROPRIEDADE

Um fazendeiro entendido, um homem politico estimado, o Sr. Belizario de Souza dízia-o ante-hontem na tribuna, as fazendas actuaes são quazi invendaveis, e seu valor de apreciação não é quasi realisavel.

Ninguem póde negar estas affirmações; e no ponto de vista dos interesses particulares, ellas são as mais importantes. O grande proprietario brazileiro tem ainda renda, mas não tem mais riqueza; a fazenda com escravos dá ainda café, mas não acha compradores sem seus escravos pelo preço de duas colheitas.

Eis a situação; ella é difficil e vai agravando-se. De 1875-1880 a terra virgem propria para o café valia em S. Paulo 800 mil réis o alqueire (2

Figura 83 - Valor de um alqueire de terra virgem própria para a lavoura de café em São Paulo na década de 1880
Fonte: A Sentinella, 14/07/1884



Assim dispostos os tubos formarão diversas linhas mais ou menos parallelas que convergirão para a linha central do collector, desembocando afim de evitar as represas, em angulo tanto quanto possivel obtuso ao lado inferior da correnteza. Accrescentando que para um perfeito deseccamento em terrenos como os de Curityba devem as linhas de tubos simples distar uma das outras 20 metros proximamente e sendo que um hectare de terreno assim deseccado póde custar de 800 a 900 mil réis, julgamos ter dito sobre o assumpto conscienciosamente tudo quanto podiamos, pois que sem uma planta bem nivellada, trabalho mais completo não poderia ser intentado. Assim é que contendo a área da cidade e de seus arredores muitos hectares a deseccar, todo o trabalho montaria em quantia talvez superior aos recursos da provincia actualmente.

Figura 84 - Valor de um hectare de terreno dessecado em Curitiba na década de 1880
Fonte: Gazeta Paranaense, 30/11/1880

Com esse montante, no campo político Manoel só poderia participar das eleições, na década de 1880, até o nível de deputado, pois não teria bens de raiz, para participar a nível de Senado conforme Carmo (2013, p.9)[332]. Para candidatar-se, o cidadão, além de não ter sido pronunciado em processo criminal, deveria auferir renda proporcional à importância do cargo pretendido. Deveria, ainda, solicitar por escrito o seu alistamento na paróquia em que tivesse domicílio. Candidatos a vereador e a juiz de paz necessitavam apenas comprovar residência no município e no distrito por mais de dois anos; candidatos a deputado provincial, dois anos na província; candidatos a deputado geral, renda anual de 800 mil réis; e candidatos a senador deveriam comprovar, além da idade de 40 anos, a percepção de renda anual de um milhão e 600 mil réis. Uma das primeiras medidas do regime republicano através da Constituição de 1891 foi acabar com o voto censitário que exigia renda mínima para o acesso ao direito de votar e ser votado. Mas o voto ainda continuou restrito com a exclusão dos analfabetos e das mulheres.

Outro detalhe importante, já destacado anteriormente, é a ausência de escravos na partilha da herança no inventário pela morte da mãe de Manoel. Era

[332] Manoel Correia Defreitas no ano de 1888 concorreu a uma vaga de deputado para a Assembleia Provincial de Santa Catarina.

muito comum em heranças de famílias mais abastadas cada herdeiro receber peças de escravos. O que se pode concluir é que Manoel Correia Defreitas não seria um homem rico, para os padrões da época. O valor herdado é razoável, mas não muito expressivo.

Quando do falecimento do pai do Manoel, em 1862, a família possuía escravos, no ano de 1880, quando do falecimento da mãe, a família já não os possuía mais. Nessa época, os domicílios nos quais contavam-se cativos eram minoritários e ser possuidor deles revela uma estrutura econômica altamente significativa. A estrutura de posse de escravos definia-se como um dos elementos basilares da economia brasileira, pois esses cativos estavam presentes em todas as ocupações desde o trabalho agrícola, pecuária, artesanato, comércio, atividades relacionadas ao mar, trabalho nos engenhos de erva-mate até nas pequenas lavras existentes. Os eclesiásticos, militares e elementos da administração civil, também eram proprietários de escravos. No Paraná, nem todos os proprietários de terras possuíam escravos (LUNA e COSTA, 1983)[333]. Interessante observar que no ano de 1877 Manoel Correia Defreitas trabalhava como agente de seguros de escravos. O fato dele trabalhar como agente de uma companhia de seguros demonstra que ele não vivia de rendas de terra e que a sua família entrou em declínio financeiro com a morte do pai, e agora se encontravam na parte dos “parentes pobres”, ou seja, eram prestadores de serviços para a classe dominante, conforme conceito desenvolvido por Miceli (2001).

A primeira seguradora que se tem confirmação de funcionamento foi a Previdência Companhia de Seguros contra a Mortalidade dos Escravos, cujos estatutos foram aprovados em 1854. Operou até 1860, quando foi liquidada. Depois desta, foram criadas diversas sociedades anônimas e associações seguradoras com a finalidade específica de assegurar a vida de escravos, atuando nas principais capitais do país. De 1854 até a abolição, sempre houve pelo menos uma seguradora de escravos em funcionamento, número que chegou até quatro simultaneamente. O negócio proposto aos senhores de escravos por estas empresas (e também pelas associações de seguro mútuo) era simples: “Pague-nos

[333] Um levantamento censitário relacionando os nomes das famílias paranaenses com a quantidade de escravos e fazendas ainda está por ser feito. Na década de 1980 Luna e Costa (1983) realizaram um recenseamento para Curitiba especificamente para o ano de 1804, mas os nomes das famílias com posses de cativos não aparecem.

agora esta ‘pequena’ quantia (um percentual do valor do escravo) e garantimos indenizá-lo neste valor caso seu escravo venha a morrer no próximo ano” (PAYAR, 2012, p.83). Como diz o cliché norte-americano, o problema estava no small print, as múltiplas condições e despesas adicionais para que a seguradora concordasse em fazer a indenização. Havia condições iniciais, tais como idades mínima e máxima, além de aprovação do escravo num exame médico e de declaração do proprietário em que informava a idade “certa ou presumida” do escravo e o fato de não conhecer nele doenças ocultas. Havia condições de permanência, como a necessidade de aviso à seguradora de o escravo ter entrado em hospital ou de o proprietário desejar que este se ausente do município. Também era explicitamente proibida a cumulatividade com outros seguros de vida. E, por fim, havia as condições de conclusão, como a identificação do corpo do escravo pelos médicos da companhia ou por outros, mediante testemunho de “homens honestos”, além do pagamento dos atestados e despesas com o óbito e sua comprovação. Todas as seguradoras excluíam da cobertura qualquer morte devida a “maus tratos, sevícias e tortura”, o que sugere que consideravam seriamente a possibilidade de proprietários tomarem a iniciativa de se desfazerem de escravos “difíceis”, “cansados” ou “rendidos” por métodos radicais, ainda mais havendo a expectativa de algum lucro. Entre as cláusulas usuais também constava que o seguro não seria pago caso o escravo segurado morresse enquanto em fuga.

As companhias de seguro funcionaram na segunda metade do século XIX e a maioria chegou a oferecer seus serviços somente por um breve período, um ano ou pouco mais que isso. Manoel Correia Defreitas era agente da Companhia Equitativa Brasileira (figura 85), associação com sede no Rio de Janeiro, criada pelo Decreto Nº 6512 de 13 de março de 1877 que autorizou sua fundação e a aprovação dos seus estatutos. Só contratava riscos de morte terrestres de vida de pessoas livres e escravas. Teve vida efêmera, sendo a Companhia Equitativa criada e liquidada no mesmo ano. Ao trabalhar com esse tipo de seguro, Manoel considerava a morte de um escravo como uma perda patrimonial. Então, com a idade de 26 anos, ele não havia aderido à causa abolicionista, o que corrobora para o fato da família não ter feito a libertação espontânea de seus cativos. O fato de ser republicano e não ser abolicionista não era incomum no Brasil. Durante pesquisa na Hemeroteca Digital vemos vários artigos que associam o nome de

Manoel Correia Defreitas ao movimento abolicionista, mas não conseguimos localizar nenhum artigo do próprio Manoel referente à causa abolicionista. Ele se manteve em silêncio sobre esse assunto. Talvez pelo passado escravocrata de sua família, ou por algum ressentimento com relação ao rebaixamento financeiro pelo qual passou sua família.

Figueira (1930) aponta que o movimento abolicionista iniciou-se em Paranaguá com a fundação dos jornais abolicionista e republicano “Operário Livre” em 1870 por Antônio de Barros Júnior e o “Livre Paraná”, em 1883 por Fernando Machado Simas. No ano de 1883 a população escrava no Paraná era de 7568 cativos, sendo 412 localizados em Paranaguá, ou seja, 6% da população escrava. Em agosto de 1884 foi fundada a Sociedade Abolicionista Paranaguense pelo padre Marcelo Anunziata, Almeida Lima e Presciliano Correia, entre outros, que passou a comprar cartas de alforria. Antes, as libertações ocorriam pela Loja Maçônica Perseverança e por ações individuais noticiadas nos jornais. Não localizamos documentos que relacionem a família Correia de Freitas ou o cidadão Manoel Correia Defreitas como adeptos do abolicionismo.



COMPANHIA

EQUITATIVA BRAZILEIRA

(FUNDADA NA CÔRTE)

SEGUROS DE ESCRAVOS

Mediante a diminuta porcentagem annual de 2 %, durante 3 annos, esta companhia garante os capitaes dos proprietarios, empregados em escravos.

A companhia paga promptamente os valores, logo depois do fallecimento do escravo segurado. O seu avultado capital e as quantias que já têm pago aos proprietarios provam a sua importancia e garantia.

O escravo para poder ser segurado soffre primeiro um exame de sanidade pelo medico da companhia.

O agente acha-se no hotel das Quatros Nações, onde prestará todas as informações. —O agente da companhia, *M. Correa de Freitas*.

Figura 85 - Manoel Correia Defreitas – agente de seguro de escravos da Companhia Equitativa Brasileira
Fonte: XIX de Dezembro, 23/05/1877

Outro aspecto que demonstra como a família Correia de Freitas funcionava como prestadora de serviços está na área da educação. Muitas mulheres da família eram professoras, mas destacaremos as sobrinhas Josepha e Soledade e a cunhada Luiza que, além de atuarem na rede pública de ensino, possuíam uma escola privada e davam aulas particulares de canto e música (figuras 86 e 87). Ambas as sobrinhas foram estudar canto e música no Instituto Nacional de Música no Rio de Janeiro, ou seja, saíram de Curitiba para receberem instrução. São mulheres que saíram de suas casas para realizarem estudos superiores - isso ressalta um dos aspectos dos capitais culturais e sociais acumulados por essa família (VANALI, 2016), além do capital econômico, pois quem poderia se “dar o luxo” de sair da cidade para fazer um curso superior? O pai José, já se enquadra

na categoria dos herdeiros empobrecidos da classe dominante que conseguiu seu resgate através do diploma de curso superior e pelo ingresso no serviço público. O funcionalismo público possibilitou o acúmulo de condições materiais e a retomada de um status pessoal perante a classe dominante ampliando as redes de relações conforme Miceli (2001).



Collegio Moderno

Rua Ratcliff, n. 19, em frente á Sociedade dos Boleeiros

REABRIU SUAS AULAS NO DIA 2 DE JANEIRO

Até o dia 15 acha-se aberta a matricula para o 1º trimestre do corrente anno.

Neste collegio ensina-se por um novo methodo pratico e racional, fortalecendo o organismo dos alumnos por meio da gymnastica, e não os cançando com lições decoradas; mas fazendo-os comprehender todas as materias constantes do programma, por meio da leitura em voz alta e com boa pausa, não esquecendo a de respiração, tão necessaria na leitura como no canto.

Preparam-se alumnos para o Gymnasio, Escola Normal, Universidade e Instituto Nacional de Musica.

Informações no mesmo Collegio, das 2 ás 4 horas, todos os dias uteis.

Preços modicos)–(Pagamento adeantado

57

A Directora: *Luiza Netto Corrêa de Freitas.*

Figura 86 - Anúncio do Colégio Moderno de propriedade de Luiza Netto Correia de Freitas
Fonte: Commercio do Paraná, 13/01/1922



LIÇÕES DE MUSICA

As professoras JOSEPHA E SOLEDADE CORREA DE FREITAS, diplomadas com distinção pelo INSTITUTO NACIONAL DE MUSICA, do Rio de Janeiro, leccionam em sua residencia, á rua "Ratcliff, n. 19", canto, piano, theoria e solfejo, preparando os alumnos para a matricula e exames daquelle INSTITUTO ou de qualquer outro Estabelecimento congenere. Ensinam tambem francez e gymnastica propria para desenvolver e embellezar o organismo de senhoras e creanças; bem como todas as materias concernentes á instrucção primaria, habilitando alumnos para os exames de admissão na ESCOLA NORMAL, GYMNASIO, ETC., ETC.

Figura 87 - Anúncio de aulas particulares de música ministradas por Josepha e Soledade Correia de Freitas
Fonte: O Estado do Paraná, 12/05/1926

José Correia de Freitas fez o curso de Farmácia no Rio de Janeiro, trabalhou como guarda-livros, foi empregado em escritório e agente de produtos farmacêuticos antes de ser nomeado fiscal no Banco do Estado do Paraná. Depois foi contador na Inspetoria de Terras e Colonização e diretor da Secretaria de Estado de Obras Públicas e Colonização. Foi nomeado capitão da Guarda Nacional de São José dos Pinhais. Foi suplente de juiz em diversas ocasiões até ser nomeado secretário do Superior Tribunal de Justiça do Paraná, cargo no qual se aposentou como funcionário público. Foi deputado estadual por três legislaturas seguidas (1892 a 1897) (VANALI, 2016). Com esposa e filhas atuando na área da educação, lecionando na Escola Normal de Curitiba e dando aula de música e canto para os filhos das principais famílias curitibanas, José sempre estava presente nos principais eventos sociais da cidade, acompanhado de sua família, o que evidencia que a Família Correia de Freitas, mesmo não sendo mais detentora de um capital econômico significativo, possuía um capital simbólico que propiciava o deslocamento, o livre trânsito no espaço social da classe dominante dos seus

membros. Havia toda uma rede de solidariedade entre os interesses das diferentes famílias que propiciou aos Correia de Freitas se associarem ao bloco dominante e manter-se no entorno dele.

A família Correia de Freitas como detentora de significativo capital cultural e razoável capital econômico[334] tinha "permissão" para se associar aos ambientes das famílias dominantes, circular entre as famílias mais influentes se identificando com suas ideias no campo político e econômico. Manoel circulava nesse meio ajudando na fundação de jornais, escrevendo para a imprensa, realizando meetings públicos em prol da república e conferências sobre os mais variados assuntos em organizações privadas, como a Associação Comercial do Paraná, a Associação dos Empregados no Comércio de Curitiba e a Associação dos Empregados na Estrada de Ferro do Paraná[335]. Manoel utilizou tais capitais simbólicos com maestria, o que lhe possibilitou acesso aos espaços políticos e ao núcleo duro do poder, via capital político.

Manoel Correia Defreitas, originário de família escravocrata e militarizada[336], tinha origens na elite colonial pelos dois lados da família. Pelo lado materno

---

[334] Para Pinto (2016) *"confirmam todos que Defreitas compunha uma família de fartos recursos e desempenhava uma atividade de convívio popular e disputa de poder; admira, portanto, tenha adotado vida de voluntário ostracismo, pobreza e desprovida de ambição."* Esse 'todos' a que o autor se refere acreditamos ser a bibliografia por ele consultada, mas infelizmente ela não é apontada ao final do artigo para sabermos de quem se trata. Conforme apontada nesse capítulo, a família de Manoel Correia Defreitas dispunha de "fartos recursos" enquanto seu pai era vivo. Após a morte do pai houve um empobrecimento da família e Manoel que na época contava com apenas 11 anos de idade iniciou sua vida profissional ainda adolescente, no comércio local de Paranaguá, não podendo dar continuidade a seus estudos. Essa sua vida de "propagandista republicano" exigia constante deslocamento o que acaba dando a falsa impressão de que Manoel sobrevivia com os recursos da família, pois não teria tempo para se dedicar a uma ocupação efetiva, mas paralelo a sua militância no movimento republicano se dedicou a diferentes atividades comerciais e tentou alguns empreendimentos, a maioria sem sucesso, para sua sobrevivência, conforme apontado no capítulo 4. Portanto, as narrativas anteriores querem passar a imagem de que Manoel era uma pessoa de recursos modestos, o que caracteriza sua pobreza. Era totalmente devotado à causa republicana dedicando seu tempo à causa política em que acreditava e não se preocupando em juntar recursos econômicos, o que caracteriza sua falta de ambição, mas veremos que ele fez uma reconversão e conseguiu acumular certo capital econômico o que justificava a sua intensa mobilidade entre Paraná, Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais – quem bancava as despesas dessas viagens? Ele próprio, com seus recursos advindos das diferentes atividades profissionais que desempenhava.

Com relação ao ostracismo, ele não era tão "voluntário" assim, mas consequência de muitas de suas escolhas políticas, consideradas excêntricas, conforme apontado no capítulo 5.

[335] A Notícia, 06/11/1905 e O Commerio, 12/02/1909.

[336] Os ascendentes de Manoel Correia Defreitas tinham postos nas ordenanças: o pai era capitão, o avô paterno era alferes, o avô materno capitão e o trisavô paterno era sargento-mor (ver Árvore Genealógica Nº 2).

descendia do título Rodrigues França (NEGRÃO, 1928) e pelo lado paterno, seu bisavô Domingos Correa aparece na relação dos 45 “homens bons” da vila de São Francisco do Sul, apontado como o 15º homem bom, conforme documento do ano de 1781 analisado por Oliveira (2007) que revela a conexão entre estruturas de parentesco e de poder político presente na formação do Brasil.

> Os “homens bons” eram aqueles indivíduos que foram, eram, ou poderiam ser da governança do poder local na vila e assim o eram social e politicamente considerados. ... Os “homens bons” e suas famílias representavam seguramente algo menor do que 5% do total da população da vila e região de São Francisco do Sul ... (OLIVEIRA, 2007, p. 132).

Portanto, Manoel era descendente da “nobreza da terra”, das principais famílias da vila de Paranaguá e São Francisco do Sul, mas estava do lado pobre da família visto a situação material ter entrado em declínio com a morte do pai e os únicos vínculos que passa a ter com as famílias dirigentes são o de parentesco, de compadrio ou compartilhamento de outros capitais como os culturais e políticos. O curso superior seria uma forma de aceder as carreiras que orientavam o preenchimento das posições sociais, uma maneira de reconverter a falência material da família que veio com a morte do pai, mas por ser o filho homem mais velho teve que começar a trabalhar cedo não podendo dar continuidade aos estudos. Iniciou a sua vida profissional atuando no comércio de Paranaguá. A família Correia de Freitas passou por essa mutilação social que alterou a trajetória social de Manoel na medida em que bloqueou o seu acesso às carreiras que eram preenchidas pelas camadas dominantes, pois agora era um “parente pobre” (MICELI, 2001). Essa mutilação ocorreu na adolescência e a sua posição como trabalhador do comércio foi a estratégia de reconversão encontrada para suplantar o desaparecimento do capital econômico da família. Para essas famílias que entram em declínio há um desequilíbrio entre o capital material dilapidado e o capital social disponível. Sua reconversão vem pelas possibilidades que o capital de relações sociais fornece para escapar de um rebaixamento social ainda maior que pode ser através do casamento, da nomeação para cargos públicos ou da educação com o ingresso no ensino superior.

A reconversão[337] de Manoel permitiu sua circulação nos espaços da classe dirigente conforme a análise da sua trajetória permite apreender. O deslocamento de uma posição social superior para espaços sociais de relegação ocorre com a experiência do declínio familiar nesse caso marcado pela morte do pai. Foi necessário se desfazer da maior parte do patrimônio da família para quitar as dívidas deixadas pelo patriarca. Ocorre a morte do pai e com ela a morte da posição social que a família ocupava. Manoel parou de estudar no ano de 1862. A quebra na continuidade da sua trajetória escolar decorreu do declínio porque passou o orçamento familiar após a morte do seu pai. Seus estudos foram interrompidos antes de concluir o secundário. A exclusão do sistema de ensino teve consequências no tocante à percepção das alternativas de carreira. Sem diploma superior não tinha habilitação para concorrer a alguns postos públicos e passou a depender de sua atividade comercial. Após a partilha dos bens do inventário de Domingos Correia de Freitas, em 1867, a mãe e as irmãs solteiras mudaram-se para Guaratuba, onde morava a irmã Maria dos Anjos e alguns familiares maternos, mas Manoel permaneceu em Paranaguá e começou a trabalhar como balconista no escritório comercial do negociante Joaquim Soares Gomes que acabou se tornando uma espécie de padrinho lhe proporcionando a entrada no mundo dos negócios e lhe ensinando as primeiras lições republicanas (FARIA ROCHA, 1951) (figura 88). Acaba construindo suas próprias rede de relações junto à classe dominante e a mobilização que fez do capital de relações sociais valia muito mais do que qualquer título ou diploma que tivesse. A sua trajetória social, de quem teve que começar como negociante, é bem diferente da do seu irmão José, conforme apontado anteriormente, que chegou ao alto escalão do funcionalismo público. Manoel viveu a experiência do estigma do distraído, maluco, sonhador o que o levou a ser preterido em muitas situações, e talvez esse estigma o tenha levado a um celibato forçado quando a família da moça escolhida

[337] Reconversão entendido como o deslocamento, passar de um setor a outro dentro do mesmo campo. Muda-se de subcampo numa posição decadente para garantir a sobrevivência dentro do campo. Esses deslocamentos dentro do mesmo campo ocorrem devido ao acúmulo de capital simbólico ou do capital econômico (MONTAGNER, 2007). Seguindo a proposta de Bourdieu (1983), capital simbólico é como uma modalidade e crédito, ou seja, a credibilidade concedida por um grupo social ao indivíduo. Tal concessão representa uma crença do grupo no indivíduo que pode lhe oferecer garantias materiais e simbólicas. Para saber mais sobre a manutenção da posição ocupada e os processos de reconversão consultar o trabalho de Monique de Saint-Martin, **Reconversões e reestruturações das elites: o caso da aristocracia em França**. IN: Análise Social, vol. XXX (134), 1995 (5º), p. 1023-1039.

por ele para ser sua noiva não aprovou o relacionamento. Então Manoel decide se dedicar inteiramente à causa republicana e se aprofunda na área intelectual realizando meetings, conferências, escrevendo artigos e fundando jornais. É comum aos herdeiros das famílias em declínio, para se livrar das ameaças de rebaixamento social que os rondam se dedicar à área intelectual, mas conseguem isso porque possuem um mínimo de capital social e cultural que trazem certas experiências que justificam essa "vocação". Uma vez remanejado no interior da classe dominante, teve que fazer valer seu capital cultural acumulado para compensar a falta de capital econômico e a falta de um diploma de ensino superior visto que os políticos, nessa conjuntura, eram quase todos recrutados num círculo de famílias vinculadas à classe dominante. As relações sociais e políticas são os verdadeiros alicerces que sustentam as estratégias de atuação de setores das camadas dirigentes do país desde sempre (MICELI, 2001).

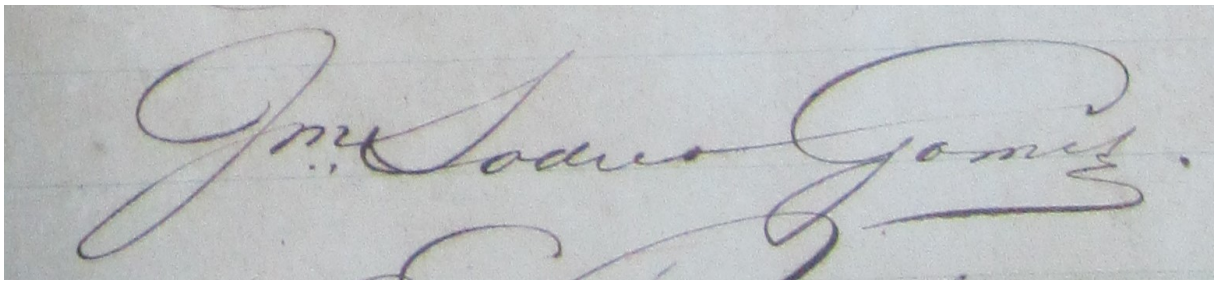


Figura 88 – Assinatura de Joaquim Soares Gomes
Fonte: Inventário Registro N.2403 de 1880 do Juízo Municipal de Paranaguá.
Acervo Museu da Justiça do Paraná.

Apesar da Família Correia de Freitas não fazer parte do núcleo duro do poder[338], ela estava na "periferia" da classe dominante e essa condição de periférica lhe permitia conhecer por dentro o funcionamento desse grupo estabelecido. Era reconhecida em Paranaguá e em São Francisco do Sul. Todas

[338] Conforme Oliveira (2001) a classe dominante tradicional tinha o estatuto de homem bom, era da nobreza da terra e as principais famílias tinham ordenanças. A família Correia de Freitas não estava nesse status central, ela orbitava nas "franjas" da classe dominante: seus membros eram eleitores e antes de Manoel e José serem deputados, o pai Domingos havia sido eleito em 1860 como suplente de vereador em Paranaguá (Correio Oficial, 19/07/1861).

as famílias que figuram na Genealogia Paranaense de Francisco Negrão possuem um antepassado na elite colonial[339] – caso da Família Correia de Freitas[340] – o que permitiu o trânsito social no ambiente da classe dominante e a aceitação de Manoel nesse meio, apesar de suas ideias consideradas excêntricas para a época. Com a morte do pai, a família ficou numa situação instável e ameaçada de mobilidade descendente e Manoel não pode dar continuidade aos seus estudos – talvez por isso tenha ficado "revoltado" contra o sistema instituído e passou a pregar ardorosamente, desde tenra idade, a mudança de regime político. A impressão que temos é que Manoel sentia-se constrangido com relação a abolição da escravatura por ter tido um pai escravocrata que com a sua morte desagregou o patrimônio familiar devido as dívidas existentes, e que o principal meio para saldar essas dívidas foi a venda dos escravos da família, por isso não se manifestava abertamente sobre o processo de abolição.

Destacamos a importância de estudar a família de forma mais sistematizada, mais densa, em sentido mais amplo, conforme Bertaux (2005)[341] para quem as histórias de família são uma ferramenta para observar o social, pois constituem uma via de acesso muito rica para conhecer os processos de formação de trajetórias sociais, individuais e familiares*: "en particular a lo que podríamos llamar los procesos internos de las familias y los indivíduos, en oposición a los procesos externos (mercado de trabajo, oportunidades, acontecimentos históricos colectivos, etc)"* (BERTAUX, 2005, p.28). Ainda segundo ele, as histórias de família ajudam a entender também as relações entre pais e filhos (ascendentes, colaterais e descendentes), além de todo o tipo de transmissão que ocorre de geração para outra: modelos de conduta e de atitude, de valores e proibições, recursos

[339] Para Oliveira (2011) a elite colonial, a classe dominante colonial é uma grande rede social e política de famílias viabilizadas por longas genealogias de poder. A cartografia do poder é uma complexa rede de famílias e poder, em patrimônios, cargos e insígnias simbólicas. Há uma conexão entre estruturas de parentesco e estruturas de poder em termos de longa duração. Os poderes sociais e os poderes políticos são, em boa parte, questões genealógicas.

[340] Originária do título do capitão-mor João Rodrigues França que entrou para a nobreza pela acumulação primitiva (tornou-se muito rico) sendo um dos homens mais poderosos da capitania no século XVIII. Família importantíssima para a formação do Paraná, de grande riqueza e patrimônio (OLIVEIRA, 2011).

[341] Daniel Bertaux, juntamente com Thompson, Passerini, Ferrarotti, entre outros, são renovadores dos estudos de família dentro da Sociologia propondo uma nova perspectiva de análise das sociedades complexas.

linguísticos, perceptivos, cognitivos, comunicacionais, afetivos etc., assim como os recursos econômicos e patrimoniais. Estas transmissões são mais ou menos conscientes ou desejadas e mais ou menos incorporadas por aqueles a que são destinadas[342], mas em qualquer caso também fundamentais para entender o grupo familiar e suas relações com os meios políticos, por exemplo, o objeto da pesquisa em questão.

Sendo um método qualitativo, ao contrário do que se possa pensar, fazer história de família não leva somente a dados particulares, isto se dá apenas parcialmente, pois é possível encontrar muitos pontos em comum com outras famílias e com o contexto social. Para isto é necessário tornar explícitos os elementos sociológicos encontrados nos relatos familiares, através de análises comparativas entre fatores internos e externos a elas, diferenças iniciais de recursos econômicos e culturais, de contextos locais, de situações familiares etc. É preciso trabalhar também com informações sobre o campo de possibilidades de cada época, correspondente a cada geração e com os elementos de produção de sentido que têm dimensão social, para proceder à análise. Trata-se de identificar relações, processos, vínculos de causalidade, contradições etc., que levarão a uma teorização em um vai-e-vem dialético entre observação e conceitualização (BERTAUX, 2005). Ou seja, pode-se substituir o critério de "representatividade estatística" pelo de "representação estrutural", largamente utilizado por Pierre Bourdieu, uma vez que é possível reconstruir épocas e eventos histórico-culturais a partir de trajetórias pessoais e familiares através do estudo de poucas famílias[343].

Segundo Bertaux (2005, p. 136), histórias de família não são outra coisa que

> narraciones que nos documentan la no-linearidad de los cursos de vida y así, cada família o indivíduo no es sólo un átomo de la esquina más alejada de la sociedad, sino que con provecho puede volverse observable como un sistema a escala contenido dentro de un tejido complejo de macro estructuras que más bien se parecen a un holograma que a una cebolla: cada fragmento de aquél reproduce la totalidad de la imagen.

[342] No mesmo sentido que Bourdieu pensa a noção de habitus.

[343] Seria de construção da dimensão fractal com o estudo da singularidade estrutural de cada caso familiar em sua relação com o social.

Em termos interpretativos há muitos níveis, alguns contraditórios, outros complementares, todos embutidos na “doxa”, que são as interpretações de primeira ordem que todos fazemos do cotidiano que vivemos. O material coletado, analisado e interpretado, deve calcar-se em fatos[344], e acima de tudo, no sentido dado pelas famílias.

A técnica de histórias de família pode combinar várias etapas e várias fontes: orais, escritas, iconográficas, documentais etc., que registram informações do maior número possível de pessoas, de no mínimo três gerações em cada família. Colhe-se múltiplos testemunhos de uma mesma família sobre diversas aspectos que a cercam: regras, valores, hábitos, atitudes, estratégias, conflitos e tudo que é transmitido de uma geração a outra. A questão central é: como fazer a seleção das famílias? Quais famílias estudar? Isso vai depender principalmente do problema de pesquisa, que no caso em questão teve como critérios[345]:

1) identificar de qual núcleo familiar-base Manoel Correia Defreitas descendia: era da tradicional família da elite colonial (ramo João Rodrigues França). Essa identificação é crucial para a reconstituição das redes sociais de Manoel e de outros membros pertencentes à família, pois lhe conferiam distinção social. A influência política desses grupos familiares de origem colonial era derivada da sua antiguidade em instâncias administrativas, o que por sua vez facilitava as condições de acesso às esferas do poder.

2) identificar qual a posição do seu ramo familiar dentro desse núcleo-base e a sua relação com os outros ramos existentes: enquanto o pai era vivo possuíam além dos capitais cultural e político, o capital financeiro que colocava a família numa posição menos periférica. Com a morte do pai houve o empobrecimento material da família, mas não a descapitalização simbólica. A família foi deslocada para a periferia do núcleo duro não saindo totalmente dessa base. As duas irmãs mais velhas já estavam casadas com membros de outras famílias tradicionais do litoral (o que ajudava à família continuar no circuito da classe dominante) e o irmão

[344] Por isso da crítica às narrativas biográficas realizadas de Manoel Correia Defreitas: os fatos eram citados e não comprovados parecendo serem frutos da imaginação dos narradores e não descrição da realidade.

[345] Consultar BERTAUX, Daniel e THOMPSON, Paul (edit). **Between generations. Family models, myths and memories.** Oxford University Press, 1993.

caçula (apenas 5 anos mais novo do que Manoel) já conseguiu sua reconversão através da obtenção do diploma de curso superior ingressando na carreira pública (alto funcionalismo). E Manoel, através da articulação dos capitais simbólicos herdados da família obteve certo reconhecimento social, manteve-se entre os membros centrais do núcleo duro do poder sendo sempre “visto”, daí a ser “lembrado” para a participação política-administrativa efetiva através de nomeações para cargos públicos ou indicação para concorrer a cargos eletivos nas esferas estadual ou federal.

CAPÍTULO 3 – COLEÇÃO DE SI, COLEÇÃO PARA SI, COLEÇÃO PARA OS OUTROS

> *... o arquivamento do eu muitas vezes tem uma função pública. Pois arquivar a própria vida é definitivamente uma maneira de publicar a própria vida, é escrever o livro da própria vida que sobreviverá ao tempo e à morte. (ARTIERES, 1998, p.32)*

A documentação de caráter privado pode dizer respeito a acervo de pessoas, famílias, grupos de interesse ou de empresas. Muitos trabalhos já foram desenvolvidos usando arquivos familiares, como Linda Lewin (1993) que discutiu as políticas clientelistas da oligarquia paraibana e Darrell Levi (1977) com o estudo da família Prado, para citar dois clássicos. A maior parte das memórias ou arquivos costumam refletir o que no passado teve relevância para o sujeito. O que as torna relevante é algo exterior e anterior aos documentos: uma história que estes registram, pois são registros do empenho em constituir propositadamente um arquivo ou uma memória. Esse empenho é marcado pela preocupação em forjar uma glória, em construir uma memória de si.

Já foi mencionado de que não dispomos de uma autobiografia de Manoel Correia de Freitas[346], mas o material impresso do seu arquivo pessoal retém a marca dos seus interesses e de seus valores pessoais, bem como as marcas das estratégias do grupo social ao qual pertencia. Esse material fornece componentes subjetivos e sociais que estão ligados ao grupo onde ele viveu e à busca pela representação da memória, internalizada a partir da sociedade. Mas, como garantir a objetividade ao lidar com um material tão impregnado da vida cotidiana e subjetiva de Correia Defreitas? Esse material revela um entesouramento do

[346] Pinto (2016) aponta que Manoel Correia Defreitas *"não escreveu livro e nem deixou memória"*. Como os dois livros de recortes pessoais sobre Manoel ainda são desconhecidos do grande público essa afirmativa faz sentido. Um livro no sentido de uma autobiografia não foi deixado e com relação à parte da memória, um dos objetivos desse trabalho é suprir essa lacuna.

Pinto ainda afirma que de Manoel "*só sobrevive o opúsculo de Nascimento Júnior"*, mas já demonstramos no capítulo 1 que tal afirmativa não procede, pois há várias narrativas biográficas dele, mas que ainda não haviam sido compiladas.

cotidiano, do banal. Porém, entender a passagem do cotidiano à memória não é tarefa fácil.

Renato Janine Ribeiro (1998) denomina de *coleção de si* aquele conjunto de materiais[347] que visam guardar a melhor recordação de si próprio na perpetuação de uma identidade gloriosa. A coleção de si é o meio mais direto de preservar-se, de construir uma identidade que vai se manter pelos tempos adiante. *"O que os arquivos pessoais podem atestar, o que o desejo de guardar os próprios documentos pode indicar, será esse anseio de ser, a posteriori, reconhecido por uma identidade digna de nota"* (RIBEIRO, 1998, p. 35).

Devemos atentar que quando uma pessoa resolve fazer uma coleção de si ou de alguém ela seleciona o material coletado e decide o que deve ficar preservado ou não a fim de guardar para a posteridade a melhor imagem. Nem sempre as coleções de si eram realizadas por pessoas que precisassem de um registro de suas memórias para se tornarem conhecidas. Muitas foram realizadas por pessoas com uma reputação em vida, mas que quiseram conservar alguns momentos de brilho para deixaram suas vidas ainda mais grandiosas. No caso de nosso biografado, Manoel Correia Defreitas teve significativa atuação no campo político que lhe permitiu conquistar uma identidade relativa. Porém, quando Meuma Correia Defreitas decide realizar uma coleção de seu pai (uma coleção para si e para os outros), ela procurou registrar uma multiplicidade de atos e gestos, alguns quase anônimos, visando o reconhecimento de sua identidade exemplar. Resta entender o significado desse tipo de memória gerada deliberadamente, "à sangue frio", que soma vários gestos, sejam eles significativos ou não. Temos que atentar para o fato de que Meuma nasceu no ano de 1911 e que o recorte mais antigo da coleção data do ano de 1875, portanto resta saber como ela teve acesso a esse material. Alguém já o colecionava antes?

Esse capítulo poderia ser sobre a vaidade de Correia Defreitas, ou a vaidade de seus atos, ou o orgulho que uma filha possuía de seu pai, ou uma crítica em relação a tal memória construída, ou ainda mais uma evocação de sua memória, uma banalização ou uma distinção desse personagem que estava entre as grandes

[347] Esses conjuntos de materiais, os arquivos são compostos por documentos das mais variadas naturezas e sentidos como selos, roupas, fotografias, livros, cartas, diários pessoais, objetos variados, etc. No caso da coleção de Manoel Correia Defreitas são apenas textos, recortes de jornais, panfletos de propaganda política, folhetos e pouquíssimas anotações feitas pela filha.

figuras da política paranaense. Mas, iremos analisar como o material coletado pela filha do biografado é uma preservação de si, do seu momento presente que permaneceu e perdurou. A coleção Manoel Correia Defreitas deixada por sua filha Meuma nos fornece detalhes miúdos, um suplemento de sua memória. Nos indica o que para ela mereceu ser guardado com o fim de entender a imagem que circulava da pessoa de seu pai, além de ser um testemunho da sociedade de sua época. Demonstra relações de afeto e de poder, não apenas aquele poder do Estado, do campo político, mas também dos outros campos sociais.

A Coleção Manoel Correia Defreitas são dois cadernos de recortes feitos por sua filha mais velha, Meuma Correia Defreitas, e consiste num arquivo de organização de recortes de vários periódicos que não segue uma ordenação nem cronológica, nem de temas, mas que tem um sentido que pretendemos aqui apresentar, visto que

> ... quando lemos os documentos que alguém deixou ordenados e intencionados de certa forma, o próprio da história não será justamente ordená-los de outro modo, em nossa recepção dos mesmos, pensando-os não pela intenção do organizador, mas por outras que surgem? Isso é essencial, tanto porque a consciência (no caso, a do organizador) é uma fímbria apenas de nosso ser, quanto porque é essencial à história mudar seus interesses, seu enfoque (RIBEIRO, 1998, p.40).

Devemos ter claro que os arquivos pessoais possuem limitações, assim como qualquer outra fonte de pesquisa, mas eles são profícuos em termos de intencionalidades. Outra dificuldade nesse tipo de pesquisa está em se reconstituir um ambiente de época. Procuramos recuperar a memória de uma época analisando o material que foi guardado e conservado. Guardou o que não se guardava? Conservou o que se desfazia? Como vamos juntando pedaços de nós?

Para Artières (1998) arquivar a própria vida, arquivar a si mesmo é uma injunção social. O indivíduo é constantemente obrigado pela sociedade a produzir arquivos de si, e tais arquivos ajudam a dar sentido a sua vida e produzir uma narrativa que dê conta de sua existência. Esse arquivamento não é um processo desprovido de interesses, mas marcado por escolhas que orientam as seleções e a organização do arquivo de si mesmo. Por meio da construção desse arquivo e do modo como ele é apropriado e dado a ler, o indivíduo produz representações de si

e do mundo. Tal exercício pode ser percebido na coleção Manoel Correia Defreitas, apesar do material não ter sido organizado diretamente por ele, mas por sua filha mais velha, não temos como garantir que ela não tenha sofrido influência e orientação do pai

Reunido em duas encadernações (figura 89), o material analisado neste capítulo é resultado sobretudo[348] da coleta pessoal de Meuma Correia Defreitas sobre os artigos publicados na imprensa da época sobre a pessoa de seu pai Manoel Correia Defreitas. Parece ser um momento de reflexão e de sentido para uma longa trajetória de vida. Um trabalho de colagem como este implica num primeiro momento de saída de si mesmo, de exteriorização, para em seguida possibilitar uma investigação interior em busca de um sentido totalizante, de uma "ilusão biográfica" consistente. Isto fica claro quando levantamos os tópicos de que tratam o material. Esse material nos mostra como o imaginário a respeito de sua posição (memória coletiva) era persuasivo em sua visão sobre si mesmo (memória individual). O material revela-se um conjunto de lembranças na busca de sentido totalizante. É um dos raros documentos existentes sobre o propagandista republicano onde se tem uma reflexão no que diz respeito sobre o que considerava significativo guardar sobre a sua pessoa[349]. Uma das dificuldades de qualquer estudo sobre Manoel Correia Defreitas é a escassez de material de sua autoria sobre si mesmo. Um momento de reflexão e interiorização é raríssimo, pois simplesmente não existem documentos com essa intenção. Suas correspondências costumam se restringir a contatos comerciais e políticos e nada sobre sua vida pessoal[350].

[348] 'Sobretudo' e não 'exclusivamente', pois muitos dos recortes estavam incompletos ou ilegíveis e tivemos que realizar uma pesquisa complementar na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro para entendimento dos mesmos.

[349] Ver Apêndice 19 – Detalhes dos Cadernos de recortes 1 e 2 da Coleção Correia Defreitas. Acervo de Ricardo Costa de Oliveira.

[350] As poucas exceções que consegui localizar foram as coleções documentais Correia Defreitas da Fundação Casa de Ruy Barbosa (Rio de Janeiro) e do Museu Paranaense (Curitiba).



CADERNO 1



CADERNO 2

Figura 89 – Aspectos externos dos Cadernos 1 e 2 que contêm os recortes pessoais de Manoel Correia Defreitas.
Acervo de Ricardo Costa de Oliveira

Quanto ao conteúdo dos cadernos da coleção Manoel Correia Defreitas, identificamos que reúnem documentos datados de 1875 a 1925, o conjunto é constituído por recortes de jornais, panfletos de propaganda política, correspondências, projetos de lei, convites, cartões, homenagens que lhe foram prestadas, participações em eventos. Os recortes são de instituições e atividades das quais participou. Trata-se de um conjunto de 867 documentos, a maioria sem identificação de procedência e data, que registram os mais variados temas, a saber:

- homenagens realizadas em várias localidades do Brasil;

- atividade profissional;

- mobilidade, viagens ao Brasil e ao exterior;

- clubes republicanos;

- conferências republicanas;

- propaganda republicana;

- clubes abolicionistas;

- congressos republicanos;

- debate com diferentes personalidades políticas da época;

- ostracismo político;

- diversas eleições para senador e deputado federal: candidaturas e resultados;

- centenário da Revolução Francesa;

- centenário de Tiradentes;

- ataque ao Lauro Muller;

- combate ao germanismo;

- superintendente de Terras e Colonização;

- diferentes partidos políticos: republicano, liberal, operário;

- primeira Constituição Paranaense e sua renúncia como deputado constituinte;

- processo de degola de 1906;

- projetos de lei e discursos enquanto deputado federal pelo Paraná;

- miséria e desigualdade no Brasil;

- coligação republicana de 1908;

- ataque oligarquia nacarina (Visconde de Nácar);

- ataque escola vicentista (Vicente Machado);

- Campanha Civilista, bloco anti-hermista;

- imigração alemã;

- imprensa humorística e sátira a sua pessoa;

- a questão dos limites entre o Paraná e Santa Catarina;

- a Guerra do Contestado;

- a questão de limites entre Peru e Chile;

- o feriado de 1º de maio;

- a defesa das mulheres;

- revisão constitucional;

- elemento indígena e a colonização;

- Sociedade Nacional Agrícola e a fundação de sociedades agrícolas locais pelo Brasil;

- questão portuária;

- sua eloquência;

- importância da alfabetização para efetivação da república;

- suas enfermidades;

- combate ao alcoolismo;

- ata da proclamação da república;

- dados biográficos;

- Exposição do Centenário da Independência;

- falecimentos;

- Sociedade de Proteção dos Animais;

- recepções para sua pessoa em diversas localidades;

- apoio a Luiz Carlos Prestes;

- espiritismo;

- questões internacionais.

3.1 – CORREIA DEFREITAS COMO TESOURO: considerações sobre memória e identidade a partir da produção de si

Conforme Angela Gomes (2004, p. 11-12*), "o indivíduo se torna moderno justamente quando postula uma identidade para si no interior do todo social, afirmando-se como valor distinto e constitutivo desse todo".* A identidade é indissociável da memória. Conforme sintetiza Candau, *"restituir a memória desaparecida de uma pessoa é restituir sua identidade"* (2011, p.16).

No processo de constituição das coleções de si alguns aspectos permanecem ocultos quando *"o arquivo privado é tratado como meio de acesso mais direto ao personagem e à trajetória que se pretende investigar"* (HEYMANN, 2005, p.1). Para Heymann *"os arquivos deveriam ser tomados, eles próprios como objeto sociológico e histórico, permitindo revelar ideários políticos, projetos pessoais e processos sociais neles investidos"* (2005, p.1-2). Esta perspectiva de análise pode enriquecer as pesquisas de sociologia histórica, na mesma medida em que permite discutir a questão da memória e da identidade, tanto do indivíduo que produz a si, quanto em relação a coletividade, reconhecendo seu arquivo pessoal como patrimônio, legado e lugar de memória.

A memória antecede a identidade. Enquanto esta é uma representação ou ideia que alguém tem referente a si mesmo, a memória é uma faculdade presente na espécie humana desde o nascimento. Sobre a concepção de identidade, existe consenso por parte dos pesquisadores que a entendem como uma construção social que ocorre na relação dialógica com o outro, ao passo que a memória é uma reconstrução continuamente atualizada do passado, portanto, de caráter seletivo (CANDAU, 2011). Outro consenso sobre a memória relaciona-se as suas dimensões individual e coletiva. Ao registrar por meio de recortes as memórias do pai, Meuma fez a escolha sobre quem e o que julgava necessário que fosse lembrado, na mesma medida em que provavelmente deve ter evitado guardar os recortes de quem e do que deveria ser esquecido. Notamos na seleção feita que predomina os recortes revelam uma subjetividade que se integra à linguagem do material selecionado. Não é a busca da verdade dos fatos a finalidade dessa pesquisa. O que importa é exatamente a ótica assumida pelo registro e como ela é

expressa. Isto é, o documento não trata de dizer o que houve, mas de dizer o que o autor diz que viu, sentiu e experimentou, retrospectivamente, em relação a um acontecimento (GOMES, 2004). As memórias surgem a partir da reelaboração e transmitem a identidade, colocando em evidência a aptidão de dominar o próprio passado para inventariar o que ficou no vivido. Essa coleção permite conferir ordem e coerência aos acontecimentos da vida do biografado. Ao arquivar ou narrar a vida de um sujeito somos capaz de justificar seu destino, inscrever a 'singularidade do eu'. Além disso, o fato de dotar de coerência sua trajetória de vida satisfaz uma preocupação que podemos qualificar como estética: permite ao colecionador transformar a seus próprios olhos a narrativa em uma 'bela história', quer dizer uma vida completa, rica em experiências de toda natureza (CANDAU, 2011).

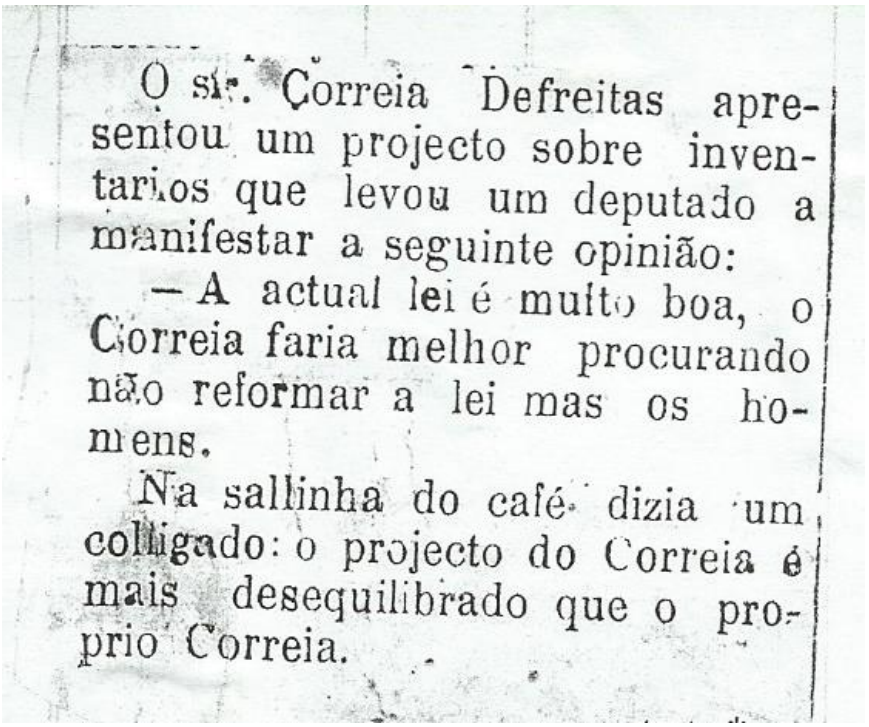
De acordo com Candau (2011, p. 143), *"todo indivíduo morto pode converter-se em um objeto de memória e de identidade, tanto mais quando estiver distante no tempo".* No caso de Manoel Correia Defreitas, verificamos que a assertiva vem sendo confirmada. De fato, as reportagens que estão nos cadernos, permitem perceber o processo de construção de uma memória que se intensificou após o ato de 15 de novembro de 1889. Os recortes registram diversas homenagens que foram prestadas em diferentes municípios e em diferentes periódicos do Brasil à figura de Manoel Correia Defreitas devido a sua atuação no movimento republicano. Considerando sua trajetória política, o ilustre paranaense foi lembrado também em diferentes estados brasileiros, no Senado e na Câmara dos Deputados. A coletânea de recortes nos permite afirmar, ainda, que ao longo desses anos, ele seguidamente foi citado nos jornais, lembrado principalmente por sua atuação como incentivador a favor do ensino, da alfabetização, do combate ao alcoolismo e da defesa da emancipação da mulher, além da sua importância para a questão dos limites entre Paraná e Santa Catarina. Esse processo de homenagear, lembrar, reunir documentos, origina, nas palavras de Nora, lugares de memória, espaços necessários para as sociedades atuais. *"Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais"* (NORA, 1993, p.13). Atualmente, embora o nome de Manoel Correia Defreitas seja citado

quando a referência é o movimento republicano no Brasil, ele não evoca memórias, as pessoas não o conhecem, portanto, *"[...] não é suficiente apenas nomear para identificar, é preciso ainda conservar a memória dessa nominação [...]"* (CANDAU, 2011, p.69). O presente trabalho é mais uma ressignificação da memória desse personagem. A preservação da memória serve para assegurar a perpetuação dos significados, ou seja, os textos selecionados na coleção mostram um esforço para se perpetuar essa imagem cultivada pelo propagandista republicano e reproduzida por seus admiradores de abnegado, lutador pela democracia, paladino, defensor obstinado da república.

Para Pollak (1989) um bom indicativo da eficácia do processo da instituição da memória, coletiva ou individual, é a repetição, o quanto ela é relembrada. Isto atesta sua capacidade de mobilizar pessoas e produzir identidades. Outra forma de instituição da memória, no caso de Correia Defreitas era a insistência em elogios à sua pessoa. Ao mesmo tempo em que havia uma imprensa humorística que o satirizava, havia uma troca, um círculo de elogios mútuos que ajudava a reforçar os laços e a produzir críticas positivas que auxiliavam na sua legitimação como o grande republicano paranaense (BOURDIEU, 2002). Esse círculo é um espaço de produção de representações, pois produz sentidos e imagens a respeito de Manoel Correia Defreitas e de sua história e as colocavam em circulação. Algumas homenagens se apropriavam de representações já existentes a respeito do propagandista republicano e a partir delas reforçavam ou produziam novas, permitindo assim a circulação das mesmas e a superposição das diferentes. Na anedota[351] abaixo (figura 90) temos primeiramente a sátira aos temas dos projetos de lei de Correia Defreitas que visavam diminuir a desigualdade social e amparar as classes menos favorecidas, nesse caso, "os outros deputados, da situação (coligados)" consideravam que era melhor ele reformar os homens e não as leis para atingir seus objetivos. O texto é finalizado destacando a imagem de "desequilibrado" e "maluco" que ele possuía, justamente pelas suas ideias

[351] Anedota é um texto curto de sequência narrativa que geralmente não tem autor conhecido. É um texto de domínio coletivo cuja finalidade é provocar riso, divertir o interlocutor e pode, dependendo do conteúdo da anedota, ser contado em qualquer espaço. Como todo texto que pertence à ordem do narrar, a anedota apresenta os elementos característicos da narrativa: narrador, espaço, enredo, personagem e tempo. Porém, é uma história curta, com poucas personagens, que acontece em um único espaço e em um tempo reduzido.

consideradas socialistas. Essa imagem corria à “boca pequena”, uma vez que era realizada na salinha do café, num momento informal, conforme a anedota.



O sr. Correia Defreitas apresentou um projecto sobre inventarios que levou um deputado a manifestar a seguinte opinião:

— A actual lei é muito boa, o Correia faria melhor procurando não reformar a lei mas os homens.

Na sallinha do café dizia um colligado: o projecto do Correia é mais desequilibrado que o proprio Correia.

Figura 90 - Imprensa humorística satirizando Manoel
Fonte: Diário da Tarde, sem data. Caderno 2

MICROLÂNDIA

O Sr. Correia Defreitas foi sempre uma criatura interessante. Talento vivo, cultura variada, coração admirável, mas apesar de tudo isso o homem mais desordenado, mais desorganizado que já passou pelo parlamento brasileiro.
(O PAIZ, de 1925, Caderno 2)

Chronica da viagem do Rio ao Paraná

... Correia Defreitas é uma das mais lúcidas e mais efervescentes inteligências do Paraná.

Toda a terra das araucárias ama-o, ama não só o seu talento que é um dos mais irradiantes do sul, como também a independência, que é das mais desabusadas e principalmente a alma que é grande, poderosa, republicana e boa.
(O Dia, de 19/04/1909, Caderno 2)

... O deputado paranaense revelou-se um grande orador humorístico, destinado à grande popularidade.

O sr. Correa Defreitas agrada e seduz pela sinceridade com que fala.
(A Folha do Dia, de 06/06/1909, Caderno 1)

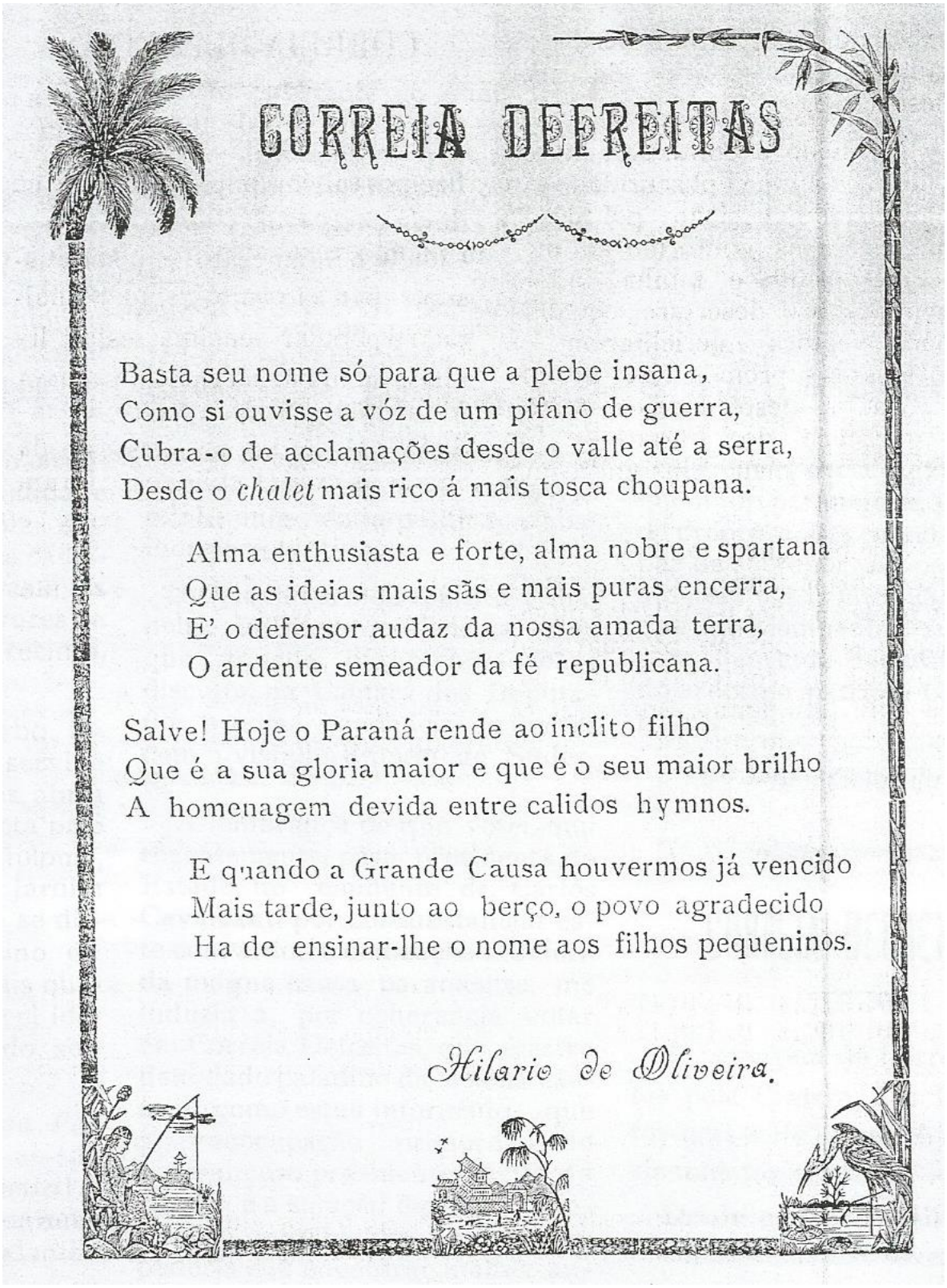
PERFIS: M. CORREA DEFREITAS

Lá vem ele, com uns olhinhos vivos, como os olhinhos dos passarinhos, bolsa na mão, distraído a discutir.

Maneco, vamos! Lá está ele a discutir política republicana.

Admirável o Maneco, o fundador do Partido Republicano de Santa Catarina, a inteligência vivíssima, o caráter de bronze.

Viva o Maneco Correa!!!!
(Zé Pereira, de 1889, Caderno 1)



CORREIA DEFREITAS

Basta seu nome só para que a plebe insana,
Como si ouvisse a vóz de um pifano de guerra,
Cubra-o de acclamações desde o valle até a serra,
Desde o *chalet* mais rico á mais tosca choupana.

Alma enthusiasta e forte, alma nobre e spartana
Que as ideias mais sãs e mais puras encerra,
E' o defensor audaz da nossa amada terra,
O ardente semeador da fé republicana.

Salve! Hoje o Paraná rende ao inclito filho
Que é a sua gloria maior e que é o seu maior brilho
A homenagem devida entre calidos hymnos.

E quando a Grande Causa houvermos já vencido
Mais tarde, junto ao berço, o povo agradecido
Ha de ensinar-lhe o nome aos filhos pequeninos.

Hilario de Oliveira.

Figura 91 - Poema em homenagem à Correia Defreitas pela reeleição como deputado federal pelo Paraná (pleito de 1912)
Fonte: O Povo, 25/02/1912. Caderno 1.

3.2 – Falando de si mesmo

Consideramos os dois cadernos de recortes sobre Manoel Correia Defreitas como uma fonte de informações que dão sentido à vida de homem público e homem privado. Em se tratando de Correia Defreitas, a fronteira entre esses dois homens é tênue de modo que às vezes parece não haver distinção entre eles. Essa fragilidade entre a fronteira de homem público e do homem privado pode ser entendida como fazendo parte da construção de sua imagem de si como sendo uma pessoa simples, humilde, desprovido de interesses, que não tinha segredos e trabalhava às claras. Nunca faz menção à família ou a qualquer outro assunto de caráter privado, o que deixa a impressão que realizava um trabalho solitário, sem o apoio familiar. Mas a luta pela defesa da república também era apoiada por outros membros da sua família, como seu irmão José que participou da fundação do Clube Republicano de Curitiba e foi membro da comissão central do clube.

Por meio de suas publicações pessoais e de artigos sobre ele, em diferentes periódicos, é criada uma imagem positiva a seu respeito que acreditamos ser pautada, também, em outros acontecimentos que envolviam a Família Correia de Freitas e não apenas nas ações e atitudes de Manoel. Com a divulgação de seus textos, os trabalhos de seus amigos sobre sua pessoa e mais a atuação dos outros membros da sua família, ele conseguiu produzir para si um capital social e cultural, bem como criar uma rede de elogios mútuos (BOURDIEU, 2002). Assim, a construção de uma identidade de si não é um trabalho solitário, mas conta com a participação de terceiros.

Descrever-se a si mesmo como um soldado da república era uma representação recorrente no processo da construção de si de Correia Defreitas que colocava em circulação representações que auxiliavam nessa construção como sendo um verdadeiro apóstolo que trabalhava de forma abnegada a favor da república contra a monarquia, e depois de implantada a república, na luta por uma forma de governo que fosse a verdadeira república.

Faria Rocha (1951, p.8-9) aponta que:

> Sem ser exibicionista, Correia Defreitas gostava da popularidade; comprazia-se com o sucesso efêmero da publicidade pela imprensa, ... tinha a guia da letra de forma e gozava o aplauso entusiástico das multidões. Não se veja nisso pecado feio, porque homem público sem reclame é caso perdido.

Será que ao arquivar os recortes sobre parte da vida de seu pai Meuma estava tentando garantir que ele não fosse esquecido pela posteridade? Para Fraiz (1998) o fato de se construir e se manter um arquivo pessoal, parte do desejo de torná-lo público em algum momento. Não podemos considerar esse material como um acervo que abranja todas as facetas da vida de Manoel Correia Defreitas. Ele atuou em muitas outras esferas que esses recortes não apontam. Também não é um diário e são quase inexistentes as anotações pessoais sobre o material coletado. Os recortes não obedecem uma ordem cronológica precisa, rigorosa, mas estão colados aleatoriamente. A maioria não possue o registro da procedência e nem a data da publicação. Quando muito, vem indicado o ano, escrito de próprio punho. A lógica de acumulação, que parece ter determinado o arranjo do material, foi o fato de ser mencionado o nome de Manoel Correia Defreitas em qualquer circunstância: como homenagem/elogio, crítica, atuação política ou sátira. Outro fato importante para a contextualização do material é que ele foi adquirido fora do seu depósito original, em um antiquário de colecionador particular, após a venda do acervo documental do antigo Museu David Carneiro[352] onde se encontrava grande parte da documentação particular de Manoel Correia Defreitas. Parte desse acervo foi adquirido pelo governo do Estado do Paraná e encontra-se no Museu Paranaense a outra parte foi parar nas mãos de diversos colecionadores particulares ou pesquisadores. Esse é um fator que deve ser considerado, pois o material ficou isolado, descontextualizado, podendo o pesquisador apenas centrar-se na análise do seu conteúdo especificamente. Se a preocupação, por parte de Meuma, era garantir uma continuidade da memória de seu pai para se evitar o esquecimento, ela atingiu seu objetivo. Mesmo com todas as limitações acima apontadas e outras mais como o fato de não haver documentos pessoais nesses cadernos, esse material está sendo analisado para se recuperar parte da trajetória de Manoel Correia Defreitas.

[352] Sobre o Museu David Carneiro ver nota 3.

A Coleção Manoel Correia Defreitas faz parte do processo de construção de sua imagem de apóstolo da república. Imagem esta tecida não só por ele, uma vez que contou com a contribuição de amigos, aliados políticos e da família. Estes se reuniam e formavam um círculo de elogios mútuos que ajudou na produção para si de capital social e cultural que legitimava seu lugar de defensor da verdadeira república. Ao colar em cadernos matérias de jornais e outros documentos que dão conta de algumas das ações de seu pai e delineiam um pouco da sua carreira, Meuma procurou arquivar parte da memória paterna, realizando assim uma coleção, que segundo Ribeiro (1998, p. 11) *"visa a guardar a melhor recordação, geralmente graças à mediação socialmente aceita de objetos que ou já se valorizam, ou que um dia irão adquirir maior estima".*

Essa coleção de Manoel acaba sendo uma extroversão do homem público (o visto e ouvido por todos) e uma introversão do homem privado. Esse conjunto, sobretudo dos recortes de jornais arquivados veicula uma gama de informações que são muito úteis à análise da sua trajetória, pois podemos adentrar esse arquivo e verificar como Correia Defreitas se construiu, que imagens de si era veiculada e pelas quais a filha gostaria que o pai fosse lembrado. Essa coleção se configura como uma espécie de narrativa já que é um conjunto de dizeres sistematizados e nos revela a criação de uma memória onde os acontecimentos registrados procuram tirar Manoel da indiferença e conservar uma impressão que está na lembrança de suas práticas. "*Não há como não considerar o fato de que a memória é feita de esquecimentos, de silêncios. De sentidos não ditos, de sentidos a não dizer, de silêncios e de silenciamentos. Os sentidos se constroem com limites. Mas há também limites construídos com sentidos"* (ACHARD, 2010, p.59).

3.3 – A produção da memória através da homenagem

> Correia Defreitas, quer queiram, quer não, há de ser o mais puro e o mais lidimo e sincero dos filhos desta terra. A sua obra é vasta, é complexa (Jayme Ballão Junior, O Povo, 14/08/1913).

> ... o ilustre republico que sob aquela casca de lunático é um homem sensato, mais ajuizado do que muita gente que o supõe maluco" (O Olho da Rua, 24/06/1911).

> Passa amanhã a data natalícia do denodado republicano Correia Defreitas. É, pois, amanhã dia festivo para a democracia brasileira que no impertérrito propagandista teve, no tempo do império, paladino ardentíssimo e cheio de abnegações, no regime político em vigência, um servidor de imaculado caráter, espírito brilhante sempre erguido nas áreas de humanitários e grandes ideais. Com efusão enviamos os nossos saudares ao estimado conterrâneo, Manoel Correia Defreitas, que no congresso nacional com destaque, competência e dedicação representa o Paraná (Diário da Tarde, 28/05/1910).

Abnegado, impoluto, esforçado, ilustre, imaculado, tribuno, brilhante, prestigioso, eminente, patriota, lutador, honrado, simpático, intemerato, incansável, puro, nobre, distinto, dedicado, estimável, respeitável, destemido, preexcelso, acrisolado, sublime, infatigável, laborioso, vibrante, denodado, valente, erudito: esses são alguns dos adjetivos que ecoam nos recortes de jornais colecionados por Meuma sobre seu pai Manoel Correia Defreitas. Esse material da coleção de Manoel demonstra um culto a sua pessoa elaborado ainda em vida por alguns de seus amigos e admiradores, bem como os diferentes espaços nos quais ele circulou, destacando seu empenho no campo político e na emergência da sua pessoa como um dos responsáveis pela consolidação do regime republicano no Paraná.

É farta a produção de artigos em periódicos homenageando Manoel Correia Defreitas, o que revela aspectos riquíssimos de sua trajetória. As escritas em torno do indivíduo nos remetem à reflexão acerca de suas possibilidades e limites, além da geografia dos lugares ocupados por ele, por seus afetos/amizades e seus rivais/hostilidades, bem como dos conchavos estabelecidos em torno das ideias, cargos e posições institucionais por ele ocupados demonstrando que suas ações estão integradas a redes de sociabilidades, e que essas redes se diversificaram ao longo da vida. Os temas nos apontam uma multiplicidade de relações estabelecidas por Manoel Correia Defreitas do período de 1875 a 1925, conforme o material de sua coleção.

Os recortes referentes as homenagens à Manoel Correia Defreitas procuram destacar sua multiplicidade de experiências adquiridas no vivido, sobretudo na época de eleições onde visam reabilitá-lo ao campo político. Reforçam a ideia de que ele era uma pessoa simples, desprovida de grandes vaidades e ambições, um "imaculado patriota". A maioria dos artigos estão assinados por amigos e admiradores revelando sua rede de relações e seus espaços de atuação[353]. Correia Defreitas atuou em várias esferas desde a mais tenra idade e isso agora lhe credenciava a ter um posicionamento central sobretudo no universo político (figuras 92 e 93).

Jayme Ballão Junior[354] relaciona a vida de Manoel Correia Defreitas com a história da república brasileira e lembra que ele foi comparado ao Silva Jardim: ambos sacrificaram suas vidas pessoais em prol da causa republicana e levaram a ideia à ação, estando entre os poucos nomes que mais se destacaram com seu marco luminoso, atuando nos comícios, clubes republicanos, na imprensa e nas tribunas populares. Correia Defreitas era homem de palavra fácil e vibrante, marcado por uma grande convicção no processo democrático que nem o amargor das desilusões, após a implantação da república, conseguiu diminuir: o *"propagandista da república virou propagandista na república"*, ou seja, as ideias pregadas pelos republicanos históricos foram falseadas pelos adesistas (monarquistas que aderiram à república no último momento, quando perceberam que o fim da monarquia era certo) que sem compreender os novos princípios acabaram deformando a república com os velhos vícios (O POVO, 25/02/1912).

---

[353] Através do levantamento dos nomes desses amigos e admiradores é possível identificar as redes de articulações entre os grupos através da prosopografia, ou seja, do estudo de biografias de pessoas que se inter-relacionam em redes, mas esse seria tema para um outro estudo.

[354] Jayme Ballão Júnior (1891-1968) era filho de Jayme Ballão e de Ana Aurea Lisboa. Fez os estudos primários na própria cidade natal, Curitiba. Com apenas 11 anos de idade fundou um dos primeiros jornais infantis do Paraná, O Estudo, que ele sozinho redigia, compunha, paginava, revisava, expedia e distribuía. Com a mudança da família para o Rio de Janeiro, em 1904, passou a cursar o Ginásio Nacional e, após, os colégios Alfredo Gomes e Silva Ramos. Passou a juventude nos Estados Unidos e na Europa, frequentando, em Paris, o Curso Rolin da Sorbonne. De volta ao Brasil, trabalhou em São Paulo, no jornal O Estado de São Paulo. Lá mesmo diplomou-se bacharel em Direito no ano de 1915. Foi advogado, juiz de Direito e escritor. Disponível em http://www.academiapr.org.br/academicos/cadeira-8/. Acesso em 28.janeiro.2017. Diário da Tarde, 20/05/1915.

Correia Defreitas nunca se acomodou ao regime dos partidos, que favoreciam quem abdicava de suas ideias pelas conveniências do grupo, mesmo que tais ideias não atendessem as demandas da república. Rompeu com esses laços e se colocava ao lado do povo para ouvir suas queixas e cumprir seus desejos e aspirações. Somente o povo poderia avaliar sua dedicação, a sua vida de apostolado que não *"solicita nem honras e recompensas"*, tanto que declinou do convite para assumir os governos dos estados do Paraná ou de Santa Catarina logo após o 15 de novembro de 1889 para não parecer que havia batalhado pela causa visando fins pessoais[355]. O povo sabia que Correia Defreitas *"vive e morre por ele, que ainda há puros, retos e heróis que tudo sacrificam, pelo interesse geral da coletividade, nessa época em que infelizmente há conflagrações de astros na constelação da nossa política"* (O POVO, 25/02/1912).

Ulysses Vieira[356] reforça sua imagem de homem popular e de representante de uma época de nobres sentimentos em que os indivíduos permaneciam firmes aos seus ideais. Esses nobres sentimentos teriam sumidos depois do 15 de novembro quando alguns se apoderando de altas posições se converteram em nome da ambição, fascinados pelo gosto do poder esquecendo-se das doutrinas democráticas. Manoel Correia Defreita estava *"dentre essas raras exceções que as virtudes souberam amparar, que o vício não corrompeu, que o poder não fascinou, que a moeda frágil e sedutora não conquistou"* (CORREIO DA MANHÃ, 09/12/1911). Para Vieira todos acreditam no desinteresse de Correia Defreitas e no seu devotamento fanático pelas ideias puras que sempre pregou em nome da justiça, da honra e da verdade. Desses grandes traços de seu caráter veio o título de "ídolo popular" que ele nunca iria perder, pois se tornava cada vez mais digno dessa gratidão do povo devido a defesa que tem feito dos interesses, sobretudo do povo paranaense.

---

[355] O Paraná seria governado por Guilherme Leite, mas este não assumiu porque estava ausente de Curitiba, então em seu lugar foi nomeado Francisco José Cardoso Junior e em Santa Catarina foi nomeado Lauro Severiano Müller.

[356] Ulysses Falcão Vieira (1885-1942). Estudou Direito no Rio de Janeiro onde era membro do Centro Paranaense. Foi promotor Público em Rio Negro, em 1912; Delegado de Polícia, em Curitiba, no mesmo ano, e deputado ao Congresso Estadual em 1914; diretor-proprietário do Diário da Tarde; lecionou Direito Penal na Universidade do Paraná. Em 1936 fundou, entre outros, a Academia Paranaense de Letras (APL, 2011).

> Religiosamente republicano e patriota, Correia Defreitas tem com a sua invencível popularidade conquistado aquilo que há de mais completo, de mais sublime para os homens – a posse de si mesmo e o coração do povo (Ulysses Vieira, Correio da Manhã,09/12/1911).

Como lembra Duarte Velloso[357], devido a beleza de seu caráter e a grandeza de sua alma o *"abnegado republicano patrício"* Correia Defreitas foi glorificado em vida e recebeu uma demonstração de carinho e simpatia ainda não concedida a nenhum outro conterrâneo. Foi colocado num pedestal de onde jamais seria deposto. Ele era do povo, dos pobres, dos ricos, dos amigos, de todos os paranaenses. Era defensor das instituições, da justiça, do direito e da liberdade dos homens e dos seres inferiores (animais). Era um verdadeiro socialista e todo seu esforço era para tornar a vida mais fácil (O PATRIOTA, 21/01/1912).

"Democrata até a medula dos ossos" diz Giglio Junior[358]. Esposando sempre as reivindicações populares, fiel a seu passado republicano com as jornadas gloriosas e as amargas, está na vanguarda dos que se batem para que os princípios democráticos, tão desvirtuados em nossos dias, sejam uma realidade em nosso país. Por isso, afirma que Correia Defreitas, apesar de alquebrado pelo peso dos anos de luta ainda ocupava avançados postos na política militante. Caso a democracia já estivesse implantada no Brasil, ele estaria afastado, descansando das fadigas de outrora, na paz da consciência dos deveres cumpridos. Mas o regime republicano ainda chamava a postos seus adeptos sinceros para a batalha da republicanização da república em nossa pátria (DIARIO DO COMMERCIO, 05/04/1912).

---

[357] Domingos Duarte Velloso (1877-1937) comerciante, proprietário da Pharmacia Homeopathica (fundada em 1902), industrial, maçom, um dos fundadores da Federação Espírita do Paraná, membro da Associação Comercial do Paraná. Nascido em Portugal era membro da Sociedade Beneficente Portuguesa 1º de dezembro. Também participou da Associação Curitibana dos Empregados no Comércio e da Associação dos Funcionários Públicos do Paraná. Foi camarista municipal, participou do Centro de Letras do Paraná, funcionário da Secretaria do Interior e Justiça, atuante na imprensa curitibana e escritor. Era casado com Etelvina da Rocha Velloso. Diário da Tarde, 04/02/1938 e O Dia, 11/02/1937.

[358] Luiz Giglio Junior faleceu em Curitiba a 7 de março de 1935. Era casado com Joaquina Seiler e pai de Iolanda, Justina e José. Foi contador do Banco Comercial do Paraná, chefe da contabilidade do Sindicato de Madeiras, membro da Associação dos Empregados no Comércio de Curitiba e do Grêmio Musical Carlos Gomes. Foi professor de escrituração mercantil na escola mantida pela Associação Comercial do Paraná. A Notícia, 16/05/1906 e 14/11/1905. Diário da Tarde, 07/03/1935 e 02/09/1909. A República, 12/05/1900 e 07/08/1929. Almanack do Paraná para 1908.

Para Ciro da Silva[359], Correia Defreitas era uma individualidade incomum pelos seus atos e linha de caráter, *"pela pureza do coração"* conseguiu um lugar de adoração e amizade no grande e sincero seio da alma popular. Essas individualidades aparecem em momentos históricos e precisos para orientarem os embaraçados e despertar para o dever os que se encontram fechados na pequenez de seus interesses pessoais. Sendo uma dessas individualidades, Correia Defreitas é iluminado pelo cérebro e pelo coração,

> Por esses dois importantes órgãos é que ele age em sua vida: o coração, fonte cristalina dos mais elevados sentimentos de humanidade; o cérebro, formidável concentração do que o homem pode saber.
> E as funções desses dois órgãos em jogo - alma e consciência – são a grande obra de Correia Defreitas (Cyro da Silva, A Noite, 04/04/1913).

Continua Ciro da Silva o colocando como homem do povo, que sempre trabalhou pelas classes oprimidas e era uma rara encarnação de civismo e de bondade. No Paraná não há quem não o conhecia e não admirava a grandeza de sua alma e a pureza de seus princípios.

Victor Ferreira do Amaral[360] também destaca a popularidade de Correia Defreitas e apoia a sua reeleição à deputado federal pelo Paraná visto ele ter sido

---

[359] Ciro Silva (1881-1965). Nasceu em Campo Largo numa casa onde funcionava uma pequena tipografia. Começou a traçar notícias, artigos e crônicas para as folhas que seu pai, Albino José da Silva, editava. E isto em localidades diferentes, tais como Paranaguá, Curitiba, Morretes e Ponta Grossa. Interessante o fato de que só depois dos 35 anos de idade se tornaria poeta. Boêmio, carnavalesco, secretário-geral do famoso bloco Clube dos Puritanos, orador popular, advogado, violonista, tocador de gaita de boca executava até trechos operísticos de O Guarani. Foi vereador, professor da Escola de Artífices do Paraná, cargo no qual se aposentou. Foi autor de várias letras para melodias de Bento Mossurunga e de Benedito Nicolau dos Santos. Sócio-fundador do Centro de Letras, secretário da Academia Paranaense de Letras por 15 anos (VANALI, 2014).

[360] Victor Ferreira do Amaral e Silva (1862-1953). Em 1884 formou-se em Medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro. Além da medicina, ao longo da vida, dedicou-se a várias funções e atividades, atuando paralelamente ou em separado. Em 1890 foi intendente Municipal em Curitiba; em 1892 fundou a Sociedade de Agricultura do Paraná; de 1893 a 1894 exerceu o cargo de Superintendente do Ensino Público; foi chefe de enfermaria do hospital militar na revolução de 1894 e atuou como médico-adjunto do exército em 1895; em 1897 foi médico-legista; foi redator-chefe e um dos fundadores do Diário do Paraná e da Gazeta Médica, além de fundador da Associação Médica do Paraná; fundou, em 1913 a primeira maternidade do estado, com o nome de Maternidade Paraná e em 1930 foi o responsável pela reforma e nova edificação deste estabelecimento, sendo renomeada para Maternidade Victor Ferreira do Amaral; foi diretor da Saúde Pública no governo de Caetano Munhoz da Rocha; escreveu diversos artigos médicos e obras que defendiam a questão de limites com Santa Catarina. Também participou ativamente da política paranaense sendo eleito deputado estadual em 1892 e deputado federal em 1906. Entre os anos de 1900 a 1904, exerceu o cargo de vice-governador do Paraná. Um dos fundadores da Universidade do Paraná no ano de 1912. Na universidade foi professor, diretor da Faculdade de Medicina e em 1946 tornou-se o primeiro reitor quando a instituição foi federalizada. Ver CAMPOS,

incansável na defesa dos interesses paranaenses frente a questão de limites com Santa Catarina (O POVO, 25/02/1912).

Luciano Rocha Junior[361] o coloca como o representante que melhor sintetiza a vontade do povo paranaense. Foi um republicano intransigente pregando a liberdade, o amor e a justiça desde a época da propaganda. Se fosse um *"republicano rotuleiro"* teria percorrido postos nos altos escalões da república, onde infelizmente *"campeam impudicamente baixezas inconfessáveis que deprimem o caráter"* (O POVO, 25/02/1912).

Jabal Junior[362] destacava que Correia Defreitas merecia toda as homenagens e aclamações porque era um desses homens formados na escola da justiça, do bem e da verdade. As suas ideias *"não mudam com o vento",* são profundas e sentidas, suas opiniões são serenas e racionais, emitidas com eloquência e desassombro (O POVO, 25/02/1912).

Para Hugo dos Reis[363], Correia Defreitas era *"uma viga de ferro do palacete em estilo complexo do nosso edifício democrático, em que todas as escolas de arte*

Neivo. **Victor Ferreira do Amaral: do Oikos a Scholé**. IN: Revista HISTEDBR, Campinas, Vol. 11, N.41, p. 72-87, 2011. Disponível em http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639836. Acesso 28.janeiro.2017.

[361] Luciano Rocha Junior, também conhecido como Sanito Rocha, faleceu em 15 de setembro de 1935 em Curitiba. Era filho de Luciano e Francisca. Casou em 1923 com Mathilde Taddei e tiveram dois filhos: Chiquita, falecida em 1933 e Moacir, médico. Era maçom. Comerciante proprietário da Charutaria Aymoré. Industrial chefe da firma Rocha & Cia da área madeireira. Correio do Paraná, 20/09/1935. O Estado do Paraná de 12/11/1925, 04/12/1925 e 23/12/1925. O Dia, 17/09/1935. A Esphynge de junho-julho 1905.

[362] Não foram localizados dados biográficos sobre Jabal Junior.

[363] Hugo Mendes de Borja Reis (1884-1934) nasceu em Valenga/RJ e chegou a Ponta Grossa/PR no ano de 1908. Descendente de uma família portuguesa com tradição no jornalismo, sua mudança da capital da República para o interior paranaense se deu por motivos de saúde, pois havia contraído tuberculose e encontrou nos ares dos Campos Gerais o clima perfeito para recuperar-se da enfermidade. Trabalho no jornal O Progresso (fundado em 1907 e que passou a se chamar Diário dos Campos em 1913). Em um curto espaço de tempo, tornou-se uma figura popular e em uma espécie de referência para as questões de fundo cultural, político, religioso e social na cidade. De formação erudita, era conhecedor profundo de temas políticos, filosóficos e religiosos. Figura plural, defendia com desenvoltura os princípios do kardecismo, os ideais do socialismo (de viés humanitário) e – ao que tudo indica – foi filiado a uma Loja Maçônica na cidade. Durante os 16 anos em que viveu em Ponta Grossa, publicou centenas de textos voltados a difusão do kardecismo entre os ponta-grossenses. Além disso, participou ativamente da fundação da Sociedade Espírita Francisco de Assis e promoveu o II Congresso Espírita Paranaense, ambos em 1912. Porém, suas relações com figuras da vida política local nem sempre foram tranquilas. Em 1910, durante a Campanha Civilista de Rui Barbosa, foi agredido e colocado em um trem por defensores da campanha de Hermes da Fonseca, com a orientação de que não mais voltasse à cidade, ordem que não obedeceu. Por outro lado, transitou com proximidade e desenvoltura entre figuras que integravam a cúpula maçônica ponta-grossense. Em 1924 partiu para o interior de São Paulo e

e de ciências tem representantes. Ele concretiza essa liberdade de pensar que na imagem é a viga de ferro." Ele se passou do estágio pessoal para o estágio público: ele não se pertence, mas pertence aos seus ideais independentes e liberais (Diários do Campos, 02/09/1913).

Rodrigo Junior[364] aponta que Correia Defreitas recebeu a alcunha de louco por aqueles que não valorizavam seu passado de propagandista republicano, em que percorreu vários cantos do Brasil divulgando o novo regime e a sua luta pela liberdade. Louco o consideravam os que se agacharam às conveniências e fingem não reconhecer a beleza da alma simples e pura de Correia Defreitas. Louco não, mas sublime era o adjetivo que lhe cabia por se colocar sempre ao lado do povo. Primeiro na mudança de regime, agora para republicanizar a república que estava dominada pelos falsos democratas que visavam apenas o tesouro nacional, os quais podíamos medir *"a extensão de seu patriotismo pela bitola das rendosas negociatas"* que realizavam. Loucos são os que mudam diariamente de ideias. Correia Defreitas era um louco sublime que faz consistir a sua loucura no engrandecimento da pátria e no bem-estar dos seus concidadãos (O POVO, 25/02/1912).

Costa Faria[365] destaca a modéstia de Correia Defreitas que o fazia fugir quando o triunfo e a sagração dos seus esforços chegavam. Essa mesma modéstia o impulsionava na hora da luta, nos momentos angustiosos e difíceis. Intransigente ao limite que chega ao sacrifício (sem identificação).

---

passou a atuar como funcionário público naquele estado. Ver CHAVES, Niltonci Batista. O espírita socialista: Hugo dos Reis e a produção jornalística em Ponta Grossa 1908-1924. Curitiba: ANAIS do XV Encontro Regional de História, 2016. Disponível em http://www.encontro2016.pr.anpuh.org/resources/anais/45/1467913211_ARQUIVO_NiltonciBatistaChaves.pdf. Acesso em 28.janeiro.2017. O Estado do Paraná de 01/03/1925 e o Diário da Tarde de 16/08/1913.

[364] João Baptista Carvalho de Oliveira (1887-1964), conhecido como Rodrigo Junior, foi jornalista, poeta e escritor. Foi um dos fundadores da Academia Paranaense de Letras. Era membro do Centro da Mocidade Livre-Pensadora no ano de 1911. Disponível em http://www.millarch.org/artigo/dois-ensaios-lembrando-quem-foi-rodrigo-junior. Acesso em 17.janeiro.2014. APL (2011).

[365] Não foram localizados dados biográficos sobre Costa Faria.

Segundo A.Ferreira[366], Correia Defreitas crescia aos olhos dos concidadãos que o admiram devido as suas virtudes cívicas. *"Não é de hoje que a vida pública desse dedicado patrício é conhecida"* (sem identificação).

Para Avelino Lopes[367], Correia Defreitas era total devotamento ao seu ideal. Numa época em que os interesses pessoais eram mais importantes e isso conturbava os horizontes republicanos, ele não esmorecia e continuava firme com seu patriotismo e dignidade moral defendendo a verdade, a liberdade, a justiça e os direitos do povo. Assim, ele passará a posteridade e o historiador do futuro há de reunir todos seus caracteres impolutos (O PALMENSE, 03/12/1911).

"O povo o adora e lhe abre os braços", diz Sebastião Paraná[368] para quem Manoel Correia Defreitas é sempre bom e sempre grande em todas as expansões. Tem sabido sofrer a resignação dos golpes, assim como tem se mantido firme e de pé (O POVO, 25/02/1912).

Alberico Figueira[369], um dos biógrafos de Manoel Correia Defreitas, fala do homem de espírito superior e que não se abatia pelas mesquinhas intrigas da

---

[366] Não foram localizados dados biográficos sobre A. Ferreira.

[367] Francisco Avelino Lopes era professor normalista. Nomeado em 1910 para a escola de São José da Boa Vista, também atuou em Jaguariaíva e em Palmeira onde casou com Thereza de Barros Alves no ano de 1915 tendo como padrinho o coronel Ottoni Maciel. Era um dos redatores da revista do Centro Estudantil Paranaense - Palladium. Participou do Congresso Pedagógico realizado em dezembro de 1910 em Curitiba. Em 7 de janeiro de 1921, juntamente com João Alfredo Silva, fundou a Academia Paranaense do Commercio. Cursou Direito na Universidade do Paraná. Juntamente com Giglio Junior lecionou português na escola mantida pela Associação Comercial do Paraná. Era membro do Centro de Estudos Físicos Theodoro Hansmann, da Federação Espirita do Paraná, da Associação Curitibana dos Empregados no Comércio e do Centro da Mocidade Livre Pensadora no ano de 1911. Orador da Liga da Propaganda contra o Álcool e o Jogo no ano de 1913. Foi fundador do Sindicato dos Contabilistas do Paraná. Era diretor geral da prefeitura e foi prefeito de Curitiba entre janeiro e março de 1932, quando da renúncia do interventor Mário Tourinho. Foi um dos procuradores da Junta de Sanções do governo de Manoel Ribas. Em 1970 contava com 81 anos e estava residindo em Salvador. Disponível em http://www.curitiba.pr.gov.br/conteudo/relacao-dos-prefeitos-de-curitiba/4. Acesso 29.janeiro.2017. Palladium, 25/06/1909. O Estado, 08/01/1938. A República, 26/04/1930. A Escola, janeiro-março 1910. Diário da Tarde de 12/01/1903, 23/09/1905, 03/05/1911, 22/12/1909, 19/05/1909, 02/09/1909, 29/04/1910, 06/02/1915, 20/09/1915, 23/10/1918, 24/12/1931, 29/12/1931, 24/11/1970. Correio de Notícias, 21 e 22/05/1988. Pátria e Lar, janeiro-fevereiro 1913. A Notícia, 11/03/1907. Diário do Paraná, 20/03/1946. Correio do Paraná, 20/08/1932. Ao pesquisar sobre o professor Francisco Avelino Lopes deve-se cuidar para não confundir os dados biográficos com o militar Sebastião Avelino Lopes.

[368] Sobre a biografia de Sebastião Paraná ver nota 70.

[369] Sobre a biografia de Alberico Figueira ver nota 84.

politicagem que enxovalhava os melhores caracteres da nossa pátria. Seus atos de abnegação estavam sendo aplaudidos pela mocidade e sua “alma de herói” o sobreleva nos conceitos dos dignos (sem identificação).

Pelos exemplos acima percebemos que Manoel era bem relacionado e contava com um vasto círculo de amizades. Ao elencar os artigos desses amigos e admiradores de seu pai, Meuma estabeleceu a linha que procurava seguir na construção de uma representação de Manoel como um independente que seguia sua consciência, circulando em várias instituições que lhe forneceram uma rede de sociabilidades em diferentes locais de saber e de poder que lhe foram extremamente úteis durante sua trajetória política voltada à construção de uma nova realidade para a sociedade brasileira.

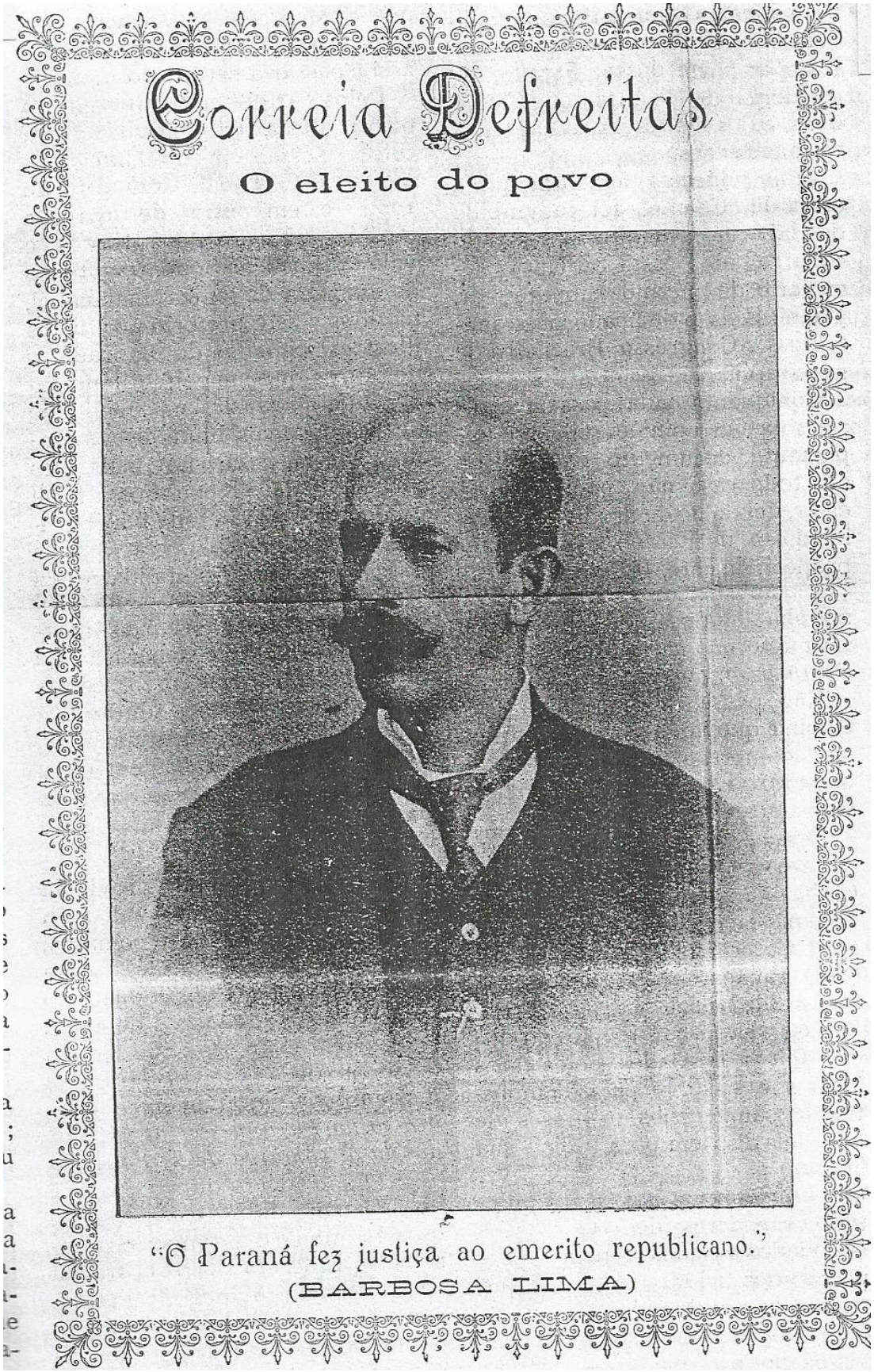
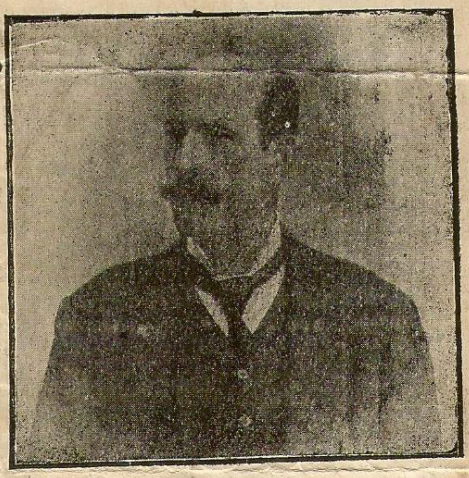


Figura 92 – Homenagem de Barbosa Lima a à Correia Defreitas pela reeleição como deputado federal pelo Paraná.
Fonte: O Povo, 25/02/1912. Caderno 1 (acervo de Ricardo Costa de Oliveira).

CONVITE

Correa Defreitas



Deve chegar hoje pelo trem da tabella o infemerato patricio

Dr. Corrêa Defreitas

dilecto filho de Paranaguá, que aquí vêm fazer uma conferencia sobre o momentoso e palpitante assumpto que tão de perto se relaciona com os interesses e futuro de nossa querida terra.

A conferencia do denodado paladino da democracia será levada a effeito hoje, á noite, na praça Fernando Amaro.

O nosso povo prepara condigna recpção ao illustre cidadão.

Paranaguá, 9 de Setembro de 1926.

A Commissão.

Figura 93 – Panfleto político referente as eleições para deputado federal pelo Paraná (1926).
Fonte: Caderno 2 (acervo de Ricardo Costa de Oliveira).

3.4 – A produção da memória através da crítica

Enchedor de linguiça, “diseur de rien”[370], rancoroso, espalhafatoso, bulhento, desordeiro, demagogo, ouriçado, escandaloso, inimigo gratuito, ódio velho, produtor de aranzel (discurso fastidioso), desorientado, distraído, louco, idiotices, pernóstico, pedante, fiteiro, mentiroso e ignorante. Esses seriam os adjetivos que aparecem na coleção que marcam o outro lado da imagem de Manoel Correia Defreitas. Diferente dos recortes de elogios e homenagens, esses não possuem assinatura, não sabemos quem os produziram mas deixa evidente a preocupação de Meuma em selecionar certos detalhes, personagens e eventos que atestam a preocupação com os diferentes discursos que circulavam sobre a imagem de seu pai.

As críticas direcionadas à pessoa de Manoel Correia Defreitas (nesses recortes da Coleção Manoel Correia Defreitas) estavam relacionadas ao fato dele não conhecer limites de tempo e nem de fronteiras regimentais quando ocupava a tribuna da Câmara. Era “surdo” às advertências fosse do presidente ou de qualquer outra pessoa. Ele precisava dar vazão a seus pensamentos, por isso a verborragia – começava a falar e não parava[371]. Não conseguia discutir um único assunto. Por exemplo, se pedia a palavra para discutir sobre o orçamento da agricultura acabava atacando ao Lauro Muller, defendia os direitos do Paraná nas questões do limite com Santa Catarina, reclamava contra a carestia dos gêneros de consumos, atacava as tarifas e ao analfabetismo, divagava sobre o socialismo, detinha-se em comparações acerca das vantagens da policultura, mostrava o perigo do alcoolismo, lia e citava autores, esmurrava a mesa, etc.

As características de sua excentricidade são ressaltadas nessas críticas à sua pessoa, mas nada que abalasse a sua imagem maior de denotado republicano. Mesmo com uma “arruela a menos”, Correia Defreitas era respeitado no campo político. Conforme Gazeta de Notícias de 5 de fevereiro de 1915:

---

[370] “diseur de rien” = pessoa que falando não exprime nada. Discurso sem sentido.

[371] O discurso mais longo de Manoel teria ocorrido na sessão da Câmara dos Deputados dia 8 de julho de 1911 e durado 5 horas e 30 minutos enquanto tratava da questão do consórcio da Lagoa Mirim com o Uruguai (A Rua, 09/07/1911).

> Correia Defreitas é um bom homem, trabalhador, sincero, digno e distraído. Com os seus cinco coletes, a sua cordialidade, as suas distrações – não há quem não estime o deputado que foi pelo Estado do Paraná.
> É impossível, porém, haver no mundo, cousa sem defeito. O senhor Correia Defreitas tem dois defeitos: o primeiro é falar muito e longamente sobre coisas sérias sem se documentar, sem previamente averiguar se está com a razão. O outro é um verdadeiro ódio no eminente Lauro Muller.

Esse artigo é uma clara defesa da pessoa de Lauro Muller por isso a acusação de que Correia Defreitas fazia ataques "rasos". Mas outras histórias folclóricas a respeito da sua pessoa dão conta de que ele andava sempre com uma mala justamente cheio de documentos e "provas" para comprovar as suas falas na tribuna dos deputados (A Rua, 09/02/1915). Correia Defreitas é um personagem que dá margem à criação dessas histórias excêntricas narradas por seus conterrâneos por possuir ideias tão opostas e díspares das que eram comuns em seu tempo.

3.5 – A produção da memória através da sátira

Uma imagem vale mais do que mil palavras? Essa é uma frase comum que estamos acostumados a ouvir. A imprensa teve um papel muito importante na implantação da república no Brasil e a imprensa humorística serviu como instrumento de crítica política e social contribuindo para a formação de uma opinião mais informada e esclarecida e para a demonstração de sua diversidade ideológica[372]. A imprensa era o mais importante instrumento de ação e o principal veículo de afirmação dos partidos nesse período da Primeira República. Eram os jornais quem marcavam a agenda política e pressionavam ou defendiam os governos, eram eles os grandes formadores da opinião pública.

[372] Um outro aspecto da importância da imprensa humorística desse período da Primeira República seria a análise da renovação da arte da caricatura e do desenho humorístico ou mesmo a introdução de novas correntes estéticas, mas esses temas não serão tratados nesse trabalho.

A caricatura e a charge são formas de linguagem artística, são imagens concebidas para “dizer” o que não é explícito, é um outro olhar, que ao focalizar o essencial extrapola, para mostrar aquilo que permanecia oculto. Estão inseridas no campo da reflexão, e não do humor, possuindo uma linguagem sofisticada que nos faz pensar. Elas conseguem, de forma quase sempre cômica e com impacto, resumir toda a essência de uma informação. Transmitem a informação com leveza e graça. O riso como sinônimo de contestação. O humor pode ser investigado por diferentes áreas de conhecimento, como por exemplo, a Sociologia pois a imagem se torna fonte de pesquisa para os costumes sociais e políticos da época em que está inserida. Por meio das imagens somos conduzidos ao cotidiano de uma época, mas somente quem possui o conhecimento sobre a ocorrência poderá entender adequadamente a mensagem contida na imagem.

Charge[373] é a representação pictórica de caráter cômico que provoca um riso, uma sátira gráfica. Um produto jornalístico, que satiriza um acontecimento real e fato específico, geralmente de caráter político e de conhecimento público. É atrelada a uma notícia e publicada na mesma época desta.

Caricatura[374] é a representação de um personagem conhecido, político ou artista. Ela dá ênfase ao exagero das características da pessoa acentuando gestos, vícios e hábitos particulares do caráter físico e moral do indivíduo, representado de forma humorística. Pelo exagero dos traços e pela síntese formal, a caricatura alarga os pontos de vistas, desloca o leitor mediante a identificação ou o estranhamento para então abrir a possibilidade de outras realidades, alteradas ou reelaboradas. Revela o absurdo no familiar e a familiaridade no que é estranho, mostrando além da imagem, além do alvo que pretende atingir. Torna exposto muitos julgamentos, mas de forma democrática, abrindo espaço para a decisão do leitor. É formadora de opinião, mas depende de uma relação de compromisso do

[373] Charge é um estilo de ilustração que tem por finalidade satirizar, por meio de uma caricatura, algum acontecimento atual com uma ou mais personagens envolvidos. A palavra é de origem francesa e significa carga, ou seja, exagera traços do caráter de alguém ou de algo para torná-lo burlesco. Mais do que um simples desenho, a charge é uma crítica político-social onde o artista expressa graficamente sua visão sobre determinadas situações cotidianas através do humor e da sátira. Para entender uma charge, não é preciso ser necessariamente uma pessoa culta, basta estar ao par do que acontece ao seu redor, pois a charge satiriza um certo fato, como ideia, acontecimento, situação ou pessoa, envolvendo principalmente casos de caráter político que seja de conhecimento do público (TEIXEIRA, 2005).

[374] Caricatura é palavra de origem italiana “caricare” que significa carregar, exagerar, aumentar algo em proporção.

leitor com a realidade, estando o autor/leitor inseridos num mesmo contexto, numa experiência cultural comum. Os caricaturistas são influenciados pelo contexto tanto quanto tentam influenciar o mesmo. Por isso, entender e interpretar caricaturas de outros tempos implica em observar atentamente o contexto em que foram produzidas. A caricatura se destina principalmente ao grande público, porque sua linguagem plástica é muito mais fácil de se apreender do que o verbal (JANOVITCH, 2006).

As caricaturas e as charges, o humor gráfico, desafiam a lógica propondo intercâmbios entre imagens e palavras. O permanente alvoroço político da Primeira República fornecia a melhor matéria-prima para a imprensa humorística, para um humor simples e direto, por vezes um pouco grosseiro, que encontrava o melhor dos ecos numa população cansada de tamanha confusão. O humorismo não vive exclusivamente em jornais satíricos e humorísticos, mas aparece também nos diários noticiosos e políticos, pois toda a imprensa toma consciência da importância de ter desenhos humorísticos, caricaturas e charges em suas páginas (LUSTOSA, 2011).

Os caricaturistas registraram os momentos mais importantes da implantação republicana. Suas imagens reunidas retratam as articulações partidárias da política local e do país. A nós, resta descobrir o contexto em que foram elaboradas e a indignação diante da abordagem de determinados assuntos. A caricatura política tem por alvo não o achincalhamento do indivíduo, mas o ataque ao sistema, a sátira política. As caricaturas e as charges têm uma carga opinativa, pois ao fazer chacota de algum assunto, estão se posicionando diante dele. Assim como, também ao representar certos personagens locais, como os políticos, muitas vezes o homenageiam.

Os primeiros anos da república foram tempos difíceis e a austeridade que caracteriza a vida político-administrativa não inspirava tiradas críticas e jocosas. As limitações impostas à imprensa diária se estenderam e se intensificaram para os periódicos de ilustrações caricaturais[375]. A normalização política do país é alcançada no governo de Campos Salles (1898-1902) e iria constituir um forte

[375] A charge pode ter um alcance maior do que um editorial, e como desenho crítico, é temida pelas pessoas com poder. Por isso que quando se estabelece censura em algum país, a charge pode ser o primeiro alvo dos censores.

incentivo para o ressurgimento da caricatura. O país vivia um período de estabilidade política, financeira e social, graças à austeridade e prudência dos primeiros presidentes republicanos e nesse período surgem no Rio de Janeiro os seguintes periódicos humorísticos: Revista da Semana (1900)[376], O Malho (1902)[377], Fon-Fon (1907)[378] e Careta (1908)[379].

Esse clima também envolve Curitiba onde aparecem os seguintes periódicos: Guarany, Fanfarra, Caras e Carrancas (1902) e Pierrot (1904). Todos de curta existência. O grande momento da caricatura paranaense é o ano de 1907 quando são lançados os periódicos O Olho da Rua (13/04/1907 a 1911) e A Carga (01/08/1907). Depois segue-se A Rolha (1908), Troças e Traços (1908)[380], Paraná Moderno (novembro 1910)[381], A Bomba (12/06/1913 - único ano de circulação), Revista do Povo (21/10/1916) e O Garoto (1916)[382]. O Olho da Rua, revista de

[376] Revista da Semana circulou de 1900 a 1959 e foi fundada por Alvaro de Tefé com a ajuda de Medeiros e Albuquerque e Raul Pederneiras. Foi a primeira revista ilustrada a utilizar fotografias em suas páginas (TEIXEIRA, 2007, p.84).

[377] O Malho circulou de 1902 a 1954 e foi fundada por Luís Bartolomeu. Teve pequena interrupção durante a Revolução de 30 por sua oposição aos candidatos da Aliança Liberal. Por suas páginas passaram praticamente todos os chargistas da Primeira República. A partir de 1918 passou a ser dirigida por J.Carlos e Alvaro Moreyra. Foi a mais importante revista de crítica política de seu tempo (TEIXEIRA, 2007, p.84).

[378] Fon-Fon circulou de 1907 a 1958 e foi fundada em plena euforia da belle-époque e seu nome homenageia os fords-bigodes que começaram a percorrer a recém-inaugurada Avenida Central. Seu nome é uma alusão ao barulho produzido pela buzina dos automóveis. Considerada legítima representante do movimento simbolista tinha mais cunho literário do que chargista e foi grande divulgadora da arte da fotografia que no início da república dava os primeiros passos (TEIXEIRA, 2007, p.83).

[379] Careta circulou de 1908 a 1960 e foi fundada por Jorge Schmidt reunindo alguns dos maiores chargistas da Primeira República. Dotada de excelente padrão gráfico a revista se caracterizou pela capa colorida sempre com charges de crítica política (TEIXEIRA, 2007, p.83).

[380] Livro com texto de Euclides Bandeira e ilustrações de Mario de Barros que focaliza e satiriza ângulos típicos da vida curitibana e retrata pessoas de projeção na cidade (as ilustrações tem mais sabor que o texto).

[381] Com direção de Jayme Reis e Romário Martins. Mario de Barros faz pequenos perfis em silhueta das principais figuras políticas da época.

[382] Jornal humorístico cuja quase todas as ilustrações se inspiraram no acontecimento do acordo de limites entre Paraná e Santa Catarina.

caricaturas, ilustrada por Mário de Barros[383], marcou o apogeu do desenho humorístico em Curitiba.

Pelo humor e pela sátira, as pessoas se identificam, ao mesmo tempo que pelo estranhamento do cômico, reelaboram seus conceitos e suas posturas na sociedade. A imprensa humorística possibilita a ponte entre o espaço público e o privado, a rua e a política, e a intimidade dos lares, a reflexão individual, convidando à participação da vida lá fora. As charges da Primeira República têm pouca semelhança com as linguagens gráficas contemporâneas. Nesse período as imagens em geral não eram utilizadas no cotidiano para informar e divulgar a política. A fotografia mal dava os primeiros passos nos jornais e revistas da época. De modo geral a sociedade ainda não havia descoberto a potencialidade da narrativa das imagens, não supunham que ela pudesse por si só nomear seu conteúdo, por isso era comum as charges virem acompanhadas de textos verbais, as vezes longos, monótonos e prolixos que tinham a tarefa de explicar seu conteúdo dizendo aquilo que se supunha que seu traço não pudesse evidenciar. O texto verbal funcionava como suporte doador de sentido e significado à sua narrativa visual. A ilustração abaixo destaca que as emendas apresentadas pelo deputado paranaense Manoel Correia Defreitas na Câmara dos Deputados eram de “cabo de esquadra”, ou seja, primava pela boçalidade, pelo cúmulo da ignorância e pedantismo, pois essas emendas aos projetos de orçamento visariam ajudar seus parentes e não atender as demandas públicas, por isso o deputado era esperto como Alho[384]. Além disso, há o fato do deputado apresentar tantas emendas que os senhores do diálogo tiveram que precisar de qual das propostas estavam falando. Outra crítica presente é que o povo sustentava os deputados e

[383] Herônio e Sá Christão eram os pseudônimos de Mário de Barros, um dos caricaturistas mais importantes do período. Nasceu em 1879, em Jaú, no estado de São Paulo e mudou-se para o Paraná, com o advento da República. Estudou na Escola de Belas Artes, sob a supervisão de Mariano de Lima, estudando desenho e técnicas de gravura. Entre seus colegas estavam João Turim, Zaco Paraná, Aureliano Silveira, que marcaram a arte paranaense. Foi funcionário público nos Correios e Telégrafos e professor de desenho do Ginásio Paranaense. A sagacidade de suas charges políticas e seu sarcasmo anticlerical destaca-se pelo traço aprimorado. Foi colaborador de *O Olho da Rua, A Carga, O sapo, Paraná Moderno, A Bomba,* entre outras revistas. Muitas vezes usou o pseudônimo de Sá Christão, especialmente quando seus alvos eram os padres (CARNEIRO, 1975, p. 43-44).

[384] A expressão “esperto como um alho” surgiu com Afonso Martins Alho, um mercador do Porto do século XIV que foi enviado a Londres com o objetivo de negociar e firmar o primeiro tratado anglo-luso. Os resultados desta negociação foram tão bons que rapidamente o nome Alho virou sinônimo de esperteza porque tal era a fama do dito mercador ancorado no bom tratado conseguido. Assim deve dizer-se esperto como o Alho e não esperto como um alho.

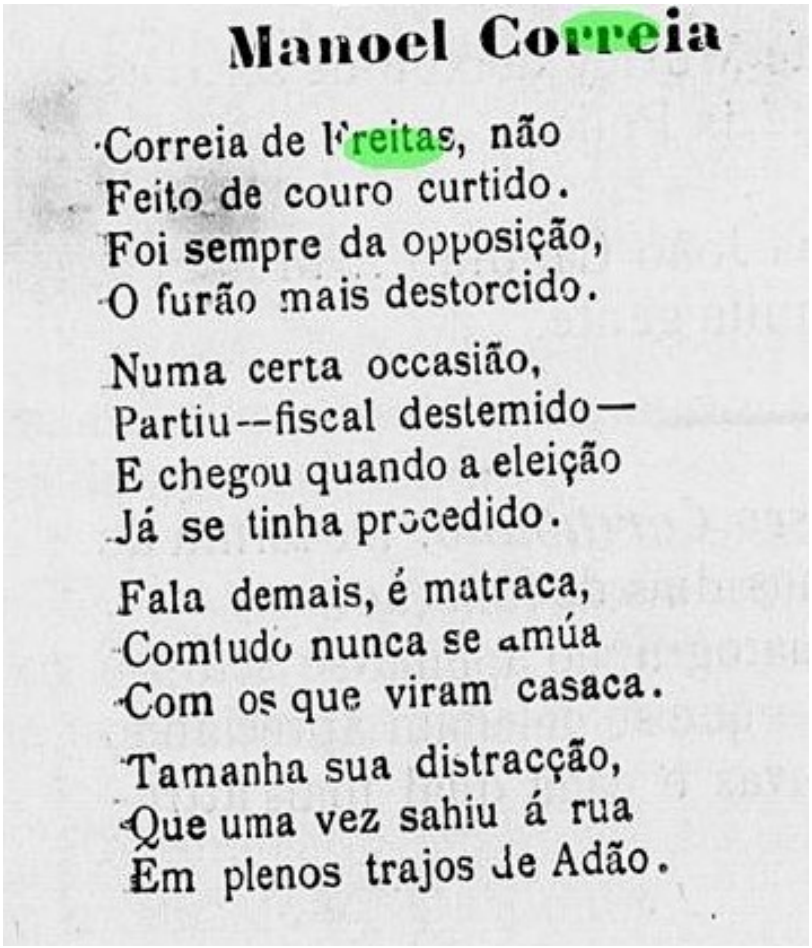
entre esses haviam os que tinham “defeito na bola”, como o Correia Defreitas, e que, portanto, não teriam grande utilidade em suas funções (figura 94).



Figura 94 – Emendas de cabo de esquadra/ anedota envolvendo Manoel Correia Defreitas
Fonte: O Malho, 31/12/1910

Com o amadurecimento da charge e dos meios de comunicação, o texto verbal vai aos poucos perdendo a importância como suporte para as significações, tornando-se dispensável. Por toda a república velha foi através das charges veiculadas nas revistas ilustradas, que uniam traço de humor mais a informação política, que circulou a opinião dos mais cultos a respeito de fatos e personagens políticos, sem a aborrecida e verborrágica sisudez dos jornais diários.

Selecionamos alguns recortes (anedotas, charges e caricaturas) que satirizam Manoel Correia Defreitas na sua atuação como deputado federal pelo Paraná. Esse material tem que ser entendido dentro do contexto da implantação da república marcado pela decepção e pela falta de envolvimento popular no processo da proclamação, pelo desgosto da república materializada. Tentou-se criar um imaginário republicano, mas esse perdeu-se com a ausência do envolvimento popular abrindo espaço para a crítica e a denúncia. Nepotismo, gastos excessivos, corrupção, filiações partidárias – questões que ainda hoje fazem parte do meio político brasileiro já eram temas de debates e discussões na imprensa humorística do início do século XX. As anedotas, caricaturas e charges são marcadas por assuntos relacionados ao cotidiano e a política, mostrando fragmentos das redes de relações entre Manoel Correia Defreitas e sua tumultuada convivência com o poder assumindo-se como deputado da oposição. Ressaltamos que as caricaturas estão abertas a inúmeras leituras e aqui apontaremos algumas possíveis interpretações dos elementos levantados. É apenas uma interpretação entre as tantas possíveis que esse tipo de material permite.



Manoel Correia

Correia de Defreitas, não
Feito de couro curtido.
Foi sempre da opposição,
O furão mais destorcido.

Numa certa occasião,
Partiu--fiscal destemido—
E chegou quando a eleição
Já se tinha procedido.

Fala demais, é matraca,
Comtudo nunca se amúa
Com os que viram casaca.

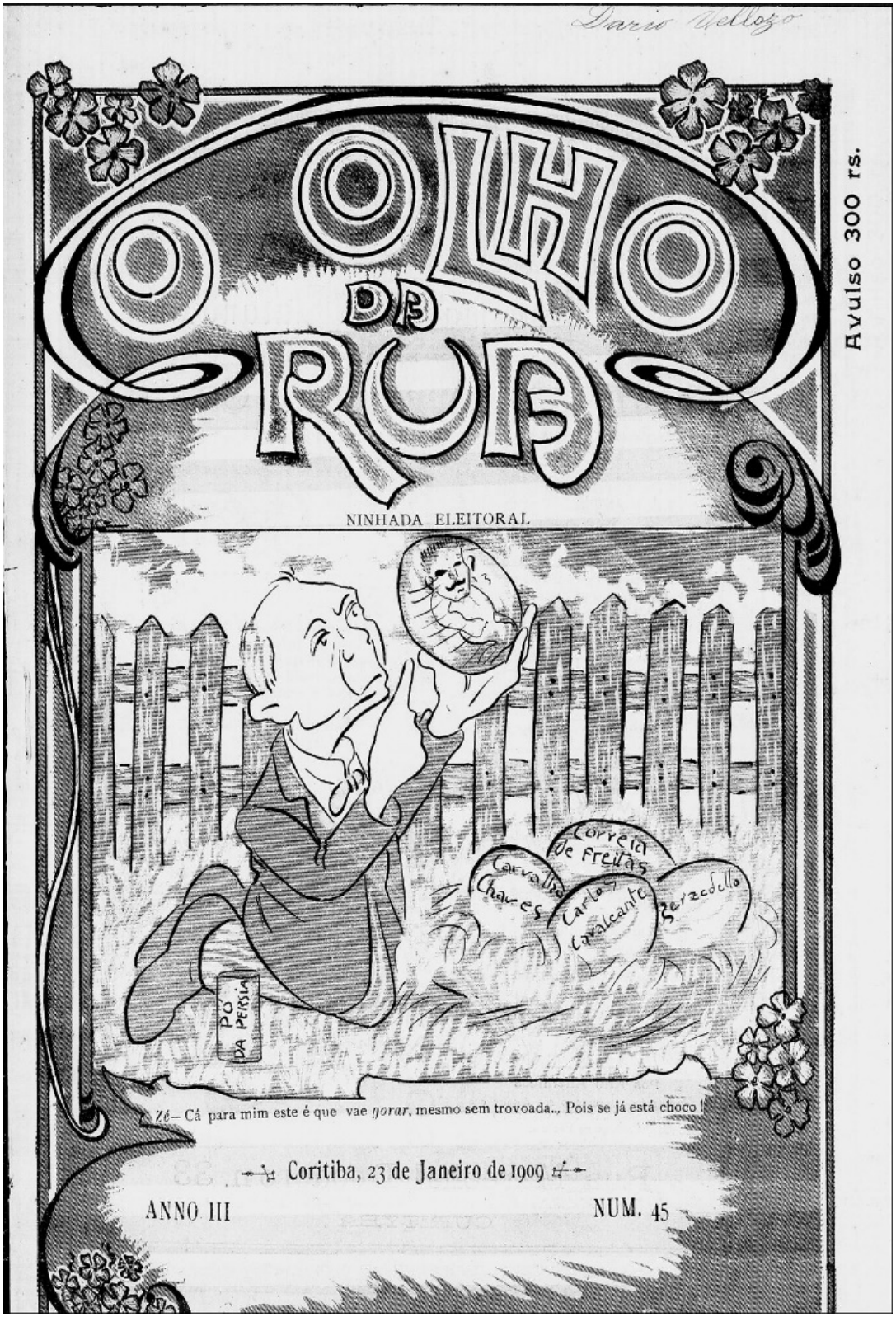
Tamanha sua distracção,
Que uma vez sahiu á rua
Em plenos trajos de Adão.

Figura 95 – Versos para Manoel Correia
Fonte: O Olho da Rua, 15/02/1908

Os versos da figura 95 se referem a vários momentos da vida de Correia Defreitas. A primeira estrofe faz referência ao fato dele ser da oposição e ser considerado firme na sua posição, uma verticalidade inabalável. Um furão, um sujeito ativo. A segunda estrofe faz referência a sua candidatura ao senado em 1895 quando saiu de Antonina em direção a Paranaguá no dia da eleição, mas chegou atrasado escapando de uma emboscada. A terceira estrofe destaca sua capacidade de eloquência. Todos seus discursos eram longos e tratavam de vários assuntos. Ele procurava responder a todas as questões, até mesmo os dos deputados da situação. Finaliza falando de uma das principais características de sua personalidade: a distração que tantas vezes o colocou em situações embaraçosas.

Correia Defreitas foi um dos republicanos paranaenses mais exaltados de sua época, e ao mesmo tempo caracterizado como um homem que *"viveu em voluntário ostracismo, pobre e sem posições políticas"* (NEGRÃO, 1928, p. 392). Cabe problematizar essa imagem construída da sua trajetória, afinal esteve inserido nas redes de interdependência de figuras políticas do alto escalão da propaganda republicana e chegou a ocupar algumas posições de destaque como, por exemplo, quando foi nomeado superintendente de terras e colonização do Paraná em dezembro de 1889 e agente do Lloyd Brazileiro em Antuerpia/Bélgica em 1919. A ideia desse "desterro voluntário" vivido por Correia Defreitas está vinculado a certas tomadas de posições ideológicas resultantes de seus discursos e suas práticas políticas que batiam de frente com as elites dominantes que comandavam o Paraná, o que o manteve afastado de posições formais nas estruturas de poder.

As principais temáticas que se desenvolvem em torno da figura de Manoel Correia Defreitas ocorreram durante a sua atuação como deputado federal pelo Paraná entre os anos de 1909 e 1914 e se referem as suas campanhas eleitorais (figura 96), aos seus projetos de lei apresentados na Câmara dos Deputados (figuras 105, 106, 107, 108, 109 e 118), aos seus discursos longos (figuras 102, 103 e 104), a sua fama de esquecido e desorientado (figura 101) e a sua posição como deputado da oposição marcado pela sua verticalidade e retidão perante os principais assuntos da época (figuras 98, 99 e 100). A coleção de Manoel, referente aos recortes que o satirizavam tratam das campanhas eleitorais. A maior parte da imprensa paranaense considerava Correia Defreitas como uma criatura interessante, um talento vivo, com cultura variada e coração admirável.



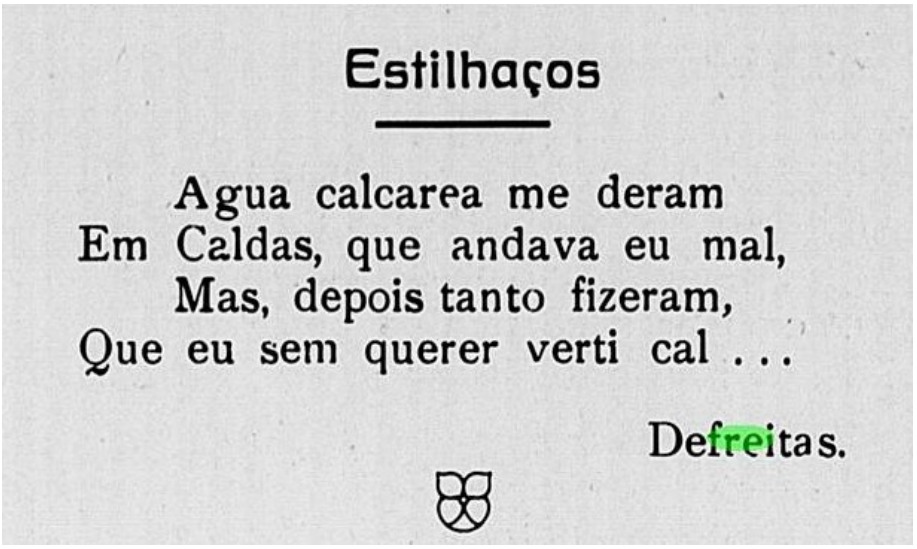
- Zé: Cá para mim este é que vai gorar, mesmo sem trovoada ... Pois se já está choco!

Figura 96 – Campanha eleitoral para deputado federal nas eleições de 1909
Fonte: O Olho da Rua, 23/01/1909

Referente a candidatura de Correia Defreitas como deputado federal pelo Paraná. Entre a "ninhada eleitoral" seu nome aparece entre os de Carvalho Chaves, Carlos Cavalcanti e Serzedello. Nas eleições realizadas dia 31 de janeiro de 1909 concorreram na chapa da Coligação Republicana Correia Defreitas, Carvalho de Chaves, Lamenha Lins e Carlos Cavalcanti, todos eleitos. Na chapa da oposição estavam João Menezes Doria, Leôncio Correia e Randolpho Serzedello.

Na ilustração o Zé do Povo segura um ovo na mão colocando-o contra a luz e o considera "choco mesmo sem trovoada" fazendo aqui referência a crença popular de que a claridade e o barulho dos trovões, podem fazer as fêmeas saírem do ninho, voltando só pela manhã. Com isso, os ovos ficam sem o calor necessário e goram. No caso, a imagem que aparece dentro desse ovo é a de João Cândido Ferreira, o vice-presidente do Paraná que assumiu o poder executivo estadual após a morte do então presidente do Estado Vicente Machado, mas que sofreu um processo de oposição dos rivais vicentinos que o tiraram do governo.
Aos pés do Zé do Povo vemos um frasco de pó da Pérsia (piretro), inseticida natural obtido da trituração do crisântemo e utilizado para combater insetos. No caso, para manter afastado os membros que faziam oposição à Coligação Republicana Paranaense.

Outro tema abordado é sobre a sua verticalidade e retidão (figura 97): Manoel Correia Defreitas sempre foi conhecido por sua posição de oposição perante a oligarquia da política paranaense. Não se submetia a partidos políticos, votava de acordo com sua consciência. Sempre foi um ardoroso defensor dos direitos do mais desfavorecidos e dos direitos do Paraná quando da questão de limites com Santa Catarina.

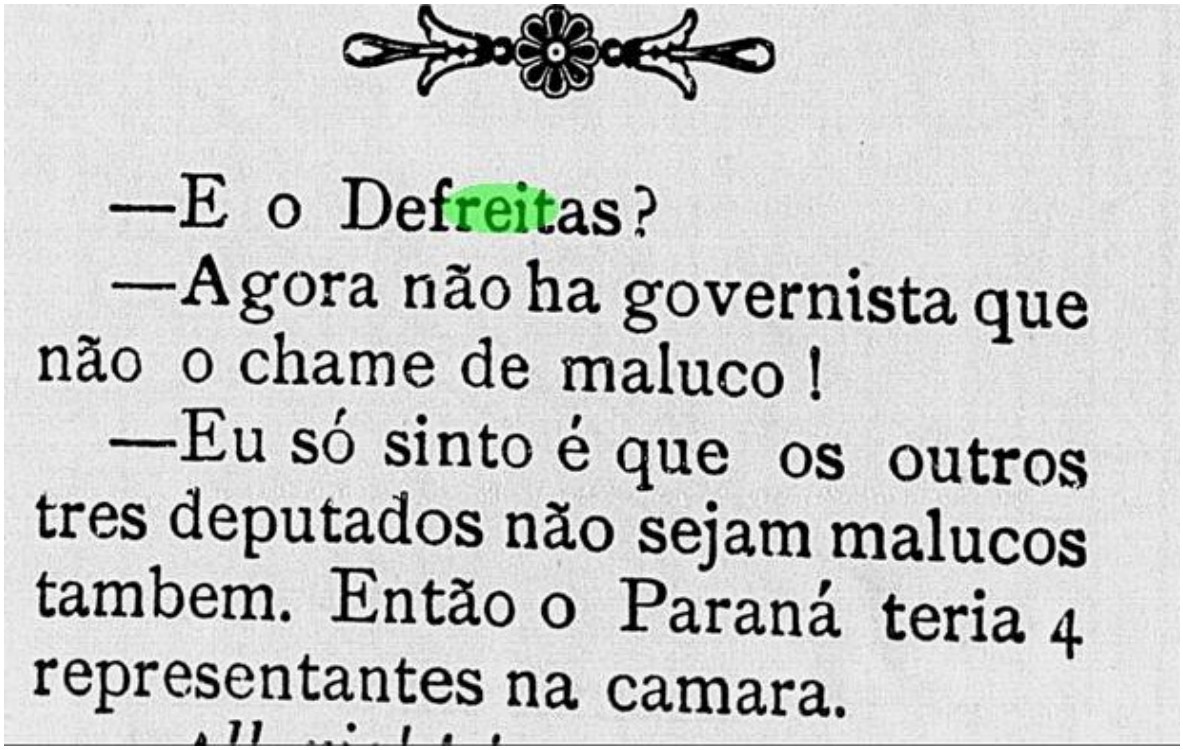

Estilhaços

Agua calcarea me deram
Em Caldas, que andava eu mal,
Mas, depois tanto fizeram,
Que eu sem querer verti cal . . .

Defreitas.

Figura 97 – Estilhaços, versos para Correia Defreitas
Fonte: A BOMBA, 30/08/1913

Ao ser eleito pela primeira vez deputado federal, em 1909, Correia Defreitas já contava com 58 anos. Na imprensa é constante a publicação de notas informando sobre seu estado de saúde e tratamento. Entre as opções de tratamento ele costumava ir para as termas de Poços de Caldas/MG.



—E o Defreitas?

—Agora não ha governista que não o chame de maluco!

—Eu só sinto é que os outros tres deputados não sejam malucos tambem. Então o Paraná teria 4 representantes na camara.

Figura 98 – Anedota referente a Correia Defreitas (O Olho da Rua, 19/06/1909)

Correia Defreitas foi eleito pelo terço da minoria e era considerado excêntrico em suas ideias, por isso a adjetivação de maluco pelos governistas. Nessa legislatura (1909-1910) os outros deputados da bancada paranaense eram Antonio Augusto de Carvalho Chaves (potiguar), Bento José Lamenha Lins (pernambucano) e Carlos Cavalcanti de Albuquerque (carioca). O único paranaense era Manoel Correia Defreitas.

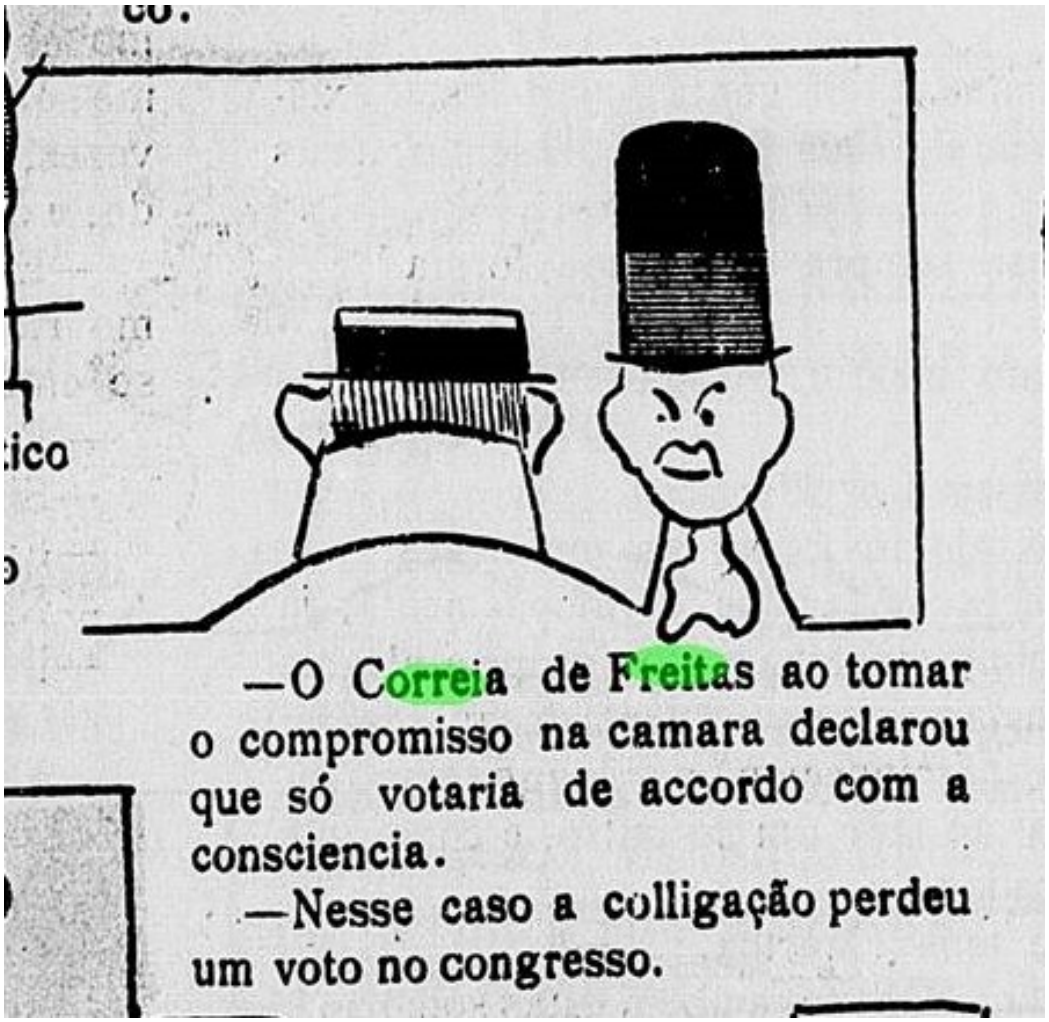


Figura 99 – Anedota referente a Correia Defreitas
Fonte: O Olho da Rua, 05/06/1909

Para a legislatura 1909-1910 Correia Defreitas foi eleito pela chapa da Coligação Republicana. Em seu discurso de posse na Câmara dos Deputados dia 5 de junho de 1909 declarou que iria votar de acordo com sua consciência e não conforme orientação partidária.



- Correia Defreitas: Assim é que eu entendo saber exercer alta função de representante do Paraná!

Figura 100 – Caricatura referente a posse de Manoel Correia Defreitas como deputado federal pelo Paraná

Fonte: O Olho da Rua, 19/06/1909

Correia Defreitas está com um tacape na mão direita e com a mão esquerda aponta os elementos da política que ele derrubou ao ter enfim seu diploma reconhecido e assumido como deputado federal pelo Paraná. O Zé do Povo está olhando assustado para a cena onde aparecem esses elementos caídos por terra: arranjos, mamata, bendego, oligarquia, politicagem, 3º escrutínio, etc.

No dia 5 de junho de 1909 em seu discurso de posse na Câmara dos Deputados, Correia Defreitas acaba sua intervenção declarando: "ABAIXO O TERCEIRO ESCRUTINIO! ABAIXO A POLITICAGEM! ABAIXO AS OLIGARQUIAS! VIVA A VERDADEIRA REPÚBLICA SOCIAL!". Essa charge é uma referência a sua posse na Câmara dos Deputados e ao seu discurso.

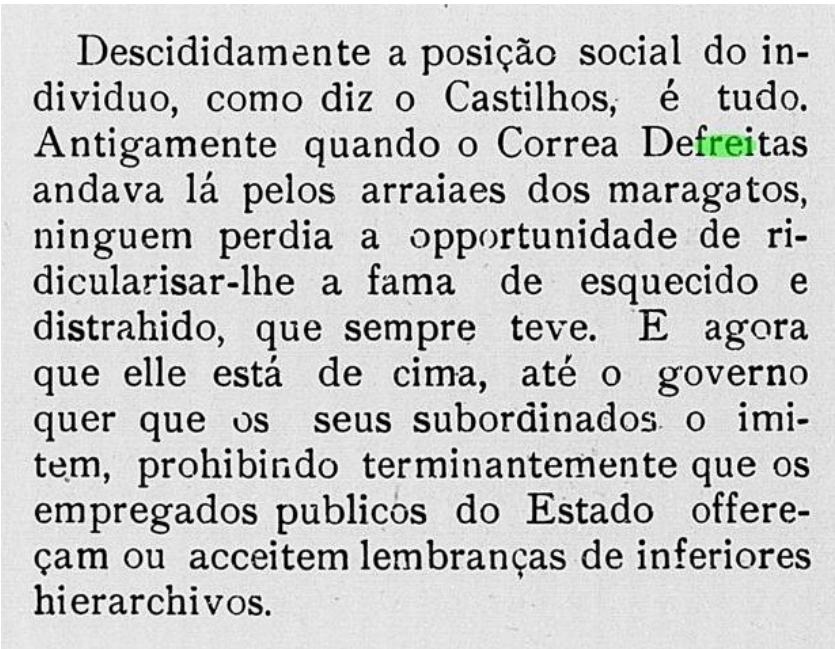
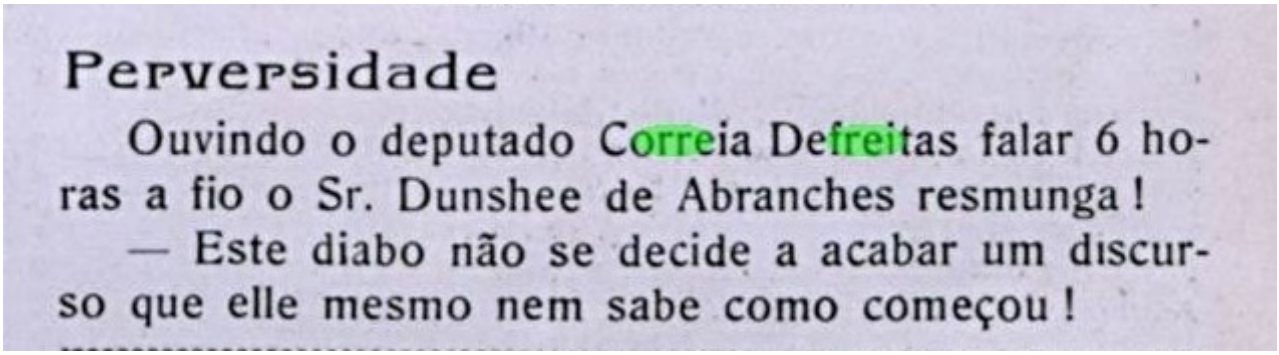

Descididamente a posição social do individuo, como diz o Castilhos, é tudo. Antigamente quando o Correa Defreitas andava lá pelos arraiaes dos maragatos, ninguem perdia a opportunidade de ridicularisar-lhe a fama de esquecido e distrahido, que sempre teve. E agora que elle está de cima, até o governo quer que os seus subordinados o imitem, prohibindo terminantemente que os empregados publicos do Estado offereçam ou acceitem lembranças de inferiores hierarchivos.

Figura 101 – Anedota referente a Manoel Correia de Freitas
Fonte: A Bomba, 10/09/1913

Faz referência a declaração de Júlio de Castilhos, positivista que acreditava que o indivíduo passava por diferentes posições sociais numa linha evolutiva onde a família era a unidade fundamental da sociedade. Pega o caso de Correia Defreitas como exemplo, quando ele estava na oposição (campo dos maragatos) era ridicularizado e agora que havia sido eleito (pela chapa da Coligação Republicana que uniu maragatos e pica-paus no Paraná) havia virado exemplo de conduta a ser seguido, pois não deixava se corromper com ofertas, propinas.

Discursos longos, eloquência, outro tema preferido da imprensa com relação ao Manoel Correia Defreitas. Realizava longos discursos, fazendo longas referências sobre os mais variados assuntos.


Perversidade

Ouvindo o deputado Correia Defreitas falar 6 horas a fio o Sr. Dunshee de Abranches resmunga!

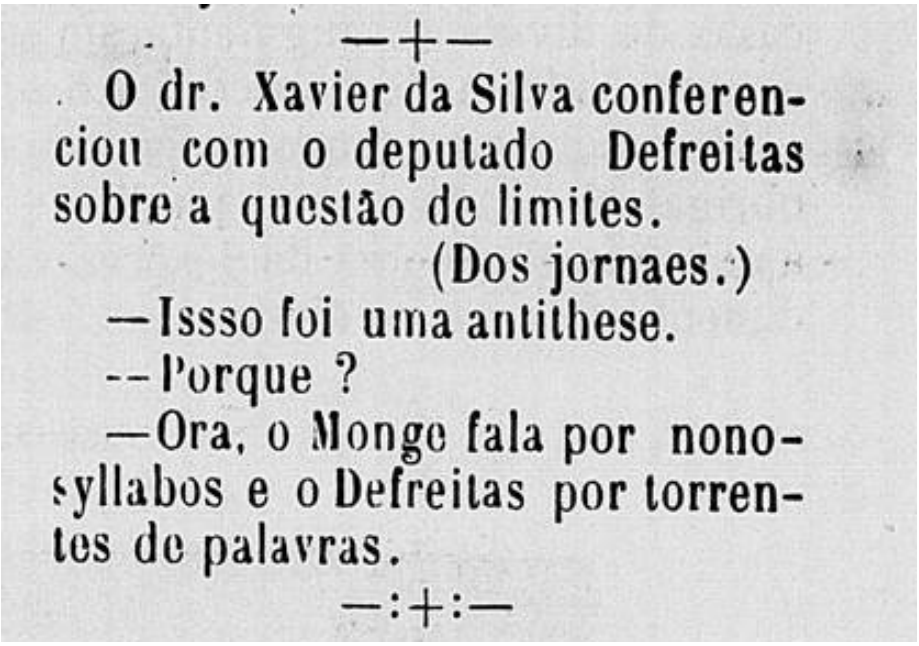
— Este diabo não se decide a acabar um discurso que elle mesmo nem sabe como começou!

Figura 102 – Perversidade (nota referente a Correia Defreitas)
Fonte: CARETA,08/01/1910



Figura 103 – Os Corrêas, charge referente a Manoel Correia Defreitas
Fonte: O Malho, 12/06/190

Referente ao discurso da estreia de Manoel Correia Defreitas como deputado federal pelo Paraná na Câmara dos Deputados dia 5 de junho de 1909. Com referência a sua capacidade de eloquência é comparado a outro Manoel, do qual parecia ser sua lente, ou seja, professor. Manoel Corrêa da Silva, conhecido como orador do povo, era um "meetingueiro", um orador popular do Largo São Francisco no Rio de Janeiro. Foi preso diversas vezes por ser "agitador das massas". Era vice-presidente da Liga Evolucionista Carioca e foi candidato a deputado federal em 1909 (A NOTÍCIA, 25/01/1909. O MALHO de 06/02/1909 e 22/11/1913).



—+—

O dr. Xavier da Silva conferenciou com o deputado Defreitas sobre a questão de limites.

(Dos jornaes.)

—Issso foi uma antithese.

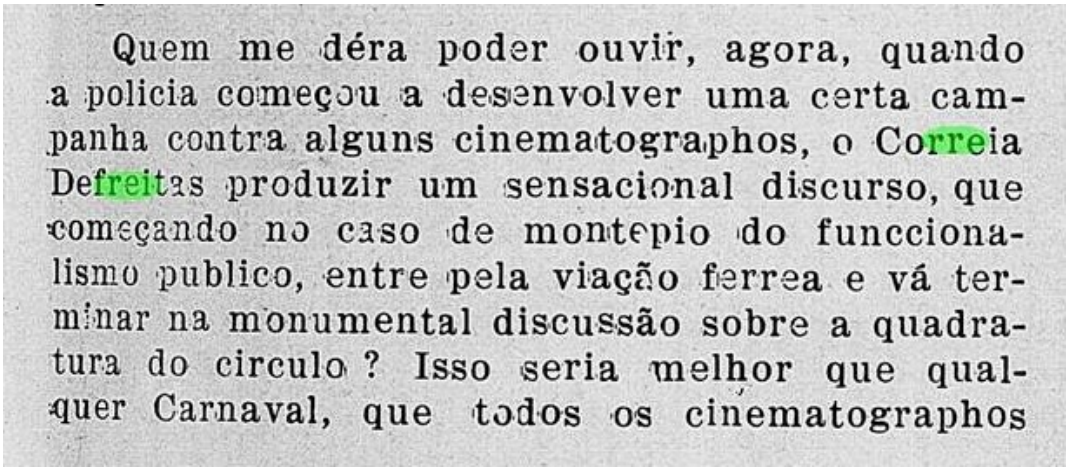
--Porque ?

—Ora, o Monge fala por nonosyllabos e o Defreitas por torrentes de palavras.

—:+:—

Figura 104 – Encontro entre Xavier da Silva e Manoel Correia Defreitas
Fonte: O Olho da Rua, 27/05/1911

Referente ao encontro entre o presidente do Estado do Paraná, Francisco Xavier da Silva também conhecido pela alcunha de O Monge, e de Manoel Correia Defreitas. É destacado o contraste entre a eloquência de Correia Defreitas e a sucintez de Xavier da Silva.



Quem me déra poder ouvir, agora, quando a policia começou a desenvolver uma certa campanha contra alguns cinematographos, o Correia Defreitas produzir um sensacional discurso, que começando no caso de montepio do funccionalismo publico, entre pela viação ferrea e vá terminar na monumental discussão sobre a quadratura do circulo ? Isso seria melhor que qualquer Carnaval, que todos os cinematographos

Figura 105 – Anedota referente aos discursos longos e prolixos de Correia Defreitas
Fonte: Revista da Semana, 01/02/1913

A imprensa também chamava Manoel Correia Defreitas de “enchedor de linguiça” (O Paiz, 19/05/1913) pois para tratar de um assunto específico ele dava “uma volta enorme”, começava falando de vários assuntos e muitas vezes acabava o tempo na tribuna e ele não havia tratado do assunto para o qual havia se inscrito.

Os projetos de lei apresentados por Manoel Correia Defreitas sempre renderam várias reportagens de humor. Ele era conhecido por suas ideias ditas “socialistas” e enfrentou uma séria oposição na Câmara dos Deputados quando da apresentação de suas propostas de lei (figuras 106 e 118).



Figura 106 – Ameaça conjurada: referente projeto de lei para mandato de 9 anos para os deputados federais
Fonte: O Malho, 06/01/1912

No final do ano de 1911 Correia Defreitas apresentou na Câmara dos Deputados um projeto de lei aumentando de 2 para 9 anos o mandato dos deputados federais. Esse projeto foi julgado no mesmo dia da sua apresentação e considerado objeto de deliberação por ser manifestamente inconstitucional. Foi a primeira vez que um projeto de lei foi julgado no mesmo dia da sua apresentação. Por isso da figura de Manoel, na presente charge, estar de cabeça para baixo, dando uma “cabeçada”. Nos dizeres da caricatura menciona-se o exame de sanidade que os candidatos a deputados deveriam se submeter. Esse era um outro projeto de lei em trâmite na Câmara dos Deputados e o qual Correia Defreitas apoiava. Nesse caso, ressaltam que se esse projeto de exame de sanidade já estivesse em vigor, Correia Defreitas não estaria na Câmara dos Deputados, pois esse seu projeto de lei aumentando o tempo de legislatura dos deputados federais era um exemplo de sandice.

O Sr. deputado Correia Defreitas vae apresentar á Camara um projecto mandando proceder a exame das faculdades mentaes em cada candidato diplomado, antes de se proceder ao reconhecimento. S. Ex. não voltará na outra legislatura.

Figura 107 - Referente ao exame de sanidade mental que os candidatos a deputado federal deveriam se submeter
Fonte: CARETA, 12/10/1912

Menção de que o "feitiço virá contra o feiticeiro", pois ao apresentar o projeto de exame de sanidade mental que os candidatos eleitos deveriam se submeter antes de assumirem seus cargos, ele iria ficar de fora do Congresso uma vez que era considerado distraído, lunático e "com uma arruela a menos".



Manifestação de apreço ao deputado Manoel Corrêa de Freitas.

Figura 108 - Referente ao projeto de lei de proteção às aves e aos animais
Fonte: O Olho da Rua, 16/05/1908

Para Queluz (2011, p. 88) a charge acima representa a animalização do povo. Temos o político (Manoel Correia Defreitas) agradecendo ao público. O público é representando por vários animais: o cachorro (domesticado e fiel), o pato (vítima de engodos e que paga pelo erro dos outros), o porco (que devora e engole tudo o que se apresenta), o carneiro (passivo e obediente), os burros (símbolo da ignorância), o jacaré (símbolo ocidental da duplicidade e hipocrisia), o papagaio (que traz ao bico a "mensagem", aquela que se repete e se repete automaticamente, sem reflexão, como o próprio discurso dos políticos) e o gato (em posição de recuo e que dirige seu olhar não para o deputado mas para o leitor, que talvez seja também escaldado. O gato é o símbolo da sagacidade, de reflexão, de engenhosidade). Mas a referência principal dessa charge é sobre o projeto de lei apresentado por Manoel Correia Defreitas no Congresso Legislativo do Paraná em 20 de abril de 1908 que proibia a caça de quadrupedes e aves durante a época de procriação (entre setembro e março de cada ano) e vedava a pesca de peixes por meio de arrastão de malha miúda, de peneiras ou paris, de dinamite e outros explosivos, do emprego do timbó e de qualquer outro tóxico. A imprensa começa a considerar Manoel o "defensor dos animais e das aves", o "amigo dos passarinhos", sempre num tom sarcástico. Em 1905 ele já havia criado a Sociedade Protetora dos Animais em Curitiba e depois, durante o período em que vai atuar como membro da Sociedade Nacional Agrícola, ajuda a fundar outras sociedades protetoras dos animais e de aves pelo Brasil.

A legenda "Manifestação de apreço ao deputado Manoel Corrêa de Freitas" refere-se a sua militância em defesa dos animais, o que demonstra uma certa visão antecipada do que hoje chamamos de equilíbrio ecológico, sustentabilidade e direitos dos animais. No início do século XX falar em direito dos animais era entendido como algo extravagante, no contexto atual, a expressão já é considerada uma realidade que enfrenta muita resistência. Ainda com referência a esse projeto de lei foi publicada a anedota abaixo satirizando também os apoiadores dessa proposta. Não conseguimos identificar todos os nomes apontados, mas Matungo (cavalo velho e inútil) seria Generoso Marques; Pessoa seria Benjamim Pessoa. Outros são citados por possuírem nomes de animais em seus nomes próprios como o poeta Coelho Neto, o professor Lindolfo Rocha Pombo e o militar Norberto de Amorim Bezerra.

Mensagem

EX.mo SR.

Os abaixo assignados immensamente gratos pela attitude que assumistes na nossa casa legislativa deffendendo e estendendo aza caridosa sobre essa parcella immensa de seres viventes, com o vosso circumspecto projecto de protecção aos animaesinhos, vêm por este meio vos trazer respeitosos as mais sinceras e inequivocas provas do seo eterno reconhecimento.

Ao muito illustre, muito humanitario e muito digno representante do povo no Congresso Legislativo do Estado, snr. Manoel Correia de Freitas.

Coritiba, 2 de Maio de 1908.

Boi-vacca
Matungo (Generoso)
Tigre-vivo
Casemiro *Lobo*
José *Paca*
Constante *Pinto*
Dr. *Leão*
Joaquim *Rouxinol*
Juca *Gambá*
Coelho Netto.
José *Maitaca*
Antonio *Raposo*
Porco Sabio (Correia)
Lindolpho *Pombo* (*)
Joaqaim *Gato*
João *Papagaio*
Joaquim *Carneiro*
Florido *Cordeiro*
T. de Freitas (Camellão)
Piolho Trinca
Tatú (as rabos)
Amorim *Bezerra*
Manoel *Capivara*
Sebastião *Grillo*
Constantino *Mosca*
Pessoa, por si e pelos seos trinta protegidos.

(*) Com restricção na parte engrossativa.

Figura 109 – Mensagem relativa ao projeto de lei referente a proteção das aves e animais presentando por Correia Defreitas
Fonte: O Olho da Rua, 16/05/1908

O tema esquecido e desorientado reforçava a excentricidade da personalidade de Manoel Correia Defreitas (figuras 110, 111, 112, 113, 114, 115 e 116).

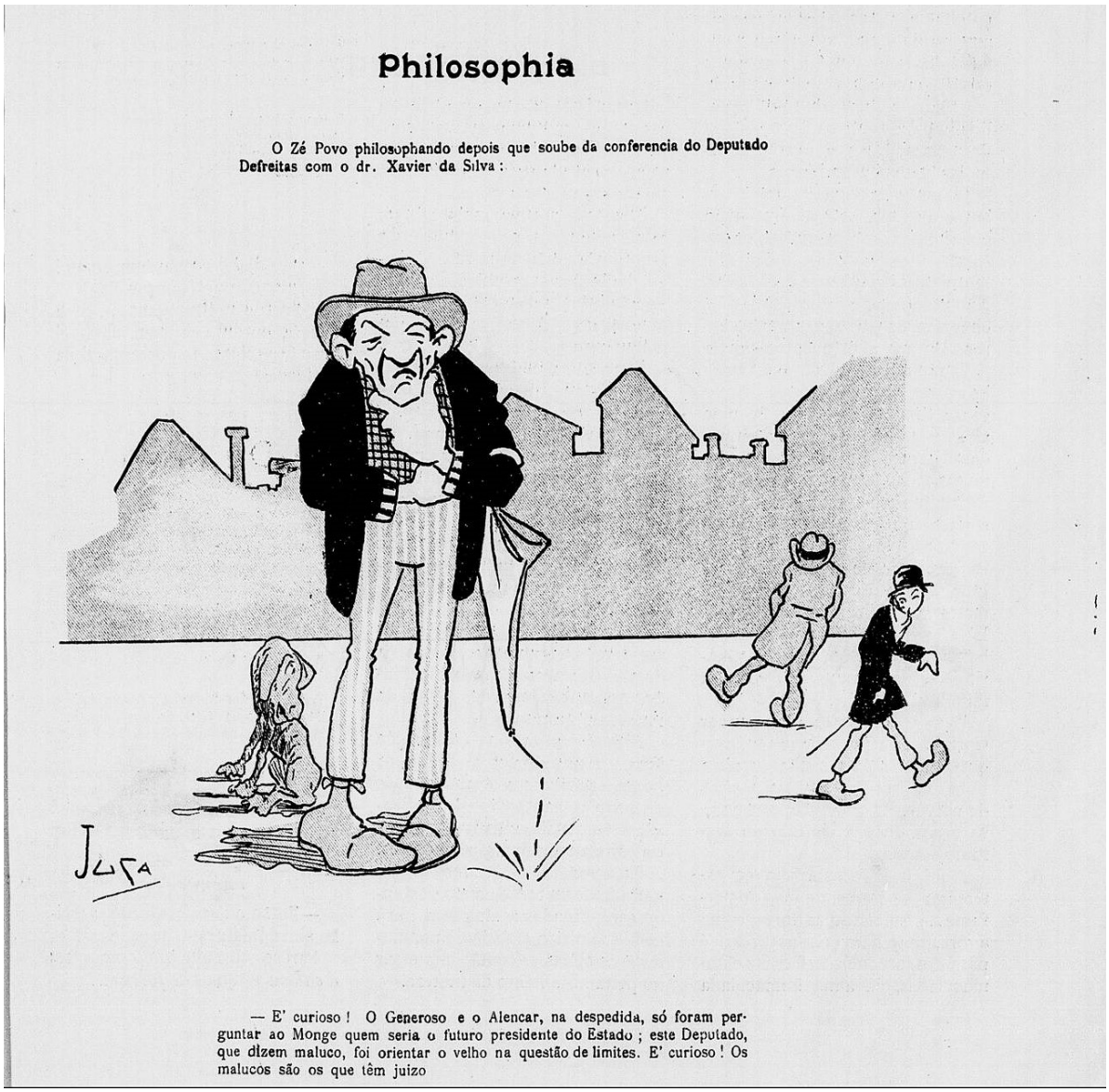


Figura 110 – Capa do jornal O Olho da Rua de 24/06/1911.

Zé do Povo filosofando depois que soube da conferência do deputado Defreitas com o dr. Xavier da Silva:
- É curioso! O Generoso e o Alencar, na despedida, só foram perguntar quem seria o futuro presidente do Estado; esse deputado, que dizem maluco, foi orientar o velho na questão de limites. É curioso! Os malucos são os que mais têm juízo.

Havia muitas queixas dos eleitores diante da falta de empenho dos políticos em defender os interesses do Paraná. Durante a questão de limites entre o Paraná e Santa Catarina, que se desenrolou desde o final do século XIX e culminou na campanha do Contestado, na década de 1910, diversas charges defendiam o território paranaense e se transformaram em instrumentos de contestação frente aos governos federal e estadual. Questionava-se a passividade dos políticos paranaenses frente a movimentação catarinense em requerer parte do território paranaense. Apesar da fama de excêntrico e maluco, Correia Defreitas parecia ser o único realmente preocupado em defender os interesses paranaenses. Os outros políticos se preocupavam com as eleições que se aproximavam e em manter seus privilégios, destacava a imprensa.

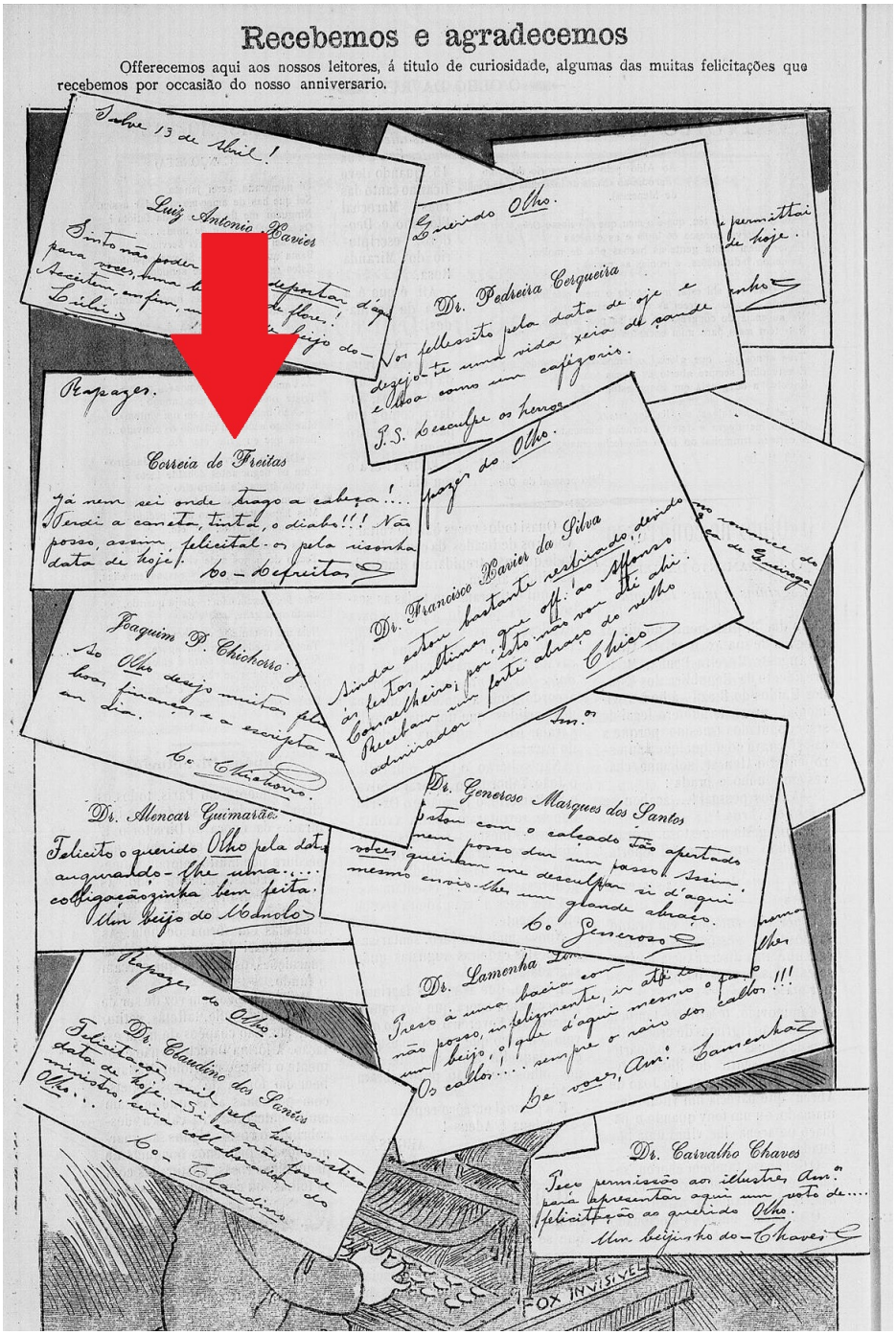
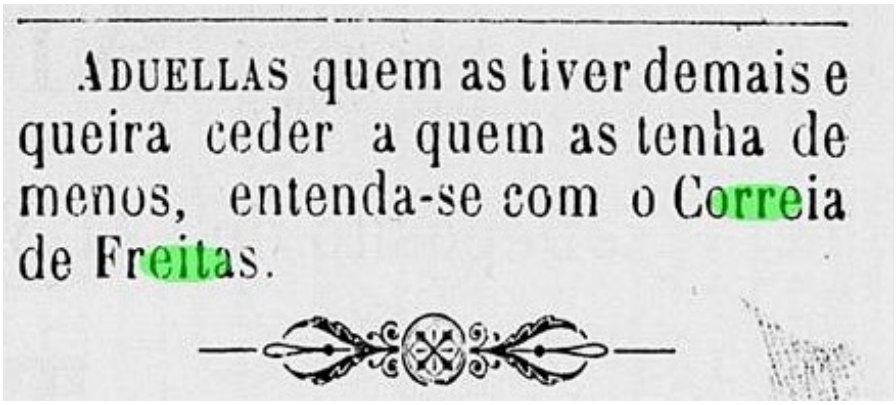


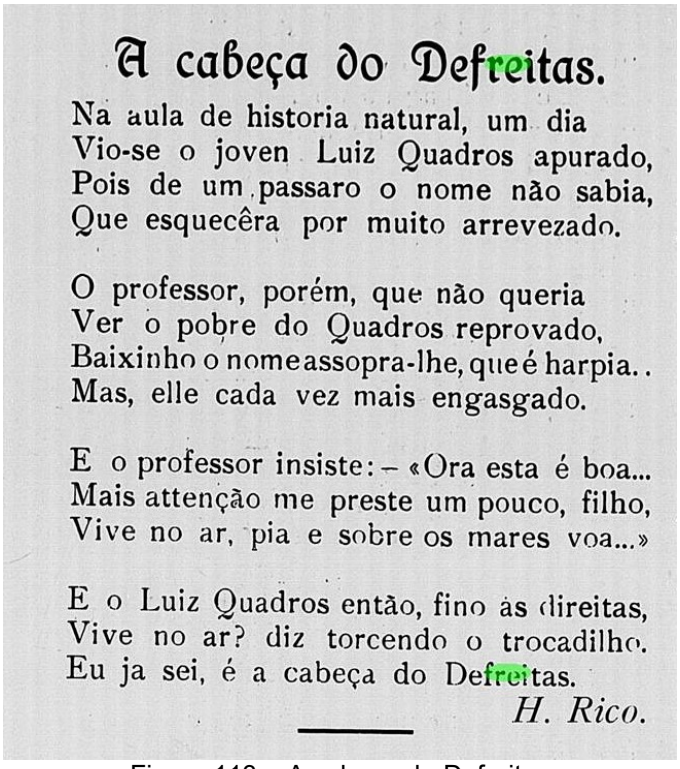
Figura 111 – Anedota de esquecido
Fonte: O Olho da Rua, 17/04/1909

O cartão de aniversário de Correia Defreitas para o Olho da Rua diz o seguinte: “Rapazes, já nem sei onde trago a cabeça! Perdi a caneta, tinta, o diabo! Não posso assim, felicitá-los pela risonha data de hoje!”
Correia Defreitas sempre manteve um bom relacionamento com a imprensa de diferentes estados brasileiros: Paraná, Santa Catarina, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, etc. Sempre enviava cartão de parabéns nas datas de fundação dos periódicos. Não podemos esquecer que ele ajudou a fundar alguns jornais no Paraná e em Santa Catarina, sobretudo no período da propaganda republicana e foi redator, editor chefe e colaborador de vários jornais, então conhecia bem esse campo. Essa charge destaca a fama de esquecido e distraído que o caracterizava.



ADUELLAS quem as tiver demais e queira ceder a quem as tenha de menos, entenda-se com o Correia de Freitas.

Figura 112 – Doação de arruelas para Correia Defreitas
Fonte: O Olho da Rua, 20/02/1909



A cabeça do Defreitas.

Na aula de historia natural, um dia
Vio-se o joven Luiz Quadros apurado,
Pois de um passaro o nome não sabia,
Que esquecêra por muito arrevezado.

O professor, porém, que não queria
Ver o pobre do Quadros reprovado,
Baixinho o nome assopra-lhe, que é harpia..
Mas, elle cada vez mais engasgado.

E o professor insiste: – «Ora esta é boa...
Mais attenção me preste um pouco, filho,
Vive no ar, pia e sobre os mares voa...»

E o Luiz Quadros então, fino às direitas,
Vive no ar? diz torcendo o trocadilho.
Eu ja sei, é a cabeça do Defreitas.

H. Rico.

Figura 113 – A cabeça do Defreitas
Fonte: A Bomba, 30/09/1913

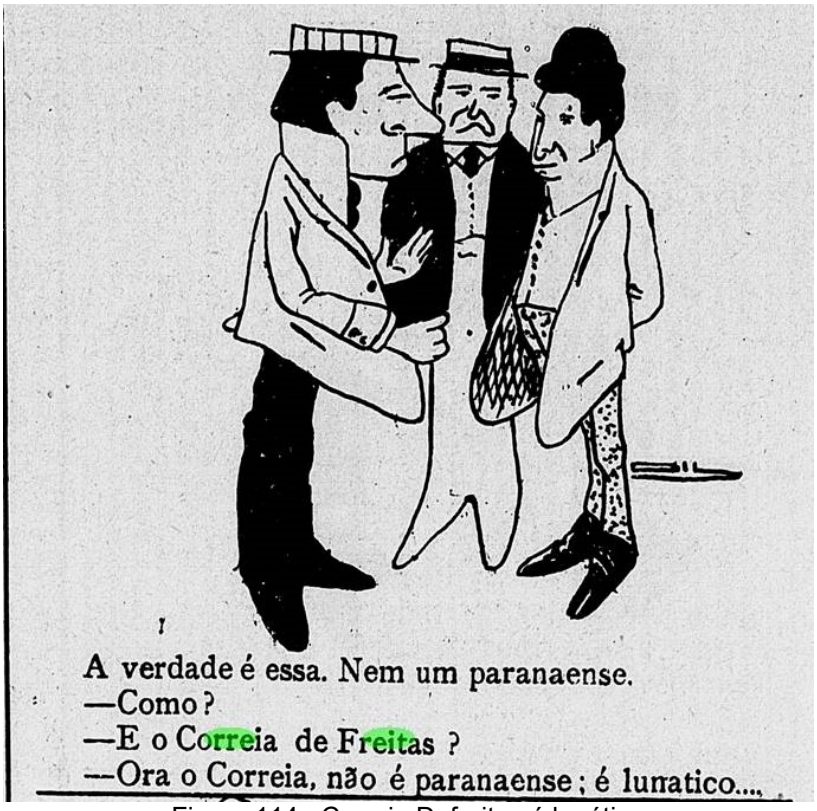


Figura 114– Correia Defreitas é lunático
Fonte: O Olho da Rua, 31/10/1908

Manoel Correia de Freitas,
Um nome que tão bem soa,
Todos sabem, urbi et orbe,
E' a distracção em pessoa.

Ia no bonde sentado
Junto a uma dama faceira;
Lá pelo Batel o Freitas
Na perna sente coceira.

Resolve coçar-se, mas
(Distrahido sempre o Freitas!
Erra a perna e na visinha
As unhas mette ás direitas.

—Que é isso, sr. a dama
Diz ultra furiosa e brava
—Mil perdões! Era por isso
Que a comichão não passava!

Figura 115 – Distração de Correia Defreitas
Fonte: O Olho da Rua, 14/03/1908

Distracções de sabio

O grande Ampére, indo uma vez para a aula, reparou em uma pedrinha que estava no chão, apanhou-a e poz-se a examinal-a, admirando-lhe os veios mosquiados.

De repente lembra-lhe a aula: puxa o relogio, e vendo que a hora estava a dar, apressa o passo, mette com todo o cuidado a pedra no bolso e deita o relogio ao rio, por cima das guardas da ponte das Artes.

Na Escola Polytechnica, quando acabava uma demonstração na pedra, quasi nunca deixava, diz Arago, de limpar os algarismos com o lenço e de metter na algibeira a rodilha tradicional, depois, já se sabe, de se ter assoado a ella.

Para evitar visitas importunas, um dia pela manhã escreveu na porta:

«O senhor Ampére sahiu».

Dahi a pedaço sahiu realmente e esqueceu-se de levar o guarda chuva. Como começasse a chover, voltou para traz; quando viu as palavras escriptas na porta estacou e começou a tocar a compainha, e porque ninguem lhe respondesse, continuo a andar debaixo d'agua, sem se lembrar que tinha a chave na algibeira.

Nós no Paraná temos um homem illustre que é um grande distrahido, o deputado Correia Defreitas.

Não poucas, muitas anedoctas que correm sobre as distracções de Defreitas que, comtudo, nos momentos precisos é mais lembrado que qualquer outro.

Figura 116 – Distrações de sábio
Fonte: O Olho da Rua, 19/08/1911

A primeira "Página Editorial do *A.B.C.*[385]" do dia 27 de fevereiro de 1915 trouxe o texto "O 'Pornógrafo' Nacional" (figura 117). Esse texto, desde o princípio irônico, visa a depreciar o requerimento do deputado Correia Defreitas, enviado no final de seu mandato como deputado. Segundo o periódico, o requerimento enviado ao Ministério das Relações Exteriores inquiria sobre verbas secretas destinadas a jornalistas "incumbidos de fazer a propaganda da política internacional do Brasil"[386]. Em certa parte, a publicação arrola diversos periódicos europeus que recebiam subvenção estatal, legalmente aprovada pelas Câmaras dos respectivos países. Menciona-se ainda que nos países europeus a verba pública era usada para fins secretos, como espionagem e gastos eleitorais para se manter a maioria parlamentar. A situação era diferente nos Estados Unidos da América, onde *"os teóricos Catões do puritanismo político conseguiram um triunfo efêmero"*. Ainda assim, sempre, segundo o *A.B.C.*, os políticos dos E.U.A. desviavam verbas para orientar a opinião do país e do continente. Após fazer a defesa do subsídio estatal para orientar a imprensa, o semanário afirma que a abordagem seria outra se o requerimento visasse à moralização de todos os Ministérios, não apenas o das Relações Exteriores; se propusesse que a verba secreta fosse submetida à *"sanção detalhada da Comissão de Finanças"*. O periódico ilustra, neste caso verbalmente, o contexto brasileiro que impulsiona as sinecuras à custa do governo:

---

[385] A revista A.B.C. circulou no Rio de Janeiro a partir de 1915 e contou com colaboradores renomados, como Antônio Torres, Astrojildo Pereira, Benjamin Costallat, Jackson de Figueiredo, Lima Barreto, Oliveira Lima e Oliveira Viana. Com a proposta de tratar de política, atualidades, questões sociais, letras e artes, o semanário foi criado por Ferdinando Borla, jornalista italiano, e depois de três anos passou às mãos de Paulo Hasslocher e Luis Moraes, vindo a desaparecer por volta de 1934, já sob a direção de Osvaldo Souza e Silva. O surgimento do A.B.C. está intimamente ligado ao tratado diplomático de mesmo nome firmado, em 1915, por Argentina, Brasil e Chile. Lauro Müller, ministro das Relações Exteriores, assinou o tratado no dia 25 de Maio; o documento tencionava: *"consolidar a amizade que ligava os contratantes, mediante a reafirmação da "inteligência cordial" existente entre eles, proporcionada pela "comunhão de ideais e interesses", e o afastamento da hipótese de conflitos violentos no futuro"*. Ferdinando Borla utilizou como nome da revista a sigla do tratado, que era formada pelas iniciais dos países envolvidos (Argentina, Brasil e Chile). O empreendimento recebeu subvenção do Itamaraty (Ministério das Relações Exteriores) para *"dar ao país um órgão de publicidade que se distinguiria dos demais existentes no nosso mundo jornalístico"*. Com a subvenção, o A.B.C. conseguiu sobreviver contando com poucos anunciantes. Fonte: MAUL, Carlos. **O Rio da bela época**. 2ª edição. RJ: S. Jose, 1968.

[386] A subvenção de políticos da situação durante a Primeira República foi comum, sendo inclusive utilizada pelo presidente Campos Salles. Conforme ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. *Imprensa a serviço do progresso*. IN: MARTINS, Ana Luiza & LUCA, Tânia Regina de (orgs). **História da imprensa no Brasil**. SP: Contexto, 2008. p. 86; e LUCA, *A grande imprensa na primeira metade do século XX*. IN: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de (orgs). **História da imprensa no Brasil.** SP: Contexto, 2008. p. 164.

> Num país como o nosso, onde cada homem que se acha no poder tem que satisfazer a compromissos antigos para com os seus correligionários e para com os "compadres da situação", acontece fatalmente o seguinte: criam-se sinecuras à custa do erário, torna-se epidêmico o parasitismo. (A.B.C., Rio de Janeiro, n. 1, ano I, 27/02/1915, p. 16.)

O título do texto remete ao meretrício na Grécia antiga. Conforme o *A.B.C.*, quando os antigos gregos quiseram acabar com o meretrício, ele foi burocratizado, ficando a fiscalização por conta dos "pornógrafos" oficiais. O mesmo deveria ser feito com a verba secreta, propõe o semanário, em tom jocoso: *"Sancione-se oficialmente, também entre nós, o desvio dos dinheiros públicos 'até certo ponto': reconheça-se a moralidade da cavação nos limites do orçamento de cada Ministério. O meretrício moderno – o da imprensa – ficará reduzido às proporções do da Hélade antiga".* E ao Correia Defreitas caberia o papel do pornógrafo brasileiro, é o que sugere o editorial. Se por um lado a "Página Editorial do *A.B.C.*" atacou o requerimento de Correia Defreitas, ela, por outro, lançou luz sobre uma questão importante, inclusive para o próprio *A.B.C.*, que é a dos subsídios governamentais usados para comprar a opinião pública.



Figura 117 - Caricatura de Manoel Correia Defreitas feita por G. Poncé em 1915.
Fonte: Jornal A.B.C, 27/02/1915, p.16.

A imprensa humorística teve um papel importante na criação de uma opinião pública, sobretudo no período da Primeira República. Além da relevância política, a imprensa humorística deste período teve também uma importância social. Num país com uma das mais elevadas taxas de analfabetismo (cerca de 80% da população em 1890[387]), os jornais e as revistas humorísticas eram, por vezes, o único meio dos cidadãos se inteirarem da república.

> A caricatura é uma arma poderosa de combate e de alcance incalculável. É o meio de propaganda mais rápido e de mais profundos efeitos. E isto pela simples razão de que, para entender um artigo e para ele fazer emergir uma convicção num cérebro qualquer, é necessário que esse cérebro saiba ler, e para uma caricatura convencer alguém, basta que esse alguém veja e seja sensível (MATTOS, 2010, p.62).

Palavras de duplo sentido era uma característica dos diálogos que ilustram as charges. Malícia e sátira marcaram os assuntos tratados pela imprensa humorística com relação a Manoel Correia Defreitas. Às vezes, observa-se uma desvinculação da imagem com o texto embora tenhamos buscado a elucidação dos códigos da época em que as charges se inserem, como os termos gramaticais utilizados e que hoje soam estranhos porque caíram em desuso, em alguns casos a questão da ausência da interação imagem/texto permanece sem explicação óbvia.

Caricatura e humor protagonizam uma importante crítica política e social à república, e à sociedade que a legitimou, ganhando, com o passar dos anos uma dimensão histórica que merece ser estudada e divulgada.

[387] Na virada do século XIX para o XX menos de 20% da população curitibana era alfabetizada (PEREIRA, 2002, p. 59).

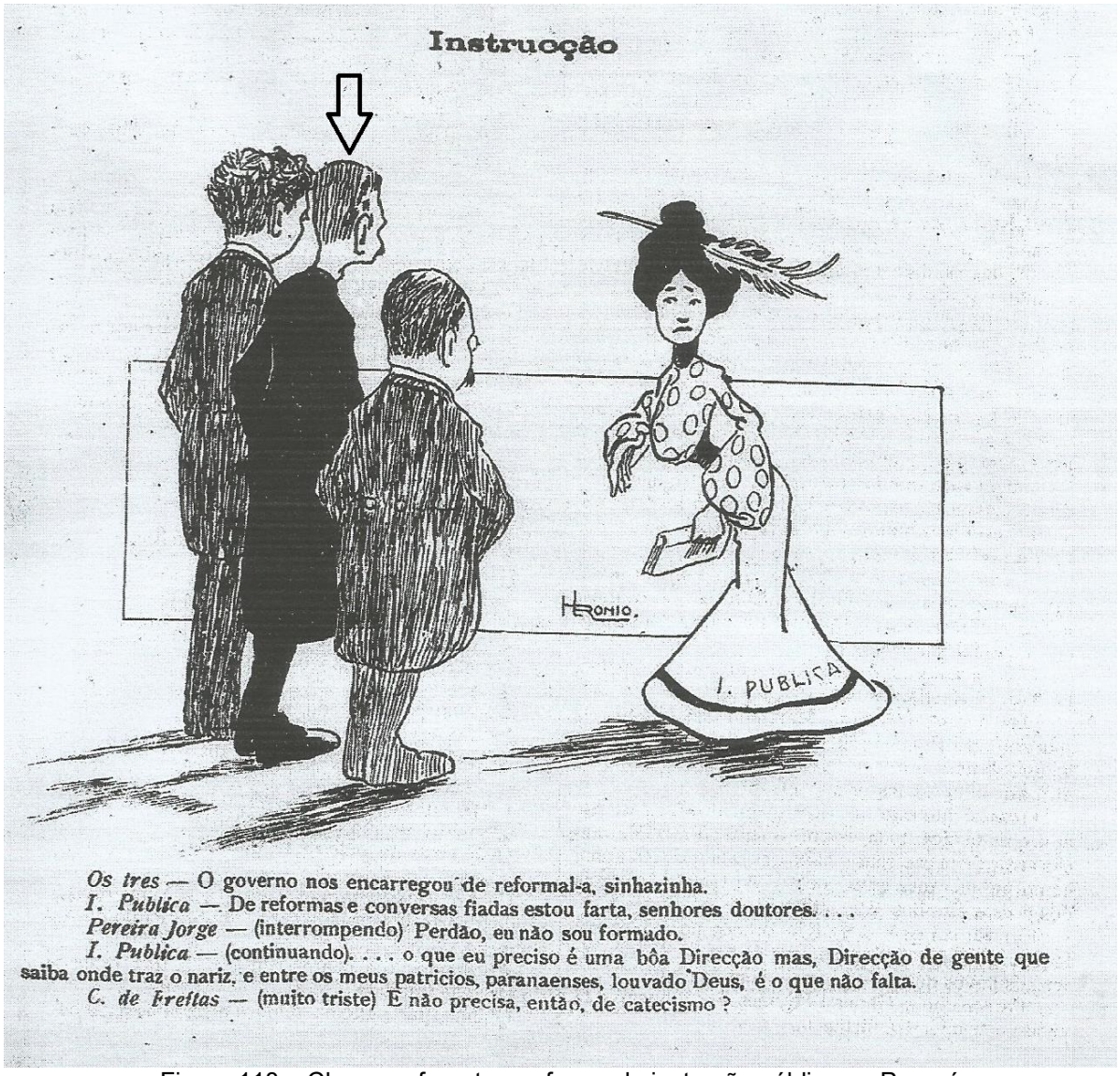


Figura 118 – Charge referente a reforma da instrução pública no Paraná
Fonte: O Olho da Rua, 11/05/1907

Dos três homens, Manoel Correia Defreitas é o do meio. Um dos outros dois homens seria Pereira Jorge, diretor de Instrução Pública. A figura da mulher representa a Instrução Pública e ela se queixa das diferentes reformas pela qual vinha passando a instrução pública no estado do Paraná, mas nenhum havia sido eficiente.

O vice-presidente do estado do Paraná, Joaquim Monteiro de Carvalho e Silva, no uso da autorização concedida pela Lei Nº 723, de 3 de abril de 1907, determinou que, a partir de 16 de janeiro de 1908, fosse observado o novo Regulamento da Instrução Pública do Estado do Paraná, aprovado pelo decreto Nº 479, de 10 de dezembro de 1907. Mas esse regulamento da instrução e as decorrentes normatizações, na prática, vigoraram apenas por um mês, de 16 de janeiro a 26 de fevereiro de 1908. No ano seguinte, foi aprovada a lei Nº 894, de 19 de abril, que reorganizava a instrução no estado do Paraná. Foi instituído o Regulamento Orgânico do Ensino Público do Estado pelo decreto Nº 510, de 15 de setembro de 1909. O regulamento de 1907 preocupava-se com a infraestrutura das escolas para atender às necessidades educacionais da nova sociedade que se anunciava desde a Proclamação da República no final de século XIX. O método de ensino é o intuitivo e prático, "methodo moderno para o ensino" e o progresso associado à instrução: "sem a qual não poderá haver patriotismo, nem valor, nem civismo, porque somente na instrucção é que está a fonte de todas estas virtudes" (Relatório de Inspecção de 1907, Disponível em http://www.arquivopublico.pr.gov.br. Acesso 23.janeiro.2017)

3.6 – A produção da memória através da guerra

Da Coleção Manoel Correia Defreitas composta pelos dois cadernos de recortes, mais da metade do material é referente a sua missão pacifista na região da Guerra do Contestado no início do ano de 1914 e a questão de limites entre o Paraná e Santa Catarina.

Como deputado federal pelo Paraná, Manoel Correia Defreitas empreendera uma longa e cansativa viagem do Rio de Janeiro até os redutos de Taquaruçu e Caraguatá, permanecendo na região contestada por 19 dias com o objetivo de convencer os sertanejos a dissolver a comunidade da Cidade Santa em nome da paz (figura 119)[388].

[388] Ver Apêndice 12 – Cronograma das missões pacifistas na Região do Contestado.

Figura 119 - MAPA DA REGIÃO CONTESTADA[389]



Fonte: http://www.deviante.com.br/noticias/ciencia/lembrai-vos-da-guerra-guerra-do-contestado-1912-1916/.
Acesso 06.novembro.2016.

Os recortes, em sua maioria é do jornal paranaense Diário da Tarde que durante a campanha "Pela Humanidade!" (nome dado à missão pacifista

[389] A área que foi cenário da Guerra do Contestado entre 1912 e 1916 localiza-se no Meio-oeste, Planalto Central e Norte de Santa Catarina, entre os vales dos rios Canoinhas/Leste e do Peixe/Oeste, com os rios Negros e Iguaçu/Norte e o Rio Canoas e Campos Novos/Sul. Mas essa é apenas uma parte da região contestada que se estendia do Extremo-oeste, na fronteira com a Argentina (atuais Oeste Catarinense e Sudoeste Paranaense) e que ficou conhecida como Território Contestado até 1917, quando da homologação do Acordo de Limites entre Paraná e Santa Catarina (THOMÉ, 2005).

encabeçada por Correia Defreitas[390]), que contou com o respaldo de autoridades e grupos da capital paranaense[391], se apresentaram como aliados dos sertanejos, em nome de sentimentos patrióticos, junto à opinião pública. Essa campanha aderia a um fim pacífico para o movimento já que as operações legais negavam essa intenção. A missão fracassou, mas a questão colocada é: Correia Defreitas tinha o sentimento de dever cumprido?

> A Correia Defreitas, a Rocha Tico e ao Diário da Tarde, resta o consolo do dever cumprido. Um dia quando escrever a história desses ajuntamentos como Euclides da Cunha escreveu de Canudos, hão de constar de suas páginas os esforços que empregamos, como brasileiros e como moléculas da humanidade para evitar a sangueira que correu. Nossa voz e nossa ação chocaram-se de encontro à invulnerável obstinação de uns e ao invencível fanatismo de outros. Mas nunca se dirá que tivemos concorrido para a tragédia com nosso aplauso ou sequer com o nosso silêncio. Nossa campanha, improfícua, mas nobre, foi até onde podia ter ido. Foi mesmo além, pois que a palavra juntamos com a ação em casos que a outrem competia agir. (DIÁRIO DA TARDE, 11/02/1914)

Para Ribeiro (2004, p.3) a expressão “como moléculas da humanidade” remete ao esforço conjunto de pequenos setores da sociedade que como moléculas que compartilham de uma mesma composição, unem-se numa campanha de defesa do respeito ao estatuto de seres humanos dos sertanejos envolvidos na Guerra do Contestado e de todas as implicações decorrentes dessa condição humana, como o direito à vida e a expressão cultural.

Durante um determinado período de tempo, o jornal Diário da Tarde dedicou-se a publicar artigos que estivessem de acordo com uma interpretação mais humanizada da Guerra do Contestado. A linguagem oficial construída em torno dessa guerra utilizava uma imagem dos sertanejos que justificasse a repressão incisiva e a ação impiedosa das tropas legais. Essa linguagem estava

---

[390] Ao mesmo tempo em que a missão pacifista de Correia Defreitas se encontrava no reduto de Taquaruçu, outra ação estava sendo tomada para tentar evitar o ataque aos sertanejos pelo a advogado, Deocleciano Martyr. Ver Apêndice 13 – O habeas corpus de Deocleciano Martyr.

[391] O jornal Diário da Tarde teve seu primeiro número publicado em 18 de março de 1899. Foi fundado por Estácio Correia. Na época da campanha “Pela Humanidade!” seu diretor era Jayme Ballão, amigo pessoal de Manoel Correia Defreitas.

vinculada com um imaginário marcado pelo Positivismo e pelo projeto civilizador republicano criando uma aversão ao estilo de vida rude e simples dos sertanejos, fossem eles do nordeste ou do sul do país. Muitos relatos salientavam a falta de racionalidade dos sertanejos e sua relutância em aceitar o novo padrão de modernidade imposto pela elite local em conjunto com as oligarquias estaduais e nacionais e seu rompimento com a civilização. Assim, a opinião pública foi levada a acreditar que estes elementos, como a criminalidade e a ignorância, aliados a esfera mística e ao charlatanismo, eram os únicos pontos que correspondiam a realidade sobre o conflito e que não havia outras razões para justificar a aglomeração de tantas pessoas em torno de uma visão de mundo tão rústica e simplória. Assim, os periódicos criticavam o envio de novas forças militares para a região contestada afim de combater os sertanejos, ao invés de se tentar uma solução pacífica sem derramamento de sangue e sacrifício de vidas, através da persuasão pelo argumento e meios brandos. Para conseguir esse propósito Correia Defreitas teria se oferecido "generosamente", *"homem notoriamente conhecido pelo desprendimento e generosidade de sentimentos, foi um dos que se apresentaram a empreender essa missão humanitária e verdadeiramente evangélica"* (JORNAL DO BRASIL, 28/01/1914). Os periódicos levam a crer que Correia Defreitas teria se oferecido voluntariamente, espontaneamente para realizar essa missão de paz de fazer a pacificação e o desarmamento dos fanáticos, contrariando os conselhos de seus amigos que alertavam sobre o perigo dessa ação (GAZETA DO COMMERCIO, 28/01/1914).

Após o fracasso da missão republicana de paz, Correia Defreitas se sente frustado e não retorna para a capital federal, o Rio de Janeiro e nem para Curitiba. Decide realizar uma viagem de caráter particular, e não como representante de algum jornal ou comissionado pelo governo. Segue para Porto Alegre e de lá visita algumas cidades do interior gaúcho, como Piratini, Bagé e Santa Maria, sobretudo as cidades de fronteira como Santana do Livramento. Em seguida vai para o Uruguai, a Argentina e o Paraguai visitando algumas das principais cidades desses países. Passa por cidades do oeste paranaense. Durante sua viagem, Correia Defreitas estudou as riquezas naturais de cada local além de visitar várias

redações de jornais e escolas para coleta de material didático para analisar como estava estruturado o sistema de ensino nesses países[392].

Correia Defreitas afirma que a intenção de sua viagem foi patriótica: primeiro com o objetivo de visitar os redutos de Taquaruçu, Caraguatá e Perdizes[393]. Nos redutos encontrou a maior ordem e o absoluto respeito pelas famílias, bem como um número reduzido de pessoas e de armamento. Dessa missão apontou, o que para ele, seriam as três causas da Guerra do Contestado:

1. O fanatismo religioso: os que alegavam que estavam ali por ordem de São João Maria para construir a nova cidade de Jerusalém;

2. Reação dos sertanejos contra as perseguições de quem tinham sido vítimas pelos régulos de Curitibanos (sobretudo o coronel Francisco Ferreira de Albuquerque[394]) e Campos Novos;

3. Reação dos sertanejos que foram espoliados de suas terras devido as grandes concessões dadas à Companhia Hanseática por um lado, e de outro pela expulsão dos brasileiros que habitavam às margens da Estrada de Ferro São Paulo–Rio Grande, visto que a Brazil Railway Company obteve 15 km de terras de cada lado da ferrovia para colonização e exploração. Correia Defreitas ressalta que essas terras já eram habitadas por nacionais há mais de 30 anos.

Continuando sua viagem patriótica, percorre o estado do Rio Grande do Sul. Depois visita o Uruguai e se encanta com seu sistema de ensino público obrigatório. Segue para o Salto do Guairá e Salto Santa Maria e fica admirado com essas maravilhas naturais. Depois dirige-se ao Paraguai onde visitou escolas do ensino primário. Percorre a Argentina para conhecer seus processos práticos de combate ao analfabetismo que focam em saber ler e escrever e ter conhecimentos

[392] Correio do Povo de 19/03/1914, 12/04/1914. La Reaccion (Rosario de Santa Fé, Argentina) de 01/07/1914. El Diario (Assunção, Paraguai) de 24/06/1914 e de 25/06/1914. La Capital (Rosario de Santa Fé, Argentina) de 01/07/1914. Liberal (Assunção, Paraguai) de 25/06/1914. El Tiempo (Assunção, Paraguai) de 25/06/1914.

[393] Não foram localizados até o momento documentos que comprovem a passagem de Manoel Correia Defreitas no Reduto de Perdizes.

[394] Sobre essa perseguição o jornal carioca A Noite de 08/01/1914 questiona porque não foi aberto um inquérito para saber se os sertanejos eram maltratados pelas autoridades de Curitibanos, sobretudo pelo coronel Francisco de Albuquerque de quem mais se queixavam. O jornal conclui que na verdade as forças dos governos do Paraná, de Santa Catarina e da república davam apoio a esses maus tratos de que se queixavam esses habitantes de Curitibanos e ainda essas forças o combatiam em seu próprio território.

gerais e exatos. Conhece o sistema de formação dos professores argentinos que estudaram todos os processos de ensino nos principais países do mundo[395] e desses países ainda foram contratados professores para aperfeiçoar os métodos de ensino argentino. Após sua viagem e relato de todas as suas impressões, Correia Defreitas conclui que *"nenhum homem deve exercer funções públicas no Brasil sem viajar, sem conhecer o exterior, e, principalmente, os países que cercam o nosso, para comparar e trazer alguma coisa de útil para a pátria"* (O IMPARCIAL, 13/12/1914).

Uma das histórias que ficou registrada sobre a passagem de Correia Defreitas pelo Contestado foi a acusação que recebeu de ter ido aos redutos dos sertanejos não para incutir-lhes ideias de paz, mas para adestrá-los militarmente para a luta. Essa acusação, segundo a imprensa, teria sido realizada por um oficial do exército (54º Batalhão de Caçadores) e confirmada por vários sertanejos e um oficial paranaense. O deputado paranaense a contestou com veemência e passou a exigir o nome desse oficial militar, lançando o desafio que se caso ele realmente existisse e conseguisse provar a acusação, ele então renunciaria ao seu mandato de deputado federal, mas caso não fosse provada sua culpa, o oficial teria que renunciar a sua farda. Ao que parece, na documentação levantada até o momento em complemento aos recortes da coleção, esse oficial nunca apareceu, era um "oficial telegráfico" e vários dos sertanejos presos disseram ao contrário: que Correia Defreitas fora pregar a paz[396]. Eis a resposta de Alexandre de Souza, o "Xandoca" que era prisioneiro dos sertanejos e conseguiu escapar quando da visita de Correia Defreitas ao Reduto de Taquaruçu:

> - Estava no acampamento quando lá foi Correia Defreitas?
> - Estava
> - Que disse aquele deputado?
> - Disse que queria a paz de todos os brasileiros. Que a luta ia ter maus resultados, pois os fanáticos seriam vencidos. Disse mais, que se todos se dispersassem ele lhe daria terras no Paraná.
> - Há quem afirma que ele aconselhou os fanáticos a atacarem em guerrilha.

[395] Em seu discurso Manoel Correia Defreitas não aponta quais seriam esses principais países do mundo.

[396] O Paiz , 16/12/1914. Diário da Tarde, 17/12/1914.

- É mentira. Só pregou a paz.[397]

Em abril de 1914 o capitão Mattos Costa viajava de trem com dois sertanejos para Curitiba e no meio da viagem resolveu entrevistar um deles, o João Froglis que ao responder as perguntas do capitão sobre o deputado paranaense, se este havia ensinado aos sertanejos a tática de guerra, responde que ele não ensinou ninguém a brigar, mas aconselhou ao chefe Eusébio a dissolução do povo oferecendo terras e dinheiro, mas os sertanejos queriam o retorno da monarquia e não aceitaram (DIARIO DOS CAMPOS, 06/04/1914).

Para Correia Defreitas essa acusação[398] surgiu porque ao visitar os redutos dos sertanejos ele *"desmascarou as politicagens catarinenses"* para se apossar das terras paranaenses. Então os políticos catarinenses inventaram que ouviram essa acusação de um oficial do exército dizendo que Correia Defreitas havia ensinado aos "fanáticos" a estratégia e a tática militar de Lyautey[399] em Marrocos que consistia em considerar que um grupo só está submetido se for abatido de maneira sangrenta. Os periódicos catarinenses[400] apontavam que o deputado paranaense tinha um "ódio velho" com o estado devido a questão de limites e que estaria aproveitando a sua missão pacificadora para acusar e insultar os "homens de responsabilidade do Estado, os mandões catarinenses", além de induzir os sertanejos que "não queriam brigar" a terem atitudes de reação aos defensores da ordem. Os mesmos jornais catarinenses afirmavam que o jornal curitibano Diário da Tarde enganava-se quando falava que o Contestado foi um movimento preparado pelo governo de Santa Catarina para resolver a questão dos limites com o Paraná à força.

[397] Correio do Povo, 31/03/1914.

[398] A Federação, 30/03/1914.

[399] Louis Hubert Lyautey (1854-1934) foi um militar francês que se destacou nas guerras coloniais. Foi o primeiro residente geral do Protetorado Francês de Marrocos de 1912 a 1925. Foi ministro francês da guerra durante a Primeira Guerra Mundial e Marechal de França em 1921. É considerado o construtor do império colonial francês. Fonte: BOAHEN, Albert Adu (2010). **História geral da África VII: África sob dominação colonial (1880-1935).** 2ª edição. Brasília: UNESCO.

[400] O Dia de Florianópolis e a Gazeta do Commercio de Joinville.

> Ora, de um meio de onde partem tanta malquerença e odiosidade contra Santa Catarina, não se devem esperar nobres gestos de altruísmo, entretanto como a questão de limites não nos perverteu o caráter, nem obliterou os sentimentos de humanidade, recebemos, sem desconfianças, a missão de paz dos senhores Coronel Tico Rocha e deputado Correia Defreitas. Estes, porém, se podem gabar de ter sido os emissários do rancor e da mendacidade que fermentam em sua imprensa catarinofobá. A farsa dessa missão de paz está hoje desvendada. Com o reconhecimento de Caraguatá os oficiais das forças que ali operaram tiveram ocasião de saber por minucias, relatadas pelos próprios fanáticos, do objetivo da missão Tico-Defreitas. Possuídos de justa indignação esses oficiais não fazem segredo do que souberam. Para desmascarar os farsantes passamos ao Jornal do Commercio, do Rio de Janeiro, e mais alguns órgãos da imprensa este telegrama, que será mais um subsídio para a História: "Oficiais do 54 Batalhão vindos de Caragoatá pelo trem ante-ontem declararam que fanáticos lhes disseram que os emissários da paz, mandados de Curitiba, coronel Tico Rocha e deputado Manoel Correia Defreitas, lhes haviam ensinado manejo de armas de guerra e planos de emboscadas! Oficial paranaense vindo mesma ocasião confirmou semelhante declaração". (GAZETA DO COMMERCIO, 21/03/1914)

Em uma entrevista avaliativa de sua missão de paz[401] e em outra onde se defende das acusações feitas contra ele[402], Correia Defreitas aponta que uma das principais causas que influenciaram na formação dos redutos dos sertanejos[403] foi a falta de capacidade de administração do governo de Santa Catarina, primeiro, cedendo terrenos, terras brasileiras, às empresas estrangeiras, sobretudo à Companhia Hanseática[404] que dominava uma área estimável que chegava até mesmo em dois municípios paranaenses da área contestada. Segundo, deixando as populações dos sertões completamente desprovidas de escolas, não

[401] O Paiz, 26/12/1914.

[402] Diário da Tarde, 27/03/1914.

[403] Manoel Correia Defreitas utiliza o termo “fanáticos” para se referir aos moradores dos redutos, porém em nossa redação adotamos o termo sertanejos.

[404] A Sociedade Colonizadora Hanseática originou-se da Sociedade Colonizadora Hamburguesa fundada em 1849 na Alemanha. Em 1897 todos os bens e propriedades da Sociedade Hamburguesa foram transferidos para a Sociedade Hanseática. Antes da transferência acontecer, a Hamburguesa havia fechado contrato com o governo de Santa Catarina onde eles comprariam ainda terras não colonizadas do território catarinense e teriam o direito de introduzir até 6 mil imigrantes por ano no estado. Nos primeiros anos a sede da Sociedade Hanseática ficou em Joinville, em 1904 foi transferida para Hammonia. Entre as atividades da Sociedade Hanseática estava a administração de vendas dos lotes, ajuda na construção de igrejas e escolas, contratação de médicos e **incursão na mata juntamente com os colonos para “espantar” os índios**. Ajuda em tudo mais que o colono precisasse. Após o rompimento das relações diplomáticas entre o Brasil e a Alemanha no ano de 1942 em função da 2ª Guerra Mundial, a administração da Sociedade Hanseática passar para as mãos do governo federal até ser extinta oficialmente no ano de 1962 (RICHTER, 1992).

combatendo o analfabetismo que para ele era a principal causa do banditismo. Esses sertanejos desprovidos de escolas *"eram vítimas dos governos que não tratam senão da politicagem, traindo sua missão primordial que é a educação do povo"* (DIARIO DA TARDE, 27/03/1914)[405]. Eram *"pobres lavradores embrutecidos, afastados dos centros civilizados e cansados de sofrer atentados, perseguições e extorsões dos mandões destes lugares"* (A FEDERAÇÃO, 30/03/1914).

Quando de seu retorno às atividades na Câmara dos Deputados, na 144ª sessão de 14 de dezembro de 1914, utilizou a hora do expediente para expor à nação as causas do movimento do Contestado. Acentuou que a causa principal do movimento de anarquia que existe no sul do país reside sobretudo e quase exclusivamente no analfabetismo e na ignorância de suas populações, desamparadas pelo poder público e abandonadas ao Deus dará, e ainda por cima espoliadas dos seus direitos e ofendidas nos seus interesses. Diz que sua ação enquanto deputado no Congresso sempre foi difundir o ensino e melhorar a amplitude da educação escolar e compara que os países vizinhos, a Argentina e o Paraguai, despendem somas valiosas em favor da instrução e por isso se acham mais adiantados que o Brasil. Para Correia Defreitas o governo tinha que realizar ações que trouxessem os "fanáticos" ao convívio social, ações persuasivas, de intervenção suave e conciliatória como as que o General Setembrino de Carvalho[406] estava adotando e não os assassinatos de homens, mulheres e crianças como vinha sendo realizado. Assim, o deputado paranaense, apresenta o seguinte projeto de lei:

---

[405] Em 2016 continuamos com a mesma situação: os governos estão apenas preocupados com a politicagem e a educação relegada a um plano inferior de importância. Vide PEC 55/2016 que estabelece limite para gastos públicos para os próximos 20 anos, entre eles a educação.

[406] Sobre o General Setembrino de Carvalho disse Correia Defreitas: *"para fazer inteira justiça ao seu modo correto de proceder, na situação presente, devo declarar que o propósito do general Setembrino tem sido tornar o exército apenas defensivo, estabelecendo o sítio, que vai produzindo bom resultado, demonstrando na apresentação espontânea de centenas de fanáticos, sem sacrifício inútil de vidas"* (DIARIO DA TARDE, 26/12/1914). A tática de Setembrino de Carvalho era cercar os sertanejos, não os hostilizando, forçando-os a se renderem. Porém, na imprensa carioca parecia que somente Correia Defreitas achava essa a melhor forma de abordagem possível. O quartel de Curitiba considerava essa inatividade não a melhor tática, mas sinal de fracasso dos planos traçados (A NOITE, 16/12/1914).

> **Artigo 1ª** – Fica o governo autorizado a abrir um crédito extraordinário de mil contos de réis que será aplicado, por intermédio do Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais[407], afim de auxiliar a ação defensiva do exército nacional para poupar inúteis sacrifícios de vida, quer de mulheres e crianças, que de soldados e oficiais pelo restabelecimento da ordem e da paz públicas, por meio suasórios, no território conflagrado entre os estados de Santa Catarina e Paraná.
>
> **Artigo 2º** - Revogam-se as disposições ao contrário.[408]

Essa proposta de lei demonstra a visão que Correia Defreitas tinha dos sertanejos: a mesma ideia de transitoriedade que o governo tinha dos índios, precisavam ser conduzidos à civilização e daí serem integrados à sociedade nacional como trabalhador. Era necessário realizar a submissão desses sertanejos por meio da persuasão, visando "poupar vidas" tanto da parte do exército, quanto as deles. Esses sertanejos eram vistos como inconscientes e ignorantes, sendo irresponsáveis pelo mal que praticavam, eram infantilizados como os indígenas que precisavam de tutores. Portanto, se o governo havia perdoado os marinheiros dos crimes de rebelião e indisciplina[409], poderia anistiar também os sertanejos. Assim, a

---

[407] Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPILTN, a partir de 1918 apenas SPI) foi criado, a 20 de junho de 1910, pelo Decreto Nº 8.072, tendo por objetivo prestar assistência a todos os índios do território nacional. O serviço instituía a assistência leiga, procurando afastar a Igreja Católica da catequese indígena, seguindo a diretriz republicana de separação Igreja-Estado. A ideia de transitoriedade do índio orientava esse projeto: a política indigenista adotada iria civilizá-lo, transformaria o índio num trabalhador nacional. A origem do serviço estava nas redes sociais da época que ligavam os integrantes do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC), Apostolado Positivista no Brasil e Museu Nacional, pois o MAIC previu desde a sua criação, em 1909, a instituição de uma agência de civilização dos índios (OLIVEIRA, 1998).

[408] ANAIS da Câmara dos Deputados, 144ª Sessão Ordinária de 14 de dezembro de 1914.

[409] Referência à Revolta da Chibata, movimento militar na Marinha do Brasil, planejado por cerca de dois anos pelos marinheiros e que culminou com um motim que se estendeu de 22 até 27 de novembro de 1910 na baía de Guanabara, no Rio de Janeiro, sob a liderança do marinheiro João Cândido Felisberto. Protestavam contra os baixos salários, as péssimas condições de trabalho e alimentação e, particularmente o uso de castigos físicos (chibatadas), ameaçando bombardear a cidade do Rio de Janeiro. Quatro dias depois do motim, em 26 de novembro, o governo do presidente Marechal Hermes da Fonseca declarou aceitar as reivindicações dos amotinados, abolindo os castigos físicos e anistiando os revoltosos que se entregassem. Estes, então, depuseram armas e entregaram as embarcações. Entretanto, dois dias mais tarde, em 28 de novembro, foi feito um novo decreto, que permitia que fossem expulsos da Marinha aqueles elementos "*inconvenientes à disciplina*". Eclode uma "segunda revolta", marinheiros rebeldes foram presos mesmo anistiados, o Governo bombardeia os fuzileiros e marinheiros da Ilha das Cobras, mesmo após hastearem a bandeira branca. Enquanto o bombardeio se dava no dia 10 de dezembro, o Governo aprovava no Senado Federal o estado de sítio (lei marcial que permite julgamentos sumários, prisões, etc). No Congresso, parlamentares levantaram a possibilidade de esta "segunda revolta" ter sido encomendada, ou no mínimo fomentada pelo Governo Federal (Presidente, Marinha, Exército e simpatizantes no Congresso), pois foi o Governo o maior beneficiado, com o estado de sítio, que não somente lhe permitiu excluir 2.000 marinheiros (eram

proposta desse projeto de lei é combinar a ação do exército com a SPILTN: ao primeiro cabe a defesa das populações que circundam a área onde os sertanejos se abastecem de víveres e munições e ao segundo seria confiada a missão pacificadora, por meios brandos, junto aos sertanejos. Esse projeto de lei foi chamado pela imprensa de Projeto Patriótico para a pacificação dos "fanáticos" (DIARIO DA TARDE, 09/11/1914). *"O mal só pode ser extirpado com esta arma - a escola",* afirma Correia Defreitas no jornal Correio Paulistano de 15 de dezembro de 1914.

Correia Defreitas deixou a região contestada dia 13 de fevereiro e retornou ao Brasil em setembro. Sua viagem pelo Rio Grande do Sul, Argentina e Paraguai é chamada pelos periódicos de excursão ou passeio. Após a missão pacificadora na região contestada, Correia Defreitas obtém da Câmara dos Deputados licença para se ausentar do país. Primeiramente havia pensado em ir à Europa, mas preferiu conhecer de perto algumas cidades gaúchas e outras dos países vizinhos (DIÁRIO DA TARDE, 24/07/1914). Apresentou-se ao Congresso somente na sessão de 14 de dezembro quando reassumiu suas atividades de deputado federal[410].

Após quase três anos de conflito, entre dezembro de 1913 e janeiro de 1916, cerca de nove mil militares e civis, entre mortos, desaparecidos, feridos e desertores deram baixa nos campos de batalha da Guerra do Contestado, um dos mais sangrentos da História do Brasil. No auge do conflito, entre o final de 1914 e início de 1915 estavam em ação 8 mil militares, sendo 7 mil soldados das armas da Infantaria, Cavalaria, Artilharia e Engenharia do Exército Brasileiro, do Regimento de Segurança do Paraná, do Regimento de Segurança de Santa Catarina e mais mil civis contratados pela União. Do outro lado, havia os sertanejos com o Exército

---

2379 os revoltados) e matar um número incerto mas estimado em duas centenas de marinheiros, como também afastar os adversários políticos, que ficaram a favor da Anistia dos marinheiros rebeldes, como o candidato à presidência derrotado, Rui Barbosa, isolando-o em São Paulo. Matar homens amarrados, rendidos, por vingança, realmente é uma mancha na história brasileira. Fonte: CARVALHO, José Murilo (org). **Repensando o Brasil dos Oitocentos: Cidadania, Política e Liberdade**. RJ: Ed. Civilização Brasileira, 2009.

[410] Mauricio Lacerda, deputado federal pelo Rio de Janeiro, é outro nome interessante de se analisar referente à Guerra do Contestado. Ele via a questão do "levante do sul" como um caso social, para o qual já não se *"pedia a brutalidade das armas, mas a sabedoria dos gabinetes de estado"* visto que a principal causa da guerra eram as espoliações de terras que levaram a população a fome, somente uma pequena parcela estava ali pelo fanatismo religioso (O IMPARCIAL, 30/05/1916).

Encantado de São Sebastião, com aproximadamente 10 mil membros composto por homens, mulheres, idosos e crianças, na maioria caboclos luso-brasileiros armados com revólveres, espingardas e facões (THOMÉ, 2005).

A questão de limites entre Paraná e Santa Catarina é antiga. Desde a formação do Império Brasileiro, as províncias de São Paulo e Santa Catarina não conheciam seus limites. Em 1853, com a criação da Província do Paraná, desmembrada de São Paulo, abriu-se o debate sobre a linha limítrofe, discussão que passou a ser mais acirrada entre as duas unidades federativas após a implantação da república. A questão envolvia o chamado “Território Contestado”, na época sob a administração do Paraná e localizado entre o rio Iguaçu (ao Norte), o rio Uruguai (ao Sul), a Serra Geral (ao Leste) até a fronteira com a Argentina (ao Oeste). Enquanto Paraná e Santa Catarina procuravam encontrar uma solução para o assunto, o Império havia decidido em 1879 que provisoriamente caberia ao Paraná administrar as terras ao Oeste do Rio do Peixe. Em 1900, o governo catarinense entrou com uma ação judicial contra o Estado do Paraná no Supremo Tribunal Federal reclamando seus direitos sobre todo o território. Em 1904, o STF manifestou-se oficialmente a favor de Santa Catarina, decisão confirmada em 1909 e ratificada em 1910, determinando que os paranaenses entregassem a administração das terras aos catarinenses. O governo do Paraná apoiado pela população, rebelou-se e não acatou a decisão, o que gerou um impasse jurídico-administativo no país (CARDOSO, 2014).

Na disputa por limites três confrontos importantes antecederam a Guerra do Contestado. O primeiro foi entre dezembro de 1905 e janeiro de 1906 na Vila de Nova Timbó quando Demétrio Ramos (ex-maragato e primo do governador de Santa Catarina Vidal Ramos) depois de se desentender com o Capitão Fabricio Vieira (ex-pica-pau) enfrentou as forças policiais do Paraná e um destacamento do exército. O segundo foi em setembro de 1909 quando o Coronel Aleixo Gonçalves de Lima (ex-maragato) comandando 500 homens da Guarda Nacional invadiu uma área que o Paraná dizia ser sua na Estrada Dona Francisca, expulsando a força policial paranaense que protegia uma barreira de impostos próxima à São Bento. A terceira foi em outubro de 1912 na cidade de Irani. O governo do Paraná entendeu como uma invasão catarinense a presença de um grupo de pessoas que acompanhavam o monge José Maria e mandou o Regimento de Segurança para

enfrentá-lo. Nesse episódio conhecido como Combate de Banhado Grande faleceu o Coronel João Gualberto e o monge José Maria.

Transcorria o segundo semestre de 1913 e nos tribunais superiores e nas tribunas legislativas a questão dos limites entre Paraná e Santa Catarina continuava sendo discutida. Em 15 de dezembro de 1913 na região de Taquaruçu chegaram as forças militares federais e policiais, mas como não agiram em sincronia, os caboclos conseguiram reagir e derrotaram as tropas oficiais. Estava iniciada a Guerra do Contestado. Nos primeiros dias de janeiro de 1914, na vila de Curitibanos é assassinado, pelo superintendente local, Praxedes Gomes Damasceno (líder comunitário de Taquaruçu) quando tentava recuperar uma tropa de mulas cargueiras apreendidas. Como consequência o Frei Rogério Neuhaus, que tentava dissuadir os ajuntados, é expulso do reduto em que se encontrava. O governo de Santa Catarina fez novo apelo ao exército que reuniu uma tropa de aproximadamente 750 homens, sob o comando do Tenente-coronel Dinarte de Aleluia Pires, com ordens de efetuar um ataque implacável (CARDOSO, 2014).

Diante do constatado poderio militar, os caboclos decidiram se retirar de Taquaruçu em direção a Caraguatá. Na noite de 8 de fevereiro de 1914 iniciou o cerrado bombardeio e os caboclos partem deixando poucos combatentes que são dizimados na manhã seguinte. Dias antes, *"antecedendo o embate, o deputado federal paranaense Manoel Correia de Freitas, de tendências socialistas[411], esteve no reduto tentando negociar, sem sucesso, a dispersão dos revoltosos"* (TOKARSKI, 2002, p.50).

Em 20 de outubro de 1916, no Rio de Janeiro, os governadores do Paraná e Santa Catarina assinaram o "Acordo de Limites" dividindo o Território Contestado (figura 120). Após a homologação pelos legislativos estaduais[412], os catarinenses

[411] A descrição de Manoel Correia Defreitas como adepto de "ideias socialistas" é dada no sentido dele ser contra a postura conservadora e hegemônica das elites que ocupavam o cenário político da Primeira República. As narrativas biográficas de Correia Defreitas o descrevem como uma figura visionária, despojada e mal compreendida em seu tempo justamente por ter uma visão diferenciada perante as questões sociais, políticas e econômicas. Se Correia Defreitas estivesse presente e atuando hoje na sociedade brasileira, ano de 2016, seria apontado como "comunista", assim como toda pessoa que defende ideias por uma sociedade menos desigual, numa total confusão de conceitos, ideologias e ideias.

[412] Em 23 de fevereiro de 1917 a Assembleia Legislativa do Paraná, presidida por Trajano Reis, reconheceu o acordo de divisas entre o estado e Santa Catarina, celebrado em 20 de outubro de 1916 no Rio de Janeiro e que oficialmente encerrou a Guerra do Contestado. O reconhecimento foi dado através da Lei Nº 1653 pelo governador Affonso Alves de Camargo que extinguiu os

assumiram a administração de 28 mil km² e o Paraná 20 mil km², dos 48 mil km² contestados.



Figura 120 - Reunião no Palácio do Catete, em 20 de outubro de 1916 quando foi assinado o tratado que estabeleceu os limites entre os estados do Paraná e de Santa Catarina.
Na foto, sentados, o Presidente Wenceslau Braz, ao centro, ladeado pelos governadores do Paraná - Affonso Camargo (esquerda) e Santa Catarina – Felippe Schmidt (direita).
Fonte: Disponível em http://www.ivopitz.pro.br/?arquivo=texcontestado. Acesso 06.novembro.2016.

Muitos estudos analisam a participação do deputado federal paranaense Manoel Correia Defreitas na Guerra do Contestado. Diante da impossibilidade de apresentarmos aqui todos os trabalhos que tratam da missão republicana de paz da qual Correia Defreitas participou, faremos uma breve apresentação dos autores já conhecidos e clássicos e algumas obras de produção mais recente (SANTOS, 2006).

---

municípios de Itaiópolis, Três Barras e Vila Nova do Timbó, bem como todas as exatorias estaduais paranaenses que em função do acordo de divisas passaram ao território de Santa Catarina (TOKARSKI, 2002, p.57-58).

O primeiro trabalho a falar da sua presença em terras contestadas foi Mauricio Vinhas de Queiroz (1977, p.126-150)[413] que dedica duas seções do seu livro para relatar a passagem do deputado paranaense pelos redutos de Taquaruçu e Caraguatá. Até a obra de Queiroz, os estudos sobre o Contestado eram marcados por uma barreira cultural que impedia o verdadeiro entendimento da vida, da cultura e das ações da população sertaneja. A própria expressão "fanáticos" utilizada para se referir à população sertaneja desqualificava a ação desses sujeitos que somente eram vistos em seu abandono e ignorância, não se procurava entender as suas razões e os poucos autores que tentaram ver o ponto de vista dos sertanejos ainda possuíam sua visão marcada por esse preconceito. Com a obra de Queiroz essa visão estereotipada começou a ser derrubada. Ele empregou o conceito de messianismo para explicar a expressão cultural e social sertaneja e associou o movimento sertanejo à crise social no planalto, à questão de terras e ao abuso dos coronéis/grandes fazendeiros. Entretanto, para o autor o movimento do Contestado ainda era uma "revolta alienada" que revelava um isolamento dos sertanejos em relação à sociedade circundante[414].

Com o título "A missão Correia de Freitas", Queiroz (1977, p.126) começa a tratar da presença do deputado do Paraná na Guerra do Contestado. Após uma brevíssima biografia[415], indica que em fevereiro de 1914 Correia Defreitas seguiu para o Reduto de Taquaruçu com o objetivo de conversar com os sertanejos. Ele foi acompanhado do coronel Antônio Maria da Rocha Tico (figura 121)[416] e pelo

[413] A primeira edição dessa obra é de 1966 pela Civilização Brasileira.

[414] A grande virada interpretativa acontece com a obra de Duglas Teixeira Monteiro - **Os Errantes do Novo Século.** São Paulo: Duas Cidades, 1974.

[415] Biografia baseada na obra de SOTTOMAIOR, Sebastião Paraná de Sá. **Galeria Paranaense: notas biográficas**. Curitiba: [s.e], 1922.

[416] Antonio Maria da Rocha Tico (1863-1929) era um fazendeiro gaúcho estabelecido em Jaguaraíva/PR e que atuou como representante do jornal Diário da Tarde, de Curitiba, na campanha humanitária promovida por esse periódico no início do ano de 1914 (Diário da Tarde, 22/01/1914). No início do século XX cresce a necessidade de agilidade na movimentação das tropas militares para evitar uma eventual ação por parte da Argentina sobre o território brasileiro. O governo então decide construir a ferrovia ligando São Paulo ao Rio Grande do Sul. Com a construção, Jaguariaíva recebe maçons, que fundam uma das mais fortes entidades da história do município. A história da maçonaria em Jaguariaíva começa com a Loja Maçônica José de Carvalho, fundada em 2 de agosto de 1902, tendo como um dos membros fundadores Antônio Maria da Rocha (Maçonaria faz 100 anos em Jaguariaíva, Tribuna do Paraná, 14/08/2002 e Esphynge de Novembro de 1902). Coronel Antônio Maria da Rocha (Tico) era casado com Luiza da Silva Rocha. Naturais da cidade de Taquari/RS. Tiveram 11 filhos. Eram proprietários de grandes fazendas no Estado do Rio Grande do Sul e do Paraná. Tico tinha a patente de Coronel da Guarda Nacional obtida na vigência do 2º

guia Antônio Cordeiro Sampaio[417]. Quando estava adiante de Curitibanos foram alcançados pelas tropas legais e Correia Defreitas teve um encontro com o Tenente-Coronel Dinarte de Aleluia Pires[418] no qual entregou uma carta de Lebon Regis[419], o que demonstrava que sua missão tinha apoio oficial. Correia Defreitas solicita ao comandante das forças legais, Aleluia Pires, não atacar o reduto antes de seu regresso, pois sua missão era tentar fazer a dissolução dos sertanejos de forma pacífica. O comandante aceita aguardar o resultado das negociações. Correia Defreitas e comitiva passam dois dias no reduto de Taquaruçu. Foram recebidos com muita hospitalidade, tomaram muito chimarrão em diferentes casas e pernoitaram na casa do falecido Praxedes Gomes Damasceno[420]. Correia Defreitas não consegue sucesso em suas negociações para dispersar os

---

Império. Luiza da Silva Rocha era sobrinha do Barão de Antonina, João da Silva Machado, primeiro Senador da Província do Paraná, vigência do Império, precursor da Emancipação Política e Econômica da 5ª Comarca de São Paulo em 1843, que se tornou então a Província do Paraná e mais tarde no Estado do Paraná e, do seu irmão Francisco de Paula e Silva, o Barão de Ibicuí (Origem da Família Nunes Rocha disponível em http://escritosanalfabetos.blogspot.com.br/2009/01/origem-da-familia-nunes-rocha.html. Acesso 06.novembro.2016). Tico faleceu em 22 de outubro de 1929 na cidade de Curitiba, com 66 anos. Era filho de João Maria da Rocha. Sua última ocupação era como coletor estadual em Wenceslau Brás (A República, 23/10/1929).

[417] Segundo o jornal A Regeneração de 26/09/1878 Antônio Cordeiro Angelo era fazendeiro em Lages/SC. Não localizamos mais informações biográficas de Antônio.

[418] Dinarte de Aleluia Pires foi comandante da força federal de Canoinhas que realizou o desarmamento do bando de Demétrio Ramos em 1905. Foi o comandante das forças federal e catarinense em 1914 responsáveis pelo arrasamento de Taquaruçu (RODRIGUES, 2008).

[419] Gustavo Lebon Regis (1874-1930) filho de Alexandre Justino Regis e de Luísa Lebon Regis nasceu na cidade de Parati, atual Araquari (SC). Em 1894, como alferes-aluno da Escola Militar, tomou parte no combate à Revolução Federalista na cidade de Lapa (PR). Em 1902 formou-se, obtendo os diplomas de engenheiro militar e de bacharel em matemática. Iniciou a carreira política como deputado estadual em Santa Catarina na legislatura 1902-1903. Reeleito para quatro mandatos consecutivos, em 1910 participou da Assembleia Constituinte de Santa Catarina e em 1912 foi presidente da ALESC. Entre os anos de 1911 e 1912 ocupou interinamente o cargo de prefeito de Florianópolis em três ocasiões. Foi também secretário da Fazenda, Viação e Obras Públicas e da Agricultura do Estado de Santa Catarina de janeiro de 1913 a outubro de 1914, época da Comitiva Republicana de Paz da qual Manoel Correia Defreitas participou. Em 1915 foi eleito deputado federal por Santa Catarina. Durante sua passagem pela Câmara dos Deputados, de 1915 a 1917, integrou a Comissão Demarcadora de Limites entre os Estados de Santa Catarina e Paraná, formada após a Guerra de Contestado (1912-1916). Como militar, foi sucessivamente promovido, de alferes comissionado, em 1894, até obter a patente de coronel efetivo, em 1923. Faleceu na cidade do Rio de Janeiro (PIAZZA, 1985).

[420] Praxedes Gomes Damasceno (Xandoca), líder comunitário de Taquaruçu, foi assassinado nos primeiros dias de janeiro de 1914, na vila de Curitibanos, pelo Superintendente local, quando tentava recuperar uma tropa de mulas cargueiras apreendidas (Disponível em http://nilson-contestado.blogspot.com.br/2007/05/breve-histria-da-guerra-do-contestado_31.html. Acesso em 06.novembro.2016).

sertanejos. Foi informado que os líderes que poderiam ordenar a dispersão haviam partido para o Reduto de Caraguatá. Correia Defreitas decide ir à Caraguatá. O coronel Antonio Maria da Rocha Tico vai para Campos Novos e passa telegramas ao jornal Diário da Tarde dando pormenores da missão ao Reduto de Taquaruçu e o guia Antonio Cordeiro Sampaio vai para Espinilho (lugar de concentração das tropas legais) e fornece depoimento ao Henrique Rupp Júnior[421]. Queiroz (1977, p.127) comenta sobre uma carta de Correia Defreitas em que ele descreveu o que viu em Taquaruçu, mas até o momento não conseguimos localizar esse material. Os três: Correia Defreitas, Tico e Sampaio, fornecem detalhes da organização, do número de pessoas, do número de armas, das lideranças e da crença dos sertanejos. Toda vez que Correia Defreitas mencionava a questão da dispersão, os sertanejos respondiam que eles estavam concentrados ali numa santa missão e que não pretendiam atacar ninguém, a não ser que fossem atacados pois teriam que se defender (Diário da Tarde, 06/03/1914).

[421] Henrique Rupp Junior (1880-1959) foi advogado, jornalista, empresário e político. Filho de Henrique Rupp e Ema Rupp. Foi deputado à Assembleia Legislativa de Santa Catarina na 6ª legislatura (1907-1909), na 10ª legislatura (1919-1921) e na 11ª legislatura (1922-1924). Foi um dos organizadores da Aliança Liberal em Santa Catarina, mas depois afastou-se do grupo organizado em torno de Getúlio Vargas após a Revolução de 1930. Foi promotor público primeiro em Curitibanos; logo depois em Florianópolis. Juntamente com José Boiteux, Henrique Fontes e Gil Costa, fundou a Faculdade de Direito em Florianópolis, sendo seu diretor por vários anos e catedrático da cadeira de Direito Comercial. Foi deputado Federal, participante ativo da Revolução de 30 e um dos fundadores da UDN, em 1945 (PIAZZA, 1985).



Figura 121 - Ao centro o Coronel Antônio Maria Rocha Tico, emissário do Diário da Tarde.
Fonte: http://www.museumaconicoparanaense.com. Acesso em 03.novembro.2015

A segunda seção dedicada ao deputado paranaense intitula-se “Correia de Freitas em Caraguatá” (Queiroz, 1977, p.147). O autor aponta que em sua missão no Reduto de Taquaruçu, Correia Defreitas conseguiu deles a promessa que se dispersariam desde que os chefes dos redutos de Taboão e Caraguatá também concordassem (Diário da Tarde, 13/02/1914). Por esse motivo seguiu diretamente de Taquaruçu para Caraguatá, pois achava que conseguiria uma pacificação geral antes do ataque das forças legais, evitando o massacre dos sertanejos. Apesar de seus esforços em Caraguatá para estabelecer um acordo que pusesse fim ao movimento, as tropas legais não aguardaram seu retorno e atacaram o Reduto de Taquaruçu no dia 8 de fevereiro de 1914. Correia Defreitas chegou em Campos Novos dia 10 de fevereiro e de lá partiu para Porto Alegre, continuando viagem para o Uruguai, a Argentina e o Paraguai, retornando meses depois quando a situação da Guerra do Contestado havia totalmente se modificado. Assim pouco se sabe das negociações que fez em Caraguatá e dos detalhes da organização desse reduto. Em seu depoimento para o jornal Diário da Tarde de 11 de fevereiro de

1914 demonstra o sentimento de inutilidade de todos os esforços que empreendera visando a pacificação.

Existe uma versão que atribui a Correia Defreitas, quando da sua estada em Caraguatá, da oferta de cem mil contos de réis para que os sertanejos se dispersassem, porém, eles teriam exigido um milhão de contos de réis e a restauração da monarquia, condições fora do alcance do deputado paranaense. Em outra versão Correia Defreitas teria garantido que o governo daria terras aos sertanejos, mas os sertanejos responderam que só desejavam a monarquia. Esta última versão em que não se fala em dinheiro, mas na distribuição de terras foi incorporada ao folclore e aparecia cantada em trovas:

Ele era emissário
Que o governo mandava
Ia saber dos jagunços
Por que se revoltava.
Se era para mode terra
O governo dava.

Só aceitamos monarquia
Se for possível nos dar
Que aqui nesse regimento
É a lei que há de ficar
(QUEIROZ, 1977, p.147)[422]

Seja qual for a versão, todas convergem num ponto: o retorno da monarquia como condição de paz. O retorno da monarquia não era o retorno de algum descendente de Dom Pedro II ao poder, mas sim a derrubada do governo dos coronéis e a implantação de um governo mais justo. Para o autor, quando Correia Defreitas procurou negociar em Caraguatá, a reivindicação por terras não era mais a exigência imediata dos sertanejos, mas sim a mudança da forma de governo, o que inviabilizou os projetos pacifistas do deputado paranaense. As reivindicações dos sertanejos saíram do plano do possível como terras, escolas, dinheiro para um plano irrealizável. Para Queiroz (1977) Correia Defreitas experimentou uma grande decepção.

[422] Conforme arquivo do autor. NÊNE CHEFRE. Sebastião Antunes de Oliveira, vulgo Nêne Chefre. “Os jagunços”. Lebon Regis, 1943.

Depois da obra de Queiroz (1977) outros trabalhos também trataram da missão pacifista de Correia Defreitas na Guerra do Contestado. Fernando Osvaldo de Oliveira (1978) apontada o deputado paranaense como o emissário do governo que trazia a palavra do presidente da república (na época Marechal Hermes da Fonseca). O conselho era para que os chefes debandassem e não reunissem as pessoas nos redutos porque senão o governo teria que destruí-los. A resposta foi negativa e alegavam que eram pacíficos, que apenas se defendiam, pois, as "tropas do Hermes é que vinham provocá-los". Como haviam conseguido uma vitória no primeiro combate[423], a posição das lideranças era irredutível, pois achavam que iriam repetir o feito. O autor aponta que o deputado do Paraná ofereceu terras nas negociações e tentava mostrar a impossibilidade deles saírem vitoriosos. Os chefes dos sertanejos procuravam protelar as negociações com o deputado paranaense pois haviam recebido a notícia dos seus informantes que as tropas estavam esperando a volta do deputado para atacar. As negociações continuavam e Correia Defreitas agora prometeu dinheiro e ajeitar as terras depois (OLIVEIRA, 1978, p.73-78). O autor não acrescenta nada de novo em relação ao trabalho de Queiroz. Também não cita o nome do deputado Correia Defreitas, apenas fala "o deputado do Paraná" e não aponta o momento em que Correia Defreitas estaria negociando em Taquaruçu ou em Caraguatá.

Marli Auras (1984, p.84) faz uma referência muito rápida à missão pacifista de Correia Defreitas. Para a autora enquanto o Estado organizava uma nova investida contra os sertanejos, o deputado pelo Paraná, defensor de ideias socialistas, se deslocou até o Reduto de Taquaruçu a fim de conseguir a dispersão dos sertanejos sem derramamento de sangue. Ficou dois dias nesse reduto e partiu para o de Caraguatá. Finaliza apontando uma questão: o deputado do Paraná não conseguiu atingir seu objetivo pela fé do caboclo ser muito sólida ou porque seu trabalho foi atropelado pela ação precipitada das tropas legais? Depois faz menção a passagem do deputado pelo Reduto de Caraguatá, onde o mesmo teria constatado "parecer ali ter mais fanatismo do que em Taquaruçu" (DIÁRIO DA TARDE, 11/02/1914). Finaliza apontando as duas versões já indicadas por Queiroz (1977) sobre as tentativas de Correia Defreitas de estabelecer um acordo: primeiro a oferta de dinheiro e segundo a oferta de terras. Mas as duas propostas tiveram

[423] Taquaruçu em dezembro de 1913.

respostas negativas, pois a condição para o restabelecimento da paz, da parte dos sertanejos, era o restabelecimento da monarquia, uma vez que a república representava os coronéis e a estrada de ferro, ou seja, a ordem espoliadora (AURAS, 1984, p.88-89).

Paulo Ramos Derengoski (1986, p. 35) não trata da missão pacifista de Correia Defreitas, apenas o cita como indicação bibliográfica quando fala da posição do Tenente-coronel Aleluia Pires perante o ataque aos sertanejos, *"não cabia às forças legais combater os patrícios ignorantes que foram levados ao desespero por traficantes da província"*[424]. Mas esse autor não fornece a indicação completa de onde Correia Defreitas teria feito o registro dessa posição do tenente-coronel. No seu trabalho de 2013, Derengoski (p.33-34) cita Correia Defreitas como deputado abolicionista, republicano exaltado, seguidor das ideias utópicas de Saint-Simon que partiu do Rio de Janeiro para a área da Lumber Corporation, mas foi recebido com hostilidade tanto pelos peludos como pelos pelados. Depois retoma a análise que já havia apontado em sua obra de 1986 sem acrescentar mais dados.

Renato Mocellin (1989) faz rápida referência a missão de Correia Defreitas. Comenta que antes do segundo ataque ao Reduto de Taquaruçu, o deputado progressista com ideias socialistas do Paraná, tentou convencer os sertanejos a se dispersarem, mas não obteve sucesso. Depois seguiu para Caraguatá com o mesmo intuito, mas mais uma vez a missão de Correia Defreitas fracassou. Já em sua última obra, Mocellin (2015, p.111) dedica uma seção para o deputado paranaense intitulada "UM DEPUTADO DO POVO", apontando que o deputado havia sido abolicionista, republicano histórico e possuía ideias progressistas apresentando projetos avançados para a época. A proposta de pacificação de Correia Defreitas não foi acatada pelos sertanejos de Taquaruçu porque estes queriam construir uma cidade independente de Curitibanos e edificar uma igreja em memória de São João Maria. Os de Caraguatá por sua vez disseram que não havia razão para se dispersarem pois não tinham a intenção de atacar ninguém. O autor aponta que não tem como ter certeza se o deputado do Paraná ofereceu dinheiro e terras para pôr fim ao movimento, mas que a única coisa certa é que os sertanejos não acreditavam nas promessas do governo e queriam acabar com o domínio dos coronéis.

[424] Ver também Tribuna da Imprensa de 24/07/1991 e Jornal do Commercio de 6 e 7/02/1994.

Euclides Felippe (1995) fez uma coletânea de narrativas das tradições e crenças populares envolvendo o Contestado. Dentre as diferentes histórias aparece a de Correia Defreitas e sua ida à cidade santa de Taquaruçu para tentar uma solução pacífica, mas nada conseguiu devido a ausência da "gente de Eusébio" (p. 141), os homens capazes de decidir haviam se dirigido para Caraguatá e para lá também seguiu na "esperança de que alcançaria uma pacificação geral, antes do projetado ataque das forças do governo" (p. 152). Depois de três dias de viagem chegou em Caraguatá, no dia 9 de fevereiro, um dia após o massacre de Taquaruçu. Enquanto se esforçava para cumprir sua missão chegou a notícia do ataque à Taquaruçu e agora os sertanejos só pensavam em vingança. O chefe do Reduto de Caraguatá, Elias de Morais, por fim propôs o impossível ao deputado paranaense: não queriam terras, escolas, estradas e dinheiro que ele estava propondo, mas queriam que o governo devolvesse as vidas dos que haviam perecido em Taquaruçu. Certificando-se do fracasso dos seus esforços, Correia Defreitas deixa a região. O autor aponta que o próprio oficial Aleluia Pires não estava convencido de que no ataque ao reduto de Taquaruçu iria combater inimigos, mas sim arrasar, levar à morte os "pacatos e inofensivos sertanejos". Seu plano era permanecer com as tropas acampadas nas cercanias de Taquaruçu até conseguir a dispersão pacífica dos sertanejos, ou cercá-los e reduzí-los pela fome.

Os Governos se estufaro de orguio
Das crianças e as muié achaciná:
Urtimada a matança e o massacre
Elevaro inté os cabo a generá!

A alegria de acaba cos miserva
Foi tão grande, que arribô lá no Catete:
Se bejaro, se abraçaro e banquetearo
Arrotaro, vomitaro, estoraro inté foguete.

- "Agora sim – diz a corja vitoriosa –
Co Governo e as Força cá nas mão,
É estuda, e sabê fazê as trama
Semo dono como nunca, da Nação"!

Bem por isso ingeitemo as proposta
Do seu Freitas, deputado federá
Os governo só tem dado mau exempro
Só os burros os que vão acredita.

Inferno mesmo, nóis aqui na nossa Pátria
Assassinados pelos nossos próprio irmão,

Sê robado, massacrado e atropelado ...
Isso é crime que jamais terá perdão[425]

Nilson Thomé (1999) trata das diversas missões de paz enviadas para negociar com os sertanejos e entre elas está a do deputado Correia Defreitas que foi programada pelo jornal Diário da Tarde através de uma campanha humanitária. Para o autor, sensíveis com o que ocorrera em Irani em outubro de 1912 e receosos do que poderia via a ocorrer em Taquaruçu, foi enviada a comitiva liderada pelo deputado paranaense e composta pelo representante do jornal, o fazendeiro Antonio da Rocha Tico e pelos guias locais Antonio Cordeiro de Sampaio, Generoso Ribeiro e Firmino Mello (os guias tinham parentes no reduto de Taquaruçu e queriam tirá-los de lá). A missão foi bem recebida na cidade-santa de Taquaruçu e permaneceu lá por dois dias, mas não logrou êxito. Na tarde do dia 8 de fevereiro de 1912 começou o bombardeio que prosseguiu de forma ininterrupta pela noite chuvosa até a manhã do dia seguinte. *"Os militares destroçaram Taquaruçu, liquidaram todos os que ali estavam e queimaram as casas"* (THOMÉ, 1999, p. 183).

Élio Serpa (1999) destaca que o governo através do envio de representantes tentou fazer os sertanejos abandonarem a luta. Entre esses enviados estava Correia Defreitas, que como os outros, não logrou êxito mas forneceu importantes informações às tropas legais sobre os sertanejos para possíveis ataques.

Aujor Ávila da Luz (1999) aponta o envio de Correia Defreitas como emissário para dispersar os sertanejos pois o governo empregaria metralhadoras para atacar o reduto. Os sertanejos responderam que queriam muito conhecer uma metralhadora e que estavam esperando o novo ataque das tropas legais. O deputado do Paraná *"num nobre esforço de pacificação e num nobre espírito de humanidade"* (LUZ, 1999, p.190) segue para o reduto de Caraguatá na tentativa de negociar a paz. Desta vez, pediu a dispersão e em nome do governo ofereceu cem mil contos de réis. A resposta dos sertanejos foi que queriam um milhão de contos e a restauração da monarquia.

Paulo Pinheiro Machado (2001; 2004) também faz menção a tentativa de Correia Defreitas de mediar *"uma negociação antes do segundo e derradeiro*

[425] Felippe, 1995, p. 157.

ataque à Taquaruçu" (MACHADO, 2001, p. 220). O comandante Aleluia Pires permitiu essa visita de paz, pois segundo Machado (2004, p. 221) os militares estavam com hesitação para atacar o reduto por não verem *"os sertanejos como inimigos, mas o viam sendo usados pelos políticos locais, os coronéis da Guarda Nacional, que por conta de sua politicagem, tinham provocado a reunião dos sertanejos"*.

Marilene Weinhardt (2002) traz uma nova proposta de análise da Guerra do Contestado. Ela estuda as representações do conflito através das narrativas vinculadas por quatro textos ficcionais sobre o conflito e dedica um capítulo ao texto jornalístico, no caso do Diário da Tarde, jornal de Curitiba que em 1914 empreendeu uma campanha pelo encaminhamento de soluções não armadas ao conflito. A autora analisa o processo de construção dessa campanha de pacificação, que tinha o slogan "PELA HUMANIDADE" como formadora de opinião. Destaca a intenção de colocar em evidência a rudeza dos sertanejos e a denominação "fanáticos" utilizada recebe o adjetivo de religiosos – "fanáticos religiosos", definindo esse termo. Os artigos do jornal se alteram entre aqueles que apontavam uma proximidade de paz e os outros que constatam que as chances do fim da revolta sem violência eram remotas. Nesse último caso temos o relato da ineficácia das tentativas de pacificação do deputado Correia Defreitas. O discurso humanitário do Diário da Tarde continua nos dias subsequentes ao ataque ao Reduto de Taquaruçu, mesclando as informações de várias fontes. Em 20 de fevereiro o jornal substitui o slogan "Pela Humanidade!" por "Novo Rumo" o qual agora pregava a incorporação dos sertanejos à sociedade nacional por meio da instrução. Mas ainda não havia ocorrido o Combate de Caraguatá que coloca abaixo essa esperança de "um novo rumo"[426].

Delmir José Valentini (2003, p. 91 e p.109) fala da missão pacifista de Correia Defreitas mas citando Queiroz (1977), não acrescenta nenhum dado novo.

Walmor Marcellino (2005) aponta o fracasso da missão do deputado Correia Defreitas aos redutos de Taquaruçu e Caraguatá ao tentar a conciliação dos insurretos oferecendo dinheiro, mas em resposta queriam a restauração da

[426] O jornal Diário da Tarde demonstrou um compromisso humanitário antes de aderir a voz oficial. O jornal Commercio do Paraná sempre vestiu a camisa governista e isso pode ser percebido pelos termos utilizados nos artigos como, por exemplo, o termo jagunço para se referir aos sertanejos (WEINHARDT, 2002, p. 68).

monarquia e as vidas das mulheres e crianças que haviam sido chacinadas em Taquaruçu. Sem acordo, as tropas oficiais se reorganizaram e iniciaram a marcha sobre os revoltosos.

Auro Sanford de Vasconcellos (2008) em seu romance histórico decide narrar a saga de Francisca Roberta, a Chica Pelega, a legendária heroína da insurreição destacando o protagonismo feminino na Guerra do Contestado. No capítulo XXIV o autor trata do massacre de Taquaruçu e cita a visita de Correia Defreitas no reduto buscando uma solução pacífica para o conflito. Acordou com o chefe militar que iria pessoalmente procurar os líderes sertanejos no interior do reduto antes de acontecer o ataque armado. Pede encarecidamente que o ataque não ocorresse antes de seu retorno pois acreditava ser capaz de contornar a situação. Em seguida Vasconcellos (2008, p. 187) dedica um parágrafo para apontamentos de alguns dados biográficos do deputado Correia Defreitas o descrevendo como abolicionista, de “ideias avançadas” que eram verificadas em seus projetos de lei apresentados na Câmara dos Deputados, tais como distribuição de terras, seguro operário, pensão por invalidez ou velhice, não conseguindo aprovar nenhum. Quando Correia Defreitas chega em Taquaruçu encontra o reduto esvaziado, somente com mulheres, crianças, inválidos e idosos. Os líderes haviam seguido para Caraguatá. O parlamentar decide seguir para lá, mas sua “cansativa missão de boa vontade” foi em vão pois enquanto retorna desse último reduto, Taquaruçu foi violentamente atacado.

Tarcisio Carvalho (2009) apresenta a Guerra do Contestado como uma luta de classes não apenas no aspecto de violência física, mas no sentido da disputa entre os valores e as representações que estavam em jogo. Apresenta como a classe dominante interpretou o contexto dessa guerra e os discursos construídos sobre os caboclos pela imprensa, pelo exército e pelos membros dessa classe que ocupavam postos políticos. O destaque é dado aos discursos construídos pelo estado republicano que produziam e reproduziam valores ideológicos para justificar e legitimar sua intervenção armada sobre os sertanejos. No trabalho de Carvalho (2009), Correia Defreitas aparece na seção em que o discurso da imprensa é analisado. O principal aspecto desse discurso é consolidar a ignorância e o analfabetismo como os principais atributos do sertanejo, o que explicava o atraso na agricultura e a facilidade com que eram tomados pelas superstições e falsos

profetas como os monges. *"Os elementos modernos e civilizados (escola, fábrica, higiene e cultura intensiva) são completamente desconhecidos do caboclo que, na grande maioria das vezes apela para algum curandeiro, profeta ou monge* (CARVALHO, 2009, p. 187). O documento de análise de Carvalho (2009) que faz referência ao Correia Defreitas é um excerto de Antonio Hercilio[427] publicado na Revista Casa do Lavrador da Secretaria de Agricultura do Paraná[428]. Hercilio (1912) elogia a intenção do deputado paranaense de combater o analfabetismo e cita a fala de Correia Defreitas na Câmara dos Deputados do dia 24 de outubro de 1912 com relação ao Combate do Irani:

> É por causa de factos d'essa ordem que tenho apresentado projectos de combate ao analfabetismo, uma das mais fundas e dolorosas chagas que afligem a nossa sociedade. Infelizmente, o Congresso não tem tomado em consideração esse problema, que é capital, e essencial para que possamos constituir uma nação forte, de *homens civilizados* (HERCILIO, 1912, p. 172, grifo do autor).

Na página seguinte Hercilio (1912, p. 173) cita mais uma vez Correia Defreitas quando faz menção à figura do coronel João Gualberto, morto no Combate do Irani. Segundo o autor, o deputado havia dito em seu discurso que João Gualberto era *"o ídolo de todas as classes d'esta terra",* ou seja, um herói. Hercilio (1912) complementa seu pensamento reforçando a imagem do caboclo como bandido selvagem que matou o coronel *"trespassado pelo facão do caboclo facínora".*

Liz Dalfré (2014, p.90) ao analisar o movimento do Contestado no Diário da Tarde cita Correia Defreitas como um importante político paranaense que visitou os redutos da região contestada tentando apaziguar os sertanejos, tentando os convencer a se dispersarem, oferecendo em troca garantias de vida e assentamento.

---

[427] Embora seja um texto assinado por Antonio Hercilio e a localidade indicada seja Antonina, ano de 1912 não conseguimos localizar mais dados sobre o autor do excerto.

[428] HERCILIO, Antonio (1912). **Excertos de um escrito inédito (continuação).** IN: Almanaque da Revista A Casa do Lavrador da Secretaria de Agricultura, Indústria e Commercio para 1913. Anno I. Curitiba: Typographia da Penitenciaria, p. 170-174.

Karina Woitowicz (2014) faz a análise discursiva do jornal paranaense Diário da Tarde durante os anos de 1912 a 1916. Por meio da análise de discurso a autora identifica as vozes e posicionamentos tomados pelo periódico durante o período da Guerra do Contestado, reconhecendo um trabalho simbólico cotidianamente desenvolvido pela imprensa, em seu processo de construção do real e em seu "dizer" jornalístico. Assim, a autora analisa a campanha "Pela Humanidade!" que contou com o respaldo de autoridades e grupos da capital paranaense[429] que se apresentaram como aliados dos sertanejos, em nome de sentimentos patrióticos, junto à opinião pública. Essa campanha aderia a um fim pacífico para o movimento já que as operações legais negavam essa intenção, conforme Diário da Tarde de 11 de fevereiro de 1914:

> Comemorou-se o assalto a Taquarussu. Os caboclos foram feridos a bala, estraçalhados a metralha, espedaçados a canha. Homens, mulheres e crianças morderam o pó, com os membros decepados, o peito varado, o crânio fulminado, o ventre estirpado. O sangue tingiu de rubro as matas do sertão catarinense.

A campanha de opinião pública "Pela humanidade!" tinha o objetivo de sensibilizar a população e apontar os rumos para uma solução "sem derramamento de sangue". Esses eram os principais elementos presentes nos discursos do jornal que publica as correspondências enviadas pelo deputado paranaense Correia Defreitas que procurava apagar as marcas de violência e o perfil de criminoso comumente atribuídas aos sertanejos. O sertanejo não era mais visto como uma ameaça à sociedade, mas como parte e principalmente vítima dela. Esta campanha de pacificação que enviou pacificadores[430], homens que se expuseram a todos os perigos e à própria morte em bem da humanidade, representou um elemento significativo na definição dos rumos do Contestado. Para a autora, houve uma "migração de sentidos" que vão do perfil de criminoso ao de vítima, a partir de mecanismos e estratégias discursivas que procuraram traduzir e significar as

[429] O jornal Diário da Tarde teve seu primeiro número publicado em 18 de março de 1899. Foi fundado por Estácio Correia. Na época da campanha "Pela Humanidade!" seu diretor era Jayme Ballão, amigo pessoal de Manoel Correia Defreitas.

[430] O deputado Manoel Correia Defreitas, o emissário do jornal Diário da Tarde Antonio da Rocha Tico e os guias Antonio Sampaio, Generoso Ribeiro e Firmo de Mello (WOITOWICZ, 2014, p. 115).

origens e a situação dos sertanejos e dos integrantes do movimento para se produzir sentido sobre os fatos. Os sertanejos foram vistos dentro de um quadro de referências próprias e os textos procuravam apagar as marcas de violência atribuídas a eles:

> Os fanáticos não praticaram uma agressão ainda, um roubo, uma depredação. Vão ao extremo de queimar dinheiro, viveres e munições apreendidas para não se aproveitar do que é alheio[431]. A própria lenda da existência de perigosíssimos e facínoras bandidos entre os fanáticos é desfeita por inteira. Agora que o exército já se defrontou plenamente na resistência oposta à coluna Adalberto, ponha-se um paradeiro aos mais violentos meios empregados para dispersar os caboclos. Usa-se de outros meios, o sítio, por exemplo, já que a intervenção pacificadora dos emissários do Diário da Tarde não surtiu o almejado efeito ... (Manoel Correia Defreitas, Diário da Tarde de 14 de fevereiro de 1914).

Os discursos veiculados pela imprensa contribuíram para consolidar a imagem do sertanejo como um mestiço inferior, através de suas características de fanático, selvagem, bárbaro, inculto, desamparado, analfabeto, bandido e criminoso; a imagem dos militares como guerreiros e a imagem dos grandes proprietários de terras como vítimas do conflito social que envolveu o homem do campo. Woitowicz (2014) conclui que a campanha “Pela Humanidade!”, da qual Correia Defreitas participou, permitiu a compreensão da condição sertaneja durante a Guerra do Contestado quebrando as marcas de um pensamento hegemônico marcado pelo argumento racial que buscava definir o perfil do sertanejo por meio de suas descrições físicas e morais, vinculando suas atitudes ao crime e intensificando o descrédito de sua religiosidade. O vínculo do sertanejo ao analfabetismo, à ignorância e ao fanatismo é parte integrante, é o consenso presente no discurso simbólico construído ao longo do conflito demonstrando o potencial de ação e representação que configurou a atividade da imprensa durante esse processo. Em suma, o jornal cria e recria consensos que a cada repetição necessitam menos de explicações.

O Instituto Histórico e Geográfico do Paraná (IHGPR) fornece a visão oficial do Paraná sobre a Guerra do Contestado através de três obras publicadas na

[431] Para entender o sistema de reciprocidade praticado entre os sertanejos consultar Margarido (1974).

coleção Estante Paranista[432]. A primeira obra é de Alcibíades Miranda (2012) e se enquadra no grupo de obras escritas por militares[433], cuja primeira edição foi publicada em 1987, mas a redação é do ano de 1938. A obra está dividida em três partes: 1- As causas da luta; 2 – A luta e 3 – Pacificação[434]. Na segunda parte ele trata das oito expedições militares que foram enviadas para a região do Contestado entre fins de 1912 a princípios de 1915 contra os "jagunços fanáticos" e ressalta que somente a última fora bem-sucedida. Manoel Correia Defreitas aparece no texto na descrição da Quinta Expedição que foi organizada após o insucesso do ataque militar ao reduto de Taquaruçu em dezembro de 1913. Essa expedição atacou esse reduto "apenas" no dia 8 de fevereiro de 1914, pois o comandante Aleluia Pires aguardava *"o resultado da viagem pacificadora do deputado paranaense Correia Defreitas ao acampamento de Taquaruçu, com assentimento das autoridades estaduais"* (MIRANDA, 2012, p. 69). Nutria o comandante Aleluia Pires a esperança de que os "fanáticos" se dispersassem à aproximação das forças

[432] Conforme comunicação de Luiz Carlos da Silva "Reafirmando velhas certezas: O IHGEP nos 70 anos do Movimento do Contestado (1986)" realizada no III Simpósio do Centenário do Contestado - FAFI/UNESPAR de 4 a 6 de novembro de 2015, União da Vitória/PR.

[433] Entre outras obras escritas por militares destacamos:
ASSUNÇÃO, Herculano T. de. **A Campanha do Contestado**. 2 volumes. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado, 1917 e 1918.
CERQUEIRA, Antonio Alves. **A jornada de Taquaruçu: feito guerreiro**. Rio de Janeiro: [s.n], 1919
PEIXOTO, Dermeval. [pseudônimo Crivelaro Marcial]. **Campanha do Contestado: episódios e impressões**. 3 volumes. Rio de Janeiro: Edição do autor, 1916
SOARES, José O. Pinto. **Apontamentos para a história: o Contestado**. Porto Alegre: Oficinas gráficas da Escola de Engenharia de Porto Alegre,1920.
SOARES, José O. Pinto. **Guerra em Sertões Brasileiros**. RJ: Papelaria Velho, 1931.
O relatório do General Setembrino de Carvalho é um texto que se reveste de observações e comentários de caráter político-social que permitem considerá-lo fora da classificação de documento meramente burocrático e ser enquadrado como uma obra clássica escrita por um militar.
Carvalho, Fernando Setembrino de. **Relatório apresentado ao general José Caetano de Faria, Ministro da Guerra, pelo comandante das forças em operações na Guerra do Contestado**. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1915.
Apesar de todos serem oficiais do Exército Brasileiro e não possuírem o mínimo conhecimento ou domínio sobre a ciência da História, seus trabalhos servem como fontes importantes, principalmente para a compreensão do pensamento militar sobre a Guerra do Contestado. Para saber mais sobre a produção militar sobre o Contestado ver RODRIGUES, Rogério Rosa (2008). **Veredas de um grande sertão: a Guerra do Contestado e a modernização do Exército**. Rio de Janeiro: Doutorado em História da UFRJ.

[434] Alcibiades Miranda não era paranaense, então, no prefácio da primeira edição o presidente do IHGPR alerta que talvez ele aborde questões de maneira que não "agrade aos paranaenses". Miranda critica negativamente personalidades paranaenses como José Cleto da Silva e Manoel Alencar Guimarães e revela-se a favor da emancipação da região contestada criando-se um novo território. Depois, deveria ser realizado um plebiscito que iria determinar a anexação desse território a um dos estados.

legais, confiando ainda no resultado dos emissários pacificadores que haviam ido ao acampamento deles em missão humanitária. Além de Correia Defreitas, Miranda (2012) destaca outros emissários pacificadores como o Frei Rogério Neuhaus (que chegou a ser agredido pelos "fanáticos") e o padre José Lechner, que assim como o deputado paranaense, não alcançaram êxito nas negociações. O discurso de Miranda é de que o exército agiu com civilidade e racionalidade enviando emissários para tratarem com os sertanejos sua rendição; e de que os "fanáticos" como sempre reagiram com violência desmedida. O autor esquece que o exército também utilizou de violência desmedida o que indica que precisamos inverter essa lógica de análise.

A segunda obra é de Fredericindo Marés de Souza (1987) que aborda a gestão do presidente do estado do Paraná Carlos Cavalcanti e a Guerra do Contestado[435]. Marés de Souza (1987, p.187-203) fala da campanha do Diário da Tarde "Pela pacificação e pela humanidade!" dirigida pelo jornalista e deputado Jayme Ballão[436] no sentido de evitar o emprego das tropas legais contra os

[435] Outra publicação de Fredericindo Marés de Souza é o texto ficcional que foi escrito sobre o Contestado intitulado **"Eles não acreditavam na morte: romance dos tempos dos fanáticos do Contestado",** publicado em 1978 pelo Instituto Histórico e Geográfico do Paraná. Essa obra, apesar de suas limitações do ponto de vista estético, revela as particularidades no estabelecimento do diálogo do discurso histórico com o ficcional.

Com relação a obra da Estante Paranista Nº 29 - Marés de Souza (1987) – o autor analisa a carreira militar de Carlos Cavalcanti, mas não problematiza o que ele fez na sua gestão como presidente do Paraná. Marés de Souza não coloca no seu texto a crítica que o secretário de obras públicas e colonização do Paraná do governo Carlos Cavalcanti, José Niepce da Silva (1876-1935), fez a Affonso Camargo, então o 1º vice-presidente de Estado e ao mesmo tempo advogado do Grupo Farquar (Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande e a Southern Brazil Lumber & Colonization Company). Ressaltamos que o autor fez um grande levantamento nos periódicos da época, portanto ele teve acesso aos seis textos de Niepce da Silva criticando Affonso Camargo que foram publicados no jornal A Tribuna, a partir de 11 de fevereiro de 1914 sob o título "Desmascarando os hipócritas", porém não faz menção a eles em seu trabalho.

[436] Jayme Ballão (1869-1930) filho de José de Sá Ballão e de Carolina Schleder Ballão. Foi professor, escritor, industrial, advogado, jornalista e político. Destacou-se no jornalismo paranaense como editor e fundador de periódicos. Ainda na juventude criou a revista *"Vida Literária"*, além de ter sido diretor da *"Gazeta Paranaense"*. Durante os anos da Revolução Federalista, desenvolveu um jornalismo combativo e nesta atitude contraiu desafetos dentro do governo. Por esta razão, sofreu perseguição e foi preso. Ao ser julgado, foi absolvido das acusações impostas. Em 1903 fundou o *Diário do Comércio* e anos depois comprou o *Diário da Tarde*. Na política, exerceu os cargos de Camarista municipal e Deputado estadual durante a década de 1910. Entre as diversas atividades que atuou durante a sua vida, Jayme Ballão teve especial dedicação às letras, em uma relação diferente das matérias e crônicas do jornalismo. Em parceria com Augusto Stresser, ajudou a criar a primeira ópera paranaense como libretista de *"Sidéria"*. A ópera estreou, com grande sucesso, em Curitiba, na sexta-feira, dia 3 de maio de 1912. Foi sócio fundador do Centro de Letras do Paraná e o seu presidente no ano de 1922. Exercia o cargo de oficial do Registro de Títulos de Curitiba quando faleceu, aos 61 anos (MENDONÇA, 1992). Disponível também em http://www.alep.pr.gov.br/deputados/perfil/278-jayme-ballao. Acesso 12.novembro.2016.

sertanejos. O jornal defendia que era preciso escutar os motivos da revolta sertaneja e que todos tinham o direito de professar a sua fé (DIÁRIO DA TARDE, 10/01/1914). A campanha “PELA HUMANIDADE!” teve intensa repercussão e adesão, inclusive de Vidal Ramos (presidente do estado de Santa Catarina) e Carlos Cavalcanti (presidente do estado do Paraná). No entanto, o autor aponta que nem os governos locais e nem o central enviaram aos redutos, parlamentares com amparo legítimo para resolver a situação[437]: Carlos Cavalcanti alegava que a área estava fora de sua administração, Vidal Ramos alegava que as tropas legais estavam lá para resolver a questão e o general Alberto de Abreu[438] cumpria as ordens do presidente da república para intervir militarmente recomendando o tratamento humano, mas ao mesmo tempo aprovando o plano de Aleluia-Lebon Regis de ataque ao reduto (COMMERCIO DO PARANÁ, 23/01/1914). O jornal Diário da Tarde passa da doutrinação à ação e enviou um mensageiro de paz – o coronel Antonio Maria Rocha Tico que durante uma das viagens realizadas ao local encontra o deputado do Paraná Manoel Correia Defreitas, que era da oposição e tinha o objetivo de evitar o massacre dos sertanejos. Correia Defreitas se valeu de seu nome e de sua ótima capacidade de oratória para essa missão, segundo Marés de Souza que destaca a boa recepção que a comitiva teve no Reduto de Taquaruçu e descreve as impressões do deputado sobre o local: a constatação do “fanatismo religioso”, a organização das lideranças, o número de pessoas, a

---

[437] Houveram alguns emissários enviados aos redutos na tentativa de dispersarem os sertanejos para evitar o massacre: Frei Rogério Neuhaus, os espiões Periquito e Valeriano, o benzedeiro Damaso Padilha, mas nenhum tinha o poder de decidir com legitimidade (A Tribuna, 16/02/1914). Ver Apêndice 12 - Cronograma das missões pacifistas na região do Contestado.

[438] Alberto Ferreira de Abreu (1853-1933), inspetor da 11ª Região Militar/PR desde a sua criação em junho de 1913 até 24 de agosto de 1914 (A República de 11/06/1913 e de 26/08/1914). Nasceu em Paranaguá no dia 11 de junho de 1853, filho de Antônio Cândido Ferreira de Abreu e de Maria Cândida Guimarães Ferreira de Abreu. Era casado com Maria Lins Ferreira de Abreu. Seu avô materno era o Visconde de Nácar. Seu irmão, Cândido Ferreira de Abreu, foi deputado federal (1903-1905) e senador (1906-1914) pelo estado do Paraná, além de prefeito de Curitiba duas vezes: 1892-1894 e 1913-1916. Cursou a Escola Militar do Rio de Janeiro, diplomando-se engenheiro militar e bacharel em matemática e ciências físicas. Sua trajetória profissional esteve quase toda ligada às atividades militares. Até reformar-se com a patente de marechal, chefiou as obras militares nas províncias do Paraná e de Santa Catarina, comandou os distritos militares paulista e paranaense, e foi diretor da Intendência de Guerra do Rio de Janeiro e do Arsenal de Guerra da Bahia. Além disso, foi diretor das estradas estratégicas do Paraná. Foi eleito deputado federal pelo Paraná para a legislatura 1915-1917. Não chegou a ser deputado estadual conforme apontam algumas narrativas biográficas. (Disponível em http://www.arvore.net.br/Paulistana/Moraes_3.htm. Acesso 06.novembro.2016). Faleceu em 1933 (Commercio do Paraná, 30/03/1933).

escassez de armamento, além do fato dos sertanejos não serem malfeitores para terem tratamento à base de bala, eles apenas reclamavam das perseguições seguidas. Marés de Souza (1987, p.199) destaca que Correia Defreitas, o *"deputado pacificador"* tentou *"com sua eloquência tribunícia convencer os sertanejos a se dispersarem, pois de modo contrário, seriam implacavelmente sacrificados".* A missão fracassou. Os sertanejos prometeram aceitar os conselhos do deputado paranaense se os chefes de Caraguatá (Elias de Moraes) e Perdizinhas concordassem (DIÁRIO DA TARDE, 06/03/1914).

Correia Defreitas parte com Generoso Sampaio e Firmino de Mello rumo ao Reduto de Caraguatá em busca de entendimento com os chefes do movimento. Nesse reduto o deputado do Paraná constata que o povo estava mais fanatizado e desconfiado (Diário da Tarde, 23/02/1914). Novamente fornece dados sobre o número de pessoas nos redutos de Caraguatá e Perdizinhas, do armamento e do ambiente hostil com que foram recebidos. Marés de Souza (1987, p.207-225) comenta da oferta de terras que Correia Defreitas teria feito aos sertanejos com o objetivo de obter a paz. Em entrevista ao jornal A Noite, de Porto Alegre, de 11/04/1914, ele relata que caso o governo de Santa Catarina perseguisse os sertanejos esses seriam conduzidos ao Paraná e lhe seriam concedidas terras como era feito com os colonos estrangeiros. Mas a oferta não foi aceita. Queriam a restauração da monarquia, o objetivo da luta tinha passado ao cunho político.

> E o republicano socialista, que era Correia Defreitas, vendo abalados os seus esforços, retirou-se às pressas, sem poder "evitar tanta sangueria inútil", através de carreiros obstruídos, serranias, matos fechados e passos crescidos pelas grandes chuvas. Nem ao menos comunicou ao comando militar de Caçador os resultados infrutíferos de suas mediações. No primeiro trem, tomado em uma das estações mais próximas, abalou-se para o Rio Grande do Sul. De lá reapareceu dando entrevistas reveladoras de seu espírito humanitário aos jornais. Na sua opinião, aliás demasiadamente otimista, e irreal, um cerco de oito dias liquidaria o conflito. (Diário da Tarde, 13/04/1914).

Marés de Souza (1987, p.231) finaliza sua referência ao deputado paranaense com as acusações que esse recebeu por sua missão pacifista. Alguns oficiais do exército sem saber ao que atribuir a reação dos sertanejos acusaram Correia Defreitas de "mascarado como mensageiro da paz" ser enviado aos redutos com o objetivo de ensinar-lhes técnicas de guerrilha. Essa insinuação teve

origem quando o deputado do Paraná viu que sua missão de paz havia fracassado e decide aconselhar os sertanejos a não se conservarem aglomerados para evitar o massacre em massa, pois seriam derrotados (A Tribuna, 12/03/1914).

A terceira obra do IHGPR é a de Mario Marcondes de Albuquerque (1987). Publicada nos anos de 1980, procura romper com o silêncio que havia no Paraná sobre o Contestado e fazer críticas as políticas de recuperação da história da guerra realizadas pelo governador de Santa Catarina Espiridião Amin[439]. O presidente do IHGPR, Luiz Carlos Pereira Tourinho, na apresentação do livro coloca que sempre ouviu falar da Guerra do Contestado como uma rebelião de caráter messiânico promovida por falsos monges, mas que agora havia surgido uma outra tese e que a Guerra do Contestado passou a ser vista como *"uma rebelião de caráter social dos caboclos que habitavam a região contra os fazendeiros latifundiários e a pobreza generalizada"* (ALBUQUERQUE, 1987, p.7).

Na seção "Hostilidades geradas pelo fanatismo", Albuquerque (1987, p. 66) faz uma rápida menção ao deputado Manoel Correia Defreitas que teria tentado *"novamente se aproximar dos redutos e tratar do apaziguamento"*. Porém o autor não indica no texto como, onde e quando teria sido a outra tentativa de aproximação para entendermos esse "novamente" do excerto acima. Bem como não dá mais detalhes da última tentativa deixando essa menção solta no texto e de difícil compreensão.

A missão pacifista de Correia Defreitas ou sua posição perante a questão de limites também são relatados em vários trabalhos acadêmicos que ainda não foram publicados como o de Naiara Ribeiro (2004) que procura analisar a participação de Correia Defreitas no conflito relacionando fontes e bibliografia, demonstrando que

[439] O silêncio por parte do governo durante décadas a respeito do Contestado seria quebrado por ações que buscariam não só enaltecer os sertanejos, ou caboclos, numa total mudança de postura, mas também estabelecer uma série de elementos que solidificassem uma memória dos acontecimentos, além de criar e manter legados ou patrimônios na forma de datas comemorativas, símbolos e locais de apresentação ou exposição do tema Contestado. As atenções dadas ao tema do Contestado pelo governo estadual catarinense, que procurava transformá-lo em símbolo patrimonial cultural, assumiriam uma dimensão maior a partir de 1982. O candidato ao governo estadual, Esperidião Amin Helou Filho (PDS), utilizaria a imagem do Contestado como parte de sua campanha eleitoral em 1982, em que a "luta dos pequenos" (entre os quais estariam os sertanejos que combateram no Contestado) simbolizaria a força dos catarinenses na busca por justiça e pela defesa de seu território. Para além de uma apropriação pelo discurso eleitoral, ocorreu, após a eleição de Amin, todo um investimento no tema, que passou pela elaboração de estudos, publicações, vídeos, além da construção e implantação de marcos físicos (monumentos e placas) relacionados ao Contestado em lugares onde haviam se desenvolvido acontecimentos significativos para o evento, a exemplos de combates e a construção de redutos ou cidades santas (LAZARIN, 2004, p. 115).

não há uma homogeneidade de discurso: as soluções violentas encontraram resistência. Destaca que o deputado paranaense passou de teórico do conflito para observador, o que o fez revisar suas interpretações anteriores que iam na linha do discurso hegemônico que invalidava qualquer ação popular que não estivesse dentro do padrão de ordem e civilidade pré-estabelecidos. Com a sua "ida à campo" pode compreender melhor a complexidade da situação, que se tratava de um problema crônico da estrutura social brasileira e que seria necessário modificar essa situação se o objetivo era construir uma sociedade demais democrática, conforme pregava o deputado em seus discursos. Porém, a autora levanta uma outra perspectiva de análise sobre a missão pacifista de Correia Defreitas que teria sido apontada por Antonio Tota (1983). Para esse autor o deputado paranaense seria um representante das oligarquias cafeeiras de São Paulo e do Rio de Janeiro e que se dirigiu até a área de conflito com o intuito de defender os interesses desses grupos em relação à consolidação da república. A autora conclui que Tota não aprofunda a questão, o que não permite a verificação dessa sua hipótese e nem quais fontes utilizou em suas pesquisas para chegar à essa conclusão. Analisando a referência de Tota indicada pela autora, concluímos que ela deva ter se confundido, pois a obra de Tota de 1983 não chega nem a citar o nome de Manoel Correia Defreitas e nem faz menção à missão pacifista por ele comandada. Não conseguimos localizar nenhuma outra obra de Tota que tratasse sobre a Guerra do Contestado.

Amélia Siegel Corrêa (2006) retoma as narrativas biográficas que existiam sobre Manoel Correia Defreitas e apesar da importância da questão de limites entre os estados do Paraná e de Santa Catarina e da Guerra do Contestado em sua trajetória, pois por anos ele se manifestava o assunto, a autora apenas se limita a indicar que *"não conseguindo solucionar a questão por instâncias judiciárias, interviu pessoalmente no assunto, buscando solucioná-las mediante contato direto com os sertanejos no sertão catarinense"* (CORRÊA, 2006, p. 110).

Bruna Scheifer (2008, p. 103-104) aponta que durante a Guerra do Contestado várias foram as obras públicas paralisadas no estado do Paraná devido à crise financeira enfrentada. Artigo publicado no Diario do Commercio de 1º de julho de 1917 descrevia a Guerra do Contestado *"como um sorvedouro de dinheiro e de vidas no Paraná".* Em Paranaguá houve resistência em aceitar o parecer do

presidente da República favorável à Santa Catarina, através do qual o Paraná perdia boa parte de suas terras. Correia Defreitas, identificado pela autora como um comerciante local[440], entre outros parnanguaras, levantou voz contra a decisão, *"protestou garantindo que o acordo não se cumpriria a não ser depois que os paranaenses empunhando armas, defendessem seus direitos",* mas segundo o jornal *"era inútil discutir diante da decisão do presidente da república. Se ele falou e o governo do estado acatou, então está acabado!"* (DIÁRIO DO COMMERCIO, 07/07/1917). Por conta disso, o presidente Wenceslau Brás mandou um navio para ficar ancorado no Porto de Paranaguá até que os "ânimos se acalmassem na cidade" (figura 122).

[440] Nessa época Manoel Correia Defreitas não era mais deputado federal pelo Paraná e nem estava exercendo nenhum outro cargo eletivo.

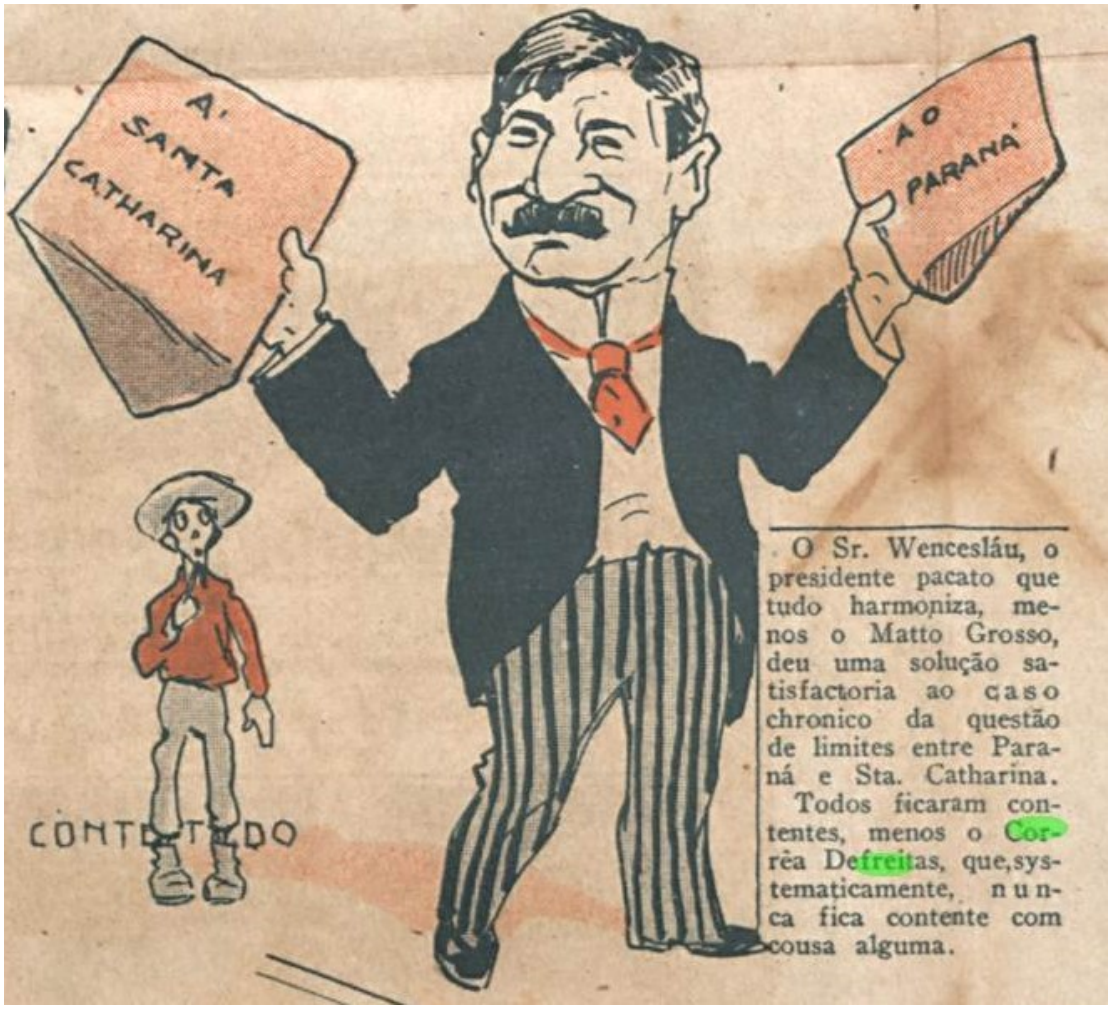


Figura 122 - A charge retrata a figura do presidente da república Wenceslau Brás com a divisão do território contestado em mãos (repare que na mão esquerda, a parte referente à Santa Catarina é maior que a parte referente ao Paraná na mão direita). O presidente é observado pelo Zé do Povo, cuja expressão facial é de quem está entendo pouco da situação.
Nos dizeres, o periódico ainda faz menção ao caso de limites entre os estados do Mato Grosso e do Amazonas[441] que apesar do acórdão de 1889 ainda não estava com a situação de limites resolvida. Finaliza destacando o papel questionador de Correia Defreitas que o deixou conhecido como alguém que nunca estava satisfeito com as decisões oficiais.
Fonte: O Malho, 07/10/1916

[441] O Supremo Tribunal Federal em 11 de novembro de 1889 fez um acordão entre o Amazonas e Mato Grosso: ordenou que o estado do Amazonas restituísse o território de Mato Grosso e estabeleceu os limites entre esses dois estados. Numa das sessões da Câmara, Correia Defreitas fala da questão dos limites entre os estados do Paraná e de Santa Catarina e se remete ao papel de Supremo Tribunal que invadiu as atribuições do Poder Legislativo na questão idêntica ocorrida entre o Mato Grosso e o Amazonas e questiona se seria tomada a mesma atitude no caso entre Paraná e Santa Catarina (CORREIO DO ESTADO, 09/10/1910).

Eduardo Salomão (2012) estuda a devoção ao mártir católico São Sebastião no Contestado e a relação desta prática religiosa com a crença no retorno do rei Encoberto D. Sebastião, desaparecido na batalha de Alcácer Quibir, em 1578. Para o autor, mediante um processo de reelaboração dos símbolos e significados da religiosidade, no Contestado o mártir católico é quem entrara em cena no comando de um Exército e não mais o rei Encoberto. No capítulo "A Guerra de São Sebastião" o autor cita Manoel Correia Defreitas e sua missão pacificadora baseado na obra de Queiroz (1977). As forças militares estavam de prontidão para atacar a cidade santa de Taquaruçu. A única solução rápida para evitar o confronto era convencer Eusébio, o líder dos sertanejos, a desfazer o acampamento. Várias pessoas se encarregaram de negociar com os devotos, entre elas o Frei Rogério Neuhaus e o deputado federal paranaense Manoel Correia de Freitas.

Antes que se concretizasse a ação militar contra a cidade santa, acompanhado do Coronel Antonio da Rocha Tico, fazendeiro paranaense e correspondente do jornal curitibano Diário da Tarde, o deputado Correia Defreitas empenhou-se em alcançar uma solução pacífica para a questão. Munido de uma carta do militar e político catarinense Lebon Regis, solicitou ao comandante Aleluia Pires que aguardasse o resultado das negociações antes de cumprir as ordens do General Abreu. As conversações duraram dois dias, gastos de barraco em barraco na tentativa de convencer os chefes do movimento de que o melhor era abandonar a cidadela e dispersar o povo. Os relatos provenientes das negociações de Correia Defreitas informam que, após o primeiro ataque, em dezembro de 1913, à frente do movimento encontravam-se o "preto" Antônio Linhares e seu filho de 10 anos de idade, exercendo os papéis outrora reservados a Eusébio e Joaquim. Anacleto Ribeiro era o "comandante dos Pares"[442]. A cidade santa era formada de aproximadamente 200 casas, abrigando 600 mulheres e crianças e 200 homens. A comunidade se reunia duas vezes ao dia ao toque de tambor, e enfileirados percorriam o povoado dando vivas aos santos. Os argumentos de Correia Defreitas não convenceram os devotos, que enfatizaram estar reunidos em santa missão

[442] "Doze pares da França" ou "Pares de São Sebastião" é o nome dado à tropa militar dentro dos redutos. A inspiração é na elite pessoal do rei Carlos Magno da França, formada por doze cavaleiros leais ao rei. No sertão catarinense, tornaram-se uma espécie de guarda de honra que atuava na defesa dos redutos e concentrava os mais valentes combatentes, em número bem maior do que 24 indivíduos. Originalmente, o termo "par" definia que esses homens eram semelhantes entre si nos feitos e na coragem (ESPIG, 2012).

sem intenções belicosas. Meses depois de concluída a missão do deputado, o ex-integrante do movimento José Froglis declarou que os chefes *"disseram que tudo que ele [Correia de Freitas] dizia era muito bom, mas para nada servia, porque tinha chegado a hora da guerra Santa de São Sebastião e da monarquia"* (DIÁRIO DA TARDE, 07/04/1914)[443].

Outra fonte de pesquisa sobre a missão pacifista de Correia Defreitas são os diferentes sítios e blogs disponíveis nas redes sociais. Todos têm como base a obra de Maurício de Queiroz (1977), porém alguns apontam observações mais atuais sobre a Guerra do Contestado. Ernani Gennari (2007) destaca a hesitação de alguns oficiais militares que não viam os sertanejos como inimigos, mas sim como vítimas da politicagem das autoridades. Diante desta situação, o comandante Aleluia Pires consente que o deputado federal paranaense, Manoel Correia Defreitas, fizesse uma tentativa pacífica de convencer os moradores do reduto a se dispersarem.

Do relato publicado no Jornal da Tarde, de Curitiba, em 6 de março de 1914, lemos:

> Em Taquaruçu há poucas armas. Todos, entretanto, andam armados com "cacetes de três gumes". Apesar de tão reduzido armamento, asseguram que se baterão contra qualquer força que vá atacá-los, pois há um profundo ressentimento político e social. Queixam-se das autoridades de Curitibanos e Campos Novos, dizendo que se estes não os perseguissem, iriam imediatamente "pra casa tratar de suas lavouras". (...) Em resposta às gestões do deputado, afirmavam-lhe sempre que ali se encontravam congregados numa santa missão e que não possuíam intuitos de atacar ninguém; mas, se fossem atacados, não tinham remédio senão defender-se. Animando-os em sua fé renovadora continuava presente não só a crença na ressurreição dos que morressem na defesa da santa causa, mas também – como algo palpável – o Exército Encantado.

Na negociação com os sertanejos de Taquaruçu, o máximo que o deputado paranaense consegue é a promessa de que todos se dispersariam desde que também os de Caraguatá fizessem o mesmo. Na esperança de evitar o massacre, Correia Defreitas se dirige ao novo reduto, mas tem pouco tempo para fazer sua última tentativa. *"Sabemos bem pouco do que acontece durante o encontro com os*

[443] Consultar também BRASIL. Congresso Nacional. Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 30 de dezembro de 1914. Vol. XIV. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1916, p. 583.

líderes, mas, de acordo com todas as fontes ... querem o fim do governo dos coronéis" (GENNARI, 2007, p.47). Sem atingir seu objetivo, o deputado começa o caminho de volta e chega à Campos Novos em 10 de fevereiro de 1914, de onde parte de trem em direção a Porto Alegre.

O sítio Porto União da Vitória apresenta uma cronologia da Guerra do Contestado[444] onde em janeiro de 1914 os líderes dos fanáticos resolvem receber a comitiva republicana de paz em Taquaruçu, composta pelo deputado federal Manoel Correia de Freitas, coronel Henrique Rupp, coronel Antônio Rocha Tico e três parentes de confinados no reduto. Como não chegam a um acordo, a comitiva retira-se do reduto decepcionada, sabendo que ainda morreria muita gente inocente. Porém, Henrique Rupp e Lebon Regis não acompanham Correia Defreitas, Rocha Tico e os três guias ao reduto de Taquaruçu conforme aponta o texto do blog. Em março de 1914 - a nova comitiva republicana de paz encontra-se na vila de Perdiz Grande, onde entram em contato com um dos fanáticos, marcando uma reunião pacífica. A comitiva era composta pelo deputado federal Manoel Correia de Freitas, os capitães Adalberto, Lebon Régis e Matos Costa. Outra vez, a comitiva retira-se decepcionada com a missão de paz, pois não chegam a um acordo. Correia Defreitas deixa a região contestada em 13 de fevereiro de 1914 e segue para o Rio Grande do Sul, portanto ele não estava presente nessa comitiva de paz enviada à vila de Perdiz Grande em março. O blogue destaca o deputado paranaense como uma das principais personagens do Contestado na categoria "autoridades".

No sítio do jornal Correio do Norte de Canoinhas há uma edição comemorativa ao centenário da Guerra do Contestado (CORREIO DO NORTE, 2012)[445]. A parte referente à comitiva republicana de paz onde aparece Correia Defreitas contém literalmente as mesmas informações do sítio Porto União da Vitório descrito acima.

---

[444] Disponível em http://www.portouniaodavitoria.com.br/contestado/cronologia-da-guerra-do-contestado/. Acesso 13.novembro.2016.

[445] Disponível em http://ieij.com.br/Atividades/contestado/100.Anos.Contestado.pdf. Acesso em 13.novembro.2016.

No blog Caboclos Rebeldes[446] temos o trabalho de Ricardo de Campos (2016) que também lembra a passagem de Correia Defreitas por terras contestadas. Destaca que o comandante Aleluia Pires não via os sertanejos como inimigos, mas sim como vítimas dos coronéis da Guarda Nacional que eram os chefes políticos dos municípios. Como encontrava-se adoentado, Aleluia Pires orienta ao capitão Nestor Passos, que o substituiria, que permanecesse nas cercanias até conseguir a dispersão dos sertanejos *"mesmo que a missão de paz do deputado federal Correia Defreitas fracasse! ... Mas todos estão torcendo para que ele consiga convencer aquela gente a abandonar o reduto e voltar para suas casas".* A missão de Correia Defreitas era apaziguar os sertanejos e dispersá-los sem efusão de sangue, noticiava a imprensa da época. O autor finaliza comentando que embora o deputado tenha prometido terras, escolas, estradas e dinheiro, só ouviu como resposta o desejo de vingança pela matança ocorrida em Taquaruçu e o líder sertanejo Elias de Moraes chegou a lhe dizer que só haveria paz se o governo devolvesse a vida daqueles que pereceram no antigo reduto. Ao perceber que os sertanejos estavam inflexíveis, Correia Defreitas decidiu deixar a região (CAMPOS, 2016, p 230-231).

De acordo com o exposto acima, são poucas as informações específicas sobre a participação e a presença de Correia Defreitas em terras contestadas. A intenção que teria motivado o deputado a ter envolvimento direito com os sertanejos não foi abordada. Os dados apontados não esclarecem os reais motivos que fizeram com que o deputado paranaense tomasse a iniciativa de partir para o sertão catarinense e o fato dele ser representante de um corpo político bem definido, o Congresso Nacional, parece ser ignorado. O simples apontamento de que ele era defensor de ideias socialistas não é argumento suficiente para entender as reais motivações. Os trabalhos acabam reproduzindo as informações da obra de Mauricio de Queiroz (1977) e não avançam na análise dessa presença parlamentar federal na região. Outras fontes de pesquisa necessitam ser abordadas com maior profundidade e relacionadas para se entender a posição do deputado paranaense: as publicações dos periódicos da época, tanto o Diário da Tarde, de Curitiba, que fez a cobertura oficial da missão de paz como os outros periódicos do mesmo período e de diferentes localidades para se levantar a diversidade de discursos

[446] Disponível em http://caboclosrebeldes.blogspot.com.br/. Acesso 13.novembro.2016.

veiculados sobre o assunto. Outra fonte são os Anais da Câmara dos Deputados com os apartes e projetos de Correia Defreitas para a região contestada e a posição dos outros deputados na época sobre o tema. A partir da análise dessas fontes será possível perceber a verdadeira estratégia dessa missão: uma causa realmente humanitária ou a construção de uma imagem do conflito que justificaria a repressão e a ação impiedosa das forças legais sobre os sertanejos?

Outra fonte de pesquisa com relação a missão pacifista de Correia Defreitas são as narrativas biográficas[447] sobre sua trajetória. Nenhuma aprofunda a questão da Guerra do Contestado, apenas fazem menção à passagem do deputado paranaense em terras contestadas ressaltando a sua "nobreza de espírito" que o conduziu até o sertão e a coragem que teve ao travar contato direto com os sertanejos:

> Missão perigosa a que se arrojou o deputado paranaense, pois poderia ser maltratado e até morto pelos caboclos ignorantes que o tomariam por espião do governo, Defreitas conseguiu, ousadamente, penetrar nos redutos de Perdizes, Taquaruçu e Caraguatá e ali falando, convencendo, evangelizando, pode-se dizer que tocando o coração dos ferozes, mas infelizes vítimas do abandono dos poderes públicos, para dispo-los a deporem as armas e a se dispersarem submetendo-se às autoridades legais. (SOTTOMAIOR, 1922, p. 12)

A imagem de Manoel Correia Defreitas estava associada a um imaginário republicano. De longa data era um defensor do Paraná na questão dos limites com Santa Catarina, era um sujeito que tinha uma atuação crítica na sociedade e com uma leitura diferenciada dos processos sociais, portanto com a Guerra do Contestado não seria diferente.

Muitas das causas da violência e repressão aos sertanejos estava na divergência entre a racionalidade republicana e o modo de vida caboclo compreendido como uma expressão de rusticidade e que deveria ser extirpada de maneira definitiva. O agrupamento dos sertanejos não se tratava de fanatismo, mas foi a alternativa, encontrada por eles, de marcar sua presença de forma efetiva diante da indigência material que a república não democrática instalada no Brasil impôs a esse grupo, de recuperar seu estatuto de homem e manter sua identidade.

[447] Ver Apêndice 4 - Relação das narrativas biográficas de Manoel Correia Defreitas utilizadas nesse trabalho.

A falta de recursos documentais que retratem de forma completa e satisfatória a passagem de Correia Defreitas em terras contestadas é uma das dificuldades que se apresenta para a análise da questão, mas que pode ser superada a partir do entendimento de sua experiência político-social que se configura de forma processual nesse período.

A missão pacifista de Correia Defreitas é relatada em várias obras, mas poucas são as informações específicas sobre a sua participação e a sua intenção quando do seu envolvimento mais direto com os acontecimentos em questão, por isso é necessário analisar quais foram os fatores que atuaram nesse contexto recorrendo ao próprio discurso de Correia Defreitas registrados nos periódicos da época e nos Anais da Câmara de Deputados durante suas legislaturas como deputado federal pelo Paraná[448].

Aos 63 anos Manoel Correia Defreitas vai para o reduto da região Contestada. Realizou uma viagem longa e cansativa. Depois de sua fracassada missão prossegue numa excursão pelos países vizinhos do Brasil. Permanece quase um ano afastado da Câmara dos Deputados. Quando retorna apresenta suas impressões sobre a região contestada, a tratativa que deveria se dispensar aos sertanejos e as causas que levaram a deflagração da guerra. Continua firme na defesa do Paraná na questão dos limites com Santa Catarina e decide não

[448] Muitas questões foram levantadas com base na documentação analisada até o momento e serão fruto de um próximo trabalho:
1.Por que Correia Defreitas foi escolhido ou se ofereceu para ir na região contestada?
2.Qual a relação de Correia Defreitas com Cândido Rondon uma vez que ele apresenta um projeto de lei que incumbe o SPILTN de resgate do sertanejo?
3.Qual a relação de Correia Defreitas com o executivo estadual (Affonso Camargo)?
4.Qual a relação de Correia Defreitas com as elites locais: quais interesses foram contemplados e quais os interesses que não foram contemplados?
5.Qual a relação de Correia Defreitas e o pessoal do Exército (Mattos Costas, Setembrino de Carvalho, etc)?
6.Correia Defreitas conheceu Deocleciano Martyr? Ambos prevendo o desfecho sangrento queriam negociação para uma saída política e procuravam uma janela, uma possibilidade ao mesmo tempo – as duas ações tiveram relação?
7.Qual a relação de Correia Defreitas com a visão oficial do estado do Paraná (referente a questão de limites) através da atuação de Romário Martins que dirigia a Comissão Estadual de Limites e teve contato direto com os prefeitos das cidades da área contestada, como por exemplo Rio Negro, pois ele viajava a região contestada para fazer os mapas para o governo do Paraná apresentar na questão do litígio?
8.Qual a postura ideológica de Correia Defreitas?
9.Quais seus interesses ou a quem estava representando?

concorrer nas eleições federais para o próximo mandato federal representando a minoria paranaense.

A construção de si passa pela publicação de artigos em jornais e livros descrevendo o empenho de Manoel Correia Defreitas em várias questões. Meuma guardou esse material para quem? Teria receio do esquecimento do pai? Talvez. Muitos dos textos selecionados seguem a forma de elogio exaltando a vida de Manoel e seu legado, mas a coleção também apresenta textos que realçam queixas sobre sua pessoa e atuação. O arquivamento desses recortes por parte de sua filha não deixa evidente qual era sua intenção - fazer uso dessa coleção para Manoel ser lembrado, manipulando a sua existência e controlando a sua imagem para a posteridade? Contudo, essa coleção nos apresenta a construção de uma memória de grupos, pois Manoel participava de várias associações intelectuais, religiosas e culturais e nessas duas encadernações estão os registros dessa rede de sociabilidades, o que nos possibilita entender a forma como essa teia de relações foi fundamental para seu reconhecimento e contribuiu para construir, entre seus pares, uma imagem de retidão e verticalidade perante as ideias que acreditava.

Sujeito multifacetado, os artigos são uma tentativa de seus amigos e admiradores de difundir uma determinada representação de Manoel Correia Defreitas como um homem erudito, combatente que consolidou a implantação do regime republicano. Talvez a estratégia mais produtiva para esse fim teria sido a publicação de uma biografia sobre o homenageado ainda em vida. Mas não houve essa mobilização em escrever uma biografia e na época foram feitos pequenos ensaios biográficos, breves relatos que destacam algum aspecto da trajetória de Manoel, que denominamos de narrativas biográficas já abordadas no primeiro capítulo.

Uma trajetória multifacetada nos mostra sua coleção. Mas, o material arquivado revela ausências: de cartas pessoais, de fotografias, de bens materiais e econômicos, enfim uma série de documentos que poderiam nos revelar aspectos do seu cotidiano. Obviamente, a diversidade presente nessa coleção possibilita outras análises, sobre o próprio arquivo, sobre algum fato histórico específico e sobre nosso biografado. O que apresentamos foi apenas uma possível interpretação das muitas possíveis.

CAPÍTULO 4 – UM NOVO OLHAR, UMA NOVA BIOGRAFIA: AS VÁRIAS FACETAS DE MANOEL CORREIA DEFREITAS

> *Se, depois de eu morrer, quiserem escrever a minha biografia, não há nada mais simples. Tem só duas datas – a da minha nascença e a da minha morte. Entre uma e outra cousa todos os dias são meus". (Alberto Caeiro, 1925)*[449]

> *Confesso que nada conhecia a respeito desse homem que desempenhou tantas posições de relevo em vários setores da administração e do pensamento ... com a leitura [biografia de Nascimento Júnior] fiquei admirando a existência tão nobre e útil aos destinos da pátria, em prol da qual foi muitas vezes levada às raias do sacrifício ...cuja existência foi uma demonstração de civismo e abnegação em prol da coletividade. (Carlyle Martins*[450]*, O Dia, 06/04/1952)*

Neste capítulo procuro reconstruir algumas das circunstâncias que marcaram a trajetória multifacetada de Manoel Correia Defreitas[451] tendo como orientação duas questões:

1. Como pôde ele construir suas reflexões e ideias, tão opostas e díspares das ideias e reflexões comuns de seu tempo e da sua classe social de origem?
2. Quais as razões e motivos que o fizeram ser, enfim, um autor esquecido?

Essas perguntas fundamentam e orientam a tese que chamo de "biografia sociológica". A Sociologia não é uma disciplina consensual nem no seu objeto, nem nos métodos, nem nas teorias e nem no valor do significado do "fazer sociológico". De modo que não é possível falar da Sociologia como única ou referir-se a ela e pretender consenso a seu respeito.

---

[449] "Poemas Inconjuntos". IN: **Poemas de Alberto Caeiro**. Fernando Pessoa. Lisboa: Ática, 1946, p.88. Disponível em http://arquivopessoa.net/textos/996. Acesso 21.janeiro.2017.

[450] Carlyle Martins (1899-1986), poeta parnasiano. Nascido no Ceará. Filho de Augusto Dias Martins e Rosa de Figueiredo Martins. Era sobrinho dos poetas Antônio Martins (1852-1895), o poeta da abolição dos escravos, e de Álvaro Martins (1868-1905).

[451] Ver Apêndice 18 – Quadro cronológico de Manuel Correia Defreitas (1851-1932).

Ademais, qual a razão de chamar de sociológica a investigação do jogo conflituoso de interesses de um determinado campo político? Não poderia esse proceder ser relativo aos estudos de História, de Ciência Política, de Antropologia ou de outra disciplina da grande área das Humanidades também? Não poderia ser, então, uma biografia antropológica, uma biografia histórica ou uma biografia política – uma vez que os motivos elencados, mesmo que reivindicando a autoridade apontada por Mills (1975), não perfazem nem de longe argumentação adequada para conferir a qualidade de sociológica a um trabalho? A recorrência e a insistência com que a expressão "biografia sociológica" é abordada e retomada revela uma preocupação muito grande em querer demonstrar a validade do esforço da Sociologia. É uma espécie de querer provar, demonstrar que o esforço é bom e tem pertinência. Uma biografia é marcada pelas imbricações da dinâmica político-cultural com as experiências íntimas e pessoais que acabam reverberando na obra do biografado.

Manoel Correia Defreitas é um personagem histórico quase desaparecido das memórias paranaense e brasileira. A tarefa de realizar sua biografia, reconstituindo suas trajetórias tornou-se uma tarefa homérica. As pequenas narrativas biográficas existentes[452] revelaram-se inconsistentes, escassas, generalistas e até com informações erradas. As fontes[453], na sua grande maioria indiretas, encontram-se dispersas, não identificadas e muitas até se contradizem. O desafio foi tornando-se cada vez mais interessante. À medida que se encontravam e se definiam alguns campos, o personagem se tornava ainda mais multifacetado, mais rico e mais significativo. Mais significativo porque é um personagem essencial para se entender o movimento republicano e o desenrolar da Primeira República no Paraná. É um daqueles personagens que tem todos os ingredientes para passar à História, mas não passou. E não passou devido a uma

[452] Apresentadas no capítulo 1. Ver Apêndice 4 - Relação das narrativas biográficas de Manoel Correia Defreitas utilizadas nesse trabalho.

[453] Ver Apêndice 1 (levantamento do material sobre Manoel Correia Defreitas realizado no sítio da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro entre 19/09/2014 e 30/03/2016) e Apêndice 2 (locais de pesquisa).

multifacetada e complexa rede de fatores exteriores a si, além da falta de alguém ter se empenhado em ser o guardião de sua memória[454].

As fontes, a sua maioria da imprensa escrita, não são apenas um repositório de informações. Elas dão sentido aos fatos e atribuem intenções. A narrativa da imprensa formava (e forma) a opinião pública, o espírito público. Não esqueçamos que o papel de informar da imprensa não se centrava apenas no dar a conhecer. Cada jornal tinha (e tem) sua linha editorial e colocava (coloca) o que mais lhe convinha (convém) para a formação desse espírito público. A censura não ocorre apenas quando é imposta pela lei, mas também quando se seleciona o que se vai ou não publicar. Assim, havia uma espécie de duelo entre os periódicos com relação aos assuntos da época de atuação de Correia Defreitas.

Manoel Correia Defreitas não era isolado. Ele participava ativamente na sociedade de seu tempo, transitando entre os diversos círculos sobretudo das sociedades paranaense e carioca. Iremos descrever e analisar os conteúdos que, segundo as fontes consultadas, foram mais significativos na sua trajetória, articulando-a com o contexto onde essa se realizou. Isto porque a vida cotidiana, seja ela o espaço da ação individual ou da percepção do mundo numa ótica singular, tem seus conteúdos, potencialidades e hierarquias social e historicamente determinados. Procurei enfocar o personagem a partir de diversos ângulos: Correia Defreitas trabalhador, Correia Defreitas livre pensador e Correia Defreitas militante. Tais facetas emergiram e foram vividas, ao menos inicialmente, no cotidiano, espaço onde busquei captar o movimento dos diversos conteúdos que compuseram sua trajetória e as variadas relações que se estabeleceram entre eles.

Obviamente que as fontes disponíveis constituem um limite para essa reconstrução multifacetada, pois priorizam alguns elementos em detrimento dos outros. Por exemplo, os jornais, por suas características próprias, enfocam sobretudo os aspectos públicos da vida de Correia Defreitas, principalmente a

[454] Conforme entrevista com a neta Lucirene e a bisneta Beatriz após a morte de Manoel Correia Defreitas sua documentação foi dividida entre os familiares. As filhas Meuma e Meden não ficaram com quase nada. Os poucos documentos que elas, os descendentes direto dele, possuem hoje acabam não sendo representativos de toda sua trajetória. Realmente aqui temos um ponto a ser elucidado pois a documentação pessoal dele foi parar no antigo Museu David Carneiro, mas não se tem registro de como isso ocorreu. Conforme anunciado no capítulo 1 em 1948 o sobrinho Lamartine sugeria que o Museu Paranaense adquirisse a valiosa documentação do tio e depois mais nada foi localizado referente ao assunto.

militância a favor do regime republicano e depois a favor de uma república realmente democrática, sem trazer informações sobre a família ou seu trabalho. Alguns períodos de sua trajetória são escassamente documentados, sobretudo o anterior à implantação da república, quando se mudou de Paranaguá para Joinville. Outros períodos são abundantemente registrados, como a sua atuação na questão dos limites entre os estados de Paraná e Santa Catarina e a sua missão em terras contestadas. Essas limitações refletem-se no texto dessa tese, até mesmo na desproporção de páginas dedicadas a cada conteúdo ou período da vida de Correia Defreitas.

Esse caráter fragmentário do objeto estudado levou-me a realizar uma pesquisa que lembra o ofício de um detetive: seguir rastros gravados na documentação, perseguir indícios dispersos nas entrelinhas, decodificar pistas aparentemente insignificantes.

4.1 – Correia Defreitas trabalhador

4.1.1 – Comerciante, negociante, agente de seguros

Manoel Correia Defreitas nasceu dia 29 de maio de 1851 em Paranaguá, estado do Paraná. Filho de Domingos Correia de Freitas e de Josepha de Leite Bastos. Foi batizado dia 4 de março de 1852 na Paróquia de Nossa Senhora das Graças, em São Francisco do Sul, estado de Santa Catarina. Seus padrinhos foram José Caetano Correa e Maria Correa da Graça, tia de seu pai. Foi o quinto filho do casal Domingos e Josepha, sendo o primeiro do sexo masculino (Árvore Genealógica nº 2).

São quase nulas as informações sobre sua infância e adolescência. Aponta-se que teve apenas o ensino primário, realizado de 1858 a 1866, em Paranaguá. Com a morte do pai em 1862 houve o empobrecimento da família, tendo Correia

Defreitas de abandonar os estudos formais no ano de 1866. Após a finalização do inventário dos bens da família devido a morte do pai, a mãe e os irmãos solteiros mudaram-se para Guaratuba, ele permaneceu em Paranaguá e começou a trabalhar como balconista numa das casas comerciais de Joaquim Soares Gomes, importante comerciante da cidade. Um tempo depois chegou a posição de sócio de seu chefe Joaquim com quem iniciou a importação de produtos paranaenses para a Europa e incentivou a introdução da erva-mate nas Américas do Norte e Central, ampliando o mercado desse produto restrito as repúblicas do Prata e ao Chile. Os jornais do ano de 1879 apontavam Correia Defreitas como um jovem inteligente, honesto e trabalhador que atuava como agente da casa comercial Phipps Brothers & Cia[455], cuja sede era na corte/Rio de Janeiro, juntamente com João Carvalho d'Oliveira Júnior, realizando a divulgação da erva-mate sobretudo para o mercado norte-americano que então contava com uma população de mais de 40 milhões de pessoas. Via como necessário, para superar a situação precária dos nossos gêneros de exportação, alargar o mercado para além do açúcar, algodão e café[456].

No Almanak da Província do Paraná do ano de 1879, aparece o escritório de comissões de Manoel Correia Defreitas, na cidade de Paranaguá. Durante grande parte de sua vida Correia Defreitas atuou como corretor de seguros para diferentes companhias. Em 1808, com a abertura dos portos, foi criada a primeira sociedade de seguros brasileira, a Companhia Boa Fé, na Bahia. Pouco a pouco, novos grupos nacionais e estrangeiros se estabeleceram no país. Com a cobertura dos riscos, industriais e comerciantes puderam realizar maiores investimentos e as seguradoras se tornaram instituições propagadoras de proteção. Esse crescimento estimulou a criação do primeiro mecanismo legal para amparar agentes comerciais e favorecer a realização dos negócios: o Código Comercial Brasileiro, promulgado

[455] Interessante ver o caso de intriga registrado no jornal O Paranaense de 14 de agosto de 1879 relatando que *"havia dias teve "Manoel Correia Defreitas, nosso patrício, a bondade de vir ao nosso escritório mostrar-nos uma carta que recebera da importante casa dos srs. Phipps Irmãos & Cia, da corte, acompanhando outra anônima que desta capital lhe fora remetido desabonando feiamente o dito sr. Freitas. Lamentamos que haja quem se sirva de meios tão indecentes para prejudicar a reputação de um jovem que pela sua inteligência, trabalho e honestidade não tem desmerecido do crédito de que goza nesta província, onde até hoje não nos consta haja praticado um só ato que possa marear o seu bem adquirido conceito".* Infelizmente o caso não é mais tratado pela imprensa e ficamos sem saber o desenrolar da história, mas interessante notar esse caso de ataque à pessoa de Corria Defreitas.

[456] O Paranaense, 10/08/1979 e de 14/08/1879. Província do Paraná, 09/08/1879. Gazeta de Joinville, 21/10/1879.

em 1850. Nele, o corretor de seguros era classificado como agente auxiliar de comércio e podia intervir indistintamente em todas as operações mercantis. No final do século XIX o comércio de seguro de vida surgiu como um novo ramo que mostrou ter força no mercado da época. No ano de 1877 Correia Defreitas era agente da A Nacional[457], associação de seguros e benefícios mútuos sobre vida e da Companhia Equitativa Brasileira[458], seguro de escravos e não escravos. No ano de 1888 era agente viajante da New York Life Insurrance Company[459] e como já se encontrava morando fora de Curitiba ficou à disposição em vários locais da cidade para esclarecimentos e oferta dos seguros.

Correia Defreitas fez parte da comissão formada pelo *"respeitável corpo comercial"* de Curitiba e de Paranaguá (figura 123) que no dia 25 de maio de 1879 dirigiu o ofício abaixo ao Conselheiro João Lins Vieira Cansansão Sinimbú agradecendo o intermédio na aprovação do decreto que tornou realizável a construção da estrada de ferro Curitiba-Paranaguá[460].

> Curitiba, 25 de maio de 1879
> Illm. E Exm.Sr.
> Compreendendo o grande alcance da estrada de ferro do Paraná, tendo como ponto inicial o porto de Pedro II, o corpo comercial desta capital e as classes mais distintas de sua população, sem distinção de nacionalidade ou cor política, resolveram dirigir a S. Exc. o Sr. Conselheiro João Lins Vieira Cansanção de Sinimbú[461] a inclusa manifestação de apreço rendendo homenagem ao elevado patriotismo e alta sabedoria deste eminente estadista, que, visando somente o interesse de seu país, soube

[457] Província do Paraná, 23/04/1877. XIX de Dezembro, 28/04/1877.

[458] Província do Paraná, 14/05/1877. Ver item 2.6 – História de uma família escravocrata.

[459] Gazeta Paranaense, 14/11/1888. XIX de Dezembro, 01/12/1888.
A NEW YORK LIFE INSURANCE COMPANY (NYLIC) funcionou com sede no Rio de Janeiro até final de 1895 quando fechou e no seu lugar foi fundada, em 5 de dezembro de 1895, a Sulamerica Seguros pelo espanhol Joaquin Sanchez de Larraigoiti (o mesmo que havia trazido a NYLIC para o Brasil). MARTINEZ, Renato Bernhoeft Crhis. **Empresas brasileiras centenárias**: **a história de sucesso das empresas.** RJ: Editora Agir, 2011.

[460] Cruzeiro, 08/06/1879. Vale lembrar que dia 2 de dezembro de 1883 quando da inauguração dos trabalhos da estrada de ferro que ligaria Paranaguá à Morretes Manoel Correia Defreitas estava presente (FREITAS, 1999, p.333). O Paranaense, 16/03/1879 e 10/07/1879. O Cruzeiro, 08/06/1879.

[461] João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu (1810-1906) foi presidente das províncias de Alagoas, de 30 de outubro a 3 de novembro de 1838 e de 10 de janeiro a 18 de julho de 1840, Sergipe, de 16 de junho a 1 de julho de 1841, Rio Grande do Sul, de 2 de dezembro de 1852 a 1 de julho de 1855 e Bahia, de 1856 a 1858 e o 27º Conselheiro do Gabinete Imperial.

> colocar-se acima das paixões partidárias, e assegurou a realização daquele tão importante melhoramento no qual esta bela e esperançosa província fazia consistir a mais cara de suas aspirações. V.Exc. que é filho do Paraná e seu digno representante, sentir-se-ha por certo animado dos mesmos sentimentos que declaram a referida manifestação, e melhor que ninguém saberá traduzi-los, apresentando-a pessoalmente. Por isso, os abaixo-assinados, comissionados pelos signatários da predita manifestação tem a honra de dirigir-se a V.Exc., persuadidos de que se dignará aceitar esse encargo. Os abaixo-assinados aproveitam a oportunidade para significar a V.Exc. os protestos de sua perfeita estima e subida consideração.
> Deus guarde a V.Exc. - Illm, e Exm. Sr. Conselheiro Manoel Francisco Correia, digno senador da província do Paraná
> Joaquim de Almeida Faria Sobrinho,
> Manoel Correia de Freitas
> Ildefonso Pereira Correia
> (Jornal do Recife, 15/06/1879)

Em situações oficiais como o alistamento de eleitores ou apresentação como candidato as eleições, Manoel Correia Defreitas se declarava comerciante e negociante (figura 124). Em 1881, o juiz da comarca de Curitiba Agostinho Ermelino de Leão interpôs contra a inclusão de Correia Defreitas na lista de eleitores de acordo com a artigo 3º, parágrafo 3 da lei eleitoral que estabelecia para que o cidadão que tiver pago o imposto de indústria e profissão sobre a casa de negócio possa ser alistado deve provar que o fundo capital não é inferior a 3:400$. Ele se declarou comerciante, mas não juntou na petição a certidão de repartição fiscal de propriedade de estabelecimento de fundo de capital, não podendo ser alistado[462]. Mas depois sua situação como eleitor qualificado foi regularizada.

[462] XIX de Dezembro, 06/08/1881.

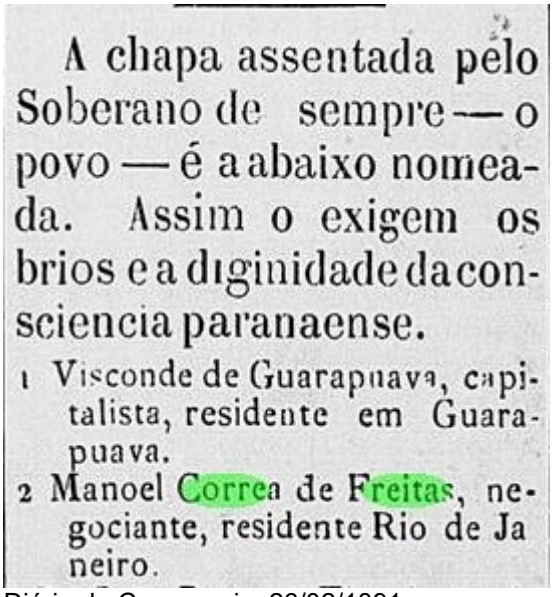


Figura 123 – Carimbo de comerciante de Manoel Correia Defreitas (sem data)
Fonte: Coleção de Manoel Correia Defreitas (Caderno 2). Acervo de Ricardo Costa de Oliveira.

QUADRO 7 – ANÚNCIOS DO CANDIDATO MANOEL CORREIA DEFREITAS

PARA DEPUTADO
Manoel Correa de Freitas, agente da companhia de seguros de vida, residente em Curitiba.
(Diário do Commercio, 28/12/1890)

PARA SENADOR
Manoel Correa de Freitas, industrial, residente em Curitiba.
(A Pátria, 12/03/ 1895)

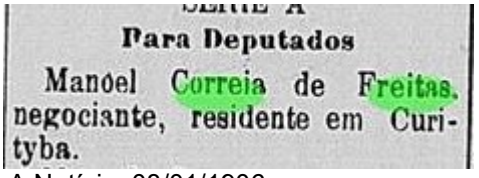


A chapa assentada pelo Soberano de sempre — o povo — é a abaixo nomeada. Assim o exigem os brios e a diginidade da consciencia paranaense.

1 Visconde de Guarapuava, capitalista, residente em Guarapuava.

2 Manoel Correa de Freitas, negociante, residente Rio de Janeiro.

Diário do Commercio, 26/02/1891



Para Deputados

Manoel Correia de Freitas, negociante, residente em Curityba.

A Notícia, 08/01/1906

Figura 124 – Declaração de Manoel Correia Defreitas como negociante para concorrer às eleições de 1891 e de 1906

Conforme Carvalho (2000) era comum se exercer várias atividades profissionais no final do século XIX e início do século XX, mas na hora da candidatura tinha que ver qual ocupação era a mais importante e a mais apropriada a ser declarada. “Não pegava bem” falar que era proprietário, sobretudo para os cargos a nível nacional, então os diplomados apresentavam-se pelos títulos de bacharel, advogado, magistrado, capitalista.

Como negociante e comerciante Manoel Correia Defreitas “atacava” em várias frentes. Também atuava como corretor de imóveis, conforme anúncio em italiano, oferecendo uma chácara para venda na região de Curitiba (figura 125).



E' in vendita

Una buona **chacara**, prossima a questa Capitale, in vicinanza del **Macello Pubblico**, constando di due **case** nuove e buone con magnifici comodi, costruite in mattoni, con una vasta **Stalla** e un grande e buon terreno piantato e cultivato essendovi un **vigneto** nuovo con mille vite. Vi é eccellente **acqua** e un buon campo per pasto di animali.

Entra nello stesda chacara **18 vacche**, 6 delle quali con loro **vitello**. Per migliori schiarimenti dirigersi in questa cittá a

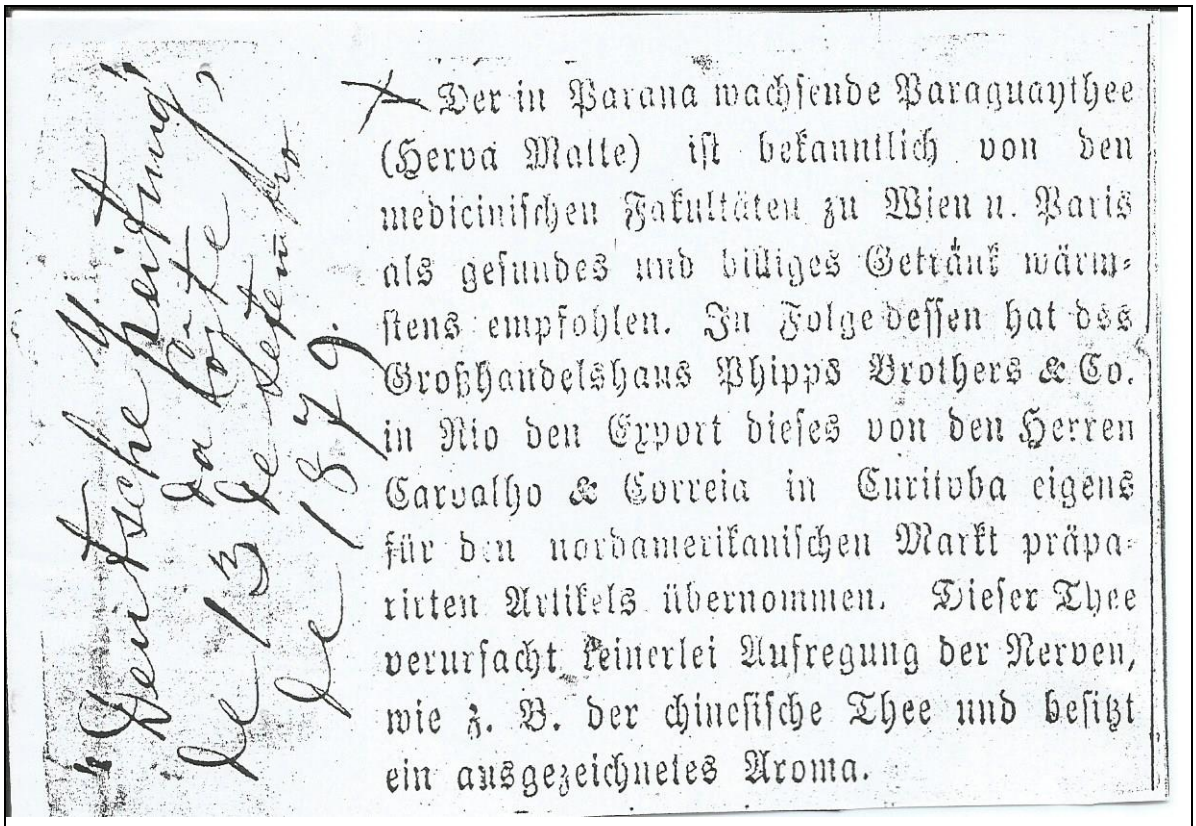
Manoel Corrêa de Freitas

(nella Casa del Sole.)

Figura 125 – Anúncio em italiano de venda de chácara
Fonte: Jornal do Commercio, 15/12/1883

Os anúncios em línguas estrangeiras demonstram como os imigrantes eram um “nicho de mercado” na Curitiba do final do século XIX e início do século XX. Correia Defreitas também fazia as suas ofertas de agente comissionado para a colônia alemã (figuras 126, 127 e 128)[463].

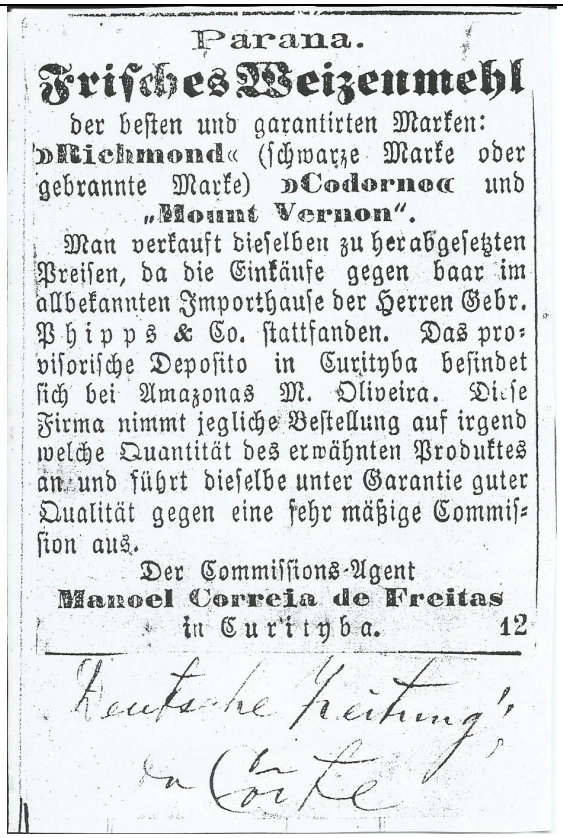
[463] Agradeço a Peter Horst Rautmann a tradução para a língua portuguesa dos anúncios em língua alemã.


Der in Parana wachsende Paraguaythee (Herva Malte) ist bekanntlich von den medicinischen Fakultäten zu Wien u. Paris als gesundes und billiges Getränk wärmstens empfohlen. In Folge dessen hat das Großhandelshaus Phipps Brothers & Co. in Rio den Export dieses von den Herren Carvalho & Correia in Curitoba eigens für den nordamerikanischen Markt präparirten Artikels übernommen. Dieser Thee verursacht keinerlei Aufregung der Nerven, wie z. B. der chinesische Thee und besitzt ein ausgezeichnetes Aroma.

O chá Paranaguense cultivado no Paraná (erva-mate) é conhecido pelas faculdades medicinais, de Viena a Paris, como uma bebida saudável e barata a ser consumida morna. Em razão disso, o armazém de secos e molhados Phipps & Co., no Rio de Janeiro adquiriu a exportação dos senhores Carvalho e Correia em Curitiba, dos artigos preparados para o mercado norte-americano. Este chá não causa nenhuma agitação dos nervos, como por exemplo o chá chinês, e exala um excelente aroma.

"Deustche Zeitung" ("Jornal Alemão") da Corte de 13 de setembro de 1879

Figura 126 – Anúncio em alemão do agente comissionário Manoel Correia Defreitas (1879)
Fonte: Coleção Manoel Correia Defreitas (Caderno 1). Acervo do Professor Ricardo Costa de Oliveira.



Parana.

Frisches Weizenmehl

der besten und garantirten Marken: »Richmond« (schwarze Marke oder gebrannte Marke) »Codornoc« und „Mount Vernon".

Man verkauft dieselben zu herabgesetzten Preisen, da die Einkäufe gegen baar im allbekannten Importhause der Herren Gebr. Phipps & Co. stattfanden. Das provisorische Deposito in Curityba befindet sich bei Amazonas M. Oliveira. Diese Firma nimmt jegliche Bestellung auf irgend welche Quantität des erwähnten Produktes an und führt dieselbe unter Garantie guter Qualität gegen eine sehr mäßige Commission aus.

Der Commissions-Agent
Manoel Correia de Freitas
in Curityba. 12

Deutsche Zeitung
in Corte

Paraná

Fermento de trigo fresco

Das melhores e garantidas marcas:

Richmond (marca preta ou marca queimada), **Codornocc** e **"Mount Vernon"**.

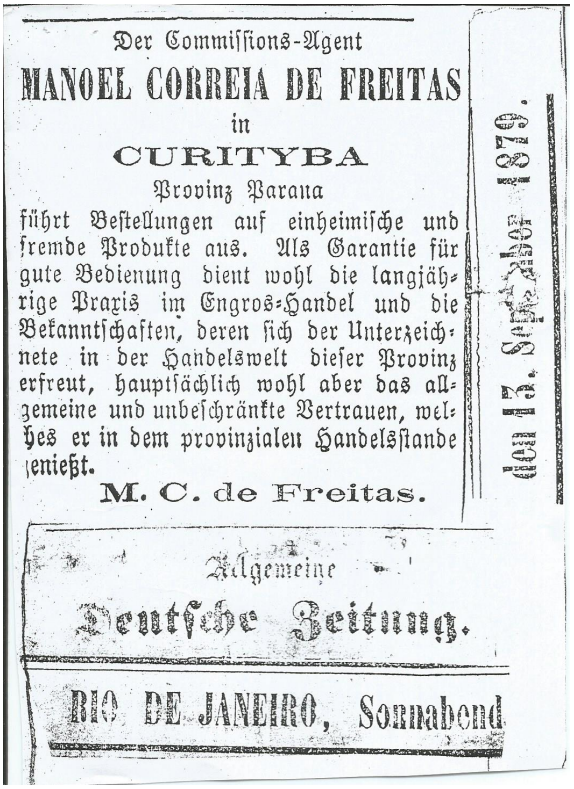
Vendemos os mesmos a preços mais baixos pois as vendas em espécie encontravam-se na melhor casa de importação dos Irmãos Phipps & Co. O depósito provisório em Curitiba encontra-se na Amazonas M. Oliveira. Essa empresa aceita todas as encomendas em qualquer quantidade de produtos citados e entrega os mesmos sob garantia de boa qualidade em troca de razoável comissão.

O agente comissionário

Manoel Correia de Freitas
em Curitiba

"Deustche Zeitung" ("Jornal Alemão") da Corte

Figura 127 – Anúncio em alemão do agente comissionário Manoel Correia Defreitas (sem data)
Fonte: Coleção Manoel Correia Defreitas (Caderno 1). Acervo do Professor Ricardo Costa de Oliveira.


Der Commissions-Agent
MANOEL CORREIA DE FREITAS
in
CURITYBA
Provinz Parana
führt Bestellungen auf einheimische und fremde Produkte aus. Als Garantie für gute Bedienung dient wohl die langjährige Praxis im Engros-Handel und die Bekanntschaften, deren sich der Unterzeichnete in der Handelswelt dieser Provinz erfreut, hauptsächlich wohl aber das allgemeine und unbeschränkte Vertrauen, welches er in dem provinzialen Handelsstande genießt.
M. C. de Freitas.
Allgemeine
Deutsche Zeitung.
RIO DE JANEIRO, Sonnabend
den 13. September 1879.

O agente comissário
Manoel Correia de Freitas
em
Curitiba
Província do Paraná

Distribui encomendas de produtos nacionais e estrangeiros. Como garantia de bom serviço serve a experiência de anos em atacado e o reconhecimento o qual o mundo do comércio desta província endossa alegremente, principalmente a confiança geral e ilimitada a qual ele desfruta entre os comerciantes desta província.

M.C.de Freitas

Allgemeine (geral)

Deustche Zeitung (Jornal Alemão)

Rio de Janeiro, sábado 13 de setembro de 1879

Figura 128 – Anúncio em alemão do agente comissionário Manoel Correia Defreitas (1879)
Fonte: Coleção Manoel Correia Defreitas (Caderno 1). Acervo do Professor Ricardo Costa de Oliveira.

Trabalhou como agente da Companhia de Navegação Hamburguesa ofertando transportes em navio a vapor com partida de Paranaguá e Antonina, com destino ao Rio Grande do Sul, passando pelas cidades litorâneas de Santa Catarina, conforme anúncio em alemão publicado dia 26 de janeiro de 1897 no jornal Deutsche Zeitung, de Curitiba.

Em 14 de junho de 1890 o jornal Sete de Março publica uma nota divulgando que Correia Defreitas participou da reunião ocorrida dia 8 de junho entre os industriais e comerciantes de Curitiba com os operários que votaram contra a subordinação econômica do Paraná ao estado de São Paulo, uma vez que os bilhetes emitidos pelo banco paulista tinham curso forçado no Paraná, alegando que esse instrumento de crédito, somente nos limites de uma região bancária, criava dificuldades nos jogos comerciais da praça paranaense. O artigo é finalizado destacando ao leitor que o cidadão Correia Defreitas mais uma vez chamou a atenção para a prática *"tão em voga em terras paranaenses, de decidir-se em família e sem apelação, questões que afetam o interesse de maior número",* ou seja, decisões dessa envergadura referente a questão bancária, que atingiam grande parte dos paranaenses eram tomadas por poucas pessoas e a população, que também tinha sua vida afetada não era consultada. A proposta apresentada de não pertencer à zona bancária de São Paulo não obteve sucesso. Por conta disso, no ano seguinte (1891), Correia Defreitas e Francisco Manoel Esteves pedem autorização para o Ministro da Fazenda, Ruy Barbosa, para fundarem o Banco do Paraná e de Santa Catarina[464]. Alegavam que o Banco Regional União de São Paulo não satisfazia as múltiplas necessidades dos estados do Paraná e de Santa Catarina pelo crescimento que esses estados vinham tendo, bem como pela distância que separava a sede do banco dos produtores[465]. Queriam a criação

[464] Ruy Barbosa como Ministro da Fazenda realizou uma ampla reforma bancária criando vários bancos (cerca de dez) que poderiam emitir papel-moeda. Essas emissões não teriam lastro em ouro, mas sim em títulos de dívidas públicas. Os objetivos básicos dessa reforma era o de existir mais moeda circulando para efetuar os pagamentos dos trabalhadores assalariados e a expansão do crédito para se conseguir a tão sonhada industrialização. O aumento do papel-moeda foi demasiadamente superior à produção interna, o que acabou gerando uma inflação desenfreada. Devido à grande onda especulativa, esse período ficou conhecido como o Encilhamento, lembrando as jogatinas das corridas de cavalos. Em meio ao fracasso da sua política econômica, Ruy Barbosa pediu demissão em 20 de janeiro de 1891.

[465] Conforme correspondência pessoal de Manoel Correia Defreitas para Ruy Barbosa. Acervo do Museu Paranaense (Nº documento 01.21.0006).

desse banco nos mesmos moldes do que havia sido autorizado para os estados de Mato Grosso e do Rio de Janeiro, mas o pedido não foi deferido. Antes, no ano de 1885, juntamente com Guilherme Leite já havia lançado a tentativa de criação de um estabelecimento bancário com capitais paranaenses, chegando a elaborar o estatuto porém o empreendimento não foi adiante.

Ainda no ano de 1891, juntamente com Alfredo Esteves, solicita à Comissão de Fazenda e Indústria da Câmara dos Deputados isenção de impostos para a importação de ônibus ou carros do sistema Tompson, pois queiram estabelecer várias linhas de ônibus de transporte de passageiros para todos os arrabaldes da cidade do Rio de Janeiro. O pedido foi enviado para o Ministério do Interior para apreciação sendo indeferido.

Correa (2006) aponta que Manoel Correia Defreitas teria se envolvido na criação de uma indústria de papel, tendo como matéria-prima o lírio branco, com João de Deus Freitas em Morretes e na criação de gado em larga escala para a Companhia Frigorífica em suas fazendas nos Campos Gerais. Não foi encontrada documentação que comprove o seu envolvimento nessas atividades.

Também teria se mobilizado para a criação de uma indústria de sal em Guaratuba com Manoel Leocádio e Francisco Azevedo Macedo, mas nada foi encontrado a esse respeito. Seu requerimento junto ao Ministério da Agricultura solicitando a liberação da instalação de um saladeiro (estabelecimento onde se prepara o charque) para o estado do Paraná foi indeferido em 1891 (O Pharol, 31/01/1891). Possuía terras no norte do estado, no município de Apucarana, para a plantação de café. Essas terras couberam as suas filhas Meuma e Meden quando da partilha de bens de seu inventário[466]. Em um recorte, sem identificação no Caderno 2 da Coleção Manoel Correia Defreitas, há uma nota anunciando que Manoel Correia Defreitas era sócio da Fábrica de Café da União da Vitória

[466] Segundo entrevista com Constance Beatriz Pedroso, bisneta de Manoel Correia de Freitas em 15 de fevereiro de 2017 e com Lucirene Defreitas Pedroso em 17 de fevereiro de 2017, quando da morte de Manoel Correia Defreitas em 1932 a parte dos bens que coube à Lucilia Landal e as suas filhas com Manoel Correia Defreitas foram as terras em Apucarana, aonde hoje existe um distrito com o nome de Correia Defreitas (ver capitulo 2). Não conseguimos localizar nem o testamento e nem o inventário dos bens de Manoel Correia Defreitas para verificação do seu patrimônio quando da sua morte em 23 de junho de 1932.

juntamente com Eusébio Correia & Cia, mas não conseguimos localizar dados que confirmassem essa sociedade.

No ano de 1879 apresentou requerimento à Comissão de Indústria e Comércio juntamente com Joaquim Antônio de Loyolla, Romulo José Pereira, Fernando Machado Simas e Joaquim Soares Gomes e solicitando a isenção de impostos durante 20 anos para construir um matadouro em Paranaguá, com as modificações próprias para beneficiar a população, mas o pedido foi negado (O Paranaense, 10/07/1879).

Quando mudou-se para o Rio de Janeiro continuou atuando no ramo comercial. Seu centro de atividades na capital federal ficava no Largo da Carioca Nº 29 (Charutaria Paris). Em seu escritório de comissões também atuava renegociando dívidas que eram protestadas pelos bancos e fazendo novos empréstimos, a juros, aos endividados (item já apontado por Faria Rocha, 1951). Em sua correspondência pessoal, que hoje faz parte do acervo do Museu Paranaense, encontra-se vasta documentação dessa atividade, como quando atuou como procurador de resgate de letra de câmbio de João Evangelista Espindola e Cypriano Gonçalves de Marques junto ao Banco do Paraná no ano de 1893[467] e em 1922 junto ao Banco Nacional do Comércio renegociando a dívida do senador Adolpho da Silva Gordo[468].

[467] Conforme correspondência pessoal de Manoel Correia Defreitas. Acervo do Museu Paranaense (Nº documento 01.21.0012).

[468] Conforme correspondência pessoal de Manoel Correia Defreitas. Acervo do Museu Paranaense (Nº documento 01.21.0001). Adolpho da Silva Gordo (1858-1929) teve três cunhados que se tornaram políticos influentes: o presidente Prudente de Morais, casado com Adelaide Benvinda, o senador Manuel de Morais Barros, casado com Maria Inês, e o deputado Antônio Carlos de Ferraz Salles, casado com Rita, conforme CASALECCHI, José Ênio. **O Partido Republicano Paulista (1889-1926).** SP: Brasiliense, 1987.

4.1.2 – Cargos públicos: agente da Lloyd Brasileira, Superintendente de Terras e Colonização e funcionário do Ministério da Agricultura

Em 23 de junho de 1919 foi indicado por Alexandre Barbosa Lima, presidente da Lloyd Brasileira, para ser agente da companhia em Antuérpia, Bélgica. Pela portaria de 23 de setembro do mesmo ano, o ministro da Viação Afrânio de Mello Franco nomeou Correia Defreitas e João Cordeiro da Graça agentes de 3º classe da Lloyd Brasileira, em Amsterdam com jurisdição sobre o porto de Roterdã e Liverpool. Porém três dias depois, as nomeações dos agentes da Lloyd: Almirante Cordeiro da Graça, Samuel das Neves, Manoel Correia Defreitas e Belisário Júnior são anuladas. Ser agente da Lloyd era um cargo público federal e não do mundo corporativo privado e foi concedido à Manoel como meio de reconhecimento por seu trabalho na Câmara dos Deputados de 1909 a 1914, pois depois que deixou a cadeira de deputado federal pelo Paraná caiu em completo ostracismo e esse fato só se explica pela independência com que exerceu o seu mandato sempre como membro da oposição (Correio da Manhã, 24/06/1909. Jornal do Recife, 26/06/1919).

Antes do cargo na Lloyd Brasileira, que nem chegou a exercer, Manoel Correia Defreitas havia ocupado outros cargos públicos[469]. Sua indicação ocorreu em 14 de dezembro de 1889. Foi nomeado pela portaria do Ministério da Agricultura de 3 de janeiro de 1890[470] e assumiu o cargo a 11 de janeiro.

---

[469] Seus mandatos como deputado estadual (1908-1909) e deputado federal pelo Paraná (1909-1911 e 1912-1914) são analisados no capítulo 5.

[470] Conforme correspondência pessoal de Manoel Correia Defreitas. Acervo do Museu Paranaense (Nº documento 01.21.0015). Nesse período o ministro da agricultura era Demétrio Nunes Ribeiro (1853-1933) que foi um educador, engenheiro, jornalista, o primeiro Ministro da Agricultura da República do Brasil. Formado em engenharia pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro e bacharel em ciências físicas e matemáticas pela Escola Central retornou ao Rio Grande do Sul, onde foi o primeiro engenheiro auxiliar das linhas telegráficas e depois engenheiro da estrada de ferro entre Porto Alegre e Uruguaiana. Foi também professor da Escola Normal de Porto Alegre. Por ser oposição ao Império, D. Pedro II para poder desviá-lo, mandou-o ver a distribuição das terras aos imigrantes no Espírito Santo. Adepto do positivismo, foi um dos fundadores do Partido Republicano Riograndense. Teve grande influência na organização da República, onde foi eleito deputado federal constituinte e nomeado ministro logo após sua proclamação, em 7 de dezembro de 1889. Não ficou muito tempo no ministério, pedindo logo exoneração após ter entrado em divergência com o ministro da fazenda, Rui Barbosa, em 31 de janeiro de 1890, retornando à câmara. Ali como Deputado Federal na Constituinte de 1891, propôs a separação da igreja do Estado e o Decreto relativo às festas e aos feriados nacionais. Foi responsável pela fundação da Lloyd Brasileira, através da fusão de antigas companhias subvencionadas. Também, por sua

Necessitando de auxílio na Inspetoria do Paraná, Correia Defreitas solicitou ao governo os serviços temporários de José Teixeira Raposo em ofício de 10 de março de 1890[471]. Na Inspetoria de Santa Catarina havia sido nomeado seu auxiliar Ildefonso de Azevedo Lopes desde o dia 19 de fevereiro[472]. Dia 5 de março de 1890 Manoel chegou em Curitiba para assumir o cargo de superintendente (figura 129)[473] e no dia 20 de março o cargo é extinto[474]. Não encontramos registros que nos permitam avaliar a ação de Manoel nessa função. Localizamos somente um ofício de Manoel Timotheo da Costa da Diretoria Geral de Estatística do Rio de Janeiro, datado de 20 de março de 1890, solicitando que o mapa enviado à Inspetoria de Terras e Colonização do Paraná e de Santa Catarina fosse devolvido com os apontamentos solicitados, mas o serviço não chegou a ser executado por Correia Defreitas que já havia deixado a função[475]. Em 14 de junho de 1890 Manoel enviou um ofício ao inspetor da tesouraria do estado do Paraná solicitando certificar o valor que lhe foi pago de salário entre o dia 5 de fevereiro e 19 de março de 1890, período de sua atuação no cargo. A Tesouraria confirma que o montante pago foi de 753$022 réis[476] e que os registros constavam nas folhas de pagamentos dos empregados do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Os motivos para a duração desses dois cargos ser tão efêmera não ficaram claros, mas não se pode descartar a hipótese de perseguição política uma

---

experiência como engenheiro, ajudou a traçar planos de articulação das linhas de ferro em diversas regiões do país. Disponível em http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/RIBEIRO,%20Dem%C3%A9trio.pdf. Acesso 29.janeiro.2017.

[471] Conforme correspondência pessoal de Manoel Correia Defreitas. Acervo do Museu Paranaense (Nº documento 01.21.0019).

[472] Conforme correspondência pessoal de Manoel Correia Defreitas. Acervo do Museu Paranaense (Nº documento 01.21.0020 e 01.21.0016).

[473] Ver Anexo 23 - Carta de Manoel Correia Defreitas ao governador do Paraná anunciando sua nomeação como Superintendente de Terras e Colonização do Paraná (1890).

[474] A Razão, 18/01/1890. Quinze de Novembro, 12/03/1890. A República, 23/03/1890. Conforme correspondência pessoal de Manoel Correia Defreitas. Acervo do Museu Paranaense (Nº documento 01.21.0023).

[475] Conforme correspondência pessoal de Manoel Correia Defreitas. Acervo do Museu Paranaense (Nº documento 01.21.0021). Sete de Março, 28/03/1890. Gazeta do Norte, 05/04/1890.

[476] Conforme correspondência pessoal de Manoel Correia Defreitas. Acervo do Museu Paranaense (Nº documento 01.21.0023).

vez que Manoel sempre foi de oposição à situação[477]. "*Do Paraná vem a desagradável notícia da supressão da superintendência de terras e colonização desse estado e que parece que houve propósito de contrariar Correia de Freitas republicano de mais prestígio no Paraná. Por toda a parte só desilusões!"* (Gazeta do Norte, 05/04/1890). Na mesma época em que atuava como superintendente de colonização, Manoel Correia Defreitas também era um dos membros da comissão do presidente do estado do Paraná Américo Lobo para a organização do sistema republicano em território paranaense e conforme apontado no capítulo 1 isso lhe trouxe muitos desafetos e desavenças, o que pode ter ocasionado essa perseguição a sua pessoa.

Quando da passagem da pasta do Ministério da Agricultura de Demétrio Ribeiro para Francisco Glicério, o primeiro ressalta a necessidade da reorganização do serviço de colonização no país. Para isso fez nomeações, entre as quais justifica a de Manoel Correa Defreitas para superintendente das terras e colonização do estado do Paraná e de Santa Catarina. Ele estava entre as

> pessoas de inteira confiança[478], capazes de inquerir com toda a isenção de ânimo do proceder dos funcionários atuais, fornecendo dados seguros ao governo para ulteriores decisões. Assim também em face das informações fidedignas colhidas por estes representantes autorizados do pensamento do governo, esperava eu habilitar-me para atender equitativamente os verdadeiros interesses desses e dos outros estados na reforma que projetava (A Federação, 13/03/1890).

Foram muitas as mensagens de felicitações encaminhadas à Manoel por sua nomeação como superintendente, pois esse foi o primeiro cargo público aceito e exercido por ele.

Uma vez assumido a função de Ministro da Agricultura, Francisco Glicério faz a exoneração de Manoel Correia Defreitas (A República, 23/03/1890):

> Ministério dos Negócios, da Agricultura, Comércio e Obras Públicas
> Diretoria da Agricultura, 2ª Seção, N.10

[477] XIX de Dezembro, 14/12/1889, 08/01/1890, 12/02/1890. Sete de Março, 11/01/1890. A Província 11/01/1890, República 05/03/1890. A República, 07/03/1890.

[478] Manoel Correia Defreitas no Paraná. Antão Gonçalves de Faria no Rio Grande do Sul e Libanio da Silva Lima no Espírito Santo.

> Rio de Janeiro, 15 de março de 1890
>
> Para vosso conhecimento e fins convenientes, comunico-vos que nesta data resolvi extinguir o lugar de superintendente de terras e colonização, neste estado, exercido pelo cidadão Manoel Correia Defreitas.
>
> Saúde e fraternidade.
>
> Francisco Glicério
>
> Senhor governador do Estado do Paraná, cumpra-se e publica-se.
>
> Curitiba, 20 de março de 1890.
> Américo Lobo

O que levou a exoneração de Manoel Correia Defreitas foi o fato dele estar em divergência com Herculano de Freitas[479], presidente do Estado do Paraná de 18 de fevereiro a 4 de março de 1890, antes da nomeação de Américo Lobo que assumiu o cargo dia 5 de março e que genro de Francisco Glicério, o então norecém nomeado Ministro da Agricultura do Governo Provisório que exercia grande influência na política federal. Essa desavença não lhe custou somente o cargo de Superintendente de Terras e Colonização, mas também o fato do seu nome não ter sido escolhido para compor a chapa dos candidatos a deputado federal pelo Paraná para participar da Primeira Constituinte Republicana do Brasil. No seu lugar foi indicado Fernando Machado Simas.

Para se ter uma ideia da influência de Francisco Glicério sobre a política paranaense, reproduzimos parte da carta pessoal que ele enviou ao seu genro

---

[479] Uladislau Herculano de Freitas Guimarães (1865-1926) formou-se em Direito em março de 1889. Casou-se com a filha de Francisco Glicério. Após a Proclamação da República no Brasil, assumiu o cargo de Chefe de Polícia do Paraná. Logo depois, em 18 de fevereiro de 1890, foi nomeado como terceiro presidente do Paraná em período republicano. A Faculdade de Direito de São Paulo o nomeou como lente em dezembro de 1890. Foi tomado posse de lente substituto e recebido o grau de doutor em 16 de janeiro de 1891. Foi deputado estadual, deputado federal e senador estadual por São Paulo. Entre 11 de agosto de 1913 a 15 de novembro de 1914, ocupou a pasta de Ministro da Justiça do presidente Hermes da Fonseca. Dirigiu a Faculdade de Direito de São Paulo de 1915 até 1917. Passou a ser diretor efetivo dessa instituição pelo Decreto de 26 de março de 1917. Ocupou a pasta de Secretário da Justiça e Segurança Pública de São Paulo de 1916-1920, gestão de Altino Arantes. Em 1922, ocupou pela segunda vez a pasta de Senador Estadual de São Paulo e também o de Senador Federal por São Paulo. Funcionou como relator da reforma constitucional. Ocupou disponivelmente a cadeira de catedrático da Faculdade de Direito de São Paulo em 29 de agosto de 1925 e a pasta de Ministro do Supremo Tribunal Federal no dia 7 de dezembro do mesmo ano. Disponível em http://www.casacivil.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=21. Acesso 29.janeiro.2016.

Herculano, dia 31 de agosto de 1890 comentado sobre a indicação de Serzedello Correia para o governo do Estado do Paraná[480]:

> Rio de Janeiro, 31 de agosto de 1890
>
> Herculano,
>
> Respondo à tua carta escrita de Paranaguá. Não tenho escrito por falta de tempo. Não fui o autor da indicação do Serzedello para governador do Paraná, foi o Benjamim Constant, que impressionado pelas intrigas do **Correia Defreitas e mais uns esquisitos**, interveio indiretamente na política de um Estado entregue a outro colega, entendeu criar conflito comigo. Resignei-me e aceitei, ainda que em Conselho de Ministros, podia derrotá-lo por tal forma, que o Serzedello teria somente o voto de Benjamim. Isto porém, era o princípio de uma luta no seio do ministério, e eu preferi tragar o afrontamento do meu colega.
> O Serzedello revelou ambição de ir como governador, o que eu desculpo em um moço inteligente e ligado honrosamente à Revolução como ele. Mas, supondo que o Benjamim continuaria a influir na política do Paraná, falou-me ele Serzedello, na conveniência de levar chefe de polícia, estranho às lutas do Paraná. Respondi-lhe que isso, sobre ser um erro político em vésperas de eleição, era insensatez; e que eu não permitia, enquanto a política do Paraná estivesse a meu cargo, que administração nenhuma se fizesse sem o meu acordo. A situação encrespou-se, e que que estava doente, despedi-me do Serzedello dizendo-lhe: ou isto ou nada.
>
> [...]
>
> Adeus e até sempre, sogro e amigo,
>
> Francisco Glicério[481]

A carta possui mais algumas linhas, nas quais Francisco Glicério comenta outros aspectos da política do Paraná e a candidatura de Vicente Machado, posteriormente retirada afim de que pudesse ser efetuado o acordo com o governador nomeado Serzedello Correia.

---

[480] Herculano de Freitas foi governador do Paraná de 18 de fevereiro a 4 de março de 1890.
Américo Lobo foi de 5 de março a 28 de julho de 1890.
Joaquim Monteiro foi de 29 de julho a 28 de agosto de 1890.
Serzedello Correia foi de 29 de agosto a 3 de novembro de 1890.

[481] (FREITAS, 2000, p.160-161, grifo nosso).
A influência de Manoel Correia Defreitas sobre essa decisão é confirmada por um telegrama que o Clube Republicano de Curitiba enviou para Manoel que se encontrava no Rio de Janeiro felicitando o governo provisório federal por ter nomeado Serzedello Correia como governador do Paraná – agora iria se iniciar a política de conciliação verdadeiramente republicana (Acervo do Museu Paranaense – Nº Documento 05.21.0031). E também por outro telegrama do Diário do Paraná para Manoel noticiando quase certa a nomeação de Serzedello para o Paraná e Alexandre Stockler para Minas Gerais (Acervo do Museu Paranaense – Nº Documento 05.21.0025).

Não localizamos documentação que demonstre que os republicanos tivessem feito entre eles qualquer tipo de divisão das antigas províncias, para que os novos governantes as dirigissem politicamente. Mas, sem dúvida, havia influências deste ou daquele chefe em tal ou qual Estado, pelas suas ligações ou pela sua origem. Por algum desses motivos, Glicério era sempre consultado quando se tratava de assuntos do Estado do Paraná. Por isso mesmo, antes de ter assumido o Ministério da Agricultura, coube-lhe indicar um nome para a chefia de polícia da Paraná. Não hesitou em indicar o próprio genro, que partiu para Curitiba, no dia 2 de janeiro de 1890.

Em julho de 1890 a questão de limites entre o Paraná e Santa Catarina trouxe sérios problemas para os governos estaduais. Herculano telegrafou logo para o sogro, dando conta das divergências e prevenindo-o da seriedade do assunto. De fato, a questão agravou-se e surgiram conflitos em alguns pontos fronteiriços. Por causa desses conflitos, que tiveram participação de capangas, pagos, Herculano colocou seu cargo à disposição das autoridades e foi substituído por Vicente Machado.

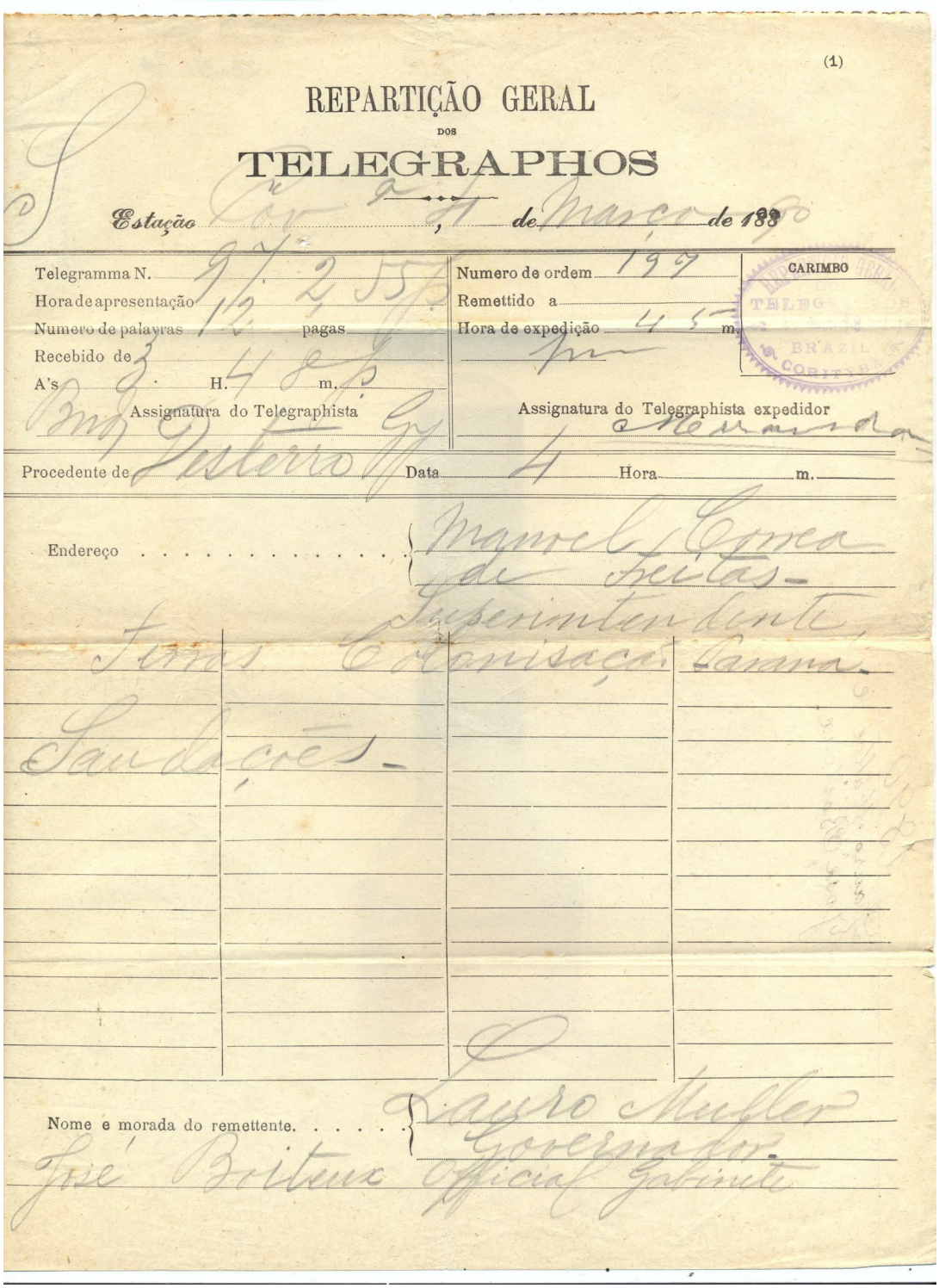
Começava-se a ter em vista a eleição da Assembleia Nacional Constituinte, que se instalaria logo, para elaborar a Constituição da República. Glicério estava atento e escreveu ao genro Herculano:

> Rio de Janeiro, 9 de junho de 1890
> Herculano,
> Respondo à tua de 31. Não achei conveniente que V. fosse para o Correio por duas razões: porque fazeis falta à política desse Estado – porque ireis encontrar os mesmos, senão maiores desgostos em São Paulo, sendo que de mais a mais, ninguém pode prever qual será a duração do Correio cuja vida custou sempre muitos sacrifícios aos chefes políticos – acrescento ainda que a tua presença no Correio, órgão fundado em contraposição ao Estado, era um cartel atirado à rapaziada deste último — era uma carniça atirada à uma jaula de leões. Diga-me**: V. não quer vir deputado pelo Paraná? Prefere S. Paulo? Meu voto é que, por um ou por outro Estado, deves vir — e quer num quer noutro caso, não encontro embaraço.** Entendo que temos necessidade de candidaturas militares. O Paraná tem 7 lugares, 4 deputados e 3 senadores e os candidatos que conheço são os seguintes: 1 Eduardo Gez — 2 Belarmino Carneiro — 3 J. M. Govin... — 4 J. Monteiro — 5 Jaques Ourique — 6.... — 7 Mariano — Cel., irmão de Benjamim. Quanto ao Ubaldino, penso que a candidatura dele irá melhor pela Capital Federal. Estes são os candidatos que me consta estarem incluídos em chapas, e eu declaro que votaria por ela, se o Américo a aceitasse, dependendo do acordo prévio com o Ubaldino. Mas, aceito a combinação que o Américo estabelecer com os amigos, e em hipótese alguma consentirei que o Ministério imponha candidaturas aos Estados. Sou capaz de organizar e

> mandar uma lista para o Paraná, não há dúvida, mas como amigo, como sugestão no bom sentido, sob clara cláusula de ser ou não aprovada pelos amigos. Converse neste sentido com o Américo e com os amigos e escreva-me.
> Agora que todos aí estão, a todos me recomende — à sogra, a Clotilde, filhos e netos.
> Adeus e até sempre.
> Sogro e amigo
> Glicerio[482]

Percebe-se a prática de nepotismo a qual Manoel Correia Defreitas teve que enfrentar e da qual foi vítima no ano de 1890 sendo penalizado duas vezes: com a exoneração do cargo do Ministério da Agricultura e do processo de eleição para o congresso republicano federal.

[482] Freitas, 2000, p.154-155, grifo nosso.



(1)

REPARTIÇÃO GERAL
DOS
TELEGRAPHOS

Estação ..., 4 de Março de 1890

Telegramma N. 9 2 55
Hora de apresentação 12
Numero de palavras 1 pagas
Recebido de
A's H. m.
Assignatura do Telegraphista

Numero de ordem 199
Remettido a
Hora de expedição 4 5 m.
Assignatura do Telegraphista expedidor

CARIMBO

Procedente de Interior Data 4 Hora m.

Endereço ... Manoel Correa de Freitas - Superintendente de Terras e Colonisação - Lapa - Santa Catharina -

Nome e morada do remettente. ... Lauro Muller Governador - José Boiteux Official Gabinete

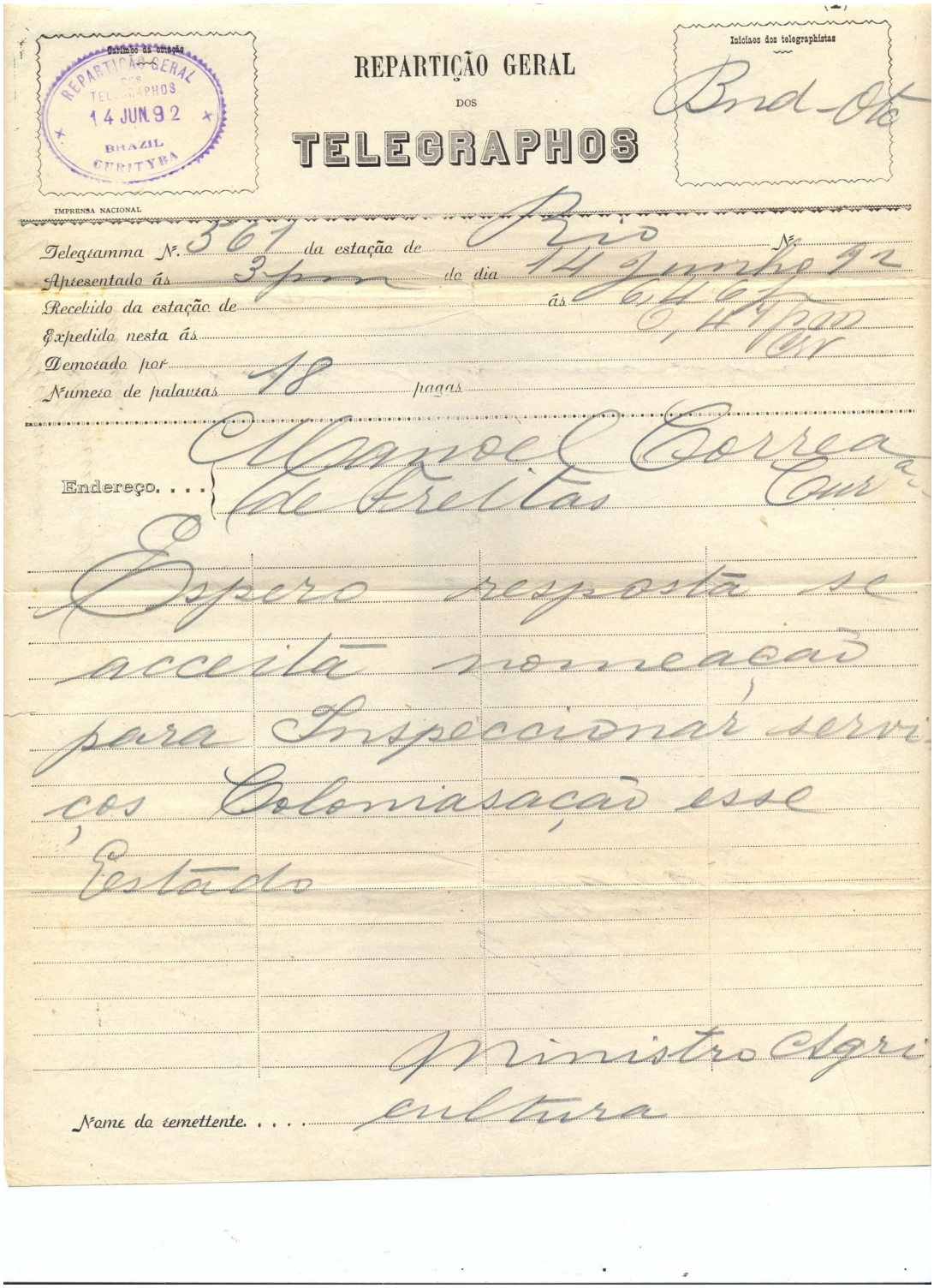
Figura 129 – Telegrama de Lauro Muller (governador de Santa Catarina) e José Boiteux (chefe de gabinete do governo) à Manoel Correia Defreitas saudando-o pela nomeação ao cargo de Superintendente de Terras e Colonização do Paraná e de Santa Catarina. 4 de março de 1890
Fonte: Acervo do Museu Paranaense

Seu segundo cargo público foi como funcionário do Ministério da Agricultura (figura 130). Quando Inocêncio Serzedello Correia era Ministro dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, em ofício de 4 de outubro de 1892, convidou Manoel Correia Defreitas para participar da comissão que iria percorrer os núcleos de colonização estabelecidos no Paraná e em Santa Catarina o incumbindo de estudar e de propor um novo plano, uma melhor forma de organização do serviço de colonização nesses estados[483]. Manoel tinha como auxiliar nessa comissão Jayme Ballão que foi demitido em julho de 1893 por ter sido solidário com a imprensa fornecendo informações sobre as deposições das câmaras municipais pelos revolucionários maragatos e sobre a convocação de voluntários, por parte do governo, para marchar contra os revolucionários. Manoel se solidariza com o amigo e também pede a sua demissão. A falta de material não nos permite avaliar como foi sua atuação frente a essa comissão e quais as atividades desenvolvidas[484]. Localizamos apenas uma carta dos moradores de Morretes e Guaratuba entregue ao funcionário do Ministério da Agricultura - Manoel Correia Defreitas - solicitando a abertura de uma estrada entre os dois municípios e a criação de núcleos coloniais em Guaratuba[485].

[483] Jornal do Recife, 22/07/1893. Diário do Maranhão, 01/08/1893. O Democrata, 01/08/1893. Pacotilha, 01/08/1893. Diário de Manaos, 09/08/1893. O Estado do Paraná, 13/01/1925.

[484] Conforme correspondência pessoal de Manoel Correia Defreitas. Acervo do Museu Paranaense (Nº documento 01.21.0011 e 01.21.0022).

[485] Jornal do Commercio, setembro de 1892. Coleção Manoel Correia Defreitas, Caderno 2. Acervo de Ricardo Costa de Oliveira.



REPARTIÇÃO GERAL
DOS
TELEGRAPHOS

Carimbo da estação
REPARTIÇÃO GERAL DOS TELEGRAPHOS
14 JUN 92
BRAZIL
CURITYBA

Iniciaes dos telegraphistas
Bnd Ot

IMPRENSA NACIONAL

Telegramma N. 361 da estação de Rio N.
Apresentado ás 3 p. do dia 14 Junho 92
Recebido da estação de ás 6 4 6 p.
Expedido nesta ás
Demorado por
Numero de palavras 18 pagas

Endereço. . . . Manoel Correa de Freitas Cur.

Espero resposta se acceita nomeação para Inspecionar serviços Colonisação esse Estado

Ministro Agricultura

Nome do remettente. . . .

Figura 130 – Telegrama do Ministro da Agricultura Serzedello Correia para Manoel Correia Defreitas cobrando resposta ao convite para o cargo de inspetor dos serviços de terras e colonização do Paraná. 14 de junho de 1892.
Fonte: Acervo do Museu Paranaense

Manoel Correia Defreitas não tinha um diploma de ensino superior, e esta era uma das condições para se alcançar postos mais altos dentro do funcionalismo público, por isso acabou ficando com a indicação para cargos mais práticos do que estratégicos, isso quando seu nome conseguia ser apoiado pela maioria. A influência do nome da família lhe ajudou a circular entre a gente de “arraia miúda”, lhe garantindo a atuação em diferentes atividades e lhe garantindo seu sustento (e segundo seus descendentes entrevistado um certo acúmulo de capital econômico). Nesse ponto encontramos uma discordância entre os autores que apontam que Manoel vivia de renda da família e teria uma situação financeira confortável (CORREA, 2006) e os amigos que conviveram com ele para os quais ele se encontrava em condição de pobreza e com sérias dificuldades financeiras (FARIA ROCHA, 1951; NASCIMENTO JUNIOR, 1951). Os descendentes diretos afirmam que ele possuía diversos bens e que até houve atrito quando da partilha desses após a sua morte. A localização do inventário de Manoel Correia Defreitas nos daria uma melhor dimensão de sua situação financeira quando de sua morte. Do material levantando até o momento fica evidente que desde a morte do pai ele sempre trabalhou, atuando em diversas áreas e que não pôde contar com a renda da família, pois nem o ensino superior realizou devido ao empobrecimento desta após o falecimento do pai. Mas devido as constantes viagens que realizava pelo Brasil presumimos que Manoel deveria contar com um capital econômico significado para arcar com essa mobilidade e poder ficar ausente bastante tempo de seu domicílio sem se dedicar diretamente aos seus negócios. Com o seu trabalho ao longo da vida conseguiu reconverter sua condição econômica, pois ao que parece tinha grande desenvoltura na área comercial.

4.1.3 – Clube Literário de Paranaguá

Enquanto trabalhava fazendo transações comerciais de diferentes tipos e tentando instalar algumas indústrias inovadoras, Manoel circulava em outras áreas

envolvendo-se nas diferentes redes de sociabilidade disponíveis na sua época. Em 9 de agosto de 1872, com 21 anos, foi um dos fundadores juntamente com Francisco José Machado da Silva, João Eugênio Gonçalves Marques, Constante de Souza Pinto, Barnabé de Carvalhaes Pinheiro, José Albino das Dores, Manoel Rodrigues Viana, João Estevão da Silva, Joaquim Pinto de Amorim, Manoel Fausto do Nascimento, Adélio Pinto de Amorim e Joaquim Pereira da Costa do Clube Literário de Paranaguá, um centro cultural representativo da elite urbana intelectualizada que a cidade possuía (figura 131). Esse clube delineou a vida social de Paranaguá. Inicia ofertando uma biblioteca considerada *"eficiente e bem selecionada"* e assembleias literárias que eram encontros culturais. Depois funda o próprio jornal de divulgação, de duração efêmera, o Echo Litterario[486]. Passa a ofertar cursos didáticos, os precursores dos cursos ginasiais e científicos, que culminou com o famoso Curso Mercantil de 1882. Em 1875 inicia a atividade teatral, organizando um elenco com os associados, montando peças e construindo um palco na sede social. Iniciam as festas dançantes, as festas de artes com o concurso das famílias dos associados. A partir da década de 1880 entram os jogos de salão, surgem os grêmios femininos. Adentrando o século XX festas campestres e esportes são as novidades (RIBEIRO FILHO, 1972). Manoel foi tesoureiro do clube no ano de 1876, sob a presidência de Luiz Ramos Figueira e nunca perdeu contato com a instituição mesmo quando passou a residir em outras cidades. Quando da data de aniversário do clube, se Manoel encontrava-se no Paraná discursava na tribuna das comemorações e se estava ausente sempre enviava um telegrama saudando os membros sócios pela passagem da data.

[486] Manoel contribuiu para esse jornal que mais tarde se transformou na revista O Itiberê. Conforme **"A primeira sociedade fundada no Paraná, o Clube Literário e o seu 42º aniversário".** IN: Cruzada, Nº 3, Ano 1, Setembro de 1919, p. 22.



Manoel Correia Defreitas

Um dos fundadores do Clube Litteraio e ardoroso propagandista do regime democrático.

Figura 131 – Homenagem do Clube Literário de Paranaguá a um dos seus fundadores – Manoel Correia de Freitas no ano de 1922.
Fonte: O Itiberê, Paranaguá, Setembro de 1922, Nº 39/41, Ano IV, p.77.

Conforme já apontado no capítulo 1, Correia Defreitas tinha preocupação com a parte cultural da cidade de Paranaguá, lamentando seu abandono nesse aspecto[487] e juntamente com Fernando Simas, no ano de 1876, ajuda na fundação

[487] Echo Litterario, 11/04/1875. O periódico destaca que dia 6 de abril de 1876 Manoel Correia Defreitas, sócio fundador, ocupou a tribuna do Clube Literário e improvisou um discurso convocando os concidadãos a lutarem contra o abandono cultural de Paranaguá.

da Companhia Thalia ou Sociedade Loterica Thalia[488], entidade criada para levantar capital visando a construção de um teatro em Paranaguá, mas esse projeto acabou não sendo executado (figura 132). Também foi procurador da Sociedade Lotérica Theatral, cujo outros membros eram Luiz Machado da Silva (diretor), Fernando Machado Simas (secretário) e Affonso Camargo (tesoureiro) conforme Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Província do Paraná para 1877.



ANNUNCIOS

CONVOCAÇÃO

Companhia «Thalia Paranaguense.»

ACHANDO-SE encorporada a companhia, convido a todos os srs. accionistas á comparecerem no dia 6 de Janeiro ás 12 horas da manhã, nos salão do Club Litterario para discussão dos estatutos.

Os accionistas de quê trata o art. 17 das bases, podem fazer-se representar por seus, procuradores.

Paranaguá, 6 de Dezembro de 1876.

Manoel Corrêa de Freitas.

SECRETARIO.

Figura 132 – Convocação de reunião para os acionistas da Companhia Thalia Paranaguense
Fonte: Província do Paraná, 31/12/1876.

[488] Sobre a Sociedade Loterica Thalia ou Companhia Thalia ver nota 44.

4.1.4 – Maçonaria

Ainda na década de 1870 Manoel Correia Defreitas entra para a maçonaria. De acordo com o manifesto da Maçonaria Paranaense de 1902[489] SER maçom é agir em prol de um mundo melhor, sustentado na virtude, tolerância e no amor ao próximo, procurando uma sociedade mais justa e fraterna. Tolerância, igualdade e indulgência são os atributos de um maçom. É um dever de todo maçom trilhar o caminho da justiça, do direito, da dignidade e da verdade. A fé, a esperança e a caridade se aliam perfeitamente aos princípios de liberdade, igualdade e fraternidade que procuram baseados na justiça e no amor.

Na década de 1870, no plano político e social a atuação dos maçons e da maçonaria foi bastante evidente e produtiva, em torno do abolicionismo, já bastante amadurecido, e do nascente movimento republicano. Essa atuação estava sobretudo baseada na radicalização de posições assumidas por uma ala jovem da maçonaria brasileira, representada no governo central, no parlamento, nos quartéis, nas letras e nas ciências. Nessa mesma década ocorreu a Convenção de Itu, de inspiração maçônica e que tivera seu embrião em 10 de novembro de 1871, quando 78 partidários do movimento republicano haviam se reunido sob a presidência do maçom João Tibiriça Piratininga, em Itu, São Paulo, com a finalidade de organizar o partido republicano federal, criando um clube republicano, que pudesse servir de núcleo e centro do partido. Como consequência desse movimento, em 18 de abril de 1873 era realizada a primeira Convenção Republicana no Brasil que ficou conhecida como Convenção de Itu. Depois da publicação do Manifesto de 3 de dezembro de 1870, ativara-se na província de São Paulo a propaganda republicana liderada na capital e no interior por maçons. A cidade de Itu tornou-se a sede da propaganda republicana, até que em 18 de abril de 1873, sob a presidência de João Tibiriça Piratininga e com Américo Brasiliense como secretário foi realizada a convenção, ocasião em que se reuniram delegados dos Clubes Republicanos de Campinas, Botucatu, Amparo, Bragança Paulista,

[489] Manifesto da maçonaria paranaense realizado em 07 de setembro de 1902, assinado por Trajano Reis (Loja Acácia), Joaquim Pereira de Macedo (Loja Acácia), João Pedro Schleder (Loja Acácia), Jesuino S.P.Ribas (Loja Luz Invisível), Albano Drumond dos Reis (Loja Luz Invisível), Generoso Marques dos Santos (Loja Apóstolo da Caridade), Augusto L de Moura (Loja Apóstolo da Caridade), Generoso Borges de Macedo (Loja Electra) e Fernando Schneider (Loja Concórdia). Conforme **Manifesto da maçonaria paranaense ao mundo maçônico universitário**. Curitiba: Impressora Gráfica Paranaense, 1902. Acervo do Setor de Documentação Paranaense da Biblioteca Pública do Paraná.

Constituição (atual Piracicaba), Capivari, Jaú, Jundiaí, Indaiatuba, Itapetininga, Itu, Itatiba, Mogi-Mirim, Porto Feliz, Sorocaba, Vidal de Monte Mor, Tietê, São Paulo e Rio de Janeiro. Na convenção ficou estabelecida a fundação do Partido Republicano Paulista e a nomeação da comissão diretora, composta de sete membros e encarregada de se comunicar com os correligionários, convocar um congresso de representantes de vários clubes republicanos e zelar pela autonomia dos republicanos de São Paulo, diante do centro estabelecido na Corte. Embora realizada na província de São Paulo, que não era sede da Corte, a Convenção de Itu teve caráter nacional, não só pela repercussão e pela presença de republicanos do Rio de Janeiro, mas, também e principalmente, pela presença de alguns dos mais notáveis nomes do movimento republicano (e maçons) de São Paulo, como Prudente de Moraes e Campos Salles que chegaram à presidência da república (PITOMBO, 2009).

Na década de 1880 a campanha republicana era incrementada pela Questão Militar que consistiu em uma série de atritos acontecidos entre 1853 e 1889, entre políticos e militares. Esses atritos iriam criar uma atmosfera propícia para o levante militar de 1889 que resultaria na implantação do regime republicano, sob a liderança de maçons como Benjamin Constant[490] e Manuel Deodoro da Fonseca[491]. A par das atividades militares, com a atuação de muitos maçons, era grande a efervescência nas lojas e nos clubes republicanos de inspiração maçônica, destacando-se, nesse período, muitos maçons civis, que seriam chamados “REPUBLICANOS HISTÓRICOS”, como Quintino Bocayuva, Campos Salles, Prudente de Moraes, Silva Jardim, Rangel Pestana, Francisco Glicério, Américo de Campos, Pedro de Toledo, Américo Brasiliense, Ubaldino do Amaral, Aristides Lobo, Bernardino de Campos, Manoel Correia Defreitas e outros. Nas rodas republicanas era expressivo o número de maçons. A maçonaria brasileira, já a partir da segunda metade do século XIX, era formada, em sua maioria, por homens oriundos da classe média, tornando-se cada vez mais raros, os membros da aristocracia e das oligarquias agrícolas (CASTELLANI & CARVALHO, 2009).

Várias lojas e obreiros eram contra o advento de um terceiro reinado e a favor da implantação da república:

---

[490] Benjamin Constant Botelho de Magalhães (*1836/†1891)

[491] Manuel Deodoro da Fonseca (*1827/†1892)

> … estamos no momento em que bem dizia o venerando Saldanha Marinho: a Família, a Pátria, a Honra e a própria consciência perigam! … A maçonaria que se levante opondo-se firmemente, no caso fatal da morte do imperante, à sucessão de Isabel. Que evite, por todos os meios honrosos, embora violentos, a coroação da princesa. O povo que se governe e a maçonaria que intervenha para a fundação de um governo livre e moralizado" (Irmão Aparício Mariense da Silva, Loja "Vigilância e Fé" do Rio Grande do Sul em 21 de fevereiro de 1887 – proposta encaminhada a todas as lojas do Brasil) (CASTELLANI & CARVALHO, 2009, p.147).

Implantada a república, Marechal Deodoro assumiria o poder como chefe do Governo Provisório, com um ministério totalmente constituído por maçons (figura 133):

- Quintino Bocaiuva: Ministro das Relações Exteriores
- Aristides Lobo: Ministro do Interior
- Benjamin Constant: Ministro da Guerra
- Ruy Barbosa: Ministro da Fazenda
- Campos Salles: Ministro da Justiça
- Eduardo Wandenkolk: Ministro da Marinha
- Demétrio Ribeiro: Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.

Esses homens foram escolhidos pelo fato de representarem a "nata" dos republicanos históricos e, por coincidência todos pertenciam ao Grande Oriente do Brasil[492], em uma época em que a maçonaria abrigava a elite intelectual da nação.

> [a maçonaria] instituição social que se estende por todos os países e não reconhece as fronteiras que isolam os povos uns dos outros, nem admite preconceitos de qualquer ordem, étnicos, religiosos, políticos, nem os privilégios e prejuízos sociais, que afastam cada homem do seu semelhante, a maçonaria caminha para a realização de um ideal sublime, que se é impossível hoje, será alcançado tão mais depressa quanto maiores forem, por eles, os esforços de nossa dedicação[…] A independência, a abolição e a república fizeram de nós uma nação livre. Essas conquistas liberais, porém, são fruídas, apenas, por uma minoria do

[492] O Grande Oriente do Brasil (GOB) é a mais antiga potência maçônica brasileira (associação de Lojas Maçônicas, também chamada de Obediência Maçônica). O GOB participou ativamente em momentos cruciais da história brasileira, como a independência do Brasil, a abolição da escravatura e a Proclamação da República.

> povo, porque a grande massa dele as desconhece e delas não podem gozar, sepultado, como tem, o espírito nas trevas da ignorância". (Nilo Peçanha, Manifesto aos maçons brasileiros de 1917) (CASTELLANI & CARVALHO, 2009, p.180-181)



Figura 133 – Governo provisório: primeiro ministério republicano
Na primeira fileira (de cima para baixo): Aristides Lobo, Ruy Barbosa e Eduardo Wandenkolk.
Na fileira central (de cima para baixo): Marechal Deodoro e Demétrio Ribeiro.
Na última fileira (de cima para baixo): Campos Salles, Quintino Bocaiúva e Benjamin Constant.
FONTE: http://www.freemasons-freemasonry.com. Acesso 30.julho.2014.

A fundação da primeira loja maçônica no Paraná ocorreu em Paranaguá no ano de 1837, chamava-se União Paranaguense. A maçonaria acompanhou acontecimentos importantes da História do Paraná como a luta pela emancipação política, a abolição da escravatura, o movimento republicano, a proclamação da

república, os períodos confusos pós-proclamação, o golpe de Estado, a Revolução da Armada, a Revolução Federalista, o anticlericalismo, o Movimento Simbolista, etc. Acontecimentos comandados por políticos, escritores, homens que na sua maioria eram maçons, mas nem por isso estavam sempre do mesmo lado (SPOLADORE, 2007).

É difícil falar da passagem de Manoel Correia Defreitas pela maçonaria devido à escassez de informação, pela falta de armazenamento de dados das lojas maçônicas. As buscas por dados sobre sua trajetória maçônica foram na maioria das vezes infrutíferas. As atas foram destruídas pelo tempo, restando a tradição oral dos dados, mas esses são muitas das vezes falhos. Tínhamos a informação de um determinado fato, mas nos faltou a comprovação através das fontes (primária e documental), como pelas atas das lojas ou boletins do Grande Oriente do Brasil[493].

No caso de Manoel Correia Defreitas, ele teria sido iniciado na Loja Perseverança de Paranaguá[494] em 30 de janeiro de 1875[495], com 24 anos de idade (figura 135). Um profano ao ser iniciado faz um juramento e passa a seguir os princípios maçônicos. A Loja Maçônica é a célula básica, também chamada por seus membros de Loja Simbólica, atuando no nível local e fazendo parte de uma Grande Loja. Nessas lojas os maçons recebem toda instrução, são coletados os pedidos de admissão de novos membros e são conferidos os graus maçônicos. O nome do padrinho[496] que apresentou o futuro maçom – Manoel Correia Defreitas

[493] Agradecemos ao senhor Osmar Luz, venerável da Loja Perseverança no biênio 1993-1995, que nos recebeu no dia 9 de abril de 2014 e nos forneceu as informações que possuía sobre o irmão Manoel Correia Defreitas.

[494] Foi a mais importante loja maçônica do Paraná no período provincial. Foi fundada em 5 de maio de 1864. Em 1867 inicia o movimento abolicionista comprando alforrias de escravos e promovendo campanhas contra a escravidão. Em 18 de novembro de 1867 a Loja Perseverança assinou uma resolução a favor das filhas de escravos, com menos de 4 anos tornando-se a primeira instituição do Paraná a lutar oficialmente pela libertação dos cativos. Em abril de 1913 lançou uma campanha para as vítimas do Irany construindo 9 casas – a Vila Comandante Gualberto – em Curitiba (Batalha do Irany/Guerra do Contestado que ocorreu em 22 de outubro de 1912 e vitimara o irmão [maçom] Coronel João Gualberto). Em 1887 todos os irmãos do quadro foram fundadores do Clube Republicano de Paranaguá. Os maçons de Paranaguá tiveram participação em todos os eventos históricos paranaenses importantes ocorridos no século XIX. O grão-mestre em 1875, ano em que Manoel teria iniciado suas atividades maçônicas era Ernesto Frederico Laynes (CH'AN, 1978; LUZ, 2014).

[495] ZOCCOLI, Hiran Luiz (s.d). **A Maçonaria no Paraná - Volume 01 (Lojas Maçônicas e sua história, obreiros de 1837 a 1902).** Site Museu Maçônico Paranaense. Acesso 24.abril.2014.

[496] Levantamos a hipótese de que seu provável padrinho tenha sido Joaquim Soares Gomes com quem Manoel Correia Defreitas começou a trabalhar ainda adolescente em uma de suas casas comerciais. Joaquim era membro da Loja Perseverança e chegou a ser seu venerável entre 1871-

estava nos arquivos que se tornaram cinzas em 1922[497]. Em 20 de abril de 1877 ele discursa na festa de regularização da Loja Concórdia IV em Curitiba. Também participou da Loja Modéstia de Morretes em 1879[498] e foi um dos fundadores da Loja Fraternidade Paranaense em Curitiba, em 1897 (figura 136)[499]. Correia Defreitas teria deixado de atuar na maçonaria em 06 de outubro de 1903[500]. Existem algumas situações possíveis para sua saída da maçonaria: ou ele comunicou a Loja e pediu afastamento, ou deixou de frequentar as sessões e foi afastado. O que de fato ocorreu? Não há documentação comprovando qualquer um dos fatos, então permanece a interrogação. Os maçons costumavam se afastar das lojas por desavenças, aborrecimentos e brigas, ou porque em anos de atividades se tornaram irregulares, mas não sabemos qual teria sido a motivação de Correia Defreitas. Em suma, faltam documentos que comprovem todos os pontos acima indicados sobre a relação entre Manoel Correia Defreitas e a maçonaria: a data

---

1872 sendo delegado do Grande Oriente Unido do Brasil, no Paraná, de 30/12/1872 a 12/05/1873 (LUZ, 2014). Foi Joaquim também quem *"deu as primeiras lições de republicanismo"* à Correia Defreitas, conforme nota 44.

[497] Na noite de 20 para 21 de janeiro de 1922 a Loja Perseverança de Paranaguá sofreu um grande incêndio que destruiu seu templo e queimou toda a sua documentação. Só sobrou o primeiro livro de atas que estava fora do templo, mas ele cobre apenas o período de 22 de agosto de 1865 a 01 de julho de 1870. Nesse período Manoel Correia Defreitas ainda não havia ingressado na maçonaria pois teria menos de 21 anos (conforme entrevista com Osmar Luz em 2014).

[498] Em 26 de dezembro de 1874 Manoel Correia Defreitas fez parte da comissão da Loja Modéstia de Morretes, juntamente com Manuel da Costa Nogueira e Claro Américo Guimarães, que recebeu o grão-mestre da Ordem Grande Oriente Unido que realizou uma excursão pelas províncias do sul do império. Joaquim Soares Gomes foi quem o recebeu pela Loja Perseverança em Paranaguá. Isso teria acontecido um mês antes da iniciação de Correia Defreitas na maçonaria. Essa notícia é um dos recortes da Coleção Manoel Correia Defreitas (Caderno 2) e não possui referência/fonte.

[499] ZOCCOLI, Hiran Luiz (s.d). **A Maçonaria no Paraná - Volume 01 (Lojas Maçônicas e sua história, e obreiros de 1837 a 1902).** Disponível em http://www.museumaconicoparanaense.com/. Acesso 24.abril.2014.
Ver Apêndice 7 – Lojas maçônicas no Paraná de 1837 a 1940.
Ver Apêndice 8 – Participantes da Loja Perseverança de Paranaguá.
Ver Apêndice 9 – Participantes da Loja Modéstia de Morretes.
Ver Apêndice 10 – Participantes da Loja Fraternidade Paranaense de Curitiba.
Ver Apêndice 11 – Fundadores da Loja Fraternidade Paranaense.

[500] ZOCCOLI, Hiran Luiz (s.d). **A Maçonaria no Paraná - Volume 01 (Lojas Maçônicas e sua história, e obreiros de 1837 a 1902).** Disponível em http://www.museumaconicoparanaense.com/. Acesso 24.abril.2014.

efetiva de sua entrada, o nome do seu padrinho, de quais lojas participou, sua trajetória dentro da maçonaria e os motivos de seu afastamento[501].

Segundo o sítio Museu Maçônico Paranaense[502], Manoel Correia Defreitas só teria sido apresentado, ficando como obreiro dentro da hierarquia maçônica, não chegando a passar para os graus de companheiro ou mestre. Porém, a Revista Esphynge[503] de 1904 (ano VI, Nº 6-9) aponta Manoel Correia Defreitas no ano de 1897, quando da instalação da Loja Fraternidade Paranaense, com o símbolo de grau 3 ∴ que corresponde ao grau de mestre (figura 134). Um grau simbólico, mas que uma vez atingido permite ocupar quaisquer cargos, pois o mestre possui conhecimentos elevados de história e objetos maçônicos (AZEVEDO, 2010; BARATA, 2006).

[501] Outro ponto a ser verificado é a indicação de Spoladore (2007, p.83) que em sua relação de abolicionistas paranaenses que eram maçons, aponta os nomes dos irmãos carnais José e Manoel Correia de Freitas, ambos da Loja Perseverança de Paranaguá. As informações sobre a participação de José Correia de Freitas na maçonaria são inexistentes, até mesmo no sítio do Museu Maçônico.

[502] Agradecemos as informações sobre a maçonaria paranaense cedidas por Hiran Luiz Zoccoli (administrador do sítio Museu Maçônico Paranaense), por Osmar Luz (Loja Perseverança de Paranaguá) e por Pedro Juk (de Morretes). Registro aqui a ajuda do colega Marco Visintin que nos colocou em contato com esses e outros membros da maçonaria paranaense.

[503] Revista de publicação mensal fundado em julho de 1899. Órgão maçônico sob a responsabilidade da Loja Luz Invisível e direção de Dario Velloso.

Ben.·. «FRATERNIDADE PARANAENSE»

Or.·. de Coritiba

Irmãos que compareceram á sess.·. de install.·. provisoria da Loj.·. *Fraternidade Paranaense*, em 1.º de Abril de 1897.

1 Pedro M. Souza Galvão, 32.·.
2 Josino Mascarenhas, 17.·.
3 Eduardo A. Andrade Wirmond, 3.·.
4 José Narciso Teievira da Cunha, 18.·.
5 João Pedro Scheleder, 30.·.
6 Gumercindo Marés, 18.·.
7 Amando Antonio Cunha, 3.·.
8 Emilio Silveira Miranda, 3.·.
9 Joaquim Procopio Pinto Chichorro, 18.·.
10 Albino Gonçalves Guimarães, 33.·.
11 João Borges Lagos, 3.·.
12 Manoel Godofredo Lima, 18.·.
13 João Christovão da Silva, 18.·.
14 Alfredo Alves da Silva, 3.·.
15 Antonio Alves Menezes Raposo, 3.·.
16 Antonio Paulo Pereira Lemos, 18.·.
17 João L. Queiroz Costa, 3.·.
18 Guilherme José Leite, 3.·.
19 José Candido Correia, 1.·.
20 Alipio Alves Nascimento, 18.·.
21 Fernando C. Liberato Schneider, 18..
22 Joaquim Elias Peixoto, 18..
23 Manoel Gomes Mendes, 18.·.
24 Nuno Aguiar, 3.·.
25 José Francisco Carvalhaes Pinheiro, 3.·.
26 Dr. Emygdio Westphalen, 18.·.
27 Dr. Conrado Erichsen, 3.·.
28 Joaquim Alves de Araujo, 33.·.
29 Manoel Correia de Freitas, 3.·.
30 Ilio de Lavigne, 18.·.
31 Bento Menezes, 3.·.
32 Henrique M. Doria, 18.·.
33 Alfredo Caetano Munhoz, 3.·.
34 Francisco Januario Santiago, 18.·.
35 Francisco José Cardoso Junior, 33.·.

Figura 134 – Manoel Correia Defreitas, grau 3 na maçonaria no ano de 1897.
Fonte: Esphynge, ano VI, Nº 6-9, 1904.

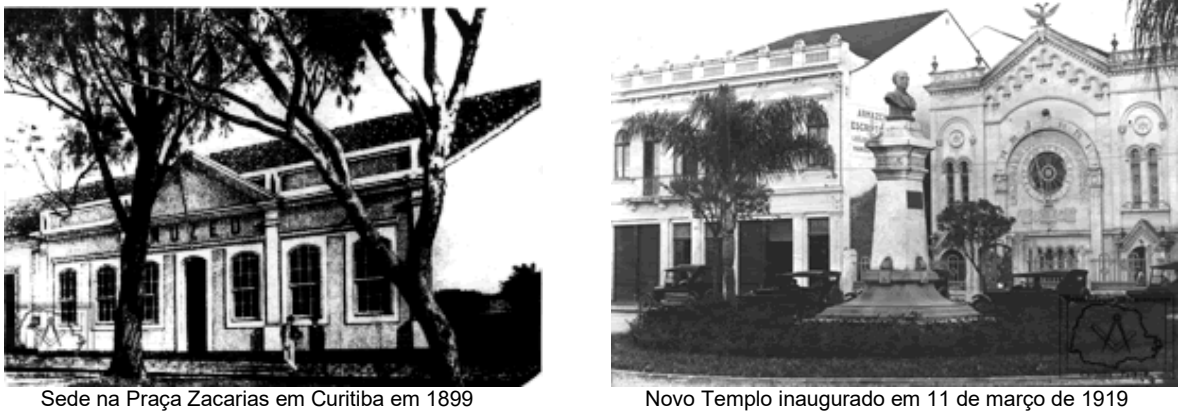
As lojas maçônicas, entre 1870 e 1910, foram os centros de discussão e de formação sobre os grandes temas que procuravam construir uma identidade nacional. Os debates maçônicos expressavam um claro interesse em intervir na resolução dos problemas nacionais, especialmente com relação à questão servil[504] e a ideia de república. A maçonaria proporcionava uma rede de sociabilidade através do contato com importantes membros que atuavam na imprensa, na justiça, no parlamento, na esfera econômica e cultural, etc., apesar de possuir sérios limites, pois quem poderia ser maçom? Segundo Barata (2009, p.42) para ser admitido como membro numa loja maçônica, o candidato deveria preencher alguns requisitos mínimos: ter 21 anos de idade, instrução primária, reputação de bons costumes e de cumprir deveres sociais, ocupação livre e decente, meios de subsistência, estar isento de crime e não possuir nenhum defeito físico. Apesar de variações existentes, o caráter elitista desse tipo de associação social é evidente. Nesse sentido, ser maçom era sinônimo de ser cidadão, pois os requisitos reproduziam os critérios para o exercício da cidadania no Império e na República: renda e alfabetização. A maçonaria é ao mesmo tempo uma organização ilustrada e conservadora. Ilustrada pois condenava a escravidão por ser uma instituição que inviabilizava a construção da nacionalidade e era incompatível com o princípio de liberdade individual. Conservadora devido ao caráter elitista do recrutamento dos membros maçônicos. Essa dicotomia é importante para entendermos a sociabilidade maçônica com seu caráter secreto, seus ritos, seus graus e hierarquias (BENIMELI, 2010; BLANC, 2013).

A maçonaria brasileira estava estritamente ligada à vida política do país. Era ativa e influente, revelando-se um verdadeiro grupo de pressão por aglutinar expressiva parte da elite, tanto imperial quanto republicana. Debatendo nas suas lojas, na imprensa e no parlamento os principais temas que abalavam a sociedade brasileira no período, especialmente aos relativos à defesa da liberdade de consciência, fim do escravismo e o advento da república. Ser maçom significava uma forma de influir, de participar na estruturação da sociedade brasileira, atuando contra as “trevas” através da divulgação das “luzes” (BARATA, 1999).

[504] Em relação a abolição da escravidão, os maçons atuaram como formadores de opinião pública, por intermédio da imprensa e dos debates no parlamento, apresentando duas posturas básicas: ou como defensores da emancipação do elemento servil, através de sua libertação gradual mediante indenizações aos proprietários, ou como partidários da abolição, isto é, da libertação imediata e sem indenizações (SANTOS, 1948).



Figura 135 - Fachada do prédio da Loja Perseverança - Paranaguá-PR
Cito a rua XV de Novembro, o qual foi devorado pelas chamas no dia 20 de janeiro de 1922
FONTE: Sítio do Museu Maçônico Paranaense. Acesso 02.abril.2014.



Sede na Praça Zacarias em Curitiba em 1899 — Novo Templo inaugurado em 11 de março de 1919

Figura 136 – Sedes da Loja Fraternidade Paranaense
FONTE: Sítio do Museu Maçônico Paranaense. Acesso 02.abril.2014.

Quando se fala da maçonaria não tem como não falar de sua influência e importância na cultura e histórias brasileira e paranaense. A Loja Perseverança conseguiu reunir em seu quadro um grande número de obreiros, e não havia pessoa oriunda das mais conceituadas famílias tradicionais da sociedade paranaguense que não houvesse tido pelo menos um de seus ancestrais dentro desse templo maçônico[505]. Spoladore (2007) indica que até final do século XIX foram fundadas mais de 30 lojas maçônicas no Paraná. Para uma população de cerca de 250 mil habitantes esse número demonstra que as atividades maçônicas sempre foram importantes e atuantes. Um exemplo significativo dessa atuação, além dos já citados, é o envolvimento da maçonaria paranaense, na segunda metade do século XIX, na luta contra o clericalismo.

Na transição do século XIX para o século XX Curitiba encontrava-se em uma configuração específica com dois grandes blocos de ideias que viviam às vezes discordantes e outras associadas. De um lado os antigos abolicionistas e republicanos formados dentro do ideário maçônico e positivista, a eles se somavam os de formação militar, os de fé evangélica, os anarquistas e os socialistas, formando um grande grupo com pontos programáticos comuns, sob a genérica denominação de livres-pensadores. Do outro lado, a igreja católica e os intelectuais vinculados a ela, identificados pelo livres-pensadores como sendo o da defesa da monarquia e de práticas obscurantistas. O embate entre clericais e anticlericais inseria-se num contexto somente possível de ser apreendido analisando a conjuntura nacional e internacional. Quando o regime republicano retirou da igreja católica as vantagens de religião oficial, ela percebeu que não era mais possível reverter esse quadro e então buscou restaurar as boas relações com o poder recém-instituído. Curitiba nessa época pretendia-se moderna, não apenas física e materialmente, mas também culturalmente. Tanto o campo político quanto o educacional e o cultural eram disputados pelas duas tendências: clerical e anticlerical. A tendência anticlerical utilizou-se do campo educacional, do campo literário e da imprensa para a divulgação das ideias positivistas, cientificistas, simbolistas, entre outras (BEGA, 2001; 2013, BALHANA, 1981).

[505] Ver Apêndice 8 - Participantes da Loja Perseverança desde sua fundação em 5 de maio de 1864 até maio de 1973.

Esse cenário de acentuado desenvolvimento urbano, de intenso debates intelectuais, de incremento técnico da imprensa, foi o cenário onde se desenrolou em Curitiba o confronto das ideias entre clericais e anticlericais. Mais do que choque, os curitibanos daquela época vivenciavam o confronto que católicos e livres-pensadores realizavam em função da direção sobre os projetos culturais e formativos do Estado. O anticlericalismo foi um movimento intelectual que debateu as doutrinas religiosas, questionou as instituições envolvendo a juventude, e que dominou a imprensa[506]. De um lado, o grupo do simbolismo literário e, de outro, o clero, que se organizava através da ampliação do sistema de ensino, dos colégios dirigidos por congregações estrangeiras e de seus jornais. Os anticlericais tinham por tática para protestar contra as ações do clero, os meetings, as fundações de lojas maçônicas, realizavam também comícios e representações teatrais, conferências, publicações, instrução de mulheres para afastá-las das seitas fanáticas e a atuação das escolas laicas junto à infância e a juventude (BALHANA, 1981). No meio desse intenso movimento a contribuição de Manoel Correia Defreitas pode ser considerada modesta, pois como já mencionado ele não deixou nenhuma obra escrita como os outros anticlericais de quem era próximo. Vivia em constante mobilidade entre Curitiba e os grandes centros brasileiros: Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, mas quando de suas estadias no Paraná realizava suas conferências e meetings onde sempre pregava pelo livre pensamento devendo a humanidade ser cosmopolita para ser verdadeiramente feliz, a mulher deve ser emancipada e habilitada, dever-se-ia viver pela liberdade (positiva, socialista), conforme as leis da natureza ou então morrer. Tudo isso em prol de uma república democrática federal (Gazeta do Povo, 14/11/1925).

Quando se estuda a maçonaria e sua influência na vida social, cultural e política do Paraná percebemos como a atuação dos maçons foi grande[507]. Algumas

[506] Para aprofundar a discussão ver Bega (2000; 2013) que estuda os poetas simbolistas paranaenses entre os quais nota-se a presença de alguns importantes políticos como Manoel Francisco Ferreira Correia, Ermelino Agostinho Leão, Cândido de Abreu, Leoncio Correia, entre outros com os quais Manoel Correia Defreitas "cruzava" nos ambientes sociais e políticos que frequentava em Curitiba e no Rio de Janeiro.

[507] Tiago Valenciano defendeu em 23 de março de 2016 sua tese de doutorado em Sociologia pela UFPR intitulada**: "O compasso, o esquadro e a ordem discreta: perfil sociológico dos grão-mestres da maçonaria paranaense".** Porém, este trabalho não está disponível nem no sítio da Biblioteca Digital da UFPR e em nenhuma das suas bibliotecas para consulta.

lojas assumiram oficialmente a posição contra a escravidão, porém havia maçons escravagistas, como o Visconde de Nácar (SPOLADORE, 2007). Já com relação à Proclamação da República não encontramos a participação de lojas, mas sim o envolvimento de maçons. A maçonaria como ordem iniciática não se pronuncia nem a favor e nem contra um regime político. Ela não era nem monárquica e nem republicana. A aproximação entre maçonaria e república ocorreu porque alguns maçons entenderam ser melhor para a sociedade a mudança de regime para assegurar os valores de liberdade, laicidade e da cidadania. Está claro que no interior das lojas se propagava as ideias libertárias, republicanas provindas do liberalismo, mas haviam também maçons monarquistas. Ser republicano e maçom era uma dupla filiação comum antes da implantação da república, e Manoel Correia Defreitas não fugiu à regra. Ser maçom na segunda metade do século XIX no Brasil significava ser liberal e ter espírito crítico. Antes da consolidação dos partidos políticos era na maçonaria que ocorria a vida política. Era raro o político que não pertencessem à maçonaria.

O movimento republicano no Paraná não é considerado tão expressivo quando comparado com os grandes centros do país como o Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais porém ele existiu e teve seus idealistas que deixaram seu nome na história. A maioria dos republicanos paranaenses era maçons. Algumas lojas maçônicas se converteram momentaneamente em clubes republicanos. A cidade de Paranaguá foi muito importante com relação ao movimento republicano no Paraná. Os maçons paranaguenses lideraram a propaganda republicana na província. Ela era realizada através de palestras doutrinárias e Manoel Correia Defreitas era considerado um eloquente e grande orador que atuou no Paraná, Santa Catarina, Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais.

Em 1881, os maçons de Paranaguá lideravam a propaganda republicana. Nesse ano publicaram a “Declaração Republicana Paranaguense”[508] assinada por

[508] Essa declaração solicitava que todas as localidades fundassem núcleos para a realização da propaganda republicana. Foi assinada pelos cidadãos: Fernando Simas, Mauricio Sinke, Guilherme José Leite, Camilo Antônio Filho, Manoel B. Carneiro, Bernardo Soares Gomes e Ricardo Antônio da Costa (VERNALHA, 1987).

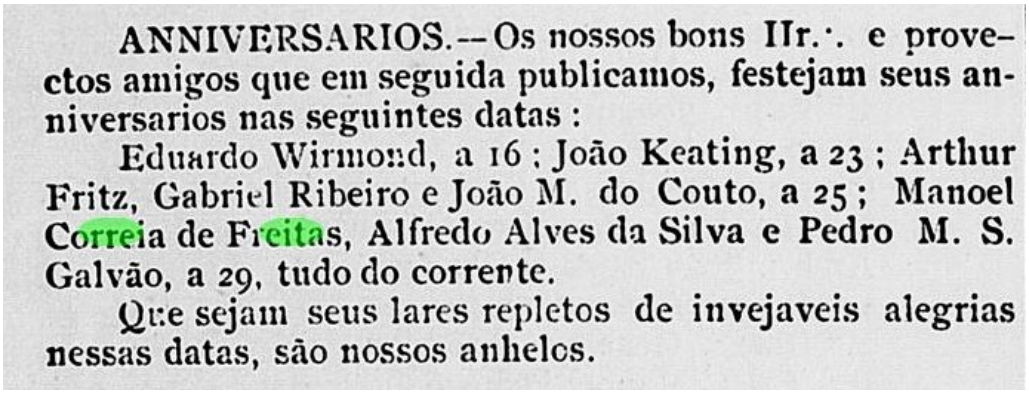
Na bibliografia sobre o assunto há divergências entre os autores: uns denominam de Declaração Republicana Paranaguense, outros de Declaração Republicana Paranaense. Em consulta ao sítio da Hemeroteca Nacional não aparece ocorrências com nenhum dos dois termos. Adotamos a denominação de Vernalha (1987) – Declaração Republicana Paranaguense.

maçons e outros cidadãos. Em 1882 voltaram a publicar uma conclamação ao povo, o "Manifesto aos Paranaguenses"[509], firmada por maçons e outras pessoas que aderiram ao movimento. Em 7 de julho de 1883, os maçons da Loja Perseverança, Fernando Simas, Guilherme José Leite e João Eugenio Machado de Lima, fundaram um jornal de nome "Livre Paraná" de fundo republicano e abolicionista. O jornal recebia a colaboração de maçons e traduzia artigos de jornais estrangeiros de países republicanos (TEMPSKI-SILVA, 2011).

Em 1897, surgiu em Curitiba o jornal maçônico *O Pelicano*, sob o comando do major Belisário Pernambuco, da Loja Fraternidade Paranaense que era totalmente composto de artigos contra o clero (figura 138). Só foram publicados três números, pois seu redator mudou-se para o Rio de Janeiro. Depois o título do jornal mudou para O Jerusalém. Em análise a esses três números do Pelicano não encontramos nenhum artigo assinado por Manoel Correia Defreitas, mas os temas tratados eram sobre a retomada histórica da luta da maçonaria contra a escravidão; o clero e a maçonaria; a maçonaria no Paraná; o casamento civil e combate a prioridade ao casamento religioso; a maçonaria no Brasil e no mundo; maçonaria e sua relação com o espiritismo, o liberalismo e a moral. Já na consulta ao jornal Jerusalém foi encontrado apenas uma nota pela passagem do aniversário de Manoel em 1899 (figura 137).

[509] A luta antimonárquica tornava-se mais acirrada e surgiam novos seguidores da ideia republicana. Foi quando resolveram soltar as ruas o "Manifesto aos Paranaguenses", assinado por: Fernando M. Simas, Mauricio Sinke, Guilherme J. Leite, Camilo Antonio Laines Filho, Bernardo Soares Gomes, Pedro Aloyso Scherer, Manoel Lucas Evangelista, Manoel José Correia, Caetano José Lima, Cipriano Gonçalves Marques, Luiz José da Silva, Cândido de Oliveira Salgado, Custódio R. Viana, Manoel Policarpo de Salles, Luiz Antonio Xavier, H. Hurlemann, Antonio Tavares de Miranda, Joaquim Belém de Oliveira, **Manoel Correia Defreitas**, Augusto Alípio da Costa e Silva e Manoel da Costa Lisboa (VERNALHA, 1987). Esse documento marca o nascimento oficial do Núcleo Republicano de Paranaguá conforme correspondência enviada por Manoel Correia Defreitas aos republicanos de Antonina, Morretes, Curitiba e Joinville (Acervo Museu Paranaense – David Carneiro – Nº Documento 02.09.0011 e 09.02.0024).

Na bibliografia sobre o assunto há divergências entre os autores: uns denominam de Manifesto aos Paranaguenses, outros de Manifesto aos Paranaenses. Em consulta ao sítio da Hemeroteca Nacional não aparece ocorrências com nenhum dos dois termos. Adotamos a denominação de Vernalha (1987) – Manifesto aos Paranaguenses.

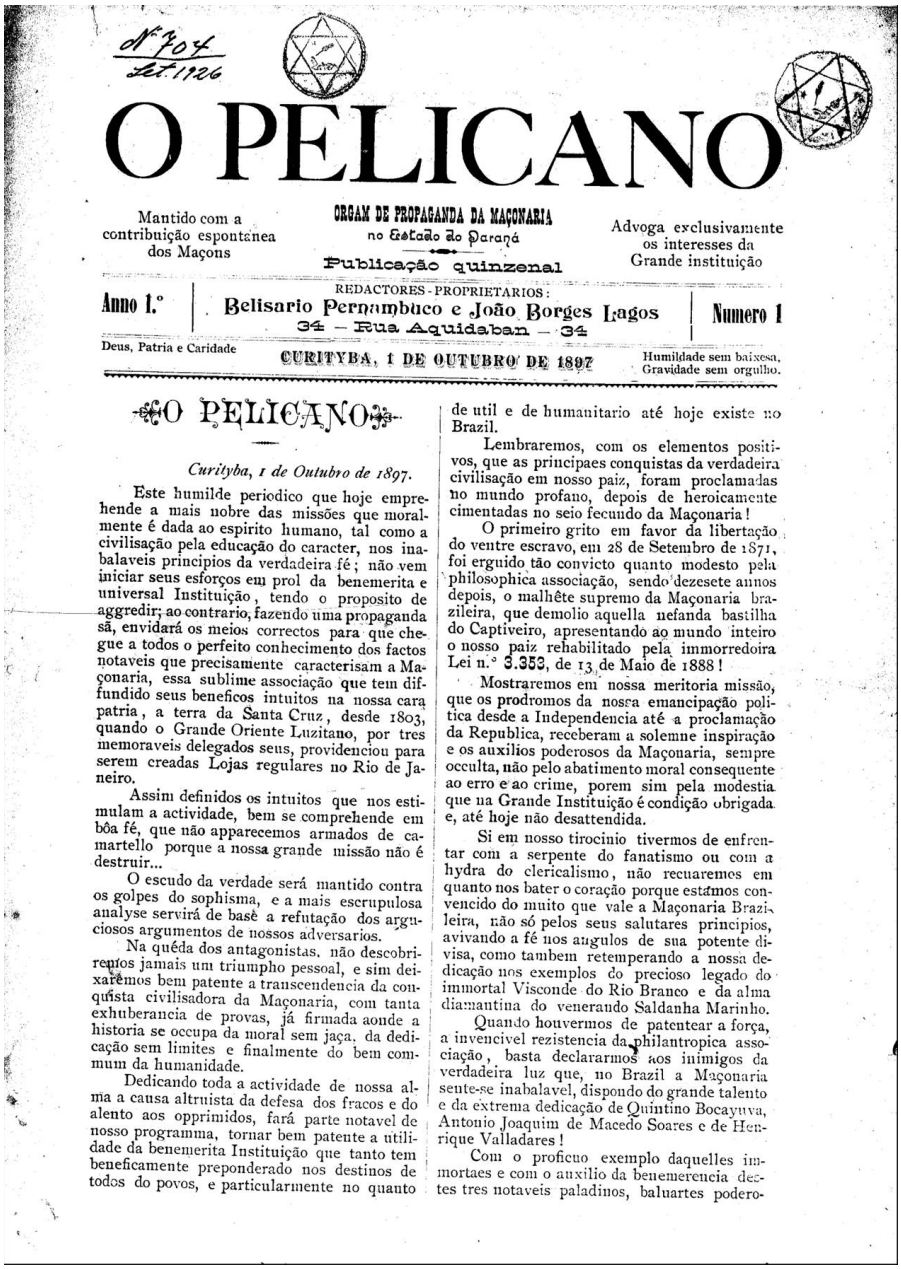


ANNIVERSARIOS.—Os nossos bons IIr.·. e provectos amigos que em seguida publicamos, festejam seus anniversarios nas seguintes datas:

Eduardo Wirmond, a 16; João Keating, a 23; Arthur Fritz, Gabriel Ribeiro e João M. do Couto, a 25; Manoel Correia de Freitas, Alfredo Alves da Silva e Pedro M. S. Galvão, a 29, tudo do corrente.

Que sejam seus lares repletos de invejaveis alegrias nessas datas, são nossos anhelos.

Figura 137 – Felicitações pela passagem do aniversário de Manoel Correia Defreitas em 29 de maio de 1899.
Fonte: Jerusalém, Ano 2, Nº 10, 15/05/1899.



Nº 704
Set. 1926

O PELICANO

Mantido com a contribuição espontanea dos Maçons

ORGAM DE PROPAGANDA DA MAÇONARIA no Estado do Paraná

Publicação quinzenal

Advoga exclusivamente os interesses da Grande instituição

Anno 1.º | REDACTORES-PROPRIETARIOS: Belisario Pernambuco e João Borges Lagos — 34 — Rua Aquidaban — 34 | Numero 1

Deus, Patria e Caridade

CURITYBA, 1 DE OUTUBRO DE 1897

Humildade sem baixeza, Gravidade sem orgulho.

O PELICANO

Curityba, 1 de Outubro de 1897.

Este humilde periodico que hoje emprehende a mais nobre das missões que moralmente é dada ao espirito humano, tal como a civilisação pela educação do caracter, nos inabalaveis principios da verdadeira fé; não vem iniciar seus esforços em prol da benemerita e universal Instituição, tendo o proposito de aggredir; ao contrario, fazendo uma propaganda sã, envidará os meios correctos para que chegue a todos o perfeito conhecimento dos factos notaveis que precisamente caracterisam a Maçonaria, essa sublime associação que tem diffundido seus beneficos intuitos na nossa cara patria, a terra da Santa Cruz, desde 1803, quando o Grande Oriente Luzitano, por tres memoraveis delegados seus, providenciou para serem creadas Lojas regulares no Rio de Janeiro.

Assim definidos os intuitos que nos estimulam a actividade, bem se comprehende em bôa fé, que não apparecemos armados de camartello porque a nossa grande missão não é destruir...

O escudo da verdade será mantido contra os golpes do sophisma, e a mais escrupulosa analyse servirá de basê a refutação dos arguciosos argumentos de nossos adversarios.

Na quéda dos antagonistas, não descobriremos jamais um triumpho pessoal, e sim deixarêmos bem patente a transcendencia da conquista civilisadora da Maçonaria, com tanta exhuberancia de provas, já firmada aonde a historia se occupa da moral sem jaça, da dedicação sem limites e finalmente do bem commum da humanidade.

Dedicando toda a actividade de nossa alma a causa altruista da defesa dos fracos e do alento aos opprimidos, fará parte notavel de nosso programma, tornar bem patente a utilidade da benemerita Instituição que tanto tem beneficamente preponderado nos destinos de todos do povos, e particularmente no quanto de util e de humanitario até hoje existe no Brazil.

Lembraremos, com os elementos positivos, que as principaes conquistas da verdadeira civilisação em nosso paiz, foram proclamadas no mundo profano, depois de heroicamente cimentadas no seio fecundo da Maçonaria!

O primeiro grito em favor da libertação do ventre escravo, em 28 de Setembro de 1871, foi erguido tão convicto quanto modesto pela philosophica associação, sendo dezesete annos depois, o malhête supremo da Maçonaria brazileira, que demolio aquella nefanda bastilha do Captiveiro, apresentando ao mundo inteiro o nosso paiz rehabilitado pela immorredoira Lei n.º 3.353, de 13 de Maio de 1888!

Mostraremos em nossa meritoria missão, que os prodromos da nossa emancipação politica desde a Independencia até a proclamação da Republica, receberam a solemne inspiração e os auxilios poderosos da Maçonaria, sempre occulta, não pelo abatimento moral consequente ao erro e ao crime, porem sim pela modestia que na Grande Instituição é condição obrigada e, até hoje não desattendida.

Si em nosso tirocinio tivermos de enfrentar com a serpente do fanatismo ou com a hydra do clericalismo, não recuaremos em quanto nos bater o coração porque estamos convencido do muito que vale a Maçonaria Brazileira, não só pelos seus salutares principios, avivando a fé nos angulos de sua potente divisa, como tambem retemperando a nossa dedicação nos exemplos do precioso legado do immortal Visconde do Rio Branco e da alma diamantina do venerando Saldanha Marinho.

Quando houvermos de patentear a força, a invencivel rezistencia da philantropica associação, basta declararmos aos inimigos da verdadeira luz que, no Brazil a Maçonaria sente-se inabalavel, dispondo do grande talento e da extrema dedicação de Quintino Bocayuva, Antonio Joaquim de Macedo Soares e de Henrique Valladares!

Com o proficuo exemplo daquelles immortaes e com o auxilio da benemerencia destes tres notaveis paladinos, baluartes podero-

Figura 138 – Fac-símile do jornal maçônico O Pelicano – primeiro número de 1° de outubro de 1897.
Fonte: Hemeretoca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

Ser maçom tinha um caráter elitista e permitia entrar no espírito de campo da elite e não ficar isolado, além de poder se valer de uma rede de apoio e influências. Manoel se serviu da maçonaria para entrar na rede de apoio e de solidariedade do campo político. Ela abria um leque de relações e possibilitava tráfego intenso nos meios profissionais e intelectuais. A maçonaria proporcionava uma sociabilidade baseada na racionalidade, configurava-se como um grupo herdeiro da Ilustração, que se protegia nas sombras do segredo para difundir ideais políticos de intensa luminosidade e destinados a toda a humanidade. A estratégia maçônica organizava-se em torno de procedimentos pedagógicos, com a divulgação de suas ideias pela palavra, seja escrita ou falada, por jornais, conferências, debates e escolas para alfabetização do povo. Os ideais políticos da maçonaria podem ser explicitados pela identificação dos possíveis aliados e adversários, como se percebe no texto abaixo, discurso pronunciado em 1897 por Quintino Bocaiuva, líder republicano e grão-mestre do GOB entre 1901-1904:

> É isto que nós maçons chamanos de ALTA POLÍTICA; tal qual delineada em nossa constituição. […] A nossa política, tão grande como a nossa instituição, é aquela que nos faz amar o CRISTIANISMO, e detestar o JESUITISMO; que nos impele a estudar e ouvir os SOCIALISTAS e rebater os ANARQUISTAS; que nos obriga a aceitar e manter a REPÚBLICA e repelir a MONARQUIA; que nos dá a diferença profunda entre JACOBISMO e PATRIOTISMO; pois este é um sentimento de amor, e é aquele um mau sentimento de ódio, contrário ao nosso lema de FRATENIDADE universal, dos homens e dos povos (BARATA, 1999, p.116-117).

A Maçonaria não é uma religião, mas uma sociedade que tem por finalidade unir os homens entre si, e nesse esforço, admite em seu seio pessoas de todos os credos religiosos sem nenhuma distinção. Essa essência tem por objetivo auxiliar o desenvolvimento da humanidade enquanto sociedade organizada, formando construtores sociais e formadores de opinião, além da investigação da verdade, o exame moral e a prática nas virtudes (figura 139).

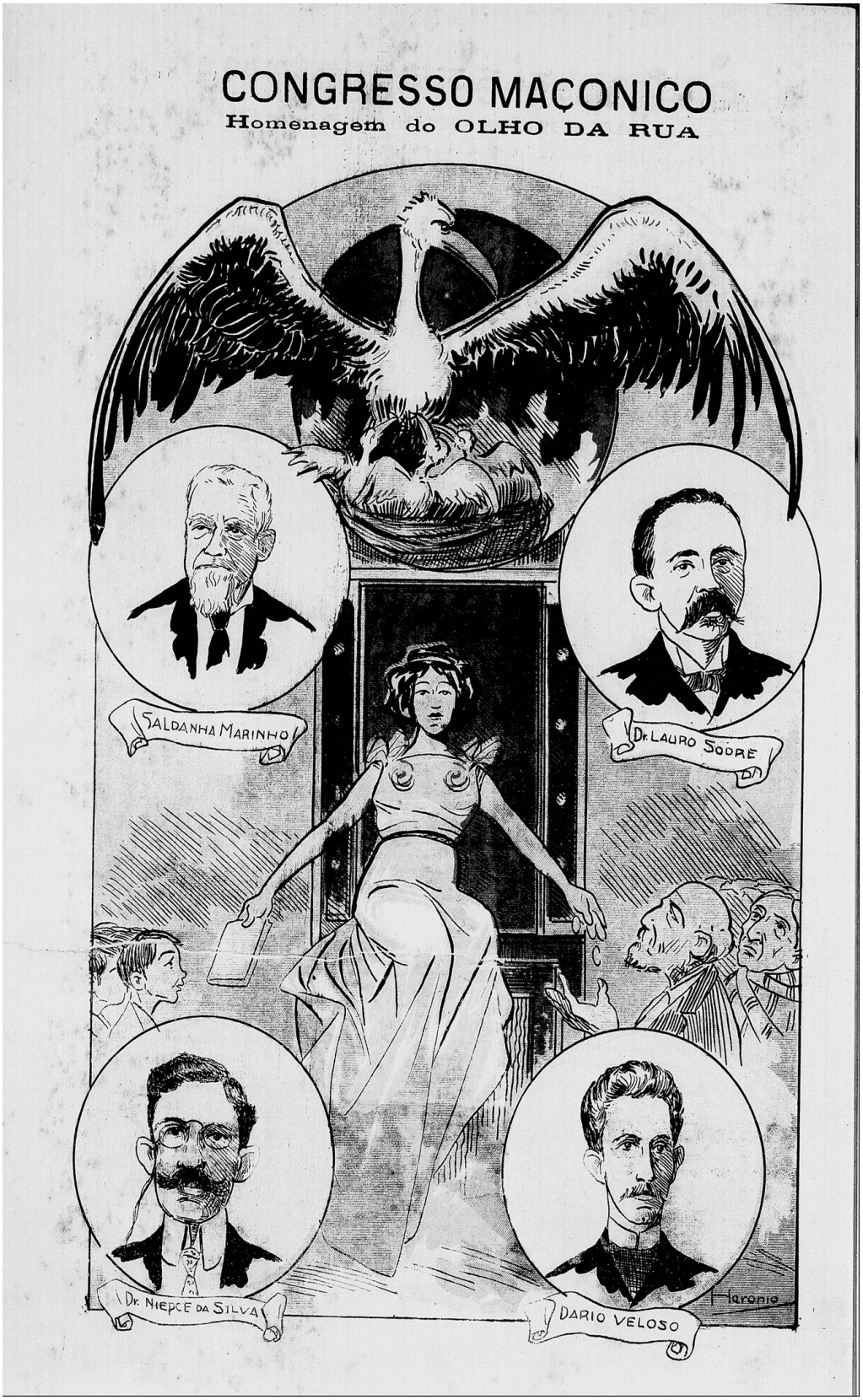


Figura 139 – Alegoria em homenagem ao Congresso Maçônico (O OLHO DA RUA, 14/10/1911). Ao centro, sentada em um trono, vemos uma figura feminina que representa a Maçonaria. A sua direita ela distribui moedas aos pobres simbolizando a caridade. A sua esquerda ela distribui livros às crianças simbolizando a instrução. Ao alto, no centro, a figura do pelicano com seus filhotes. A figura do pelicano simboliza o sacrifício pois esse pássaro alimenta os filhotes com o próprio sangue se for necessário. Estampado vemos as figuras dos organizadores do 2° Congresso Maçônico que foi realizado em Paranaguá entre 13 a 16 de maio de 1914.

4.1.5 – Clube Curitibano

Continuando a análise das instituições das quais Manoel Correia Defreitas participou, temos a sua entrada para o Clube Curitibano em junho de 1891, quando seu nome aparece na relação entre os sócios propostos e admitidos. Os outros nomes da relação são Joaquim Ignacio Silveira da Motta Junior, Amazonas de Araújo Marcondes, Telêmaco Morocines Borba, João Lüch, Antônio Ricardo de Souza Dias Negrão, João Evangelista Espindola, Antônio Teixeira Braga, Manoel da Silveira Netto, Manoel Eufrásio de Souza Franco, Jeronymo Cabral Pereira do Amaral, Ignacio Pereira Borba e Elíseo Fonseca de Montarroyos[510]. O presidente do clube nesse ano era Cyro Velloso. Apesar da pesquisa nos arquivos do clube, não conseguimos localizar mais documentos sobre a participação de Manoel nessa instituição[511]. Somente na edição especial da Revista Literária do Club Coritibano publicada em abril de 1898 encontramos seu nome. Nessa edição é relatado que foi realizada uma subscrição para mandar votos e dinheiro para a família do poeta Cruz e Souza que se encontrava doente. Manoel contribuiu com a doação de 5$. Há em um dos trechos uma explicação sobre uma *"infeliz coincidência"*: o poeta falecera a 19 de março, mas a notícia só chegara em Curitiba dia 21. No dia 20, nos salões do Curitibano foi feito a coleta das doações, porém o poeta já havia falecido. Mesmo assim o montante arrecadado foi remetido à família de Cruz e Sousa. Em meio as assinaturas (tipografadas na revista) está a de Manoel Correia Defreitas que sete anos depois de sua entrada para o clube estava participando de uma reunião em suas dependências.

Os sócios do Clube Curitibano faziam parte da elite curitibana. Fundado em 25 de setembro de 1881, teve como seu primeiro presidente o Comendador Ildefonso Pereira Correia (que tornou-se Barão do Serro Azul em 1888), próspero industrial, comerciante de erva-mate e madeira, e pioneiro no setor de transportes e negócios bancários na cidade. O Clube Curitibano deve sua fundação ao desejo das elites locais em se opor aos numerosos clubes criados pelos imigrantes estrangeiros e ter uma entidade que agregasse pessoas de origem nacional. Era desejo também a necessidade de se associar, para se encontrarem em convívio

[510] Revista do Club Curitybano, 30/06/1891.

[511] Agradecemos a ajuda da historiadora Carolina Damrat na pesquisa realizada nos arquivos do Clube Curitibano.

amistoso e útil, com o objetivo recreativo e cultural. Para ingressar no clube, o pretendente deveria ser maior de dezoito anos, ter ocupação honesta e apresentar bom comportamento, sendo proposto à diretoria por um ou mais associados. Cabe destacar que nesse ano de 1891, Manoel era deputado estadual da primeira assembleia constituinte paranaense e em 3 de junho desse ano foi eleito 2º vice-presidente do Estado do Paraná, passando a ter uma “ocupação honesta” e não ser mais apenas um simples comerciante, negociante e agente de seguros.

O Clube Curitibano influenciou significativamente a vida social da cidade, tornando-se referência, passando a ser para os seus associados, a coluna central da cultura e do aperfeiçoamento da sociedade paranaense, o centro de gravitação da vida social de Curitiba, de um esforço de cooperação na obra do progresso, pelo congraçamento sempre maior dos mais representativos elementos das elites sociais (CLUBE CURITIBANO, 1932). A representação social dos associados, era da convicção de que os paranaenses consideravam o clube como:

> O órgão mais legítimo da cultura e o natural representante da vida social da cidade, exercendo sua influência benéfica em outros centros do Estado, os quais procuravam seguir o exemplo da grande agremiação, que estava definitivamente ligada à história da evolução social do Paraná, da qual, em cada página se encontra, forte a ação decisiva do vitorioso Clube Curitibano (CLUBE CURITIBANO, 1932).

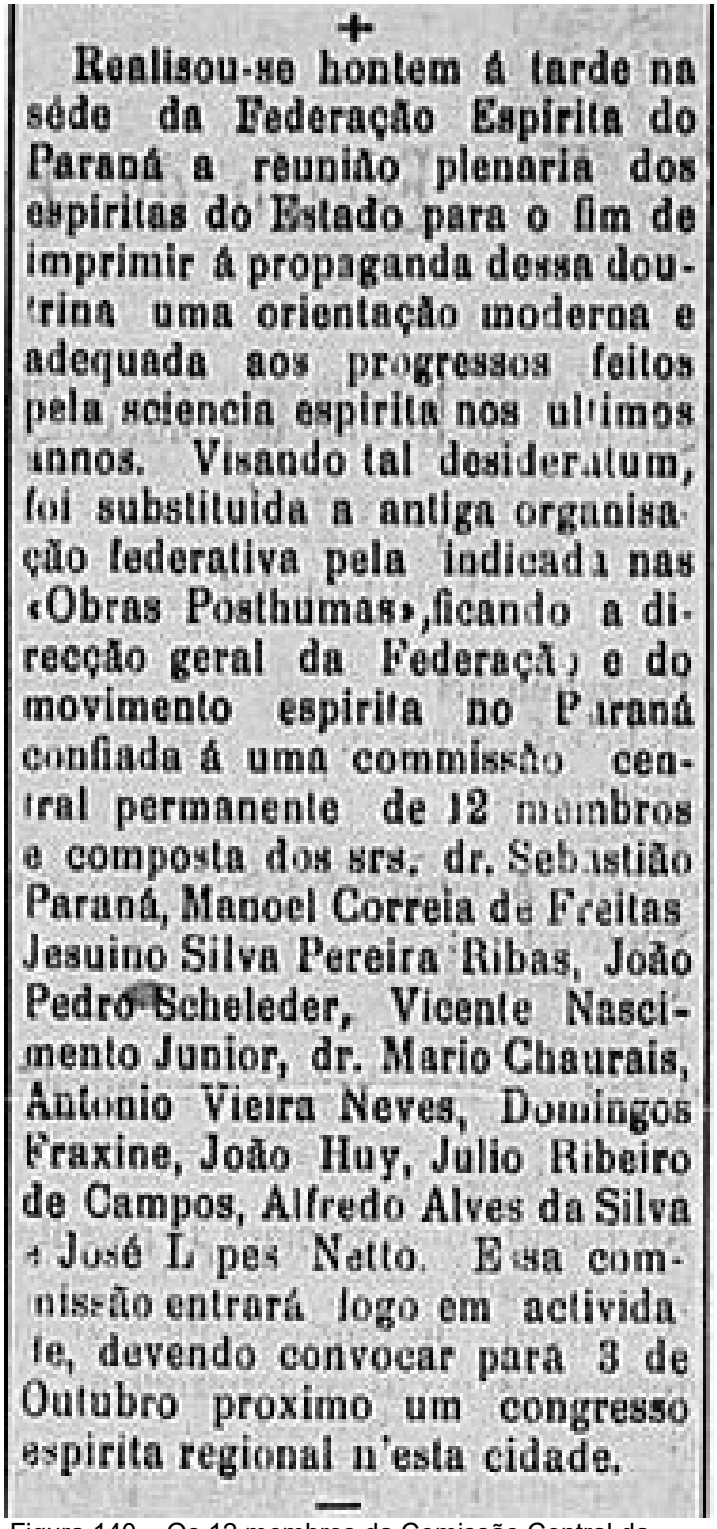
Ao Clube Curitibano, coube a função de cunhar um código comum de conduta e sentimento para as classes altas, sendo um ponto de diferenciação. Enquanto uma estrutura institucional, o clube passou a ter o papel de impulsionar a formação de uma “boa sociedade”, mais poderosa e melhor, um grupo que se auto percebe e que é reconhecido, com uma identidade social construída a partir de uma combinação singular de tradição, autoridade e influência. No seu interior é refletido o estrato da sociedade que forma e compõe o habitus de um grupo específico (TRINDADE, 1996).

O ambiente de clube permitiu (e permite) aos sócios se entrecruzarem, as elites dirigentes de buscar, com mais ênfase, a adoção de comportamentos para se diferenciar, sendo em alguns casos logo imitados pelas demais classes, o que leva a elaborar novas atitudes num processo que se diversifica, ressignifica, diferencia ao mesmo tempo em que cria uma teia de interdependência e atinge os indivíduos em aspectos sociais e comportamentais (ELIAS, 1994).

4.1.6 - Espiritismo

Dia 3 de outubro de 1908 ocorreu o Primeiro Congresso Espírita Paranaense em Curitiba. Em 2 de agosto do mesmo ano foi realizada uma Assembleia Geral da Federação Espírita do Paraná (FEP) para a escolha dos membros da Comissão Central que reorganizaria a estrutura administrativa da FEP visando despertar maior interesse do público em geral pela doutrina espírita. Uma das propostas dessa comissão foi a realização de um congresso espírita, que contou com o comparecimento de grande número de espíritas e debateu matéria de interesse geral da doutrina, louvando as normas estabelecidas pela Federação para trabalhos espíritas e propaganda do Espiritismo. Manoel Correia Defreitas era um dos 12 membros dessa comissão juntamente com Sebastião Paraná, Vicente Nascimento Júnior, Mário Chaurais, João Huy, João Pedro Schleder, Alfredo Alves da Silva, Domingos Fraxino, Antônio Vieira Neves, José Lopes Neto, Jesuíno da Silva Ribas e Júlio Ribeiro de Campos (figuras 140 e 141). Essa comissão Central, a 30 desse mesmo mês, elegeu, para Presidente da Federação Espírita do Paraná, João Pedro Schleder, José Lopes Neto para secretário e Antônio Vieira Neto como tesoureiro. A esse tempo, o entusiasmo dos membros da Comissão Central, revitalizado, tentava novos métodos para aumentar o quadro associativo e para despertar maior interesse do público em geral pelas coisas da Doutrina Espírita. Assim em 1909 foi fundada a biblioteca da FEP para facilitar o acesso as obras espíritas e para melhor formação cultural dos seus associados. Em 1910 é criado o pequeno jornal Monitor Espírita destinado à divulgação da doutrina e para servir de meio de informação sobre o desenvolvimento do programa federativo. Nesse mesmo ano foi criada a Caixa de Socorro aos Necessitados para atender os associados em casos de enfermidade e desencarnação. Em janeiro de 1911 é realizada nova eleição para a Comissão Central e o nome de Manoel Correia Defreitas não aparece entre os eleitos (FEP, 2012)[512].

[512] Agradeço a historiadora Marilane Machado de Azevedo Maia pela indicação das revistas espíritas A Doutrina e A Luz, além de outras referências sobre o Espiritismo.



+

Realisou-se hontem á tarde na séde da Federação Espirita do Paraná a reunião plenaria dos espiritas do Estado para o fim de imprimir á propaganda dessa doutrina uma orientação moderna e adequada aos progressos feitos pela sciencia espirita nos ultimos annos. Visando tal desideratum, foi substituida a antiga organisação federativa pela indicada nas «Obras Posthumas», ficando a direcção geral da Federação e do movimento espirita no Paraná confiada á uma commissão central permanente de 12 membros e composta dos srs. dr. Sebastião Paraná, Manoel Correia de Freitas Jesuino Silva Pereira Ribas, João Pedro Scheleder, Vicente Nascimento Junior, dr. Mario Chaurais, Antonio Vieira Neves, Domingos Fraxine, João Huy, Julio Ribeiro de Campos, Alfredo Alves da Silva e José Lopes Netto. Essa commissão entrará logo em actividade, devendo convocar para 3 de Outubro proximo um congresso espirita regional n'esta cidade.

—

Figura 140 – Os 12 membros da Comissão Central da FEP em 1908
Fonte: A República, 03/08/1908



FEDERAÇÃO ESPIRITA DO PARANÁ

Conforme fora annunciada realisou-se hontem, na séde da Federação Espirita do Paraná, a reunião dos espiritas desta capital, com o fim de dar uma nova orientação á marcha da doutrina neste Estado.

Com a sancção de crescido numero de espiritas e representantes de Centros e Grupos, foram approvadas as Bases pelas quaes se dirigirá a Commissão Central permanente a quem cabe dar a orientação aos novos Centros e Grupos

No proximo dia 24 do corrente, sexto anniversario da fundação da Federação será empossada essa commissão que ficou composta pelos senhores: dr. Sebastião Paraná, Manoel Corrêa de Freitas, Jesuino Silva P. Ribas, João Pedro Schleder, Vicente Nascimento Junior, Mario Chaurais, Antonio Vieira Neves, Domingos Fraxine, João Huy, Julio Ribeiro de Campos, Alfredo Alves da Silva e José Lopes Netto.

A Commissão encetará logo os seus trabalhos de maneira a promover no dia 3 de Outubro proximo uma sessão plenaria de todos os espiritas do Estado.

Figura 141 – Os 12 membros da Comissão Central da FEP em 1908
Fonte: A Notícia, 03/08/1908

Desde as últimas décadas do século XIX, existia em Curitiba uma “elite espírita” que se dedicava ao estudo das obras básicas do espiritismo e que mantinha um intercâmbio com o mundo dos desencarnados através dos médiuns. Muitos membros dessa elite já se manifestavam a favor da nova doutrina realizando publicações numa revista sobre o Espiritismo chamada “A Doutrina” (figura 142). Assim, a 24 de agosto de 1902 é fundada a Federação Espírita do Paraná por essa elite composta de *“mentes arejadas e espíritos altaneiros”,* a saber Sebastião Paraná, Domingos Duarte Velloso, João Pedro Schleder, Augusto Correia Pinto, Benedito Viana, Jesuíno da Silva Pereira Ribas, João Urbano Assis Rocha, Manoel Pacheco de Carvalho, José Lopes Neto, Teodorico Lassala Freire, João Álvaro de Aguiar, Antônio Guiss, Felix Fernandes Alves e Alfredo Alves da Silva[513].

[513] Diário da Tarde, 06/10/1908 e 19/06/1908. A República, 03/08/1908 e 28/12/1908.

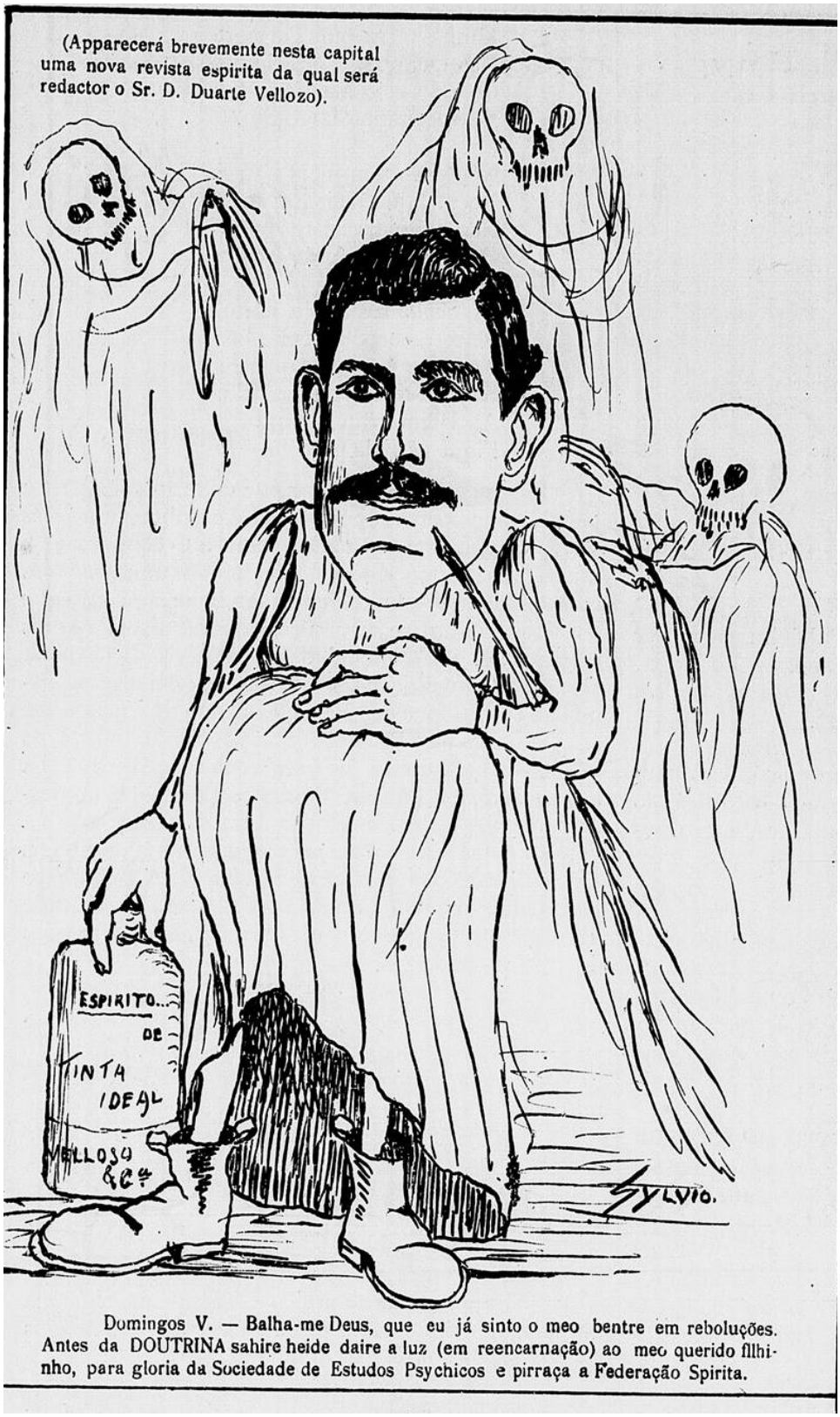


Figura 142 – Charge referente aos periódicos espíritas existentes em Curitiba: A Doutrina e A Luz. Ao centro a figura de Dario Velloso.
Faz menção a Sociedade de Estudos Psíquicos que realizava investigação de telepatia, hipnotismo e magnetismo e no Paraná tinha Vicente Nascimento Junior como o membro correspondente da Liga dos Estudos das Ciências Psicofísicas fundada no Rio de Janeiro (A República, 23/11/1907).
Fonte: O Olho da Rua, 08/06/1907.

O maior objetivo das propostas espíritas é a transformação interior do homem, que significa a transformação de seus sentimentos, de suas atitudes e de seus pensamentos. Lutar contra o orgulho e o egoísmo que impedem nosso crescimento como indivíduos e cidadãos resume bem a proposta de Jesus transcrita nas obras kardecistas. O espiritualismo e as questões do movimento kardecista colocaram em pauta temas como a reencarnação, os fenômenos espectrais e os processos sobrenaturais. O Espiritismo é a doutrina codificada na França pelo pedagogo, discípulo de Pestalozzi[514], Hyppolite Léon Denizard Rivail (1804-1869), que adotou o pseudônimo de Allan Kardec e cujo corpo doutrinário encontra-se expresso nas chamadas obras básicas editadas por ele. De acordo com os preceitos formulados e apresentados por Kardec, não haveria incompatibilidade entre religião, filosofia e ciência, desde que estes três ramos do saber fossem apresentados através de uma forma articulada. Sendo assim, de acordo com ele o Espiritismo seria ao mesmo tempo ciência, filosofia e religião.

No seu aspecto científico o Espiritismo trataria da relação entre o mundo físico e o "mundo espiritual", tendo como objeto de estudo os fenômenos mediúnicos. Allan Kardec se esforça por determinar uma metodologia própria para a realização de tais estudos, publicando em 1862 O Livro dos Médiuns como resultado desse esforço. Nos aspectos filosófico e religioso a Doutrina Espírita procura apresentar um conjunto de ideias e princípios através dos quais busca formular toda uma concepção acerca do universo, do homem e da sua relação com a sociedade e com a divindade. É justamente no seu aspecto filosófico, principalmente no que diz respeito aos princípios que norteiam a relação do homem com a sociedade, que o Espiritismo se aproxima, de certa forma, do socialismo utópico. Ao lado de uma preocupação em limitar o trabalho, condenando a exploração do fraco pelo forte, a doutrina espírita apresenta não apenas uma preocupação de cunho social, compatível com a época de crescimento das camadas proletárias na qual a sua formação está inserida, como também advoga a noção de evolução social e histórica, preconizada pela ideia de reencarnação, segundo a qual os costumes se aprimoram no decorrer

[514] Johann Heinrich Pestalozzi (1746-1827): pedagogo suíço que se notabilizou como um dos pais da educação popular.

do tempo, levando a um consequente melhoramento social. No Brasil, ao longo do século XX, a doutrina organizada por Kardec conquistou inúmeros adeptos e o seu conteúdo doutrinário difundiu-se amplamente (STOLL, 2003) (figura 143).

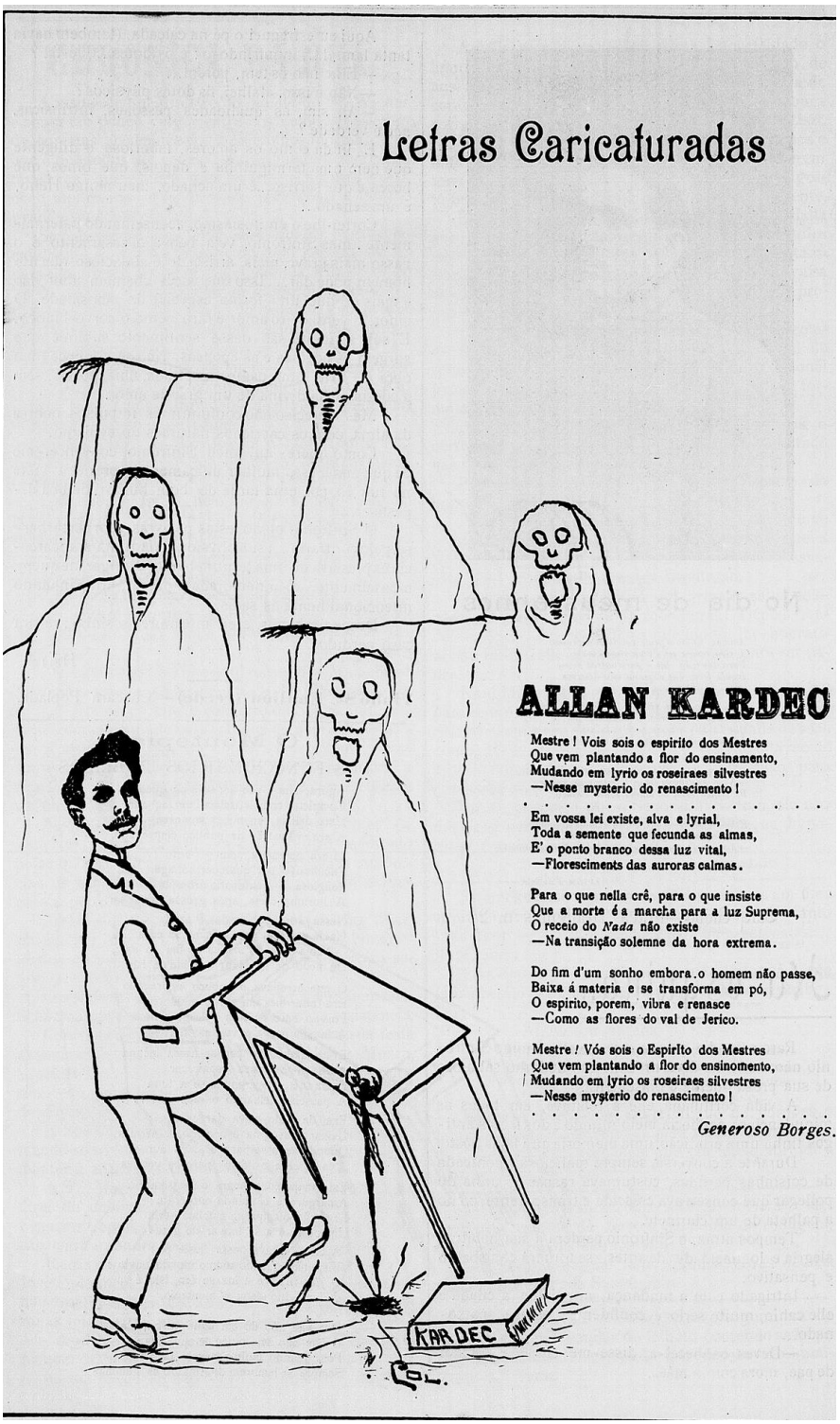


Figura 143 – Charge referente a doutrina kardeciana
Fonte: O Olho da Rua, 24/08/1907

Nascimento Junior indica que Manoel Correia Defreitas se inclinou ao estudo do espiritismo lendo desde o metapsiquismo de Russel Wallace[515], Gibier[516] até o doutrinarismo de Allan Kardec, para isso frequentando várias conferências e sessões *"sem contudo converter-se porque o chocavam as práticas de misticismo dos adeptos"* (NASCIMENTO JUNIOR, 1951, p. 19)[517]. Porém, analisando a documentação levantada não é essa as atitudes de Correia Defreitas. Em artigo de 20 de dezembro de 1927, na Revista Rio Pshyco é destacada sua contribuição na propaganda do espiritismo, não apenas pelo lado da religião, mas da política também:

> E se Bezerra de Menezes e outros colheram dissabores na política é porque foram fracos soldados que recuaram ao primeiro embate. No entanto, Correa Defreitas, esse espirito de escól e republicano histórico que está entre nós, soube se impor aos seus pares, fazendo sozinho, dentro da Câmara, e fora dela, a propaganda do espiritismo, por seu caráter inquebrantável, sua honestidade de ferro, mais do que muitos

[515] Alfred Russel Wallace (1823-1913), co-criador da teoria da evolução e pesquisador psíquico, levanta a hipótese do fator espiritual na evolução. Estudou os fenômenos mediúnicos e testemunhou, sob condições de teste, uma grande variedade de fenômenos telecinéticos. Suas primeiras experiências com matérias pertinentes a fenômenos mediúnicos datam de 1844, quando ensinava em uma escola na região dos Midland Counties. Estudou o magnetismo por inspiração de Spencer Hall e produziu fenômenos de levitação. Durante os 12 anos de sua ocupação com História Natural nas regiões tropicais, ele ouviu ocasionalmente sobre mesas girantes e espíritos batedores. Iniciou-se no "Spiritualism" no dia 22 de julho de 1865, conforme relata em seu livro "Defesa do Espiritualismo Moderno", onde afirma que inicialmente era materialista e livre-pensador, não acreditava na existência da alma. Numerosos e eloquentes fenômenos fizeram com que a sua conversão ao Espiritismo se tornasse um fato concreto. Escreveu sobre o "Spiritualism" em numerosas revistas e fez inúmeras conferências na Inglaterra e nos Estados Unidos. À luz do dia, observou levitação, movimento de objetos sem contatos e alteração de peso. Obteve também mensagens escritas sobre familiares desencarnados. Wallace acompanhou a primeira demonstração de fotografia espiritual na Inglaterra, contando com a médium Guppy, em 1872, no estúdio de Hudson. Em 14 de março de 1874, foi o primeiro cientista a obter fotografias de um Espírito materializado. Fonte: CARVALHO, A.Cesar Perri de & MAGRO FILHO, Osvaldo. **Entre a matéria e o espírito**. SP: O Clarim, 1990,

[516] Paul Gibier (1851-1900) investigador dos fenômenos espíritas era médico, discípulo e substituto de Pasteur. Foi um dos que estudaram primeiramente o Espiritismo experimental, tendo observado fenômenos transcendentes. Em 1900 ofereceu ao Congresso Internacional Oficial de Psicologia, reunido em Paris, uma memória relatando numerosas materializações de espíritos observadas em seu próprio laboratório em New York, com a presença de várias testemunhas. Escreveu duas importantes obras: O Espiritismo e Análise das Coisas. Fonte: GIBIER, Paul & BOZZANO, Ernesto. **Materialização de espíritos**. SP: La Châtre, 2013.

[517] Nascimento Júnior (1951) também afirma que Manoel Correia Defreitas não era católico, pois teria se oposto ao sobrinho que optou por seguir a carreira eclesiástica – referindo-se ao Monsenhor Lamartine Correia de Miranda. Não conseguimos localizar nenhuma documentação que confirme essa afirmação que deve ter sido baseada em sua convivência direta com Correia Defreitas, uma vez que eram amigos pessoais.

Agradecemos a Julyane Ramos do setor de Arquivo e Memória da Mitra da Arquidiocese de Curitiba pela pesquisa sobre o Monsenhor Lamartine.

> pregadores que acham melhor os postos de acomodação do que os dos riscos da luta pela verdade. Não vejam, portanto, certos pregadores, o espiritismo somente pelo lado da religião porque as religiões tem sido o inferno dos povos.

O autor do artigo procura demonstrar que, sob o aspecto filosófico, o espiritismo tem muito a ver com a política, já que esta deve ser a arte de administrar a sociedade de forma justa. Segundo ele, a proposição espírita da lei do progresso é um intenso e profundo desafio para que trabalhemos pela evolução intelectual e moral da humanidade. Com tal objetivo, o espírita deve estimular a sociedade humana a fim de que haja hábitos espiritualizados, desenvolvimento da inteligência e elaboração de leis justas, em benefício de todos. A contribuição política que o espiritismo pode oferecer à sociedade, está fornecendo os valores da sua estrutura e organização que são a verdade, a justiça e o amor. Não se trata de estimular a participação na política partidária, nem também de afirmar que o espírita deve ou não deve participar, como membro atuante, de uma organização política. Trata-se, simplesmente, de reconhecer o direito de que, como membro de uma sociedade, o espírita escolha, livremente, a sua contribuição para que as relações humanas sejam, progressivamente, melhoradas no sentido da paz, da justiça e do amor fraternal.

O Espiritismo também era uma opção no contexto dos tratamentos alternativos de saúde, principalmente em relação a doenças crônicas, para as quais a medicina convencional, na época, não tinha tratamentos satisfatórios. No ano de 1925 o médium espírita Mozart Teixeira da Costa (figura 144) parte em visita para Porto Alegre respondendo ao convite da Federação Espírita do Rio Grande do Sul. Antes de sua partida o jornal O Dia de 8 de outubro de 1925 faz um relato de sua estadia na cidade do Rio de Janeiro. O “ocultista” fez vários tratamentos entre eles o da professora Marta (neta de Albino Silva)[518]. Correia Defreitas, ex-deputado federal, teria acompanhado todo o tratamento e a cura de Marta por Mozart Teixeira.

---

[518] Ver o documentário **Espiritismo, memória: as curas espirituais do professor Mozart Teixeira.** Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=Avh_Gjki5YQ. Acesso 18.setembro.2014.

Ver o documentário **Curas espirituais - Mozart Teixeira.** Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=_wc2iucFA1Y. Acesso 18.setembro.2014.



Figura 144 – Mozart Teixeira
Fonte: O Dia, 08/10/1925

Manoel gostava de acompanhar práticas de cura chamadas “supersticiosas”. Um dos “casos” encontrados, claramente filiado ao espiritismo kardecista, que causava grande tumulto nos anos 1920 era a do médium Mozart Teixeira da Costa iniciado no ocultismo e maçom de grau 33. Originário de Minas Gerais, realizou viagens por várias partes do mundo, tendo permanecido em aprendizagem na Índia por 8 anos, onde foi iniciado em templos hindus. Retornou a Minas Gerais, onde passou a exercer o poder de cura quando foi autorizado pelos seus mestres. Foi vítima de repressão no Rio de Janeiro e em Minas Gerais (Diário de Notícias, 30/09/1925). Foi preso, respondeu processo e chegou a ser internado num hospício, mas sempre conseguiu a liberdade por interferência de confrades espíritas, que ora encarregaram-se de sua defesa, ora

cumpriram a pena por ele, ficando na prisão no lugar do médium (Diário de Notícias, 27/09/1925, 29/09/1925, 30/09/1925).

Mozart dizia ter feito milhares de curas. Afirmava que elas ocorriam de acordo com a vontade de Deus e a fé do enfermo. Dizia-se auxiliado por "espíritos de luz". Dentre eles, nomes bastante conhecidos nos centros espíritas, como os de Chapot-Prevost, Dias da Cruz e Bezerra de Menezes, que o ajudava em caso de operação, realizadas espiritualmente. Na sua estada em Porto Alegre, Mozart atendeu cegos, paralíticos, epiléticos, leprosos, pessoas com feridas. Não cobrava nada e a União Espírita passou a fornecer os remédios após a primeira semana de atendimento, porque os populares tinham dificuldade em adquirir os medicamentos receitados, devido a exploração dos preços no mercado. Suas curas eram tidas como "milagrosas". Foram descritos vários exemplos em pacientes considerados "inválidos" (Diário de Notícias, 30/09/1925 e WEBER, 1996).

Mozart procurou explicar a atividade que realizava nas entrevistas que deu aos jornais. Suas falas aparentam humildade, dizendo não pretender afrontar outras religiões, nem aos médicos

> *que guerreiam-me sem razão. Eu não faço milagres. Tenho apenas fé no Criador. Nada mais. E se é certo que não posso curar todos os casos, garanto curar muitos outros que eles julgam incuráveis. Não é um desafio que lhes faço. É uma garantia que lhes dou da minha "mediunidade". Quem duvidar, que apareça para verificar* (Diário de Notícias, 29/02/1925).

Revelava tranquilidade quanto a sua "missão": *"... sou médium; não sou porque queira ser nem está na minha vontade deixar de o ser. Médium, sabeis bem, é todo ser humano dotado de faculdades especiais, capaz de receber as inspirações de outros espíritos desencarnados"* (Diário de Notícias, 29/09/1925). Dizia que realizava o que a outros alegrava e satisfazia, não se orgulhando da faculdade que possuía, mas agradecendo por tê-la recebido, já que era um desígnio divino, contra o qual não podia se rebelar. Afirmava que cada um teria a sua missão, suas provações, torturas morais e padecimentos físicos, que seriam vontade divina. Rebelar-se significaria rebelar-se contra Deus. A fé, muitas vezes, por si só, representaria a cura. As pessoas precisavam ter "paciência, resignação, desejo e vontade", não podiam se entregar à dor. Sua

missão não seria realizar milagres, mas aliviar os males dos sofredores e crentes (Diário de Notícias, 29/09/1925). O médium conseguiria, com auxílio do seu guia, aquilo que estava fora das possibilidades humanas e que a medicina ainda não havia investigado. Enquanto a arte de curar só visasse o organismo, não se apercebendo da íntima ligação do espírito com a matéria, as terapêuticas não atingiriam o ideal. O médium curador não dispensaria o médico, a ação da mediunidade não contradiria as leis que a ciência médica descobriu, poderia e deveria ser conciliada com a do clínico.

Mozart era considerado kardecista pelo desinteresse com que trabalhava, pela sua confissão e devido a sua capacidade de trabalhar quase sem dormir e mal alimentado (Diário de Notícias, 06/10/1925). O jornal Diário de Notícias que divulgava as curas de Mozart, dias antes da sua chegada havia publicado uma matéria, sem assinatura, chamada “Repressão à Mediunidade”, onde argumentava que médicos e padres empreendiam uma campanha contra o espiritismo porque o médium curava os corpos e atendia as almas sem cobrar. Afirmava que médicos e padres esqueciam que os doentes que recorriam ao espiritismo eram aqueles já desenganados ou que não chamariam os médicos, uns por motivos íntimos de consciência e outros por falta de dinheiro para pagá-los, demonstrando que nem o interesse material dos médicos justificaria a perseguição aos espíritas. Também reiterava que a perseguição em nome da ciência não se justificava, porque vários cientistas verificaram, cientificamente, a perfeita e contínua comunicação dos espíritos mortos com pessoas encarnadas. A repressão ao espiritismo não o destruiria porque as medidas decretadas contra os médiuns não atingiam aos espíritos, que procurariam outros médiuns, afirmando que eles existiriam em todos os lares. Considerava que não era legal a repressão aos curadores porque era uma prática religiosa, cujo objetivo era a caridade, praticada por um espírito através de uma pessoa em nome de Jesus, não cabendo ao intermediário aceitar recompensa alguma. Para o médium, representava um sacrifício, ocupando- lhe o tempo que precisaria para seu sustento. Eles não anunciavam sua atividade, pois era um ato de caridade, apenas esperava que lhe pedissem, não precisando ver o enfermo para realizar a cura. Dizia que não podia submeter-se a provas do estado porque este não podia interferir na prática da caridade, diferenciando-se dos médicos, que exerciam uma profissão, anunciando-a, eram testados e recebiam remuneração.

Comparava a prática do médium com a do padre, que podia realizar gestos de bênçãos, dar a hóstia, enviar ramos aos enfermos, abençoar medalhas e frascos de água benta, da mesma forma que os médiuns davam passes, pastilhas homeopáticas, ervas medicinais, água fluidificada. Concluía que deviam ser garantidos os mesmos direitos a todas as atividades de se manifestar e atuar (Diário de Notícias, 02/04/1925).

Segundo esses diversos argumentos, pode-se acompanhar a perspectiva defendida pelos mesmos: os pressupostos da existência de Deus, da imortalidade da alma, a crença na reencarnação e na pluralidade dos mundos habitados, incorporados com a prática das manifestações dos espíritos. A ideia de evolução é fundamental, extrapolada para o mundo dos espíritos, que deveriam passar por várias etapas até chegarem a ser “espíritos de luz”. Apresentam-se como uma doutrina que tentava conciliar o racionalismo com a crença na sobrevivência individual do espírito e em seu progresso infinito, procurando explicar os fenômenos espíritas de acordo com a ciência. De acordo com a ideia evolucionista por eles defendida, é compreensível a ênfase dada à caridade. As desigualdades sociais, inerentes ao mundo material imperfeito, eram aceitáveis porque necessárias ao progresso dos espíritos. Afirmavam não se contraporem aos médicos e outros “cientistas”, afinal, defendiam uma doutrina que também se dizia “científica”. Todos esses elementos da doutrina espírita desenvolvidos por Allan Kardec estão publicados no “Livro dos Espíritos” de 1853 que organiza o conjunto de crenças básicas do movimento espírita, formulado como ciência, filosofia e religião, que foi adotado no Brasil. O kardecismo teve extraordinária difusão por todo o país no final do século XIX e início do XX. As primeiras organizações espíritas surgiram na Bahia (1865 e 1874) e no Rio de Janeiro (1873), chegando à organização de uma Federação Espírita Brasileira em 1884, indicando uma tentativa de preservar a unidade doutrinária e o esforço de reunir, de modo institucional, a crescente população de fiéis dispersos (STOLL, 2003).

Allan Kardec codificou o espiritismo com bases “científicas”, diferenciando-se do “espiritualismo” de até então. Foi uma perspectiva que integrou os ideais científicos que estavam surgindo numa concepção filosófica e religiosa. O próprio desenvolvimento científico é aceito como responsável pelas reelaborações doutrinárias, sujeitando-se a discussões e críticas. A codificação realizada por

Kardec foi elaborada num momento histórico em que o pensamento filosófico e científico encontrava-se profundamente influenciado por ideais de racionalismo e evolucionismo, incorporando possibilidades frente a esses ideais. A explicação racional oferecida por essa doutrina facilitava sua aceitação, principalmente a partir de uma minoria intelectual que buscava formas de articulação do religioso com o pensamento científico. No Brasil, especialmente, esses fatores foram fundamentais para sua aceitação, fazendo com que o aspecto religioso se tornasse preponderante, desenvolvendo a capacidade de apresentar uma interpretação coerente do mundo, explicando a posição dos indivíduos na estratificação social e orientando a conduta do dia a dia (DAMAZIO, 1994).

O grande destaque da doutrina espírita no Brasil foi sua aceitação por membros de prestígio econômico e cultural, boa parte dos membros dos centros espíritas no início do século XX eram advogados, médicos, engenheiros ou militares, ou seja, membros "letrados" da sociedade para os quais a teoria conjugava uma explicação racional com possibilidades de cura, oferecendo uma interpretação de mundo coerente, sem negar elementos do catolicismo, pois inspiram-se nos Evangelhos e na ética cristã, considerando Cristo como a maior entidade encarnada. Não se encontrava, pois, comprometida com nenhuma alternativa de dessacralização implantada pela República nem exigiria uma conversão dos seus adeptos. Propunha uma articulação de seus princípios para a vida cotidiana, baseada na caridade, e oferecia possibilidades de terapia gratuita. Num estado onde o autoritarismo positivista mantinha sua articulação, uma perspectiva religiosa que não tinha nenhum compromisso com eles conseguiu granjear simpatizantes até mesmo nas fileiras do Partido Republicano como Manoel Correia Defreitas, Saldanha Marinha, Quintino Bocaiúva e Joaquim Nabuco que simpatizavam com o Espiritismo ou se tornaram espíritas. Principalmente, o sucesso dessa perspectiva deve-se a ter articulado coerentemente a ciência com elementos mágicos, aproximando médicos formados, positivistas e doentes (de corpo e espírito) em geral. A explicação "mágica" do mundo não deixou de integrar-se, adaptando-se a outras formas de conhecimento[519].

[519] Além dessa aceitação da doutrina por uma elite, vários aspectos têm que ser levados em conta para entender a grande popularidade que as práticas espíritas conseguiram com a população mais carente no início do século. Um dos pontos a serem levados em conta era a

As práticas de cura exercidas pelos médiuns, através da homeopatia ou de passes, faziam parte das alternativas mais reconfortantes. Soma-se a isso o papel da caridade assumido por essa religião, tanto no campo assistencial como educacional. A caridade é um dos seus preceitos fundamentais, o que permitiu a aproximação dessa perspectiva para outros setores sociais, como transparece nas atividades do médium Mozart em Porto Alegre. Os serviços do médium eram mais acessíveis pela gratuidade no atendimento e no fornecimento dos medicamentos.

Um outro ponto refere-se ao conteúdo doutrinário do espiritismo. Seu conteúdo elaborado não facilitaria sua absorção pela massa de doentes pobres que procuraram o médium. Porém, o tratamento mediúnico oferecido facilitava a assimilação de certos aspectos do espiritismo pela religiosidade popular. Alguns dos preceitos da doutrina espírita eram muito semelhantes aos cultos populares de origem africana, como a possessão pelos espíritos. Essa semelhança foi um elemento fundamental para a popularidade da doutrina espírita. Ela aproximava-se das práticas de cura brasileiras tradicionais, exercidas através de receitistas e curandeiros. Eram crenças populares arraigadas por várias gerações. Havia curandeiros dos mais variados tipos: receitavam chás, unguentos, poções, benzeduras, faziam trabalhos para afastar o mal e abrir os caminhos. A medicina mediúnica obteve sucesso num ambiente tradicionalmente impregnado pela crença em poderes psíquicos e/ou sobrenaturais de cura. A busca pela cura foi um importante fator de crescimento da doutrina espírita no Brasil.

---

inexistência de serviços públicos de atendimento para os problemas de saúde da população. A organização de um serviço de Assistência Pública a partir de 1898 só lentamente passou a ser considerado como um serviço possível de ser utilizado, passando a atender, com o tempo, maior número de pessoas. Esse serviço visava socorrer acidentados e casos de emergência. Gradativamente foi sendo reconhecido para ser utilizado pela população, a medida que se apresentava como um alternativa e adquiria a confiança por estar à disposição. Esses eram os parcos serviços existentes. Contudo, os mais carentes não procuravam um médico ou algum atendimento hospitalar quando apresentavam sinais adversos de saúde. Quando adoeciam, várias alternativas eram pensadas antes disso. Só os mais abastados teriam condições de procurar um médico, o que nem sempre ocorria porque outras possibilidades eram levadas em conta antes. Ficava-se em casa, ou ia-se trabalhar, se não havia outro jeito. Ouvia-se o conselho dos que já tinham apresentado os mesmos sintomas, do que tinham usado. Depois disso, procurava-se a alternativa mais em conta e considerada mais confiável: o curandeiro, o espírita, o que receita chás, unguentos. Trabalhos de antropologia médica apontam que os “caminhos que conduzem ao médico” estão influenciados por fatores como disponibilidade real de assistência, possibilidade do paciente pagar por ela, fracasso ou sucesso dos tratamentos extra-oficiais, maneira como o paciente percebe o problema e modo como as outras pessoas com quem convive percebem o problema. As escolhas são influenciadas pelo contexto em que ocorrem (DAMAZIO, 1994).

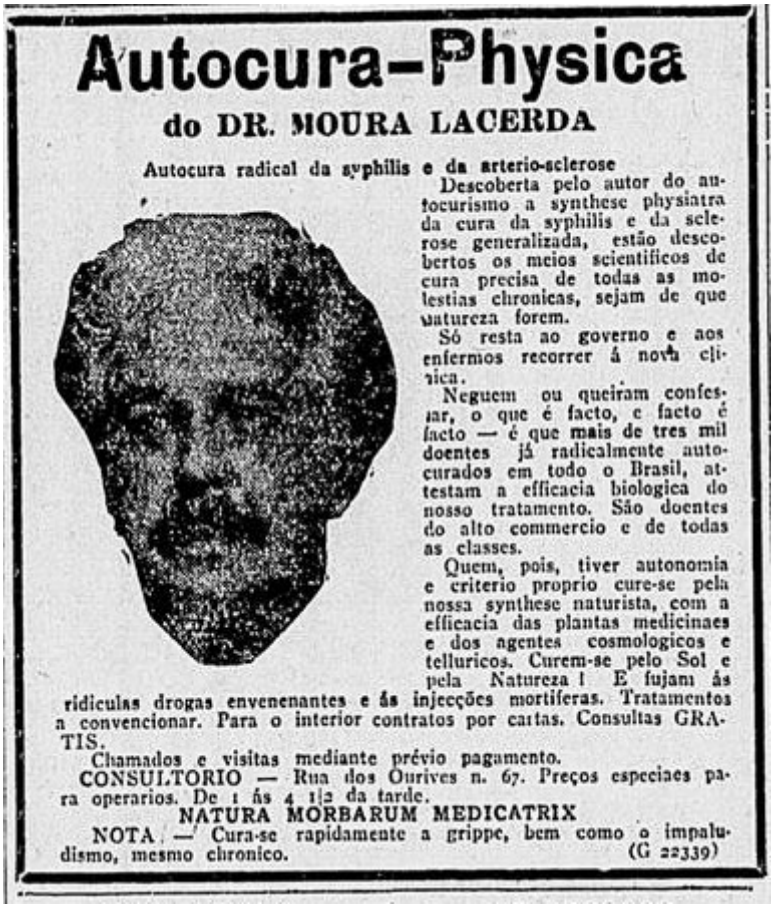
A Maçonaria e o Espiritismo são movimentos próprios das classes mais altas e estão relacionados com o viés científico, uma elite que vai levar à luz pela instrução, do que com o viés religioso. Em diversos momentos históricos maçons e espíritas buscaram atingir os seus objetivos de forma conjunta e articulada, principalmente no que se refere ao combate da influência católica na sociedade. Manoel participou, de maneira efêmera, dessas duas instituições. Conseguimos saber de suas adesões, mas não ficaram registros de suas trajetórias internas. Nota-se que era um mesmo grupo que as criava, organizava e participava delas: os irmãos da loja maçônicas eram os confrades da FEP que eram os sócios do Clube Curitibano e membros dos partidos políticos. Percebe-se a repetição dos mesmos nomes como líderes e intelectuais de um movimento que era orientado para um objetivo comum: o da educação da sociedade local por meio da vivência social e cultural. Era um grupo que circulava não apenas nos salões de clubes elegantes, como em inúmeros grêmios, associações e congregações. Eram eles que davam ao universo pensante da cidade um toque de paixão, ação, sonhos, medos e esperanças, ideias e práticas, conforme aponta Trindade (1996).

Faria Rocha (1951) considera Manoel Correia Defreitas como sendo um livre pensador não se sujeitando a seguir uma única religião, mas sim procurava entender todos os sistemas religiosos. Tinha amizades com padres, leu sobre Budismo, conhecia o Talmud, o Alcorão, a Bíblia e a história da igreja. Gostava dos estudos do Antigo Testamento e se indignava com os massacres realizados contra os judeus da Europa Oriental. Era um eclético, conhecia todas as religiões, mas não pertencia a nenhuma efetivamente e não admitia perseguições por motivos religiosos. Tinha amizade com várias personalidades da igreja católica como o padre republicano João Manoe que em pleno parlamento imperial na sessão de 11 de junho de 1889 finalizou seu discurso bradando “ABAIXO A MONARQUIA E VIVA A REPÚBLICA!”l[520]

[520] João Manoel de Carvalho Júnior (1841-????) ordenou-se padre em 1865 pelo Seminário do Maranhão. Três anos depois foi nomeado Diretor-Geral da Instrução Pública do Rio Grande do Norte. Eleito deputado provincial nos biênios 1867-1868, 1870-1871 e 1876-1877, e deputado geral para 22ª legislatura (1886-1889). Foi colaborador dos jornais “O Conservador” (Rio de Janeiro), o “Correio Mercantil” e “A Nação”, além de ter fundado, em São Paulo, o “Correio do Povo” e o “Correio Amparaense”. No Rio de Janeiro, foi Vigário da Igreja da Candelária; em São Paulo, da Paróquia de Amparo. Fonte: NAVARRO, Jurandyr. **Oradores do Rio Grande do Norte (1889-2000): biografia e antologia**. Natal: Departamento Estadual de Imprensa, 2004.

4.1.7 – Auto Cura, Esoterismo, Quiromancia e Igreja Presbiteriana Independente

O jornal A Platea de 21 de julho de 1917 anunciava uma “revolução na medicina”, era o novo sistema de cura de todas as moléstias crônicas, sem drogas, dieta ou operação, chamado de auto cura física. O médico Francisco Xavier Galvão de Moura Lacerda, de Belo Horizonte era a principal figura desse método (figura 145). O jornal foi entrevistar os “auto curados” e entre eles estava Manoel Correia Defreitas que falou que ainda não havia começado a se tratar pelo novo método, mas achava a auto cura admirável pela sua simplicidade. E alertava que *“devido a ignorância da nossa gente o método e seus difusores iriam seguir perseguições pois a auto cura feria os interesses viris das classes poderosas e por isso não era difundida”* (A Platea, 21/07/1917). E continua sua argumentação demonstrando ter vastos conhecimentos do assunto: os médicos receitam ferro as pessoas debilitadas mas as consequências de introduzir o mineral diretamente no organismo é funesta. Explica que os minerais só podem ser melhor assimilados por intermédio dos vegetais ou animais. Compreendendo isso os médicos austríacos ministram ferro às galinhas e através dos ovos os doentes se aproveitam dos benefícios do ferro. A nova técnica terapêutica propagava os cuidados com o corpo, com a alimentação e com o clima e foi batizada de autocura física por Moura Lacerda, professor higienista, que ensinava aos que o procuravam os novos meios para se livrarem dos males físicos que os afligem, recomendando-lhes sol, ginástica, regimes alimentares, curas por clima e chás de plantas comuns. Além da divulgação dos esportes e da ginástica, estava sendo divulgada uma nova sensibilidade em relação ao corpo e novas maneiras de tratá-lo. Eram adeptos desse novo método os militares, políticos, funcionários do alto escalão, não havia quem não se impressionasse com a nova técnica terapêutica que ao ser eficiente iria derrubar a velha medicina baseada nos receituários médicos e drogas libertando os doentes da tirania da medicina tradicional. Moura Lacerda foi acusado do exercício ilegal da medicina, curandismo e chalartanismo e respondeu vários processos. Correia Defreitas o defendia falando que isso era intriga da classe médica e que *“as grandes ideias só conseguem impor-se à custa de sacrifícios sem conta”* (A Razão, 04/07/1917).



Autocura-Physica

do DR. MOURA LACERDA

Autocura radical da syphilis e da arterio-sclerose

Descoberta pelo autor do autocurismo a synthese physiatra da cura da syphilis e da sclerose generalizada, estão descobertos os meios scientificos de cura precisa de todas as molestias chronicas, sejam de que natureza forem.

Só resta ao governo e aos enfermos recorrer á nova clinica.

Neguem ou queiram confessar, o que é facto, e facto é facto — é que **mais de tres mil doentes** já radicalmente autocurados em todo o Brasil, attestam a efficacia biologica do nosso tratamento. São doentes do alto commercio e de todas as classes.

Quem, pois, tiver autonomia e criterio proprio cure-se pela nossa synthese naturista, com a efficacia das plantas medicinaes e dos agentes cosmologicos e telluricos. Curem-se pelo Sol e pela Natureza! E fujam ás ridiculas drogas envenenantes e ás injecções mortiferas. Tratamentos a convencionar. Para o interior contratos por cartas. Consultas GRATIS.

Chamados e visitas mediante prévio pagamento.

CONSULTORIO — Rua dos Ourives n. 67. Preços especiaes para operarios. De 1 ás 4 1|2 da tarde.

NATURA MORBARUM MEDICATRIX

NOTA — Cura-se rapidamente a grippe, bem como o impaludismo, mesmo chronico. (G 22339)

Figura 145 – Auto cura física do Dr. Moura Lacerda
Fonte: Correio da Manhã, 06/07/1920

No Brasil dos primeiros anos da República assistiu-se a eclosão de uma série de movimentos sociais nos quais a religiosidade popular, o misticismo e o profetismo apresentaram-se como elementos capazes de levantar as populações sertanejas. Tais foram os movimentos de Canudos, do Contestado e de Juazeiro que chegaram a abalar os alicerces do regime que se implantava. Fenômeno que traduziu os anseios, o descontentamento e a visão de mundo de populações afastadas dos centros de modernização, o poder mobilizador das crenças religiosas não se manifestou somente nas regiões que constituíam o Brasil das áreas do interior. Nas cidades brasileiras, sobretudo nas capitais, assistiu-se igualmente uma onda de religiosidade difusa, que se manifestou sob outras formas e teve significados sociais diferenciados. Conduzido por crenças variadas e veiculado pela proliferação de práticas de cura, de adivinhação e rituais de proteção, este movimento esteve marcado pelo encontro entre antigas tradições e práticas mágicas e as correntes do pensamento espiritualista que se firmavam

na época, entre elas especialmente o espiritismo que, nascido na segunda metade do século XIX, rapidamente se projetou. Esse "comércio da ilusão", como era chamado pela imprensa da época, se proliferou através dos consultórios de videntes, quiromantes e cartomantes, curandeiros, médiuns e benzedeiras. Posteriormente, ao lado desse atendimento individualizado e ao longo do período de 1920 a 1940, surgiram também centros e institutos destinados ao tratamento de doenças para as quais a ciência médica oferecia poucas chances de cura.

Manoel também gostava de temas esotéricos como cabala e quiromancia. A prática da primeira não pôde ser confirmada, já da segunda temos o registro no jornal O Dia de 7 de abril de 1936 e a Revista O Malho de 28 de janeiro de 1932 relatando que em 29 de dezembro de 1929 o quirólogo e vidente Onig Chacarian Sana-Khan, no Hotel Glória do Rio de Janeiro, lendo as mãos de Getúlio Vargas previu sua vitória *"por bem ou por mal"* e, mesmo *"pela força das armas"* seria presidente do Brasil (PILOTO, 1982) (figura 146). O grupo que acompanhou a consulta de Vargas era composto por Flores da Cunha, Correia Defreitas, Júlio Hauer, João Neves da Fontoura, Jorge Chacarian e Lindolfo Collor[521].

Após análise das linhas de ambas as mãos de Getúlio Vargas, o quirólogo disse:

> V. Excia será o presidente do Brasil; noto na sua mão a que vi na de Clemenceau, sinal de chefe e de triunfo. Será vitorioso. Mais ainda: depois dessa vitória haverá qualquer coisa muito grave, profunda em todo o país, e não sei precisar; mas qualquer coisa de caráter econômico ou financeiro; mas vejo nas mãos de V. Excia. que será o "salvador" do país, porque a sua linha está ligada à de transformação da terra e ao início de novo ciclo, apesar das crises (PILOTO, 1982, p.16).

Foi Correia Defreitas e Júlio Hauer quem levaram o *"mago para que pudesse verificar a exatidão de suas profecias lendo as linhas das mãos de Vargas",* pois queriam obter previsões de interesse político, porém o mago intencionava difundir sua prática e mostrar pela confirmação de suas profecias o valor científico e útil da *"quiropsicastrologia afim de que homens de inteligência e de bem a cultivem e*

[521] Onig Sana-Khan era conhecido de Dario Velloso e já havia estado no Templo das Musas/Instituto Neo-Pitagórico em Curitiba. Sana-Khan pediu para Julio Hauer ter um estudo quirológico de Vargas. Este ficou receoso, mas com o auxílio de Manoel Correia Defreitas organizou o encontro (O Malho, 28/01/1932).

apliquem, libertando-a da conspurção dos charlatães e da classificação absurda como arte sortílega" (FONTOURA, 1963, p. 267).



Figura 146 – A leitura das mãos de Getúlio Vargas por Sana-Khan
Sentados da esquerda para a direita vemos Flores da Cunha, professor Sana-Kan, Getúlio Vargas, Correia Defreitas (falecido), Júlio Hauer e João Neves.
Em pé professor Jorge Chacarian e Lindolpho Collor.
A imagem retratada é referente ao dia 29 de dezembro de 1929.
Fonte: O Malho, 28/01/1932.
O quadro original, de autoria de Zaco Paraná, faz parte do acervo do Museu da República - Rio de Janeiro.

Quiromancia refere-se à prática que consiste em antecipar/prever o futuro de um indivíduo através da interpretação de supostos sinais que aparecem nas linhas das mãos (figura 147). De acordo com a quiromancia, é possível "ler" as mãos de uma pessoa para ter acesso a informação sobre o seu estado de saúde, às suas características psicológicas e mesmo o seu passado e futuro. Neste sentido, a quiromancia, arte divinatória, faz parte das ciências ocultas ou pseudociências. É importante destacar que não existe nenhuma prova científica que demonstre que, nas pregas e nas linhas da mão esteja escrito o "destino" de uma pessoa. Tendo em conta que nada pode avaliar os resultados desta prática, a quiromancia torna-se uma questão de fé. As pessoas crêem ou não naquilo que lhes pode dizer um

quirólogo, uma vez que este não tem forma de demonstrar a validez dos seus supostos estudos e análises.

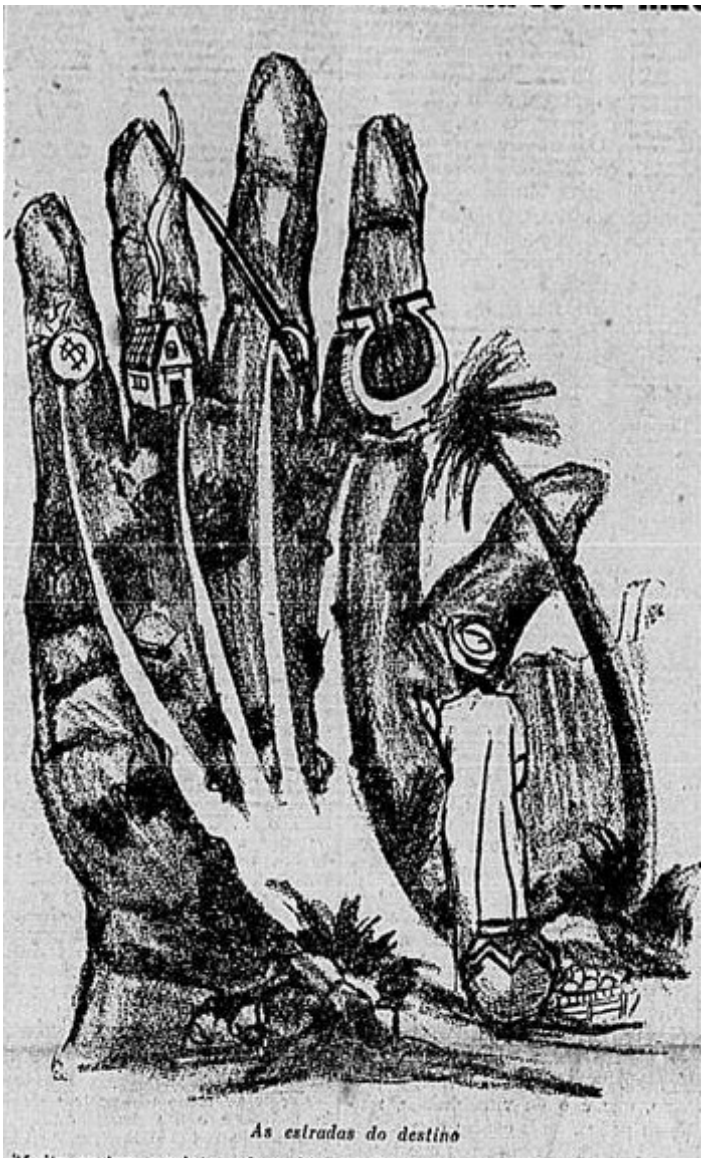


Figura 147 – Charge referente a quiromancia
Fonte: A Noite, 03/07/1931

Onig Chacarian Sana-Khan era de origem armênia e radicou-se no Brasil na década de 1920. Atuou por mais de 40 anos como o maior vidente do país. Além de Getúlio Vargas, previu o futuro de muitos outros políticos brasileiros como

Miguel Arraes, Ulisses Guimarães, Juarez Távora, Prótones Moreira e Jânio Quadros de quem era o "guia espiritual". Faleceu no ano de 1979[522].

Demonstrando seu caráter eclético e como não seguidor de uma única religião, doutrina ou crença, Manoel também assistia cultos na Igreja Presbiteriana Independente[523] de Curitiba que ficava situada na Rua Vicente Machado, 29. No culto do dia 15 de agosto de 1926 houve uma cerimônia onde algumas moças prometeram não cortar mais os cabelos[524] e Manoel teria acatado tal inciativa exclamando que *"isto que é religião! Isto que é evangelho puro!"* Quem assina o artigo dessa história publicada no O Estandarte de 17 de agosto de 1926 foi Sátilas do Amaral Camargo[525], que nesse mesmo ano assumiu a 1ª Igreja Presbiteriana Independente de Curitiba para *"pastorear os vastos campos do Sul, abrangendo as igrejas do Paraná e Santa Catarina"*. Esteve à frente da igreja de Curitiba por 37 anos. Era advogado e escritor, e é tido como uma das mais altas expressões do

[522] A Noite, 06/07/1931. Jornal do Brasil, 29/07/1934. Última Hora, 18/04/1956. Diário da Noite, 17/02/1933 e 10/01/1938. A Luta Democrática, 30/09/1965. Tribuna da Imprensa, 12/01/1989. O Malho, 18/02/1933. Tribuna da Imprensa, 28/03/1990. Jornal do Brasil, 15/07/1988, 04/01/1988 e 30/05/1989.

[523] A Igreja Presbiteriana Independente do Brasil tem raízes na Reforma Protestante do século XVI e segue a orientação calvinista. Foi fundada em 31 de julho de 1903 por um grupo de sete pastores liderados pelo Reverendo Eduardo Carlos Pereira de Magalhães (1856-1923) que deixaram o sínodo da então Igreja Presbiteriana do Brasil para organizar o Presbitério Independente. A principal causa que culminou na sua criação refere-se as questões missionárias e educacionais que levaram ao conflito com os missionários norte-americanos. Em 1886 Eduardo Magalhães apresentou um Plano de Missões Nacionais com a intenção de tornar a igreja brasileira autossuficiente o mais rápido possível para sustentar pastores, professores e evangelistas e, para dar apoio à proposta ele toma a iniciativa de fundar em 1887 a Revista das Missões Nacionais. Outro ponto era o desejo de que a preparação teológica dos ministros brasileiros fosse mais adequada, isso por meio de uma instituição regular e não num sistema de tutoria. Fonte: MAGALHÃES, Eduardo Carlos Pereira de. **As Origens da Igreja Presbiteriana Independente do Brasil.** 3ª edição. SP: Livraria Almeida Editora, 1965.

[524] Roberto da Macedônica assina um artigo no Correio da Manhã de 22 de outubro de 1941 acusando Manoel de anti-feminista e relata sobre um encontro em que estava presente no Centro Paulistano em homenagem ao Floriano Peixoto em que Manoel pediu a palavra e começou a atacar as mulheres que não tinham mais cabelos compridos e usavam decotes e maquiagens apontando para as presentes no recinto causando grande constrangimento. O autor não relata o ano do ocorrido para podermos fazer relação com outras fontes e analisarmos melhor essa intervenção de Manoel.

[525] Sátilas do Amaral Camargo (1902-1967) filho de Antônio do Amaral Neto e de Cândida Camargo do Amaral. Fez o curso secundário no Ginásio Oficial de São Paulo e a Faculdade de Teologia obtendo a licenciatura em 1925. Foi casado com Edith Marques. Ver **Sátilas do Amaral Camargo: uma vida que ensinou.** Disponível em http://porangabasuahistoria.com. Acesso 29.janeiro.2017.

clero evangélico nacional e do pensamento cristão do Brasil da sua época[526]. Foi o primeiro pastor diretor responsável do núcleo da Legião da Boa Vontade em Curitiba, nos primórdios do movimento legionário na capital paranaense[527]. Para quem estava iniciando sua carreira como pastor era interessante ter entre seus ouvintes a figura de um ex-deputado que estava em plena campanha eleitoral para o pleito de 1927 como Correia Defreitas. Esse artigo fala que Manoel estaria acompanhado da sua filha, mas não a identifica e não dá mais detalhes, porém acredita-se ser sua filha mais velha Meuma que o acompanhava em vários eventos e viagens, além de compartilhar com o pai o gosto pela leitura e ser uma espécie de secretária na organização do material de Correia Defreitas[528].

Em 16 de junho de 1911 Manoel estava presente e fez conferência na inauguração da nova sede do Círculo Esotérico da Comunhão do Pensamento, sito à Praça Tiradentes, no centro do Rio de Janeiro. Esse círculo, fundado em 27 de junho de 1909, é a primeira ordem esotérica estabelecida no Brasil, cujo propósito é estudar as forças ocultas da natureza e do homem e promover o despertar das energias criadoras latentes no pensamento humano cujo lema são os princípios de harmonia, amor, verdade e justiça. Esses potentes ideais constituem as quatro colunas mestras que sustentam a filosofia da entidade e objetivam constituir a tônica de suas atividades (A Imprensa, 18/06/1911). Essa ordem ainda está em plena atividade na cidade do Rio de Janeiro e é reconhecida como a instituição filosófica secreta que reúne uma das maiores bibliotecas esotéricas do Brasil. Não encontramos o registro do tema que Manoel teria tratado em sua conferência, mas ele acompanhou outras conferências e sessões no círculo para o melhor entendimento do fenômeno da "sobrevivência da alma" entre outros assuntos.

Religião, adivinhações, astrologia, curas pela magia, profecias antigas são práticas desdenhadas pelos homens "inteligentes e racionais", mas são as bases de sustentação de muitos outros homens. Uma das suas características centrais

---

[526] Ver DOMINGUES, Júlio Manoel. **A Igreja Presbiteriana em Porangaba**. IN: A história de Porangaba. Setembro de 2008. Disponível em http://porangabasuahistoria.com. Acesso 29.janeiro.2017.

[527] Disponível em revista Boa Vontade, nº 8, de fevereiro de 1957. http://www.paivanetto.com/pt/ciencia/conhecimento-espiritual-gera-fartura. Acesso 28.janeiro.2017.

[528] Conforme entrevista realizada com Constance Beatriz Pedroso (bisneta de Manoel Correia Defreitas) em 15 de fevereiro de 2017.

consistia em explicar e atenuar o infortúnio humano. Essas crenças possuem uma série de implicações sociais e intelectuais. Partilhar do mesmo ambiente com os adeptos de cada crença diferente permitia a Manoel Correia Defreitas ampliar sua rede de sociabilidades. Era “visto e lembrado” em diferentes meios, ampliando seus capitais culturais, simbólicos, sociais e políticos.

4.2 – Correia Defreitas livre pensador

> Alto, magro, nervoso e loquaz, comunicativo ao extremo e sempre conduzindo as simples palestras para o terreno elevado das ideias, erudição enciclopédica, não se estagnava na política, mas abarcava todo um mundo de conhecimentos, falando desde que tivesse alguém para ouvi-lo (NASCIMENTO JUNIOR, 1951, p.1)

> Manequinho de Freitas, diziam, não regulava bem, com o juízo alterado por tantas leituras, pois que o rapaz só vivia entregue aos livros. Quando começou a escrever nos jornais foi um Deus nos acuda, com as suas tremendas catilinárias contra a escravidão da raça negra e contra o trono, verdadeiro sacrilégio de horrorizar os seus parentes e conterrâneos, alguns dos quais comiserados com o rumo tomado pelo jovem, previam o seu fim certo na cadeia ou num hospício ... (NASCIMENTO JUNIOR, 1951, p.3)

4.2.1 – Seminário Episcopal do Paraná e Círculo Católico Paranaense

Em carta a seu amigo Rocha Pombo, datada de 9 de julho de 1892, Correia Defreitas apoia a criação pelo sacerdote João Evangelista Braga de um Seminário Episcopal ou Instituto de Educação e Ensino do Paraná nos moldes do que ele conheceu em São Paulo. Era necessário um espaço físico para a construção desse seminário que se dedicaria não apenas à formação dos seminaristas, mas de colegiais dos dois sexos que quisessem se preparar para outra carreira que não a

religiosa. Aponta a falta de uma instituição como essa no Paraná e que contava com o apoio de Rocha Pombo para iniciar a campanha a favor da criação dessa instituição, solicitando da intendência municipal a doação do terreno e a contribuição de cada pai de família que estivesse preocupado com a formação de seus filhos (Diário do Commercio, 18/07/1892). A Diocese de Curitiba foi criada pelo Papa Leão XIII, a 27 de abril de 1892, com a bula "AD UNIVERSAS ORBIS ECCLESIAS. O clero no Paraná era composto nessa época de 47 sacerdotes, a maioria estrangeiros: 15 italianos, 15 poloneses, 7 brasileiros, 5 franceses, 3 alemães e 2 capuchinhos. Não possuía nenhuma escola católica ou religiosa. A Bula da criação da Diocese de Curitiba recomendava que se constituísse o Seminário Episcopal para *"formar presbíteros probos, doutos, úteis e necessários à Diocese e rejeitados os indignos ou incapazes; que se agisse com todo desempenho na formação da juventude para a esperança e incremento da Igreja com o ensino religioso em todas as escolas públicas e particulares, que fossem celebrados sínodos diocesanos e que os Bispos tivessem comunicação livre à Santa Sé Apostólica"*. A Diocese de Curitiba foi instalada a 30 de setembro de 1894, com a posse de seu primeiro Bispo, Dom José de Camargo Barros[529] que fundou escolas, igrejas, capelas e associações religiosas e tinha grande preocupação com a formação de sacerdotes[530]. O Seminário Episcopal foi fundado dia 19 de março de 1896. Somente a partir de 1905 começou a receber alunos externos e em 1915 tornou-se um colégio aberto a todos, sendo internato. Os seminaristas viviam separados, tendo em comum somente as aulas. Não se tem registro que as turmas tenham sido mistas como propôs Manoel (FEDALTO, 2014).

Em 30 de março de 1902 é fundado em Curitiba o Círculo Católico Paranaense e seu sobrinho, o padre Lamartine Correia de Miranda, fez parte do grupo que participou da solenidade da instalação juntamente com Dom José de Camargo Barros, primeiro Bispo Diocesano de Curitiba, Monsenhor Alberto José Gonçalves, Cônego Celso Itiberê da Cunha, Padre Francisco Auling, Padre Desidério Deschand, Padre Salvador Zorgna e muitas famílias (A Estrella, 02/04/1902; 06/04/1902; 20/04/1902). O Círculo Católico Paranaense foi o

[529] Ver nota 281 sobre Dom José de Camargo Barros.

[530] Consultar **Diocese de Curitiba, 1892 – 1992, 100 anos.** Disponível em http://arquidiocesedecuritiba.org.br/. Acesso 29.janeiro.2017.

precursor do Círculo de Estudos Bandeirantes que foi fundado em 1929. Teve sede, quadro social, diretoria e promovia eventos cívico-religiosos que lembravam datas nacionais. Entre os associados estavam advogados, militares e professores. O reitor do Seminário Episcopal, Padre Desidério Deschand, exerceu a presidência do Círculo Católico por diversas vezes. A Diretoria do Círculo Católico Paranaense, no ano de 1903, era assim constituída: Presidente: Augusto d'Assis Teixeira. Vice-Presidente: João Tobias Pinto Rebello. Tesoureiro: Manoel José Gonçalves. Primeiro Secretário: Benedicto Nicolau dos Santos. Segundo Secretário: João Enéas de Sá Sotto Maior. Primeiro Orador: Affonso Augusto Teixeira de Freitas. Segundo Orador: Júlio A. Rodrigues (A Estrella, 16/03/1903). Surgiu como um projeto que visava congregar o laicato intelectual católico, à luz da romanização da igreja brasileira e dispor de espaço próprio, para aprofundar o debate intelectual da filosofia e da teologia católica[531]. Entre os conferencistas, a instituição contou, além de Manoel Correia Defreitas, com Monsenhor Alberto José Gonçalves, Padre José Jordão, Cônego João Evangelista Braga, Padre João Borges Quintão, Padre José Venâncio, Padre Desidério Deschand, reitor do Seminário Diocesano, Alcides Munhoz, Luiz Pereira, Affonso Augusto Teixeira de Freitas e Francisco Machado da Cunha (FERRARINI, 2011). Não foi localizado o tema e nem a data da conferência realizada por Manoel para os membros do círculo, mas o fato dele ter sido chamado vai demostrando como ele circulava nas diferentes redes de sociabilidade da sua época.

4.2.2 – Positivismo e a bandeira paranaense

Manoel Correia Defreitas era propenso ao Positivismo de Auguste Comte, cuja influência era predominante na maioria dos militares e civis do movimento republicano. Nascimento Junior (1951) aponta que Manoel não chegava a

[531] CAVALIN, Rui. **O anticlericalismo e o Círculo Bandeirantes**. Curitiba: APL, 2012.

pertencer a igreja positivista como Miguel de Lemos[532] e Teixeira de Mendes[533], mas com ela simpatizava. A interferência dessa doutrina no novo regime percebe-se na adoção dos símbolos nacionais. A primeira bandeira republicana paranaense adotada foi proposta por Manoel Correia Defreitas e trazia a inscrição "Ordem e Progresso", assim como o pavilhão nacional, de influência positivista: o amor por princípio, a ordem por base e o progresso por fim (BAHLS, 2007). Ele apresentou sua proposta de bandeira para o estado do Paraná dia 3 de julho de 1891 na 23ª Sessão Ordinária do Congresso Legislativo do Paraná, mas seu projeto foi recusado[534]. Então, em 20 de julho de 1891, ele realizou uma assembleia popular que reuniu cerca de 2 mil pessoas no Passeio Público, em Curitiba, e contou com delegações de Ponta Grossa e Paranaguá que apoiavam seu projeto de bandeira. A intenção dessa festa era popularizar a bandeira sugerida por Correia Defreitas, a qual teve grande aceitação popular, tanto que as fitas com as três cores propostas no pavilhão (branco, azul e verde) se esgotaram nas lojas da cidade, pois a população as comprou para fazer laçarotes e usá-los em sinal de apoio ao seu projeto (A República, 21/07/1891).

A proposta de Correia Defreitas foi aprovada e oficializada pelo Decreto Nº 8 de 9 de janeiro de 1892[535], assinado pela Junta do Governo Provisório constituída pelo Coronel Roberto Ferreira, Joaquim Monteiro de Carvalho e Silva e por Bento Lamenha Lins[536]. Essa bandeira foi referendada pelo artigo 12 das Disposições Transitórias da segunda Constituição Estadual promulgada em 7 de abril de 1892,

---

[532] Miguel Lemos (1854-1917) estudou na Escola Politécnica do Rio de Janeiro e, nessa época, aderiu ao positivismo. Juntamente com Teixeira Mendes e Benjamin Constant fundou, em 1876, a Sociedade Positivista Brasileira, a primeira do Brasil. Fonte: VALENTIM, Oséias Faustino. **O Brasil e o Positivismo**. RJ: Publit, 2010.

[533] Raimundo Teixeira Mendes (1855-1927) foi filósofo e matemático, autor da bandeira nacional republicana. Era cunhado de Miguel Lemos. Fonte: VALENTIM, Oséias Faustino. **O Brasil e o Positivismo**. RJ: Publit, 2010.

[534] Apresenta como cidadão e não mais como deputado estadual pois ele havia renunciado dia 3 de julho de 1891 ao mandato como deputado estadual.

[535] Ver Anexo 12 - Decreto Estadual do Paraná Nº 8 de 9 de janeiro de 1892 estabelecendo a primeira bandeira republicana paranaense. Consultar RIBEIRO, Clovis. **Brazão e bandeiras do Brazil**. SP: Editora Limitada, 1933

[536] Ver Anexo 13 - Telegrama de Bento Lamenha Lins e Carvalho de Mendonça para Manoel Correia Defreitas parabenizando-o pelo decreto assinado adotando seu projeto de bandeira (Curitiba, 9 de janeiro de 1892).

onde se lê *"continua como símbolo da pátria paranaense o pavilhão aceito e decretado pela ex-junta do governo provisório do Estado em 9 de janeiro de 1892"* (STRAUBE, 1987, p.16).

No dia seguinte a assinatura do decreto houve uma festa no Passeio Público[537] para a apresentação oficial do pavilhão paranaense. O desenho era do artista plástico Paulo D'Assumpção[538] e consistia em um paralelogramo verde, cortado por uma faixa branca, oblíqua, tendo no centro uma esfera azul. Na esfera havia a divisa positivista ORDEM E PROGRESSO, indicações da localização do Paraná pela linha zodiacal e a constelação do Cruzeiro do Sul. Completando o círculo, um barrete frígio vermelho, símbolo revolucionário republicano. Contornando a esfera um ramo de araucária e outro de erva-mate (figura 148).

[537] Ver Anexo 14 - Outro telegrama para Manoel Correia Defreitas parabenizando-o pelo decreto assinado adotando seu projeto de bandeira e o convidando para o festival que foi realizado no Passeio Público dia 10 de janeiro de 1892 apresentando a bandeira ao povo paranaense (Curitiba, 9 de janeiro de 1892).

[538] Paulo Ildefonso d'Assumpção (1868-1928) iniciou sua formação na Escola de Artes Industriais do Paraná, dirigida por Mariano Lima, em 1886. Logo após um semestre de estudos, transferiu-se para o Rio de Janeiro onde cursou engenharia na Escola Politécnica. No ano seguinte, como bolsista do governo paranaense, frequentou a Escola Imperial de Belas Artes. Em 1888 foi professor de desenho do Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro. Diplomou-se em 1889 em Escultura e História da Arte. Foi professor de escultura na Escola de Artes e Indústrias do Paraná. Criou e dirigiu o Conservatório de Artes no ano de 1894. Foi professor de diversas áreas no Ginásio Paranaense e Escola Normal. Ocupou uma série importante de cargos públicos: Comissário de Polícia em 1900, Chefe de gabinete do presidente de Estado – Vicente Machado – em 1904, Chefe de gabinete de secretário do interior de Luis Xavier em 1908, Diretor da Repartição de Estatística do Arquivo Público em 1909. Desempenhou atividades de inventor de máquinas de beneficiamento de mate e invenções de peças para veículos de navegação fluvial (A República, 28/10/1918 e 14/03/1921). Foi crítico de Artes no jornal A República e presidente do Centro Artísitico do Paraná, em 1913. Foi diretor da Escola de Aprendizes Artífices do Paraná desde a sua fundação em 1909 até o ano de seu falecimento em 1928 (a sua história se confunde em grande parte com a dessa instituição). Com essa diversidade de atividades, Paulo d'Assumpção possuía bom trânsito político, tanto por ser membro do Partido Republicano, como por ser irmão de Pamphilo d'Assumpção (advogado, presidente da Associação Comercial do Paraná de 1909 a 1913, e de 1927 a 1931) como pelo preparo técnico, tudo isso garantia a ele grande apoio dos principais setores políticos e econômicos do Estado (MONTEIRO, 2012; LEITE, 2010).



Figura 148 – 1ª Bandeira do Paraná de 1892 a 1905
Proposta de Manoel Correia Defreitas, desenho de Paulo D'Assumpção.
Fonte: www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/.../Ano_1948_MFN_1126.pdf. Acesso 19.março.2014.

Silveira Netto[539] em artigo da Revista do Club Curitybano de 31 de julho de 1891 aponta que *"a bandeira faz honra a quem a ideou, revelando nela gosto fino e delicado. Agrada-nos inteiramente".* Finaliza louvando a intenção *"desse vulto paranaense [Correia Defreitas] ... e do seu companheiro, autor da bandeira, o simpático artista plástico Paulo d'Assumpção moço caracterizado pelo talento e pela energia de vontade"*[540].

Romário Martins em 1905 apresenta um projeto de lei modificando à primeira bandeira republicana paranaense proposta por Correia Defreitas. A inscrição "Ordem e progresso" é substituída por "Paraná". É retirado o barrete frígio e adicionado a banda em arco. Vicente Machado aprovou a nova bandeira através da Lei Nº 592 de 24 de março de 1905. A primeira bandeira foi modificada por

[539] Manoel de Azevedo da Silveira Netto (1872-1942) poeta simbolista paranaense.

[540] Ver também LESSA, Pereira. **Bandeiras republicanas catarinenses**. Ilustração Brasileira. Ano VIII, Nº 88, Dezembro de 1927.

“provocação popular” nos comícios Pró-integridade territorial do estado[541], em 1904, e assim, adotada oficialmente pelo decreto legislativo do referido ano (Diário do Paraná, 29/03/1947) (figura 149).



Figura 149 - 2ª bandeira do Paraná de 1905 a 1923 (proposta Romário Martins)
Fonte: HAJAR, 2004, p. 13

Em 1923 o então governador do Paraná Caetano Munhoz da Rocha solicita à Assembleia Legislativa a revogação do artigo constitucional que prevê os pavilhões no Paraná e é atendido através da Lei Nº 2182 de 15 de março de 1923. Com a Revolução de 1930, Getúlio Vargas adota uma só bandeira, a nacional, ato reafirmado na Constituição Federal de 1934 e na Constituição Estadual de 1935. Somente em 1947, através do Decreto-Lei Nº 2457 de 31 de março, Moyses Lupion restabelece os símbolos estaduais, prevendo o mesmo pavilhão da época da extinção em 1923, mas percebe-se que a bandeira foi modificada (figura 150). A Constituição Estadual de 1947 mantém os símbolos, bem como as constituições estaduais de 1967, 1970 e 1989.

[541] Referência à questão de limites entre os estados do Paraná e de Santa Catarina.



Figura 150 - 3ª bandeira do Paraná, a partir de 1947
Fonte: HAJAR, 2004, p. 14

Em 1990 é realizada um estudo dos pavilhões estaduais. Algumas modificações e correções heráldicas são feitas na bandeira do Paraná. Mas a lei complementar[542] que reformulou as bandeiras estaduais foi considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal e voltaram a ser utilizados os desenhos de 1947, não sendo adotada a quarta bandeira (STRAUBE, 2002).

4.2.3 – Leituras de Manoel

Conforme já apontado, Correia Defreitas não obteve diploma de curso superior, mas era um autodidata e lia sobre todos os assuntos. Seus longos discursos proferidos na tribuna da Câmara dos Deputados vem justamente dessa

[542] Consultar Decreto Nº 5713 de 27 de maio de 2002 e sítios http://www.tribunapr.com.br/noticias/politica/bandeira-volta-a-ter-simbolos-originais/ e http://www.tribunapr.com.br/noticias/parana/decreto-traz-de-volta-erros-na-bandeira-do-parana/. Acesso 13.novembro.2016.

vasta “cultura enciclopédica” que possuía e o permitia falar de tudo. Leôncio Correia, em 1881, com 16 anos, passa uma noite na chácara em que Manoel morava com suas duas irmãs solteiras Francisca e Escolástica, lá pelos lados do cemitério de Curitiba. Fala da excelente biblioteca que ele possuía. Leôncio escolheu a obra “História da Revolução Francesa”, de Jules Michelet[543], constante na biblioteca de Correia Defreitas para ler (Correio da Manhã, 16/01/1945). É a obra mais clássica sobre a Revolução Francesa, que foi escrita entre 1846 e 1853. Jules Michelet foi um dos primeiros historiadores a se interessar por temas da vida cotidiana, que até então eram considerados menores, indignos da narração histórica e sua obra não se concentra nos grandes personagens ilustres, mas numa personagem coletiva, anônima: o povo. Outra obra clássica presente na sua biblioteca era Ferrabrás de Alexandria, personagem de ficção, descrito como um cavaleiro sarraceno com a estatura de um gigante que enfrenta os paladinos de Carlos Magno antes de converter-se ao Cristianismo. A personagem apareceu inicialmente numa canção de gesta medieval do século XII e depois em várias outras obras, desde poemas épicos do renascimento até a literatura de cordel e os autos populares.

A leitura sobre a história francesa o fazia identificar a monarquia com o antigo regime. Fazia várias referências à França revolucionária e ao período da Convenção. O referencial era a república da intervenção direta do povo no governo, a república dos clubes populares, das grandes manifestações, das grandes ideias mobilizadoras do entusiasmo coletivo, da liberdade, da igualdade, dos direitos universais do cidadão (CARVALHO, 2004). Nas comemorações do 1º centenário da revolução francesa, dia 14 de julho de 1889 realizou conferência no Rio de Janeiro onde falou de Voltaire[544], de Mirabeau[545] e a proclamação dos

[543] Jules Michelet (1798-1874) foi filósofo e historiador francês.

[544] François Marie Arouet, mais conhecido como Voltaire (1694-1778) conhecido pela sua defesa das liberdades civis, inclusive liberdade religiosa e livre comércio, é uma dentre as muitas figuras do Iluminismo cujas obras e ideias influenciaram pensadores importantes tanto da Revolução Francesa quanto da Americana. Era um defensor aberto da reforma social apesar das rígidas leis de censura e severas punições para quem as quebrasse. Criticava a Igreja Católica e as instituições francesas do seu tempo. Disponível em https://global.britannica.com/biography/Françpois-maria-Arouet-Voltaire. Acesso 29.janeiro.2017.

[545] Honoré Gabriel Riqueti, conde de Mirabeau, (1749-1791) destacado ativista e teórico da Revolução Francesa, fez parte do Clube dos Trinta e destacando-se pela sua retórica apaixonada e convincente, tanto oral como escrita. Teve um papel relevante na Revolução

direitos humanos. Das atitudes de Luiz XVI e Maria Antonieta que não se indignaram com a miséria do povo francês. Com relação à questão da liberdade confiscada, cita o inglês William Blackstone[546] que comparou a França com a Turquia na completa ausência de liberdade pública e Arthur Young[547] que falava que o povo francês era mais profundo que o irlandês. Conclui que enquanto a França comemorava o centenário dessa libertação, o Brasil ainda estava submetido ao sangue dos Bragança. Somente *"os cegos não viam a estrada da liberdade e mais cedo do que se pensa seria fundada a República Democrática Federalista Brasileira. Era continuar a marcha para antes de 1892 estabelecer a Bastilha de São Cristóvão como na Bastilha de Paris, um baile popular"* (Manoel Correia Defreitas, A Platea, 14/07/1889).

Correia Defreitas leu Joseph Ernest Renan (1832-1892), historiador, filósofo, filólogo e escritor francês. Autor gnóstico, sem fé e crente no futuro da ciência que começou a estudar de forma científica as origens das religiões. Em 1862, assumiu a cátedra de hebraico no Colégio de França, mas foi destituído por insistir em falar em Cristo como um "homem incomparável" em vez de "Filho de Deus". Como amigo pessoal de Correia Defreitas, Nascimento Junior (1951) comenta que sempre tentou, mas nunca conseguiu saber a opinião que ele tinha sobre a figura de Jesus Cristo, uma vez que *"lera toda a obra de Renan"* e se declarava ateu, porém considerava a Bíblia o resumo de toda sabedoria antiga em Direito, Higiene, Filosofia e outras áreas da ciência, além de tratar dos povos da antiguidade.

Francesa, durante a fase inicial da qual foi um dos moderados que pretendia a transição para uma monarquia constitucional. A sua morte foi um dos fatores que precipitou a queda da monarquia francesa. Disponível em https://global.britannica.com/biography/Honore-Gabriel-Riqueti-comte-de-Mirabeau. Acesso 29.janeiro.2017.

[546] William Blackstone (1723-1780), professor de Oxford, era considerado o melhor jurisconsulto da Inglaterra moderna. Apontado como jurista conservador escreveu Comentários sobre as leis da Inglaterra, inspirados em Montesquieu. Consultar SOARES, José Miguel Nanni. **Considérations sur la France de Joseph de Maistre**. SP: Mestrado em História USP, 2009.

[547] Arthur Young (1741-1820) escritor inglês nas áreas da agricultura, economia e estatística. Visitou a França pela primeira vez em 1787 e percorreu o país perto do início da Revolução Francesa, descreveu as condições em que viviam as pessoas e a forma como os acontecimentos se estavam se desenvolvendo deixando seus registros no livro "Travels in France". Consultar MOREIRA, Nicolau Joaquim. **O Auxiliador da indústria nacional**. Volume XLIV. RJ: [s.l], 1876.

Em discurso na Câmara dos Deputados na sessão do dia 9 de outubro de 1911[548] quando tratava sobre a questão de limites entre o Paraná e Santa Catarina, Manoel cita Immanuel Kant para argumentar sobre o papel do Direito e a aplicação das leis em nossa sociedade. Segundo ele, para Kant havia duas leis imutáveis que regem o universo: a lei da gravitação (regula o movimento dos astros) e a grande lei da moral (que reside inata na consciência humana que é o direito, a verdade e a justiça). No caso da questão dos limites, Manoel era a favor de que o caso fosse resolvido pelo poder legislativo, mas o processo estava sendo julgado pelo Supremo Tribunal Federal e para ele o poder judiciário não deveria se ocupar desse caso. Em 1904, o STF manifestou-se oficialmente a favor de Santa Catarina, decisão confirmada em 1909 e ratificada em 1910, determinando que os paranaenses entregassem a administração das terras aos catarinenses. O governo do Paraná apoiado pela população, rebelou-se e não acatou a decisão, o que gerou um impasse jurídico-administativo no país. Nesse discurso Correia Defreitas argumenta que o Paraná aceitaria de "boa vontade" a decisão se tivesse sido dada pela tribuna da Câmara dos Deputados, o poder competente e não acataria essa decisão dada "por uma pessoa só" (no caso um juiz). Continua argumentando que as escolas de direito estavam formando sofistas, *"doutores da lei que se deliciam mais em fazer praça de seu saber jurídico no sentido de dar-se às leis a interpretação que mais lhes convém do que em interpretarem a lei tal qual como ela se acha em sua letra e espírito fazendo do preto branco e do branco preto, segundo a gíria popular"* (Manoel Correia Defreitas, Diário de Notícias, 09/10/1911). Para ele os membros do poder judiciário não estavam mais seguindo a lei como ela estava colocada nos códigos brasileiros, por mais claro que fossem seus textos, mas seguiam aquilo que o advogado ou o juiz queriam interpretar, assim considerava o Direito inseguro, pois a ordem havia sido subvertida e o direito não era mais a expressão de fundo moral de um povo, mas estava flutuando à mercê dos interesses e dos caprichos dos homens, dos juízes e dos poderes públicos[549].

[548] Diário de Notícias, 09/10/1911.

[549] Mais de um século depois ainda presenciamos várias situações em que a argumentação e queixa de Manoel Correia Defreitas sobre a atuação do poder judiciário permanece igual em nossa sociedade, e escolhendo outra "gíria popular" para ilustrar os exemplos atuais: "o pau que bate em Chico, não bate em Francisco". Vide o caso das nomeações de Lula e de Moreira Franco para a função de ministro; o caso das delações premiadas da Operação Lava-Jato que são consideradas e as que não são; o motivo para a admissibilidade do processo de impeachment contra a ex-presidente Dilma Roussef, etc. O que Correia Defreitas denunciava era que não havia a

Portanto, deveria se seguir a ideia de Kant para quem havia duas leis imutáveis no universo e em uma delas estava o Direito. Para Kant, o direito natural básico do ser humano é a liberdade. Todos os outros direitos naturais, tais como igualdade e propriedade, derivam dela. Não há direito natural como regra tirada da natureza. O direito positivo não encontra seu fundamento de validade última em si mesmo ou no arbítrio do legislador, mas na razão, ou em última palavra, na liberdade, o único direito natural. O que legitima a atividade do legislador é justamente a sua obediência ao direito natural do homem, à liberdade.

Em suas conferências citava constantemente Alphonse de Lamartine (1790-1869)[550], escritor, poeta e político francês para justificar o amor inato que sentimos pelo lugar em que nascemos (A Lucta, 06/10/1907).

A sua erudição era demonstrada em suas conferências onde procurava externar suas ideias a respeito da sociedade. Começava falando da origem e da evolução da sociedade, das organizações pré-históricas, do desabrochar do sentimento religioso no homem primitivo, da instituição da família e das formações das tribos nos primórdios da humanidade. Falava dos homens que se sacrificaram em defesa dos seus ideais socialistas, desde Jesus Cristo, *"o protótipo da abnegação, verdadeiro revolucionário do seu tempo"*, até os modernos realizadores. Apresentava as várias teorias sociais explanando suas diferenças e seus pontos em comuns, como o socialismo (de Estado, católico e positivista), anarquismo, coletivismo e comunismo. Mostrava que o marxismo russo era a ultra expressão dessas teorias possuindo exageros na prática que estava tendo (referência à revolução bolchevique de 1917). A massa do povo russo não estava preparada para compreender um sistema social que exige núcleos mais perfeitos e mais cultos. A ditadura do proletariado segundo o regime dos soviets não era organização estável para as condições do povo russo e deveria ser estudada como uma interessante tentativa prática da implantação de um sistema socialista e

imparcialidade do judiciário no caso do julgamento da questão de limites entre o Paraná e Santa Catarina. O que vemos atualmente em nossa sociedade são denúncias do mesmo teor da de Correia Defreitas que demonstram que a imagem da mulher vendada que não pende a balança de acordo com nenhum outro interesse a não ser desvendar a verdade e fazer a 'justiça' não se aplica mais em muitos casos. A neutralidade da Justiça é um mito, pois todos os exemplos citados possuem nítidos interesses políticos.

[550] Disponível em http://www.academie-francaise.fr/les-immortels/alphonse-de-lamartine. Acesso 23.dezembro.2015.

remonta alguns dos principais pensadores que fizeram uso desse mesmo ideal como Louis Antoine Léon Marx, Pierre-Joseph Proudhon, Liev Tolstoi, Pierre Kropotkine, Gapoui, Máximo Gorki, Errico Malatesta, Elisée Reclus, Gabriel Faure, Benoit Malon, Francisco Ferrer, Jean Jaurés, Bember, Karl Liebknecht, Rosa de Luxemburgo, Kurt Eisner, Louise Michel, Emile Vandervelde, Scheldmann, Hase, Adler, Renner, Albert Thomas, Bella Khun, Leon Trotsky, Edward Titcherin, Vladimir Lenin, Makowsky e tantos outros.

Na conferência realizada no Grêmio Republicano Português em 1919 comparou o bolchevismo russo com o praticado na Hungria e na Baviera que ali criou raízes profundas devido a atuação de Kurt Elsner, *"o verdadeiro fundador da revolução alemã"* (O Paiz, 26/06/1919). Correia Defreitas considerava praticável o socialismo coletivista e podemos perceber nele uma visão evolucionista. Desde o ano de 1887 ele começa sua pregação a favor do socialismo no Brasil, quando proferiu uma palestra no Clube Tiradentes/RJ em presença dos republicanos históricos Quintino Bocaiúva, Saldanha Marinho, Aristides Lobo, Ubaldino do Amaral e outros. Ao mesmo tempo em que pregava os ideais republicanos, preconizava também os ideais socialistas podendo ser considerado um dos precursores do socialismo no Brasil pregando suas ideias sobre a escola, alfabetização, idosos, crianças, mulheres, trabalho, combate ao alcoolismo, etc.

Correia Defreitas acha que o trabalho, que era considerado como castigo, deveria ao contrário, ser estimulado e premiado, fazendo-se no regime coletivista uma distribuição equitativa de recompensa. Mostrava a necessidade de assistência aos idosos e as crianças. Quanto à mulher, achava que deveria ser equiparada ao homem, fundando-se o matrimônio em bases racionais, sem prejudicar a superioridade do afeto em benefícios das explorações de casamento. Em 1918 Correia Defreitas parabeniza Nilo Peçanha, na época Ministro das Relações Exteriores do governo de Wenceslau Brás, por ter nomeado Maria José de Castro Rebelo Mendes como a terceira oficial da Secretaria de Estado do Ministério das Relações Exteriores do seu governo (figura 151). Ela foi a primeira mulher no Brasil que obteve o direito de participar de um concurso oficial para o preenchimento de um cargo público de secretaria de Estado (O Paiz, 17/10/1918. Jornal do Commercio, 31/08/1918). Realizou o concurso e foi aprovada em primeiro lugar

sendo a primeira mulher a ocupar um cargo no Itamaraty[551]. Maria José é um exemplo do rompimento das mulheres com a esfera doméstica e o seu destaque na vida pública.



A burocracia para as mulheres

O Sr. Correia Defreitas, enviou ao Dr. Nilo Peçanha, pela nomeação de D. Maria Mendes, para a secretaria das relações exteriores, o seguinte telegramma:

"Sinto-me bem toda vez que os acontecimentos provocam as minhas expansões, externando-me sempre com a maxima franqueza, de conformidade com meu caracter.

O acto nomeação de D. Maria Mendes para a secretaria desse departamento, convenceu-me de que o velho correligionario não esqueco, na acção governamental, a coherencia decorrente dos sãos principios democratico-republicanos, mesmo na conjunctura de romper com as barreiras de arraigados preconceitos e de velharias inconciliaveis com a logica e com a razão.

Com muita felicidade argumentastes que "se a mulher póde exercer supremacia governos nações, como impedida desempenhar outras funcções?"

De passagem, recordarei a these desenvolvida em minhas conferencias no Club Tiradentes, em 1888, em presença dos saudosos e venerandos chefes republicanos Saldanha Marinho, Bocayuva, Aristides Lobo e outros muitos: "A mulher deve ser emancipada a exercer quaesquer cargos, uma vez habilitada, desde que ella se considere capaz de bem preencher as funcções e que não se julgue incompativel com a natureza do seu sexo."

Estou certo de que não está longe o dia em que todos os odiosos privilegios, imposições, convenções e escabrosos preconceitos irão, um a um, sendo derrocados, de accordo com o espirito da sociedade contemporanea e pela exacta concepção do direito moderno.

Aceital, pois, as minhas calorosas congratulações. Affectuoso abraço do etc."

Figura 151 – Nomeação Maria Mendes para o Itamaraty
Fonte: O Paiz, 17/10/1918

[551] Consultar BERNARDES, Maria Elena. **Tensões e desafios do feminino nos consagrados espaços masculinos**. Florianópolis: Anais do 10º Seminário Internacional Fazendo Gênero, 2013.

Com a nomeação de Maria José, Correia Defreitas via a aplicação de um verdadeiro princípio democrático-republicano que rompia com as barreiras do arraigado preconceito inconciliável com a razão; afinal se as mulheres podem exercer a supremacia em algumas formas de governo como imperatrizes e rainhas, por que estariam impedidas de desempenhar outras funções? Desde a sua conferência no Clube Tiradentes em 14 de julho de 1888, Correia Defreitas pregava *"que a mulher deve ser emancipada a exercer qualquer cargo, uma vez habilitada, desde que ela se considere capaz de bem preencher as funções e que não se julgue incompatível com a natureza de seu sexo"*. Ele estava certo de que os privilégios, preconceitos e imposições desapareceriam à medida que a sociedade contemporânea fosse adotando os princípios do direito moderno. Correia Defreitas era a favor da emancipação da mulher porque ele via que a missão dela na sociedade influenciava o futuro da humanidade, uma vez que era ela que tinha a missão de educar os filhos, ou seja, era ela quem poderia moldar os cérebros dos futuros cidadãos para o amor à família, a pátria e a humanidade (A Lucta, 06/10/1907). Ainda não desvinculava sua visão da missão da mulher com a maternidade e o lugar central que ela ocupava nos alicerces da moral familiar e social. A "nova mulher" deveria ser educada para desempenhar o papel de mãe e de educadora dos filhos de acordo com os princípios da sociedade republicana. A educação passava a ter um papel central na formação da mulher, pois ela tinha que ajudar na implantação do ideal de "ordem e progresso". Evidentemente que essa visão de mulher emancipada que Correia Defreitas pregava atingiria somente as famílias brancas que se inscreviam nos quadros da urbanização e tinham acesso ao ensino. Considerando o conjunto da sociedade brasileira, os setores populares e excluídos ainda ficariam de lado, enquanto a sua outra bandeira de luta não fosse efetivada, a saber: a instrução pública e gratuita e o combate ao analfabetismo.

Quando falava da emancipação da mulher não estava pregando a feminilização da política, mas a politização e participação das mulheres através do voto. A mulher tinha que ser educada para escapar da prostituição e da miséria, ir além da ação doméstica. Por outro lado, reforçava os papéis vigentes da família patriarcal, pois queria a mulher livre e igual ao homem, justamente porque a adorava como mãe e esposa e a desejava como companheira na luta pela vida. Ou

seja, o pensamento oscilava entre concepções progressistas e ideias conservadoras no que diz respeito ao papel da mulher. Por exemplo, em declaração ao periódico Diário da Tarde de 6 de março de 1919 referente ao combate ao alcoolismo era de acordo que fosse proibida a venda do álcool para as mulheres e as crianças, ou seja, nutria uma visão infantilizada da mulher. Já no jornal Commercio do Paraná de 19 de julho de 1923 fala sobre o feminismo e na chamada do artigo está que “censura o sexo feio (homens), elogia o sexo belo (as mulheres) e ridiculariza o sexo neutro (os almofadinhas[552])”. Mostrou-se adepto das reivindicações das mulheres louvando suas ações no terreno das competições com o sexo forte (masculino). Declarou que os homens não podiam excluir a mulher sistematicamente porque não tinham eles o direito de se alvorar em juízes, suspeitos que eram por serem homens também, por pertencer ao sexo usufruidor das regalias reclamadas até agora pelo sexo frágil (mulheres), na vida nacional. Lembrou que vem externando esse pensamento desde 1887 e ridiculariza os almofadinhas que queriam excluir as mulheres aptas e inteligentes e, como era peculiar de sua personalidade, termina alfinetando com ferina ironia declarando:

> O evangelho dos almofadinhas compõe-se de quatro mandamentos: 1º - eu não sou de ferro. 2º - não dar muros em facas de ponta. 3º - isto não é meio de morte e sim meio de vida. 4º - quem vier atrás que feche a porta. (Manoel Correia Defreitas, Commercio do Paraná, 19/07/1923).

Correia Defreitas combatia o analfabetismo e o alcoolismo com grande veemência, *“os dois maiores inimigos da humanidade, da civilização, especialmente do operário de quiça muito maior inimigo do que o capitalista”*. Essas eram as principais ideias que fizeram com que Manoel Correia Defreitas fosse considerado socialista. Suas ideias só poderiam ser aplicadas em uma sociedade inteiramente reeducada, culta, que tivesse consciência dos problemas sociais em seus complexos aspectos e não numa sociedade onde 70% da população era analfabeta como a brasileira da década de 1910. Essa é a pior das ditaduras, a ditadura da ignorância, o predomínio da massa ignorante e rústica. Ao

[552] Pessoa que tenta andar e se basear em um padrão de comportamento aceitável, que se preocupa muito em aparentar uma figura modelo dentro dos moldes mais conservadores possíveis e "aceitáveis" possíveis. Geralmente traz consigo preconceitos, pilhéria e arrogância. Geralmente tal comportamento é resultado de um status econômico adquirido. Não possui muito trato social, não conseguindo se relacionar com pessoas mais espontâneas e autênticas e acaba sempre ficando dentro do mesmo grupo.

ler a obra de Tobias Monteiro[553] "Funcionários e doutores"[554] Correia Defreitas conclui que *"pregar o socialismo entre ignorantes é o mesmo que semear em terra árida"*. Monteiro demonstra que, da receita pública da União, 600 mil contos, aproximadamente, eram empregados no custeio do aparelho burocrático e técnico do exército e da armada, do luxuoso corpo diplomático e não se destinava mais do que 15% da renda na aplicação eficaz em benefício da coletividade. E complementava indicando que o que acontecia com o erário federal também se dava nos níveis estaduais e municipais. Correia Defreitas, desde seus tempos como deputado, denunciava essa anormalidade financeira e administrativa[555] e apontava que a causa estava justamente na ignorância e no analfabetismo da população. Uma vez essa instruída, ela iria adquirir consciência e ver que esse estado de coisas teria que mudar passando a exigir uma nova organização social e a administração tenderia a sair das mãos de "minorias politiqueiras parasitárias" e passaria para profissionais conscientes que estavam sob a vigilância do povo. Percebe-se a visão evolucionista que Correia Defreitas tinha da sociedade: tinha que obedecer a sua marcha, pois implantar o socialismo em uma sociedade mal preparada seria precipitar os acontecimentos. Teria que se subir degrau por degrau iniciando pela instrução das camadas menos favorecidas. Os operários tinham que exigir escolas, melhorias, reivindicar de seus representantes eleitos pelo voto consciente esses avanços. As organizações de classe deveriam utilizar seus meios de luta como a greve pacífica. Assim valorizava a instrução e o peso do voto e recorda um aspecto observado quando de sua viagem no ano de 1914 para os países platinos, citando o caso argentino: na capital Buenos Aires onde a instrução era mais acessível e o índice de analfabetos menor o partido socialista tinha 10 deputados eleitos, e no interior onde ainda havia analfabetos não se elegeu nenhum representante desse partido (Diário da Tarde, 24/03/1928).

---

[553] Tobias do Rego Monteiro (1866-1962) dedicou-se ao jornalismo; tornou-se "expert" em economia e finanças. Foi oficial de Gabinete do Ministro da Fazenda Rui Barbosa (1889-1891) e Senador da República, pelo Rio Grande do Norte (1921-1923).

[554] MONTEIRO, Tobias. **Funcionários e doutores**. RJ: Francisco Alves Editora, 1917.

[555] Podemos citar vários exemplos dessa anormalidade financeira e administrativa presente até hoje na sociedade brasileira: temos o judiciário mais caro e rico do mundo e também o mais moroso; temos o segundo legislativo mais caro do mundo (atrás apenas dos Estados Unidos). Apesar de bem pagos pela população, esta não tem acesso a serviços eficientes efetuados por qualquer um desses dois poderes, recebe muito pouco de volta.

Alguns periódicos chamavam Correia Defreitas de “sociólogo” visto que se manifestava e tinha opinião para todos os assuntos que afetavam a sociedade. Apontava que a política norte-americana foi orientadora das organizações democráticas de outras partes da América e cita como grandes apóstolos da liberdade americana Saint Martin, Belgramo, Simon Bolivar, Tiradentes, Higgins, Ractlif, Domingos Martins, José Bonifácio, Frei Caneca entre outros.

Correia Defreitas sempre manifestou intensa curiosidade intelectual. Pelas citações dos diferentes pensadores em suas falas era um “devorador de livros”, afoito por desvendar diferentes campos de conhecimento, voltando-se sobretudo para o estudo do socialismo. Assim, seus discursos criticavam a ordem estabelecida e procuravam identificar formas de combatê-la, por isso difundia seu projeto de sociedade socialista. Ele pertencia a uma minoria com linguagem articulada, que procurava falar em nome dos menos favorecidos: operários, mulheres, crianças, idosos e animais. Estava sintonizado com algumas das mais importantes correntes de pensamento da sua época como o evolucionismo, positivismo, anarquismo, espiritismo, socialismo alemão, italiano e francês, o que lhe permitiu uma percepção mais ampla sobre a sociedade em que vivia. Lutava pela transformação social incorporando linhas teóricas diferenciadas e acreditava na tomada do poder político pela via eleitoral. Analisando vemos que várias dessas correntes tinham pontos em comum, como o socialismo e o espiritismo que possuem perspectiva evolucionista (evolução das sociedades e do espírito) e a ideia de fraternidade (ajuda mútua).

4.2.4 – Literatura nacional

Na sessão da Câmara dos Deputados do dia 27 de outubro de 1911, Manoel criticou a falta de patriotismo presente nos livros Canãa, de Graça Aranha e América Latina de Manoel Bomfim (A Noite, 27/10/1911). Para Correia Defreitas ambos escritores consideram o brasileiro como uma raça inferior: Graça Aranha

dizendo que um simples trabalhador alemão sabia mais que um engenheiro brasileiro e Bomfim julgando que somos todos ignorantes.

Canãa, publicado em 1902, mesmo ano que Os Sertões de Euclides da Cunha, demonstra o empenho em retratar não apenas ficcionalmente, mas de modo documental, acontecimentos que revelam com nitidez o retrato do chamado Brasil profundo retratando o interior do Espírito Santo. Canãa é o poema das raças novas resultantes da miscigenação.

O livro de Graça Aranha, Canãa[556], é o primeiro romance ideológico brasileiro onde se discute o destino histórico do Brasil. O pólo central de Canaã são os debates entre dois colonos alemães, que se estabelecem no Espírito Santo: Milkau e Lentz. Milkau representa o otimismo, a confiança no futuro do Brasil e na força regeneradora do amor universal. Prega a integração harmônica de todos os povos na natureza-mãe, revelando um evolucionismo humanitário. Não se limita à defesa de ideias abstratas. Seu humanismo desdobra-se em ação quando passa a proteger Maria. Milkau foge, juntamente com Maria, em direção de outros horizontes, numa "corrida no infinito", em busca da luminosa Canaã, a Terra Prometida, "onde as feras não fossem homens", onde a vida não seja uma competição de ódios, mas uma conquista de amor.

Lentz é um adepto das teorias racistas tão vigentes na época em que o obra foi escrita. Para ele, os brasileiros, por serem mestiços, estão condenados à dominação por parte de raças "superiores". Profetiza a vitória dos arianos, enérgicos e dominadores, sobre o brasileiro fraco e indolente. Suas ideias deixam entrever o evolucionismo de Darwin. Para Lentz, renovar o Brasil, é cobri-lo com os corpos humanos da raça superior, pensando no dia que a Alemanha invadirá e conquistará aquela terra, uma demonstração representativa do colonialismo agressivo, ou seja, do imperialismo.

Os personagens discutem sobre as suas visões acerca da dominação alemã em cima das demais nacionalidades. Lentz, por exemplo, acredita fielmente nessa superioridade alemã, e acha que é uma questão de tempo para que eles dominem os mestiços. Ele chega a dizer que a mistura de etnias acaba gerando uma cultura inferior, cheia de mulatos que sempre serão escravos e estarão condenados a viver

[556] ARANHA, João Pereira da Graça. **Canãa**. RJ: Editora Nova Fronteira, 1981.

em meio à lutas e revoltas. Milkau, por sua vez, discordava do amigo. Este acreditava mais na humanidade, e enxergava que a fusão de etnias e nacionalidades consideradas avançadas com outras consideradas mais selvagens causaria um rejuvenescimento da civilização.

O livro de Manoel Bomfim é de 1905, "A América Latina: males de origem"[557], e é uma defesa da América Latina e de seu povo miscigenado e cuja mistura de raças era nomeada por alguns pensadores da época, a exemplo de Nina Rodrigues e Sílvio Romero, como sendo produtora de uma população degenerada e inferior a dos Estados Unidos e da Europa. Bomfim escreveu para refutar esse pensamento dominante a época de que a América Latina era atrasada devido à miscigenação e de que estava fadada ao fracasso. Sendo assim, ele escreve na contramão do pensamento dominante a época, era uma voz dissonante.

Correia Defreitas sobre o aspecto racial acompanhava a visão evolucionista dominante no início do século XX. Em discurso na Câmara dos Deputados do dia 20 de maio de 1913 declarou que era preciso *"imitar os processos superiores das raças escandinavas e saxônia, afim de que o Brasil progrida e se desenvolva".* Assim, esses dois autores querem discutir o tema central que dominava o pensamento social brasileiro nesse período que questionava o que era ser brasileiro eram considerados por ele como impatriotas e não deveriam ter suas obras lidas. Para Aranha e Bomfim, ser brasileiro era ser essencialmente um povo miscigenado e não deveríamos mais perder tempo tentando "embranquecer" esse povo, mas sim aceitarmos essa realidade e partir para outros meios de "aprimorar" nossa nação. Para Bomfim o caminho para esse aprimoramento era a educação, ponto em comum com Correia Defreitas que também a considerava como a forma de acesso à modernidade. O desafio era formar a nacionalidade e a cidadania num país de ex-escravos e de miscigenados que possuía (e possui) um racismo tradicional que justificou por mais de três séculos a dominação colonial escravista e nos legou um racismo estrutural e institucional que reifica e reforça velhos preconceitos de "barbárie e inumanidade" dos africanos e seus descendentes.

[557] BOMFIM, Manoel. **América Latina: males de origem**. SP: Editora Nacional, 2005.

4.2.5 – Instituto Histórico e Geográfico Paranaense e outros institutos

O Paraná foi uma das últimas províncias do império brasileiro a conquistar sua autonomia política, tendo na produção de erva mate, na extração de madeira e na criação de gado suas principais atividades econômicas e delas derivaram os principais grupos políticos do período. De sua separação da província de São Paulo, em 1853, até o fim da Primeira República, em 1930, o Paraná passou por um processo de consolidação de sua formação territorial, populacional e identitária. Com a maior parte do território coberta de mata virgem e grupos indígenas, uma das preocupações do grupo político dominante era o povoamento da região para que ela não voltasse aos domínios de São Paulo, Santa Catarina, ou até mesmo da vizinha Argentina.

Durante o período da Primeira República, o Brasil viveu um contexto político federativo que dava autonomia aos estados e possibilitava o desenvolvimento de movimentos regionais de afirmação identitária, um processo que se inicia em 1889 e termina em 1930. Para o estado do Paraná, tal período foi fundamental para que os grupos dominantes da sociedade local pudessem elaborar um projeto de estado e de destino coletivo para os grupos etnicamente heterogêneos que habitavam o território. Fomentadoras e legitimadoras desses projetos de passado e de futuro para a região, as instituições desenvolveram um papel importante nesse processo e dentre elas está o Instituto Histórico e Geographico Paranaense (IHGP), tanto pelos seus objetivos, seus membros e suas pesquisas, quanto pela representatividade de seu discurso, considerado pelos pensadores do período como científico, verdadeiro e incontestável e que procurava construir as bases para uma identidade paranaense e dar coesão para o grupo social que vivia no estado.

O IHGP está inserido no contexto de um regionalismo que se desenvolveu no Paraná na Primeira República, que buscou criar particularidades ao estado, inseridas a um projeto maior da nação brasileira. Inspirado no Instituto Histórico e Geographico Brazileiro, fundado em 1838, manteve intenso contato com a instituição nacional, compartilhando ideais, membros e pesquisas. Ambas as instituições tiveram inspiração no francês Institut Historique de Paris, fundado em

1834, de quem herdaram o projeto civilizador de desenvolvimento, de nação, de unidade nacional, e a inspiração positivista de progresso. No Paraná o IHGP teve a capital Curitiba como polo centralizador de informações sobre as diversas regiões do estado e, irradiador de uma identidade unitária aos seus grupos populacionais. Assim, a partir da capital, foi possível o controle físico e social do Paraná. Estas instituições foram fundadas com fins científicos e de maneira não governamental, ou seja, pensadas e constituídas a partir da sociedade civil. No entanto, no Brasil entre os séculos XIX e XX, os membros dos institutos eram parte do grupo dominante e produziram um diálogo intenso entre os interesses do Estado e a produção das instituições.

No Paraná do início do século XX, percebe-se certos grupos dominantes, majoritariamente compostos por brasileiros estabelecidos na região, que são aqueles promotores das transformações e da fundação das diversas instituições. Esses homens e as instituições que eles fundaram imaginaram-se a si mesmos como parte de um Paraná que passou a ser imaginado a partir de então, sendo eles parte importante para entender todo o contexto estudado. O primeiro grupo de sócios é composto pelos fundadores do Instituto[558]. O fato do não comparecimento de mais da metade dos fundadores na cerimônia de fundação e a manutenção de seus nomes para a distinta posição, revela a importância simbólica das suas filiações tanto para o instituto como para eles mesmos. São eles: Sebastião Paraná, Dario Velloso, General J. Bernardino Bormann, Emiliano Pernetta, Cândido de Abreu, Julio Pernetta, Nestor de Castro, Manoel Ferreira Correia, Lucio Pereira, Capitão José Muricy, Coronel Jocelym Borba, Camillo Vanzolini, Luiz Tonissi, Emiliano de Leão, Desembargador Bento Fernandes de Barros, Romário Martins. O segundo grupo é composto pelos demais status de sócios: os efetivos, os honorários, os auxiliares, os correspondentes e os beneméritos. Da política paranaense, são poucos aqueles que não fazem parte da lista de membros, o que reforça a ideia de que os membros do grupo político dominante estavam preocupados em estarem presentes na vida cultural da sociedade paranaense.

[558] Para Rosevics (2009) os fundadores do IHGP é um grupo de homens das letras e da política no Paraná que são constantemente revisitados nos estudos sobre paranismo, sobre o simbolismo e sobre o Paraná no início do século XX.

Conforme apontado por Rosevics (2009) e confirmado em recente pesquisa na instituição[559], a relação com os sócios do IHGP parte dos poucos documentos ainda disponíveis para consulta na sua sede atual e que datam de 1916 e 1917, anos em que foram publicadas as listas dos seus sócios no jornal d'A República. A edição do dia 5 de agosto de 1916 traz o nome de Manoel Correia Defreitas na relação dos sócios efetivos do IHGP[560]. Em documentação do IHGP, a pasta Nº 19

[559] Agradeço aos funcionários e membros do IHGP que me ajudaram em minha pesquisa na instituição: Lívia a bibliotecária, Professor Ernani Straube e Wenceslau Muniz, secretário (in memoriam).

[560] Ver Anexo 16 – relação dos sócios efetivos do IHGP de 1900 a 1916. Os nomes que aparecem na edição de 5 de agosto de 1916 do jornal A República são: Adolar Hygreville Hintze, Affonso Alves de Camargo, Albano Drumond dos Reis, Alberto José Gonçalves, Alcebíades Plaisant, Alcides Munhoz, Alfredo Caetano Munhoz, Aluízio Ferreira França, Antônio Cardoso de Gusmão, Antônio Ribeiro de Macedo, Aristides Pinho, Arthur Martins Franco, Bento José Lamenha Lins, Caio Gracho Machado, Claudino Ferreira dos Santos, Didio Afonso Costa, Domingos Duarte Velloso, Domingos Virgílio do Nascimento, Elysio de Oliveira Vianna, Ernesto Luis de Oliveira, Euclides da Motta Bandeira, Fernando Muller, Francisco de Paula Negrão, Francisco Guimarães, Francisco Gutierrez Beltrão, Francisco Ribeiro de Azevedo Macedo, Generoso Borges, Generoso Marques dos Santos, Jayme Ballão, Jayme Drumond dos Reis, João Antônio Xavier Filho, João Baptista Peters, João Barcellos, João David Pernetta, João Eugênio Gonçalves Marques, João Evangelista Braga, Joaquim Procópio Pinto Chichorro Júnior, Jorge Galdino Nunes da Costa, José Francisco da Rocha Pombo, José Henrique de Santa Rita, José Maria de Paula, José Maria Pinheiro Lima, José Osório Venâncio de Mello, Julia Wanderley Petrich, Julio Theodorico Guimarães, Luiz Daniel Cleve, Lysimaco Ferreira da Costa, **Manoel Correia Defreitas**, Manoel da Silveira Netto, Manoel de Alencar Guimarães, Manoel Ignacio Carvalho de Mendonça, Manuel do Rosário Correia, Marcos Leschaud, Marianna Coelho, Marins Alves de Camargo, Nilo Cairo da Silva, Nivaldo Teixeira Braga (prof), Octaviano Ferreira do Amaral, Pamphilo D'Assumpção, Paulo Ildefonso D'Assumpção, Raul Gomes, Reynaldo Machado, Ricardo Negrão Filho, Ricardo Pereira de Lemos, Sebastião Von Saposki, Seraphim França, Telêmaco Morosoni Borba, Theophilo Soares Gomes, Torres Homem, Vicente Machado da Silva, Vicente Montepoliciano do Nascimento, Victor Ferreira do Amaral.

O que nos chamou a atenção na relação acima é que há duas representantes femininas como sócias efetivas: a professora Júlia Wanderley e a escritora Mariana Coelho. Nenhuma das duas chegou a publicar os artigos sobre a História ou a Geografia do Paraná solicitado aos sócios efetivos.

A relação dos sócios auxiliares é composta por Affonso Cicero Sebrão, Alberto Alves Guimarães, Alfredo Coelho, Antônio Augusto de Carvalho Chaves, Antônio Jorge Machado Lima, Aristides de Oliveira, Arthur da Silva Lima, Arthur Pedreira de Cerqueira, Augusto Stresser, Belizário Pernambuco, Benjamim Pessoa, Brasilio Ferreira da Luz, Brazilino Moura, Caetano Alberto Munhoz, Carlos Cavalcanti de Albuquerque, Carlos Teixeira Coelho, Clemente Ritz, Cyro Velloso, Emygdio Westphalen, Felippe Nery Dias, Fernandes Eugenio Martins, Heitor Soares Gomes, Hugo Reis, Ignacio da Costa Pinto, Ismael da Rocha, Javier de Madureira Paula, João Antônio Barros Junior, João Baptista da Costa Carvalho, João Cândido Ferreira, João de Menezes Doria, João de Paula Moura Brito, João Evangelista Espindola, João Guilherme Guimarães, João Itiberê da Cunha, José Celestino de Oliveira Junior, José Franco Grillo, José Joaquim da Costa, José Pedro da Silva Carvalho Junior, José Pinto Rabello Junior, Lindolpho Pessoa da Cruz Marquez, Lindolpho Pires da Rocha Pombo, Luciano Rocha Junior, Luiz Antônio Xavier, Luiz Braga de Carvalho, Luiz Ferreira França, Manuel Francisco Correa Netto, Manuel Gomes Maria Junior, Marcelino Nogueira Junior, Samuel Cesar de Oliveira, Theodorico Julio dos Santos, Trajano Joaquim dos Reis, Valfrido Ferreira de Abreu e Zacarias de Borba Cordeiro

A relação continua na edição do dia 8 de agosto de 1916 com a relação dos sócios correspondentes da Capital Federal, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Pará, Ceará, Santa Catarina, Minas Gerais, Paraíba, Bahia, Portugal e Espanha.

(dos membros do instituto) é de Manoel Correia Defreitas, que foi eleito como sócio efetivo dia 11 de novembro de 1900[561]. A partir do estatuto de fundação do IHGP ocorrida a 24 de maio de 1900[562], no capítulo III, são seis classes de sócios: fundadores, efetivos, beneméritos, honorários, correspondentes e auxiliares. Os sócios efetivos precisavam apresentar um trabalho inédito sobre historiografia ou geografia do Paraná, com aprovação do Instituto (BOLETIM DO IHGP, 1917, p.19-20).

Dessa maneira estava constituído o parâmetro entre o oficial, trabalho reconhecido pelos intelectuais do IHGP como sendo válido para a sociedade paranaense e o não oficial, inválido. Os jornais e revistas da época foram utilizados pelos sócios efetivos como meio de divulgação dos seus trabalhos, visto a falta de uma publicação própria do IHGP. Somente a partir de 1917 é que começaram a ser publicados os boletins do IHGP. Dos artigos publicados desde 1917 nesses boletins não foi localizada nenhuma publicação de autoria de Manoel Correia Defreitas. Existem apenas duas publicações sobre ele: uma do ano de 1951 de Augusto Faria Rocha e outra do ano de 1972 de José Saboya Cortes[563]. No ano de 1989, quando das comemorações do primeiro centenário da implantação da república no Brasil, o Boletim volume XLVI homenageia Manoel Correia Defreitas ilustrando a capa com uma foto sua.

Lendo a relação dos nomes publicada no jornal A República de 5 e 8 de agosto de 1916 percebemos que figuras importantes da sociedade paranaense e brasileira figuram entre os sócios do IHGP. Aponta Rosevics (2009) que a maioria não escreveu sobre a história ou geografia do Paraná para realizar a sua condição

---

[561] Conforme entrevista com o presidente do IHGP Ernani Straube, dia 10 de maio de 2015, cada membro tem uma pasta individual. Ao ser eleito como membro do IHGP o próprio sócio faz sua biografia, um curriculum vitae, e entrega na secretaria para ser arquivado na pasta. No caso do Manoel Correia Defreitas, cuja pasta é a de Nº 19, ele não entregou esse documento e o que temos como sua biografia foi retirada do livro Galeria Paranaense do Sebastião Paraná, de 1922, que por sua vez reproduziu o artigo publicado no jornal A Vanguarda, de Ponta Grossa, dia 21 de abril de 1921.

[562] A fundação do IHGP estava entre as diversas manifestações patrióticas de celebração do quarto centenário do descobrimento do Brasil (ROSEVICS, 2009).

[563] Ambas publicações tratadas no capítulo 1.
FARIA ROCHA, Augusto**. Manuel Correia de Freitas**. Boletim IHGP, vol. V, Fascículos 3-4, julho/dezembro de 1951, p. 3-16.
SABOYA CORTES, José. **Os grandes vultos de Paranaguá de outros tempos: Manoel Correia Defreitas**. Volume XVII, 1972, p. 199-206.

de sócio efetivo, o que demonstra que o instituto esteve nos seus primeiros anos mais ligado à questão de status que de efetividade. Mas o que significava, na época de Correia Defreitas fazer parte do IHGP? Seus sócios, dos fundadores aos auxiliares, eram o modelo de paranaense que se esperava que o Estado tivesse, “homens bons”, dispostos a construir o Estado com palavras e ações. Eles compunham os grupos dominantes, líderes políticos, ervateiros, criadores de gado, militares, funcionários públicos que dominavam o aparelho de Estado e assim pretendiam seguir dominando. O IHGP dependia de seus sócios e não do poder público. Era uma instituição composta por homens públicos que estavam dispostos a construir uma sociedade homogênea, a partir de seus próprios valores e conceitos, revelando qual imaginários os grupos dominantes consideravam como oficial e digno ao Paraná, bem como qual projeto se tinha para o mesmo.

Após receberem o convite para se associar ao IHGP, os convidados tinham três meses para fazer a solicitação do diploma (Figura 152) que na época custava 20$000 (vinte mil réis), caso contrário a pessoa perderia o direito de ser sócio. O diploma do IHGP tinha duas funções: conferir o título de sócio ao novo membro e arrecadar fundos para a manutenção da instituição. Além desse meio de sustentação, no estatuto de 1900 há também a previsibilidade do pagamento de mensalidades por parte de seus membros, e no caso do não cumprimento acarretaria a perda dos direitos de sócio. Um dos problemas da instituição, aponta Rosevics (2009) era a falta de fundos financeiros para a realização de seus objetivos. Isso significa que muitos membros não pagaram seus diplomas, nem as mensalidades, mas não foram punidos, porque era mais importante a presença deles na instituição do que as suas contribuições. Assim, o IHGP revela-se mais representativo do ponto de vista da sua existência do que da sua atuação específica. Políticos e intelectuais reconhecidos nas esferas regional e nacional, conferiam a seriedade e a legitimidade que essa instituição privada necessitava perante a sociedade paranaense. Ainda que alguns deles não tenham comparecido à cerimônia de fundação e outros não tenham publicado o artigo sobre o Paraná, seus nomes continuaram vinculados à história do IHGP como seus sócios o que demonstra a importância simbólica que essas pessoas conferiam ao instituto. Analisando os nomes dos membros do IHGP é possível perceber que, para ser convidado a fazer parte do mesmo, era necessário estar inserido nas redes sociais

predominantes do Estado, que contava com os grupos políticos e econômicos dominantes. Composto pelos principais membros da sociedade do período, o IHGP é um importante instrumento de defesa das fronteiras do estado e de formalização da história paranaense que se construía.

Não localizamos nenhum documento em que Manoel faça menção ao IHGP, mas ele convivia com muitos dos seus sócios em outros ambientes. Talvez, a não atuação dele junto ao instituto seja pelo fato de durante os trinta primeiros anos, várias vezes o IHGP ficou à beira da extinção, pois quase não havia reuniões, nem publicações, sem recursos financeiros, sem sede própria. Sua atuação ficou mais no campo simbólico na construção de uma identidade paranaense a partir dos intelectuais dos grupos dominantes existentes na sociedade da época. Como Miceli (2001) constatou em seu trabalho sobre São Paulo a relação entre as classes dirigentes e os intelectuais, no Paraná também as instituições culturais eram dependentes dos grupos dirigentes do estado, bem como das frentes de mobilização política e ideológica em que se refugiara vários intelectuais vinculados à oligarquia.



Figura 152 – Exemplar do diploma de sócio IHGP, concedido em 1900, cujo valor era de 20$000
Fonte: Acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná

Para entender os motivos que levaram à constituição do IHGP, é importante não apenas analisar criticamente as ideias que dele surgiram, mas também as especificidades históricas que o nortearam, as suas relações com o tempo, na sua contribuição para o cotidiano paranaense e as transformações que ele possibilitou. O IHGP é o embrião de um imaginário que se constituirá sobre o estado do Paraná ao longo do século XX, caracterizado como “estado modelo”, “estado do futuro”, “celeiro do Brasil”. Romário Martins foi o mentor, fundador e reorganizador do IHGP, instituição fundada em 1900 e da qual foram membros os principais pensadores paranaenses do período da Primeira República. Apesar das diferentes origens e terem áreas de atuação diversas, todos os sócios tinham um ponto em comum, segundo Beltrami (2002) - convergiam na defesa do Paraná.

Sendo uma das instituições legitimadoras da produção sobre o passado, Rosevics (2009) entende o IHGP como um aparelho ideológico do Estado, pois ainda que fosse uma instituição privada, o seu funcionamento dependeu dos grupos dominantes do Estado e serviu aos seus interesses e aos seus projetos de poder. Agindo a partir das ideias dos grupos dominantes, o IHGP, assim como outras instituições e movimentos culturais do período, possibilitou que as ideias, os projetos e os valores desses grupos fossem tratados como sendo de toda a sociedade paranaense. A principal preocupação era constituir uma identidade regional capaz de abarcar todos os habitantes do território paranaense e eficaz o suficiente para manter seus limites, defender suas fronteiras e sua autonomia.

Manoel também era sócio de instituições internacionais e sempre foi convidado para participar de suas conferências anuais. Era membro da[564]:

- Academia Latina de Ciências, Artes e Belas Artes (Paris)

- Sociedade Acadêmica de História Internacional (Paris) (figura 153)

- Sociedade Americana de Direito Internacional (Washington/EUA)

- Sociedade Acadêmica de Paris (França)

- Sociedade de Ciências e Artes de Boston (EUA)

[564] Commercio do Paraná, 20/06/1916.



Figura 153 – Diploma da Academia de História Internacional de Paris concedido à Manoel Correia Defreitas em 21 de janeiro de 1915.
Fonte: Acervo Particular de Constance Beatriz Pedroso

Os outros brasileiros sócios da Sociedade Americana de Direito Internacional foram Ruy Barbosa, Oliveira Lima, Miguel Calmon, Gumercindo Ribas e Teotônio de Brito (Diário dos Campos, 22/02/1921). Pela documentação levantada Manoel nunca viajou para nenhuma dessas localidades, então apesar de sócio nunca frequentou as conferências anuais nem como palestrante e nem como ouvinte. O que lhe forneceu capital para ser indicado como sócio, uma vez que não publicou nenhum trabalho científico em qualquer área foi sua atuação e seu forte posicionamento em diferentes assuntos, sobretudo sobre a questão de limites internacionais, as reformas constitucionais e os assuntos sobre agricultura lhe renderam projeção internacional chegando ao conhecimento dos membros dessas academias e sociedades internacionais.

4.2.6 – Congressos Brasileiros de Geografia[565]

A 25 de fevereiro de 1883 foi fundada a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro (SGRJ), denominada a partir de 1945 de Sociedade Brasileira de Geografia, por iniciativa do senador paranaense Manuel Francisco Correia. A criação da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro inspirava-se no modelo da Sociedade de Geografia de Paris, estabelecida desde 1821, e pretendia divulgar o conhecimento científico, por meio de intercâmbio de publicações, da participação em congressos, das trocas de correspondências com entidades similares estrangeiras. Seus objetivos se direcionavam para a organização de seus espaços nacionais, consequentemente, as sociedades geográficas tornavam-se instrumento específico a serviço do Estado, pois as informações levantadas auxiliavam, sobretudo, no reconhecimento do território, o que certamente contribuía para a formação de um imaginário nacional. A entidade, desde sua criação, envolveu-se em vários projetos que visavam descortinar o espaço nacional aos brasileiros, tornando-se um espaço de sociabilidade intelectual e de divulgação científica. A partir de 1885, a Sociedade contribuiu para a divulgação do conhecimento com a publicação de seu periódico: Boletim da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. Foram admitidas na Sociedade de Geografia diversas personalidades que transitavam no cenário político e indivíduos filiados a outras instituições científicas. Dentre as principais atividades realizadas pela Sociedade destacamos a realização dos Congressos Brasileiros de Geografia, pelo fato de Manoel Correia Defreitas ter participado dos três primeiros.

[565] Agradeço as informações sobre os congressos brasileiros de Geografia fornecidos por Luciene Carris Pedroso e as dicas sobre a documentação referente a questão de limites entre o Paraná e Santa Catarina. Agradeço também a bibliotecária Helena Grego da Sociedade de Geografia de Lisboa pela ajuda quando de meu estágio do doutorado em Portugal.

QUADRO 8 – CONGRESSOS BRASILEIROS DE GEOGRAFIA

	Local	Ano	Total de adesões	Total de trabalhos
1º congresso	Rio de Janeiro	1909	557	108
2º congresso	São Paulo	1910	348	79
3º congresso	Curitiba	1911	366	79
4º congresso	Recife	1915	213	48
5º congresso	Salvador	1916	1.057	111
6º congresso	Belo Horizonte	1919	464	69
7º congresso	Paraíba	1922	94	69
8º congresso	Vitória	1926	225	55
9º congresso	Florianópolis	1940	2.137	215
10º congresso	Rio de Janeiro	1944	2.496	167

Fonte: http://www.socbrasileiradegeografia.com.br/historia.html. Acesso 28.dezembro.2015. Cardoso (2011).

Entre os anos de 1909 e 1940 foram realizados pela SGRJ dez congressos geográficos. Cardoso (2011) os divide em dois intervalos de tempo. O primeiro se estende entre os anos de 1909 e 1926. Esses encontros tiveram lugar em diversas capitais brasileiras, contaram com financiamento de órgãos públicos e com participação de entidades estaduais, que os acolhiam, levando ao aparecimento de grande número de contribuições que privilegiavam temáticas locais. O segundo momento compreende os eventos que se realizaram nos anos de 1940 e 1944, cuja organização passou a receber o patrocínio do governo de Getúlio Vargas e a contar com a colaboração do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Conselho Nacional de Geografia (CNG).

A ideia de realizar um congresso brasileiro de geografia partira do sócio José Arthur Boiteux em 1908, que sugeriu que a Sociedade de Geografia promovesse uma reunião geográfica a fim de comemorar os 87 anos da independência nacional. O projeto foi encampado pela instituição recebendo apoio de diversos estados.

O 1º Congresso Brasileiro de Geografia ocorreu na cidade do Rio de Janeiro de 7 a 16 de setembro de 1909. Manoel Correia Defreitas fez parte da comissão organizadora juntamente com João Baptista Sampaio Ferraz, deputado Pedro Gonçalves Moacyr, Thadeu Rangel Pestana e Alberto Carneiro de Mendonça. (A Imprensa, 14/09/1910. Correio Paulistano, 06/08/1909).

As atividades do 1º Congresso Brasileiro de Geografia iniciaram-se no Palácio Monroe, com a presença do presidente da República, Nilo Peçanha, e outras autoridades. Os temas mais destacados desse encontro foram a questão da revisão da nomenclatura dos acidentes geográficos, a reforma do ensino para a erradicação do analfabetismo no país e o problema da elaboração dos mapas cartográficos. Por outro lado, causa surpresa a ausência de debates sobre um dos temas que, naquela altura, mais suscitava polêmica entre os estudiosos da geografia: a fixação dos limites interestaduais. Pesquisando as atas das reuniões preparatórias do congresso, Cardoso (2011) aponta que o silêncio fora provocado porque as comissões organizadoras consideravam que os congressos de geografia não foram criados para tratar de limites. Ao contrário, havia cláusulas proibitivas de discussões sobre limites, porque o assunto concorria sempre para polemizar. Entretanto, os participantes pareciam partilhar da ideia de que o melhor caminho para fortalecer a federação e estreitar os laços interestaduais consistia em eliminar aqueles litígios, evitando a ameaça de uma 'guerra civil' e assinalavam alguns obstáculos que impediam a efetivação de acordos oficiais: a ausência de estudos topográficos, o espírito marcadamente regionalista da população, a oposição de vários políticos e a falta de continuidade administrativa nas gestões de prefeituras e de governos estaduais. As questões de limites interestaduais só seriam solucionadas em 1937, com a promulgação da Constituição do Estado Novo.

Esse congresso teve grande repercussão, tanto que se planejou a realização periódica de outros, todos realizados a partir do dia 7 de setembro para comemorar o aniversário de independência. Foi convocado o 2º congresso para o ano de 1910 na cidade de São Paulo[566].

[566] Boletim da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, anos de 1894 a 1941.

O 2º Congresso Brasileiro de Geografia foi realizado na cidade de São Paulo de 7 a 18 de setembro de 1910 (figura 154). Como deputado federal Correia Defreitas apresentou um projeto de lei fundamentando a doação de 20 contos de réis para a realização do congresso a se reunir em São Paulo e igual quantia para quantos congressos idênticos se reunissem no Brasil devido a importância da História e da Geografia (Jornal do Recife, 26/08/1910). Participou desse congresso como um dos delegados do Paraná e foi eleito presidente honorário do evento (Correio Paulistano, 19/09/1910). Em um dos seus discursos propõe um voto de pesar pelo falecimento, dia 3 de setembro, de Zophimo Conseglieri Pedroso[567] e a remessa de um telegrama de pêsames à Sociedade de Geografia de Lisboa (SGL), ao parlamento português e a família do extinto. Consiglieri Pedroso que era republicano e presidente da SGL, chefiaria a delegação portuguesa que foi convidada a participar desse congresso e estava voltada para uma missão de propaganda republicana[568]. Em carta datada de julho, Consiglieri Pedroso comunicou a nomeação dos delegados da SGL que participariam do congresso: Ernesto de Vasconcelos, Lobo de Ávila Lima e Abel Botelho (Correio Paulistano, 09/09/910) (figura 155). A delegação portuguesa "extrapolou" a sua missão e nas conferências trataram de temas significativos que se debatiam em Portugal[569]. A partir de 1908 aumentou a propaganda republicana entre os imigrantes portugueses, quando foram fundados centros republicanos portugueses nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo. Esses centros visavam conquistar os

[567] Zófimo José Consiglieri Pedroso Gomes da Silva (1851-1910) foi um político, etnógrafo, ensaísta, escritor, professor e diretor do Curso Superior de Letras. Inicialmente militante do Partido Progressista e depois militante republicano, foi deputado às Cortes da Monarquia, eleito pelo círculo eleitoral de Lisboa. Orador de grande qualidade e de improviso fácil, raramente escrevia os discursos, ficando famoso pela assertividade dos seus folhetos doutrinários e como doutrinador republicano conhecido pela sua verve e recorte literário, tendo publicado várias obras e folhetos de pendor propagandístico. Para além da história, dedicou-se à etnografia e foi um dos introdutores da antropologia em Portugal, estudando os mitos, tradições e superstições populares, atividades em que era um típico letrado do último quartel do século XIX, profundamente imbuído de valores humanistas e revelando-se um ensaísta brilhante. Foi presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa e sócio efetivo da Academia de Ciências de Lisboa. Disponível em http://www.socgeografialisboa.pt/. Acesso 23.janeiro.2015.

[568] A república portuguesa foi implantada dia 5 de outubro de 1910.

[569] O Commercio de São Paulo dos dias 6 a 18 de setembro de 1910. Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, 28ª Série, 1910. O Pharol, 09/09/1910.

O Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, 28ª série, 1910, relata o acordo luso-brasileiro com o convite à SGL de participar do 2º Congresso Brasileiro de Geografia (1910/SP). A missão portuguesa foi recebida pelo Presidente Nilo Peçanha e pelo Barão do Rio Branco.

imigrantes portugueses fiéis a monarquia. A delegação portuguesa que veio para o 2º Congresso Brasileiro de Geografia realizado em 1910 na cidade de São Paulo estava voltada para uma missão de propaganda republicana. O objetivo era estreitar os laços entre Brasil e Portugal, fazendo a associação entre a delegação da SGL e o movimento republicano (O Commercio de São Paulo, 18/09/1910).

Correia Defreitas participou da conferência de abertura realizada por Henri Lorin, professor de Geografia Colonial na Universidade de Bordeaux que falou sobre "O presente e o futuro das nações latino americanas". Era especialista em questões coloniais. Ele participou da preparação de tratados de paz e comissões aliadas de Paris, quando terminou a Primeira Guerra Mundial (Correio Paulistano, 09/09/1910).

Domingos Jaguaribe[570] e sua esposa Marcolina Ferraz de Campos ofereceram um banquete ao Correia Defreitas, almirante Alves Câmara, Ermelino de Leão, professor Elias Nazareth, Niépce da Silva, Sebastião Paraná e Oliveira Botelho que tomaram parte no congresso (Correio Paulistano, 18/09/1910).

No terceiro dia de congresso, Gentil Moura[571] apresentou a seguinte moção sobre a questão que divide paranaenses e catarinenses:

> O Segundo Congresso Brasileiro de Geografia reunido em São Paulo, antes de encerrar seus trabalhos, tendo em vista os mais elevados interesses de ordem nacional e os sentimentos de concórdia e boa amizade que devem presidir a relação entre os estados federados da união brasileira, faz ardente votos para que os estados do Paraná e de Santa Catarina promovam e atinem um acordo honroso para ambas as partes na questão de limites entre os dois estados.
> Adolpho Sampaio, Assis Moura, Estevam Bourbon, Pedro Dias, Francisco Gaspar, Elias Nazareth, Dinamerico Rangel, Gentil Moura, Alfredo Toledo, Affonso de Freitas, J.Torres Oliveira e Ascendino dos Reis (Correio Paulistano, 19/09/1910).

[570] Domingos José Nogueira Jaguaribe Filho (1847-1926) foi um médico cearense que atuou em São Paulo, membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Contribuiu para a formação do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Manifestou suas ideias democráticas no Congresso Agrícola de 1878 e se declarou republicano na assembleia de 6 de junho de 1889 conjuntamente com Cesário Alvim, padre João Manuel e Tavares. Em 1891 foi eleito deputado para o Congresso Constituinte do Estado de São Paulo. Renunciou, porém seu mandato em outubro do mesmo ano desgostoso por ver o seu projeto que criava a escola agrícola e de veterinária rejeitada pela Câmara. Retirou-se da política em 1892. Disponível em https://www.geni.com/people/Domingos-Jos%C3%A9-Nogueira-Jaguaribe-Filho/6000000016104033727. Acesso 28.fevereiro.2015.

[571] Gentil de Assis Moura (1868-????) engenheiro civil e historiador.

A moção é votada e aceita contra os pareceres de Correia Defreitas, José Niépce da Silva, Jayme Reis e Miguel Quadros.

Ao final do segundo congresso ficou decidido que o próximo encontro seria realizado em Curitiba com a seguinte comissão organizadora (A Capital, 25/09/1910):

Presidente: Jayme Reis

Vice-presidente: João David Perneta

2º vice-presidente: José Niepce da Silva

Secretário Geral: Alfredo Romário Martins

1º secretário: Ermelino de Leão

2º vice secretário: Marins Alves de Camargo

Tesoureiro: Sebastião Paraná

Um telegrama de São Paulo informava que os delegados do Paraná Manoel Correia Defreitas, Ermelino de Leão, José Niépce da Silva e Sebastião Paraná renunciaram os cargos para os quais haviam sido eleitos para o 3º Congresso Brasileiro de Geografia, mas não informa o motivo (A Imprensa, 19/09/1910).

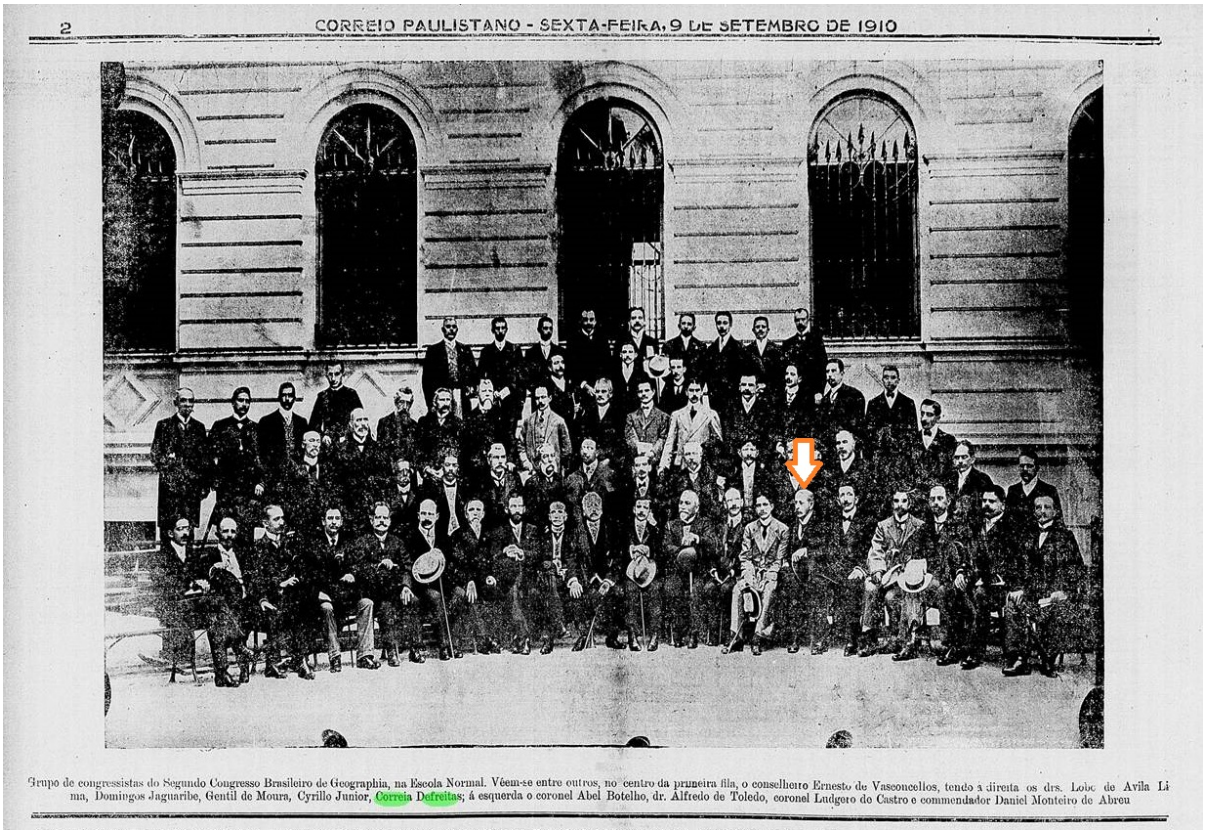
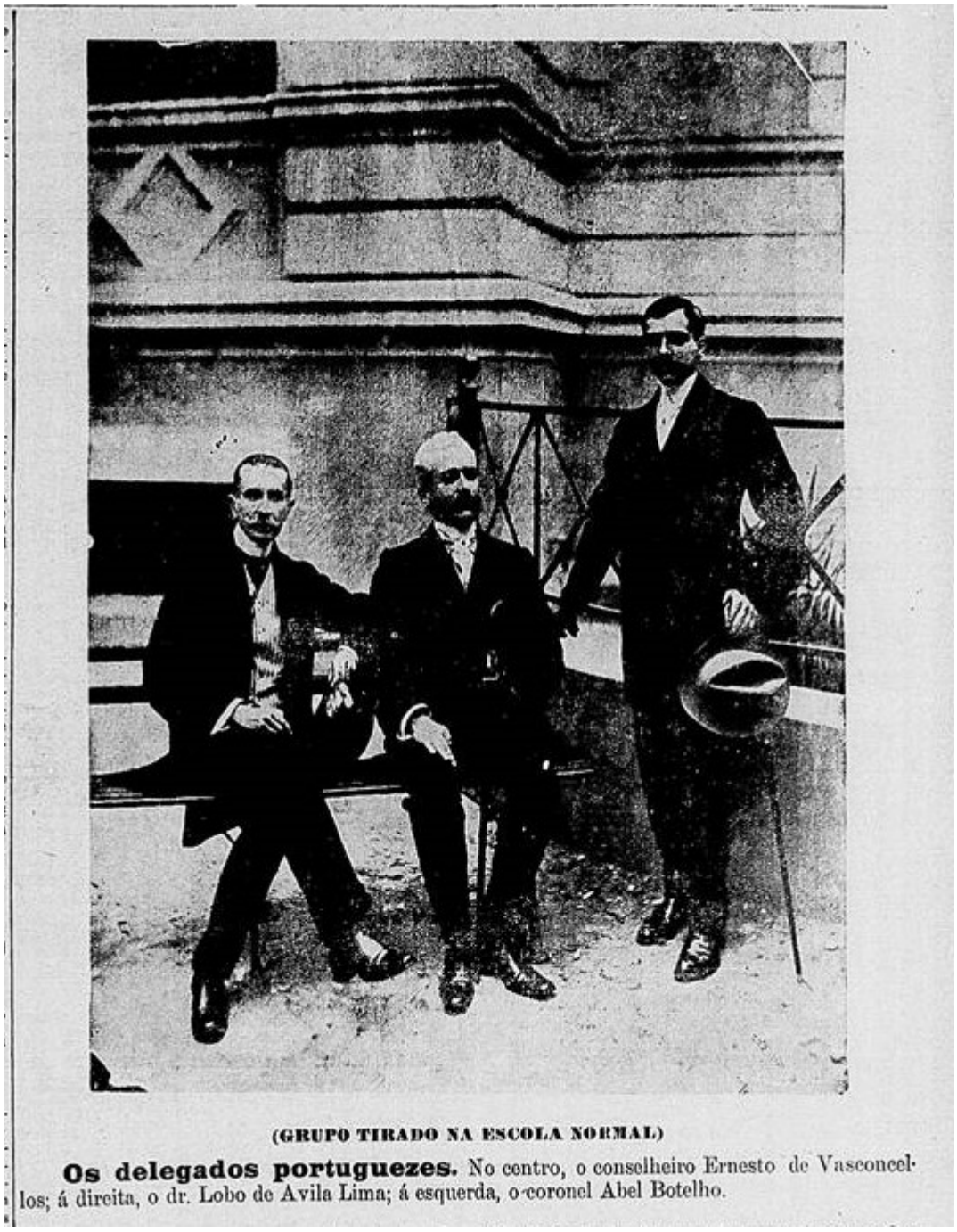


Figura 154 - Delegados do 2º Congresso Brasileiro de Geografia, São Paulo – 1910.
No centro da primeira fileira está Ernesto de Vasconcelos. A sua direita Lobo de Avila Lima, Domingos Jaguaribe, Gentil de Moura, Cyrillo Junior e Manoel Correia Defreitas (em destaque). A sua esquerda Abel Botelho Junior, Alfredo de Toledo, Ludgero de Castro e Daniel Monteiro de Abreu.
Fonte: Correio Paulistano, 09/09/1910



(GRUPO TIRADO NA ESCOLA NORMAL)

Os delegados portuguezes. No centro, o conselheiro Ernesto de Vasconcellos; á direita, o dr. Lobo de Avila Lima; á esquerda, o coronel Abel Botelho.

Figura 155 - Delegados portugueses do 2º Congresso Brasileiro de Geografia, São Paulo – 1910.
No centro o Conselheiro Ernesto de Vasconcellos, à direito Lobo de Ávila Lima e à esquerda Abel de Botelho.
Fonte: Correio Paulistano, 09/09/1910

O 3º Congresso Brasileiro de Geografia foi realizado na cidade de Curitiba de 7 a 14 de setembro de 1911 (figura 156). Manoel se tornou sócio efetivo e foi nomeado vice-presidente honorário da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro

no final desse encontro (O Dia, 02/09/1951). Nesse congresso Romário Martins, secretário do evento, apresentou seu trabalho sobre “Os limites do Paraná em face da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal” referindo-se a decisão do STF ratificada em 1910 determinando que os paranaenses entregassem a administração das terras contestadas aos catarinenses. A escolha de Curitiba para a realização desse evento foi uma estratégia para mostrar que o Paraná *“apesar de governado por um franciscano burguês [Francisco Xavier da Silva] tem homens de valor e está num estado adiantado”.* Era uma maneira de resistir a decisão do STF com relação as questões de limites (O Olho da Rua, 14/10/1911). O artigo do jornal O Olho da Rua do dia 14 de outubro destacou os gestos fraternais da delegação catarinense, *“as palavras macias, cheias de mel e doce de coco, com que se referiram a questão de limites”* que representavam um comportamento considerado falho de sinceridade: ou se estava com o Paraná, traindo Santa Catarina, ou o contrário. O Paraná queria manter em pé a sua dignidade. Enquanto no congresso de São Paulo Correia Defreitas foi bem ativo nas conferências e falas, no congresso de Curitiba não encontramos material relatando a sua participação no evento.



Figura 156 - Participantes do 3º Congresso Brasileiro de Geografia, Curitiba – 1911. Detalhe que na foto temos a presença de uma única mulher – Marianna Coelho.
Fonte: Acervo do Museu Paranaense

Anos depois, na sessão da Sociedade de Geografia do dia 26 de outubro de 1916, realizado no Rio de Janeiro para comemorar o acordo de limites assinado dia 20 do mesmo mês entre o Paraná e Santa Catarina, foram entregues os diplomas de sócios honorários daquela sociedade para os governadores do Paraná (Affonso Camargo) e de Santa Catarina (Felippe Schmidt). Nessa ocasião o orador Sebastião Sampaio aponta que na época do evento realizado em Curitiba, foi dito pelos membros do congresso ao Jornal do Commercio que esta instituição apoiava o arbitramento como a única forma para se resolver a velha questão de limites entre o Paraná e Santa Catarina, e que agora, cinco anos depois, estava vendo sua ideia ser concretizada. Por isso o encontro de comemoração e a entrega dos diplomas aos governadores dos estados envolvidos (MIRA, 1918). Talvez seja esse o fato de Correia Defreitas não ter atuado tanto no congresso de Curitiba, pois para ele a questão tinha que ser resolvida pelo poder legislativo e seria solicitado o arbitramento somente caso os estados não chegassem num acordo.

Manoel Correia Defreitas a partir de 1909, como deputado federal toma parte ativa na discussão dos limites entre o Paraná e Santa Catarina. Não que antes não se manifestasse sempre a favor da causa paranaense, mas agora tinha a legitimidade de ser um representante federal do estado. Paula Ramos, deputado federal por Santa Catarina, nesse mesmo ano apresenta documentos que comprovavam que as terras contestadas tinham incursão catarinense (Cartas Régias de 1749 e de 1821 e a Lei de 1853 que criou a província do Paraná). Em dezembro de 1909 Manoel requer a nomeação de uma comissão para estudar a questão de limites entre os dois estados. Com a sentença do STF, em 1910, a favor de Santa Catarina e a campanha que vinha promovendo no Congresso Nacional a favor da causa paranaense, Manoel ganha mais espaço para sua atuação no meio da política local. Ele considerava que não cabia ao poder judiciário (o STF) decidir sobre a questão de limites, mas sim ao poder legislativo regular essas questões entre os estados. De acordo com a constituição vigente se o parecer final é acordado entre os estados cabe ao Congresso Nacional somente fazer a homologação. Se não houver acordo, recorre-se ao STF pois os estados são autônomos, mas não soberanos. Outras questões de limites interestaduais já haviam sido resolvidas pelo STF: em 1889 a questão entre o Amazonas e Mato Grosso (o Amazonas teve que restituir parte do território para o Mato Grosso) e em

1911 entre Minas Gerais e o Espírito Santo (com os mineiros ganhando o território, esse caso ficou conhecido como Questão Lindeira)[572]. Em outubro de 1910 o Centro Paranaense do Rio de Janeiro[573] anuncia que iria subsidiar uma viagem de Manoel Correia Defreitas à Portugal para buscar nos arquivos europeus documentos sobre os limites entre Paraná e Santa Catarina, mas essa viagem nunca ocorreu. Há meses o governo do estado do Paraná havia enviado Moyses Marcondes para percorrer os arquivos oficiais portugueses a procura desses documentos e já estava em posse de muitos deles, "todos valiosos"[574]. Havia a Comissão de Limites composta por Romário Martins e João Pernetta que realizavam o estudo desses documentos para a elaboração dos relatórios e mapas em defesa da causa paranaense. Correia Defreitas se baseava num alvará de 1749 para contestar as terras, visto que nessa época o oeste do Brasil não pertencia à Portugal, e sim à Espanha. Somente em 1750, com o Tratado de Madri é que a região oeste passa a ser portuguesa em troca da Província Cisplatina. Haviam 47 cartas geográficas que mostram que Santa Catarina sempre fez limite com a Serra do Mar e nunca a oeste (Jornal do Recife, 06/01/1915). No ano de 1912 Correia

[572] Com relação aos limites entre Minas Gerais e Espírito Santo a zona contestada do Rio José Pedro estava sob a jurisdição capixaba. Espírito Santo decide insurgir contra a sentença do STF arbitral que decidiu essa questão de limites a favor dos mineiros (A Noite, 30/04/1913). O Rio Grande do Norte já havia recusado a decisão arbitral do STF na questão de limites com o Ceará. Os estados contra os quais são proferidas as sentenças se recusam a cumprir as decisões arbitrais, pois a consideram injustas (A Noite, 20/12/1914 e 27/12/1914). O STF em 11 de novembro de 1889 fez um acordão entre o Amazonas e Mato Grosso: ordenou que o estado do Amazonas restituísse o território de Mato Grosso e estabeleceu os limites entre esses dois estados. Com essa decisão foi questionado o papel do STF, do Poder Judiciário que não deve alterar ou modificar os limites, mas mantê-los, fazendo-os respeitar os já fixados. Alteração de limites só pode ocorrer pelas assembleias estaduais e aprovação no Congresso Nacional, pois é questão de soberania. Numa das sessões da Câmara Correia Defreitas fala da questão dos limites entre os estados do Paraná e Santa Catarina e se remete ao papel de STF que invadiu as atribuições do Poder Legislativo na questão idêntica ocorrida entre o Amazonas e Mato Grosso e questiona se iria repetir agora o caso paranaense (Correio do Estado, 09/10/1910. Jornal do Recife, 10/08/1910).

[573] Dia 06 de junho de 1910 foi fundado o Centro Paranaense no Rio de Janeiro - sendo presidente Leôncio Correia, vice-presidentes Plinio Marques e Raul Carneiro, secretários Augusto Rocha e Ulysses Falcão, tesoureiro Raul Darcanchy. Esse centro tinha como objetivo reunir os paranaenses residentes na capital da república, dar apoio aos recém-chegados na capital e estreitar os laços de união e sociabilidade dos membros da colônia paranaense no Rio de Janeiro (Diário da Tarde, 06/06/1909). Em 2 de agosto de 1913 a sede do centro está na Avenida Rio Branco,12 e nesse dia foram inaugurados os retratos de Carlos Cavalcanti, Manoel Correia Defreitas e João Gualberto e lançado o livro A Terra do Futuro de Nestor Vitor (Diário da Tarde, 04/08/1913). Em 1925 Manoel Correia Defreitas juntamente com Affonso Camargo e Moyses Marcondes fazem parte do Conselho Fiscal do Centro Paranaense (Diário da Tarde, 29/12/1925).

[574] Correio Paulistano, 06/10/1910. A Imprensa, 08/10/1910. Commercio do Espírito Santo, 10/10/1910.

Defreitas visita a área contestada, mas estava em plena campanha de reeleição para a Câmara de Deputados. Volta para a região em janeiro de 1914 encabeçando a missão pacificadora do jornal Diário da Tarde de Curitiba. Ao retornar para o Congresso Nacional vira o “inimigo número um” da bancada catarinense com relação a questão de limites e a imprensa o chama de “catarinófobo”. Dia 28 de dezembro de 1914, Correia Defreitas apresentou o seguinte projeto de lei com relação aos limites entre os estados do Paraná e de Santa Catarina que não foi aprovado.

> O Congresso Nacional decreta:
>
> Art. 1º. Os limites do Estado do Paraná com o de Santa Catharina ficam sendo:
>
> Parágrafo Único: Pelos rios Sahy e Guassú até a Serra do Mar, na aberya formada pelos montes Araraquara, ao norte, e do Ikirim ao sul, até a ramificação do Espigão, de leste a oeste, e desde às cabeceiras do Peixe, que fraldeia a mesma serra do Espigão, para o lado do sul, até à sua confluência com o rio Pelotas.
>
> Art. 2º. Ficam revogadas as disposições em contrário[575].

Mesmo deixando o cargo de deputado federal em 1915 continua ativo na questão de limites entre os dois estados e se coloca contra o acordo de Wenceslau Brás[576] de outubro de 1916. Realiza várias conferências em Curitiba contra esse acordo e encabeça a criação da Liga de Salvação Pública ou Junta de Salvação do Estado criada para manter a integridade do território paranaense composta por Alberto Ferreira de Abreu, Octávio Ferreira do Amaral e Silva, Eusébio Silveira da

[575] Anais da Câmara dos Deputados. Sessão de 28 de dezembro de 1914.

[576] Wenceslau Brás envia Thiers Flemming para percorrer a região do Contestado antes da assinatura do acordo. Thiers Fleming (1880-1971) foi um geógrafo, engenheiro naval e militar da Marinha do Brasil. Era descendente de João Joaquim Fleming, um imigrante irlandês de Dublin que foi membro destacado da vida pública do Brasil. Possuía a patente de Capitão de Mar e Guerra da Marinha brasileira e exerceu, dentre outros, as funções de Chefe de Gabinete do Ministro da Marinha, Almirante Alexandrino de Alencar, Subchefe e Chefe do Estado Maior do Presidente Dr. Wenceslau Braz e do Vice-Presidente Delfim Moreira e Diretor de Armamento da Marinha do Brasil, Diretor Técnico da Comissão de Fiscalização das Obras do Novo Arsenal da Marinha do Brasil, na Ilha das Cobras, de 1926 a 1930. Também exerceu destacado papel na definição dos limites interestaduais no Brasil, notadamente no processo de negociação entre Paraná e Santa Catarina, que viria a por fim à Guerra do Contestado. Escreveu diversas obras sobre assuntos técnicos, especialmente ligados à Marinha. Dentre elas encontra-se "Limites Interestaduais" (1917). Consultar FLEMING, Thiers. **Pelo Brasil unido.** Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. Tomo XLVI, 1939.

Motta, Ermelino de Leão e Dídio Costa. Correia Defreitas faz críticas à Affonso Camargo que aceitou o acordo onde o Paraná cedeu suas terras para Santa Catarina (Jornal do Commercio, 07/10/1916). Correia Defreitas passar a pregar a fusão dos estados no lugar do acordo proposto pela presidência da república. Outros deputados federais, como Maurício Lacerda propõe a elevação da área contestada à categoria de território. Para Ruy Barbosa deveria ter sido realizado um plebiscito com a população da área contestada para saber com qual dos dois estados eles achavam que deveriam ficar (O Dia, 26/07/1917. Correio Paulistano, 28/07/1917).

Segundo o jornal O Combate de 4 de agosto de 1917, *"após a resolução do STF o Paraná preferia ver as terras das missões anexadas à Argentina do que à Santa Catarina"* – esse era o lema do movimento de oposição que tinha como chefes intelectuais na capital/RJ, Manoel Correia Defreitas, considerado íntimo de Affonso Camargo e inimigo de Alencar Guimarães, senador na época, e de toda sua família. Em Curitiba o chefe era Menezes Dória, velho maragato e braço direito de Generoso Marques. Na região contestada estava à frente da rebelião o coronel Fabricio Vieira e José Cleto da Silva.

Dia 29 de dezembro de 1930 foi entregue para Getúlio Vargas um memorial pelos delegados (Epaminondas de Araújo Marcondes e Modesto Luz) do Comitê Central Pró Estado do Iguassu solicitando que no antigo território contestado pelos estados do Paraná e de Santa Catarina fosse instalado o Estado do Iguassu. Nesse momento de renovação republicana as populações desse antigo território vinham pedir à Getúlio, alegando possuir razões de ordem moral e cívica que na divisão o estado de Santa Catarina ficou com 3/4 das terras contestadas e o Paraná com 1/4. Mas a população local não foi consultada pelo então presidente Wenceslau Brás para saber sua opinião. Se a população não se sentia bem com o Paraná que alegava posse imemorial das terras antes mesmo da criação da província, imagine serem submetidos agora ao governo catarinense. Um povo não é um rebanho para mudar de dono sem lhe ouvir a opinião. O governo devia ter seguido o exemplo da velha questão territorial entre o Peru e o Chile a propósito das províncias de Tacna e Arica onde a vontade soberana do povo foi respeitada. Deve-se pensar uma melhor divisão administrativa para o Brasil que desde a independência só faz mudar de nome: de capitanias coloniais se tornaram

províncias imperiais e depois estados republicanos mantendo-se a desproporção. O Contestado com 48 mil km e 150 mil habitantes e com delimitações geográficas dará um estado com população e renda como vários outros da federação brasileira – essa são as razões de ordem política. As razões de ordem patrióticas são que os movimentos armados ocorridos na região entre 1912-1917 aconteceram pelo descontentamento e uma vez definido o novo território o povo se voltará ao trabalho e não mais ao confronto. As razões de ordem histórica é que na região de Porto União da Vitória foi criado o Estado das Missões abrangendo a região contestada, mas a pedido do governo do Paraná a luta pela sua emancipação parou para não atrapalhar as decisões do STF. A razão de ordem econômica: é uma zona próspera, de grandes riquezas materiais: madeira, erva-mate, gado, plantações. Razões de ordem administrativa - as rendas arrecadadas seriam empregadas na região, pois até hoje não se tem investimentos lá e a capital seria Porto da União da Vitória, os outros municípios seriam Cruzeiro, Chapecó, Palmas, Canoinhas, Curitibanos, Campos Novos, Mafra e Itaiópolis. A razão de ordem constitucional já foi apontada por Ruy Barbosa em 1916 que demonstrou como o acordo era inconstitucional, e foi secundado pelo deputado Mauricio Lacerda e pelo *"honrado republicano histórico Correia Defreitas, ex-deputado federal pelo Paraná e que com denodado ardor, pugnou junto aos seus amigos nas duas casas do congresso pela anulação do acordo"* (O Dia, 15/01/1931). A razão de ordem etnográfica é que a linha fictícia do acordo dividiu cidades, fazendas, propriedades. Por fim, a razão de ordem revolucionárias – o Contestado quer o reconhecimento dos seus direitos nessa nova fase da república.

Apesar da intensa campanha de oposição liderada por Manoel Correia Defreitas e até mesmo da ameaça de convocar a população a pegar em armas se fosse necessário, o acordo de 20 de outubro de 1916 foi mantido e está vigente até os dias atuais[577].

Correia Defreitas frequentava as reuniões da Sociedade Nacional de Geografia e na sessão do dia 12 de setembro de 1919, Carneiro Leão[578] realizou

[577] Ver **Anexo 29** – Material da imprensa satirizando a atuação do STF e dos Congressos Brasileiros de Geografia frente à questão de limites entre o Paraná e Santa Catarina.

[578] Antônio Carneiro Leão (1887-1966) professor e escritor. Foi membro da Academia Brasileira de Letras.

sua anunciada conferência sobre a possibilidade econômicas do Paraná. Correia de Freitas, que assistia a conferência, deu apartes de protestos contra os elogios feitos ao governador Affonso Camargo. Desde a assinatura do acordo de limites entre o Paraná e Santa Catarina assinado por Affonso Camargo, Correia Defreitas passou a fazer uma acirrada oposição a sua figura (Jornal do Recife, 12/09/1919).

4.2.7 – Outras atuações

Dia 05 de novembro de 1905 foi realizada na Associação dos Empregados no Comércio de Curitiba uma reunião para tratar da fundação da Sociedade Protetora dos Animais de Curitiba. Presente grande número de pessoas, Manoel Correia Defreitas expôs o objetivo da reunião. Depois de longa consideração disse que a sociedade seria também de proteção às florestas e que deveria representar aos governos federal, estadual e municipal para que fossem cumpridas as leis que se estabelecessem sobre o caso. Afim de organizar os estatutos da nova sociedade foi aclamada a seguinte comissão: Manoel Correia Defreitas, Jayme Ballão, Jesuíno Ribas, Romário Martins, Generoso Borges, Gustavo Tupinambá e Costa Pinto. Uma vez fundada a sociedade em Curitiba, Correia Defreitas percorreu municípios do interior para a fundação de entidades protetoras dos animais nessas localidades, como por exemplo Palmas e Guarapuava (A Comarca/Guarapuava, 04/02/1912).

Na segunda metade do século XIX as exposições surgiram na Europa com o intuito de elogiar a técnica e a ciência. As exposições eram espaços públicos para a reverência popular ao novo mundo técnico. O Brasil vai aderir a esse mundo de espetáculos das exposições para vincular o regime republicano à ideia de progresso e modernidade. Serão realizadas exposições nacionais e regionais com o objetivo de associar o elogio ao progresso e a técnica com a classe política. Elas chamavam a atenção para o país e para as suas regiões promovendo os produtos nacionais e regionais e intensificando o comércio.

De 1º a 9 de abril de 1916 ocorreu a 1ª Exposição Regional de São José dos Pinhais para a divulgação dos produtos agropecuários do município. Várias personalidades estavam presentes na inauguração da exposição, entre elas o ex-deputado Manoel Correia Defreitas (figura 157).



Figura 157 - Inauguração da Exposição Regional de São José dos Pinhais em 1º de abril de 1916.
A foto foi tirada em frente à antiga sede da Prefeitura Municipal. Ladeado por altas autoridades, tendo à esquerda da menina de branco o prefeito municipal Francisco Killian. Entre outras autoridades compareceram ao ato inaugural Caetano Munhoz da Rocha, Affonso Camargo, Correia Defreitas, Pamphilo d'Assumpção, Marins Camargo, Major Cezar Mello Sampaio, Julio Pernetta, Moreira Garcez, Zolnek Gauyer, Alcidio Springer Vianna e Padre Carlos Dworaczek.
Acervo: Museu Municipal Atílio Rocco – SJP.

Os expositores eram a maioria das colônias do município e foram expostos vários produtos, desde animais, produtos agrícolas, produtos industrializados até minérios da região. No encerramento os expositores que se destacaram receberam ferramentas agrícolas como prêmios. Esses prêmios estavam vinculados ao nome de uma personalidade política. No dia da abertura da exposição, o prefeito da cidade Francisco Killian, convidou as pessoas designadas em cartões previamente preparados a escolherem um dos objetos agrícolas expostos ao qual gostaria de

ligar seu nome. Entre os 26 prêmios concedidos o 19º era de Manoel Correia Defreitas (VANALI, 2016) (figuras 158, 159 e 160).



Figura 158 - Encerramento da Exposição Regional de São José dos Pinhais em 9 de abril de 1916 com os prêmios a serem distribuídos aos expositores. A segunda pessoa da direita para a esquerda é Manoel Correia Defreitas, ao lado do prefeito municipal Francisco Killian.
Acervo: Museu Municipal Atílio Rocco – SJP.



Figura 159 – Presença de Manoel Correia Defreitas (ao centro) no encerramento da Exposição Regional de São José dos Pinhais em 9 de abril de 1916
Acervo: Museu Municipal Atílio Rocco – SJP.



Figura 160- 19º Prêmio Manoel Correia Defreitas concedido ao expositor Wladyslaw Szczepanski.
Acervo: Museu Municipal Atílio Rocco – SJP.

A Exposição do 1º Centenário da Independência foi oficialmente aberta em 7 de setembro de 1922, durante o governo do presidente Epitácio Pessoa, e o seu encerramento se deu dia 23 de março de 1923. Contou com a participação de todos os estados e de boa parte dos parceiros comerciais do Brasil.

Nessa exposição o Paraná ganhou alguns prêmios, sobretudo no setor ervateiro e madeireiro[579]. Em 1º de agosto de 1921 Correia Defreitas foi escolhido pelo então Ministro da Agricultura, Simeão Lopes, para ser o delegado do Paraná na Comissão da Exposição do Centenário da Independência (A Vanguarda, 01/08/1921). Dia 12 de março de 1922 na sede da Associação Comercial do Paraná realizou-se uma reunião de industriais convocada por Correia Defreitas para tratar da representação do Paraná na exposição do centenário (Diário da Tarde, 11/03/1922). Em julho de 1922 ele retorna de viagem do interior paranaense onde percorreu vários municípios para colher adesões à exposição: Ponta Grossa,

[579] A República. Edição especial do Centenário. Setembro de 1922.

Entre Rios, Teixeira Soares, Irati, Marechal Mallet, União da Vitória, Guarapuava, Prudentópolis, Imbituva, Ipiranga, Conchas, Castro, Piraí, Jaguariaíva, Colônia Mineira, Tomazina, Ribeirão Claro, Jacarezinho, Santo Antônio da Platina, Palmeira e Lapa estão entre os municípios que aderiram à exposição (Diário da Tarde, 15/07/1922).

Enriquecendo o programa comemorativo da Exposição do 1º Centenário da Independência, reuniram-se no Rio de Janeiro várias coletividades, celebrando sessões regulares com variado e sempre grande número de membros vindos de toda parte. Entre os vários congressos realizados, Manoel Correia Defreitas participou como representante do Paraná do:

-1º Congresso Brasileiro de Carvão e outros Combustíveis Nacionais (participa e propõe que o governo acelere as construções dos ramais que ligam as jazidas das minas aos portos);

- 2ª Congresso Americano de Expansão Econômica e Ensino Comercial (o primeiro foi em 1919 no Uruguai);

- 1º Congresso das Associações Comerciais do Brasil (que reuniu as 23 associações comerciais do Brasil);

- Congresso Inter Americano juntamente com outros cinco brasileiros: Ruy Barbosa, Rodrigo Otávio, Oliveira Lima, Gumercindo Ribas e Theotônio de Britto.

Manoel Correia Defreitas apoiava a Liga Nacionalista de São Paulo, organização fundada em dezembro de 1916, tendo como principais bandeiras de luta a defesa nacional, o serviço militar obrigatório, a educação primária e profissional, a educação cívica patriótica, o escotismo e o voto secreto e obrigatório. Era uma organização política de cunho cívico-patriótico, que abrigava em seu interior representantes de camadas médias da população e se opunha ao Partido Republicano Paulista (PRP). Foi fechada em 1924, após a Revolução Paulista sob a suspeita de haver colaborado com os revoltosos. Renasceu logo em seguida, sob a denominação Liga do Voto Secreto. Em 1926 seus fundadores voltaram a se reunir em torno do Partido Democrático de São Paulo (Diário dos Campos, 04/03/1921).

Realizava palestras no Clube Republicano Acadêmico desde o ano de 1880. Esse clube foi fundado em 30 de março de 1876 na cidade de São Paulo e era voltado para a propaganda das ideias republicanas A diretoria inicial era composta

por Américo de Campos, Laurindo Pitta de Castro, Antônio Moniz Souza e Carmo Cintra (Correio Paulistano, 01/04/1876). A diretoria na época da última palestra proferida por Correia Defreitas em junho de 1889 tinha entre seus membros José Arthur Boiteux, Ernesto de Moraes Cahn, João de Salles Pinheiro e Cândido Serra Netto (República Brazileira, 08/06/1889).

Era bem próxima a relação de Manoel Correia Defreitas com a colônia portuguesa no Rio de Janeiro. Em 13 de dezembro de 1910 participa do banquete fraternidade luso-brasileira oferecida pela comissão de republicanos portugueses aos republicanos brasileiros personificado em Quintino Bocaiúva, realizado no Palácio Monroe. Em junho de 1911 se torna sócio honorário do Grêmio Republicano Português do Rio de Janeiro onde realizava palestras constantes e dos mais variados temas (14 de julho, 21 de abril, colonização portuguesa, socialismo e anarquia, moral e cívica, etc). Em 1912 após a visita de Bernardino Machado, Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal a um albergue noturno no Rio de Janeiro, ficou combinado entre Maria de Braganca e Mello, Leôncio Correia e Manoel Correia Defreitas a organização de uma sociedade para manter ativos os albergues noturnos que ajudavam *"os desprovidos de sorte",* levando a efeito a realização de um festival artístico-literário onde tomarão partes alguns artistas de mérito[580]. A sessão de 31 de janeiro de 1913 do Grêmio Republicano Português foi para comemorar a Revolução do Porto de 31 de janeiro de 1890, considerado na história portuguesa o primeiro movimento republicano. A sessão foi aberta e presidida por Bernardino Machado e Correia Defreitas tomou assento a mesa (O Paiz, 01/02/1913). A sociedade portuguesa Centro Miguel Bombarda em 05 de outubro de 1913 comemora o aniversário da república portuguesa com uma palestra de Correia Defreitas (Revista Ilustrada, Humorística e Literária, 10/10/1913).

Em 28 de setembro de 1901 Correia Defreitas participa do 1º Congresso Nacional de Agricultura realizado no Rio de Janeiro e a partir desse evento teve uma forte atuação nessa área. De acordo com o relatório de 1906 apresentando a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) ao presidente Wenceslau Braz existiam 101 associações agrícolas no Brasil, sendo 44 em forma de sindicato agrícola. No Paraná existiam a Sociedade Agrícola Correia Defreitas de Campo Largo, a

[580] Estado do Pará, 05/06/1913. A Bomba, 10/10/1913. O Paiz, 26/06/1919.

Sociedade Agrícola e Protetora dos Animais de Curitiba, entre outras. Em 1908 participa do 2º Congresso Nacional de Agricultura que também foi realizado no Rio de Janeiro apresentando um trabalho junto com Macedo & Cia de Curitiba sobre as medidas de proteção ao pinho. Na Conferência Nacional da Pecuária promovida pela SNA Correia Defreitas discutiu sobre o problema da criação de gado no país, a indústria do calçado, a indústria frigorifica, tratando a questão da relação do governo com a classe produtora. Em sua atuação na SNA pregava o controle da pesca em certas épocas do ano, falava da cultura da mamona que estava sendo intensificada no Paraná, das experiências de sericicultura em Santa Catarina e no Paraná que não deram certo porque os preços não eram compensadores e da questão da indústria nacional de aniagem. Defendia o uso da fibra de bananeira que estava sendo feita por uma empresa de Guaraqueçaba, estudava meios de atender as necessidades da Amazônia com relação a indústria extrativista da borracha e seu comércio, promulgava a proteção das aves e pardais, se posiciona contra a limitação da exportação do cereal que era a única maneira de desenvolvimento econômico e de conquista de novos mercados. Era a favor do uso do salitre e do fim da matança das vacas e novilhas aptas à reprodução somente porque o preço da carne estava alto no mercado. Fez parte da comissão da SNA que foi solicitar ao conselho municipal do Distrito Federal/RJ a revogação do artigo 242 do decreto de 31 de dezembro de 1902 que criava impostos para as áreas rurais que não executassem melhoramentos pois isso poderia ferir os interesses da lavoura do município e colocava os pequenos proprietários em risco de perderem suas propriedades. Os outros membros da comissão eram Miguel Calmon, Victor Leivas, Simões Lopes e Alberto Moreira[581].

Em 1918 realiza uma palestra na SNA sobre "Os problemas da alimentação, do vestuário e da higiene" onde discute o valor nutritivo da mandioca. Afonso Arinos de Melo Franco[582] tinha Correia Defreitas em suas memórias de

[581] A Razão,20/11/1918, 29/09/1918, 23/09/1918, 28/03/1918, 12/02/1918, 26/11/1919, 27/01/1919, 18/06/1919 e 14/10/1919.

[582] Afonso Arinos de Melo Franco (1905-1990). Nasceu em Belo Horizonte, filho de uma família de grande tradição na política mineira. Filho de Afrânio de Melo Franco e de Sílvia Alvim de Melo Franco e sobrinho do escritor Afonso Arinos, casou-se com Ana Guilhermina Rodrigues Alves Pereira (neta do Presidente Rodrigues Alves), com quem teve dois filhos. Era irmão de Virgílio Alvim de Melo Franco. Foi jurista, político, historiador, professor, ensaísta e crítico brasileiro. Destaca-se pela autoria da Lei Afonso Arinos contra a discriminação racial em 1951. Disponível em

adolescência. Era *"um dos melhores homens desse pais, dos mais puros, dos mais habitados pelo espírito público, dos mais desatentos a pecúnia, ao lustre das posições e tudo o mais que prende a alma do homem as exigências da vida, privando-a, por isto mesmo, do tempo e da liberdade necessários aos altos vôos. Abstrato e teórico era Defreitas"* (A Manhã, 02/11/1941). Correia Defreitas vivia nos meios mineiros, frequentemente estava na casa de Afrânio Arinos de Mello Franco[583], pai de Afonso Arinos, doutrinando, interpretando, criticando, *"criando mundos oratórios que se esvaiam".* Afonso Arinos lembra que era um falador implacável e inesgotável. Uma vez que deixou a função de deputado federal pelo Paraná passou a viver com as maiores dificuldades financeiras, mas nunca pediu nada a ninguém, que se saiba[584]. Mas seu ardor cívico não esmoreceu, continuava

---

http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/afonso_arinos. Acesso 21.dezembro.2016.

[583] Afrânio Camorim Jacaúna de Otingi de Melo Franco (1870-1943) nasceu em Paracatu-MG filho de uma família de grande tradição na política mineira. Ainda estudante de Direito na Faculdade de São Paulo aderiu à causa republicana. Em 1906 foi deputado federal por Minas Gerais sendo reeleito por várias legislaturas até 1929. Foi Ministro da Viação no governo Delfim Moreira e embaixador na Liga das Nações em Genebra, Suíça. Na Câmara dos Deputados foi atuante em comissões de assuntos internacionais e também foi um dos relatores do Código Civil Brasileiro. Em 1919, comandou a delegação do Brasil na primeira conferência internacional do Trabalho, realizada em Washington. Partidário da Revolução de 1930, foi ministro das Relações Exteriores, de 1930 a 1934. Foram seus filhos, Afrânio de Melo Franco Júnior, Afonso Arinos de Melo Franco e Virgílio de Melo Franco, personalidades de destaque na vida pública brasileira. Afrânio de Melo Franco atuou proeminentemente para a resolução da Guerra do Chaco, entre Bolívia e Paraguai, e dos conflitos do porto de Leticia, entre Peru e Colômbia, em 1932. Em reconhecimento disso, foi indicado para o Prêmio Nobel da Paz por três vezes, em 1935, 1937 e 1938. Disponível em http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/afranio_de_melo_franco. Acesso 21.dezembro.2016.

[584] Faz parte do imaginário em torno da figura de Manoel Correia Defreitas associá-lo ao "desapego material" para destacar seu lado de "verdadeiro devoto da causa republicana". Aquele que abriu mão de todas as outras esferas da vida para se dedicar à causa das suas ideias socialistas. Afonso Arinos, Nascimento Junior (1951), Faria Rocha (1951) e outros que escreveram sobre a vida de Correia Defreitas destacam que ele teria "morrido na pobreza". Porém a família, seus descendentes diretos, nos informam que quando da sua morte ele possuía uma situação financeira confortável. Somente com a localização do inventário poderemos analisar a sua real condição econômica. Mas assim como seus biógrafos, que tinham amizade pessoal com ele, nunca mencionaram a existência das suas filhas e ressaltavam a imagem de solteiro, que não constituiu família para não sacrificá-la devido a sua militância, lhe conferindo um ar de "verdadeiro apóstolo" da democracia que sacrificou sua vida em prol da causa, eles podem ter omitido sua real situação financeira. Outros biógrafos como Correa (2009) aponta que ele vivia de renda da família, o que também não é o caso pois vimos que houve o empobrecimento da família quando da morte do pai em 1862 e quando da morte da mãe em 1880 a parte que coube a cada filho permitia apenas a compra de um terreno em Curitiba, o que não é o caso de "viver de renda". Porém como o irmão José conseguiu a reconversão de sua situação financeira obtendo um diploma de ensino superior e tornando-se funcionário de alto escalão do judiciário, Manoel que não obteve diploma de ensino superior, reconverteu-se através de sua atuação como comerciante e negociante. Se vivia de renda ao final da vida foi devido ao resultado do seu trabalho e não por herança familiar em termos

incriminando erros, louvando virtudes. Com certas coisas não transigia nunca como a desonestidade administrativa, as fraudes eleitorais e a mandioca. Sim a mandioca! Atribuía a velha raiz os mais temerosos malefícios sobre o destino brasileiro e a origem de muitos dos vícios e fraquezas do povo brasileiro: *"a mandioca avilta o caráter nacional".* Raiz que empanturra sem alimentar, pesa no estômago e na conduta moral, corta os impulsos criadores e acorrenta o povo que faz dela seu principal alimento numa subvida de abandono, desânimo e renúncia. Tinha vários argumentos a favor do milho, grão nobre e digno. Essa crítica a mandioca feita por Correia Defreitas também vemos em Monteiro Lobato[585] que em sua obra Urupês descreve o caboclo Jeca Tatu, o sertanejo característico, lento, avesso ao trabalho, desprovido de cultura, desnecessário cuja causa principal de sua lombeira estava nas benemerências sem conta da mandioca. Talvez sem ela o caboclo se pusesse de pé e andasse, mas enquanto dispuser de um pão cujo preparo se resume no plantar, colher e lançar sobre brasas, Jeca não mudará de vida. A explicação para a apatia, a indolência e a incapacidade produtiva do caboclo encontrava-se nas facilidades de sobrevivência proporcionadas pela mandioca, milho e cana, e concluía:

> *Pobre Jeca Tatu! Como és bonito no romance e feio na realidade! Da terra só quer a mandioca, o milho e a cana. A primeira, por ser um pão já amassado pela natureza. Basta arrancar uma raiz e deitá-la nas brasas. Não impõe colheita, nem exige celeiro. O vigor das raças humanas está na razão direta da hostilidade ambiente. No meio da natureza brasílica, tão rica de formas e cores, onde os ipês floridos derramam feitiços no ambiente e a infolhescência dos cedros, às primeiras chuvas de setembro, abre a dança dos tangarás; onde há abelhas de sol, esmeraldas vivas, cigarras, sabiás, luz, cor, perfume, vida dionisíaca em escachôo permanente, o caboclo é o sombrio urupê de pau podre a modorrar silencioso no recesso das grotas. Só ele não fala, não canta, não ri, não ama. Só ele, no meio de tanta vida, não vive* (LOBATO, 1994, p. 289-292).

A mandioca é um elemento cultural que se transferiu do índio para o luso e o africano. Era a base de alimentação do pobre relatada já pelos cronistas como Saint Hilaire e Von Martius que diferentemente de Correia Defreitas e Lobato

---

financeiros. A herança familiar significativa herdada por ele foi de capital simbólico, que permitiu apesar de sua excentricidade permanece no circuito da classe dominante.

[585] LOBATO, Monteiro. **Urupês**. SP: Brasiliense, 1994. A primeira versão do texto publicada no jornal O Estado de São Paulo em 1914.

acentuam o interesse desta planta na formação social do Brasil. Era o alimento de um povo analfabeto.

Ainda foi procurado por diversas entidades que solicitavam os mais variados pedidos a ele:

- o Partido Socialista Brasileiro, fundado em 1º de maio de 1912 na cidade do Rio de Janeiro, o convida para dar uma conferência sobre o Socialismo[586].

- o Club Civil Brasileiro o convoca para a eleição do Conselho Administrativo em 11 de abril de 1913[587].

- a União Sociocrática[588], seção baiana, solicita ajuda para trazer 54 imigrantes da Alemanha para a Bahia para se instalarem nos burgos sociocráticos através do fornecimento de passagem grátis para o Brasil, paga pelo governo[589].

Acompanhando a trajetória de Manoel Correia Defreitas é possível ressaltar seu espírito irrequieto e sua trajetória multifacetada. Os dados apresentados não oferecem um retrato da realidade, mas imagens construídas e organizadas que permitem captar o movimento dos diversos conteúdos que compuseram sua trajetória e as variadas relações que se estabeleceram entre eles. Atuava em

---

[586] Correspondência do secretário do Partido Socialista Brasileiro Joaquim Alves Ribeiro Júnior a Manoel Correia Defreitas, datada de 15 de maio de 1913. Acervo do Museu Paranaense (Nº Documento 02.09.0038).

[587] Correspondência do secretário do Club Civil Brasileiro Mario Pinto de Souza Júnior a Manoel Correia Defreitas, datada de 5 de abril de 1913. Acervo do Museu Paranaense (Nº Documento 02.09.0018).

[588] A "União Sociocrática", que tinha núcleos em várias partes do mundo: Estados Unidos, Grã-Bretanha, Islândia, Dinamarca, Suécia, França, Grécia, além de Brasil, Argentina. Essa entidade era adepta da ortologia que pregava a "remodelação social" que traria uma ampla "reforma intelectual", uma vez que "todos os erros práticos" provinham dos "lógicos". Paralelo ao preparo intelectual estava a "cooperação racional pelo emprego da plutometria, ou medida justa da produção e do consumo". A plutometria visava a extinção da emissão do "dinheiro oficial", cada um devendo ter "a liberdade e a faculdade de emitir sobre aquilo que possui ou aquilo que produz". Daí resultaria o enriquecimento gradual de todos, cada um tornando-se patrão de si mesmo. Mas só os "iniciados" e os "cooperadores da União Sociocrática" poderiam auferir tais benefícios, sendo eles também os únicos aptos a dirigir os destinos humanos. A "nova religião" contava com a simpatia e a adesão não só dos anarquistas, mas de muitos socialistas, como Manoel Correia Defreitas. Consultar LEONIDIO, Adalmir. **Carbonários, maçons, positivistas e a questão social no Brasil da virada do século XIX**. Revista de Histórias e Estudos Culturais. Julho-setembro 2008, Vol.5, Ano V, Nº 3.

[589] Correspondência do correligionário da União Sociocrática a Manoel Correia Defreitas, datada de 7 de janeiro de 1913. Acervo do Museu Paranaense (Nº Documento 05.01.0008).

diferentes áreas, desde a proteção de animais, campanha pela valorização da agricultura e sua expansão para áreas e atividades novas, participação em institutos científicos, entre outros. Sempre manteve-se inteirado dos assuntos de sua época fosse para criticar, fosse para apoiar. Não ficava alheio a nada, para tudo tinha uma opinião, por isso, apesar de afastado do centro de atuação política sempre era procurado pela imprensa, sobretudo do Rio de Janeiro e do Paraná, para expressar seu ponto de vista sobre os temas da agenda política.

4.3 – Correia Defreitas militante

> O Brasil não precisa de escravos, precisa de homens livres, do trabalho inteligente que progride (Folha Livre, 03/04/1887).

> Terminou, felizmente, a escravidão dos pretos, mas é necessário ainda resolver-se a escravidão dos brancos, abolindo definitivamente os dogmas da velha dinastia (A Evolução, 09/07/1888).

Manoel Correia Defreitas foi um dos organizadores do movimento republicano no Paraná e em Santa Catarina. Sua militância desenvolveu-se principalmente em três frentes: nos meetings/conferências, na imprensa e na formação de partidos políticos voltados para os interesses republicanos.

No que tange aos meetings, buscou divulgar o que era o sistema republicano e promover a politização da população. Neste sentido atuou nos congressos republicanos e percorreu os estados do Paraná, Santa Catarina, São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro difundindo a nova doutrina.

Em relação à imprensa colaborou em vários jornais republicanos desses estados onde percorria realizando os meetings realizando um intenso trabalho de propaganda conclamando os leitores a se unirem à causa republicana.

A palavra, escrita ou falada, foi o seu principal instrumento de luta em prol da república. A militância ocupou um lugar central no seu cotidiano infiltrando-se em todos os espaços da sua vida. Esta prática tinha por base o desejo da transformação social e implicava um exercício constante de questionamento da realidade. Pôde vivenciar o cotidiano de forma menos inocente e mais livre, revelando ganhos de consciência que lhe permitiram ir além da rotina diária.

4.3.1 – Campanha abolicionista

A campanha abolicionista, integrada na marcha republicana, teve na imprensa um dos seus principais elementos propulsores e no Paraná foi mais intensa em Paranaguá e Curitiba onde o movimento abolicionista foi reflexo do que ocorria na Corte, em São Paulo e nos grandes centros do norte e nordeste. O jornal de Paranaguá "Operário Livre", fundado em 1870 pelo jurista e poeta João Antônio de Barros Júnior deu início à campanha abolicionista via imprensa. Publicava-se o que ocorria nas outras províncias com relação à abolição[590] e não anunciava fuga de escravos, edital de praça ou qualquer outra notícia que remetesse à escravidão. Depois, em 1883 é fundado o jornal "Livre Paraná", por Fernando Machado Simas, e em 1887 o "Pátria Livre", por Albino José da Silva, que seguem na linha editorial da campanha abolicionista.

O movimento abolicionista ainda contava com a fundação de várias agremiações que promoviam festivais para arrecadar fundos destinados a aquisição de cartas de alforria. Entre as principais agremiações temos a Sociedade Emancipadora de Campo Largo (1880), Associação Emancipadora Paranaense (1883), Sociedade Libertadora Paranaense (1883), Sociedade Abolicionista Paranaguense (agosto de 1884), Centro Abolicionista do Paraná (1884), Centro Português Redemptor de Escravos (1884), Libertadora Chopim (1884), Libertadora de Palmas do Sul (1884), Sociedade Ventre Livre, o Clube Abolicionista

[590] Além da campanha pela abolição da escravidão, o Operário Livre também publicava matéria pelo sufrágio direto e generalizado, abolição da guarda nacional, ensino livre, descentralização, temporariedade no senado, entre outros assuntos.

Paranaense (1885), Centro Abolicionista de Corityba (1885) e a Confederação Abolicionista Paranaense fundada em 25 de março de 1885 e que congregava várias instituições: Clube Curitibano, Clube de Corridas, Arcádia Paranaense, União dos Artistas, Sociedade Itiberê da Cunha, Beneficência Italiana, Sociedade Protetora dos Operários, Clube Doutor Pedrosa, Clube Clarimundo Rocha, Clube Republicano e os jornais A República, Diário Popular, Der Pioner e Gazeta Paranaense (ALONSO, 2015; PILOTO, 1952).

Conforme o jornal XIX de Dezembro de 23 de janeiro de 1885, a diretoria da Confederação Abolicionista Paranaense ficou assim composta quando da sua fundação: Presidente (Major Solon), Vice-presidente (Major Pimentel), Orador (Rocha Pombo), 1º secretário (Nestor Victor) e 2º secretário (Francisco Itaciano Teixeira). Nesta mesma edição está registrada a ata da segunda sessão do Clube Abolicionista Paranaense realizada dia 18 de janeiro daquele ano, onde foram discutidos o estatuto do clube. Ao terminar a referida sessão, Correia Defreitas pediu para inserir um voto de louvor ao senhor chefe da polícia (não é citado o nome) pelo ato de patriotismo e humanidade que demonstrou em circular que emitiu no último dia 10 dirigida aos delegados de polícia proibindo o abuso de se castigar os negros nas cadeias a pedido dos respectivos senhores.

Dentre os principais vultos abolicionistas em Paranaguá e em Curitiba, Piloto (1952) destaca os seguintes:

QUADRO 9 – VULTOS ABOLICIONISTAS DE PARANAGUÁ E CURITIBA

PARANAGUÁ	CURITIBA
Leôncio Correia	Gabriel Pereira
João Regis	Nestor Vitor
Ernesto Laynes Junior	Miranda Ribeiro
Manoel Bonifácio	Eduardo Gonçalves
José Cleto da Silva	Vicente Machado
Manuel Felipe de Araújo	Ernesto Lima
Antônio Ernesto	Lamenha Lins
Fileto Guimarães	Eduardo Chaves
Antônio de Oliveira	Menezes Doria
José Bastos	Justiniano de Mello e Silva
Presciliano Correia	Francisco Itaciano Teixeira
	Sebastião Paraná
	Silveira Neto
	Ciro Correia

Fontes: Diário do Paraná, 29/03/1957, 13/05/1966, 13/05/1971. Piloto (1952).

Na relação de Alonso (2015) e de Piloto (1952) não aparece a Sociedade Secreta Abolicionista Ultimatum, fundada em Curitiba a 12 de junho de 1887, com sede na Praça Zacarias tendo sua primeira diretoria composta por Antônio Ricardo dos Santos (presidente), José Celestino de Oliveira Junior (secretário) e Joaquim José Belarmino de Bittencourt (tesoureiro). Entre os outros membros destacamos Francisco Solon, Francisco Itaciano Teixeira, Bernardino Freitas Saldanha, Ignácio Carneiro, Ildefonso Pereira Correia, Presciliano Correia, Bento Munhoz da Rocha, Francisco Antônio da Costa Nogueira, Agostinho Ferreira de Loyola e Albino Silva (Diário da Tarde, 13/05/1904. Paraná Moderno, 14/04/1911). Essa sociedade se propunha a proteger os escravos que eram maltratados pelos seus senhores, a sequestrá-los e enviá-los clandestinamente para outro local ou outro país. Como sociedade secreta cada um dos seus membros tinham um "nome de guerra" para suas atividades, agindo protegidos pelo anonimato (SPOLADORE, 2007).

Em julho de 1883 começa uma campanha nos jornais de Curitiba convocando os interessados para uma reunião que se realizaria dia 8 de julho de 1883, visando organizar uma sociedade abolicionista na capital e demais localidades (Jornal do Commercio, 08/07/1883. Gazeta Paranaense, 02/07/1883). Assim, a 14 de julho desse mesmo ano foi fundada em Curitiba uma sociedade abolicionista sob a presidência de Antônio Alves de Araújo (presidente da Província do Paraná de 26 de maio a 3 de setembro de 1883) e na ocasião foram libertados dois escravos. Segundo o jornal Livre Paraná do dia 14 de julho desse ano, por proposta do *"correligionário e colega Manoel Correia Defreitas"* a sociedade foi denominada Libertadora Curytibana[591].

Segundo Moraes (1986, p. 228) dentre os abolicionistas paranaenses que se destacaram estava Manoel Correia Defreitas (o ardoroso político) juntamente com o Visconde de Guarapuava, o Barão do Serro Azul, o Comendador Antônio Alves de Araújo, Vicente Machado, Itaciano Teixeira, Casimiro dos Reis Gomes e Silva, José Francisco da Rocha Pombo, Nestor Vitor dos Santos, Ciro Veloso, João Régis, Brasilino e Eduardo Moura, Joaquim Soares Gomes, José Cleto da Silva, Joaquim Bittencourt, Manoel do Rosário Correia, João e José Carvalho de Oliveira,

[591] Não foram localizados dados sobre a Sociedade Libertadora Curytibana.

Eduardo Chaves, Fernando Simas, Eduardo Gonçalves, Albino Silva, Mauricio Sinke, Guilherme Leite e Ernesto Lima.

O nome de Manoel Correia Defreitas aparece relacionado à causa abolicionista pelos autores que fazem relação direta entre ela e a campanha republicana. Exemplo dessa relação é o artigo de pesar pelo falecimento de Joaquim Procópico Pinto Chichorro Junior[592] publicado na Gazeta do Povo de 31 de agosto de 1926, *"um batalhador intransigente nas lides jornalísticas e político militante, desde a propaganda da república, quando esposou as ideias liberais daquele tempo, ao lado de Correia Defreitas, Fernando Simas e toda aquela plêiade de moços da campanha abolicionista em nosso estado".*

Outra referência relacionando-o a campanha abolicionista foi publicada no jornal Gazeta de Notícias de 24 de fevereiro de 1888. Tratando do movimento libertador em Joinville/SC que se preparava para a libertação completa dos escravos na cidade, indica que no dia 26 próximo seria constituída um centro diretor composto de liberais, conservadores e republicanos. Victorino Bacellar e Manoel Correia Defreitas seriam os representantes dos republicanos[593]. A indicação de Manoel se deu porque ele fazia parte de uma comissão abolicionista em Joinville que angariava fundos para comprar a alforria dos escravos. Em janeiro de 1887, ele fundou em Joinville o jornal abolicionista e republicano "Folha Livre" (figura 161), que era propriedade de uma associação e o único jornal publicado em português naquela comarca, do qual circularam 23 edições, de 23 de janeiro a 26 de junho daquele ano (RODRIGUES, 2004). Apresentava assuntos diversos, dando ênfase à causa abolicionista. Pregava que o fim da escravidão levaria a regeneração da dignidade nacional e apontava que a lei ainda estava ao lado dos

[592] Joaquim Procópio Pinto Chichorro Junior (1864-1926) ocupou cargos importantes na administração pública paranaense, destacando-se o de procurador da Fazenda, o de secretário do Interior e Justiça e Instrução Pública e o de secretário das Finanças, Comércio e Indústria. Foi também deputado estadual em duas legislaturas, administrador dos Correios e diretor-presidente do Banco de Curitiba. Foi professor do Ginásio Paranaense, titular das cadeiras de Pedagogia, Lógica e História Natural. Teve notável atuação nos cenários literário, filosófico e político. Homem de letras, polemista vigoroso, comentarista, poeta e jornalista, pianista e um dos sócios-fundadores do Centro de Letras do Paraná. Disponível em http://www.academiapr.org.br/academicos/cadeira-32/. Acesso 29.janeiro.2017.

[593] Os representantes dos conservadores seriam Machado da Luz, Celestino de Oliveira, Correa Maia, A.Sinke e Eugênio Moreira. Os dos liberais seriam Gomes de Oliveira e A.I.Ribeiro. Ainda contavam com Pedro C. de Araújo e Ignácio Lázaro Bastos.

“negreiros”, que cortavam em nome da santa paz a carne de seus legítimos escravos. Eram os senhores quem podiam falar, discutir e julgar. Os abolicionistas eram vistos como ladrões da propriedade alheia que ousavam dizer em público que o escravo era tão homem como Andrade Figueira[594] e Martinho Campos[595]. Os escravistas eram vistos como o bom patriota, fervoroso adorador da ordem e para mantê-la em sua propriedade, sempre perfeita e pura comprava a consciência de um feitor e muitos metros de couro cru para o castigo dos escravos. Os abolicionistas eram os ruins, desordeiros, revolucionários, mas faziam a sua fortuna pelo seu trabalho e perseverança própria e não eram parasitas como os “negreiros” que não podiam viver de si mesmo, porque a dependência exclusiva do escravo fez perder a inteligência e paralisou lhe os músculos. Os abolicionistas tinham do seu lado sua consciência e vontade. Os escravistas tinham a sombra da coroa, a lei Saraiva e o dinheiro. Os abolicionistas consideravam a escravidão uma “patifaria” em pleno século XIX. Eram caluniados e chamados de “pobretões desrespeitados”, para isso respondiam:

> Somos pobres, mas daqui alguns anos talvez a nossa pobreza socorra a tua miséria, porque tu morrerás, parasita infame, quando faltar o escravo, como morre o verme tumular quando extingue o cadáver.
> Muito rico de hoje, talvez vá implorar um pão para os filhos à porta do seu escravo de outrora.
> Será triste, mas justo! (Folha Livre, 17/04/1887)[596]

---

[594] Domingos de Andrade Figueira (1834-1919) formou-se na Faculdade de Direito de São Paulo, em 1857. Depois de fazer carreira como advogado, foi nomeado governador da Província de Minas Gerais em 1868. Elegeu-se deputado pelo Partido Conservador em 1869 e foi deputado da assembleia provincial do Rio de Janeiro entre 1870 e 1872. Escravista, foi um dos principais adversários do Visconde do Rio Branco na aprovação da Lei do ventre Livre. Combateu os republicanos e, após a Proclamação da República, ainda procurou restaurar a monarquia no Brasil, questionando a sanidade mental de seu desafeto Benjamin Constant (ALONSO, 2015).

[595] Martinho Álvares da Silva Campos (1816-1887) formou-se em medicina em 20 de dezembro de 1838, pela Escola de Medicina do Rio de Janeiro. Legislador atuante na Câmara dos Deputados, foi deputado geral, de 1857 a 1881, pelos distritos de Vassouras, pela capital do Império e pela província de Minas Gerais. Foi presidente da província do Rio de Janeiro, de 15 de março de 1881 a 16 de março de 1882. Entre 21 de janeiro e 3 de julho de 1882 ocupou o cargo de presidente do Conselho de Ministros, sendo ao mesmo tempo ministro da Fazenda. De 1882 a 1887 esteve no senado, sendo em 1886 Conselheiro de Estado. Se declarava escravocrata da gema (ALONSO, 2015).

[596] Infelizmente os redatores do Folha Livre enganaram-se. O acesso aos espaços políticos, aos bens sociais, à produção do pensamento, a riqueza, tem sido determinado pela lógica escravocrata. O espaço negro é reduzido. O negro é discriminado e não é reconhecido em suas atividades. Entretanto, as narrativas de humilhações e dificuldades entram em choque com o fato concreto da presença e importância dos negros e seus descendentes na cultura e nas artes brasileiras. As práticas de racismo são diversas e se apresentam de várias formas. Por meio das estatísticas sobre escolaridade, mercado de trabalho, criminalidade, presença nas artes e outros

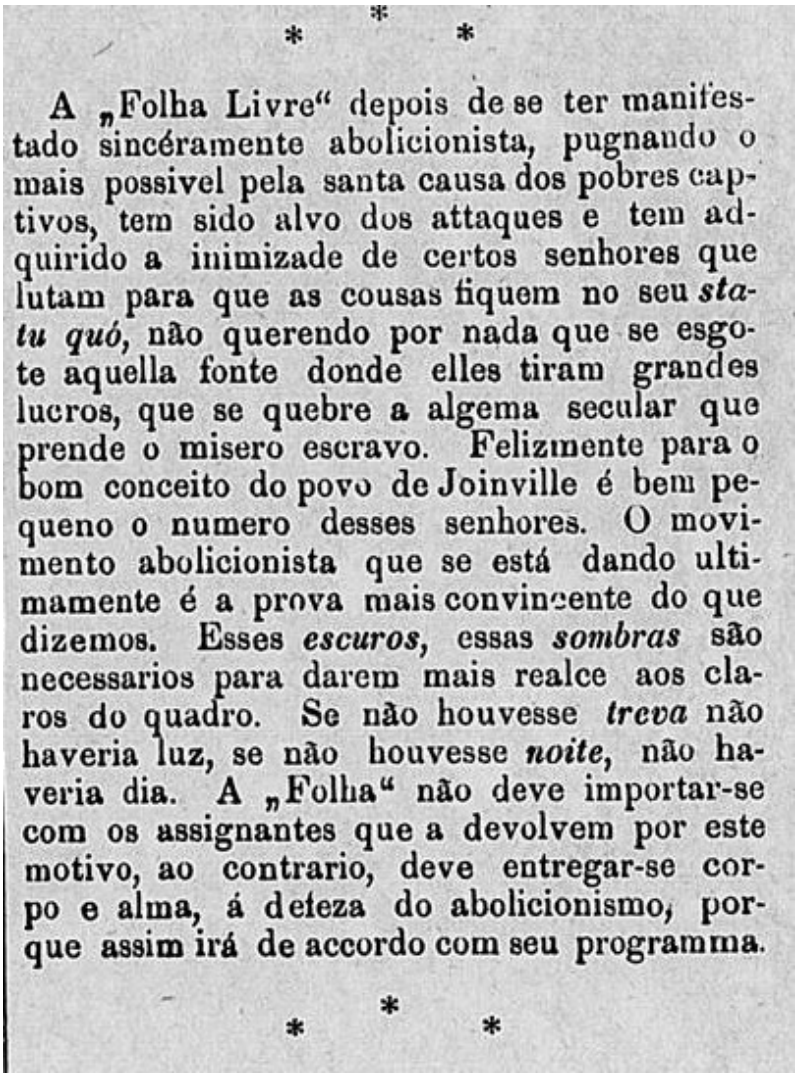
O Folha Livre aponta na edição do dia 19 de junho de 1887 que a escravidão já havia sido abolida na Aústria (1782), França (1794), Inglaterra (1834), Índias Orientais (1838), Bolívia (1826), Peru (1827), México (1828), Venezuela (1853), Estados Unidos (1873) e Cuba (1886). No Brasil a marcha era a seguinte: proibição do tráfico negreiro (1850), libertação do ventre livre (1871), libertação dos sexagenários (1885). E questionavam se a abolição completa viria no século XX e qual era a diferença entre um homem e um escravo. Quem defendia o código negro, a razão? Não, pois ela é luz! A religião? Não, pois ela é um bálsamo! Quem a defendia então? A cobiça, a ambição. O periódico elogiava os senhores de Joinville que alforriavam seus escravos, não poupava elogios a esses ao mesmo tempo que fazia protestos enérgicos e com linguagem franca, pungente da verdade e nada pacata aos escravistas. O Ceará e o Amazonas já estavam livres da escravidão. O Rio Grande do Sul quase livre. Faltava Santa Catarina e o Paraná também seguirem esses exemplos e tentar a extinção do elemento escravo. A percepção da escravidão como um entrave à formação social do país e do povo brasileiro não era nova. Estava na pauta de grande parte dos liberais desde do tempo da independência, mas na época não era vislumbrada uma outra saída para a organização da mão-de-obra na jovem nação que não fosse a escrava.

As fontes consultadas não permitem falar da posição de Manoel Correia Defreitas frente a escravidão por falta de material diretamente assinado por ele. A bibliografia apenas o aponta como abolicionista sem indicar fontes, discursos, artigos ou qualquer outro material produzido por ele com relação ao assunto. Do pouco material levantado nos periódicos não conseguimos nenhum documento que possibilitasse uma análise mais profícua. Os editais do jornal Folha Livre

---

pode-se perceber o problema na prática. A sociedade brasileira tem sido, apesar dos mais de 100 anos da Lei Áurea, regida por uma lógica escravocrata e machista.
A desigualdade racial brasileira tem sido denunciada por diversas pesquisas e traz índices que levam à conclusão de que a qualidade de vida da população negra está próxima a dos países mais pobres. As famílias negras ainda são marginalizadas no processo produtivo, sendo assim os seus filhos também são marginalizados. De 2000 menores carentes, conforme o UNICEF, 1600 são negros. Tratando especificamente do mercado de trabalho, inúmeras são as atitudes racistas que acabam dificultando a inserção do negro em áreas que exigem maior especialização. A exigência de "boa aparência", o assédio à mulher, a ocupação de cargos inferiores, a remuneração diferenciada do negro em relação ao branco nos mesmos cargos, a violência física (que chega a ocorrer em alguns casos) são exemplos do problema. Iniciativas para diminuir o racismo são necessárias para a sociedade brasileira em pleno século XXI. Ainda está uma “patifaria” conforme apontado no século XIX pelo jornal Folha Livre.

representam o órgão e não temos como ter certeza de que todos foram escritos por Manoel. Dos clubes abolicionistas que teria participado não foram localizados documentos dessas instituições, como as atas das sessões, para termos uma ideia da extensão da sua atuação na campanha abolicionista. Em suma, nos escritos localizados Manoel Correia Defreitas fala sobre a república e não trata da escravidão, apenas aponta que a igualdade é uma característica republicana e limitava-se a pregar a eliminação dos privilégios da monarquia, não "descia às senzalas". Debatia a forma que a república deveria assumir, a forma de se constituir o povo político e o processo eleitoral e não a forma que o governo deveria adotar para a libertação dos escravos.



* * *

A „Folha Livre" depois de se ter manifestado sincéramente abolicionista, pugnando o mais possivel pela santa causa dos pobres captivos, tem sido alvo dos attaques e tem adquirido a inimizade de certos senhores que lutam para que as cousas fiquem no seu *statu quó*, não querendo por nada que se esgote aquella fonte donde elles tiram grandes lucros, que se quebre a algema secular que prende o misero escravo. Felizmente para o bom conceito do povo de Joinville é bem pequeno o numero desses senhores. O movimento abolicionista que se está dando ultimamente é a prova mais convincente do que dizemos. Esses *escuros*, essas *sombras* são necessarios para darem mais realce aos claros do quadro. Se não houvesse *treva* não haveria luz, se não houvesse *noite*, não haveria dia. A „Folha" não deve importar-se com os assignantes que a devolvem por este motivo, ao contrario, deve entregar-se corpo e alma, á defeza do abolicionismo, porque assim irá de accordo com seu programma.

* * *

Figura 161 – Declaração do Folha Livre como abolicionista na edição de 27/03/1887

4.3.2 – Propaganda republicana

> A primeira condição de êxito de uma propaganda, já o disse, é a firmeza das convicções, a pureza da fé nos que se dizem sectário da nova doutrina. ... Pedir uma outra república é propor o início de uma nova propaganda para remodelar "essa que aí está". (CAMPOS SALLES, 1983, p. 171)

O lançamento do Manifesto Republicano em 1870[597] marca o início efetivo da divulgação do ideário do movimento republicano no Brasil que remonta às lutas pela Independência, influenciado também pelos federalistas norte-americanos. Em 1870, observa-se a existência de alguns grupos mais atuantes no movimento: os

[597] O Manifesto Republicano de 1870 foi uma declaração publicada pelos membros dissidentes do Partido Liberal (*luzias*), liderados por Quintino Bocaiúva e Joaquim Saldanha Marinho. Ambos haviam decidido formar um Clube Republicano no Rio de Janeiro, com o objetivo de derrubar a monarquia e estabelecer a república. Esse manifesto foi publicado pelo primeiro número do periódico A República, em 3 de Dezembro de 1870 **(ver Anexo 19)** e foi assinado por 60 adeptos: Alfredo Gomes Braga (empregado público), Alfredo Moreira Pinto (professor), Antônio da Silva Neto (engenheiro), Antônio de Sousa Campos (médico), Antônio José de Oliveira Filho (advogado), Antônio Nunes Galvão, Antônio Paulino Limpo de Abreu, Aristides da Silveira Lobo (advogado, ex-deputado pela província de Alagoas), Augusto César de Miranda Azevedo (médico), Bernardino Pamplona (fazendeiro), Cândido Barata Ribeiro (médico e político), Cândido Luís de Andrade (negociante), Carlos Americano Freire (engenheiro), Cristiano Benedito Ottoni (engenheiro, ex-deputado pela província de Minas Gerais), Eduardo Baptista R. Franco, Eduardo Carneiro de Mendonça, Elias Antônio Freire (negociante), Emílio Rangel Pestana (negociante), Félix José da Costa e Souza (advogado), Flávio Farnese (advogado e jornalista), Francisco Antônio Castorino de Farias (empregado público), Francisco Carlos de Brício, Francisco Leite de Bittencourt Sampaio (advogado, ex-deputado pela Província de Sergipe), Francisco Peregrino Viriato de Medeiros (médico), Francisco Rangel Pestana (advogado e jornalista), Gabriel José de Freitas (negociante), Galdino Emiliano das Neves, Henrique Limpo de Abreu (advogado, ex-deputado pela Província de Minas Gerais), Jerônimo Simões (negociante), João Baptista Lupez (médico), João de Almeida (jornalista), João Vicente de Brito Galvão, Joaquim Garcia Pires de Almeida (jornalista), Joaquim Heliodoro Gomes (empregado público), Joaquim Maurício de Abreu (médico), Joaquim Saldanha Marinho (advogado, ex-presidente das Províncias de Minas Gerais e de São Paulo, ex-deputado pela de Pernambuco), José Caetano de Morais e Castro, José Jorge Paranhos da Silva (advogado), José Lopes da Silva Trovão (médico), José Maria de Albuquerque Melo (advogado, ex-deputado pela Província do Rio Grande do Norte), José Teixeira Leitão (professor), Júlio César de Freitas Coutinho (advogado), Julio Valentín Gutiérrez (negociante), Lafayette Rodrigues Pereira (advogado, ex-presidente das províncias do Ceará e do Maranhão), Luís de Sousa Araújo (médico), Macedo Sodré (negociante), Manuel Benício Fontenelli (advogado, ex-deputado pela Província do Maranhão), Manuel Marques da Silva Acauan (médico), Manuel Marques de Freitas, Máximo Antônio da Silva, Miguel Vieira Ferreira (engenheiro), Octaviano Hudson (jornalista), Paulo Emílio dos Santos Lobo, Pedro Antônio Ferreira Viana (advogado e jornalista), Pedro Bandeira de Gouveia (médico), Pedro Rodrigues Soares de Meireles (advogado), Quintino Bocaiúva (jornalista, a quem é atribuída a redação do Manifesto), Salvador de Mendonça (jornalista), Silva Jardim (advogado) e Tomé Inácio Botelho (capitalista). Este grupo influenciou o grupo reunido na Convenção de Itu (1873), quando foi fundado o Partido Republicano Paulista (PRP) (DORNAS FILHO, 1941).

jacobinos (ou radicais) associados às ideias de ampliação de conquistas democráticas cujo maior representante foi Silva Jardim e os moderados que se interessavam basicamente pela questão da instauração do sistema federalista. O Poder Moderador era considerado pela ala radical um verdadeiro poder absolutista, por isso consideravam que a república caberia realizar a revolução burguesa brasileira, abrindo o país aos ventos liberais e democráticos, inspirados no ideário da Revolução Francesa. Por sua vez a ala moderada sequer se manifestava sobre a abolição da escravatura e nem se posicionaram sobre a redução do eleitorado engendrada pela Lei Saraiva[598]. O movimento republicano contava também com a adesão de alguns positivistas, militares em geral, que viam na república a possibilidade de concretização dos ideais de ordem e progresso. Basbaum (1986, p. 275) salienta, no entanto, que *"[...] havia uma separação entre o exército e o povo. Embora a massa dos soldados fosse proveniente das camadas populares da população, o exército estava longe de ser popular".*

Conforme afirma Basbaum (1986, p. 238) *"a república não era um anseio popular, mas sim a aspiração de uma parte intelectualizada das classes médias, nada mais"*. Entre os republicanos haviam os que se denominavam "republicanos propagandistas" ou "republicanos históricos" e geralmente eram os fundadores dos partidos republicanos em diferentes províncias e vinham participando, os mais antigos, da propaganda republicana desde a década de 1870, e os que eram chamados de "republicanos adesistas" ou "republicanos do dia 16" que aderiram ao novo regime às vésperas da implantação da república ou após a queda da monarquia em 15 de novembro de 1889.

---

[598] O Decreto Nº 3029, de 9 de janeiro de 1881, que teve como redator final o Deputado Geral Rui Barbosa, também ficou conhecido como "Lei Saraiva" em homenagem feita ao José Antônio Saraiva, Ministro do Império, que foi o responsável pela primeira reforma eleitoral do país. O referido decreto instituiu, pela primeira vez, o "Título de Eleitor", proibiu o voto de analfabetos, além de ter adotado eleições diretas para todos os cargos eletivos do Império: senadores, deputados à Assembleia Geral, membros das Assembleias Legislativas Provinciais, vereadores e juízes de paz. Estabeleceu ainda que os imigrantes de outras nações, em particular a elite de comerciantes e pequenos industriais, e os que não fossem católicos, religião oficial do Império, poderiam se eleger, desde que possuísse renda não inferior a duzentos mil réis. O Império brasileiro era, antes da Lei Saraiva, um dos países mais democráticos do mundo. Os eleitores brasileiros na década de 1870 somavam 10% da população. Na mesma década, no Chile 1%; Itália 2%; Reino Unido 7%; Portugal 8%; Alemanha 9%. Apenas os Estados Unidos, a França e Espanha superavam o Brasil, com 16%, 20% e 24% da população respectivamente. Na primeira eleição após a implantação da Lei Saraiva, em 31 de outubro de 1881, o eleitorado passou a ser de menos de 1,5% da população brasileira. Conforme FAORO, Raimundo. **Os donos do poder**. 2 volumes. Porto Alegre: Globo Editora, 1976.

Costa (1985) destaca que a propaganda republicana havia preparado a população para a troca de regime de governo devido a intensa campanha realizada na imprensa, o que demonstra o significativo valor desse movimento. Ou seja, o povo não assistiu “bestializado” o desfile militar que introduziu o regime republicano no país, conforme afirmou Aristides Lobo, dando a entender que não participou e não sabia o que estava acontecendo (CARVALHO, 2004, p.9). O movimento republicano não conseguiu garantir a coesão do Partido Republicano pois a forma de realizar sua propaganda, utilizando-se da imprensa, ainda que de forma intensa, não poderia ter alcançado a maioria da população brasileira, devido ao analfabetismo e também pela questão da localização geográfica. Ela atingiu um número restrito de pessoas, em sua maioria letrados urbanos, o que é mais um indicativo do alijamento popular do projeto republicano. As taxas de analfabetismo no Brasil chegavam a 84,2% e 85,2% da população total, nos anos 1872 e 1890, além da *“... constante preponderância da população rural sobre a urbana (de 60%, em 1872, para 64% em 1900 e 70% em 1920)”* conforme Carone (1978, p.10). Nessa mesma linha temos a afirmação de Leal (1997, p.44) de que o povo é *“... completamente analfabeto, ou quase, sem assistência médica, não lendo jornais, nem revistas nas quais se limita a ver as figuras, o trabalhador rural, a não ser em casos esporádicos, tem o patrão na conta de benfeitor”.* O autor completa sua caracterização dizendo ser uma ilusão pretender que esses indivíduos tivessem consciência de algum direito ou de independência cívica.

O 15 de novembro foi antecedido por anos de luta ideológica da propaganda republicana. Em vários estados haviam grupos políticos republicanos razoavelmente organizados, difundido o ideário republicano através da imprensa, livros, panfletos, conferências públicas e disputando eleições sem muito sucesso: durante o período imperial elegeram apenas dois representantes para o parlamento nacional e nos estados elegeram alguns representantes para as assembleias legislativas, sobretudo do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, portanto a tribuna não pesou na propaganda republicana (CARVALHO, 2009; 2011). A organização dos partidos ou clubes republicanos era regional, não havia um movimento unificado nacional, com direção única, mas havia laços nacionais entre eles sobretudo entre os republicanos que iniciavam sua atuação como estudante de Direito das faculdades de São Paulo e Recife, de onde se

espalhava as ideias modernizadoras. Os republicanos traziam para a política uma concepção de Estado diferente, com raízes no positivismo e cientificismo do século XIX – visavam a autonomia para os estados e o fim do centralismo monárquico. Os propagandistas entravam na política para propor mudanças. Da república esperava-se uma grande transformação, a ela se associavam as noções de modernidade, competência, progresso, austeridade em oposição ao império visto como apático, estagnado, irracional, preso em laços pessoais e de hereditariedade. Parte pequena dos republicanos, entre eles Manoel Correia Defreitas, esperava até o começo de uma era de igualdade entre os cidadãos inspirado no projeto igualitário da Revolução Francesa associando a república a um novo tipo de administração competente, neutra e racional que livraria o serviço público da visão patrimonial (com indicações pessoais) passando a ser burocratizado e racionalizado. Enfim, seriam criadas as condições de ordem para se atingir o progresso.

A agenda de reformas políticas divulgada pelos propagandistas históricos pregava o fim do Poder Moderador[599], do Senado vitalício e do Conselho de Estado, além da descentralização político-administrativa, a separação da igreja e do Estado e a expansão do sufrágio universal. Após o Congresso Republicano Federal realizado em 1887 entra nessa relação a liberdade de palavra, de ensino, de reunião associação e de propriedade. Relegada a segundo plano não aparecem nas propostas republicanas a garantia aos direitos civis, a independência do judiciário, a eletividade da polícia, a extinção da Guarda Nacional e a indicação concreta da abolição da escravidão (CARVALHO, 2011).

Então em que consistia essa república? A questão não é nada simples, pois diferentes modelos de república disputavam as preferências: jacobino, norte-americano, positivista, militar-nacionalista. Na verdade, apesar de ser um conceito em disputa, na realidade acabou se tornando uma nova roupagem para os mesmos

[599] Manoel Correia Defreitas no Pátria Livre de 7 de abril de 1889 escreve um artigo que procura elevar no conceito público a propaganda das ideias republicanas. Ele aponta a *"monarquia como a instituição que entorpece todo o progresso, de um poder absorvente e tirânico, uma triste anomalia no Brasil que é a exceção no continente americano. Na monarquia a dinastia disfarça seu absolutismo em uma constituição, que não foi feita pela nação, mas outorgada pelo imperador. A consciência nacional vai se despertando, o povo vai tendo alguma orientação a respeito da vida política, de seus direito e deveres. A mocidade pensa e estuda tendo na sua opinião a sentença de morte desse poder absoluto. Muito há de se fazer em prol da liberdade. Cada cidadão tem que ser um combatente em prol da reivindicação dos direitos do povo!"*

grupos do império, pois a república implantada não teve nada a ver com igualdade e participação.

Boehrer (2000) aponta que o início do movimento republicano no Paraná foi hesitante e esporádico. Três semanas após a publicação do Manifesto de 1870, no dia 24 de dezembro de 1870, ele foi publicado no jornal Operário da Liberdade de Paranaguá, que anunciou sua adesão a ele, mas esse fato não é significativo visto o jornal ter deixado de existir uma semana depois. Após essa data não se registrou fatos importantes que demonstrassem a adesão de paranaenses à causa republicana. Somente em 1879 com a fundação do jornal "O Povo", em Morretes, por Rocha Pombo é que voltamos a ver manifestações a favor da república em solo paranaense. Em 1881, o então estudante de Direito, Vicente Machado se candidata à Assembleia Provincial como republicano, mas isso foi uma atitude individual e ele não representava nenhuma instituição. Boehrer considera que somente no ano de 1883 com a fundação do jornal "Livre Paraná", em Paranaguá por Fernando Simas *"temos o início da verdadeira atividade republicana no Paraná" (*BOERHER, 2000, p. 186)[600]. Quando da implantação da república em novembro de 1889 no Paraná o movimento republicano era fraco: contava com poucos clubes, com dois jornais bem estabelecidos (talvez o ponto mais forte) e os resultados das poucas eleições que participou foram desastrosas[601].

Apesar de ser de pouca expressão, se comparado aos centros como São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, Martins (1967, p. 319) aponta que o *"Paraná repetidamente inscreveu vários nomes de combatentes ilustres e denodados"*. Os republicanos paranaenses de maior destaque, considerados pelo autor, são

[600] O jornal republicano "Livre Paraná: echo republicano" foi fundado por Fernando Machado Simas e Guilherme Leite em Paranaguá no dia 7 de julho de 1883. Circulou até dezembro de 1887. É considerado o precursor da verdadeira atividade republicana no Paraná por ter sido a primeira folha semanal republicana de fôlego. Manoel Correia Defreitas contribuiu para esse jornal que convocava os correligionários do estado a organizar núcleos republicanos locais a fim de fundarem o Partido Republicano do Paraná. As duas principais linhas de atuação era a crítica ao império e o ataque ao comando político local concentrado em Visconde de Nácar, a oligarquia nacarina. Foi o instrumento que fez a propaganda republicana em Paranaguá até a fundação do Clube Republicano da cidade em 21 de agosto de 1887.

[601] Boehrer (2000) confunde-se e considera Manoel Correia Defreitas como catarinense. Esse engano se justifica por ter Manoel atuado intensamente entre os anos de 1884 e 1888 em Santa Catarina representando o estado nos diferentes congressos republicanos federais, ter realizado a fundação de vários clubes republicanos e ajudado na fundação do Partido Republicano Catarinense, além da atuação na imprensa local.

Ubaldino do Amaral[602] (que em 1871 fez sua adesão em prol da república em memorável discurso na reunião do Partido Liberal em Sorocaba), Eduardo Mendes Gonçalves[603] (que juntamente com Ubaldino, foi o representante do Paraná no Primeiro Congresso Federal Republicano realizado no Clube Tiradentes, no Rio de Janeiro em 1888 sob a presidência de Saldanha Marinho) e Manoel Correia Defreitas de quem destaca sua atuação em Santa Catarina e no Rio de Janeiro[604].

Em termos locais, Martins (1967) destaca que a principal figura do movimento republicano no Paraná foi Vicente Machado que em 2 de dezembro de 1888 fez sua adesão como deputado pelo Segundo Distrito Eleitoral da Província e que se tornou o chefe singular da organização partidária no estado[605].

Westphalen et all (1969) aponta que o movimento republicano que corria o império existia no Paraná, mas não tinha qualquer influência na situação política provincial. O paranaense Ubaldino do Amaral exercia liderança entre os

[602] Ubaldino do Amaral Fontoura (1842-1920) nasceu na Lapa e se atuou como professor, jurista e político. Em 1867 formou-se em Direito pela Faculdade de Direito de São Paulo e posteriormente passou a residir em Sorocaba, cidade onde chefiou a campanha para o lançamento da Estrada de Ferro Sorocabana. Também fundou uma série de instituições filantrópicas e escreveu em prol da abolição e da República. Após transferir o seu escritório para o Rio de Janeiro exerceu uma série de cargos, como por exemplo, presidente do Banco do Brasil, Inspetor de Alfândega e professor na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Na carreira pública, foi pelo Paraná de 1891 a 1894, prefeito do Distrito Federal de 1897 a 1898 e Ministro do Supremo Tribunal Federal. Também integrou comissões de instituições literárias e científicas no país e no exterior, assim como o fato de ter sido embaixador do Brasil à corte permanente de arbitramento do Tribunal de Haia. Consultar Muzzillo, Camila. **1001 ruas de Curitiba**. Curitiba: Editora Artes&Textos, 2012.

[603] Eduardo Mendes Gonçalves era engenheiro civil formando pela Escola Central do Rio de Janeiro. Veio trabalhar na construção da Estrada de Ferro Paranaguá-Curitiba. Teve destacada atuação política a favor da república, fundando, em Curitiba, o jornal "A República", que defendia os ideais republicanos e do qual foi redator. Foi presidente do Clube Republicano de Curitiba. Proclamada a república, foi eleito deputado à Constituinte de 1891, ocupando a 4ª. Secretaria da Mesa, ao lado de Francisco Glicério, Prudente de Morais, Saldanha Marinho, Borges de Medeiros e tantos outros líderes da época. Sua carreira política, contudo, não prosseguiu por muito tempo, pois, como muitos outros companheiros, os chamados republicanos históricos, logo se apercebeu não ser aquela "a Republica de seus sonhos". Em Curitiba casou com Julieta Ramos. Abandonada a carreira política, voltou a dedicar-se à engenharia. Faleceu em 1911. Consultar Diário da Tarde, 06/04/1911. O Dia, 16/03/1924 e 08/07/1951. Disponível em http://www.mendesgoncalves.com.br/arvoregenealogica.htm. Acesso 18.dezembro.2016.

[604] Apesar de Romário Martins não fornecer muitos detalhes da atuação de Manoel Correia Defreitas na propaganda republicana ele o coloca entre as principais figuras paranaenses do movimento republicano.

[605] Ver também MARTINS, Romário. **O Paraná na propaganda republicana**. Curitiba, Revista A Divulgação, Ano I, Nº 1-2, novembro-dezembro 1947, p.5.

Correspondência de Manoel Correia Defreitas à Saldanha Marinho de 30 de novembro de 1888 (Acervo do Museu Paranaense – Nº Documento 05.21.0099).

republicanos, mas não tinha militância no Paraná. Após o Manifesto de 1870 as manifestações republicanas no Paraná foram pequenas e isoladas. Cita as mesmas personalidades apontadas por Boerher, exceto Manoel Correia Defreitas que não aparece nesse item da obra.

A campanha republicana de Paranaguá era comandada pela Trindade Republicana composta por Fernando Simas, Albino Silva e Manoel Correia Defreitas. Os dois primeiros através dos jornais Livre Paraná e Pátria Livre. O último era o *"intemerato e valente popular aqui, ali e acolá. Todos pregoeiros da* '*santa cruzada republicana"*' (FREITAS, 1999). Germano Pirath, um prussiano que morava em Paranaguá e foi um dos fundadores do Clube Republicano da cidade, em rodas íntimas fazia elogiosas referências ao republicano Manoel Correia Defreitas, era quem mais prendia seu espírito, dizia ele[606]. Antes da fundação do clube republicano na cidade havia o Núcleo Republicano de Paranaguá, fundado a 13 de agosto de 1882, do qual Manoel Correia Defreitas fazia parte e que liderava a propaganda republicana no Paraná[607]. Em 1881 foi divulgada a "Declaração Republicana Paranaguense" (considerado o primeiro documento formal de adesão republicana no Paraná) e em 1882, o "Manifesto aos Paranaguenses" fazendo a propaganda das ideias do regime republicano e oficializando a criação do núcleo[608].

Os clubes republicanos eram locais de debates, de encontro e de coordenações de ideias. A 22 de novembro de 1885 é fundado o Clube Republicano de Curitiba tendo Eduardo Mendes Gonçalves como presidente e Ernesto Lima como secretário. O clube publica o jornal A República a partir de março de 1886[609]. José Correia de Freitas estava presente na reunião de

---

[606] FIGUEIRA, Alberico. **Coisas Nossas**. Paranaguá, 1966, volume 1.

[607] Conforme telegramas de Manoel Correia Defreitas enviados para Antonina, Morretes, Curitiba e Joinville comunicando a primeira reunião do movimento republicano em Paranaguá (Acervo Museu Paranaense Nº Documento 02.09.0011 e 09.02.0024). No ano seguinte Manoel Correia Defreitas envia telegrama para "Silvius" comemorando o primeiro aniversário do movimento republicano em Paranaguá (Acervo Museu Paranaense – Nº Documento 02.09.0031).

[608] Já mencionados no item 4.1.4 – Maçonaria.

[609] O jornal A REPÚBLICA era o órgão do Clube Republicano de Curitiba. Circulou de 16 de março de 1886 até 1930. Manoel Correia Defreitas participou das publicações desse jornal primeiro combatendo a monarquia e depois analisando os rumos que a mesma tomava no país. Os

instalação do clube, mas seu irmão Manoel não. Os outros membros presentes no dia da fundação eram Mauricio Sinke, João Leandro da Costa, Albino Silva, Celestino Júnior, Francisco Ignácio da Rocha, Antônio Schneider, Sebastião Paraná, Pacífico Guimarães, Emiliano Pernetta, Otávio do Amaral, Lufrido Costa, José Moura de Brito, Chichorro Júnior, Ernesto Lima, Agostinho Leandro, Eugênio Wirmond, Manuel José Gonçalves, Álvaro Ramos, Pedro Arouca, Joaquim Monteiro, Francisco Carvalho de Oliveira, Eduardo Moura, Brasilino Moura entre outros.

Apesar de não estar fisicamente presente no dia da instalação do Clube Republicano de Curitiba, Manoel Correia Defreitas pode ser considerado um dos seus articuladores devido a intensa campanha republicana que desenvolvia desde a década de 1870 quando passou a frequentar os encontros republicanos na casa de Joaquim Soares Gomes em Paranaguá. Assistia com muito entusiasmo as discussões coordenadas por José Antônio de Barros Júnior, juiz municipal que fundou o jornal “Operário Livre” em 1870. Devido as perseguições que começou a sofrer depois da fundação do periódico, José de Barros teve que deixar Paranaguá e mudou-se para Recife. Em declaração enviada a Jayme Ballão em maio de 1890 ele afirmava que Manoel Correia Defreitas ficou como seu continuador da ideia republicana em Paranaguá. Depois da implantação da república encontram-se no Rio de Janeiro e Manoel lhe ofereceu o lugar de chefe de polícia em Santa Catarina em reconhecimento à sua atuação republicana (Diário do Commercio, 25/05/1890).

Manoel Correia Defreitas, na década de 1870 escrevia no jornal Echo Literário, do Clube Literário de Paranaguá combatendo a monarquia. Quando muda-se para Curitiba funda com Rocha Pombo o jornal de ideais republicanos “A Verdade” no ano de 1881 (MARTINS, 1908). Não foram localizados exemplares desse periódico e nem mais referências sobre ele, mas presume-se que teve vida efêmera pois o jornal O Paranaense de 12 de dezembro de 1881 noticia que Manoel Correia Defreitas tinha acertado, em outubro, a venda de sua parte do jornal por 300$000 réis com Joaquim J.B.Bittencourt e que no dia seguinte iriam concluir o negócio, mas Manoel não apareceu. O jornal questionava se nesse valor

---

redatores eram Eduardo Mendes Gonçalves, Otávio do Amaral, Emiliano Pernetta, Chichorro Junior, Nestor Vitor, Ernesto Lima e Celestino Junior.

Manoel já havia considerado o pagamento dos bilhetes dos assinantes que haviam sido sorteados em julho, que dava um pouco mais de 100$000 (O Paranaense, 31/07/1881) ou se essa quantia correspondia apenas ao valor da encomenda dos tipos que *"o sr. Correia, como negociante, ou como comissionário, mandou vir da corte"*. O artigo é finalizado com uma sátira ao Manoel, visto que se considerava "esperto e redator de jornal" então quitasse esse pagamento dos assinantes da "ex-Verdade" que pagaram a assinatura de um ano e meio, visto ele já ter recebido o valor dessas assinaturas e a autorização para receber o prêmio dos bilhetes da loteria da corte.

Continuando sua jornada republicana em solo paranaense, escreveu no jornal Livre Paraná fundado em Paranaguá no ano de 1883 por Fernando Simas[610], também de orientação republicana. Após o encerramento das atividades desse jornal passa a contribuir com o "Pátria Livre", fundado em Paranaguá por Albino José da Silva[611] em 1888 para suprir a lacuna deixada na sociedade paranaense na propaganda republicana com o fim do jornal "Livre Paraná". Correia Defreitas foi quem teria escolhido o nome do jornal. Depois com a fundação do Clube Republicano de Curitiba passa a contribuir no órgão do clube, "A República" fundado por Eduardo Mendes em 1887.

Correia Defreitas realizou muitas conferências no e pelo Clube Republicano de Curitiba. Entre os anos de 1884 e 1888 estava morando em Joinville, mas vinha com frequência ao Paraná e realizava vários meetings nos clubes de Curitiba e Paranaguá (figuras 162 e 163). Dia 30 de dezembro de 1888 é a data da última conferência de Manoel Correia Defreitas em Curitiba antes da implantação da

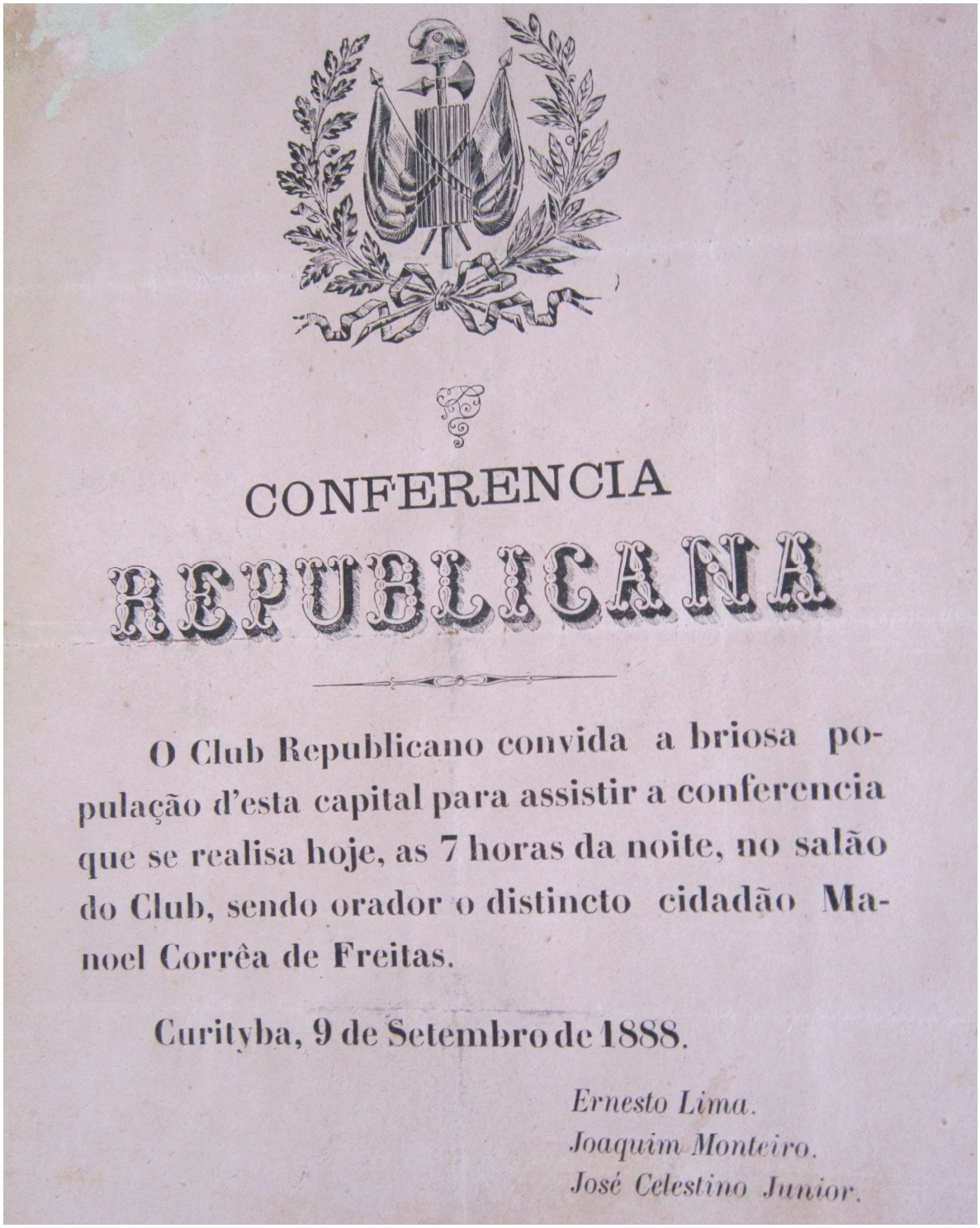
[610] Fernando Machado Simas (1851-1916) era redator e diretor do Livre Paraná e lutou contra os jornais monarquistas e com os próprios integrantes do governo constituído da província que eram membros da oligarquia nacarina. Houve muitas perseguições por parte dos correligionários nacarinos para com os colaboradores do jornal Livre Paraná e deste longo embate resultou no afastamento de Fernando da cidade de Paranaguá, pois as represarias se concentraram em seu comércio sendo organizado um amplo boicote ao seu estabelecimento. Pouco tempo antes de deixar Paranaguá ele presidiu a assembleia que criou o Clube Republicano de Paranaguá. Disponível em http://www.academiapr.org.br/academicos/cadeira-23/. Acesso 28.janeiro.2017.

[611] Albino José da Silva (1850 – 1905) foi de tudo na vida, político, negociante, comissário de polícia, professor, fazendeiro, administrador das capatazias do Porto de Paranaguá, jornalista, fundador de diversos periódicos, deputado estadual, abolicionista ferrenho, republicano, poeta, delegado literário do ensino, prefeito municipal em São Pedro de Itararé, educador e libertador de escravos. Um dos mais entusiastas propagandistas do regime republicano no Paraná, fundando, em Paranaguá, o Clube Republicano e o jornal Pátria Livre. Disponível em http://www.academiapr.org.br/academicos/cadeira-20/. Acesso 28.janeiro.2016.

república. Nesse meeting popular o Clube Republicano de Curitiba contestava a lei de instrução pública do presidente da província Balbino Cândido da Cunha, que fecharia 168 escolas, sobretudo nos bairros, para contenção de despesas visando regularizar a situação financeira da província e pelo fato do professorado ser considerado de baixa qualificação[612]. O encontro foi proibido de ser realizado no Passeio Público, um local aberto que concentraria grande número de pessoas. Então ocorreu no Salão Tívoli onde foi bem concorrido (A Idea, 01/01/1889). Depois Manoel seguiu para Paranaguá onde realizou sua última conferência, em tempos imperiais, em solo paranaense no dia 8 de janeiro de 1889 abordando vários assuntos como o abandono de Paranaguá que não tinha nem teatro e nem água encanada, logo *"essa terra que foi ponto de partida de várias iniciativas"* (13 de Maio, 12/01/1889). Após essa data, saiu percorrendo cidades de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro proferindo os meetings republicanos até realizar o último deles antes da implantação da república[613]. Esse foi realizado dia 18 de outubro de 1889, no Hotel Commercio, em Nova Friburgo, Rio de Janeiro. Portanto é atribuída a Manoel Correia Defreitas a última conferência republicana realizada 27 dias antes do 15 de novembro. No final de sua fala ele solta um "VIVA A REPUBLICA", expressão que havia sido proibida pelo gabinete de Ouro Preto e que determinava a prisão e tortura de quem pregasse a favor da república. *"Muitos foram as pessoas que assistiram a esta conferência, durante a qual reinou sempre bastante ordem. O orador ocupou durante largo tempo a tribuna entusiasmando o seleto auditório que ao finalizar o aplaudiu calarosamente"* (Correio do Povo, 19/10/1889. A Federação, 01/11/1889). Após essa conferência retorna a corte onde morava.

[612] "Fechar escolas para reduzir custos". Infelizmente, essa mesma fórmula foi utilizada pelo governo do Paraná no ano de 2015 e 2016 quando o governo anunciou que realizava estudos para otimização de turmas e de instituições de ensino – resumindo: fechar algumas escolas para contenção de despesas. A educação ainda vista como despesa e não investimento os governantes brasileiros. O artigo utiliza o adjetivo "ruim" para qualificar o professorado da época.

[613] Manoel Correia Defreitas tinha a alcunha de "apóstolo da república" justamente por peregrinar de cidade em cidade difundido a fé republicana.



CONFERENCIA

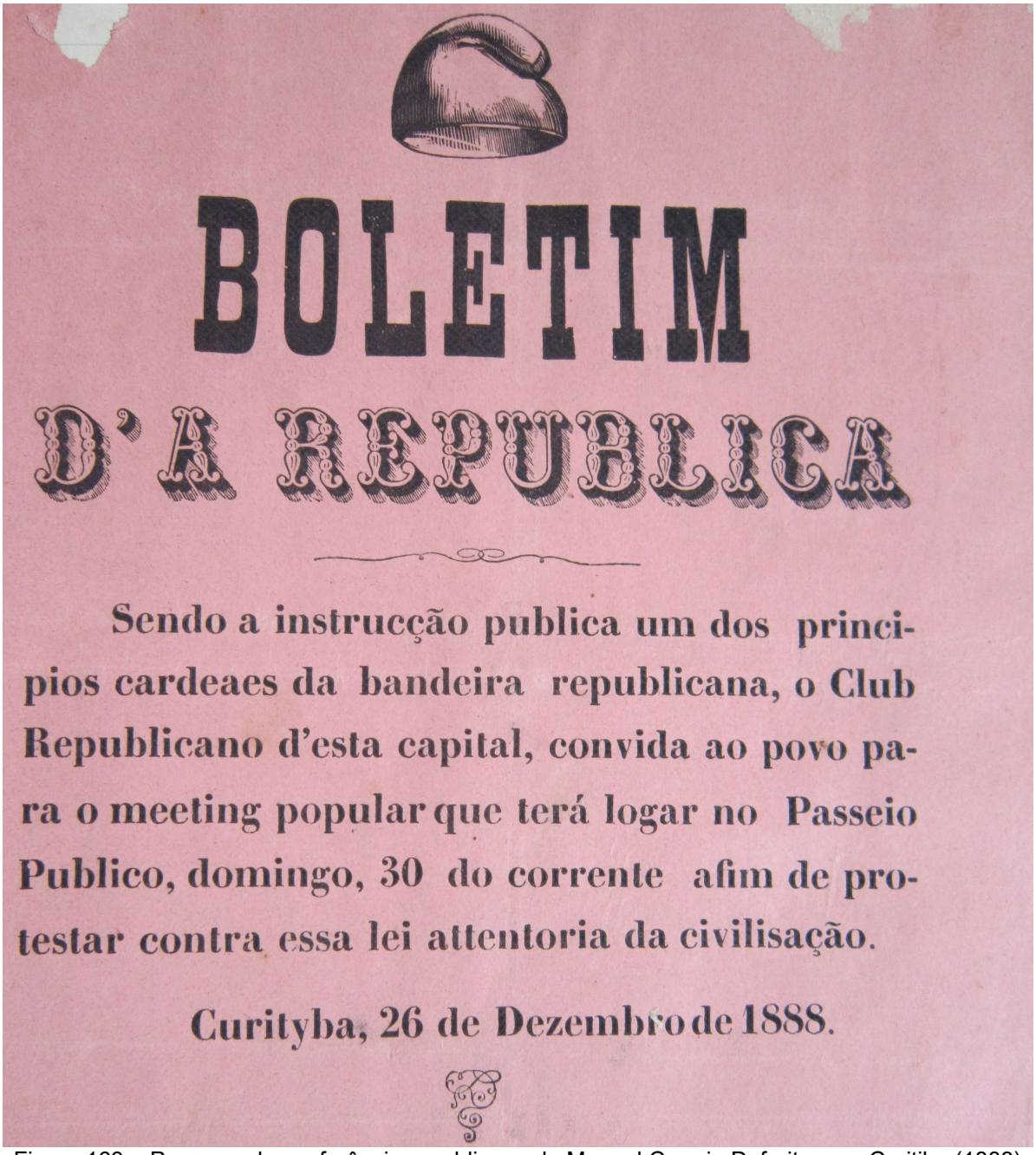
REPUBLICANA

O Club Republicano convida a briosa população d'esta capital para assistir a conferencia que se realisa hoje, as 7 horas da noite, no salão do Club, sendo orador o distincto cidadão Manoel Corrêa de Freitas.

Curityba, 9 de Setembro de 1888.

Ernesto Lima.
Joaquim Monteiro.
José Celestino Junior.

Figura 162 – Propaganda conferência republicana de Manoel Correia Defreitas em Curitiba (1888)
Fonte: Coleção de Manoel Correia Defreitas (Caderno 1).
Acervo de Ricardo Costa de Oliveira



BOLETIM

D'A REPUBLICA

Sendo a instrucção publica um dos principios cardeaes da bandeira republicana, o Club Republicano d'esta capital, convida ao povo para o meeting popular que terá logar no Passeio Publico, domingo, 30 do corrente afim de protestar contra essa lei attentoria da civilisação.

Curityba, 26 de Dezembro de 1888.

Figura 163 – Propaganda conferência republicana de Manoel Correia Defreitas em Curitiba (1888)
Fonte: Coleção de Manoel Correia Defreitas (Caderno 1).
Acervo de Ricardo Costa de Oliveira

Em 21 de agosto de 1887 organiza-se o Clube Republicano de Paranaguá aderindo ao Manifesto de 3 de dezembro de 1870 e se desligando completamente de qualquer compromisso com os partidos monárquicos. Estavam presentes Fernando Machado Simas, Nestor Victor dos Santos, Guilherme José Leite, Júlio Cezar Peixoto Fernandes, José Ferreira de Campo, Benedito Antônio Guilherme,

Francisco José de Souza, José Gonçalves Lobo, Theobaldo Dacheaux, Cezalpino Luiz Pereira, Germano Augusto Pirath, Manoel Figueira Neto, Manoel Lucas Evangelista, Luiz Mariano de Oliveira, Geraldo Devisé e Joaquim Guilherme da Silva, todos maçons da Loja Perseverança[614]. Nesse dia foi realizada a eleição para presidente e secretário sendo escolhidos Guilherme José Leite e Nestor Victor, respectivamente. No mesmo dia já foi nomeada a comissão responsável pela elaboração do estatuto do clube. O presidente Guilherme Leite lembrou que estavam próximas as eleições para deputado provincial e que seria conveniente o clube apresentar seu candidato, foi escolhido Jorge Desmarais. José Correia de Freitas, irmão de Manoel, obteve um voto (figura 164). Como na fundação do clube de Curitiba, Manoel também não estava fisicamente presente no de Paranaguá. Nessa época ainda morava em Santa Catarina sendo que o segundo semestre de 1887 e o primeiro semestre de 1888 foram de intensa militância com as fundações de vários clubes republicanos catarinenses e a participação nos diversos clubes republicanos nacionais, o que afastou Manoel da cidade de Curitiba.

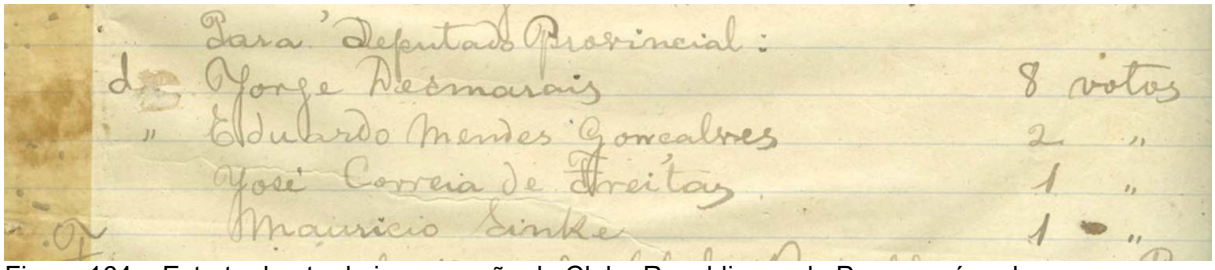

Para Deputado Provincial:
Jorge Desmarais 8 votos
" Eduardo Mendes Gonçalves 2 "
José Correia de Freitas 1 "
Mauricio Sinke 1 "

Figura 164 – Extrato da ata de inauguração do Clube Republicano de Paranaguá onde aparecem os resultados das eleições para escolha do candidato republicano para as próximas eleições que iriam ocorrer no ano de 1888.
Fonte: Acervo do Clube Republicano de Paranaguá

O Clube Republicano de Paranaguá convidou para realizar a primeira conferência republicana no clube Manoel Correia Defreitas. Foram distribuídos panfletos anunciando essa conferência[615]. Mas ela irá ocorrer apenas dia 14 de

[614] Ver Anexo 18 - Ata de fundação do Clube Republicano de Paranaguá em 21 de agosto de 1887.

[615] FIGUEIRA, Alberico. **Oradores republicanos**. Paranaguá. Revista O Itiberê, Nº 84-85, Abril-Maio de 1926. Consultar também **"Adesão de Paranaguá à República".** IN: Cruzada, Nº 6,

julho de 1888. Após a fala houve uma marcha luminosa pela cidade. Datas como 21 de abril (morte de Tiradentes), 14 de julho (Tomada da Bastilha) e 7 de setembro (independência do Brasil) eram sempre comemoradas nos clubes republicanos. Menezes Dória e Joaquim Soares Gomes eram outros nomes que, como Manoel, desejavam melhores dia para o Brasil e que realizaram diversas conferências nesse clube.

Dia 21 de abril de 1886 Manoel Correia Defreitas proferiu sua primeira palestra no Clube Tiradentes do Rio de Janeiro (clube republicano fundado em 21 de abril de 1881) afirmando ser a república a barca que haveria de conduzir o Brasil ao regime do socialismo racional e prático. Estavam presentes Saldanha Marinho, Quintino Bocaiúva, Ubaldino do Amaral e outros chefes do Movimento Republicano. Nos seus discursos não olhava a transformação política do Brasil como sendo uma troca de regime onde o país deixaria de ser governado por um rei de coroa e passaria ser governado por um rei de cartola, continuando com os mesmos problemas estruturais que apresentava como o analfabetismo e a pobreza. Ele acreditava na plena transformação da sociedade com a troca de regime político. A partir de março de 1887 Manoel se torna sócio correspondente desse clube (Folha Livre, 06/03/1887). No dia 21 de abril de 1887 quando da celebração do aniversário da execução do mártir Tiradentes, o clube realizou uma sessão solene no Teatro Príncipe Imperial. A sessão foi presidida por Quintino Bocaiúva, tendo sido o orador oficial Cyro D'Azevedo. Durante a sessão foi distribuído o "Tiradentes", folha especial comemorativa, com artigos de Saldanha Marinho, Quintino Bocaiúva, Luiz Murat, Prudente de Moraes, Oscar Rosas, Lycurgo Santos, Manoel Correia Defreitas, Cyro D'Azevedo e muitos outros escritores conhecidos (Folha Livre, 01/05/1887). O jornal A Democracia de 1º de agosto de 1887 fala das conferências de Manoel no clube e ressalta a linguagem utilizada por ele que não era orador acadêmico e nem sábio de gabinete, mas tinha bom senso e experiência, observação dos fatos e conhecimento dos homens que supriam com vantagens os artifícios oratórios e as teorias metafisicas. Sua linguagem era fácil, abundante, enérgica e ao mesmo tempo estava ao alcance das inteligências menos cultas.

Ano 1, dezembro 1919, p.22 e "**O 32º aniversário do Club Republicano e as suas soberbas tradições".** IN: Cruzada, Nº 5, Ano 1, julho 1919, p.22-23.

> Como verdadeiro missionário convencido de doutrina, dominado do seu ideal, fala ao povo em termos vulgares, não desdenha comparação e imagens triviais, locuções plebeias e incorretas. Quer convencer e persuadir. E o consegue. Não conhecemos quem melhor possa levar as populações do interior a boa nova política, as esperanças da regeneração da pátria, e acordar o patriotismo latente em todos os corações brasileiros (A Democracia, 01/08/1887 sobre Manoel Correia Defreitas).

A sua participação no Clube Tiradentes o colocou no circuito dos grandes nomes nacionais do movimento republicano. Com a participação nos congressos republicanos, Manoel Correia Defreitas aumenta não somente seu capital simbólico, mas sobretudo reforça sua rede de sociabilidade. Mantinha intensa troca de correspondências, não apenas de cunho político, mas pessoal com personalidades nacionais tais como Ruy Barbosa, Prudente de Moraes, Campos Salles, Saldanha Marinho, Quintino Bocaiúva, Lopes Trovão, Barata Ribeiro, Floriano Peixoto, Lauro Muller, Antônio Olyntho, Francisco Glicério, entre outros[616]. Participava nos atos de homenagens a diferentes celebridades, posse de cargos, casamentos, velórios, enterros, missas de falecimento (sobretudo as de 7º dia), despedida de viagens, recepção de visitantes, bailes, banquetes, visitas oficiais, manifestações de pesar por falecimento ou doença[617]. Circulava no meio de escritores, políticos, artistas, diplomatas, militares, chefes de estados, enfim de qualquer evento envolvendo diferentes personalidades da sua época. Isso podemos depreender através da análise das colunas dos jornais referentes à vida social realizada no sitio da Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

O Primeiro Congresso Republicano foi realizado no Rio de Janeiro de 30 de junho a 5 de julho de 1887. Os dois delegados de Santa Catarina nesse congresso foram Manoel Correia Defreitas e Antônio Justiniano Esteves Junior. Os suplentes

---

[616] Conforme arquivos da Fundação Casa de Rui Barbosa (pasta CR 627 (23) – Manoel Correia Defreitas) e do Museu Paranaense – acervo David Carneiro (pasta 21 – coleção Manoel Correia Defreitas).

[617] Como exemplo consultar o discurso de Manoel Correia Defreitas pronunciado no cemitério municipal de Curitiba por ocasião dos funerais da Baronesa do Serro Azul dia 9 de dezembro de 1921. IN: Revista O Itiberê, Ano III, Vol.5, Nº 30-32, Dezembro de 1921, p.89-90.

eram José Arthur Boiteux e Antero Dutra[618]. Entre as resoluções desse congresso ficou decidido a emissão de títulos de contribuição com o fim de subsidiar as despesas da propaganda e habilitar o partido a realizar pelos meios mais rápidos o advento da república. A soma seria recolhida a um banco em nome dos membros da diretoria e quando a cifra atingisse o montante de 200:000$000 seria publicado um jornal próprio do partido de grande circulação. Até lá seria alugada uma coluna – a coluna do partido republicano - em um dos jornais de maior circulação na corte, na qual se discutiria as questões dos trabalhos da propaganda[619]. Desse congresso também resultou a fundação das agremiações nas províncias destinadas a propagar a ideia republicana e a arregimentar eleitorado capaz de colocar representantes do Partido Republicano nas Assembleias Provinciais e nas Câmaras Municipais (GRAFIPAR, 1970).

O Segundo Congresso Republicano realizado em 8 de outubro de 1888[620] no Rio de Janeiro tinha por objetivo organizar o partido republicano na cidade criando um órgão próprio de imprensa para divulgação das ideias democráticas, adquirindo uma sede própria em que se pudesse instalar e manter a tribuna para a realização da propaganda republicana e adquirindo meio de defesa para garantir a segurança tanto da produção e veiculação do jornal, como das conferências republicanas, visto as reações contrárias as ideias republicanas serem algumas de cunho violento. Assim, era necessário dinheiro e confiança nos militantes para esses objetivos serem atingidos. A sugestão era que cada clube republicano contribuísse com a quantia de 500$000. Sabendo que essa quantia seria demais para alguns clubes, outros por sua vez poderiam quadruplicá-la. Sugeria também que se fizesse a estatística dos correligionários locais e que dependendo desse número, cada um poderia contribuir com o valor de 50$000. Enfim, sugere que os clubes procurem ver a melhor maneira de angariar esse valor conforme sua

[618] Conforme ata da instalação do Clube Republicano da cidade do Desterro em 24 de junho de 1887. Acervo do Museu Paranaense (Nº Documento 02.09.0030).

[619] Conforme correspondência de Rodolpho de Abreu. Acervo do Museu Paranaense (Nº Documento 02.09.0014).

[620] Foram representantes do Paraná além de Manoel Correia Defreitas, Joaquim Monteiro, Ernesto de Campos Lima, Guilherme Leite e Eduardo Goncalves. Os representantes de Santa Catarina foram Lydio Martins Barbosa, Emilio Blum, Joao Regis Junior e Emmanuel Pereira Liberato.

realidade e demanda. A confiança solicitada era para ser depositada no patriotismo e na honra da comissão fiscal, pois haveriam despesas que não poderiam ser declaradas justamente para proteger o partido. Mas seriam nomeados dois correligionários de cada localidade para compor a comissão fiscal que iria acompanhar o emprego do valor arrecadado[621]. O local do próximo congresso seria no Rio de Janeiro, mas correspondência de 5 de fevereiro de 1889 do Conselho Federal do Partido Republicano a transferiu para São Paulo devido ao "estado sanitário da cidade"[622]. Dia 31 de março é convocada uma reunião extraordinária com os delegados na cidade de São Paulo para se discutir as necessárias investigações para o próximo encontro[623]. Não foram localizados documentos sobre a atuação de Manoel Correia Defreitas nesses dois primeiros congressos republicanos realizados nos anos de 1887 como representante de Santa Catarina e de 1888 como representante do Paraná, ambos na cidade do Rio de Janeiro.

No terceiro encontro realizado de 1º a 11 de maio em São Paulo, Manoel Correia Defreitas era delegado das províncias do Paraná e de Santa Catarina. Além dessas duas províncias haviam os representantes de Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Ceará, Espírito Santo e Sergipe. As medidas ali deliberadas ainda eram para reforçar a organização regular e definitiva dos elementos democráticos. Foi apresentada a demissão coletiva do Conselho Federal em vista da renúncia de seus cargos que fizeram os membros eleitos no último congresso.

---

[621] Conforme correspondência de Barata Ribeiro para Manoel Correia Defreitas. Acervo do Museu Paranaense (Nº Documento 02.09.0002).

[622] Referência a epidemia de febre amarela que assolou a cidade do Rio de Janeiro no início do ano de 1889. *"Rio de Janeiro, capital do Império, início de 1889. O clima é quente. Auge do verão, a cidade alterna períodos de calor e secura com dias de chuvas torrenciais. Não há um sistema de esgoto eficiente. Áreas alagadiças no entorno do centro urbano favorecem a proliferação de mosquitos, hospedeiros de doenças que assolam toda a população desde os tempos da colônia. No final do século XIX, médicos e cientistas já haviam percebido a relação entre epidemias tropicais e a má-gestão da água. As semanas passam, as chuvas rareiam. O calor aumenta. Com ele, a febre amarela. Aqueles que podem, tomam o trem e sobem a serra de Petrópolis. Aproveitam, como Pedro II e sua família, o clima ameno da cidade imperial. Na corte do Rio de Janeiro, fica quem tem que trabalhar. Ou seja, a maioria da população. Dois de fevereiro. A epidemia aumenta. Ao longo do mês, o problema se agrava*". Fonte: Rodrigo Elias, **"Quando o império morreu de sede",** IN: Revista de História da Biblioteca Nacional de 3 de fevereiro de 2015.

[623] Conforme correspondência do secretário do conselho fiscal do partido republicano para Manoel Correia Defreitas datada de 5 de fevereiro de 1889. Acervo do Museu Paranaense (Nº Documento 02.09.0022). O outro delegado do Paraná era Joaquim Monteiro de Carvalho e Silva.

Para o lugar do Conselho Federal foi proposto eleger um representante que seria o único diretor responsável pela exclusiva gestão do partido. Joaquim Saldanha Marinho foi o nome pensado de imediato, mas ele já havia ponderado que estava sentindo incômodos físicos devido a sua idade avançada (nascido em 1816 estava com 73 anos) e considerava-se inabilitado para a função. Então os ânimos convergiram para Quintino Bocaiúva *"cujo passado altamente honroso é a mais sólida garantia de prosperidade futura do partido".* Houve um ponto de divergência nessa questão pois uma parte dos delegados entendiam que uma organização democrática deveria ter seus poderes superiores conduzidos por um conselho e não por uma única pessoa com o encargo supremo da direção do partido. Entretanto, após alguns debates, o nome de Quintino foi validado.

Dando continuidade as atividades do congresso, foi apresentada uma proposta de constituição federal para o regime republicano que uma vez aprovada seria publicada no jornal oficial do partido. Depois ficou acordado que as comissões centrais provinciais iriam enviar para o diretor Quintino Bocaiúva uma relação dos clubes existentes em suas províncias, acompanhada da designação de suas comissões executivas e do número de sócios que cada uma tinha. Foi apresentado a proposta de criação de uma base de um código telegráfico, da organização da imprensa do partido na cidade do Rio de Janeiro, da fundação de uma sociedade de mútua proteção nos moldes da União Republicana de Porto Alegre de forma a dar ao partido além do caráter político, um caráter social. Ficou também resolvido que cada província, pelas agremiações republicanas iria contribuir anualmente com uma quantia para a propaganda republicana, quer no país ou no exterior. A próxima reunião do congresso deveria ocorrer dia 30 de agosto próximo na cidade mineira de Juiz de Fora[624].

Para o último congresso republicano realizado antes do 15 de novembro de 1889, ocorreu de 21 a 23 de julho em Juiz de Fora, foram eleitos representantes pela província de Santa Catarina Manoel Correia Defreitas, Lidio Barbosa, Emílio Blum, João Regis Junior e Emmanoel Pereira Liberato. Os suplentes eram Antônio

[624] Conforme correspondência de Manoel Correia Defreitas e José Arthur Boiteux aos correligionários e amigos de do Partido Republicano Catarinense datado de 12 de maio de 1889. Acervo do Museu Paranaense (Nº Documento 02.09.0015). Não encontrei correspondência semelhante para os correligionários e membros do Paraná.

Justiniano Esteves Junior, Antero dos Reis Dutra, José Arthur Boiteux, Alfredo Esteves e Luís Nunes Pires (Diário de Notícias, 29/06/1889). José Boiteux escreve uma carta de apresentação de Manoel Correia Defreitas para Henrique Henriques[625] informando que aquele tomaria parte no congresso como representante de Santa Catarina e acrescenta:

> Correia de Freitas é um denodado apóstolo da ideia republicana na província de Santa Catarina que, verdade é que te diga, não teria o partido animado como tem, si não fora a propaganda benéfica do meu amigo que te apresento. (José Arthur Boiteux, 20 de julho de 1889)[626]

Finaliza solicitando ao amigo mineiro que guiasse Correia Defreitas visto ser sua primeira vez na cidade mineira.

Discutiram-se matérias de importância e de economia do partido republicano salientando-se o importante discurso do representante do Paraná e de Santa Catarina, Manoel Correia Defreitas[627].

[625] Não conseguimos localizar dados biográficos de Henrique Henriques.

[626] Conforme correspondência de José Arthur Boiteux para Henrique Henriques datada de 20 de julho de 1889. Acervo do Museu Paranaense (Nº Documento 05.21.0014).

[627] Almanak de Juiz de Fora, 1891. Publicação Comercial, industrial, literária, recreativa, administrativa, etc. Juiz de Fora: Editores Leite Ribeiro & Cia. Não foi localizado o discurso de Manoel Correia Defreitas.

QUADRO 10 – CONGRESSOS REPUBLICANOS COM A PARTICIPAÇÃO DE MANOEL CORREIA DEFREITAS

PERÍODO	ATIVIDADE
30 de junho a 5 de julho de 1887	Participou do 1º Congresso Federal Republicano no Rio de Janeiro como representante de Santa Catarina[628]
8 de outubro de 1888	Participou do 2º Congresso Federal Republicano no Rio de Janeiro como representante do Paraná[629]
1º a 11 de maio de 1889	Participou do Congresso Federal Republicano de São Paulo como representante do Paraná e Santa Catarina[630]
21 a 23 de julho de 1889	Participou do Congresso Federal Republicano de Minas Gerais (Juiz de Fora) como representante do Paraná e de Santa Catarina[631]

Elaboração: da autora
Fonte: Acervo Museu Paranaense

Os primeiros anos da república foram marcados pelas dissensões, pelas divergências e pelas disputas em torno do caminho a seguir e da conciliação dos diferentes interesses das forças que sustentavam o novo regime. Os monarquistas conseguiram aproveitar as brechas no bloco político que apoiava a república e declarando-se republicanos (os adesistas) continuaram a fazer parte do campo político. E nesse processo muito dos republicanos históricos ficaram afastados da composição dos quadros dos governos a nível federal e estadual, como o caso de Manoel Correia Defreitas que não terá seu nome considerado na composição da chapa dos deputados federais pelo Paraná na primeira Assembleia Constituinte Republicana. Uma vez implantada a república os primeiros governos republicanos geram um descontentamento e começa-se uma nova fase de propaganda para se lutar contra o novo regime no sentido do tipo de república instaurada.

---

[628] Conforme ata da instalação do Clube Republicano da cidade do Desterro em 24 de junho de 1887. Acervo do Museu Paranaense (Nº Documento 02.09.0030).

[629] Conforme correspondência de Barata Ribeiro para Manoel Correia Defreitas datada de 23 de outubro de 1888. Acervo do Museu Paranaense (Nº Documento 02.09.0009).

[630] Conforme correspondência do Partido Republicano para Manoel Correia Defreitas datada de 5 de fevereiro de 1889. Acervo do Museu Paranaense (Nº Documento 02.09.0010).

[631] Conforme correspondência da Comissão Permanente do Partido Republicano Catarinense para Manoel Correia Defreitas datada de 14 de julho de 1889. Acervo do Museu Paranaense (Nº Documento 01.21.0009).

Durante a realização dos congressos republicanos, os propagandistas lutavam por uma forma de governo que permitisse a participação do povo, a abolição de privilégios, a eleição para o governo, etc. Mas, houve uma distância entre a proposta republicana da propaganda e a que se implantou. A questão central era: como incluir o povo no processo político? Não existia relação entre o povo e o governo pela falta de legitimidade do último. Não houve participação popular no ato da proclamação, mas isso não quer dizer que o povo não apoiava o novo regime. Foi uma proclamação sem clamor popular, mas com apoio que vinha sobretudo das elites (CARVALHO, 1998). Assim, visando refletir sobre os caminhos tomados pela nova forma de governo procura-se os republicanos históricos ainda vivos para ajudar nesse processo de avaliação da república brasileira. Correia Defreitas estava ciente de que deveria haver uma conscientização das ideias republicanas por parte da população em geral, conscientização essa que passava também pela existência de um governo bem definido, do que deveriam ser as diretrizes políticas de uma república, bem como a existência de um partido republicano com seu respectivo programa de governo. Durante a propaganda republicana colocava que a república era a realidade que poderia melhorar a vida, desde a relação homem a homem, até a realidade da justiça, contato com as autoridades, organização administrativa, sistema tributário, etc. A grande maioria da população era analfabeta. O povo não tinha ideias definidas acerca dos significados dos conceitos de república e de republicanismo.

Dia 3 de janeiro de 1920 foi realizada uma reunião preliminar entre os diversos vultos republicanos para discutirem a instalação do Tribunal Histórico Republicano do Brasil[632]. Durante essa reunião o Ministro Simão Lopes acordou que seriam convidados os republicanos da propaganda e os defensores do regime para a próxima reunião em que seriam discutidas as bases da nova instituição (Correio Paulistano, 04/03/1910). No dia 8 de janeiro foi realizada a instalação do Tribunal Histórico Republicano do Brasil no Centro Paulista, na Praça Tiradentes, no Rio de Janeiro. A sessão foi presidida por Lopes Trovão que explicou os objetivos da reunião e chamou para tomar parte na mesa Manoel Correia Defreitas,

[632] Estiveram presentes nessa reunião além de Simão Lopes, Joaquim Ignácio, Silveira Lobo, Júlio do Carmo, Américo de Albuquerque, Joaquim Barros, Domingos Gomes dos Santos, Enéas Ferreira e Mario Villaiva. Fizeram se representar Alfredo Ellis, Francisco Sá, Antônio Aguirre, Mario Hermes, Fonseca Hermes, Leôncio Correia e José da Silva Pessoa (O Imparcial, 04/01/1920).

Alfredo Ellis, Duarte de Abreu, Júlio do Carmo e Silveira Lobo. Após seguiu-se a posse da diretoria sendo: presidente: Lopes Trovão, vice-presidente: Francisco Sá, secretario: Themistocles Cardoso, sub-secretário: Mario Maurity e tesoureiro: Firmino Borba. Após foram lidas as bases dos estatutos do tribunal e as mesmas foram combatidas por Pedro de Couto e Theodoro Magalhães por não terem tido as tais bases a aprovação da assembleia que não as discutiu. Diante da discussão Lopes Trovão renuncia à presidência e nada ficou resolvido (Correio da Manhã, 09/01/1920). No dia 10 de janeiro Themistocles Cardoso e Mario Maurity vão comunicar ao presidente da república Epitácio Pessoa sobre a fundação do tribunal do qual ele era presidente de honra (Correio Paulistano, 11/01/1920. Gazeta de Notícias, 11/01/1920. O Imparcial, 11/01/1920). No dia 4 de fevereiro uma comissão do tribunal composta por José Carlos de Carvalho, Themistocles Cardoso e Mario Maurity levam os estatutos para a assinatura do presidente da república que prometeu apoio a instituição. Na ocasião a comissão anunciou que pretendia reunir os dados necessários para apresentarem seu primeiro trabalho nas comemorações do centenário da independência e o convidaram o presidente para fazer o prefácio da obra, o qual Epitácio prontamente aceita (Gazeta de Notícias, 05/02/1920. O Paiz, 06/02/1920).

O objetivo do tribunal era estudar a história política da república desde os seus primórdios até o advento do regime, bem como a obra das administrações públicas dos últimos 30 anos (Jornal do Brasil, 03/01/1920). Em suma, realizar uma retrospectiva da história republicana através da propaganda e das administrações do governo (O Paiz, 03/01/1920. O Imparcial, 03/01/1920). Nas palavras do presidente do tribunal Lopes Trovão publicada no O Paiz de 8 de janeiro de 1920:

> É a primeira tentativa feita, entre nós, para ser estabelecido semelhante tribunal que no rol de suas atribuições contará as de proceder à apuração verídica dos fatos desenrolados na fase republicana e perpetuar a memória de seus paladinos e da justiça de seus ideais.
> Espero, pois que todos aquele que tomaram parte nas jornadas abolicionistas e da propaganda republicana compareçam à sessão do Centro Paulista.

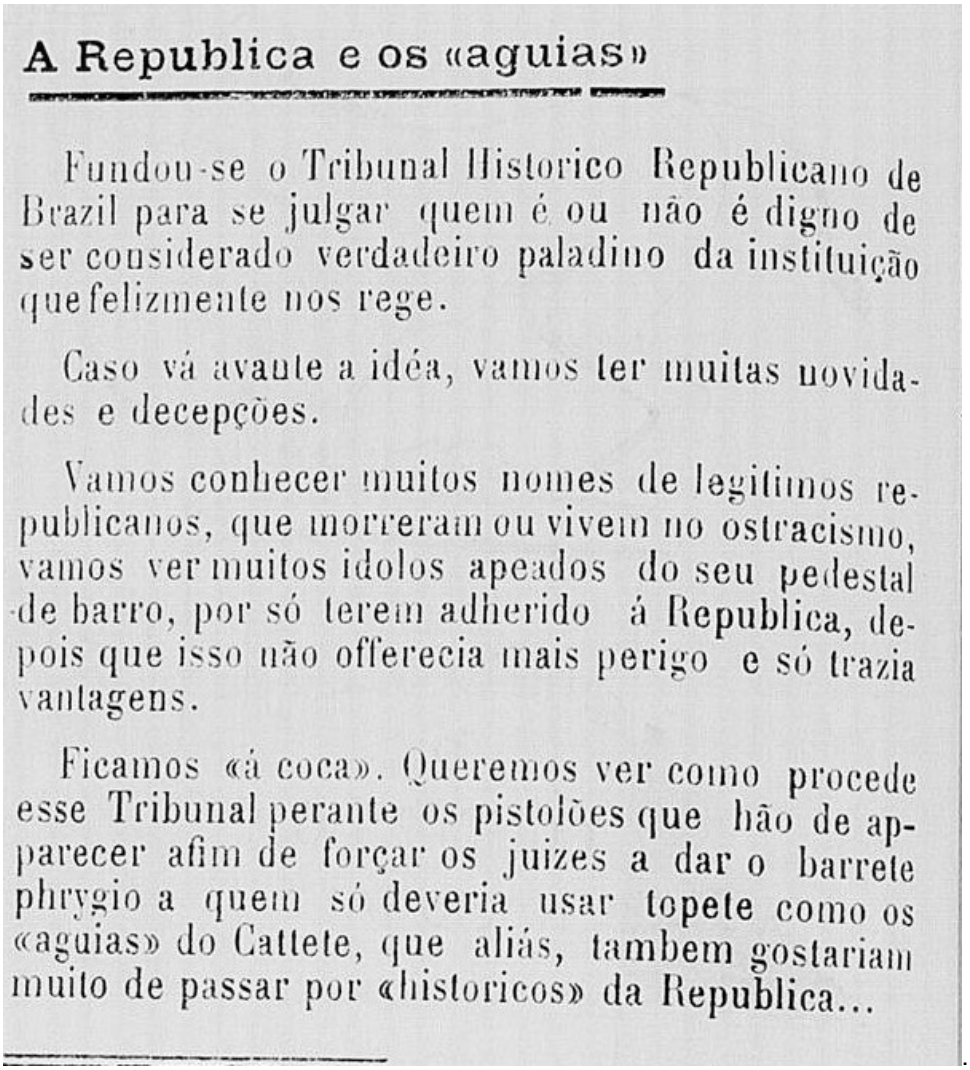
Na sessão de instalação estavam presentes grande números dos velhos republicanos históricos que estavam sendo responsabilizados pelas máculas da democracia que pregaram, assim a intenção do tribunal era mostrar à nação quais

foram os que espoliaram a república e se enriqueceram criminosamente à sua custa, deturpando o espírito republicano, nas palavras do senador Alfredo Ellis *"não foram os republicanos históricos que perverteram a república. Quem a prostituiu foram os adesistas"* (o Imparcial, 09/01/1920)[633].

Lopes Trovão em entrevista comunica que o objetivo do tribunal era apurar a verdade sobre os servidores do regime democrático e condená-los ou absolvê-los sem paixões e nem preferências individuais. Para ele a república estava consolidada, precisava agora republicanizar os homens. Queixa-se que o regime não era absolutamente o mesmo pelo que ele e outros propagandistas sonharam empreender com a campanha republicana e finaliza dizendo que se tivesse mais energia (contava na época com 72 anos) iria defender o único serviço ideal que ainda é dado ao homem possuir: o anarquismo (O Município de Joinville, 10/01/1929).

Manoel Correia Defreitas discursa na sessão de instalação fazendo uma retrospectiva de sua fé do ofício de republicano. Considera útil e necessário o tribunal e passa a explicar sua participação na propaganda, quer pela imprensa, quer na tribuna pública, no Paraná, Minas Gerais, Santa Catarina, São Paulo e Rio de Janeiro. Finaliza com votos para que vingue o patriota instituto (O Jornal, 09/01/1920). Parecia prever que o tribunal não iria adiante com seu trabalho, assim como aponta a notícia do Jornal das Moças de 8 de janeiro de 1920 (figura 165).

[633] No momento da redação dessa tese, ao ler essa notícia, não pude deixar de pensar de imediato na Operação Lava-Jato e a sua imparcialidade acatando apenas as delações premiadas referente aos membros do Partido dos Trabalhadores e desconsiderando as que se referem aos membros de outros partidos políticos. Como em 1920 os republicanos históricos estavam sendo responsabilizados pelos problemas da jovem república, quase cem anos depois vemos apenas um único partido sendo apontado como o responsável pelas mazelas atuais do Brasil. Tudo permanece como sempre esteve, infelizmente.



A Republica e os «aguias»

Fundou-se o Tribunal Historico Republicano de Brazil para se julgar quem é ou não é digno de ser considerado verdadeiro paladino da instituição que felizmente nos rege.

Caso vá avante a idéa, vamos ter muitas novidades e decepções.

Vamos conhecer muitos nomes de legitimos republicanos, que morreram ou vivem no ostracismo, vamos ver muitos idolos apeados do seu pedestal de barro, por só terem adherido á Republica, depois que isso não offerecia mais perigo e só trazia vantagens.

Ficamos «á coca». Queremos ver como procede esse Tribunal perante os pistolões que hão de apparecer afim de forçar os juizes a dar o barrete phrygio a quem só deveria usar topete como os «aguias» do Cattete, que aliás, tambem gostariam muito de passar por «historicos» da Republica...

Figura 165 – Notícia referente a instalação do Tribunal Republicano Histórico do Brasil
Fonte: Jornal das Moças, 08/01/1920.

Dia 27 de janeiro de 1920 o periódico carioca O Jornal anuncia que Lopes Trovão já tinha organizado a lista das pessoas que iriam constituir o corpo central do tribunal do qual sairiam as comissões de trabalhos inerentes aos fatos passados, tanto na época do império, como da república. Os nomes seriam anunciados dali alguns dias, mas não conseguimos encontrar essa publicação (isso se ela realmente ocorreu). Dia 5 de fevereiro uma comissão do tribunal é recebida pelo presidente Epitácio Pessoa e depois não foram localizadas mais informações sobre como de desenrolaram as atividades do tribunal e como foi sua trajetória (O Jornal, 06/02/1920). Porém fica claro a decepção dos republicanos históricos com o desenvolvimento do regime republicano, “não era aquela a república dos seus sonhos”. Pretendiam realizar um balanço da história até aquele momento e apontar

meios de “republicanizar a república”. Em 1929 ocorre uma nova tentativa de resgate da ideia de república pregada pelos propagandistas e de reflexão dos caminhos adotados pela república efetivamente instaurada. Para comemorar os 40 anos do regime republicano, em novembro daquele ano seria realizado o Congresso dos Republicanos Históricos Brasileiros em Belo Horizonte com o tríplice objetivo: discutir teses de ordem moral, cívica e política (A Noite, 03/10/1929) (figura 166).

Esse congresso seria constituído pelos republicanos históricos de cada estado que cooperaram na propaganda e na proclamação da república (A Noite, 03/10/1929). Por isso a comissão organizadora solicitou que fosse realizado o recenseamento dos republicanos da propaganda em cada unidade federativa. O jornal Correio Paulistano de 10 de maio de 1929 divulgou os nomes dos republicanos propagandistas vivos que ainda viviam em Belo Horizonte naquele ano. O congresso tinha um fim patriótico e visava a comunhão do pensamento dos propagandistas da república no ano em que o regime comemorava 40 anos (O Paiz, 01/05/1929). De acordo com a comissão organizadora as sessões preparatórias iriam ocorrer de 12 a 14 de novembro e o congresso de 15 a 20 de novembro. Durante o evento seriam apresentadas memórias, monografias, notícias, livros, cartas e diversos documentos e objetos históricos referentes à propaganda, a proclamação e ao governo provisório. A comissão técnico-histórica[634] apresentaria as teses que seriam explanadas, discutidas e votadas pelo plenário do congresso. A discussão seria referente às reformas pelas quais o regime republicano implantado teria que passar afim de realizar as aspirações democráticas dos seus pregadores do tempo da monarquia (Diário Nacional, 01/10/1929. O Estado, 08/06/1929. O Paiz, 01/10/1929. O Jornal, 09/11/1929).

Quando do anúncio dos preparativos desse congresso, Euclides Bandeira expressa que ele seria aberto pelos veteranos da democracia *“que velhos de hoje, outrora, na mocidade vibrante, batalharam feito doidos”* pela implantação da

[634] Os membros da Comissão Executiva eram Theophilo Ribeiro (presidente), Barcelos Correa (vice-presidente), Cândido Prado (1º secretário), Amedée Peret (2º secretário), Manoel Lopes de Figueiredo (tesoureiro).

A Comissão Técnica-Histórica era composta por Cezar Franco (presidente), Affonso Monteiro (vice-presidente), Bernardino Senna Figueiredo (secretário), João Pio (orador), Modestino Gonçalves (senador), João Martins, Anthero de Magalhães, Ernesto Santiago e Luiz Peçanha (relatores) (Diário Nacional, 01/10/1929).

república e agora eram os repositórios mais completo de tudo o que ocorreu naquele tempo (BANDEIRA, 1939, p.66). Aponta o erro cometido pelos republicanos históricos: uma vez proclamada a república, eles se afastaram, pois como tinham ideias e escrúpulos não houve jeito de conviver com os adesistas (insinceros e oportunistas que aderiram à república ao último momento) que fizeram a república para seu próprio uso e gozo. Desvirtuado o regime não houve como remediá-lo. Para ele, ninguém melhor que Correia Defreitas para representar os tempos ásperos da propaganda e por ser a tradição viva do Paraná pré-republicano (uma vez que o evento seria realizado no ano de 1929). Começou sua jornada no ano de 1878 quando fundou em Paranaguá, com 27 anos, o primeiro núcleo republicano da cidade. De lá para cá, percorreu de um lado para o outro, incansável e ardente, pregando, discutindo, convencendo o Paraná, *"que era um feudo de 3 a 4 famílias imensas, entrelaçadas e fiéis ao trono, portanto não era uma terra propicia ao cultivo da semente republicana"* (BANDEIRA, 1939, p.67).

Em julho de 1929 Manoel Correia Defreitas recebeu o convite para participar desse congresso em Minas Gerais[635]. Uma semana antes de iniciar, o evento foi adiado e transferido para setembro do ano seguinte, não sendo divulgado o motivo do cancelamento (Pequeno Jornal, A República, A Província, Diário de Pernambuco, todos de 08/11/1929. O Paiz, 16/11/1929). Não encontramos mais notícias referentes ao Congresso dos Republicanos Históricos que confirmassem que ele realmente tenha ocorrido em 1930. Esse seria o primeiro congresso republicano depois de 40 anos da proclamação do regime e visava discutir aspectos históricos e atuais do regime republicano brasileiro orientados pelas três vertentes já apontadas: moral, cívica e política, assim as teses que seriam discutidas giravam em torno de saber qual o papel dos militares, igreja, maçonaria e povo na implantação da república? Qual a atuação dos republicanos históricos com a abolição da escravidão? Quais os fatores do deturpamento do regime republicano no Brasil? Quais os meios e processos para sanear nossos costumes políticos? Entre outros.

Correia Defreitas recebeu muitas homenagens por ser um dos últimos republicanos sobreviventes de 1889. Era o símbolo de uma era e uma das maiores

[635] Conforme correspondência das comissões do Congresso dos Republicanos Históricos Brasileiros para Manoel Correia Deffreitas datada de 1º de julho de 1929. Acervo do Museu Paranaense (Nº Documento 02.09.0028).

figuras que representava com autoridade aquele grupo de homens que se consagraram à pregação da república. Eles mesmo se chamavam propagandistas. Eram rapazes que sonhavam com a democracia, combatiam o trono (com o falso pressuposto que o mal estava na monarquia) e acreditavam que a liberdade, a ordem e o progresso só eram compatíveis com a república. Essas ideias lineares eram resíduos da Revolução Francesa, cujos ideais lhe influenciavam. A verdade é que o atraso e a opressão não decorriam do sistema dinástico, pois por exemplo, na Inglaterra a liberdade, o direito e a justiça, a grandeza social e econômica imperavam acima do rei e da rainha, ou com eles. Mas isso, no Brasil, na época da propaganda republicana não se admitia. Não eram numerosos os propagandistas espalhados pelo Brasil e quase todos tinham cursado Direito e se encontrado antes nesse ambiente. Manoel Correia Defreitas era uma exceção, vinha na contramão do perfil dos republicanos históricos nacionais por não ter formação superior, ou seja, ele não contava com o capital institucionalizado, o diploma. Estudo realizado por Witter (1984) sobre a condição profissional e a formação acadêmica dos integrantes do partido republicano demonstrou se tratar de um partido de bacharéis, apesar de se notar entre os membros outras profissões. O grupo era representativo do meio urbano e dos setores médios da sociedade. Boa parte dos republicanos históricos haviam feito a formação superior juntos nas tradicionais escolas de Direito, Medicina ou Engenharia passando pelo mesmo processo de socialização

A função social da certificação escolar ou do diploma é explicada por Pierre Bourdieu (1990) a partir da busca dos agentes sociais por autoridade que os legitimem a atuar no mundo social, sendo este mundo estruturado por campos culturais, científicos e políticos, dentre outros. Existe – em todos os campos, principalmente no campo cultural – um relacionamento dinâmico da sociedade com os demais campos, pressupondo, além de acordos entre os agentes, mobilidades entre os mesmos e diferentes estratégias de luta simbólica – esta, entendida como *“o poder de produzir e impor a visão de mundo legítima”* (BOURDIEU, 1990, p. 161). Tal luta gera a busca de legitimidade via certificado. Para o autor, os diplomas são *“títulos de propriedade simbólica que dão direito às vantagens de reconhecimento*” (BOURDIEU, 1990, p. 163). A educação é uma estratégia da classe dominante para preparar o indivíduo para receber a herança do grupo e

transmiti-la. Ter um curso superior demonstrava que pertencia à classe dominante e isso era essencial para o processo de socialização política pois, permitia fundar relações com outros indivíduos pertencentes aos grupos mais importantes.

Apesar de Correia Defreitas não ter conquistado esse bem cultural de ordem simbólica, o diploma de ensino superior, ele circulou entre as esferas do grupo dominante por possuir outros tipos de capitais como o cultural e o nome de família herdado. Na construção de sua memória esse ponto é justamente um dos mais destacados para legitimar sua posição dentro do movimento republicano: apesar de não possuir título do ensino superior era um auto ditada, detinha uma “cultura enciclopédica” no sentido de poder falar de diferentes assuntos com profundidade, o que lhe destacava à frente de muitos bacharéis formados”.

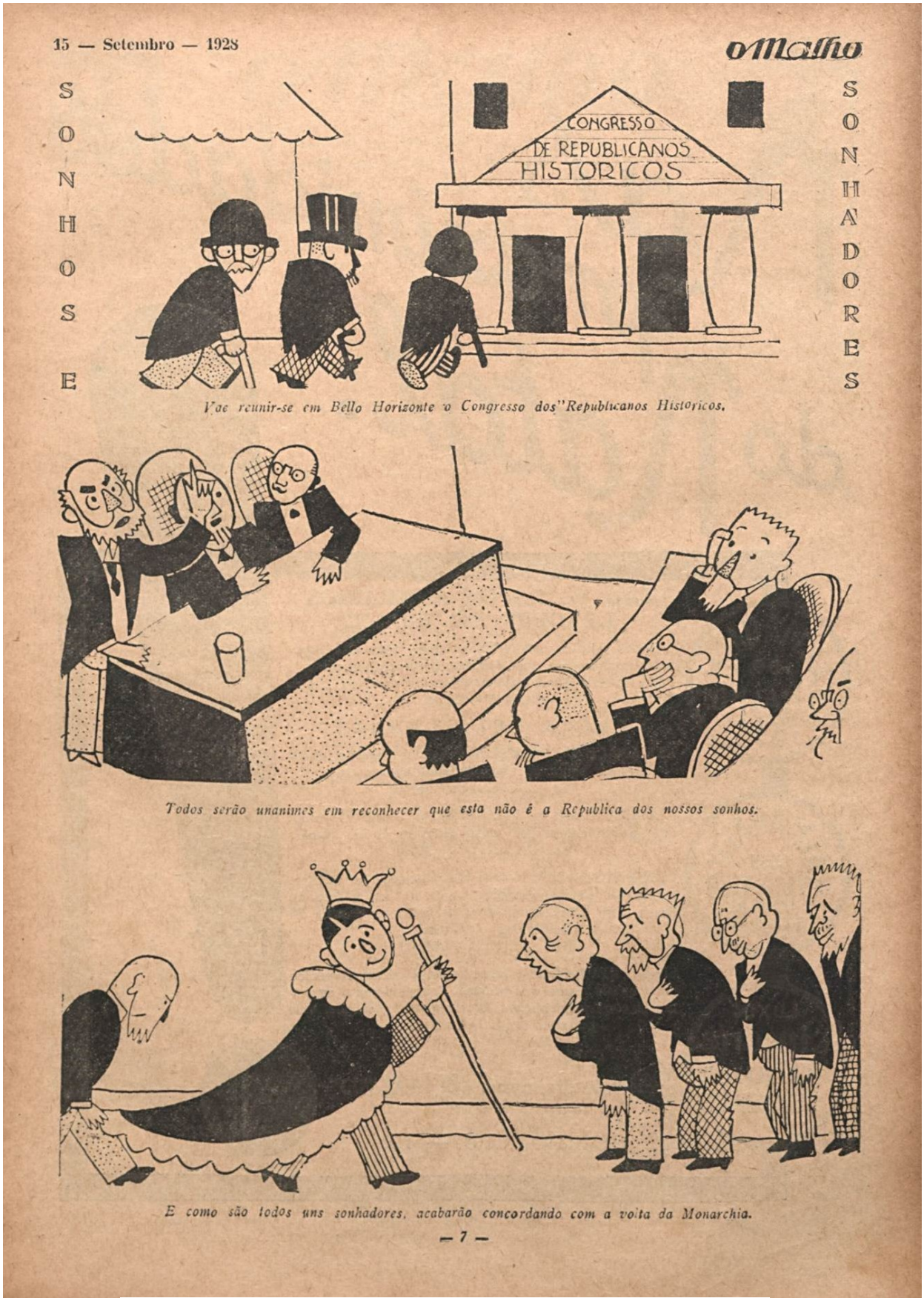


Figura 166 – Charge referente ao Congresso dos Republicanos Históricos
Fonte: O Malho, 15/09/1928.

4.3.3 – Campanha republicana em Santa Catarina

Segundo Boerher (2000) em Santa Catarina o movimento republicano organizado começou em maio de 1885 com a fundação do jornal “A Voz do Povo” e de um clube republicano em Desterro. Em 1887 haviam vários clubes republicanos no estado e Correia Defreitas foi um dos que contribuíram para a fundação da maioria deles[636]. Em 1887 foi estabelecido em Desterro um Comitê Central do Partido Republicano composto por José Joaquim da Veiga, Severo Francisco Pereira, Raimundo Antônio de Faria e Ricardo Martins Barbosa que guiou os rumos da propaganda republicana no estado. No final de 1888 Santa Catarina possuía 15 clubes republicanos e no final do império contava com 24 clubes. Em 1888 havia apresentado 8 candidatos nas eleições provinciais. Embora nenhum tenha sido eleito, os resultados foram considerados animadores. Correia Defreitas encabeçou uma dessas eleições com 138 votos. Mas ainda faltava disciplina na organização do partido para se evitar atitudes como a do chefe do Clube Republicano de São Francisco do Sul, Eleutério José Tavares, que traiu os republicanos nas eleições favorecendo os candidatos conservadores. Para favorecer o irmão, administrador da mesa de rendas, ele distribuiu aos eleitores republicanos as cédulas com os nomes dos candidatos conservadores. Correia Defreitas denuncia essa fraude, é processado por injúrias e condenado a três meses de prisão. Mas a sentença não chegou a ser aplicada devido ao respeito que “desfrutava até mesmo dos monarquistas” segundo Ernest Canac. O caso ficou conhecido como “Questão Correa”. Depois da eleição os republicanos expulsaram Eleutério do partido (Gazeta Nacional/RJ, 05/05/1888).

Em maio de 1884 Manoel Correia Defreitas mudou para Joinville (O Globo, 11/05/1884). Para Faria Rocha (1951) o motivo dessa mudança teria sido uma decepção amorosa. Ele teria se apaixonado por uma “moça de origem nobre” de Paranaguá, mas não teve permissão da família para cortejá-la[637]. Mas o motivo principal da mudança de cidade foi outro: seu cunhado Norberto José de Miranda

[636] Ver Apêndice 14 – Relação dos Clubes Republicanos fundados por Manoel Correia Defreitas.

[637] Já apontamos no capítulo 2 que essa informação de Faria Rocha não foi confirmada pois ele não fornece mais detalhes como o nome da pretendente.

havia falecido em 11 de abril de 1884 e ele mudou-se para Joinville para ajudar a irmã Maria dos Anjos que no ano anterior já havia perdido as filhas mais velha e a caçula e agora havia ficado viúva com 4 filhos menores de idade. Não conseguimos levantar informações de sua vida pessoal e nem de mais detalhes da relação com a irmã nesse período em que permaneceu em território catarinense. Por outro lado, a sua atuação política é bem registrada pela historiografia tradicional catarinense como Cabral (2004), Correa (1984), Cunha (1995), Ficker (2008), Meirinho (1982), Pereira (1964).

A propaganda republicana em Santa Catarina ocorreu lentamente e Correia Defreitas foi um dos seus grandes realizadores organizando clubes, editando jornais e peregrinando pelo interior do estado. A ausência de fontes primárias impede uma análise mais apurada da questão, notadamente sobre os clubes republicanos, embriões do partido. Parte dessa lacuna pôde ser superada pela imprensa, que divulgou o republicanismo. A campanha republicana em Santa Catarina ganhou espaço nos jornais através de Emílio Blum que fez das páginas do "Jornal do Comércio" sua tribuna republicana, a partir de 19 de maio de 1880. Sob o título "Representações de Classe" publicou sucessivos artigos atacando os dois partidos do império e pregando a favor da representação das classes sociais no parlamento (MEIRINHO, 1997).

Em 31 de maio de 1885 é fundado "A Voz do Povo", em Desterro, por José de Araújo Coutinho. Pregava a organização de um governo que respeitasse o direito de autonomia do povo e que fosse escolhido, votado e eleito pela maioria desse verdadeiro soberano que é o povo. A partir de agosto de 1885 passou a ser o órgão do primeiro Clube Republicano de Desterro. Ainda nesse ano, os republicanos tentam disputar as eleições para a Assembleia Provincial apresentando Coutinho como candidato no pleito de 25 de outubro, mas sem sustentação ele desistiu de concorrer. Dia 29 de novembro de 1885 circula pela última vez.

Em maio de 1886 surge o jornal "O Independente", em Tijucas, fundado por Manoel Miranda da Cruz. Circulou até novembro de 1888. Pregava que somente uma revolução profunda no sistema de governo poderia salvar o país. Adotou esse nome por não se achar sujeito a nenhum partido político, nem ligado a qualquer interesse, que não fosse o bem público, o triunfo da verdade em tudo e por tudo.

Sintetiza o seu programa como em defesa do bem público, verdade, justiça a olhos fechados e sangue frio. Apesar de sua neutralidade política não deixaria de denunciar e censurar os desmandos e prepotências dos partidários bem como aplaudi-los se fosse o caso. Esse periódico foi o que registrou em suas edições a fundação dos clubes republicanos de Camboriú, Porto Belo, Tijucas, São João Batista, Biguaçu e São José. Registrou a participação de Manoel Correia Defreitas na fundação dos clubes de Desterro, Camboriú, Porto Belo e Tijucas, além de sua indicação, juntamente com Antônio Esteves Júnior como delegados de Santa Catarina ao Congresso Republicano realizado em 1887 no Rio de Janeiro.

Em 23 de janeiro de 1887, Manoel Correia Defreitas fundou, em Joinville, o jornal republicano e abolicionista “Folha Livre”, mas teve vida efêmera, circulou até junho do mesmo ano. Tinha esse nome porque se dizia completamente alheia das lutas inglórias e dissolventes da política partidária. Folha Livre porque a sua missão era o devotamento da causa pública e porque suas colunas estavam sempre abertas para tudo o que fosse honesto e justo. Para substituí-lo foi fundado “O Sul” por João Evangelista Leal em 11 de agosto de 1889 que no seu editorial dizia combater pelos puros princípios republicanos a centralização monárquica, sem ódios, sem paixões e sem interesses, apenas visando os interesses da pátria (HERKENHOFF, 1998). O “Folha Livre” surgiu para substituir o antecessor “O Constitucional” que circulou de 4 de outubro de 1885 a 28 de fevereiro de 1886 (FICKER, 2008).

Diferente dos outros órgãos republicanos, o “Folha Livre” possuía boa carteira de publicidade, a qual dedicava 50% do seu espaço, o que evidencia além da dinâmica da economia joinvilense, a simpatia dos empresários locais pela causa republicana (figura 167). Seus editoriais não eram cansativos e imperava o noticiário redigido de forma sintética. Como exemplo desse estilo, vejamos o noticiário sobre o movimento republicano da edição de 23 de janeiro de 1887:

> Dissolvendo-se o partido classista no 1º distrito da província de Santa Catarina e ele eleitorado desde partido, em sua maioria aderiu à era republicana. Na Capital, Tijucas, Porto Belo, Camboriú e outros municípios conta já o partido com cerca de 200 eleitores ... Em São Francisco do Sul o movimento agremiou uns poucos patriotas para se incorporar também à cruzada da luz e do progresso, da civilização e da democracia.



4 — FOLHA LIVRE —

Francisco Machado da Luz

acaba de receber:

Chapéos modernos.
Brins de linho branco e de cores
Casemiras pretas e de côres, nacionaes e estrangeiras
Merinós e outras fazendas de lã.
Chitas largas e estreitas, bonitos padrões.
Morins, casinetas, algodões, riscados e mesclados.
Colletes para senhoras.
Colxas brancas.
Cobertas de crochet para sofás e cadeiras.
Colxas de crochet para noivados.
Frentes de crivo para fronhas.
Alpacas brancas lavradas.

Lenços de seda de côr marcados á phantasia
Rendas, fitas, bordados, plissés de variados gostos,
linhas brancas e de côres
retroz de côres,
botões modernos, extractos, sabonetes, gomma Remy, preparada para engomar.
Gravatas para homens e senhoras.
Grande variedade de meias para homens, senhoras e crianças.
Nansouk, a fazenda mais em moda para vestidos de noivas.
Um bonito sortimento de papeis etc. etc.

RUA DO PRINCIPE.

Espingarda

de dous canos, de percussão central, completamente nova, com todos os preparos necessarios vende por preço baratissimo

ARNALDO GROSSENBACHER.

COLLEGIO BUEK

Este collegio ainda acceita alumnos pensionistas e externos.

O Director:
ERNESTO BUEK.

GRANDE FABRICA DE MOVEIS DE VIME
dirigida pelo artista

Arthur Guindani, Joinville

Rua d'Agua.

Nesta fabrica sempre se encontra um grande sortimento de obras de vime como sejam:

CADEIRAS PEQUENAS,
ditas com braços, ditas de balanço, ditas de recreio, ditas para crianças, Mezas, Mezas para flores, Consollos, Carros para crianças,
SOFÁS, CESTOS, BALAIOS, BERÇOS, etc. etc.

Recebe se tambem encommendas de qualquer outro trabalho de vime não especificado, garantindo-se obras de bom gosto e preços razoaveis

Attenção!

ANTONIO J. RIBEIRO

— NO PORTO —

acaba de receber para sua casa

Paletots imitação palha de seda.
Ditos de alpaca preta.
Ditos de brim pardo.
Calças de brim pardo.
Camisas brancas superiores de linho.
Grande quantidade de chapeos de todas as qualidades para homens e meninos, especialmente de palha
PRORRIOS PARA O VERÃO.
Grande variedade de chitas, chrepe Damace lanzinhas etc. etc.

PREÇOS SEM RIVAES!

E' ver para crer!

EM CASA DE

Antonio José Ribeiro.

ANACLETO L. RIBEIRO

encarrega se de qualquer serviço que seja concernente com a Collectoria geral e provincial desta cidade.

Joinville — Estrada de S. Catharina.

HOTEL YPIRANGA

JOINVILLE.

Este conhecido e acreditado estabelecimento, situado em uma das melhores ruas da pittoresca cidade de Joinville, proximo ao porto, continua a offerecer todas as commodidades aos srs. viajantes.

Refeições preparadas ao gosto dos hospedes.

Quartos asseiados, espaçosos e ventilados.

Banhos quentes e frios,
Bilhar, etc. etc.

Preços modicos, promptidão e acelo.

GRANDE EMPORIO DE FUMOS

RUA DO PRINCIPE,
proximo á ponte.

José Joaquim Alves Machado

tem sempre em seu estabelecimento um esplendido sortimento de

Fumos desfiados,

marcas
POMBA, BAEPENDY, RIO-NOVO, GOYANO, BARBACENA.

Fumo em rollos especial de Minas,
Fumos em pacotinhos nacionaes e estrangeiros,

Grande variedade de charutos,

CIGARROS DE PAPEL E PALHA.
Tem sempre o applaudido fumo „VEADO."

FLORISTA

THERESA A. C. ROCHADEL

encarrega-se de toda e qualquer encommenda concernente a sua arte, como sejam:

Flôres d'escamma de peixe
Idem de pedra „ „
Idem de penna
Idem „ sipilho
Idem „ pedra hume
Idem „ caramujo
Idem „ panno
Idem „ papel
Idem „ conchas
Idem „ palha de trigo

Ensina a 8$000 por mez.

S. FRANCISCO. RUA DA PRAIA.

João Antonio Corrêa Maia

pede aos seus freguezes que com elle tem conta o favor de mandalas saldar com a brevidade possivel, pois devido a isso acha-se elle compramettido para com alguns credores.

Objectos para fumantes,

como sejam, piteiras, cachimbos, bolsas para fumo, cigarreiras, etc. etc.

ALERTA FREGUESIA!
Ninguem vende mais barato do que

José Joaquim Alves Machado

RUA DO PRINCIPE.

Jogo de bolas

no

HOTEL YPIRANGA,

o melhor e o mais frequentado nesta cidade por suas excellentes condições e estar em lugar em que os amadores podem estar em commodidade e sendo bem servidos pelo pessoal desse hotel.

Miguel Soares d'Oliveira Cercal

se encarrega de cobranças de dividas e compras documentadas simples ou com hypothecas para cobrar por sua conta; aceita qualquer questão civil ou commercial e defende perante o Tribunal do Jury, por preços accommodados

Aos pobres — gratuitamente.

E' encontrado a qualquer hora em sua casa a rua de S. Pedro n'esta cidade.

OFFICINA DE TORNEIRO

DE

Aristides Fernandes de Barros

Encarrega-se de qualquer encommenda concernente ao seu officio.

Trabalhos em madeira, osso, marfim e chifre.

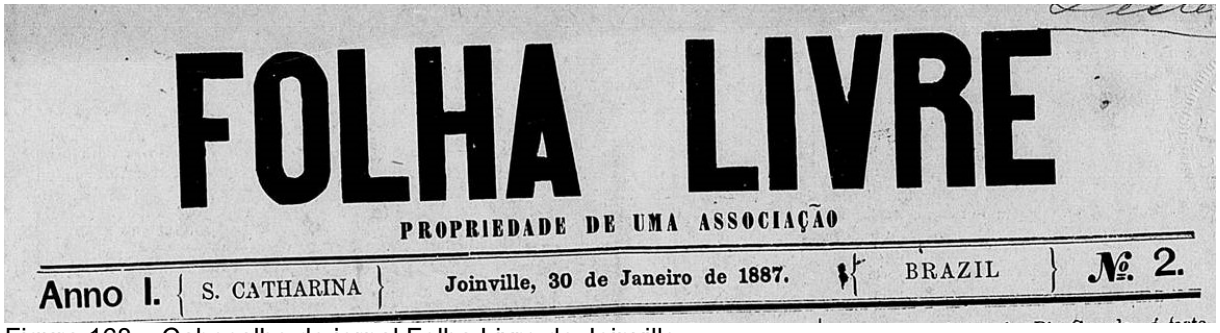
— Joinville, Rua do Porto de cima. —

Typ. de C. W. Boehm. Joinville.

Figura 167 – Publicidade no jornal Folha Livre de Joinville
Fonte: Folha Livre, 30/01/1887

No cabeçalho do jornal Folha Livre vem a indicação “Propriedade de uma associação” (figura 168). Segundo Gomes (1951, p.50) essa associação era o Grêmio José Bonifácio, uma sociedade literária de Joinville. A edição do Folha Livre de 27 de março de 1887 anuncia que Manoel Correia Defreitas foi eleito presidente do Grêmio José Bonifácio de Joinville. No mesmo dia 26 de março foram eleitos Leônidas de Barros como secretário e Celestino Júnior reeleito tesoureiro. Não foram localizados mais dados dessa associação, mas a edição Folha Livre de 1º de maio de 1887 indica que era um pequeno grupo de jovens que o compunha. Em saudação pelo lançamento do novo jornal, dia 28 de fevereiro de 1887 o Kolonie Zeitung duvida da orientação republicana do Folha Livre ao assinalar que:

> Acreditávamos tratar-se de uma publicação de cunho republicano, lançada por um clube republicano a ser aqui fundado e realmente acaba de ser concretizada a fundação de uma sociedade de nome José Bonifácio, associação esta de um grupo de jovens que se declara responsável pelo lançamento do jornal. No entanto, a agremiação é puramente literária e a Folha Livre não apresenta qualquer tendência republicana, mas ao contrário, pretende distanciar-se da política partidária e servir com imparcialidade à causa pública (HERKENHOFF, 1998, p. 76).


FOLHA LIVRE

PROPRIEDADE DE UMA ASSOCIAÇÃO

Anno I. | S. CATHARINA | Joinville, 30 de Janeiro de 1887. | BRAZIL | №. 2.

Figura 168 – Cabeçalho do jornal Folha Livre de Joinville
Fonte: Folha Livre, 30/01/1887.

Posteriormente, o Folha Livre se assumiu como pertencente à Sociedade Literária José Bonifácio. Tinha como redator Manoel Correia Defreitas que responde a primeira impressão de neutralidade política apontada pelo Kolonie Zeitung na edição do dia 6 de março advertindo que eram *“moderados mas incorruptíveis”.* O periódico adotava sim uma linha moderada na defesa da causa

republicana, mas isso não significava omissão, conforme nas palavras de Correia Defreitas:

> A nossa imparcialidade em matéria política não deve impor-nos o criminoso silêncio diante dos fatos que se estão passando na alta região política de nosso país. Também queremos, nesta emergência, externar nossa opinião, porque, como único jornal brasileiro na comarca, não devemos conservar a prejudicial indiferença que muito bem se poderia traduzir por falta de patriotismo (Folha Livre, 06/03/1887).

Manoel Correia Defreitas antes de fundar o “Folha Livre” teria contribuído pela causa republicana escrevendo em outros jornais de Joinville como o “Balão Correio” fundado em 1884 dizendo-se propriedade de uma associação que lutava pelo fim da escravatura. Com “O Globo” também fundado em 1884 de propriedade de M.Moreira da Silva Reis Junior e que posteriormente passou a denominar-se “O Democrata”, órgão do Partido Liberal. E no “Gazeta de Joinville”, fundado em 1877 que no ano de 1887 passa a ser o órgão do Clube Republicano de Joinville (GOMES, 1951).

Manoel Correia Defreitas e Alfredo Esteves foram os iniciadores do partido republicano em Joinville, principalmente Correia Defreitas que no ano de 1887 foi bastante fértil na pregação republicana em Santa Catarina mobilizando o surgimento de vários clubes republicanos, ajudando na organização do partido na capital e na arregimentação de correligionários. Sua presença era reclamada para orientar a fundação dos clubes republicanos, conforme nos revela a imprensa da época (FICKER, 2008).

Em Desterro, os republicanos do Clube Esteves Júnior lançaram “Evolução” em 1887, de propriedade de Lídio Martins Barbosa, José Joaquim Veiga, Severo Pereira, Ricardo Barbosa e Raimundo Antônio de Faria. Manoel Correia Defreitas teria contribuído para este jornal. Segundo Meirinho (1997) a coleção de A Evolução teria desaparecido e até o momento as únicas notícias localizadas por nós desse jornal datam de 9 de julho de 1888 e de agosto de 1888[638]. O recorte de

[638] Pertencentes ao Caderno 2 da Coleção Manoel Correia Defreitas. Acervo do Professor Ricardo Costa de Oliveira.

9 de julho trata da estadia de Correia Defreitas na cidade de São Bento do Sul de 1º a 9 de julho de 1888, quando retornou para Joinville, seu domicílio. Enquanto esteve na cidade não poupou tempo e nem esforços para firmar o ideal republicano realizando diversas conferências no clube republicano são-betense e sendo escutado com a maior atenção pelos correligionários políticos. O segundo recorte é um complemento a esse primeiro. De acordo com notações feitas à mão seria de agosto de 1888 e descreve a peregrinação de Manoel Correia Defreitas na região de São Bento do Sul realizada em julho de 1888. Teria realizado diversas conferências na região: dia 1º de julho em São Bento, dia 3 em Lençóis, dia 5 em Rio Preto, dia 9 em Oxford. Dia 17 partiu para Campo Alegre retornando para Joinville dia 22 de julho. Em todas as conferências procurava convencer que o único meio de salvar a pátria do estado decadente em que se encontrava era instaurar o governo do povo e pelo povo. A notícia chama a atenção que em cada localidade ele se hospedava na casa da liderança republicana da povoação.

Nas eleições de 1888 os republicanos decidem disputar o pleito para a Câmara e para a Assembleia Provincial, mesmo sem ter possibilidades de vitória. Manoel Correia Defreitas e Victorino Bacellar concorrem a vaga de deputado na Assembleia Provincial de Santa Catarina e lançam Antônio Esteves Júnior para a vaga de deputado geral pelo estado. Apesar de obter 138 votos Correia Defreitas não foi eleito. Esse pleito não é considerado um desastre total porque em São Bento do Sul foi eleita a primeira câmara municipal totalmente republicana – fato até então inédito no Brasil[639] (FICKER, 1973). Essa vitória deu muito ânimo aos republicanos.

Antônio Justiniano Esteves Júnior[640] é um nome forte no movimento republicano catarinense, tanto que o clube republicano de Desterro recebe seu nome com ele ainda estando vivo. Uma forma de homenagear esse catarinense

---

[639] Foram eleitos no pleito de 12 de agosto de 1888 para a Câmara Municipal de São Bento do Sul José Guedes da Silva, Ernesto Wolff, Otávio de Souza Lobo, Alberto Malschitzky, João Ribeiro de Abreu, José Manoel Gomes de Souza e Pedro Gomes da Cruz (FICKER, 1963, p.279).

[640] Antônio Justiniano Esteves Junior (1832-1900) mudou-se para o Rio de Janeiro com 13 anos. Foi eleitor senador por Santa Catarina para a primeira Assembleia Constituinte Republicana, sendo reeleito. Como presidente do Centro Catarinense do Rio de Janeiro mantinha estreito contato com seus conterrâneos que viviam ou visitavam a corte. Procurava transmitir o credo republicano para os jovens que frequentavam o centro para esses o portarem até a província (MEIRINHO, 1997).

residente no Rio de Janeiro e que atuava ao lado de Quintino Bocaiúva, Campos Salles, Lopes Trovão, Saldanha Marinho e tantos outros republicanos históricos. Dedicava-se ao comércio e era ligado ao Partido Liberal, tornando-se depois intransigente democrata até aderir o Manifesto Republicano de 1870.

Cunha (1995) aponta como os principais republicanos históricos de Santa Catarina o Raulino Horn, Gustavo Richard, Emílio Blum, Carlos Napoleão Poeta, José Araújo Coutinho e Herculano de Freitas, responsáveis pelas discussões republicanas em Desterro e os idealizadores do clube republicano refundado em 1887. A autora aponta que nessa época apareceu Manoel Correia Defreitas, vindo do Paraná, que colocou em contato os republicanos históricos de Santa Catarina com os classistas (os dissidentes do Partido Liberal), esforçando-se para unir esses dois grupos políticos e dar mais vitalidade a nova agremiação e ao movimento republicano que crescia lentamente.

Conforme já apontado, Manoel Correia Defreitas não participou pessoalmente da instalação de nenhum clube republicano no Paraná, em contrapartida esteve presente na fundação de vários clubes catarinenses. No ano de 1887, o primeiro deles foi o de Camboriú no dia 1º de maio. Ainda nesse mesmo mês participou do de Joinville dia 10, do de Tijucas dia 22, e do de São Francisco do Sul. No mês seguinte, em 24 de junho esteve presente na fundação do clube de Desterro[641]. Em julho seguiu para o Rio de Janeiro participar do 1º Congresso Federal Republicano representando, juntamente com Antônio Esteves Júnior a província de Santa Catarina. No dia 14 de julho esteve presente na criação do Clube Republicano Catarinense naquela cidade ao lado de grandes nomes do movimento republicano catarinense como Lauro Muller e Antônio Esteves Júnior. De retorno à Santa Catarina continua sua peregrinação pelo interior do estado participando das fundações dos clubes em Porto Belo no dia 27 de agosto[642], São João Batista em 4 de setembro e Itajaí no dia 11 do mesmo mês. Ainda nesse ano ocorreu a fundação das agremiações nas cidades de São José e Biguaçu, mas não

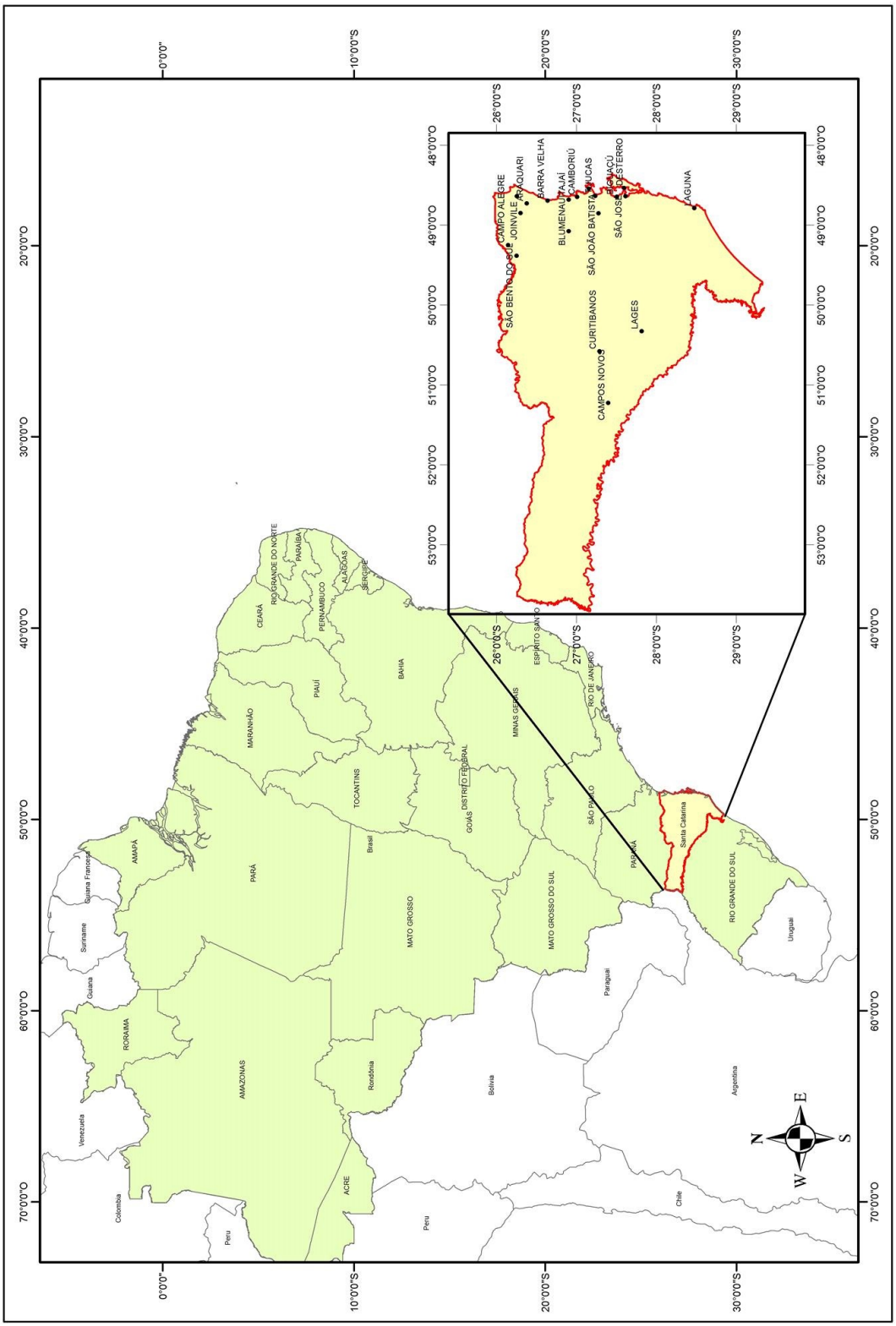
[641] Ver Anexo 20 – Ata da instalação do Clube Republicano do Desterro (24/06/1887).

[642] Ata de instalação do Clube Republicano de Porto Belo. Acervo do Museu Paranaense (Nº Documento 02.09.0005).

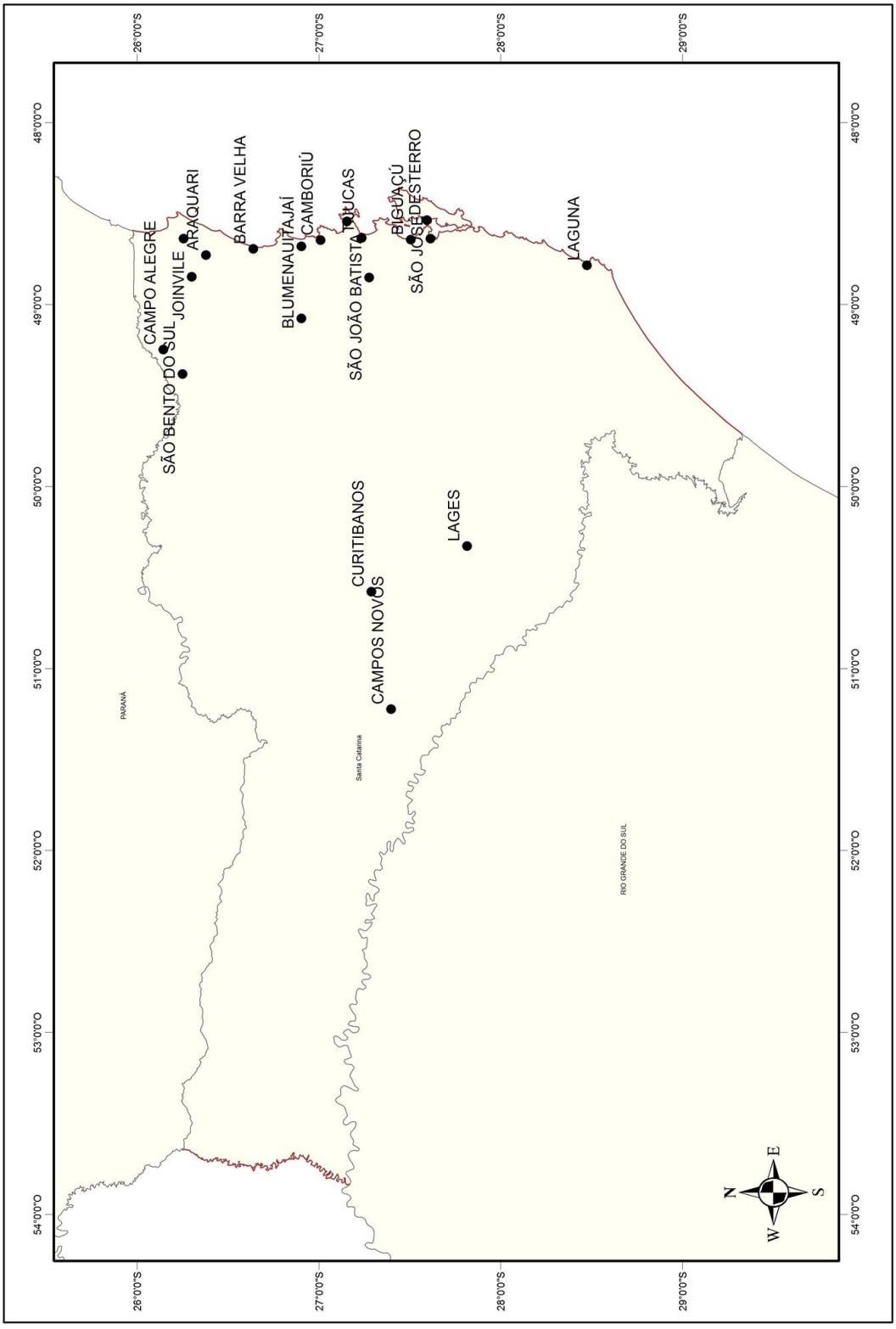
foram localizadas as datas, nem os nomes dos fundadores e se Correia Defreitas esteve presente ou não.

No ano de 1888 foi fundado o Clube Republicano de São Bento do Sul e de Campo Alegre que tiveram a organização de Correia Defreitas. Apontam Boerher (2000) e Pereira (1976) que nesse ano ainda ele pretendia estender sua viagem de propaganda republicana a outros municípios para incentivar a criação de mais agremiações republicanas. Estaria em seus planos os municípios de Campos Novos, Curitibanos, Lages e Laguna, mas não foram localizados documentos que comprovem sua participação na fundação dos clubes republicanos dessas localidades.

Figura 169 - **Mapas com as cidades de peregrinação republicana de Manoel Correia Defreitas por Santa Catarina**[643]



[643] Agradeço ao geógrafo Marcelo Bourdin a confecção dos mapas.


CAMPO ALEGRE
JOINVILE
ARAQUARI
BARRA VELHA
BLUMENAU
ITAJAÍ
CAMBORIÚ
TIJUCAS
BIGUAÇÚ
SÃO JOSÉ
ESTERRO
LAGUNA
SÃO BENTO DO SUL
SÃO JOÃO BATISTA
CURITIBANOS
LAGES
CAMPOS NOVOS
PARANÁ
Santa Catarina
RIO GRANDE DO SUL
26°0'0"S
27°0'0"S
28°0'0"S
29°0'0"S
48°0'0"O
49°0'0"O
50°0'0"O
51°0'0"O
52°0'0"O
53°0'0"O
54°0'0"O
N
S
E
W

A partir de janeiro de 1889 Manoel Correia Defreitas muda-se para o Rio de Janeiro[644]. Depois dessa data ele não se instala mais em território catarinense e nem concorre mais a nenhum cargo vinculado a esse estado pois, desde a entrada do processo de revisão dos limites entre os estados do Paraná e de Santa Catarina no STF em 1900 por Santa Catarina ele passa a realizar uma intensa campanha a favor da causa paranaense. Porém, isso não o impediu de tomar posição na Câmara Federal a favor do estado vizinho quando considerava a causa justa como quando Abdon Batista solicitou verbas extras para os estados devido as inundações em Blumenau do ano de 1911 que foi uma das maiores do Brasil e a primeira grande inundação do século XX. O projeto de lei concedia o auxílio de mil contos ao estado de Santa Catarina por motivo dos prejuízos causados pelas últimas inundações (Correio Paulistano, 16/10/1911).

4.3.4 – Proclamação da república

No final do século XIX era na cidade do Rio de Janeiro que o republicanismo possuía a tradição mais firmada. Era nela que funcionava a coordenação do movimento e onde atuavam seus propagandistas mais populares. Foi para lá que Manoel Correia Defreitas mudou-se no início do ano de 1889.

De dezembro de 1888 até outubro de 1889 Manoel Correia Defreitas realiza peregrinação proferindo conferências republicanas em diversas cidades de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Irá retornar para o Paraná somente após a proclamação da república, no início de março de 1890. Durante esse período morava com Lauro Mueller e Alexandre Stockler[645] na rua Visconde de

[644] Manoel Correia Defreitas vivia em constante mobilidade entre os estados do Paraná, Santa Catarina, Rio de Janeiro e a partir de 1889 entra nessa relação São Paulo e Minas Gerais. Pelas notas nos periódicos da época podemos ver como sua vida era “agitada” e é difícil, na maioria dos casos, precisar uma data em cada localidade, mas conseguimos ter a noção de período.

[645] Alexandre Stockler Pinto de Menezes (1863-1934) formou-se em 1887 pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Abolicionista e republicano histórico de Minas Gerais. Atuou ao lado de Silva Jardim, Lopes Trovão e Quintino Bocaiúva na propaganda republicana. Foi eleito deputado por Minas Gerais na assembleia constituinte de 1891. Após a promulgação da Constituição passou a exercer o mandato na Câmara dos Deputados, até dezembro de 1893, voltando-se principalmente

Maranguape, 51, no bairro da Lapa, Rio de Janeiro (NASCIMENTO JUNIOR, 1951) (figura 170).

Encontrou Lauro Muller no ano de 1887 na fundação do Centro Republicano Catarinense na cidade do Rio de Janeiro. Quando da implantação da república, junto com Alfredo Esteves, interferem junto ao Marechal Deodoro indicando Lauro para presidente de estado de Santa Catarina, porém haverá uma ruptura nessa amizade e Correia Defreitas passará a realizar uma campanha de ataque a pessoa de Lauro Muller. Os jornais da época questionam porque Correia Defreitas colocava em dúvida o patriotismo de Lauro Muller se em 1889 via nele qualidades e virtudes excepcionais para poder assumir a responsabilidade de organizar republicamente uma antiga província da monarquia, mas os “ventos mudam de direção” como diz um ditado popular.

---

para problemas da pequena e grande lavoura. Como médico, clinicou em Belo Horizonte e no Rio de Janeiro. Era casado com Albertina Bertha (filha do Conselheiro Lafayete) com quem teve quatro filhos, Clara, Alexandre, Lafayette e Francisca. Disponível em http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/MENESES,%20Alexandre%20Stocler%20Pinto%20de.pdf. Acesso 29.janeiro.2016.



Figura 170 – Vista da Rua Visconde de Maranguapé esquina com Avenida Mem de Sá/RJ
Fonte: http://farm1.static.flickr.com/40/75608900_fdfeafe181.jpg. Acesso 22.novembro.2010

No Rio de Janeiro contribuiu no jornal republicano Correio do Povo cujo redator chefe era Sampaio Ferraz[646]. Na redação desse jornal encontrou com João

[646] João Batista de Sampaio Ferraz (1857-) formou-se na Faculdade de Direito de São Paulo em 1878. Depois de formado mudou-se para o Rio de Janeiro e aí foi promotor público adjunto de 1881 a 1884, e promotor público de 1884 a 1889. Em 1888 fundou, com João das Chagas Lobato, o jornal O Correio do Povo, órgão no qual defendeu suas ideias republicanas fortemente influenciadas pela Revolução Francesa. Proclamada a República foi nomeado o primeiro chefe de polícia da cidade do Rio de Janeiro. Marcou sua atuação pela perseguição a grupos sociais marginalizados, em especial aos capoeiras. Foi eleito deputado federal constituinte pelo Distrito Federal em setembro de 1890. Promulgada a constituição assumiu como deputado federal. Voltou a ser chefe de polícia do Distrito Federal em novembro de 1898, no governo do presidente Manuel Ferraz de Campos Salles (1898-1902). Permaneceu no cargo até 1900, quando voltou a ser eleito deputado federal pelo Distrito Federal. Em 26 de junho assumiu sua cadeira na Câmara dos Deputados e nela permaneceu até dezembro de 1902, quando se encerraram seu mandato e a legislatura. Depois

Clapp[647]. A esse tempo a propaganda republicana intensificara-se e na imprensa salientavam-se Quintino Bocaiúva, Júlio de Castilhos, José do Patrocínio, Venâncio Aires, Ubaldino do Amaral, Assis Brasil, Lauro Sodré, Simões Lopes, e vários outros. Em conferências públicas tínhamos Manoel Correia Defreitas, Lopes Trovão, Silva Jardim, Francisco Glicério, Campos Salles, Aristides Lobo, Prudente de Moraes, Américo Brasiliense, Sampaio Ferraz e muitos outros (CORREIA, 1939).

Com relação a ata de instalação da república, sua assinatura figura no termo de juramento prestado pelos membros do governo provisório da república dos Estados Unidos do Brasil em 16 de novembro de 1889 perante a Câmara Municipal do Rio de Janeiro[648]. São dois documentos referentes a proclamação da república no Brasil. Ambos efetuados na Câmara Municipal do Rio de Janeiro. O primeiro documento é a ata em que se declara proclamado o novo regime no Brasil lavrado no dia 15 de novembro. O segundo é o termo de juramento dos membros do governo provisório, redigido no dia 16 de novembro. Hoje não se sabe a localização do original desse documento que foi lavrado no livro de Lançamento dos Termos de Juramento e Posse dos Juízes de Paz, Escrivães e Empregados Municipais e guardado nos arquivos da prefeitura do Rio de Janeiro. Contamos apenas com a reprodução do fac-símile feito pelo jornal A Noite no dia 15 de novembro de 1919 quando das comemorações dos 30 anos da implantação da república. O documento original teria mais 17 páginas pois após a assinatura das autoridades, os cidadãos presentes assinaram a declaração, entre estes, a presença de muitos dos propagandistas republicanos. A assinatura de Manoel

---

disso dedicou-se à advocacia. Disponível em http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/FERRAZ,%20Sampaio.pdf. Acesso 29.janeiro.2016.

[647] João Fernandes Clapp (1840-1902) foi um comerciante e abolicionista brasileiro, presidente da confederação abolicionista e pioneiro em promover a educação gratuita para ex-escravos. Essa confederação, fundada em 1883 junto com José do Patrocínio, tinha o objetivo de unir os clubes e as sociedades abolicionistas de todo o país. Clapp permaneceu presidente da confederação durante mais de dez anos. Em sua época era considerado um dos maiores representantes da causa abolicionista; junto a Joaquim Nabuco, Sousa Dantas e José do Patrocínio formou o chamado “quarteto abolicionista”. Era filho do norte-americano Agostinho Clapp e de Anna de Jesus Clapp (ALONSO, 2015).

[648] Agradeço ao professor José Henrique do Carmo por compartilhar as informações de pesquisa sobre as atas de proclamação da república no Brasil que ele obteve junto ao Arquivo Histórico Nacional e ao Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Ver Anexo 21 - Termo de juramento prestado pelos membros do governo provisório (16/11/1889).

Correia Defreitas está entre os dos camaristas do Rio de Janeiro, já na primeira página onde foi acrescentada a palavra “cidadão” na frente e “não vereado” ao final do seu nome para destacar que ele não era membro da Câmara Municipal. Existe uma cópia desse termo de juramento onde aparece o nome de Manoel Correia Defreitas entre os cidadãos que assinaram o documento. A diferença dessa cópia para o primeiro documento é que a palavra “vereado” após o nome de Manoel foi suprimida. Essa cópia encontra-se no acervo do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro vinculado à prefeitura municipal.

O Boletim da Câmara Municipal do Rio de Janeiro de novembro/dezembro de 1889 na página 51 traz a reprodução do termo de juramento do dia 16 de novembro. Porém o texto foi modificado em alguns pontos: foi alterada a ordem das assinaturas e não aparece o nome de Manoel Correia Defreitas (por não ser vereador); foi retirada a retificação “digo” do secretário que redigiu o termo; Quintino Bocaiúva foi considerado como presente na cerimônia do dia 16, mas ele estava ausente e foi representado por Ruy Barbosa.

Em suma, a solenidade civil que marcou a proclamação da República, ocorreu em 15 de novembro de 1889, quando foi realizada no plenário da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, aproximadamente às 4 horas da tarde, uma reunião de alguns republicanos com os vereadores e, em ato solene presidido por José do Patrocínio, foi proclamada a República dos Estados Unidos do Brasil, tendo o marechal Deodoro da Fonseca como seu primeiro presidente. Na mesma noite a proclamação foi aprovada sem votação, lavrando-se então uma ata em que se declarava proclamado o novo regime e que foi assinada pelo marechal Deodoro, juntamente com uma carta destinada ao imperador, informando sobre o banimento da família imperial.

Enquanto isso, Dom Pedro II, foi informado por telégrafo sobre o golpe e acreditava que o objetivo dos revolucionários era apenas substituir o Gabinete de Ouro Preto. Retorna de Petrópolis ao Rio de Janeiro e na noite de 15 de novembro, reunido com o Conselho de Estado, tenta organizar novo gabinete ministerial, sob a presidência do conselheiro José Antônio Saraiva. Informado da proclamação da República e da adesão de Deodoro, decidiu não oferecer resistência para evitar um conflito. O texto da proclamação da República foi para as gráficas dos jornais que apoiavam o movimento e, somente no dia seguinte, 16 de novembro de 1889, foi

anunciada ao povo a mudança do regime político do Brasil, conforme noticia o jornal O Paiz de 16 de novembro de 1889:

> **NA CÂMARA MUNICIPAL**
> Os Srs. Vereadores estiveram reunidos das 10 horas da manhã até às 3 da tarde, sobre a presidência do senhor Ferreira Nobre.
> Cerca de 3 horas da tarde, chegou ao mesmo edifício o Sr. Vereador José do Patrocínio, acompanhado do povo e imediatamente foi votada a seguinte representação:
> "Exms. Srs. Representantes do exército e da armada nacionais – temos a honra de comunicar-vos que, depois da gloriosa e nobre revolução que *ipso facto* depôs a monarquia brasileira, o povo, por órgãos espontâneos e pelo representante local seu representante legal nesta cidade, reuniu-se no edificio da Câmara Municipal,e, na forma da lei ainda vigente, declarou consumado o ato da deposição da monarquia e, ato seguido, o vereador mais moço, ainda na forma da lei, proclamou como nova forma de governo do Brasil, a República.
> Atendendo ao que, os abaixo-assinados esperam que as patrióticas classes militares sancionem a iniciativa popular, fazendo imediatamente decretar a nova forma republicana do governo nacional.
> Rio de Janeiro, 15 de novembro de 1889

Em 16 de novembro de 1889, os membros do Governo Republicano Provisório assinaram o Termo de Juramento perante a Câmara Municipal, prestando votos de lealdade ao regime recém-implantado no país.

Conforme Nascimento Junior (1951) Manoel Correia Defreitas inteirado do ato dos militares para a derrubada do trono teria ido à Câmara Municipal no dia 15 de novembro de 1889 onde assistiu a solenidade civil de José do Patrocínio do hasteamento da primeira bandeira republicana do Brasil, assistindo assim ao ato de instalação da república. Saindo na tarde do dia 15 de novembro da Câmara Municipal teria ido ao encontro de Ruy Barbosa, na redação do jornal "Diário de Notícias", para anunciar que este seria o ministro da fazenda e segue para a redação do "O Paiz" ao encontro de Aristides Lobo comunicando que este seria ministro da justiça. No dia seguinte as informações de Correia Defreitas com relação as nomeações ministeriais são confirmadas. Não foram localizados documentos que comprovem essa história narrada por Nascimento Júnior e reproduzida toda vez que a memória de Correia Defreitas é evocada. Mas o questionamento colocado pelo autor é válido: como ele estaria de posse de informações consideradas sigilosas? Presume-se que como ele tinha intensa circulação entre os republicanos históricos, estava residindo na cidade do Rio de Janeiro podendo acompanhar seu cotidiano e era grande observador das

movimentações políticas, ele pode ter “juntado as peças” e visualizado o quadro que se formava. Ou soube diretamente por um dos articuladores do movimento do dia 15 de novembro as pessoas que seriam indicadas para compor o governo provisório.

Igualdade perante a lei e cidadania eram palavras de ordem lançadas ao povo pelos propagandistas da república para diferenciá-la da monarquia. Entretanto, embora estes discursos prometessem um poder exercido em nome do povo e voltado para a construção de uma nova ordem social o que ocorreu foi o exercício de um poder político distanciado do conjunto da sociedade, sendo que os acontecimentos que se seguiram à proclamação mostram uma cidadania restrita a pequenos grupos que disputavam seu lugar na nova estrutura política. A inexistência da participação popular na proclamação da república e a ínfima participação política nos anos seguintes podem ser vistas como uma contradição tendo em vista que se tratava, como destaca Carvalho (2004, p.10), *“de um sistema de governo que se propunha exatamente a trazer para o povo o proscênio da atividade política”.* Entretanto, a concepção de cidadania implantada com a república nada teve a ver com medidas para ampliação do colégio eleitoral ou da participação política. O projeto de república vitorioso foi aquele que optou pelos mesmos métodos do império para impedir a possibilidade de alternância partidária no poder. A república dos propagandistas mais radicais, como Silva Jardim, Lopes Trovão e Manoel Correia Defreitas, que era *“apresentada como a irrupção do povo na política, na melhor tradição da Revolução Francesa de 1789, a revolução adorada, como chamava Silva Jardim”* (CARVALHO, 2004, p.11), não caracterizava o novo regime. A república legitimou-se não como base no apoio do povo, mas com base na constituição do novo regime como emblema da modernidade e de civilização.

A implantação do novo regime no Brasil foi seguida de um período de instabilidade e de vazio institucional. A velha ordem foi derrubada, mas em seu lugar não se construiu um sistema de institucionalidades que fossem reconhecidas e respeitadas. A partir do governo de Campos Salles (1898-1902) uma nova ordem foi erigida. Até então várias repúblicas ainda eram possíveis de serem construídas no Brasil e instituiu-se a República Oligárquica e a partir desse momento a república dos republicanos históricos passou a ser “a república que não foi” no

sentido de ser a menos democrática possível, incorporando visões autoritárias herdadas da época do império (figura 171).



Figura 171 – Charge da república aos seus 30 anos: pinturas e disfarces para esconder o “cansaço” expresso pela sua face.
Fonte: A NOITE, 15/11/1919

4.3.5 – Falecimento

A primeira notícia que encontramos referente ao estado de saúde de Manoel Correia Defreitas foi publicada no jornal de Paranaguá “O Século” do dia 25 de outubro de 1890:

> Tem estado enfermo na capital federal Manoel Correia Defreitas. Fazemos sinceros votos para seu restabelecimento afim de regressar a este estado que não pode ver-se privado na quadra de organização em que vai entrar, do concurso benéfico de um dos seus mais honestos e talentosos filhos. É sempre com íntima satisfação e possuído de sincero respeito que O Século refere-se a este honradíssimo republicano, de cujas aptidões doutrinárias que lhe tem assegurado uma orientação política firme, a nova pátria paranaense não pode prescindir.

Após essa data passa a ser recorrente nas colunas de notas sociais dos periódicos do Paraná, Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais os comunicados de afastamento de Manoel Correia Defreitas para tratamento de saúde. Costumava dirigir-se para as cidades de águas termais de Minas Gerais como Lambari e Caxambu para se tratar. Mas tirando essas pequenas notas que indicam sua mobilidade não temos como saber quais foram as enfermidades, os tratamentos seguidos e a recuperação de Manoel, ficando evidente uma certa fragilidade física dele.

Em 13 de janeiro de 1925 ele sofreu um grave acidente na cidade do Rio de Janeiro que vai debilitar bastante sua saúde pois, nessa época já contava com quase 74 anos de idade. Nesse acidente, na Praia Formosa, ele caiu do bonde ao saltar e foi atropelado por um automóvel que passou uma das rodas no seu peito quebrando o esterno. Mesmo ferido, se levantou sozinho e pegou o bonde para Petrópolis onde residia e somente duas horas depois, quando chegou na cidade foi procurar um médico. O doutor Paulo Buarque (seu amigo pessoal) o atendeu e fez a cirurgia juntamente com Oscar Fontenelle. Após a cirurgia teve que ficar em repouso absoluto e imobilizado tendo todo o círculo do tórax coberto por ataduras. Ficou hospedado na casa de Andre Chalreo em Petrópolis. Durante o período de convalescença recebeu muitos telegramas, cartões e visitas pessoais desde

personalidades políticas até operários que admiram suas ideias socialistas. Os jornais chamam a atenção para sua vitalidade apesar da avançada (O Estado do Paraná, 28/02/1925. O Dia, 03/03/1925 e 19/11/1925). Fato ocorrido que comprova essa vitalidade aos seus 74 anos foi a “sessão de pugilato” ocorrida entre ele e o deputado federal pelo Paraná Arthur Martins Franco na sala de café da Câmara dos Deputados dia 20 de julho de 1925. Após violenta troca de palavras, travaram luta corporal, sendo separados por amigos. O motivo teria sido uma questão de terras em Guarapuava onde Manoel tinha um condomínio com outras pessoas e nomeou João de Oliveira Franco como seu procurador para fazer a medição delas. Esse procurador passou a procuração para Martins Franco, que passou para outra pessoa. Nesse interim Manoel foi intimado a pagar o valor do trabalho dos procuradores, mas ele já havia acertado o valor com João Oliveira. Então, Manoel decidiu tirar desforro de quem achava culpado – no caso Martins Franco. Essas terras deveriam ser percorridas por uma estrada de ferro da concessão Companhia Brasileira de Viação (O Dia, 23/07/1925. O Combate, 22/07/1925). Apesar de ainda estar se recuperando do acidente de janeiro, que lhe deixou sequelas, ele “partiu para as vias de fatos” contra Martins Franco (figura 172).

Formidavel escandalo na Camara dos Deputados

Uma scena de pugilato entre os srs. Martins Franco e Corrêa Defreitas

RIO, 21 (Havas) — Registrou-se hontem na saia do café da Camara dos Deputados um formidavel es-



Corrêa Defreitas

candalo de que foram protagonistas os srs. Martins Franco e Corrêa Defreitas, ex-deputado federal.



Deputado Martins Franco

Após violenta troca de palavras aquelles dous politicos paranaenses travaram lucta corporal sendo separados, finalmente, pelos deputados presentes.

Figura 172 – Anúncio confusão entre Correia Defreitas e Martins Franco (1925)
Fonte: O Dia, 23/03/1925

Em janeiro de 1932 Correia Defreitas interna-se na Santa Casa de Misericórdia em Curitiba (O Dia, 27/01/1932) (figuras 173 e 174). Foi se finando lentamente, minado por enfermidade decorrente do acidente de 1925. O jornal O Dia de 18 de março de 1932 lamenta que um vulto de tal valor como esteja em tal situação, le teve que ser acolhido em uma instituição de caridade pois, merecia na velhice uma vida melhor e mais descansada e começa a discorrer sobre a trajetória de Correia Defreitas: *"o seu amor a liberdade de pensamento, exemplo digno de ser imitado, sempre foi obstáculo a que se firmasse em qualquer emprego. Passou suas posições salientes sem nunca aproveitar dos outros e nem dos cofres públicos. Por isso mesmo foi sempre pobre, lutou toda a sua existência com a falta de recursos"* (O Dia, 18/03/1932).

Jornais de fora de Curitiba anunciavam que estava *"enfermo um dos últimos sobreviventes da propaganda republicana de 1889",* o velho republicano Correia Defreitas. O ilustre enfermo achava-se recolhido a um quarto particular da Santa Casa, onde foi visitado pelo interventor Manoel Ribas e por representantes de todas as classes sociais (A Federação, 11/05/1932)[649].

[649] As notícias nos periódicos da época da internação se contradizem: uns noticiam que Manoel estava internado na parte pública da Santa Casa de Misericórdia. Outros que ele estaria na parte particular da instituição. Colocamos esses dois exemplos para deixar registrado como não havia um consenso com relação à situação financeira de Manoel. Para uns ele teria morrido na pobreza. Para outros ele vivia de rendas. A família aponta que ele deixou muitos bens que geraram conflitos na família após sua morte. Resta encontrar seu inventário para podermos realizar uma análise da parte financeira de sua vida.



Figura 173 – Santa Casa de Misericórdia de Curitiba – Anos 1920
Fonte: Acervo do Museu Paranaense



Figura 174 – Santa Casa de Misericórdia de Curitiba – Sem data
A direita a Santa Casa, no centro o quartel da Praça Rui Barbosa e aos fundos a Catedral de Curitiba
Fonte: Acervo do Museu Paranaense

O livro de movimento hospitalar da Santa Casa de Misericórdia de Curitiba entre dias 18 a 25 de junho de 1932 registram o óbito de Manoel Correia Defreitas dia 23 de junho, às 17h35, tendo como causa mortis caquexia (O Dia, 28/06/1932). Apesar de toda a vida agitada e multifacetada os descendentes hoje vivos de Manoel Correia Defreitas descrevem que ele teve uma "passagem tranquila". Diariamente a filha Lila (Medem Defreitas) ia visitá-lo e lia os jornais do dia para ele. Nesse dia 23, depois de certo tempo de leitura, ele pede para ela guardar os jornais pois não iriam ler mais naquele dia, deita-se e comenta com a filha que estava com frio. Ela o cobre. Um tempo depois se aproxima do pai para ver como ele estava e percebeu que ele não respirava mais. Já havia partido. "*Foi uma morte bem tranquila. Tudo muito sereno!",* afirma sua neta Lucirene[650]. O enterro foi dia 24 de junho às 16h, saindo da Rua Aquibadan, 325 em direção ao Cemitério do Água Verde (O Dia 23/06/1932) (figura 175).

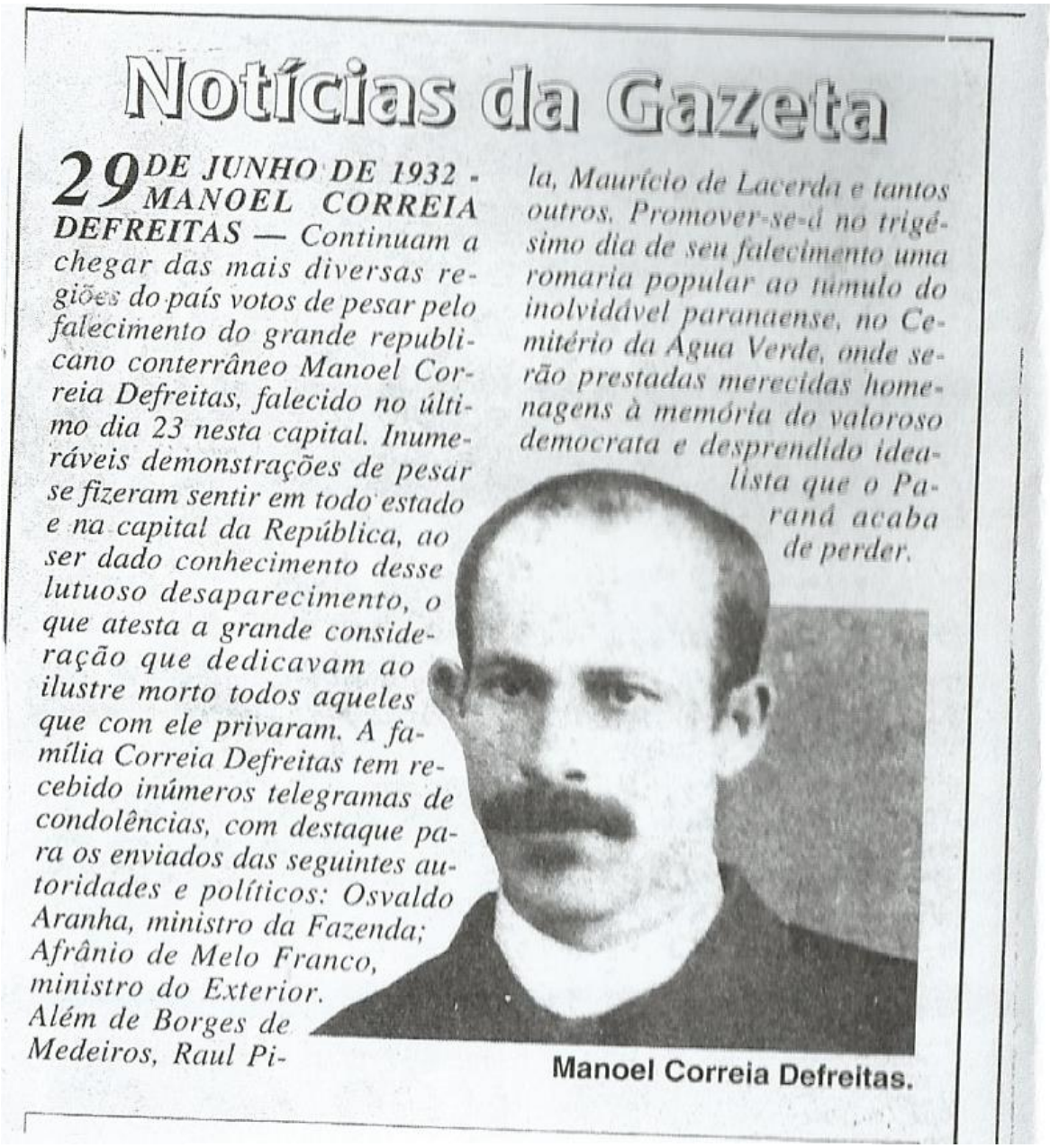


Figura 175 – Túmulo de Manoel Correia Defreitas no Cemitério do Água Verde
Foto Ana Vanali

[650] Em entrevista dia 17 de janeiro de 2017.

Sua morte teve repercussão nacional discreta pois ocorreu em um momento político nacional tão absorvente: a Revolução Constitucionalista de 1932[651]. Os jornais noticiaram seu falecimento sempre destacando ser Correia Defreitas orador fervoroso, um dos brasileiros que mais trabalhou pela propaganda e consolidação da república, quer pela imprensa, quer pela tribuna. A família recebeu expressivas manifestações apesar dele estar afastado há tempos de qualquer posição política e dos círculos sociais onde se fizera acatado pelo seu valor intelectual e sua grandeza moral. Chegaram telegramas do Palácio do Catete (chefe governo provisório), Osvaldo Aranha (ministro da fazenda), Afrânio de Miro Franco (ministro relações exteriores), Sinval Saldanha e Borges de Medeiros (RS), Raul Pilla (Partido Libertador-Porto Alegre), Mauricio de Lacerda (RJ), Simões Lopes (RJ), Odilon Mader (prefeito de Paranaguá). O interventor Manoel Ribas recebeu telegramas do Rio de Janeiro de Júlio Hauer, Gasparini, Zeno Silva, Professor Sana Khan e de Gregório da Fonseca (Palácio do Catete) (O Dia, 29/06/1932) (figura 176).

[651] Revolução Constitucionalista de 1932, também conhecida como Revolução de 1932 foi o movimento armado ocorrido no estado de São Paulo, entre julho e outubro de 1932, que tinha por objetivo derrubar o governo provisório de Getúlio Vargas e convocar uma Assembleia Nacional Constituinte.



Notícias da Gazeta

29 DE JUNHO DE 1932 - MANOEL CORREIA DEFREITAS — Continuam a chegar das mais diversas regiões do país votos de pesar pelo falecimento do grande republicano conterrâneo Manoel Correia Defreitas, falecido no último dia 23 nesta capital. Inumeráveis demonstrações de pesar se fizeram sentir em todo estado e na capital da República, ao ser dado conhecimento desse lutuoso desaparecimento, o que atesta a grande consideração que dedicavam ao ilustre morto todos aqueles que com ele privaram. A família Correia Defreitas tem recebido inúmeros telegramas de condolências, com destaque para os enviados das seguintes autoridades e políticos: Osvaldo Aranha, ministro da Fazenda; Afrânio de Melo Franco, ministro do Exterior. Além de Borges de Medeiros, Raul Pila, Maurício de Lacerda e tantos outros. Promover-se-á no trigésimo dia de seu falecimento uma romaria popular ao túmulo do inolvidável paranaense, no Cemitério da Água Verde, onde serão prestadas merecidas homenagens à memória do valoroso democrata e desprendido idealista que o Paraná acaba de perder.

Manoel Correia Defreitas.

Figura 176 – Notícia do falecimento de Manoel Correia Defreitas
Fonte: Gazeta do Povo, 29/06/1932

Dia 30 de junho foi realizada sua missa de 7º dia na Catedral do Arcebispado de Curitiba pelo reverendo Ladislau Kula (O Dia, 28/06/1932).

Dia 9 de julho de 1932, na sede do Centro Paranaense no Rio de Janeiro foi realizada uma sessão cívica de homenagem ao “inesquecível” propagandista republicano Manoel Correia Defreitas. Diversos oradores falaram sobre os feitos e a vida do saudoso paranaense entre eles Gastão Penalva que ressalta que pelo

seu talento Correia Defreitas poderia *“ter sido tudo nessa terra, mas foi pouco, foi pouquíssimo, foi quase nada em relação aos outros”.* Lembra que ele usava muitas metáforas em suas falas. Tinha um vasto conhecimento, enciclopédico. Era um inveterado distraído. Ele viu a república instalada, mas quanto não deve ter sofrido seus últimos dias pensando na sorte dessa república. *“Foi Correia Defreitas uma lenda ou um conto histórico? Quando nos perguntarem onde está Correia Defreitas, responderemos que ele não existe, foi apenas um sonho altivo do Paraná!”* (A Batalha, 10/07/1932). Taciano Accyoli e José Niepce da Silva falaram do ardente propagandista, da abolição e da república. Barbosa Lima o chamou de “Silva Jardim Paranaense” pois, tinha a mesma tenacidade na propaganda e a mesma fé no ideal de que o regime republicano faria a felicidade e grandeza do Brasil. Emilio de Menezes o apontou como o homem das distrações. Leôncio Correia recordou que sua vida foi agitada, nervosa, dinâmica. Tinha uma alta cultura generalizada. Falava de tudo pois conhecia de tudo, desde medicina, engenharia, agricultura, comércio, indústria, sociologia, política, música, etc. *“Tinha uma sensibilidade afetiva, piedade pelos humildes e pelos animais. Alma generosa e altruísta. Sua vida oscilou entre as delicadezas do coração e as claridades da inteligência”.* Alberico Figueira apontou que como era propagandista extremado não entrou no banquete de distribuição de cargos políticos após a implantação da república (O Dia, 10/07/1932).

Com a morte de Manoel Correia Defreitas desapareceu a figura central da propaganda republicana no Paraná. Correndo o risco de ser apontada como seduzida pelo objeto de estudo, Manoel foi orador fluente e o tribuno mais seguro e de maior renome em toda campanha da propaganda republicana no Paraná e em Santa Catarina. Era antes de tudo, um liberal no sentido de estar vinculado às mudanças exigidas pelo seu tempo e defendê-las com vigor. Era de espírito democrático, abrindo espaços para críticas inclusive contra ele próprio. Como membro de diversos grupos teceu uma complexa rede de sociabilidades em locais de saber e de poder, o que lhe foi útil durante sua trajetória direcionada à construção de sua auto representação como socialista.

CAPÍTULO 5 – TRAJETÓRIA PARLAMENTAR

CREDO POLÍTICO

Creio na liberdade onipotente criadora das nações robustas,
Creio na lei, emanação dela, o seu órgão capital, a primeira das suas necessidades,
Creio que, neste regime não há poderes soberanos, o soberano é só o direito interpretado pelos tribunais,
Creio que a própria soberania popular necessita de limites, e que se limites vem a ser as suas constituições, por ela mesma criadas, nas suas horas de inspiração jurídica em garantia contra os impulsos da paixão desordenada,
Creio que a república decai porque deixou estragar confiando-se ao regime da força,
Creio que a federação parecerá, si continuar a não saber acatar e elevar a justiça, porque da justiça nasce a confiança, a tranquilidade,
Da tranquilidade o trabalho,
Do trabalho a produção,
Da produção o crédito,
Do crédito a opulência,
Da opulência a respeitabilidade, a pureza, o vigor,
Creio no governo do povo, pelo povo,
Creio porém, que o governo do povo pelo povo sem a base da sua legitimidade e a cultura da inteligência nacional pelo desenvolvimento nacional do ensino, para os quais as maiores liberalidades do Tesouro constituíram sempre o mais reprodutivo emprego da riqueza pública,
Creio na tribuna sem fúrias e na imprensa sem restrições,
Porque creio no poder da razão e da verdade,
Creio na moderação e na tolerância, no progresso e na moderação, no respeito e na disciplina, na impotência fatal dos incompetentes e no valor insuprível das capacidades.

Ruy Barbosa

Ao percorrer a fase da história da Primeira República Brasileira (1889-1930) não deixamos de nos surpreender com a gigantesca dimensão humana e cívica, como expoentes maiores de coragem e de abnegação, dos homens que lançaram as primeiras pedras para a edificação da liberdade no nosso país, os “verdadeiros” propagandistas e republicanos históricos[652]. O conturbado tempo em que viveram

[652] O adjetivo “verdadeiro” está sendo utilizado para se diferenciar do termo republicano histórico utilizado sem distinção por pesquisadores que realizaram trabalhos sobre diferentes personalidades da Primeira República no Brasil. Para nós, os “verdadeiros republicanos históricos” foram aqueles que se dedicaram à causa republicana escrevendo e falando sobre a nova forma de regime político empenhados na militância de esclarecer a população como um todo sobre as vantagens e a necessidade em se realizar essa troca de regime e não aqueles republicanos que aderiram ao Partido Republicano, mas que não saíram de seus gabinetes. Não desconsideramos a importância desses outros republicanos que associando seu nome ao movimento contribuíram para aumentar o capital simbólico do mesmo. Porém, esses republicanos de gabinete, que acabaram entrando para o comando político da Primeira República, não estavam dispostos a abrir não de seus privilégios em prol da ampliação do número de cidadãos. Como exemplo de verdadeiros republicanos históricos citamso Manoel Correia Defreitas, Silva Jardim, Lopes Trovão, Júlio do Carmo e Quintino Bocaiúva.

exigiam qualidades superiores na luta pelos objetivos de transformar os súditos em cidadãos, de construir uma ordem em que todos fossem iguais perante a lei e em que as opressões estabelecidas dessem lugar à liberdade social e individual do homem, Era tarefa enorme perante os poderes dominantes e profundamente enraizados na sociedade brasileira contra os quais seria legítimo admitir não haver forças suficientes, perante os quais não deixou de haver hesitações e recuos, mas nunca se duvidando que acabariam por ser vencidos pois, para os republicanos históricos esse era o sentido irreversível da História. Daí vinham, mesmo em situações adversas, a esperança e a força necessárias para prosseguir, mesmo em momentos de desânimo, mesmo quando a grandeza dos obstáculos e a diversidade de caminhos abriam percursos nem sempre lineares.

É nesse contexto que melhor poderemos compreender a grandeza e a singularidade do percurso pessoal e político de Manoel Correia Defreitas e a sua relevante contribuição para a história política brasileira, como uma das suas mais fascinantes personalidades. Vida e obra, pensamento e ação em Manoel encontram-se estreitamente enlaçados numa unidade em permanente influência recíproca. Nele se encontra, mais do que em qualquer outro dos seus contemporâneos, a força da ideia e da palavra transfigurada em ação, quando o verbo se faz ato na luta pelos grandes ideais de liberdade, de dignificação do homem e de progresso que constituem o cerne de sua atuação política. Assim foi uma vida intensamente vivida, passando por todos os extremos da dor e da esperança, como uma chama que em cada momento parecia extinguir-se e em cada momento de novo renascia.

Desde a sua entrada para o Núcleo Republicano de Paranaguá na década de 1870, passando pela última conferência da propaganda republicana em 18 de outubro de 1889, até sua adesão ao varguismo nos anos de 1930, vai um caminho longo e acidentado, mas onde é visível uma medular coerência. A sua atitude permanente de questionar, inovar, procurar novos caminhos, lhe valeu algumas inimizades entre as autoridades. Revelando-se desde logo invulgar qualidade de orador, a sua fama cresceu rapidamente e lhe foi entregue a direção de alguns clubes e jornais. Apesar de reconhecidas sua influência e capacidade, de ser uma figura popular em diversas circunstâncias, veremos como foram raras as ocasiões em que se admitiu chamá-lo para os círculos governativos.

A carreira política, no sentido de cargos eletivos, de Manoel Correia Defreitas foi modesta se comparada com toda a sua militância republicana. Tomou assento no Congresso Legislativo do Paraná em 1891 e 1908. Depois, na Câmara Federal atuou em duas legislaturas 1909-1911 e 1912-1914. Apesar de concorrer nunca chegou ao senado pois, foi vítima da eleição bico de pena no ano de 1895. Para Manoel a república era a realidade que poderia melhorar a vida da sociedade brasileira, desde a relação homem-homem até a realidade da justiça, contato com as autoridades, organização administrativa, sistema tributário, etc. Após o 15 de novembro, passou a lutar para o Brasil ter uma república para a nação e não para um partido político, para se ter um Brasil novo e não apenas renovado. Agora a missão republicana era exigir a unidade dos republicanos e organizar um partido republicano mobilizador para moralizar, democratizar, educar, socializar, laicizar e fazer progredir o país. O Brasil velho e atrasado tinha que dar lugar a um novo e revigorado. A crença dos republicanos históricos em sua missão revolucionária e vanguardista começou a fracassar após a aprovação da primeira constituição republicana em 1891 e com a divisão do partido republicano. Correia Defreitas e os outros republicanos históricos vão manifestar seu profundo desencanto pelos rumos que a política brasileira seguia, acusando os principais políticos da época, que estavam à frente das instituições por terem lançado o país num lamaçal.

Manoel Correia Defreitas é uma figura controversa, mesmo para seus contemporâneos, tendo recebido os maiores elogios e as mais contundentes críticas, distinguindo-se pela sua personalidade excêntrica (figuras 177 e 178). O jovem Manoel justificou o adulto empenhado na instauração da república e antecipou o ancião que nunca desistiu de lutar por um mundo melhor, mais próspero e sobretudo mais equitativo. Sabia que para atingir seu objetivo o caminho era aceder ao poder estruturado, sobretudo o legislativo, campo onde se estabelecia a “lei para todos”.

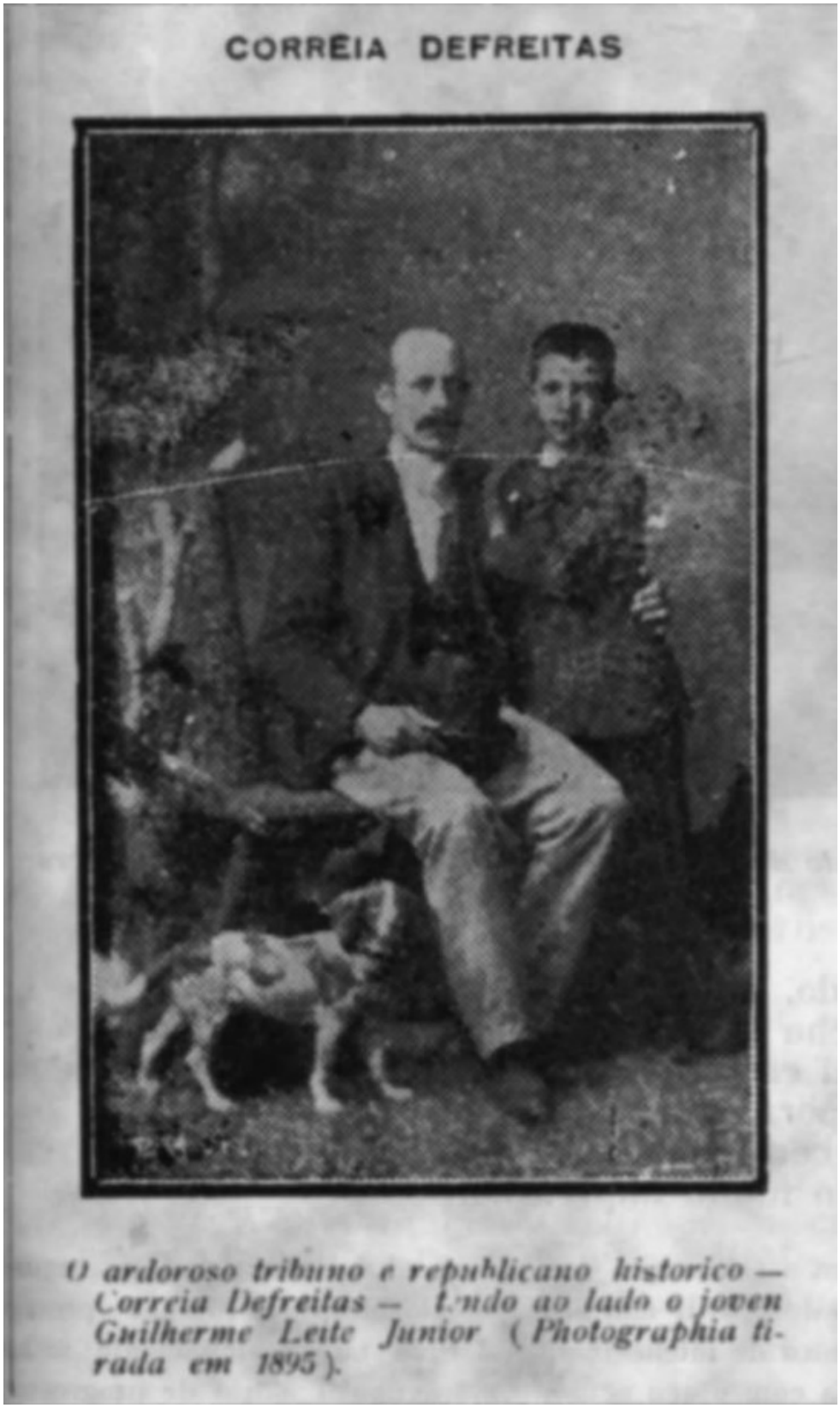


Figura 177 – O ardoroso tribuno e republicano histórico Correia Defreitas tendo ao lado o jovem Guilherme Leite Júnior (fotografia tirada em 1895)
Fonte: O Itiberê, Agosto/Setembro 1919, N.415



Correia Defreitas

O impoluto paranaense e valoroso pioneiro da verdadeira democracia, cuja palavra, fluente e sensata se fez ouvir no Teatro de Variedades em 9 de setembro último [1926].

Figura 178 – Homenagem à Correia Defreitas
Fonte: O Itiberê, Paranaguá, Agosto/Setembro de 1926, Nº 88/89, Ano 8.

Em relação a sua trajetória política[653], ainda durante o período imperial Manoel Correia Defreitas concorreu nas eleições para deputado provincial pelo Partido Republicano. No pleito de 4 de janeiro de 1888 disputou uma das doze vagas que iriam compor a Assembleia Legislativa Provincial do Paraná. Recebeu apenas um voto no 1º distrito e não foi eleito (XIX de Dezembro, 07/01/1888).

[653] Ver Apêndice 17 – Quadro cronológico com a trajetória política de Manoel Correia Defreitas (1888-1927).

No mesmo ano de 1888, no pleito de 8 de abril, Manoel concorreu para deputado à Assembleia Provincial de Santa Catarina para a 27ª Legislatura (1888-1889) pelo 1º Distrito do Norte Catarinense. O Partido Republicano em Santa Catarina apesar de ser incipiente estava tão pujante que todos os seus candidatos foram para o segundo escrutínio. O resultado do primeiro escrutínio para os candidatos republicanos foi o seguinte: Correia Defreitas (124 votos); Emmanuel Liberato (106 votos); Severo Pereira (104 votos); José da Veiga (100 votos); Raulino Horn (96 votos); Esteves Junior (95 votos); Victorino Bacellar (95 votos) e Francisco Kamiensky (90 votos). Entre os candidatos liberais estava Abdon Baptista que obteve 613 votos. Dos conservadores o mais votado foi Frederico Brustlein que atingiu 560 votos. No segundo escrutínio Manoel Correia Defreitas conseguiu 138 votos, mas não foi eleito (A Federação, 11/04/1888 e 25/04/1888).

Durante o período monárquico Manoel Correia Defreitas concorreu duas vezes ao cargo de deputado provincial, uma vez no Paraná e a outra em Santa Catarina, não sendo eleito em nenhuma das províncias.

5.1 – Deputado Estadual na Primeira Assembleia Constituinte do Paraná e 2º Vice-presidente do Estado do Paraná

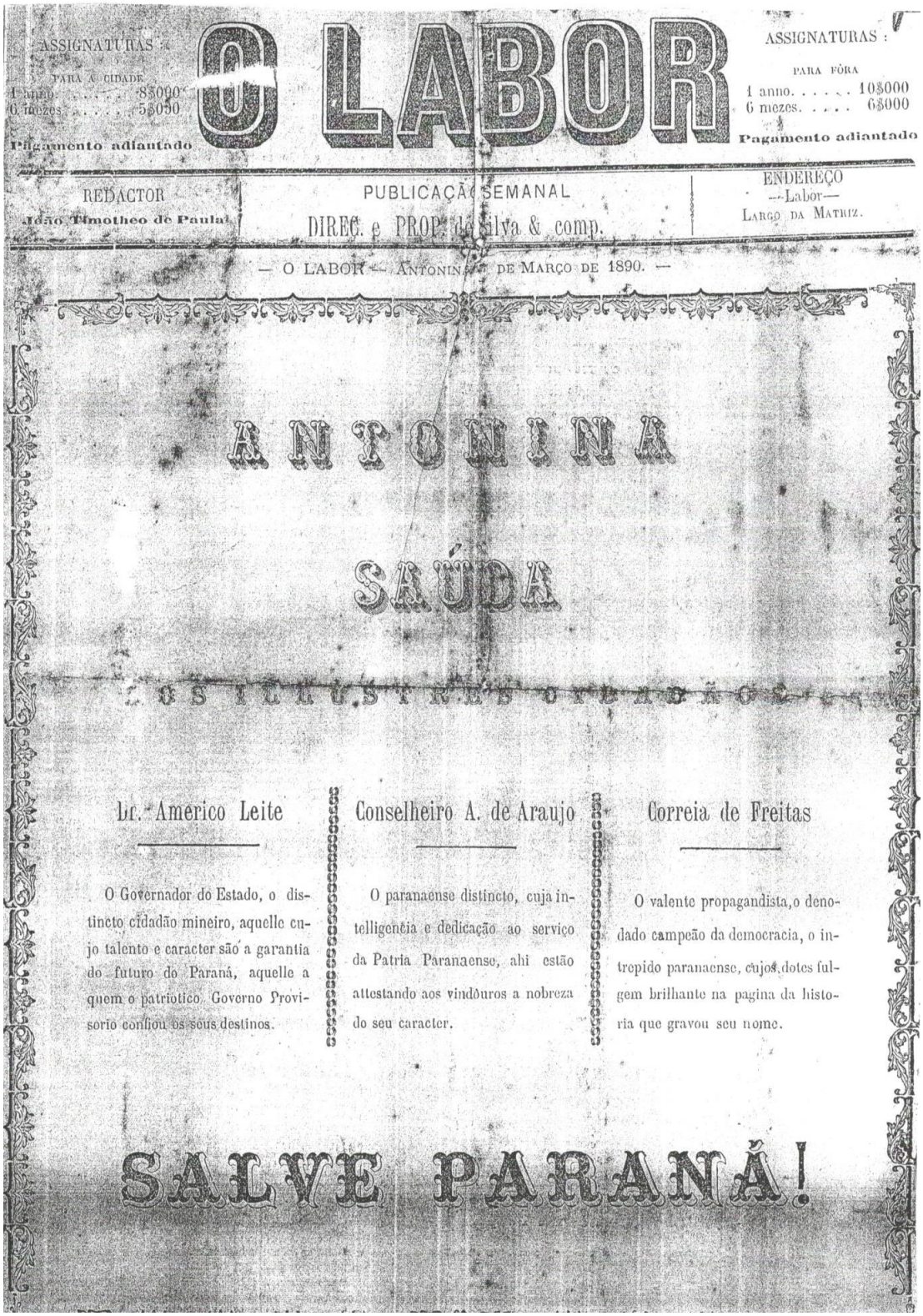
Após o 15 de novembro de 1889 assumiu o governo do Estado do Paraná Francisco José Cardoso Júnior, comandante da 5ª Região Militar de Curitiba. Foi o primeiro presidente de Estado nomeado por Marechal Deodoro. Ficou no cargo de 17 de novembro a 4 de dezembro de 1889, um curto espaço de tempo pois, não suportou as pressões das lutas entre os partidos políticos no território paranaense. Foi sucedido por José Marques Guimarães, outro militar nomeado pelo Marechal Deodoro. Foi ele quem dissolveu o Congresso Legislativo do Paraná no dia 11 de dezembro de 1889 e nomeou no lugar uma Comissão Municipal que atuaria provisoriamente, da qual foi chefe Vicente Machado da Silva Lima, escolhido “a dedo” por ser o homem que tinha a capacidade de direção do movimento político, em casos de emergência no Paraná. A partir desse momento a luta pelo poder foi

sendo definida e na sequência os integrantes do Clube Republicano de Curitiba elegeram entre seus membros uma Comissão Executiva que detinha o comando político do Estado. Essa comissão era composta por Vicente Machado, Mauricio Sinke, Ernesto de Campo Lima, Francisco de Almeida Torres, Celestino Junior, Chichorro Junior e Lufrido Costa. Seu objetivo era a organização político-administrativa do Paraná, a promoção da aliança entre os liberais e os conservadores, a organização do Partido Republicano local e estabelecer as normas eleitorais para o primeiro pleito republicano. Porém essa comissão não abriu espaço para as negociações com os dissidentes e com o apoio de José Marques Guimarães e dos membros da oligarquia Correia-Nacar[654], não consideraram as demandas da maioria e realizaram as nomeações dos cargos excluindo os republicanos históricos desse processo, o que fez com que esses formassem a oposição à dita comissão. Essa comissão não durou muito tempo já que Marques Guimarães permaneceu à frente do Paraná de 4 de dezembro de 1889 até 18 de fevereiro de 1890 quando renunciou para assumir o posto de contra-almirante para o qual havia sido promovido pela Marinha (CARNEIRO & VARGAS, 1994).

O terceiro governador republicano no Paraná foi Uladislau Herculano de Freitas que assumiu a função em 18 de fevereiro de 1890 em pleno protestos como os realizados por Correia Defreitas que apontava sendo totalmente contrária a ideia democrática do novo regime as atitudes tomadas pela comissão executiva composta no governo de Marques Guimarães. O processo tinha que ser aberto para escutar e negociar com a oposição. Diante dessa situação caótica em que se encontrava a política paranaense, Américo Lobo da Silveira é nomeado para o governo do estado. Assim, o vice-governador nomeado em exercício Herculano de Freitas desfez a comissão executiva e entregou o cargo para Américo Lobo dia 4 de março de 1890.

Após a nomeação de um correligionário para o cargo de governador Correia Defreitas decide voltar ao Paraná pois, considerava que agora teria condições de trabalhar na reorganização da política paranaense (figura 179).

[654] Ver Apêndice 5 - Membros da Oligarquia Correia-Nacar ou Oligarquia Nacarina (1854-1930).



ASSIGNATURAS :

PARA A CIDADE

1 anno. . . . . 8$000

6 mezes. . . . . 5$050

Pagamento adiantado

O LABOR

ASSIGNATURAS :

PARA FÓRA

1 anno. . . . . 10$000

6 mezes. . . . . 6$000

Pagamento adiantado

REDACTOR

João Timotheo de Paula

PUBLICAÇÃO SEMANAL

DIREC. e PROP. da Silva & comp.

ENDEREÇO

—Labor—

Largo da Matriz.

— O LABOR — ANTONINA 7 DE MARÇO DE 1890. —

ANTONINA SAÚDA

OS ILLUSTRES CIDADÃOS

Dr. Americo Leite

O Governador do Estado, o distincto cidadão mineiro, aquelle cujo talento e caracter são a garantia do futuro do Paraná, aquelle a quem o patriotico Governo Provisorio confiou os seus destinos.

Conselheiro A. de Araujo

O paranaense distincto, cuja intelligencia e dedicação ao serviço da Patria Paranaense, ahi estão attestando aos vindouros a nobreza do seu caracter.

Correia de Freitas

O valente propagandista, o denodado campeão da democracia, o intrepido paranaense, cujos dotes fulgem brilhante na pagina da historia que gravou seu nome.

SALVE PARANÁ!

Figura 179 – Homenagem a Correia Defreitas por seu retorno ao Paraná em 1890
Fonte: O Labor, 05/03/1890

Ao assumir, Américo Lobo organiza uma eleição dia 16 de março para a escolha dos membros de uma nova comissão executiva que ficou composta por Manoel Correia Defreitas que obteve 292 votos ficando em 1º lugar, seguido de General Cardoso Júnior (286 votos), Major Norberto Bezerra (279 votos), Generoso Marques (272 votos), Gabriel Pinto (264 votos), Carlos Cornelsen (254 votos) e Celestino Junior (245 votos). Vicente Machado recebeu 1 voto (O Século, 07/03/1890). A principal função dessa comissão era fornecer uma análise da situação atual do Paraná e indicar um plano de ação para o governo executivo provisório poder convocar as eleições para o congresso estadual, eleger os representantes nacionais, formular a constituição estadual e estabelecer o caminho para a instalação definitiva do governo republicano em território paranaense. Os membros da antiga comissão, da oligarquia nacarina e os três dissidentes da comissão eleita[655] estavam fazendo forte oposição à comissão atual. Defreitas (1890) comenta que o que o entristecia não era o fato de estar sendo acusado por essas pessoas de não ter escutado os outros correligionários na formulação do plano de ação pois, ele havia apresentado o plano para o atual governador e para os outros membros da comissão que o assinaram demonstrando que o relatório final estava de acordo com todos os envolvidos. O triste era o fato do governador Américo Lobo estar indo para o “caminho da anarquização” demonstrando afeições pelos dissidentes e pelos membros da oligarquia Correia-Nácar.

Logo após a eleição da comissão executiva, Guilherme Leite comunicou sobre uma reunião política que ocorreu em Paranaguá, no comando de Visconde de Nácar, aliado de Vicente Machado, que ameaçou os funcionários públicos obrigando-os a assinarem o manifesto publicado no jornal A República contra a comissão eleita, o que incidia num ataque sobretudo a Manoel Correia Defreitas[656] que a encabeçava e estava tendo seu nome envolvido em “pequenos corrilhos [intrigas]” (Quinze de Novembro, 19/03/1890). Era atacado sendo acusado de ter vindo do Rio de Janeiro com instruções para organizar o Partido Republicano no Paraná, mas que chegando aqui procurou somente os líderes liberais e não os

[655] Manoel Correia Defreitas não indica quem eram esses três dissidentes e até o momento não encontramos outras fontes que tratem do mesmo assunto.

[656] Vinha sofrendo ataque sobretudo de calúnia e difamação do jornal A República, órgão da camarilha composta pelos bacharéis Vicente Machado, Eduardo Gonçalves e Herculano de Freitas (O Século 03/04/1890).

conservadores, o que tornou impossível o acordo que o governador Américo Lobo queria fazer com os partidos políticos do Paraná. Correia Defreitas até tentou negociar com Vicente Machado e Barão do Serro Azul (DEFREITAS, 1890, p.11), mas foi impossível ficando o Partido Republicano dividido no Paraná entre a UNIÃO REPUBLICANA (liderada por Generoso Marques[657], grupo do Manoel) e o PARTIDO REPUBLICANO (liderado por Vicente Machado) (A República, 29/03/1890). O "Manifesto Político do cidadão Manoel Correia Defreitas" lançado dia 8 de abril de 1890 e lançado na forma de opúsculo, é um manifesto político no stricto sensu na medida em que trata da cena local e da perspectiva dos grupos políticos paranaenses e não de reflexões teóricas. Ele destaca a luta pelo poder nesse período, não tendo qualquer pretensão de divulgação de doutrina ou de valores ideológicos. Já a versão desse manifesto que foi publicada no Diário do Paraná de 22 de abril de 1890 vai trazer orientações ideológicas, tanto que esse texto será a base para a elaboração do estatuto do Partido União Republicana Paranaense.

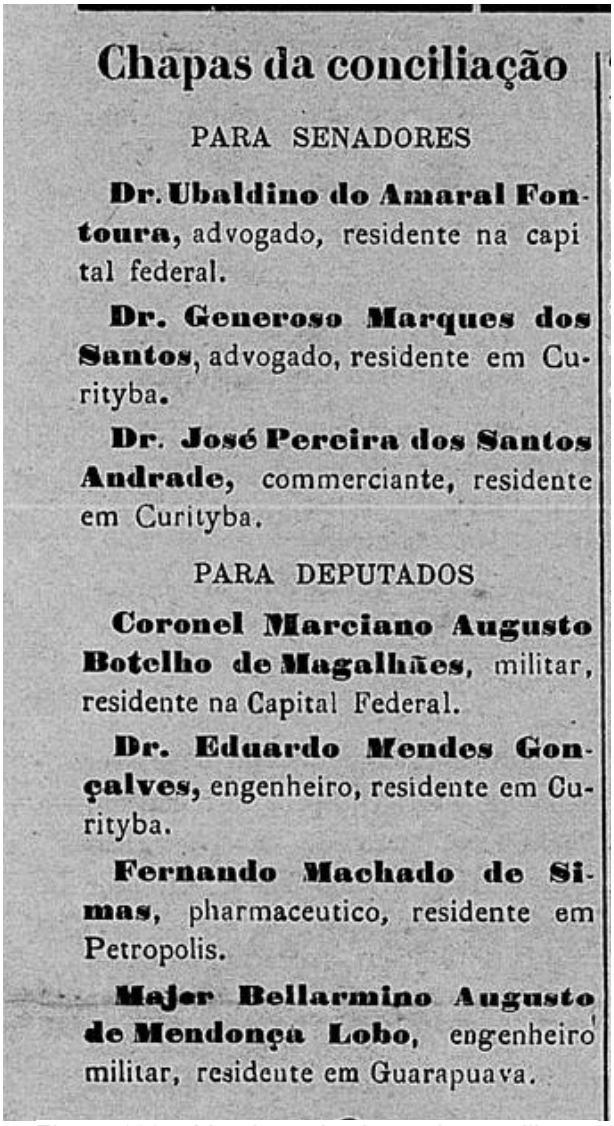
Conforme já apontado no capítulo anterior (item 4.1.2) no dia 5 de fevereiro de 1890 Manoel Correia Defreitas é nomeado Superintendente de Terras e Colonização dos estados do Paraná e Santa Catarina. Não ficou nem 2 meses nessa função pois, dia 19 de março do mesmo ano o cargo foi extinto. Esse ato foi uma retaliação do então Ministro da Agricultura Francisco Glicério ao republicano paranaense devido ao fato dele ter divergido do antigo governador Herculano de Freitas, genro de Glicério. Por conta disso seu nome também não entrou na chapa da conciliação que concorreu nas eleições de 15 de setembro de 1890 para a escolha dos representantes do Paraná na Primeira Assembleia Constituinte Republicana Federal (figura 180). No Congresso da União Republicana de 30 de agosto de 1890 foi organizada essa chapa com os seguintes nomes:

SENADORES: Santos Andrade, Ubaldino do Amaral e Generoso Marques

DEPUTADOS: Eduardo Mendes Gonçalves, Fernando Machado Simas, Marciano de Magalhães e Belarmino Lobo.

[657] Sobre a biografia de Generoso Marques sugerimos consultar Marques (1941).

Manoel Correia Defreitas “ficou de fora” da Primeira Assembleia Constituinte Republicana do Brasil. O jornal Sete de Março do dia 31 de agosto de 1890 declarou que os delegados do congresso da URP não eram portadores do pensamento do povo, mas amigos dos detentores do poder, dos quais se afastaram inicialmente para organizar a União Republicana, fizeram Correia Defreitas utilizar todo seu conhecimento e capital político para organizar a conciliação, fazendo-o desistir de um cargo público importante (a superintendência de terras e colonização) para montar justamente a “máquina homicida que o guilhotinou”, o próprio partido URP (Sete de Março, 31/08/1890).



Chapas da conciliação

PARA SENADORES

Dr. Ubaldino do Amaral Fontoura, advogado, residente na capital federal.

Dr. Generoso Marques dos Santos, advogado, residente em Curityba.

Dr. José Pereira dos Santos Andrade, commerciante, residente em Curityba.

PARA DEPUTADOS

Coronel Marciano Augusto Botelho de Magalhães, militar, residente na Capital Federal.

Dr. Eduardo Mendes Gonçalves, engenheiro, residente em Curityba.

Fernando Machado de Simas, pharmaceutico, residente em Petropolis.

Major Bellarmino Augusto de Mendonça Lobo, engenheiro militar, residente em Guarapuava.

Figura 180 – Membros da chapa de conciliação para as eleições dos representantes do Paraná na primeira assembleia constituinte republicana
Fonte: Diário do Paraná, 06/09/1890

Uma vez de fora do pleito eleitoral pelo Paraná, surgem vários convites de Santa Catarina para Manoel se candidatar como representante daquele estado[658], mas ele responde que não foi e não seria candidato em nenhum dos estados por ser *"um soldado republicano disciplinado, não poderia se afastar da verdadeira doutrina democrática"* (Diário do Paraná, 25/07/1890). Mesmo não aceitando concorrer ao pleito catarinense[659], seu nome apareceu na apuração dos votos para o cargo de senador juntamente com Raulino J. Adolpho Horn (9715 votos); Antônio Justiniano Esteves (9713 votos); Luiz Delfino (9585 votos); João da Silveira de Souza (336 votos); Manoel José de Oliveira (332 votos); Diogo Duarte Silva (324 votos); **MANOEL CORREIA DEFREITAS (24 votos)** e outros menos votados (República/SC, 16/10/1890).

Apesar de ter sido "guilhotinado" pela União Republicana e declarar que não iria se candidatar, Manoel Correia Defreitas apareceu como candidato a deputado federal pelo Partido Operário (figura181)[660], ao lado de Major Norberto de Amorim Bezerra, Paulo Ildefonso d'Assumpção e Jorge Joppert. Os candidatos por esse partido ao senado eram Francisco Joaquim Bittencourt da Silva, Bento Antônio de

---

[658] Telegrama de Ernest Canac, Chandoca e Ramiro de Joinville para Manoel Correia Defreitas cobrando retorno do convite se aceitava ser candidato pelo estado de Santa Catarina (Acervo do Museu Paranaense – Nº Documento 05.21.0023 e 05.21.0029).

Telegrama de Ramiro de Joinville para Manoel Correia Defreitas pedindo confirmação se ele havia preferido sair candidato pelo Paraná e não por Santa Catarina (Acervo do Museu Paranaense – Nº Documento 05.21.0023 e 05.21.0026).

Telegrama de Paula Ramos de Desterro para Manoel Correia Defreitas cobrando retorno do convite se aceitava ser candidato pelo estado de Santa Catarina (Acervo do Museu Paranaense – Nº Documento 05.21.0024).

Telegrama do Clube Republicano de Laguna para Manoel Correia Defreitas cobrando retorno do convite se aceitava ser candidato pelo estado de Santa Catarina (Acervo do Museu Paranaense – Nº Documento 05.21.0027).

[659] Dia 25 de julho de 1890 Manoel Correia Defreitas enviou telegrama do Rio de Janeiro para Santa Catarina informando os motivos pelo qual declinava do convite para candidatura ao Congresso Federal como deputado por Santa Catarina (O Paiz, 28/07/1890).

[660] O Partido Operário de Curitiba foi fundado em 8 de junho de 1890 por Justiniano de Mello e Silva. A organização do partido se deu numa reunião pública realizada no Salão Tívoli onde foram apresentados o seu estatuto e os fins gerais da associação. Discursaram neste dia Justiniano de Mello e Silva e Manoel Correia Defreitas demonstrando à classe operária a importância de tão "útil e vantajosa associação". A comissão era composta por operários e intelectuais curitibanos: Agostinho Leandro, Presidente; João Crisphim, Secretário; Giacomo Giordano, Carlos Guertner, Domingos Gravine, José Jorge, Rodolfo Wolvi, Bento Braga, Antonio Schneider, Miguel Berlaqcua, José Alexandre Marques, João Evangelista da Costa, Domingos Frizola, Pedro Falci, Rafael Contador, João Leandro R. da Costa, João Alvim D´Oliveira, Gabriel Chorriol, Vicente F. de Araújo, Gustavo Menning e Carlos Leinig (Sete de Março, 14/06/1890).

Menezes e Adriano Nunes Cardoso (Diário do Paraná, 06/09/1890). Os membros do Partido Operário não foram eleitos. Obtiveram a seguinte votação:

SENADORES: Joaquim Bittencourt da Silva (797 votos);

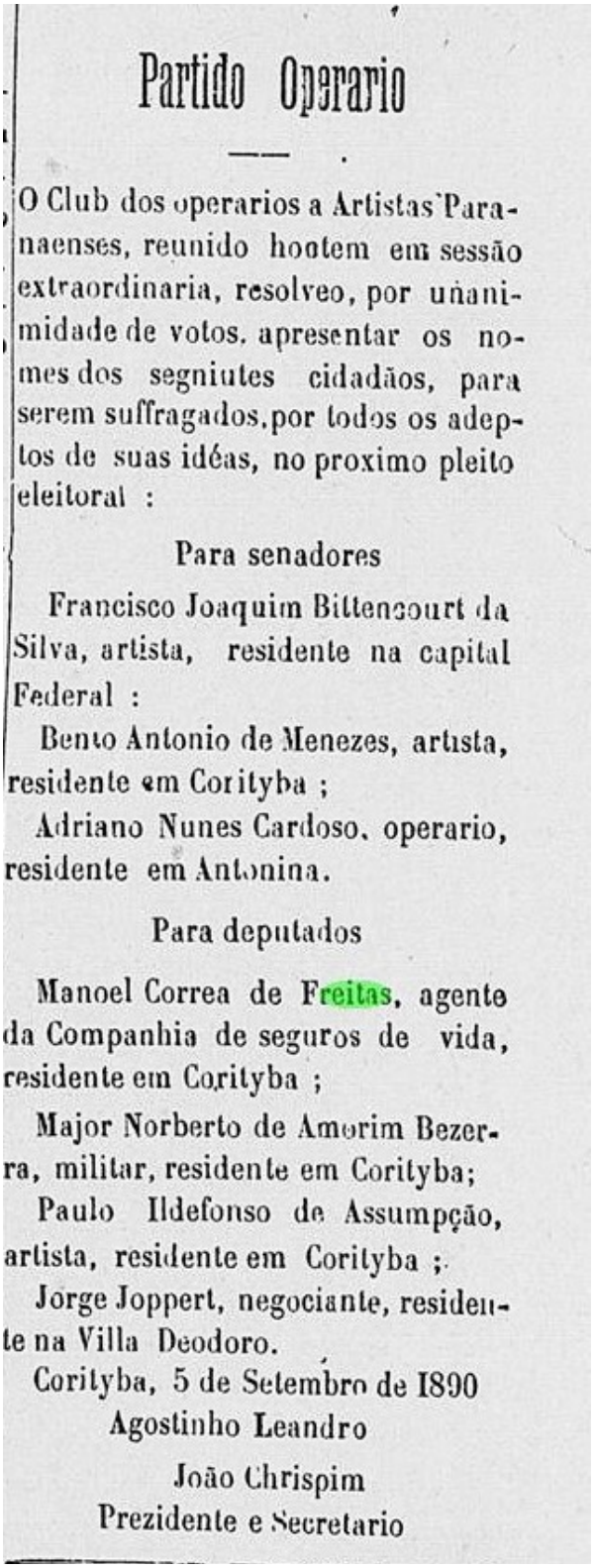
DEPUTADOS: Norberto de Amorim Bezerra (924 votos); Jorge Joppert (881 votos); **MANOEL CORREIA DEFREITAS (220 votos)** (Sete de Março, 18/10/1890).

Para o jornal Democrata de 10 de maio de 1893 os membros escolhidos como representantes do Paraná para a Congresso Constituinte de 1891 eram nulos pois, deixaram à margem Manoel Correia Defreitas e Vicente Machado que trabalharam a favor da propaganda republicana, *"isso evidencia o descaso com que foi elaborada a chapa de conciliação e a intervenção do governo provisório".* Foram eleitos:

Senadores pelo Estado do Paraná
Ubaldino do Amaral Fontoura
José Pereira dos Santos Andrade
Generoso Marques dos Santos

Deputados pelo Estado do Paraná
Bellarmino Augusto de Mendonça Lobo
Marciano Augusto Botelho de Magalhães
Fernando Machado de Simas
Eduardo Mendes Gonçalves, eleito o 4º Secretário da mesa do Congresso Constituinte.

Interessante o fato desse periódico e de outros do mesmo período colocarem os nomes de Manoel Correia Defreitas e Vicente Machado juntos pois, eisso videncia o prestígio político de Manoel e o "trabalho" que Vicente terá que dispender para impedir seus avanços na representação política paranaense conforme veremos adiante.



Partido Operario

O Club dos operarios a Artistas Paranaenses, reunido hontem em sessão extraordinaria, resolveo, por unanimidade de votos, apresentar os nomes dos segniutes cidadãos, para serem suffragados, por todos os adeptos de suas idéas, no proximo pleito eleitoral :

Para senadores

Francisco Joaquim Bittencourt da Silva, artista, residente na capital Federal :

Bento Antonio de Menezes, artista, residente em Corityba ;

Adriano Nunes Cardoso, operario, residente em Antonina.

Para deputados

Manoel Correa de Freitas, agente da Companhia de seguros de vida, residente em Corityba ;

Major Norberto de Amorim Bezerra, militar, residente em Corityba;

Paulo Ildefonso de Assumpção, artista, residente em Corityba ;

Jorge Joppert, negociante, residente na Villa Deodoro.

Corityba, 5 de Setembro de 1890

Agostinho Leandro

João Chrispim

Prezidente e Secretario

Figura 181 – Propaganda da candidatura de Correia Defreitas como deputado federal pelo Partido Operário
Fonte: Sete de Março, 06/09/1890

A política de conciliação no Paraná formou uma chapa única para enviar os representantes do Paraná para a elaboração da primeira constituição republicana federal. Apesar da insistência de alguns periódicos e membros da classe política paranaense para o nome de Manoel Correia Defreitas entrar na composição da chapa isso não ocorreu pois, vimos que ele foi guilhotinado por Francisco Glicério que não autorizou nem o governador do Paraná Serzedello Correia, nem a Cardoso Júnior, presidente da União Republicana incluírem seu nome na chapa de conciliação. Apesar do apoio que Correia Defreitas deu para Serzedello ser indicado pelo governo provisório federal para o cargo de governador do Paraná, esse tinha um acordo com Francisco Glicério de não tomar nenhuma atitude com relação ao Paraná sem ser acordada anteriormente com ele. Correia Defreitas que havia se esforçado para estabelecer a política de conciliação no Paraná foi excluído desse processo eleitoral (FREITAS, 2000). Agora restava aguardar o pleito para a assembleia estadual. Em 30 de dezembro de 1890 ao ser consultado sobre o que avaliava de todo esse processo, Correia Defreitas declarou que *"os republicanos históricos, que são convictos, jamais descrerão do futuro da pátria republicana"* (Gazeta Livre, 10/01/1891).

Foi feito um acordo entre os partidos paranaenses, sendo elaborada a chapa da conciliação, para enviarem os representantes ao congresso nacional constituinte, mas esse acordo não perdurou para a eleição da constituinte estadual (Diário do Commercio, 21/01/1891). As eleições estaduais tiveram candidatos a deputados pela União Republicana e pelo Partido Republicano. O jornal Diário do Commercio de 7 de março de 1891 denuncia que a chapa do Partido Republicano, que contava com o Barão do Serro Azul, atual chefe da oligarquia nacarina, tinha também mais três membros da mesma família Correia-Nácar[661], numa chapa de 36 componentes. Fala do domínio da família na política e que a república oligárquica tinha que acabar, essa política que tratava apenas de arranjos familiares desprezando os interesses do povo que só era lembrado na hora das eleições, essa política de compadres que antepunha o bem público a satisfação da ambição de meia dúzia de pessoas, essa política ruim, sem patriotismo, sem princípios, estava sendo levantada novamente e posta em prática pela república quando

[661] Referência a João Guilherme Guimarães e Manoel Alencar Guimarães, primos do Barão do Serro Azul e Alberto Ferreira de Abreu primo-irmão dele.

apresentam ao eleitorado paranaense uma chapa composta pela oligarquia nacarina, pela camarilha (grupo vicentista, apoiadores de Vicente Machado) e pela panela de ouro (aderentes da família Correia-Nácar, da oligarquia nacarina antes do governo de Serzedello Correia)[662]. *"A democracia não é e nem pode ser o privilégio de uma família e sob o pretexto do republicanismo e da democracia iriam entregar o Paraná novamente nas mãos dos antigos dominadores".* Infelizmente, vemos que passado mais de um século dessa denúncia feita por Correia Defreitas, a família ainda é um elemento estruturante da política brasileira conforme tem apontado Ricardo Costa de Oliveira e outros pesquisadores em seus estudos[663].

Em 24 de fevereiro de 1891 foi promulgada a Primeira Constituição Federal do Brasil. Depois realizam-se as eleições para a elaboração das constituições republicanas estaduais. Dia 10 de abril de 1891 é realizado o pleito para a escolha dos deputados da Primeira Assembleia Constituinte Republicana do Paraná. Dia 7 de maio, José Cerqueira de Aguiar Lima, governador provisório do Paraná, divulga o resultado das eleições e Manoel Correia Defreitas foi eleito com 6917 votos, ficando em sexto lugar[664] (Diário do Commercio, 08/05/1891). Anunciado esse resultado, jornais do Paraná e de Santa Catarina comemoraram a primeira vez que Manoel Correia Defreitas assumiu um cargo eletivo:

> Acaba de ser eleito representante ao Congresso do Estado do Paraná o nosso distinto amigo, cujo nome epigrafa estas linhas, intemerato propagandista da república. Justíssima homenagem que os seus conterrâneos acabam de render-lhe, a notícia da eleição de Correia Defreitas vem agradavelmente ecoar neste estado, onde residiu por muito tempo, negociando em Joinville, e a que prestou inestimáveis serviços, organizando os primeiros clubes republicanos na então província. Agora mesmo, na última eleição de 8 de março, ele obteve perto de 300 votos, que espontaneamente lhe foram dados, com o mérito de estar nosso

[662] Nas eleições de 10 de abril de 1891 o Barão do Serro Azul recebeu 5.108 votos, Alberto de Abreu 5227 votos, João Guilherme Guimarães 5060 votos e Manoel Alencar Guimarães 5055 votos. Nenhum deles foi eleito (Diário do Commercio, 08/05/1891).

[663] Ver referências bibliográficas do capítulo 2.

[664] Interessante notar que o nome de Manoel Correia Defreitas aparece nas eleições de 1891 em Santa Catarina. Resultado das eleições estaduais em São Bento - Manoel Correia Defreitas obteve 212 votos (Gazeta de Joinville, 15/03/1891). Em Joinville Correia Defreitas obteve 78 votos (República, 14/04/1891). Isso demonstra a importância dos anos em que atuou em território catarinense fazendo a propaganda republicana (entre 1884-1888). Ele ficou na memória política local.

> amigo longe do pleito e não se interessar pessoalmente no resultado, como candidato que não o foi. Recebe o Paraná as nossas cordiais saudações pela justiça com que procedeu para com o ilustre propagandista, que tantas simpatias conta na família republicana deste estado. A Correia Defreitas desejamos que colha, na ilustrada corporação de que faz parte pelos sufrágios dos seus conterrâneos, iguais triunfos aos que obteve nos difíceis tempos da propaganda, em que o triunfo de 15 de novembro, que se nos esboçava brilhante, o menos que merecia do monarquismo intransigente era a classificação de maior desgraça para o Brasil. (República/SC, 30/05/1891)

> Depois de eleger-se neste estado conhecidos e desconhecidos cidadãos liberais e conservadores, para senadores ao congresso geral, lembraram-se agora os chefes, de Manoel Correia Defreitas para deputado ao Congresso do Paraná, mesmo porque eram 36 vultos que era preciso. Melhor ocasião não podia ter o ressuscitado Partido Liberal para dar uma prova de apreço aquele que foi excluído por ambições particulares e para mais de quatro linhas de biografia. Está eleito o primeiro republicano do Paraná, felizmente entre ilustrações da velha Europa e das maiores capacidades e glórias dos Campos Gerais (Operário Livre/PR, 04/06/1891).

Os outros deputados eleitos para a Primeira Assembleia Constituinte Paranaense foram: Achylles Stenghel, Alfredo Van der Osten, Alípio José do Nascimento e Souza, Amazonas de Araújo Marcondes, Antônio Ennes Bandeira, Augusto Lustosa de Andrade Ribas, Bernardo de Assis Martins, Bertholdo Adam, Carlos Weigert, Domingos Antônio da Cunha, Francisco José Cardoso Júnior, Generoso Marques dos Santos, João de Menezes Doria, Joaquim José Alves, Joaquim de Paula Xavier, Joaquim Procópio Pinto Chichorro Júnior, José Antônio de Camargo Araújo, José de Freitas Saldanha, José dos Santos Pereira Lima, José Hermano Meyer, Justiniano de Oliveira Souza Mello, Luiz Antônio Xavier, Manoel de França Camargo, Manoel Pacheco de Carvalho, Norberto de Amorim Bezerra, Pedro Ferreira Maciel, Pedro Fonseca, Telêmaco Morosines Borba, Theóphilo Soares Gomes, Theotônio Marcondes de Albuquerque, Tristão Cardoso de Menezes, Vicente Machado da Silva Lima (NICOLAS, 1984).

Tourinho (1990, p. 413-414) destaca que desses 32 deputados eleitos 5 eram estrangeiros, 11 haviam sido deputado no regime imperial e 16 representavam a renovação republicana – aqui entra Manoel Correia Defreitas, mas o autor não colocou seu nome nessa relação, talvez pelo fato de Manoel ter renunciado na véspera da promulgação da constituição de 1891 e não a ter assinado.

No dia 30 de maio de 1891, às 12h30, instalou-se o Congresso Constituinte do Paraná. O governador Aguiar Lima enviou uma mensagem, que foi lida pelo secretário do governo. Junto ao palácio legislativo, formou uma brigada das três armas, que prestou as honras devidas aos representantes do Estado. A rua da Liberdade, onde ficava instalado o edifício do congresso, achava-se totalmente ornamentada. Depois da leitura da mensagem, o congresso passou a eleger a mesa definitiva para os seus trabalhos que ficou assim composta (Diário do Commercio, 01/06/1891):

Presidente da Assembleia Constituinte: Generoso Marques

1º vice-presidente: Teixeira de Freitas

2º vice-presidente: Menezes Doria

3º vice-presidente: Manoel Correia Defreitas

1º secretário: Chichorro Junior (suplente Telêmaco Borba)

2º secretário: Ennes Bandeira (suplente Amazonas Marcondes)

O governo federal determinou que fossem realizadas eleições para a Assembleia Legislativa, sendo que esta, uma vez empossada, deveria escolher de forma indireta e secreta o presidente do Estado e o seu vice. Desta forma foram proclamados eleitos em 2 de junho de 1891 através do Decreto Nº 1[665]:

- Presidente do Estado do Paraná: Generoso Marques dos Santos

- 1º vice-presidente: Joaquim Inácio Silveira da Mota

- 2º vice-presidente: Manoel Correia Defreitas[666]

Generoso Marques assumiu como presidente do Estado do Paraná dia 3 de junho e os vice-presidentes assumiram suas funções dia 15 de junho de 1891 (Correio Paulistano, 05/06/1891. Pacotilha, 10/09/1891).

[665] Para as eleições do dia 10 de abril de 1891 o Barão do Serro Azul coordenou uma coligação unindo os velhos partidários da política paranaense e as lideranças da nova ordem, mas Vicente Machado se desentendeu com o presidente do Estado Aguiar Lima e as alianças foram desfeitas. Isso abriu "caminho" para Generoso Marques se eleger como presidente do Estado. Não houve conciliação entre as correntes republicanas de origem dos Partidos Liberal e Conservador para se decidir o comando do Partido Republicano no Paraná. (VARGAS & CHAVES, 1987).

[666] Em Santa Catarina Lauro Müller havia sido eleito presidente do Estado, Raulino Horn como 1º vice-presidente e Gustavo Richard como 2º vice-presidente.

Ao ser escolhido como 2º vice-presidente do estado os periódicos de Curitiba anunciam que *"**FEZ SE JUSTIÇA** a Correia Defreitas pois, pelo seu passado de sacrificos finalmente ocorreu a consagração num fato real"* (Diário do Commercio, 30/04/1891, grifo nosso). Esteve entre os primeiros eleitos para a poder executivo no Paraná após a implantação da república e recebeu vários elogios por essa nomeação *"sempre esteve dedicado à causa dos pequenos e dos fracos. O democrata de todos os tempos, que levou até o sacrifício a sua dedicação à pátria paranaense ... representa o Brasil todo na propaganda forte e devotada, em todos os terrenos, contra as decrepitas e abominadas instituições monárquicas*" (O Século, 06/06/1891)[667].

A Primeira Constituição Estadual republicana do Paraná foi promulgada dia 4 de julho de 1891. Manoel Correia Defreitas renunciou seu mandato de deputado estadual da Primeira Assembleia Constituinte Republicana dia 3 de julho, às vésperas da promulgação. O motivo foi que seus pares rejeitaram um substituto com ideias socialistas que ele apresentou ao projeto constitucional. Correia Defreitas queria deixar para as gerações futuras uma constituição que fosse um "monumento glorioso de sabedoria e patriotismo" e desse garantias gerais de ordem e progresso em todo o Estado do Paraná. Entre dos dias 20 e 23 de junho ele apresentou as suas propostas para a constituição do Paraná, dentre as quais destacamos (Diário do Commercio, 26/06/1891):

- renovação trienal do terço do Congresso Legislativo do Estado afim de garantir uma dinâmica social e política nessa instituição.

- cada cidadão valerá pela competência moral, intelectual e cívica que tiver e não pelos diplomas, que deverão ser suprimidos por constituírem um privilégio odioso.

- as mulheres não são inibidas de empregos compatíveis com seu sexo e seu pudor. Poderão contribuir para a economia doméstica, e, em caso de viuvez terão um meio decente de sobrevivência.

[667] Presentes 29 deputados no Congresso Legislativo do Paraná no dia 1º de junho foram eleitos: Presidente do Estado do Paraná: senador Generoso Marques dos Santos, com 27 votos; 1º vice-presidente, desembargador Joaquim Ignácio Silveira da Motta Junior, com 27 votos; 2º vice-presidente, MANOEL CORREIA DEFREITAS, com 25 votos (A Federação, 18/06/1891). A Escola Vicentista foi contra essa escolha dos representantes do executivo.

- direito das mulheres de desempenharem cargos públicos que hoje são de preferência aos homens, quer nos correios, telégrafos e telefones, quer em outras repartições onde as imunidades morais ou sociais, tanto públicas como privadas de seu sexo, possam achar-se perfeitamente resguardadas de todo e qualquer ataque ao pudor peculiar a natureza de seu sexo. Maior extensão dos direitos civis e gradualmente dos políticos, quando a propaganda tenha já preparado os preceitos, tornando assim possível a concessão progressiva desses direitos à mulher, contanto que se tenha a prudência e o critério razoável de impedir as exagerações prejudiciais à própria mulher.

- a instrução deve ser universal, integral, positiva, secular e gratuitamente em todos os graus, banindo-se os ensinos dos ginásios sustentados pelo erário público, generalização do ensino profissional ou adaptado às aptidões constatadas em cada criança, os gastos escolares da alimentação, vestuários e compêndios serão às custas do município ou do Estado para serem fornecidos às crianças reconhecidamente pobres.

- criação de um Tribunal Supremo para decidir em última instância os conflitos de jurisdição entre os três poderes (legislativo, executivo e judiciário), bem como de invasões de atribuições e prerrogativas constitucionais quer por parte de municípios ou do próprio Estado. Julgar os crimes de responsabilidades do presidente de Estado e dos membros do Congresso Legislativo do Estado. Escolher e nomear junto com o Poder Executivo os juízes superiores. Promulgar ou anular os projetos de leis inconstitucionais. Decidir em última instância tudo o que escapar a atribuição dos outros três poderes. Determina a forma de escolha dos membros desse tribunal.

- justiça gratuita, extensão gradual das atribuições do júri a todas as jurisdições. Garantias máximas para o acusado. Reparação moral e pecuniária às vítimas dos erros judiciais e da polícia.

- nenhum cidadão pode ser obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude da lei.

- nenhuma lei será estabelecida sem a exposição dos motivos que a justifiquem.

- nas reformas administrativas as novas disposições não terão efeito retroativo e serão salvaguardadas as condições materiais de que gozam os funcionários que a lei afetar.

- todos podem comunicar seu pensamento por palavras e escritos e publicá-los sem dependência de censura, desde que assine suas publicações indicando residência, local e data de nascimento.

- é reconhecida em toda a sua plenitude a liberdade de reunião ou de associação sem ingerência da polícia.

- é garantido o livre exercício de todos os cultos.

- é garantido a todos os cidadãos, nacionais e estrangeiros, o culto dos mortos em cemitério civil ou religioso.

- qualquer um pode conservar-se no estado, ou sair dele, levando consigo seus bens.

- garantir a inviolabilidade da residência.

- ninguém poderá ser preso sem culpa formada, exceto nos casos previstos em lei.

- ainda com culpa formada não poderá ser conduzido à prisão ou ser conservado preso se prestar fiança idônea.

- exceto por flagrante delito a prisão não pode ser executada sem ser por ordem da autoridade escrita.

- a lei será igual para todos, quer proteja, quer castigue, e recompensará na proporção dos méritos de cada um.

- todo cidadão pode ser admitido aos cargos públicos civis, políticos ou militares, quaisquer que sejam as suas opiniões.

- é garantido o livre exercício de todas as profissões quer morais, intelectuais ou industriais.

- nenhuma pena passará da pessoa delinquente aos seus parentes em qualquer grau que seja.

- nenhum gênero de trabalho, indústria ou comércio, uma vez que não exponham ao consumo substâncias deterioradas ou falsificadas será ilegal.

- é garantido a todo cidadão o direto de apelar para o auxílio de seus concidadãos sempre que julgar necessário e portanto nenhuma lei se poderá fazer contra a mendicidade.

- todo cidadão poderá apresentar a qualquer autoridade reclamações, queixas, projetos de lei e até denunciar qualquer infração de constituição, requerendo perante a autoridade competente a efetiva responsabilidades dos infratores.

- será obra de utilidade pública as associações ou sindicatos de trabalhadores ou operários.

- fiscalização das horas de trabalho, legislação que proteja as condições de desenvolvimento físico, moral e intelectual dos operários, proibição dos trabalhos para menores de 14 anos nas oficinas e fábricas e outros estabelecimentos manufatores.

Infelizmente, após longa e exaustiva pesquisa não conseguimos localizar os anais da primeira assembleia constituinte do Paraná do ano de 1891. Nenhuma das instituições pesquisadas possuem esse material. Em seus acervos constam apenas os anais da segunda assembleia constituinte realizada no ano de 1892. Mas o jornal Diário do Commercio de 26 de junho de 1891, sob o título “Sonhos vão?”, apresentou as propostas de Manoel Correia Defreitas para a constituição paranaense e destacou que as ideias são frutos da doutrina democrática que ele sempre divulgou e que sua proposta constitucional era uma obra fecunda, adiantadíssima e revolucionária apontando caminhos para “os progressos sociológicos”, tais como estabelecer a autonomia dos municípios, garantir os direitos dos cidadãos e das mulheres até então desprezados, definir o papel do funcionalismo público (atribuições pessoais e pecuniárias, redução de pessoal, fim dos grandes ordenados, supressão das aposentadorias e das pensões a uma só classe, etc), definir a propriedade pública e privada, crédito para a agricultura, regulamentar e reformar os trabalhos nas prisões e penitenciárias, legislar sobre as sociedades financeiras e os impostos, facilitar e simplificar o acesso à justiça, proibir jogos e venda de bilhetes de loterias, estabelecer a divisão territorial e jurídica do território paranaense, descentralização do serviço do poder executivo

(definição das atribuições das 5 secretarias de estado que iriam auxiliar o governador), criação de um tribunal supremo, entre outras. Tudo “cientificamente” demonstrado, como era hábito em todas as propostas apresentadas por Correia Defreitas que utilizava muitas horas da tribuna para explaná-las e defendê-las.

Correia Defreitas declara que as discussões do projeto da constituição paranaense têm ocorrido quase sem debate, um ou outro deputado demonstra interesse em discutir. As emendas apresentadas, algumas muito dignas de serem tomadas em consideração, são recebidas com frieza e indiferença. Parece que os deputados mantêm unicamente o desejo de quanto antes acabar com as “massadas de discussões”, melhor. Considera que essa atitude não é patriótica e nem decente e todas as emendas deveriam ser consideradas e refletidas com maturidade pelos congressistas. Não deveria haver pressa. Os estados do norte estavam levando meses nas discussões de suas constituições. O congresso paranaense queria promulgar a sua constituição em seis dias. Conclui apontando que apresentou suas emendas pois, a proposta de constituição que estava prestes a ser convertida em lei apresentava muitos defeitos e lacunas, e esse projeto não acautelava nem os próprios interesses do congresso e aponta como exemplo o 2º parágrafo do artigo 9º do Poder Legislativo que estabelecia que a convocação extraordinária da assembleia seria feita somente pelo presidente do Estado, ou seja, desse modo se o congresso fosse desafeto do presidente do Estado ou se pretendesse tratar de assuntos que desagradassem a este não iriam se reunir extraordinariamente. Para Correia Defreitas quase toda a constituição proposta era uma reprodução servil das antigas leis da província mostrando até onde chegava o desinteresse dos congressistas. Diante disso, Manoel Correia Defreitas anunciou que como *“a ilegalidade escandalosa se consumará resta-me só renunciar”.* Isso ocorreu no dia 3 de julho de 1891. Ele não concordou com a redação final da constituição e não queria ter seu nome associado como um dos membros que a validou. Via que isso traria prejuízo a reputação de seu meu nome e ia contra os princípios que sempre pregou. Enviou um telegrama ao Ministro do Exterior Júlio Leite Chermont e aos senadores do Congresso Nacional comunicando sua decisão de renunciar e denunciado a maneira como estava sendo conduzida a assembleia constituinte no Paraná:

> Curitiba, 3 de julho de 1891
> Deputado Dr. Justo Chermont (ministro do exterior),
> Senadores: General José Simões, Q. Bocayuva, Ruy Barbosa, Rangel Pestana, Dr. Prudente de Moraes, Esteves Junior, A. Stockler, Barbosa Lima, Contra-almirante Custódio de Mello, Annibal Falcão, Conselheiro Alves de Araújo e Vice-almirante E. Wandenkolkc
> O congresso constituinte desse estado inspirado e dirigido exclusivamente pelo senador e presidente Generoso Marques (que apesar de vários representantes entre os quais me acho protestarem energicamente) a todo transe considera legal discussões e votações inteiramente irregulares, anárquicas, confusas e de afogadilho quer promover e promulgar amanhã o projeto da constituição sem ao menos fazer-se imprimir os impressos avulsos com projeto, emendas aditivas, supressões, substitutivos, correções em número superior a duzentos pretendendo-se rejeitar tudo em embrulho e muitos englobadamente ou sem números ou discriminadamente e na mesma sessão tumultuada e anárquica, sem verificação escrupulosa (e até mesmo com má fé) pretende-se dar-se encerrada a discussão e votação da segunda discussão, dando-se também por discutida e votada (tudo na mesma sessão) o projeto de constituição, rejeitando-se quase in limine, e caprichosamente todas as emendas, cujas dariam feição verdadeiramente republicana o que, o projeto que se quer ilegalmente dar por aprovado, até parece terem repugnância por todos os princípios consignados nas emendas de caráter republicanos, porque são de enfiada rejeitadas, sem conhecimento e estudo delas pois, nem os impressos há e nem todos vem publicados ordenadamente num mesmo jornal, e sim anarquicamente em “correios oficiais”, em várias datas.
> Imprensa toda até a estrangeira, classes todas ativas, estão todas do meu lado protestando indignados, o povo pronunciadamente todo irritado contra tão grave atentado que se comete em pleno regime republicano!!!!!!!!!!!!!
> Se não vier em meu apoio e em favor da causa do futuro do Paraná, da república e do bem público em geral, telegrafando primeiramente ao próprio Dr. Generoso Marques, para que seja mais republicano na república e que não acoroçoe semelhante ilegalidade e até imoralidade como vos poderá informar não só o íntegro e distinto magistrado Dr. Carvalho de Mendonça, digno juiz federal, bem como o honrado General Comandante das Armas, e outras autoridades e pessoas respeitáveis deste estado, a ilegalidade escandalosa se consumará, restando-me renunciar o mandato de representante à constituinte para não fazer parte de tal congresso com prejuízo de reputação de meu nome.
> Confio cegamente em vosso provado patriotismo, sentimentos verdadeiramente republicanos e em nossas relações pelo menos de velhos republicanos.
> Salvação do Paraná e da república neste estado depende dos vossos esforços em favor da causa comum. Peço-vos resposta. Caso é grave.
> Manoel Correia Defreitas[668]

Manoel Correia Defreitas renunciou como deputado da primeira assembleia constituinte republicana do Paraná por não concordar com a forma como a constituição estadual do Paraná foi elaborada. Ele mesmo não chegou a estudar e

[668] Acervo do Museu Paranaense – Nº Documento 05.21.0034. Ver Diário do Commercio, 05/07/1891.

assinar todas as emendas do projeto da comissão da qual fazia parte[669] e o texto final já estava sendo promulgado. Não hesitou em sacrificar seu mandato para manter seus princípios, tinha *"mais amor aos princípios que aos interesses pessoais ou partidários"* (A República, 15/10/1891). Recebeu várias mensagens de apoio a sua atitude, como o telegrama que Albino Silva o enviou dia 4 de julho de 1891: *"Cumpriste vosso dever e salvaste teu caráter republicano e patriota sincero renunciando o mandato. Felicito-vos!"*[670]. Em 1897 Manoel Correia Defreitas declarou a um jornal que se sentiu usado pelos antigos monarquistas, como Generoso Marques, no Partido União Republicana, na época da primeira constituinte do Paraná pois, esses mesmos aliados do partido rejeitaram sua proposta de constituição pôr a considerarem muita avançada para a época (A República, 31/05/1897).

Dia 6 de julho de 1891 a Secretaria do Congresso Legislativo do Estado do Paraná enviou um ofício ao presidente do Estado comunicando que ao renunciar seu mandato de deputado estadual Manoel Correia Defreitas destinou o subsídio à ajuda de custo a que tinha direito em benefício do ensino público. Metade iria para uma escola de educação cívica da mocidade em Curitiba e a outra metade para uma escola mercantil e de comércio marítimo em Paranaguá. Em ofício de 18 de julho o diretor geral da instrução pública do Paraná é comunicado da doação feita por Manoel Correia Defreitas às instituições de ensino e agradece ao doador[671].

Infelizmente a não localização dos anais da primeira assembleia constituinte do Paraná deixa uma lacuna nessa fase da história política paranaense, pois ao recuperar os discursos, requerimentos, pareceres e sobretudo as intervenções e respostas dos outros membros da assembleia poderíamos melhor contextualizar a atuação tanto de Manoel como dos outros membros do congresso. Suas propostas possuíam preocupação em se colocar na prática os valores republicanos qiue eram a preocupação com o bem coletivo, a gestão honesta e eficaz do patrimônio

[669] Teria integrado a Comissão de Fazenda, Comércio, Agricultura e Indústria (Jornal do Recife, 10/06/1891). Não localizamos os Anais da Primeira Assembleia Constituinte do Paraná para confirmar a comissão ao qual Manoel Correia Defreitas teria integrado.

[670] Telegrama de Albino Silva para Manoel Correia Defreitas do dia 4 de julho de 1891 (Acervo do Museu Paranaense – Nº Documento 05.21.0035).

[671] Ver Anexo 24 – Ofícios definindo o destino dos subsídios do deputado estadual Manoel Correia Defreitas referente ao seu período de trabalho de 30 de maio a 3 de julho de 1891.

público,o amor à pátria, à liberdade e a igualdade perante a lei,mas esse congresso ainda não estava imbuído do espírito republicano, portanto não poderia entender e muito menos aceitar a proposta de constituição de Manoel.

Apesar de todos os protestos de Manoel Correia Defreitas a constituição foi promulgada e a vida seguiu. No Paraná, na década de 1890, Vicente Machado e Generoso Marques dividiam as forças políticas. De um lado o Partido Conservador se transformou no Partido Republicano Federal com a liderança de Vicente Machado e do Barão do Serro Azul. Eram os governistas, situacionistas. A imprensa se refere aos membros desse partido como a Escola Vicentista ou a Camarilha dos Bacharéis. O Clube Republicano de Curitiba após a proclamação da república se alinhou com o PRF e isso foi elemento chave que proporcionou uma guinada na política local colocando as elites tradicionais paranaenses numa posição de dominada ante a burguesia ervateira. Do outro lado os oposicionistas do Partido Liberal fundaram a União Republicana cujo líder era Generoso Marques, Manoel Correia Defreitas, Menezes Dória e Affonso Camargo. No momento da proclamação da república o Partido Liberal governava o Paraná e seus representantes foram vitoriosos nas primeiras eleições do regime republicano.

Em 3 de novembro de 1891 ocorreu o golpe de Estado do Marechal Deodoro que fechou o Congresso Nacional. Deodoro não conseguia a maioria no Congresso porque seus atos não eram compartilhados. Ele adotou uma série de medidas polêmicas, que envolviam concessões de obras sem concorrência, substituição de presidentes de Estados, taxações alfandegárias, entre outras. Alguns deputados intensificaram o movimento de resistência aos atos do presidente e conseguiram o apoio do almirante José Custódio de Mello que declarou não hesitar em usar canhões contra o golpe. Deodoro renunciou em 23 de novembro. Nessa época Manoel Correia Defreitas era o segundo vice-presidente do Paraná e se encontrava em Santa Catarina. Ele não concordou com o ato de Deodoro e protestou. Vinte dias depois, quando Marechal Floriano Peixoto assumiu o cargo de presidente do Brasil, ele chamou Manoel ao Rio de Janeiro e pediu que assumisse o governo do Paraná como vice-governador uma vez que Generoso Marques havia sido deposto no dia 29 de novembro por ter apoiado Deodoro[672]. Manoel voltou para Curitiba e

[672] Telegrama de Marechal Floriano ao Manoel Correia Defreitas. Acervo do Museu Paranaense - Nº Documento 05.21.0041.

se encontrou com a Junta Governativa que assumiu o governo do Paraná composta por Coronel Roberto Ferreira, Bento Lamenha Lins e Joaquim Monteiro de Carvalho e Silva. Após essa reunião, ocorrida aos 12 dias de dezembro de 1891 Manoel renunciou ao seu mandato de 2º vice-presidente do Paraná pois, o plano dos militares era controlar o governo civil com medidas reacionárias, como a dissolução do Congresso Legislativo Estadual que acabou ocorrendo dia 14 de dezembro, e por meios violentos e com os quais ele não concordava. Retornou para o Rio de Janeiro, *"não quis ser governador do Paraná"* (O PARANÁ, 2013).

A Junta Governativa marcou as eleições para o dia 25 de janeiro de 1892. Propunha a garantia de representação das minorias pelo terço, a composição mista das mesas eleitorais, a fiscalização pelos delegados de partido e eleição direta para presidente e vice-presidente com mandato de 2 anos, entre outras inovações para demonstrar que "a república de Floriano" era um tempo de inovação. Foram eleitos deputados para o Congresso Legislativo Estadual do Paraná: Sérgio Francisco de Souza Castro, João Manoel Ribeiro Vianna, Ernesto de Campos Lima, Agostinho Leandro da Costa, Padre Alberto José Gonçalves, Albino José da Silva, Arthur Ferreira de Abreu, Arthur de Almeida Sebrão, Carlos Cavalcanti de Albuquerque, Carlos Meissner, Francisco de Almeida Torres, João das Chagas Pereira, Joaquim Alfredo Garcia Terra, Joaquim Pereira de Macedo, Joaquim José Pedrosa, Jerônimo Cabral Pereira do Amaral, JOSÉ CORREIA DE FREITAS (irmão de Manoel Correia de Freitas), José Gonçalves de Moraes, Leôncio Correia, Luiz Braga de Carvalho, Manoel de Alencar Guimarães, Manoel José de Faria e Albuquerque, Ottoni Ferreira Maciel, Randolpho Pereira Serzedello, Vicente Machado da Silva Lima, Victor Ferreira do Amaral e Silva, Zacharias de Paula Xavier e Lufrido Costa. Manoel Correia Defreitas não concorreu para essa eleição pois, foi decisão da União Republicana não concorrer em sinal de protesto por considerar esse pleito fraudulento e ilegítimo. O Partido Republicano elegeu Francisco Xavier da Silva como presidente do Estado do Paraná e Vicente Machado como 1º vice-presidente (VARGAS & CHAVES, 1987).

No dia 20 de fevereiro de 1892 instalou-se o Congresso Legislativo e em 7 de abril de 1892 foi promulgada a segunda constituição republicana do Paraná da qual José Correia de Freitas, irmão de Manoel participou (Diário do Paraná, 12/07/1947).

No ano seguinte eclodiu a Revolução Federalista, denominação dada a uma série de conflitos armados que ocorreram nos três estados do sul do Brasil entre os anos de 1893 e 1895 (iniciou no governo de Floriano Peixoto e acabou no governo de Prudente de Moraes) e foi a mais séria disputa de poder ocorrido após o recém instalado regime republicano. No início o conflito restringia-se ao Rio Grande do Sul, entre os adeptos de Júlio de Castilhos e os de Gaspar da Silveira Martins. Os federalistas queriam libertar o Estado do governo de Júlio de Castilhos que elaborou praticamente sozinho a constituição rio-grandense, além de lutar por maior autonomia e descentralização da república. Tornou-se de caráter nacional depois da Revolta da Armada iniciada no Rio de Janeiro a partir do dia 6 de setembro de 1893, comandada pelo Almirante Custódio de Mello com a intenção de depor o presidente Floriano pois, a Marinha não aceitou de “bom grado” o papel secundário a que foi reduzida, em favor do exército. Os dois eventos não tinham nenhuma ligação, suas causas e objetivos eram diferentes, mas a costura entre eles ocorreu devido ao inimigo comum: a ditadura de Marechal Floriano Peixoto. A Revolução Federalista foi uma disputa entre facções da classe dominante. Não foi uma luta pelo Brasil ou pela república, lutou-se pelo poder o qual era e continua sendo exercido por um pequeno grupo de pessoas em detrimento da maioria (SEGA, 2008).

Com o apoio da Armada os rebeldes do Rio Grande do Sul se fortaleceram e conseguiram avançar até a capital de Santa Catarina, na cidade de Desterro onde instalaram seu governo provisório. O passo seguinte foi ocupar o Paraná. Atacaram por três frentes: Paranaguá, Tijucas e Lapa, visando ocupar Curitiba para daí conquistar São Paulo e chegar no destino final – o Rio de Janeiro e realizarem a deposição de Floriano Peixoto. Em janeiro de 1894 as tropas federalistas chegam em território paranaense. De 17 de janeiro a 9 de fevereiro de 1894 ocorreu o Cerco da Lapa, o episódio mais importante do conflito. Quando da chegada das tropas federalistas no Paraná o governador em exercício era o vice Vicente Machado. Xavier da Silva estava afastado por motivo de doença. Dia 18 de janeiro de 1894 Vicente Machado transferiu a capital do Paraná para Castro e seguiu com a família para São Paulo, abandonando o estado. Para governar o Paraná os federalistas escolheram Menezes Dória, aliado de Generoso Marques e combatente de Vicente Machado. Depois passaram pelo governo Francisco

Cardoso Júnior, Tertuliano Teixeira de Freitas e Antônio José Ferreira Braga (TOURINHO, 1990). Outros políticos paranaenses se colocaram favorável à causa federalista como Generoso Marques, Affonso Camargo, Amazonas Marcondes[673] e Telêmaco Borba. Manoel Correia Defreitas se manifestava sobre todos os assuntos da sua época, mas com relação à Revolução Federalista há um silêncio. Desde que ele não aceitou assumir como governador do Paraná em dezembro de 1892, até o início da sua campanha para senador pelo Paraná em 1895, há uma lacuna nos periódicos consultados, aparece uma ou outra nota sobre ele, mas nada relacionado com a Revolução Federalista. Esse período é o auge da atuação do seu irmão José no Congresso Legislativo do Paraná. Dos membros da família Correia Defreitas é ele quem aparece com maior frequência na imprensa.

O único documento localizado é de 7 de fevereiro de 1894 em que Manoel solicita ao general Gumercindo Saraiva salvo conduto para alguns "pobres catarinenses" de onde presume-se que ele tinha certa aproximação com os maragatos a ponto de solicitar favores para outros como se fosse para ele mesmo conforme reprodução abaixo:

> General Gumercindo
> Acampamento
>
> Em nome de vossa reconhecida generosidade rogamos poupar as infelizes vítimas capitão Lauro Muller, telegrafista Ignácio Bastos, tenente-coronel da guarda nacional Líbero Guimarães, alferes da comissão de alunos da E.Militar Gustavo Régis, enviados à Lapa.
> Tomamos verdadeiro interesse na salvação dos pobres catarinenses, filhos e bons pais de família e tomarei tão grande serviço como se fosse a mim próprio.
> Esperamos tranquilos,
> Saudo-vos
> Paranaguá, 7 de fevereiro de 1894[674]

[673] Consultar NICOLAS, Maria. **Sertanistas do Paraná: os esquecidos**. Curitiba: [s.e], 1981. Nessa obra a autora apresenta parte da história de Amazonas Marcondes que foi maragato declarado e após o final da Revolução Federalista teve que internar-se sertão adentro até ser declarada a anistia.

[674] Acervo do Museu Paranaense – Nº Documento 08.10.0008. O próprio Manoel Correia Defreitas possuía um documento de salvo conduto que lhe dava passagem de Piraquara à Ponta Grossa expedido pelo juiz distrital de Piraquara Jorge Zoppert em 21 de junho de 1894. Após o fim do conflito os territórios onde ocorreram o conflito ficaram um bom tempo sendo "monitorados" sendo necessário carta de salvo conduto para locomoções distantes (Acervo do Museu Paranaense – Nº Documento 01.21.0025).

No período em que o Paraná estava ocupado pelas tropas federalistas, em fevereiro de 1894, Manoel Correia Defreitas fazia parte da comissão organizadora da Exposição Agrícola e Industrial Paranaense juntamente com o Barão do Serro Azul, Ermelino de Leão, Manoel Lisboa, Jayme Ballão[675], Teixeira de Freitas e outros, que decidiram adiar a abertura da exposição para o primeiro domingo de abril devido a situação política do país (Diário do Commercio, 16/02/1894). Realizado logo após o fim da Revolução Federalista, esse evento foi utilizado para ajudar na recuperação da "auto estima" da população paranaense após o fim do conflito.

Em 1897 o presidente Prudente de Moraes pediu para cada estado criar o Partido da Ordem para garantir o prestígio da autoridade e a aplicação da lei. Vicente Machado, na época senador pelo Paraná, fala que esse seria o partido da revolta, pois seria composto por aqueles que pegaram em armas contra a constituição da república. Outros deputados falam que isso se daria em outros lugares e que o Paraná era exceção pois, contava com a pessoa de Manoel Correia Defreitas. Daí Vicente Machado relata que Manoel, protegido por piquetes de revoltosos andou vendendo boi na época da Revolução Federalista por preços elevadíssimos à coluna em sítio. O Coronel Lacerda que estava naquela praça sitiada, chegou a declarar que não precisava de bois para alimentar os soldados, mas sim de soldados para defender a república. E concluí: Manoel não foi revoltoso combatente, foi revoltoso platônico pois, apesar de ser do lado maragato não perdeu a oportunidade de realizar comércio com o lado pica-pau (O Paiz, 08/08/1897).

---

[675] Jayme Ballão (pai) realizava reuniões na sua casa que ficaram conhecidas como ENCICLOPEDISTAS DA RUA AQUIBADÃ". Uma noite do ano de 1894 o apóstolo Correa Defreitas propôs uma incendiária mensagem apoiando Zola na campanha Dreyfusista, conforme as com as memórias de Jayminho (Jayme Ballão Junior) (O Dia, 25/12/1894).

O Caso Dreyfus (em francês: Affaire Dreyfus) foi um escândalo político que dividiu a França por muitos anos, durante o final do século XIX. Centrava-se na condenação por alta traição de Alfred Dreyfus em 1894, um oficial de artilharia do exército francês, de origem judaica. O acusado sofreu um processo fraudulento conduzido a portas fechadas. Dreyfus era, em verdade, inocente: a condenação baseava-se em documentos falsos. Quando os oficiais de alta patente franceses perceberam isto, tentaram ocultar o erro judicial. A farsa foi acobertada por uma onda de nacionalismo e xenofobia que invadiu a Europa no final do século XIX. Dreyfus foi condenado à prisão perpétua na Ilha do Diabo, na costa da Guiana Francesa. Em novembro de 1897, seu irmão Mathieu Dreyfus, descobre que Charles Esterhazy é o verdadeiro culpado. Em 1898, as evidências da inocência de Dreyfus possibilitaram um segundo julgamento. A permanência da sentença anterior provocou a indignação de Émile Zola. O escritor expôs o escândalo ao público geral no jornal literário L'Aurore numa famosa carta aberta ao Presidente da República Félix Faure, intitulada J'accuse! (Eu acuso!) em 13 de Janeiro de 1898 (BALLÃO JÚNIOR, Jaime. **O romance de meu pai.** Curitiba, Empresa Gráfica Paranaense, 1933).

Em maio de 1894 as tropas legalistas entram em Curitiba. A vitória sobre os revolucionários não assinalou a implantação de uma plataforma política planejada. Vicente Machado reassumiu o governo e visava essencialmente o afastamento dos antigos liberais do campo político. O assassinato do Barão do Serro Azul a 20 de maio de 1894 retirou de cena a figura que poderia fazer frente ao seu poder político que somente foi interrompido com a sua morte em 1907. A Revolução Federalista deixou em solo paranaense a cisão interna na classe dominante entre maragatos e pica-paus, representando o momento em que os republicanos tiveram que assumir as suas posições no interior do novo campo político que se delineou. Muitos passaram de companheiros a inimigos e novas alianças foram estreitadas pois, havia um projeto republicano a ser consolidado. Entre os pica-paus, legalistas que estavam ao lado de Floriano temos Vicente Machado, Francisco Xavier da Silva, Santos Andrade, João Cândido, Carlos Cavalcanti e José Correia de Freitas. Após o fim do conflito todos assumiram cargos políticos estaduais ou federais. Entre os maragatos, federalistas, que estavam contra Floriano temos Generoso Marques, Menezes Doria e Manoel Correia Defreitas. Esses tiveram que se exilar (exceto Manoel)[676] após o fim do conflito e quando retornaram passaram a dar continuidade aos seus objetivos, enfrentando o caciquismo vicentista. O apoio de Manoel Correia Defreitas aos federalistas revolucionários lhe fez ficar afastado dos cargos políticos até o ano de 1908 quando ocorreu a Coligação Republicana unindo pica-paus e maragatos.

Essa divisão entre pica-paus e maragatos pode ser percebida internamente na família Correia de Freitas. Não encontramos muita relação entre os irmãos José e Manoel. Os dois eram republicanos, foram fundadores de clubes republicanos, mas estavam em áreas opostas: José era declaradamente pica-pau, foi a favor de

[676] João Regis Pereira da Costa era jornalista e um dos grandes oradores da época junto com o amigo de infância Manoel. Ele teve que ser exilado no Uruguai depois da Revolução Federalista por ser maragato. Infelizmente não localizamos mais dados sobre essa amizade, apenas uma pequena nota de jornal relatando que em 1916 a pedido do governo do Brasil teria interferido junto ao amigo para a assinatura do acordo de limites entre o Paraná e Santa Catarina para que Manoel "não fizesse mais campanha contra a decisão do governo de deixar com o Paraná apenas 20 mil km das terras contestadas" (recorte sem identificação da fonte no Caderno 2 da Coleção Manoel Correia Defreitas do acervo de Ricardo Costa de Oliveira). Consultar COSTA, Samuel Guimarães da. **O último capitão-mor Manoel Antônio Pereira (1782-1857)**. Curitiba: Scientia & Labor.

Floriano Peixoto[677] e era do Grupo Vicentista e do Partido Republicano Federal. Manoel era maragato, adepto do grupo de Generoso Marques e inicialmente da União Republicana, mas depois declarou-se independente. Conseguimos localizar apenas uma correspondência entre os irmãos[678]. Foi um telegrama publicado no jornal Correio do Povo de 29 de novembro de 1889 onde José informa ao irmão Manoel as nomeações feitas pelo governo provisório federal no estado e quais as movimentações políticas que estavam ocorrendo com a implantação da república e o receio de que o Partido Conservador liderasse o movimento, porém José era do Grupo Vicentista que recebia o apoio do antigos conservadores:

> Curitiba, 17 de novembro de 1889
> Ao cidadão Manoel Correia Defreitas
>
> Rio – Câmara Municipal empossou coronel Cardoso Junior do cargo de governador geral do estado do Paraná. Vicente Machado nomeado chefe de polícia. Exigências em disciplina meu emprego estrada de ferro não me permitem auxiliar nem intervir na direção negócio político. Receio que se opere aqui ascensão do partido conservador. Convém estabelecer equilíbrio dos antigos partidos. Governo central não deve deixar mandar instruções sobre conduta governadores. Sergio de Castro pretende o lugar de deputado, respondi que só atenderia inspirações do governo geral.
>
> José Correia de Freitas

José[679] era o irmão caçula de Manoel. Tinham uma diferença de idade 5 anos de idade. José formou-se em farmácia no Rio de Janeiro (A Reforma, 29/11/1877). Participou da fundação do Clube Republicano de Curitiba em 22 de novembro de 1885 do qual foi vice-presidente em 1887 (Gazeta Paranaense,

---

[677] O jornal Minas Gerais de 15/09/1893 relata que chegaram e continuavam a chegar dos diversos estados as mais francas e entusiásticas manifestações de apoio ao governo federal e as ações por ele tomadas em bem da ordem e garantia das instituições da república. E reproduz o seguinte telegrama que Floriano Peixoto recebeu do Paraná *"Curitiba, 12 de setembro de 1893 - A mesa do Congresso Legislativo do Paraná, em nome desse mesmo Congresso, confiante no vosso comprovado patriotismo e amor à República, vos protesta inteira solidariedade na defesa da Constituição. Manuel José de Faria Albuquerque (presidente), José Correia de Freitas (1º secretário), Octávio Ferreira do Amaral da Silva (2º secretário)".*

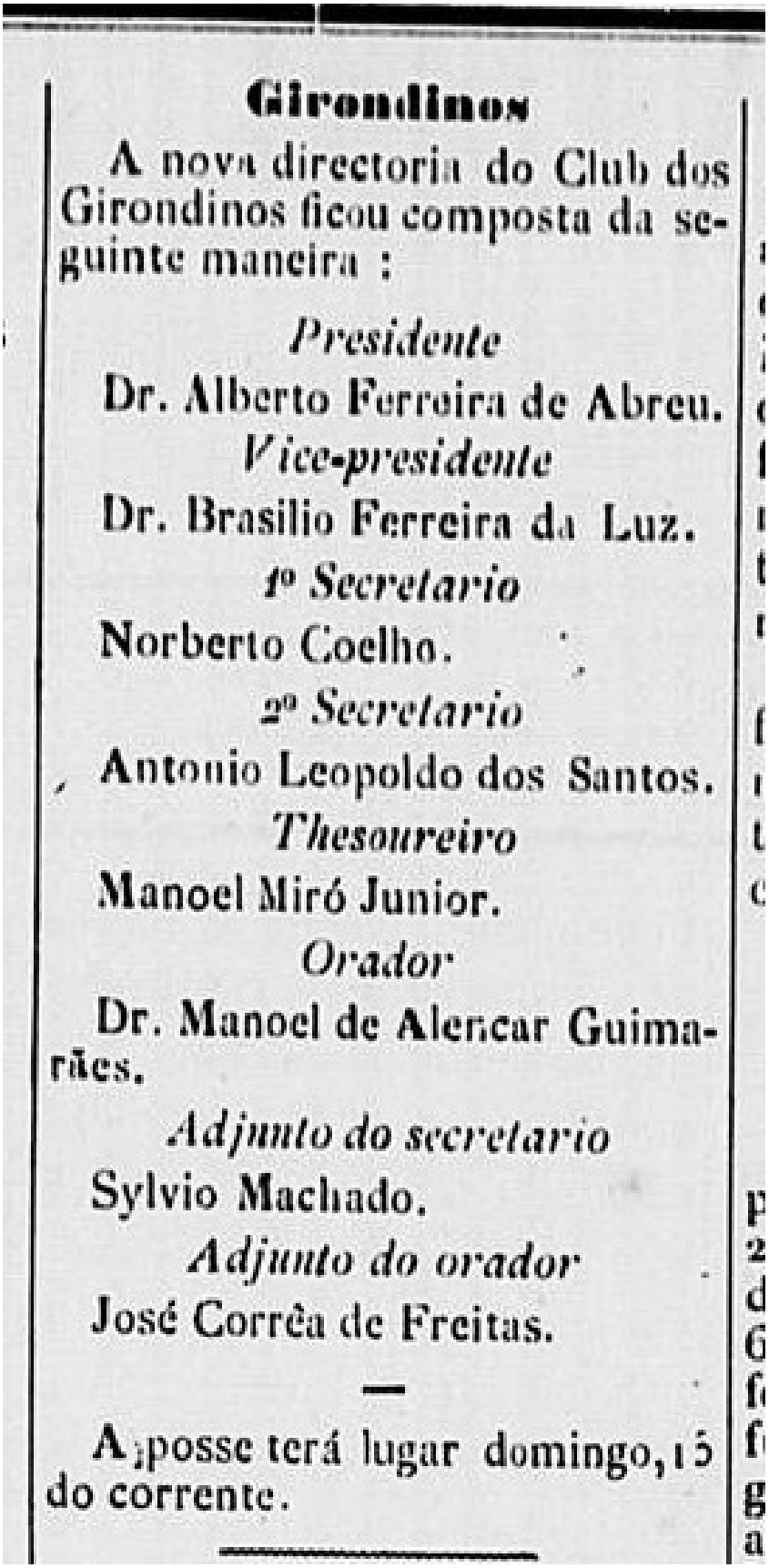
[678] Uma outra publicação em que aparece os dois irmãos saiu dia 12 de outubro de 1881 no jornal O Paranaense. Relata que José Correia de Freitas procurou Joaquim Belarmino de Bittencourt por parte de Manoel Correia Defreitas para ofertar a parte desse último no jornal A Verdade pela quantia de 300$000 e que passado alguns dias o próprio Manoel foi procurar Joaquim para tratar do negócio.

[679] Ainda estar por ser feito um estudo biográfico de José Correia de Freitas (1856-1933).

01/03/1887). Casou com a professora Luiza Cardoso Netto com quem teve 5 filhos, mas somente duas sobreviveram: Josepha e Soledade (Gazeta Paranaense, 14/09/1887). As duas filhas foram estudar no Instituto de Música do Rio de Janeiro e se tornaram professoras renomadas em Curitiba. Escreveu para os jornais A República, Diário da Tarde e Jornal do Commercio (Diário do Paraná, 11/03/1897). Participou de vários grupos da cidade dos quais destacamos o Clube dos Girondinos (figura 182), fundado em 1891 e do qual era orador adjunto[680]. Antes de ingressar na carreira pública, José trabalhou em diversas farmácias e foi guarda livros. Depois como funcionário público ocupou diferentes cargos nessa trajetória: foi fiscal de auxílio à lavoura do Banco do Estado do Paraná, secretário da Escola de Artes e Indústria do Paraná, contador na delegacia de Inspetoria Geral das Terras e Colonização, capitão da Guarda Nacional de São José dos Pinhais e suplente de juiz distrital por vários anos. Em 1908 foi nomeado secretário do Superior Tribunal de Justiça do Paraná e se aposenta por essa instituição em 1928. Faleceu em Curitiba em 3 de fevereiro de 1933 aos 77 anos[681].

[680] A diretoria do Club dos Girondinos no ano de 1891 era composta: Presidente (Alberto Ferreira de Abreu), Vice (Brasilio Ferreira da Luz), 1º Secretário (Norberto Coelho), 2º Secretário (Antônio Leopoldo dos Santos), Tesoureiro (Manoel Miró Junior), Orador (Manoel Alencar Guimarães), Secretário Adjunto (Sylvio Machado), Orador Adjunto (JOSE CORREIA DE FREITAS) (Diário do Commercio, 12/03/1891).

[681] A República, 31/05/1897. Diário do Paraná, 02/07/1897. Almanach do Paraná dos anos de 1905 a 1928. O Dia, 24/08/1928. O Dia, 07/03/1954. Documentos do acervo do Museu Paranaense MP 166, MP 167, MP 168, MP 755, 01.20.0019. Documentos do Arquivo Público do Estado do Paraná AP 927, p. 107. AP 927, p.104. AP 927, p.107. AP 927, p.109. Ver Apêndice 15 – Breve cronologia de José Correia de Freitas.



Girondinos

A nova directoria do Club dos Girondinos ficou composta da seguinte maneira :

Presidente

Dr. Alberto Ferreira de Abreu.

Vice-presidente

Dr. Brasilio Ferreira da Luz.

1º Secretario

Norberto Coelho.

2º Secretario

Antonio Leopoldo dos Santos.

Thesoureiro

Manoel Miró Junior.

Orador

Dr. Manoel de Alencar Guimarães.

Adjunto do secretario

Sylvio Machado.

Adjunto do orador

José Corrêa de Freitas.

—

A posse terá lugar domingo, 15 do corrente.

Figura 182 – Clube dos Girondinos de Curitiba, 1891
Fonte: Diário do Commercio, 12/03/1891

Foi deputado estadual por três legislaturas: 1892-1893[682], 1894-1895 e 1896-1897. Na legislatura de 1894 a 1895 chegou a compor a mesa do Congresso Legislativo Estadual como 1º secretário. E na legislatura de 1896 a 1897 foi membro da Comissão Permanente de Instrução, Catequese e Civilização dos Índios juntamente com Leôncio Correia e Domingos Nascimento. Ainda estar por ser feito um estudo sobre a sua trajetória parlamentar, mas entre algumas de suas realizações mais conhecidas está a bandeira de luta em defesa da escola gratuita e obrigatória como direito do cidadão republicano. Na segunda assembleia constituinte republicana do Paraná José apresentou as seguintes propostas referentes à educação[683]:

- o estado fundará colônias, oficinas, asilos e orfanatos para as crianças indigentes.

- será combinado um imposto equivalente a terça parte do acervo sobre as heranças entre colaterais, com aplicação especial à instrução técnica e profissional.

- constituir-se-á um fundo escolar para as despesas da instituição pública com a terça parte do produto das terras devolutas e com os impostos que forem especialmente designados no orçamento.

- o ensino primário elementar será obrigatório para todas as crianças de seis a treze anos de idade.

- todas as instituições livres de ensino superior, uma vez fiscalizadas pelo estado, poderão conferir diplomas científicos e literários.

---

[682] Quando da sua eleição para a segunda assembleia constituinte do Paraná, o jornal A Federação, de Porto Alegre, do dia 6 de fevereiro de 1892 traz um noticiário considerando José Correia de Freitas *"o herói do terço ... o homem que, na política, havia tirado a ópa e apagado a tocha ... Mas, vai senão quando a bem da legalidade e da República Feder ... Ativa, o presente cidadão José Correia de Freitas entra no terço e, na qualidade de capelão-mor, émulo do mestre Ignácio, veste de novo a dita ópa e acende a sobredita tocha ... O sr. deputado, reverendíssimo padre Alberto, assistindo a essa tocante, conversão, cantou comovidíssimo: - Regugium peccatorum! ... Ao que responderam os fiéis terço: - Ora pro nobis! ... É o José Correia de Freitas ... eleito deputado".* Acreditamos que o autor do artigo confundiu os irmãos no momento de escrever pois, Manoel foi o propagandista republicano. José dedicou-se aos estudos e a sua carreira de funcionário público. Era adepto do regime republicano, mas não era militante como o irmão na propaganda republicana realizando meetings/conferências públicas a favor da república e nem "peregrinava" ajudando na fundação de clubes republicanos. Ele, como o irmão, escrevia para alguns jornais à favor da causa republicana, mas sua atitude frente ao movimento republicano pode ser considerado mais discreta.

[683] Conforma **Anais do Congresso Constituinte do Estado do Paraná reunido em fevereiro, março e abril de 1892.** Curitiba: Tipografia d'A República, 1913.

- as obras de reconhecido valor sobre a educação e ensino serão publicadas por conta do estado, e os respectivos autores terão direitos a prêmios que forem criados.

- nenhum imposto se estabelecerá sobre jornais e livros impressos, assim como sobre oficinas tipográficas e litografias.

- fundar-se-á um arquivo público, ao qual pertencerá a guarda e classificação metódica de todos os escritos e documentos que interessarem à história do Estado ou da República.

Essas propostas não foram aprovadas. Cury e Machado (2013) consideram que foi a questão financeira que impediu suas aprovações pois, iriam onerar os cofres estaduais. Afinal, no Brasil educação nunca foi vista como investimento e sim como despesa pela nossa classe política.

Foi de José Correia de Freitas o projeto de lei para a construção da Escola Tiradentes no ano de 1892 – ano do centenário da morte do mártir. No dia 19 de dezembro de 1892 com a presença do governador, prefeito, chefe de segurança, congressistas, magistrados e grande concorrência de populares foi lançada a pedra fundamental para a Escola Tiradentes. O deputado José pronunciou um discurso ressaltando aspectos da vida do patrono da escola e sobre o 39º aniversário da criação da província do Paraná. A antiga Escola Tiradentes, fundada em 1892, não funcionava no endereço atual, mas na então rua do Serrito (atual Carlos Cavalcanti) e foi inaugurada em 08 de fevereiro de 1895. Sua primeira diretora foi a Professora Julia Wanderlei, sendo ela a primeira mulher a ocupar esse cargo no Paraná. Em 1934, o edifício daquela escola foi demolido e o estabelecimento passou a funcionar, em caráter provisório, em velhas e inadequadas residências durante um largo período de tempo. Como parte do programa para comemorar o centenário da emancipação política do Paraná, em 1952 via decreto, o governador Bento Munhoz da Rocha Netto solicita a transferência do colégio para seu atual endereço na Praça XIX de Dezembro[684].

[684] Consultar CORREIA, Ana Paula Pupo, **História e arquitetura escolar: os prédios escolares públicos de Curitiba (1943-1953)**. Curitiba: Mestrado em Educação UFPR, 2004.

Em 1896 apresentou vários projetos para conseguir melhoramentos para *"o velho e esquecido"* município paranaense de Guaratuba, localidade onde possuía familiares (O Dia, 24/08/1928). Em 1897 foi eleito para a comissão do Club dos Puritanos que discutiu como seriam as festas de carnaval daquele ano. O Club dos Puritanos deu a Curitiba os mais luxuosos e estrondosos carnavais, à sombra do estandarte vermelho e preto, ao som de seu hino vibrante, a música do mestre Clarimundo José da Silva dizia[685]:

Nas ameias do riso flutua
Invencível nosso pendão;
Se sairmos com momo na rua
São só louros que temos na mão.
Nós somos os Puritanos
Guapo clube sem rival
E reinamos soberanos
Nas festas de carnaval

Em 1954 o jornal O Dia faz uma retrospectiva da imprensa humorística na cidade de Curitiba e fala de Agostinho Leandro (fundador do Operário Livre), figura esquecida na política paranaense que teria participado da segunda constituição republicana do Estado. Dessa assembleia constituinte fez parte José Correia de Freitas e Albino Silva que juntamente com Agostinho Leandro formavam uma tríade independente votando junto nas emendas, puros idealistas, os mais ardorosos e convictos democratas. Entre os anos de 1896 e 1897, José Correia de Freitas criou no Diário do Paraná a seção Os Compadres com os personagens Compadre Esparrama (gordo) e Compadre Futrica (magro) numa linguagem vasada, mais popular, com estilo acessível e atraente para os leitores que poderiam ler e rir ao mesmo tempo, mas no fundo tinha o objetivo de falar as verdades e coisas sérias que estavam ocorrendo na sociedade (figura 183). Na mesma época, Alfredo Coelho era o satírico de A República e Agostinho Leão o satírico de Operário Livre.

[685] Consultar RODERJAN, Roselys Velloso. **"O paranaense e os carnavais"**. IN: NAROZNIAK, Jorge. (org) **Nem que me mordas: pequena história do carnaval de Curitiba**. Curitiba: Edições Paiol, 1974.

Haviam também as comadres Clemência e Prudência, versão feminina de Os Compadres (figura 184)[686].



Os Compadres

(30ª CONVERSA)

—Estimo muito encontral-o hoje, compadre Esparrama.

—Para que, compadre Futrica?

—Para o compadre fazer-me o favôr de dizer-me onde mora o Directorio do meu partido.

—A fallar-lhe a verdade, não sei onde mora esse preclaro cidadão. Procure no « Vademecum » que talvez ache.

—Já procurei, compadre, mas não achei nem directorio nem coisa que com elle se pareça.

—O melhor então é o compadre indagar do Zé Carvalho que anda agora mettido nessas coisas. Mas, que negocio tem o compadre com o tal directorio?

Figura 183 – Os compadres Esparrama (gordo) e Futrica (magro)
Fonte: Diário do Paraná, 17/01/1897

[686] Aqui mais um objeto interessante de estudo pois, não localizamos nenhuma referência sobre esses quadros Os Compadres e as Comadres do jornal Diário do Paraná.



AS COMADRES

—Está tão macambuzia a comadre Clemencia! Quem matou seu cachorrinho?

Ora! deixe-se de graças, comadre Prudencia. Como bem disse outro dia o Frei Antão—nem todo dia é pá parir...

—Ah! Já sei: eu tambem tenho estado bem aborrida com o negocio dos Candidos! Aquelle Conselheiro!...

—Qual, Conselheiro! qual nada, comadre Prudencia!

—Então não entendo. Pois aquelle malvado!

—Qual malvado, comadre Prudencia! Eu queria que pezassem em mim todas as culpas daquelle coitado.

—Cada vez entendo menos, comadre Clemencia.

—Não tenho a culpa que Você estoja

Figura 184 – As comadres Clemência e Prudência
Fonte: Diário do Paraná, 12/03/1897

José foi oficial do gabinete de Vicente Machado de 1904 a 1907. Com a morte do governador do Estado em 1907 ele deixou essa função e foi nomeado secretário do Superior Tribunal de Justiça do Paraná onde fica até se aposentar em 1928. Pelas notas sociais dos periódicos da época, José circulava entre a “arraia miúda” da capital paranaense. Estava presente, sempre com a família, em casamentos, homenagens, festas, missas de falecimento, apresentações culturais, eventos de assistência social, eventos nos diferentes clubes sociais da capital

paranaense sempre cercado pelas famílias da classe dominante. A esposa e as filhas eram educadoras reconhecidas na sociedade curitibana atuando no magistério público e privado. As filhas formaram as referências musicais paranaenses do início do século XX (VANALI, 2016). Afinal como o irmão Manoel, José também era portador de um conjunto de capitais culturais e simbólicos fornecidos pela família que permitiu essa circulação entre a gente de "arraia miúda". Era aceito pois, era originário de uma família colonial e tradicional do Paraná.

Os irmãos Manoel e José estavam em campos opostos na política. Segundo relato dos descendentes direito de Manoel, as filhas Meuma e Meden não tiveram muita convivência com as primas Josepha e Soledade pois, *"os irmãos não se davam"*[687]*.* José aparenta ter um perfil mais do estilo girondino, ou seja, moderado e voltado para os interesses aristocráticos, da classe dominante, foi político mas fez carreira no funcionalismo público. Manoel era mais estilo jacobino, radical, voltado aos interesses dos excluídos[688].

5.2 – Eleição bico de pena e degola: Senado Federal em 1895 e Câmara dos Deputados em 1906

Nas eleições presidenciais de 1º de março de 1894 Manoel Correia Defreitas recebeu um voto para ser presidente do Brasil. Nessa data ocorreram as eleições em 17 estados brasileiros e no Distrito Federal. Não participaram do pleito os eleitores do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul em razão da Revolução Federalista. Os resultados eleitorais demonstram a dispersão de votos em

[687] Entrevista com Lucirene Defreitas Machado em 17 de fevereiro de 2017, neta de Manoel.

[688] A utilização desses termos jacobinos e girondinos podem ocasionar confusão pois, havia o Clube dos Jacobinos surgido em 1891 que era composto por republicanos sinceros e leais, seguidores de Floriano Peixoto, que queriam manter a república por todos os meios. O Clube dos Girondinos foi criado antes, a partir de 1889 as primeiras notícias nos jornais brasileiros. Utilizamos os termos aqui para ressaltar a posição de oposição entre os irmãos José (pica-pau, girondino) e Manoel (maragato, jacobino), lembrando a história dos irmãos Esaú e Jacó.

inúmeros nomes de projeção nacional e local, como permitia o sistema eleitoral então vigente. Foram 203 nomes indicados para a presidência e entre eles aparece o de Manoel Correia Defreitas. Cento de dezesseis "presidenciáveis" tiveram apenas um voto[689]. Esse fenômeno ocorreu porque muitos eleitores quiseram realizar uma homenagem a algum amigo e as leis eleitorais permitiam pois, não era necessário filiar-se a um partido e nem oficializar a candidatura para poder ser votado. O eleitor tinha liberdade para escrever qualquer nome na cédula, até o dele próprio ou o de um cidadão que não fosse candidato. Floriano Peixoto, o presidente de então, ficou em 16º lugar na apuração dos votos, mas a Constituição de 1891 era categórica ao proibir a reeleição. Isso para se ter uma ideia de como a legislação não era considerada no momento da votação. O vencedor foi Prudente de Moraes: dos 351 mil votos totais, obteve 291 mil. Afonso Pena, foi o segundo colocado com 38 mil votos (PIRES, 1995).

Manoel Correia Defreitas foi nomeado pelo presidente da república Prudente de Moraes, por portaria de 27 de fevereiro de 1895, 3º suplente de substituto de juiz federal da seção do estado do Paraná. Em correspondência de 10 de abril do mesmo ano Manoel recusa o cargo por considerar esse tipo de nomeação honrarias disfarçadas que remetiam ao tempo da monarquia e eram contrárias ao verdadeiro espírito do regime republicano. Apelando para os tempos em que era companheiro do presidente da república na propaganda republicana escreve:

> Dr. Prudente de Morais
> Rio
>
> Nesta data telegrafo ao Ministro da Justiça recusando a suplência de juiz federal por julgar que estar de perfeito acordo com vosso pensamento de velho companheiro dos tempos da propaganda republicana o seguinte:
> - Recebi nomeação de suplente de juiz federal.
> Antes de tudo sou contrário a suplências pelos graves inconvenientes que acarretam contra o bem público, abrindo porta franca para abusos.
> Quando repugna proprietários assumir responsabilidades, passam adiante para sancioná-las.
> Demais tais suplências são honrarias disfarçadas e equivalentes às condecorações e outras distinções do tempo da monarquia, que sempre combati energicamente e continuando a combater por considerá-las contrárias ao verdadeiro regime republicano.
> Por isso peço-vos dispensa.

[689] Ver Apêndice 16 – Resultados da eleição de 1º de março de 1894 para presidente da república.

Correia Defreitas

Curitiba, 10 de abril de 1895[690]

Nessa época, Generoso Marques fazia grande oposição ao Vicente Machado numa disputa para ter o controle do poder e não por divergências ideológicas (GOULART, 2014). Já Manoel Correia Defreitas possuía divergência ideológica com esses dois líderes da política paranaense pois, tinha um projeto político diverso do deles como forma mais ideal de se organizar a sociedade. Essa oposição fica bem evidente quando da candidatura de Manoel Correia Defreitas para senador nas eleições de 1895.

Em manifesto político de março de 1895 Correia Defreitas expondo sua candidatura para senador da república explica que renunciou o mandato de representante ao 1º Congresso Constituinte do Paraná por ter se desiludido com a prática dos homens públicos. Decidiu então recolher-se à obscuridade, mas que devido ao rumo que as coisas tomaram ele se candidatava à senador pois *"não basta dizer que é republicano, tem que ter práticas republicanas".* Fala que a república veio para varrer não apenas a família real, mas todo tipo de privilégio, de preconceitos e castas de nascimento, destruir as hierarquias hereditárias e despojar as pequenas monarquias e realezas locais de qualquer preponderância criticando a relação família x política (A Pátria Livre, 11/03/1895).

Em 15 de dezembro de 1894 Ubaldino do Amaral renunciou a cadeira de senador pelo Paraná para assumir o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal. As eleições para suprir essa vaga aberta no senado foram convocadas para os dias 16 e 17 de março de 1895 (NICOLAS, 1978). Um dos candidatos foi Manoel Correia Defreitas, industrial, residente em Curitiba (A Pátria, 12/03/1895). Um grupo de pessoas[691] escreve uma carta "Aos Paranaenses" indicando a candidatura de Manoel, apontando que não estavam preocupados com questões partidárias, mas seguindo apenas o dever cívico por estarem convencidos de que o

[690] Acervo do Museu Paranaense – Nº Documento 01.21.0014.

[691] Joaquim Alves de Araújo, Guilherme José Leite, Conrado Ericksen, Amazonas Marcondes, Otávio do Amaral, Manoel Lisboa, Agostinho Leandro e Emilio Reis Vignoelle (Acervo do Museu Paranaense – Nº Documento 06.00.0013).

Paraná precisava naquele momento se reerguer do abatimento moral e político em que caiu. Com esse pensamento patriótico indicavam Correia Defreitas como o candidato ao senado federal pois, ele personificava as nobres aspirações republicanas realçadas pela *"incorruptibilidade de caráter, pela elevada abnegação, pelo inexcedível patriotismo de que em todos os tempos ele deu provas, quer antes, quer depois da proclamação da república"* (A Pátria, 12/03/1895). A imagem que se tinha quando se pensava em Manoel Correia Defreitas era a do republicano invicto que fazia oposição a todos os maus valores impregnados na prática política do Brasil. Ele aparecia como a esperança de uma renovação no campo político para se restaurar a autonomia, a independência do povo e implantar as verdadeiras instituições republicanas.

Em seu programa eleitoral, Manoel diz que trabalharia para que a república fosse uma realidade no país e para isso defendia os seguintes pontos:

- o ensino elementar e profissional como o único meio de prosperidade e felicidade para o povo.

- a eliminação da hierarquia social pelo nivelamento das classes e elevação do trabalhador a ser pensante que vai tomar consciência de seus direitos e não apenas de seus deveres como é hoje. "Precisamos acabar com a monarquia sem coroa ou a república coroada que temos hoje em nossa sociedade".

- lutar pela igualdade e liberdade em todas as suas manifestações e incluir a educação e emancipação gradual da mulher para tudo o que não for incompatível com a natureza de seu sexo.

- trabalhar para a política se subordinar à moral, e não a moral à política.

- eliminar os impostos que não animam o trabalho nacional, mas mantém o luxo e a vaidade de poucos. Era a favor do imposto progressivo.

- incorporar no seio da sociedade os silvícolas que vagueiam "em completo desperdício para a produção nacional" por meio de um processo de ensino pois, a catequese está longe de alcançar esse fim (o de de integração do indígena na sociedade nacional).

- escola, estrada, canais, telégrafos, telefone, serviço postal, luz, água, esgoto e outros melhoramentos devem ser considerados bens de utilidade pública e

enquanto o estado não consegue fornecê-los gratuitamente ao povo como elementos de progresso do país, então que seja cobrado uma taxa módica.

- maior autonomia aos estados e a criação de uma confederação dos estados para defender a integridade nacional.

- criação de institutos de ensino livres e a extinção gradual do ensino nos ginásios e universidades.

- maior autonomia municipal.

- disseminação dos hospitais e farmácias por toda parte e grátis aos pobres.

- criação de pequenos estabelecimentos bancários (liberdade bancária).

- voto uninominal e não obrigatório.

Essas são as principais ideias políticas de Manoel Correia Defreitas que ele tenta colocar em prática desde os tempos de deputado estadual da primeira assembleia constituinte do Paraná em 1891 e agora reaparecem na sua plataforma eleitoral de 1895. Algumas ideias são totalmente democráticas, outras são frutos do tempo em que Manoel se encontrava, como por exemplo, sua visão da emancipação da mulher. Ela teria que ser gradual e não ir contra a natureza do sexo feminino, qual seja, a primeira função da mulher ainda era a maternidade. A sua emancipação deveria ocorrer para ela ser a melhor mãe e esposa possível pois, afinal era ela quem formava os futuros cidadãos do país, mas ainda lhe era negada sua condição de cidadã pois, o voto feminino não foi adotado na primeira constituição republicana. Outro ponto interessante é com relação à educação. Propunha criar institutos livres e abolir os ginásios e universidades. Essa ideia de abolir esse ensino superior formal parece uma espécie de ressentimento que Manoel guardou por não o ter cursado. A visão que ele tem do elemento indígena é bem o discurso oficial do Estado brasileiro, que anos depois criaria o Sistema de Proteção ao Índio e Localização do Trabalhador Nacional: ou seja, deveria ocorrer a integração desse elemento à sociedade nacional, não se preocupava com a preservação de sua cultura original, afinal o Brasil precisava de trabalhadores

integrados e produzindo para o progresso e avanço social e não de grupos "exóticos"[692].

Manoel percorreu o Estado do Paraná fazendo sua campanha eleitoral e se voltou também para a colônia alemã que era um grande reduto eleitoral à época[693]. Em progaganda no jornal Der Beobachter de 2 de fevereiro de 1895 encontramos a seguinte mensagem apresentando Manoel para o eleitorado alemão como candidato ideal ao senado:

> Para lugar de senador, cuja eleição acontecerá em março, candidatou-se uma personalidade extremamente simpática, Senhor Manoel Correia de Freitas, que no tempo do governador Generoso Marques ocupava o posto de vice-governador. O senhor Manoel Correia de Freitas é franco e fiel as suas convicções; honrado e por isso pobre republicano sustentando-se de seu próprio trabalho, o que quer significar alguma coisa em vista desses politiqueiros. Ainda oferecer-se-á ocasião de falarmos desse caráter honrado (tradução livre de Der Beobachter, 02/02/1895).

O jornal "A Pátria" de 09 de março de 1895 denuncia a perseguição que a campanha senatorial de Manoel estava sofrendo da parte de Vicente Machado, que o periódico chama de "o dono do Paraná". Após o 15 de novembro entre os muitos que telegrafaram para Manoel pedindo colocações políticas estava Vicente Machado, que agora o perseguia. Vicente Machado considerava que a oposição de Manoel era porque este era um "despeitado", a margem da representação oficial na política. Mas Manoel dizia não estar no poder justamente porque se conservava fiel as suas ideias, *"tinha mais amor aos princípios que aos interesses pessoais",* destaca o jornal. Em artigo de 1891 Vicente Machado reconheceu que Manoel renunciou a seu cargo de deputado na primeira assembleia constituinte estadual por considerar que o congresso não era de confiança, e que depois como 2º vice-presidente do Paraná não apoiou o golpe de Floriano e nem as práticas violentas da junta governativa renunciando a esse cargo. Mas agora o perseguia com práticas de violência visto ter sido grande a aceitação da candidatura de Manoel ao senado na vaga deixado por Ubaldino do Amaral.

---

[692] Conforme já indicado a análise de discurso das propostas políticas de Manoel Correia Defreitas será realizado em trabalho futuro.

[693] Ver Anexo 25 – Propaganda política em alemão para o senado (1895) e Anexo 26 – Panfleto político propaganda para o senado (1895).

Os jornais continuam denunciando o caciquismo de Vicente Machado, político vaidoso que praticava fraude, falsificação, recrutamento, boato e o cacete. No caso da eleição para senadores de 1895, a escolha de Vicente Machado era Arthur Ferreira de Abreu (representante do feudo monarquista de Paranaguá) resumia bem a politiquice paranaense que era o resultado da soma da exaltação da fraude e da imoralidade eleitoral e política. Vicente Machado significava a derrota para o povo porque representava a elite. Arthur de Abreu representava a vitória da ignorância, da monarquia, do escravismo, do cacete, do terror, da violência. Os adeptos do Vicentismo articularam em favor de Arthur de Abreu contra Manoel Correia Defreitas. Essa eleição foi bem típica da "bico de pena" com o voto aberto e não secreto, com o controle dos caciques políticos sobre os eleitores e com os mesários escolhendo os eleitos, atestando o resultado da eleição mediante a elaboração de atas fraudulentas (TELAROLLI, 1982)[694]. Manoel escreveu um protesto relatando todo o processo eleitoral fraudulento desse pleito no dia 16 de abril de 1895 e que foi publicado no Jornal do Brasil de 19 de maio. Nos municípios de Guaraqueçaba, Paranaguá, Antonina, Ambrósios, Porto de Cima, Campina Grande, São José dos Pinhais, Colombo, Bocaiúva, Tamandaré, Votuverava, Triunfo, Entre-Rios, Ypiranga, Imbituba, Jaguariaíva, São José da Boa Vista, Tomazina, Assungui de Cima, Serro Azul, Rio Negro, Guarapuava, Porto da União e tantos outros houveram composição irregular das mesas, algumas seções nem abriram, as atas e os livros de eleitores foram manipulados votando eleitores ausentes ou falecidos, os fiscais de Manoel não foram aceitos, a entrada de eleitores foi impedida, não houve respeito ao horário de funcionamento das mesas, etc. Em São José dos Pinhais se deu a morte do Major Craveiro pelo tenente Jeremias Prestes pois aquele impedia esse de votar. O jornal oficial não publicou os resultados das eleições, nem os resultados parciais por seção e nem o geral. Manoel queria anular as eleições e recorreu ao senado porque as autoridades locais do Paraná se recusavam a registrar os protestos e a fornecer os documentos solicitados negando-se a cumprir a lei. Assassinatos, espancamentos, violações do

[694] O voto a descoberto era chamado "bico de pena". Mas não bastava ter o maior número de votos para ser eleito. A validação se dava no 3º escrutínio quando o reconhecimento dos eleitos era realizado pelo próprio poder político, representado pelo Legislativo – a denominada "comissão dos cinco" ou comissão verificadora – que tinha o poder de decidir quem tomaria posse ou não, fazendo com que candidatos vencedores nos pleitos não tivessem a garantiar de que assumiriam seus cargos (TELAROLLI, 1982).

lar e da propriedade foram os métodos utilizados para manter a população afastada desse processo eleitoral.

Dia 13 de junho de 1895 Manoel entra com o pedido de contestação dos resultados das eleições de 16 e 17 de março[695]. Apesar das denúncias das fraudes nas eleições para senador encabeçada pelos vicentistas, do assassinato do Major Craveiro, da emboscada em Paranaguá para assassinar Manoel e do um tiro dado contra sua pessoa, nada foi feito e dia 19 de junho de 1895 Arthur Ferreira de Abreu é diplomado e reconhecido como senador pelo Paraná.

Nas eleições de 27 de julho de 1897 Manoel apoiou a candidatura de Ubaldino do Amaral para senador e ele era um dos seus procuradores no estado do Paraná para cuidar da fiscalização eleitoral[696]. Percorreu o estado do Paraná realizando a propaganda da candidatura de Ubaldino (Gazeta do Povo, 10/08/1897). Apesar dos periódicos da época apresentarem Manoel como candidato ao Senado pelo Paraná ele não concorreu nessas eleições e sim apoiou e fez campanha para Ubaldino do Amaral como os outros maragatos. O candidato vicentista ao Senado pelos pica-paus era o Coronel Joaquim Lacerda (VARGAS, 1976). Joaquim Lacerda ganhou as eleições e foi reconhecido dia 23 de setembro de 1897 senador pelo Paraná para a 3ª legislatura. Assumiu a vaga de Arthur Ferreira de Abreu que havia renunciado dia 11 de maio de 1897 (NICOLAS, 1978)[697].

---

[695] O jornal Correio da Tarde de 17 de maio de 1895 publica uma nota humorística sobre esse processo eleitoral de 1895. A nota diz o seguinte: “Consta que a próxima chegada do invicto propagandista Manoel Correia Defreitas está fazendo chegar a mostarda ao nariz de um certo senador pelo Paraná”.

Chegar a mostarda ao nariz = chegar ao limite da paciência, por causa de um acontecimento específico. Significa ficar furioso e incontrolável.

[696] Procuração de Ubaldino do Amaral para Manoel Correia Defreitas e outros que foram os ficais eleitorais de Ubaldino nas eleições de 1897. Acervo do Museu Paranaense – Nº Documento 01.21.0026.

[697] De acordo com Vargas (1976), Prudente de Moraes tinha uma “fúria” contra Vicente Machado, mas na hora de tomar as decisões mais acirradas contra ele mostrava-se tímido pois receava que qualquer medida mais violenta pudesse lançar a revolução novamente as ruas ou levantar contra o seu governo o estado do Rio Grande do Sul – o fantasma da Revolução Federalista ainda rondava os governantes. Esse tipo de atitude de Prudente de Moraes comprometeu a campanha e eleição de Ubaldino do Amaral ao senado em 1897. Por conta disso, Prudente o nomeou prefeito do Distrito Federal em 23 de novembro de 1897.

No ano de 1898 Manoel percorreu o estado fazendo campanha eleitoral para Campos Salles, candidato à presidência da república que foi eleito (Correio Paulistano, 01/03/1898).

Concorreu nas eleições de 1899 para o cargo de deputado federal cujo resultado final foi: para o Senado Brasilio da Luz (9018 votos), Ubaldino do Amaral (5862). Para a Câmara: João Cândido (6938 votos), Alencar Guimaraes (6870), Lamenha Lins (6829), Carlos Cavalcanti (6794), Theófilo Soares Gomes (5808), **MANOEL CORREIA DEFREITAS (5796),** Belarmino de Mendonça (5776) (A Imprensa, 02/02/1900). Não foi eleito e nessa legislatura somente os deputados governistas foram diplomados, não se respeitou o terço da minoria cujo candidatos eram o Manoel, Theophilo Soares e Belarmino Mendonça (A Federação, 02/12/1899). Assim, dia 14 de abril de 1900 os três candidatos da minoria seguem para o Rio de Janeiro para protestarem no Congresso Nacional sobre o fato de serem reconhecidos deputados federais pelo Paraná somente os candidatos governistas (Gazeta do Povo, 11/05/1900). Não obtiveram sucesso nesse processo. Os deputados governistas foram diplomados.

Em 1904 Manoel faz parte do Partido Revisionista que pedia a revisão da constituição de 24 de fevereiro de 1892 para combater as oligarquias estaduais e reconquistar a liberdade eleitoral que estava nas mãos dos governos estaduais. Junto com Menezes Doria participou no Rio de Janeiro, no dia 15 de março de 1904, na sede do Grêmio Paraense da reunião dos representantes da oposição dos estados do Piauí, Pernambuco, Alagoas, Paraíba. Sergipe, Espírito Santo, Capital Federal, São Paulo, Pará, Paraná e Rio Grande do Sul, presidida pelo senador Lauro Sodré que expôs que deveriam ser definidas as bases para a organização do novo partido. Coelho Rodrigues[698] disse ser a crise antes dos homens executores das leis, pois, na realidade, a constituição era liberal. Todavia, como pertencia ao número dos que pediam justiça, declarava-se pronto a dar o seu esforço pois, a revisão era o caminho da liberdade. Serzedello Correia, fala em

---

Ainda falta um estudo mais profundo sobre a trajetória política e a biografia de Vicente Machado e de Ubaldino do Amaral para entendermos muitos aspectos da política paranaense da Primeira República.

[698] Antônio Coelho Rodrigues (1846-1912) foi deputado geral (1869-1872 e 1878-1886), senador do Brasil (1893-1896) e prefeito do Rio de Janeiro (1900-1903).

seguida e está de acordo em principio com Coelho Rodrigues. Entende, porém, que a base de tudo deverá ser a liberdade eleitoral, mas isso nunca será um fato enquanto a magistratura estiver nas mãos dos governos estaduais, enquanto a justiça não for uma. Adolpho Gordo declarou estar pronto a associar-se ao partido desde que a sua bandeira seja pela revisão constitucional. O José Mariano concorda com o Adolpho Gordo e entende que a revisão não deve ser o único ideal do partido, pois desde que ela se realize "ipso facto" o partido deixaria de ter razão na sua existência e deveria ser dissolvido. O Alfredo Varela[699] opina pela mesma forma, pois muito havia para se fazer, desde a organização da força armada até a administração propriamente, além de ter que ampliar a viação fluvial, marítima e terrestre, auxiliar a lavoura, entre outras providências. Oram ainda Menezes Doria, Correia de Freitas, declarando Almeida Barreto estar pronto com seus amigos a cooperar nos meios para acabar com as oligarquias nos estados. Após outros discursos, o senador Lauro Sodré, fez um resumo das opiniões externadas, ficando, por fim, autorizado por todos os presentes a dirigir-se à oposição nos Estados, expondo as ideias da reunião, a pedir as mesmas que nomeiem uma delegação de cinco membros para o congresso que aconteceria dia 24 de maio de 1904, com fim de assentar nas bases do partido, eleger o seu diretório e resolver sobre a fundação de um jornal (A Província, 17/03/1904). Depois Ruy Barbosa e seu Partido Civilista vai encampar a bandeira pela revisão da Constituição de 1891, mas somente em 1924 pe que o Congresso Nacional apresentou o primeiro projeto de reforma constitucional. Até lá a campanha pela revisão foi acirrada conforme percebe-se nos periódicos da época.

Nas eleições para deputado estadual do Paraná realizada dia 20 de dezembro de 1905 Manoel Correia Defreitas recebeu 961 votos e não foi eleito. Foram eleitos todos os 20 candidatos da chapa do governo. Da oposição foram eleitos: Generoso Marques, Emygdio Westphalen, Menezes Doria, Affonso Camargo, Claudino dos Santos, Eurides Cunha, José Borges, Celestino Júnior, Theotônio Marcondes e José Torres (A Notícia, 27/12/1905).

A Convenção do Partido Republicano do dia 7 de janeiro de 1906 escolheu entre seus membros para concorrer para deputado federal o Menezes Doria e

[699] Sugerimos a leitura de VARELA, Alfredo. **As oligarquias no Brasil: ataque as do Paraná**. RJ: Imprensa Nacional, 1903.

Manoel Correia Defreitas. Generoso Marques foi escolhido para senador (A Notícia, 08/01/1906). No caso de Correia Defreitas os jornais consideravam que a justiça foi feita, um erro foi reparado e relembram a sua atuação ao lado dos republicanos históricos como Silva Jardim, Demetrio Ribeiro, Prudente de Moraes, Aristides Lobo e Benjamin Constant (A Notícia, 16/01/1900).

As eleições ocorreram dia 30 de janeiro de 1906 e foi o primeiro pleito com o voto cumulativo que foi adotado na reforma eleitoral da Lei Nº 1269/1904. Por esse sistema, para deputado federal o eleitor podia votar em 3 nomes, lhe sendo permitido fazer recair os seus 3 votos em um só candidato, ou dar 2 votos a um candidato e 1 a outro. O Partido Republicano para disputar 2 dos 4 lugares na Câmara dos Deputados organizou a sua chapa em duas séries:

- SERIE A: Manoel Correia Defreitas, Manoel Correia Defreitas e João Menezes Doria.

- SERIE B: João Menezes Doria, João Menezes Doria e Manoel Correia Defreitas

A comissão central do Partido Republicano orientou bem seus correligionários que o bom êxito da eleição dependia da distribuição das cédulas que precisavam ser distribuídas alternadamente e com igualdade, assim o resultado daria a cada um dos candidatos votação superior ao número de eleitores que votassem, na razão de mais de 50% (Notícia, 27/01/1906).

Os resultados das eleições de 30 de janeiro de 1906 para deputado federal foram os seguintes (Diário da Tarde, 05/02/1906):

- Manoel Alencar Guimarães: 8345 votos

- Antônio Carvalho Chaves: 8244 votos

- João de Menezes Doria: 8378 votos

- Manoel Correia Defreitas: 8198 votos

- Victor Ferreira do Amaral: 8127 votos

Dia 17 de abril de 1906 Manoel partiu de Curitiba para o Rio de Janeiro para pleitear sua eleição junto a Comissão de Reconhecimento da Câmara dos Deputados e contestar a inelegibilidade de Victor Ferreira do Amaral que exerceu

até pouco dias antes da eleição o cargo de comissionário fiscal do governo da União junto ao Ginásio Paranaense, ou seja, não pediu afastamento de uma função pública em tempo hábil antes de concorrer ao pleito. O caso passa a ser chamado na imprensa de Questão Correia-Amaral (A Notícia, 17 e 21/04/1906).

Em 2 de maio de 1906 a 6ª Comissão Verificadora[700] reconheceu como deputados federais pelo Paraná Manoel Alencar Guimarães, João de Menezes Doria e Antônio Carvalho Chaves. A Questão Correia-Amaral só seria resolvida depois da Câmara Constituída (A Notícia, 02/05/1906). Das 4 vagas de deputado federal do Paraná, Vicente Machado "deixou" a quarta vaga para a oposição que deveria ser ocupada por Manoel ou Menezes Doria. Caso Manoel fosse diplomado, respeitando a quantidade de votos recebidas e a inelegibilidade de Victor do Amaral, a bancada do Paraná ficaria com 2 deputados da situação (Alencar Guimarães e Carvalho Chaves) e 2 da oposição (Menezes Doria e MCF), mas Vicente Machado havia "liberado" apenas uma vaga para a minoria e esta já estava ocupada por Menezes Doria. Por isso Victor do Amaral foi diplomado mesmo estando inelegível. Os jornais começam a anunciar a degola de Manoel:

> Conquanto poderosas sejam as razões que apoiam a legítima pretensão do velho e ardego propagandista republicano Correia Defreitas parece que será ainda vítima da degola. Agora é que o Correia Defreitas perde a cabeça de uma vez! (A Notícia, 03/05/1906)

No dia 6 de maio de 1906 o relator da 6ª Comissão Verificadora, Gonçalo Souto, proclamou a inelegibilidade de Victor do Amaral, pelas mesmas razões que a Câmara declarou Domingos Penna inelegível por Minas Gerais[701]. No dia

---

[700] A Constituição de 1891 no artigo 18 instituía a Comissão Verificadora de Poderes para o reconhecimento eleitoral. A 6ª Comissão Verificadora era composta por Gonçalo Souto, Henrique Borges, Rodrigues Doria, Dunsche de Abranches e David Campista (A Notícia, 05/05/1906). A sobrevivência do político na vida parlamentar federal dependia, além do voto do eleitor, das comissões verificadoras. Assim, os partidos procuravam composições que facilitassem superar as dificuldades nessa área. Isso gerou uma frustação dos republicanos propagandistas que lutaram para um regime efetivamente democrático, mas viram que a corrupção estava em todos os níveis e que a estrutura de poder permaneceu nas mãos dos que já comandavam nos tempos imperiais.

[701] Na Questão Correia-Amaral o relator da comissão verificadora, o deputado cearense Gonçalo Souto, declarou ser Victor do Amaral inelegível para o mandato de deputado federal por ter exercido até o dia 31 de março o cargo de fiscal do governo da União junto ao Ginásio Paranaense. Apesar dessa função não ser de funcionário público do quadro e não receber remuneração direta

seguinte o relator Gonçalo Souto mudou de opinião e votou pelo reconhecimento de Victor do Amaral. Os outros membros da comissão (Henrique Borges, Rodrigues Doria, Dunsche de Abranches e David Campista) opinaram pela inelegibilidade de Victor Ferreira do Amaral, considerando eleito Manoel Correia Defreitas. O parecer reconheceu Manoel por 4 votos contra 1. Na sessão do dia seguinte foi lido o parecer da 6ª Comissão Verificadora reconhecendo eleito pelo Paraná Manoel Correia Defreitas. Mas dia 11 de maio o senador Pinheiro Machado[702] decidiu pelo reconhecimento do Victor Ferreira do Amaral, o candidato

---

dos cofres públicos, ele teria que ter pedido o afastamento da função pois, era funcionário administrativo, não era nem judiciário e nem legislativo e era demissível "ad nutum" (funcionário público sem estabilidade).

[702] José Gomes Pinheiro Machado (1851-1915) nasceu no Rio Grande do Sul filho de Antônio Gomes Pinheiro Machado e de Maria Manuela de Oliveira Aires. Seu pai foi deputado na Assembleia Geral do Império. Seu irmão Ângelo Gomes Pinheiro Machado foi constituinte de 1891, deputado federal por São Paulo de 1891 a 1896 e deputado federal pelo Rio Grande do Sul de 1900 a 1905 e de 1909 a 1910. Outro de seus irmãos, Salvador Pinheiro Machado, recebeu a carta-patente de general em reconhecimento aos serviços militares prestados à República, foi vice-presidente do Rio Grande do Sul de 1913 a 1918, e como tal assumiu a presidência do estado entre 1915 e 1916. Em 1865, matriculou-se na Escola Militar do Rio de Janeiro, então capital do Império. No ano seguinte, sem o consentimento de seu pai, fugiu da escola para alistar-se como voluntário na Guerra do Paraguai (1864-1870). Em 1874 entrou para a Faculdade de Direito e passou a integrar o movimento republicano radical, que organizou um Clube Republicano e lançou o periódico *A Renascença*. Desde então, passou a dedicar-se ao jornalismo acadêmico, revelando suas tendências para a política. Em 5 de agosto de 1876, ainda estudante, casou-se com a paulista Brasiliana Benedita Paula e Silva. Pinheiro Machado envolveu-se intensamente na propaganda republicana no Rio Grande do Sul. Em 1880 fundou o Clube Republicano de São Luís Gonzaga e nos anos seguintes participou de diversas conferências republicanas, bem como de excursões políticas organizadas pelos republicanos que percorreram a província. Entrou para a política ao lado de Júlio de Castilhos, de quem se tornou grande amigo e o mais leal dos correligionários. Juntamente com Júlio de Castilhos, Assis Brasil, Venâncio Aires, Ernesto Alves, Álvaro Chaves e outros, participou da fundação do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), em fevereiro de 1882. Convocadas as eleições para o Congresso Nacional Constituinte, em 15 de setembro de 1890 Pinheiro Machado foi eleito senador pelo Rio Grande do Sul. Tomou assento no Senado Federal em 1891. Com a deflagração da Revolução Federalista, Pinheiro Machado licenciou-se imediatamente do Senado e partiu para os campos de batalha, disposto a lutar ao lado de Júlio de Castilhos. Com o fim dos confrontos no Rio Grande do Sul, Pinheiro Machado reassumiu sua cadeira no Senado Federal. Foi reeleito senador pelo Rio Grande do Sul em 1897, 1906 e 1915, para mais três mandatos de nove anos cada. Foi vice-presidente do Senado entre 1902 e 1905 e 1912 e 1915. A eleição para a vice-presidência do Senado era a mais elevada honra que seus pares podiam lhe conceder, já que a função de presidente do Senado pertencia ao vice-presidente da República e, portanto, não estava acessível a um senador. Em 1897, divergências internas levaram à dissolução do Partido Republicano Federal (PRF), ao qual pertencia o presidente Prudente de Morais (1894-1898). O partido havia surgido em 1893, a partir da fusão de partidos republicanos regionais, e era liderado por Francisco Glicério. Quando da cisão, Pinheiro Machado, juntamente com seus correligionários do Rio Grande do Sul, ficou ao lado de Francisco Glicério e passou a integrar a oposição ao governo de Prudente de Morais. Ainda em 1897, no dia 5 de novembro, durante uma cerimônia militar, Prudente de Morais sofreu um atentado. O presidente saiu ileso, mas o então ministro da Guerra, marechal Carlos Machado Bittencourt, faleceu ao tentar defendê-lo. Diante disso, Prudente de Morais decretou o estado de sítio no Rio de Janeiro. Acusado de cumplicidade no atentado contra o presidente da República, Pinheiro Machado foi preso. Ao assumir a presidência (1898-1902), Campos Salles procurou conquistar o apoio do PRR, sempre liderado por Júlio de Castilhos. O novo presidente tornou-se amigo próximo de Pinheiro Machado, que atuou

diplomado do Paraná (Correio Paulistano, 11/05/1906)[703]. A resolução foi tomada a despeito do parecer da 6ª Comissão Verificadora que reconheceu a eleição de Manoel Correia Defreitas. Esse parecer era assinado por 4 membros da comissão verificadora, tendo divergido dele apenas um membro. Não restava dúvida da inelegibilidade de Victor Ferreira do Amaral, mas o que decidia não eram os princípios de justiça e de equidade e sim as conveniências.

---

como um de seus principais sustentáculos políticos, embora fosse contrário à "política dos governadores" inaugurada pelo próprio Campos Salles. Nesse contexto, Pinheiro Machado exerceu acentuada influência sobre as cúpulas partidárias e conseguiu obter várias concessões dentro do intransigente regime da "política dos governadores". Durante a presidência de Rodrigues Alves (1902-1906), a proeminência política de Pinheiro Machado acentuou-se cada vez mais entre os republicanos. Já durante o governo de Nilo Peçanha (1909-1910), seu amigo e colaborador, seu prestígio político atingiu o auge. Coube-lhe assim um papel decisivo por ocasião da escolha do candidato à sucessão presidencial. Seu apoio e articulações políticas foram fundamentais para a eleição, em março de 1910, do marechal Hermes da Fonseca (1910-1914). Considerado o grande eleitor da República, o árbitro da política brasileira, tornou-se um dos líderes do Partido Republicano Conservador (PRC), fundado em novembro daquele ano pelos representantes das elites dos estados descontentes com a chamada "política do café com leite", pela qual o poder federal vinha alternando entre os estados de São Paulo e Minas Gerais. Em 1912, enquanto era vice-presidente do Senado, Pinheiro Machado assumiu o cargo de presidente da comissão executiva do PRC, substituindo Quintino Bocaiúva, que faleceu em 11 de julho daquele ano. Como já havia ocorrido em 1910, desempenhou também papel de relevo na eleição de 1914, quando foi eleito Venceslau Brás (1914-1918). Em 30 de janeiro de 1915, Pinheiro Machado foi eleito pela última vez senador pelo Rio Grande do Sul. No dia 8 de setembro, o senador gaúcho foi apunhalado pelas costas, quando entrava no Hotel dos Estrangeiros, no Rio de Janeiro, para visitar seu amigo e adversário político, Rubião Júnior, então presidente do Senado estadual de São Paulo. As motivações do crime, cometido por Francisco Manso de Paiva Coimbra, não foram suficientemente esclarecidas. Pinheiro Machado participou decisivamente do cenário político brasileiro e, embora nunca tenha ocupado o cargo de ministro de Estado, foi o responsável pela indicação de vários ministros para diversas pastas. Além disso, dominou a máquina política de seu estado natal e projetou sua liderança pessoal sobre o Senado e a Câmara, formando um bloco majoritário muito coeso. Tinha ainda o controle da Comissão de Verificação de Poderes do Congresso Nacional, responsável pelos resultados eleitorais finais e pela diplomação dos eleitos. Através desse controle, podia negar uma cadeira no Congresso Nacional a um adversário, fazendo com que a comissão considerasse fraudulentos votos suficientes para dar a vitória a outro candidato. Dessa forma, alcançou um poder que talvez nenhum outro político tenha conseguido ao longo da Primeira República brasileira. Disponível em Família Pinheiro Machado: http://pinheiromachado.neobiz.com.br. Acesso 21.março.2017. Ver também ABREU, A. Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930. Partido Republicano Rio-grandense (verbete temático). Disponível em: http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/Busca/BuscaConsultar.aspx. Acesso 21.março.2017.

[703] A imprensa humorística não deixa a situação de lado e elabora uma oração do Padre Nosso para o Victor Ferreira do Amaral. Ele está vendo as coisas mal paradas, de manhã à noite diante de um nicho como a efígie de São Pinheiro Machado, põe-se a rezar este padre-nosso feito para seu uso particular na amaríssima provação por que está passando: "BLOCO NOSSO, QUE ESTAES NA COLLIGAÇÃO, SANTIFICADO SEJA O VOSSO NOME, VENHA A NÓS VOSSA MISERICORDIOSA PROTECÇÃO, SEJA FEITA CEGAMENTE A NOSSA VONTADE ASSIM NA CÂMARA COMO NO SENADO. A CADEIRA NOSSA DE DEPUTADO NOS DAE SEMPRE, PERDOAE-NOS AS NOSSAS INSISTENCIAS ASSIM COMO NÓS PERDOAMOS OS QUE VOTAREM CONTRA, NÃO NOS DEIXEI FICAR NO OLHO DA RUA E LIVRAE-NOS DO CORREIA DE FREITAS. AMEM" Depois de rezar 3 vezes, s.s. persigna-se o bufa: uff, que a cousa está por um triz! ... (A Notícia, 11/05/1906).

Menezes Doria havia requerido urgência para entrar imediatamente em discussão no plenário da Câmara o parecer da 6ª Comissão Verificadora, que aprovou as eleições realizadas pelo estado do Paraná, em 30 de janeiro de 1906, e reconheceu como deputado pelo mesmo estado o Correia Defreitas, com voto em separado de Gonçalo Souto, reconhecendo o candidato diplomado Victor Ferreira do Amaral e Silva. Concedida a urgência, foi o parecer submetido à discussão. Falaram Barbosa Lima, Irineu Machado, Menezes Doria e David Campista, presidente da 6ª Comissão Verificadora, a favor do parecer reconhecendo o contestante Correia Defreitas, por julgar Victor do Amaral inelegível. Ocuparam em seguida a tribuna Alencar Guimarães e Fausto Cardoso, que se manifestaram favoráveis ao voto em separado de Gonçalo Souto, reconhecendo Victor do Amaral (A Notícia 11/05/1906).

A Questão Correia-Amaral se encerrou na sessão da Câmara dos Deputados do dia 14 de maio de 1906 quando foi reconhecido Victor Ferreira do Amaral com 87 votos, contra os 66 votos de Manoel Correia Defreitas. As bancadas votaram conforme o previsto, mas houve um deslocamento de votos em favor de Victor do Amaral, principalmente da bancada do Rio de Janeiro que era inteira por Manoel. Menezes Doria declarou que a derrota de Manoel deu-se depois de ter como certo seu reconhecimento, devido a um artigo publicado no jornal contra o chefe do bloco, o senador Pinheiro Machado. Artigo pelo qual Manoel não tinha nenhuma responsabilidade. A data da votação também foi manipulada pois, se tivesse ocorrido no dia previsto Victor do Amaral teria perdido – isso segundo *“as vozes dos sabedores dos segredos parlamentares”* (Correio Paulistano, 15/05/1906). Pinheiro Machado escolhia “a dedo” os deputados federais que eram reconhecidos para o Congresso. Os representantes da minoria política ficavam de fora pois, quem não tinha afinidade política com Pinheiro Machado não era reconhecido. Ele queria uma câmara unânime que aprovasse suas ideias (o tal do Bloco como era chamado) e no caso do Paraná, Victor Ferreira do Amaral apesar de ser considerado inelegível pela Comissão Verificadora de Poderes da Câmara, tinha o perfil pinheirista.

Manoel estava condenado à guilhotina parlamentar pois, o seu perfil não se encaixava no Bloco Parlamentar do Congresso Nacional. Ele não obedecia a princípios definidos e programas traçados, mas seguia apenas sua consciência e

possuía opiniões de caráter próprio e liberto que refletiria em seu voto. Pela prática da degola, no início do século XX, podemos imaginar como era a situação moral daquele Congresso comandado por Pinheiro Machado[704]. Passados mais de cem anos vemos que a lógica seguida pelo Congresso ainda é a mesma: os que não servem ao bloco sofrem a degola parlamentar. Apesar de não haver mais o terceiro escrutínio de reconhecimento da eleição antes da diplomação, essa degola acaba ocorrendo de outras maneiras entre os parlamentares: a não indicação para funções e cargos, aberturas de processo de comissão parlamentar, cassação de mandatos, etc.

Na primeira república as elites dispunham de dois instrumentos para vencer. O primeiro era a eleição a bico de pena onde as fraudes eleitorais se configuravam como um último recurso utilizado para se controlar o voto, mas não o único. Analisar as contestações são um dos meios para se mapear as alegações de fraude. Entre os meios de fraudar uma eleição estavam depositar cédulas extras nas urnas e adulterar as atas com as apurações. O segundo era a degola parlamentar executada pelo Congresso, que organizava as eleições federais. Os senadores e deputados tinham o poder de coroar os aliados e barrar os inimigos através do reconhecimento do diploma (TELAROLLI, 1982; RICCI & ZULINI, 2014). Manoel Correia Defreitas sofreu a violência desses dois instrumentos nas eleições para o Senado em 1895 (processo eleitoral do bico de pena) e nas eleições para a Câmara dos Deputados em 1906 (degola parlamentar). E nos dois casos Vicente Machado estava em seu caminho. Os ventos começam “a soprar” a favor de Manoel quando Vicente Machado sai de cena.

5.3 – Coligação Republicana e Deputado Estadual (1908)

Após a morte de Vicente Machado, em 03 de março de 1907, que era o chefe do Partido Republicano Federal, João Cândido Ferreira, 1º vice-presidente

[704] E não tem como não nos reportarmos ao Congresso do século XXI comandado por Eduardo Cunha, Rodrigo Maia e Renan Calheiros. A questão moral é nula. O que comanda são os arranjos entre os blocos parlamentares e partidos para definir a distribuição de cargos e funções.

do Estado, assumiu o governo. Dia 21 de abril do mesmo ano foi realizada em Curitiba uma convenção para se escolher o novo chefe político do PRF. João Cândido Ferreira teve o nome confirmado para substituir Vicente Machado na chefia do partido.

Para as eleições de 20 de outubro de 1907, o Diretório Central do Partido Republicano Federal apresentou o nome de João Cândido Ferreira como candidato a presidente do Estado do Paraná e de Otoni Maciel como 1º vice-presidente. Também indicou os vinte nomes para o legislativo estadual: Manoel Alencar Guimarães, Benjamin Pessoa, Caetano Munhoz, Brasilio Ferreira da Luz, Marcelino Nogueira Junior, João Pernetta, Francisco Ribeiro de Macedo, Caio Machado, Lustosa Carrão, Frederico Wirmond, Lauro Loyola, Brasilino Moura, Manoel Ignácio Pimpão, João Taborda Ribas, João Ferreira do Amaral e Silva, Romário Martins, Emílio Gomes, Antônio José Correia e Edgard Stellfeld.

Generoso Marques organizou a representação do terço da minoria. Não apresentou chapa para o executivo, apenas indicou dez candidatos para deputado estadual: Generoso Marques dos Santos, Eliseu de Campos Mello, **Manoel Correia Defreitas**, Romualdo Barauma, Nicolau Mader, Telêmaco Borba, Jayme Drumond dos Reis, Raul Julião, Antônio Victor de Sá Barreto e João de Abreu. Importante lembrar que nessa época ser indicado significava ser eleito. As chapas dos candidatos eram indicadas pelos Estados sem nenhuma interferência dos eleitores e a contagem dos votos era de acordo com o partido dominante.

João Cândido não teve concorrentes e nem oposição. Somente Menezes Doria fez algum protesto contra sua candidatura. Foi eleito, porém, não foi reconhecido. Maciel (1925) aponta que o acordo para o não reconhecimento de João Cândido já havia sido firmado em setembro de 1907 entre Generoso Marques (oposição) e Manoel Alencar Guimarães (situação). Os conspiradores se mantiveram em silêncio. Alencar Guimarães foi buscar apoio no Rio de Janeiro e além de Xavier da Silva, conseguiu o de Pinheiro Machado que preocupado com a sucessão do presidente da república viu a possibilidade de ter o Paraná como aliado. Assim, em janeiro de 1908 João Cândido não tomou posse como presidente do Estado do Paraná. Após reunião com Xavier da Silva dia 27 de janeiro de 1908 renunciou ao cargo para o qual havia sido eleito em 20 de outubro de 1906 e entregou a chefia do Partido Republicano Federal (Diário do Paraná, 07/02/1915).

Nessa reunião com Xavier da Silva foi explicado à João Cândido que o não reconhecimento de sua eleição era uma questão jurídica: ele estava incompatível para a função. Ao assumir o governo estadual com a morte de Vicente Machado e finalizar a gestão ele teria se incompatibilizado para a eleição de 20 de outubro de 1906 que com a sua vitória ficou parecendo uma reeleição, o que não era permitido pela legislação vigente na época. Sua inelegibilidade foi baseada no item que determina que os funcionários públicos para concorrerem nas eleições deveriam ser afastar uns meses antes do pleito. Apesar dessa lei ser voltada para o legislativo, ela foi interpretada como sendo válida também para o poder executivo[705]. Como sobre esse ponto jurídico a oposição estava de acordo com a situação, foi decidido fazer uma política de conciliação para o não reconhecimento das eleições para o executivo. João Cândido vendo que não teria governabilidade pois, a oposição ao seu governo seria enorme e não teria o apoio da maioria no Congresso Legislativo Estadual, renunciou. Ao final da conversa, Xavier da Silva ainda solicitou ao João Cândido que os deputados que ainda lhe eram fiéis acompanhassem a decisão da conciliação (figura 185).

Em 27 de janeiro de 1908 foi instalada a 9ª legislatura do Congresso Legislativo do Paraná (biênio 1908-1909) e Manoel Correia Defreitas assumiu pela segunda vez uma cadeira como deputado estadual (MARQUES, 1941). Dia 10 de fevereiro o Congresso Legislativo votou a anulação das eleições para o governo do Estado ocorridas dia 20 de outubro de 1907. Manoel Correia Defreitas votou a favor da anulação e do não reconhecimento de João Cândido Xavier para o cargo do governo do estado. Estava consumada a Coligação Republicana. Como presidente do Congresso Legislativo Manoel de Alencar Guimarães assumiu o poder executivo do Estado e convocou novas eleições para os cargos do executivo para o dia 22 de março de 1908. Dia 5 de março são apresentados os candidatos da Coligação Republicana (A Notícia, 05/03/1908) para o poder executivo:

- presidente do Estado: Francisco Xavier da Silva

[705] Essa foi uma interpretação feita da Constituição de 1891 sobre a questão da inelegibilidade, mas o que vemos foi o interesse de um grupo de pessoas se sobrepor à constituição. Caso semelhante ocorreu recentemente no Brasil, em agosto de 2016, quando da votação da admissibilidade do processo de impedimento da então presidenta do Brasil Dilma Roussef – um caso de degola parlamentar do século XXI, assim como João Cândido foi degolado 110 anos antes. Como o Direito não é uma ciência exata, a lei está sujeita às interpretações, “inventam-se” analogias para essa interpretação ficando muitos casos obscuros e ambíguos e na maioria das vezes e a questão do podia ou não podia acaba não ficando esclarecida.

- 1º vice-presidente: Generoso Marques dos Santos

- 2º vice-presidente: Frederico Wirmond

O jornal A Notícia do dia 22 de abril de 1908 publicou a seguinte nota abaixo deixando evidente que a “armação” da Coligação Republicana para a ocupação dos cargos do executivo sofria oposição (figuras 186 e 187) e que esses cargos entraram na “partilha” firmada entre os membros da coligação:

> Os abaixo-assinados, constituindo a quase unanimidade do Congresso Legislativo do Estado do Paraná, tendo conhecimento de que adversários da situação política, ora dominante no Estado, fazem constar que a maioria dos deputados tem entrado em combinações tendentes a fazer uma apuração da eleição presidencial realizada a 22 de março último, contrária ao verdadeiro pronunciamento das urnas, protestam contra essas explorações, que visam manter em agitação o espírito público, afirmando ao povo paranaense de que são legítimos delegados, que exercerão o melindroso encargo de verificar os poderes dos eleitos, com o maior escrúpulo e pleno respeito à livre manifestação do voto popular.
> Curitiba, 14 de abril de 1908.
> Caetano Munhoz da Rocha (1º vice-presidente do Congresso),
> Lauro Loyola (2º vice-presidente do Congresso),
> Francisco R. de Azevedo Macedo (1º secretário),
> Caio Machado (2º secretário),
> Osório Guimarães, Frederico Wirmond, Araujo Pimpão, João Pernetta, Brasilino Moura, Edgard Stelffeld, Benjamin Pessoa, Manoel Carrão, Emilio Gomes, Campos Mello, Nicolau Mader, Jayme Reis, Romário Martins, Antônio José Correia, Raul Julião, João Abreu, Romualdo Baraúna, Telêmaco Borba, **MANOEL CORREIA DEFREITAS**, Sá Barreto.
> Deixa de assinar esta declaração o deputado Generoso Marques por ser um dos candidatos eleitos.

A partilha dos outros cargos foi feita de acordo com o pacto político firmado anteriormente, como por exemplo, Alencar Guimarães foi para o Senado e Manoel Correia Defreitas foi para a Câmara dos Deputados (MACIEL, 1925).



Figura 185 – Francisco Xavier da Silva (sentado). À partir da esquerda, Arthur Cerqueira, Costa Carvalho, Otávio Ferreira do Amaral e Carvalho Chaves (1904). Fonte: Facebook Antigamente em Curitiba. Acesso 02.outubro.2016

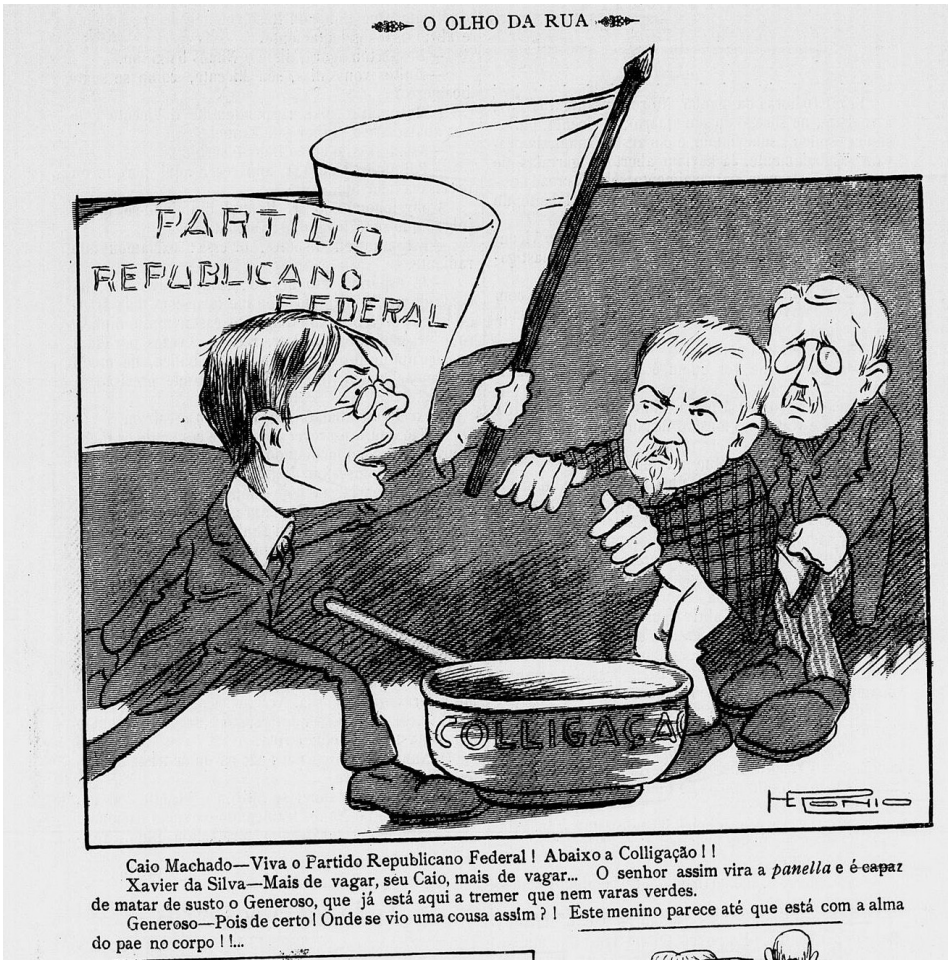


Figura 186 – Charge referente a oposição de Caio Machado à Coligação Republicana de 1908. Fonte: O Olho da Rua, 25/07/1908

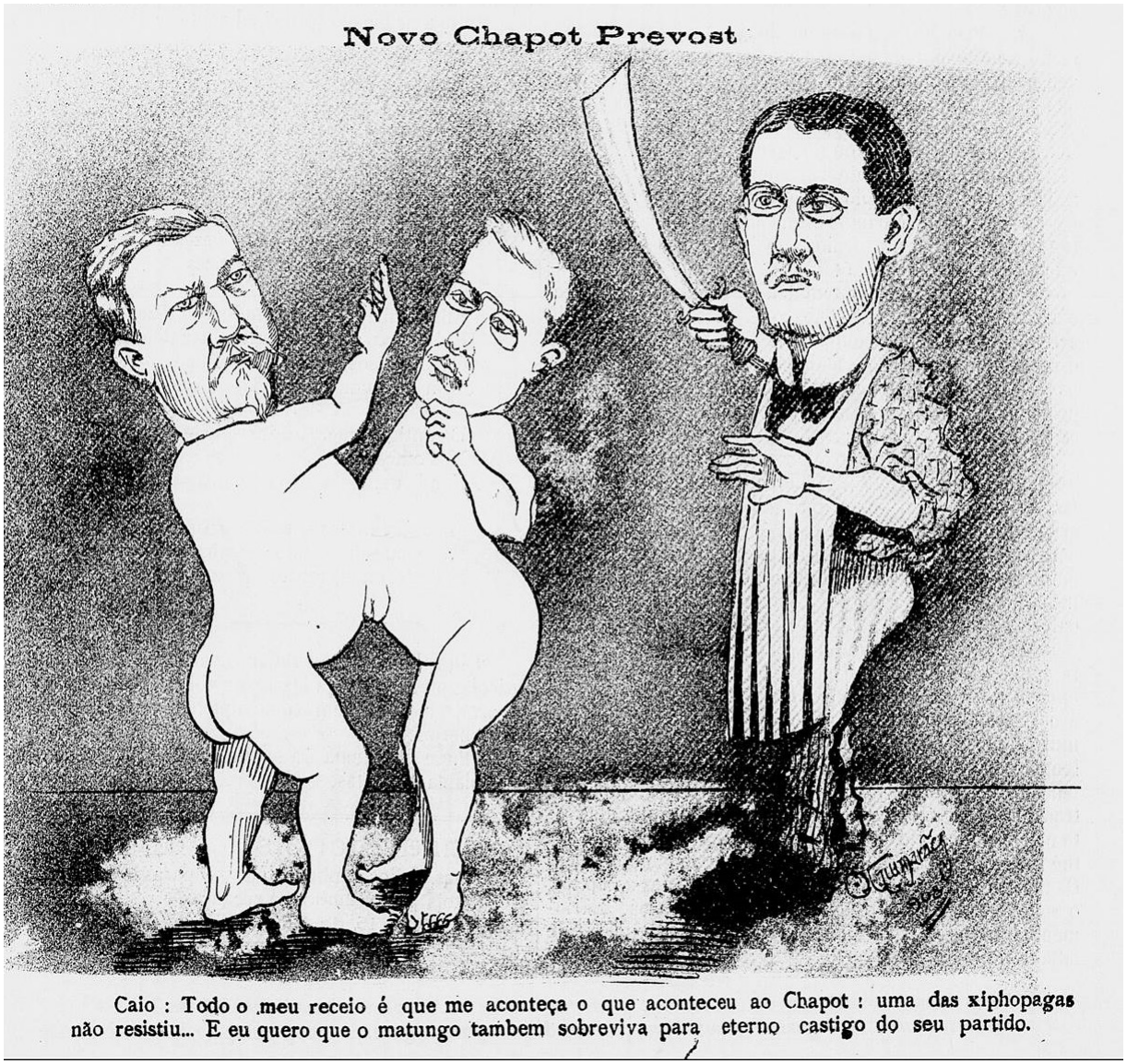


Figura 187 – Charge referente à eleição de Xavier da Silva para presidente do Estado e Generoso Marques para o cargo de vice-presidente pela Coligação Republicana
Fonte: O Olho da Rua, 25/07/1908

Estabelecida a Coligação Republicana entre a União Republicana (maragatos) com o Partido Republicano Federal (pica-paus) surgiu o Partido Republicano Paranaense (PRPa)[706]. A coligação das forças políticas opositoras se deu porque elas perceberam a necessidade, de juntas, formarem o quadro político para manutenção da política paranaense, organizando-se e participando da política dos governadores de forma mais tranquila, pois sem ter antagonismo interno era

[706] Ata da organização da Coligação Republicana Paranaense do dia 25 de fevereiro de 1908 (A Notícia, 25/02/1908).

mais fácil participar do arranjo político. Assim, a redistribuição dos cargos públicos e mandatos políticos visavam assegurar as melhores posições da política do Paraná e o PRPa a partir de agora será vitorioso nas eleições (figura 188). Porém era necessário manter-se o equilíbrio entre as duas forças antagônicas para se ter governabilidade. Esse "jogo de cintura" dos líderes políticos era retratado pela imprensa da época, sobretudo a humorística (figuras 189 e 190).

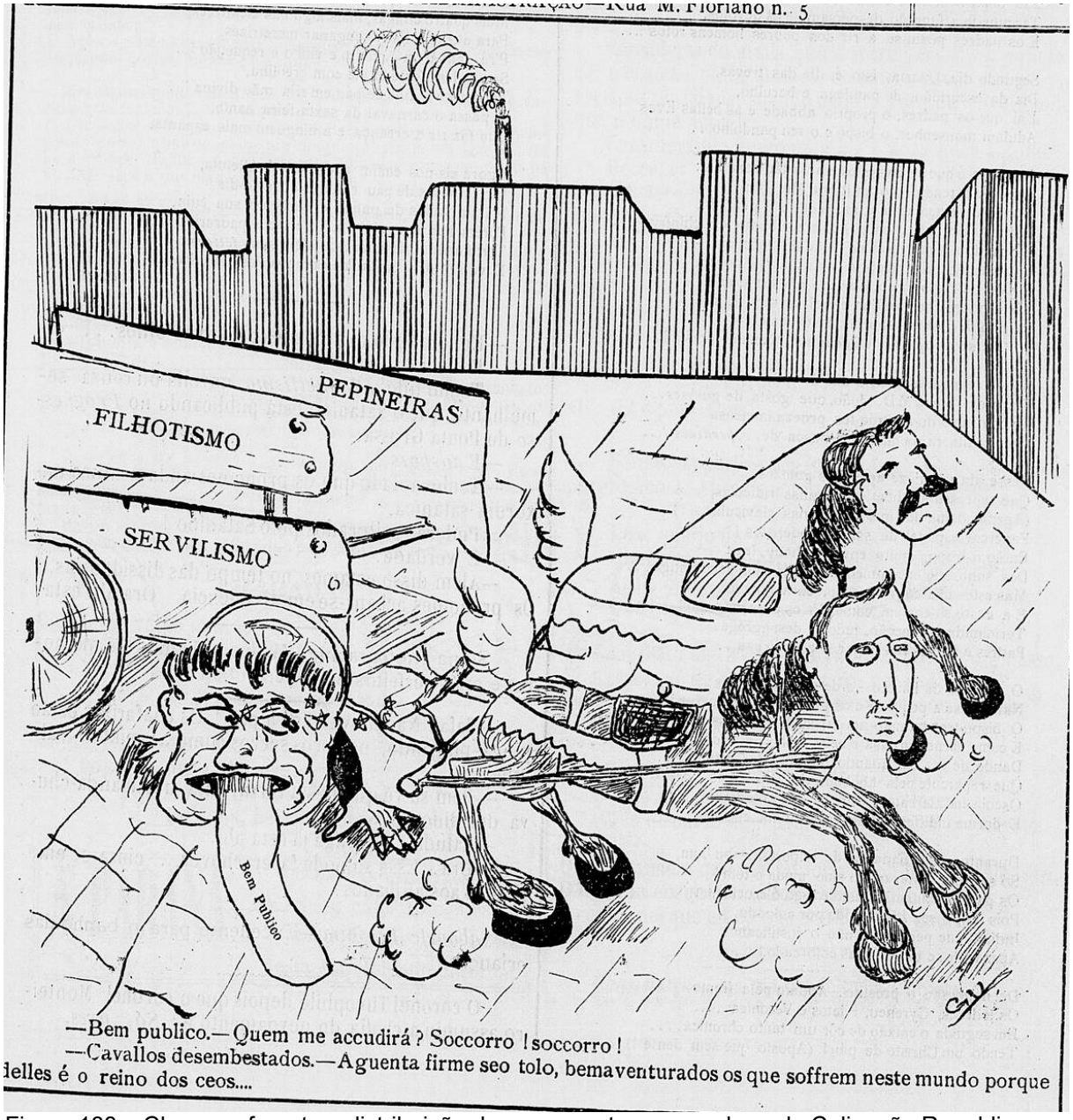


Figura 188 – Charge referente a distribuição de cargos entre os membros da Coligação Republicana de 1908. Os "cavalos" que atropelam o bem público trazem a caricaturas de Generoso Marques (de óculos) e de Manoel Alencar Guimarães.
Fonte: O Olho da Rua, 02/05/1908



Figura 189 – Charge do Affonso Camargo referente ao equilíbrio que se deveria fazer com a Coligação para se agradar a maragatos e pica-paus. A “pinguela da adesão” deveria ser consolidada.
Fonte: O Olho da Rua, 27/04/1907



Figura 190 – Charge do Generoso Marques referente ao equilíbrio que se deveria fazer com a Coligação para se agradar a maragatos e pica-paus. A "pinguela da adesão" deveria ser consolidada.
Fonte: O Olho da Rua, 11/05/1907

Como deputado estadual da 9ª legislatura, Manoel Correia Defreitas fez parte das seguintes Comissões Permanentes responsáveis pelo estudo prévio das questões que caberiam ao plenário resolver:

- Instrução Pública, Catequese e Civilização dos Índios juntamente com Romário Martins e Jayme Reis[707].

- Comércio, Agricultura e Indústria com Brazilino Moura e Emílio Gomes[708].

Manoel Correia Defreitas se exaltava nos debates e participava longa e prolixamente das sessões parlamentares. Dedicava seu tempo à retórica. Não havia uma sessão em que não pediu o uso da palavra. Quando não falava é porque a palavra não lhe fora concedida. Os anais do Congresso Legislativo da 1ª e 2ª sessões da 9ª Legislatura são um registro precioso dessa capacidade retórica que Correia Defreitas possuía[709]. Os trabalhos frente à Comissão de Instrução Pública, Catequese e Civilização dos Índios tratavam de assuntos como a criação de escolas promíscuas e específica para cada sexo em diversos municípios do Estado, a nomeação de professores, a transferência de professores, a

[707] Eleição das comissões permanentes: INSTRUÇÃO PÚBLICA, CATECHESE E CIVILIZAÇÃO DE INDIOS - 26 cédulas sendo 17 votos para Romário Martins, 17 votos para Manoel Correia Defreitas, Campos Mello 1 voto e Nicolau Mader 1 voto (A Notícia, 10/02/1908).

[708] Eleição das comissões permanentes: COMERCIO, AGRICULTURA E INDÚSTRIA - 26 cédulas sendo Manoel Correia Defreitas 17 votos, Brasilino Moura 16 votos, Emilio Gomes 18 votos e Romário Martins 1 voto.

Manoel também recebeu 1 voto para a Comissão das Câmaras Municipais e 1 voto para a Comissão de Redação (A Notícia, 10/02/1908).

[709] Tanto os anais do Congresso Legislativo do Paraná quanto os da Câmara dos Deputados são riquíssimas fontes de pesquisa sobre a trajetória de Manoel Correia Defreitas. Devido às limitações desse trabalho, acabamos nos centrando sobretudo nos aspectos genealógicos da Família Correia Defreitas conforme as descobertas inéditas realizadas durante a fase de pesquisa de campo. A análise da práxis da retórica de Manoel e o teor e profundidade de seus discursos e intervenções parlamentares serão desenvolvidos em outro trabalho. Para se ter uma ideia prévia da extensão e quantidade do material que esses anais possuem, tem semanas em que Manoel sozinho ocupou a tribuna da Câmara dos Deputados por três dias seguidos. Terminava a sessão de um dia, ele já estava inscrito na sessão do dia seguinte para dar continuidade à sua fala. O Neto (2003) relata um fato que ilustra bem a capacidade de oratória e a "verborragia" de Manoel ocorrido na sessão da Câmara dos Deputados do dia 25 de novembro de 1910. Na tribuna *estava "com a palavra o deputado Manoel Corrêa Defreitas (PR), conhecido e afamado por sua desconcertante originalidade, eis que começam a zunir por cima da Casa, incessantemente, as balas dos navios revoltados. Em dado momento, ouve-se um desabar de tijolos. Tinha sido uma granada, que botara abaixo um pedaço de parapeito do Paço, ao lado da Câmara. Ante a insegurança de tudo, o Presidente-em-exercício suspende a sessão, deixa a Mesa juntamente com os outros secretários, deputados, servidores e taquígrafos. Mas o Deputado Manoel Correa Defreitas (PR) continua o seu pronunciamento. Depois é visto, pelos últimos que abandonaram o recinto, ainda a gesticular e a falar perante o plenário vazio"* (NETO, 2003, p.333). O ataque feito ao edifício da Câmara dos Deputados a que se refere a passagem foi durante da Revolta da Chibata da 1910.

A primeira sessão da 9ª Legislatura do Congresso Legislativo do Paraná foi de 27 de janeiro a 30 de abril de 1908. A segunda sessão da 9ª Legislatura foi de 3 de fevereiro a 03 de abril de 1909.

aposentadoria de professores, a contagem de tempo de serviço dos professores, a classificação de professores (evolução de carreira), a equiparação de vencimentos entre os professores, a regularização de vencimento de professores, licenças médicas (com e sem vencimento) para professores, a formação de normalistas, verbas para aquisição de mobília escolar, criação de cadeiras de instrução, entre outros (PARANÁ, 1908).

Entre esses assuntos que podemos classificar como administrativos tem um pedido que nos chamou a atenção. Em abril de 1908 a professora pública do município de Rebouças Thereza Correia Machado Busse, sobrinha de Manoel, solicita que para efeito de sua aposentadoria fosse contabilizado o tempo em que esteve fora do exercício do magistério (3 anos e 38 dias) por motivo de doença. A Comissão de Instrução Pública deu parecer favorável já que o seu afastamento foi por motivo independente de sua vontade, estava enferma conforme se tem o atestado médico comprovando. Além disso, ela foi vitaliciamente provida de uma cadeira na capital e a seu contragosto foi transferida dia 27 de janeiro de 1898 para Palmeira. Desta data até ser transferida para Tibagi em 7 de janeiro de 1901 é que decorre o seu período de afastamento e que agora ela solicita que seja contabilizado em seu tempo de serviço. A Comissão enviou o projeto de lei Nº 39 de 9 de março de 1908 solicitando atender o pedido da professora. Manoel Correia Defreitas não assinou esse projeto (Sessão do dia 9 de março de 1908).

Na 42ª sessão ordinária de 25 de março de 1908 é lido, apoiado e vai para a Comissão da Fazenda o projeto apresentado por Manoel Correia Defreitas, Romário Martins e Brasílio Luz, autorizando o governo a subvencionar com 90 mil réis mensais as escolas particulares que mantiverem gratuitamente pelo menos 20 alunos (PARANÁ, 1908). Mas o mais importante projeto apresentado por essa comissão foi o de Nº 9 que propunha uma modificação profunda no ensino no Estado. Esse projeto colocava que era dever dos governos livres difundir a educação em todas as camadas da sociedade para combater o analfabetismo e que sem a instrução e o ensino públicos e obrigatórios não era possível se atingir o avanço da sociedade. Para progredir na parte econômica era necessário criar escolas profissionais que também ajudariam a resolver os problemas sociais pois, todas as classes tendo acesso à instrução e a educação estariam no caminho de livrar-se da miséria. O objetivo da educação moderna era preparar o homem para o

futuro, tornando-o independente e fazendo-o descobrir suas aptidões, libertando-o da visão de que o único meio que teria para sobrevivência seria um emprego público, tornando-se mais um pensionista do tesouro nacional. A educação como estava organizada era inútil e improfícua e não preparava para as “agruras” da vida. Assim o Projeto Nº 9 de 17 de fevereiro de 1908 propunha entre outras coisas:

- ensino elementar obrigatório em todo o Estado do Paraná.

- verba para a compra do material e do uniforme escolares.

- criação de uma classe de professores itinerários e ambulantes para lecionar nos bairros onde não se atingiu o número mínimo de alunos para se construir uma escola.

- os pais ou tutores que deixarem de mandar as crianças às escolas pagariam uma multa.

- os professores com as autoridades municipais seriam os responsáveis pelo recenseamento anual dos alunos.

- todas as matérias nas escolas seriam ministradas em língua nacional.

- o poder executivo ficava autorizado anexar as escolas públicas as escolas profissionais (agricultura, artes, indústria) que seriam dirigidas por pessoas competentes.

- o poder executivo teria que comissionar anualmente ou bi-anualmente até 3 professores que iriam estudar a organização, as disciplinas e os métodos adotados nos Estados onde a educação fosse considerada mais moderna. Depois iriam implantar as inovações no Paraná. Esses professores continuariam recebendo seus salários e mais uma ajuda de custo durante esse tempo de estudo que seria pré-determinado.

- o governo criaria prêmios em dinheiro para os professores públicos e privados que mais se destacassem visando estimular a dedicação ao ensino.

- o governo promoveria instalação de museus, bibliotecas e oficinas em lugares onde se tornassem mais necessários.

- o governo criaria uma revista pedagógica consagrada exclusivamente aos interesses dos professorado e da educação popular.

- o governo ficava autorizado a dispensar a verba necessária para prover as escolas de todo material e utensílios necessários.

- o professor de notória competência e reconhecido mérito embora não fosse normalista mas que contasse com mais de dez anos de atuação no magistério teria um aumento anual.

- ficava autorizado o ensino de Esperanto nas escolas em que o Estado achasse conveniente.

Foi eleita uma comissão de 5 membros para o estudo da reforma do regulamento da instrução pública composta por Correia de Freitas (15 votos), Romário Martins (15 votos), Brazilio Luz (15 votos), João Pernetta (12 votos), Azevedo Macedo (12 votos). Após muita discussão, emendas e modificações sobre o projeto de reforma da educação ele não é aprovado e continuou em vigor o regulamento de instrução pública de 1891. As ideias exigiriam altos investimentos por parte do governo para sofisticar o processo de ensino com formação constante de professores, melhora do ambiente físico das escolas e implementação de um ensino profissionalizante que atendesse as novas demandas econômicas que estavam surgindo.

Com relação ao elemento indígena, essa comissão apresenta o Projeto Nº 6 autorizando o governo a medir e demarcar as áreas de terras reservadas aos índios. Ao se discutir o artigo 2º no dia 5 de março de 1908, Manoel fez amplo estudo, em favor do projeto, mas infelizmente ele não retornou seu discurso para ser publicado nos anais e ficamos sem saber sua posição sobre o assunto. Apenas ficou registrada uma emenda nos anais onde Manoel pede ao governo que respeitando os princípios de humanidade e civilização procurasse impedir que continuassem massacrando os selvícolas e que as autoridades indiferentes a esse massacre também fossem punidas como transgressores da lei de proteção. Para Manoel deveria-se trazer para os centros civilizados os indígenas para daí se iniciar sua integração à sociedade nacional (PARANÁ, 1908).

Pela Comissão de Comércio e Indústria cuidava da taxação de imposto sobre a indústria, exploração da zona carbonífera, auxílio no combate de pragas, concessão de terras, abertura e reabertura de estradas, construção de pontes, tarifas da patente comercial, preço do pinho e da erva-mate, etc. Na ata da 46ª sessão do dia 30 de março de 1908 quando se discute a concessão de uma estrada de ferro para o engenheiro José Niepce da Silva, Correia Defreitas em seu discurso argumentou que o Estado tinha vários portos e deveria utilizar de todos os meios para encaminhar a produção para eles, então considera essa concessão vantajosa para o Estado pois, iria atravessar uma região ervateira e madeireira ajudando no escoamento da produção. Relata que pessoalmente tinha atravessado essa região e havia ficado *"triste de ver tanta riqueza"* e que não havia meio de escoar esse material para os interpostos comerciais e aos portos. Estava preocupado em incentivar a instalação de diferentes indústrias por isso devia-se auxiliar não apenas as estradas de ferro, mas qualquer outro empreendimento no Estado para termos empresas produtivas e não fictícias e complementou em seu parecer:

> As estradas de ferro representam o mesmo papel das artérias no coração animal. Quando o sangue não encontra a rede de vasos para circular, a estagnação ou a coagulação é fatal e a vida se extinguirá naturalmente. Assim são as estradas. Não devemos tratar do povoamento do solo sem primeiro cogitar das estradas de ferro, do contrário o resultado será inteiramente negativo, como temos mais de um exemplo em nosso estado. (Manoel Correia Defreitas na sessão de 30 de março de 1908)

Em discurso de 28 de março de 1908 debate a questão do arrendamento de terras do Estado. A lei estabelecia a concessão de até 200 hectares, mas na prática estavam sendo cedidos 30 mil hectares em condições especiais, além do tempo de concessão que poderia chegar a 90 anos. Para Manoel essas terras estavam sendo vendidas por meio de grandes concessões feitas a particulares, a preço vil, cujos felizardos não zelavam pela conservação de suas riquezas constituídas por florestas seculares e ricos hervais. Para defender seu ponto de vista cita as medidas de arrendamento utilizadas pela Alemanha, França e Suíça nas suas respectivas colônias. Fala que viajou por todo o estado do Paraná e tentou mostrar aos proprietários a importância de não se devastar as matas.

Retoma o código florestal estadual que tem recebido elogios pela sua reformulação, mas a legislação não permite pôr fim aos abusos. A plataforma é belíssima, mas não se cercou de medidas coercitivas para evitar a devastação das matas. Considerava que se poderia ter uma legislação que garantisse que no momento das concessões essa devastação fosse impedida. Finaliza dizendo que cada negocista que solicitava do Congresso terras por compra vinha sempre apoiado em um guarda-chuva, sob pretexto de colonização ou estradas de ferro e no fim das contas não tínhamos nem colonos, nem estradas de ferro e as terras ficavam adquiridas pelos "bendegosistas". Na segunda parte de seu discurso defendeu que o arrendamento temporário de terras não destruia as florestas pois, estava provado que as terras de culturas no espaço de 20 a 30 anos se recompõem - faz toda uma explicação sobre os elementos de fertilidade do solo. Citou doações de terras do Piauí ao Amazonas para criação de gado bovino. Comparou o valor de venda das terras com a história do filho pródigo da bíblia que gastou toda sua herança. Sobre o arrendamento de 90 anos fala que o direito varia conforme a época e os costumes e não podemos saber como serão os direitos daqui a 90 anos e reforça a ideia que tinha que ser feito leis que garantissem a conservação das matas, principalmente nas nascentes dos rios e sobre os cumes das montanhas adiantando-se em quase um século do que hoje chamamos de desenvolvimento sustentável. Manoel Correia Defreitas apresentava uma "consciência ecológica", preocupação constantes com a preservação da fauna e da flora. Em 20 de abril de 1908 apresentou o projeto de lei Nº 122 em que proibia a caça de quadrúpedes e aves durante a época de procriação, proibia a caça em qualquer época do ano de pássaros cantores e de pequeno porte. Proibia também a pesca na época da piracema, a pesca por meio de arrastões, do uso de explosivos ou qualquer outro tóxico e punia o infrator com multa. Esse projeto se transformou na Lei Nº 859 de 27 de março de 1909 (PARANÁ, 1909). Devido a aprovação dessa lei Manoel foi bastante satirizado pela imprensa que o apelidou de "deputado dos passarinhos", "amigo dos animais", "zoófilo brasileiro", entre outros.

Manoel também apresentou um projeto de lei criando um imposto proibitivo para as bebidas alcoólicas. Ele defendia uma nova taxa sobre a produção de bebidas alcoólicas justificando as razões de ordem humanitária e social. O novo

imposto seria para diminuir o número dos que bebem e se embriagam e depois sobrecarregam os hospitais. O controle sobre o consumo do alcoól seria para diminuir os suicídios, os crimes e as loucuras alcoólicas; seria para reabilitar uma parte da humanidade sacrificada pelo alcoolismo um dos “cancros da humanidade”. A lei seria uma proteção contra os vícios que degeneravam a sociedade. Com o argumento de que não adiantava aumentar os impostos sobre o alcóol que ele continuaria a ser vendido, assim como as armas e as outras drogas continuam, o plenário não aprovou o projeto.



Figura 191 – Quadro sessão da Assembleia Legislativa do Paraná (sem data).
Fonte: Autor Arthur Anísio. Acervo do Museu Paranaense

Manoel Correia Defreitas finaliza sua passagem pelo Congresso Legislativo Paranaense (figura 191) com uma produção legislativa cercada de polêmicas com os outros parlamentares, inclusive com antigos companheiros republicanos. A análise das suas intervenções, apartes, declarações, pareceres, requerimentos, projetos de leis e emendas nos permite saber suas posições em relação a aspectos fundamentais como educação, relações internacionais, direitos dos trabalhadores,

agricultura, orçamento, finanças, etc. Os temas apontados aqui são apenas o ponto de partida para um estudo mais aprofundado dessas narrativas que ainda deve ser realizado e não pretende uma visão exaustiva do seu pensamento. Pela sua voz como deputado, que os colegas chamavam de “utopista”, evidencia-se uma ruptura com a retórica tradicional da classe política. De maneira geral Manoel apresentava um novo tipo de preocupação com a organização social propondo desde a criação de um tribunal supremo até a de um asilo para tuberculosos e uma casa de apoio para desamparados. A leitura das suas intervenções permitiu observar as suas angústias de político que, com essa posição originária, passou a não vislumbrar qualquer possibilidade de respostas aos seus projetos que iam na contramão do pensamento instituído. Assim como quando foi deputado estadual em 1891 e não teve a sua proposta de constituição considerada pelo congresso constituinte da época, nessa sua segunda legislatura, em termos práticos, a maioria de seus projetos e emendas não foram considerados pois, ou eram ideias que exigiam altos investimentos para se ter um retorno somente em outras gerações, como o caso da reforma do ensino, ou iria alterar o esquema estabelecido de distribuições de favores como o caso da concessão de terras. Ideias como as de Manoel que visavam transformações estruturais da sociedade geravam bastante debates no plenário, mas morriam “na praia”.

5.4 – Deputado Federal (1909-1914)

No pleito de 30 de janeiro de 1909 Manoel Correia Defreitas foi eleito deputado federal pelo Paraná para a 7º Legislatura (1909-1911) juntamente com Antônio de Carvalho Chaves, Bento Lamenha Lins e Carlos Cavalcanti. O jornal O Olho da Rua de 31 de agosto de 1908 satiriza a escolha da chapa da Coligação Republicana para essas eleições federais: SENADOR = Generoso Marques; DEPUTADOS = Carvalho Chaves, Lamenha Lins, Carlos Cavalcanti e Manoel Correia Defreitas; VICE-PRESIDÊNCIA DO ESTADO = Affonso Camargo. Dos 4

candidatos à deputado federal somente o Manoel era paranaense de nascimento[710] e único maragato. A questão colocada pelo periódico era: se houve coligação por que tem mais pica-paus do que maragatos? Não teria que ser em número igual? Questões que nos ajuda a pensar o desenrolar da trajetória política de Manoel. Durante o tempo em que a coligação republicana esteve na "ativa" fazendo a escolhas de quem ocuparia os cargos políticos do Paraná percebe-se que realmente os pica-paus dominaram dentro desse acordo. Generoso Marques, chefe dos maragatos, era a figura que seus correligionários gostariam de "ver pelas costas" pois desde que a coligação foi estabelecida muita confusão tinha que ser administrada, principalmente para se definir a escolha dos nomes das chapas em cada eleição.

A junta apuradora das eleições federais divulgou dia 2 de março de 1909 os resultados para deputado federal: Manoel Correia Defreitas (11.631 votos); Carvalho Chaves (11.503 votos); Lamenha Lins (11.416 votos); Carlos Cavalcanti (11.421 votos); Serzedello (8.668 votos); Menezes Doria (552 votos) e outros menos votados (O Commercio, 03/03/1909). Ou seja, a passagem de Manoel pelo congresso legislativo estadual lhe deu aumento de capital político pois, foi o deputado mais votado ficando à frente dos deputados pica-paus. Ao analisarmos os resultados dos diferentes pleitos que Manoel participou percebe-se que seus redutos eleitorais eram as cidades de Curitiba, Ponta Grossa, Rio Negro, Campo Largo, Ipiranga, Palmeira e Paranaguá. Localidades onde sempre estava em visita desde os tempos da propaganda republicana e depois tendo cargo eletivo ou não, estava sempre articulando com as figuras políticas locais a fundação de partidos políticos, de sociedades de agricultura e de proteção de animais, conferências sobre a atualidade política, econômica e social do pais, etc.

No dia 5 de junho de 1909[711] estreou na Câmara dos Deputados. Não fez um discurso calmo e refletido, mas disse coisas muito sérias, verdades muito duras, revelando aspirações elevadas que tiveram aplausos das galerias. Manoel

[710] Carvalho Chaves era potiguar. Lamenha Lins pernambucano e Carlos Cavalcanti carioca.

[711] Barbosa Lima foi quem comandou a luta pelo reconhecimento do seu diploma de deputado federal em 1909 comparando-o ao Silva Jardim paranaense. Considerava que a Coligação Republicana Paranaense fez justiça ao mérito moral, intelectual e cívico o apresentando candidato a um mandato federal em 1909 (A República, 16/01/1909).

não concordava com o estado das coisas da sua época, censurou os políticos profissionais, declarando lutar pela dignidade da república. Atacou os legisladores nos exercícios das suas funções, lastimando o estado econômico do país, o abandono da lavoura, a carestia dos transportes e a decadência da instrução pública. Falou da necessidade de mais escolas de instrução primária, artes, ofícios e agronomia, de estradas de ferro, correios e telégrafos para facilitar o comércio. Para ele só solucionavam as crises os políticos, que estavam cuidando, não da salvação do povo, mas da salvação própria, dos seus próprios e condenáveis interesses. Fingiam-se de advogados do povo, mas só advogam a própria causa. *"Precisamos de todas as classes, mas não precisamos que classe alguma exerça tutela. Não há crise política alguma a crise era do caráter nacional. Infelizmente, esta república precisa renascer como a que sonhou Benjamim Constant e de que está muito longe de a ser".* Criticou o 3º escrutínio do processo eleitoral que fazia com que nenhum eleito do povo tivesse segurança no seu direito. *"O que é preciso não é conquistar eleitores, é ganhar as boas graças dos poderosos no momento em que vão dirigir a comédia do reconhecimento de poderes. Conquistado isso, ouvem tranquilos: - Agora é que você vai ser reconhecido deputado!"* Pediu às comissões que trabalhassem, que cuidassem dos interesses públicos para provar que não queriam os lugares de deputados somente para gozar as vantagens. Critica que o Congresso em vez de cuidar dos grandes interesses nacionais como educação, economia, só cuidava de candidaturas e começa aqui sua campanha anti-hermista que será um divisor de águas em sua vida política. O representante paranaense prometeu elaborar projetos de reforma da instrução, da agrícola e outros e finalizou seu discurso com as saudações de *"Abaixo as oligarquias! Abaixo o 3º escrutínio, que se faz na Câmara! Abaixo a politicagem! Viva a verdadeira república!"* (BRASIL,1909 - Sessão da Câmara dos Deputados de 5 de junho de 1909).

Quando os deputados assumem seu cargo tem que fazer o juramento. O presidente da Câmara lê o seguinte: "Prometo manter e cumprir com perfeita lealdade a Constituição Federal, promover o bem geral da República, observar as suas leis, sustentar-lhe a união, a integridade e a independência." Em seguida se procede à chamada dos deputados reconhecidos e cada um deles, a começar pelos membros da mesa, respondem à proporção que for proferido seu nome: -

Assim prometo!. Até 1924 têm-se o registro de dois deputados que quebraram o ritual. O primeiro foi Manoel Correia Defreitas em 5 de junho de 1909 que ergueu a mão solenemente e falou*: "Prometo mais votar com honra e só de acordo com a minha consciência, desobedecendo assim às injunções de toda espécie."* Rapidamente o presidente apressou-se em apertar-lhe a mão, de acordo com a pragmática. Esse pequeno discurso recitado num ímpeto deixou uma viva expressão de Manoel Correia Defreitas que foi confirmada mais tarde nos debates ardentes. O outro caso de rebeldia foi registrado em 1924 com o deputado paulista Martin Francisco que respondeu: *"Prometo cumprir o meu dever!"* (A Noite, 02/05/1924).

Em 1913 quando Manoel estava sendo acusado de ocupar a tribuna para "encher linguiça" durante o expediente para ver se ao final seus correligionários atingiam na casa o número regimental para poderem eleger a mesa e declarou:

> Pura mentira. Não sou nem dos coligados, nem do Pinheiro. Quem me elegeu foi o povo e não os partidos. Por esse motivo, no desempenho do mandato que me foi confiado, nunca me subordino às arregimentações partidárias. Permaneço hoje, como sempre, franco atirador. ... Sou um homem verticalmente plantado na vida. E visto que foi o povo do Paraná que me elegeu, só a ele me submeto. Pode dizer: nem coligado, nem perrecista. Independente, hoje, como sempre. (Gazeta de Notícias, 21/05/1913).

Os jornais cariocas do dia seguinte da sua estreia na Câmara dos Deputados publicaram que Correia Defreitas era uma "figura arrepiada". Lembraram que ele foi degolado em duas eleições anteriores (1895 e 1906) e só agora conseguiu que as portas do parlamento lhe fossem abertas. Era a favor da reforma eleitoral retirando o terceiro escrutínio realizado na Câmara ou no Senado, onde os eleitos tinham que entrar ajoelhados, quando seus diplomas não eram rasgados referindo-se a prática de Pinheiro Machado (Correio da Manhã, 06/06/1909). Era necessária uma reforma eleitoral garantindo o sufrágio popular que não teria que ser validado pelo congresso para o eleito poder assumir (os deputados são partes e juízes ao mesmo tempo?). Outro aspecto interessante de seu longo e prolixo discurso de pose foi quando ele comentou que ao se percorrer o país só se ouve que é preciso "solucionar a crise", mas qual crise? A crise presidencial, a crise de caráter nacional que deve ser solucionada com um pouco de abnegação? Acusou os políticos de criarem crises para se colocaram como os

solucionadores dela. *"Qual é a crise que existe? Que perigo corre o país? Os políticos o que fizerem foi precipitar os acontecimentos para melhor garantir os próprios interesses. Damos o direito ao povo de escolher os candidatos à presidência da república, porém, depois lhe dizemos manhosamente: - Dê cá isto. É muito delicado. Você não sabe andar com isto!"*

Foi eleito como membro da comissão interna da Câmara Federal de Agricultura e Indústria[712] juntamente com Crhistino Cruz, Elpidio de Mesquita, Waldomiro Moreira, Domingos Mascarenhas, Leopoldo Lins, Ribeiro Junqueira, Agripino de Azevedo e Francisco Portella. Como no congresso legislativo estadual, a atuação de Manoel Correia Defreitas na Câmara Federal será intensa e profícua. Um número muito grande de apartes, emendas, pareceres, requerimentos, projetos de lei, voto com parecer, direito de respostas, discursos e uso da tribuna. Era considerado o terror dos taquígrafos devido aos longos e prolixos discursos. Vieira (1909) ao fazer a memória da Câmara dos Deputados coloca Manoel como uma pessoa de cultura complexa, estudioso e de muito talento. Era simples e bizarro ao mesmo tempo e seu discurso de estreia na Câmara foi um verdadeiro folhetim da situação política do país. Descreve algumas situações das sessões da Câmara do ano de 1909, como por exemplo, a da sessão de 30 de novembro em que Manoel dizendo-se doente e fatigado, depois de horas falando pede para continuar a falar sentado. Alguns deputados até tentam convencê-lo de que ele estava cansado e doente e deveria parar, mas ele continua seu discurso. Os deputados saem jantar, voltam, se movimentam no recinto fazendo outras articulações e Manoel continua na tribuna falando. Percebe-se pelos anais da Câmara dos Deputados que nem o presidente da Câmara conseguia interromper os discursos de Manoel. Das vezes em que os deputados prestavam atenção em sua fala haviam discussões extensas e profundas sobretudo se o tema era a questão de limites entre o Paraná e Santa Catarina ou os ataques ao Ministro das Relações Exteriores Lauro Muller. Algumas vezes essas discussões ficavam tão acaloradas que Manoel partia para as "vias de

[712] As comissões permanentes eram responsáveis pelo estudo prévio das questões que cabiam ao plenário resolver. Escolhidas anualmente por votação nos primeiros dias que se seguiam à instalação dos trabalhos legislativos, funcionavam por oito meses. No processo de seleção para sua composição o critério competência era importante, mas invariavelmente as razões políticas falavam mais alto. Participar de uma comissão, mesmo daquela que não fosse de maior importância, aumentava a autoridade e a influência política de um deputado, já que era muito difícil um parecer não ser acatado por ocasião da votação final.

fato", para a agressão física de seus debatedores tendo que ser sempre apartado pelos colegas. Muitas das vezes parece que o Manoel ficava na tribuna falando para ele mesmo enquanto os outros deputados faziam suas articulações paralelas. Mas esse domínio de Manoel da tribuna da Câmara é algo a ser considerado: como era vista toda a sua excentricidade por seus colegas de trabalho na Câmara dos Deputados? Uma relação ambígua: ao mesmo tempo que parecia haver um desprezo, uma desconsideração por sua pessoa ao ser ignorado durante suas falas na tribuna, havia toda uma imagem de possuidor de grande conhecimento, experiência e cultura. Sempre era procurado pela imprensa para fornecer sua opinião sobre os diferentes temas da agenda política nacional e internacional. O que o manteve no circuito político foram seus capitais simbólico e cultural herdados da família e depois aprimorados por sua trajetória. Quando Manoel chegou à Câmara dos Deputados já estava com 58 anos e trazia consigo toda a imagem de republicano histórico, ativista da propaganda republicana e um dos articuladores da implantação da república no Brasil, sobretudo no Paraná e em Santa Catarina. Além de ter uma rede de sociabilidades intensa por ter circulado e ainda estar circulando nessa época, em diferentes ambientes.

Manoel foi adepto da Campanha Civilista[713] apoiando a candidatura de Ruy Barbosa para presidente da república nas eleições de 1910. Percorreu o Paraná

[713] Nas eleições de 1º de março de 1910 concorreram para presidente da república Hermes da Fonseca, Ruy Barbosa e Wenceslau Brás. A Campanha Civilista surgiu contra a candidatura do Marechal Hermes da Fonseca e apoiava o civil Ruy Barbosa. O candidato para enfrentar Hermes da Fonseca seria David Campista, nome levantado por Affonso Pena, mas com o falecimento desse último, o nome de David Campista perdeu forçar e São Paulo decidiu apoiar Ruy Barbosa.

Essa campanha foi importante pois Nilo Peçanha e Rui Barbosa inauguraram um novo jeito de fazer política lançando-se a aventura de comícios e tournées percorrendo importantes cidades e capitais brasileiras com o objetivo de promover uma mobilização política mais ampla assegurando o apoio de segmentos de oligarquias secundárias, descontentes com o funcionamento do sistema oligárquico e do federalismo brasileiro, e das populações urbanas, tradicionalmente indiferentes a participação política formal. Apostavam que essa mobilização poderia ser útil para intimidar as forças da situação no tradicional uso da fraude e da violência. Foi a primeira vez que uma chapa de oposição empolgou o eleitorado. No Paraná, Manoel Correia Defreitas percorreu várias cidades do Estado realizando a propaganda política de Ruy Barbosa. Essas eleições foram vencidas pelo Marechal Hermes da Fonseca.

Nas eleições de 1º de março de 1914 concorreram para presidente Wenceslau Brás, Ruy Barbosa e José Gomes Pinheiro Machado. O Partido Republicano de Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro apoiaram Wenceslau Brás. Em protesto surgiu como sucessor da Campanha Civilista o Partido Republicano Liberal que encampa a candidatura de Ruy Barbosa. No Paraná, Manoel Correia Defreitas será o chefe do Partido Liberal. Nessas eleições ganha Wenceslau Brás.

Nas eleições de 1º de março de 1918 Rui Barbosa concorre novamente a presidente do Brasil, mas perde as eleições para Rodrigues Alves que não chega a assumir, pois faleceu na

sozinho ou acompanhado do candidato Ruy realizando a propaganda anti-hermista. Faz elogios ao ex-ministro da Guerra Marechal Hermes, um oficial distintíssimo e correto, mas que não tinha paixão pela sua pasta nem pela reorganização do exército. Se tivesse tal paixão não deixaria a pasta, abandonando as suas ideias sem ver os resultados de sua reforma. Admirava o Marechal Hermes desde o tempo de Deodoro da Fonseca, o proclamador da república, porém, considera que ele não tinha as qualidades precisas para ocupar o alto cargo de presidente da república. Faltavam-lhe conhecimentos que eram imprescindíveis. Avisava: *"O Marechal Hermes, no seu governo terá que comer pelas mãos dos outros."* Não era contra a intervenção dos militares na política, mas não desejava que o militar fosse eleito unicamente pelas suas qualidades militares pois, não estávamos em tempos de guerras. Considerava como positivo na candidatura do Marechal Hermes o fato de ter "levantado o povo" que estava moribundo num cemitério de vivos em que estava transformada a nação brasileira (Correio Paulistano, 06/06/1909)[714].

Manoel era um membro dos mais proeminentes do diretório político da Coligação Republicana e o apoio a Campanha Civilista que a princípio não chamou grande atenção, foi mais tarde de capital influência na vida orgânica da situação dominante quando das eleições para presidente do Estado no ano seguinte. Ao apoiar a candidatura de Ruy Barbosa, Manoel foi contra a escolha da Coligação que apoiou Marechal Hermes. Então ele se desligou do Diretório Central da Coligação. Quando das eleições presidenciais do Estado para a sucessão de Xavier da Silva e de acordo com "os interesses reais do Estado" para uma formal transformação na política paranaense, Manoel apoiou Carlos Cavalcanti (indicação

---

epidemia da gripe espanhola. O vice-presidente eleito Delfim Moreira assume e convoca novas eleições.

A nova eleição ocorreu dia 13 de abril de 1919. Novamente Ruy Barbosa concorreu, mas foi derrotado por Epitácio Pessoa.

Depois de 1919 Ruy Barbosa não concorreu mais para a presidência da república.

[714] Interessante notar que nessa parte do discurso Manoel explica que um dos motivos de não querer o Marechal Hermes para presidente foi porque o seu tio Marechal Deodoro já havia ocupado esse cargo, assim pareceria que a presidência da república seria uma herança de família. A sua crítica a oligarquia nacarina também é nessa linha de criticar a presença da família na política que acaba transmitindo os cargos políticos como se fossem patrimônio familiar. Hoje os estudos do professor Ricardo Costa de Oliveira e dos membros do NEP-UFPR, além de outros apontados nas referências do capitulo 2 desse trabalho, demonstram que para a política brasileira família ainda importa e que essa característica apontada por Manoel nos séculos XIX e XX ainda é uma realidade no século XXI.

de Affonso Camargo) e não o Alencar Guimarães (apoiado por Generoso Marques). Carlos Cavalcanti foi o candidato eleito e a Coligação Republicana deixou de existir. O principal ponto que fez Manoel apoiar Carlos Cavalcanti foi a questão dos limites com Santa Catarina e como oposição se colocou à disposição para auxiliar o novo presidente na renovação da política do Estado do Paraná[715].

Os ruystas do Partido Civilista do Paraná eram dirigidos por Manoel Correia Defreitas e tinha como membros Roberto Glasser, Wallace de Mello e Silva, Celestino Junior, Jayme Ballão, Reynaldo Machado, João Seiler, Vieira de Alencar, Nicolau Mader, José Macedo, entre outros (A Razão/RJ, 29/01/1919). Em Curitiba o Centro Civilista funcionava na Praça Carlos Gomes (Diário da Tarde, 11/02/1910). Apoiando Ruy Barbosa, Manoel se divorciou do Partido Republicano Paranaense que apoiava a candidatura de Hermes. Decide renunciar seu cargo de membro do diretório do partido depondo-o nas mãos da Xavier da Silva, presidente do Estado do Paraná (Correio Paulistano, 31/07/1909).

Todos os assuntos políticos, sociais, teóricos e práticos, de ordem moral ou material eram tratados ou defendidos por Manoel Correia Defreitas na Câmara dos Deputados sempre por ideias e princípios novos e liberais. Destacamos as seguintes ações como deputado federal durante suas duas legislaturas representando o Paraná entre os anos de 1909 a 1914[716]:

- árduo defensor da causa operária apresentou vários projetos de leis instituindo pensões e aposentadorias, seguro dos operários e caixas econômicas populares.

- o poder público era o responsável pela emancipação e educação da mulher. Tinha que oferecer escolas maternais, creches para os filhos das operárias.

---

[715] Correia Defreitas fazia política por processos muito diferentes dos comumente usados. Analisava que não adiantava a oposição apresentar candidato, seria tempo perdido, pois não via *"nenhuma alteração nos nossos costumes políticos em geral, e no Paraná em particular"*. O domínio político do Estado, salvo em um ou outro detalhe pela entrada de alguns elementos novos, que aliás pouco influiam, continuava nas mãos daqueles mesmos dirigentes dos primeiros anos da república e sempre com a mesma orientação. Esses dispunham da máquina eleitoral do governo estadual e a faziam funcionar segundo a sua vontade e os seus caprichos. Seria inútil lutar contra isso, mas a oposição não podia abandonar seu posto de combate e abdicar das suas convicções. O fato da oposição não julgar oportuno concorrer alguma eleição não significa que tivesse abandonado o campo. A abstenção é apenas mais uma forma de recurso. Um governo honesto, liberal, sincero, de bom caráter e energia para não se deixar mistificar por conveniências politiqueiras, que trate acima de tudo do bem-estar do Paraná seria o governo ideal (A Noite, 29/07/1911).

[716] Relação extraída em consulta nos anais da Câmara dos Deputados entre os anos de 1909 a 1915.

- estabelecer o dia 1º de maio como feriado nacional para se comemorar a festa do trabalho[717].

- amparo social também era responsabilidade do poder público que tinha que socorrer aos pobres, aos velhos e aos enfermos. Assistência não apenas no recolhimento, mas nos domicílios. Tinha que cuidar da infância abandonada, da velhice e da invalidez.

- foi o único deputado que votou contra o estado de sítio por ocasião da Revolução da Esquadra em 1910. Alegou que lembrou o tempo em que o Paraná esteve sob estado de sítio devido à Revolução Federalista não poderia apoiar essa medida odiosa e violenta que retira a liberdade dos cidadãos. Estava disposto a abrir mão das imunidades parlamentares para ficar na mesma situação que o povo[718].

- era a favor do voto uninominal e obrigatório como base para a representação de todos os agrupamentos políticos.

- defendia a liberdade de consciência, de imprensa, de trabalho, de comércio e indústria, de profissões, da livre concorrência e verdadeiras competências.

- o poder público era responsável pela alfabetização do povo instituindo o ensino elementar e obrigatório, o ensino profissional, o ensino agrícola e o ensino cívico e moral.

- necessidade de ampliação das vias de comunicação construindo estrada de ferro, estradas de penetração, estradas de rodagem, caminhos vicinais para acesso as estradas de ferro.

- aquisição e distribuição de terras para serem cultivadas pelos colonos nacionais.

---

[717] Pela apresentação desse projeto de lei Manoel Correia Defreitas recebeu uma correspondência do Círculo dos Operários da União, com sede no Rio de Janeiro, homenageando-o e ao mesmo tempo cobrando-o para que ainda na referente legislatura fosse aprovado uma Legislação do Trabalho que tratasse dos acidentes de trabalho, descanso de um dia por semana, jornada diária de 8 horas de trabalho, vencimento mensal para os operários do Estado, abolir classificação de locadores de serviço e estabelecer somente o contrato de trabalho. Correspondência de 3 de maio de 1913. Acervo do Museu Paranaense – Nº Documento 02/09/0013.

[718] Recebeu correspondência dos marinheiros do Porto de Paranaguá que contavam com a intervenção do deputado Manoel para apresentar ao congresso um projeto para o aumento do salário dos marinheiros. Correspondência de 23 de setembro de 1910. Acervo do Museu Paranaense – Nº Documento 05.21.0015.

- proteção à indústria nacional e ao comércio: rever imposto sobre patente comercial, do selo, etc.

- integridade do solo paranaense: defesa da causa paranaense na questão de limites entre o Paraná e Santa Catarina.

- defesa das causas dos animais.

- a favor da reforma constitucional, da criação do Tribunal Supremo da República[719], e da reforma do júri.

- aproveitamento das quedas d'água transformando-as e energia elétrica para serem utilizadas nas usinas industriais.

- criação de um Tribunal Inter-Americano de Arbritamento para resolver pacificamente as questões entre as nações.

- projeto do homestead - garantia do lar do proletário, de modo que sua casa não respondesse por dívida de qualquer ordem.

- projeto para saneamento rural do Brasil.

- projeto para inibir consumo de álcool elevando a taxação dos impostos sobre o produto, bem como de outros entorpecentes.

- impostos sobre a agricultura, estabelecimento de crédito agrícola, criação de escolas e sociedade de agricultura.

- criação de escola preparatória para os oficiais da Marinha.

- proibição de contratação de missões estrangeiras para serem instrutores do Exército.

- concessão de subsídios para evento científicos (como o Congresso Nacional de Geografia e similares) e publicação dos seus trabalhos, memórias, relatórios anuais e mapas.

- construção de masoléu para o general Marciano Augusto Botelho de Magalhães (irmão de Benjamin Constant).

---

[719] Sobre o Tribunal Supremo da República Manoel Correia Defreitas teve uma discussão acirrada com José Maria Mac-Dowell que pode ser acompanhada na Revista de Direito Público e de Administração Federal, Estadual e Municipal, Ano IV, Outubro, 1924, Vol. VIII, Nº 4, p. 363-372, e Ano IV, Novembro, 1924, Vol. VIII, Nº 5, p. 463-478.

- equiparação dos vencimento dos guardas e remadores da Mesa de Rendas de Antonina e Paranaguá,

- criação de quadro de taxadores da repartição geral dos telégrafos.

- regulação da caça e da pesca no território nacional.

- combate aos jogos de azar.

- considerava a terra a principal fonte de riqueza então propôs eliminação dos impostos sobre a lavoura, o estabelecimento do crédito agrícola, etc.

Essas são algumas da ideias e princípios defendidos por Manoel Correia Defreitas no qual se destaca sua atuação com as diferentes classes. Todos os seus projetos foram classificados por seus contemporâneos como sendo de cunho socialista e o argumento utilizado pelos outros deputados para não dar continuidade a maioria das propostas de Correia Defreitas é que não convinha discutir suas "fantasias". Ele apresentou projetos de lei para o comércio, para a indústria, para a agricultura, para os militares[720] e sobretudo para o operariado demonstrando sua preocupação patriótica e não de defensor apenas de uma classe. De todas as classes, era o operariado a que mais intensamente sentia os pesos das deliberações legislativas de ordem política e social, por isso era (e ainda é) imprescindível a classe operária ter seus representantes no Congresso. Apesar de Manoel Correia Defreitas não ter sido o escolhido da classe, em todos os postos que ocupou mostrou-se sempre defensor de seus interesses, erguendo inúmeras vezes a bandeira em prol dos humildes e dos verdadeiros obreiros do esteio econômico da sociedade que labutam lá embaixo. Foram várias as campanhas nos jornais solicitando ao operariado reconhecer em Manoel Correia Defreitas o "amigo nos tempos difíceis e do ostracismo, como nos tempos da vitória" (Diário da Tarde, 24/08/1915).

Ao final desse mandato, Manoel Correia Defreitas concorreu à reeleição (figuras 192, 193 e 194). Em 1911 foi criado o comitê Pró-Defreitas pelos adeptos de sua reeleição. Era conhecido também como o Movimento dos Independentes que faziam oposição à Coligação Republicana. Esses independentes eram os

[720] Em retribuição aos vários projetos de lei apresentados por Manoel Correia Defreitas em prol dessas diferentes classes, em julho de 1911 ele foi homenageado por 22 sociedades pelo seu recente trabalho e discurso (Jornal do Commercio, 24/07/1911).

políticos excluídos do jogo político partidário e que apoiavam a reeleição de Manoel Correia Defreitas para o cargo de deputado federal pelo Paraná. Porém, nos panfletos políticos os membros dessa comissão declaravam que não eram políticos e que nem rumavam por esse caminho, mas eram moços paranaenses e sem a parcialidade dos partidos políticos que militavam no Estado, desejavam que Correia Defreitas saísse triunfante nas urnas (O Patriota, 21/01/1912). Esse grupo independente que apresentou a candidatura de Manoel através do Comitê Pró-Defreitas era composto por Roberto Glasser, Wallace de Mello, José Cadilhe, Sanito Rocha, Izaias de Miranda e Alberico Figueira. De acordo com Oscar Gomes que fez o discurso no enterro de Manoel, foi o único movimento de civismo que se operou no Paraná em prol de um candidato do povo. Foi dissolvido em 10 de agosto de 1913 (O Dia 29/06/1932).

O Centro Paranaense no Rio de Janeiro também fez campanha para a reeleição de Manoel. O principal ponto da campanha eleitorial era que o Paraná tinha que escolher candidatos que defendessem à causa paranaense na questão de limites com Santa Catarina. Nas eleições de 30 de janeiro de 1912 Manoel foi reeleito como deputado federal para a 8ª Legislatura (1912-1914) juntamente com Carvalho Chaves, Lamenha Lins e Luiz Antônio Xavier.

Vitor Ferreira do Amaral apoiou a reeleição de Correia Defreitas nas eleições de 30 de janeiro de 1912 com o slogan: *"quem for paranaense, livre de preocupações de política partidária ou souber colocar interesses pátrios acima do partidarismo, que me acompanhe sufragando o nome de Correia Defreitas".* Comenta que em uma legislatura representou o Paraná não por insinuação dele e nem por se julgar capaz de exercer tão elevada investidura, mas o fez por extraordinária benevolência do Vicente Machado, *"cuja memória venera apesar dos defeitos que tinha, mas quem não os tem?"* (O POVO, 25/02/1912). Se considerava insignificante frente a atuação de Manoel na questão de limites com Santa Catarina. Essa declaração dada por Victor do Amaral soou como uma espécie de "desculpas" pela degola de 1906.

Os resultados das eleições de 30 de janeiro de 1912 para deputado federal foram: Luiz Xavier (10.164 votos); Carvalho Chaves (10.016 votos); Lamenha Lins (9.797 votos); **CORREIA DEFREITAS (5.590 votos);** Domingos do Nascimento (3.870 votos); Menezes de Doria (2.036 votos); Leôncio Correia (1.581 votos)

(Correio Paulistano, 01/04/1912). Se nas eleições de 1909 como um dos membros do diretório da Coligação Republicana ele liderou o resultado das eleições tendo sido o deputado que mais votos conseguiu, agora nas eleições de 1912, após ter deixado o diretório da coligação e ter apoiado para presidente da república e para presidente do Estado os candidatos da oposição da coligação, ele entrou em último lugar na bancada paranaense. Dia 3 de maio de 1912 foi reconhecido e diplomado para o seu segundo mandato como deputado federal pelo Paraná.



O candidato do Povo Paranaense

Manoel Correia Defreitas

Paranaenses! No proximo dia 30 do corrente realisam-se as eleições para Deputados Federaes ao Congresso Nacional.

Entre os diversos candidatos apresentados ao suffragio eleitoral, destaca-se um que bem merece o voto do eleitorado. E' o grande cidadão MANOEL CORREIA DEFREITAS, que na legislatura passada tanto se salientou pelos serviços prestados ao Paraná.

CORREIA DEFREITAS, o defensor acerrimo dos operarios, que entra nas officinas para saber das suas necessidades, que tem apresentado os mais beneficos projectos para o bem estar desta classe; CORREIA DEFREITAS, o patriota que não distingue classes nem nacionalidades, mas que só pensa no bem estar de todos; CORREIA DEFREITAS, o paranaense distincto, que por amor ao Estado, vae até o sacrificio; CORREIA DEFREITAS, o cidadão digno e honrado, merece que todos os paranaenses votem em seu nome para DEPUTADO FEDERAL.

Paranaenses! Commerciantes, operarios, industriaes e agricultores! Ide ás urnas e votae no abnegado republicano

Manoel Correia Defreitas.

Figura 192 – Panfleto político para a reeleição de Manoel Correia Defreitas como deputado federal (1912)
Fonte: Coleção Manoel Correia Defreitas - Caderno 2 (acervo de Ricardo Costa de Oliveira)

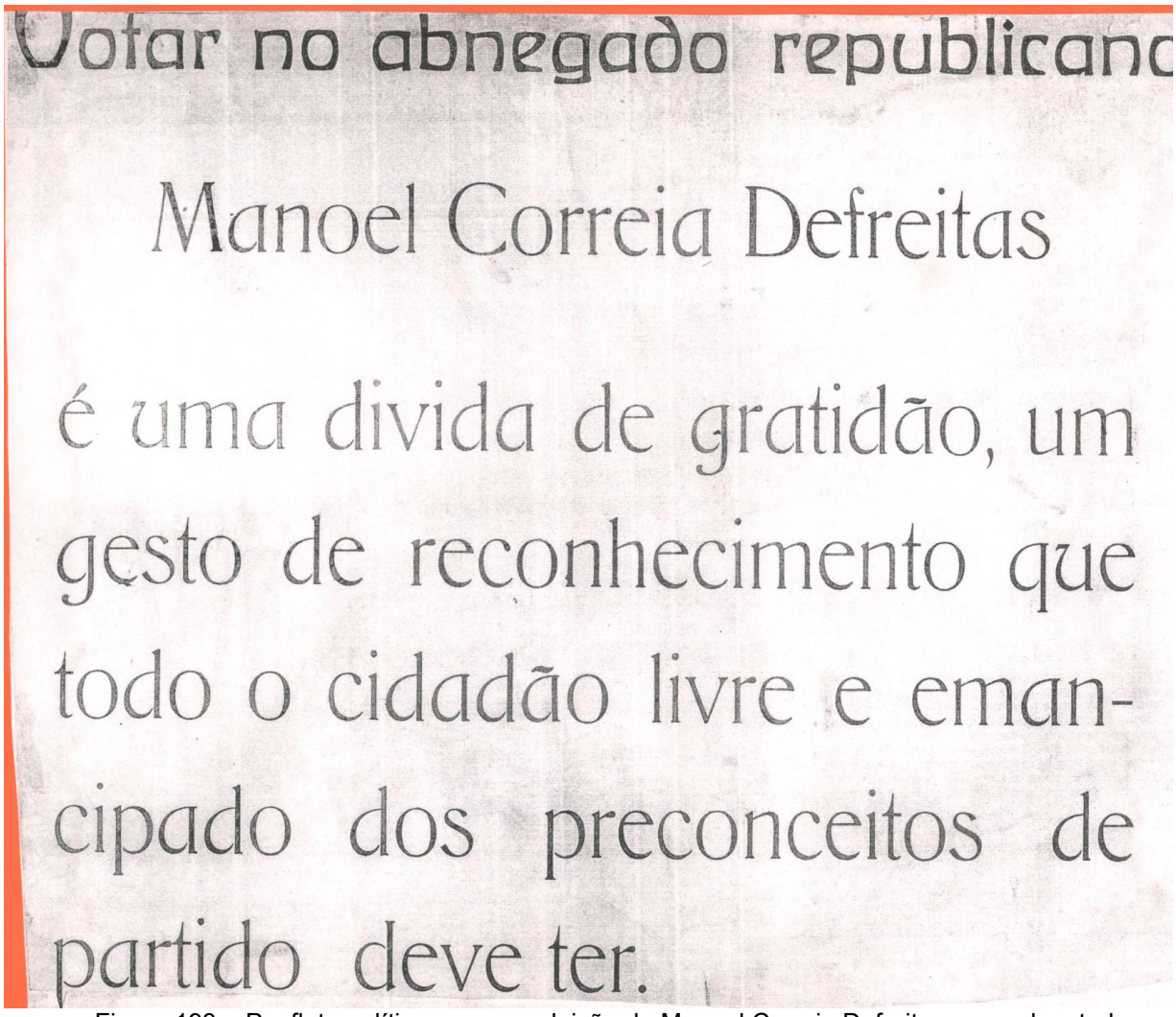
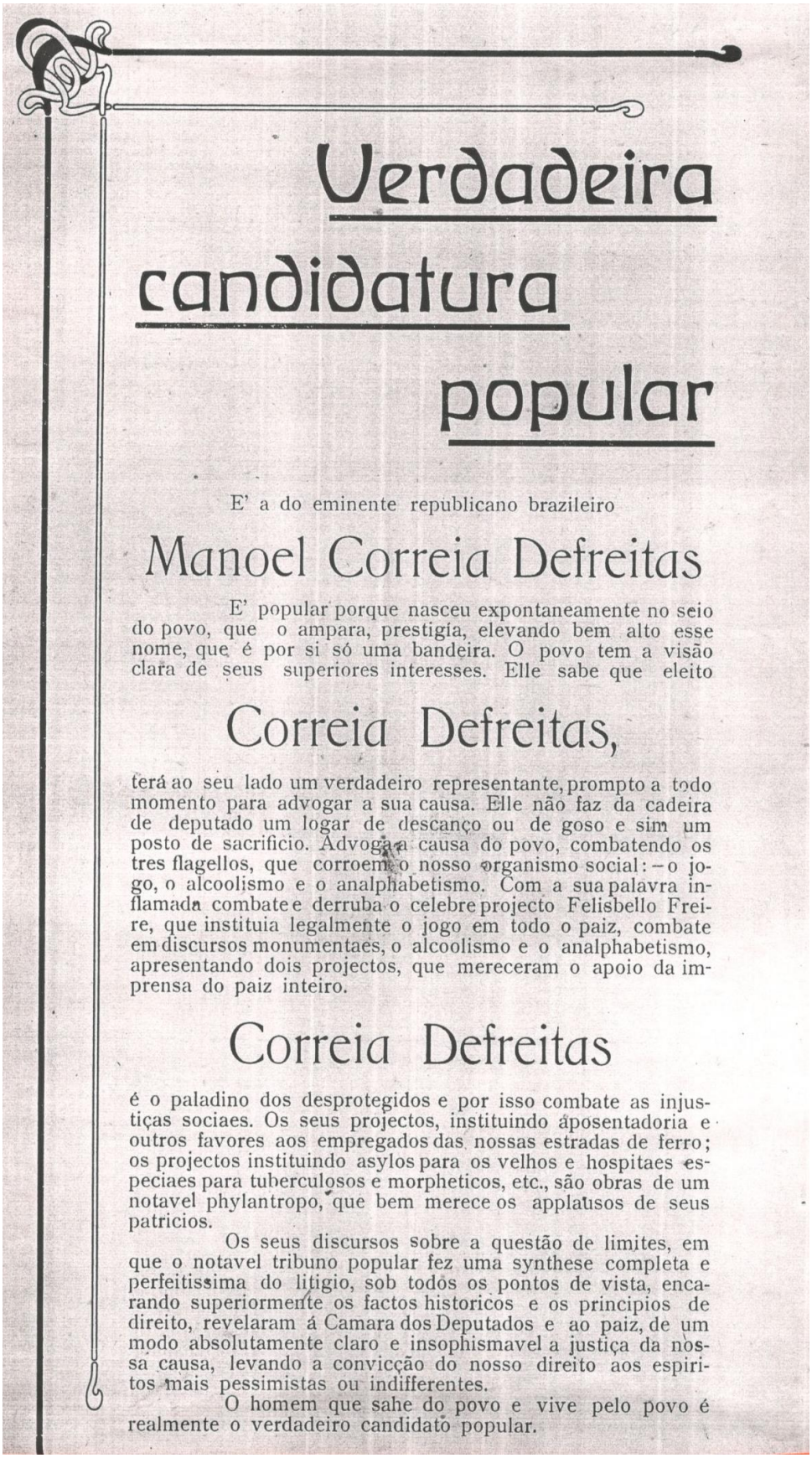


Figura 193 – Panfleto político para a reeleição de Manoel Correia Defreitas como deputado federal (1912)
Fonte: Coleção Manoel Correia Defreitas - Caderno 2 (acervo de Ricardo Costa de Oliveira)



Verdadeira candidatura popular

E' a do eminente republicano brazileiro

Manoel Correia Defreitas

E' popular porque nasceu expontaneamente no seio do povo, que o ampara, prestigia, elevando bem alto esse nome, que é por si só uma bandeira. O povo tem a visão clara de seus superiores interesses. Elle sabe que eleito

Correia Defreitas,

terá ao seu lado um verdadeiro representante, prompto a todo momento para advogar a sua causa. Elle não faz da cadeira de deputado um logar de descanço ou de goso e sim um posto de sacrificio. Advogará a causa do povo, combatendo os tres flagellos, que corroem o nosso organismo social: — o jogo, o alcoolismo e o analphabetismo. Com a sua palavra inflamada combate e derruba o celebre projecto Felisbello Freire, que instituia legalmente o jogo em todo o paiz, combate em discursos monumentaes, o alcoolismo e o analphabetismo, apresentando dois projectos, que mereceram o apoio da imprensa do paiz inteiro.

Correia Defreitas

é o paladino dos desprotegidos e por isso combate as injustiças sociaes. Os seus projectos, instituindo aposentadoria e outros favores aos empregados das nossas estradas de ferro; os projectos instituindo asylos para os velhos e hospitaes especiaes para tuberculosos e morpheticos, etc., são obras de um notavel phylantropo, que bem merece os applausos de seus patricios.

Os seus discursos sobre a questão de limites, em que o notavel tribuno popular fez uma synthese completa e perfeitissima do litigio, sob todos os pontos de vista, encarando superiormente os factos historicos e os principios de direito, revelaram á Camara dos Deputados e ao paiz, de um modo absolutamente claro e insophismavel a justiça da nossa causa, levando a convicção do nosso direito aos espiritos mais pessimistas ou indifferentes.

O homem que sahe do povo e vive pelo povo é realmente o verdadeiro candidato popular.

Figura 194 – Panfleto político para a reeleição de Manoel Correia Defreitas como deputado federal (1912)
Fonte: Coleção Manoel Correia Defreitas - Caderno 2 (acervo de Ricardo Costa de Oliveira)

Seu segundo mandato tem como pontos centrais a questão dos limites com Santa Catarina e a sua missão pacificadora para a região da Guerra do Contestado. Ele permaneceu praticamente quase todo o ano de 1914 ausente da Câmara de Deputados. No final do mês de janeiro foi para a região da Guerra do Contestado e de lá seguiu em viagem para o interior do Rio Grande do Sul e para os países vizinhos Uruguai, Argentina e Paraguai. Retornou à Câmara de Deputados na sessão de 14 de dezembro de 1914. Durante seus dois mandatos Manoel pegou várias e longas licenças médicas para tratamento de saúde. Em fevereiro de 1915 encerrou-se a 8ª legislatura.

Complementando a relação dos mais importantes projetos de lei apresentados por Manoel Correia Defreitas nessas duas legislaturas acrescentamos:

- projeto de lei aumentando para 9 anos o período de legislatura para os deputados federais.

- projeto de lei estabelecendo os limites territoriais entre Paraná e Santa Catarina;

- projeto de lei estabelecendo uma quantia para a colocação do sertanejo da região do Contestado na sociedade nacional através da atuação da Sociedade de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais.

- arbitramento na questão de limites entre o Peru e o Chile.

- tratado de navegação da Lagoa Mirim – consórcio com o Uruguai.

- combate a germanização no pais.

Correia Defreitas foi uma das personalidades da Câmara dos Deputados que mais se ocupou com os diferentes assuntos, desde a economia interna do país, os tratados internacionais até a vida das classes mais pobres. Mas se falarmos apenas de Manoel sem nos remetermos a outros deputados e pares com quem ele dialogou, discutiu, apoiou e atuou conjuntamente, suas ideias ficam sem a devida contextualização. Para ilustramos essa questão escolhemos um assunto recorrente no ano de 1912 nos Anais da Câmara dos Deputados e que foi discutido por Manoel Correia Defreitas, Esmeraldino Bandeira (deputado por Pernambuco), Coelho Neto (deputado pelo Maranhão), Inglês de Souza (deputado por São Paulo), Augusto de Lima (deputado por Minas Gerais), Octavio Manguabeira

(deputado pela Bahia) e Belisário Távora (chefe de polícia do Distrito Federal). O tema é o complexo problema de combate aos principais males sociais. Vejamos o parecer de Manoel Correia Defreitas sobre cada um desses itens:

1. ALCOOLISMO: propôs um projeto que adotava medidas repressivas ao consumo do álcool através da elevação da tributação e a proibição da venda em frações, além de outras providências que considerava viáveis. Essas medidas contra o alcoolismo deveriam ser colocadas em prática o quanto antes para combater esse flagelo que agora passava a ser combatido pela imprensa e nas tribunas de conferências. Para ele ao ser lembrado o mal que o alcoolismo causava era despertado nas vítimas maior anseio de cometê-lo. Considerava que seu projeto não feria os pontos radicais e nem abrangia todas as faces do problema.

2. A VAGABUNDAGEM: o alcoolismo concorria para a ociosidade, principalmente quando os alcoólatras se reuniam em botequins e tascas para beber. Correia Defreitas fazia a distinção entre o desocupado e o vagabundo. No grupo poderia ter um ou outro desocupado, desempregado, mas esse é um homem morigerado, bom. O vagabundo é indolente, preguiçoso, entregando-se completamente ao álcool, resultando um homem "inútil para o trabalho, o que quer dizer para a família e para a pátria". Via o vagabundo quase sempre como um "caften, um jogador, um ébrio, um ladrão ou um assassino em perspectiva". Reclamava que os poderes públicos não agiam contra a vagabundagem e se agissem teriam que lidar com uma série de graves dificuldades, pois o vagabundo exerce a função de capanga político e para Correia Defreitas o saneamento moral lhe parecia impossível, *"os nossos males sociais estão inveterados em dose muito mais apurada, em quinta-essência, precisamente, nas camadas superiores, e, quando os males vêm de cima para baixo, é ridículo olhar para baixo".*

3. A MENDICIDADE era o "esporte" dos vagabundos. Compara o Brasil com a Suíça: lá o indivíduo que descoberto pela polícia, passasse oito dias sem ocupação era preso e encaminhado para as oficinas do governo. Aqui, o vagabundo envelhecia e se tornava mendigo. Nossa estrutura não ajudava no combate a esse male social pois, nossas escolas profissionais eram

como colônias de correção: incompletas, deficientes, acanhadas deixando tudo a desejar. Os asilos eram piores que a detenção e as casas de correção, neles os mendigos sofriam até fome. A polícia não tinha como agir pois, não tinha para onde enviar os infelizes. Para a mendicidade não havia nada criado. Era necessário criar asilos capazes e um serviço de assistência a domícilio para os verdadeiros desamparados, mendigos. Criar escolas profissionais e colônias correcionais para os exploradores da caridade pública. Enquanto não tiver essa estrutura a filantropia particular iria certamente amparar os que necessitam, mas ao mesmo tempo serão explorados pelos que podendo trabalhar preferem viver na mendicidade.

4. O JOGO: *"o jogo é um vício, e vício não se regulamenta; corrige-se. Não se podendo corrigir, não se deve regulamentar!",* afirma Correia Defreitas. Se a autoridade não tem força para corrigir teria força para regulamentar? Questiona Correia Defreitas. Regulamentar subentende moralizar, mas o jogo é um vício e vicio é imoral. Há ainda o lado da ofensa à liberdade individual que era a tecla onde os viciados batiam e da qual ninguém os poderia tirar: cada cidadão faz do seu dinheiro o que quer. Nas palavras de Correia Defreitas *"abomino o jogo e, por mim, esse vício seria corrigido o nosso organismo social, da melhor boa vontade".* A regulamentação seria um erro, mas a extirpação desse vício dos nossos costumes era uma utopia. O sonho seria a regeneração, a pessoa viciada se tornar honesta.

5. A PROSTITUIÇÃO: Correia Defreitas considerava a instituição de registros para as meretrizes e a criação de postos médicos para o exame semanal dessas "infelizes" uma infâmia. Primeiro pois, não teria como o Estado saber ao total quais e quantas meretrizes são para registrá-las e fiscalizá-las. E não sabendo não tem como criar para elas um regime de exceção. Exame semanal por que? Visto que são "desgraçadas" e já estão expostas a venda e ao consumo, portanto, sujeitas a deterioração. É bárbaro, mas é a verdade. *"Si o egoísmo do homem não se satisfaz em carregar a mulher por todas as desventuras, não será com esse vexame imposto, quando ela se queda, inteiramente, desventrada, que ficará satisfeito. Eu não compreendo as vantagens a humanidade de semelhantes medidas".*

6. A SÍFILIS: considerava o meio mais eficaz para a higiene doméstica os conselhos que os pais, com a autoridade de sua experiência, deveriam dar aos filhos homens quando chegavam na idade da mocidade-prazer/mocidade-amor. Assim a sífilis sofreria golpe de morte na propagação. Para as filhas, os pais deveriam exigir atestados médicos de todos que fossem contrair matrimonio com elas, livrando assim o futuro casal de uma prole de enfermos e degenerados.

7. A TUBERCULOSE: esse mal nasce na maioria dos casos pela alimentação precária, habitação sem ar e nem luz suficientes, e pela falta de higiene. Como a habitação nessa época já era um problema sério porque as moradias custavam os olhos da cara e constituíam uma fonte da mais rentável exploração possível e a alimentação de centenas de família se resumia a café com pão, com isso possuíamos uma população com indivíduos enfraquecidos, sem resistência e a tuberculose encontrava um campo para ceifar vidas. A habitação e a alimentação eram os problemas que sem solução preparavam o terreno para a invasão do bacilo de Koch[721] que não encontra a mínima resistência.

Manoel Correia Defreitas era um cidadão do Brasil da época da abolição da escravatura, da proclamação da república, da incipiente industrialização, da nova feição das cidades, do aumento do comércio internacional, das correntes imigratórias e, principalmente, da presença de contingentes populacionais “livres” concentrados no espaço urbano que deram origem a uma nova complexidade à estrutura social do país. Como um homem de seu tempo, um dirigente republicano, a ele interessava o desenvolvimento nacional. Com ideias avançadas em termos de organização política, jurídica e economia, na área social seguia as principais orientações do pensamento social de seu tempo. Conforme suas ideias acima expostas, esse desenvolvimento se daria através de um projeto de controle

[721] Atualmente (2016), a tuberculose, transmitida pelo *Mycobacterium tuberculosis*, o bacilo de Koch, é provavelmente a doença infecto-contagiosa que mais mortes ocasiona no Brasil. Estima-se, ainda, que mais ou menos 30% da população mundial estejam infectados, embora nem todos venham a desenvolver a doença. Disponível em https://nacoesunidas.org/oms-recomenda-novo-diagnostico-e-tratamento-para-a-tuberculose-multirresistente/ e http://saudeamanha.fiocruz.br/oms-lanca-relatorio-global-sobre-tuberculose-2016/. Ambos sítios acessados em 24.dezembro.2016.

higienista. A sociedade brasileira do início do século XX era adepta da prevenção higienista e acreditava-se que o Brasil se degradava moral e socialmente por causa dos vícios, da ociosidade e da miscigenação racial do povo brasileiro. Assim, o alcoolismo tornou-se causa da pobreza e decadência moral, porque era mais encontrado nas camadas pobres da sociedade. A sífilis tornou-se atributo genético dos negros, por ser mais generalizada entre eles. A miscigenação racial tornou-se a causa da desorganização política e social, porque a população brasileira era miscigenada.

Diziam os higienistas que o alcoolismo tinha no proletariado sua maior vítima e isso era uma questão complexa e delicada, que poderia ser entendida como uma doença moral, cujo remédio estaria na educação, e uma doença social, cujo remédio estaria na ordem. Concebiam também que o alcoolismo interferia diretamente na produção econômica do país, já que este dependia de operários sóbrios para fazer a riqueza da nação. A condição socioeconômica da população pobre da sociedade era a determinante principal do alcoolismo, vício combatido por Manoel Correia Defreitas durante toda sua vida[722].Os indivíduos dessa classe social, submetidos a condições precárias de vida, muitas vezes, para sobreviver,

[722] A primeira notícia que localizamos onde Manoel Correia Defreitas propõe a criação de uma liga de combate ao alcoolismo é de 1905. Durante a reunião do dia 5 de novembro de 1905 realizada na Associação dos Empregados no Comércio de Curitiba além da fundação da Sociedade Protetora dos Animais e proposto a criação de uma liga de combate ao alcoolismo (A Notícia, 06/11/1905). Em 1919 Cremilde Leite de Aguiar enviou um telegrama para o presidente da república Epitácio Pessoa comunicando que a escola dominical da igreja presbiteriana fundou uma LIGA DE TEMPERANÇA com o principal objetivo de combater o alcoolismo e pediu que fosse “desenterrado o projeto de combate ao alcoolismo de Manoel Correia Defreitas” (O Imparcial, 04/11/1919). No mesmo ano é fundada a LIGA DE COMBATE ANTI-ALCOOLICA no Rio de Janeiro com mais de 400 membros - uma iniciativa particular visto que os poderes publicos não tinham adotado nenhuma politica para o combate ao alcoolismo. Na comunicação de fundação foi feito apelo ao governo para “desengavetar” o projeto de Manoel sobre o combate ao alccolismo que “dormia longo sono na câmara” (O Jornal, 05/11/1919). E 1925 os deputados estaduais Azevedo Macedo, Romário Martins e Conego A. Pereira apresentam projeto de lei de combate ao alcoolismo lembrando que no congresso estadual Manoel já havia apresentado esse projeto e que levou o mesmo projeto ao congresso federal, sendo muito criticado pela imprensa na época (O Estado do Paraná, 19/03/1925). O médico sanitarista Belisario Penna que seguia o pensamento “tudo para melhorar a raça” fazia palestras pelo Brasil combatento a tuberculose, a sífilis e o alcoolismo e parabenizando Manoel por seu projeto de combate ao alcoolismo (Gazetao do Povo, 04/11/1927). Em janeiro de 1930 os deputados Jorge de Moraes e Oscar apresentam projeto de combate ao alcoolismo retomando o projeto de Manoel. Seguiam a linha de que combater o alcoolismo era um sistema de defesa social, conforme a proposta da Liga de Higiene Mental que recebeu o apoio do Departamento de Saúde e do Governo da Revolução de 1930 para o combate do alcoolismo numa campanha repressiva. A Liga sentiu-se estimulada a ampliar sua atuação e aplicar os métodos de higiene mental em outras esferas da sociedade, adotando a idéia de eugenia como higiene social. E a propaganda eugênica se intensificou, paralelamente a nova concepção de eugenia na Alemanha, pleiteando cuidar da vida de pessoas doentes e também sadias (A Batalha, 30/07/1930).

recorriam à marginalização, à vagabundagem, à prostituição e ao alcoolismo. Em vez de ver nas condições socioeconômicas um fator causal do alcoolismo, os higienistas o tomavam como causa de degeneração moral e social da sociedade. Assim, os projetos de lei de combate ao alcoolismo propostos por Manoel tinham o objetivo de regenerar a sociedade segundo um código moral – precisava-se “melhorar a raça”.

Nesse processo a mulher era uma importante colaboradora na luta por uma sociedade melhor. Dela era cobrada uma atuação "patriótica" para ser aliada do progresso da sociedade. Dela era exigida a obrigação de gerar e educar cidadãos robustos e inteligentes. Era peça central no combate aos males sociais, e ao alcoolismo em especial. Como o álcool conduzia às penitenciárias ou aos manicômios, ela jamais deveria querer isso para os seus. A “mulher-mãe”, com seu carinho e afetividade, iria educar os filhos contra as degenerações sociais; a “mulher-professora” complementaria a educação recebida em casa sobre os perigos dos vícios; a “mulher-noiva”, pela sua paixão, conseguiria estancar o mau comportamento do noivo causado pelas más companhias; a “mulher-esposa”, pelo seu amor e carinho, conseguiria muito do seu marido, evitando que o mesmo caísse no vício do álcool. Para Manoel a mulher poderia fazer o que quisesse, desde que “não fosse incompatível com a natureza de seu sexo” que era manter essas funções harmoniosas no lar que refletiria na sociedade.

O quadro a seguir nos fornece as opiniões de outros deputados federais e do chefe de polícia do Distrito Federal sobre como cada item que geravam os principais males sociais deveriam ser tratados. Alguns possuem a mesma opinião a favor da repressão policial. Outros consideram que eram necessárias em alguns casos medidas médicas e sociais pois o problema era a de saúde e de educação. Outros propõem medidas sócio-educacionais e a criação de uma legislação específica de assistência social. Mas todos voltados para a linha higienista e eugenista dominante na época: era necessário combater esses males sociais para melhorar a raça.

QUADRO 11 - COMO COMBATER OS MALES SOCIAIS?

	ESMERALDINO BANDEIRA (1865-1928) Pernambuco	BELISARIO TAVORA	COELHO NETO (1864-1934) Maranhão	INGLES DE SOUZA (1853-1918) São Paulo	AUGUSTO DE LIMA (1859-1934) Minas Gerais	PADIAS CALOGERAS (1870-1934) Rio de Janeiro	CORREIA DEFREITAS (1851-1932) Paraná	OCTAVIO MANGABEIRA (1886-1960) Bahia
ALCOOLISMO	Providências mistas medicos-sociais.	Repressão do consumo pelos impostos altos e medidas policiais.	Não julga necessário repressão.	Meios indiretos: repressão policial inteligente.	Leis ao meio termo, regulamentos policiais, propaganda pelos médicos diretamente entre clientes, mais rigor no júri ao aceitar a dirimente de perturbação de sentidos sempre que se julguem alcoólicos.	Pondera quanto a eficácia da propaganda nas escolas, a boa vigilância policial e a alta tributação sobre o álcool desviado das indústrias.	E francamente pelos impostos de repressão do consumo do álcool em frações e todas as medidas policiais.	Se manifesta pelos impostos de repressão.
VAGABUNDAGEM	Criação de casas de refúgio para os velhos incuráveis, casas de assistência pelo trabalho onde os operários em vacância, forcada se apresentem livremente, depósitos de segurança onde o juiz faca colocar todo nômade.	Medidas policiais, reorganização das colônias correcionais, criação de três juizados especiais para os processos.	Completo trabalho policial.	Não sabe determinar a esfera de intervenção do poder para uma rigorosa repressão.	Necessária criação de escolas e oficinas e a instalação de colônias para os trabalhadores nacionais.	Legislação social de assistência.	Colônias correcionais suficientes nos centros urbanos e enérgicas medidas policiais.	Cuidadosa distribuição de trabalhos por parte do governo nas obras que realiza, aproveitando os indivíduos desocupados e mais a localização dos trabalhadores nacionais, não esquecendo as escolas profissionais.

MENDICIDADE	Para os inválidos a hospitalidade. Para os validos a hospitalidade com trabalho. Para os habituados a exploração a repressão pelo trabalho.	Os falsos mendigos nas colônias correcionais. Os legítimos nos asilos, uma vez que estes estabelecimentos sejam reformados. A filantropia particular para os que não são pedintes.	Asilos para os verdadeiros mendigos. Trabalho para os falsos mendigos.	Mendicidade é o efeito da organização econômica da sociedade e de outras causas gerais. Só remediável fazendo desaparecer aquela.	Cabe na alçada policial todas as providências tendentes a por termo a mendicidade.	Legislação social de assistência aos inválidos do trabalho; aos operários desocupados; aos inválidos temporários por doenças e acidentes; as crianças cujas mães não possam cuidar dos filhos por estarem empregadas; aos menores abandonados na via pública; aos velhos.	Criação do serviço de assistência a domicilio; instalação de escolas profissionais capazes; a reorganização dos asilos que não correspondem aos fins a que se destinam.	Pende para a conveniência do governo auxiliar e fiscalizar os institutos de proteção particular e os religiosos que alimentam e vestem os pobres.
JOGO	Repressão por meios indiretos, condenando a regulamentação e o combate violento, que acarretam vexames.	Pela regulamentação, revertendo os impostos em beneficio das instituições de caridades e das obras da Defesa Nacional.	Pela regulamentação achando inconveniente a repressão.	O governo não pode regulamentar o jogo.	Repressão. Contrário à regulamentação.	Julga impossível a repressão. É pela regulamentação.	Absolutamente contrário à regulamentação.	Pelo combate completo ao jogo.
PROSTITUICAO	Condena a criação do registro das meretrizes e de postos médicos para exames das mesmas.	Criação da policia de costumes, a instalação de postos médicos para exames semanais; o registro das meretrizes e outras medidas.	Aplaude a regulamentação: policia, exames e registro.	Regulamentação é uma grande infâmia.	Além da polícia de costumes, registro, exames, etc. a repressão do lenocínio, conforme o projeto do deputado Mello Franco.	Não compreende a possibilidade de regulamentação.	Contra a criação da polícia de costumes, contra o registro, contra os exames.	É pelas providências policiais e sugere para reprimi-la a criação de estabelecimentos nos moldes do Asilo Bom Pastor.

SIFILIS	Pondera: cabe aos médicos e aos sociólogos o assunto.	Recorreia prática da polícia de costumes.	Propaganda por todos os meios, sem coagir a quem quer.	Cabe aos médicos falar como combatê-la.	Alem da policia de costumes, a higiene e a medicina domésticas atenuariam em muito a hereditariedade.	As prevenções da coletividade refletidas com mais apuro no recesso dos lares assegurariam proles livres dos males da hereditariedade.	Julga que a medicina e a higiene doméstica podem atenuar muito a propagação.	Compete a uma inteligente policia de costumes o combate a sífilis.
TUBERCULOSE	Cabe aos médicos e aos sociólogos a solução do problema.	Aponta as medidas dos sanatórios e a propaganda incessante pelos livros e jornais.	Depois da higiene, falem os médicos.	Esforços dos higienistas, dos administradores e dos políticos poderiam facilitar o decrescimento do numero de vitimas.	Além dos sanatórios, a higiene e a medicina domésticas são os meios de combate a propagação.	Apela para a obra escolar e para o trabalho de profilaxia como no combate a febre amarela, havendo ainda o problema das habitações.	Em grande parte, o mal reside na alimentação precária e na mais habitação.	Assim como se combate a febre amarela pelos processos de profilaxia, pode-se combater a tuberculose. Alimentação insuficiente, habitação incapaz e insalubre, a falta de higiene concorrem para a propagação do mal. As Ligas existentes devem ser auxiliadas pelo governo que, por sua vez, poderia iniciar a instalação de outras nas principais cidades do Brasil.

Elaboração da autora
Fonte: A Imprensa/RJ, 23/11/1912

A passagem de Manoel Correia Defreitas pela Câmara dos Deputados também possui histórias engraçadas. Em 3 de dezembro de 1957[723] Correia Defreitas é lembrado pelo Jornal do Brasil[724], do Rio de Janeiro na seção Brincadeiras Parlamentares. Destaca que ele foi alvo de brincadeira do deputado gaúcho Germano Hasslocher. Sendo Correia Defreitas, representante do Paraná, orador de palavra fácil, com alguma cultura geral e de grande coragem cívica, o seu procedimento, dentro e fora da Câmara era considerado original. Cita alguns exemplos, como no dia de pagamento de subsídio, comprava uma porção de saquinhos com biscoitos diversos, colocava esses saquinhos em um saco grande e ficava uma esquina da Avenida Rio Branco à espera das crianças. Quando surgia uma, acompanhada, entregava um saquinho dizendo*: "- Coitadinho! Gostaria de comprar biscoitos, mas não tem dinheiro. Tome este saquinho ..."* Se havia um gesto de recusa ou de protesto do acompanhante da criança, arrebatava o saquinho dizendo*: "- Se não precisa, fica para outro que precisa."*

Outra situação narrada é sobre o dia em que Correia Defreitas resolveu fazer uma campanha contra os castigos físicos aplicados na Marinha Brasileira até o ano de 1910. Arranjou algemas de ferro, gargalheiras, grilhetas, correntes e outros instrumentos usados na punição. Tinha tudo isto numa maleta e mostrava aos colegas e funcionários da secretaria, dizendo que seriam ilustradores da oração que iria proferir. Todos os dias, aparecia com a maleta pesada na Câmara. Até que chegou o dia do discurso. Inscreveu-se no expediente e enquanto aguardava sua vez de falar, uns deputados o distraíram enquanto outros substituíram na maleta os instrumentos por brinquedos: dois maçados de camurça, um dançando e outro comendo bananas, três ou quatro bonecas: duas baianas e outras dançarinas, e outros brinquedos. Para Correia Defreitas não sentir a

[723] Em 20 de agosto de 1955 no mesmo periódico, o jornalista Gabino Duque já havia relatado o mesmo episódio envolvendo Manoel Correia Defreitas.

[724] Artigo escrito por Otto Prazeres (1887-?) considerado um cronista do cotidiano. Em 1935 foi secretário interino da Presidência do Governo Getúlio Vargas. Foi colaborador da revista Cultura Política, editada pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e Secretário-membro da Comissão de Estudos dos Negócios Estaduais do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Escrevia sobre diversos assuntos no Jornal do Brasil, em uma coluna que dividia com outros jornalistas/intelectuais, dentre eles, Dunshee de Abrantes, Nelson Carneiro e A. Porto Silveira. Os dois primeiros escreviam as quartas e quintas-feiras, respectivamente, enquanto Otto Prazeres, A. Porto Silveira e um militar de alta patente (diferente a cada semana) alternavam-se nos outros dias. Suas colunas normalmente ocupavam o canto superior direito da quinta página, espaço que pode ser considerado nobre por sua visibilidade. In: Revista Cultura Política, v. 3, n. 33, outubro de 1943.

diferença de peso ao pegar a maleta, colocaram um paralelepípedo do calçamento da Rua Misericórdia. Chegou sua vez de falar e começou com palavras violentas contra os castigos a bordo dos navios de guerra e estabelecimentos navais. Em determinado momento fala que o presidente e a casa iriam ver os instrumentos usados para se ter uma ideia dos fatos e procedimentos que ele estava condenando. Abriu a maleta e tirou o macaco dançando, tirou outro objeto e era a bailarina atirando beijos, percebeu que os instrumentos haviam sido substituídos, mas não perdeu a calma, dizendo:

> - Senhor Presidente, interrompo o meu discurso, pedindo conserve a minha inscrição para amanhã. Fui vítima, como V. Exa. Está vendo, de uma brincadeira, aliás bem expressiva, quanto aos autores, pelos objetos que mostrei: um macaco, que bem lembra os imitadores de talento que puluam neste recinto, e dançarinos, espécie também muito comum aqui e que vivem a dançar de um para outro partido, num passo de dança clássica, mas que o carioca chama de jocotó[725] ... (Jornal do Brasil, 03/12/1957).

Situações engraçadas também ocorriam fora do parlamente. Gastão Penalva[726] (1932) quando da morte de Correia Defreitas assim o descreveu:

> Fiquei a me lembrar daquele homem absolutamente anarquizado no físico e nas ideias, verdadeira gaveta desarrumada de um móvel feio, desconjuntado e imprestável. Sim, porque Correia Defreitas, podendo pelo seu talento, pela sua enorme cultura, pelo seu límpido caráter, ter sido tudo nesta terra, foi pouco, foi pouquíssimo, foi quase nada em relação a tantos outros que lhe não chegam aos calcanhares (PENALVA, 1932).

Destacou seu discurso na posse como deputado federal na Câmara, que ficou sendo comentado por dias por ter impressionado seus pares ao falar verdades agressivas e pertubáveis que são armas que toda gente traz, porém poucos se atrevem a usar delas. Em outro discurso acabou ofendendo a Marinha, mas foi um mal-entendido pois, para Penalva ele não tinha a menor competência para ofender alguém. Mas os insultados se vingaram e durante um tempo lhe

[725] Jocotó = passo da capoeira

[726] Sebastião Fernandes de Sousa (vulgo Gastão de Penalva) (1896-1944) – militar e escritor. Um dos fundadores do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e do Instituto de História de Ouro Preto. In: ENCICLOPÉDIA DELTA LARROUSE, Rio de Janeiro, 1972. Era filho de Ernesto de Sousa, autor de peças, cançonetas, músicas e monólogos e de Ana do Amaral Fernandes de Sousa. Casado com Marina de Sousa. Ver Diário de Notícias, RJ, de 03/03/1944 e 06/04/1944. Gazeta de Notícias, RJ, 03/03/ 1944.

passaram trotes tremendos, igual veterano em calouro desastrado. Mas tudo serenou e Correia Defreitas passou a ser visto com oficiais da Armada. A palavra lhe saia *"fácil, mas desordenada, colorida de tropos e metáforas que não conseguiam demonstrar toda a sabedoria e vasto conhecimento desse manual enciclopédico encadernado num casaco surrado a explodir ciências por todas as algibeiras".* O traço forte e caricato de sua personalidade era a distração. Gastão Penalva era genro de um juiz federal no Paraná, e Correia Defreitas frequentou a casa de seu sogro por mais de vinte anos então o autor presenciou vários dos habituais cochilos durante os almoços, jantares e palestras. A família inteira se divertia e a sogra de Penalva várias vezes durante as refeições tinha que advertir Correia Defreitas que comia o bife com a mão, partia o pão com o garfo e faca, fazia mil e uma estripulias enquanto discursava sobre assuntos profundos, gesticulava freneticamente. Considerava inferiores os assuntos que não se integrassem as suas ideias. Outra vez chegou na casa do sogro do Penalva suando, desesperado de calor, pois por distração havia vestido três coletes. Conta sobre o papagaio e o hotel no interior do Paraná e que a última vez que o viu ele saia do mato mascando folhas verdes e com as mãos repletas de folhagens, numa praia na Ilha do Governador e lhe deu grande lição de botânica. Finaliza falando que ao saber da morte de Correia Defreitas poô-se a pensar no destino dos homens e dos santos, no rumo dessas almas que não se sabe porque vem ao mundo, e vão passando sem deixar algum sinal, a não ser uma ou outra saudade, uma ou outra lembrança de um amigo, numa recordação, num adeus ...

Desde o primeiro mandato, Manoel utilizou a tribuna da Câmara dos Deputados para fazer uma acirrada campanha contra o Ministro do Exterior Lauro Muller. Pronunciava violentíssimos discursos atacando sua administração. Interessante notar que eram antigos companheiros da época da propaganda republicana. Se conheceram quando foi fundado o Clube Republicano Catarinense no Rio de Janeiro em 1887. Moraram juntos na corte antes da implantação da república. Quando da instalação do governo provisório republicano, Manoel juntamente com Alfredo Esteves atuaram juntos para a indicação de Lauro Muller como presidente do governo provisório de Santa Catarina. Durante a Revolução Federalista Manoel interviu junto a Gumercindo Saraiva solicitando o salvo conduto para Muller. Agora no Congresso, nos jornais e nas conferências que proferia

Manoel dava sempre “um jeito” de chegar a atuação de Lauro Muller e atacá-lo não importa qual fosse o assunto tratado. O ponto de ruptura entre Manoel e Lauro foi a questão de limites entre o Paraná e Santa Catarina. Manoel acreditava que o Supremo Tribunal Federal dava os ganhos de causa a favor de Santa Catarina por influência de Lauro Muller. Manoel também considerava que Lauro havia abandonado os propagandistas e a verdadeira causa republicana, o considerando um traidor.

Desde 2 de dezembro de 1889 Lauro Muller sempre esteve em algum cargo político. Primeiro como governador provisório de Santa Catarina em dezembro de 1889. Depois como deputado eleito por Santa Catarina para a elaboração da Constituinte de 1891. Voltou para Santa Catarina como o primeiro governador eleito depois da primeira constituição estadual republicana em 1891. Depois assumiu como senador por Santa Catarina em 1899. Em 1902 foi eleito novamente governador de Santa Catarina e em novembro desse ano assumiu como Ministro da Viação e Obras Públicas do governo de Rodrigues Alves. Em 1912 tornou-se Ministro das Relações Exteriores no governo de Wenceslau Brás, cargo que ocupou até 1917 no governo de Hermes aa Fonseca. Volta ao governo catarinense e em 1923 retorna ao Senado permanecendo até a sua morte em 1926 (KONDER, 1957). Era uma pessoa influente, com significativo capital político e forte rede de sociabilidades e consequentemente, de influências.

Manoel também atacava em Muller a sua falta de postura neutra, ele não escondia suas simpatias pela Alemanha como descendente dessa etnia que era. O brasileiro comum em geral manteve uma postura entre a desconfiança e a hostilidade em relação ao imigrante alemão. A opinião geral ficou com a percepção que as relações entre as colônias do sul do Brasil e a Alemanha pudessem desencadear um movimento ameaçador à integridade do Brasil. Ideia essa que se estendeu com intensidade variável por quase quarenta anos, até a Primeira Guerra Mundial sendo divulgada por diversos intelectuais, como Sílvio Romero, o paladino do “perigo alemão” (GEERTZ, 1991).

Correia Defreitas atacava a Alemanha dizendo que os alemães eram os únicos estrangeiros que não se assimilavam à vida do Brasil. Falava que Lauro Muller era muito parcial na manutenção da neutralidade brasileira durante a I Guerra Mundial, favorecendo os interesses da Alemanha. Refere-se à conduta dos

alemães em Santa Catarina e acusa Muller de consentir no que eles fazem por ser alemão naturalizado brasileiro e diz que os alemães ensinavam tudo na sua língua, com horários e regulamentos alemães explicando que os sistemas de ensino em uso em Santa Catarina desrespeitavam as leis brasileiras. Havia ainda a questão das injustiças praticadas contra a população indígena que estava sendo varrida a "ferro e fogo" pelos colonos alemães de Santa Catarina que só sabiam preparar sabão e banha de qualidade ruim, enquanto os nacionais os alimentam com os gêneros de primeira necessidade. Finaliza dizendo que *"Lauro Muller não é mais do que uma raposa esquiva quando ostenta a sua espada a cinta"* (Sessão da Câmara dos Deputados de 06/06/1913).

Ao final do seu segundo mandato, Manoel Correia Defreitas decide não se recandidatar ao cargo de deputado federal. Justifica essa decisão explicando que o critério mais generalizado nos vários estados da federação quanto as eleições era o de reenviar ao Congresso Nacional as mesmas figuras que nele se encontram na legislatura a findar, e que, em sua grande maioria, já tem assento nas assembleias legislativas da república há muito tempo. Nada menos republicano do que esse critério de manter nas câmaras legislativas as mesmas personalidades por tanto tempo, dando aos mandatos eletivos uma estabilidade que, em muitos casos, é de verdadeira vitalidade. A temporalidade do exercício de funções públicas é, sem dúvida, a mais acentuada característica do regime republicano. A passagem do maior número possível de cidadãos pelas funções do estado é que dá ao regime representativo, nas democracias modernas, toda a beleza, tornando essa prática aproximada do regime ideal, em que todos deveriam participar daquelas funções. Tudo é feito, de modo geral, na nossa política, contra os princípios em que se deveria basear o regime democrático representativo, que é a república, nos moldes da federação instituída pelos Estados Unidos da América. Em matéria de organização das nossas câmaras políticas, o espírito do regime e a letra da nossa constituição tem o valor de verdadeiras abstrações. A representação das minorias é, para citar um outro exemplo, um modelo constitucional, absolutamente esquecido, propositalmente ignorado (Sessão da Câmara de Deputados de 15/02/1915).

Manoel acreditava que a lei eleitoral tinha que abolir do Senado e da Câmara o filhotismo, isto é, os filhos, genros, os moços bonitos e bem trajados,

mas inexperientes, sem a prática do mundo e das coisas, desconhecedores das condições econômicas e financeiras do pais, alheios a tudo quanto diz respeito ao comercio e a indústria, não compreendendo o que é o sistema tributário. Era necessário enveredar por uma estrada nova, convencendo os bacharéis que a câmara e o senado não são repartições burocráticas, nem os cargos de senador e deputado são vitalícios, pois enquanto se alega para a reeleição que o doutor abandonou as letras ou perdeu a clínica, não havendo outro remédio senão reelegê-lo para que não morra de fome. Justificam a inércia e o silêncio em toda legislatura alegando a dependência que estavam do chefe do partido ou do presidente da república. O mal do nosso parlamento estava na dependência em que vive a maioria dos seus membros, que não ousam arcar com os governos (A Razão, 22/02/1918. Jornal do Brasil, 21/02/1918)

Os eleitos que não se enquadram no perfil acima não fazem carreira, não são reeleitos. Como Manoel que durante seus seis anos de mandato só votou "de acordo com sua consciência" não se rendendo a invencível sedução de Pinheiro Machado[727] não se enquadrava no perfil desejado. Não era doutor e nem coronel e demonstrou que podia-se viver sem o atraente subsídio de deputado. *"A política é o berço da preguiça e da vaidade. Quem não sabe o que vale o trabalho e o seu produto não pode legislar sobre o que não tem e muito menos sobre o que é dos outros. Por isso a representação nacional deveria fazer parte todas as classes"* afirmava Manoel em entrevista ao jornal Diário da Tarde de 28 de dezembro de 1914. Continua a entrevista apontando que o deputado ou senador que, deixando de o ser, não tem com que pagar o aluguel da casa, por mais inteligente e ilustrado que seja, não tem os requisitos necessários para defender os direitos que lhe são confiados, porque antes de tudo, tem que atender as exigências da própria barriga[728]. E finaliza com a mensagem de que *"o eleitorado deveria escolher para as futuras legislaturas homens que não enriqueceram na política e que dela não precisam para viver"*.

[727] Barbosa Lima e Irineu Machado eram os principais opositores de Pinheiro Machado no Congresso durante as duas legislaturas de Manoel Correia Defreitas.

[728] Em entrevista ao mesmo jornal no ano de 1918 Manoel aponta que dos 225 deputados, talvez 50 pagassem impostos direito, o restante não, por isso votam as monstruosidades que atingem as classes trabalhadoras. Impossível ler essa passagem e não relacionar com a situação atual do Brasil e a polemica em torno da Reforma da Previdência proposta pelo governo Michel Temer onde novamente se "votaram monstruosidades que atingirão as classes trabalhadoras".

Em entrevistas aos jornais da época alega que não iria se candidatar às eleições de 30 de janeiro de 1915 para deputado federal pois, estava adoentado e precisava se tratar, além de ter perdido um membro da família[729]. Os jornais davam como certa sua reeleição e lamentam a falta que faria o representante da minoria, visto ele ter sido o que melhor defendeu os interesses do Paraná na questão dos limites com Santa Catarina.

Na verdade Correia Defreitas percebeu que não seria reeleito pois, no pleito anterior já entrou na quarta colocação e com o desenrolar nos últimos anos não contava com o mínimo apoio nem da situação e nem da oposição (O Imparcial, 02/02/1915). Afirmava-se que a representação do Paraná nas eleições de 1915 seria igualitariamente distribuída a situacionistas e dissidentes, não sendo contemplado o Luiz Bartholomeu. Seriam reconhecidos os dois candidatos do partido que apoiavam o governo local, Luiz Xavier e João Perneta, e dois da dissidência chefiada pelo senador Alencar e Xavier da Silva, que seriam o general Alberto Abreu e Carvalho Chaves. Correia Defreitas estava fora de qualquer cogitação (Estado do Pará, 12/04/1915).

5.5 – Outras candidaturas

No início do ano de 1918 começa-se a falar dos candidatos da oposição para as eleições de 1º de março de 1918 para a Câmara Federal. Manoel Correia Defreitas não quis sair candidato a senador e nem a deputado federal. Fala que a oposição no Paraná naquele momento não estava vinculada a nenhum partido e que Affonso Camargo sendo a situação ninguém ousava combatê-lo, e ele elegeria facilmente os quatro correligionários que quisesse (O Imparcial, 01/02/1918. O Paíz, 01/02/1918). Correia Defreitas não quis concorrer à eleição por sentir sua independência e o seu civismo incompatíveis com a corrupção que dominava os meios políticos e os representantes federais do congresso nacional. Depois fez uma avaliação do governo do presidente Wenceslau Brás que não cuidava dos

[729] A irmã Escolástica, com quem ele morava quando estava em Curitiba, havia falecido dia 24 de janeiro de 1915.

problemas principais como o combate ao analfabetismo e dos meios de transporte abandonados. O presidente deveria ao menos incrementar a construção de navios já que havia madeiras, incentivar o crédito agrícola, a extração do carvão natural, e o imposto progressivo sobre a renda. O único imposto que Correia Defreitas achava racional era a taxação sobre a renda (A Razão, 25/02/1917).

Em 1919 seu nome é cogitado para concorrer às eleições de deputado estadual no Paraná, mas sua candidatura não se efetivou

O nome de Manoel é cogitado para concorrer novamente as eleições federais como deputado em 1923, mas a candidatura não se efetivou. A república estava sendo uma madrasta para esse velho propagandista. Declarava-se contra a reeleição para o executivo, referindo-se a reforma constitucional feito por Caetano Munhoz da Rocha, porque esta permitiria se criar formas de governo como o Borgismo (RS) e o Porfirismo (México). Falou que por esse motivo havia se afastado voluntariamente da vida pública, não pleiteando sucessivas reeleições, apesar da solicitação dos amigos. *"Considero uma utilidade e uma necessidade imperiosa a renovação de homens no regime político em que vivemos para a renovação das ideias, para o surgimento de opiniões e sugestões inéditas a propósito de velhos problemas e para que esses velhos problemas sejam apreciados em face de seus novos aspectos, de suas condições atuais"* (O Jornal, 22/04/1923).

A classe conservadora do Estado do Paraná na década de 1920 era representada pelos membros da Associação Comercial do Paraná e Affonso Camargo, que dominavam a política e colocaram no ostracismo nomes que foram importantes para a política paranaense como Manoel Correia Defreitas, Xavier da Silva, Generoso Marques, Alencar Guimarães, Luiz Xavier, Ottoni Maciel, João Pernetta, Carvalho Chaves, Menezes Doria, Enéas Marques, Niepce da Silva, Nestor Victor, Rocha Pombo, Ulysses Falcão Vieira, Hugo Simas, etc. O senador Affonso Camargo que comandava a política local, preferia colocar nomes apagados e desconhecidos na chapa do partido do que os das pessoas que ajudaram a construir a república no Paraná (O Dia, 01/10/1925).

Nas eleições para deputado federal de 1927 Manoel Correia Defreitas e David Carneiro eram os candidatos pela minoria (A Manhã, 03/02/1927). Para essa

retomada da sua vida política os jornais e os panfletos de propaganda destacavam sua atuação antes de 15 de novembro, na propaganda republicana e depois de 1889 para a consolidação do regime adotando medidas democráticas em vários momentos como na campanha do Contestado e nos projetos de leis que apresentou enquanto deputado federal. Não era um programa com pontos novos, mas uma memória narrativa de sua trajetória política até aquele momento – mesmo porque a maioria dos projetos apresentados anteriormente por Manoel nunca se efetivaram então podiam continuar a ser projetos de campanha.

Concluída a apuração dos votos em 28 de março de 1927 o resultado foi o seguinte:

- Senado: Generoso Marques (945 votos), Albuquerque Maranhão (14.825).

- Câmara: David Carneiro (6.517 votos), Lindolpho Pessoa (10.845), Eurides Cunha (10.465), Arthur Franco (10.406 votos), Plinio Marques (10.226 votos), Niepce da Silva (1.017), **MANOEL CORREIA DEFREITAS (44)**[730], e outros menos votados.

Affonso Camargo era a situação (Partido Republicano Paranaense) e compôs a chapa para deputado federal e o terço do senado, não deixando lugar para a oposição. Generoso Marques que discordou das indicações para presidente e vice da república foi cortado. Munhoz da Rocha terminando o mandato duplo queria ir para o senado e fazer Albuquerque Maranhão, o chefe de polícia, seu sucessor. Depois do senado seria candidato a governador do estado novamente (O Dia, 25/01/1927). Os affonsistas furaram o rodízio quando “descarregaram” os votos em Lindolpho e Eurides, os candidatos mais votados - mesmo descontando os votos fraudados. Para os governistas Plinio deveria ter sido o menos votado devido as suas emendas religiosas, mas foi bem votado. Os munhozistas foram

[730] Relegado ao ostracismo na política paranaense, Manoel Correia Defreitas desfrutava de reconhecimento fora do Paraná. Nessas mesmas eleições Maurício Lacerda e Manoel Correia Defreitas levantam a candidatura de Luiz Carlos Prestes pelo 1º distrito do Rio de Janeiro. Lacerda era candidato a deputado federal pelo 2º distrito da capital federal/Rio de Janeiro e pede para os amigos do 1º distrito que apoiem a candidatura de Luiz Carlos Prestes contra a política do suborno. Manoel candidato a deputado federal pelo Paraná solicita aos amigos da capital federal que iriam levantar sua candidatura pelo 1º distrito que desistissem e apoiassem a candidatura de Luiz Carlos Prestes. Como Prestes deixa o território brasileiro em fevereiro de 1927 a campanha não se efetiva (Diário da Tarde, 20/01/1927).

Manoel também foi convidado para se candidatar a deputado estadual por Minas Gerais, mas ele declina do convite alegando que apesar das muitas relações que tem com Minas e das antigas amizades, não poderia ser candidato senão pelo Paraná (Gazeta do Povo, 10/01/1927).

menos hábeis e inteligentes. O jornal deixa claro o prestígio eleitoral de Affonso Camargo e o desprestígio de Caetano Munhoz que vinha tentando derrubar Affonso. Se Affonso Camargo quisesse e tivesse feito uma força teria elegido Generoso para o senado no lugar do Maranhão[731]. Os 945 votos de Generoso foram espontâneos pois, ninguém se empenhou em fazer campanha para ele. As fraudes eleitorais preparadas pelos governistas deram 4500 votos para o Plinio prejudicando David Carneiro do Partido Democrático. Os candidatos governistas eram Lindolpho, Eurides, Arthur e Plinio. Os outros eram oposicionistas (O Dia, 29/03/1927).

Os apenas 44 votos que Manoel recebeu nessas eleições demonstram como estava relegado ao ostracismo político. Recebeu forte apoio de um grupo de amigos locais e de outras regiões do país, mas já não dispunha de capital político suficiente para ser eleito. Na verdade, nem para ser eleito e nem para se nomeado. A partir de 1915, depois de seu último mandato como deputado federal, não conseguiu mais se eleger para nenhum cargo político. Também não teve nomeação para nenhuma outra função política, nomeações essas que já foram poucas quando ainda estava em seu “auge” político logo após a implantação da república (ver Apêndice 17).

Ainda era muito requisitado para dar “consultorias” sobre os diferentes temas da agenda política da época. Era extremamente ativo em seu trabalho na Sociedade Nacional de Agricultura. Suas propostas de combate ao alcoolismo foram retomadas na década de 1920 e estavam sendo plenamente divulgadas fazendo seu nome circular em toda a imprensa nacional. Os seus capitais simbólico e cultural estavam associados ao seu passado militante na propaganda republicana e eram a base do “prestígio” que ainda desfrutava como sendo um dos últimos representantes vivos do movimento republicano. Era convidado para participar de muitos eventos, congressos, reuniões e dar palestras que discutiam sobre a realidade econômica e social do Brasil (figuras 195 e 196). Esses convites vinham de diferentes grupos como do Partido Socialista, Partido Comunista, sindicatos de diferentes categorias, associações civis como dos comerciários e de industriais, centros acadêmicos, centros culturais, entre outros. Mas, como apontou Caio

[731] Ver Anexo 30 – Modelo de cédula eleitoral em 1927.

Machado em 1934 *"Correia Defreitas estava alistado numa eterna oposição em que morreu!"* (O Dia, 15.11.1934).



Figura 195 – Em 12 de outubro de 1925 participa da mesa de abertura do curso público sobre a questão social no Brasil ofertado pelo Partido Socialista do Brasil na Universidade Livre/RJ. Fizeram parte da mesa Carpentier e Gama (diretores da Universidade Livre) e Fabio Luz.
Fonte: O Brasil, 26/10/1925



Figura 196 – Charge com Manoel Correia Defreitas (1929)
Fonte: Jornal do Brasil, 26/04/1929

Manoel Correia Defreitas foi destaque na política paranaense até o ano de 1916 depois caiu no ostracismo quando Affonso Camargo foi eleito pela primeira vez governador do Paraná. Affonso Camargo foi seguidor de Generoso Marques na oposição a Vicente Machado. A União Republicana foi organizada sob os esforços de Manoel Correia Defreitas, com o apoio do governo provisório e adesão dos liberais liderados por Generoso Marques tendo como principais articuladores Silveira da Motta, Menezes Doria, Tertuliano de Freitas, Berlamino Mendonça, Chichorro Junior, Emydio Westphalen, Claudino dos Santos, Theophilo Soares, entre outros. A primeira eleição do regime republicano no Paraná foi em 10 de abril

de 1891 onde defrontaram-se as duas grandes correntes: de um lado a do Generoso Marques (apoiado pelo presidente do Estado Aguiar Lima) e de outro a de Vicente Machado (oposição). Derrotados os partidários de Vicente Machado, o Congresso Estadual elegeu Generoso Marques como presidente do Estado, Silveira da Motta e Correia Defreitas como seus substitutos imediatos. Menezes Doria assumiu a presidência do Congresso Estadual. Em 29 de novembro de 1891 a Assembleia é dissolvida e sobe ao poder Vicente Machado que faz eleger Xavier da Silva como presidente do Estado, nos moldes da Constituição de 7 de abril de 1892. As lutas políticas foram acirradas. Daí veio a Revolução Federalista que aumentou ainda mais a vala entre os dois partidos. Nessa época aparece em cena Affonso Camargo, como promotor do Estado e Generoso Marques o acolhe e o elege deputado em 1896 (e depois Affonso Camargo ocupa o lugar no coração de Generoso Marques que era do Desembargador Motta). Affonso Camargo vence na carreira pública com o apoio e prestígio de Generoso Marques e quando foi governador conspirou para a queda e aniquilamento de seu padrinho cometendo o crime de ingratidão (O Dia, 28/03/1924).

A música tocada nessa época que definia a dança das cadeiras, conforme Goulart (2014), era que o governador indicava nomes para a Assembleia Legislativa e Manoel teria que passar por esse crivo. A forma de Manoel Correia Defreitas angariar capital político não foi pelo número de mandatos eletivos, esses na prática ele teve muito poucos, somente quatro e nem por meio de cargos de nomeação. Mas por ser membro originário de uma família histórica e tradicional do litoral paranaense e catarinense suas “folias e extrapolias” eram suportadas. Não fazia parte do núcleo duro da classe dominante, mas estava no seu entorno. Somente com a Coligação Republicana de 1908[732] Manoel garantiu sua elegibilidade, agora poderia participar no centro do campo político. Ser da oposição como era Manoel significava enfrentar todo tipo de dificuldade. O terço da minoria na verdade era mais uma oposição ritualística do que uma alternativa política pois, na maioria das vezes a própria situação fazia as indicações dos nomes que

[732] A fusão dos partidos políticos do Paraná em um único foi demonstração de acomodação de interesse e não uma união doutrinária para desenvolver o estado. A Coligação Republicana Paranaense não foi um partido político, mas um a reunião de um grupo.

ocupariam esse terço. O Partido Liberal acabou sendo a opção para os excluídos do jogo político dominado pelo Partido Republicano Paranaense. Pregava a reforma política instituindo o voto secreto e obrigatório, a representação das minorias e a fiscalização eleitoral. Manoel não manteve uma fidelidade partidária, agia conforme "sua consciência", conforme ele mesma anunciara em seu discurso de posse na Câmara dos Deputados dia 5 de junho de 1909. Passou pelo Partido Republicano, pela Uião Republicana, pelo Partido Revisionista, pelo Partido Civilista, pelo Partido Operário, pelo Partido Liberal. Apoiava os Partidos Socialista e Comunista. Nas últimas eleições a que concorreu em 1927 se apresentou como candidato avulso. Para a Gazeta de Notícias de 21 de abril de 1912 declarava: *""minha política foi, é e será sempre de interesse geral. É uma política de princípios e não de individualidades. Sou inimigo de sistemas e por isso nunca me sujeitei a partidos. O meu partido é a Verdade, a Justiça onde quer que estejam".*

Ficou com a imagem de um deputado inadaptado, mas ainda assim com uma imagem sólida sendo uma das principais referências da Primeira República. Foi um deputado independente, procurava defender as boas práticas parlamentares, defendendo os menos favorecidos, opondo-se a qualquer forma de privilégio.

O quarto poder da Primeira República foi a imprensa. Era útil explanar e tornar conhecidas as ideias a respeito dos temas colocados pela agenda política do momento quanto para rebater como para responder os adversários. Era um meio pelo qual se poderia adquirir capital político, e também perdê-lo. Funcionava como uma espécie de prolongamento das discussões do congresso. A imprensa era um importante canal de ligação entre a sociedade e o político. Ser dono ou editor de um jornal conferia acesso a uma rede de favores e favorecimentos. Por outro lado, nada disso adiantava se o aspirante não tivesse uma boa rede de relações políticas com os grupos no poder, pois *"um político vive de alianças"* já diz o ditado popular. Um candidato não precisava de partido político para se eleger na Primeira República. Podia concorrer avulso. Neste caso iria disputar a terça parte destinada a oposição (Lei Rosa e Silva de 1904). O problema é que esse dispositivo não era respeitado nem pelas grandes unidades e nem pelas menores. A posição de oposicionista ferrenho podia até trazer dividendos eleitorais para Manoel Correia Defreitas, mas não garantia a sobrevivência por muito tempo no jogo político do

período. Para pleitear uma vaga a uma cadeira no Congresso, quem era avulso ou da oposição podia até ser eleito, mas precisava passar ainda pela mais importante fase do processo eleitoral: o reconhecimento (a verdadeira eleição)[733]. Essa etapa era controlada pelos setores afinados com a corrente política predominante nos estados e, por sua vez, com o governo federal. Algo que limitava, em muito, as chances de êxito. Assim, para que um candidato pudesse efetivamente se eleger e ser reconhecido, era fundamental ser apoiado por lideranças políticas regionais e ou nacionais. Fazer parte da chapa governista, ou uma vez fora dela, ter importantes ligações com as bases do governo no Congresso era o caminho mais indicado. Procedendo dessa forma, as chances de ser degolado diminuíam sensivelmente. O êxito na empreitada politica estava relacionado com as alianças e compromissos políticos com a situação[734].

Manoel Correia Defreitas apoiou a Revolução de 1930. Em entrevista em sua residência em Curitiba, apesar de adoentado, mostrou a mesma envergadura nas ideias republicanas como se estivesse nos tempos da propaganda. Declarou que estava cheio de ufania, satisfeito por ver a participação dos paranaenses na revolução: *"o povo do Paraná, se alguma falta conta no passado, por ter aturado tão maus governos, numa convivência tácita com eles, resgatos agora as suas culpas com grande saldo, abrindo os braços à revolução e lhe prestando concurso da valorosa mocidade"* (O Dia, 23/10/1930). Comentou que quando Affonso Camargo venceu para a segunda gestão como governador do Estado do Paraná, após uma primeira gestão tão desastrada, ele se retirou de Curitiba, indo para a Lapa para não ver os "funerais do Paraná". Mas agora, como os poucos republicanos históricos ainda vivos e desiludidos com a república implantada no

[733] Em 1905 José Gomes Pinheiro Machado estava à frente da Comissão de Verificação de Poderes do Senado cuja função era decidir quais candidatos eleitos pelo povo poderiam ou não tomar posse (novos mandatos parlamentares assim eram mortos no berço, como o caso de Manoel Correia Defreitas no ano de 1906). Ele se opõe a prática presidencial de indicar sucessor e inviabiliza a candidatura de Lauro Muller à sucessão de Rodrigues Alves. Consultar: GIUDICE, Claudia. **O poderoso chefão: eminência parda, mandarim e implacável. O senador Pinheiro Machado, assassiando há 100 anos, mantém o título de homem mais poderoso da república.** Aventuras na História, Edição 150, janeiro 2016, p.30-39.

[734] Para ingressar no seleto grupo de representantes da elite política, ter origem abastada (riqueza) ou laços de parentesco com famílias tradicionais (origem familiar) tinham um poder decisivo. Os laços familiares desses grupos remetiam a um grupo de famílias ligadas estreitamente por laços consanguíneos ou pelo casamento. Amizades e laços pessoais também eram critérios definidores do processo de recrutamento eleitoral.

Brasil, ele via a Revolução de 1930 com a chance de se efetivar a república sonhada dos tempos da propaganda:

> Fé inabalável em que, a vista amarga da experiência colhida nesses 40 anos de república, a revolução é que irá implantar no Brasil o verdadeiro regime republicano porque o atual não passa de uma orgia administrativa, um grande sindicato de negócios com a matriz no Rio de Janeiro, sucursais nos estados e filiais nos municípios. É penhor dessa esperança o valor dos homens que estão à frente de grande cruzada cívica, principalmente a figura impoluta de Getúlio Vargas. (O Dia, 23/10/1930).

Pouco antes de falecer, Manoel teve um último encontro com Raul Gomes a quem declarou estar cheio de tristeza pelo desinteresse da Revolução de 1930 pela causa educacional (O Dia, 29/07/1932). Sempre viu a educação como a estrutura que garantiria a verdadeira democracia. Inspirado nos ideiais da democracia norte-america apresentou um projeto de lei de em 1910 que estabelecia a instrução elemento obrigatório em todo país e propunha larga difusão do ensino profissional, incorporando nas escolas mais importantes das cidades e vilas uma seção de aprendizado de ofício. Acreditava que tal ideia seria retomada agora com Getúlio Vargas. Morreu desiludido, ***"triste fim de Manoel Correia Defreitas"*** que assim como Policarpo Quaresma[735] e muitos outros brasileiros, cujo sonho da república acalentado em ter um país menos pontuado pelas frestas da desigualdade, do nepotismo, do favoritismo, da insegurança, entre inúmeros outros males que assolavam o Brasil, dissipara-se ainda no começo do período republicano que demonstrou que a construção da história republicana brasileira se constituía como instrumento das classes dominantes e reforçava o cenário de exclusão. O estado republicano nasce falido no compromisso com a população mais desassistida e reforça um dos males políticos julgado incuráveis na sociedade brasileira que é a naturalização da hierarquia da sociedade calcado no imaginário conformista popular de resignação diante desses males.

[735] BARRETO, Lima. **Triste fim de Policarpo Quaresma.** SP: Ciranda Cultural, 2010.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

"É preciso libertar o Brasil e salvar a república ..." (Correia Defreitas a Raul Gomes em 1932)

"Lembramos mais de um Ruy Barbosa pelas suas derrotas jurídico-políticas, do que lembramos dos que o venceram e deixaram o Brasil como é hoje, um país ainda miserável de direitos, sedento de justiça e de democracia para todos!" (Ricardo Costa de Oliveira em seu Facebook dia 19/01/2017).

Na sessão do Senado Federal de 29 de maio de 1951[736] o senador paranaense Othon Mader[737] pronunciou um discurso sobre o centenário de nascimento de Manoel Correia Defreitas. Ressalta que a história tem sido ingrata e injusta para com aquele que foi um dos homens públicos brasileiros dos mais eminentes e do mais alto valor moral. Era um caráter sem jaça (falha), um democrata intuitivo e profundo, um coração boníssimo, uma inteligência rara. Todas as suas energias, toda a sua capacidade e toda a sua vida foram integralmente dedicadas ao bem público. Dele só se pode dizer que foi

[736] Diário do Congresso Nacional, de 31 de maio de 1951, p. 3396. Uma versão mais condensada saiu no Jornal do Brasil/RJ de 30 de maio de 1951. Na Gazeta de Notícias/RJ de 30 de maio de 1951 há uma nota indicando que Othon Mader possuía mais de 20 laudas datilografadas sobre o centenário de Manuel Correia Defreitas, mas o senador udenista depois de ressaltar os pontos altos da vida do ilustre paranaense, desistiu de ler as 20 laudas e pediu que elas fossem transcritas na íntegra no Anais do Diário do Congresso Nacional.

O senador Gomes Oliveira faz um aparte e destaca que Correia Defreitas deixou nome não apenas na história do Paraná, mas também da de Santa Catarina e do Brasil, pelo arrocho de suas ideias e pela vivacidade de sua inteligência e do seu espírito. Seguem as notas biográficas sobre Correia Defreitas e o senador finaliza solicitando a mesa que envie um telegrama à Assembleia Legislativa do Paraná ressaltando a justiça da comemoração e a solidariedade do senado (Diário do Congresso Nacional, de 31 de maio de 1951, p. 3396).

[737] Othon Mader (1895-1972) filho de Nicolau Mader e Francisca da Costa Mader. Casado com Olivia de Abreu Mader. Foi prefeito de Foz do Iguaçu (1931), prefeito de Ponta Grossa (1932), senador pelo Paraná (1951-1959) e deputado federal (1959-1963) pela UDN. Também foi Funcionário da Comissão de terras do Paraná; Diretor do Departamento Geográfico, Geológico e Mineralógico; Diretor do Departamento de Terras e Colonização; Secretário da Agricultura; Secretário da Fazenda; Secretário da Viação e Obras Públicas. Disponível em http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/Parana-Othon-Mader.pdf. Acesso 02.janeiro.2017. Ver também Diário do Paraná de 12 de fevereiro de 1974.

desprendido, altruísta que em nenhum momento da sua vida pensou em si e no seu bem-estar, no seu interesse. Viveu para a pátria e para a sua gente, com o pensamento fixo na felicidade e no progresso do Brasil. Ousa afirmar que *"quem conheceu* ***ou vier a estudar a vida desse grande paladino da república e da democracia*** *há de me dar razão",* que nenhum dos nossos grandes vultos políticos e respeitáveis estadistas do império e da república, superaram Correia Defreitas, no seu amor, na sua pureza e na sua luta pela causa da liberdade, da justiça, da fraternidade, do progresso econômico e do bem-estar social do seu povo. Quando o mundo ainda vivia esquecido de certos princípios de humanidade e que só vieram novamente ao conhecimento geral dos povos com a encíclica "Rerum Novarum"[738] do Papa Leão XIII, em 1891, Correia Defreitas já havia percorrido boa parte do Brasil numa extensa e persistente campanha pela república e pelos ideais democráticos de igualdade política e justiça social[739].

Vejam bem como são as coisas! Sessenta e seis anos depois das palavras de Othon Mader cá estou eu tendo que responder se darei razão ou não ao ex-

[738] De 15 de maio de 1891 a carta encíclica "Rerum Novarum" (das coisas novas) trata sobre as condições das classes trabalhadoras em que as ideias distributivistas de Wilhelm Emmanuel von Ketteler e Edward Manning tiveram grande influência na sua composição. Trata de questões levantadas durante a revolução industrial e nas sociedades democráticas no final do século XIX. Leão XIII apoiava o direito dos trabalhadores formarem a sindicatos, mas rejeitava o socialismo ou social democracia e defendia os direitos à propriedade privada. Discutia as relações entre o governo, os negócios, o trabalho e a Igreja. Critica fortemente a falta de princípios éticos e valores morais na sociedade progressivamente laicizada de seu tempo, uma das grandes causas dos problemas sociais. O documento papal refere-se a alguns princípios que deveriam ser usados na procura de justiça na vida social, econômica e industrial, como por exemplo a melhor distribuição de riqueza, a intervenção do Estado na economia a favor dos mais pobres e desprotegidos e a caridade do patronato à classe operária. Disponível em https://w2.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html. Acesso 02.janeiro.2017.

[739] Continua o senador afirmando que é preciso que a história do Brasil faça justiça a esse que foi um ardoroso defensor dos ideais republicanos e democráticos, inscrevendo seu nome ao lado daqueles outros eminentes brasileiros que proclamaram a república e consolidaram o regime. Como maneira de fazer justiça histórica o estado do Paraná comemorou com uma festa cívica o primeiro centenário de nascimento desse excepcional vulto paranaense, raro pelo seu temperamento e espírito público. O senador pede para que seja registrado nos anais do senado um resumo biográfico de Manoel Correia Defreitas. Essas notas biográficas foram baseadas nos textos da Genealogia Paranaense, de Francisco Negrão, e na Galeria Paranaense, de Sebastião Paraná e nas lembranças que o próprio senador tinha do ex-deputado paranaense, pois o conheceu pessoalmente. Ele foi amigo e companheiro de seu pai, Nicolau Mader, coronel da Guarda nacional. Juntos militaram na política, desde a campanha republicana, foram deputados estaduais no mesmo biênio (1908-1909) e sempre mantiveram estreitas relações políticas e pessoais. Correia Defreitas era frequentador assíduo da casa de seu pai, onde entrava durante o dia e só se retirava altas horas da madrugada, sempre loquaz e ardoroso, expondo e defendendo suas ideais e seus projetos.

senador. Diversas narrativas sobre Manoel Correia Defreitas foram produzidas: umas ainda durante a sua vida e outras após a sua morte. Esses discursos destacaram, sobretudo, a participação de Manoel no campo político paranaense e muitas outras questões não foram lembradas ou foram propositalmente esquecidas, ou então perderam-se na poeira do tempo. Ao se escolher apenas um ângulo da sua vida, teoricamente o mais significativo, as outras múltiplas relações, a riqueza, a diversidade e as contradições presentes em qualquer existência individual foram obscurecidas, ainda mais numa trajetória tão cheia de percalços e batalhas como a de Manoel.

Manoel merecia um estudo por ser uma das poucas figuras republicanas históricas do Paraná com projeção e reconhecimento nacionais na sua época. Conhecer uma figura como Manoel é perceber que o Paraná não era periférico, mas tinha (e tem) nomes potenciais. O Paraná sempre foi e continua sendo um produtor de nomes, ideias e críticas sendo referência para o entendimento de muitos dos fatos nacionais, ao mesmo tempo em que apresenta as suas particularidades na formação brasileira.

O primeiro ponto de contribuição dessa tese está na nova análise do ramo da Família Correia da qual Manoel faz parte. Os estudos anteriores a apontam como uma família da camada média e abolicionista, mas na verdade foi uma família rica e escravocrata. Em pesquisa aos periódicos da segunda metade do século XIX vemos que existia um outro ramo da família Correia de Freitas[740] que

[740] Em entrevista em abril de 2014 com membros do Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá ele apontaram que existiam três ramos da Família Correia Defreitas na cidade:
1. os originários da nobreza da terra (ramo do Manoel Correia Defreitas);
2. um ramo com origens em Pernambuco e que migrou para o Paraná no início do século XIX (origem de Sebastião, o "Catatau da Farmácia");
3. outro ramo com origem em Guaratuba (não souberam citar algum nome de exemplo).

Deixo aqui o registro coletado por meio da história oral e que terá que ser verificado em futuras pesquisas documentais. A dificuldade de acesso ao acervo da Cúria de Paranaguá não possibilitou o avanço da pesquisa genealógica da Família Correia de Freitas para entender sua ramificação e esclarecer alguns laços de parentesco. Não se tem acesso ao acervo da Cúria para consulta e levantamento de dados. Hoje a pessoa deve levar os dados "corretos" da pessoa da qual se deseja a documentação e fornecer para uma funcionária que consulta os originais e o transcreve para o solicitante. Não se tem acesso aos originais para verificar essa transcrição que não é feita por um profissional da área (ressaltando que o conhecimento paleográfico é um instrumento de trabalho fundamental e necessário para a transcrição de documentos antigos). Paga-se o valor de mercado de um cartório para se obter essa cópia do registro de batizado, casamento ou óbito e a qual nem temos como verificar se está de acordo com o documento original. Uma verdadeira barreira que impede o avanço de muitas outras pesquisas.

Outro dado constatado em entrevistas com pessoas que possuem o sobrenome Correia Defreitas é que algumas se dizem como pertencentes ao ramo da família de Manoel Correia

nas vésperas da abolição estava alforriando seus escravos. Ainda é necessário um estudo sobre esse ponto para se entender a relação entre esses dois ramos da família. Aqui, além da dificuldade de acesso aos documentos da Cúria de Paranaguá, temos um outro ponto duro encontrado nas realizações de estudos genealógicos: a imprecisão onomástica. Há muitos homônimos, troca e omissão de nomes que levam à confusão e ao perigo de se cometer falsas afirmativas. Acredito que essa tenha sido a causa que levou os trabalhos anteriores a apontarem o ramo da família de Manoel como abolicionista: os homônimos. No litoral paranaense na mesma época do nosso biografado existiam três “Manuéis” e dois “Josés” Correia de Freitas[741].

Outro aspecto confirmado pelo presente trabalho e já apontado por Ricardo Costa de Oliveira é que a Família Correia de Freitas era da nobreza da terra. Os ancestrais de Manoel Correia Defreitas eram militares e comerciantes. Um chegou a ocupar o cargo de sargento-mor que ficava abaixo apenas do capitão-mor, o maior cargo militar da época colonial. Esses ancestrais circulavam entre o litoral do Paraná e Santa Catarina, casando com mulheres de famílias tradicionais e históricas da região.

Manoel Correia Defreitas nasceu em uma família que possuía terras, escravos e era originária da nobreza da terra, portanto, apesar de ter ocorrido o empobrecimento da família com a morte do pai ficando seus membros por um tempo numa situação vulnerável, ocorrerá a reconversão na área financeira. Manoel será um destacado comerciante e José ocupará altos cargos do funcionalismo público. As duas irmãs que se casam, entram para famílias

---

Defreitas, mas não forneceram informações como os nomes dos pais e avós – o que já teria ajudado imensamente para a composição da árvore genealógica – para sabermos de qual ramo, dos três acima indicados, eles fazem parte ou seria de um novo ramo ainda não levantado. Enfim, um certo imaginário de “grande cidadão e republicano” ainda ronda sobre a figura de Manoel Correia Defreitas e fazer parte da família dele seria uma “honra”.

Outros não sabem afirmar de qual ramo fazem parte pois, os mais antigos que poderiam ter alguma informação mais consistente já faleceram e como eram crianças quando escutaram a história de um certo membro da família que foi senador e usava cinco coletes para disfarçar a magreza não se interessaram em saber mais detalhes. Aqui vemos a confusão entre as famílias Correia e Correia de Freitas pois, a descrição de algumas lembranças remetem mais a histórias da família Correia, como o cargo de senador ocupado por membros dessa família e não pela família Correia de Freitas. Ainda há muito a ser estudado e esclarecido com relação a parte genealógica dessa família.

[741] Ver nota 169 para Manuel e nota 310 para José.

tradicionais do litoral paranaense dedicadas sobretudo ao comércio: a família Miranda de Guaratuba e a família Machado Silva de Paranaguá. As duas irmãs solteiras sempre estiveram ao encargo de Manuel após a morte da mãe em 1880[742].

Da família, Manoel herdou capitais sociais, simbólicos, culturais e políticos suficientes para desenvolver embates com figuras de peso no campo político paranaense e brasileiro. Ele não era desconhecido das rodas sociais da capital paranaense e da capital federal. Tinha um prestígio pessoal que lhe permitiu circular à vontade na política nacional e local. Toda a sua excentricidade e radicalidade eram toleradas justamente por ser originário dessa família colonial e histórica que lhe fornecia identidade nominal e genealógica (linhagem)

Como dito, a sua excentricidade era tolerada, mas não aceita. Foi ela que resultou no seu afastamento do jogo do poder, na sua exclusão da ocupação de mais cargos políticos eletivos e de nomeação durante a sua vida. Não chegava a se constituir um outsider pois era uma figura situada no campo do poder, mas não tinha acesso às posições dominantes do campo político devido a sua posição excêntrica. A sua classificação como uma figura “socialista”, “utopista” demonstrava o desdém parlamentar por ele. Esses adjetivos dado à sua pessoa evidencia uma ruptura na retórica tradicional tanto no congresso estadual quanto no federal. Era uma figura controversa, mesmo para seus contemporâneos, tendo recebidos os maiores elogios e as mais duras críticas. As dificuldades de relacionamento partidário e parlamentar não só esclarecem a personalidade de Manoel Correia Defreitas, mas também explicam o prestígio que gozava. O principal bem que herdou foi ser membro de um grupo coeso e estruturado por relações de parentesco. Isso lhe permitiu reconverter a situação financeira após a morte do pai e se manter como uma figura central no debate da questão republicana. Os seus vínculos de classe forneceram as teias de relações por onde se movimentou. E ele se inseriu em diferentes correntes de pensamento como a maçonaria, espiritismo, esoterismo, igrejas, institutos históricos e científicos, partidos políticos, clubes

[742] Leôncio Correia nos informa que em 1881 Manoel morava com as irmãs solteiras em uma chácara perto do Cemitério Municipal de Curitiba. Em entrevista com a neta Lucirene foi comentado que as irmãs Escolástica e Francisca estão enterradas juntamente com Manoel no Cemitério do Água Verde pois moravam com ele na Avenida Visconde de Guarapuava quando faleceram.

sociais, organizações de classe, sociedades e ligas nacionais, entre outros e com isso teceu uma rede complexa de sociabilidades nesses locais de saber e de poder, o que lhe foi útil durante sua trajetória direcionada à construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Os outros pontos relacionados à família Correia de Freitas apresentados nessa tese superam as indicações de Francisco Negrão na Genealogia Paranaense. Primeiro o fato de o casal Josefa e Domingos terem tido mais um filho entre os irmãos Manoel e Antônio – o menino Domingos que faleceu criança[743]. Segundo que a Amália apresentada na árvore genealógica de Manoel não era sua irmã – ainda falta levantar a documentação para saber o grau de parentesco entre eles (talvez primos?), mas irmãos não eram[744]. Terceiro que Manoel morreu solteiro mas deixou descendentes diretos. Com uma união não oficial com Lucilia Landal teve três filhos: Nihil, Meuma e Meden. Duas chegaram à idade adulta e lhe deram cinco netos: Lucilia Clara, Mozart, Josilene, Flávia e Lucirene. Ainda está em fase de levantamento o número de bisnetos e trinetos em diante. Por não ter tido uma união oficial seguindo as regras sociais do início do século XX esses membros da Família Correia Defreitas foram ignorados na obra Genealogia Paranaense. Não podemos deixar de questionar quantas pessoas mais estão de fora dessa obra fundamental da história paranaense por não serem frutos de união oficiais? Até mesmo o menino Domingos que era fruto de um casamento oficial ficou de fora. Isso não invalida a importância da obra de Francisco Negrão como **ponto de partida** para os estudos genealógicos paranaenses, mas demonstra quantas "frestas" ainda estão por ser descobertas, analisadas e estudadas e como o genealogista deve ficar atento as situações "extras" da vida cotidiana.

Optei por construir uma biografia multifacetada de Manoel Correia Defreitas a partir da perspectiva do cotidiano pois é nessa dimensão que os indivíduos passam a maior parte de suas vidas. Para realizar esse intento analisei os conteúdos que me pareceram centrais na vida cotidiana de Manoel: o trabalhador, o livre pensador, o militante e o político. Não consegui incluir a família como um

[743] Ver Árvore Genealógica Nº 2.

[744] Ver Árvore Genealógica Nº 10.

dos temas centrais para Manuel devido a falta de documentação. Ele não falava de sua vida privada e as notas sociais localizadas demonstram o seu círculo de amizades e o circuito em que atuava conforme os pontos centrais apontados acima. Aqui surgiu outra dificuldade da pesquisa: a extensão do universo de casos a tratar, que ultrapassou 25 mil ocorrências no sítio da Hemeroteca Nacional. Por uma questão metodológica me concentrei nos jornais de maior tiragem dos períodos imperial e republicano. Também ocorreu certa morosidade da pesquisa em certas fases do trabalho; principalmente nas pesquisas nos arquivos em que um verdadeiro garimpo deve que ser realizado. A coleção Correia Defreitas do acervo David Carneiro até então não tinha sido disponibilizada ao público para consulta e estava em plena fase de catalogação. Outra fonte de extrema importância são os anais do Congresso Legislativo do Paraná e da Câmara dos Deputados. Devido a sua capacidade de eloquência tem-se aqui um extenso material de análise sobre Manoel Correia Defreitas que por sua quantidade e qualidade merece um estudo mais aprofundado e em separado que já está em fase de execução. A análise desse material em separado dessa tese nos permitirá, entre outras coisas, entender como ele também concentrou, em diversos momentos da sua vida, seus esforços num ideal – a implantação de uma república verdadeiramente democrática. A dificuldade a que me refiro nesse item é com relação ao tempo hábil que temos para desenvolver uma tese de doutorado conforme os programas de pós-graduação: 48 meses e localizei material suficiente para uma vida de pesquisa!

Seu percurso multifacetado por si só justifica a necessidade de uma biografia de Manoel Correia Defreitas. O interesse em aprofundar o estudo da sua vida foi o de revelar acontecimentos importantes não bem esclarecidos e fontes que permaneciam desconhecidas ou mal conhecidas e inaproveitadas. Não fornecemos uma visão exaustiva de seu pensamento, longe disso. Essa é apenas mais uma narrativa biográfica, porém com maior assiduidade e sistemática que as anteriores e o ponto de partida para estudos dos mais variados temas sobre a história do Paraná e do Brasil. Através do estudo da vida de Manoel Correia Defreitas pode-se falar de muitos outros assuntos que envolvem a compreensão da sociedade paranaense e brasileira, como exemplo destacamos entre outros:

- da posição da mulher na sociedade brasileira no final do século XIX e do século XX não apenas analisando seus projetos de lei com relação à emancipação da mulher (que por sinal é marcado por uma visão patriarcal pois essa emancipação tinha que ser gradual e sem afetar a principal missão da mulher segundo o seu sexo que era a procriação) mas analisando a trajetória das mulheres da Família Correia de Freitas – suas sobrinhas e cunhada dedicadas ao magistério e ao campo da música e agora as suas recém descobertas filhas.

- do papel da imprensa e sobretudo da imprensa humorística do final do século XIX e início do século XX e sua contribuição para a formação de uma consciência crítica sobre a sociedade local e nacional.

- da Guerra do Contestado e da questão de limites nacionais e internacionais, sobretudo dos limites entre o Paraná e Santa Catarina, assunto “tabu” durante muito tempo entre os pesquisadores paranaenses pois, não se queria falar da “derrota do Paraná”, mas que hoje está mais estudado e discutido demonstrando como ainda há revelações a se fazer e pontos a se estudar.

- do seu pioneirismo na questão ecológica e ambiental quando da defesa da fauna e da flora – hoje chamado de desenvolvimento sustentável. Como e quando se começa a pensar no Brasil a defesa da fauna e da flora por meio de políticas públicas? Não se pode responder essa questão sem retomar os projetos de lei de Manoel.

- do “amparo” ao trabalhador operário apontando para a necessidade de uma legislação trabalhista para a classe trabalhadora e não apenas de programas de assistencialismo.

- da importância e necessidade da educação obrigatória, gratuita, universal e de qualidade. O projeto de lei da reforma da instrução pública de Manoel era algo muito à frente de seu tempo visto que considerava a educação como investimento e garantia de futuro do país e não como despesa (como infelizmente até hoje os governantes a consideram). Entre tantos pontos inovadores, ele coloca a necessidade da formação constante dos professores com remuneração garantida e do aumento salarial anual que esses profissionais tinham direito já demonstrando a necessidade de valorização da categoria que não perpassava (e não perpassa) apenas o aspecto financeiro, mas também o intelectual e o profissional. A ideia de

professores ambulantes, ou seja, de levar professores em locais aonde não se tinham escolas e que pelo número de alunos não compensava a construção e manutenção de uma, já é um pensamento da linha de Paulo Freire - as crianças dessas localidades tinham o direito de acesso ao ensino e era função do Estado fazer a educação chegar até elas.

- da tributação ser algo coerente e justo para garantir a manutenção dos serviços essenciais e não para enriquecer algumas poucas camadas da população. Era a favor a tributação sobre a renda – tema tão atual no momento de escrita dessa tese escrita cem anos após seu projeto de lei sobre o assunto.

- da agricultura e da indústria que foram outros assuntos a que se dedicou com muito afinco em sua vida. Depois da militância pela causa republicana era a preocupação com a terra e o desenvolvimento da indústria nacional os temas a que Manoel mais se dedicou. Nas duas esferas: agrícola e industrial defendia a organização de classe para troca de ideias e fortalecimento da categoria. Incentivava todos os ramos da indústria de acordo com os produtos e demandas específicas de cada região passando pela questão da tributação sobre os produtos nacionais e internacionais. Na questão agrícola destacava a importância do crédito para os agricultores pensado de acordo com a realidade de cada região do pais. Era um incentivador de constantes estudos sobre os diferentes produtos agrícolas e de reuniões constantes entre os agricultores para a troca de experiências e divulgação das descobertas científicas da área.

Esses são apenas alguns dos exemplos de estudos que podem ser realizados sobre a sociedade brasileira partindo da trajetória de Manoel. Também não pude deixar de imaginar ele defendendo suas ideias hoje e as pessoas o taxando de comunista e o mandando ir para Cuba: ainda mais que dia 3 de janeiro de 1897, às 17 horas no Passeio Público ele e outros “moços entusiastas e amantes da liberdade” fizeram um meeting em glorificação aos revolucionários cubanos (Diário da Tarde, 04/01/1897).

No caso brasileiro, a institucionalização da república oligárquica obscureceu as alternativas que se colocaram a ela. Nesse sentido, recuperar a trajetória de Manoel Correia Defreitas se faz necessária visto que ele era representante de uma corrente política que via alternativas ao projeto liberal-oligárquico, a análise de seu

pensamento e de seu projeto republicano podem servir para iluminar o período e fornecer subsídios para o entendimento do modelo republicano brasileiro do início dos séculos XX e XXI.

Sistemático, com uma base teórica consistente, altivo, Correia Defreitas ficou conhecido como um agitador, um propagandista bom de discurso e de briga. Visto como um polemista que produziu discursos políticos fortes, representante de um ideal socialista, é possível utilizá-lo como um contra-exemplo em relação aos outros. Criticava a monarquia por ser um regime político resultado da vontade pessoal. Qualquer que fosse a forma que assumisse: parlamentar, constitucional, absoluta ela nunca conseguiria realizar o fim último de ser um governo público baseado na racionalidade. A monarquia nunca seria uma república, mas a república pode não ser republicana. A república implantada veio desacompanhada do espírito republicano, cívico e democrático. As alianças empreendidas inviabilizaram a construção de alianças com os setores mais populares reforçando a exclusão ao mesmo tempo em que permitiu o controle por parte de uma elite conservadora que manteria inalterada a estrutura socioeconômica do país.

Seu estilo ácido e contundente lhe garantiu notoriedade. Mas a maneira de proceder do seu próprio tempo era essa: a polêmica. As de Manoel Correia Defreitas eram muitas, sobretudo as que travou com a bancada catarinense no Congresso Nacional acerca das questões dos limites entre o Paraná e Santa Catarina ou as com Lauro Muller quando da campanha anti-germanismo. As polêmicas se estruturam em torno de alguns temas norteadores do debate da época: republicanismo, questão de limites nacionais e internacionais, combate aos males sociais, imigração, elaboração legislação trabalhista, defesa e amparo aos vulneráveis, etc. Na verdade, é a visão particular de Correia Defreitas sobre cada um desses temas que gera controvérsia e leva ao choque de ideias e ao sucesso ou ao fracasso de sua ação política.

Como a população brasileira se mostrava alheia aos processos do regime republicano, a razão estava com a elite dominante, logo o povo ou era ignorante ou mal-intencionado. A implantação da república foi uma revolução conservadora para manter as coisas exatamente como estavam por medo do novo – o que a literatura chama da troca da coroa pela cartola. A proclamação não se deu contra um regime conservador em franca oposição com a sociedade, contra um regime envelhecido

com ideias econômicas e políticas se transformando num obstáculo para o desenvolvimento do país e nem contra um regime conservador tomando medidas restritivas ao seu desenvolvimento. Os membros dessa elite brasileira, os verdadeiros donos do poder **JAMAIS**, até os dias de hoje, aceitaram a implantação de um projeto social que passasse ao largo dos seus interesses imediatos, que implicasse melhor distribuição de renda, melhores oportunidades para todos, universalização de acesso à saúde e a educação de qualidade, etc.

Talvez o problema do Brasil esteja justamente na falta de um povo propriamente dito. Não há no país solidariedade ou mesmo uma ideia de comunidade nacional, daí a população pode ser manipulada como massa de manobra pelos setores oligárquicos. Ainda temos a tarefa de construir a própria nacionalidade. Para uma república ser popular é necessário o povo, então precisamos criar o povo brasileiro[745].

A república no Brasil foi provisória de 1889 até 1993 quando houve o plebiscito em que a população brasileira escolheu entre o regime republicano ou o monárquico, e entre o presidencialismo e o parlamentarismo. Esse plebiscito havia sido prometido por Benjamin Constant e estava no decreto do governo provisório de que o Brasil seria provisoriamente uma república até que o povo se manifestasse. A república instalada em 1889 tinha uma prática monárquica – aquela república prometida pelos propagandistas de ampliar a participação do povo, o voto popular, educação para todos, incorporação dos excluídos e ampliação da cidadania não se efetivou. A equação e distribuição do poder continuavam as mesmas do tempo do império.

Estudar a biografia de Manoel Correia Defreitas e recuperar a reflexão sobre a república brasileira. Ele enquanto propagandista e republicano histórico estava

[745] Manoel em 1909 já apontava que a população saía à rua dizendo-se em prol da sociedade brasileira, mas na verdade queriam manter seus privilégios (A Imprensa, 07/06/1909). Mais de cem anos depois, em 2016 quando ocorreram as manifestações pró-impeachment de Dilma e contra a corrupção a favor da sociedade brasileira me lembrei de Manoel. Esse movimento conduzido por uma elite branca é exemplo de um fenômeno típico da sociedade brasileira - o ódio político, o espírito golpista dos ricos contra os pobres. Seus membros apoiaram o afastamento de uma pessoa até o momento não citada nas denúncias e delações de corrupção para ser substituída por uma outra pessoa citada mais de 40 vezes em um único processo. Um movimento verdadeiro em prol da sociedade brasileira e contra a corrupção significaria permanecer nas ruas até que todos os envolvidos, independente de raça, credo e partido político, fossem afastados, mas o que ocorreu foi justamente a manifestação de ódio contra um governo que revelou preferência forte e clara pelos trabalhadores e pelos pobres.

imbuído dos valores associados ao republicanismo que eram a preocupação com o bem coletivo, com a gestão honesta e eficaz do orçamento público, com o amor à pátria, a liberdade e a igualdade perante a lei. José Murilo de Carvalho[746] em análise a situação política do Brasil no ano de 2016 conclui que *"o espírito republicano ainda não visitou nossa república e há de se perguntar se um dia o fará!"* Hoje procuramos angustiados os conteúdos republicanos da nossa república. O que vemos refletido nos comportamentos de nossos homens públicos e empresários e da população em geral é a própria negação dos valores republicanos e a busca dos interesses particulares em detrimento da coisa pública. Manoel não gostou do que viu após o 15 de novembro. Não era a república dos seus sonhos. Mas devemos levar em conta que uma coisa era o regime republicano sonhado pelos propagandistas que pregavam como o ideal do republicanismo um governo virtuoso e dedicado à pátria. Outra coisa eram as reais condições sociais do país que inviabilizavam a realização de tais valores republicanos.

Em 1909 ao assumir como deputado federal pelo Paraná, Manoel fez várias observações referentes a situação política do Brasil daquela época e que, infelizmente, são atuais até os nossos dias (Correio da Manhã, 07/06/1909). Entre outras coisas, apontava que o congresso estava preocupado com a sucessão presidencial e não com a sua função de legislar. Haviam magistrados que tomavam posições partidárias. Cada um interpretava como queria a lei passando por cima dos interesses coletivos e do bem comum. As definições de algumas políticas públicas e de investimentos eram verdadeiras negociatas particulares. A educação era vista como despesa e não investimento e aumentava-se os valores dos impostos para se dar aumento aos deputados. Aqui temos mais uma justificativa da importância do estudo da biografia de Manoel Correia Defreitas – entender por que o Brasil não se efetivou enquanto uma república democrática. Se, na época da proclamação da república o país não tinha as condições reais e necessárias para se implantar o tipo de regime republicano divulgado pelos propagandistas, passados 128 anos ainda não criamos tais condições? Infelizmente ainda não. Entre outros fatores e aspectos, herdamos toda uma rede composta sempre pelos

[746] Palestra de José Murilo de Carvalho na 11ª Feira Nacional do Livro de Poços de Caldas – FLIPOÇOS 2016. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=cx2fEi0fmhs. Acesso 23.janeiro.2017.

mesmos elementos da classe dominante, que por gerações, controlam os partidos políticos, o centro do poder executivo e criam redes que atravessam o poder legislativo e conseguem cúmplices no poder judiciário e em outras instituições de peso, conforme aponta Ricardo Costa de Oliveira[747].

Se antes de falecer Manoel e os outros republicanos históricos ainda vivos apontavam que era necessário “republicanizar a república”, hoje, quase 85 anos depois de seu falecimento as pessoas que lutam por um Brasil mais justo e mesmo desigual herdaram essa missão. Mas, assim como Manoel Correia Defreitas, confio que dias melhores se aproximarão para nossa estremecida pátria e iniciaremos uma era de justiça e de liberdade.

[747] Oliveira, Ricardo Costa de. **Na teia do nepotismo**. Curitiba: Insight, 2012.

REFERÊNCIAS CAPÍTULO 1

ABRANCHES, Dunshée (1918). Manoel Correia de Freitas. IN: **Governos e congressos da República dos Estados Unidos do Brazil: apontamentos biographicos sobre todos os prezidentes e vice-prezidentes da Republica, ministros de Estado, e senadores e deputados ao Congresso Nacional: 1889 a 1917.** SP: [s.n], p.332-333.

ABREU, Alzira Alves de (org) (2016). Verbete Correia Defreitas. **Dicionário da elite política republicana (1889-1930)**. RJ: FGV. Disponível em http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/FREITAS,%20Correia%20de.pdf. Acesso 31.julho.2016.

ABREU, Alzira Alves de (org) (2015). Verbete Correia Defreitas. **Dicionário histórico-biográfico da Primeira República 1889-1930**. RJ: FGV. Disponível em http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/FREITAS,%20Correia%20de.pdf. Acesso 31.julho.2016.

ALEP (2016). **Biografias Deputados: Manoel Correia Defreitas**. Disponível em: Assembleia Legislativa do Paraná - Fonte: http:// www.alep.pr.org.br/deputados/perfil/447-manoel-correia-defreitas. Acesso em 16.julho.2016

ANDRADE, GIlsa Elaine Ribeiro (2015). **Pereira da Silva no campo literário: o discurso e a crpitica dos periódicos (1890-1960).** João Pessoa: Doutorado em Literatura da UFPB. Disponível em http://www.cchla.ufpb.br/ppgl/wp-content/uploads/2015/04/GILSA-1.pdf. Acesso 18.setembro.2016.

A REPÚBLICA (1890). **Communicado – A Bem da Verdade.** Edição 0077, pg.2 de 29 de março de 1890.

A VANGUARDA (1921). **Sob a invocação do Tiradentes impõe-se a reparação histórica Pró Correia Defreitas**. Ponta Grossa, 21 de abril de 1921, p.1-4.

BATTISTELA, Alessandro (2015). **A trajetória de Abilon de Souza Naves no PTB paranaense (1945-1959).** IN: Revista Questões & Debates, Curitiba, n.63, v.2, p. 317-361.

BEZERRA, Rafael Ginane (2009). **Guardados de um artesão de imagens: estudo da trajetória de Claro Jansson e de suas crônicas**. Curitiba: Doutorado em Sociologia da UFPR. Disponível em

https://www.google.com.br/#q=rafael+ginane+bezerra+biblioteca+digital+ufpr. Acesso em 16.julho.2016.

BOURDIEU, Pierre (1990). **Coisas ditas.** SP: Editora Brasiliense.

BOURDIEU, Pierre (2006). *"A ilusão biográfica".* IN: AMADO, Janaína e FERRERIA, Marieta de Moraes (orgs). **Usos e abusos da História Oral**. 8ª edição. RJ: FGV, p.183-192.

BOURDIEU, Pierre (2010). *"A ilusão biográfica".* IN: **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. 10ª edição. Campinas: Editora Papirus, p.74-82.

BOURDIEU, Pierre (2001). **O poder simbólico**. RJ: Bertrand do Brasil.

CÂMARA DEPUTADOS (1968). **Deputados brasileiros: repertório biográfico.** Brasília: Editora NI.

CÂNDIDO, Antonio (1999a). **Limites da biografia**. IN: *Remate de males*. Departamento de Teoria Literária IEL/UNICAMP, número especial Antonio Cândido, Campinas. Disponível em http://revistas.iel.unicamp.br/index.php/remate/article/view/3557. Acesso 18.julho.2016.

CÂNDIDO, Antonio (1999b). **Perenidade da biografia**. In: Remate de males. Departamento de Teoria Literária IEL/UNICAMP, Número especial Antonio Cândido. Campinas. Disponível em http://revistas.iel.unicamp.br/index.php/remate/article/view/3558. Acesso 18.julho.2016.

CARNEIRO JUNIOR, Renato Augusto (2014). **Religião e política: a Liga Eleitoral Católica e a participação da igreja nas eleições de 1954.** Curitiba: SAMP.

CARVALHO, José Murilo de (2004). **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi.** SP: Companhia das Letras.

CASTAGNOLLI, Odila Portugal (1954). **"Alberico Figueira".** IN: Revista do Centro de Letras do Paraná, Nº12, 4º trimestre, Ano XLII, p.15.16.

CHAVES, Maria de Lourdes (1990). **"A centenária república" e o Coronel Joaquim Monteiro**. Curitiba: Vicentina.

CMC (Câmara Municipal de Curitiba) (1980). **Indicação nº 89/80 do vereador Donato Gulin (indicativa de denominação de Myltho Anselmo da Silva para logradouro público).** Curitiba: mimeo.

CONS, Carlota (1994). **"Alguns aspectos históricos do teatro no Paraná".** IN: Revista do Círculo de Estudos Bandeirantes, n.8, julho, p.59-69.

CORDEIRO, Vanessa Moreira Pimentel (2005). **Paulo Pimentel: um político do século XX e XXI.** Curitiba: Mestrado em Sociologia UFPR. Disponível em http://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/6588. Acesso em 16.julho.2016.

CORREA, Amelia Siegel (2006a). **Imprensa e política no Paraná: prosopografia dos redatores e pensamento republicano no final do século XIX.** Curitiba: Mestrado em Sociologia UFPR. Disponível em http://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/6053/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Am%C3%A9lia%20Corr%C3%AAa.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em 16.julho.2016.

CORREA, Amélia Siegel (2009). **Imprensa política e pensamento republicano no Paraná no final do século XIX.** IN: Revista de Sociologia e Política. Curitiba, v.17, n.32, p.139-158, fevereiro. Disponível em http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v17n32/v17n32a09.pdf. Acesso 15.julho.2016.

CORREA, Amélia Siegel (2006b). **Imprensa e política no Paraná: uma prosopografia dos redatores republicanos.** IN: Clio – Revista de Pesquisa Histórica, Recife, n.24, p. 239-279. Disponível em file:///C:/Users/User/Downloads/670-1463-1-PB.pdf. Acesso 15.julho.2016.

CORTES, José Correia Saboya (1948). **"Os grandes vultos de Paranaguá e de outros tempos: Manoel Correia de Freitas"**. IN: Marinha – Revista do Litoral Paranaense, N° 79.

CORTES, José Correia Saboya (1972). **Os grandes vultos de Paranaguá de outros tempos: Manoel Correia Defreitas**. IN: Boletim do IHGP, volume XVII, p.201-206.

DEFREITAS, Manoel Correia (1890). **Manifesto político do cidadão Manoel Correia Defreitas**. Curitiba: Typographia do Dezenove de Dezembro.

DIARIO DO COMMERCIO (1893). **Galeria Paranaense II - Manoel Corrêa de Freitas**. Curitiba, 24 de maio de 1893.

DIARIO DO PARANÁ (1890). **Manifesto político do cidadão Manoel Corrêa de Freitas ao estado do Paraná.** Edição 6557, N.2, pg1-2, 22 de abril de 1890.

DILTHEY, Wilhelm (2010). **A construção do mundo histórico nas ciências humanas.** SP: Editora da UNESP.

DOSSE, François (2009). **O desafio biográfico: escrever uma vida**. SP: EDUSP.

DUBAR, Claude (2004). **Agente, ator, sujeito, autor: do semelhante ao mesmo**. Artigo apresentado no Primeiro Congresso da Associação Francesa de Sociologia, em fevereiro de 2004. Disponível em http://www.uff.br/observatoriojovem/sites/default/files/documentos/dubarclaude-agenteatorsujeitoautor-atoragenteautordosemelhanteaomesmo2004.pdf. Acesso em 18.julho.2016.

DUBAR, Claude (1998). **Trajetórias sociais e formas identitárias: alguns esclarecimentos conceituais e metodológicos**. IN: Educação e Sociedade, vol. 19, n.62, Campinas. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73301998000100002. Acesso em 18.julho.2016.

ELIAS, Norbert (1994). **A sociedade dos indivíduos**. RJ: Zahar Editores.

ELIAS, Norbert (1995). **Mozart: sociologia de um gênio**. RJ: Zahar Editores.

ELIAS, Norbert (2000). **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações a partir de uma pequena comunidade**. RJ: Zahar Editores.

ELIAS, Norbert (1991). **Qu'est-ce que la sociologie?** Paris: Aube.

ERIBON, Didier (1990). **Michel Foucault: uma biografia**. SP: Companhia das Letras.

FARIA, Gastão (1909). **Correia Defreitas**. IN: Palladium, Curitiba, 15 de agosto de 1909.

FARIA ROCHA, Augusto Faria (1951). **O centenário de Manoel Correia de Freitas.** IN: Boletim do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, Volume V, Fascículos 3-4, Julho-Dezembro, p.3-16.

FEBVRE, Lucien (2012). **Martinho Lutero: um destino**. SP: Três Estrelas.

FERNANDES, Maria Fernanda Lombardi (2008). **A esperança e o desencanto: Silva Jardim e a república**. SP: Humanitas.

FIGUEIRA, Alberico (1948). **Como se fez a propaganda da república em Paranaguá.** Paranaguá: palestra pronunciada na noite de 21 de agosto de 1948 ao microfone da Rádio Difusora Paranaguense em homenagem ao Clube Republicano de Paranaguá fundado em 21 de agosto de 1887. [mimeo].

GOMES, Maria Helena Santos (2005). **Toponímia: Sentido e memória na denominação das Ruas na cidade de Tangará da Serra – MT**. Tangará da Serra: UEMT. Disponível em http://www.webartigos.com/articles/68921/1/TOPONIMIA-SENTIDO-E-MEMORIA-NASDENOMINACOES-DAS-RUAS-DA-CIDADE-DE-TANGARA-DA-SERRA---MT/pagina1.html. Acesso 08.agosto.2016.

GOMES, Raul Rodrigues (1932). **Medidas meritórias**. IN: O Dia, 29 de julho de 1932.

GOMES, Raul Rodrigues (1970). **Repórteres: evocando os do meu tempo**. IN: Diário do Paraná de 28 de outubro de 1970, p. 2.

GOMES, Raul Rodrigues (1957). **Sebastião Paraná**.IN: Diário do Paraná, edição 0633, 05 de maio de 1957, p. 20.

GOULART, Mônica Helena Harrich Silva (2014). **A dança das cadeiras: análise do jogo político na Assembleia Legislativa do Paraná (1889-1930).** Jundiai: Paco Editorial.

GOULART, Mônica Helena Harrich Silva (2008). **Classe dominante e jogo político na Assembleia Legislativa Paranaense (1889-1930).** Curitiba: Doutorado em Sociologia UFPR. Disponível em

http://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/25579?show=full. Acesso em 16.julho.2016

GOULART, Mônica Helena Harrich Silva (2004). **O poder local e o coronelismo no Estado do Paraná (1880-1930)**. Curitiba: Mestrado em Sociologia UFPR. Disponível em http://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/11747. Acesso em 16.julho.2016.

HALBWACHS, Maurice (1968). **La mémoire collective.** Paris: PUF.

HOBSBAWN, Eric e RANGER, Terence (1997). **A invenção das tradições**. RJ: Paz e Terra.

IHGPR (1989). Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense. Volume XLVI, edição comemorativa ao primeiro centenário da proclamação da república (1889-1989).

KULAITIS, Leticia Figueira Moutinho (2004). **A trajetória da Irmã Tereza Araújo: serviço e contemplação.** Curitiba: Mestrado em Sociologia da UFPR. Disponível em http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/handle/1884/1330. Acesso em 18.julho.2016.

LDN/PR (Liga da Defesa Nacional/Seção Paraná) (1977). **Fogo simbólico: a corrida da integração nacional.** Curitiba: [s.n].

LORIGA, Sabina (1998). **A biografia como problema**. IN: REVEL, Jacques (org). Jogos de escalas: a experiência da microanálise**.** RJ: FGV, p. 225-249.

LORIGA, Sabina (2011). **O pequeno X: da biografia à história**. BH: Autêntica.

LORIGA, Sabina (1991). **Soldats, un laboratoire disciplinaire: lármée piémontaise au XVIII éme siècle.** Paris: Mentha.

LVD (1910). **Correia de Freitas: perfil excelso**. Curitiba, Diário da Tarde de 11 de fevereiro de 1910.

MACIEL, Ottoni (1923). **Galeria Política: Sr. Correia Defreitas**. IN: O Dia, edição 0019, 21 de julho de 1923, p. 2.

MACIEL, Ottoni (1925). “Galeria Política: Sr. Correia Defreitas”. IN: **Bastidores políticos: minha atividade política e subsídios para a história republicana no Paraná**. Curitiba: [s.n], p. 297-299.

MARTINS, Walkiria Braum (2016). **Levantamento das legislaturas e vereadores (1947-2016).** Curiitba: Biblioteca da CMC. Disponível em https://www.cmc.pr.gov.br/down/NOSSA_MEMORIA/vereadores_de_curitiba.pdf. Acesso 06.agos.2016.

MARTINS, Romario (1908). **Catálogo dos jornaes publicados no Paraná (1854 a 1907).** Curitiba: Impressora Paranaense.

MILLS, Charles Wright (1975). **A imaginação sociológica**. 4ª edição. RJ: Zahar Editores.

MIRANDA, Hermínio C. (2015). **Eu sou Camille Desmoulins: a Revolução Francesa e a reencarnação**. RJ: Leymare

MOREIRA, Júlio Estrella (1957). **Dicionário bibliográfico do Paraná**. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado.

NASCIMENTO JUNIOR, Vicente Montepoliciano (1951). **Correia Defreitas: sua vida e obra.** Paranaguá: Homenagem da Prefeitura Municipal de Paranaguá ao transcurso de seu centenário.

NASCIMENTO JUNIOR, Vicente Montepoliciano (1980). **Paranaguenses ilustres.** IN: História, crônica e lendas. Paranaguá: [s.n], p. 171-182.

NEGRÃO, Francisco (1928). Manoel Correia Defreitas. IN: **Genealogia Paranaense**. 3º volume. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado do Paraná, p. 375-392.

NETO, Casimiro (2003). **A Construção da Democracia: síntese histórica dos grandes momentos da Câmara dos Deputados, das Assembleias Nacionais Constituintes do Congresso Nacional**. Brasília: Coordenação de Publicações Sistema de Informações Legislativas (SILEG) - Módulo Deputado.

NICOLAS, Maria (1977a). **Alma das ruas: dicionário de logradouros públicos da cidade de Curitiba**. (1º volume). Curitiba: [s.n].

NICOLAS, Maria (1977b). **O Paraná no Senado.** Curitiba: Imprensa Oficial.

NICOLAS, Maria (1948). "Manoel Correia Defreitas". IN: **Vultos Paranaenses** (1º volume). Curitiba: [s.n], p. 79-84.

NICOLAS, Maria (1978). "Correia Defreitas". IN: **O Paraná na Câmara dos Deputados (1853-1977).** Curitiba: [s.n], p. 67-68.

NICOLAS, Maria (1984). "Manoel Correia Defreitas". IN: **130 anos de vida parlamentar paranaense (1854-1984)**. Curitiba: [s.n], p. 296-297.

NIETZCHE, Friedrich.W. (1999). **Considerações extemporâneas**. IN: LEBRUN, Gérard (org). **Nietzche – Obras incompletas (Coleção Os Pensadores)**. SP: Editora Nova Cultural, p.267-298.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de (1997). **Notas sobre a política paranaense no período de 1930 a 1945**. IN: Revista de Sociologia e Política, Curitiba, N.9, p.47-56. Disponível em file:///C:/Users/User/Downloads/39297-145797-1-PB.pdf. Acesso 24.julho.2016.

O DEMOCRATA (1893). **Manoel Corrêa de Freitas**. Curitiba, 21 de março de 1893.

O DIA (1927). **Candidatos avulsos: Correia Defreitas e Niepce da Silva**. Curitiba, O dia de 24 de fevereiro de 1927.

O PARANÁ (2013). **Não quis ser governador do Paraná: Freitas teve a chance de governar dois estados, mas recusou. Podia ser rico e preferiu ser pobre**. O Paraná, 5 de maio de 2013. Disponível em https://www.oparana.com.br/variedades/nao-quis-ser-governador-do-parana-30809/. Acesso 22.abril.2014.

O SÉCULO (1890). **Manoel Correia de Freitas**. Paranaguá, 21 de agosto de 1890.

PASSOS, Juliana (2014). **Polêmica das biografias: o privado com interesse público?** IN: ComCiência, n.155. Disponível em http://comciencia.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-76542014000100002&lng=e&nrm=iso. Acesso em 19.julho.2016.

PILOTTO, Osvaldo (1976). **Cem anos de imprensa no Paraná (1854-1954).** Curitiba: Estante Paranista IHGPR, ano 1, Nº 1.

PILOTTO, Valfrido (1973). **Imprensa pontagrossense: ideias de ontem, da cidade sempre jovem.** Ponta Grossa: Homenagem à cidade de Ponta Grossa ao anoversário de sesquicentenário da cidade. [mimeo].

PLAISANT, Alcebiades (1938). **Antopologia Paranaense. Tomo I Poesia**. Curitiba: Editora Livraria Mundial.

POLLACK, Michel (1989). **Memória, esquecimento e silêncio**. IN: Estudos Históricos. RJ, v.2, n.3, p. 3-15.

POLLACK, Michel (1992). **Memória e identidade pessoal**. IN: Estudos Históricos. RJ, v.5, n.10, p. 200-212.

POMBO, Lindolpho Rocha (1912). **O Brazil nas escolas: leituras progressivas**. 4ª edição. SP/RJ: Livraria Magalhães Editora.

POMBO, Ruth Rocha (1957). **Contribuição às festas comemorativas ao centenário de nascimento de Rocha Pombo**. Curitiba: [s.n]

POVO PARANAENSE (1927). **Manifesto político AO POVO PARANAENSE de fevereiro 1927**. Curitiba: mimeo.

QUINZE DE NOVEMBRO (1890). **Manoel Correia de Freitas**. Curitiba, 19 de janeiro de 1890.

REVEL, Jacques (1998). “Microanálise e construção do social”. IN: **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. RJ: FGV, p. 15-38.

RIBEIRO, Naiara dos Santos Damas (2004). **Como moléculas da humanidade: a presença de Correia Defreitas na Guerra do Contestado**. Curitiba: PET História UFPR (mimeo).

ROUANET, Sergio Paulo (1993). **Mal-estar na modernidade**. SP: Companhia das Letras.

SALTURI, Luis Afonso (2007). **Frederico Lange de Morretes, liberdade dentro de limites: trajetória do artista-cientista**. Curitiba: Mestrado em Sociologia UFPR. Disponível em http://www.pgsocio.ufpr.br/docs/defesa/dissertacoes/2007/Luis-Afonso-Salturi.pdf. Acesso em 16.julho.2016.

SARMENTO, Silvia Noronha (2011). **A raposa e a águia: JJ Seabra e Rui Barbosa na política baiana**. Salvador: EDUFBA.

SARTRE, Jean Paul (1966). **Questão de método**. Lisboa: Difusão Europeia do Livro.

SARTRE, Jean-Paul (2013). **O idiota da família.** Volume 1. SP: LP&M.

SCHMIDT, Benito Bisso (2003). **Entrevista com Sabina Loriga: a história biográfica.** IN: METIS: história e cultura, Caxias do Sul, v.2, n.3, p-11-22, jan/jun. Disponível em http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/viewArticle/1038. Acesso em 19.julho.2016.

SCHMIDT, Benito Bisso (1996). **O gênero biográfico no campo do conhecimento histórico: trajetórias, tendências e impasses atuais e uma proposta de investigação**. IN: Revista Anos 90 (UFRGS), Porto Alegre, v.6, p. 165-192.

SCHWARCZ, Lilia Moritz (2013). **Biografia como gênero e problema**. IN: Revista História Social, nº 24. Dossiê História e Biografia. Campinas: Unicamp, p.51-73. Disponível em http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/view/1577. Acesso em 18.julho.2016

SENADO FEDERAL (1952). **Relatório do senado na 1ª sessão legislativa ordinária da 2ª legislatura (15 de março a 15 de dezembro de 1951).** RJ: Imprensa Nacional.

SOTTOMAIOR, Sebastião Paraná de Sá (1922). Manoel Correia Defreitas. IN: **Galeria Paranaense: notas biográficas**. Curitiba: Livraria Mundial, 1922. (Edição comemorativa do 1º centenário da Independência do Brasil), p. 51-60.

SPERANÇA, Alceu (2015). “Manoel Correia de Freitas: não quis ser governador” IN: **Famílias, fortunas & façanhas: clãs e personalidades que dominaram o**

Paraná. Cascavel: Projeto Livrai-Nos! Artigos publicados pelo jornal O Paraná de 02/12/2012 a 01/02/2015, p. 135-140.

SILVA, Mônica Helena Harrich (1996). **O fenômeno do "coronelismo" no Paraná da Primeira República (1889-1930).** Curitiba: Monografia de graduação em Ciências Sociais.

SIMÃO, Giovana Terezinha (2010). **Fanny Paul Volk: pioneira na fotografia de estúdio em Curitiba.** Curitiba: Doutorado em Sociologia da UFPR. Disponível em http://biblioteca.versila.com/?q=Giovana+Terezinha+Sim%C3%A3o&dc=contributor. Acesso em 18.julho.2016.

TEIXEIRA, Jerônimo (2013). **Página infeliz da nossa história: Gilberto Gil, Roberto Carlos, Chico Buarque e Caetano Veloso querem resguardar a privacidade**. IN: VEJA, edição 2344, ano 46, nº 43, 23 de outubro, p. 82-89.

TEPEDINO, Gustavo (2013). **Direito sobre biografias no Brasil**. IN: Revista de Direito Administrativo, v. 262, p. 299-316, janeiro/abril. Disponível em http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/8909. Acesso 19.julho.2016.

UOL (2014). **"Câmara aprova projeto de lei que libera biografias não autorizadas"**, de 06/05/2014. Disponível em http://entretenimento.uol.com.br/noticias/redacao/2014/05/06/camara-aprova-projeto-de-lei-que-libera-biografias-nao-autorizadas.htm. Acesso em 10.julho.2016.

VANALI, Ana Crhistina (2015). **Manoel Correia De Freitas e a Imprensa Humorística da I República Brasileira.** Porto Alegre: Anais do 17º Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia/UFRGS.

VANALI, Ana Crhistina (2016). **Professoras Correia de Freitas: trajetórias femininas na Curitiba Republicana.** IN: OLIVEIRA, Ricardo Costa (org). **Nepotismo, parentesco e mulheres**. Curitiba: RM Editores, p. 103-194.

VIEIRA, José (1912). **A cadeia velha: memória da Câmara dos deputados**. RJ: Jacintho Silva. Disponível em http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/27119. Acesso em 31.julho.2016.

WANKE, Eno Theodoro (1999). **Faris Michaele, o tapejara – uma biografia**. RJ: Edições Plaquette.

WEBER, Carolina (2008). **Rainha da moda: como Maria Antonieta se vestiu para a revolução.** RJ: Zahar EDITORES.

REFERÊNCIAS CAPÍTULO 2

ABRANCHES, Dunshée (1918). Manoel Correia de Freitas. IN: **Governos e congressos da República dos Estados Unidos do Brazil: apontamentos biographicos sobre todos os prezidentes e vice-prezidentes da Republica, ministros de Estado, e senadores e deputados ao Congresso Nacional: 1889 a 1917.** SP: [s.n], p.332-333.

ABREU, Alzira Alves de (org) (2016). Verbete Correia Defreitas. **Dicionário da elite política republicana (1889-1930)**. RJ: FGV. Disponível em http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/FREITAS,%20Correia%20de.pdf. Acesso 31.julho.2016.

ALEP (2016). **Biografias Deputados: Manoel Correia Defreitas**. Disponível em: Assembleia Legislativa do Paraná - Fonte: http:// www.alep.pr.org.br/deputados/perfil/447-manoel-correia-defreitas. Acesso em 16.julho.2016

ALVES, Alessandro Cavassin (2014). **A província do Paraná (1853-1889): a classe política e a parentela no governo.** Curitiba: Doutorado em Sociologia UFPR. Disponível em http://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/35972/R%20-%20T%20-%20ALESSANDRO%20CAVASSIN%20ALVES.pdf?sequence=1. Acesso 13.agosto.2016.

ALVES, Alessandro Cavassin (2015). **A província do Paraná e sua Assembleia Legislativa (1853-1889).** Curitiba: Máquina de Escrever.

ARIES, Philippe (1978). **História social da criança e da família**. RJ: LTC Editora.

BACELLAR, Carlos A.P (1997). **Os senhores da terra: família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do oeste paulista**. Campinas: CMU/UNICAMP.

BARACHO, Maria Luiza Gonçalves (1995). Estrutura fundiária de Paranaguá (1850-1900). Curitiba: Mestrado em História da UFPR. Disponível em file:///C:/Users/Ana/Downloads/D%20-%20BARACHO,%20MARIA%20LUIZA%20GONCALVES.pdf. Acesso 13.setembro.2016.

BARATA, Carlos Eduardo de Almeida e BUENO, Antonio Henrique da Cunha (1999). **Dicionário das famílias brasileiras.** 2 volumes. SP: Árvore da Terra.

BERTAUX, Daniel (1979). **Destinos pessoais e estrutura de classe: para uma crítica da antroponomia política**. RJ: Zahar.

BERTAUX, Daniel (2005). **Los relatos de vida: perspectiva etnosociológica.** Barcelona: Edicions Bellaterra.

BESEN, Padre José Artulino (2014). **Padres católicos de Santa Catarina.** Disponível em https://pebesen.wordpress.com/?s=antonio+francisco+nobrega. Acesso 03.maio.2014.

BRIOSCHI, Lucila (1984). **Família e genealogia: quatro gerações de uma grande família do sudeste brasileiro**. SP: Dissertação de Mestrado em História USP.

BOURDIEU, Pierre (1998). **"O espírito de família."** IN: Razões Práticas Sobre a Teoria da Ação. Campinas: Editora Papirus, p. 124-136.

BOURDIEU, Pierre. (1989). **La distinction: critique sociale du jugement**. Paris: Les Editions de Minuit.

BOURDIEU, Pierre (1983). **Le sens pratique**. Paris: Éditions de Minuit.

CÂNDIDO, Antonio (1951). **"The Brazilian Family"**. IN: SMITH, T. Lynn Smith e MARCHANT, Alexander (eds). Brazil: Portrait of Half a Continent. Nova York: The Dryden Press, p. 291-312.

CANEDO, Leticia Bicalho (2003). **A produção genealógica e os modos de transmissão de um capital político familiar em Minas Gerais**. IN: Brasil Genealógico, - Revista do Colégio Brasileiro de Genealogia, tomo IV, nº 3, 2003, Rio de Janeiro, v. IV, n.3, p. 09-37.

CANEDO, Leticia Bicalho (1997). **As metáforas da família na transmissão do poder político: questões de método**. IN: Cadernos CEDES, Campinas, v.18, n. 42, p. 29-52.

CANEDO, Leticia Bicalho (1994). **Caminhos da Memória: parentesco e poder**. IN: Revista Textos de História, Brasília, v. 2, n. 3, p. 85-122.

CANEDO, Leticia Bicalho (2004). **Heranças e aprendizagens na transmissão da ordem política brasileira**. IN: Cadernos CERU (USP), São Paulo/USP, v. 15, p. 103-130.

CARDOSO, Fernando Henrique (1977). **Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional.** Rio de Janeiro: Paz e Terra.

CARMO, José Henrique do (2013). **A república esperada ... que não chegou. 1889 – o republicano Julio do Carmo.** Curitiba: Instituto Memória.

CARNEIRO, Cirlei Francisca Gome (2013). **De Portugal à Paranaguá: uma história de colonização dos Campos Gerais.** Volume 1. Curitiba: Editora do Chain.

CARNEIRO, Cirlei Francisca Gome (2014). **De Portugal à Paranaguá: uma história de colonização dos Campos Gerais.** Volume 2. Curitiba: Editora do Chain.

CORDOVA, Maria Julieta Weber (2009). **Tinguís, pioneiros e adventícios na mancha loira do sul do Brasil: o discurso regional autorizado de formação social e histórica paranaense.** Curitiba: Doutorado em Sociologia da UFPR.

CORDOVA, Maria Julieta Weber (2016). **Bento, Brasil e David: o discurso regional de formação social e histórica paranaense.** Curitiba: Editora da UFPR.

CORREA, Amelia Siegel (2006). **Imprensa e política no Paraná: prosopografia dos redatores e pensamento republicano no final do século XIX.** Curitiba: Mestrado em Sociologia UFPR. Disponível em http://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/6053/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Am%C3%A9lia%20Corr%C3%AAa.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em 16.julho 2016.

CORREIA, Leoncio (1925). **Os Correias**. IN: O Dia, Nº 622 de 15 de julho de 1025, p.1.

CORREIA, Leoncio (1954). **Meu Paraná: obras de Leôncio Correia**. Curitiba: Edição do Estado do Paraná.

CORTES, José Correia Saboya (1948). **"Os grandes vultos de Paranaguá e de outros tempos: Manoel Correia de Freitas"**. IN: Marinha – Revista do Litoral Paranaense, N° 79.

COSTA, Odah Regina Guimarães (1967). **As fontes primárias existentes no arquivo da Sé Metropolitana e Paróquia de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba**. Porto Alegre: ANAIS do IV Simpósio da ANPUH.

DEL PRIORE, Mary (2009). **Matar para não morrer.** RJ: Objetiva.

DORIA, Francisco (1994). **Os herdeiros do poder.** RJ: Revan.

DUBAR, Claude (2006). "Dinâmicas da família e crise das identidades sexuadas". IN: **A crise das identidades: a interpretação de uma mutação**. Porto: Editora Afrontamento, p.55-84.

DUBY, Georges (2013). **Damas do século XII: Heloísa, Isolda e outras damas no século XII. A lembrança das ancestrais Eva e os padres**. SP: Cia das Letras.

FARIA ROCHA, Augusto (1951). **O centenário de Manoel Correia de Freitas.** IN: Boletim do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, Volume V, Fascículos 3-4, Julho-Dezembro, p.3-16.

FEDALTO, Pedro Antônio Marchetti (1958). **Arquidiocese de Curitiba na sua história**. Curitiba: Arquidiocese de Curitiba.

FEDALTO, Pedro Antônio Marchetti (2014). **História da Igreja no Paraná**. Curitiba: Arquidiocese de Curitiba.

FIGUEIRA, Alberico (1930). **A propaganda republicana em Paranaguá**. Curitiba: Prata da Casa.

FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto (1997). **A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790 – c.1850.** RJ: Civilização Brasileira.

FREITAS, Waldomiro Ferreira de (1999). **História de Paranaguá: das origens à atualidade**. Paranaguá: Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá.

FREYRE, Gilberto (1986). **Casa Grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime patriarcal**. Porto Alegre: Global Editora.

GOMES, Raul Rodrigues (1968). **Augusto Stresser, criador da primeira ópera paranaense**. IN: Diário do Paraná de 26 de novembro de 1968.

GOULART, Mônica Helena Harrich Silva (2014). **A dança das cadeiras: análise do jogo político na Assembleia Legislativa do Paraná (1889-1930).** Jundiai: Paco Editorial.

GRILL, Igor Castal (2003). **Parentesco, redes e partidos: as bases das heranças políticas no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Doutorado em Ciência Política UFRGS.

GUTIERREZ, Horácio (2006). **Donos de terras e escravos no Paraná: padrões e hierarquias nas primeiras décadas do século XIX**. IN: Revista História, São Paulo, v.25, n.1, p.100-122.

HOLANDA, Sergio Buarque (1977). **Raízes do Brasil**. RJ: José Olímpio.

HORTA, Cid R. (1956). **Famílias governamentais mineiras**. IN: Revista de Estudo Mineiros. Belo Horizonte: UFMG, p. 44-91.

KATO, Allan Thomas Tadashi (2011). **Retrato urbano: estudo da distribuição sócio espacial dos moradores de Paranaguá, Antonina e Curitiba no início do século XIX**. Curitiba: Mestrado em História da UFPR. Disponível em http://www.humanas.ufpr.br/portal/cedope/pos-graduacao/dissertacoes/. Acesso 13.agosto.2016.

LEITE, Ilka Boaventura (org.) (1986). **Negros no Sul do Brasil. Invisibilidade e territorialidade.** Florianópolis: Letras Contemporâneas.

LEVI, Darrel (1977). **A família Prado.** SP: Cultura 70.

LE GOFF, Jacques (1957). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. RJ: Campus Editora.

LEWIN, Linda (1979). **Some historical implications of kinship organization for Family based politics in the Brazilian Northeast.** IN: Comparatives studies in society and History, v. 21, n.2, Cambridge University Press, p. 262-292.

LUNA, Francisco Vidal & COSTA, Iraci del Nero da (1983). **Posse de Escravos em São Paulo no Início do Século XIX**. IN: Estudos Econômicos, SP: IPE-USP, 13(1), p. 211- 21.

MAFRA, Joaquim da Silva (1952). **História do Município de Guaratuba**. Guaratuba: [s.n]

MANFREDINI, Luis (2010). **Sonhos, utopias e armas: as lutas e revoltas que ajudaram a construir o Paraná**. Curitiba: SEEC.

MARCÍLIO, M. L. (1973). **A cidade de São Paulo: povoamento e população, 1750-1850.**SP: Pioneira/Edusp.

MARCÍLIO, M. L. (1977). **Levantamentos Censitários da fase proto-estatística do Brasil.** Anais de História, v.9, p.63-75.

MARCÍLIO, M. L. (1993). **Família, Mulher, Sexualidade e Igreja na História do Brasil.** SP: CEDHAL-CEHILA/ Edições Loyola.

MATTOS, Hebe e RIOS, Ana Lugão (2005). **Memórias do cativeiro: família, trabalho e cidadania pós-abolição.** RJ: Civilização Brasileira.

MELO, Edilberto de Oliveira (1982). **Raízes do militarismo paulista**. SP: Imprensa Oficial.

MELLO, Evaldo Cabral de (1989). **O nome e o sangue: uma parábola genealógica no Pernambuco colonial.** SP: Cia das Letras.

MICELI, Sergi (2001). **Intelectuais à brasileira**. SP: Companhia das Letras.

MONTAGNER, Miguel Ângelo (2007). **Trajetórias e biografias: notas para uma análise bourdieusiana.** IN: Sociologias, Porto Alegre, ano9, Nº 17, janeiro/junho, p. 240-264.

MONTEIRO, José Marciano (2016). **A política como negócio de família: os herdeiros e a força dos capitais no jogo político das elites na Paraíba (1985-2015).** Campina Grande/PB: Tese de Doutorado em Ciências Sociais da UFCG.

MUAZE, Mariana de Aguiar Ferreira (2008). **As memórias de Viscondessa: família e poder no Brasil Império**. RJ: Jorge Zahar.

NADALIN, Sergio Odilon (2007). **História e demografia: elementos para um diálogo**. Campinas: ABEP.

NASCIMENTO, Antônio Roberto (2004). **Os Carvalhos Buenos**. Joinville: edição do autor.

NASCIMENTO, Antonio Roberto (2014a). **Os Fernandes Dias**. Joinville: [mimeo]

NASCIMENTO, Antonio Roberto (2014b). **Os Gomes de Oliveira**. Joinville: [mimeo]

NASCIMENTO, Antonio Roberto (1992). **O republicano Manoel Correia de Freitas**. IN: Blumenau em Cadernos, Blumenau, N.9, tomo XXXIII, p. 319-320.

NASCIMENTO JUNIOR, Vicente Montepoliciano (1951). **Correia Defreitas: sua vida e obra.** Paranaguá: Homenagem da Prefeitura Municipal de Paranaguá ao transcurso de seu centenário.

NEGRÃO, Francisco (1926). **Genealogia Paranaense**. 1º volume. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado do Paraná.

NEGRÃO, Francisco (1928). **Genealogia Paranaense**. 3º volume. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado do Paraná

NEGRÃO, Francisco (1934). **Memória Histórica Paranaense**. 3º volume. Curitiba: Impressora Paranaense.

NICOLAS, Maria (1977a). **Alma das ruas: dicionário de logradouros públicos da cidade de Curitiba**. (1º volume). Curitiba: [s.n].

NICOLAS, Maria (1948). “Manoel Correia Defreitas”. IN: **Vultos Paranaenses (1º volume)**. Curitiba: [s.n], p. 79-84.

NICOLAS, Maria (1978). “Correia Defreitas”. IN: **O Paraná na Câmara dos Deputados (1853-1977)**. Curitiba: [s.n], p. 67-68.

NICOLAS, Maria (1984). “Manoel Correia Defreitas”. IN: **130 anos de vida parlamentar paranaense (1854-1984)**. Curitiba: [s.n], p. 296-297.

NOGUEIRA, Oracy (1962). Família e comunidade: um estudo sociológico de Itapetininga. RJ: MEC. AZEVEDO, Thales (1961). **The family, marriage and divorce in Brasil.** IN: Journal os Latin American Studies, V. III, p.213-237.

O DIA (1927). **Candidatos avulsos: Correia Defreitas e Niepce da Silva**. Curitiba, O dia de 24 de fevereiro de 1927.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de (2005). **Famílias históricas do litoral paranaense: a família Miranda Coutinho.** Curitiba: Disponível em http://www.rueidibastos.com.br/outras_familias/Amaro_de_Miranda_Coutinho.pdf. Acesso 17.agosto.2016.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de (2016). **Genealogia genética e Ciências Sociais: um estudo de caso da Ilha Terceira, Açores, Portugal.** Florianópolis: Núcleo de Estudos Açorianos (NEA-UFSC). Disponível em http://nea.ufsc.br/files/2011/04/RICARDO.pdf. Acesso 16.agosto.2016.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de (2007). **“Homens bons” da Vila de Nossa Senhora da Graça do Rio de São Francisco do Sul. Uma “elite senhorial” do Brasil Meridional nos séculos XVIII e XIX**. IN: Revista do Arquivo Histórico de Joinville, Vol. 1, Nº 1, p. 127-154.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de (2012). **Na teia do nepotismo: sociologia política das relações de parentesco e poder político no Paraná e no Brasil.** Curitiba: Editora Insight.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de (2011). **A “nobreza da terra” nas vilas de Paranaguá, Curitiba e São Francisco do Sul**. Lisboa: Anais do Congresso Internacional Pequena Nobreza nos Impérios Ibéricos de Antigo Regime. Disponível em http://www.iict.pt/pequenanobreza/arquivo/Doc/t1s2-03.pdf. Acesso 31.agosto.2016.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de (2001). **O silêncio dos vencedores: genealogia, classe dominante e Estado no Paraná.** Curitiba: Editora Moinho de Verbo.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de (2000). **O silêncio das genealogias: classe dominante e Estado no Paraná (1853-1930).** Campinas: Tese de Doutorado em Sociologia da UNICAMP.

PAYAR, André Javier Ferreira (2012). **A escravidão entre os seguros: as seguradoras de escravos na Província do Rio de Janeiro (1831-1888).** São Paulo: Mestrado em Direito/USP.

PIERSON, Donald (1954). "The family in Brazil". IN: **Marriage and family living.** V. XVI, n.4, p.308-314.

PINTO. Rui Cavallin. **A propaganda republicana em Paranaguá**. Curitiba: Academia Paranaense de Letras, 21/06/2016. Disponível em http://www.academiapr.org.br/artigos/a-propaganda-republicana-em-paranagua/. Acesso 25.janeiro.2017.

REIS, Isabel Cristina Ferreira dos (2007). **A família negra nos tempos da escravidão: Bahia, 1850-1888.** Campinas: Tese de Doutorado em História UNICAMP.

ROCHA, Cristiany Miranda (2004). **Gerações da Senzala: famílias e estratégias escravas no contexto dos tráficos africano e interno**. Campinas: Tese Doutorado em História UNICAMP.

SCHWARTZ, Stuart B. (1988). **Segredos internos: Engenhos e escravos na sociedade colonial**. SP: Companhia das Letras, 1988.

SILVA, Maria B. N. (1984). **Sistema de casamento no Brasil Colonial**. SP: TA Queiroz.

SILVA, Maria B. N. (1989). "Divorce in Colonial Brazil: the case of São Paulo". IN: A. Lavrin (Ed.). **Sexuality and Marriage in Colonial Latin America**. University of Nebraska Press.

SILVA, Maria B. N. (1995). **História da Família: tendências e metodologias.** IN: Ler História, v. 29, p.19-24.

SILVA, Denize Aparecida da (2004). **“Plantadores de raiz”: escravidão e compadrio nas freguesias de Nossa Senhora da Graça de São Francisco do Sul e de São Francisco Xavier de Joinville (1845-1888)**. Curitiba: Mestrado em História da UFPR.

SLENES, Robert (1999). **Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

SMITH, T. Lynn (1969). **Brasil: povo e instituições**. RJ: MEC/USAID.

TAVORA, Luiz de Lancastre e (2010). **Dicionário das famílias portuguesas: os apelidos, os nomes, a origem das famílias**. Lisboa: Quetzal.

VANALI, Ana Crhistina (2016). **Professoras Correia de Freitas: trajetórias femininas na Curitiba Republicana.** IN: OLIVEIRA, Ricardo Costa (org). **Nepotismo, parentesco e mulheres**. Curitiba: RM Editores, p. 103-194.

VANALI, Ana Crhistina (2014). **Uma retrospectiva histórica da literatura paranaense.** Curitiba: [s.n].

VIANA, Manoel (1971). **Paranaguá na história e na tradição**. Paranaguá: Câmara Municipal de Paranaguá.

VIANNA, Oliveira (1987). **Instituições políticas brasileiras**. Belo Horizonte: Itatiaia Editora.

VITECK, Harto (2012). **Imigração alemã no Paraná: 180 anos (1820-2009).** Curitiba: [s.n]

WAGLEY, Charles (1968). "Kinship Patterns in Brazil: The Persistence of a Cultural Tradition". IN: WAGLEY, Charles. **The Latin American Tradition: essays on the unity and diversity of Latin American culture**. Nova York, London: Columbia University Press, p. 175- 193.

WILLEMS, Emilio (1953). **"The Structure of the Brazilian Family".** IN: Social Forces 31, N.4. p. 339-345.

ZATTI, Carlos (2014). **O Paraná e o Paranismo**. Curitiba: Clube dos Autores.

FONTES UTILIZADAS NA CONSTRUÇÃO DAS ÁRVORES GENEALÓGICAS:

http://www.rueidibastos.com.br/. Árvore Genealógica da Família Bastos. Acesso em 02 de abril de 2014.

http://www.fidelis-soares.com/. Acesso em 02 de abril de 2014.

Inventário Registro N.1658 de 1868 do Juízo Municipal de Paranaguá. Acervo Museu da Justiça do Paraná.

Inventário Registro N.2403 de 1880 do Juízo Municipal de Paranaguá. Acervo Museu da Justiça do Paraná.

Inventário Registro N.2724 de 1886 do Juízo Municipal de Paranaguá. Acervo Museu da Justiça do Paraná.

Livros de Batismo da Igreja de Nossa Senhora das Graças de São Francisco do Sul. Acervo Cúria de Joinville.

Livros de Casamentos da Igreja de Nossa Senhora das Graças de São Francisco do Sul. Acervo Cúria de Joinville.

Livros de Óbitos da Igreja de Nossa Senhora das Graças de São Francisco do Sul. Acervo Cúria de Joinville.

Livros de Batismos da Igreja Matriz de Joinville. Acervo Cúria de Joinville.

Livros de Casamentos da Igreja Matriz de Joinville. Acervo Cúria de Joinville.

Livros de Óbitos da Igreja Matriz de Joinville. Acervo Cúria de Joinville.

Livros de Batismos da Igreja Matriz de Paranaguá. Acervo Cúria de Paranaguá.

Livros de Casamentos da Igreja Matriz de Paranaguá. Acervo Cúria de Paranaguá.

Livros de Óbitos da Igreja Matriz de Paranaguá. Acervo Cúria de Paranaguá.

NASCIMENTO, Antonio Roberto (1992). *“O Republicano Manoel Correia Defreitas”.* IN: Blumenau em Cadernos, Tomo XXXIII, N.9, Setembro, p.319-320.

NASCIMENTO, Antonio Roberto (s.d). **Os Carvalhos Buenos.** Joinville: edição do autor.

NASCIMENTO, Antonio Roberto (2014a). **Os Fernandes Dias.** Joinville: (mimeo).

NASCIMENTO, Antonio Roberto (2014b). **Os Gomes de Oliveira.** Joinville: (mimeo).

NEGRÃO, Francisco (1928). **Genealogia Paranaense**. 3º volume. Curitiba: [s.n]

Registro de Óbitos - Cemitério Municipal do Água Verde (acervo Casa da Memória de Curitiba)

Registros de Óbitos – Cemitério Municipal de São Francisco de Paula (acervo Casa da Memória de Curitiba)

ZATTI, Carlos (2011). **Campeiros do Paraná (Comarca de Curitiba): esboço genealógico**. Curitiba: Clube dos Autores.

REFERÊNCIAS CAPÍTULO 3

ACHARD, Pierre et all (2010). **O papel da memória**. Campinas: Ponte Editores.

ALBUQUERQUE, Mario Marcondes de (1987). **Contestado: distorções e controvérsias.** Curitiba: Estante Paranista Nº 30/Instituto Histórico e Geográfico do Paraná. Editora Lítero-Técnica.

APL (Academia Paranaense de Letras) (2011). **Bio-bibliografia da Academia Paranaense de Letras.** Curitiba: APL.

ARTIERES, Philippe (1998). **Arquivar a própria vida**. IN: Estudos Históricos, RJ, nº21, p. 10-34.

AURAS, Marli (1984). **Guerra do Contestado: a organização social da irmandade cabocla.** Florianópolis: Editora da UFSC/SP: Editora Cortez.

BOURDIEU, Pierre (2002). **Campo de poder, campo intelectual. Itinerário de um concepto.** [s.l.]: Montressor

CAMPOS, Ricardo de (2016). **Caboclos rebeldes: uma aventura pela Guerra do Contestado.** Canoinhas: [s.n]. Disponível em http://caboclosrebeldes.blogspot.com.br/. Acesso 13.novembro.2016.

CANDAU, Joël (2011). **Memória e identidade**. SP: Contexto.

CARDOSO, Luiz Muricy (2014). *"A guerra do fim dos tempos".* IN: Revista Leituras da História, Nº 74, p.20-25.

CARNEIRO, Newton (1975). **O Paraná e a caricatura**. Curitiba: GRAFIPAR.

CARVALHO, Tarcísio Motta (2009). **Coerção e consenso na Primeira República: a Guerra do Contestado (1912-1916).** Niterói: Doutorado em História da UFF.

CORREA, Amélia Siegel (2006). **Imprensa e política no Paraná: prosopografia dos redatores e pensamento republicano no final do século XIX**. Curitiba: Mestrado em Sociologia UFPR.

CORREIO DO NORTE (2012). **100 anos do Contestado: Santa Catarina nunca mais foi a mesma.** Canoinhas: Edição Especial de Dezembro. Disponível em http://ieij.com.br/Atividades/contestado/100.Anos.Contestado.pdf. Acesso 13.novembro.2016.

DALFRÉ, Liz Andreá (2014). **Outras narrativas da nacionalidade: o movimento do Contestado.** Curitiba: SAMP.

DERENGOSKI, Paulo Ramos (1986). **O desmoronamento do mundo jagunço**. Florianópolis: FCC.

DERENGOSKI, Paulo Ramos (2013). **A sangrenta Guerra do Contestado**. Florianópolis: DIOESC.

ESPIG, Márcia Janete (2012). **Carlos Magno e o Contestado**. IN: Revista de História, 09/10/2012.

FARIA ROCHA, Augusto Faria (1951). **O centenário de Manoel Correia de Freitas.** IN: Boletim do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, Volume V, Fascículos 3-4, Julho-Dezembro, p.3-16.

FELIPPE, Euclides J. (1995). **O último jagunço: folclore na história da Guerra do Contestado.** Curitibanos: Universidade do Contestado.

FRAIZ, Priscilla (1998). **A dimensão autobiográfica dos arquivos pessoais: o arquivo de Gustavo Capanema.** IN: Revista Estudos Históricos, RJ, nº 21, p.59-87.

GENNARI, Emílio (2007). **As guerras sertanejas de Canudos e Contestado**. Disponível em http://docplayer.com.br/9020294-Emilio-gennari-as-guerras-sertanejas-de-canudos-e-contestado.html. Acesso em 13.novembro.2016.

GOMES, Ângela de Castro (2004). **Escrita de si, escrita da história.** RJ: FGV.

HERCILIO, Antonio (1912). **Excertos de um escrito inédito (continuação).** IN: Almanaque da Revista A Casa do Lavrador da Secretaria de Agricultura, Indústria e Commercio para 1913. Anno I. Curitiba: Typographia da Penitenciaria, p. 170-174.

HEYMANN, Luciana (2005). **De "arquivo pessoal' a "patrimônio nacional": reflexões acerca da produção de " legados".** RJ: CPDOC

JANOVITCH, Paula Ester (2006). **Preso por trocadilho: a imprensa de narrativa irreverente paulistana (1900-1911).** SP: Alameda.

LAZARIN, Katiuscia Maria (2005). **Fanáticos, rebeldes e caboclos: discursos e invenções sobre diferentes sujeitos na historiografia do Contestado (1916-2003).** Florianópolis: Mestrado em História da UFSC.

LEVI, Darrel (1977). **A família Prado.** SP: Cultura 70.

LEWIN, Linda (1993). **Política e parentela na Paraíba: um estudo de caso da oligarquia de base familiar.** RJ: Record.

LUSTOSA, Isabel (org) (2011). **Imprensa, humor e caricatura: a questão dos estereótipos culturais.** BH: Editora da UFMG.

LUZ, Aujor Ávila da (1999**). Os fanáticos: crimes e aberrações da religiosidade dos nossos caboclos** (contribuição para o estudo de antropossociologia criminal e da história do movimento dos fanáticos em Santa Catarina. Florianópolis: Editora da UFSC.

MACHADO, Paulo Pinheiro (2001). **Um estudo sobre as origens sociais e a formação política das lideranças sertanejas do Contestado, 1912-1916.** Campinas: Tese Doutora História da UNICAMP.

MACHADO, Paulo Pinheiro (2004). **Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916).** Campinas: Editora da UNICAMP.

MARCELLINO, Walmor (2005). **A guerra camponesa do Contestado**. Curitiba: Quem de Direito.

MARÉS DE SOUZA, Fredericindo (1978). **Eles não acreditavam na morte: romance dos tempos dos fanáticos do Contestado.** Curitiba: Estante Paranista Nº 8/Instituto Histórico e Geográfico do Paraná.

MARÉS DE SOUZA, Fredericindo (1987). **O presidente Carlos Cavalcanti e a revolta do Contestado.** Curitiba: Estante Paranista Nº 29/Instituto Histórico e Geográfico do Paraná. Editora Lítero-Técnica.

MARGARIDO, Alfredo (1974). *"A reciprocidade no seio de um movimento camponês do sul do Brasil"*. IN: RANDLES, W.G.L et all. **Para uma história antropológica**. Lisboa: Edições 70, p.61-73.

MATOS, Alvaro Costa de (2010). **Da imprensa humorística na I Republica ...,** IN: Revista JJ Nº 44, Lisboa: outubro-dezembro, p. 50-64.

NEGRÃO, Francisco (1928). **Genealogia Paranaense**. Curitiba: Impressora Paranaense. Volume 3.

MENDONÇA, Maí N., HLADCZUK, Ana Maria (1992). **Augusto Stresser e a Ópera Sidéria**. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, Boletim Informativo da Casa Romário Martins, v.19, n°99.

MIRANDA, Alcibíades (2012). **Contestado**. 2ª edição. Curitiba: Estante Paranista Nº 28/Instituto Histórico e Geográfico do Paraná.

MOCELLIN, Renato (1989). **Os guerrilheiros do Contestado**. SP: Editora do Brasil.

MOCELLIN, Renato (2015). **Pelados x peludos: o massacre dos xucros.** Curitiba: SITE.

MUZZI, Amanda (2006). **Os jacobinos e a oposição à Prudente de Moraes na transição entre as presidências militar e civil (1893-1897).** Rio de Janeiro: Mestrado em História a PUCRJ.

NORA, Pierre (1993). **"Entre Memória e História: a problemática dos lugares".** IN: Projeto História. SP: PUC, n. 10, p. 7-28, dezembro.

OLIVEIRA, Fernando Osvaldo de (1978). **O jagunço: um episódio da Guerra do Contestado.** Florianópolis: IOESC.

OLIVEIRA, João Pacheco de (1998) (Org.). **Indigenismo e territorialização: poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo**. RJ: Contra Capa.

PEREIRA, Luis Fernando Lopes (2002). **O espetáculo dos maquinismos modernos: Curitiba na virada do século XIX para o XX.** SP: Tese Doutorado História USP.

PIAZZA, Walter (1985). **Dicionário Político Catarinense**. Florianópolis: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

PINTO. Rui Cavallin. **A propaganda republicana em Paranaguá**. Curitiba: Academia Paranaense de Letras, 21/06/2016. Disponível em http://www.academiapr.org.br/artigos/a-propaganda-republicana-em-paranagua/. Acesso 25.janeiro.2017.

POLLAK, Michel (1989). **Memória, esquecimento e silêncio**. IN: Estudos Históricos, RJ, nº 3, p. 3-15.

QUEIROZ, Mauricio Vinhas de (1977). **Messianismo e conflito social: a guerra**

QUEIROZ, Suely Robles Reis de (1986). **Os radicais da república. Jacobinismo: ideologia e ação (1893-1897).** SP: Editora Brasiliense.

QUELUZ, Marilda Lopes Pinheiro (2011). **O humor gráfico no início do século XX em Curitiba.** IN: 19&20, Rio de Janeiro, Vol.6, Nº 1, janeiro-março.

RIBEIRO, Naiara dos Santos Damas (2004). **Como moléculas da humanidade: a presença de Correia Defreitas na Guerra do Contestado (1914).** Curitiba: 12º EVINCI (Evento de Iniciação Científica) da UFPR.

RIBEIRO, Renato Janine (1998). **Memória de si, ou ...** IN: Estudos Históricos, RJ, nº 21, p. 35-42.

RICHTER, Klaus (1992). **A Sociedade Colonizadora Hanseática de 1897 e a colonização do interior de Joinville e Blumenau**. Blumenau: Editora da UFSC e da FURB.

RODRIGUES, Rogério Rosa (2012). **Imagens do Front: Canudos e Contestado e a fotografia de guerra.** Teresina: ANAIS do VI Seminário Nacional de História Cultural – Escritas da História: ser-sentir-narrar.

SALOMÃO, Eduardo Rizzatti (2012). **A Guerra de S. Sebastião (1912-1916): um estudo sobre a ressignificação do mito do rei encoberto no movimento sociorreligioso do Contestado**. Brasília: Doutorado em História UNB.

SANTOS, Silvio Coelho dos (2006). **O Contestado na historiografia e na literatura.** Florianópolis: Coleção Nº 30 da Academia Catarinense de Letras.

SCHEIFER, Bruna (2008). **Paranaguá, cidade portuária: entre a cidade "sonhada e a cidade real".** Marechal Cândido Rondon: Mestrado em História UNIOESTE.

SERPA, Elio (1999). **A Guerra do Contestado (1912-1916).** Florianópolis: Editora da UFSC.

SOTTOMAIOR, Sebastião Paraná (1922). **Paranaenses ilustres**. Curitiba: [s.l].

TEIXEIRA, Luiz Guilherme Sodré (2007). **Sentidos do humor. Trapaças da razão: a charge.** RJ: Fundação Casa de Rui Barbosa.

THOMÉ, Nilson (2005). **Breve história da Guerra do Contestado**. Caçador/SC: UNC Campus Caçador.

THOMÉ, Nilson (1999). **Os Iluminados: personagens e manifestações místicas e messiânicas no Contestado**. Florianópolis: Editora Insular.

TOKARSKI, Fernando (2002). **Cronografia do Contestado**: apontamentos históricos da região do Contestado e do Sul do Paraná. Florianópolis: IOESC.

TOTA, Antônio (1983). **A guerra do novo mundo**. SP: Brasiliense.

VALENTINI, Delmir José (2003). **Da cidade santa à corte celeste: memórias de sertanejos e a Guerra do Contestado.** Caçador: UNC.

VANALI, Ana Crhistina (2014). **Uma retrospectiva histórica da literatura paranaense**. Curitiba: [s.e].

VASCONCELLOS, Auro Sanford de (2008). **Chica Pelega: a guerreira de Taquaruçu**. 2ª edição. Florianópolis: Editora Insular.

WEINHARDT, Marilene (2002). **Mesmos crimes, outros discursos: algumas narrativas sobre o Contestado.** Curitiba: Editora da UFPR.

WOITOWICZ, Karina Janz (2014). **Imagem contestada: a Guerra do Contestado pela escrita do Diário da Tarde (1912-1916).** Ponta Grossa: Editora UEPG.

REFERÊNCIAS CAPÍTULO 4

ALONSO, Angela (2015). **Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-1888).** SP: Companhia das Letras.

AZEVEDOA, Celia Maria Marinho de (2010). **Maçonaria, anti-racismo e cidadania: uma história de lutas e debates transnacionais**. SP: Annablume.

BALHANA, Carlos Alberto de Freitas (1981). **Ideias em confronto**. Curitiba: Grafipar.

BAHLS, Aparecida Vaz da Silva (2007). **A busca de valores identitários: a memória histórica paranaense**. Curitiba: Doutorado em História UFPR.

BANDEIRA, Euclides (1939). **Congresso Republicano Histórico. IN:** Respingos históricos. Curitiba: Tipografia Favorita, p.66-72**.**

BASBAUM, Leôncio (1986). **História sincera da república: das origens até 1889.** SP: Alfa-Ômega.

BEGA, Maria Tarcisa Silva (2013). **Letras e política no Paraná: simbolistas e anticlericais na República Velha.** Curitiba: Editora da UFPR.

BEGA, Maria Tarcisa Silva (2001). **Sonho e invenção do Paraná: geração simbolista e a construção da identidade regional.** SP: Tese de Doutorado Sociologia USP.

BENIMELI, José A. Ferrer (2010). **Arquivos Secretos do Vaticano e a Franco–Maçonaria (História de uma condenação pontifica).** SP: Editora Madras.

BLANC, Claudio (2013). **O grande livro da maçonaria**. SP: Editora Online.

BARATA, Alexandre Mansur (1999). **Luzes e sombras: a ação da maçonaria brasileira (1870-1910)**. Campinas: Editora da UNICAMP.

BARATA, Alexandre Mansur (2006). **Maçonaria, sociabilidade ilustrada e independência do Brasil (1790-1822).** Juiz de Fora: Annablume.

BELTRAMI, Rafael Caminha de Carvalho (2002). **Da poesia na ciência: fundadores do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, uma história de suas ideias. Curitiba, 1900.** Curitiba: Dissertação Mestrado História UFPR.

BOEHRER, George C. (2000). **Da monarquia à república: história do Partido Republicano no Brasil (1870-1889).** Belo Horizonte: Editora Itatiaia.

BOURDIEU, Pierre (1990). **Coisas ditas.** SP: Brasiliense.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues (2004). **História da política em Santa Catarina durante o império**. Volume 4. Florianópolis: Editora da UFSC.

CAMPOS SALLES, Manuel Ferraz de (1983). **Da propaganda à presidência.** Brasília: Editora da UNB.

CARDOSO, Luciene Pereira Carris (2011). **Os congressos brasileiros de geografia entre 1909 e 1944.** IN: História, Ciências, Saúde. Manguinhos/RJ, v.18, n.1, janeiro-março, p.85-103.

CARONE, Edgar (1978). **A República Velha: instituições e classe sociais**. RJ: DIFEL.

CARVALHO, José Murilo de (1998). **A formação das almas: o imaginário da república no Brasil.** SP: Companhia das Letras.

CARVALHO, José Murilo de (2011). **República, democracia e federalismo: Brasil (1870-1891).** IN: Varia História, Belo Horizonte, V.27, Nº 45, janeiro-junho, p. 141-157.

CARVALHO, José Murilo de (2009). **Radicalismo e republicanismo**. IN: Repensando o Brasil dos Oitocentos: cidadania, política e liberdade. RJ: Civilização Brasileira, p.19-48.

CARVALHO, José Murilo de (2000). **Rui Barbosa e a razão clientelista**. IN: Revista Dados, Nº 43, Nº 1, p.87-113.

CARVALHO, José Murilo de (2004). **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi.** SP: Companhia das Letras.

CASTELLANI, José e CARVALHO, William Almeida de (2009). **História do Grande Oriente do Brasil**. SP: Editora Madras.

CH'AN, Isa [Kurt Prober] (1978). **Achegas para a História da Maçonaria Paranaense**. RJ: Edição exclusiva para maçons.

CLUBE CURITIBANO (1932). **Revista do Cinquentenário do Clube Curitibano**. Curitiba: [s.e].

CORREA, Amelia Siegel (2006). **Imprensa e política no Paraná: prosopografia dos redatores e pensamento republicano no final do século XIX.** Curitiba: Mestrado em Sociologia UFPR. Disponível em http://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/6053/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Am%C3%A9lia%20Corr%C3%AAa.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em 16.julho.2016.

CORREA, Carlos Humberto (1984). **Um estado entre duas repúblicas.** Florianópolis: Editora da UFSC.

CORREIA, Leôncio (1939). **A verdade histórica sobre o 15 de novembro.** RJ: Imprensa Nacional.

COSTA, Emilia Viotti da (1985**). Da monarquia à república: momentos decisivos.** SP: Brasiliense.

CUNHA, Sylvia Amelia Carneiro da (1995). **Gustavo Richard: um republicano histórico em Santa Catarina (vida e obra).** Brasília: Editora do Senado.

DAMAZIO, Sylvia F. (1994). **Da elite ao povo: advento e expansão do espiritismo no Rio de Janeiro**. RJ: Bertrand do Brasil.

DORNAS FILHO, João (1941). **Apontamentos para a história da república.** Curitiba: Editora Guairá.

ELIAS, Norbert (1994). **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar.

FARIA ROCHA, Augusto (1951). **O centenário de Manoel Correia de Freitas.** Curitiba: Boletim do IHGP, julho-dezembro, Vol. V, Fasc. 3-4, p. 3-16.

FEDALTO, Pedro Antônio Marchetti (2014). **História da igreja no Paraná.** Curitiba: Arquidiocese de Curitiba.

FEP (2012). **Federação Espírita do Paraná: 110 anos (1902-2012). Semeando a boa nova por um mundo melhor**. Curitiba: [s.e].

FERRARINI, Sebastião (2011). **Círculo de Estudos Bandeirantes documentado.** Curitiba: Champagnat.

FICKER, Carlos (2008). **História de Joinville: crônica da Colônia Dona Francisca.** 4ª edição. Joinville: Editora Letra d'água.

FICKER, Carlos (1973). **São Bento do Sul: subsídios para a sua história.** 1ª parte. [s.l]. [s.e].

FREITAS. Clovis Glycerio Gracie de (2000). **Jornada republicana: Francisco Glycerio**. SP: Editora Plexus.

FREITAS, Waldomiro Ferreira de (1999). **História de Paranaguá das origens à atualidade.** Paranaguá: IHGP

FONTOURA,João Neves da (1963). **Memórias (2º volume): a Aliança Liberal e a Revolução de 1930.** Porto Alegre: O Globo.

GRAFIPAR (197). **História de Santa Catarina**. 4 volumes. Curitiba: Grafipar.

GOMES, Plácido (1951). **A imprensa em Joinville (1863-1950).** IN: SOCIEDADE AMIGOS DE JOINVILLE (1951). Álbum Histórico do Centenário de Joinville (1851-9 de março-1951). Curitiba: Gráfica Mundial, p. 49-53

HAJAR, Gehad Ismail (2004). **"Símbolos do Paraná."** IN: 150 anos da criação política do Paraná. Curitiba: Imprensa Oficial, p. 9-48.

HERKENHOFF, Elly (1998). **História da imprensa em Joinville**. Florianópolis: Editora da UFSC.

LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo (1989). **Adolpho Gordo Senador da Primeira República Representação e Sociedade.** SP: Doutorado Sociologia USP.

LEAL, Victor Nunes (1997). **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. RJ: Nova Fronteira.

LEITE, José Carlos Correa (org) (2010). **UTFPR: uma história de 100 anos**. 2ª edição. Curitiba: Editora da UTFPR.

LOBATO, Monteiro (1994). **Urupês**. SP: Brasiliense.
LUZ, Osmar (2014). **Os 150 anos de Perseverança**. Curitiba: [s.n].

MANIFESTO DA MAÇONARIA PARANAENSE AO MUNDO MAÇÔNICO UNIVERSITÁRIO (1902). Curitiba: Impressora Gráfica Paranaense.
MARTINS, Romario (1908). **Catálogo dos jornaes publicados no Paraná (1854 a 1907).** Curitiba: Impressora Paranaense.

MARTINS, Romário (1967). **História do Paraná**. 3ª edição. Curitiba. Editora Guaíra.

MEIRINHO, Jali (1982). **A república em Santa Catarina (1889-1900).** Florianópolis: Editora da UFSC

MEIRINHO, Jali (1997). **República e oligarquias: subsídios para a história catarinense (1889-1930).** Florianópolis: Editora Insular

MICELI, Sergi (2001). **Intelectuais à brasileira**. SP: Companhia das Letras.

MILLS, Charles Wright (1975). **A imaginação sociológica**. 4ª edição. RJ: Zahar Editores.

MIRA, Crispim (1918). **Confraternização republicana**. RJ: [s.e].

MONTEIRO, Nilson (2012)**. Pedaços de muita vida: a história dos 122 anos da Associação Comercial do Paraná**. Curitiba: [s.n].

MORAES, Evaristo (1986). **A campanha abolicionista (1879-1888).** 2ª edição. Brasília: Editora da UNB.

NASCIMENTO JUNIOR, Vicente Montepoliciano (1951). **Correia Defreitas: sua vida e obra.** Paranaguá: Homenagem da Prefeitura Municipal de Paranaguá ao transcurso de seu centenário.

PEREIRA, Carlos da Costa (1964). **A propaganda republicana em Santa Catarina.** IN: Blumenau em Cadernos, Tomo VI, Nº 2, p. 21-23.

PEREIRA, Carlos da Costa (1976). **A Revoluçao Federalista de 1893 em Santa Catarina.** Florianópolis: Governo do Estado de Santa Catarina.

PILOTO, Valfrido (1982). **Quando o Paraná se levantou como uma nação**. Curitiba: Estante Paranista 16/IHGP.

PILOTO, Valfrido (1952). **Tinguianas**. Curitiba: [s.e]

PITOMBO, Heitor (2009). **Maçonaria no Brasil**. SP: Editora Escala.

RIBEIRO FILHO, Aníbal (1972). **Clube Literário de Paranaguá (1872-1972): um século de tradição, cultura e arte**. Paranaguá: [s.e].

ROSEVICS, Larissa (2009). **O Instituto Histórico e Geographico Paranaense e a construção de um imaginário regional**. Curitiba: Dissertação Mestrado Sociologia UFPR.

SANTOS, Dario Nogueira dos (1948). **"A maçonaria em Paranaguá".** IN: Congresso Comemorativo do Tricentenário de Paranaguá. Paranaguá: 29 de julho de 1948, p.145-163.

SPOLADORE, Hércule (2007). **História da Maçonaria Paranaense no século XIX**. Londrina: Ruahgraf.

STOLL, Sandra Jaqueline (2003). **Espiritismo à brasileira**. SP: Orion.

STRAUBE, Ernani Costa (1987). **Símbolos do Paraná: evolução histórica (1853-1984).** Curitiba: Imprensa Oficial.

STRAUBE, Ernani (2002). **Símbolos do Brasil, Paraná e Curitiba: histórico e legislação**. Curitiba: Estante Paranista 45/IHGPR.

TEMPSKI-SILKA, Valton Sergio von (2011**). Historial da franco maçonaria (715 a.C 1815 Brasil 1940 Paraná).** Curitiba: Editora Juruá.

TRINDADE, Etelvina (1996). **Clotildes ou Marias**. Curitiba: Fundação Cultural.

VANALI, Ana Crhistina (2016). **1º centenário da exposição regional de São José dos Pinhais.** Curitiba. Revista NEP-UFPR, V.2, N.2, p.618-670.

VERNALHA, Milton Miró (1987). **Clube Republicano de Paranaguá (1887-1987).** Paranaguá: [s.e].

WEBER, Beatriz Teixeira (1996). **Espiritismo kardecista e cura no Rio Grande do Sul – início do século XX.** Caxambu: ANAIS do XX Congresso da ANPOCS.

WESTPHALEN, Cecília Maria. BALHANA, Altiva Pilatti & PINHEIRO MACHADO, Brasil (1969). **História do Paraná**. 1º volume. Curitiba: Grafipar.

WITTER, José Sebastião (1984). **Partido político, federalismo e república.** SP: Edições Arquivo do Estado.

ZOCCOLI, Hiran Luiz (s.d). **A Maçonaria no Paraná - Volume 01 (Lojas Maçônicas e sua história, e obreiros de 1837 a 1902).** Disponível em http://www.museumaconicoparanaense.com. Acesso em 24.abril.2014.

ZOCCOLI, Hiran Luiz (s.d). **A Maçonaria no Paraná - Volume 02 (A revolta da Loja Acácia Paranaense e o Grande Oriente do Paraná de 1902).** Disponível em http://www.museumaconicoparanaense.com. Acesso em 24.abril.2014.

ZOCCOLI, Hiran Luiz (s.d). **A Maçonaria no Paraná - Volume 03 (O Grande Oriente Estadual do Paraná (1928/1932).** Disponível em http://www.museumaconicoparanaense.com. Acesso em 24.abril.2014.

ZOCCOLI, Hiran Luiz (s.d). **A Maçonaria no Paraná - Volume 04 (A Maçonaria em Curitiba - PR, de 1939 a 1952).** Disponível em http://www.museumaconicoparanaense.com. Acesso em 24.abril.2014.

ZOCCOLI, Hiran Luiz (s.d). **A Maçonaria no Paraná - Volume 05 (As lojas subordinadas a Delegacia do Paraná - 1902 a 1952).** Disponível em http://www.museumaconicoparanaense.com. Acesso em 24.abril.2014.

ZOCCOLI, Hiran Luiz (s.d). **A Maçonaria no Paraná - Volume 06 (O Grande Oriente do Paraná fundado em 09/02/1952).** Disponível em http://www.museumaconicoparanaense.com. Acesso em 24.abril.2014.

ZOCCOLI, Hiran Luiz (s.d). **A Maçonaria no Paraná - Volume 07 (Autoridades Maçônicas no Paraná).** Disponível em http://www.museumaconicoparanaense.com. Acesso em 24.abril.2014.

REFERÊNCIAS CAPÍTULO 5

BRASIL (1909). **Anais da Câmara dos Deputados. 1ª sessão da 7ª Legislatura**. RJ: Tipografia Nacional.

CARNEIRO, David & VARGAS, Túlio (1994). **História biográfica da República no Paraná.** Curitiba: Banestado.

CURY, Carlos Roberto Jamil & MACHADO, Maria Cristina Gomes (2013). **A educação nos anais da constituinte republicana do estado do Paraná – 1892.** IN: Educar em Revista, Curitiba, Nº 49, p. 227-243. Julho-setembro.

DEFREITAS, Manoel Correia (1890). **Manifesto político do cidadão Manoel Correia Defreitas**. Curitiba: Typographia do Dezenove de Dezembro.

FREITAS. Clovis Glycerio Gracie de (2000). **Jornada republicana: Francisco Glycerio**. SP: Editora Plexus.

GERTZ, René Ernani (1991). **O perigo alemão**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS.

GOULART, Mônica Helena Harrich Silva (2014). **A dança das cadeiras: análise do jogo político na Assembleia Legislativa do Paraná (1889-1930).** Jundiai: Paco Editorial.

KONDER. Marcos (1957). **Lauro Muller: ensaio biobliográfico**. 2ª edição. RJ: Imprensa Oficial.

MACIEL, Otoni (1925). **Bastidores políticos: minha atividade política. Subsídios para a história republicana do Paraná**. Curitiba: [s.e].

MARQUES, Enéas (1941). **Generoso Marques (1844-1928).** Curitiba: Impressora Paranaense.

NETO, Casimiro (2003). **A Construção da Democracia: síntese histórica dos grandes momentos da Câmara dos Deputados, das Assembleias Nacionais Constituintes do Congresso Nacional**. Brasília: Coordenação de Publicações Sistema de Informações Legislativas (SILEG) - Módulo Deputado.

NICOLAS, Maria (1984). **Cento e trinta anos de vida parlamentar (1854-1984).** Curitiba: Imprensa Oficial.

NICOLAS, Maria (1978). **O Paraná no senado.** Curitiba: Imprensa Oficial.

O PARANÁ (2013). **Não quis ser governador do Paraná: Freitas teve a chance de governar dois estados, mas recusou. Podia ser rico e preferiu ser pobre**. O Paraná, 5 de maio de 2013. Disponível em https://www.oparana.com.br/variedades/nao-quis-ser-governador-do-parana-30809/. Acesso 22.abril.2014.

PARANÁ (1908). **Anais do Congresso Legislativo do Estado do Paraná. 1ª sessão da 9ª Legislatura.** Curitiba: Tipografia de A Notícia.

PARANÁ (1909). **Anais do Congresso Legislativo do Estado do Paraná. 2ª sessão da 9ª Legislatura**. Curitiba: Tipografia de A Notícia.

PENALVA, Gastão (1932). **Correa Defreitas**. RJ: Jornal do Brasil, 29 de junho de 1932, p. 5.

PIRES, Aloildo Gomes (1995). **Eleições presidenciais na Primeira República: uma abordagem estatística.** Salvador: [s.e].

RICCI, Paolo & ZULINI, Jaqueline Porto (2014). **Partidos, competição política e fraude eleitoral: a tônica das eleições na Primeira República.** IN: Dados, Rio de Janeiro, Vol. 57, Nº 2, p. 443-479.

SEGA, Rafael A. (2008). **Tempos belicosos: a Revolução Federalista no Paraná**. 2ª edição. Curitiba: Instituto da Memória.

TELAROLLI, Rodolpho (1982). **Eleições e fraudes eleitorais na República Velha**. SP: Editora Brasiliense.

TOURINHO, Luiz Carlos Pereira (1990). **Toiro Passante III: tempo de república velha**. Curitiba: Estante Paranista IHGPR.

VANALI, Ana Crhistina (2016). **Professoras Correia de Freitas: trajetórias femininas na Curitiba Republicana.** IN: OLIVEIRA, Ricardo Costa (org). **Nepotismo, parentesco e mulheres**. Curitiba: RM Editores, p. 103-194.

VARGAS, Túlio (1976). **Senhor senador, senhor ministro.** Curitiba: Grafipar.

VARGAS, Túlio & CHAVES, Maria Lourdes M. (1987). **Sérgio de Castro: biografia do presidente da constituinte republicana do Paraná de 1892.** Curitiba: Lítero Técnica.

VIEIRA, José (1909). **A Cadeia Velha: memória da Câmara dos Deputado.** RJ: Jacintho Silva Editor.

ANEXOS

ANEXO 1

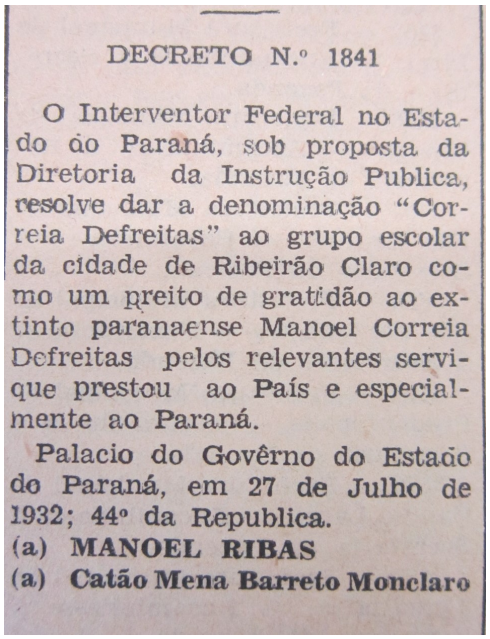
Decreto N°1841/1932 de 27 de julho de 1932

O interventor federal do Estado do Paraná, sob proposta da Diretoria de Instrução Pública*, resolve dar a denominação de “Correia Defreitas” ao grupo escolar da cidade de Ribeirão Claro como um preito de gratidão ao extinto paranaense Manoel Correia Defreitas pelos relevantes serviços que prestou ao país e especialmente ao Paraná.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ, em 27 de julho de 1932; 44º da República

Manoel Ribas, interventor

Catão Mena Barreto Monclaro, Secretário do Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública



DECRETO N.º 1841

O Interventor Federal no Estado do Paraná, sob proposta da Diretoria da Instrução Publica, resolve dar a denominação "Correia Defreitas" ao grupo escolar da cidade de Ribeirão Claro como um preito de gratidão ao extinto paranaense Manoel Correia Defreitas pelos relevantes serviço que prestou ao País e especialmente ao Paraná.

Palacio do Govêrno do Estado do Paraná, em 27 de Julho de 1932; 44º da Republica.

(a) **MANOEL RIBAS**

(a) **Catão Mena Barreto Monclaro**

Fonte: Diário Oficial do Estado do Paraná
Curitiba, 29 de julho de 1932, Nº 485, Ano 3, pg.3.

* OBS: O diretor de Instrução Pública era Otávio da Silveira.

ANEXO 2

Lei Ordinária N°361/1951 de 8 de outubro de 1951

Ementa:

'Dá a denominação de "Manoel Correia de Freitas", à uma das vias públicas da Capital'.

Texto:

A Câmara Municipal de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, decretou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a dar a denominação de "Manoel Correia de Freitas", à uma das vias públicas da Capital.

Artigo 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

PAÇO DA LIBERDADE, em 8 de outubro de 1951.

(a) Dr. Erasto Gaertner
Prefeito Municipal



Crédito foto: Ana Vanali

Fonte: Site da Câmara Municipal de Curitiba.
http://www.cmc.pr.gov.br/wspl/sistema/BibLegVerForm.do?select_action=&popup=s&chamado_por_link&nor_id=1288&pesquisa. Acesso em 19 de março de 2014.

ANEXO 3

Decreto Nº 5871 de 25.11.1937 – desapropriando um terreno em Paranaguá pertencente aos herdeiros de Manoel Correia Defreitas

DECRETO Nº 5871

O interventor Federal do Estado do Paraná decreta:

Artigo 1º - Fica declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação, parte do imóvel situado no município de Paranaguá, de propriedade dos herdeiros de Manoel Correia Defreitas, com a área de trezentos e trinta e cinco mil trezentos e vinte e cinco metros e noventa e dois decímetros quadrados, que os limita ao norte e a noroeste com a estrada de rodagem Curitiba a Paranaguá, a leste com imóvel pertencente a Prefeitura Municipal, ao sul com terreno dos herdeiros referidos e a oeste com terrenos de Carlos Lopes da Silva, imóvel este destinado ao aumento de Campo de Aviação.

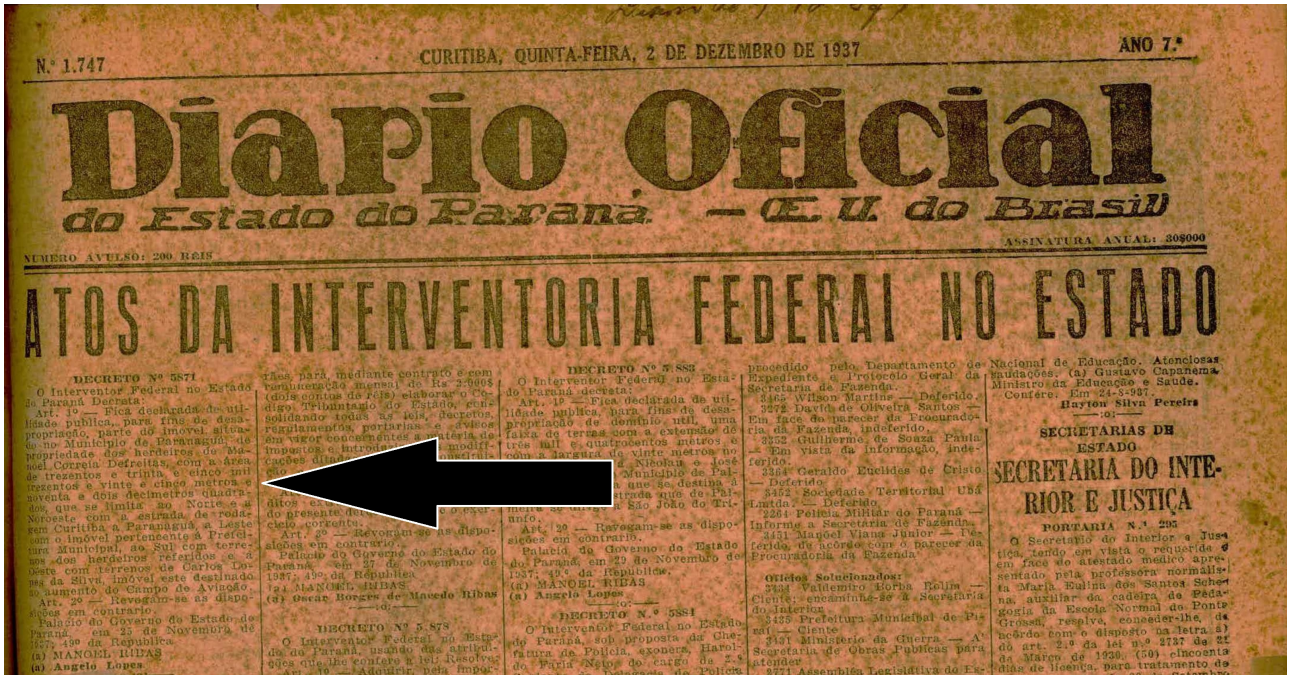
Artigo 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado do Paraná, em 25 de novembro de 1937.

49º da República

(aa) Manoel Ribas e Angelo Lopes

FONTE: Diário Oficial do Estado do Paraná (atos da interventoria federal no estado) Curitiba, 2 de dezembro de 1937, Nº 1747, Ano 7, pg.1



N.º 1.747 — CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 2 DE DEZEMBRO DE 1937 — ANO 7.º

Diario Oficial

do Estado do Paraná — E. U. do Brasil

NUMERO AVULSO: 200 REIS — ASSINATURA ANUAL: 30$000

ATOS DA INTERVENTORIA FEDERAL NO ESTADO

DECRETO Nº 5871

O Interventor Federal no Estado do Paraná Decreta:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade publica, para fins de desapropriação, parte do imovel situado no Municipio de Paranaguá, de propriedade dos herdeiros do Manoel Correia Defreitas, com a área de trezentos e trinta, e cinco mil trezentos e vinte e cinco metros e noventa e dois decimetros quadrados, que se limita ao Norte e a Noroeste com a estrada de rodagem Curitiba a Paranaguá, a Leste com o imóvel pertencente á Prefeitura Municipal, ao Sul com terrenos dos herdeiros referidos e a Oéste com terrenos de Carlos Lopes da Silva, imóvel este destinado ao aumento do Campo de Aviação.

Art. 2º — Revogam-se as disposições em contrario.

Palacio do Governo do Estado do Paraná, em 25 de Novembro de 1937, 49º da Republica.

(a) MANOEL RIBAS

(a) Angelo Lopes

—:o:—

DECRETO Nº 5.878

O Interventor Federal no Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe confere a lei Resolve

...dicionar, pela impor-
...tas para, mediante contrato e com
...remuneração mensal de Rs 2:000$
...(dois contos de reis) elaborar o Có-
...digo Tributario do Estado, reu-
...nindo todas as leis, decretos,
...regulamentos, portarias e avisos
...em vigor concernentes á materia de
...impostos e outras
...ções ...
...dos ...
...presente ...
...cio corrente.

Art. 2º — Revogam-se as disposições em contrario.

Palacio do Governo do Estado do Paraná, em 27 de Novembro de 1937, 49º da Republica.

(a) MANOEL RIBAS

(a) Oscar Borges de Macedo Ribas

—:o:—

DECRETO Nº 5.882

O Interventor Federal no Estado do Paraná decreta:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade publica, para fins de desapropriação de dominio util, uma faixa de terras com a extensão de tres mil e quatrocentos metros e com a largura de vinte metros no ...Nilema e José ...Municipio de Pal-
...que se destina á ...trada que de Pal-
...São João do Tri-
...nano.

Art. 2º — Revogam-se as disposições em contrario.

Palacio do Governo do Estado do Paraná, em 29 de Novembro de 1937, 49º da Republica.

(a) MANOEL RIBAS

(a) Angelo Lopes

—:o:—

DECRETO N.º 5881

O Interventor Federal no Estado do Paraná, sob proposta do Chefe da Policia, exonera, Haroldo ...Paria Neto do cargo de 2.º ...do Policia, ...procedido pelo Departamento de Expediente e Protocolo Geral da Secretaria de Fazenda.

3365 Wilson Martins — Deferido.

3372 Dario de Oliveira Santos — Em face do parecer da Procuradoria da Fazenda, indeferido.

3352 Guilherme de Souza Paula — Em vista da informação, indeferido.

3364 Geraldo Euclides de Cristo — Deferido.

3362 Sociedade Territorial Ubá Limtda. — Deferido.

2264 Policia Militar do Paraná — Informe a Secretaria de Fazenda.

3431 Manoel Viana Junior — Deferido, de acôrdo com o parecer da Procuradoria da Fazenda.

Officios Solucionados:

2741 Valdemiro Korba Rolim — Ciente; encaminhe-se á Secretaria do Interior.

3435 Prefeitura Municipal de Pitanga — Ciente.

3431 Ministerio da Guerra — A' Secretaria de Obras Publicas para atender.

3271 Assembléa Legislativa do Estado — Nacional de Educação. Atenciosas saudações. (a) Gustavo Capanema, Ministro da Educação e Saude. Confere: Em 24-5-937. Hayton Silva Pereira

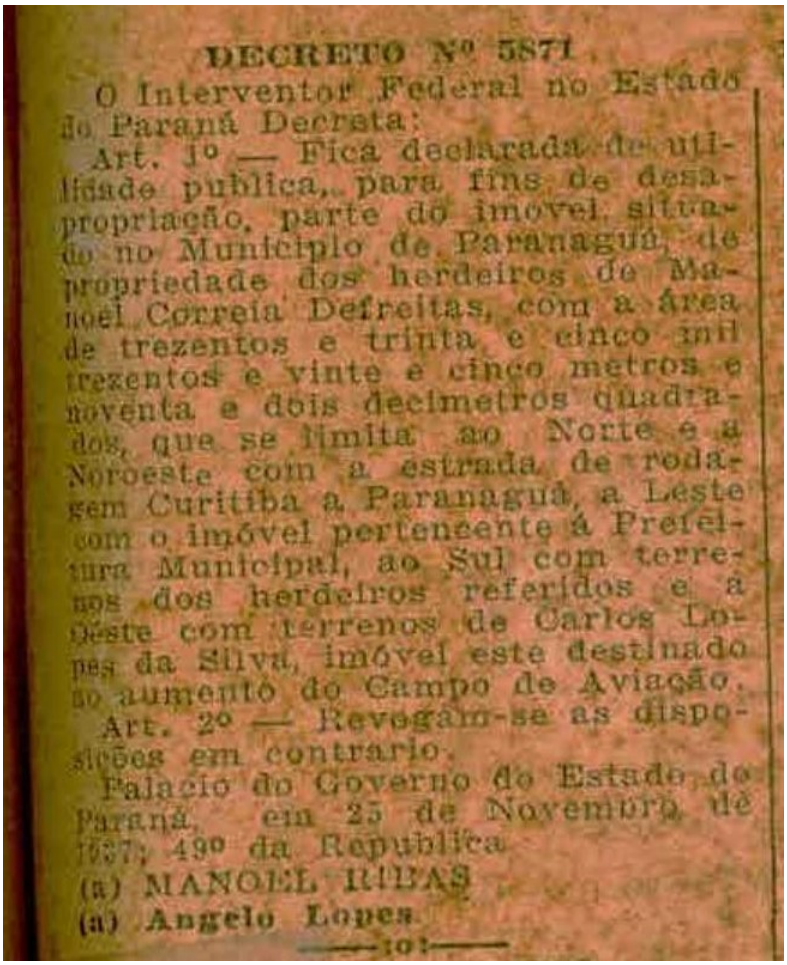
—:o:—

SECRETARIAS DE ESTADO

SECRETARIA DO INTERIOR E JUSTIÇA

PORTARIA N.º 295

O Secretario do Interior e Justiça, tendo em vista o requerido e em face do atestado medico apresentado pela professora normalista Maria Eulina dos Santos Scheina, auxiliar da cadeira de Pedagogia da Escola Normal do Ponta Grossa, resolve, conceder-lhe, de acôrdo com o disposto na letra a) do art. 2.º da lei n.º 3737 de 22 de Março de 1938, (50) cincoenta dias de licença, para tratamento de



DECRETO Nº 5871

O Interventor Federal no Estado do Paraná Decreta:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade publica, para fins de desapropriação, parte do imovel situado no Municipio de Paranaguá, de propriedade dos herdeiros de Manoel Correia Defreitas, com a área de trezentos e trinta e cinco mil trezentos e vinte e cinco metros e noventa e dois decimetros quadrados, que se limita ao Norte e a Noroeste com a estrada de rodagem Curitiba a Paranaguá, a Leste com o imóvel pertencente á Prefeitura Municipal, ao Sul com terrenos dos herdeiros referidos e a Oéste com terrenos de Carlos Lopes da Silva, imóvel este destinado ao aumento do Campo de Aviação.

Art. 2º — Revogam-se as disposições em contrario.

Palacio do Governo do Estado do Paraná, em 25 de Novembro de 1937, 49º da Republica.

(a) MANOEL RIBAS

(a) Angelo Lopes

—:o:—

ANEXO 4

Certidão de batismo de Manoel Correia Defreitas Paranaguá/PR



CÚRIA DIOCESANA DE PARANAGUÁ

CERTIDÃO DE BATISMO

Certifico para os devidos fins, que no Livro nº. 21 de Assentos de Batizados da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá - PR, à fl. 141v, sob o nº. 196, consta que: *"Aos treze dias do mez de Março de mil oito centos cincoenta e dous, na Igreja Matriz de Nossa Senhora das Graça da Cidade de São Francisco do Sul, o respictivo Vigario Collado Reverendo Benjamim Carvalho de Oliveira, de licença minha batizou e poz os Santos oleos ao innocente* ***MANOEL****, nascido a vinte e nove de Maio do anno proximo passado, filho legitimo de Domingos Correa de Freitas, e de Dona Jozefa Leite bastos, naturaes d'esta Cidade, neto por parte paterna de Manoel Correa de Freitas,e de Anna Leite de Magalhaens, naturaes da mesma Cidade de São Francisco, e já fallecidos, e pela materna de Antonio Jose Leite Bastos, natural de Portugal, de Dona Emilia Maria dos Prazerez, natural d'esta Cidade, tambem fallecidos. Forão padrinhos Jose Caetano Correa, e sua mulher Maria Correa da Graça, moradorez d'aquella Cidade de São Francisco, do que para constar fiz este assento. O Vigr° Agostinho Max^{do} Lima".*

Na margem nada consta.

Por ser a legítima expressão da verdade, firmamos a presente.

Paranaguá, 06 de maio de 2014.

CÚRIA DIOCESANA PARANAGUÁ - PR

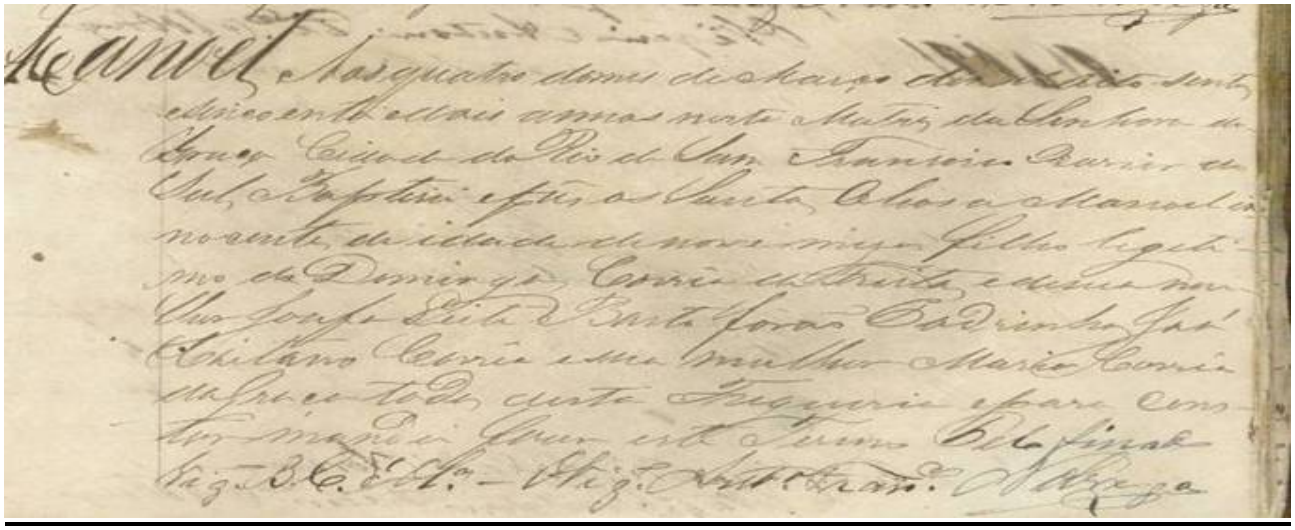
Pe. Dr. André Luís Buchmann de Andrade
Chanceler do Bispado de Paranaguá

Rua Conselheiro Sinimbú, 498 – Cx. Postal. 531 - CEP 83203-970 – Paranaguá – Paraná - Brasil
Fone/Fax: 041– 3422– 8553 - E-mail: mitra-pgua@sul.com.br

Fonte: Cúria de Paranaguá/PR, livro 21, folha 141, registro 196

ANEXO 5

Certidão de batismo de Manoel Correia Defreitas São Francisco do Sul/SC



FONTE: **Mitra Diocessana de Joinville /SC Regional Sul IV – Brasil (Livro 11, folha 267, 1852) Igreja de Nossa Senhora das Graças de São Francisco do Sul**

Transcrição

Manoel Aos quatro dias do mês de março de mil oitocentos e cincoenta e dois annos, nesta Matriz da Senhora da Graça, Cidade do Rio de San Francisco Xavier do Sul, baptizei e pus o Santo Óleo a Manoel, innocente da idade de nove mezes, filho legítimo de Domingos Corrêa de Freitas e de sua mulher Josefa Leite Bastos. Foram padrinhos José Caetano Corrêa e sua mulher Maria Corrêa da Graça, todos desta Freguesia e para constar mandei fazer este Termo pelo finado Vig.B.C. de Olivª - O fez Padre Antonio Francisco Nóbrega.

OBS.:

Vig.B.C. de Olivª = vigário Benjamim Carvalho de Oliveira

ANEXO 6

Certidão de sepultamento de Manoel Correia Defreitas

Registro de Óbitos - Cemitério da Água Verde. p. 136

Nº de Ordem: 5516

Nome: **MANOEL CORREA DE FREITAS**

Filiação: Domingo Correa de Freitas

Causa Mortis: caquexia*

Idade: 80 anos

Sexo: Masculino

Estado Civil: Solteiro

Naturalidade: Paraná

Placa: 2802

Rua: -

Quadra: Nº 07

Lote Nº: -

Certidão de Óbito: 686.

Data do Sepultamento: 24/06/1932

Recibo Nº:

Total CR$: 18$000

Nome Responsável: -

Endereço Responsável: Curitiba

Observações: TA

ENDEREÇO ATUAL

TC 6961

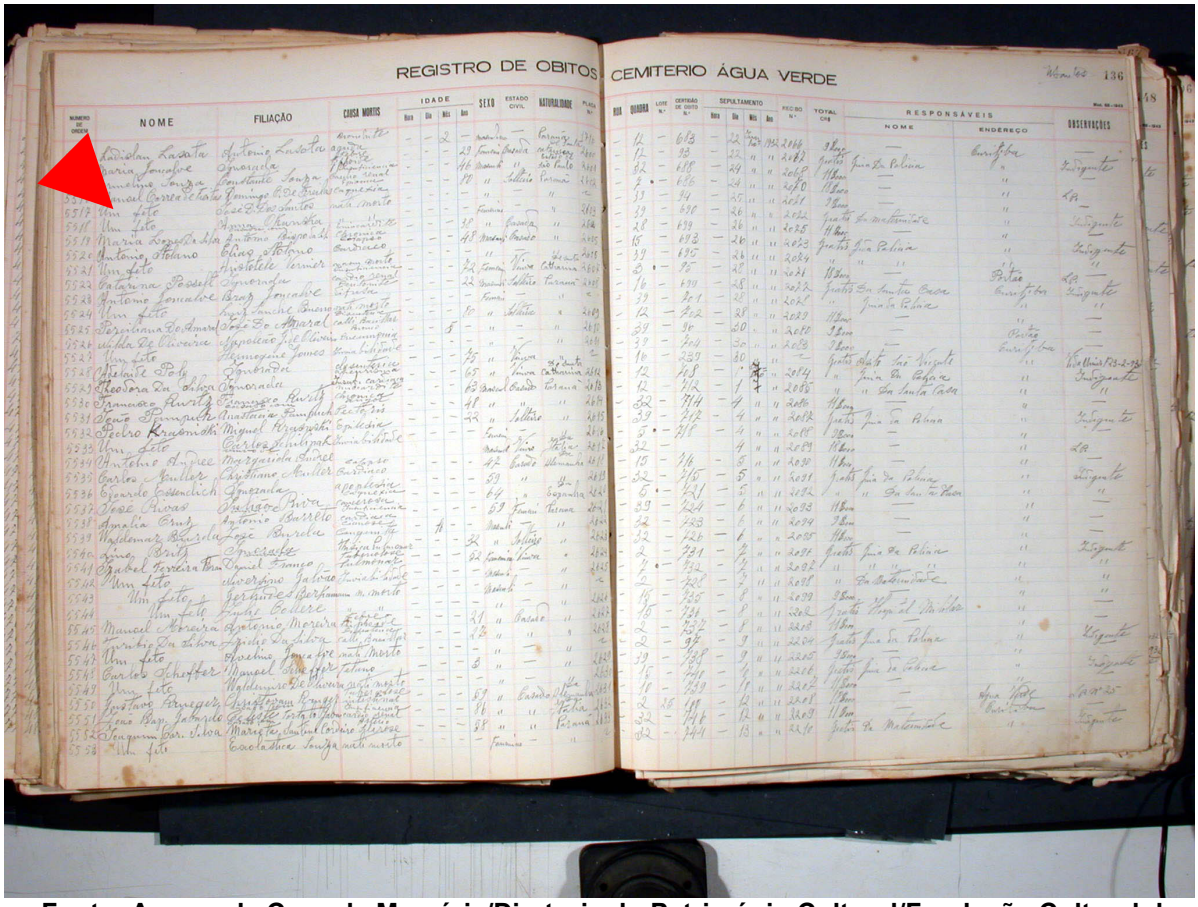
QUADRA 171

RUA 36

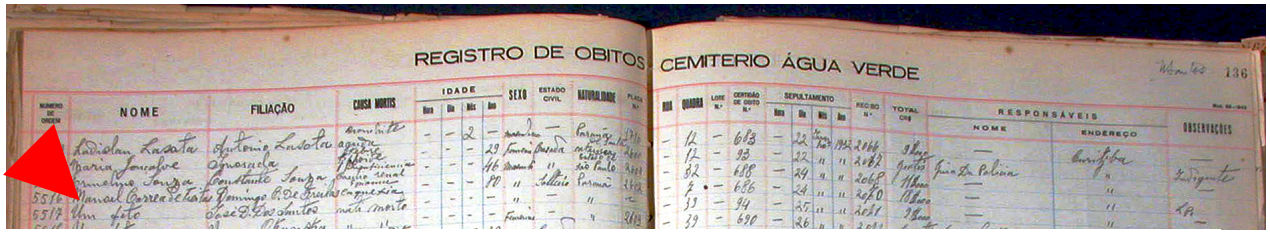
LOTE 6

PORTÃO 2

***Caquexia** (do grego κακός, "ruim", e ἕξις. "condição") é uma síndrome complexa e multifatorial que se caracteriza pela perda de peso, atrofia muscular, fadiga, fraqueza e perda de apetite por alguém que não está a tentar perder peso. Parece uma desnutrição, mas não pode ser reposta por melhor alimentação. Atinge 5 a 15% dos pacientes com insuficiência cardíacas ou renais crônicas e 60 a 80% dos pacientes com câncer terminal. (Fonte: http://www.saudegeriatrica.com.br/medicina/saude/geriatria/gerontologia/idoso/.html. Acesso 24.março.2014).



Fonte: Acervo da Casa da Memória/Diretoria do Património Cultural/Fundação Cultural de Curitiba



Fonte: Acervo da Casa da Memória/Diretoria do Património Cultural/Fundação Cultural de Curitiba

CORREIO DA MANHÃ — Sabbado, 25 de Junho de 1932 3

NO INTERNATO DO COLLEGIO PEDRO II

A REUNIÃO DE HONTEM, INAUGURANDO RECENTES MELHORAMENTOS ALI INTRODUZIDOS, CONSTITUIU UM ACONTECIMENTO DO MAIS FINO GOSTO

O tenente Joaquim Francisco de Castro e seu programma de educação — eugenica e athletica —



Em cima: o director Euclydes Rôxo entre os convidados. Em baixo: os teams de basket-ball do Internato Pedro II e do Collegio Militar

Carlos da Luz, que succedera a Souza Lima na direcção do Collegio Pedro II, houve por bem prohibir, em 1919, no Internato do referido lyceu, a pratica do association-football. Os alumnos, naturalmente contrariados, lembraram-se de, por um delles, dirigir uma carta aberta ao professor, pedindo a revogação da medida. A carta foi dirigida a um jornal, que a inseriu em sua secção desportiva, perdida lá na ultima pagina, em canto que supportam todos fugir á percepção do destinatario. No dia immediato ao da publicação, o jornal estampava, no mesmo local, a resposta do educador ao seu anonymo discipulo e, nesse documento, através do seu estylo ironico dilla, entre outras coisas, sentir não poder assentir na pretenção dos alumnos visto que o argumento por elles invocado ao mestre se parecia improcedente. Em materia de sport — declarára — sou leigo. Leigo como sempre fui. Nem por isso, entretanto, o meu alheamento a elle me impediu de alcançar a velhice...

Os alumnos calaram-se e, nas proximas ferias, tractaram de, longa da intransigencia imposta, fundar um gremio sportivo que teve, ao seu tempo, uma lida protecção. E nasceu, assim, o Cosmo Netto Athletico Club, da que foram fundadores os alumnos Joaquim Francisco de Castro Junior, Norton Quintella, Alberto Mirrelles e outros. O Cosmo Netto cuja séde se installou no predio em que funccionou o tradicional Club de São Christovão, realisou frentes excursões a São Paulo, a Petropolis, a Minas, robustecendo-se os nucleos daquelle bando enthusiasta de moços que se vinha, mais tarde, de dispersar, uma matriculando-se na Escola de Guerra, outros na Polytechnica, na Faculdade de Medicina e alguns mais enverdando pelo commercio ou desapparecendo na vulgaridade.

Hoje, dez ou doze annos depois, o professor Euclydes Roxo, diretor e internato. Ha, ali, uma festa, uma reunião intima do mais fino gosto — a que assistem não só os docentes do tradicional estabelecimento de ensino, como grande numero dos que all indicaram a sua formação mental. Inauguram-se melhoramentos introduzidos e estes constituem parte de uma grande área destinada ao stadium do collegio. Entre os presentes ha quem reconheça o Castro Junior, o Alberto Meirelles, o Norton Quintella, todos elles alumnos que são hoje, officiaes do Exercito.

E é precisamente um delles quem, como instructor de educação physica do Internato, organisa o programma da reunião e orienta a mocidade de hoje no sentido da lagoa por ella mesma, de ha muito traçada: não ha diversar o corpo do espirito.

Tenente Francisco de Castro Junior

Melhorar uma raça é evitar o surto dos deficientes. O Collegio Pedro II, que o velho imperio dotar dizia ser uma das duas coisas que ella, neste pais, governou, porque a outra era a sua pro-



prio casa (vide Martim Francisco, "Contribuindo", pag. 39), não se podia desinteressar, por suas brilhantes tradições, por sua nesma finalidade, da educação eugenica e athletica do seu corpo discente.

NO SALÃO DE HONRA

Após a inauguração da pista de athletismo e dos campos de basketball e volleyball, que integrarão a linda praça de sports modada construir recentemente, no salão de honra do Collegio se realisou a segunda parte do programma, constando de jogos, concertos de canto e declamação. A senhorita Gilda de Abreu se fez ouvir, com agrado pleno, em tres composições delicadissimas: "Delicious", "Amar Cubana" e "Boa Noite, querida". "Pierrot" e "Galanteria" foram, depois, executados por Zacharias Hego Monteiro tendo, por fim, madame Lucy A. Lima interpretado "Tal deux oiseaux". O auditorio aplaudiu com palmas prolongadas, quando, essa parte do programma que finalizou com uma poesia da lavra da poetisa Maria Sabina de Albuquerque, declamada pela autora: "Minha Terra". O acompanhamento, ao piano, foi feito pela senhorita Nelly Pinto Guedes.

Houve danças e, com estas, que se prolongaram pela noite, terminou a digna festividade a que compareceram, além do dr. Roxo, o seu chefe, bem como, o secretario do Collegio Pedro II, ainda da 4ª secretaria Espiridião Reis, director do Collegio Militar; coronel Newton Cavalcanti, director do Centro Militar de Educação Physica; major Epaminondo Rosa Pinto Fonseca, director do ensino pratico do Collegio Militar; professores e alumnos dos dous convidados e familias dos alumnos.

OS CAMPOS DE SPORT

A festa teve inicio ás 3 horas da tarde com um programma sportivo em que se disputaram varios matches de volleball e basketball. No primeiro jogo interviéram as equipes do Collegio Pedro II e do Collegio Militar, vencendo a equipe de volleyball do Internato na prorogação.

Houve tres sets. No primeiro venceu o Pedro II, por 15 a 4. No segundo, o Collegio Militar por 15 a 13.

No terceiro "set", em prorogação, de novo venceu a representação do Internato por 15 a 9.

O jogo que lanceu empolgou e foi vivamente acompanhado por todos os presentes.

Os teams:

Pedro II — Dores, Zieli, Gustavo, Pedro, Ildefonso e Paulo.

Collegio Militar — Alcebiades, Mêca, Piauhy, Edmundo, Renato e Luiz.

Do Internato Pedro II salientaram-se os players: Dores, Paulo, Ildefonso e Justo. Do Collegio Militar: Alcebiades, Edmundo e Renato.

A seguir, dois teams do Collegio Militar disputaram uma partida de basketball. O team azul se constituiu dos players: Alcebiades, Edmundo, Luiz, Renato e Aloysio.

O team branco: — Wallace, Armando, Pinchy, Babiano e Indio.

O primeiro tempo terminou resultado de 18 a 5, a favor do azul. O resultado final foi de 36 a 8, favoravel ainda, ao azul.

Os convidados, após os jogos, percorreram as diversas dependencias do Internato, observando os melhoramentos ali introduzidos pelo actual director, o dr. Euclydes Roxo.

O primeiro tenente, Joaquim Francisco de Castro Junior, ex-alumno do Internato e hoje, seu professor de educação physica, traçou o plano de construcção do campo de sports que foi, tambem, inaugurado. Espirito culto, medindo á élite revolucionaria do Exercito, o tenente Castro Junior, que é, tambem, instructor do Collegio Militar, muito tem feito pela mocidade do modelar estabelecimento de ensino.

A festa teve o concurso de "jazz" do Regimento Naval.

ONDE ESTÃO OS CARISSIMOS REPRODUCTORES

Declarações do ministro interino da Agricultura

A propósito de uma referencia que aqui, ha dias, fizemos sobre este assumpto, fazendo acompanhar as suas declarações de um um mappa estatistico, o ministro interino da Agricultura, enviou-nos a seguinte nota:

"Rio de Janeiro, 24 de Junho de 1932 — Senhor redactor do "Correio da Manhã" — Em attenção á noticia do vosso brilhante matutino de 21 do corrente, sob o titulo "Onde estão os carissimos reproductores", e na qual ha referencia a desvio de animaes importados, tenho a ponderar, de accordo com a exposição, acompanhada dos devidos esclarecimentos. Por se tratar de assumpto que merece ampla divulgação, dada a gravidade da informação que foi levada a seu conhecimento, venho solicitar-vos a publicação desta que terá o duplo fim de dissipar duvidas e dar de conhecimento ao publico da actividade de um dos mais importantes departamentos deste Ministerio.

"Existiam, em outubro de 1930, nas cocheiras da Directoria do Serviço de Industria Pastoril, haras e estes arrecadando os productos da uma despesa de dezenas de contos mensaes, de animaes e tantos reproductores bovinos de varias racas, importados, para serem utilizados na regeneração da creação nacional nos estabelecimentos officiaes ou estações de monta fixas ou ambulantes, ou ainda para serem doados, pelo preço do custo, aos fazendeiros e creadores.

"Como não havia compradores nesta capital e não estavam essas animaes preenchendo a sua finalidade, o ex- ministro, dr. Assis Brasil, verificando tal situação determinou que fossem os mesmos distribuidos pelas fazendas modelo e estações de monta do Ministerio, de accordo com as necessidades e creadas as estações de monta, em diversos Estados, conforme o quadro abaixo:

Goyaz	1
Paraná	43
Minas Geraes	5
Bahia	41
Piauhy	1
Ceará	1
Pernambuco	1
Parahyba	1
Sergipe	1
Amazonas	1
Rio de Janeiro	71
Territorio do Acre	1
Districto Federal	1
São Paulo	1
Santa Catharina	10
Rio Grande do Sul	99
Total	279

"No mesmo periodo, foram creados os laboratorios regionaes para exame de sangue, preparo de vaccinas destinadas aos serviços de combate a epizootias, respectivo aos Estados de Matto Grosso, Santa Catharina, e territorio do Alto Rio Branco, no Estado do Amazonas. Esses laboratorios já attenderam ás necessidades de vaccinação anti-rabica de cerca de 100.000 bovinos.

"Por absoluta falta de verba, foi suspensa a importação de reproductores, que havia sido iniciada e o estabelecimento de 279 estações de monta, e o apparelhamento de muitas de quão pouco já existentes, não podem ser substituidos e acompanhados, completas, a sua acção.

"O memorial da Camara do Commercio Importador de São Paulo, ficou retido, como dissemos,no Thesouro Nacional. Qual dessa nuvem, depois, em data de 16 de corrente, já destituida da enseminhamento daquelle papel, a repartição interessada resolveu, e solveu dirigir-se novamente ao ministro da Fazenda, chamando a sua attenção para o memorial, que lhe havia sido remettido e, em caso, verificadamente paradoxal, de uma firma que pede providencias contra a concurrencia dos conductores electricos de aluminio, praticamente inexistente, e que a pede justamente para maior facilidade de importação, pois quem tempo o respectivo commercio, que era as fez através da importação".

Não sabemos se vê, um caso grave, affectando innumeros interesses e actividades, a que se ministro do Fazenda cahe convenientemente solucionar.

Foi operada a senhora do general Calles

Boston, 24 (U. T. B.) — O dr. Harvey Cushing, famoso cirurgião italo inglez em molestias nervosas, operou hontem com exito, no Peter Bent Brigham Hospital, Leonor Florente Calles, esposa do general Plutarcho Elias Calles, ex-presidente da Republica do mesmo nome.

O estado da senhora Calles, embora ainda melindroso, é agora bem animador.

A questão dos conductores electricos de aluminio

Uma manobra protecciona-lista apontada pela Camara de Commercio Importador de — São Paulo —

A Camara do Commercio Importador de São Paulo, em memorial enviado ao ministro da Fazenda em data de 28 d.; alem do corrente anno, denuncia uma manobra protecciona-lista que, se porventura vier a vingar, trará ao pais e ao seu commercio importador consideraveis prejuizos.

O interessante é que o citado memorial, pera aqui remettido afim de ser junto ao requerimento da firma que pleiteia a medida, ficou velhacamente retido numa repartição do Thesouro, não se sabe por que forças mysteriosas e occultas, sem que até hoje tivesse o necessario desembaraço e fosse encaminhado ás mãos do sr. Oswaldo Aranha.

A decisão é iniquissima, aponta-lo a illegalidade da pretenção e o descalabro que a mesma viria causar aos interesses não só do commercio importador e das empresas nacionaes de electricidade, mas tambem da propria economia brasileira, que em grande parte se baseará no desenvolvimento das nossas installações hydro-electricas.

A medida protecciona-lista é pleiteada por uma firma estrangeira, que requereu, e seu reconhecimento como fabricante de todos os conductores electricos, sem distincção ou especificação do material empregado.

Ora, estão nesse caso, segundo as Camara do Commercio Importador, os conductores de aluminio de differentes typos, que têm applicação especial e que a requerente não fabrica nem pretende fabricar commercial e nacionalmente.

Para provar esta allegação, a referida entidade representativa do commercio importador paulista addus uma serie de argumentos e fartos documentos, que assim podem ser resumidos: a firma em questão não apresentou listas de preços correntes dos conductores de aluminio e Aluminium Limitada trouxe cartas com a firma alludida, formulando perguntas sobre a fabricação de aluminio por essa, mas na resposta que recebeu não encontrou uma palavra sequer alludindo a tal assumpto; e firma, importou a ultima? hora pouco mais que quinhão de materia prima semi-manufacturada (tres toneladas de fio de aluminio e uma tonelada de arame galvanisado) para transformal-os em cabos em suas officinas e assim dizer se está apta a suppriir as necessidades immediatas e consumo do mercado interno; a requerente não exhibiu provas da acquisição commercial dos conductores de aluminio de que se diz fabricante e nem se dizer-se fabricante de todos os conductores electricos, ao passo que a Camara do Commercio Importador junta ao memorial a reproducção de numerosas cartas de consumidores habituaes de conductores de aluminio, todos reclamando que lhmaio adquirissem tal material. A dita firma, emfim, em questão será concorrente de si mesma, pois é um absurdo vel que se fabricante de conductores de cobre fabricar tambem conductores de aluminio, pasta fazendo a si mesmo a ingloravel concurrencia que divide mundialmente as duas differentes industrias.

Esses os principaes elementos da denuncia, sem contar os referentes á concessão de novos prazos á alludida firma. ("Diario Official" de 8 de março ultimo) para que, sem duvida, se effectue a vingar, deviam ter sido prenchidas as requerimento inicial; e que vem demonstrar que ella não se achava apparelhada para produzir as provas que deviam ser acompanhadas, completas, a sua petição.

Em Curityba, falleceu o sr. Correia Defreitas

Em Curityba, onde residia ultimamente, occorreu, ante-hontem, o fallecimento de um dos poucos sobreviventes da jornada republicana de 89, Manoel Correia Defreitas, conhecido nos circulos politicos e jornalisticos da capital do Paraná, onde residiu largos annos, e era identificado pelas altitudes republicanas que manteve, durante mais de 60 annos de lota, pela contenta, de edade. 81.

Já no anno passado, devido ao forte quebranto de sal, estava gravemente enfermo, conseguindo reagir á custa, mas, o actual frio, não lhe foi possivel resistir, vindo a verificar-se o seu obito, numa casa de saude da capital do Paraná.

Representava para o Estado um passado republicano, e, já em avançada edade, estava entre os revolucionarios, por occasião da levante victorioso de 5 de outubro de 1930.

Na Camara dos Deputados destacou-se pela campanha civilista, que irradiou no Estado, sob a chefe: a, mais tarde, ao lado de Rui Barbosa e Mauricio de Lacerda; em favor do famoso libello ao Conselho; finalmente, na denuncia contra a usurpação de milhares de terrenos, quadrados, de terras devolutas pela advocacia administrativa que vem a ruir em outubro de 1930, Correia Defreitas, tendo assistido, ainda, aos decretos cassando aquellas concessões, fontes de escandalos judiciaes.

Não os seguintes os seus dados biographicos, que extrahimos do jornal "O Dia", de Curityba, na ultima vez em que se candidatou á Camara dos Deputados, como representante do Paraná.

Nasceu, em Paranaguá, em 1853, sendo filho do sr. Domingos Correia Defreitas e d. Josepha Leite Bastos Defreitas.

Ainda moço, aos 18 annos, iniciou forte propaganda republicana, havendo fundado os jornaes "A Verdade", com Rocha Pombo; "Livre Paraná", com Fernando Simas; e "Paiz Livre", com. Alfino Silva.

Mais tarde, continuou a propaganda republicana em Santa Catharina, onde collaborou na "Gazeta de Joinville"; "O Povo" e "A Evolução".

Regressando, depois, para o Rio, ahi collaborou no "Correio do Povo", pelo abolicionismo e pela Republica, ao lado de Saldanha Marinho, Ubaldino Amaral, Aristides Lobo, Quintino Bocayuva, Demetrio Perreira, João Clapp e outros.

Ahi ainda, prégava o socialismo racional e pratico, como complemento da Republica, a annullação da escravidão, e a constituição do poder moderador da Republica.

Em outubro de 1889, na chalara fluminense de Petropolis, deu a primeiro "Viva á Republica", numa ceia de proclamação, ao gabinete Ouro Preto.

Tendo sido nos "comprovou" secretos republicanos, de 1888 a 1889, em São Paulo e Minas Geraes;

Entrou, com Lauro Muller e Alexandre Stockler na conspiração republicana, victoriosa, de Benjamin Constant, tendo assistido, com José de Patrocinio, a se demais "propagandistas, a Ata de Proclamação da Republica, a bordo do Camera Municipal do Rio de Janeiro, dahi saindo para o ministerio provisorio, como "Diario de Noticias", a Rua D'Ajuda, que vinha, até então, redigindo, avhento do novo regimen.

Deputado constituinte e legislador do Paraná, sendo no primeiro governo, em 1892, Presidente, e, depois, Senador, pelo Paraná, Republica, mas para si.

Foi eleito, depois, A. Conselheiro estadual do Paraná, ao qual apresentou um projecto de organisação.

Collocando-se ao lado de Floriano, contra o golpe de Estado de Deodoro, foi pelo marechal de ferro nomeado Presidente do governo do Paraná, o que fez, demorando todo o periodo, pois não quiera acompanhar as tendencias dictatoriaes, que, mais tarde, fizeram, fermentes graves nas pelo seu alto espirito de liberdade.

Tendo exercido varios cargos legislativos, foi, ultimamente, Deputado.

Deixando pelos partidos republicanos de Santa Catharina, Paraná, Rio de Janeiro, Minas Geraes, em virtude da "questão de limites", que não lhe permitiu, politica, que foi resolvida, recentemente, pelo parecer do dr. Carlos Maximiliano.

Nas Camara dos Deputados tomou parte em varios debates, entre os quaes o celebre "Pinheiros contra o café", "Defesa do nosso operario", e, em 1911, o "Tributo Artistico" ao "Marechal de ferro".

No Paraná, como deputado estadual, em 1909, foi membro da commissão de remodelação do estado com o sr. Candido Lopes, Pernetta e Romario Martins.

Por occasião da posse do Conselho, penetrou, com intuito de sacrificar-se ao lado de seus collegas da Tasturassu" e Carajurú. Vilajos, Rondon, Cunha Machado e as republicas Argentina, Paraguay e Uruguay, que lhe dirigiram calorosissimas impressões de vingem, publicadas na imprensa do Estado.

Em 1923 e 24, tomou parte activa na luta contra a "lei de imprensa" e passou a estado de sitio, declarando que se identificou até aos fins de sua vida politica.

Ao extincto serão, no Paraná, prestadas as mais merecidas homenagens.

FEIRA DE AMOSTRAS



EM GREVE OS OPERARIOS DAS FABRICAS "PAULISTAS" DE RECIFE

Recife, 24 (A. B.) — Achan-se novamente em greve os operarios das fabricas "Paulistas" dos proprietarios Drs. Pereira e Agnes Cia. Ltd.

A referida greve originou-se do descontentamento havido entre os grevistas e a gerencia das fabricas em virtude dos salarios actuaes, que não offerecem margem a compensação aos pesados serviços.

Recife, 24 (A. B.) — As officinas das secções de luz e força das fabricas "Paulistas" aderiram ao movimento grevista iniciado pelos operarios, encarregados das demais secções.

A greve attingiu ao ponto maximo de cohesão por parte de todos os que trabalham no fabricamento de tecidos da firma Lundgren Cia. Ltd.

O sr. Ortega y Gasset vae publicar suas memorias"

Madrid 24 (U. T. B.) — O sr. José Ortega y Gasset annunciou para breve a publicação de suas "memorias politicas".

A BARRICA QUE ROLA HA SETE ANNOS

OS ALLEMÃES LANTZ, QUAES DIOGENES DO SECULO XX, PENETRARAM, HONTEM, NO RIO, PELO LARGO DO CAMPINHO



Leopoldo Lantz mostrando como entra na sua morada, vendo-se á janel la sua filhinha Lia

Leopoldo Carlos Lantz, um casal Florinda Lantz e sua filhinha Lia, uma linda creança de 3 annos, deram entrada, triumphalmente, hontem, nesta cidade.

Quem são, de onde vieram?

Admiravam-se todos de que já atravessavam vinte e duas paizes, vencendo milhares de kilometros, dentro de um tonel.

Os habitantes de Campinho, em Jacarépaguá, onde primeiro estacionaram os curiosos visitantes, ficaram em alvoroço.

Que gente era aquella, a viajar dentro de um grande tonel, pousado por uma burra branca?

E logo o "reporter" estava explicado. A tripulação itinerante percorria o mundo, bisando lucros e emoções, estarrecendo em seus semblantes sadios uma felicidade que talvez não destruem as ruidadosas que habitam palacios de marmore e estendam sua riqueza em automoveis luxuosos!

Idealisou o vem executando Leopoldo Lantz atravessar o orbe, em todas as direcções, com sua familia, no interior de um tonel, pesando tres centenas de kilos.

A marcha paciente é accionada pela burra, de uma manssão singular, de quando em quando substituida pelos proprios musculos de Leopoldo.

O povo cercou a morada original e no seu interior deparou um verdadeiro lar, mobiliado, contendo uma cama de 80 centimetros de largura, preza ao tonel. As paredes apresentam ornamentações. Ao lado do leito uma pequena mesa, roupas, pacotes, miudezas. As disposições do mobiliario são taes que não se alteram com a mudança de barrica.

Fomos ao encontro dos curiosos visitantes.

A NARRATIVA DO ANDARILHO LANTZ

Leopoldo Lantz não tartamudeou quando lhe solicitamos licenças a seu respeito e das suas. — Deixei Berlim a 4 de março de 1925, em busca de emoções para serem condensadas num livro, que será a realisação do meu sonho de riqueza.

Vão ha oito annos e no decurso da jornada, ha tres annos, tornei-me pae dessa preciosa filhinha.

E mostrando-nos Lia e apresentando-a aos espectadores: D. Pedro I, o andarilho alterado prosegue:

— Foi na minha cidade natal, Munich, que idealisei a aventura, desejo, ahi, ainda fragmentada.

Pensei, então, inicialmente com um livro de sensação, todos os povos do orbe e traçei o plano, que a muitos dos meus amigos pareceu inexequivel.

Percorrer o mundo dentro de um tonel, cahindo os themas entre os quaes, naturalmente, os seus mil diversos. Imaginei o inedito. Nada de batidas de phoptos, de pastiches, de reproducção! Percorrer, sim, mas com o fito de abalar o mundo e tornar-me, assim, como os grandes homens da historia da civilisação. O meu livro será a publicação de uma só vida através dos mais variados aspectos, das mais interessantes paisagens, de modo a dar ao leitor futuro a idéa nitida de uma aventura sem precedente.

Não têm conta a vicissitudes da minha jornada, como não lhe numeras as etapas felizes que tenho vencido, a principiar apenas com minha esposa e de 1929 para cá, com minha filhinha.

Temos estado em contacto com a natureza sob os mais diversos aspectos: Os contrastes mais fortes temos registrado no longo itinerario, que ainda durará muitos annos.

Dias venturosos, noites alegres e tranquillas, para logo mais pesarmos dias amargurados, noites tenebrosas e borrifpilantes.

Dos passeros de bois da horda inserta de spanhol, vivendo uma vida de surpresas, de illudes e de destinuses, acceitando mudanças, mesmo physicas, sem perder a ordem, mas avançando sempre, com uma força de vontade inquebrantavel, tem sido esta trajectoria que já dor sete annos.

Hei, pois, de commover o mundo, ao divulgar as minhas impressões nesse livro sem egual!

OS PAIZES PERCORRIDOS

Prosseguindo sua narrativa, o andarilho descreveu-nos a sua jornada. Da Allemanha passou para a Hollanda e depois para a Belgica, França, Hespanha, Portugal, de onde partiu para a Italia.

Attingiu em seguida a Yugo-Slavia, a Bulgaria, a Turquia, a Syria, o Egypto, Bagdad, Lyda a a Tripolitania.

Houve, então, um interregno, pois, voltou á Allemanha, para um repouso de seis mezes.

Em 1929 partiu para a Italia e dahi seguio para o Rio Grande do Sul, chegando a Porto Alegre em 2 de setembro de 1931.

No Brasil viajou ha 10 mezes.

Nenhuma difficuldade deparou em nosso paiz, senão que é da terra onde ainda se póde viver em paz.

E nesse ponto explicou: como é cantada a viagem. Reunindo-se photographias e descripções para varios jornaes e emviou-os, vem auferindo proventos monetarios.

De um club berlinense tem recebido constantes auxilios e, além disso, vae recebendo obsequios pelos caminhos.

No Brasil é que passou a ter a ajuda da burra, pois os esforços physicos vinham fazendo-lhe mal. Adquiriu a "Francisca" por 1:200$ e considera a almarra um dom valioso.

Finalmando a palestra, Leopoldo Lantz affirmou que, já está habituado, como os indios, a dormir sem conforto e viver a que vio, ha pouco, entre os nossos indios Parecis, que é força de habito, no acampamento de Lagôa Vermelha, dentro de nossa matta virgem.

Pretende Lantz percorrer alguns sonos do Rio.

Dois bondes collidiram, esmagando as pernas de um pobre passageiro

Pouco antes das 2 horas de hoje grave desastre occorreu na Avenida Passos, na esquina da rua Visconde Paraiso. As linhas de bondes ali se cruzam em varias.

Pelas duas referidas, por imprudencia, sem duvida, dos respectivos motorneiros, verificou-se a collisão resultando duas victimas, sendo, o estado de uma dellas gravissimo. O infeliz teve as pernas esmagadas e foi logo, á no Pronto Soccorro, á hora em que escrevemos, agonisando.

Foi horrivel o espectaculo que, momentos da Junta Governativa, inspirou a todos os transeuntes.

Acompanhando pelos partidos republicanos de Santa Catharina, Paraná, Rio de Janeiro, Minas Geraes, em virtude da "questão de limites", que não lhe permitiu, politica, que foi resolvida, recentemente, pelo parecer do dr. Carlos Maximiliano.

Nas Camara dos Deputados tomou parte em varios debates, entre os quaes o celebre "Pinheiros contra o café", "Defesa do nosso operario", e, em 1911, o "Tributo Artistico" ao "Marechal de ferro".

No Paraná, como deputado estadual, em 1909, foi membro da commissão de remodelação do estado com o sr. Candido Lopes, Pernetta e Romario Martins.

Por occasião da posse do Conselho, penetrou, com intuito de sacrificar-se ao lado de seus collegas da Tasturassu" e Carajurú. Vilajos, Rondon, Cunha Machado e as republicas Argentina, Paraguay e Uruguay, que lhe dirigiram calorosissimas impressões de vingem, publicadas na imprensa do Estado.

Em 1923 e 24, tomou parte activa na luta contra a "lei de imprensa" e passou a estado de sitio, declarando que se identificou até aos fins de sua vida politica.

Ao extincto serão, no Paraná, prestadas as mais merecidas homenagens.

Um official hespanhol condemnado a seis annos de prisão

Malaga, 24 (U. T. B.) — O Conselho de Guerra, que julgou o capitão Pujals, accusado de actividades sediciosas durante os dias de janeiro ultimo, condemnou-o a seis annos de prisão e a degradação.

MONSTRUOSIDADE!

Assaltaram uma casa, cujo chefe é um enfermo

Uma scena de vandalismo, de perversidade e, além de tudo, de covardia, foi a occorrida na manhã de hontem, na residencia do humilde cavalheiro «Tundo tres filhos e a esposa, «Gulfinho Atlantico».

Residia, ali, o preto Pedro Paulino de Mattos, de 38 annos, com sua mulher Mercedes da Silva Mattos, de 24 annos, e Irene, filhinho do casal, de 11 annos.

Pedro, que é um infeliz epileptico, gravado, e feio, impossibilitado de trabalhar.

Na manhã alludida do casebre reside o chauffeur João Tavares Pinto, aguardando de um momento para o outro, a chegada de sua esposa, que se achava em estado adiantado de gravidez.

Assim, tomando o seu automovel, partiu, em companhia de mais tres homens, para o casebre onde reside Pedro Paulino de Mattos.

Descendo o declive se demais tres homens, cercando o barraco, Silva, empunhando um pau-de-arco e, ao mesmo tempo, que sobre o casebre

Mercedes, atarantando-se, dirigiu-se á porta e, tentando ali a presença inesperada, poz-se a gritar.

Enquanto isso, sua filha, correndo, dirigiu-se á delegacia do 20º districto, onde pediu providencias.

Achava-se ali de serviço o carcereiro Costa Rosa, que, sem tardança, em companhia do medico legista, o soldado n. 55, da 4ª companhia, do 2º batalhão da Policia Militar.

Quando chegaram, porém já os perversos haviam fugido.

Supponde que os mesmos não mais voltassem, o policial retirou-se.

Por volta das 2 horas, porém, regressava o perverso.

Pela vez o chauffeur levava elemente um individuo em sua companhia.

Deixando o automovel, os dois invadiram o humilde lar.

Enquanto um delles agarrava a pequena pelo braço, o outro, com uma Mercedes, com que esta pudesse receber o auxilio de Infeliz marido.

Os bandidos ali estiveram cerca de uma hora.

Mais tarde voltou a pequena, com a policia, onde existe a scena que presenciara.

As autoridades juntaram-se em campo e conseguiram prender, em uma casa, sobre o numero 274, o chauffeur João Tavares Pinto, que foi autuado e está sendo processado.

Continuam as diligencias para a captura de outro individuo.

OS LADRÕES EM SÃO GONÇALO

Na madrugada de hontem os ladrões visitaram a casa de Flavio Fontes, do districto de São Gonçalo, onde residem varios funccionarios da Estrada de Ferro Central do Brasil.

Os meliantes, depois de arrombarem a porta da frente, penetraram no interior da casa, onde, com a maior calma, se apoderaram de varios objectos de valor.

Ao que parece, os ladrões, depois de terem praticado o roubo, fugiram em direcção ao Rio, pois, até agora, não foram encontrados.

Assaltaram uma casa, cujo chefe é um enfermo

Uma scena de vandalismo, de perversidade e, além de tudo, de covardia, foi a occorrida na manhã de hontem, na residencia do humilde cavalheiro «Tundo tres filhos e a esposa, «Gulfinho Atlantico».

Residia, ali, o preto Pedro Paulino de Mattos, de 38 annos, com sua mulher Mercedes da Silva Mattos, de 24 annos, e Irene, filhinho do casal, de 11 annos.

Pedro, que é um infeliz epileptico, gravado, e feio, impossibilitado de trabalhar.

Na manhã alludida do casebre reside o chauffeur João Tavares Pinto, aguardando de um momento para o outro, a chegada de sua esposa, que se achava em estado adiantado de gravidez.

Assim, tomando o seu automovel, partiu, em companhia de mais tres homens, para o casebre onde reside Pedro Paulino de Mattos.

Descendo o declive se demais tres homens, cercando o barraco, Silva, empunhando um pau-de-arco e, ao mesmo tempo, que sobre o casebre

Mercedes, atarantando-se, dirigiu-se á porta e, tentando ali a presença inesperada, poz-se a gritar.

Enquanto isso, sua filha, correndo, dirigiu-se á delegacia do 20º districto, onde pediu providencias.

Achava-se ali de serviço o carcereiro Costa Rosa, que, sem tardança, em companhia do medico legista, o soldado n. 55, da 4ª companhia, do 2º batalhão da Policia Militar.

Quando chegaram, porém já os perversos haviam fugido.

Supponde que os mesmos não mais voltassem, o policial retirou-se.

Por volta das 2 horas, porém, regressava o perverso.

Pela vez o chauffeur levava elemente um individuo em sua companhia.

Deixando o automovel, os dois invadiram o humilde lar.

Enquanto um delles agarrava a pequena pelo braço, o outro, com uma Mercedes, com que esta pudesse receber o auxilio de Infeliz marido.

Os bandidos ali estiveram cerca de uma hora.

Mais tarde voltou a pequena, com a policia, onde existe a scena que presenciara.

As autoridades juntaram-se em campo e conseguiram prender, em uma casa, sobre o numero 274, o chauffeur João Tavares Pinto, que foi autuado e está sendo processado.

Continuam as diligencias para a captura de outro individuo.

MIL
CONTOS
Por 2$000$
TERÇA-FEIRA
100 CONTOS POR 10$ — HOJE
10 CONTOS POR 30$ — HOJE
120 CONTOS POR 40$ — HOJE
CENTRO LOTERICO
TRIUSSA DO DAVIDOFF
CH 21473

Tendo uma peça partida, o caminhão tombou

Varias pessoas feridas

Corria, hontem, pela manhã, pela rua Conde Bomfim, o caminhão de auto-caminhão n. 27, chapa do numero de Rio, 6ª grupo, dirigido pelo motorista Sebastião Moreira Costa Rosa, residente em Rio-Petropolis n. 37, em São Pedro de Mattos.

O veiculo que era carregado de pedras, tambem, divers passageiros.

Ao passar defronte ao armazem de Manoel Gomes, na referida rua, o caminhão, que levava grande velocidade, tendo uma peça partida virou.

Em consequencia desse desastre sairam feridos todos os passageiros do veiculo, que eram os seguintes: Valdemiro da Silva, de 25 annos, solteiro, brasileiro, operario, morador á rua Trinta e Quatr , na Pavuna; Manoel Costa Rosa, de 31 annos, solteiro, empregado no commercio e morador á rua Casemiro de Abreu n. 57, casado, com varias contusões e escoriações e commoção cerebral; Alfredo Sampaio, de 40 annos, viuvo, motorista, residente á estrada de Jacarépaguá n. 120, que teve varias contusões e escoriações generalisadas; Manoel Paulo, de 17 annos, casado, vendedor ambulante, residente em S. João de Meriti, com um ferimento na fronte e contusões generalisadas; José Lacerdoti, de 21 annos, solteiro, empregado no commercio e morador á rua Casemiro de Abreu n. 57, com ferimentos e escoriações generalisadas; Pedro de Oliveira, de 30 annos, solteiro, lavrador, domiciliado em São João de Meriti, com ferimentos e contusões e escoriações graves; José Miguel, de 20 annos, casado, pedreiro, morador em São João de Meriti, com ferimentos e contusões e escoriações; Milton da Rocha Araujo, de 20 annos, solteiro, pedreiro, domiciliado em São João de Meriti com ferimentos no frontal além de contusões e escoriações pelo corpo.

As victimas foram transportadas no posto central da Assistencia, onde recebe am os necessarios curativos.

Waldemiro da Silva Costa, Luiz Lauriotti e Alfredo Sampaio, cujo estado era mais grave, foram internados no Hospital do Pronto Socorro.

O chauffeur foi preso pelo guarda n. 119, 1ª Cêas de Porto e conduzido á delegacia da 1ª districto, onde foi autuado

OS MALANDROS EM SANTA THEREZA

Um grupo de malandros agitou, na madrugada de hontem, largo trecho de Santa Thereza. No grupo estavam os conhecidos desordeiros "Miquinha", "Pinta-a" "Italiano", somos que não são estranhos ás autoridades do 12º districto. Foram elles, dentre outros, que se postaram á casa de bailes. E, ahi, começaram a andarem a noite toda em terreiro, em arruaças, que terminaram com uma grande bulha, a um bonde no largo das Neves, quebrando o pharol do referido e aggredindo o conductor, Victor Martins de Sousa e o motorneiro Manoel Alves da Oliveira, pelos ferimentos recebidos foram medicados na Assistencia. Acudiu o fiscal Primo Silva, mas já os malandros se puzeram em fuga, desapparecendo.

Victimas de auto, foram internados no H. P. S.

Hontem, á noite, foi victima por um auto, proximo á residencia, o menino Raul, de 4 annos, filho de José Pereira da Silva, morador á estrada Itaú de Pinna. Elle que soffres fractura da perna esquerda, além de contusões e escoriações generalisadas.

— Tambem foi apanhada por um auto, na rua Borja, Ilha, a domestica Maria Martins Calho, casada, hespanhola, de 40 annos, residente á rua Senador Pompeu n. 72. Ella, tambem, soffreu, além de fractura da perna direita, fractura da 8ª e 10ª costellas do membro lado.

Ambas as victimas, depois de soccorridas no posto de Assistencia do Meyer, foram internadas no Hospital do Pronto Socorro.

VULTOSO FURTO DE JOIAS

A queixa á policia

O sr. W. Anderson, funccionario da Standard Oil, morador á avenida Vieira Souto n. 850, procurou hontem a policia do 20º districto, afim de queixar-se de que havia sido victima de um furto de alhaiste.

Declarou aquelle cavalheiro que os larapios, penetrando em sua residencia, furtaram-lhe as seguintes joias: tres aneis "chuveiro" com brilhantes, um dito "solitario" e uma opala; uma, tambem, com brilhantes e uma opala; um dito "Maltese" com brilhantes e uma opala; tres aneis "chuveiro" com brilhantes; um par de botões de punho, uma collecção de botões de "smoking" em ouro e com brilhantes; uma Pulseira Bijou e varias outras joias de fantasia.

A queixa foi registrada e o roubo attribuido a uma quadrilha especialisada em assaltos de furto, sendo, pela victima, em cerca de 10:000$000.

AS VICTIMAS DOS BALDES

As victimas dos baldes continuam. Ainda hontem, a Assistencia recebeu, felizmente, poucos para o Pronto Soccorro, o operario Felippe Carneiro de Souza, residente á rua Botucatú" n. 84, que, victima da explosão de um balde, teve amputados os dedos da mão esquerda, quando soltava um balão.

— Alberto, filho de José Antunes Serrano, de 13

ANEXO 7

Livros de Registros de Óbitos dos Cemitérios Municipais São Francisco de Paula e do Água Verde

Acervo da Casa da Memória/Fundação Cultural de Curitiba

⇨ Cemitério Municipal São Francisco de Paula

AMELIA CORREA DE FREITAS
(casou com Lourenço Machado da Silva – ficou Amelia Correa Machado)
Filiação: Domingo Correa de Freitas
Idade: 47 anos
Estado Civil: viúva
Causa: embolia cerebral
Naturalidade: brasileira
Placa: 1445
Data de Falecimento: 27.10.1888
Horário de falecimento: 3h
Quadra: (o cemitério não era dividido em quadras nessa época)
Certidão de Óbito: 2337 ?
Sepultura: carneira
Pagamento: 4000
Observações: comprou terreno em agosto 189?
Livro de Registro de Óbitos do Cemitério Municipal, folha 24 (esse livro, apesar de não estar numerado sequencialmente com os demais, representa a segunda unidade sequencial de registros do cemitério e corresponde ao período de 01/08/1885 a 30/04/1891, contendo 149 páginas ao total)
Imagem: 24

JOSE CORREA DE FREITAS
Filiação: Domingo Correa de Freitas
Idade: 76
Estado Civil: casado
Causa: neoplasia de esôfago
Naturalidade: brasileiro
Placa: 26185
Data de Falecimento: 03.02.1933
Horário de falecimento: 17h
Quadra: 1

Certidão de Óbito: 123
Data de sepultamento: 04/02/1933
Hora de sepultamento: 18h
Sepultura: carneira
Pagamento: 38000
Livro de Registro de Óbitos do Cemitério Municipal, folha 98 (esse livro, apesar de não estar numerado sequencialmente com os demais, representa a oitava unidade sequencial de registros do cemitério e corresponde ao período de 01/12/1927 a 27/03/1939, contendo 204 páginas ao total)
Imagem: 98

LUIZA NETTO CORREA DE FREITAS
Filiação: Custódio Cardozo Netto
Idade: 85 anos
Estado Civil: Viúva
Causa: Colapso Cardíaco
Naturalidade: Brasileira
Placa: 34048
Registro de Falecimento: 20.09.1947
Quadra: 01 RUA 03
Livro (09) 1940 a 1950 pagina 1947-09-01 até 1947-09-28
Nº de Ordem:
Certidão de Óbito: 1356

DOMINGOS CORREA DE FREITAS
Filiação: José Correa de Freitas
Idade: 15 meses
Estado Civil: S
Causa: febre palustre
Naturalidade: brasileira
Placa: 3801
Data de Falecimento: 12.11.1892
Horário de falecimento: 10h
Quadra: (o cemitério não era dividido em quadras nessa época)
Certidão de Óbito: 3244
Data de sepultamento:
Hora de sepultamento:
Sepultura: carneira
Pagamento: 5000
Livro de Registro de Óbitos do Cemitério Municipal, folha 38 (esse livro, apesar de não estar numerado sequencialmente com os demais, representa a terceira unidade sequencial de registros do cemitério e corresponde ao período de 01/05/1891 a 13/12/1898, contendo 149 páginas ao total)
Imagem: 38

CONCEIÇÃO CORREA DE FREITAS
Filiação: José Correa de Freitas
Idade: 2 anos
Estado Civil: S
Causa: Laringite
Placa: 3768
Data de Falecimento: 02.10.1892
Horário de falecimento: 4h
Quadra: (o cemitério não era dividido em quadras nessa época)
Certidão de Óbito: 3195
Sepultura: carneira
Pagamento: 3000
Livro de Registro de Óbitos do Cemitério Municipal, folha 37 (esse livro, apesar de não estar numerado sequencialmente com os demais, representa a terceira unidade sequencial de registros do cemitério e corresponde ao período de 01/05/1891 a 13/12/1898, contendo 149 páginas ao total)
Imagem: 37

CUSTODIO CARDOZO NETTO
Filiação: Antonio Cardozo Netto
Idade: 94 anos
Estado Civil: Casado
Causa: Arterial
Naturalidade: Portugal
Placa: 923
Registro de Falecimento: 29.05.1906
Quadra:
Livro (05) 1904 a 1912 pagina 1906-05-19 até 1906-06-04
Nº de Ordem: 923
Certidão de Óbito: 13578

⇨ Cemitério Municipal do Água Verde

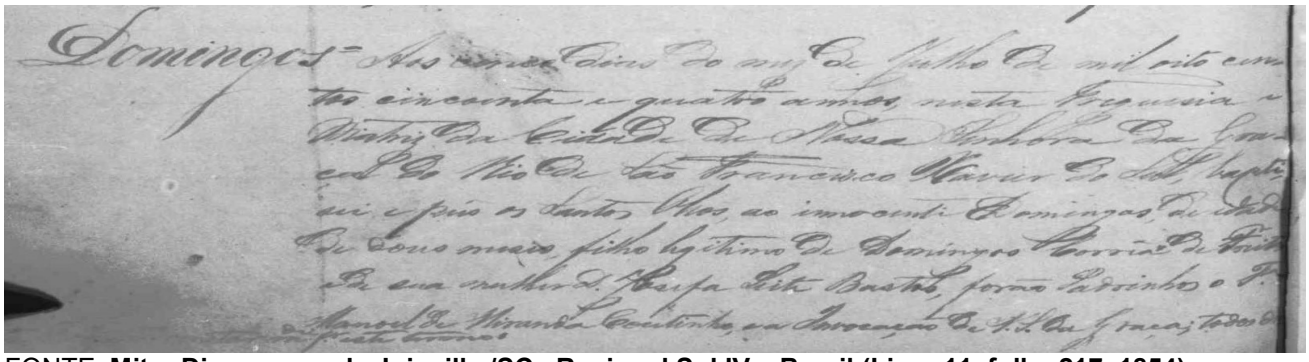
ESCOLASTICA CORREA DE FREITAS
Filiação: Domingos Correa de Freitas
Idade: 65 anos
Estado Civil: solteira
Causa:
Naturalidade: Paraná

Placa: não consta
Registro de Falecimento: 24.01.1915
Quadra: 1099
Certidão de Óbito:
Livro (01) Ano 1888 a 1939/ pagina 1914-08-09 até 1915-02-07
Nº de Ordem: 1099

FRANCISCA CORREA DE FREITAS
Filiação: Domingos Correa de Freitas
Idade: 75 anos
Estado Civil: Solteira
Causa: Apoplexia
Naturalidade:
Placa: 618
Registro de Falecimento: 19.09.1929
Quadra: 02
Livro (01) Ano 1888 a 1939 / pagina 1929-08-10 até 1929-09-28
Nº de Ordem: 3389
Certidão de Óbito: 616

ANEXO 8

Certidão de batismo de Domingos Correia de Freitas São Francisco do Sul/SC



FONTE: **Mitra Diocessana de Joinville /SC Regional Sul IV – Brasil (Livro 11, folha 217, 1854) Igreja de Nossa Senhora das Graças de São Francisco do Sul**

Transcrição

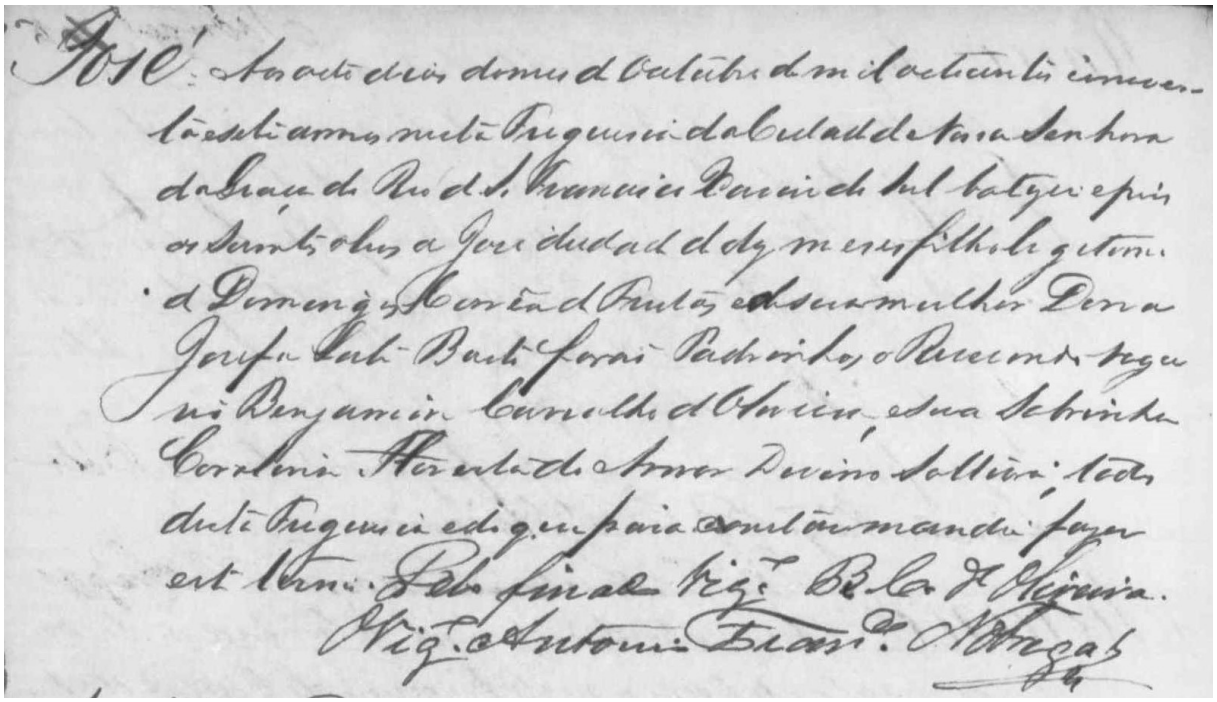
Domingos Aos cinco dias do mês de julho de mil oitocentos e cincoenta e quatro annos, nesta Freguesia e Matriz da cidade de Nossa Senhora da Graça, Cidade do Rio de San Francisco Xavier do Sul, baptizei e pus o Santo Óleo ao inocente Domingos da idade de dois mezes, filho legítimo de Domingos Corrêa de Freitas e de sua mulher D. Josefa Leite Bastos. Foram padrinhos o Tenente Manoel de Miranda Coutinho e a invocação de Nossa Senhora da Graça, todos desta Freguesia e para constar mandei fazer este Termo pelo finado Vig. B.C. de Olivª - O fez Padre Antonio Francisco Nóbrega.

OBS.:

Vig.B.C. de Olivª = vigário Benjamim Carvalho de Oliveira

ANEXO 9

Certidão de batismo de José Correia de Freitas São Francisco do Sul/SC



FONTE: **Mitra Diocessana de Joinville /SC Regional Sul IV – Brasil (Livro 12, folha 109, 1857)**
Igreja de Nossa Senhora das Graças de São Francisco do Sul

Transcrição

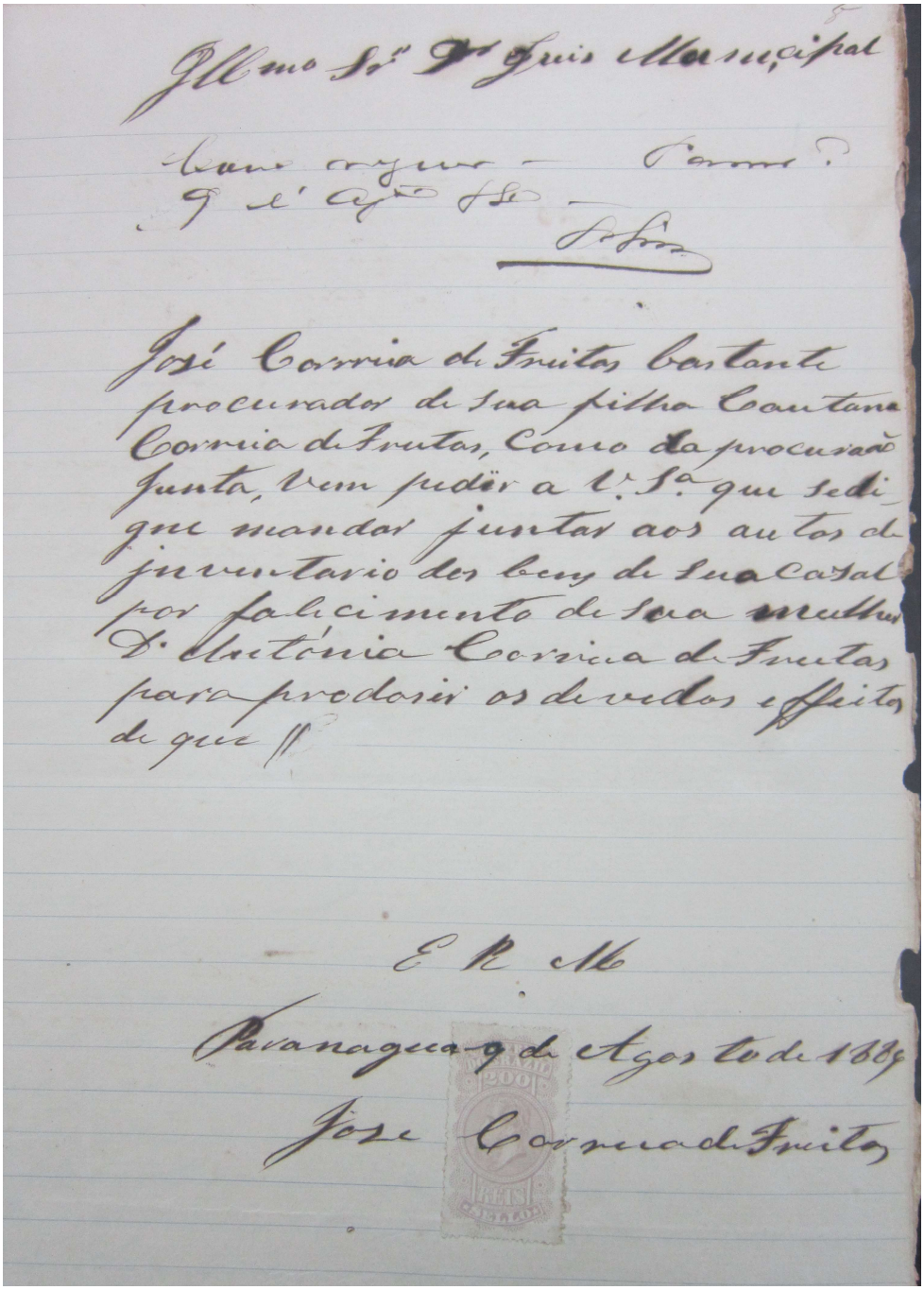
José Aos oito dias do mês de outubro de mil oitocentos e cincoenta e sete annos, nesta Freguesia da cidade de Nossa Senhora da Graça, Cidade do Rio de San Francisco Xavier do Sul, baptizei e pus o Santo Óleo ao inocente José da idade de dez mezes, filho legítimo de Domingos Corrêa de Freitas e de sua mulher Dona Josefa Leite Bastos. Foram padrinhos o Reverendo Vigário Benjamim Carvalho de Oliveira e sua sobrinha Carolina Floresta do Amor Divino, solteira, todos desta Freguesia e para constar mandei fazer este Termo pelo finado Vig. B.C. de Olivª - O fez Padre Antonio Francisco Nóbrega.

OBS.:

Vig.B.C. de Olivª = vigário Benjamim Carvalho de Oliveira

ANEXO 10

Inventário de Antônia Correia de Freitas, casada com José Correia de Freitas (homônimo irmão do Manoel)



Illmo Sr. Dr. Juiz Municipal

[illegible] — [illegible]?
[illegible]

José Correia de Freitas bastante procurador de sua filha Cantana Correia de Freitas, como da procuração junta, vem pedir a V. Sa. que se digne mandar juntar aos autos de inventario dos bens de sua casal por falecimento de sua mulher D. Antônia Correia de Freitas para produzir os devidos effeitos de que [illegible]

E R Mce

Paranaguá 9 de Agosto de 1886

Jose Correia de Freitas

FONTE: Inventário Nº Registro 2724. Comarca de Paranaguá. Vara de origem: Juízo Municipal da cidade de Paranaguá. Ano de 1886. Partes: Antônia Correia de Freitas e José Correia de Freitas.
Acervo do Museu da Justiça do Paraná.

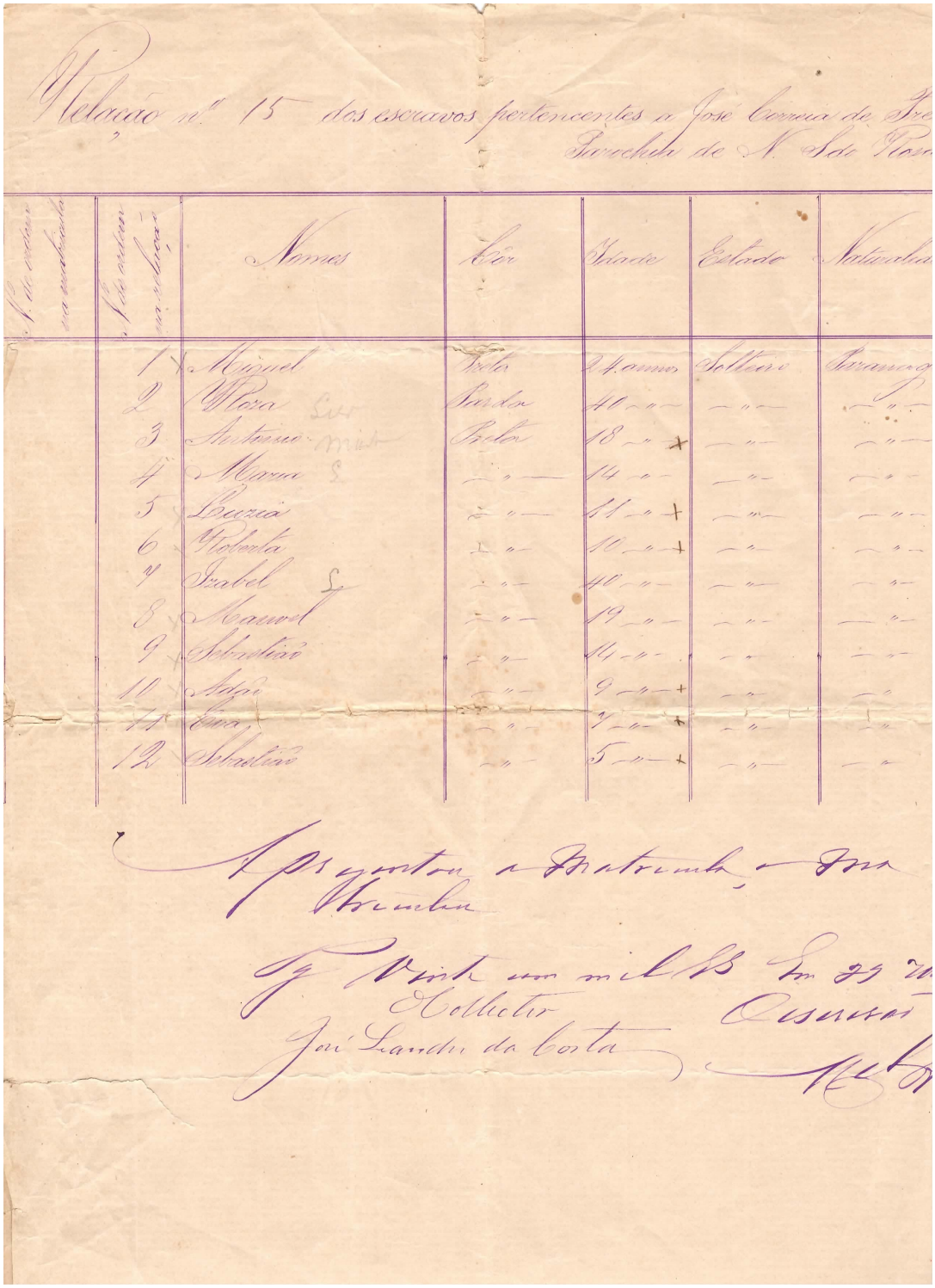
Ilmo. Sr. Dr. Juiz Municipal

José Correia de Freitas, bastante procurador de sua filha Caetana Correia de Freitas, como da procuração junta, vem pedir a V. S.ª que se digne mandar juntar aos autos de inventário dos bens de sua casal por falecimento de sua mulher D. Antonia Correia de Freitas para produzir as dívidas e efeitos de que //

Paranaguá, 9 de agosto de 1887

José Correia de Freitas

Relação dos escravos pertencentes a José Correia de Freitas (homônimo)

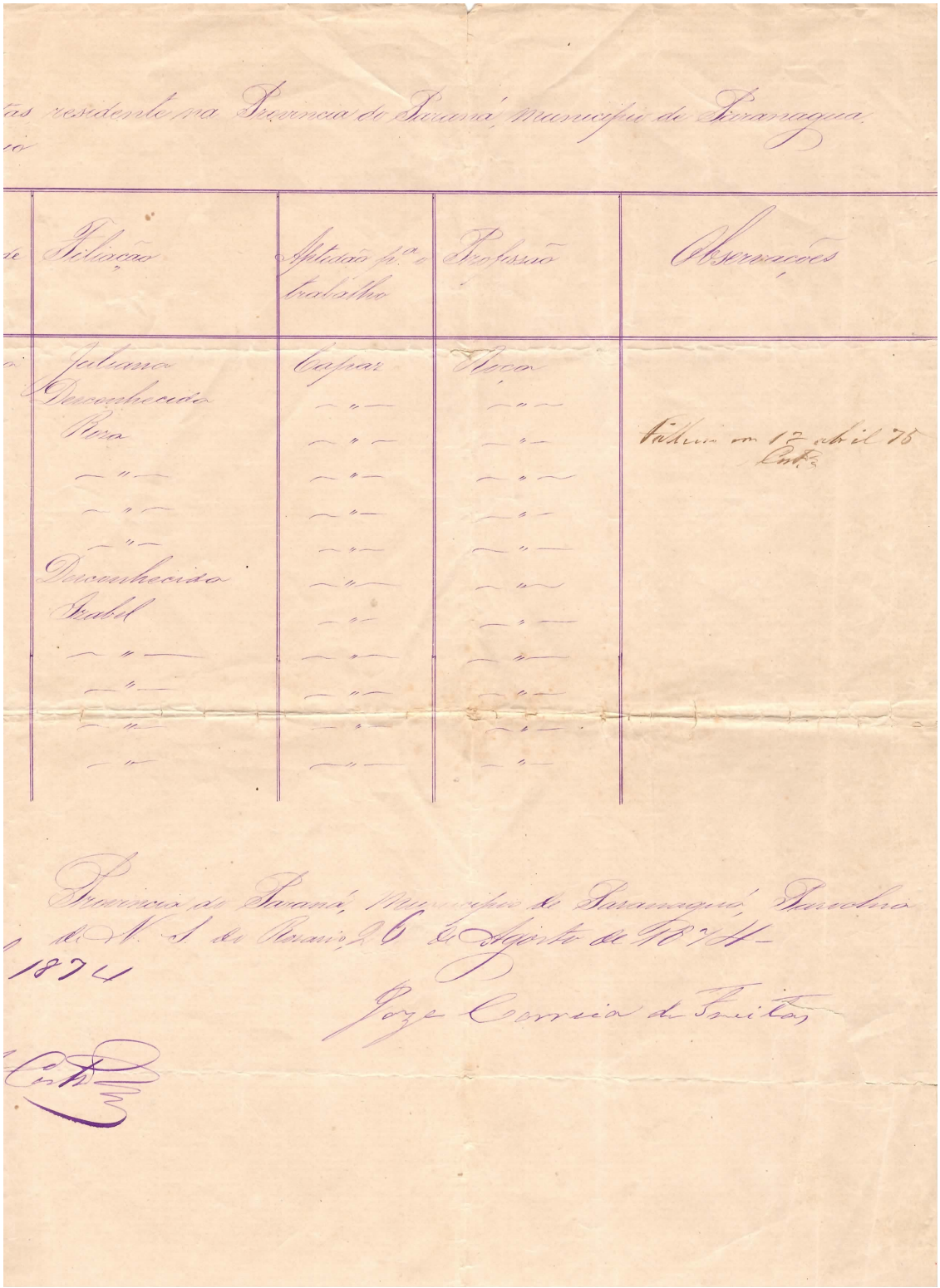


Relação nº 15 dos escravos pertencentes a José Correia de Fre
Freguezia de N. Sra do Ros

Nº de ordem na matrícula	Nº de ordem	Nomes	Cor	Idade	Estado	Naturalidade
	1	Miguel	Preto	24 annos	Solteiro	Paranaguá
	2	Rosa	Pardo	40		
	3	Antonio	Preto	18		
	4	Maria		14		
	5	Lazaro		11		
	6	Polonia		10		
	7	Izabel		40		
	8	Manoel		19		
	9	Sebastião		14		
	11	Sofia		9		
	11	Ema		7		
	12	Sebastião		5		

Paranaguá
Collector
José Landes da Costa

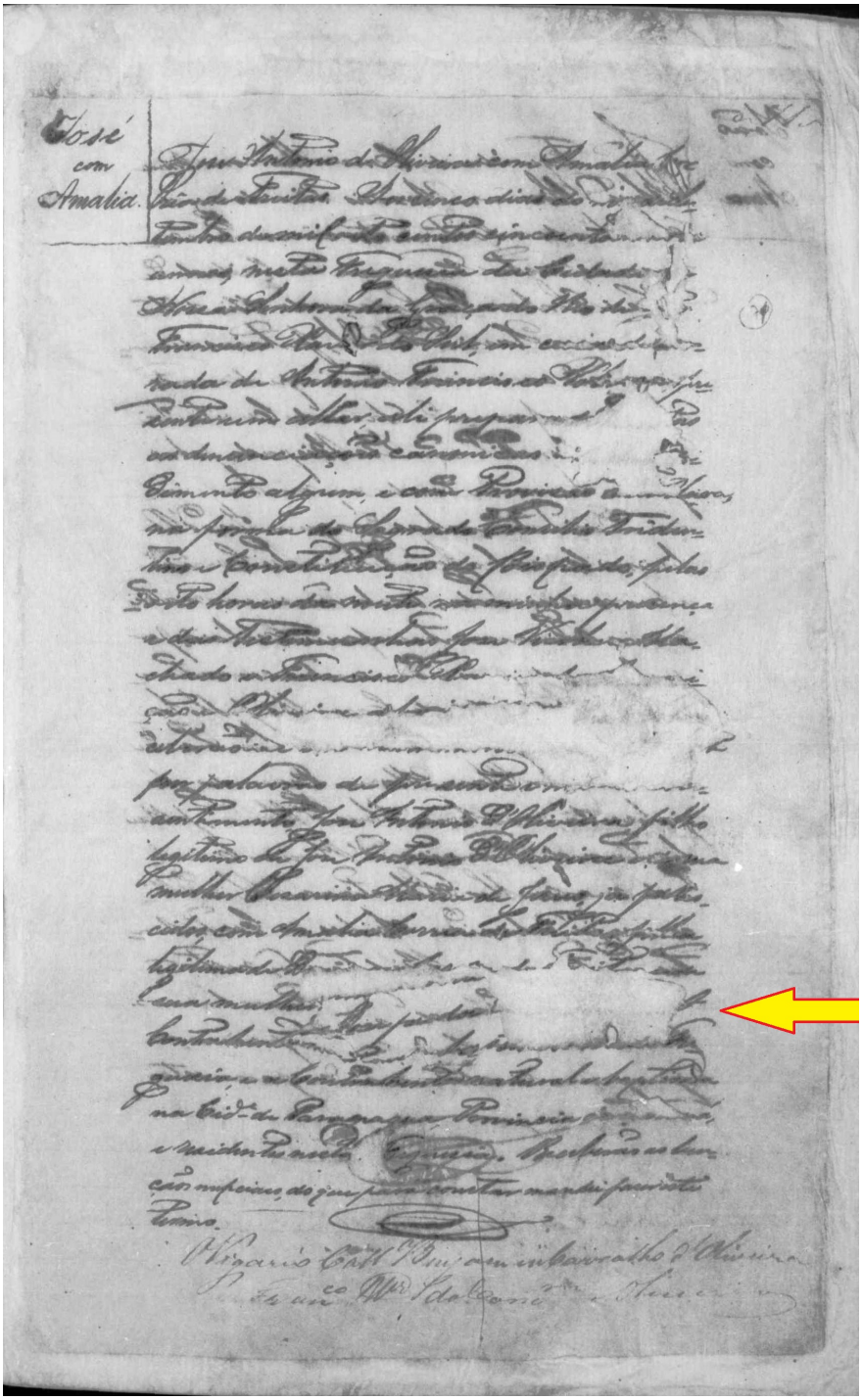
FONTE: Inventário Nº Registro 2724. Comarca de Paranaguá. Vara de origem: Juízo Municipal da cidade de Paranaguá. Ano de 1886. Partes: Antônia Correia de Freitas e José Correia de Freitas.
Acervo do Museu da Justiça do Paraná.



FONTE: Inventário Nº Registro 2724. Comarca de Paranaguá. Vara de origem: Juízo Municipal da cidade de Paranaguá. Ano de 1886. Partes: Antônia Correia de Freitas e José Correia de Freitas.
Acervo do Museu da Justiça do Paraná

ANEXO 11

Certidão de casamento entre José Antônio de Oliveira e Amália Correia de Freitas em 05.09.1859



Livro de casamentos Nº 7 da Igreja matriz de Nossa Senhora da Graça de São Francisco do Sul (1857-1867), p.77
Em destaque a parte da filiação que se encontra rasurada e ilegível

ANEXO 12

Decreto Estadual do Paraná Nº 8, 9 de janeiro de 1892

A Junta do Governo Provisório do Estado do Paraná,

Considerando que o mesmo Estado necessita de um emblema que exclusivamente o represente como um dos Estados Federados da União;

Considerando que o estandarte offerecido para tal fim, pelo illustre cidadão Manoel Correia de Freitas reune todas as condições necessarias para a sua adopção como symbolo da autonomia paranaense,

Decreta:

Art. 1º

Fica adoptada como estandarte particular do Estado do Paraná a bandeira apresentada pelo cidadão Manoel Correia de Freitas, na sessão da Assembléa Legislativa, de 3 de julho de 1891, e executada pelo artista Paulo de Assumpção.

Esta bandeira consiste em um rectangulo verde cortado transversalmente da esquerda para a direita por uma longa faixa branca, tendo no centro e sobre a mesma faixa uma esphera azul contendo, na zona equatorial e em sentido obliquo, na ordem descendente da esquerda para a direita, a legenda *Ordem e Progresso* em letras brancas inscriptas entre dois circulos de mesma côr. Perpendicularmente a estas linhas cáe outra de côr das precedentes, representando a linha zodiacal. Sobre a mesma esphera, no angulo superior da esquerda, vê-se o barrete phrigio de côr vermelha. No hemispherio inferior ao angulo esquerdo, uma das estrellas da constellação do Cruzeiro do Sul e , no direito, as quatro restantes da mesma constellação. Circumdando o hemispherio inferior, figuram um ramo de araucaria á esquerda e outro de herva mate á direita entrelaçados, tudo segundo modelo annexo.

Art. 2º

Revogam-se as disposições em contrário.

Palacio do Governo do Estado do Paraná, 9 de janeiro de 1892.

(a) *Coronel Roberto Ferreira*, *Joaquim Monteiro de Carvalho e Silva*, *Bento José Lamenha Lins*.

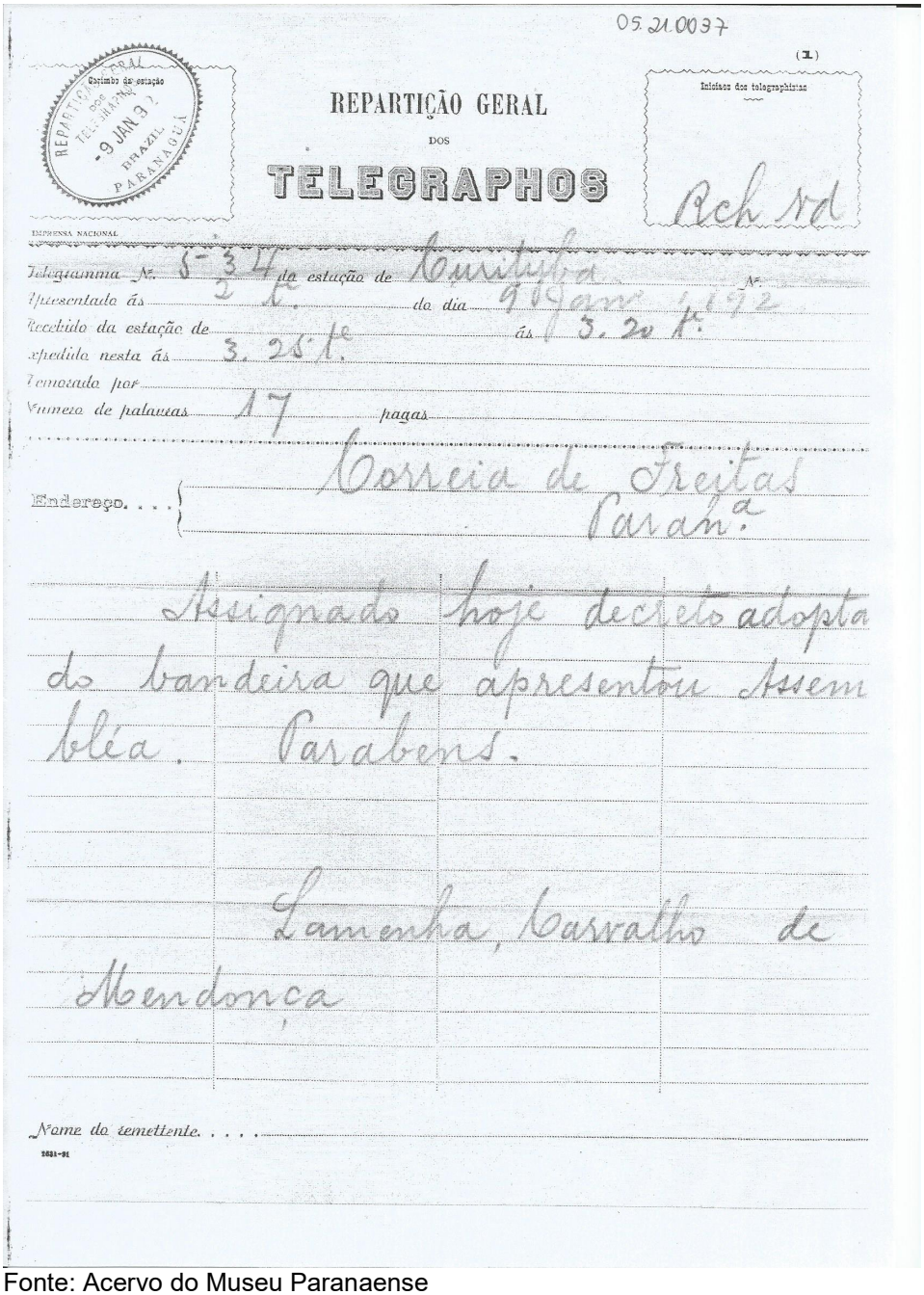
Modelo da bandeira proposta por Manoel Correia Defreitas



Fonte: ww.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/.../Ano_1948_MFN_1126.pdf.
Acesso 19.março. 2014.

ANEXO 13

Telegrama de Bento Lamenha Lins e Carvalho de Mendonça para Manoel Correia Defreitas parabenizando-o pelo decreto assinado adotando seu projeto de bandeira (Curitiba, 9 de janeiro de 1892)



05.21.0037

(1)

Carimbo da estação

REPARTIÇÃO GERAL DOS TELEGRAPHOS - 9 JAN 92 - BRAZIL PARANAGUA

REPARTIÇÃO GERAL
DOS
TELEGRAPHOS

Signaes dos telegraphistas

Rch rd

IMPRENSA NACIONAL

Telegramma N. 5-34 da estação de Curitiba N.
Apresentado ás 3 t. da dia 9 de Janº 1892
Recebido da estação de ás 3. 20 t.
Expedido nesta ás 3. 25 t.
Remetido por
Numero de palavras 17 pagas

Endereço... Correia de Freitas
Paraná.

Assignado hoje decreto adopta
do bandeira que apresentou Assem
bléa. Parabens.

Lamenha, Carvalho de
Mendonça

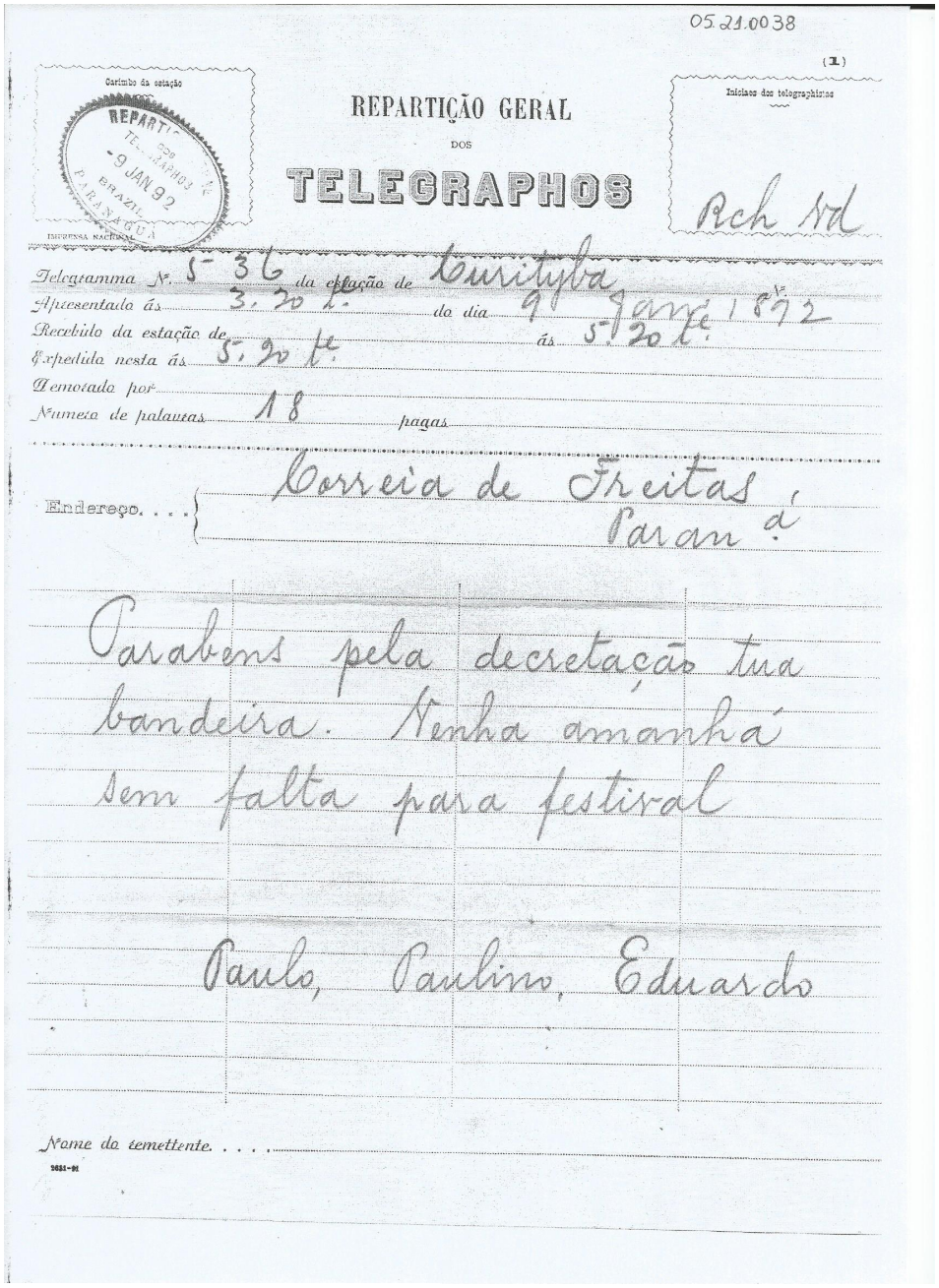
Nome do remettente....

2681-91

Fonte: Acervo do Museu Paranaense

ANEXO 14

Outro telegrama para Manoel Correia Defreitas parabenizando-o pelo decreto assinado adotando seu projeto de bandeira e o convidando para o festival que foi realizado no Passeio Público dia 10 de janeiro de 1892 apresentando a bandeira ao povo paranaense (Curitiba, 9 de janeiro de 1892).



05.21.0038

(1)

Carimbo da estação

REPARTIÇÃO GERAL
DOS
TELEGRAPHOS

Iniciaes dos telegraphistas

Rch Rd

Telegramma N. 5-36 da estação de Curityba
Apresentado ás 3.20 t. do dia 9 Janº 1892
Recebido da estação de
Expedido nesta ás 5.20 t.
Remetido por
Numero de palavras 18 pagas

Endereço... Correia de Freitas, Paraná

Parabens pela decretação tua bandeira. Venha amanhã sem falta para festival

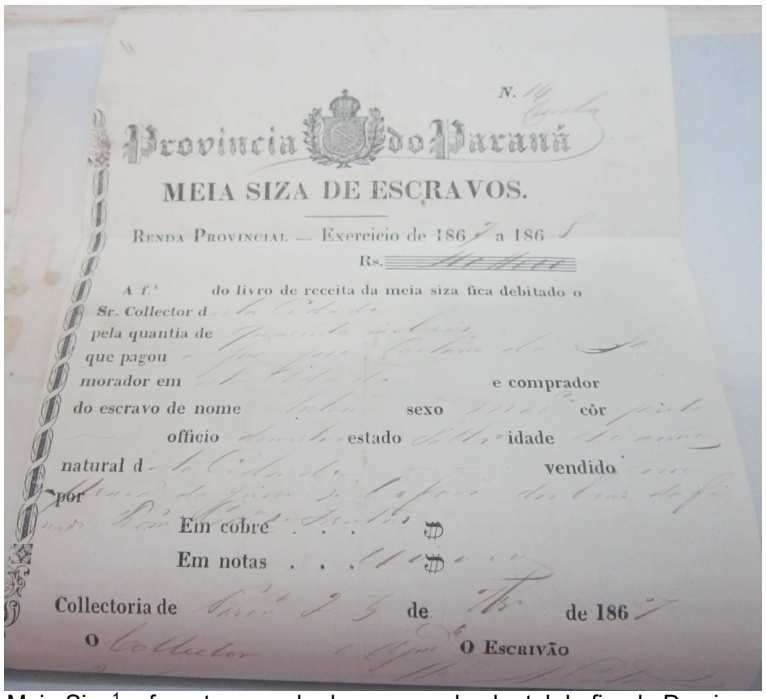
Paulo, Paulino, Eduardo

Nome do remettente.....

Fonte: Acervo do Museu Paranaense

ANEXO 15

Recibo de pagamento do imposto de Meia Siza



N.

Provincia do Paraná

MEIA SIZA DE ESCRAVOS.

Renda Provincial — Exercicio de 186 a 186

Rs.

A f.ª do livro de receita da meia siza fica debitado o Sr. Collector d
pela quantia de
que pagou
morador em e comprador
do escravo de nome sexo côr
officio estado idade
natural d vendido
por

Em cobre . . . $

Em notas . . . $

Collectoria de de de 186

O O Escrivão

Recibo de Meia Siza[1] referente a venda de escravo do plantel do finado Domingos Correia de Freitas
Fonte: Inventário Nº 1071 do ano de 1863 da Comarca de Paranaguá referente as dívidas de Domingos Correia de Freitas (acervo Museu da Justiça do Paraná)

PROVINCIA DO PARANÁ
MEIA SIZA DE ESCRAVOS
Renda Provincial – Exercício de 1867 e 1968
Rs. 40$000

A f.ª do livro de receita da meia siza fica debitado o
Sr. Collector desta cidade
pela quantia de quarenta mil reis
que pagou José Caetano da Silva
morador em esta cidade e comprador
do escravo de nome Antonio sexo masculino cor preta
ofício doméstico estado solteiro idade 30 anos
natural desta cidade vendido com
autorização do juiz de órfãos dos bens do finado Domingos Correia de Freitas
Em cobre .....$
Em notas 40$000

Coletoria de Paranaguá, 23 de setembro de 1867
O Coletor O Escrivão

[1] O imposto de Meia Siza incidia sobre o comércio interno de escravos. Foi criado a partir do momento em que o tráfico externo se tornou ilegal e implantado no Brasil a partir da chega da família real. O imposto era a cobrança de 5% sobre todas as transações mercantis envolvendo escravos ladinos, isto é, nascidos na América Portuguesa (Alvará de 3 de junho de 1809). Aplicado em território português na América, este imposto foi conservado depois da independência do Brasil, tendo ficado vigente enquanto durou a escravidão no Brasil (FERNANDES, Guilherme Vilela. **Tributação e escravidão: o imposto da meia siza sobre o comércio de escravos na província de São Paulo (1809-1950).** IN: Almanak Braziliense. Brasília, Nº 2, Novembro de 2006, p. 102-113).

ANEXO 16

Relação de Sócios Efetivos e Auxiliares do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná (1900-1916)



PROPRIETARIOS:
A. FREITAS & Cia
Caixa Postal L

A REPUBLICA

ORGAM DO PARTIDO REPUBLICANO PARANAENSE

REDACÇÃO:
R. 15 DE NOVEMBRO, 28
Telephone, 470

ANNO XXXI — Coritiba—Sabbado, 5 de Agosto de 1916 — NUM. 181

O momento

(E) Generoso Marques dos Santos, (E) Domingos Nascimento, (E) D. D. Villasboa, (E) João Baptista da Costa Carvalho, (A) Julia Wanderley, (E) Manoel Ignacio Carvalho de Mendonça, (E) Alfredo Caetano Munhoz, (E) Luiz Tenisi, (E) Sebastião von Sopansky, (E) João Candido Ferreira, (A) Jayme Ballão, (E) João E. Gonçalves Marques, (E) Nilo Cairo da Silva, (E) Luiz Xavier, (A) Cardoso de Gusmão, (E) José Maria Pinheiro Lima, (A) Liudalpho Pessôa, (A) Francisco Gutierres Belfort, (E) José Nepomuceno da Silva, (E) Paulo Assumpção, (E) Arthur Pinho, (E) Jorge C. Menezes da Costa, (E) Affonso Schiro, (A) Alberto A. Guimarães, (A) Marcos Lescbaud, (E) Aristides de Oliveira, (A) Brasilino Moura, (A) Torres Homem, (E) Fernando Mather, (E) Azevedo Marcondes, (E) Raul Gomes, (E) Rebello Junior, (A) Samuel Cesar, (A) Correia Defreitas, (E) Ernesto de Oliveira, (E) Julio Theodorico Guimarães, (E) Pamphilo de Assumpção, (E) J. Henrique de Santa Rita, (E) José Osorio, (E) Lysimacho Costa, (E) João Baptista Prestes, (E) José Maria de Paula, (E) Martinho Cunha, (E) Heitor Soares Gomes, (A) Francisco Guimarães, (E) João Menezes Doria. (A) A. A. de Carvalho Chaves, (A) Arthur Pedreira do Cyrqueira, (A) João Evangelista Espindola, (A) Benjamin Pessôa, (A) Alberto Ouchen, (E) Marcellino Nogueira Junior, (A) Ezequiello Westphalen, (A) Reynaldo Machado, (E) Altamiro Reis, (E) José Venancio de Mello, (E) Ricardo Negrão Filho, (E) Generoso Borges, (E) João Antonio Xavier Filho, (E) João de Paula Moura Britto, (A) Seraphim Franca, (E) Luciano Rocha Junior, (A) Hugo Reis, (A) Dilio Costa, (E) Antonio Borges Machado Lima, (A) Caio Machado (E).

Preferam Cerveja ATLANTICA

A la Ville de Paris

Tendo grande sortimento de caminhas, collarinhos, cerosias, meias, luvas, gravatas e muitos outros artigos para homens

mesmos vende por preços sem competencia ! ! ! Rua 15 de Novembro. — Casa Azulay.

Ecos da Guerra

LORD KITCHNER: E A FRANÇA

Paris acolheu com dolorosa estupefacção a noticia da morte de Lord Kitchener, o mais glorioso soldado da Inglaterra, e uma das maiores figuras da historia britannica.

Os francezes se recordam, n'esta hora de intensa emoção, de que essa vida magnifica e simples de soldado havia começado por um impulso para a França, já em luta com o mesmo eterno inimigo.

Em 1870, Kitchener, na edade de vinte annos, estava na residencia de seu pae, que passava o estio na Ritoral francez de Mauleha. Quando a guerra foi declarada, sem consultar ninguem, elle demonstrou a sympathico ardor que o impellia para a França, alistando-se cah a nossa bandeira. Dir-se-ia que, desde essa epocha, uma secreta adivinhação do seu destino futuro o levava a ser, ao lado da alliada de hoje, o inimigo encarniçado da Allemanha.

Seriam necessarias muitas paginas para enumerarmos as acções brilhantes desse grande chefe e os serviços que prestou á sua patria durante os quarenta e seis annos que separam as duas guerras. A historia já ereou, em torno da figura desse soldado magnifico, uma aureola de lenda e de gloria. Kitchener era o "primeiro soldado" da Inglaterra e o representante mais completo desse heroismo militar britannico, feito de lealdade, de sangue frio e de impeccavel correcção.

Alto, robusto, de aspecto extremamente distincto, com o porte de trocos regulares, cuja energia era quasi dura pelo brilho metallico do olhar, elle tinha conservado, aos 65 annos, uma elasticidade jovem e elegante. Bastava vêl-o para adquirir a certeza de que nenhum perigo, nenhuma angustia podia fazer crear esse homem de ferro.

Quando desfilava nas pompas magnaes das ceremonias inglezas, ao lado de Lord Roberts, esse outro grande soldado, os inglezes tinham o costume, qualquer que fosse a solemnidade do momento, de acclamar os dois marechaes com frenetico enthusiasmo.

Nenhum homem era mais popular no Reino-Unido. O seu extraordinario prestigio augmentou sempre e a guerra actual o terá levado apogeu da gloria immortal.

Ministro da Guerra, esse grande conquistador in, pelo primeiro vez na sua vida, exercer uma autoridade no seio da metropole. Com uma obstinação energica, elle transformou em dois annos "o desprezivel pequeno exercito do general French" numa formidavel legião de mais de quatro milhões de homens, que terá na historia a denominação de "exercitus de Kitchener".

E isso constituiu outro titulo imperecivel á amizade que a França lhe votou. O povo francez tinha nesse **soldado gentleman** uma fé illimitada. As ovações enthusiasticas que o saudaram por occasião de cada uma das suas visitas á linha de fogo, provaram a esse robusto organisador como os alliados apreciavam a tarefa sobre-humana que elle havia sabido executar.

Lord Kitchener terminára a parte mais [illegible] trabalho. Esperava agora, com [illegible], o momento em que os seus exercitos, tendo adquirido a maior força [illegible] as suprema batalha. Essa hora, porém, elle tinha desejado, porque antes, á sombra das Communas, que o acolhiam com uma vibrante acclamação de reconhecimento, todos os motivos das suas esperanças.

A morte que o feriu em serviço do seu paiz, cerca a sua magnifica carreira. O ardor ardente olhos de ago desapparece como a mesma figura de lenda. Um navio de guerra [illegible] e o seu cataclysmo e o mar immenso e o seu tumulo.

E agora, para vingados, a Inglaterra e a França, com a mesma emoção, juram executar até ao fim os vastos planos que elle havia concebido.

—o—

A GUERRA

[illegible] parece [illegible] vigiarem-se [illegible] que [illegible] procedem no mar do Norte, desde muitos mezes.

A frota ingleza atacada estava muito longe da sua base, e a sua presença [illegible] mantendo-se, assignalada á esquadra allemã, que contra ella se precipitou com forças superiores.

Por occasião da demonstração naval [illegible] ao longo das costas inglezas, os zeppelins [illegible] desempenhando um papel util de "éclaireurs", permittindo á esquadrilha germanica evitar os encontros inglezes.

O mesmo succedeu com todas as operações nos mares do Norte, executadas por um ou outro dos belligerantes.

A estrategia nessas paragens se apoia muito na disposição de numerosos e vastos campos de minas, que formam estreitos artificiaes, onde a victoria pode ser conquistada em espaços relativamente limitados.

O dirigivel é o grande agente das observações empreendidas, ás quaes dão logar esses campos reunidos.

Por occasião dos nossos raids das diversas aeronaves inglezas no mar do Norte, raids, na maioria, feitos [illegible] sempre [illegible] proporcionadas ás que ellas acharam em frente, é que os reconhecimentos pessoes perfeitamente ao informatmos... Do mesmo modo, se a officialidade desses raids de patrulhas inglezas foi [illegible] pela actividade dos meios de defesa, foi porque os dirigiveis allemães intervêm para determinar a entrada em logo dos reforços.

Assim, nessa região, a guerra naval se exerce parallelamente em tres planos: sob a agua, sobre a agua, no ar. E' permittido crer que não é no ar que ella é menos activa.

O Adriatico é um mar bastante estreito para que o zeppelins haste para as exhibições e os reconhecimentos.

No Mediterraneo, os alliados confiam para a fiscalisação geral do torpedeiros e aos submarinos, pois nenhuma força naval inimiga ahi appareceu.

Pelo se, comtudo, prever a logar importante que a guerra actual designou aos cruzadores aereos.

Em França, a marinha havia começado por especialisar alguns officiaes aviadores e no manejo dos dirigiveis. Parece certo que ella continuará nessa senda e reverterá aos seus corpos novos elementos [illegible] que quasi, entre os melhores marinheiros da frota.

Os zeppelins são conhecidos, tambem, em parte, por marinheiros. As tripulações que fazem os dirigiveis nos seus raids no littoral inglez, constituem verdadeiras navegações. Se a conducta technica das aparelhos exige um pessoal especialisado, não é menos exacto que a principal difficuldade do empenhamento reside na direcção. Viajando em grandes alturas, e sem ponto de referencia topographico, o dirigivel, atravessando um vasto mar, é, em todos os sentidos, semelhante a um navio. Deve, como elle, fixar a sua posição por observações astronomicas, nuvear o caminho a compasso, levar em conta as correntes aereas, fazer, em uma palavra, a applicação dessa sciencia que se chama navegação e só por um longo pratico se adquire.

Assim, um novo ramo se descortina á actividade dos marinheiros, cujas escolas especiaes substituirão, provavelmente, as da aeronautica.

Pela Universidade

Em a dia 7 de Setembro proximo vindouro o Centro Academico do Paraná vae levar a effeito uma grande festividade a realisar-se no agradavel "ground" do Internacional Foot-Ball Club.

Pelos esforços empregados pela commissão promotora da grande festa prophetisamos que a mesma será a mais brilhante possivel e terá uma inegualavel consequencia.

Dos numeros que fazem parte do programma mais em breve publicando por nós, destacamos os alguns, desenrolados em seu meio, e cujo successo será certo.

— Do Exmo. Sr. Dr. Affonso Camargo, Presidente do Estado, o Centro Academico do Paraná, recebeu o officio abaixo:

"Illmo. Sr. Secretario do Centro Academico do Paraná.

Venho agradecer ao Centro Academico do Paraná, do qual sois digno secretario, a prova de estima e consideração que se dignou dispensar-me, inscrevendo o meu nome entre os do numerus que compõem essa digna associação.

Enquanto mais modesto de quantos figuram no quadro do Centro Academico, empregarei no entretanto, os meus melhores esforços no sentido de corresponder a fineza com que vosbo de ser distinguido.

Aproveito-vos os meus protestos de alta consideração e distincto apreço."

Preferam cerveja ATLANTICA

Reportagens

As cifras não mentem

O Brazil tem quasi 12 milhões de analphabetos, e o que nos informa uma estatistica recente.

Haverá exagero?

E' que vamos ver:

Excepto o grande Estado de S. Paulo que actualmente possue alem de numerosos grupos escolares 1.114 escolas isoladas e outros estabelecimentos particulares de instrucção publica, no resto dos Estados, o [illegible] é desanimadoramente differente.

O prospero Estado de Minas tambem vae comprehendendo a necessidade de crear [illegible] a actualidade [illegible] a reforma organisada no governo do [illegible] mineiro Dr. João Pinheiro está produzindo os melhores resultados. O futuroso Estado da União, [illegible] precisamente em funcção destruma de grupos escolares alguns verdadeiramente modelares. Mas tudo isso é nada, affirma, um judicioso orgam fazendo as seguintes considerações:

"Os governos não conseguirão imprimir á instrucção popular a força de penetração que a levaria a todos os recantos, aperfeiçoando os analphabetos e desenvolvendo-lhes, depois, a sociedade, com os espiritos mesmos adultos. A acção instructiva é, por isso, de reduzido poder efficiente. Os collegios, os grupos escolares e as escolas, nos districtos e arraiaes, ou aqui, ou alem, nos rapazes, mostrarem a seis ou seis kilometros de distancia não participarão da ensina. Dahi a onda crescente de analphabetismo, que nos envergonha e nos retarda os passos na classica "estrada do progresso".

Calcula-se hoje em 15 milhões os habitantes do Brazil espalhados pelos Estados da União, entretanto, as cifras accusam 12 milhões de analphabetos conforme o seguinte quadro:

Estados	Popul.	Analph.
Amazonas	500,000	230,000
Pará	1.550,000	446,000
Maranhão	1.040,000	340,000
Piahuy	858,550	300,000
Ceará	1.500,000	630,000
Parahyba	980,000	350,000
Rio G. do Norte	1.100,000	300,000
Pernambuco	2.970,000	920,000
Alagôas	1.000,000	350,000
Sergipe	651,000	201,000
Bahia	2.800,020	840,000
Espirito Santo	498,354	295,000
S. Paulo	4.876,200	390,000
Paraná	765,000	230,000
Santa Catharina	680,320	230,000
Rio G. do Sul	2.150,870	622,000
Rio de Janeiro	998,000	310,000
Minas Geraes	5.800,000	1.950,000
Goyaz	680,000	350,000
Matto Grosso	478,000	220,000
Districto Federal	1.000,000	150,000
Acre	150,000	50,000

No Estado do Amazonas a porcentagem dos analphabetos é muito elevada relativamente á sua popularia. "E" que um dominio dos Pedroses e dos Nery não sobem tempo para a resolução de semelhantes problemas".

No Pará nada se tem feito pela instrucção popular.

No Maranhão, Piauhy, Ceará, Rio Grande do Norte, Parahyba, Pernambuco, Alagôas, Sergipe, Bahia, Espirito Santo, é uma lastima o desenso pela instrucção publica.

E com exemplos destes ainda alardeiam os dirigentes deshalidas pretenções. Preferimos ouvir que enquanto existir o analphabetismo não deixamos de ser um povo inferior.

A. P.

Alta novidade !

A LA VILLE DE PARIS

Acaba de chegar um outro mostra habil especialista para Tailleur para Senhoras tendo um variado sortimento de casemiras inglezas proprias para Senhoras, e vende por preços baratissimos de 7$000 até 120$000, sob medida. — Rua 15 de Novembro n. 21.

Dr. Espindola

CASA DE SAUDE-Mal. Deodoro, 46

Residencia-M. Deodoro, 44

No Hospital de Misericordia as 9 horas—CONSULTAS: Das — 2 As 5. —

Preferam cerveja Atlantica

Erros e Errores

da logica espirita

Contam que o famoso comico grego Aristophanes, não gostando de celebre tragico Euripides, não perdia uma só occasião para pôr em ridiculo o grande poeta. Assim é que numa das suas comedias ellle, sempre [illegible] bater á porta de Euripides, e qual não respondendo, o importuno ia [illegible] continua em bater e chamar: Euripides, Euripidinho, alto pelo amor de Deus. Afinal depois de muita insistencia, abre-se a porta, e que quereis? pergunta um criado.

— Quero fallar com Euripides.

— Não está!

— Como não está?

— Não, senhor, não está; ou antes está e não está!

— Que historia é essa? como é possivel que esteja e não esteja!

— Sim, senhor, Euripides está e não está; isto é: o seu corpo está escrevendo tragedias e o seu espirito está errando pelos campos.

— Então, concluio o mallicioso engraçado, se elle está errando é E. está errado, são seus erros e errores, que eu vou me embora.

Vai lá a historia que me acorreu ao espirito, quando li o ultimo artigo do sr. Dr. Flavio Luz. Porquanto se mas tragedias do grande tragico grego não existem os defeitos apontados pelo seu adversario, na derradeira publicação do sr. Doutor não ha realmente senão erros e errores.

Eis um ramalhete das primeiras, se quaes são todos dignos de figurar no ladrão famoso livro, que exorna o 2° numero da Revista de Espiritismo:

"A razão humana não chegou ainda ao conhecimento das verdades essenciaes".

"A natureza da alma permanece desconhecida da sciencia".

"Pela theoria espirita, sendo a alma [illegible] a mesma de outras inumeraes anteriores, admitte-se que o homem actual tenha a intuição das grandes verdades, sem entretanto poder apprehendel-as, etc. etc."

"O espiritismo veio abrir os olhos da humanidade etc."

"Não vejo porque, não tendo podido a razão chegar ao conhecimento da verdade, o Rev. conclue que o homem é então no rego de nascimento, restando-nos o [illegible] absoluto scepticismo."

Estas cinco proposições são mais do que sufficientes para dar ao leitor uma [illegible] de todo o artigo e de todos os artigos passados e futuros do sr. dr. Flavio Luz. Eu não perderei tempo em refutar estas tão grotescas. Farei apenas algumas reflexões.

Em primeiro logar eu me admiro de ver o sr. Dr. Flavio Luz, que rejeita o Christianismo apezar de tantas provas evidentissimas de credibilidade, engolir com uma facilidade incrivel as affirmações maiorduras que possa haver, que dizer as theorias e praticas do Espiritismo, e que [illegible] os meios elevados acima de tudo. Sr. Doutor, acceita por favor, e não na consciencia diga não se lhe parecem, mas se são realmente evidentes e certas as proposições que se acham no seu ultimo artigo e que em acaba de transcrever. Se a sua resposta for affirmativa, eu terei razão de repetir o que já foi dito. Isto é que não ha homem mais credulo do que o incredulo. Justo castigo de Deus! os que recusarma adorar ao seu Divino Filho, vão de se entregar perante um Allan Kardec qualquer, ou um Augusto Comte ou coisa que o valha. E se é assim, eu pergunto-lhe debaixo da abobada da firmamento, um escravo mais infeliz do que o chamado livre pensador? Quanto a nós cristãos, não nos conhecemos senão duas vozes: a voz da razão e a voz da Fé, e não nos prostramos deante de ninguem a não ser deante de Deus.

Que direi agora a respeito do seu modo de apreciar a Igreja Catholica ? Ainda quando as proposições, que V. S. lhe fez levassem algum fundamento, V. S. não sabe a respeito dos immensos beneficios que ella trouxe ao genero humano? Se V. S. os ignora, então é incompetente para fallar na Igreja; e se V. S. os conhece, eu pergunto mesmo ao sr. Doutor se póde haver injustiça mais clamorosa do que a sua. Lança, Doutor, lança o seu olhar sobre os tempos que precederam a Cruz e sobre aquelles que vieram depois; percorra um mappa qualquer, e verá, se quizer ver, que a verdadeira civilização naseeu com a Igreja de Christo, e se prende até onde chegaram os pés dos seus Apostolos.

V. S., que apregôa a logica dos factos, diga-se lá outro attributo mais [illegible] importante do que este e veja se pode negal-o.

Depois disto o que V. S. escreve em seu artigo a respeito da Inquisição, de Galileu, dos maus padres, do interesse, da confusão, etc. etc. etc., tudo isto não póde senão causar algum asco mais do que a simples indignação, isto é, o **sorriso**.

Tudo isto, leitor, quanto aos erros do Dr. Flavio Luz. Vejamos agora os seus errores, porque aquelles não andam sem estes.

No artigo do sr. Dr. Flavio Luz, e em particular no ultimo, não ha quem não repare na extrema facilidade borboleteadora, com que elle tece e desfaz simultaneamente isto é levianamente todas as questões mais graves. Assim, por exemplo, no seu ultimo artigo elle passa em revista a natureza e necessidade da Logica, o valor do syllogismo, os criterios da certeza, a natureza da alma, a origem do homem, a noção da vida, a geração espontanea, etc. etc.; ora

Cura a [illegible]

Instituto Historico e Geographico do Paraná

A data da organisação do Instituto Historico e Geographico do Paraná, [illegible] de todos os enemigos. [illegible] a 24 de Maio de 1900 o Instituto Historico atravessou um periodo de [illegible] que ora surge, reorganisando para dar cabal desempenho á sua [illegible] ultimente educativa.

Os primeiros socios do Instituto [illegible] o fundarma naquella data, são os srs. Alfredo Romario Martins, Dario Persiano de Castro Velloso, [illegible] Pereira, José Bernardino Bormann, Candido Ferreira de Abreu, Dr. David Pereira, Manoel Ferreira [illegible] Nestor Pereira de Castro, Candido Vianna, José Candido da Silva [illegible], Lucio Pereira, Ernesto Pereira de Leão, Bento Fernandes de Barros, Emeliano David Perretto, Jocelym [illegible] Borba.

O Instituto Historico e Geographico do Paraná elegeu, desde a sua fundação os seguintes socios auxiliares e [illegible]:

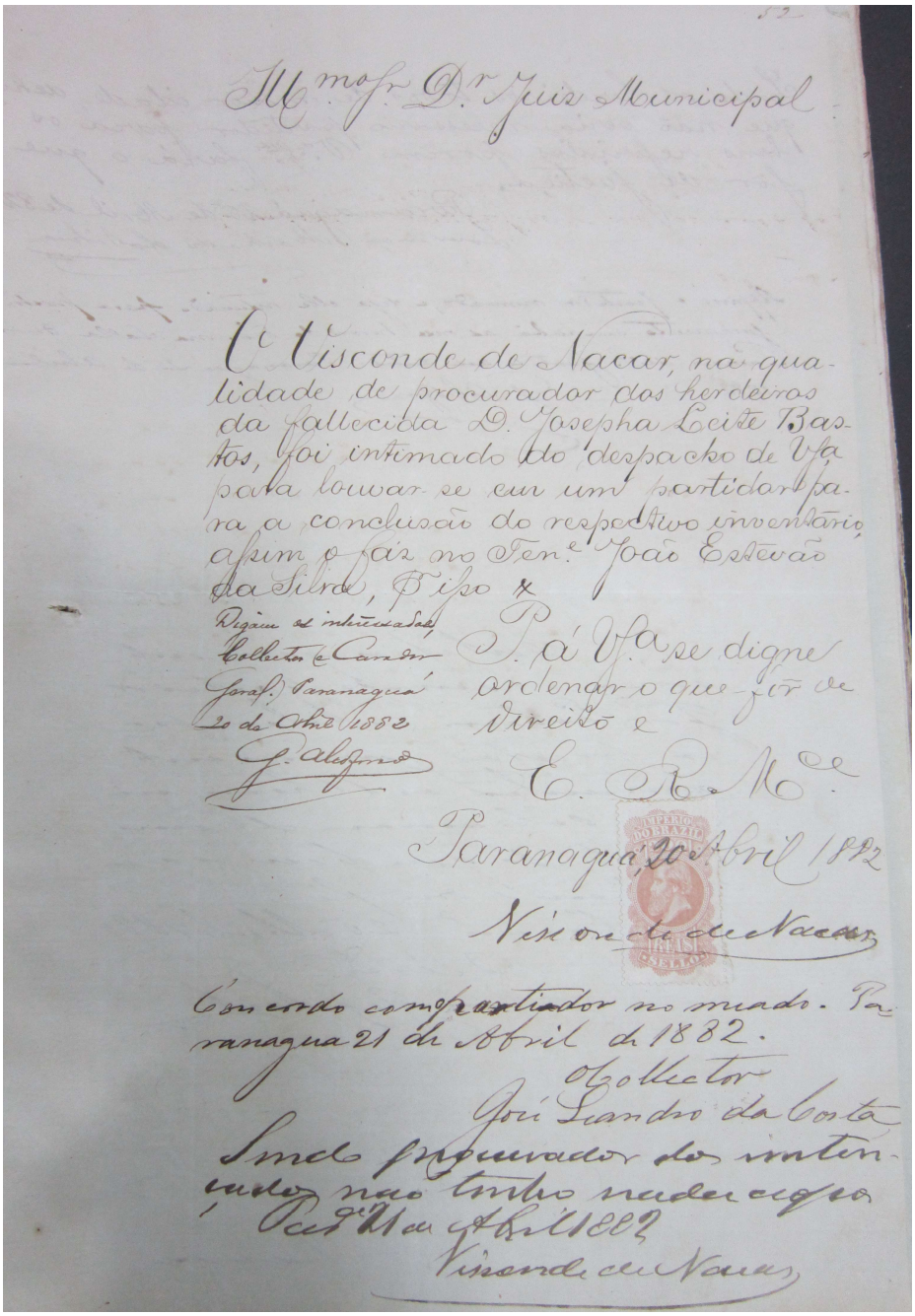
(E) [illegible] Negrão, (E) João Barcellos, (E) Theodoro Junior, (E) Vicente Machado, (E) Carlos Cavalcanti [illegible], (A) Alcebiades Plaisant, (E) Telemaco Borba, (E) Affonso Camargo, (E) Bento José Lima, (A) Vicente Machado [illegible], (A) Jayme Drumond [illegible], (E) Luiz Daniel Clove, (E) Manoel Munhoz, (E) Marins Alves de Camargo, (E) Euclydes da Motta Bandeira, (E) Mauricio França, (E) Manoel Antonio Guimarães, (A) João David [illegible], (E) Arthur Martins Franco, [illegible] Alberto José Gonçalves, (A) João [illegible] Franca, (E) João Francisco [illegible] Ponabo, (E) Manoel da Silveira Nery, (E) Adolar Hegreville Hinterholz, (E) Antonio Martins Franco, (E) Joaquim Ferreira do Amaral, (E) Ostacilio Soares Gomes, (E) Antonio Ribeiro [illegible], (E) Claudino dos Santos,

ELIXIR DE NOGUEIRA

Fonte: A República, 05/08/1916

ANEXO 17

Documento onde aparece o Visconde de Nácar como procurador dos herdeiros de Josepha Leite Bastos



Illmo Sr. Dr. Juiz Municipal.

O Visconde de Nacar, na qualidade de procurador dos herdeiros da fallecida D. Josepha Leite Bastos, foi intimado do despacho de Vsa para louvar se em um partidor para a conclusão do respectivo inventario, assim o faz no Ten.e João Estevão da Silva, Piso x

Digam as interessadas
Collector e Cam.r
Geral) Paranaguá
20 de Abril 1882
J. Alegrio

P. á V.a se digne ordenar o que fôr de direito e

E. R. M.ce

Paranaguá, 20 Abril 1882

Visconde de Nacar

Concordo com o partidor no mudo. Paranagua 21 de Abril de 1882.

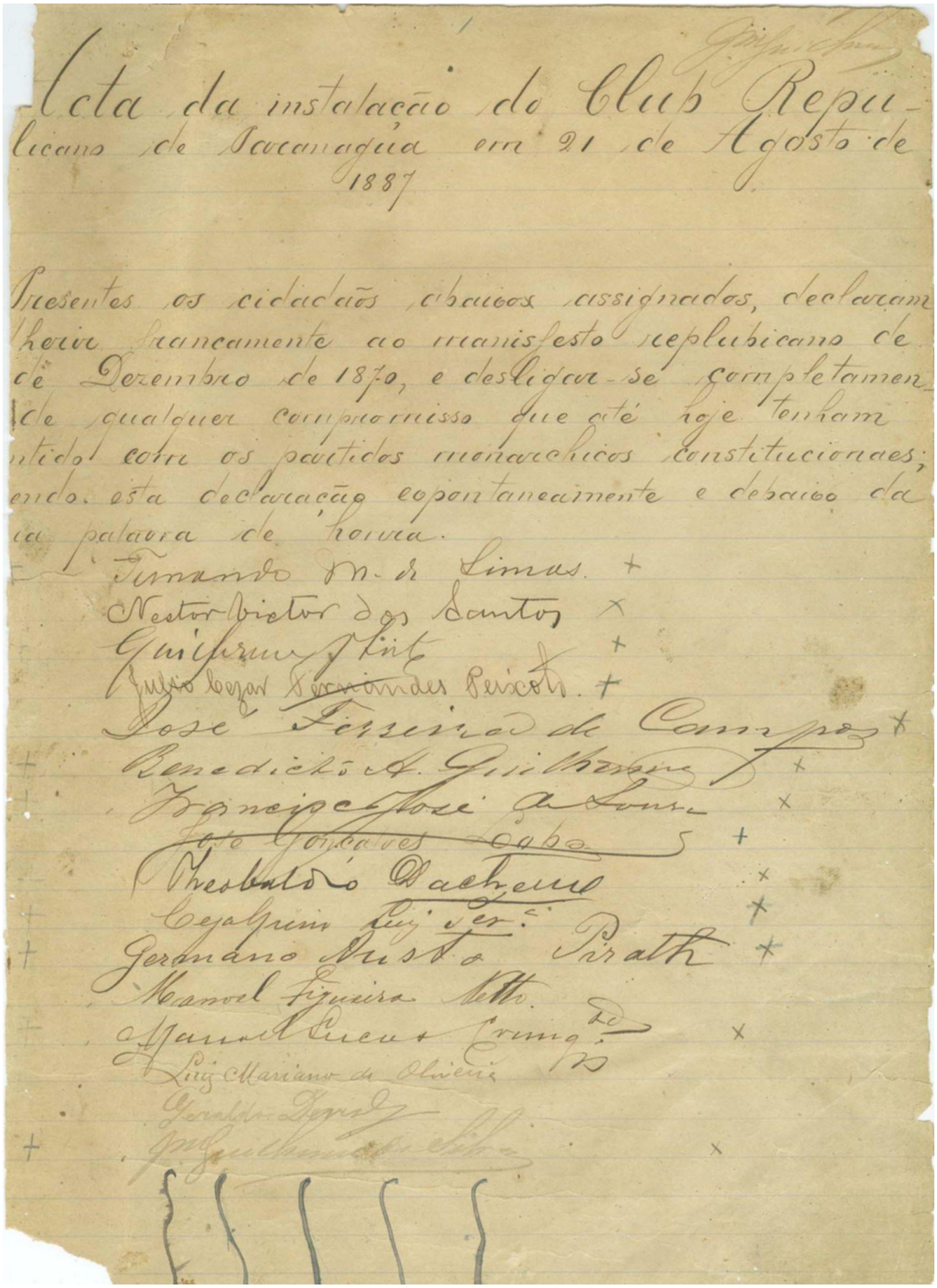
O Collector
José Leandro da Costa

Sendo procurador dos interessados não tenho nada a oppor
Pta 21 de Abril 1882
Visconde de Nacar

Fonte: Inventário Nº de Registro 2403 da Vara do Juízo Municipal da Cidade de Paranaguá, ano de 1880, página 52. Acervo do Museu da Justiça do Paraná

ANEXO 18

Ata de fundação do Clube Republicano de Paranaguá em 21 de agosto de 1887



Acta da instalação do Club Republicano de Paranaguá em 21 de Agosto de 1887

Presentes os cidadãos abaixo assignados, declaram
herir francamente ao manifesto republicano de
de Dezembro de 1870, e desligar-se completamen
de qualquer compromisso que até hoje tenham
ntido com os partidos monarchicos constitucionaes;
endo esta declaração espontaneamente e debaixo da
a palavra de honra.

Fernando M. de Simas
Nestor Victor dos Santos
Guilherme Flint
Julio Cezar Fernandes Peixoto
José Ferreira de Campos
Benedicto A. Guimarães
Francisco José Gomes
José Gonçalves Cabo
Theobaldo Dachery
Cezario Luiz Vieira
Germano Augusto Pinto
Manoel Figueira Netto
Manoel Lucio Gomes
Luiz Mariano de Oliveira
Geraldo Reis
Guilherme de Souza

Fonte: Acervo do Clube Republicano de Paranaguá

ANEXO 19

Manifesto Republicano de 1870

No Brasil, antes ainda da ideia democrática, encarregou-se a natureza de estabelecer o princípio federativo. A topografia do nosso território, as zonas diversas em que ele se divide, os climas vários e as produções diferentes, as cordilheiras e as águas estavam indicando a necessidade de modelar a administração e o governo local acompanhando e respeitando as próprias divisões criadas pela natureza física e impostas pela imensa superfície do nosso território.

Foi a necessidade que demonstrou, desde a origem, a eficácia do grande princípio que embalde a força compressora do regime centralizador tem procurado contrafazer e destruir.

Enquanto colônia, nenhum receio salteava o ânimo da monarquia portuguesa por assim repartir o poder que delegava aos vassalos diletos ou preferidos. Longe disso, era esse o meio de manter, com a metrópole, a unidade severa do mando absoluto.

As rivalidades e os conflitos que rebentavam entre os diferentes delegados do poder central, enfraquecendo-os e impedindo a solidariedade moral às ideias e a solidariedade administrativa quanto aos interesses e às forças disseminadas, eram outras tantas garantias de permanência e solidez para o princípio centralizador e despótico. A eficácia do método havia já sido comprovada, por ocasião do movimento revolucionário de 1789 denominado a Inconfidência.

[...] A Independência proclamada oficialmente em 1822 achou e respeitou a forma da divisão colonial.

A ideia democrática representada pela primeira Constituinte brasileira tentou, é certo, dar ao princípio federativo todo o desenvolvimento que ele comportava e de que carecia o país para poder marchar e progredir. Mas a dissolução da Assembleia Nacional, sufocando as aspirações democráticas, cerceou o princípio, desnaturou-o, e a carta outorgada em 1824, mantendo o status quo da divisão territorial, ampliou a esfera da centralização pela dependência em que colocou as províncias e seus administradores do poder intruso e absorvente, chave do sistema, que abafou todos os respiradouros da liberdade, enfeudando as províncias à corte, à sede do único poder soberano que sobreviveu à ruína da democracia.

[...] O Ato Adicional interpretado, a lei de 3 de dezembro, o Conselho de Estado, criando, com o regime da tutela severa, a instância superior e os instrumentos independentes que tendem a cercear ou anular as deliberações dos parlamentos provinciais, apesar de truncados; a dependência administrativa em que foram colocadas as províncias, até para os atos mais triviais; o abuso do efetivo seqüestro dos saldos dos orçamentos provinciais para as despesas e para as obras peculiares do município neutro; a restrição imposta ao desenvolvimento dos legítimos interesses das províncias pela uniformidade obrigada, que forma o tipo da nossa absurda administração centralizadora, tudo está demonstrando que posição precária ocupa o interesse propriamente nacional confrontado com o interesse monárquico que é, de si mesmo, a origem e a força da centralização.

Tais condições, como a história o demonstra e o exemplo dos nossos dias está patenteando, são as mais próprias para, com a enervação interior, expor a pátria às eventualidades e aos perigos da usurpação e da conquista.

O nosso estado é, em miniatura, o estado da França de Napoleão III. O desmantelamento daquele país que o mundo está presenciando com assombro não tem outra causa explicativa.

E a própria guerra exterior que tivemos de manter por espaço de seis anos, deixou ver, com a ocupação de Mato Grosso e a invasão do Rio Grande do Sul, quanto é importante e desastroso o regime da centralização para salvaguardar a honra e a integridade nacional.

A autonomia das províncias é, pois, para nós, mais do que um interesse imposto pela solidariedade dos direitos e das relações provinciais, é um princípio cardeal e solene que inscrevemos na nossa bandeira.

O regime da federação, baseado, portanto, na independência recíproca das províncias, elevando-as à categoria de Estados próprios, unicamente ligados pelo vínculo da mesma nacionalidade e da solidariedade dos grandes interesses de representação e da defesa exterior, é aquele que adotamos no nosso programa, como sendo o único capaz de manter a comunhão da família brasileira.

Se carecêssemos de uma fórmula para assinalar, perante a consciência nacional, os efeitos de um e outro regime, nós a resumiríamos assim: Centralização — Desmembramento.

Descentralização — Unidade.

Em conclusão:

Expostos os princípios gerais que servem de base à democracia moderna, única que consulta e respeita o direito à opinião dos povos, temos tornado conhecido o nosso pensamento.

Como o nosso intuito deve ser satisfeito pela condição da preliminar estabelecida na própria carta outorgada; a convocação de uma Assembleia Constituinte com amplas faculdades para instaurar um novo regime é necessidade cardeal.

As reformas a que aspiramos são complexas e abrangem todo o nosso mecanismo social.

Negá-las absolutamente, fora uma obra ímpia, porque se provocaria a resistência.

Aprazá-las indefinidamente, fora um artifício grosseiro e perigoso. Fortalecidos, pois, pelo nosso direito e pela nossa consciência, apresentamo-nos perante os nossos concidadãos, arvorando resolutamente a bandeira do partido republicano federativo.

Somos da América e queremos ser americanos. A nossa forma de governo é, em sua essência e em sua prática, antinômica e hostil ao direito e aos interesses dos Estados americanos.

A permanência dessa forma tem de ser forçosamente, além da origem de opressão no interior, a fonte perpétua da hostilidade e das guerras com os povos que nos rodeiam.

Perante a Europa passamos por ser uma democracia monárquica que não inspira simpatia nem provoca adesão. Perante a América passamos por ser uma democracia monarquizada, aonde o instinto e a força do povo não podem preponderar ante o arbítrio e a onipotência do soberano.

Em tais condições pode o Brasil considerar-se um país isolado, não só no seio da América, mas no seio do mundo.

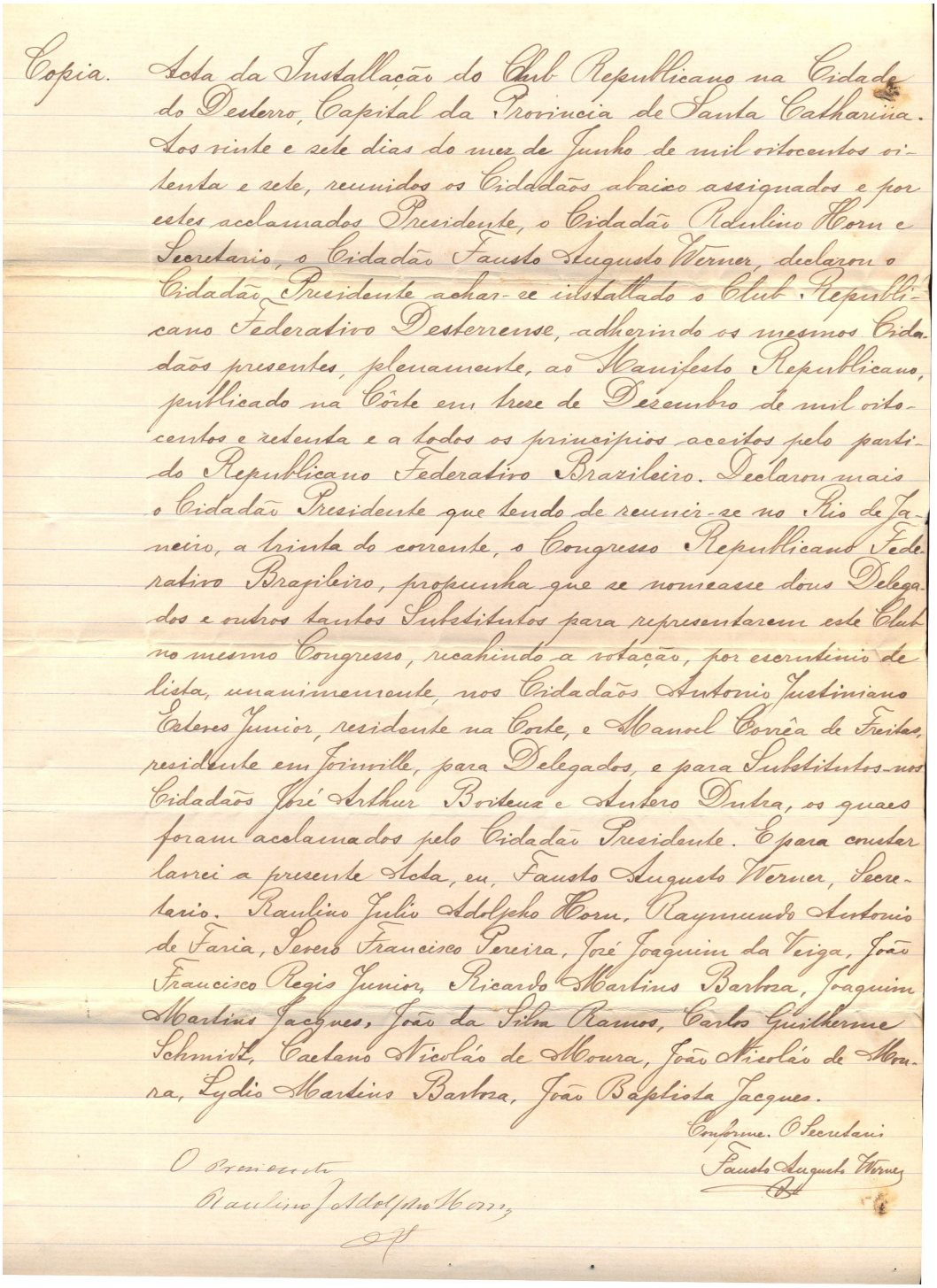
O nosso esforço dirige-se a suprimir este estado de coisas, pondo-nos em contato fraternal com todos os povos, e em solidariedade democrática com o continente de que fazemos parte.

Trechos extraídos de:
MELO, Américo Brasiliense de Almeida e. **Os programas dos partidos e o segundo Império: primeira parte (exposição de princípios)**. SP: Tip. Jorge Seckler, 1878, p. 59-85.

Para consultar o manifesto na íntegra consultar:
MORAES, Evaristo. **Da monarquia à república (1870-1889).** RJ: Athena Editora, [s.d], p. 29-66.

ANEXO 20

Ata da instalação do Clube Republicano de Desterro em 24 de junho de 1887



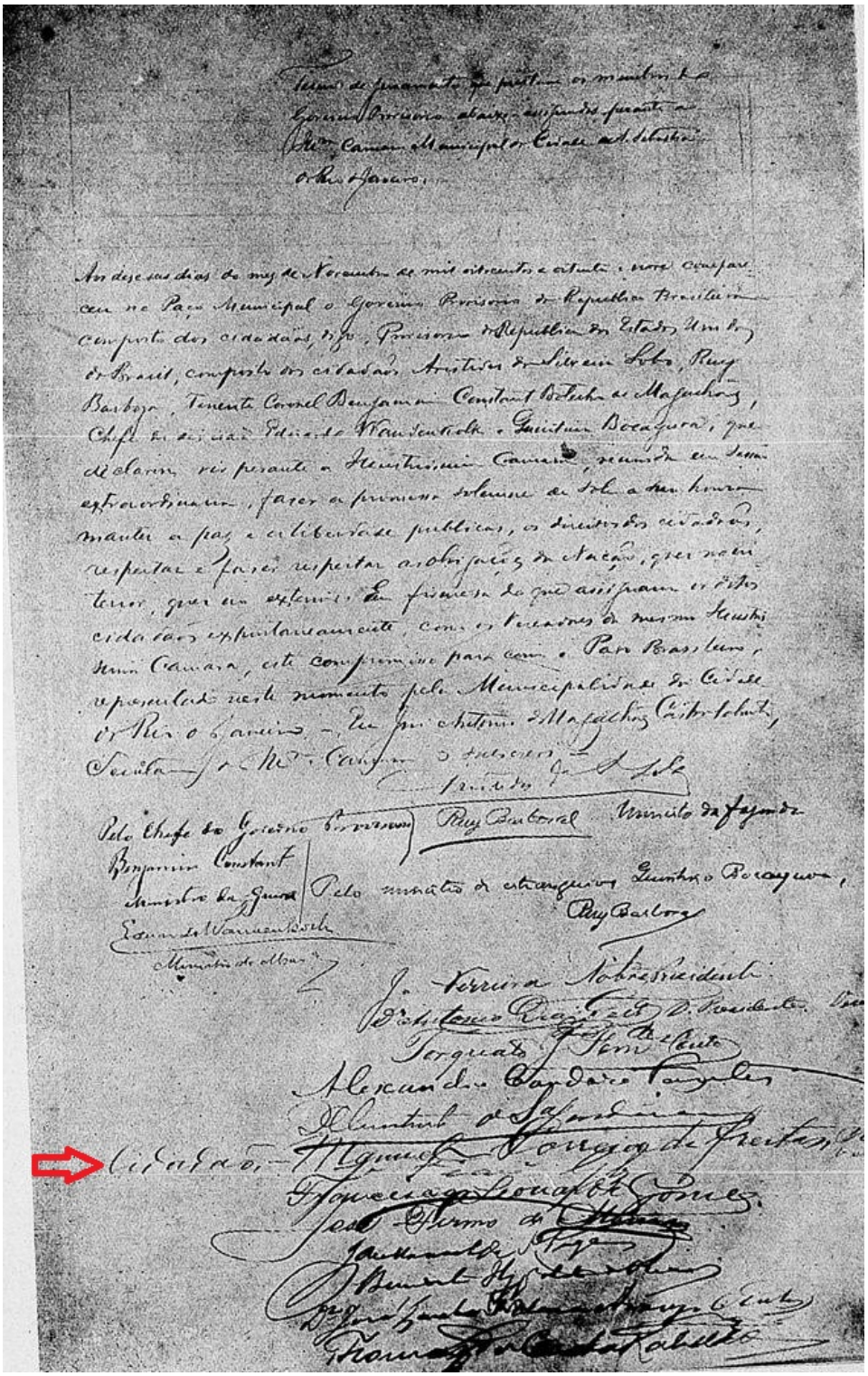
Copia. Acta da Installação do Club Republicano na Cidade do Desterro, Capital da Provincia de Santa Catharina. Aos vinte e sete dias do mez de Junho de mil oitocentos oitenta e sete, reunidos os Cidadãos abaixo assignados e por estes acclamados Presidente, o Cidadão Raulino Horn e Secretario, o Cidadão Fausto Augusto Werner, declarou o Cidadão Presidente achar-se installado o Club Republicano Federativo Desterrense, adherindo os mesmos Cidadãos presentes, plenamente, ao Manifesto Republicano, publicado na Côrte em trese de Dezembro de mil oitocentos e oitenta e a todos os principios aceitos pelo partido Republicano Federativo Brazileiro. Declarou mais o Cidadão Presidente que tendo de reunir-se no Rio de Janeiro, a trinta do corrente, o Congresso Republicano Federativo Brazileiro, propunha que se nomeasse dous Delegados e outros tantos Substitutos para representarem este Club no mesmo Congresso, recahindo a votação, por escrutinio de lista, unanimemente, nos Cidadãos Antonio Justiniano Soares Junior, residente na Corte, e Manoel Corrêa de Freitas, residente em Joinville, para Delegados, e para Substitutos-nos Cidadãos José Arthur Boiteux e Antero Dutra, os quaes foram acclamados pelo Cidadão Presidente. E para constar lavrei a presente Acta, eu, Fausto Augusto Werner, Secretario. Raulino Julio Adolpho Horn, Raymundo Antonio de Faria, Severo Francisco Pereira, José Joaquim da Veiga, João Francisco Regis Junior, Ricardo Martins Barbosa, Joaquim Martins Jacques, João da Silva Ramos, Carlos Guilherme Schmidt, Caetano Nicoláo de Moura, João Nicoláo de Moura, Lydio Martins Barbosa, João Baptista Jacques.

Conforme. O Secretario
Fausto Augusto Werner

O Presidente
Raulino Julio Adolpho Horn

ANEXO 21

Termo de juramento prestado pelos membros do governo provisório em 16/11/1889



Fac-simile do Termo de Juramento prestado pelos membros do Governo Provisório em 16/11/1889. Em destaque a assinatura de Manoel Correia Defreitas
Fonte: A NOITE, 15/11/1919

Termo de juramento que prestam os membros do
Governo Provisório abaixo assinados perante a Ilm. Câmara
Municipal da cidade de S.Sebastião do Rio de Janeiro.

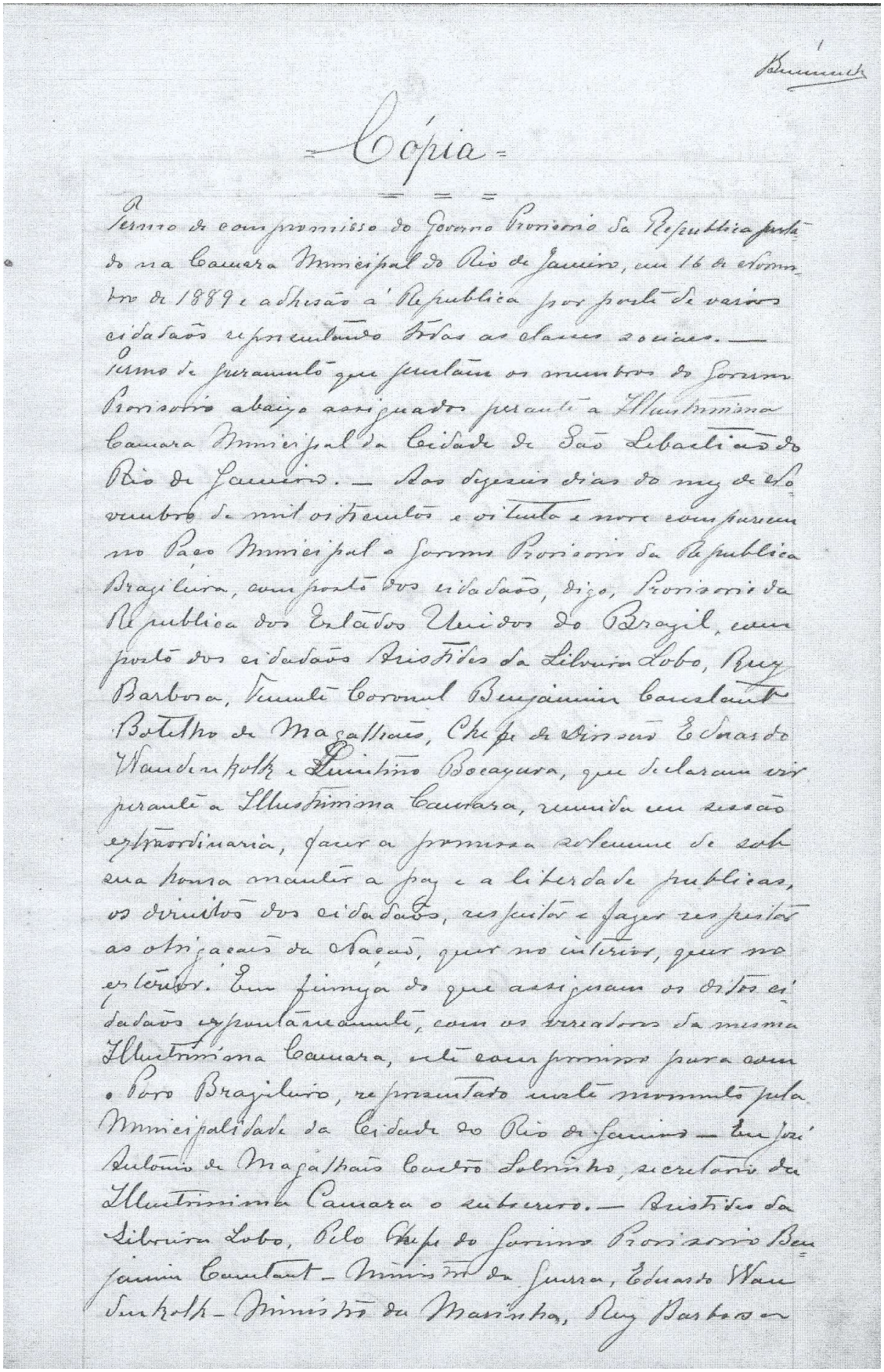
Aos dezesseis dias do mês de Novembro de mil oitocentos e oitenta e nove compareceu no Paço Municipal o Governo Provisório da República Brasileira composto dos cidadãos, digo, Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, composto dos cidadãos Aristides da Silveira Lobo, Ruy Barbosa, Tenente Coronel Benjamin Constant Botelho de Magalhães, Chefe de divisão Eduardo Wandenkolk e Quintino Bocaiuva, que declaram vir perante a Ilustríssima Câmara reunida em sessão extraordinária, fazer a promessa solene de sob a sua honra de manter a paz e a liberdade públicas, os direitos dos cidadãos, respeitar e fazer respeitar as obrigações da nação, quer no interior, quer no exterior. Em firmeza do que assinam os ditos cidadãos espontaneamente, com os Vereadores da mesma Ilustríssima Câmara, este compromisso para com o Povo Brasileiro, representado neste momento pela Municipalidade da Cidade do Rio de Janeiro – Eu João Antônio de Magalhães Castro Sobrinho, secretário da Ills. Câmara o subscrevi.

Aristides da Silveira Lobo, pelo chefe do governo provisório
Benjamin Constant - Ministro da Guerra
Ruy Barbosa - Ministro da Fazenda
Pelo Ministro de Estrangeiros Quintino Bocayuva, Ruy Barbosa
Eduardo Wandenkolk – Ministro da Marinha

J. Ferreira Nobre - Presidente
Dr. Antonio Dias Ferreira - Vice-presidente
Torquato José Fernandes Couto - vereador
Alexandre Cardoso Fontes - vereador
Dr. Constant da Silva Jardim - vereador

CIDADÃO, *Manoel Correia de Freitas – vereado não*
Francisco Leonardo Gomes – vereador
José Firmino de Moura - vereador
José Manuel de Araújo Veiga – vereador
Benecdito Hypolito de Oliveira - vereador
Dr. José Paulo Nabuco de Araujo Freitas - vereador
Thomaz da Costa Rabello - vereador

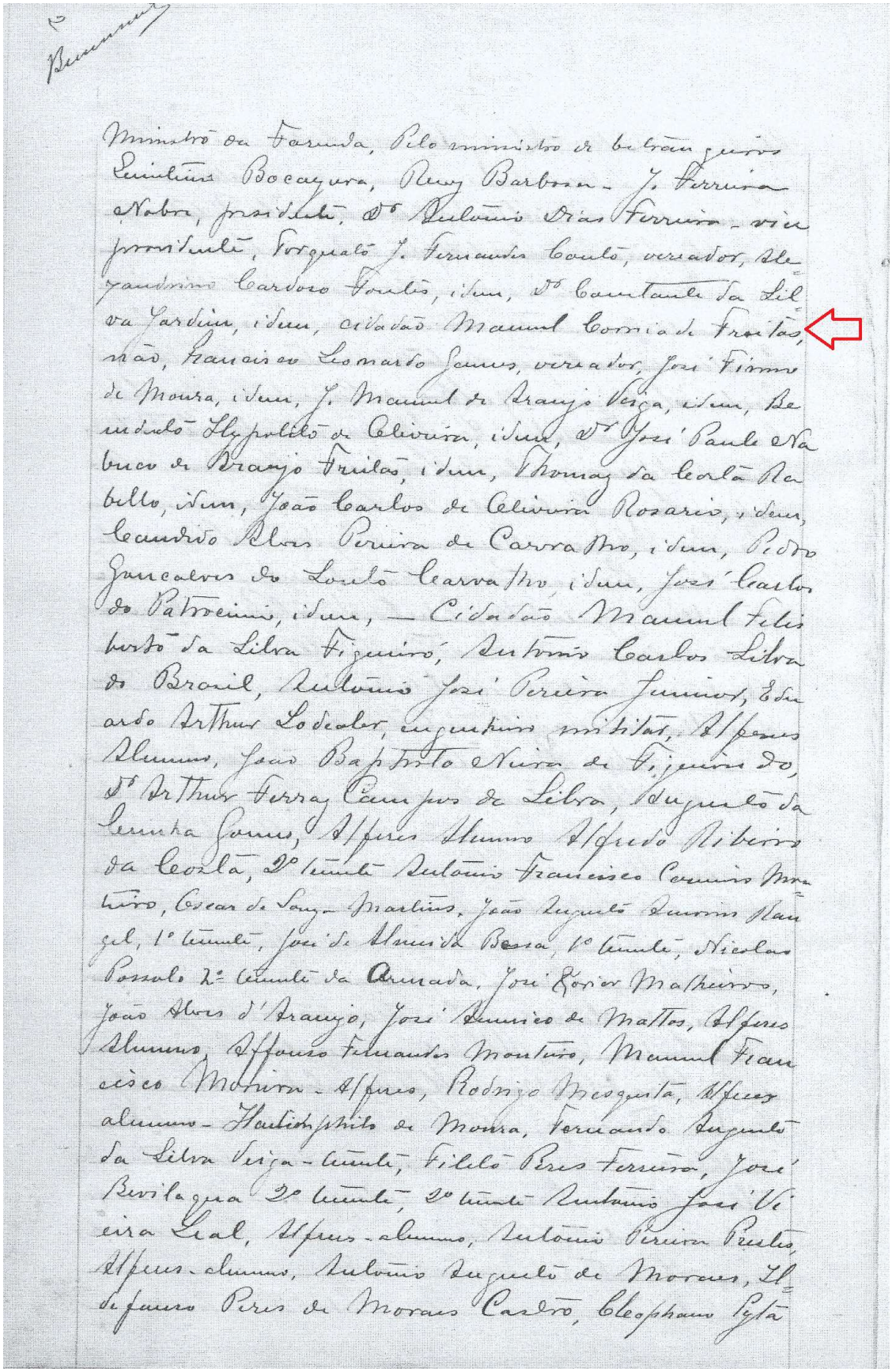
A transcrição é apenas da primeira página onde consta a assinatura de Manoel Correia Defreitas. O documento original tem mais 17 páginas com as assinaturas dos outros cidadãos presentes na Câmara Municipal do Rio de Janeiro no dia 16 de novembro de 1889.



Cópia

Termo de compromisso do Governo Provisório da Republica presta-
do na Camara Municipal do Rio de Janeiro, em 16 de Novem-
bro de 1889 e adhesão á Republica por parte de varios
cidadãos representando todas as classes sociaes. —
Termo de juramento que prestam os membros do Governo
Provisorio abaixo assignados perante a Illustrissima
Camara Municipal da Cidade de São Sebastião do
Rio de Janeiro. — Aos dezesseis dias do mez de No-
vembro de mil oitocentos e oitenta e nove compare-
ceu no Paço Municipal o Governo Provisorio da Republica
Brazileira, com posto dos cidadãos, digo, Provisorio da
Republica dos Estados Unidos do Brazil, com
posto dos cidadãos Aristides da Silveira Lobo, Ruy
Barbosa, Tenente Coronel Benjamin Constant
Botelho de Magalhães, Chefe de Divisão Eduardo
Wandenkolk e Quintino Bocayuva, que declarou em
perante a Illustrissima Camara, reunida em sessão
extraordinaria, para a promessa referente de sob
sua honra manter a paz e a liberdade publicas,
os direitos dos cidadãos, respeitar e fazer respeitar
as obrigações da Nação, quer no interior, quer no
exterior. E em firmeza do que assignam os ditos ci-
dadãos juntamente, com os vereadores da mesma
Illustrissima Camara, este com primeiro para com
o Povo Brazileiro, representado neste momento pela
Municipalidade da Cidade do Rio de Janeiro — Eu José
Antonio de Magalhães Castro Sobrinho, secretario da
Illustrissima Camara o escrevi. — Aristides da
Silveira Lobo, Chefe do Governo Provisorio Ben-
jamin Constant — Ministro da Guerra, Eduardo Wan-
denkolk — Ministro da Marinha, Ruy Barbosa —

Cópia autêntica do Termo de Juramento prestado pelos membros do Governo Provisório em 16/11/1889.
Fonte: Acervo do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.



Cópia autêntica do Termo de Juramento prestado pelos membros do Governo Provisório em 16/11/1889. Em destaque a citação do nome de Manoel Correia Defreitas
Fonte: Acervo do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

Termo que assignão os membros do Governo Provisorio abaixo-assignados perante a camara municipal da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro:

« Aos 16 de Novembro de 1889 compareceu no paço municipal o Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, composto dos cidadãos Aristides da Silveira Lobo, Ruy Barbosa, tenente-coronel Benjamim Constant Botelho de Magalhães, chefe de divisão Eduardo Wandenkolk e Quintino Bocayuva, que declarou vir perante a Illma. camara reunida em sessão extraordinaria fazer a promessa solemne de sob sua honra manter a paz e a liberdade publicas, os direitos dos cidadãos, respeitar e fazer respeitar as obrigações da Nação, quer no interior, quer no exterior. Em firmeza do que assignão os ditos cidadãos espontaneamente com os vereadores da mesma Illma. camara este compromisso para com o povo brazileiro, representado neste momento pela municipalidade da cidade do Rio de Janeiro. Eu José Antonio de Magalhães Castro Sobrinho, secretario da Illma. camara, o subscrevi.—*Aristides da Silveira Lobo.*—Pelo chefe do governo provisorio, *Benjamin Constant*, ministro da guerra. — *Ruy Barbosa*, ministro da fazenda. —Pelo ministro de estrangeiros *Quintino Bocayuva*, *Ruy Barbosa*.—*Eduardo Wandenkolk*, ministro da marinha.—*José Ferreira Nobre*, presidente.—*Dr. Antonio Dias Ferreira*, vice-presidente. —*Torquato José Fernandes Couto*, vereador.—*Alexandre Cardoso Fontes*, idem.—*Dr. Constante da Silva Jardim*, idem.—*José Francisco Gonçalves*, idem. *Francisco Leonardo Gomes*, idem.—*José Firmo de Moura*, idem.—*José Manoel da Silva Veiga*, idem.—*Benedicto Hzpolito de Oliveira*, idem.—*Dr. José Paulo Nabuco de Araujo Freitas*, idem.—*Thomaz da Costa Rabello*, idem.—*João Carlos de Oliveira Rosario*, idem.—*Candido Alves Pereira de Carvalho*, idem.—*Pedro Gonçalves do Soulo Carvalho*, idem.—*José Carlos do Patrocinio*, idem. — (Seguem-se as assignaturas dos cidadãos presentes.) »

O Sr. ministro do interior Dr. Aristides da Silveira Lobo, usando da palavra, agradece, em nome do governo provisorio, á camara municipal o serviço patriotico que acabava de prestar; sendo que o empenho do governo era sustentar a paz e promover uma nova éra de prosperidade e de grandeza para o paiz; accrescentando que os nomes dos actuaes vereadores ficarião ligados ao facto importantissimo da declaração da Republica, e promettendo dar toda a autonomia á camara municipal, a mais directa representante do povo.

As ultimas palavras do discurso do Sr. ministro forão acompanhadas de muitas palmas e repetidas saudações.

O Sr. Dr. presidente declara em seguida que o Livro do termo ficava em poder do secretario da camara, á disposição de todos os cidadãos que quizessem assignar; e convidando aos Srs. vereadores á acompanhar os membros do governo provisorio, deu por terminados os trabalhos.

(Retirão-se no meio de acclamações os membros do governo, acompanhados pelos Srs. vereadores da Illma. Camara e mais cidadãos presentes.)

— Levanta-se a sessão ás 4 1/4 horas da tarde.

Reprodução do Termo de Juramento prestado pelos membros do Governo Provisório em 16/11/1889.
Fonte: Boletim da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, novembro-dezembro de 1889.

ANEXO 22

Família de Meuma Defreitas e de Antônio Roque Pedroso em 1951



O casal Meuma Defreitas e Antônio Roque Pedroso com os filhos no ano de 1945.
A menina do meio é Joseline. As crianças atrás, da esquerda para a direita são Mozart e Lucilia Clara.
Fonte: Revista do Café e Açúcar, Nº 19, Ano 21, Novembro-Dezembro de 1951, p. 98.



Lucilia Clara Defreitas Pedroso com 17 anos (1951). Neta de Manoel Correia Defreitas
Fonte: Revista do Café e Açúcar, Nº 19, Ano 21, Novembro-Dezembro de 1951, p. 98.
Formada em Filosofia pela primeira turma da UFPR. Professora aposentada da UEL.



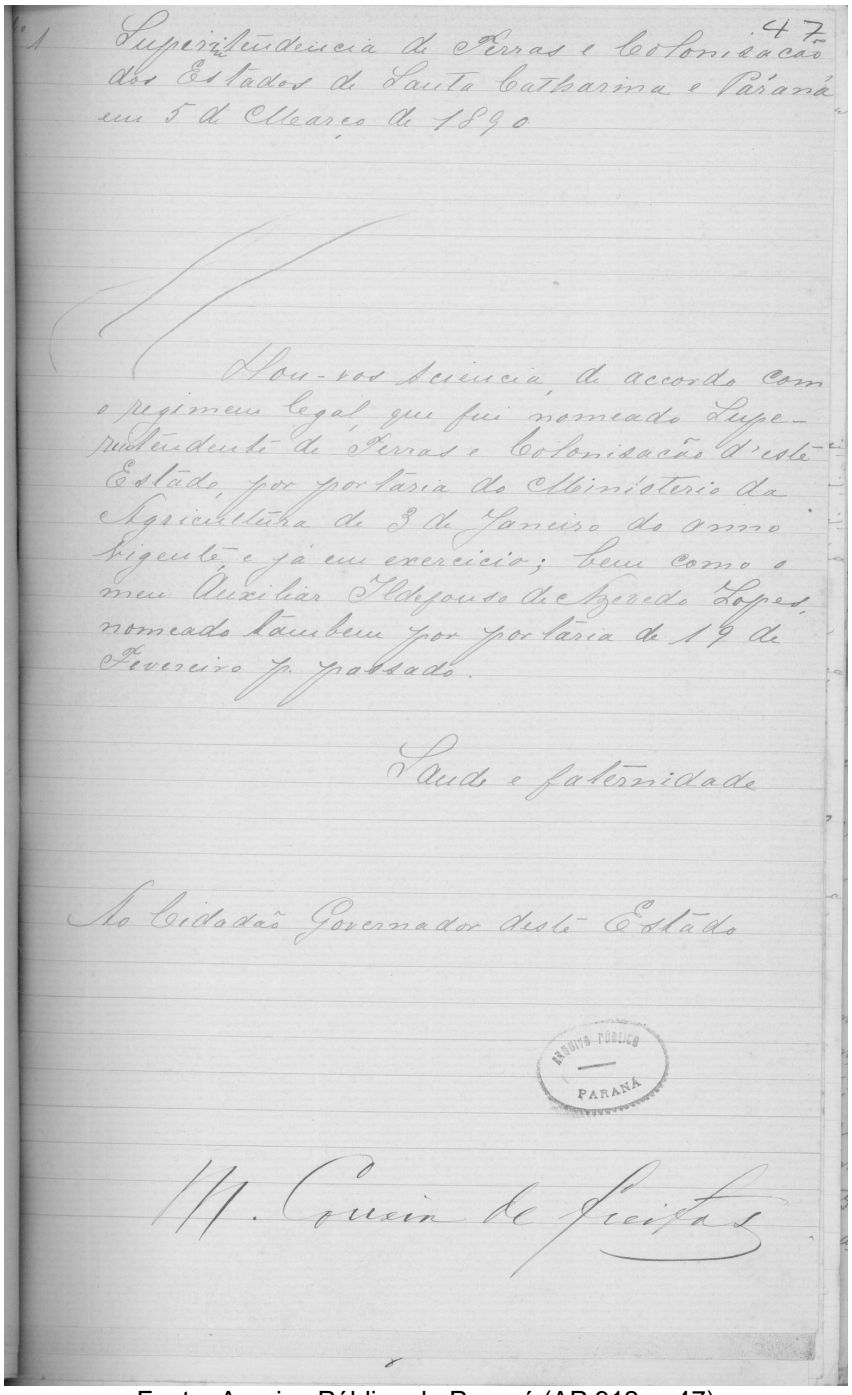
Mozart Antônio Pedroso, 1951. Neto de Manoel Correia Defreitas
Fonte: Revista do Café e Açúcar, Nº 19, Ano 21, Novembro-Dezembro de 1951, p. 98.



Joseline Maria Defreitas Pedroso com 12 anos (1951). Neta de Manoel Correia Defreitas
Fonte: Revista do Café e Açúcar, Nº 19, Ano 21, Novembro-Dezembro de 1951, p. 98.
Formou-se em Comunicação na primeira turma da UFPR.

ANEXO 23

Carta de Manoel Correia Defreitas ao governador do Paraná anunciando sua nomeação como Superintendente de Terras e Colonização do Paraná (1890)



Superintendencia de Terras e Colonisação dos Estados de Santa Catharina e Paraná em 5 de Março de 1890

47

Hou-ve Sciencia, de accordo com o regimen legal que fui nomeado Superintendente de Terras e Colonisação d'este Estado, por portaria do Ministerio da Agricultura de 3 de Janeiro do anno vigente e já em exercicio; bem como o meu Auxiliar Ildefonso de Azevedo Lopes, nomeado tambem por portaria de 19 de Fevereiro p. passado.

Saude e fraternidade

Ao Cidadão Governador deste Estado

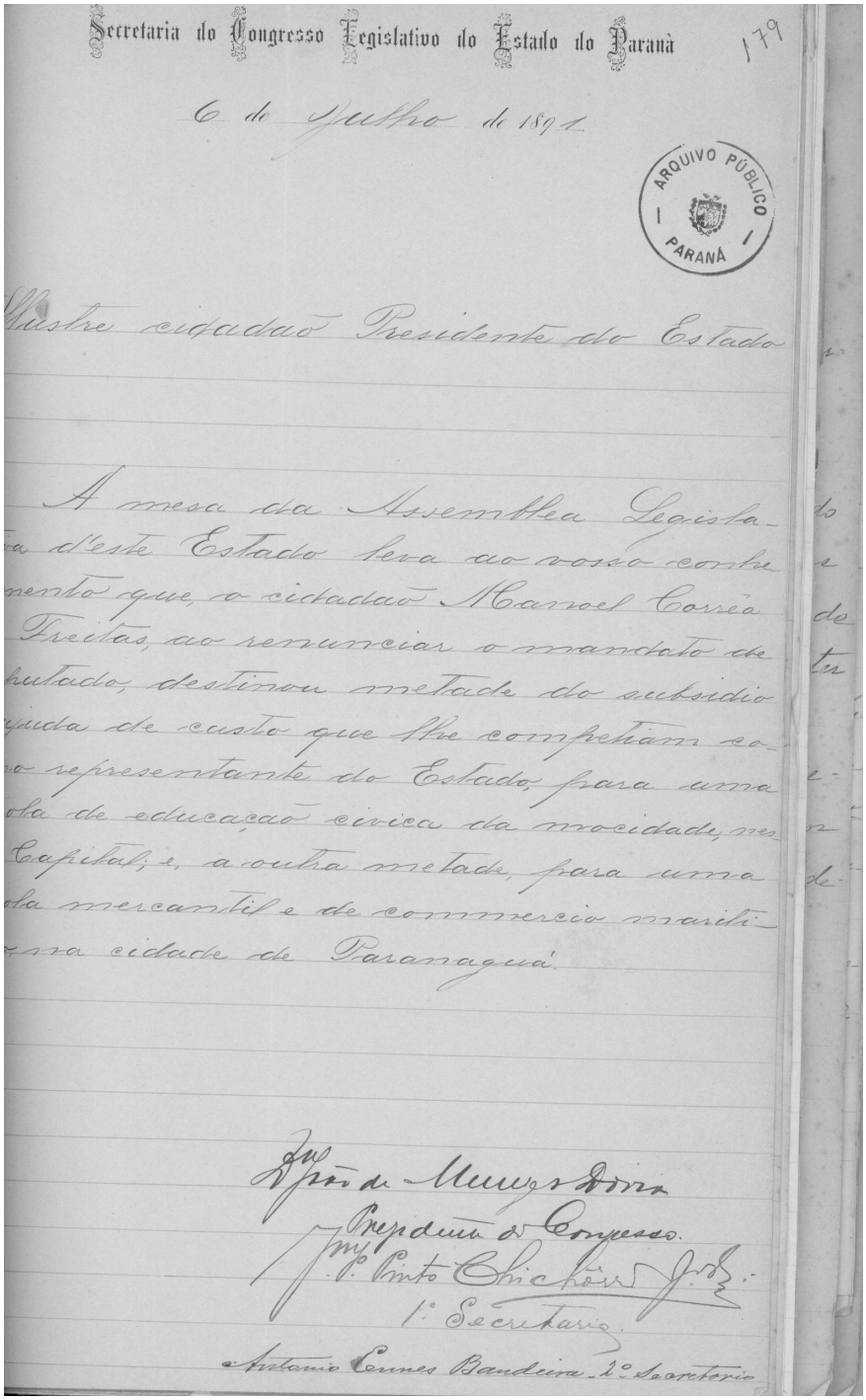
ARQUIVO PÚBLICO PARANÁ

M. Correia de Freitas

Fonte: Arquivo Público do Paraná (AP 912, p.47)

ANEXO 24

Ofícios definindo o destino dos subsídios do deputado estadual Manoel Correia Defreitas referente ao período de 30 de maio a 3 de julho de 1891


Secretaria do Congresso Legislativo do Estado do Paraná 179

6 de Junho de 1891

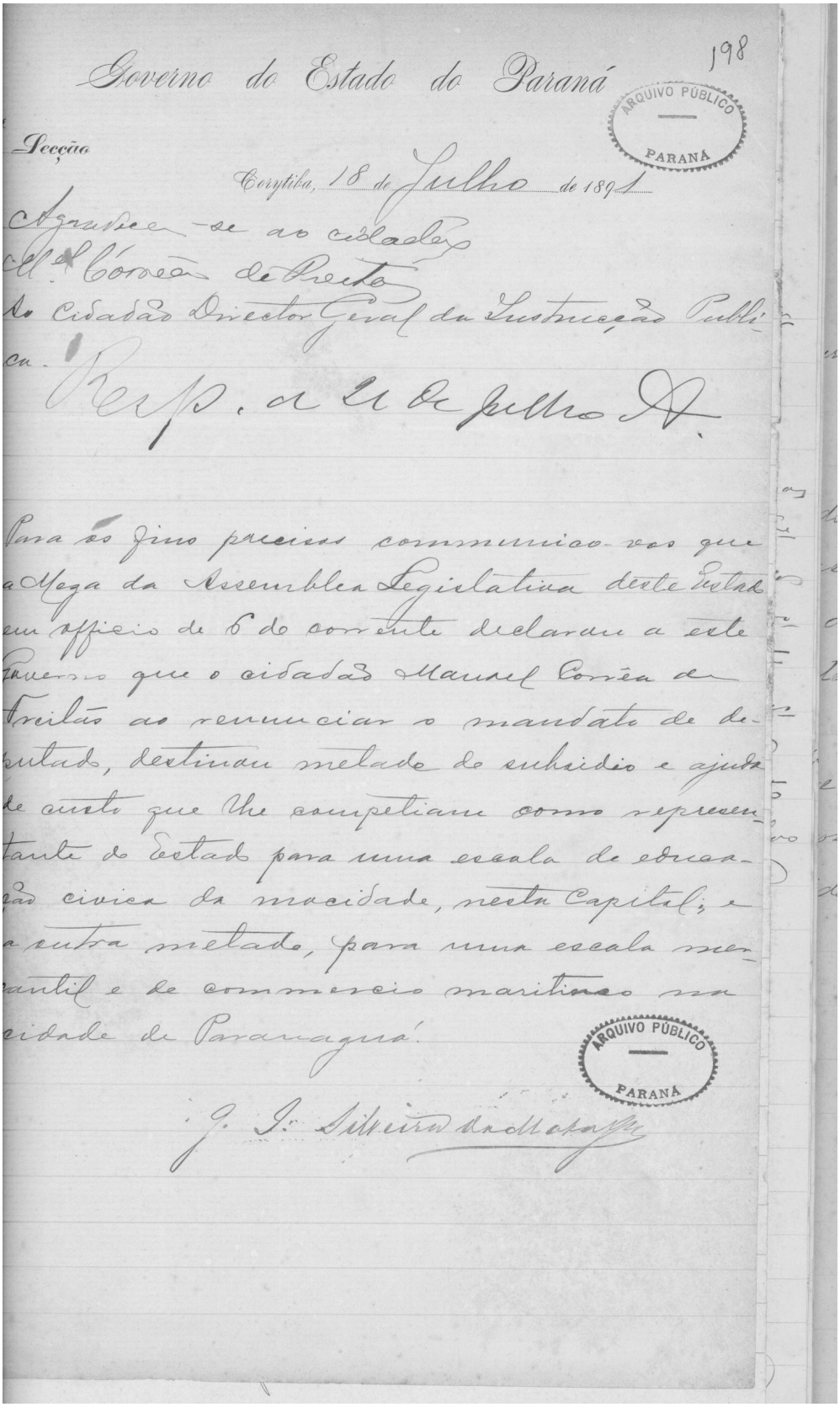
ARQUIVO PÚBLICO PARANÁ

Illustre cidadão Presidente do Estado

A mesa da Assembléa Legisla-
tiva d'este Estado leva ao vosso conhe-
cimento que, o cidadão Manoel Correia
de Freitas, ao renunciar o mandato de
deputado, destinou metade do subsidio
ajuda de custo que lhe competiam co-
mo representante do Estado, para uma
escola de educação civica da mocidade, na
Capital; e, a outra metade, para uma
escola mercantil e de commercio marí-
tima na cidade de Paranaguá.

João de Macedo Soares
Presidente do Congresso.
Mel. Pinto Chichorro Jr.
1º Secretario.
Antonio Ennes Bandeira 2º Secretario

Fonte: Arquivo Público do Paraná (AP 927, p. 179)



Governo do Estado do Paraná

198

ARQUIVO PÚBLICO — PARANÁ

Secção

Curityba, 18 de Julho de 1891

Agradece-se ao cidadão
Manoel Corrêa de Freitas
do cidadão Director Geral da Instrucção Publi-
ca.

Resp. a 21 de julho A.

Para os fins precisos communico-vos que
a Mesa da Assembléa Legislativa deste Estado
em officio de 6 do corrente declarou a este
Governo que o cidadão Manoel Corrêa de
Freitas ao renunciar o mandato de de-
putado, destinou metade de subsidio e ajuda
de custo que lhe competiam como represen-
tante do Estado para uma escola de educa-
ção civica da mocidade, nesta Capital; e
a outra metade, para uma escola mer-
cantil e de commercio maritimo na
cidade de Paranaguá.

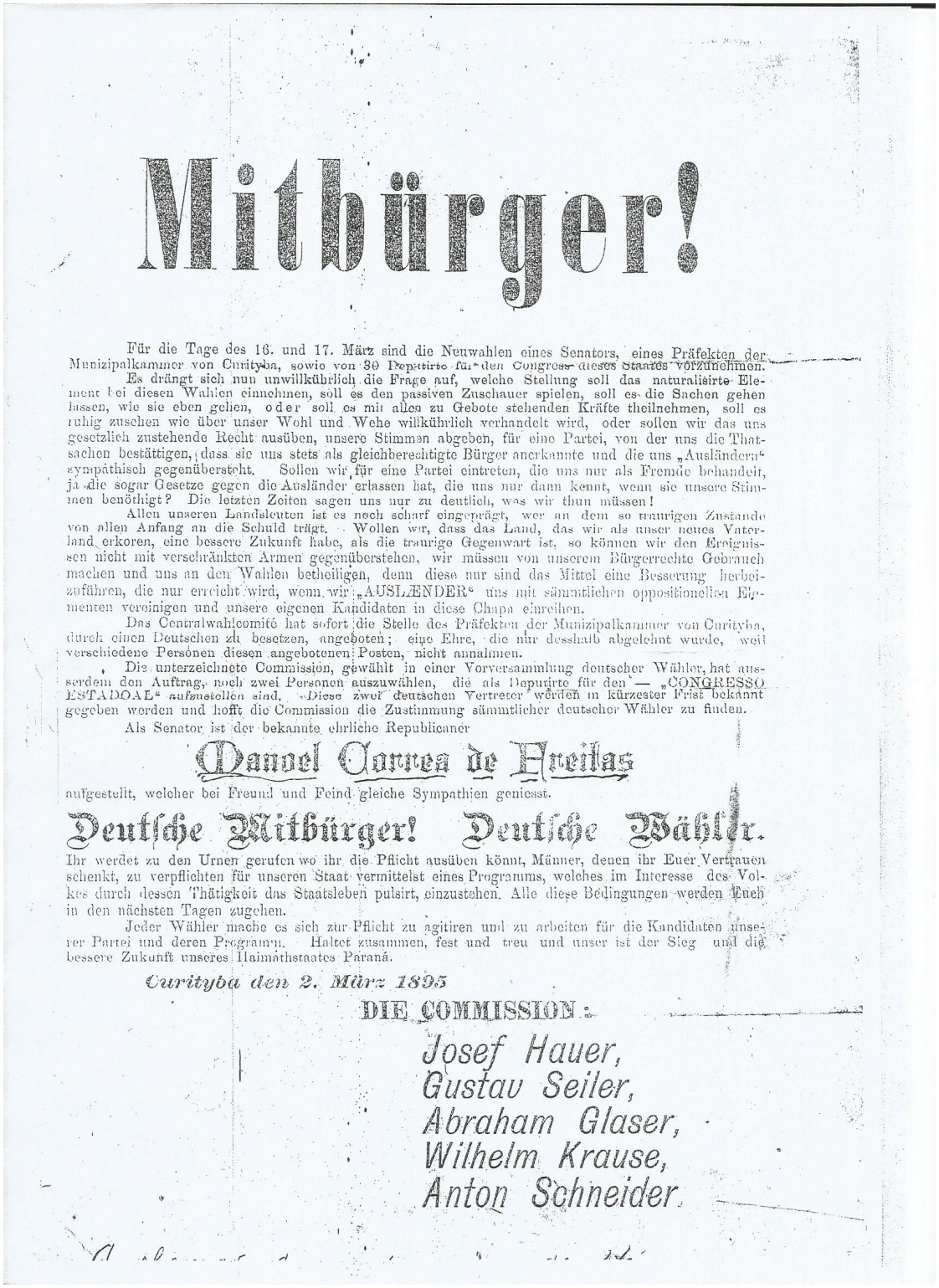
ARQUIVO PÚBLICO — PARANÁ

J. J. Silveira da Motta

Fonte: Arquivo Público do Paraná (AP 927, p. 198)

ANEXO 25

Propaganda política em alemão para o senado (1895)



Mitbürger!

Für die Tage des 16. und 17. März sind die Neuwahlen eines Senators, eines Präfekten der Munizipalkammer von Curityba, sowie von 30 Deputirte für den Congress dieses Staates vorzunehmen.

Es drängt sich nun unwillkührlich die Frage auf, welche Stellung soll das naturalisirte Element bei diesen Wahlen einnehmen, soll es den passiven Zuschauer spielen, soll es die Sachen gehen lassen, wie sie eben gehen, oder soll es mit allen zu Gebote stehenden Kräfte theilnehmen, soll es ruhig zusehen wie über unser Wohl und Wehe willkührlich verhandelt wird, oder sollen wir das uns gesetzlich zustehende Recht ausüben, unsere Stimmen abgeben, für eine Partei, von der uns die Thatsachen bestättigen, dass sie uns stets als gleichberechtigte Bürger anerkannte und die uns „Ausländern" sympathisch gegenübersteht. Sollen wir für eine Partei eintreten, die uns nur als Fremde behandelt, ja die sogar Gesetze gegen die Ausländer erlassen hat, die uns nur dann kennt, wenn sie unsere Stimmen benöthigt? Die letzten Zeiten sagen uns nur zu deutlich, was wir thun müssen!

Allen unseren Landsleuten ist es noch scharf eingeprägt, wer an dem so traurigen Zustande von allen Anfang an die Schuld trägt. Wollen wir, dass das Land, das wir als unser neues Vaterland erkoren, eine bessere Zukunft habe, als die traurige Gegenwart ist, so können wir den Ereignissen nicht mit verschränkten Armen gegenüberstehen, wir müssen von unserem Bürgerrechte Gebrauch machen und uns an den Wahlen betheiligen, denn diese nur sind das Mittel eine Besserung herbeizuführen, die nur erreicht wird, wenn wir „AUSLÆNDER" uns mit sämmtlichen oppositionellen Elementen vereinigen und unsere eigenen Kandidaten in diese Chapa einreihen.

Das Centralwahlcomité hat sofort die Stelle des Präfekten der Munizipalkammer von Curityba, durch einen Deutschen zu besetzen, angeboten; eine Ehre, die nur desshalb abgelehnt wurde, weil verschiedene Personen diesen angebotenen Posten, nicht annahmen.

Die unterzeichnete Commission, gewählt in einer Vorversammlung deutscher Wähler, hat ausserdem den Auftrag, noch zwei Personen auszuwählen, die als Depurirte für den — „CONGRESSO ESTADOAL" aufzustellen sind. Diese zwei deutschen Vertreter werden in kürzester Frist bekannt gegeben werden und hofft die Commission die Zustimmung sämmtlicher deutscher Wähler zu finden.

Als Senator ist der bekannte ehrliche Republicaner

Manoel Correa de Freitas

aufgestellt, welcher bei Freund und Feind gleiche Sympathien geniesst.

Deutsche Mitbürger! Deutsche Wähler.

Ihr werdet zu den Urnen gerufen wo ihr die Pflicht ausüben könnt, Männer, denen ihr Euer Vertrauen schenkt, zu verpflichten für unseren Staat vermittelst eines Programms, welches im Interesse des Volkes durch dessen Thätigkeit das Staatsleben pulsirt, einzustehen. Alle diese Bedingungen werden Euch in den nächsten Tagen zugehen.

Jeder Wähler mache es sich zur Pflicht zu agitiren und zu arbeiten für die Kandidaten unserer Partei und deren Programm. Haltet zusammen, fest und treu und unser ist der Sieg und die bessere Zukunft unseres Haimathstaates Paraná.

Curityba den 2. März 1895

DIE COMMISSION:

Josef Hauer,
Gustav Seiler,
Abraham Glaser,
Wilhelm Krause,
Anton Schneider.

CONCIDADÃOS!

Para os dias 16 e 17 março estão previstas as novas eleições de um senador e um prefeito da Câmera Municipal de Curitiba, assim como trinta deputados para o congresso deste estado.

Apresenta-se involuntariamente a pergunta “Qual posição o elemento naturalizado deve tomar nessas eleições?”, ele deve ser um observador passivo, deve deixar as coisas de lado como elas estão ou devem participar com todas as forças necessárias à disposição, devem observar tranquilamente como serão negociados voluntariamente acima de nosso bem estar e dor, ou devemos praticar o nosso direito regido por lei, dar nosso voto para um partido, que nos confirma o fato, o qual nos reconhece com direitos iguais e que nos apoia simpaticamente como estrangeiros. Devemos nos filiar a um partido que nos trata como estranhos e que além disso permitiu leis contra estrangeiros, que apenas nos conhece quando nossos votos são necessários? Os últimos tempos nos dizem claramente o que precisamos fazer!

Em nosso povo ainda está duramente impregnado quem nesta triste situação tem a culpa desde o começo. Queremos que a terra que agora reconhecemos como nossa nova pátria tenha um futuro melhor do que o triste presente, então não podemos apoiar os acontecimentos com os braços cruzados, nós precisamos exercer nosso direito civil e participar das eleições, pois apenas este meio conduz a uma melhoria que será apenas alcançado quando nós estrangeiros nos unirmos com diversos elementos oposicionistas e indicar nosso próprio candidato nesta chapa.

O comitê central de eleições ofereceu imediatamente a vaga de prefeito da Câmara Municipal de Curitiba para ser ocupada por um alemão, uma honra que apenas foi deixada de lado pois diversas pessoas não aceitaram o posto oferecido.

A comissão autorizada escolhida em primeira pré reunião de eleitores alemães, ainda tem a tarefa de escolher mais duas pessoas para representarem no Congresso Estadual. Estes dois representantes alemães serão conhecidos num curto prazo e assim espera a Comissão de votação, achar eleitores alemães.

Como Senador apresentou-se o conhecido e honrado republicano

Manuel Correia de Freitas

O qual goza de simpatia entre amigos e inimigos.

CONCIDADÃOS ALEMÃES! ELEITORES ALEMÃES!

Vocês serão chamados às urnas onde poderão praticar o dever de apoiar homens os quais vocês estão colocando a sua confiança para cuidar de nosso Estado através de um programa o qual pulsa em interesse do povo através desta atividade da vida estatal. Todas estas condições vos serão apresentadas nos próximos dias.

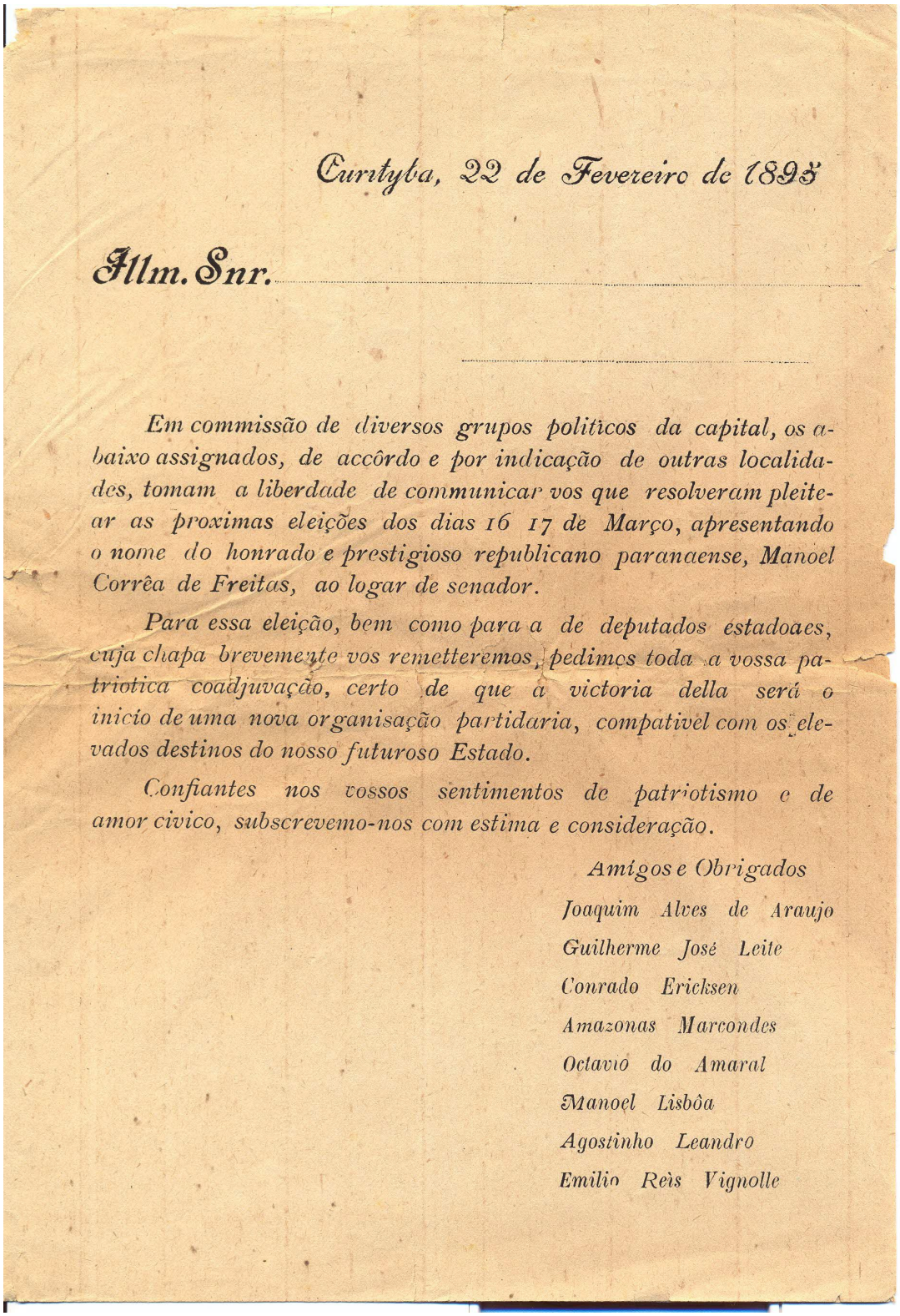
Cada eleitor obriga-se a agitar e trabalhar para o candidato do nosso partido e seu programa permaneçam juntos, unidos e fiéis e a vitória será nossa e um futuro melhor do nosso Estado pátrio Paraná.

Curitiba, 2 março 1895

A Comissão
Josef Hauer,
Gustav Seiler,
Abraham Glasser,
Wilhelm Krause,
Anton Schneider

ANEXO 26

Panfleto político campanha para o senado (1895)



Curityba, 22 de Fevereiro de 1895

Illm. Snr. .....

.....

Em commissão de diversos grupos politicos da capital, os abaixo assignados, de accôrdo e por indicação de outras localidades, tomam a liberdade de communicar vos que resolveram pleitear as proximas eleições dos dias 16 17 de Março, apresentando o nome do honrado e prestigioso republicano paranaense, Manoel Corrêa de Freitas, ao logar de senador.

Para essa eleição, bem como para a de deputados estadoaes, cuja chapa brevemente vos remetteremos, pedimos toda a vossa patriotica coadjuvação, certo de que a victoria della será o inicio de uma nova organisação partidaria, compativel com os elevados destinos do nosso futuroso Estado.

Confiantes nos vossos sentimentos de patriotismo e de amor civico, subscrevemo-nos com estima e consideração.

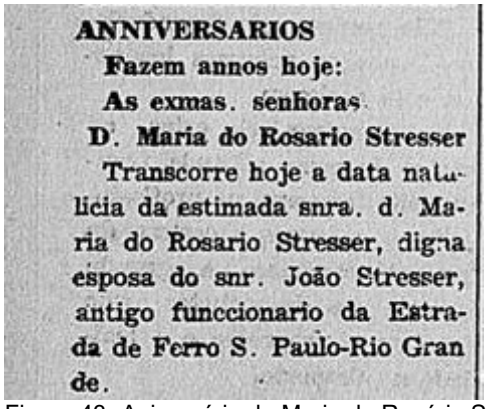
Amigos e Obrigados

Joaquim Alves de Araujo
Guilherme José Leite
Conrado Ericksen
Amazonas Marcondes
Octavio do Amaral
Manoel Lisbôa
Agostinho Leandro
Emilio Reis Vignolle

Fonte: Acervo do Museu Paranaense

ANEXO 27

Anúncios em jornais referentes a familiares de Manoel Correia Defreitas por parte da sua irmã Amélia Correia Machado



ANNIVERSARIOS

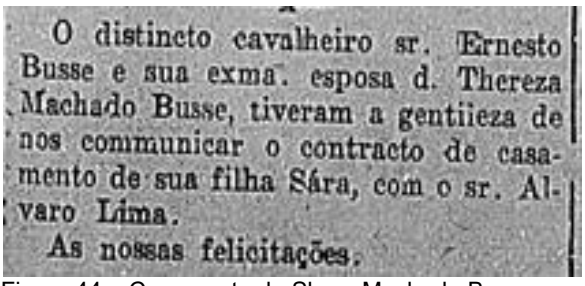
Fazem annos hoje:

As exmas. senhoras

D. Maria do Rosario Stresser

Transcorre hoje a data natalicia da estimada snra. d. Maria do Rosario Stresser, digna esposa do snr. João Stresser, antigo funccionario da Estrada de Ferro S. Paulo-Rio Grande.

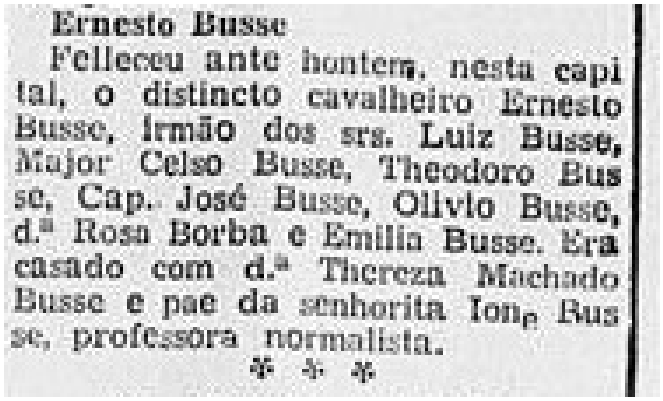
Figura 43- Aniversário de Maria do Rosário Stresser Sobrinha de Manoel Correia Defreitas
Fonte: Correio do Paraná, 04/10/1932



O distincto cavalheiro sr. Ernesto Busse e sua exma. esposa d. Thereza Machado Busse, tiveram a gentileza de nos communicar o contracto de casamento de sua filha Sára, com o sr. Alvaro Lima.

As nossas felicitações.

Figura 44 – Casamento de Shara Machado Busse com Alvaro Lima (sobrinha-neta de Manoel Correia Defreitas). Fonte: A República, 05/06/1932

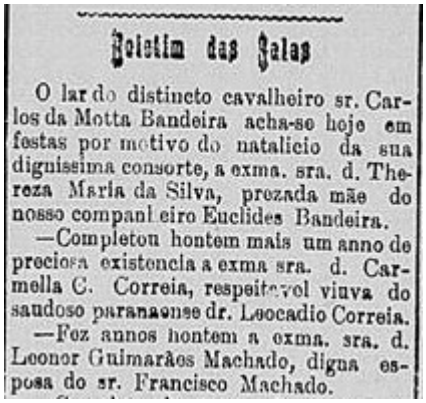


Ernesto Busse

Falleceu ante hontem, nesta capital, o distincto cavalheiro Ernesto Busse, irmão dos srs. Luiz Busse, Major Celso Busse, Theodoro Busse, Cap. José Busse, Olivio Busse, d.ª Rosa Borba e Emilia Busse. Era casado com d.ª Thereza Machado Busse e pae da senhorita Ione Busse, professora normalista.

* * *

Figura 45 - Falecimento de Ernesto Henrique Busse (casado com sobrinha de Manoel Correia Defreitas)
Fonte: O Estado, 11/08/1937



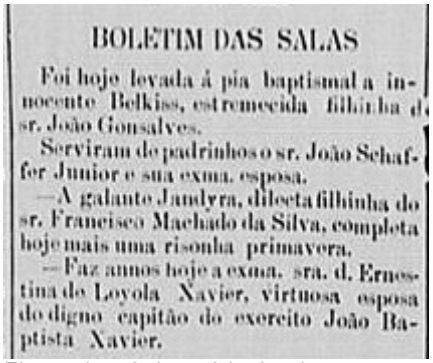
Boletim das Salas

O lar do distincto cavalheiro sr. Carlos da Motta Bandeira acha-se hoje em festas por motivo do natalicio da sua dignissima consorte, a exma. sra. d. Thereza Maria da Silva, prezada mãe do nosso companheiro Euclides Bandeira.

—Completou hontem mais um anno de preciosa existencia a exma sra. d. Carmella C. Correia, respeitavel viuva do saudoso paranaense dr. Leocadio Correia.

—Fez annos hontem a exma. sra. d. Leonor Guimarães Machado, digna esposa do sr. Francisco Machado.

Figura 46 - Anúncio aniversário Leonor Machado (casada com sobrinho de Manoel Correia Defreitas). Fonte: Correio do Paraná, 07/05/1906



BOLETIM DAS SALAS

Foi hoje levada á pia baptismal a innocente Belkiss, estremecida filhinha d sr. João Gonsalves.

Serviram de padrinhos o sr. João Schaffer Junior e sua exma. esposa.

—A galante Jandyra, dilecta filhinha do sr. Francisco Machado da Silva, completa hoje mais uma risonha primavera.

—Faz annos hoje a exma. sra. d. Ernestina de Loyola Xavier, virtuosa esposa do digno capitão do exercito João Baptista Xavier.

Figura 47 - Aniversário Jandyra
(sobrinha-neta de Manoel Correia Defreitas)
Fonte: A Notícia de 06/12/1905



Boletim das Salas

Fazem annos hoje :

—a exma sra. d. Maria Rosa Bittencourt, digna esposa do sr. Theodoro Bittencourt e provecta professora nesta capital ;

—o respeitavel cavalheiro sr. Florindo Bandeira, funccionario publico aposentado ;

—a graciosa senhorita Mariana Garcez Duarte, filha da exma. sra d. Maria de Jesus Duarte ;

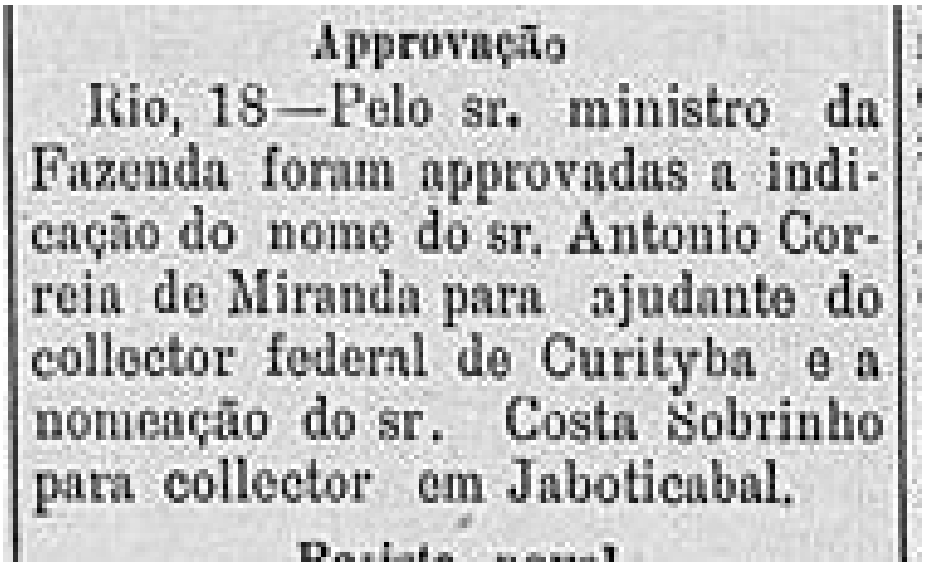
—a gálante Jacyra, filhinha do saudoso cidadão tenente Henrique Luiz Torres ;

—o traquinas Ary, filho do sr. Francisco Machado da Silva ;

Figura 48 - Aniversário Ary
(sobrinho-neto de Manoel Correia Defreitas)
Fonte: A Notícia de 17/05/1906

ANEXO 28

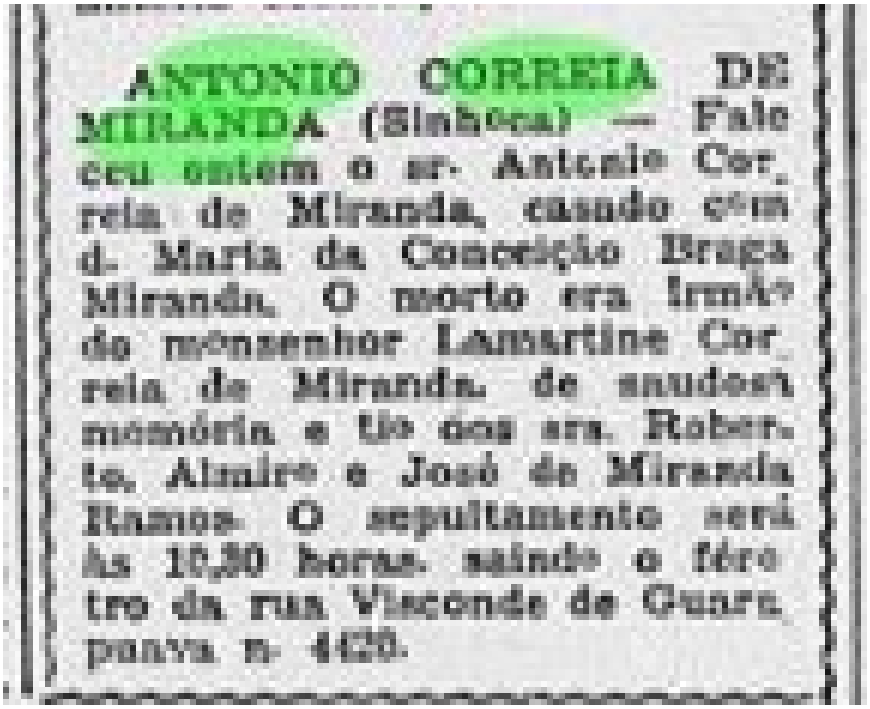
Anúncios em jornais referentes a familiares de Manoel Correia Defreitas por parte da sua irmã Maria dos Anjos Correia de Miranda



Approvação

Rio, 18—Pelo sr. ministro da Fazenda foram approvadas a indicação do nome do sr. Antonio Correia de Miranda para ajudante do collector federal de Curityba e a nomeação do sr. Costa Sobrinho para collector em Jaboticabal.

Figura 51 - Nomeação de Antônio Correia de Miranda
para ajudante de coletor federal em Curitiba
(sobrinho de Manoel Correia Defreitas)
Fonte: A República. 18/07/1908



ANTONIO CORREIA DE MIRANDA (Sinhoca) — Faleceu ontem o sr. Antonio Correia de Miranda, casado com d. Maria da Conceição Braga Miranda. O morto era irmão do monsenhor Lamartine Correia de Miranda, de saudosa memória e tio dos srs. Roberto, Almiro e José de Miranda Ramos. O sepultamento será às 16,30 horas, saindo o féretro da rua Visconde de Guarapuava n. 420.

Figura 52 - Falecimento de Antônio Correia de Miranda (sobrinho Manoel Correia de Freitas)
Fonte: Diário do Paraná, 30/12/1959



Os que se casam

Casam-se amanhã em S. Casemiro do Taboão :—Cypriano Antonio Bigotto e d. Josephina de Lazzari.

No respectivo cartorio estão correndo os proclamas abaixo.

1º—Frederico Augusto Salle e d. Carlota Tood.

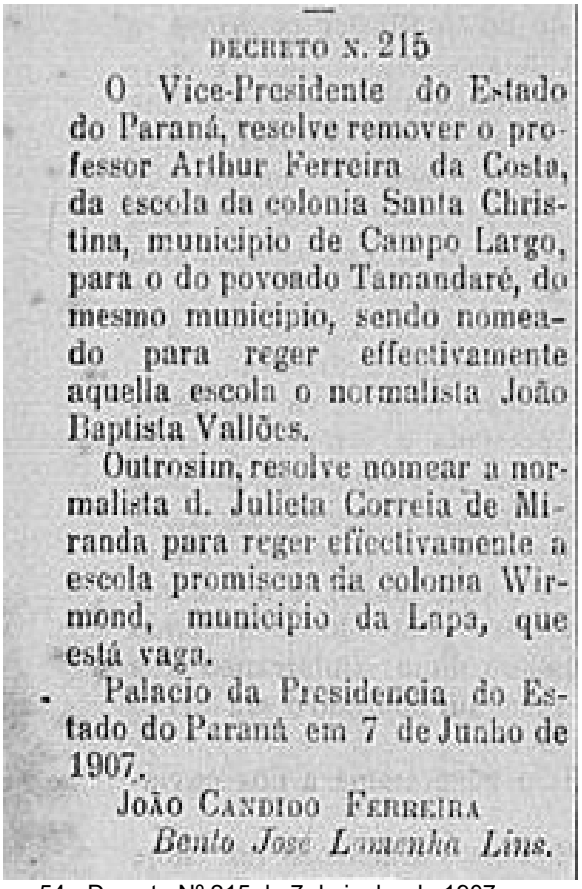
2º—Lourenço Darife e d. Thereza Olga de Conte, Manoel Winkowski Lanzer e d. Francisca Borges Fernandes ; Pedro da Silva Monteiro e d. Fructuosa Maria do Nascimento; Joaquim Augusto Adão e d. Luiza Switat.

—Estão affixados em cartorio os seguintes proclamas de casamento:

Primeiros—Julio Angelo Rodrigues e d. Ercilia Berti ; Augusto Rakowski e d. Tecla Jugenoki ; Estanislau Palkowsky e d. Janina Piachnosky; Frederico Staller e d. Carolina Hatschbach.

Segundos—Antonio Correia de Miranda e d. Maria da Conceição Braga; Antonio Coelho dos Santos e d. Rosa Eva Hambrusch.

Figura 53 - Proclamas para o casamento entre Antônio Correia de Miranda e Maria da Conceição Braga
Fonte: A República, 17/01/1913



DECRETO N. 215

O Vice-Presidente do Estado do Paraná, resolve remover o professor Arthur Ferreira da Costa, da escola da colonia Santa Christina, municipio de Campo Largo, para o do povoado Tamandaré, do mesmo municipio, sendo nomeado para reger effectivamente aquella escola o normalista João Baptista Vallões.

Outrosim, resolve nomear a normalista d. Julieta Correia de Miranda para reger effectivamente a escola promiscua da colonia Wirmond, municipio da Lapa, que está vaga.

Palacio da Presidencia do Estado do Paraná em 7 de Junho de 1907.

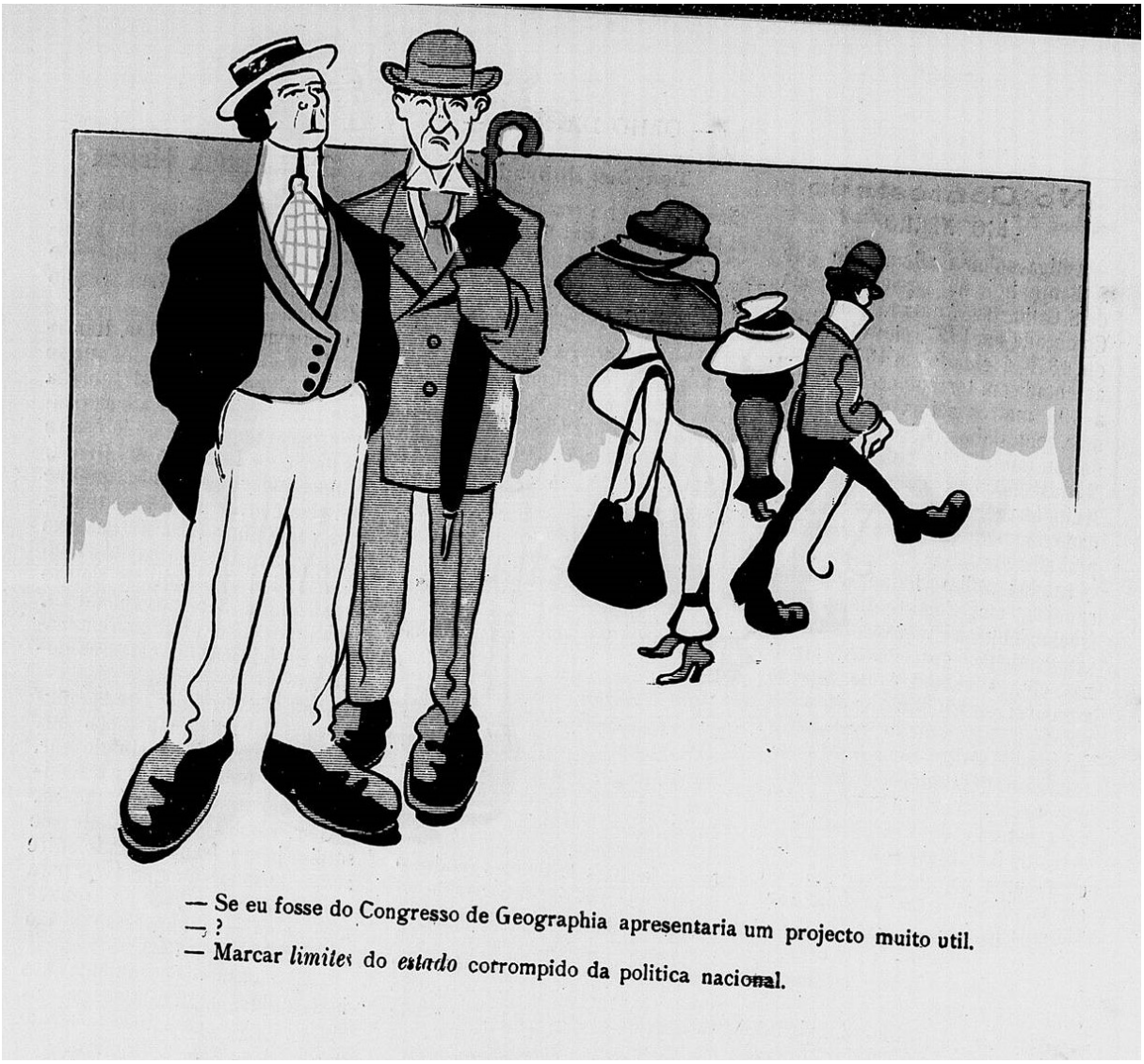
JOÃO CANDIDO FERREIRA

Bento José Lamenha Lins.

Figura 54 - Decreto Nº 215 de 7 de junho de 1907 nomeando a normalista Julieta Correia de Miranda para reger a Escola Promíscua da Colônia Wirmond, município da Lapa.
Fonte: A República, 08/06/1907

ANEXO 29

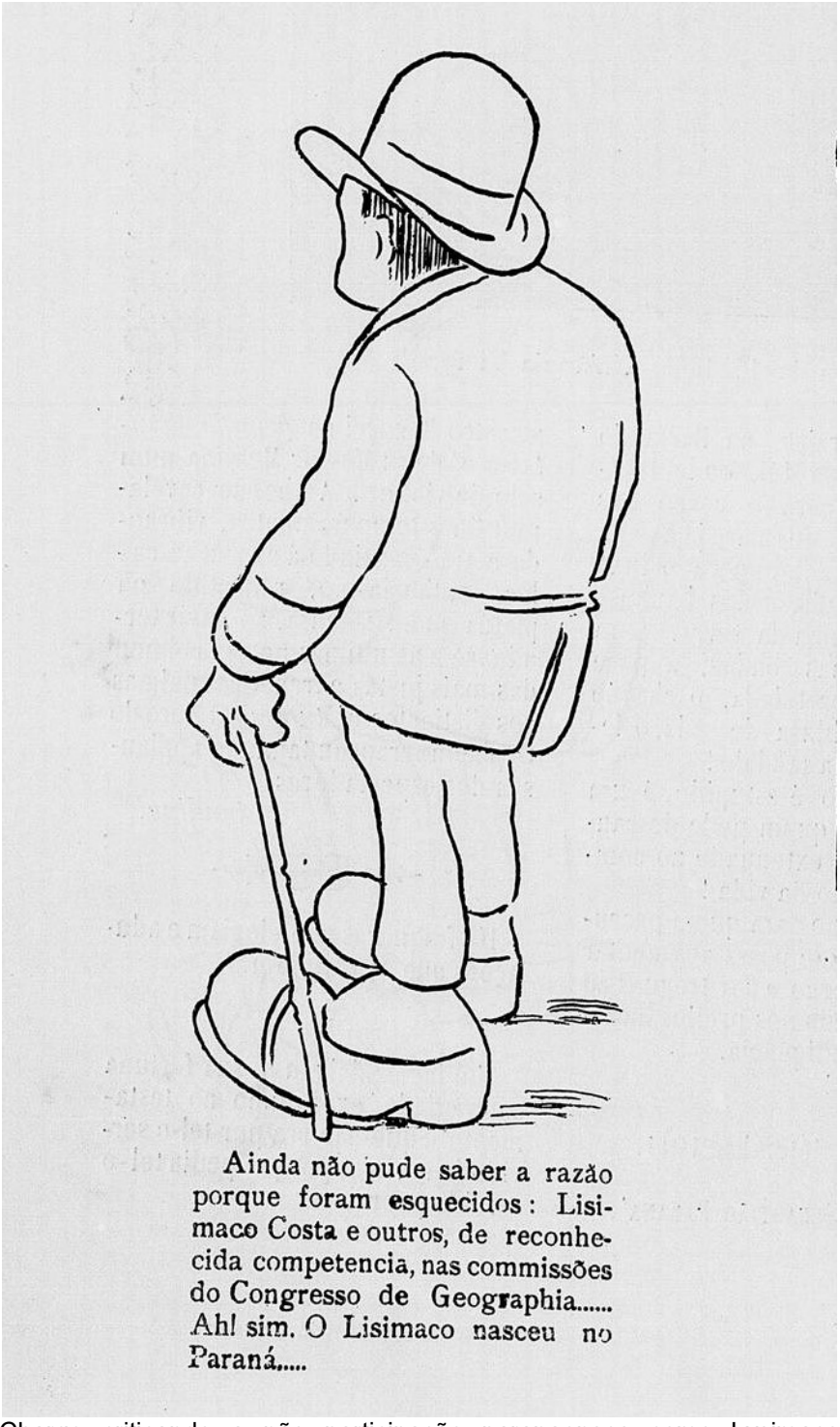
Material da imprensa satirizando a atuação do STF e dos Congressos Brasileiros de Geografia frente à questão de limites entre o Paraná e Santa Catarina



Charge relacionando o 3º Congresso de Geografia com a questão de limites ente o Paraná e Santa Catarina
Fonte: O Olho da Rua, 14/10/1911



Charge relacionando o 3º Congresso de Geografia com um meio de solucionar a questão de limites ente o Paraná e Santa Catarina
Fonte: O Olho da Rua, 05/08/1911.



Charge criticando a não participação paranaenses como Lysimaco Ferreira da Costa nas comissões do 3º Congresso de Geografia
Fonte: O Olho da Rua, 14/10/1911



Alegoria referente aos inícios dos trabalhos do 3º Congresso de Geografia realizado em Curitiba - 1911
Fonte: O Olho da Rua, 07/09/1911



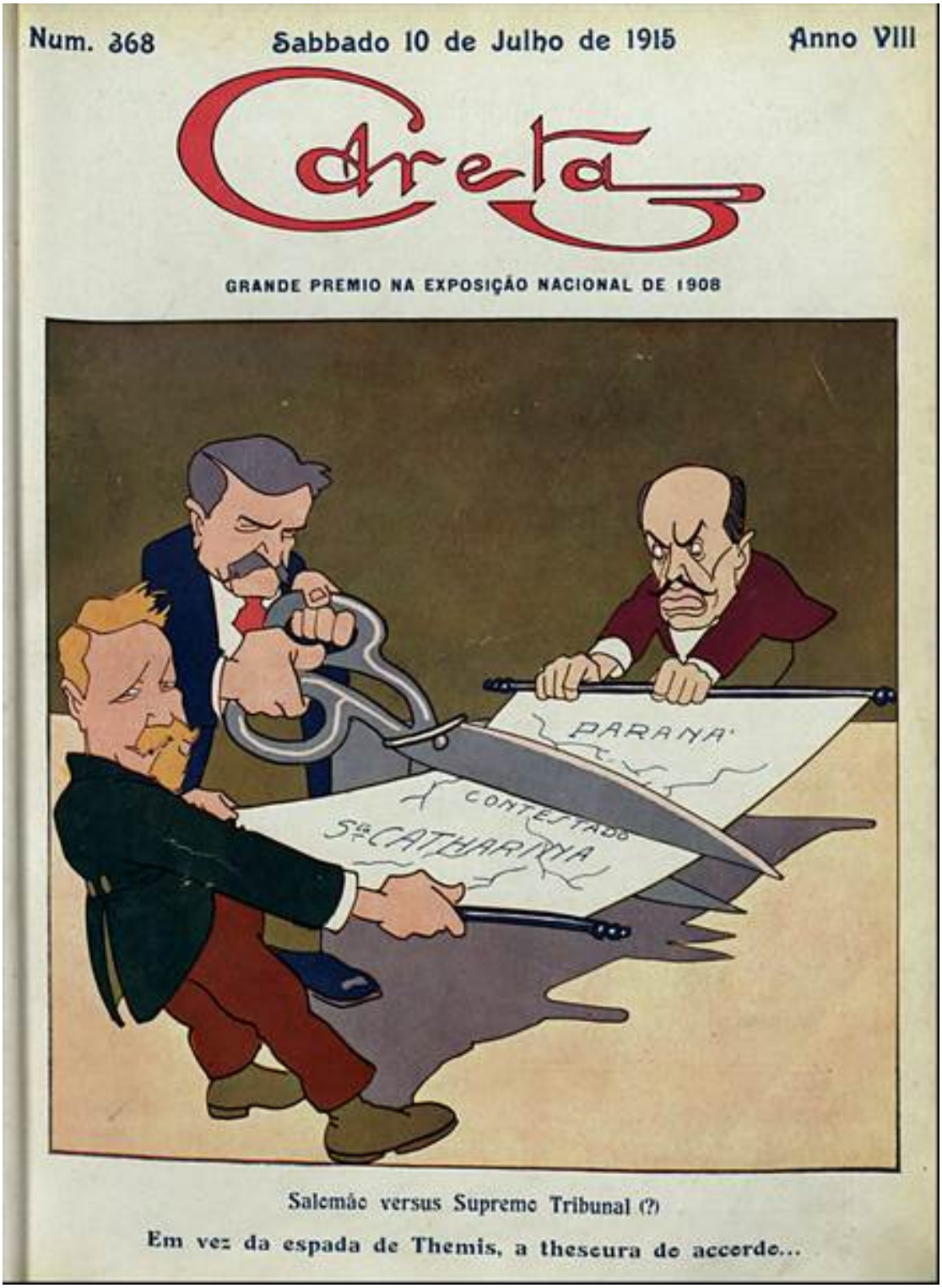
Caricaturas dos congressistas presente no encerramento do 3º Congresso Brasileiro de Geografia.
Fonte: O Olho da Rua, 14/10/1911



Charge satirizando a atuação do Supremo Tribunal Federal frente a questão de limites entre os estados do Paraná e Santa Catarina
Fonte: O Olho da Rua, 27/05/1911.



Charge satirizando a atuação do Supremo Tribunal Federal frente a questão de limites entre os estados do Paraná e Santa Catarina
Fonte: O Olho da Rua, 14/10/1911.



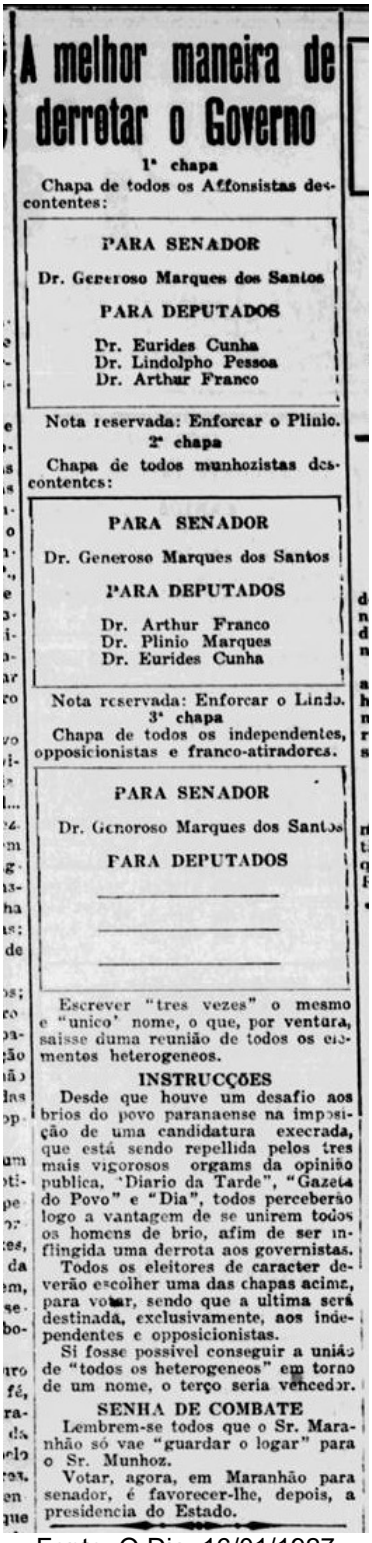
Charge ilustrando as negociações para a partilha do território contestado. Da esquerda para a direita: vemos a figura do governador de Santa Catarina (Felippe Schimidt), a figura do presidente da república Wenceslau Brás segurando a tesoura e a figura do governador do Paraná (Carlos Cavalcanti).
Fonte: Careta, 10/07/1915.



Charge ilustrando a partilha do território contestado: vemos a figura do governador de Santa Catarina (Felippe Schimidt) com a maior fatia e a figura do governador do Paraná (Affonso Camargo) com a menor fatia. Na frente, vestido de monge franciscano a imagem do presidente da república Wenceslau Brás. Ao fundo a figura do Zé do Povo que presencia a cena sorrindo.
Fonte: O Malho, 07/10/1916.

ANEXO 30

Modelo de cédula eleitoral de 1927



A melhor maneira de derrotar o Governo

1ª chapa

Chapa de todos os Affonsistas descontentes:

PARA SENADOR

Dr. Generoso Marques dos Santos

PARA DEPUTADOS

Dr. Eurides Cunha
Dr. Lindolpho Pessoa
Dr. Arthur Franco

Nota reservada: Enforcar o Plinio.

2ª chapa

Chapa de todos munhozistas descontentes:

PARA SENADOR

Dr. Generoso Marques dos Santos

PARA DEPUTADOS

Dr. Arthur Franco
Dr. Plinio Marques
Dr. Eurides Cunha

Nota reservada: Enforcar o Lindo.

3ª chapa

Chapa de todos os independentes, opposicionistas e franco-atiradores.

PARA SENADOR

Dr. Generoso Marques dos Santos

PARA DEPUTADOS

_____

_____

_____

Escrever "tres vezes" o mesmo e "unico" nome, o que, por ventura, saisse duma reunião de todos os elementos heterogeneos.

INSTRUCÇÕES

Desde que houve um desafio aos brios do povo paranaense na imposição de uma candidatura execrada, que está sendo repellida pelos tres mais vigorosos orgams da opinião publica, "Diario da Tarde", "Gazeta do Povo" e "Dia", todos perceberão logo a vantagem de se unirem todos os homens de brio, afim de ser infligida uma derrota aos governistas.

Todos os eleitores de caracter deverão escolher uma das chapas acima, para votar, sendo que a ultima será destinada, exclusivamente, aos independentes e opposicionistas.

Si fosse possivel conseguir a união de "todos os heterogeneos" em torno de um nome, o terço seria vencedor.

SENHA DE COMBATE

Lembrem-se todos que o Sr. Maranhão só vae "guardar o logar" para o Sr. Munhoz.

Votar, agora, em Maranhão para senador, é favorecer-lhe, depois, a presidencia do Estado.

Fonte: O Dia, 16/01/1927

APÊNDICES

APÊNDICE 1

LEVANTAMENTO DO MATERIAL DE MANOEL CORREIA DEFREITAS E SOBRE ELE REALIZADO NO SÍTIO DA HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO (http://hemerotecadigital.bn.br/) entre 10.09.2014 a 30.03.2016.

PERÍODICOS DO ACRE
A Reforma
Folha do Acre
O Alto Purús
O Cruzeiro do Sul
O Município
O Rebate

PERÍODICOS DE ALAGOAS
Cruzeiro do Norte
Diário do Povo
O Norte
Relatórios dos Presidentes dos Estados Brasileiros

PERÍODICOS DO AMAZONAS
Amazonas
Correio do Norte
Diário de Manaos
Diário Official
Exposição
Imparcial
Relatório dos Presidentes dos Estados Brasileiros

PERÍODICOS DA BAHIA
A Notícia
Correio Mercantil
Pequeno Jornal

PERÍODICOS DO CEARÁ
A Constituição
A Ordem
A Razão
Diário Official
Gazeta do Norte
Império do Brasil: diário do governo
Jornal da Fortaleza

Jornal do Ceará
O Cearense
Pedro II

PERÍODICOS DO ESPÍRITO SANTO
Commercio do Espírito Santo
Correio da Victória
Diário da Manhã
Folha Capixaba
O Espírito-santense
O Estado do Espírito-Santo

PERÍODICOS DE GOIÁS
Norte de Goyaz
O Planalto

PERÍODICOS DO MARANHÃO
Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial
Correio d'Anuncios
Diário do Maranhão
O Estado da Parahyba
O Imparcial
O Paiz
Pacotilha
Publicador Maranhense

PERÍODICOS DE MATO GROSSO
A Cruz
Correio do Estado
Gazeta Official
Jornal do Dia
O Debate
O Estado de Mato-Grosso
O Iniciador
O Jornal
O Mato-Grosso
Republicano

PERÍODICOS DE MATO GROSSO DO SUL
A Pátria
Almanak Corumbense
Tribuna

PERÍODICOS DE MINAS GERAIS

Almanak de Juiz de Fora
Almanach Sul-Mineiro
Correio de Uberlândia
Gazeta de Paraopeba
Lavoura e Commercio
Minas Geraes
O Estado de Minas Geraes
O Pharol

PERÍODICOS DO PARÁ
A Boa Nova
A Constituição
A Epocha
A Pátria Paraense
A Regeneração
A República
Almanach do Belém
Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial
Almanak Paraense
Amazonia
Annuario de Belem
Correio Paraense
Diário de Belém
Diário de Gram-Pará
Diário de Notícias
Estado do Pará
Folha do Norte
Gazeta Official
Jornal das Novidades
Jornal do Pará
O Agrario
O Democrata
O Jasmim
O Jornal
O Liberal
O Liberal do Pará
O Pará
O Pelicano
O Santo Officio
Treze de Maio

PERÍODICOS DA PARAÍBA
A União
Gazeta do Sertão

PERÍODICOS DO PARANÁ
A Arte

A Bomba
A Divulgação
A Escola
A Federação
A Galeria Illustrada
A Idea
A Notícia
A República
A Tarde
A Tribuna
Almanch do Paraná
Almanak da Província do Paraná
Club Curitibano
Commercial
Commercio do Paraná
Correio da Noite
Correio do Paraná
Correio Municipal
Deutsche Dolfbeitung
Diário da Tarde
Diário do Commercio
Diário do Paraná
Esphynge
Folha do Paraná
Gazeta do Povo
Gazeta Paranaense
Gran-fina
Illustração Paranaense
Itiberê
Jerusalem
Jornal do Comércio
Livre Paraná
Maestro Bento Mossurunga
O Commercio
O Dia
O Estado
O Estado do Paraná
O Futuro
O Guarany
O Município
O Noticiador
O Olho da Rua
O Paranaense
O Rio-negrense
O Século
Operário Livre
Palladium
Paraná
Paraná Esportivo
Paraná-Norte

Província do Paraná
Quinze de Novembro
Revista do Paraná
Rio Negrenser Zeitung
Sete de Março
XIX de Dezembro

PERÍODICOS DE PERNAMBUCO
A Província
Jornal de Recife
Jornal Pequeno
O Constitucional
O Democrata
O Diário

PERÍODICOS DO PIAUÍ
Diário do Piauhy

PERÍODICOS DO RIO DE JANEIRO
A.B.C
A Batalha
A Capital
A Democracia
A Epoca
A Escola
A Gazeta da Pharmacia
A Imprensa
A Lucta Democrática
A Manhã
A Nação
A Noite
A Noticia
A Opinião Nacional
A Patria
A Razão
A Reforma
A Republica
A Rua
A União
Actualidade
Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro
Almanak do Correio da Manhã
Almanaque do Garnier
Almanak-Henault
Almanak Imperial do Commercio
Almanak dos Negociantes do Imperio do Brasil
Almanak Republicano Brazileiro

Almanach do Rio de Janeiro
Anais da Biblioteca Nacional
Balança da Receita e Despeza da República
Boletim do Expediente do Governo
Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brazil
Boletim da Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro
Brasil Açucareiro
Brasil Commercial
Brasil. Ministério do Império
Brazil
Careta
Cidade do Rio
Correio do Brazil
Correio Mercantil, e Instructivo, Politico, Universal
Correio da Manhã
Correio da Noite
Correio da Tarde
Crítica
Democracia
Deutsche Beiting
Diario Carioca
Diario do Commercio
Diário do Rio de Janeiro
Diario da Noite
Diario de Noticias
Diretrizes
Don Quixote
Echo da Nação
Gazeta dos Estados
Gazeta Nacional
Gazeta de Noticias
Gazeta do Rio de Janeiro
Gazeta da Tarde
IL Bersagliére
Illustração Brasileira
Jornal do Brasil
Jornal do Commercio Retrospecto Commercial
Jornal dos Sports
Lanterna
Liberdade
Novidades
O Apostolo
O Brazil
O Campista
O Combate
O Cruzeiro
O Dia
O Diário Novo
O Globo
O Imparcial

O Jornal
O Malho
O Paiz
O Puritano
O Radical
O Rio Nu
O Seculo
O Tempo
Pacotilha O Globo
Para Todos
Pharol
Publicações do Archivo Publico do Imperio
Relatorio: Ministerio da Guerra
Republica Brazileira
Revista Agricola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura
Revista de Engenharia
Revista Illustrada
Revista do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros
Revista da Semana
Revista Fon-Fon
Sentinella da Monarchia
The Brazilian Review
The Rio News
Ultima Hora

PERÍODICOS DO RIO GRANDE DO SUL
Jornal do Dia
A Federação
A Opinião Pública
O Rio-grandense

PERÍODICOS DE SANTA CATARINA
A Regeneração
Folha Livre
Gazeta de Joinville
Gazeta do Commercio
O Argos da Província de Santa Catharina
O Despertador
O Dia
Reform
Relatório dos presidentes dos estados brasileiros
República

PERÍODICOS DE SÃO PAULO
A Aurora Paulista
A Constituinte
A Gazeta
Almanak da Província de São Paulo
Correio Paulistano

Correio de São Paulo
Dezesseis de Julho
Diario Nacional
Diário de São Paulo
Gazeta de Campinas
Il Pasquino
Jornal de Noticias
Lavoura e Comércio
O Combate
O Commercio de São Paulo
O Mercantil
O Piralho
O Publicador Paulistano
O Vinte e Dous de Maio
O Ypiranga
Última Hora
Viva a Revista da Corrida

PERÍODICOS DE SERGIPE
Correio Sergipense
O Republicano

PERÍODICOS DE ASSUNÇÃO - PARAGUAI
A Reacção
Semanario de Avisos y Conocimientos Utiles
El Centinella

PERÍODICOS DE BUENOS AIRES - ARGENTINA
Buenos Aires
El grito del Sud
Constancia

PERÍODICOS DE LONDRES - INGLATERRA
Correio Braziliense

PERÍODICOS DE NOVA YORK – ESTADOS UNIDOS
O Novo Mundo
A Mulher

PERÍODICOS DE PARIS - FRANÇA
Almanach Brazileiro Illustrado
A Illustração
Nitheroy

L’echo français

PERÍODICOS DE LISBOA - PORTUGAL
A República
As Farpas
Jornal de Coimbra
Lisboa Creches
Novo Almanach de Lembranças Luso-brazileiro

PERÍODICOS DE BRAGA - PORTUGAL
Folheto de Lisboa

PERÍODICOS DO PORTO - PORTUGAL
Genio Constitucional

	Variações na grafia do nome				
LOCAL	**Correa de Freitas**	**Correia de Freitas**	**Correa Defreitas**	**Correia Defreitas**	
Acre	1	1	0	1	
Alagoas	0	5	1	0	
Amazonas	5	0	0	2	
Bahia	0	6	0	5	
Ceará	4	22	0	0	
Espírito Santo	0	8	6	2	
Goiás	1	0	0	1	
Lisboa - Portugal	4	0	0	0	
Maranhão	0	28	3	3	
Mato Grosso	14	1	0	0	
Mato Grosso do Sul	0	0	0	0	
Minas Gerais	32	9	0	0	
Pará	1418	77	5	0	
Paraíba	0	2	0	0	
Paraná	1146	1735	55	248	
Pernambuco	17	65	8	40	
Piauí	0	0	0	0	
Rio de Janeiro	1255	1698	1488	1411	
Rio Grande do Norte	0	0	0	0	
Rio Grande do Sul	66	84	12	30	
Santa Catarina	32	9	6	5	
São Paulo	169	47	73	5	
Sergipe	1	1	0	0	
s.i (sem identificação)	5	12	8	1014	
X1 (sem identificação)	495	1958	111	1408	**Total Geral**
	4665	**5768**	**1776**	**4175**	**16384**

APÊNDICE 2

LOCAIS DE PESQUISA

Em Curitiba:

- Arquivo Público do Estado do Paraná
- Assembleia Legislativa do Paraná
- Biblioteca Pública do Paraná
- Câmara Municipal de Curitiba
- Cartório 1º Ofício Ricardo Augusto de Leão
- Casa da Memória de Curitiba
- Cemitério Municipal do Água Verde
- Cemitério Municipal São Francisco de Paula
- Círculo de Estudos Bandeirantes
- Clube Curitibano
- Cúria Metropolitana de Curitiba
- Federação Espírita do Paraná
- Instituto Histórico e Geográfico do Paraná
- Museu Paranaense
- Terceira Vara Cível de Curitiba
- Tribunal de Justiça do Paraná

Em Paranaguá:

- Club Literário de Paranaguá
- Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá
- Loja Maçônica Perseverança - Paranaguá
- Mitra Diocesana de Paranaguá
- Museu de Arqueologia e de Etnologia de Paranaguá
- Arquivo Municipal de Paranaguá
- Prefeitura Municipal de Paranaguá
- Biblioteca Pública de Paranaguá

- Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá
- Cemitério Municipal de Paranaguá

Em São José dos Pinhais/PR:

- Museu Municipal Atílio Rocco

Em União da Vitória/PR:

- Arquivo Municipal de União da Vitória
- FAFIUV – Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória

Em Ribeirão Claro/PR:

- Arquivo Municipal de Ribeirão Claro
- Escola Municipal de Ensino Fundamental Correia de Freitas
- Prefeitura Municipal de Ribeirão Claro

Em Apucarana/PR:

- Arquivo Municipal de Apucarana
- Distrito de Correia de Freitas
- Prefeitura Municipal de Apucarana

Em Santa Catarina:

- Arquivo Municipal de Barra Mansa
- Arquivo Municipal de Blumenau
- Arquivo Municipal de Camboriú
- Arquivo Municipal de Itajaí
- Arquivo Histórico de Joinville
- Academia de Letras de Joinville
- Arquivo Municipal de Porto União
- Arquivo Municipal de Rio Negrinho
- Arquivo Público de Santa Catarina

- Arquivo Municipal de São Bento do Sul
- Assembleia Legislativa de Santa Catarina
- Biblioteca Municipal de Joinville Prefeito Rolf Colin
- Mitra Diocesana/Cúria de Joinville
- Museu Histórico de São Francisco do Sul

No Rio de Janeiro:

- Arquivo Histórico Nacional
- Arquivo Municipal da Cidade do Rio de Janeiro
- Biblioteca Nacional
- Fundação Casa de Ruy Barbosa

Em São Paulo

- Arquivo Público de São Paulo

Em Brasília:

- Biblioteca da Câmara dos Deputados
- Biblioteca do Senado Federal
- Biblioteca da FUNAI

Em Portugal:

- Arquivo Distrital de Lisboa
- Arquivo Distrital de Braga
- Arquivo Distrital do Porto
- Arquivo Histórico Militar
- Arquivo Histórico Parlamentar da Assembleia da República
- Arquivo Nacional da Torre do Tombo
- Biblioteca da Assembleia da República
- Biblioteca Câmara Municipal de Lisboa
- Biblioteca da Universidade de Lisboa

- Biblioteca da Universidade Nova de Lisboa
- Biblioteca da Universidade Católica Portuguesa
- Biblioteca do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas
- Biblioteca Nacional de Portugal
- Biblioteca Grande Oriente Lusitano – Maçonaria Portuguesa
- Hemeroteca Municipal de Lisboa
- Museu Maçônico Português
- Museu Bernardino Machado da Vila Nova de Famalicão
- Museu Bordalo Pinheiro
- Sociedade de Geografia de Lisboa

APÊNDICE 3

Bibliografia que cita Manoel Correia Defreitas[2]

BALDIN, Marco Antônio (2006). **O pacificador beligerante: Alberto José Gonçalves, um padre na política paranaense da 1ª República (1892-1896).** Franca/SP: Mestrado em História da Universidade Estadual Paulista/UNESP. Disponível em http://acervodigital.unesp.br/handle/unesp/171503?locale=es_ES. Acesso em 16.julho.2016.

BAHLS, Aparecida Vaz da Silva (2007). **A busca de valores identitários: a memória histórica paranaense**. Curitiba: Doutorado em História da UFPR. Disponível em http://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/15797. Acesso em 16.julho.2016.

CAMPOS, Ricardo de (2016). **Caboclos rebeldes: uma aventura pela Guerra do Contestado**. Canoinhas: [edição do autor]. Disponível em http://caboclosrebeldes.blogspot.com.br/. Acesso em 17.julho.2016.

CARMO, José Henrique (2015). **A república esperada ... que não chegou!.** 2ª edição. Curitiba: Instituto Memória.

CORREA, Amélia Siegel (2009). **Imprensa política e pensamento republicano no Paraná no final do século XIX.** IN: Revista de Sociologia e Política. Curitiba, v.17, n.32, p.139-158, fevereiro. Disponível em http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v17n32/v17n32a09.pdf. Acesso 15.julho.2016.
(comparação entre os manifestos políticos de Manoel Correia Defreitas e Vicente Machado após a implantação da república)

CORREA, Amélia Siegel (2006). **Imprensa e política no Paraná: uma prosopografia dos redatores republicanos.** IN: Clio – Revista de Pesquisa Histórica, Recife, n.24, p. 239-279. Disponível em file:///C:/Users/User/Downloads/670-1463-1-PB.pdf. Acesso 15.julho.2016.
(biografia principais redatores que escreveram sobre a questão republicana em Curitiba)

CORREA, Henrique Sergio Silva (2012). **O A.B.C de Lima Barreto (1916-1922).** Assis/SP: Dissertação Mestrado em Letras UNESP.

[2] Essa relação é complementar às referências indicadas ao final de cada capítulo da tese. É a bibliografia consultada, mas não referenciada ao longo do texto da tese.

DAGOSTIM, Maristela Wessler (2011). **A república dos conselhos: um estudo sobre a transformação do perfil da elite política paranaense (1930-1947).** Curitiba: Mestrado em Ciência Política UFPR. Disponível em http://www.humanas.ufpr.br/portal/cienciapolitica/files/2011/08/DissertacaoMaristelaTexto.pdf. Acesso em 16.julho.2016.

FERRARINI, Sebastião (2011). **Círculo de Estudos Bandeirantes documentado.** Curitiba: Editora Champagnat.

FIGUEIRA, Alberico (1948). **Como se fez a propaganda da república em Paranaguá.** Paranaguá: palestra pronunciada na noite de 21 de agosto de 1948 ao microfone da Rádio Difusora Paranaguense em homenagem ao Clube Republicano de Paranaguá fundado em 21 de agosto de 1887. [mimeo].

FREITAS, Clovis Glycerio Gracia de (2000). **Jornada republicana Francisco Glycerio**. SP: Plexus Editora.

GOULART, Mônica Helena Harrich Silva (2014). **A dança das cadeiras: análise do jogo político na Assembleia Legislativa do Paraná (1889-1930).** Jundiai: Paco Editorial.

GOULART, Mônica Helena Harrich Silva (2008). **Classe dominante e jogo político na Assembleia Legislativa Paranaense (1889-1930).** Curitiba: Doutorado em Sociologia UFPR. Disponível em http://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/25579?show=full. Acesso em 16.julho.2016

GOULART, Mônica Helena Harrich Silva (2004). **O poder local e o coronelismo no Estado do Paraná (1880-1930)**. Curitiba: Mestrado em Sociologia UFPR. Disponível em http://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/11747. Acesso em 16.julho.2016.

MARINHA (1939). **Republicanos históricos: Manoel Correia Defreitas**. IN: Revista Marinha, Paranaguá, Ano III, Nº 26, novembro de 1939,

MARINHA (1939). **Viva a República.** IN: Revista Marinha, Paranaguá, Ano III, Nº 26, novembro de 1939,

MARQUES, Enéas (1941). **Generoso Marques (1844-1928).** Curitiba: Impressora Paranaense.

MEIRINHO, Jali (2000). **Datas históricas de Santa Catarina (1500-2000).** Florianópolis: Insular.

NASCIMENTO, Antônio Roberto (2004). **Os Carvalhos Buenos**. Joinville: [edição do autor].

NEGRÃO, Francisco (1934). **Memória Histórica Paranaense**. Curitiba: Impressora Paranaense.

NEGRÃO, Francisco e FERNANDES, José Loureiro (1949). **Efemérides paranaenses**. 1º volume. Curitiba: Círculo de Estudos Bandeirante.

NETO, Casimiro (2003). **A construção da democracia: síntese histórica dos grandes momentos da Câmara dos Deputados, das Assembleias Nacionais Constituintes do Congresso Nacional.** Brasília: Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados.

NEUNDORF, Alexandro (2009). **Intelectualidade, fronteiras e identidade: o Paraná no início do século XX.** Curitiba: Mestrado em História UFPR.

NICOLAS, Maria (1978). **Homenagem ao Estado do Paraná no 125º aniversário de Emancipação Política (1853-1978).** Curitiba: Imprensa Oficial.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de (2000). **O silêncio das genealogias: classe dominante e Estado no Paraná (1853-1930).** Campinas: Doutorado em Sociologia UNICAMP. Disponível em http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000781798&fd=y. Acesso 16.julho.2016.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de (2001). **O silêncio dos vencedores: genealogia, classe dominante e Estado no Paraná.** Curitiba: Moinho do Verbo.

O ITIBERÊ (1926). **Correia Defreitas e a questão portuária**. Paranaguá: Revista O Itiberê, agosto-setembro de 1926, Nº 88-89, Ano8.

PEREIRA, Luís Fernando Lopes (1996). **Paranismo: cultura e imaginário no Paraná da I República.** Curitiba: Mestrado em História da UFPR.

POMBO, Rocha (1980). **O Paraná no centenário (1500-1900).** RJ: José Olímpio.

ROSEVICS, Larissa (2009). **O Instituto Histórico e Geographico Paranaense e a construção de um imaginário regional**. Curitiba: Mestrado em Sociologia da UFPR. Disponível em http://www.pgsocio.ufpr.br/docs/defesa/dissertacoes/2009/rosevics.pdf. Acesso em 18.julho.2016.

SALOMÃO, Eduardo Rizzatti (2012). **A Guerra de S. Sebastião (1912-1916): um estudo sobre a ressignificação do mito do rei encoberto no movimento sociorreligioso do Contestado**. Brasília: Doutorado em História UNB. Disponível em http://repositorio.unb.br/handle/10482/11437. Acesso 03.agosto.2016.

SCHEIFER, Bruna (2009). **Paranaguá, cidade portuária: entre a cidade "sonhada e a cidade real".** Marechal Cândido Rondon: Mestrado em História UNIOESTE. Disponível em http://tede.unioeste.br/tede//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=337. Acesso em 15.julho.2016.

SILVA, Mônica Helena Harrich (1996). **O fenômeno do "coronelismo" no Paraná da Primeira República (1889-1930).** Curitiba: Monografia de Graduação de Ciências Sociais da UFPR.

SIMAS, Hugo (1940). **Paranaguá e a república**. Curitiba: Dicesar Plaisant.

SPERANÇA, Alceu (2015). **Famílias, fortunas & façanhas: clãs e personalidades que dominaram o Paraná**. Cascavel: Projeto Livrai-Nos! Artigos publicados pelo jornal O Paraná de 02.12.2012 a 01.02.2015.

S.THIAGO, Raquel (1988). **Coronelismo urbano em Joinville: o caso de Abdon Baptista.** Florianópolis: Governo do Estado de SC.

STRAUBE, Ernani Costa (2002). **Símbolos: Brasil, Paraná e Curitiba. Histórico e Legislação**. Curitiba: IHGP, Estante Paranista N.45.

SZESZ, Christiane Marques (1997). **A invenção do Paraná: o discurso regional e a definição das fronteiras cartográficas (1889-1920).** Curitiba: Mestrado em História da UFPR. Disponível em http://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/24648/D%20-%20SZESZ,%20CHRISTIANE%20MARQUES.pdf?sequence=1. Acesso em 16.julho.2016.

VANALI, Ana Crhistina (2016). **1º centenário da Exposição Regional de São José dos Pinhais (1916-2016).** IN: Revista NEP, Curitiba, v.2, n.2, maio, p.618-670

VARGAS, Tulio (1987). **Sérgio de Castro: biografia do presidente da Constituinte Republicana do Paraná de 1892**. Curitiba: Lítero-Técnica.

VAZ, Simone Rosa (2004). **A vida social paranaense no início do século XX.** Curitiba: Monografia curso de História UFPR. Disponível em http://www.historia.ufpr.br/monografias/2004/simone_rosa_vaz.pdf. Acesso em 31.julho.2016.

VIEIRA, José (1912). **Cadeia Velha: memória da Câmara dos Deputados**. RJ: Jacintho Silva Editor.

APÊNDICE 4

Relação das narrativas biográficas de Manoel Correia Defreitas utilizadas nesse trabalho

ANO	AUTOR	REFERÊNCIA COMPLETA
1890	Correia Defreitas (autonarrativa)	DEFREITAS, Manoel Correia (1890). **Manifesto político do cidadão Manoel Correia Defreitas**. Curitiba: Typographia do Dezenove de Dezembro.
1890	Quinze de Novembro	QUINZE DE NOVEMBRO (1890). **Manoel Correia de Freitas**. Curitiba, 19 de janeiro de 1890.
1890	A Platea (SP) O Século (PR) O Paiz (RJ)	A PLATEA (1890). **Manoel Correia de Freitas**. São Paulo. O SÉCULO (1890). **Manoel Correia de Freitas**. Paranaguá, 21 de agosto de 1890. O PAIZ (1890). **Manoel Correia de Freitas**. Rio de Janeiro, 25 de agosto de 1890.
1893	O Democrata	O DEMOCRATA (1893). **Manoel Corrêa de Freitas**. Curitiba, 21 de março de 1893.
1893	Diário do Commercio	DIARIO DO COMMERCIO (1893). **Galeria Paranaense II - Manoel Corrêa de Freitas**. Curitiba, 24 de maio de 1893.
1909	Gastão Faria	FARIA, Gastão (1909). **Correia Defreitas**. IN: Palladium, Curitiba, 15 de agosto de 1909.
1910	LVD	LVD (1910). **Correia de Freitas: perfil excelso**. Curitiba, Diário da Tarde de 11 de fevereiro de 1910.
1912	Lindolpho Rocha Pombo	POMBO, Lindolpho Rocha (1912). **O Brazil nas escolas: leituras progressivas**. 4ª edição. SP/RJ: Livraria Magalhães Editora.
1918	Dunshée Abranches	ABRANCHES, Dunshée (1918). Manoel Correia de Freitas. IN: **Governos e congressos da República dos Estados Unidos do Brazil: apontamentos biographicos sobre todos os prezidentes e vice-prezidentes da Republica, ministros de Estado, e senadores e deputados ao Congresso Nacional: 1889 a 1917.** SP: [s.n], p.332-333.

1921	Centro Cívico de Ponta Grossa	A VANGUARDA (1921). **Sob a invocação do Tiradentes impõe-se a reparação histórica Pró Correia Defreitas**. Ponta Grossa, 21 de abril de 1921, p.1-4.
1922	Sebastião Paraná	SOTTOMAIOR, Sebastião Paraná de Sá (1922). Manoel Correia Defreitas. IN: **Galeria Paranaense: notas biográficas**. Curitiba: Livraria Mundial, 1922. (Edição comemorativa do 1º centenário da Independência do Brasil), p. 51-60.
1923	Ottoni Maciel	MACIEL, Ottoni (1923). **Galeria Política: Sr. Correia Defreitas**. IN: O Dia, edição 0019, 21 de julho de 1923, p. 2.
1925	Ottoni Maciel	MACIEL, Ottoni (1925). "Galeria Política: Sr. Correia Defreitas". IN: **Bastidores políticos: minha atividade política e subsídios para a história republicana no Paraná**. Curitiba: [s.n], p. 297-299.
1927	Ao Povo Paranaense	POVO PARANAENSE (1927). **Manifesto político AO POVO PARANAENSE de fevereiro 1927**. Curitiba: mimeo.
1927	O Dia	O DIA (1927). **Candidatos avulsos: Correia Defreitas e Niepce da Silva**. Curitiba, O dia de 24 de fevereiro de 1927.
1928	Francisco Negrão	NEGRÃO, Francisco (1928). **Genealogia Paranaense**. 3º volume. Curitiba: [s.n], p. 375-392.
1948	Alberico Figueira	FIGUEIRA, Alberico (1948). **Como se fez a propaganda da república em Paranaguá.** Paranaguá: palestra pronunciada na noite de 21 de agosto de 1948 ao microfone da Rádio Difusora Paranaguense em homenagem ao Clube Republicano de Paranaguá fundado em 21 de agosto de 1887. [mimeo].
1948	Maria Nicolas	NICOLAS, Maria (1948). **Manoel Correia Defreitas**. IN: Vultos Paranaenses (1º volume). Curitiba: [s.n], p. 79-84.
1948	Saboia Cortes	CORTES, José Correia Saboya (1948). **"Os grandes vultos de Paranaguá e de outros tempos: Manoel Correia de Freitas"**. IN: Marinha – Revista do Litoral Paranaense, N° 79.
1951	Nascimento Junior	NASCIMENTO JUNIOR, Vicente Montepoliciano (1951). **Correia Defreitas: sua vida e obra.** Paranaguá: Homenagem da Prefeitura Municipal de Paranaguá ao transcurso de seu centenário.
1951	Faria Rocha	ROCHA, Augusto Faria (1951). **O centenário de Manoel Correia de Freitas.** IN: Boletim do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, Volume V, Fascículos 3-4,

		Julho-Dezembro, p.3-16.
1972	Saboia Cortes	CORTES, José Correia Saboya (1972). **Os grandes vultos de Paranaguá de outros tempos: Manoel Correia Defreitas**. IN: Boletim do IHGP, volume XVII, p.201-206.
1977	Maria Nicolas	NICOLAS, Maria (1977). **Alma das ruas: dicionário de logradouros públicos da cidade de Curitiba**. (1º volume). Curitiba: [s.n].
1978	Maria Nicolas	NICOLAS, Maria (1978). **Correia Defreitas**. IN: O Paraná na Câmara dos Deputados (1853-1977). Curitiba: [s.n], p. 67-68.
1980	Nascimento Junior	NASCIMENTO JUNIOR, Vicente Montepoliciano (1980). **Paranaguenses ilustres.** IN: História, crônica e lendas. Paranaguá: [s.n], p. 171-182.
1984	Maria Nicolas	NICOLAS, Maria (1984). **Manoel Correia Defreitas**. IN: 130 anos de vida parlamentar paranaense (1854-1984). Curitiba: [s.n], p. 296-297.
2004	Naiara Ribeiro	RIBEIRO, Naiara dos Santos Damas (2004). **Como moléculas da humanidade: a presença de Correia Defreitas na Guerra do Contestado**. Curitiba: PET História UFPR (mimeo).
2006	Amelia Correa	CORREA, Amelia Siegel (2006). **Imprensa e política no Paraná: prosopografia dos redatores e pensamento republicano no final do século XIX.** Curitiba: Mestrado em Sociologia UFPR.
2006	Amelia Correa	CORREA, Amélia Siegel (2006). **Imprensa e política no Paraná: uma prosopografia dos redatores republicanos.** IN: Clio – Revista de Pesquisa Histórica, Recife, n.24, p. 239-279.
2009	Amelia Correa	CORREA, Amélia Siegel (2009). **Imprensa política e pensamento republicano no Paraná no final do século XIX.** IN: Revista de Sociologia e Política. Curitiba, v.17, n.32, fevereiro, p.139-158.
2013	O Paraná	O PARANÁ (2013). **Não quis ser governador do Paraná: Freitas teve a chance de governar dois estados, mas recusou. Podia ser rico e preferiu ser pobre**. O Paraná, 5 de maio de 2013. Disponível em https://www.oparana.com.br/variedades/nao-quis-ser-governador-do-parana-30809/. Acesso 22.abril.2014. Disponível também em: SPERANÇA, Alceu (2015). “Manoel Correia de Freitas: não quis ser governador” IN: **Famílias, fortunas &**

		façanhas: clãs e personalidades que dominaram o Paraná. Cascavel: Projeto Livrai-Nos! Artigos publicados pelo jornal O Paraná de 02.12.2012 a 01.02.2015, p. 135-140.
2016	ALEP	ALEP (2016). **Biografias Deputados: Manoel Correia Defreitas**. Disponível em: Assembleia Legislativa do Paraná - Fonte: http:// www.alep.pr.org.br/deputados/perfil/447-manoel-correia-defreitas. Acesso em 16.07.2016
2016	Câmara Deputados -Luciana Pinheiro	ABREU, Alzira Alves de (org) (2016). Verbete Correia Defreitas. **Dicionário da elite política republicana (1889-1930)**. RJ: FGV. Disponível em http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/FREITAS,%20Correia%20de.pdf. Acesso 31.julho.2016.

APÊNDICE 5

MEMBROS DA OLIGARQUIA CORREIA-NACAR ou OLIGARQUIA NACARINA (1854-1930)

NOME	DEPUTADO PROVINCIAL OU ESTADUAL	DEPUTADO GERAL OU FEDERAL	SENADOR
Manoel Antônio Guimarães (Visconde de Nácar) Obs.: Vice-presidente da Província do Paraná assumiu o cargo de presidente de 15 de janeiro a 13 de junho de 1873 e de 16 de julho a 17 de agosto de 1877. Foi vereador de Paranaguá	1851(ainda SP) 1854-1855 1856-1857 1858-1859 1860-1861 1870-1871	1888-1889	
José Mathias Ferreira de Abreu	1856-1857 1858-1859 1860-1861		
Antônio Candido Ferreira de Abreu	1856-1857 1858-1859 1860-1861 1870-1871	1852-1856	1906-1908 1910-1912 1912-1914 1915-1917
Manoel Francisco Correia Junior	1854-1855		
José Mathias Gonçalves Guimarães	1860-1861		
Manoel Francisco Correia (Neto)	1870-1871 1884-1885	1869-1872 1873-1875 1876-1877	1877-1889
Manoel Ricardo Carneiro	1870-1871 1874-1875 1876-1877 1878-1879		
Joaquim Antônio Guimarães	1872-1873 1874-1875		
Manoel Euphrasio Correia	1874-1875 1876-1877 1878-1879 1882-1883 1884-1885 1886-1887	1873-1875 1876-1877 1885	

Leocádio José Correia	1876-1877 1878-1879		
Ildefonso Pereira Correia (Barão do Serro Azul)	1882-1883 1888-1889		
Presciliano da Silva Correia	1886-1887		
Arthur Ferreira de Abreu Obs.: foi vereador em Paranaguá	1888-1889 1892 (constituinte) 1894-1895 1896-1897		1895-1897
Manoel de Alencar Guimarães Obs.: presidente do Estado do Paraná de 25 de fevereiro a 26 de abril de 1908	1892-1893 1894-1895 1896-1897 1898-1899 1900-1901 1902-1903 1903-1904 1906-1907 1908-1909 1910-1911 1912-1913 1914-1915	1895-1897 1897-1899 1900-1902 1903-1905 1906-1908	1906-1908 1910-1912 1912-1914 1915-1917 1918-1920
Leôncio Correia	1896-1896	1897-1899	
Cândido Ferreira de Abreu Obs.: prefeito de Curitiba 1892-1894 e 1915-1917	1902-1903 1906	1903-1905	1906-1914
Alberto Ferreira de Abreu		1915-1917	
Francisco Fido Fontana	1924-1925 1926-1927 1927-1928 1928-1929 1930-1931		
Manoel Eufrásio Correa			

FONTE: OLIVEIRA (2001); NICOLAS (1977b; 1978; 1984)
BRASIL. Congresso. Senado Federal. **Dados biográficos dos senadores do Paraná (1826-1997).** Brasília: Senado Federal/Secretaria de Informação e Documentação, 1997.

APÊNDICE 6

Acervo documental do Museu da Justiça do Paraná referente a Domingos Correia de Freitas e Josepha Leite Bastos

(pais de Manoel Correia Defreitas)

Nº Registro	Ano	Comarca	Vara de Origem	Tipo de Ação	Partes
1071	1863	Paranaguá	Juízo de Órfãos da cidade de Paranaguá	Requerimento de dívidas contraídas por Domingos Correia de Freitas e autos cíveis de justificação	Viúva, herdeiros e credores de Domingos Correia de Freitas
1204	1864	Paranaguá	Juízo de Direito da cidade de Paranaguá	Cobrança de dívida de Domingos Correia de Freitas	Viúva e herdeiros e de Domingos Correia de Freitas e o credor José da Cunha Marques Guimarães
1226	1864	Paranaguá	Juízo de Órfãos da cidade de Paranaguá	1ª e 2ª partilhas do espólio de Domingos Correia de Freitas	Viúva, herdeiros e credores de Domingos Correia de Freitas
1240	1864	Paranaguá	Juízo de Direito da cidade de Paranaguá	Cobrança de dívida de Domingos Correia de Freitas	Viúva e herdeiros e de Domingos Correia de Freitas e o credor Alves de Araújo & Pancada
1253	1864	Paranaguá	Juízo de Direito da cidade de Paranaguá	Venda dos escravos pertencentes a Domingos Correia de Freitas	Viúva, herdeiros e credores de Domingos Correia de Freitas
1475	1866	Paranaguá	Juízo de Órfãos da cidade de Paranaguá	Referente arrematação escrava Luisa	Domingos Correia de Freitas e Josepha Correia de Freitas

1498	1867	Paranaguá	Juízo de Órfãos da cidade de Paranaguá	A Secretaria da Fazenda de Santa Catarina cobra a dívida que Domingos Correia de Freitas havia com o estado	Viúva e herdeiros de Domingos Correia de Freitas
1561	1867	Paranaguá	Juízo de Órfãos da cidade de Paranaguá	Pagamento em dinheiro de Ignácio Moreira da Fonseca pelo valor que devia a Domingos Correia de Freitas	Ignácio Moreira da Fonseca Domingos Correia de Freitas
1922	1870	Paranaguá	Juízo de Órfãos da cidade de Paranaguá	Carta precatória do juiz de Paranaguá ao juiz de São Francisco do Sul solicitando a remessa do valor pertencente a Josepha Leite Bastos	Josepha Leite Bastos
2403	1880	Paranaguá	Juízo Municipal da cidade de Paranaguá	Inventário da finada Josepha Leite Bastos	Herdeiros de Josepha Leite Bastos
2517	1881	Paranaguá	Juízo de Direito da cidade de Paranaguá	Certidão pública de nascimento	José Correia de Freitas
4872	1928	Paranaguá	Juízo de Direito da cidade de Paranaguá	Falecimento de José Correia de Freitas (homônimo)	Brasílio Correa de Souza e José Correia de Freitas

Elaboração da autora

APÊNDICE 7

LOJAS MAÇÔNICAS NO PARANÁ – de 1837 até 1940

Nome da Loja	Localidade	Potência	Data Fundação
União Paranaguense	Paranaguá	GOB 038	21.03.1837
Fraternidade Paranaguense	Paranaguá	GOB 137	21.03.1837
Fraternidade Coritybana	Curitiba	GOB 075	01.04.1845
Conciliação Morretânea	Morretes	GOB 082	15.06.1847
*Perseverança	Paranaguá	GOB 159	05.05.1864
Estrela de Antonina	Antonina	DISS. 190	13.04.1869
*Modéstia	Morretes	GOB 264	22.06.1871
Filantropia Guarapuavana	Guarapuava	GOB 237	16.12.1872
27 de Dezembro	Curitiba	GOB 279	14.02.1874
Estrela do Paraná	Ponta Grossa	GOB 198	12.09.1874
Virtude de Campo Largo	Campo Largo	GOB 314	12.12.1874
Sancto Antonio da Lapa	Lapa	GOB 338	18.10.1875
Apóstolo da Caridade	Curitiba	GOB 344	05.11.1875
Fraternidade Castrense	Castro	DISS. 366	15.12.1876
*Concórdia IV°	Curitiba	GOB 368	24.01.1877
*Fraternidade Paranaense	Curitiba	GOB 555	01.04.1897
Estrela de Imbituva	Imbituva	GOB 564	14.07.1897
Amor e Caridade II°	Ponta Grossa	GOB 582	10.10.1897
Piedade Campo Larguense	Campo Largo	GOB 613	01.08.1898
Conceição Palmeirense	Palmeira	GOB 633	07.11.1898
Fé e Trabalho	Rio Negro	GOB 635	09.11.1898
Cardoso Júnior	Curitiba	GOB 661	01.12.1898
Moria	Palmeira	GOB 633	01.12.1898
Estrela do Deserto	Joaquim Távora	DISS. 650	03.04.1899
União III° - Luz e Trabalho	União da Vitória	GOB 664	16.03.1899
Luz e Caridade II°	São Mateus do Sul	GOB 662	01.07.1899
Socorro	São José dos Pinhais	GOB 663	01.07.1899
Caridade Palmarense	Palmas	GOB 690	01.08.1899
Acácia Paranaense	Curitiba	GOB 715	02.07.1900
Luz Invisível N° 33	Curitiba	GRL.	28.03.1954
Clemência e Perserverança	Ipiranga	GOB 752	01.06.1901
Filhas da Acácia (Loja de Adoção feminina)	Curitiba	GOB 767	14.08.1901
Amor à Virtude	Espírito Santo Itararé	GOB 770	21.12.1901
Congresso Maçônico do Paraná realizado em Curitiba em Abril de 1902			
Guilherme Dias	Campina Grande do Sul	GO.PR	??.??.1902
Hiram	Paranaguá	GO.PR	??.??.1902
Unione e Fratellanza	Curitiba	GOB 779	05.04.1902
Giuseppe Garibaldi	Curitiba	GOB 960	??.05.1902
Electra	Curitiba	GO.PR	05.06.1902
José de Carvalho	Jaguariaíva	GOB 791	02.08.1902
Grande Oriente do Paraná Independente	Curitiba	GO.PR	04.09.1902
Cyro Velloso	Prudentópolis	GOB 912	22.09.1912
Barão do Rio Branco	São José Pinhais	GOB 915	20.04.1913
Aristides Lobo	Jacarezinho	GOB 921	23.11.1913
Congresso Maçônico do Paraná realizado em Paranaguá de 13 a 16 de maio de 1914			
Duke of Connaught	Curitiba	????	??.08.1915
Goethe	Curitiba	????	??.??.1917
Arautos do Bem	Marumbi	GOB 946	03.06.1918
União e Progresso II°	Irati	GOB 979	16.04.1922
Grande Oriente do Paraná	Curitiba	GOB ???	19.10.1927
Nilo Peçanha II°	Marechal Mallet	GOB 1051	21.06.1928
Jacques de Molay	Cambará	DISS. 1117	26.04.1929
Saldanha Marinho II°	Sto. Antonio da Platina	DISS. 1055	09.05.1929
Verdade e Caridade	Teixeira Soares	GOB 1061	02.12.1929
Emílio Gomes	Ribeirão Claro	GOB 1092	04.08.1931
Dario Velloso	Curitiba	GOB 1213	09.04.1939

Fonte: CH'AN, Isa (1978). Achegas para a História da Maçonaria Paranaense.
*em amarelo as lojas das quais Manoel Correia Defreitas participou

APÊNDICE 8

Loja Perseverança nº 0.159 - Paranaguá - PR.	Grande Oriente do Brasil-Benedictinos

Loja Perseverança nº 0.159: RESUMO HISTÓRICO

Participantes de sua fundação em 05 de Maio de 1864 até Maio de 1973.

(em ordem alfabética)

Abdon Petit Guimarães Carneiro	Alfredo Junqueira	Antonio de Freitas
Abelardo Vianna	Alfredo Rodrigues dos Santos	Antonio do Carmo Tramujas
Acacio Fernandes	Alipio Antonio Rodrigues	Antonio dos Santos Filho
Accioly Rodrigues da Costa	Alipio Ceslau Pereira	Antonio Duarte Muniz
Achilles Alves dos Santos	Alipio Manoel da Costa	Antonio Falcão da Frota
Acrisio Guimarães	Alipio Medina Rodrigues	Antonio Felippe Nery Dias de Paiva
Adalberto Ferreira Emilio	Aluisio Correia	Antonio Felippe Rodrigues
Adelio Antonio Correia	Alvaro de Lima	Antonio Fernandes Marques
Adib Farah	Alvaro de Souza Vianna	Antonio Ferrer da Rosa
Adolpho Alback	Alvaro Dirceu de Camargo Vianna	Antonio Florentino de Andrade
Adriano Ribeiro Rosado	Alvaro Henrique Ferraz de Barros	Antonio Francisco de Sancta Rita
Advaldo Ribas Borba	Alvaro Vianna	Antonio Frederico
Affonso Bouças	Americo Alves Pinto de Mendonça	Antonio Gonçalves Martins
Affonso Camargo Penteado	Amir Mattar	Antonio Henriques Gomes
Agostinho Antonio Pereira	Anastacio Magafa	Antonio Ignacio Natal
Agostinho José Pereira	Angelo Maria Patitucci	Antonio Jabur
Agostinho Pereira Alves	Anibal Montovani	Antonio José de Barros Medeiros
Agostinho Pereira Alves Filho	Anibal Roque	Antonio Luiz da Silva
Ahmed Mohamed El Tassi	Anibal Segeriz Tavares	Antonio Luiz de Bittencourt
Alarico Cesar	Anibal Silva	Antonio Martins da Silva Guimarães
Albary Soares	Anisio José da Silva	Antonio Pereira da Costa
Alberico Figueira	Anisio José da Silva	Antonio Pereira de Souza
Alberico Figueira Alcantara	Anisio Morais de Azambuja	Antonio Pereira Rodrigues
Albert Burent Potiez	Antenor da Silva Pupo	Antonio Pinto Monteiro Vallongo
Alberto de Almeida	Antonio Agostinho Barbosa Brandão	Antonio Porcino dos Santos
Alberto Willian Chester	Antonio Alves de Araujo	Antonio Roberto Pereira
Alcaiz David Mansur	Antonio Alves de Menezes Raposo	Antonio Solon
Alceu Gonçalves	Antonio Assumpção	Antonio Souza Artigas
Alceu Marcondes Zanardini	Antonio Augusto Martins	Antonio Stanicia
Alcides Augusto Pereira	Antonio Baptista Rovedo	Antonio Vieira de Oliveira
Alcides Gonçalves	Antonio Benedito da Cunha	Aristeu Balster
Alcindo Braga	Antonio Berlin Junior	Arlindo Cabral
Alderico Cordeiro	Antonio Candido de Oliveira	Armando Henrique de Figueiredo
Alexandre Bousquet	Antonio Cândido de Siqueira Gusso	Armando Romani
Alexandre de Miranda Junior	Antonio Candido de Souza	Armindo Roberto Matte
Alexandre Felippe	Antonio Cardoso Ribeiro	Arnaldo Douglas Fernandes
Alfredo Alves da Silva	Antonio Carlos da Silva	Arnaldo Mazza
Alfredo Andersen	Antonio Cordeiro de Miranda	Arnaldo Mazza Junior
Alfredo Damasceno Ferreira Sobrinho	Antonio da Costa Almeida	Arnaldo Vianna Vasco

Alfredo dos Santos Correia	Antonio de Faria Gomes	Arnaldo Vianna Vasco
Arnold Reynold	Carlos Bley	Domingos Leite Dias de Paiva
Arnoldo Belo Galvão	Carlos Cantarelli	Domingos Rodrigues Torres
Arthur Corrêa de Freitas	Carlos Castelo Branco	Dorciro Nascimento Lima
Arthur Faustino de Almeida	Carlos de Carvalhaes Pinheiro Sobrº	Douglas Nilo Pereira
Arthur Johnson	Carlos Eugênio de Souza	Durval Sordo Carlim
Arthur Lellington Balster	Carlos Neuffert	Edevald Ribas Borba
Augusto Cesar de Carvalho Sepulveda	Carlos Schumann	Edison José Fernandes
Augusto Cesar do Nascimento Filho	Carlos Zela	Edmar Conceição Lima da Silva
Augusto Cesar Espinola	Carolino Lucio de Morais	Eduardo Leuschner Junior
Augusto Cezar Coelho	Cassimiro Augusto Monteiro Salgado	Eduardo Simon
Augusto Marcondes	Ceciliano da Silva Corrêa	Elcio do Nascimento
Augusto Rompkowski	Cesar Bitencourt	Elisio Alves Cardoso
Aurelio Santa Ritta	Cesar Ribas da Silva	Elisio Buchmann da Silveira
Avelino do Rosario	Cesario Buffara	Eloy Silveira Godoy
Avilar de Oliveira Gomes	Cezar José Pinheiro	Elpidio Fabrizzi
Azier Pinto dos Santos	Cezar Tramujas	Elpidio R. Artigas
Balduino Pereira da Silva	Charles Albert Hellmuth Atkinson	Elpidio Trancoso de Miranda
Bellarmino Ferreira de Lima	Chrispim Alves da Rocha	Elysis de Siqueira Pereira Alves
Beltram Forlong	Cidenes de Paula	Emilio Taborda Gassull
Benedicto Antonio Guilherme	Clarimundo José Correia	Emygdio Affonso
Benedicto José Gomes	Claro Américo Guimarães	Enoch Vieira dos Santos
Benedito José Mendes Silva	Claro Rodrigues Tramujas	Erasmo Pilotto
Benjamim de Souza Lima	Claro Tramujas	Ernesto Frederico Laynes
Benjamin Cezar Carneiro	Clemente José Leal(1)	Ernesto Frederico Laynes Filho
Benjamin Nofrio Mazza	Cliton Picanço	Eudacio Soares Correia Oliveira
Benjamin Pinto de Paula	Constant Geral Devisé	Eudes Marques Viana
Bento de Oliveira Rocha	Constantino Augusto	Eugênio de Freitas Santos
Bento João Ferreira	Cosmos Constantino Cominos	Eugenio Guimarães Rebello
Bernardino Pereira de Senne	Crispin de Freitas	Eugenio Machado de Souza
Bernardo Schmidlin	Custodio Moreira Porto	Euripedes Rodrigues Branco
Bernardo Soares Gomes Junior	Cyriaco Gonçalves Bittencourt	Ezequiel Maspoli Reis
Boris Chapaval	Cyro Câmara Cardoso de Menezes	Fanor Alves Marinho
Brasilio Crescencio Pereira	D. Carneiro da S. Braga	Feliciano de Azevedo Barrozo
Brazilio Abud	Dario Nogueira dos Santos	Felippe Chede
Caetano Alves de Paula	Dario Persiano de Castro Vellozo	Felippe Felix da Cruz
Caetano Carrano	David Antonio da Silva Carneiro	Felippe Nicolau Saad
Caetano Leite de Araujo	Decio Canst de Menezes	Felisberto Augusto Farracha
Caios Egberto Portes Tramujas	Delci Rodrigues Correa	Feres Saliba
Calim Paulo	Delduque Pedroni	Fernando Germano Johannsen
Calixto Ortiz	Deocleciano Gomes de Miranda	Fernando Grenier Filho
Candido José Ribeiro(1)	Deodonio de Albuquerque	Fernando Korkievicz
Candido José Ribeiro(2)	Dimas da Fonseca	Floriano Hartog
Carl Friedrich Wilhem Litzendorf Jr.	Didio Augusto de Camargo Vianna	Fol Hert Klein
Carlos Augusto Cesar Plaisant	Dino Fernandes	Francisco Antonio Nobrega
Carlos Augusto de Mello Franco	Diogo Augusto Beato	Francisco Assis da Silva
Carlos Augusto Garcia Ferreira	Domingos Fraxino	Francisco C. Braga Junior
Francisco Antonio Corrêa Filho	Getulio Borges	Ildefonso Munhoz da Rocha
Francisco Antonio Vieira Guimarães	Getulio Borges da Cruz	Ignacio José de Oliveira Chuvisqueiro
Francisco Campos da Fonseca Lobo	Ghermano Gudaty	Isaac de Oliveira
Francisco Carneiro de Almeida Braga	Gilberto Coelho	Ismael Corrêa Lemos
Francisco Carneiro de Almeida Sobrinho	Giuseppe Polonio	Ismail Brandalize
Francisco Coêlho	Godofredo Leal Filgueiras	Ismario Bezerra
Francisco Correia Filho	Grevy Gonçalves de Oliveira	Israel Nogueira Sigolo
Francisco d'Almeida Silvares	Guilherme de Lara Tupper	Italino Staniscia
Francisco da Cunha Machado Beltrão	Guilherme Henrique Wavear	J. Dias da Rocha
Francisco de Assis Valentini	Guilherme José Leite	Jacintho Manoel da Cunha
Francisco de Azevedo Barroso	Guilherme Lockwood Withers	Jacinto Pereira de Souza Alvim

Francisco Efigenio Crocetti	Gustavo Joppert	Jacob Maron Neto
Francisco Evaristo Canziani	Hamed Mohamed Eltasse	Jacob Weiss
Francisco Fermino de Souza	Hamilton Alves	Jacobus Luhrs
Francisco Gotardello	Haroldo Lullez	Jacy Pereira Passos
Francisco Jeronymo Pereira Pinto Requião	Heinz Lippel	James Alexander Grant
Francisco José Dias de Paiva	Helmuth Vargas	Jaques Chapaval
Francisco José Pires	Hemetério João P. de Miranda	Jayme de Almeida
Francisco José Ribeiro	Henacy Plácido da Luz	Jayme Mauricio dos Santos
Francisco Leite Pires	Henrique Alves	Jeus Peter Jacobsen
Francisco Mariano Ferreira	Henricus Stephanus Josephus Vinke	Jhon Diederich Luhrs
Francisco Miró	Henrique Cardoso Ribeiro	João Antonio Alhanasio
Francisco Odorico de Paula	Henrique Dacheux Nascimento	João Antonio de Siqueira
Francisco Pinto de Paula	Henrique de Santa Rita	João Antonio Miranda
Francisco Pio Pedro	Henrique Itibere da Cunha	João Antonio Xavier
Francisco Ruiz Pereira	Henrique José Duarte	João Antunes dos Santos
Francisco Susty Mir	Henrique Schultz Junior	João Balduino Alves Cordeiro
Franck R. Edmondes	Herman Meyer	João Baptista Borio
François Fulgence Lefauvel	Herminio Benittes	João Baptista Rodrigues Machado
Franklin Antonio da Costa	Hilário Gonçalves de Lima	João Batista de Macedo e Oliveira
Frederico André	Hilário Tavares Pinheiro	João Bazan
Frederico Pedroni	Honorio Décio da Costa Lobo(1)	João Benicio Cabral
Frederico Weigert	Honorio Lisboa	João Bosco
Gabriel da Silva Pereira Ribas	Hugo Henrique Graife	João Candido Pinto Filho
Galileu Figueiredo	Hugo Silvino Vidal	João Carneiro da Silva Braga
Genelicio Augusto Marques Porto	Hypolito Alves de Araujo(1)	João Custodio da Cunha
Generis Calvo	Hypolito Santana	João da Costa Guia
Generis Laho	Ibrahim Moreira da Cruz	João da Costa Pinheiro
Geraldo Lesbat Cavagnari	Ignacio Augusto Linhares	João da Cunha Mendes
Geraldo Moura de Azevedo	Ignacio Iguassú de Andrade Franco	João da Silva Bastos
Germano Luiz Cantuaria Guimarães	Ignacio Moreira Lobo	João de Almeida Barbosa
Germano Russi	Ili Silva Costa	João de Lima Franco
Gerrit Piter Van Herp	Irany Alves Ferreira	João de Oliveira Salmon
João de Paula Manço	João Staniscia	José Candido Pinheiro
João Diogo Farlane	João Timotheo de Simas	José Carlos Michelan
João Domingos Moreira	João Vidal (1)	José Carneiro
João Egas Garrido	João Virgilio de Carvalho	José Castilho Gomes
João Ernesto Rodacanachi	Joaquim Alves de Araujo	José Cechelero
João Estevão da Silva	Joaquim Caetano de Souza	José Cezar de Mello Sampaio
João Estevão da Silva Junior	Joaquim Candido da Rocha	José Cupertino Pereira
João Estevão Junior	Joaquim Candido de Oliveira	José da Silva Pereira(2)
João Eugenio Cominezi	Joaquim da Costa Pinheiro	José da Silveira Borges
João Evangelista Espindola	Joaquim de Freitas Santos	José de Azevedo Barroso
João Evangelista Machado da Silva	Joaquim Felipe Aragão	José de Souza Teixeira
João Fernandes Meno	Joaquim Fernandes de Amorim	José dos Santos Garcia
João Ferreira Bello	Joaquim Fernandes de Amorim Junior	José Fernandes Haute
João Francisco de Oliveira	Joaquim Guilherme da Silva Junior	José Ferreira de Freitas Maia
João Francisco Pedro	Joaquim Leite de Mesquita	José Ferreira de Loyola
João Gilberto Panzetti	Joaquim Mariano Ferreira	José Ferreira Pinheiro
João Gomes Raposo	Joaquim Mendes Batista	José Francisco Pinheiro Carvalhaes
João Guerra Leal	Joaquim Pedro da Rocha	José G. da Cruz
João Guilherme Guimarães	Joaquim Penido Monteiro	José Geraldo Neves
João Guilherme Teixeira	Joaquim Pereira Coelho	José Giglio
João Holmes Blue	Joaquim Pereira de Souza	José Gonçalves da Silva Bastos
João Honoré Emile Bronzon	Joaquim Pereira Leite Guimarães	José Gonçalves Lobo
João Jacob Barberi	Joaquim Pinheiro	José Gonçalves Lobo Junior
João José Cordeiro	Joaquim Pinto de Almeida	José Gonçalves Pecego Junior
João José Pereira d'Aguiar	Joaquim Procópio Pinto Chichorro	José Gonçalves Pereira Guimarães
João José Pinto	Joaquim Soares Gomes	José Joaquim Egas
João José Simão Borio	Joaquim Soares Rodrigues	José Joaquim Gomes Pereira
João Kirylla	Joaquim Vicente da Silva	José Joaquim Soares

	Montepoliciano	
João Luiz Correia	Jorge Barbosa Cecy	José Julio Reilly Algodoal
João Luiz da Silva (1)	Jorge de Druzina	José Justino de Mello
João Luiz Guerios Costa	Jorge José Mattar	José Lucio Pereira
João Luiz Vaz	Jorge Kreutzer	José Luiz Guimarães de Oliveira
João Mattar	Jorge Marcondes de Albuquerque Filho	José Luiz Pinto Rebello
João Neves Azevedo	Jorge Pedro Chueiri	José Maria Coqueiro
João Paulo Rebello	Jorge Roza	José Maria da Costa
João Pereira da Silva (1)	Jorge Veiga	José Maria Leal Ferreira
João Peter Amsen	José Alves de Carvalho(1)	José Marques da Silva (1)
João Regis Pereira da Costa	José Alves Guimarães	José Martins de Campos
João Ricardo de Castilho Pereira	José Alves Maia	José Martins do Carmo
João Ricardo dos Santos	José Antonio Bispo	José Mathias Guimarães
João Riech	José Antonio Ribeiro	José Natividade d'Oliveira Marques
João Rodrigues	José Arthur de Murinelly	José Natividade Teixeira de Meirelles
João Saad Mansur	José Baka	José Nogueira dos Santos
João Savas Joannidis	José Bernardo Luiz de Moraes	José Paixão dos Santos
João Soberai	José Cabral de Moura Coutinho	José Paulo Sobrinho
José Pereira	Luiz Chemim	Manoel Hermogenes Vidal
José Pereira Dantas	Luiz Cordeiro	Manoel Leandro da Costa
José Pereira das Neves	Luiz Coutinho Ferreira Pinto	Manoel Lobo de Andrade
José Pereira de Azevedo	Luiz de Campos Vallejo	Manoel Loyola Junior
José Pinto de Amorim	Luiz de Sá Ribeiro	Manoel Mariano Pereira
José Pinto dos Santos Ribeiro	Luiz Fabio Laffite	Manoel Miró
José Quirino dos Santos	Luiz Garcia	Manoel Moreira da Silva
José Raymundo da Silva	Luiz Giglio D'Amico	Manoel Odorico Souniz
José Rieza Filho	Luiz Gonzaga	Manoel Raymundo Costa
José Tito da Costa Lobo	Luiz Gonzaga Russi	Manoel Ribas Pagé
José Veiga Picanço	Luiz Gusmão	Manoel Ricardo de Souza Dias
Josias de Oliveira Ramos	Luiz José da Cunha	Manoel Roiz Vianna
Josino Ribeiro Mascaranhas	Luiz José de Oliveira	Manoel Soares Gomes
Josmiro da Silva Pinto	Luiz Manoel Agner	Manoel Valentim dos Santos
Julião José do Espirito Santo	Luiz Manoel Agner	Manoel Vasco Figueiredo
Julio Cesar Moreira	Luiz Manoel da Cunha	Manoel Vieira da Silva
Julio da Rosa e Silva	Luiz Ribeiro de Andrade	Marcelino Rivelles
Julio de Oliveira Manoel	Luiz Stier Jardim	Marcio Varela Albuquerque
Julio Grothe Elias	Lysandro de Freitas Trancoso	Marino Pelegrini
Julio Luiz Parigot	Manoel Accioly Pereira Franco	Mario Achilles Ferrari
Julio Marques da Silva	Manoel Adriano de Freitas	Mario de Almeida Goulart
Julio Mazzeio Neto	Manoel Alves de Araujo	Mario Freitas Costa
Julio Theodorico Guimarães	Manoel Alves Pinheiro	Mario Prince Pinto
Julio Xavier	Manoel Antonio Corrêa	Mathias Bohon
Julius Schwantag	Manoel Antonio da Costa Pinto	Mauricio Castro
Keno Nathalielsen	Manoel Antonio de Castro	Mauricio Daitschmann
Laerte Silva	Manoel Antonio de Souza	Mauricio Moran
Lars Nielsen Anderssen	Manoel Antonio Xavier Filho	Mauricio Sinke
Laudelino Pereira de Carvalho	Manoel Borges do Nascimento	Max Forstemberg
Lauro Dembiski	Manoel Candido Fernandes	Miguel Assad Mansur
Leandro Luiz do Nascimento	Manoel Cardoso de Araujo	Miguel Constantino Cominos
Leão Chapaval	Manoel Carlos dos Santos	Miguel Correia
Lenio Maristani Arantes	Manoel Ciroco	Miguel João Cecy
Leocadio Pereira da Costa	Manoel Claricio de Oliveira	Miguel Soares de Freitas
Leocadio Pereira do Nascimento	Manoel Corbaixo de Castro	Mikael El Bati
Leonardo Moreira dos Santos	**Manoel Corrêa de Freitas**	Militão Pujol
Leonel Ricardo Curcio	Manoel Cyriaco da Costa	Militino José Barbosa de Miranda
Levy Vitorino Picanço	Manoel de Miranda Rozaz	Milton Santos
Lidio de Albuquerque	Manoel de Oliveira C. Graça	Moacyr Lichti
Loflam Borba	Manoel Dias Pinheiro	Modesto Sanchi
Lortun Krugeo	Manoel do Rosario Correia	Moises Ribeiro de Andrade
Lortun Krugeo	Manoel dos Santos	Moishe Goldenstein
Lourenço Correia Pereira	Manoel Eugenio da Cunha Junior	Mucio Silva

Lourenço Domiciano da Silva	Manoel Felippe de Araujo	Nagib Muce
Lourenço Justiniano Soares	Manoel Felippe Tiroco	Nagibe Barbosa
Lourenço Machado da Silva	Manoel Fernandes Figueira	Nain Kahali
Lourival Ribeiro (2)	Manoel Ferreira Franco	Narciso Gomes Correia
Ludgero Vidal Ribeiro	Manoel Figueira Netto	Narcizo Macaggi
Ludoviso Amsen	Manoel Gomes de Araujo	Narcizo Pereira de Azevedo
Lufrido da Costa Cabral	Manoel Gomes de Castro	Nelson Medrado Dias
Luiz Argento	Manoel Gomes de Macedo	Nelson Santos(4)
Luiz Carlos Sibut	Manoel Gomes Mendes	Nelson Seguis Tavares
Neri Gouveia	Pedro de Paula Manço (1)	Sebastião Rosa
Nery Freitas Nascente	Pedro de Paula Manço (2)	Sidney Cardon de Oliveira
Newton Balchot Soares	Pedro Francisquini	Simão J. Elglenhardt Jorgensen
Newton Deslandes Souza	Pedro Leite C. Mattos	Simplicio Cardoso Marques
Newton José Fernandes	Pedro Rycheta	Sirio Elias Tickle
Newton Ribeiro da Catta Preta	Philafelfo Justino de França	Spiro João Kotzias
Nicolao Dacheux Nascimento	Plinio Justiniano da Rocha	Swami Vivekananda
Nicolas Theodorico Cosanites	Polycarpo José Pinheiro	Telemaco Morocines Borba
Nicolau Jamur	Portilho Bastos	Tertuliano Muller
Nicolau Martim Mader	Prisciliano da Silva Correa	Theodocio Pantaleão Athanazio
Nicolau Miguel Jaumer	Prisciliano da Silva Corrêa Junior	Theodorico Julio dos Santos
Nicolau Miguel Saad	Priscilio Corrêa Filho	Theophilo de Oliveira Marques
Nilande Dutra dos Santos	Raimundo Anselmo e Silva	Theovaldo Dacheuz Nascimento
Nillo Hausen	Ramon Arturo Marques Aquila	Thiago Pereira de Azevedo
Nilo Lazaro Abud	Randolpho Gomes Veiga	Thomaz A. Teixeira Coelho
Nilo Panellas Machado	Randolpho Pereira Serzedello	Thomaz Francisco Rodrigues
Nilson Cardoso de Miranda	Raphael Teixeira Cardoso Pimentel	Thomaz Santos Rodrigues
Nilson Pereira Neves	Raul Correia	Thomé Francisco de Moura
Nivaldo Gonçalves	Raul de Christan	Tiburcio Costa
Nivaldo Trancoso Cordeiro	Raul Macaggi	Ticardo Otelo Queirolo
Noé Piazzetta	Raul Maia Chapaval	Ubaldino Cunha
Norberto Bruno Pereira	Raul Primo Vidal	Ubaldo Cavagnari
Norman Galbrith Nowill	Raymundo Pereira da Silva	Uehbe Miguel Karonta
Nuno Aguiar	Renê Buchmann Silveira	Uhebé Miguel
Octaviano Ferreira de Jesus	Reynold Wendel	Valdevinos de Lima Campos
Octavio Rodrigues Branco	Ricardo José da Costa Guimarães	Vicente Ferreira de Miranda
Odalio Grilo Cordeiro	Ricardo Otello Queirolo	Vicente Peniche
Odilon Olivio Bozza	Ricardo Rochefort Forlong	Vicente Pereira da Silva Alvim
Ogular Schmidt	Rivadavia Pereira Gomes	Vicente Perry
Olegario Dias Belo	Roberto Barroso	Victor Dechaudt Bacilla
Olivier Cezar Gonçalves	Roberto Fontes	Victor Grein
Olympio Mauricio dos Santos	Rodrigo José de Freitas	Victor Lopes de Oliveira Baptista
Orestes Beltrami	Romano Agusson	Victor Miguens Pires de Oliveira
Orlando de Almeida Mattos	Romario Madureira	Victorino de Souza Bacellar(1)
Orlando Matanó	Romeu Stival	Villadares Arantes de Campos
Oscar Kloeppel	Romualdo Petuya	Vilson Salles do Nascimento
Osmario Emilio Castellar	Ronaldo Santos Canfield	Vinicius Cordeiro Ferraz
Oswaldo Emilio da Veiga	Ruy Barbosa(2)	Virgilio Elizeo de Faria
Ozides Alves	Ruy Crocetti	Virgilio José da Costa
Paulino José de Souza	Saliba Feres Saliba	Virgilio Ricardo dos Santos
Paulo da Cunha Franco	Salim Curi	Volnei Oliveira Porto
Paulo Freire Ferreira	Santiago James Braz	Waldomiro Dias de Oliveira
Pedro Alloys Scherer	Saturnino Verneck	Waldomiro Ribeiro de Oliveira
Pedro Alves de Paula	Sebastião Braga	Wenceslau Dolega Kozicronski
Pedro Antonio Ribeiro	Sebastião Braga Pereira Baptista	Wilson Alípio da Costa
Pedro Augusto Pereyron	Sebastião Cunha	Wilson Antonio Cury
Pedro Chedid Neto	Sebastião Octavio Alves Pereira	Zacarias Kravitz
Pedro de Almeida	Sebastião Paraná	

FONTE: http://www.museumaconicoparanaense.com/MMPRaiz/LojaPRate1973/0159_06_obreiros.htm. Acesso 02.abril.2014.

APÊNDICE 9

Loja Modéstia nº 0.214 - Morretes - PR.	Grande Oriente do Brasil-Benedictinos

Loja Modéstia nº 0.214: <u>RESUMO HISTÓRICO</u>
Participantes confirmados desde sua fundação em 22 de junho de 1871.

(em ordem alfabética)

A. Gonçalves Junior	Antonio Vieira Neves	Edmundo Ghelfi
Adalberto Gelbecke	Ari Ventura de Andrade	Eduardo Hunzicher Junior
Affonso L. Gomes de Camargo	Arsenio Gonçalves Cordeiro	Egydio Pilotto
Affonso Ozorio Torres Figueiredo	Arthur Heraclio Gomes	Elesbão Augusto Cordeiro
Agostinho José Pereira Lima	Arthur Lellington Balster	Elias Pacifico Zattar
Alberto Pereira Jorge	Ascendino Gonçalves Cordeiro	Elpidio Trancoso de Miranda
Alcides dos Santos Cordeiro	Benedicto G. Cordeiro	Ernesto Barros
Alexandre José Soares Taveira	Benigno Augusto Pinheiro Lima Junior	Ernesto Bond
Alexandre Kackanscki	Bento Gonçalvez Cordeiro	Ernesto Merkle
Antonio Antunes de Olivera	Bento José de Souza	Felix Merlo
Antonio de Barros	Bernardo d'Oliveira Bitencourt	Filastrio Antonio da Costa
Antonio de Paula Pereira Lemos	Bernardo Gonçalves Moreira	Francisco Agostinho de Souza Mello
Antonio Emilio da Silva	Bruno Rodolpho Lange	Francisco Antonio da Costa Nogueira
Antonio Henrique de Souza Mascaranhas	Caetano Alves de Paula	Francisco Rinaldi
Antonio Joaquim da Costa	Caitano José da Silva Barbosa	Francisco Thomaz Pires
Antonio Marques	Ciriaco de Oliveira Bitencourt	Francisco Tiburcio da Silva Brazil
Antonio Mattos Silva	Clarimundo José Correia	Frederico de Souza Nunes
Antonio Pereira da Costa	Claro Américo Guimarães	Frederico Fortes Nogueira
Antonio Pereira da Costa	Clovis Pinheiro Lima	Guilherme Antonio da Costa
Antonio Pilotto	Duarte Moreira Catta Preta	Guilherme Gomes da Costa
Antonio Thomaz de Bitencourt	Durval de Castro Cária	Gustavo Adolfo Pinheiro
Heldibrando Cordeiro	José Ferreira d'Olivera	Marciliano Alves da Rocha
Honorio dos Santos	José Gonçalves da Costa Junior	Miguel Guergel
Horacio Martins de Andrade	José Gonçalves de Moraes	Miguel José Lourenço Schleder
Hypolito Alves de Araujo(1)	José Guilherme da Costa	Militão Pujol
Ireno da Costa Pinto	José Machado da Silva Lima	Pedro Lopes Ferreira
Ismael Alves Pereira Martins	José Nogueira	Roberto Lopes Ferreira
Jacintho Veras	José Pinto Bastos	Romão do Rego Cavalheira
João Antonio Ayrosa	José Polonio Gastarote	Romulo José Pereira
João Baptista Tozzeto	José Rozendo Martins de Oliveira	Rudolf Lange
João Antonio Ayrosa	Julio David Pernetta	Salvador Cassini
João Baptista Tozzeto	Leopoldo Pinto de Macedo	Santiago James Braz
João de Deus Freitas	Lourenço Machado da Silva	Sebastião Francisco Grillo
João de Souza Dias Negrão	Luiz Manoel Agner	Sebastião Gomes de Faria
João Nicolau Barberi	Luiz Raphael Frederico	Sezefredo de Oliveira Ferreira

João Paulo Rebello	Luiz Ventura Rodrigues	Silvano Gonçalves Nascimento
João Salgado	Manoel Augusto de Mendonça Brito	Theophilo de Oliveira Marques
Joaquim Alves de Araujo	Manoel Azevedo da Silveira Junior	Theophilo Soares Gomes
Joaquim Fernandes de Amorim Junior	Manoel Borges de Macedo	Trajano Gonçalves Cordeiro
Joaquim José dos Santos(1)	**Manoel Corrêa de Freitas**	Ulysses da Costa Pinto Junior
Joaquim José Guimarães Pinto	Manoel da Costa Nogueira	Vicente Alves Carneiro
Joaquim Pinto Bastos	Manoel Dias Pinheiro	Vicente Antonio Milla
Joaquim R. Guimarães	Manoel Fernandes Amorim	Vicente Gaudiniere (Padre)
José Antonio de Oliveira	Manoel Francisco Grillo Junior	Victorino Gomes de Araujo
José Antonio de Oliveira Junior	Manoel Francisco Grillo Junior	Virgilio Brustolim
José Argemiro Ferreira	Manoel Gomes Mendes	Zulmiro Carneiro Malheiros
José Bernardo Luiz de Moraes	Manoel José Pereira da Mota Junior	
José da Cunha Mello	Manoel Maria de Oliveira	
José Felippe de Azevedo	Manoel Otero Fontan	

FONTE: http://www.museumaconicoparanaense.com/MMPRaiz/LojaPRate1973/0214_06_obreiros.htm. Acesso 02.abril. 2014.

APÊNDICE 10

Loja Fraternidade Paranaense nº 0.555 - Curitiba - PR.	Grande Oriente do Brasil.

Loja Fraternidade Paranaense nº 0.555: RESUMO HISTÓRICO
Participantes de sua fundação em 01 de Abril de 1897 até Dezembro de 1943.

(em ordem alfabética)

Abel Hamvultando de Oliveira Noronha	Alcides Baptista Lins de Albuquerque	Americo Meinicke
Abelardo Augusto de Mello Fernandes	Alcides Ferreira Sampaio	Americo Misurelli
Abelayrd de Queiros	Alcides Ribeiro de Macedo	Anacleto Garbacci
Abrahão Feniano	Alcides Vieira Arcoverde	André dos Santos Dias Filho
Abrão Neme Isaac	Aldo Kepler da Silva	André Jouve
Abrão Rabat	Aleixo Dolski Krassnoff	André Legat
Acastro Jorge de Campos	Alexandre Altheia	André Pedro Barbosa
Adalberto Gonçalves de Menezes	Alexandre Dondéo	Angelo Benevenuto
Ademaro Lustosa Munhoz	Alexandre Endretta	Angelo Botechia
Adeodato Fernandes de Miranda	Alexandre G. Fernandes Rouxinol	Angelo Maccagnani
Adolpho Corrêa	Alexandre Niechle	Angelo Vercesi
Adolpho Peplowski	Alexandre Pavelski	Anibal Nunes Figueiredo
Affonso Gagliano	Alexandre Sfrappini	Annibal Medina Coeli Ribeiro
Affonso Henrique Magalhães	Alfredo Alves da Silva	Annibal Pires
Affonso Hey	Alfredo Badaró Braga	Anselmo Pilatti
Affonso Leonardo Recioppo	Alfredo Bley	Antonio Aleluia Santos
Affonso Lubrano	Alfredo Caetano Munhoz	Antonio Alves da Silva Braga
Affonso Mendes dos Anjos	Alfredo Carlos Muller de Campos	Antonio Alves de Mello Feitosa
Affonso Soares Pinto	Alfredo de Oliveira Vianna	Antonio Alves Franco
Affonso Sollieid	Alfredo Dulcidio Pereira	Antonio Amaro Borba
Agostinho Asinelli	Alfredo José Pinto	Antonio André Janson
Agostinho Capelli	Alfredo José Pinto	Antonio Benvindo Ramos
Agostinho Cunico	Alfredo Luiz Cardoso	Antonio Bitencourt Dulcidio
Agostinho Lopes	Alfredo Nogueira	Antonio Bozza
Agostinho Merlim	Alfredo Nogueira Junior	Antonio Braga Cavalcanti
Albano Drummond dos Reis	Alfredo Romario Martins	Antonio Carneiro Filho
Alberto Barddal	Alfredo Schmaltz	Antonio de Araujo Silva
Alberto Berndt	Alfredo Tramujas	Antonio de Barros
Alberto Bruno	Alfredo Tramujas Filho	Antonio de Brito
Alberto Carlos Teixeira do Amaral	Alipio Alves do Nascimento	Antonio de Freitas Saldanha
Alberto Fachioli	Alvaro B. Gustavo	Antonio de Miranda Rosa
Alberto Heckert Muray	Alvaro da Silva Pereira	Antonio de Paula Pereira Lemos
Alberto Medeiros Barbosa	Alvaro Gustavo da Rocha Barbosa	Antonio de Paula Saldanha
Albino Arnhof	Alvaro Hamlet David	Antonio de Souza Azevedo
Albino D. Rios	Alvim Carlos Schmid	Antonio de Souza Miranda
Albino Gineste	Amadeo Gobbo	Antonio Diniz Meirelles
Albino Gonçalves Guimarães	Amado Moreira do Couto	Antonio Fagundes de Souza
Albino Grumt	Amantino Bley	Antonio Felix de Souza Amorim
Albino Walbach	Amantino Sezefredo Marques	Antonio Ferreira
Albino Wantroba	Ambrosio Scarpim	Antonio Ferreira Martins
Alcibiades Paes de Souza Brasil	Americo Augusto Fernandes	Antonio Francisco Xavier

	Adão	
Alcides Alcebiades Richter	Americo Ferreira	Antonio Gomes Ferreira
Antonio Alves de Menezes Raposo	Arthur Fritze	Bernardo Heisler
Antonio Gomes(1)	Arthur Heraclio Gomes	Bernardo Martins
Antonio Joaquim Alves de Farias	Arthur von Meien	Berthier de Oliveira
Antonio José Doubeck	Arthur Latige de Mirandel	Bertino Miranda
Antonio Kluppel	Arthur Manggioni	Boanerges Marquesi Sobrinho
Antonio Lopes Moutinho	Arthur Manoel Iwersen	Boleslau Oslinicki
Antonio Luck Moreira	Arthur Martins Lopes	Bonifacio Ribas
Antonio Luiz Fagundes de Souza	Arthur Obino	Brasão Fabiano
Antonio Manoel da Silva	Arthur Schubert	Brasilio de Araujo
Antonio Manoel de Quadros	Arthur Silva	Brasilio Ovidio da Costa
Antonio Manoel Tiburcio de Abreu	Arthur Tutre	Brazilino Moura
Antonio Mattana	Augusto Barbosa da Silva	Bruno Incerti
Antonio Meireles Sobrinho	Ascendino Ferreira do Nascimento	Bruno Sachse
Antonio Monteiro de Queiroz	Attilio de Almeida Barbosa	Caetano Machesini
Antonio Moreira Braga	Attilio P. Bossio	Caetano Gomes de Menezes
Antonio Moreira Sobrinho	Augusto Bento Monteiro Junior	Caetano Marchesini
Antonio Paladino	Augusto Cesar Espinola	Camillo Alberto Boulte
Antonio Pospissil Junior	Augusto de Faria Rocha	Camillo Stelfeld
Antonio Possidente	Augusto De Mari	Camillo Valladares Boulhosa
Antonio Quim Cesar	Augusto Forbeck	Camilo Vanzolini
Antonio Ribeiro dos Santos	Augusto Grohs	Candido Cruz
Antonio Rodrigues de Araujo	Augusto Justen	Candido Ferreira de Abreu
Antonio Rodrigues Teixeira	Augusto Mendes de Couto	Carlito Salmon
Antonio Sapatski	Augusto Moreira da Costa	Carlos Borromei
Antonio Sieradzki	Augusto Moreira Duarte	Carlos Castello Branco
Antonio Tomaz de Aquino P. de Mello	Augusto Rizental	Carlos Castrioto Pinheiro
Apparicio Archanjo Correa	Augusto Silveira de Miranda	Carlos Chrisloffel
Aristeu Balster	Augusto Stresser	Carlos da Silva Mafra
Aristides Carvalho	Augusto Turk	Carlos de Cerqueria Pinto
Aristides Cesar de Oliveira	Augusto Vieira da Costa	Carlos de Freitas Lima
Aristoteles Xavier	Augusto Vieira de Castro	Carlos Eduardo Riedel
Arlindo Gomes Ribeiro da Luz	Augusto Vieira Pamplona	Carlos Ernesto Schultz
Armando Antonio da Cunha	Aurelio Fressato	Carlos Escholz
Armando Ferreira de Oliveira	Baptista Tosse	Carlos Gustavo Guilherme Koeler
Armando Paiva	Belisario Pernambuco	Carlos Huebel
Arnaldo Ferreira Villar de Lucena	Bellarmino Garcia Vieira	Carlos Marinoni
Arnaldo Mazza Junior	Benedicto Evangelista	Carlos Muller Sobrinho
Arnaldo Ramos de Moura	Benedicto José de Queiroz	Carlos Neuffert
Arthur Baltazar da Silveira	Benedicto Pereira da Silva Carrão	Carlos Peixoto
Arthur Borges de Macedo	Benedicto Tertuliano Cordeiro	Carlos Pioli
Arthur C. Ferreira	Benedito Satyro Torres	Carlos Ribeiro de Andrade
Arthur da Silva Leme	Benjamim Zimbarg	Carlos Rodolph Walbach
Arthur da Silva Reme	Benjamin Americo de Freitas Pessoa	Carmino Bertori
Arthur Dantas da Cunha	Benjamin Bucchi	Cassemiro de Souza Lobo
Arthur de Carvalho e Castro	Benjamin Reinaud	Cassemiro Mitczuck
Arthur de Souza Baptista	Benjamin Rodrigues Barcellos	Castilho Gomes de Medeiros
Arthur de Souza Ferreira	Bento Antonio de Menezes	Cesar de Azevedo Vianna
Cezar Bitencourt	Edeodato Fernandes de Miranda	Eugenio Ernesto Wirmond
Cezar Lamenha de Siqueira	Edgar Adriano de Mello	Eurides Cunha
Cicero Cavalcante Rios	Edgar Augustus Kimmel	Euthalio Ciro de Castro
Cid Cordeiro Simas	Edgard Stelfeld	Eutheciano Gomes Guimarães
Claudino Rogoberto Ferreira dos	Edilberto Parigot de Souza	Fausto Nascimento Bittencourt

Santos		
Claudio Chatsgnier	Edmundo Adolpho Barddal	Fausto Pinto de Souza
Clemente José Leal	Edmundo Ernesto Engelhardt JR	Fedalla Pedro Chueiri
Clemente Ritz	Edmundo Ghelfi	Feliciano Corrêa de Freitas
Clemente Ritz Teixeira de Freitas	Eduardo Alberto de Andrade Wirmond	Feliciano Sanson
Clodoaldo Verneck Capistrano	Eduardo Baptista Franco	Felipe Gomes Damaceno
Clodomiro Nogueira	Eduardo Carolino Sayão de Carvalho	Felippe Faier
Clotardo Moeller	Eduardo Garcia Dias	Felisberto Augusto Farracha
Conrado Caetano Erichsen	Eduardo Moura	Felix de Sá Laranjeira
Conrado Caetano Erichsen Filho	Eduardo Virmond Lima	Felix Merlo
Constantino Misurelli	Eduardo Xavier da Veiga	Felizardo Toscano de Brito
Cyro Persiano de Almeida Vellozo	Eleuterio Carneiro	Ferdinando Patitucci
Cyro Silva	Elias Tufik Mansur	Fermino da Motta Dias
Daniel Farago	Emiliano David Perneta	Fernando Bulhosa
Dantas Ribeiro	Emilio Bertolini	Fernando Carriel
Dante Ravaglio	Emilio Lohs	Fernando Christovão L. Schneider
Dario Fagundes Gaertner	Emilio Luiz Augusto Prohmann	Fernando Cordeiro Simas
Dario Persiano de Castro Vellozo	Emilio Martins	Fernando Gomes de Mattos
Dario Prado	Emilio Ricardo Strobel	Fernando Nogueira de Barros
David Mizraki	Emilio Rizental	Fidelis de Palma
David Sands	Emilio Romani	Firmino Castello Branco
Decio Brandão Barbosa	Emilio Silveira de Miranda	Flavio Trindade
Demerval Saldanha	Emygdio Westphalen	Florestano Delavigne
Dilermando de Assis	Ennio Marques	França Muller Junior
Dimas do Cahy Afonso da Costa	Ennio Marques Pianna	Francisco Antonio Condese
Diogenes do Brazil Lobato	Ennio Marques Vianna	Francisco Antonio Lucas
Diogenes Euzebio Ferreira	Erebo Bopp Krebs	Francisco Avelino de Oliveira
Diogo Augusto Beato	Erich Muller	Francisco Bento de Oliveira e Silva
Diogo Borges Vaz Lobo	Erich Sonne	Francisco Castellano
Diogo Muggiati	Ermelino Agostinho de Leão	Francisco Cavalcanti
Domicio Scaramella	Ernesto Alfredo Buschmann	Francisco Chrispim de Souza Netto Jr.
Domingo Luman	Ernesto Bond	Francisco Correa Machado
Domingos Alves Pinto	Ernesto Budzinski	Francisco da Silva Maia
Domingos Antonio da Cunha	Ernesto Frederico Laynes	Francisco de Almeida Torres
Domingos Codega	Ernesto Frederico Laynes Filho	Francisco de Paula Arantes
Domingos de Araujo Pimpão	Ernesto Kemp	Francisco de Paula Dias Negrão
Domingos Duarte Velloso	Ernesto Ribeiro Vianna	Francisco de Paula Moura Brito
Domingos Fraxino	Ernesto Wollmar	Francisco de Paula Ribeiro Vianna
Domingos Pereira de Carvalho	Esmeraldo Blazi	Francisco de Paula Sobrinho
Domingos Ribas	Estanislau Zawadzki	Francisco de Paula Xavier Filho
Domingos Schiavoni	Estevão Ribeiro de Almeida	Francisco Fido Fontana
Domingos Veiga do Nascimento	Eugenio Bardelli	Francisco Fiola
Durval de Souza Ferreira	Eugenio de Figueiredo Bastos	Francisco Gutierrez Beltrão
Francisco Heraclito dos Santos	Guilherme Leisner	Ignacio Van Gem
Francisco Herculano Soares	Guilherme Lockwood Withers	Ilio Delavigne
Francisco Januário Santiago	Guilherme Marques de Souza Soares	Irineu Barreto Pinto
Francisco Jeronymo Pereira Pinto Requião	Guilherme Miranda Correia	Isaias Augusto Alves

Francisco José Cardoso Junior	Guilherme Zornig	Isaias Moreira da Silva
Francisco José Guerios	Gumercindo Marés Jordi	Ismael Alves Pereira Martins
Francisco Legat	Habib Kalil Nasser	Ives Legat
Francisco Leite Dias de Paiva	Hamilton Swain	Ivo Requião
Francisco Machado da Silva	Haroldo Figueiredo	Izidor Iscodeller
Francisco Mesirme	Haylton Lee Swain	Izidoro Koeck
Francisco Miguel Janine	Heitor Monteiro Espinola	Jacintho José Ribeiro
Francisco Raitani	Heitor Pinheiro da Silva Telles	Jacintho Veras
Francisco Raymundo Cuminese	Heman Zastrow	Jacob Dechand
Francisco Ribeiro de Azevedo Macedo	Henrique Burnetti	Jacob Procopiak
Francisco Thimoteo de Simas	Henrique Corfe Withers	Jacob Woisky
Francisco Virgilio de Carvalho	Henrique Dacheux Nascimento	Jairo Souza de Oliveira
François Gheur	Henrique de Almeida Assumpção	Januario Borelli
François Merieux	Henrique de Menezes Doria	Januario Perrone
Franklin Soares Junior	Henrique Guilherme Brunette	Jayme Ballão
Frederico Seegmuller	Henrique Hench	Jayme Benaim
Frederico Sporcke	Henrique Hench Junior	Jayme R. dos Santos
Frederico Stann	Henrique Jouve	Jayme Ramos
Fulton Lee Swain	Henrique Ludovico Benk	Jayme Soler
Gabriel da Silva Pereira Ribas	Henrique Martins	Jesuino da Silva Pereira Ribas
Gabriel de Almeida Torres	Henrique Monegaglia	Jesuino de Camargo
Gabriel Ribeiro	Henrique Sheveny	Joanno E. Guineste
Galdino Frederico Gluck	Henrique Valladres	João Alfredo da Silva
Gaspar Moraes	Heraclito Gomes	João Alfredo Fernandes Loureiro
Genesio de Carvalho	Herculano Torres Cruz	João Allegrizzi
Gentil Mendes Tavares	Hermenegildo Carlos Machado	João Antonio Riskalla
George Kietschki	Hermogenes Goes Rebello	João Argemiro de Loyola
George Nitschke	Hermogenes Reis	João Azevedo da Silveira
Geraldo Lins Caldas	Hildebrando Cesar de Souza Araujo	João Baptista Xavier
Germano Lastrow	Horacio Amaro da Silva	João Barbosa de Almeida
Gilberto Guelbech	Horacio Amaro da Silveira	João Barreto Pinto
Gino Perotti	Horácio Fagundes	João Bartholomeu Klier
Giuseppi Monte Santo	Horacio Fagundes dos Reis	João Bernardino Rodrigues Machado
Guilherme Buch	Horacio Pinto Rebello	João Bley Filho
Guilherme Canek	Hugo Alesse	João Bodleck Boné
Guilherme Correia Miranda	Hugo Hoffer	João Borges Lagos
Guilherme Eliseo Xavier Leal	Hyppolito Corrêa Alves de Araujo	João Brum Pereira Gonçalves
Guilherme Francisco Henrique Groth	Hyppolito Michaud	João Candido da Silva Muricy
Guilherme Greiffo	Ignacio Habith	João Carlos Gondart
Guilherme Janke	Ignacio Iguassú de Andrade Franco	João Carvalho de Oliveira Junior
Guilherme José Leite	Ignacio Machado	João Chorosniki
João Christiano da Rocha	João Pedro Cordeiro	José Alexandre Marques
João Christovão da Silva	João Pedro Curial	José Antonio de Oliveira Junior
João Cordeiro de Oliveira	João Pedro de Loyola	José Antonio Gomes
João Cunico	João Pedro Schleder	José Azevedo da Silveira Sobrinho
João Cunico Junior	João Penna Sobrinho	José Baptista de Souza
João das Neves Lima Brayner	João Pereira da Fonseca	José Baptista Toledo
João das Virgens Lima	João Petrucci	José Benevenuto(1)
João David Pernetta	João Quadros Gonçalves	José Bento Monteiro
João de Alencar Guimarães	João Ravaglio	José Bettini

João de Mattos Guedes	João Rebello Gonçalves	José Bonifacio de Almeida Pimpão
João de Oliveira Vianna	João Ricciardelli (Giovani)	José Cacero
João de Oliveira Vianna	João Sauer Filho	José Candido Correia
João de Souza Dias Negrão	João Vello	José Cândido da Silva Muricy (Cel.)
João Egas Garrido	João Walace Scot Murray	José Cardoso
João Eugenio Justen	Joaquim Alves de Araujo	José Carlos Lamagnier Teixeira
João Evangelista Espindola	Joaquim Américo Guimarães	José Caron
João Fernandes dos Santos	Joaquim Cunha	José Carvalho de Oliveira
João Fernandes Junior	Joaquim da Costa Chaves Farias	José Cesar Marcondes de Brito
João Fernandes Sobrinho	Joaquim da Costa Lima	José Costa
João Ferreira Bello	Joaquim de Oliveira	José da Costa Villar Filho
João Ferreira Leite Junior	Joaquim de Siqueira Cortes	José da Cunha
João Fleury de Souza Amorim	Joaquim Elias Peixoto	José da Silva Pereira(1)
João Fordie	Joaquim Ferreira Penteado	José de Souza Miranda
João Frederico da Rocha	Joaquim Gomes Correa	José Domingues Serra
João Gaspar da Silva	Joaquim Ignacio Brazil Taborda Ribas	José dos Santos Garcia
João Gonçalves Cordeiro	Joaquim Ignacio Dantas Ribeiro	José Faustino Portes
João Gonçalves de Menezes	Joaquim José da Costa e Silva	José Felizardo Rodrigues
João Gualberto Bitencourt	Joaquim Mariano Ferreira	José Fernandes Loureiro
João Heating	Joaquim Mariano Ferreira Junior	José Francisco Carvalhães Pinheiro
João Henrique Costard	Joaquim Pereira de Macedo	José Franco Grillo
João Konig	Joaquim Procopio Pinto Chichorro	José Gonçalves do Amaral Filho
João Kutiny	Joaquim Rodrigues Gomes	José Gonçalves Lobo
João Lech	Joaquim Sanchez	José Gonçalves Vasques
João Lourenço Taborda Ribas	Joaquim Sarmanho	José Grady Emerson
João Luck	Jorge Antonio	José Graitz
João Luiz Guerios Costa	Jorge Bernardi	José Guimarães Miró
João Luiz Ribeiro	Jorge Birkenfeld	José Hernandes Cabezon
João Lycio Laynes	Jorge Bonn	José Humberto Fernandes
João Maister	Jorge Dondeo	José Inocêncio de França
João Marcelino Bueno	Jorge Galdino Nunes da Costa	José Joaquim Correia
João Marques da Cunha	Jorge Hermano Meyer	José Karam
João Menezes	Jorge Kreutzer	José Lamas Gonçalves
João Moreira do Couto	Jorge Padilha Marques	José Leandro da Costa Pereira
João Navolar	Jorge Pedro Chueiri	José Leandro da S. Luz
João Padleck Boué	Jorge Time	José Leubner
João Pamphilo de Assumpção	José Affonso Berquó	José Lopes Netto
José Lotero de Menezes	Ladislau Radeski	Luiz Victorino Ordine
José Maria de Paula	Ladislau Struszkiewicz	Luiz Zuretti
João Paulo Alves da Rocha	Lauro Westphalen	Manoel Alves Monteiro
José Lourenço Meira de Vasconcellos	Leão Carmelliano de Miranda	Manoel Alves Quadrado
José Manoel Luiz da Cunha Costa	Leopoldo Frederico Pereira	Manoel Claro Alves
José Maria Fereira	Leopoldo Schinzel	Manoel Cordeiro Gomes
José Maria Pereira	Libero Badaró Nogueira Braga	**Manoel Correia de Freitas**
José Marques da Cunha	Lino Tasso Ravaglio	Manoel de Freitas Saldanha
José Mathias Ferreira de Abreu	Livio Petterle	Manoel Eufrasio de Souza Franco
José Maximiano da Costa Faria	Lothario Pereira	Manoel Fernandes Luiz
José Muniz de Figueiredo	Lourenço Fava	Manoel Francisco Gomes

José Narciso Teixeira da Cunha	Lourenço Justiniano Baptista Ferreira	Manoel Godofredo Lima
Jose Niepce da Silva	Lourenço Leopoldino Cavalcanti	Manoel Gomes de Macedo
José Olintho da Silva Castro	Lourival Borba	Manoel Gomes Mendes
José Passarelli	Luciano Ignacio da Rocha Junior	Manoel Gomes Pereira
José Pedro de Freitas	Luciano José de Gracia	Manoel Gonçalves de Araujo
José Pereira dos Anjos Junior	Luciano Ravilla	Manoel Gonçlaves Withers
José Pereira dos Santos Andrade	Luciano Stencel	Manoel Joaquim de Abreu
José Pinsutti	Lucio José de Freitas	Manoel José da Costa Lisboa
José Raggio	Ludgero Braulio Salmon	Manoel José da Cunha Bitencourt
José Rigoletto	Ludovico Frederico Merlo	Manoel Lafitte
José Salles Dias	Lufrido da Costa Cabral	Manoel Magalhães de Abreu
José Sebastião	Luiz Benicio da Silva Bastos	Manoel Martins Vianna
José Segisnando Maia	Luiz Bettini	Manoel Moreira da Silva
José Severino Pereira Ramos	Luiz Carlos Wendt	Manoel Nogueira Junior
José Sotero de Menezes	Luiz Condessa	Manoel Odorico Laynes
José Stori Sobrinho	Luiz de Aguiar Ritto	Manoel Pereira Franco
José Vieira	Luiz de Sá Ribeiro	Manoel Ricardo Alves da Fonseca
José Wille Lupion	Luiz Fernando Schneider	Manoel Ricardo Dias Negrão
Josino Ribeiro Mascaranhas	Luiz Garcia	Manoel Rodrigues Sanches
Jotto Casadio de Riolo	Luiz Giglio Junior	Marcel Alfred Godfwid
Julio Cesar Fernandes Peixoto	Luiz José da Cunha	Marcos Aggapito de Mello
Julio David Pernetta	Luiz Machuca	Marcos Costa
Julio Gomes Meirelles	Luiz Napodano	Mariano Hessel
Julio Krochuer	Luiz Parigot de Souza	Mariano Marques de Souza
Julio Machado da Luz	Luiz Pinto da Rocha	Mario Brasilio Ramos
Julio Mario Petuya	Luiz Ribeiro de Andrade	Mario Caron
Julio Marques da Silva	Luiz Rodrigues d'Oliveira	Mario Fernandes
Julio Meister Sobrinho	Luiz Romanó	Mario Ferreira de Abreu
Julio Raymundo Raumat	Luiz Sá de Affonseca	Mario Jordão Affonso da Costa
Julio Theodorico Guimarães	Luiz Salgado Accioly	Mario Miró
Julius Kock	Luiz Scaramella	Mario Nogueira
Juvenal Bitencourt	Luiz Schneider	Mario Sibut
Juvenal da Costa Pinto	Manoel André da Silva Costa	Martiniano Francisco de Oliveira
Juvenal Portella	Manoel Antonio Cordeiro	Mauricio Caillet
Juvencio Barbosa de Almeida	Manoel Antonio Guimarães Netto	Mauricio Ravaglio
Kalil Karam	Manoel Antonio Lustosa Carrão	Mauricio Sincke
Kasimierz Warchalowsky (Cassemiro)	Manoel Antunes	Max Wraeschuer
Leon Guiraud	Manoel Antunes Marques	Maximiano Pinto da Costa
Leonardo Macedonia Franco de Souza	Manoel Azevedo da Silveira JR	Maximiliano Hilbert
Leonardo Robert	Manoel Azevedo da Silveira Netto	Miguel Achar
Leoncio Leal	Manoel Baptista de Toledo	Miguel Arrata
Leonidas Cesar de Oliveira	Manoel Caron	Miguel Cordeiro Netto
Miguel Grassani	Paulo Vieira de Andrade	Roberto Barroso
Miguel Jorge Nasser	Pedro Augusto Pereyron	Roberto Bube
Miguel Simão Atab	Pedro Bruno	Roberto E. Naujoks
Milton de Oliveira Condessa	Pedro de Abreu	Roberto Glasser
Mirko Seljan	Pedro de Abreu Finkensieper	Roberto Hey
Moacyr Gonçalves Nogueira	Pedro Domingos da Silva Leite	Roberto Regnier
Moacyr Taddei Rocha	Pedro Frega Lopret	Roberto Straubel
Modesto Bitencourt	Pedro Fuga	Roberto Strobel
Modesto Gonçalves Cordeiro	Pedro Godolphim	Roberval Silva
Modesto Perestrello Carvalhosa	Pedro Henriques	Rodolfo Bottmann Junior

Modesto Polydoro	Pedro Luprette	Rodolpho Schelenker
Moyses Alves da Silva	Pedro Machado de Souza	Rodolpho Speltz
Nahum Prado	Pedro Machado de Souza Galvão	Rodolpho Weiser
Narbal de Oliveira Passos	Pedro Maria Trompowsky Toulois	Rodrigo d'Araujo Aragão Bulcão
Narciso Antonio Bizarro	Pedro Pacheco da Silva Netto	Romão Rodrigues de Oliveira Branco
Nathalio Santos	Pedro Paladino	Romolino Requião (1)
Neson José da Rocha	Pedro Podolphim	Romualdo Petuya
Nestor Wirmond	Pedro Rispoli	Romulino Requião
Ney Leprevost	Pedro Scaramella	Roque Simpliciano da Costa Perdigão
Nicanor Ramos e Ramos	Pedro Viriato de Souza Filho	Rubens Beltrão Faria
Niceforo Nicanor Bezerra da Trindade	Penny Dlon Cox	Rubens França Bittencourt
Nicolau Gentil	Percy Whiters	Rubens Pereira Reis de Andrade
Nicolau Salomão	Peregrino Cyro de Almeida	Sady Parigot de Souza
Noé Piazzetta	Philinto Ribeiro Braga	Saldanha Leite
Normando Jusi	Pio Felice Guasco	Salomão Abib Saab
Nuno Aguiar	Pio Pessotto	Salomão Walger
Octaciano Eugenio de Mello	Placido Conrado Pereira	Salvador Borelli
Octacilio de Faria Abreu	Platão L. Negroponte	Salvador Alves da Silva
Octaviano Jansen Pereira	Plautio Cavalieri	Salvador João Fernandes
Octavio Ferreira do Amaral e Silva	Plinio Liberato Pessoa	Salvador Marins
Olegario Vieira Belém	Plinio Miró	Samarin Cuaban
Olintho Bernardi	Plinio Venturini	Samuel Benain
Oliveiro Aleixo dos Santos	Primo Crollanti	Santiago Jayme Braz
Olivo Carnasciali	Quirino Ignacio da Cruz	Santiago M. Colle
Olympio Carvalho Fonseca	Raphael Diniz Villas Boas	Saturnino Cunha da Luz
Oscar Monteiro Espinola	Raphael Francisco Greca	Saturnino Trevisani
Oscar Muller	Raphael Raso	Sebastião Madureira Correia
Osny Costa	Raul de Almeida Faria	Sebastião Mendes de Brito
Osorio Ribas Guimarães	Raul do Prado Pinto Peixoto	Sebastião Paraná
Otilio Werneck	Raul Vaz	Sebastião Pedroso
Otto Leopoldo Reche	Raymundo Luiz Marinho	Segismundo Gorbache
Otto Repolus	Reinaldo Alves de Souza	Seraphim Bento Monteiro
Paschoal Rispoli	Reinaldo Pedro Machado	Seraphim Roseira Ribas
Paulino de Almeida	Renê Sandreski	Sergio Pretextato de Abreu
Paulo Bento Manita	Renzo Guido Baglia	Sesostris Augusto de Oliveira Passos
Paulo da Rocha Chueiri	Rescalla Pedro Chueiri	Severiano Adolpho da Fontoura
Paulo de Siqueira Cortes	Ricardo Cabral da Cunha Godolphim	Severino Cordeiro Bahia
Paulo Dietzch	Ricardo de Souza Dias Negrão Filho	Severino de Freitas Prestes Filho
Paulo Garcia de Miranda	Ricardo Dinguth	Severo Barbosa
Silverio José Nery	Thomaz Caggiani	Vicente Puglielli
Silverio Rippel	Tiburcio dos Santos Ribeiro	Victor Ferreira do Amaral e Silva
Silvio Pellini	Tiburcio Ramos	Victor Gugisch
Simão Abrahim Mansur	Urbano da Silva Pereira	Virgilio Brustolim
Simão Kossobudzki	Urbino de Araujo Medeiros	Virgilio Requião
Stephan Seljan	Vady Abuchacra	Virginio de Oliveira Mello
Stephano Caputo	Valentim Beatrici	Viriato Carvalho de Oliveira
Sylvio Duque e Santos	Vasco da Gama Monteiro Coelho	Vittorio Gabardo
Sylvio Machado da Silva	Venâncio da Rocha Figueiredo	Vlademiro Kwasinsky

	Junior	
Tadeo José Ianicki	Ventura Laffitte	Volodimiro Wasinsky
Tapir Lopes	Vergilio Luiz Ressetti	Waldemar da Costa Lima
Tertuliano Teixeira de Freitas	Verissimo Antonio de Souza	Walfrido Pilotto
Theodorico Camargo Bittencourt	Vicente Bortoluzzi	Walter Aust
Theodoro Kabisch	Vicente Ciccarino	Walter De Mari
Theophilo Balduino Lopes	Vicente Domingos Garcia	Walter Medeiros Rodrigues Silva
Thiago José Pedroso	Vicente Emiliano	Zacarias de Paula Xavier
Thoephilo Fabiano Cabral	Vicente F. Lopes	Zeno Silva

FONTE: http://www.museumaconicoparanaense.com/MMPRaiz/LojaPRate1973/0555_0breiros.htm. Acesso 02.abril.2014.

APÊNDICE 11

FUNDADORES DA LOJA FRATERNIDADE PARANAENSE



FONTE: http://www.museumaconicoparanaense.com/MMPRaiz/LojaPRate1973/0555_Fundadores.htm. Acesso 02.abril.2014.

APÊNDICE 12

CRONOGRAMA DAS MISSÕES PACIFISTAS NA REGIÃO DO CONTESTADO	
08.12.1913	Frei Rogério Nehauss vai ao Reduto de Taquaruçu na tentativa de mediação entre o governo municipal e os sertanejos. Foi expulso do reduto.
29.12.1913	Primeiro ataque ao Reduto de Taquaruçu. Forças legais são derrotadas.
06.01.1914	Envio dos espiões Periquito (João Rodrigues) e Valeriano Marcondes ao Reduto de Taquaruçu.
24.01.1913	Gustavo Lebon Regis enviou o benzedeiro Damaso Padilha ao Reduto de Taquaruçu.
26.01.1914	Chegada de Manoel Correia Defreitas em Curitibanos.
28.01.1914	Passagem de Manoel Correia Defreitas por Campos Novos e encontro com o comandante das tropas legais, o Tenente-coronel Dinarte de Aleluia Pires, de quem obteve o compromisso de aguardar seu retorno antes de iniciar o ataque ao Reduto de Taquaruçu.
30.01.1914	Partida de Manoel Correia Defreitas para o Reduto de Taquaruçu
31.01.1914	Chegada de Manoel Correia Defreitas ao reduto de Taquaruçu acompanhado pelo Coronel Antonio Maria Rocha Tico (emissário do jornal Diário da Tarde de Curitiba) e dos guias Antonio Cordeiro Sampaio (plantador de fumo da região), Generoso Ribeiro e Firmino Melo. Correia Defreitas pernoita na casa do falecido Praxedes Gomes Damasceno.
02.02.1914	Correia Defreitas deixa o Reduto de Taquaruçu e vai direto para o Reduto de Caraguatá acompanhado de Generoso Ribeiro e Firmino Melo. Antonio Maria Rocha Tico vai para Campos Novos. Antonio Cordeiro Sampaio vai para Espinilho (lugar de concentração das tropas legais).
03.02.1914	As tropas legais partem do Espinilho e se posicionam para atacar Taquaruçu.
05.02.1914	Chegada de Correia Defreitas ao Reduto de Caraguatá.
08.02.1914	Correia Defreitas deixa o Reduto de Caraguatá. Ataque das tropas legais ao reduto de Taquaruçu.
09.02.1914	Tropas legais invadem o Reduto de Taquaruçu e incendeiam as construções.

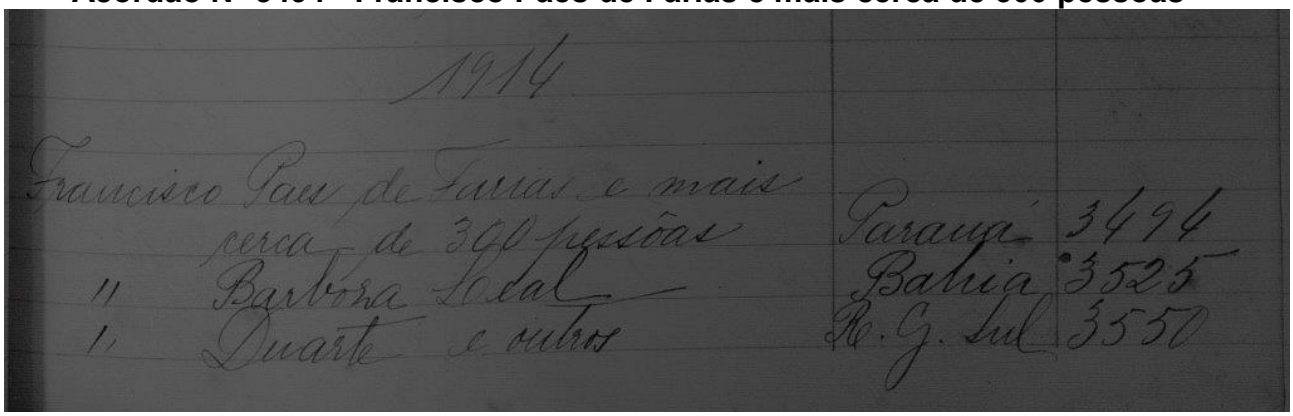
10.02.1914	Retorno das tropas legais para o Espinilho. Chegada de Correia Defreitas a Campos Novos.
13.02.1914	Partida de Correia Defreitas para Porto Alegre.
14.02.1914	Tropas legais se posicionam para atacar o Reduto de Caraguatá
08.03.1914	Combate de Caraguatá
13.02 a 13.09.1914	Excursão por cidades do interior do Rio Grande do Sul, Uruguai, Argentina, Paraguai e Alto do Paraná
Setembro 1914	Retorna ao Brasil
14.12.1914	Retorna às atividades na Câmara dos Deputados

Elaboração da autora conforme consulta à Hemeroteca Nacional e as referências bibliográficas do capítulo 3

APÊNDICE 13

O HABEAS-CORPUS DE DEOCLECIANO MARTYR

Acórdão Nº 3494 - Francisco Paes de Farias e mais cerca de 300 pessoas



Fonte: Livro 856-HC-3494 a 3690. Arquivo Histórico do STF em Brasília

Ao mesmo tempo em que a missão pacifista de Correia Defreitas se encontrava no reduto de Taquaruçu, outra ação estava sendo tomada para tentar evitar o ataque aos sertanejos. O advogado, Deocleciano Martyr, dá entrada no Supremo Tribunal Federal (STF) de um pedido de habeas-corpus[3] em favor de Francisco Paes de Farias (Venuto Baiano[4]), Eusébio dos Santos e mais cerca de 300 indivíduos que se dizem perseguidos pela Força Pública do Paraná e de Santa Catarina, sob o pretexto da prática de ritos religiosos. O advogado alegou o direito de reunião e liberdade de consciência na defesa dos sertanejos. O STF requisita informação ao governador de Santa Catarina, Vidal Ramos[5], para instruir o habeas-corpus. No alongado telegrama-resposta, o governador abandona os proclamados sentimentos humanitários para com os sertanejos e enumera provas para concluir que os meios brandos até então empregados não se tornaram eficazes.

[3] Habeas corpus é a proposta por qualquer pessoa em seu favor ou de outrem ou pelo Ministério Público para assegurar a liberdade pessoal violada ou ameaçada, por ato ilegal de autoridade pública ou de particulares. Habeas corpus preventivo é a ação impetrada com o escopo de impedir a consumação de violência ou coação iminente.

[4] Venuto Baiano era o comandante militar dos sertanejos. Organizava os treinamentos diários, as marchas e os bombeiros que se infiltravam nas tropas do governo para "bombear" informações para os redutos. Venuto Baiano havia combatido na Guerra de Canudos e na Revolução Federalista e comandou por algum tempo o Reduto de Caraguatá.

[5] Governador de Santa Catarina de 28 de setembro de 1910 a 20 de junho de 1914.

> Pelas informações que me tem sido transmitidas em minuciosos despachos telegráficos, verifiquei que os sertanejos se reuniram em Taquaruçu, grande parte deles movidos por uma perigosa exaltação religiosa. Essa reunião, porém, assumiu desde logo uma feição perturbadora da ordem pública.
> Além de estarem quase todos os sertanejos armados de carabinas, winchesters, revólveres, etc; de terem estabelecido trincheiras ao longo do caminho que conduz a Taquaruçu, desde uma légua de distância do reduto; de terem mortalmente ferido uma das praças empregadas nesse serviço; de dois ataques consecutivos à vila de Curitibanos; dos saques que praticaram em várias casas comerciais; dos roubos de gado que estão iniciando, os fanáticos estão fazendo constantes exercícios militares sob as ordens de perigosos criminosos, como Benevenuto Alves de Lima e outros contra os quais existem mandatos de prisão. Foi para impedir a prática de tais atos, para restabelecer a ordem naquela longínqua zona e para a consequente prisão dos criminosos que ali se acham, que o governo entendeu de seu dever tomar providências decisivas e enérgicas, evitando assim consequências talvez muito tristes para o estado. O governo do Estado pretende, com as providências tomadas, impedir a reunião de indivíduos armados, que dão guarda a criminosos, atacam as forças encarregadas de manter a ordem pública, assaltam audaciosamente a vila, saqueiam casas, roubam gado como já fizeram e estão fazendo os fanáticos de Taquaruçu.
> O governo continua, entretanto, a fazer os possíveis esforços para conseguir a dispersão dos sertanejos fanatizados, por meios brandos e suasórios. (O DIA, 25/01/1914)

Vidal Ramos também informou ao STF que 21 sertanejos que estavam em Taquaruçu eram indiciados como réu em processos judiciais pela Comarca de Curitibanos e tinham mandatos de prisão expedidos contra eles. Machado (2004) indica que a maioria dos crimes pelos quais estavam sendo acusados os sertanejos eram crimes pequenos tais como roubos, brigas e ofensas, e destaca que da mesma maneira que entre os sertanejos não era pequeno o número de pronunciados[6], o mesmo ocorria entre os vaqueanos que auxiliavam o governo, mas obviamente esse detalhe não constou no telegrama de Vidal Ramos enviado ao STF.

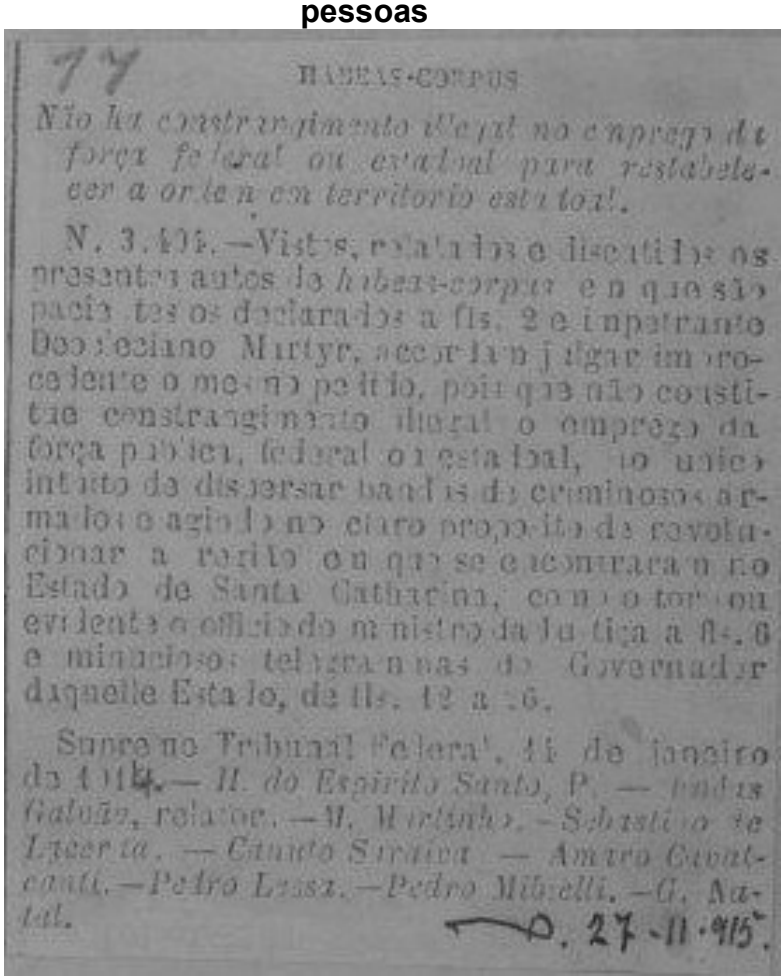
O STF requisita informação também ao governador do Paraná, Carlos Cavalcanti[7], para instruir o habeas-corpus. Este respondeu que estava fora de sua alçada agir no território sob jurisdição de Santa Catarina, acrescentando que *"nas fronteiras do Paraná reinava a completa harmonia depois da presença do Regimento da Segurança nessas divisas. Apenas garantia a soberania do estado afim de evitar incursões perturbadoras da ordem. As forças paranaenses conviviam na harmonia com os sertanejos"* (GAZETA DO COMMERCIO, 28/01/1914).

[6] Pronunciado – indicado como réu.

[7] Governador do Paraná de 25 de fevereiro de 1912 a 25 de fevereiro de 1916.

Porém, diante das informações do governador de Santa Catarina, considerando os sertanejos como perigosos fanáticos perturbadores da ordem pública e seus argumentos de que eles haviam se reunido movidos pela perigosa exaltação religiosa e que essa reunião assumira desde logo a feição perturbadora da ordem pública, o Supremo Tribunal Federal não concedeu o pedido de habeas corpus. Uma das últimas alternativas para se evitar uma carnificina havia se esvaecido.

Acórdão Nº 3494 referente pedido de Habeas Corpus para Francisco Paes de Farias e mais cerca de 300 pessoas



77 HABEAS-CORPUS

Não ha constrangimento illegal no emprego de força federal ou estadual para restabelecer a ordem em territorio estadoal.

N. 3.494.—Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de *habeas-corpus* em que são pacientes todos declarados a fls. 2 e impetrante Deocleciano Martyr, accordam julgar improcedente o mesmo pedido, pois que não constitue constrangimento illegal o emprego da força publica, federal ou estadual, no unico intuito de dispersar bandos criminosos armados e agindo no claro proposito de revolucionar a ordem em que se encontrava no Estado de Santa Catharina, como o torna evidente o officio do ministro da Justiça a fls. 6 e minuciosos telegrammas do Governador daquelle Estado, de fls. 12 a 16.

Supremo Tribunal Federal, 11 de janeiro de 1914.— *H. do Espirito Santo, P. — Pedro Lessa*, relator. —*M. Murtinho.* —*Sebastião de Lacerda.* —*Canuto Saraiva.* — *Amaro Cavalcanti.*—*Pedro Mibelli.*—*G. Natal.*

D. 27-11-915.

Fonte: Livro 856-HC- Acórdão Nº 3494
Acervo do Arquivo Histórico do STF em Brasília

Habeas Corpus

Não há constrangimento ilegal no emprego de força federal ou estadual para restabelecer a ordem em território estadual.

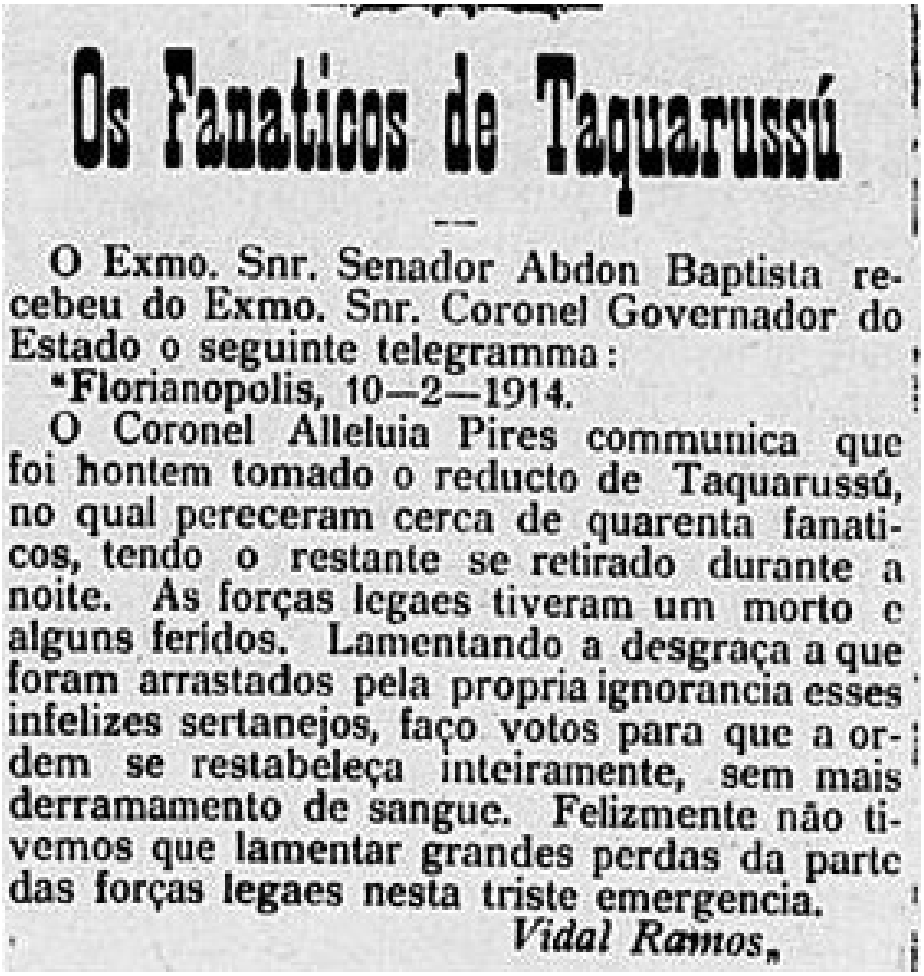
Nº 3494 – Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de habeas corpus em que são pacientes os declarados a fl.2 e impetrante Deocleciano Martyr, acordam julgar improcedente o mesmo pedido, pois que não constitui constrangimento ilegal o emprego de força federal ou estadual, no único intuito de dispensar bandos de criminosos e armados agindo no claro propósito de revolucionar a rebito (sic) os que se encontram no estado de Santa Catarina, como o tornou evidente o oficial do Ministro da Justiça a fl.6 e o minucioso telegrama do governador daquele estado, de fls, 12 a 26.

Supremo Tribunal Federal, 11 de janeiro de 1914.
H. do Espírito Santo, P.
Enéas Galvão, relator
M.Murtinho, Sebastião de Lacerda, Canuto Saraiva, Amaro Cavalcanti, Pedro Lessa, Pedro Mibielli, G. Natal

Fonte: Livro 856-HC 3494 .
Arquivo Histórico do STF em Brasília

O governo republicano decidiu atacar pesado sobre o reduto de Taquaruçu. No início de fevereiro de 1914 concentraram-se no Espinilho 750 homens sob o comando do Tenente-Coronel Aleluia Pires equipados com artilharia de montanha (obuses, canhões, metralhadoras). Compunham essas forças repressoras um Esquadrão do 14º Batalhão de Cavalaria e Companhias do 54º Batalhão de Caçadores, além de soldados da Polícia Militar de Santa Catarina e

inúmeros vaqueanos[8] cedidos pelos fazendeiros da região. O ataque ocorreu dia 8 de fevereiro.



Os Fanaticos de Taquarussú

O Exmo. Snr. Senador Abdon Baptista recebeu do Exmo. Snr. Coronel Governador do Estado o seguinte telegramma:

"Florianopolis, 10—2—1914.

O Coronel Alleluia Pires communica que foi hontem tomado o reducto de Taquarussú, no qual pereceram cerca de quarenta fanaticos, tendo o restante se retirado durante a noite. As forças legaes tiveram um morto e alguns feridos. Lamentando a desgraça a que foram arrastados pela propria ignorancia esses infelizes sertanejos, faço votos para que a ordem se restabeleça inteiramente, sem mais derramamento de sangue. Felizmente não tivemos que lamentar grandes perdas da parte das forças legaes nesta triste emergencia.

Vidal Ramos,

Telegrama de Vidal Ramos (governador de Santa Catarina) ao senador Abdon Baptista comunicando o ataque ao Reduto de Taquaruçu dia 08.02/1914
Fonte: Gazeta do Commercio, 11/02/1914

Machado (2004, p. 281) fornece algumas informações sobre Deocleciano Martyr: *"foi diretor-editor do jornal florianista, nacionalista e antilusitano O Jacobino entre 1894-1901, período no qual deu apoio integral à campanha militar contra Canudos."* Para Machado (2004) "provavelmente" por ter apoiado a campanha militar contra Canudos é que agora, no Contestado estava tentando evitar tragédia semelhante.

[8] Vaqueano = peões de fazenda ou capangas de coronéis armados para guiar as tropas e lutar contra os jagunços.

Deocleciano Martyr era natural de Porto Alegre. No final do período monárquico participou de várias associações abolicionistas e de vários clubes republicanos, como o Centro Republicano Lopes Trovão e o Círculo Republicano Brasileiro. Durante a Revolta da Armada organizou vários batalhões patrióticos e seguiu com um deles, o Batalhão Tiradentes, para o Paraná. Pela prestação de serviços de guerra foi nomeado capitão honorário do exército por Floriano Peixoto. Fundou vários jornais de orientação nacionalista como A Luta, O Clarim, O Povo – todas de efêmera duração. Colaborou em alguns jornais, como os cariocas O Tempo e O Correio do Povo.[9] Pretendendo aproximar-se do poder se apresentou duas vezes como candidato à intendência do Rio de Janeiro, em 1894 e 1896[10]. Não ganhou em nenhum dos pleitos. Em 13 de novembro de 1894 fundou o jornal O Jacobino que ao longo de sua trajetória teve várias interrupções. Sua direção e redação cabiam a Deocleciano Martyr, que, no expediente, assim definia o seu jornal: *"O Jacobino é orgam nativista, noticioso, politico e operario; dedicado aos interesses e deffeza dos Brazileiros e consagrado á causa da Republica. Aceita-se franca colaboração e só da-se publicidade á reclames e annuncios de casas commerciaes Brazileiras. Não se admite o anonymato"* (QUEIROZ, 1986, p.93).

Jacobino era o termo utilizado para designar os "republicanos radicais"[11] que lutavam pela consolidação da república e glorificação da nacionalidade durante o governo de Floriano Peixoto. O ponto alto do movimento jacobino foi de 1893 a 1897, cuja inspiração maior era Floriano Peixoto. Durante esse período agitaram o cenário político, mas não conseguiram romper com a ideologia da classe rural que dominava o Brasil e impor um projeto político alternativo. Deocleciano, um dos líderes do movimento era integrante da camada média urbana e o movimento não conseguiu romper o universo ideológico da classe dominante.

[9] Queiroz (1986) destaca que Deocleciano Martyr era mau redator: além de linguagem violenta e obscura, era permeada de erros gramaticais. Segundo a autora, ele não era bacharel. Até o momento não conseguimos localizar nenhuma informação sobre a formação profissional de Deocleciano.

[10] O Jacobino de 01/12/1894 e de 21/11/1896.

[11] O termo jacobino foi utilizado com essa acepção de "republicanos radicais" durante os momentos iniciais da república no Brasil e fazia alusão aos indivíduos intransigentes e intolerantes que defendiam as suas opiniões através de ações tumultuárias nas ruas e praças, o que acentuou sua conotação pejorativa.



Fonte: Tagarela, 7 de julho de 1904

Deocleciano Martyr era considerado o principal incitador das perseguições a monarquistas e espancamentos a portugueses e o maior articulador do atentado ao presidente Prudente de Moraes[12]. O periódico "O Jacobino" reverberava o exasperado estilo político do seu diretor, fundador e redator-chefe, seguido por sequazes[13] que "em tudo" concordavam com o "chefe". Foi o primeiro a se definir como especificamente jacobino e nativista, até mesmo porque Deocleciano Martyr

[12] Ficha 211994 do Acervo Jurídico do Arquivo Nacional (BV.O.RMI.0632): peticionário Deocleciano Martyr condenado por tentativa de homicídio contra o presidente Prudente de Morais, vítima e outros. 1903-1904.

[13] Sequaz = quem segue ou acompanha algo ou alguém.

julgava-se, como assim era considerado pelos seus sectários, o fundador do “Partido Jacobino do Brazil” (MUZZI, 2006).

Luiz Edmundo [apud MUZZI, 2006, p.22] assim descreveu Deocleciano Martyr, um dos mais destacados jacobinos:

> Ainda moço, perdera uma das pernas e andava de muletas[14]. Contudo, mesmo assim, estropiado, capenga, entrava, muita vez, em ação, nos ataques de rua feitos contra os nascidos em além-mar. E era de vê-lo em meio aos mais perigosos conflitos, saltando num pé só: como Saci, o seu bastão de apoio, arma terrível de combate, em rodopios pelo ar.[15]

Em novembro de 1897 respondeu processo pelo atentado ao presidente Prudente de Moraes e pelo assassinato do ministro da Guerra Carlos Machado Bittencourt. Foi condenado a 24 anos de prisão como implicado[16]. Mas não fica muito tempo preso, pois no governo de Campos Salles foi indultado[17] e saiu da prisão. Após ser solto dedicou-se à advocacia e fundou a Assistência Jurídica-Militar, além do semanário “Segundo Districto”, de política moderada (bem diferente de O Jacobino). Foi agraciado com o título de Conde de Vera Cruz pelo Papa Pio X por ter promovido a instalação da imagem de Cristo na sala do Tribunal do Júri do Rio de Janeiro. Por motivos políticos foi afastado do cargo de agente municipal da Prefeitura de Campo Grande, sendo reintegrado tempos depois. Veio a falecer nesse cargo em 13 de setembro de 1927, no Rio de Janeiro. Seu nome de batismo era Deocleciano Marques Teixeira. Era filho de João de Deus Teixeira e de Rita Angelica Ribeiro Teixeira. Com sua esposa Julia Gonzaga Martyr teve a única filha América Martyr, casada com Arnesto Guaraciaba de Senna.[18]

---

[14] Deocleciano perdeu uma das pernas num acidente que ocorreu logo após apostar com um estrangeiro a travessia a nado da Baía de Guanabara (Jornal do Brasil ,15/09/1927).

[15] EDMUNDO, Luis. **De um livro de memórias**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1958, 5 vols. p. 426.

[16] Implicado = aquele que está envolvido numa ação judicial.

[17] Indultado = que foi alvo de absolvição; que recebeu perdão ou indulto; indultário.

[18] Não localizamos o ano de nascimento de Deocleciano Martyr, mas ele nasceu em um 31 de maio. Foi sepultado no Cemitério São Francisco Xavier (Cemitério do Caju) na cidade do Rio de Janeiro. Fonte: Gazeta de Notícias de 14.09.1927, O Paiz de 14.09.1927, Jornal do Brasil de 14.09.19127, 15.09.1927, 16.09.1927 e 12.10.1927.

Deocleciano Martyr: nascimento 31.05.???? em Porto Alegre/RS.
falecimento 13.09.1927 no Rio de Janeiro/RJ.

A literatura localizada até o momento que trata de Deocleciano Martyr concentra-se no período da sua atuação frente ao jornal “O Jacobino” e no movimento do jacobinismo no Brasil. Ainda está por ser feita uma pesquisa que trate de sua atuação frente a Assistência Jurídica-Militar da qual foi o fundador e seu presidente até seu falecimento no ano de 1927. Foi por meio dessa assistência que em janeiro de 1914 Deocleciano entrou com o pedido de habeas-corpus em favor de Francisco Paes de Farias (Venuto Baiano), Eusébio dos Santos e mais cerca de 300 indivíduos. Junto ao arquivo do Supremo Tribunal Federal estamos pesquisando a localização desse processo para darmos continuidade a análise desse pedido. Em paralelo segue a pesquisa em outras fontes, como os periódicos da época, para obtermos maiores informações sobre a trajetória de Deocleciano, bem como sua posição perante a Guerra do Contestado antes da entrada do pedido de habeas corpus até o desfecho oficial da guerra em 1916.

APÊNDICE 14

RELAÇÃO DOS CLUBES REPUBLICANOS FUNDADOS POR MANOEL CORREIA DEFREITAS

LOCALIDADE	DATA	FUNDADORES	LOCALIDADE
CLUBE REPUBLICANO DE DESTERRO	13.08.1885	José de Araújo Coutinho	Desterro – SC
CLUBE REPUBLICANO DE CURITIBA	22.11.1885	José Correia de Freitas Eduardo Mendes Gonçalves – presidente Ernesto Lima - secretário	Curitiba - PR
CLUBE REPUBLICANO DE CAMBORIÚ	01.05.1887	**Manoel Correia Defreitas** Manoel Anastácio Pereira - presidente Antônio Manuel de Souza – 1 ºsecretário José Francisco Bernardes – 2º secretário	Camboriú – SC
CLUBE REPUBLICANO FEDERATIVO DE JOINVILLE	10.05.1887	**Manoel Correia Defreitas** Victorino de Souza Bacellar - presidente Ernesto Canac - secretário Ignácio Bastos- tesoureiro	Joinville – SC
CLUBE REPUBLICANO DE TIJUCAS	22.05.1887	**Manoel Correia Defreitas** Manoel Miranda da Cruz (padre) – presidente Antônio Luiz Pereira – vice-presidente João Barthem Júnior – secretário Angelo Coly - tesoureiro	Tijucas- SC
CLUBE REPUBLICANO DE SÃO FRANCISCO DO SUL	Maio.1887	**Manoel Correia Defreitas** Eleutério Tavares Luiz Antônio Ferreira Gualberto	São Francisco do Sul - SC
CLUBE REPUBLICANO FEDERATIVO DESTERRENSE OU CLUBE REPUBLICANO ESTEVES JUNIOR	24.06.1887	**Manoel Correia Defreitas** Raulino Horn – presidente Gustavo Richard – vice-presidente Fausto Augusto Werner – secretário Lídio Matins Barbosa - orador	Desterro – SC
CLUBE REPUBLICANO CATARINENSE	14.07.1887	**Manoel Correia de Freitas** Antônio Justiniano Esteves Junior José Arthur Boiteux Luiz Nunes Pires Virgílio Meireles de Lima	Rio de Janeiro - RJ

		Lauro Muller Adolfo Bernardino Dutra Manoel Henrique de Souza Adolfo Leon Sales Oscar Capela João da Silva Cardoso Venâncio Antônio Oliveira e Silva Rodolfo Riegel Gustavo Schmidt Sergio Leopoldo Miranda Rodolfo de Souza Lobo Antero dos Reis Dutra Alfredo Esteves Manoel José Fernandes	
CLUBE REPUBLICANO DE PARANAGUÁ	21.08.1887	Fernando Machado Simas Nestor Victor dos Santos Guilherme José Leite Júlio Cezar Peixoto Fernandes José Ferreira de Campo Benedito Antônio Guilherme Francisco José de Souza José Gonçalves Lobo Theobaldo Dacheaux Cezalpino Luiz Pereira Germano Augusto Pirath Manoel Figueira Neto Manoel Lucas Evangelista Luiz Mariano de Oliveira Geraldo Devisé Joaquim Guilherme da Silva	Paranaguá – PR
CLUBE REPUBLICANO FEDERATIVO DE PORTO BELO	27.08.1887	**Manoel Correia Defreitas** João Baptista de Souza – presidente Bento Francisco Garcia – secretário Claudino Vieira Rebelo - tesoureiro	Porto Belo – SC
CLUBE REPUBLICANO SÃO JOÃO BATISTA	04.09.1887	**Manoel Correia Defreitas** Benigno Alves dos Santos – presidente José Faustino do Nascimento – secretário	São João Batista - SC
CLUBE REPUBLICANO DE ITAJAÍ	11.09.1887	**Manoel Correia Defreitas** João de Souza Marinho Emmanoel Pereira Liberato Manoel Aantônio Fontes Manoel Gonçalves Pereira	Itajaí - SC
CLUBE REPUBLICANO DE SÃO JOSÉ	1887	Joaquim A. Vaz	São José – SC

CLUBE REPUBLICANO DE BIGUAÇU	1887	Francisco Cavalcanti da Luz	Biguaçu – SC
CLUBE REPUBLICANO DE SÃO BENTO	01.08.1888	**Manoel Correia Defreitas** João Filgueiras de Camargo – presidente	São Bento do Sul - SC
CLUBE REPUBLICANO DE CAMPO ALEGRE	17.06.1888	a verificar	Campo Alegre - SC
CLUBE REPUBLICANO DE BARRA VELHA	a verificar	a verificar	Barra Velha – SC
CLUBE REPUBLICANO DE BLUMENAU	a verificar	Mario Pereira Liberato Frederico Schmiz	Blumenau - SC
CLUBE REPUBLICANO DE ITAPOCU	a verificar	Alexandre Justino Regis Onofre Francisco da Rosa Miguel Leal de Souza Nunes	Itapocu – Araquari – SC
CLUBE REPUBLICANO DE LAGES	a verificar	a verificar	Lages – SC
CLUBE REPUBLICANO DE CURITIBANOS	a verificar	a verificar	Curitibanos – SC
CLUBE REPUBLICANO DE LAGUNA	a verificar	a verificar	Laguna – SC
CLUBE REPUBLICANO DE CAMPOS NOVOS	a verificar	a verificar	Campos Novos – SC
CLUBE REPUBLICANO UBALDINO DO AMARAL	04.01.1889	Eduardo Wirnond Tobias Moreira João Pacheco dos Santos Lima	Lapa – PR

Elaboração da autora
Fonte: Toda a bibliografia do Capítulo 4 e os documentos dos arquivos consultados.

APÊNDICE 15

BREVE CRONOLOGIA DE JOSÉ CORREIA DE FREITAS

DATA	ACONTECIMENTO
05.12.1856	Nascimento em São Francisco do Sul/SC
08.10.1857	Batizado na Paróquia Nossa Senhora das Graças em São Francisco do Sul
????	Em Paranaguá trabalhou na farmácia de Joaquim Antônio Pereira Alves
1876	Aparece na lista dos eleitores gerais de Paranaguá.
1877-1880	Vai para o Rio de Janeiro estudar farmácia no Instituto de Pharmaceuticos. Passou 3 anos na cidade e trabalhou em diversas farmácias.
1881	Retorna ao Paraná e colabora em prol da causa republicana em vários jornais: Jornal do Commercio A República Diário da Tarde
1881	Foi guarda-livros da Empório Comercial de propriedade do Comendador Antônio de Barros.
1881	Agente em Curitiba de produtos de farmácia e medicamentos. Agente das Pílulas Paulistanas (MORPHEA) do Dr. Etchecom.
28.02.1885	Oferece, para a quermesse da Paróquia de Curitiba, como prenda uma pena Águia Negra.
22.11.1885	Fundação do Clube Republicano de Curitiba, estava entre os presentes.
15.08.1886	Assina a ata da inauguração das obras parciais do Passeio Público como representante do Club Republicano de Curitiba.
08.09.1886	Casamento, em Paranaguá, com a professora Luiza Cardozo Netto
1887	Aprovado como eleitor de Curitiba (segunda sessão - primeiro quarteirão) por José Joaquim Teixeira, juiz de direito da comarca de Curitiba.
27.02.1887	Vice-presidente do Club Republicano de Curitiba. PRESIDENTE - Mauricio Sinke VICE-PRESIDENTE - José Correia de Freitas 1º SECRETÁRIO - Eduardo Moura 2º SECRETÁRIO - Luiz de Carvalho TESOUREIRO - Brazilino Moura
21.08.1887	Fundação do Clube Republicano de Paranaguá. Nesse mesmo dia foi escolhido quem iria para concorrer às eleições provinciais como deputado republicano. Foi escolhido Jorge Desmarrais. José Correia de Freitas que ganhou 1 voto.
18.09.1887	Não faz mais parte da redação do jornal A República.

1887	Faz parte do júri e é eleitor em Curitiba
1888	Assina abaixo-assinado em manifesto de apreço ao padre José Joaquim do Prado que deixava a Paróquia de Nossa Senhora da Luz de Curitiba. Era vice-presidente do Club Republicano de Curitiba
11.02.1888	Recebeu o diploma de eleitor republicano (título de eleitor da 2ª seção, 4° quarteirão, N° 496 – Curitiba.) Profissão: funcionário público e comerciante.
07.01.1889	Nascimento da filha Josepha
1889	Empregado no escritório da Estrada de Ferro.
1890	Nomeado fiscal de auxílio à lavoura do Banco do Estado do Paraná.
1890	Nascimento da filha Conceição
17.04.1890	Nomeado secretário da Escola de Artes e Indústria do Paraná.
1891	Nascimento do filho Domingos
MARÇO DE 1891	Eleito orador adjunto do Club dos Girondinos
MAIO DE 1891	Nomeado contador da Delegacia da Inspetoria Geral das Terras e Colonização.
1892-1893	Deputado à Assembleia Constituinte Estadual.
16.05.1892	A Lei N. 10 de 16 de maio de 1892, votada pelo Congresso Paranaense autorizou o governo a construir a Escola Tiradentes, projeto do deputado José Correia de Freitas, que foi apoiado pelo Barão do Serro Azul.
01.10.1892	Falecimento da filha Conceição
12.11.1892	Falecimento do filho Domingos
19.12.1892	Com a presença do governador, prefeito, chefe de segurança, congressistas, magistrados e grande concorrência de populares foi lançada a pedra fundamental para a Escola Tiradentes. O deputado estadual José Correia de Freitas pronunciou um discurso no ato. Esse mesmo dia por ser o 39º aniversário da criação da província do Paraná foi considerado feriado. Esse ano era comemorado o centenário da morte de Tiradentes.
12.09.1893	Assina o seguinte telegrama que foi enviado ao Marechal Floriano Peixoto, vice-presidente da república. *Curitiba, 12 de setembro de 1893* *A mesa do Congresso Legislativo do Paraná, em nome desse mesmo Congresso, confiante no vosso comprovado patriotismo e amor à República, vos protesta inteira solidariedade na defesa da Constituição.* *Manuel José de Faria Albuquerque – presidente* *José Correia de Freitas - 1º secretário* *Octávio Ferreira do Amaral da Silva - 2º secretário*
NOVEMBRO DE 1893	Foi nomeado Capitão Secretário do Comando Superior da Guarda Nacional da Comarca de São José dos Pinhais (pelo comandante superior Eduardo Augusto de Vasconcellos Chaves)
1893-1894	REVOLUÇÃO FEDERALISTA José Correia de Freitas e Lauro Muller foram legalistas, pica-pau, florianistas

1894-1895	Deputado Estadual Membro da Comissão Executiva compondo a mesa como 1º secretário. Presidente: Faria e Albuquerque 1º vice-presidente: Alberto Gonçalves 2º vice-presidente: Balduino Taques 1º secretário: José Correia de Freitas 2º secretário: Octávio do Amaral 3º secretário: Arsênio Cordeiro
1895	Nomeado Diretor Geral da Secretaria do Estado dos Negócios de Obras Públicas e Colonização
21.07.1895	O prefeito de Curitiba (Cyro Persiano de Almeida Velloso) fez público os nomes dos mesários que compuseram as 13 seções eleitorais do distrito de Curitiba para a eleição dos juízes distritais, que serviram no triênio de 21 de setembro de 1895 a 21 de setembro de 1898. José Correia de Freitas foi mesário da 6ª seção.
24.08.1895	Divulgada a ata da apuração geral da eleição a que se procedeu no dia 21.julho.1895 para três juízes distritais de São Casemiro do Tabuão e Nova Poloma, que pertencem ao município de Curitiba. José Correia de Freitas, empregado público, residente em Curitiba, recebeu um voto.
05.01.1896	Na abertura da exposição dos trabalhos dos alunos da Escola de Artes e Industrias, o diretor Mariano de Lima ergueu um brinde ao deputado José Correia de Freitas e ao governador do estado.
14.03.1896	O presidente da Câmara Municipal (Jorgen Hermano Meyer) faz público os nomes dos mesários compuseram as 13 seções eleitorais de Curitiba para a eleição de seis deputados para o Congresso Legislativo Estadual. José Correia de Freitas foi o mesário da 6ª seção.
1896-1897	Deputado Estadual Membro da Comissão Permanente de Instrução, Catequese e Civilização do Índios (juntamente com Leôncio Correia e Domingos Nascimento).
JULHO DE 1897	Nomeado membro da comissão do CLUB DOS PURITANOS que iria discutir as festas do carnaval
05.02.1898	Eleitor em Curitiba na 5ª seção, 21º quarteirão.
30.04.1898	Presta termo de promessa como 4º suplente de juiz distrital de Curitiba (havia sido eleito em 30.06.1895)
04.06.1899	Nomeado 2º suplente juiz federal da seção do Paraná
07.07.1900	Nascimento da filha Soledade
21.02.1901	Presente na catedral quando dos ofícios religiosos pelo falecimento de Alderico Bastos ministrado pelo padre Lamartine Miranda (seu sobrinho) junto do Monsenhor Alberto Gonçalves e o Cônego Celso Cunha.
1903	2º suplente do juiz substituto Claudino R. Ferreira dos Santos.
1904-1906	Oficial do gabinete de Vicente Machado
14.07.1905	Participou do picnic realizado no Capão da Amora (entre o Batel e a Santa Quitéria) em homenagem aos irmãos Bube (Gustavo, João e Roberto). Havia

	cerca de 50 pessoas nesse dia.
1907	Sorteado como jurado na 3ª sessão ordinária do dia 02 de setembro de 1907.
10.09.1907	Participa no julgamento de Manoel Pinheiro de Lima acusado de homicídio - o réu foi absolvido.
1908	2º suplente do juiz substituto Samuel Chaves.
1908 - 1917	Nomeado Secretário do Superior Tribunal de Justiça do Estado
20.12.1913	Evento de comemoração do 60º aniversário da emancipação política do PR promovido pelo Centro de Letras do Paraná - estavam presentes José Correia de Freitas, Luiza Netto Correia de Freitas, Josepha e Soledade Correia de Freitas.
25.07.1915	Retorna com a família do RJ
1928	Aposentadoria como funcionário do Superior Tribunal de Justiça do Paraná
03.02.1933	Falecimento em Curitiba.

Elaboração da autora

Fonte: Pesquisa no Site da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

APÊNDICE 16

RESULTADOS DA ELEIÇÃO DE 1º DE MARÇO DE 1894 PARA PRESIDENTE DA REPUBLICA

Presidente da República	
Candidatos	**Votos**
Eleito	
Prudente José de Moraes e Barros (Partido Republicano Federal)	**290.883**
Não eleitos	
Afonso Augusto Moreira Pena	**38.291**
José Cesário de Faria Alvim	**3.719**
Rui Barbosa	**3.718**
José Luiz de Almeida Couto	**3.437**
Lauro Sodré	**1.876**
Gaspar da Silveira Martins	**1.234**
Visconde de Ouro Preto	**373**
José Mariano Carneiro da Cunha	**207**
Custódio José de Mello	**178**
José Paes de Carvalho	**164**
Paulino José Soares de Souza	**157**
Manuel Viturino Pereira	**125**
José Antônio Saraiva	**119**
Francisco Silviano de Almeida Brandão	**116**
Manuel Floriano Peixoto	**108**
Domingos de Andrade Figueira e José Maria de Albuquerque Melo	**38**
Joaquim Saldanha Marinho	**32**
Francisco Bernardino Rodrigues Silva	**31**
Américo Gomes Ribeiro da Luz e Luiz Felipe Saldanha da Gama	**30**
Gumercindo Saraiva	**20**
Henrique Pereira de Lucena (Barão de Lucena)	**18**
José Higyno Duarte Pereira	**17**
Antônio Coelho Rodrigues, Cônego Xavier da Silva e Prudente de Morais	**16**
Ambrósio Machado e Quintino Bocayuva	**15**
José de Paiva Magalhães Calvet	**14**
João Alfredo Corrêa de Oliveira	**13**

Venâncio Neiva	**12**
Albino Gonçalves Meira e Carlos Olímpio Ferraz	**10**
Alexandre José Barbosa Lima, Francisco Portela e Manuel Prudente de Moraes Barros	**9**
Barão de Ladário, Felisberto Gomes de Moura, Gonçalves Lima e Gregório Taumaturgo de Azevedo	**8**
D. Augusto de Saxe Coburgo Gotha Inocêncio Serzedelo Corrêa	**7**
Antônio Joaquim de Macedo Soares Joaquim Jonas Bezerra Montenegro José de Morais Barros Lafayette Rodrigues Pereira	**6**
Augusto Olympio Gomes de Castro, Carlos Pimenta de Paet, Joaquim Nabuco, José Caetano da Silva Campolina, Luiz da França e Silva e Manoel Presciliano de Oliveira Valadão	**5**
Cândido Luiz Maria de Oliveira, Carlos Augusto de Figueiredo, Cupertino de Menezes Barroso, Frederico Guilherme de Lorena, João Cordeiro, João da Mata Machado e Joaquim Delfino Ribeiro da Luz	**4**
Afonso Herculano Ferreira Pena, Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves, Álvaro Joaquim de Oliveira, Américo Braziliense de Melo, Américo Lobo Leite Pereira, Antônio Gonçalves Chaves, Antônio de Oliveira Passos, Augusto Moreira Pena, Benjamin Franklin de Miranda, Bernardo Câmara, Cândido Barata Ribeiro, Carlos Ottoni, Felisberto Firmino de Oliveira Freire, Francisco Viana, Joaquim Toledo Piza de Almeida e José Prudente de Moraes Barros	**3**
Ascendino Ângelo dos Reis, Bibiano Sérgio M. da Fontoura Costalat, Francisco Coelho Duarte Badaró, Gil Diniz Goulart, João Emílio Ferreira da Silva, João Homem de Loureiro Siqueira, José Antônio Curvelo de Mendonça, José Leopoldo de Bulhões Jardim, José Tibúrcio, Luiz Távora e Manoel de Sá Souza	**2**
Manuel Corrêa de Freitas, Acioly Lobato, Acrísio José Tavares, Adolfo Bezerra de Menezes, Afonso de Albuquerque Wanderley, Afonso Celso de Assis Figueiredo Júnior, Alberto Olímpio Brandão, Alberto Seixas Martins Torres, Amaro Bezerra Cavalcanti de Albuquerque, Américo Brazílio de Campos, Anderson Ferro, Angelino Moreira da Rocha, Antônio Cândido da Cruz Machado, Antônio Deocleciano Sinhosinho, Antônio Fortunato Coelho, Antônio de Freitas Sampaio, Antônio Gonçalves Coelho, Antônio José Barbosa, Antônio Martiniano, Antônio Vieira dos Santos, Aprígio Carlos Pessoa de Melo, Aristides de Araújo, Aristides Armínio Guaraná, Augusto César Marques, Augusto Clementino da Silva, Augusto Inácio Cardoso, Barão de Camargos, Barão de Contendas, Barão de Granito, Barão de Penalva, Barão de Santa Helena, Barbosa de Andrade, Bernardino de Campos, Cândido José da Silva Coelho, Ceciliano José de Mamede, Cláudio Alaor Bernhaus de Lima, Crispim Jaques Bias Fortes, D. Pedro de Alcântara Neto, Eduardo Carlos do Amaral, Elias Fassheber, Ernesto da Cunha de Araújo Viana, Fábio Hostílio de Morais Rego, Fernando José Milheiros, Fortunato de Abreu Silva Brandão, Francisco de Assis Ferreira Barbosa, Francisco Fortunato das Chagas, Francisco Gonçalves Lima, Francisco Lino, Francisco Rangel Pestana, Francisco Sebastião da Costa, Galdino Ferreira Diniz, Henrique Veloso Freire, Horizonte Braziliense, Inácio Evaristo Monteiro, Ivo do Prado, Jacinto Pacheco, João Alves da Silva, João Barbalho, João José de Sá, João Mendes de Almeida, João Nepomuceno Lisboa Parga, João Ribeiro Marcego, João Ribeiro dos Santos Zammilhos, João Salustiano Moreira de Mourão, João da Silva Rego Melo, Joaquim Bias Fortes, Joaquim Cândido da Costa Sena, Joaquim Firmino Madeira, Joaquim Francisco de Assis Brasil, Joaquim Luiz de Cerqueira,	**1**

Joaquim Luiz da Veiga, Joaquim de Paula Moreira, José Alves Pereira, José Antônio Porto Rocha, José Antônio de Sampaio, José Barros Morais, José de Calazans, José Francisco da Silva, José M. de Carvalho Mourão, José Maria Lisboa Júnior, José Pereira Coelho, José Pinheiro da Silva, José Pires Moreira, José Rodrigues da Cunha, Juca Tigre, Luiz Cavalcanti, , Manuel Ferraz de Campos Salles, Manuel Francisco Corrêa, Manuel Joaquim Piedade, Manuel Jorge de Matos, Manuel Pereira Barbosa, Manuel Vitorino, Marquês de Muritiba, Miguel Teixeira da Cunha, Oliveira Fonseca, Otávio de Brito, Pedro Augusto da Conceição, Pedro Borges Leitão, Pedro Clementino Leite, Pinheiro da Costa, Pinheiro do Nascimento, Prudente José de Moraes, Quintino da Cruz Bernardes, Quirino da Costa Araújo, Roberto Calheiros de Melo, Sabino Barroso, Sebastião Fleury Curado, Sebastião Marques dos Reis Belfort, Sebastião Sette Bias Fortes, Sérgio Pinheiro Torres, Teodoro Machado Freire Pereira da Silva, Teófilo Fernandes dos Santos, Tomaz José Coelho de Almeida, Torquato José de Oliveira Morais e Vicente Giffoni	

Fonte: Pires, Aloildo Gomes. **Eleições presidenciais na Primeira República: uma abordagem estatística.** Salvador: [s.e], 1995.

APÊNDICE 17

TRAJETÓRIA POLÍTICA DE MANOEL CORREIA DEFREITAS (1888-1927)

PERÍODO DE ATUAÇÃO	*CARGO*
4 de janeiro de 1888	Concorre pelo Partido Republicano nas eleições para deputado da Assembleia Provincial do Paraná. Recebeu apenas um voto - não foi eleito.
8 de abril de 1888	Concorre pelo Partido Republicano nas eleições para deputado da Assembleia Provincial de Santa Catarina. Obteve 138 votos - não foi eleito.
5 de fevereiro a 19 de março de 1890	Superintendente de Terras e Colonização do Paraná e Santa Catarina
15 de setembro de 1890	Seu nome não entrou na Chapa de Conciliação para concorrer como deputado federal pelo Paraná na Primeira Assembleia Nacional Constituinte Republicana. Santa Catarina quis indicá-lo como seu representante a deputado federal, mas ele recusou. Concorre como deputado federal pelo Partido Operário. Obteve 220 votos. Não foi eleito.
30 de maio a 3 de julho de 1891	Foi eleito deputado estadual para a primeira Assembleia Constituinte Republicana do Paraná pela União Republicana nas eleições de 10 de abril de 1891. Obteve 6917 votos (6º deputado mais votado). Escolhido como 3º vice-presidente da mesa do congresso constituinte estadual. Não finalizou o mandato, renunciou dia 3 de julho de 1891. Não assinou a primeira constituição republicana paranaense que foi promulgada dia 04 de julho de 1891.
3 de junho de 1891 a 12 de dezembro de 1891	Eleito como 2º vice-presidente do Estado do Paraná O presidente era Generoso Marques e o 1º vice-presidente era Joaquim Ignácio Silveira da Motta. Em dezembro de 1891 quando Floriano Peixoto o convoca para assumir o cargo de presidente do Estado do Paraná após reunião com a Junta Governativa renunciou ao cargo.
4 de outubro de 1892 a 30 de julho de 1893	Funcionário do Ministério da Agricultura Membro da Comissão dos Núcleos de Colonização do Paraná e de Santa Catarina.
1º de março de 1894	Recebeu um voto para presidente da república
1895	Portaria de 27 de fevereiro o nomeou para o lugar de 3º suplente de juiz federal da seção do estado do Paraná. Em 10 de abril enviou carta ao presidente Prudente de Moraes recusando a nomeação.
16 e 17 de março de 1895	Concorreu nas eleições para senador pelo Paraná, mas a eleição foi fraudada, uma verdadeira "eleição de bico de pena". Apesar da denúncia e contestação feitas junto ao Senado Federal as eleições não foram anuladas e os resultados eleitorais não foram divulgados. Arthur Ferreira de Abreu foi diplomado senador em 19 de junho. Manoel nunca chegou a assumir uma vaga de senador.
1899	Concorreu nas eleições para a vaga de deputado federal pelo Paraná. Recebeu 5796 votos e não foi eleito.

	Somente os candidatos governistas foram diplomados.
20 de dezembro de 1905	Concorreu nas eleições para deputado estadual do Paraná. Recebeu 961 votos. Não foi eleito.
30 de janeiro de 1906	Foi eleito deputado federal pelo Paraná, mas foi "degolado" e o diplomado na vaga foi Victor Ferreira do Amaral. Não chegou a assumir a vaga de deputado federal.
27 de janeiro de 1908 *a* *3 de abril de 1909*	Deputado estadual no Paraná (9ª legislatura, biênio 1908-1909)
5 de junho de 1909 *a* *1911*	Deputado federal pelo Paraná (7ª legislatura, biênio 1909-1911) Eleições de 30 de janeiro de 1909.
1912 *a* *1914*	Deputado federal pelo Paraná (8ª legislatura, biênio 1912-1914) Eleições de 30 de janeiro de 1912.
1915	Não se candidata à reeleição de deputado federal pelo Paraná e após encerramento legislatura do Congresso seguiu para interior de Minas Gerais cuidar da saúde que se encontrava debilitada. Também alegou estar passando por problemas familiares com a morte de um familiar.
1º de março de 1918	Não quis concorrer às eleições nem para senador e nem para deputado federal.
1919	Cogitado seu nome para concorrer às eleições de deputado estadual no Paraná, mas a candidatura não se efetivou.
1923	Cogitado seu nome para concorrer às eleições de deputado federal pelo Paraná, mas a candidatura não se efetivou.
24 de fevereiro de 1927	Concorre nas eleições para deputado federal pelo Paraná. Recebeu 44 votos. Não foi eleito.

Elaboração da autora
Fonte: Sitio da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e os documentos dos arquivos pesquisados indicados no Apêndice 2.

APÊNDICE 18

QUADRO CRONOLÓGICO DE MANOEL CORREIA DEFREITAS (1851-1932)

29 de maio de 1851	Nascimento em Paranaguá
4 de março de 1852	Batizado em São Francisco do Sul – Paróquia Nossa Senhora das Graças
1858-1866	Frequentou escola primária em Paranaguá
5 de novembro de 1862	Falecimento do pai Domingos Correia de Freitas
1867	Começa a trabalhar com Joaquim Soares Gomes A mãe Josepha muda-se para Guaratuba Manoel permanece em Paranaguá
Julho de 1870	Fundação em Paranaguá do jornal OPERÁRIO DA LIBERDADE por João Antônio de Barros Júnior. Manoel escreve para esse jornal.
7 de agosto de 1872	Um dos fundadores do Clube Literário de Paranaguá
2 de dezembro de 1873	Assina a ata dos trabalhos da Estrada de Ferro Paranaguá-Morretes
26 de dezembro de 1874	Faz parte da comissão da Loja Maçônica Modéstia de Morretes que recebeu o Grão-Mestre da Ordem Grande Oriente Unido que realizou uma excursão pelas províncias do sul do império.
30 de janeiro de 1875	Iniciação na Maçonaria na Loja Perseverança de Paranaguá
Setembro de 1876	Com Fernando Simas fundou a Companhia Thalia para levantarem capital para a construção de um teatro em Paranaguá
20 de abril de 1877	Discursa na festa de regularização da Loja Maçônica Concórdia IV em Curitiba

1879	Participante da Loja Maçonaria Modéstia de Morretes
1879	Possui um escritório de comissões em Paranaguá
1879	Com outras pessoas solicita à Comissão de Indústria e Comércio a isenção por 20 anos para construir um matadouro em Paranaguá. O pedido foi negado.
22 de janeiro de 1880	Falecimento da mãe Josepha Leite Bastos
1880	Muda-se para Curitiba. Fundação em Curitiba do jornal de ideais republicanos A VERDADE juntamente com Rocha Pombo.
1881	Coloca a venda a sua parte no jornal A VERDADE
7 de julho de 1883	Fundação em Paranaguá do jornal LIVRE PARANÁ por Fernando Simas e Guilherme Leite. Manoel escreve para esse jornal que circulou até dezembro de 1887.
1881	Assina a "Declaração Republicana Paranaguense" considerado o primeiro documento formal de adesão ao movimento republicano no Paraná.
1882	Assina o "Manifesto aos Paranaguenses" que marca a fundação do Núcleo Republicano de Paranaguá
1884-1888	Muda-se para Joinville/SC
1885	Com Guilherme Leite lançou a tentativa de um estabelecimento bancário com capitais paranaenses, chegando a elaborar o estatuto.
23 de dezembro de 1885	Participa da reunião da Confederação Abolicionista do Paraná
16 de março de 1886	Fundação em Curitiba do jornal A REPÚBLICA - órgão do Clube Republicano de Curitiba. Manoel escreve para esse jornal.

21 de abril de 1886	Profere sua primeira palestra no Clube Tiradentes/RJ na presença de republicanos históricos como Lopes Trovão, Quintino Bocaiúva, Rangel Pestana, entre outros.
1887	Foi um dos fundadores do Partido Republicano Catarinense
23 de janeiro de 1887	Fundação em Joinville do jornal FOLHA LIVRE - órgão do Clube Republicano de Joinville
Março de 1887	Aceito como sócio correspondente do Clube Tiradentes do Rio de Janeiro
26 de março de 1887	Eleito presidente do Grêmio José Bonifácio de Joinville
1º de maio de 1887	Participou da fundação do Clube Republicano de Camboriú/SC
10 de maio de 1887	Participou da fundação do Clube Republicano de Joinville/SC
22 de maio de 1887	Participou da fundação do Clube Republicano de Tijucas/SC
Maio de 1887	Participou da fundação do Clube Republicano de São Francisco do Sul/SC
24 de junho de 1887	Participou da fundação do Clube Republicano Esteves Júnior em Desterro/SC
30 de junho a 5 de julho de 1887	Participou do 1º Congresso Federal Republicano no Rio de Janeiro como representante de Santa Catarina
14 de julho de 1887	Participou no Rio de Janeiro da fundação do Clube Republicano Catarinense Conferência pública no Clube Tiradentes
20 de julho a 17 de agosto de 1887	Período no Rio de Janeiro Proferiu várias conferências no Clube Tiradentes
27 de agosto de 1887	Participou da fundação do Clube Republicano de Porto Bello/SC

4 de janeiro de 1888	Concorre pelo Partido Republicano nas eleições para deputado da Assembleia Provincial do Paraná. Recebeu apenas um voto - não foi eleito.
11 de setembro de 1887	Participou da fundação do Clube Republicano de Itajái/SC
1888	Fundação em Paranaguá do jornal PATRIA LIVRE com Guilherme Leite e Albino Silva Manoel escolheu o nome do jornal.
1888	Membro de uma comissão abolicionista em Joinville que angariava fundos para comprar escravos
8 de abril de 1888	Concorre pelo Partido Republicano nas eleições para deputado da Assembleia Provincial de Santa Catarina. Obteve 138 votos - não foi eleito.
Abril de 1888	Questão Correa: Manuel denuncia a fraude eleitoral em São Francisco do Sul encabeçada por Eleutério Tavares para favorecer o irmão do Partido Conservador. É processado por injúrias e condenado a três meses de prisão. Mas a sentença não chegou a ser aplicada.
21 de abril de 1888	Profere conferência no Club Republicano de Paranaguá
3 de junho de 1888	Conferência republicana em Lençois/SC
9 de junho de 1888	Conferência republicana em Oxford/SC
17 de junho de 1888	Conferência republicana em Campo Alegre/SC
1º a 9 de julho de 1888	Período em Desterro/SC em reunião com o Partido Republicano Catarinense
14 de julho de 1888	Conferência no Clube Republicano de Paranaguá
1º de agosto de 1888	Participou da fundação do Clube Republicano de São Bento do Sul/SC

9 de setembro de 1888	Conferência no Clube Republicano de Curitiba
8 de outubro de 1888	Participou do 2º Congresso Federal Republicano no Rio de Janeiro como representante do Paraná
9 a 14 de dezembro de 1888	Realiza várias conferências republicanas no Clube Republicano de Paranaguá
15 a 20 de dezembro de 1888	Como representante da New York Life Insurrance Company estava recebendo os interessados no Grande Hotel em Curitiba.
23 a 30 de dezembro de 1888	Realiza vários meetings populares em Curitiba
27 de dezembro de 1888	Conferência republicana na Lapa
1º de janeiro de 1889	Meeting popular em Paranaguá
6 de janeiro de 1889	Conferência no Clube Literário de Paranaguá
30 de janeiro de 1889	Como representante da New York Life Insurrance Company estava recebendo os interessados de Paranaguá
Final de janeiro de 1889	Muda-se para o Rio de Janeiro. Começa a contribuir para o jornal CORREIO DO POVO do Rio de Janeiro e a percorrer cidades de São Paulo e Rio de Janeiro realizando meetings republicanos.
5 de março de 1889	Chega em Curitiba
1º a 11 de maio de 1889	Participou do Congresso Federal Republicano de São Paulo como representante do Paraná e Santa Catarina
2 de junho de 1889	Conferência no Clube Republicano Acadêmico em São Paulo
1º de julho de 1889	Conferência no Clube Republicano de Paranaguá em comemoração ao Centenário da Revolução Francesa

14 de julho de 1889	Participa no Rio de Janeiro das comemorações do Centenário da Revolução Francesa como representante do Clube Republicano de Santa Catarina
Maio a julho de 1889	Entre o Congresso Republicano de São Paulo e o de Juiz de Fora realizou várias conferências republicanas em cidades de Minas Gerais e do Rio de Janeiro
21 a 23 de julho de 1889	Participou do Congresso Federal Republicano de Minas Gerais (Juiz de Fora) como representante do Paraná e de Santa Catarina
15 de setembro de 1889	Conferência republicana no Hotel Commercio em Friburgo/RJ
18 de outubro de 1889	Profere a última conferência republicana antes do 15 de novembro no Hotel Commercio em Friburgo/RJ
15 de novembro de 1889	Assina a ata da Proclamação da República (juntamente com José do Patrocínio e Quintino Bocaiúva).
17 de novembro de 1889	Manoel envia telegrama do Rio de Janeiro aos republicanos catarinenses solicitando aclamar governo provisório de Santa Catarina.
2 de dezembro de 1889	Lauro Müller assume o governo provisório de Santa Catarina depois de ser indicado a Marechal Deodoro por Alberto Esteves e Manoel Correia Defreitas
14 de dezembro de 1889	Chega em Paranaguá
3 de janeiro de 1890	Nomeado Superintendente de Terras e Colonização do Paraná e Santa Catarina por Portaria do Ministério da Agricultura
5 de fevereiro a 19 de março de 1890	Assume a Superintendência de Terras e Colonização do Paraná e Santa Catarina
5 de março de 1890	Muda-se para Curitiba
10 de março de 1890	Solicita os serviços do auxiliar José Teixeira Raposo temporariamente na Superintendência de Terras e Colonização

16 de março de 1890	Eleito um dos membros da Comissão Executiva que iria fazer a organização republicana no Paraná. A eleição ocorreu no Clube Militar de Curitiba.
18 de março de 1890	Exonerado do cargo de Superintendente de Terras e Colonização do Paraná e Santa Catarina
8 de abril de 1890	Publica o Manifesto Político do cidadão Manoel Correia Defreitas
8 de junho de 1890	Fundação do Partido Operário de Curitiba. Manoel realiza discurso para a classe operária.
22 de junho de 1890	Está em São Paulo
Julho de 1890	Está no Rio de Janeiro fazendo articulações para Serzedello Correa assumir a presidência do Estado do Paraná
23 de julho de 1890 25 de julho de 1890	O Clube Republicano Catarinense apresentou Manoel como candidato à deputado federal. Manoel declina do convite do Clube Republicano Catarinense.
26 de junho de 1890	O jornal A República inicia campanha contra a pessoa de Manoel. A intenção era intrigá-lo com o povo paranaense. Início da perseguição que Vicente Machado fará contra Manoel.
30 de agosto de 1890	Congresso da União Republicana para organizar a chapa com os candidatos ao Congresso Nacional. Manoel ficou de fora da chapa.
15 de setembro de 1890	Concorre a deputado federal pelo Paraná pelo Partido Operário. Não foi eleito.
Janeiro de 1891	Juntamente com Francisco Manoel Esteves envia uma carta ao Ministro da Fazenda Ruy Barbosa solicitando autorização para a fundação do Banco do Paraná e de Santa Catarina. O pedido foi negado.
7 de janeiro de 1891	Discursa no banquete realizado no Hotel Globo no Rio de Janeiro em comemoração ao decreto da separação da igreja e do Estado.

31 de janeiro de 1891	Negado seu pedido para instalar um saladeiro no Paraná
23 de fevereiro de 1891	Manoel está entre os nomes apresentados por Generoso Marques dos candidatos a deputado estadual pela União Republicana nas eleições de 10 de abril de 1891
10 de abril de 1891	ELEIÇÃO 1º CONGRESSO CONSTITUINTE DO PARANÁ Manoel foi eleito deputado estadual com 6.917 votos (6º lugar) pela União Republicana
13 de abril de 1891	Participa do jantar ofertado pela Colônia Paranaense no Rio de Janeiro aos deputados estaduais eleitos no Paraná.
23 de maio de 1891	Chega em Paranaguá para tomar posse no Congresso Constituinte do Paraná
30 de maio a 03 de julho de 1891	Instalada a 1ª Assembleia Constituinte do Paraná. Manoel foi eleito o 3º vice-presidente da mesa do congresso. Renunciou ao mandato de deputado estadual dia 3 de julho de 1891. A 1ª Constituição Republicana Paranaense foi promulgada dia 4 de julho de 1891.
1º de junho de 1891	Eleito 2º vice-presidente do Paraná
3 de junho a 12 de dezembro de 1891	Foi o 2º vice-presidente do Estado do Paraná
30 de junho de 1891	Admitido como sócio efetivo do Clube Curitibano
3 de julho de 1891	Apresenta projeto da bandeira republicana do Paraná à Assembleia Legislativa do Paraná (desenho do artista Paulo d'Assumpção). Renuncia ao cargo de deputado estadual.
23 de julho de 1891	Com Alfredo Esteves apresenta pedido ao Minsitério do Interior para o estabelecimento de várias linhas de transporte para todos os arrabaldes da cidade do Rio de Janeiro por meio de ônibus. O pedido foi negado.
27 de setembro de 1891	Apresenta pedido à Comissão da Fazenda e Indústria da Câmara dos

	Deputados solicitando isenção de impostos para importação de ônibus ou carros Thompson. O pedido foi negado.
3 de novembro de 1891	Manoel não apoia o golpe de estado de Deodoro
29 de novembro de 1891 12 de dezembro de 1891	Deposição de Generoso Marques Floriano Peixoto indicou Manoel, que era o 2º vice-presidente do Paraná, para tomar posse do governo do Estado. Após encontro com a Junta Governativa dia 12 de dezembro de 1891 renunciou ao cargo de 2º vice-presidente do Estado do Paraná. Manoel foi 2º vice-presidente do Paraná de 3 de junho a 12 de dezembro de 1891.
9 de janeiro de 1892	Decreto Estadual do Paraná N°8 adota a bandeira sugerida por Manoel Correia de Freitas. Essa proposta de bandeira vigorou até 1905 quando foi modificada.
6 de setembro de 1892	Escreve para Rocha Pombo anunciando em primeira mão a criação do Bispado do Paraná
4 de outubro de 1892 a 30 de julho de 1893	Funcionário público do Ministério da Fazenda. Membro da Comissão dos Núcleos de Colonização do Paraná e de Santa Catarina
1º de março de 1894	Recebeu um voto para presidente do Brasil.
1893-1894 30 de julho de 1893 7 de fevereiro de 1894	Período da Revolução Federalista. Manoel era maragato, federalista. Pede demissão do Serviço de Colonização do Ministério da Agricultura em solidariedade ao amigo Jayme Ballão que trabalhava com ele, mas foi demitido por publicar informações a favor dos federalistas. Escreve para Gumercindo Saraiva solicitando salvo conduto para Lauro Müller, Gustavo Regis, Libero Guimarães e Ignácio Bastos.
27 de fevereiro de 1895	Portaria de 27 de fevereiro o nomeou para o lugar de 3º suplente de juiz federal da seção do estado do Paraná.

	Em 10 de abril enviou carta ao presidente Prudente de Moraes recusando a nomeação.
16 e 17 de março de 1895	Concorreu nas eleições para senador pelo Paraná, mas a eleição foi fraudada, uma verdadeira "eleição de bico de pena". Apesar da denúncia e contestação feitas junto ao Senado Federal as eleições não foram anuladas e os resultados eleitorais não foram divulgados. Arthur Ferreira de Abreu foi diplomado senador em 19 de junho. Manoel nunca chegou a assumir uma vaga de senador.
1897	Um dos fundadores da Loja Maçônica Fraternidade Paranaense de Curitiba
26 de fevereiro de 1898	Está em Castro e segue para o interior fazendo campanha para o candidato a presidência da república Campos Salles
1899	Concorreu nas eleições para a vaga de deputado federal pelo Paraná. Recebeu 5796 votos e não foi eleito.
11 de novembro de 1900	Nomeado sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná
30 de março de 1902	Faz conferência na fundação do Círculo Católico Paranaense em Curitiba
6 de outubro de 1903	Deixa de atuar na maçonaria
1905	Um dos fundadores da Sociedade Protetora dos Animais de Curitiba
20 de dezembro de 1905	Concorreu nas eleições para deputado estadual do Paraná. Recebeu 961 votos. Não foi eleito.
30 de janeiro de 1906	Foi eleito deputado federal pelo Paraná, mas foi "degolado" e o diplomado na vaga foi Victor Ferreira do Amaral. Não chegou a assumir a vaga de deputado federal.
6 de junho de 1907	Está em Minas Gerais
Outubro de 1907	Conferência no Clube Literário de Paranaguá

27 de janeiro de 1908 a 3 de abril de 1909	Eleito deputado estadual no Paraná (9ª legislatura, biênio 1908-1909) pela Coligação Republicana
Abril de 1909	Nascimento do filho Nihil Emannuel em Curitiba.
Agosto de 1908 13 de outubro de 1908	Eleito um dos membros da comissão central de reestruturção da Federação Espírita do Paraná Primeiro Congresso Espírita do Paraná Manoel foi membro da comissão organizadora
5 de junho de 1909 a 1911	Deputado federal pelo Paraná (7ª legislatura, biênio 1909-1911) Eleições de 30 de janeiro de 1909.
Julho a Agosto de 1909 27 de julho de 1909	Campanha Civilista Manoel era o presidente do Partido Civilista do Paraná. Nesse período percorreu os municípios do interior fazendo e campanha para o candidato à presidente Ruy Barbosa. Nomeado diretor da Junta Paranaense Anti-Hermista
7 a 16 de setembro de 1909	Primeiro Congresso Brasileiro de Geografia realizado no Rio de Janeiro. Manoel fez parte da comissão organizadora
24 de janeiro de 1910	Falecimento do filho Nihil Emannuel com 10 meses de idade em Curitiba.
7 a 26 de Fevereiro de 1910	Campanha Civilista Dia 7 chega em Paranaguá onde é recebido por cerca de 2 mil pessoas que aclamavam Ruy Barbosa presidente do Brasil. Segue para Curitiba e em seguida para Ponta Grossa. Depois realiza excursão pela zona sul e pelo norte do estado realizando conferências civilistas.
Março de 1910	Retorna para o Rio de Janeiro
29 de março a 26 de abril de 1910	Período que permanece em Curitiba. Depois segue para o Rio de Janeiro para retornar as atividades

	parlamentares.
7 a 18 de setembro de 1910	Segundo Congresso Brasileiro de Geografia realizado em São Paulo Manoel fez parte da delegação do Paraná
23 de setembro de 1910	Chega em Curitiba após o 2º Congresso de Geografia
7 a 14 de setembro de 1911	Terceiro Congresso Brasileiro de Geografia realizado em Curitiba Manoel tornou-se sócio efetivo e foi nomeado vice-presidente honorário da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro
1911	Candidata-se à reeleição para deputado federal pelo Paraná É criado o Comitê Pró-Defreitas que apoia sua candidatura. Nas eleições de 30 de janeiro de 1912 é reeleito deputado federal.
27 de junho de 1911	Nascimento da filha Meuma em Curitiba. Ela faleceu em agosto de 2002 em Londrina.
8 de julho de 1911	Dia de seu discurso mais longo na Câmara dos Deputados: teria durado 5 horas e 30 minutos. O tema tratado era a questão do consórcio da Lagoa Mirim no Rio Grande do Sul.
13 de julho de 1912	Participa da fundação do Partido Socialista Brasileiro
1912-1914	Deputado federal pelo Paraná (8ª legislatura, biênio 1912-1914) Eleições de 30 de janeiro de 1912.
28 de março de 1913	Visita Rodrigues Alves em São Paulo
4 de maio de 1913	Chega em Curitiba
26 de maio de 1913	Conferência sobre "Como se emancipará a humanidade" proferida a pedido do Partido Socialista Brasileiro para a série de conferências públicas visando a emancipação do trabalhador.
3 de junho de 1913	Conferência no Centro Republicano Português no Rio de Janeiro sobre a "Educação Moral e Cívica"

27 de junho de 1913	Membro da organização da Convenção Civilista convocada pelo Partido Civilista que daria as orientações para o início da propaganda de Ruy Barbosa para presidente do Brasil
10 de agosto de 1913	Dissolução do Comitê Pró-Defreitas
10 de setembro de 1913	Presidente do Partido Liberal do Paraná
5 de outubro de 1913	Conferência na Sociedade Portuguesa Centro Miguel Bombarda em comemoração ao aniversário da república portuguesa
29 de outubro de 1913	Dissolveu o diretório do Partido Liberal em Ponta Grossa e outras localidades por estar sendo acusado de fazer conchavo com Affonso Camargo (vice-governador)
30 de dezembro de 1913	Nascimento da filha Meden em Curitiba. Ela faleceu em 21 de junho de 1986 em Curitiba.
18 de janeiro de 1914	Discursa na inauguração da rede de abastecimento de água de Paranaguá (no chafariz da Praça Pardinho) realizada durante a gestão do prefeito Caetano Munhoz da Rocha.
26 de janeiro de 1914	Missão Pacificadora no Contestado Chegada de Manoel em Curitibanos/SC.
28 de janeiro de 1914	Missão Pacificadora no Contestado Passagem de Manoel por Campos Novos e encontro com o comandante das tropas legais, o Tenente-coronel Dinarte de Aleluia Pires, de quem obteve o compromisso de aguardar seu retorno antes de iniciar o ataque ao Reduto de Taquaruçu.
30 de janeiro de 1914	Missão Pacificadora no Contestado Chegada de Manoel Reduto de Taquaruçu acompanhado pelo Coronel Antonio Maria Rocha Tico (emissário do jornal Diário da Tarde de Curitiba) e dos guias Antonio Cordeiro Sampaio (plantador de fumo da região), Generoso Ribeiro e Firmino Melo. Manoel pernoita na casa do falecido Praxedes Gomes Damasceno.
2 de fevereiro de 1914	Missão Pacificadora no Contestado Manoel deixa o Reduto de Taquaruçu e vai direto para o Reduto de

	Caraguatá acompanhado de Generoso Ribeiro e Firmino Melo. Antonio Maria Rocha Tico vai para Campos Novos. Antonio Cordeiro Sampaio vai para Espinilho (lugar de concentração das tropas legais).
5 de fevereiro de 1914	Missão Pacificadora no Contestado Chegada de Manoel ao Reduto de Caraguatá.
8 de fevereiro de 1914	Missão Pacificadora no Contestado Manoel deixa o Reduto de Caraguatá. Ataque das tropas legais ao reduto de Taquaruçu.
13 de fevereiro de 1914	Missão Pacificadora no Contestado Partida de Manoel para Porto Alegre.
16 a 20 de fevereiro de 1914	Está em Porto Alegre e visita as cidades que fazem limite com as repúblicas vizinhas
22 de fevereiro de 1914	Segue de Porto Alegre para Pelotas
5 de março de 1914	Está em Jaguarão/RS.
18 de março de 1914	Está em Piratini/RS. Segue para Bagé.
28 de março de 1914	Retorna para Porto Alegre
5 de maio de 1914	Passa por Alegrete em trânsito para Uruguaiana
25 de maio de 1914	Conferência na Sociedade de Agricultura de Foz do Iguaçu
Junho de 1914	Está na Argentina onde visita escolas, redações de jornais e bibliotecas.
Julho de 1914	Está no Paraguai onde visita escolas, redações de jornais e bibliotecas.
Setembro 1914	Retorna ao Brasil – Curitiba

11 de dezembro de 1914	Retorna ao Rio de Janeiro
14 de dezembro de 1914	Retorna às atividades na Câmara dos Deputados
16 de dezembro de 1914	Participa da reunião do Partido Republicano Liberal junto com Ruy Barbosa
1915	Não se candidata à reeleição de deputado federal pelo Paraná e após encerramento legislatura do Congresso seguiu para interior de Minas Gerais cuidar da saúde que se encontrava debilitada. Também alegou estar passando por problemas familiares com a morte de um familiar.
21 de janeiro de 1915	Nomeado sócio da Sociedade Acadêmica de História Internacional de Paris
3 de fevereiro de 1915	Discurso de despedida da Câmara dos Deputados Foi deputado federal pelo Paraná de 05/06/1909 a 03/02/1915
24 de abril de 1915	Faz parte dos representantes do Centro Paranaense que se reúnem com a União dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro e criam uma comissão em prol das vítimas da Guerra do Contestado. Sua sobrinha Josepha nessa pepoca estava estudando no Rio de Janeiro e também fez parte da comissão.
1916	Proposto sócio da: Academia Latina de Ciências, Artes e Belas Letras (Paris) Sociedade Acadêmica de Paris (França) Sociedade de Ciências e Artes de Boston (EUA)
1º a 9 de abril de 1916	Participa da 1ª Exposição Regional de São José dos Pinhais/PR
7 de outubro de 1916	Conferência em Curitiba contra o acordo dos limites entre o Paraná e Santa Catarina
22 de fevereiro de 1917	Participa da Conferência Nacional da Pecuária promovida pela Sociedade Nacional da Agricultura
9 de abril de 1917	Participa da conferência da Liga Brasileira pelos Aliados Faz aparte falando do poder e ambição da Alemanha e a sua influência no sul do Brasil

1º de maio de 1917	Participa no Círculo Operário Nacional das comemorações ao dia do trabalho
3 de maio de 1917	Participa da Conferência Judiciária-Policial realizada no Rio de Janeiro que visava estreitar os laços entre os membros da magistratura e as autoridades policiais
24 de maio de 1917	Ratificado o acordo de limites entre o Paraná e Santa Catarina – isso deixou Manoel furioso que prometeu "pegar em armas" para reverter a situação
3 de fevereiro de 1918	Conferência no Festival Patriótico promovido pelo Centro Acadêmico Nacionalista no Rio de Janeiro
3 e 4 de fevereiro de 1918	Denuncia a expulsão dos colonos de Irati e Ponta Grossa de suas terras
1º de março de 1918	Não quis concorrer às eleições nem para senador e nem para deputado federal.
3 de maio de 1918	Conferência no Grêmio Republicano Português sobre o descobrimento do Brasil
14 de julho de 1918	Conferência no Grêmio Republicano Português sobre a Tomada da Bastilha
31 de agosto de 1918	Envia telegrama ao Ministro das Relações Exteriores referente ao reconhecimento da independência da Polônia e lembra que a maioria dos imigrantes dessa etnia se encontrava no Paraná
22 de setembro de 1918	Participa da sessão solene de encerramento do 1º Congresso Brasileiro de Jornalistas realizada no Rio de Janeiro
8 de outubro de 1918	Conferência na Sociedade Nacional de Agricultura sobre "Os problemas da alimentação, do vestuário e da higiene"
10 de outubro de 1918	Realiza visita pessoal ao presidente eleito Rodrigues Alves que tomaria posse

7 de novembro de 1918	Participa das comemorações dos 80 anos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
20 de novembro de 1918	Envia telegrama para Ruy Barbosa comemorando a vitória dos aliados ao fim da Primeira Guerra Mundial No ano seguinte vai demonstrar preocupação com a chegada de uma leva de imigrantes alemães no Brasil após o final da guerra.
1919	Cogitado seu nome para concorrer às eleições de deputado estadual no Paraná, mas a candidatura não se efetivou. Realiza campanha para o Movimento Pró-Ruy para presidente da república.
1919	Um dos fundadores da Sociedade Nacional Agrícola com sede no Rio de Janeiro. Nesse ano percorre o Brasil fundando várias sociedades agrícolas.
8 de janeiro de 1919	Conferência na Liga Brasileira de Combate ao Analfabetismo (da qual era sócio) relatando sobre o incremento do ensino no Paraguai através de professores ambulantes
4 de abril de 1919	Participa do banquete ofertado a Ruy Barbosa no Hotel Rio de Janeiro em Juiz de Fora/MG
1º de maio de 1919	Participa das comemorações do dia do trabalho no Grêmio Republicano Português no Rio de Janeiro
5 de maio de 1919	Em passagem por Paranaguá realiza conferência sobre os problemas de higiene
19 de junho de 1919	Conferência no Grêmio Português de Leitura sobre o tema "Socialismo e Anarquismo"
23 de junho de 1919	Portaria do Ministro da Viação Afrânio de Mello Franco nomeando Manoel agente da 3ª classe do Lloyd Brasileiro em Amesterdã
1º de julho de 1919	Participa da inauguração do novo ramal de trem entre Belo Horizonte e Opéba como representante do Lloyd Brasileiro

9 de setembro de 1919	Fez apartes de protestos contra os elogios feitos ao governador do Paraná Affonso Camargo pelo senhor Carneiro Leão em conferência sobre as possibilidades econômicas do Paraná proferida na Sociedade Nacional de Agricultura
12 de setembro de 1919	Fez apartes de protestos contra os elogios feitos ao governador do Paraná Affonso Camargo pelo senhor Carneiro Leão em conferência sobre as possibilidades econômicas do Paraná proferida na Sociedade Nacional de Geografia
11 de outubro de 1919	Recebe diploma de presidente honorário do Centro Acadêmico Nacionalista do Rio de Janeiro
25 de novembro de 1919	Conferência no Centro Acadêmico Nacionalista tratando da questão da expulsão de famílias nacionais de suas terras para ceder às famílias de imigrantes europeus
28 de dezembro de 1919	Exonerado da função do Lloyd Brasileiro como agente de 3ª classe
1919- 1920	Auge da efervescência, fase de ascenção do movimento operário e participa de vários congressos sindicais pelo Brasil.
8 de janeiro de 1920	Discursa na reunião para a instalação do Tribunal Histórico Republicano presidida por Lopes Trovão
1921	Nomeado delegado do Paraná na Comissão Executiva Federal da Exposição do Centenário da Independência. Viajou por vários municípios do Paraná para incentivar a participação.
22 de fevereiro de 1921	Nomeado sócio da Sociedade Americana de Direito Internacional (EUA)
9 de dezembro de 1921	Discursa no sepultamento da Baronesa do Serro Azul
1922	Exposição do 1º Centenário da Independência do Brasil no Rio de Janeiro. Manoel organizou o stand do Paraná expondo os produtos da indústria, agricultura e comércio do estado.
1922	Participa do Congresso Inter Americano juntamente com outros cinco

	brasileiros: Ruy Barbosa, Rodrigo Otávio, Oliveira Lima, Gumercindo Ribas e Theotônio Brito.
21 de outubro de 1922	Participa do 2º Congresso Internacional de Febre Afetosa realizado no Rio de Janeiro
1º a 6 de novembro de 1922	Representante do Paraná no Congresso das 23 Associações Comerciais do Brasil realizado no Rio de Janeiro
6 de novembro de 1922	Participa do 1º Congresso Brasileiro de Congresso do Carvão e outros combustíveis realizado no Rio de Janeiro
9 de novembro de 1922	Participa do 2º Congresso Americano de Expansão Econômica e Ensino Comercial no Rio de Janeiro
28 de dezembro de 1922	Apresenta ao deputado Bueno Brandão, líder da maioria no Congresso Nacional a Comissão da Cruz Branca composta pelas senhoras Ellade Moraes Cardoso Andrade, Virginia Lazaro, Maria Pereira e Souza, Maria Luiza de Moraes Velles e Marietta Olga de Vasconcellos.
1923	Cogitado seu nome para concorrer às eleições de deputado federal pelo Paraná, mas a candidatura não se efetivou.
19 a 24 de abril de 1923	Participa do 7º Congresso Brasileiro de Esperanto realizado no Rio de Janeiro
Julho de 1923	Indicado sócio honorário da Associação Comercial do Paraná pelos relevantes serviços prestados à associação
18 de outubro a 13 de novembro de 1923	Participa do Congreso das Associações Comerciais do Brasil realizado no Rio de Janeiro
1924	Polêmica com José Maria Mac-Dowell sobre a reforma constitucional e o papel do tribunal supremo
26 de maio de 1924	Foi se despedir de Hercílio Luz que partia para a Europa para tratamento de saúde
20 de outubro de 1924	Envia telegrama de pêsames à família de Hercílio Luz

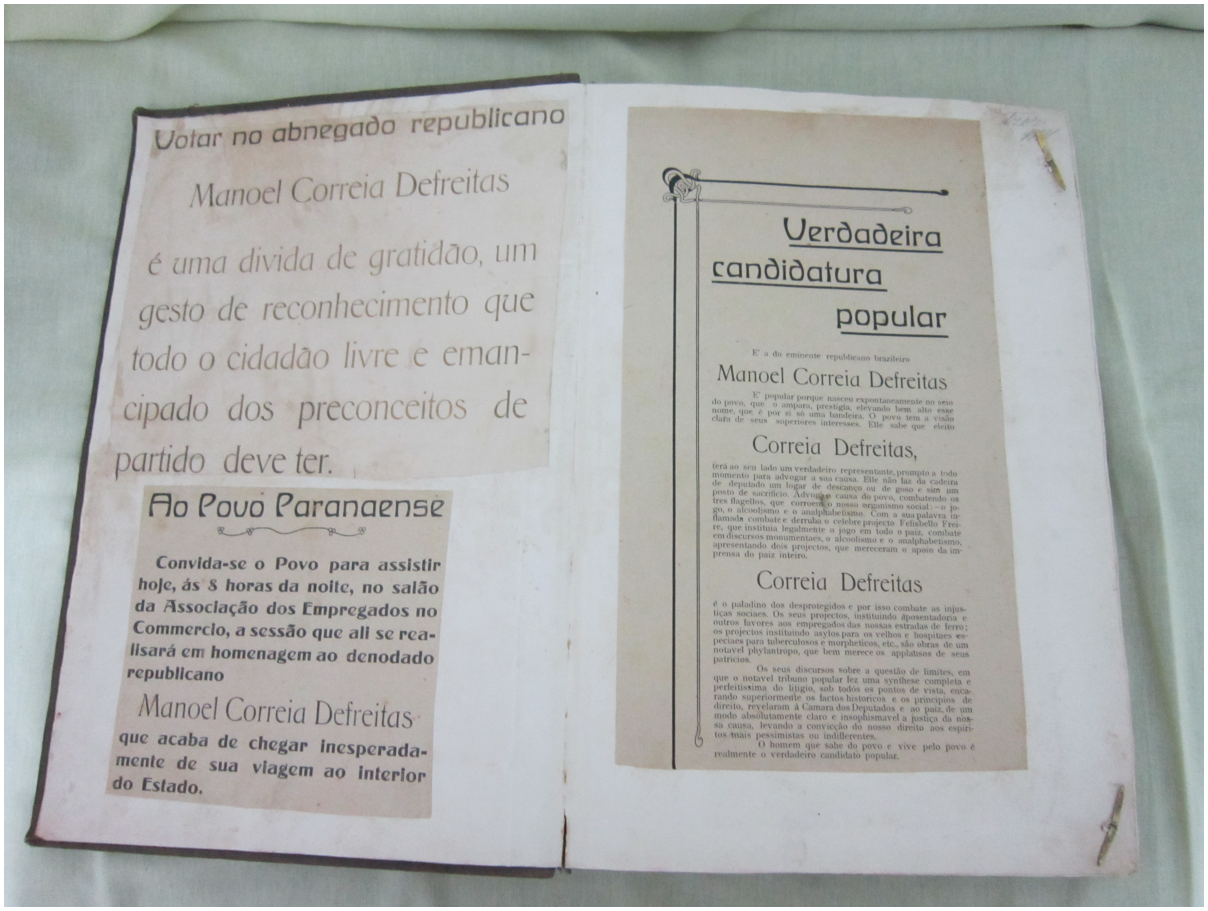
Abril de 1925	Participa do Segundo Congresso Comunista do Brasil
27 de fevereiro de 1925	Vítima de acidente com um bonde e um automóvel no Rio de Janeiro
20 de julho de 1925	Entra em luta corporal na Câmara dos Deputados com o deputado pelo Paraná Arthur Martins Franco
12 de outubro de 1925	Participa da mesa de abertura do curso público sobre a questão social no Brasil ofertado pelo Partido Socialista do Brasil na Universidade Livre do Rio de Janeiro
28 de novembro de 1925	Conferência de combate ao alcoolismo no Instituto Estadual de Psicologia Experimental do Rio de Janeiro na série da ação de temperança espiritualista
19 de dezembro de 1925	Eleito membro do Conselho Fiscal do Centro Paranaense para o ano de 1926
9 de setembro de 1926	Conferência no Teatro Variedades em Paranaguá sobre a questão dos portos de Paranaguá e Antonina.
21 de setembro de 1926	Encontrava-se adoentado e estava hospedado na casa do amigo João Regis em Paranaguá. Adoplho Konder em passagem pela cidade foi visitá-lo.
Janeiro de 1927	Está em Belo Horizonte e visita o governador do Estado Antônio Carlos
Janeiro de 1927	Juntamente com Mauricio Lacerda pede apoio para seus amigos no Rio de Janeiro para a candidatura de Luiz Carlos Prestes
5 de fevereiro de 1927	Conferência de José Niepce da Silva no Clube Republicano de Paranaguá onde ao final os presentes aclamaram Manoel como o legítimo representante da opinião paranaense fora da chapa situacionista
24 de fevereiro de 1927	Concorre nas eleições para deputado federal pelo Paraná. Recebeu 44 votos. Não foi eleito.

Dezembro de 1927	Faz uso da palavra no 1º Congresso Brasileiro de Educação que ocorreu em Curitiba
14 de fevereiro de 1929	Participa da 3ª Conferência do Professor Coryntho da Fonseca sobre a Escola Ativa (o homem pensa porque tem mãos – axioma do anaxagoras)
18 de setembro de 1929	Participa da primeira preparatória da Convenção Liberal
29 de dezembro de 1929	No Hotel Glória do Rio de Janeiro junto com Flores da Cunha, Júlio Hauer, João Neves da Fontoura, Jorge Chacarian e Lindolfo Collor acompanha o quirólogo e vidente Onig Chacarian Sana-Khan ler as mãos de Getúlio Vargas e prever seu futuro como presidente do Brasil.
7 de abril de 1930	Depois de longa ausência regressa à Curitiba
1º de agosto de 1930	Discursa no sepultamento de Jayme Ballão
17 de outubro de 1930	Comparece juntamente com outras pessoas no Palácio do Governo apoiando a Revolução de 1930.
1932	Membro da Legião Paranaense – agremiação revolucionária que apoiava Manuel Ribas e que em 1933 se torna o Partido Socialista Brasileiro – Federação Paraná.
23 de junho de 1932	Falecimento em Curitiba.
30 de junho de 1932	Missa de 7º dia na Catedral de Curitiba realizada pelo reverendo Estanilau Kula
1932	Decreto Nº 1842 de Manoel Ribas dá a denominação de Correia Defreitas ao Grupo Escolar de Ribeirão Claro
1951	Comemorações do 1º centenário da morte de Manoel. Lei Ordinária N°361/1951 de 8 de outubro de 1951 dá a denominação de "Manoel Correia de Freitas", à uma das vias públicas de Curitiba.

21 de março de 1961	Pela lei estadual nº 4343, de 21/03/-1961, foi criado o distrito de Correia de Freitas
1977	Homenageado na 40ª corrida da integração nacional – fogo simbólico da pátria e 3ª corrida regional organizada pela LDN/PR
1989	No primeiro centenário da implantação da república no Brasil, o Instituto Histórico e Geográfico do Paraná coloca Manoel na capa para homenagear todos os paranaenses que de uma forma ou de outra contribuíram para a mudança do regime.

APÊNDICE 19

DETALHES DOS CADERNOS DE RECORTES 1 E 2 DA COLEÇÃO MANOEL CORREIA DEFREITAS. ACERVO DE RICARDO COSTA DE OLIVEIRA



Detalhes Caderno 1 - Coleção Manoel Correia Defreitas.
Acervo de Ricardo Costa de Oliveira
Foto Ana Vanali



Detalhes Caderno 1 - Coleção Manoel Correia Defreitas.
Acervo de Ricardo Costa de Oliveira
Foto Ana Vanali

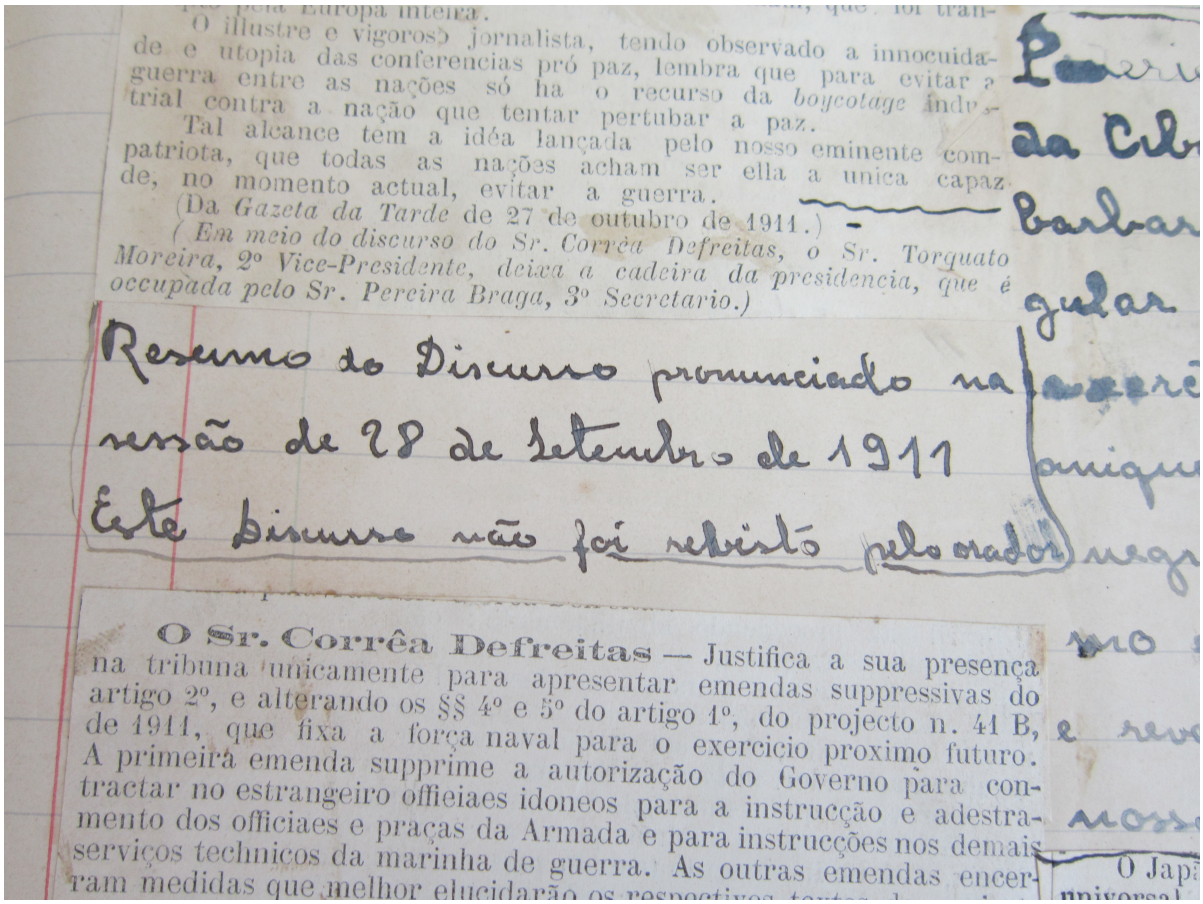


Detalhes Caderno 1 – Coleção Manoel Correia Defreitas.
Acervo de Ricardo Costa de Oliveira
Foto Ana Vanali

Transcrição da parte escrita à mão (com a caligrafia de Meuma Correia Defreitas):

territorial.
O velho republicano bem
Merece esse acto de justiça de seus patrícios.
E na emergência por que passa presentemente a vida do Estado, todos deveriam, unidos cerrar fileiras pela eleição do Correia Defreitas, que é o mesmo que dizer: pelo interesse do nosso adorado Paraná.

O Patriota de 21 de janeiro de 1912.



pela Europa inteira.

O illustre e vigoroso jornalista, tendo observado a innocuidade e utopia das conferencias pró paz, lembra que para evitar a guerra entre as nações só ha o recurso da *boycotage* industrial contra a nação que tentar pertubar a paz.

Tal alcance tem a idéa lançada pelo nosso eminente compatriota, que todas as nações acham ser ella a unica capaz de, no momento actual, evitar a guerra.

(Da *Gazeta da Tarde* de 27 de outubro de 1911.)

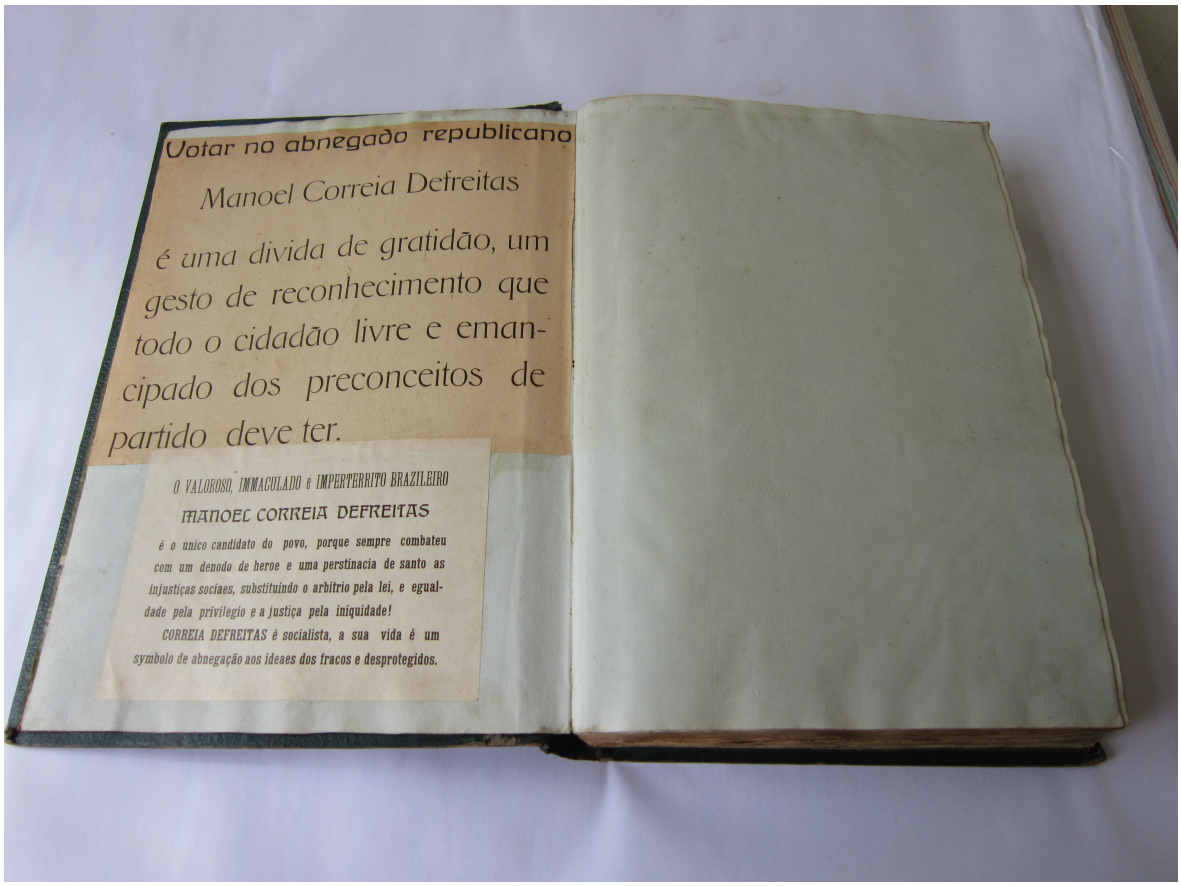
(Em meio do discurso do Sr. Corrêa Defreitas, o Sr. Torquato Moreira, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidencia, que é occupada pelo Sr. Pereira Braga, 3º Secretario.)

Resumo do Discurso pronunciado na sessão de 28 de Setembro de 1911

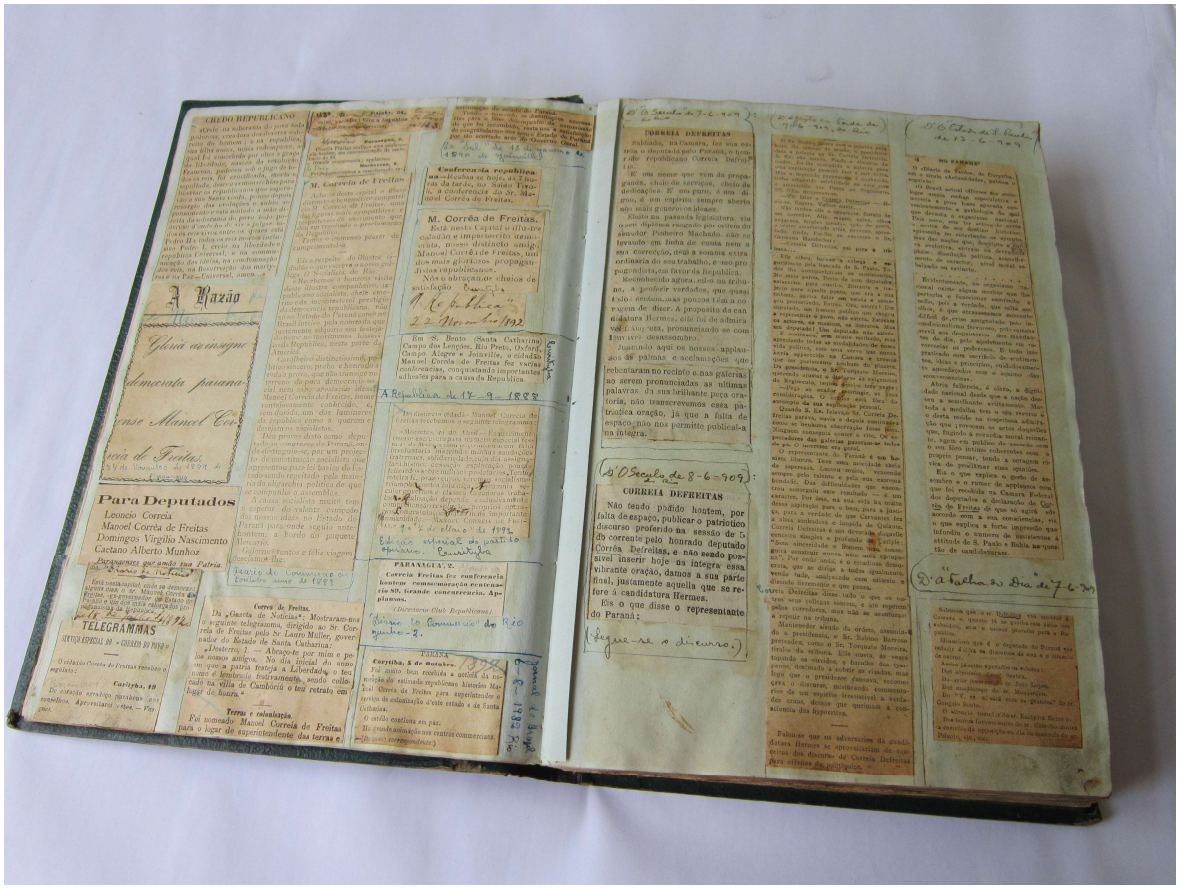
Este discurso não foi revisto pelo orador

O Sr. Corrêa Defreitas — Justifica a sua presença na tribuna unicamente para apresentar emendas suppressivas do artigo 2º, e alterando os §§ 4º e 5º do artigo 1º, do projecto n. 41 B, de 1911, que fixa a força naval para o exercicio proximo futuro. A primeira emenda supprime a autorização do Governo para contractar no estrangeiro officiaes idoneos para a instrucção e adestramento dos officiaes e praças da Armada e para instrucções nos demais serviços technicos da marinha de guerra. As outras emendas encer-
ram medidas que melhor elucidarão os respectivos

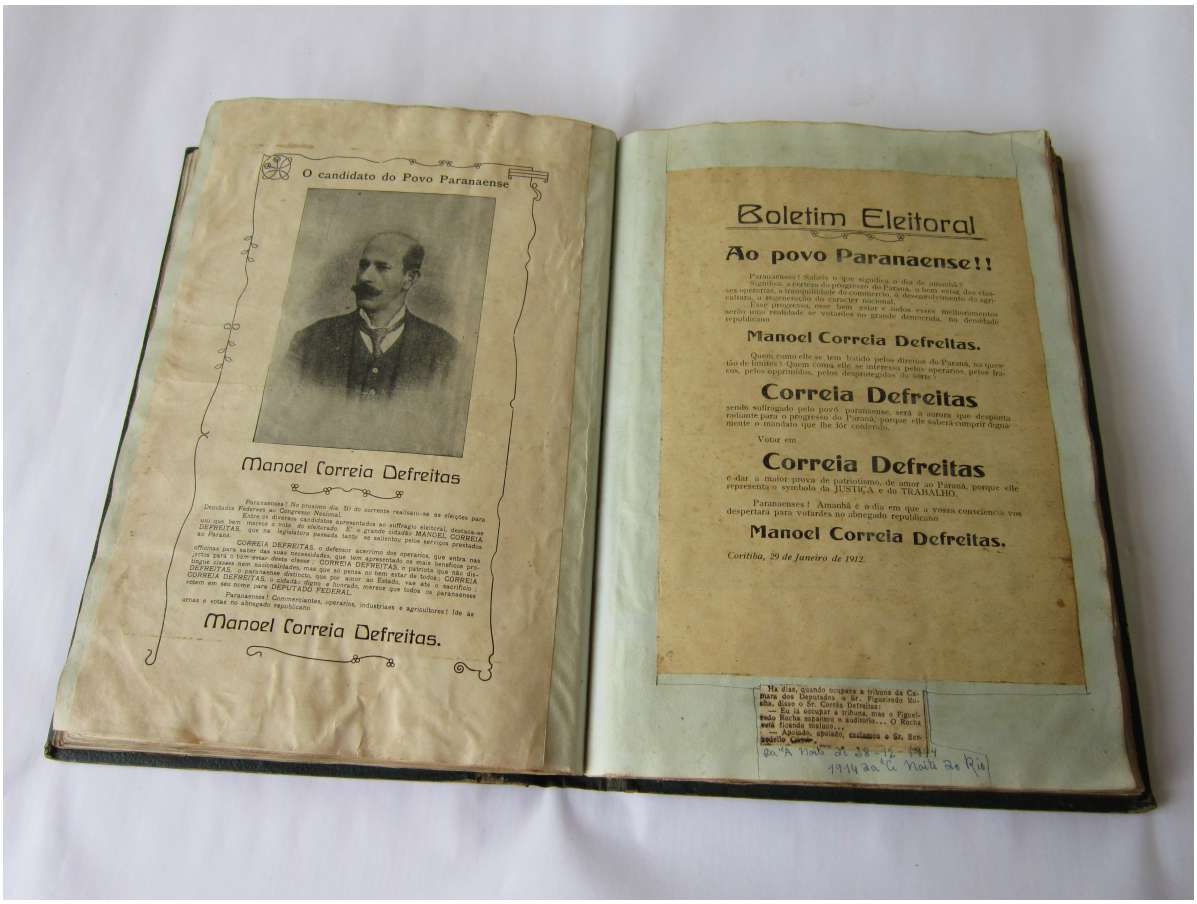
Detalhe Caderno 1 com a caligrafia de Meuma Correia Defreitas.
Ela chama a atenção de que o discurso não foi revisto pelo orador (Manoel Correia Defreitas) para a publicação. Isso nos leva a supor que ela consultava o pai para fazer essas anotações.
Acervo de Ricardo Costa de Oliveira
Foto Ana Vanali



Detalhes Caderno 2 – Coleção Manoel Correia Defreitas.
Acervo de Ricardo Costa de Oliveira
Foto Ana Vanali



Detalhes Caderno 2 – Coleção Manoel Correia Defreitas.
Acervo de Ricardo Costa de Oliveira
Foto Ana Vanali



Detalhes Caderno 2 - Coleção Manoel Correia Defreitas.
Acervo Ricardo Costa de Oliveira
Foto Ana Vanali



Detalhe Caderno 2 com dedicatória de Albino Silva
"Ao valente republicano e intemerato batalhador Manoel Correia de Freitas esta homenagem de Albino Silva"
Acervo Ricardo Costa de Oliveira
Foto Ana Vanali